



ANAIS

IV FÓRUM INTEGRADO DE

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA ACAFE

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ

Eliara Solange Müller
Maria Assunta Busato
Cassiano Lazarotto Rambo
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski
(Orgs.)

Temática

O marco das universidades comunitárias
no desenvolvimento do Estado de Santa Catarina


ARGOS
Editora da Unochapecó



Reitor: Odilon Luiz Poli

Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Maria Aparecida Lucca Caovilla

Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Claudio Alcides Jacoski

Vice-Reitor de Administração: Antônio Zanin

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Valéria Marcondes

Este livro ou parte dele não podem ser reproduzidos por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

370.6 Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Acafe (4. :
F716a 2013 : Chapecó, SC)
Anais do Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão
da Acafe. Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão
da Unochapecó [recurso eletrônico] / Eliara Solange Müller...
[et al.] (Orgs.). – Chapecó : Argos, 2013.
1450 p.

Modo de acesso: Internet

<http://www.isthmus.com.br/argos/anais_forum_acafe.pdf>

ISBN: 978-85-7897-120-5

1. Educação – Congressos e convenções. 2. Universidades e faculdades comunitárias. I. Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão da Acafe (4. : 2013 : Chapecó, SC). II. Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó (4. : 2013 : Chapecó, SC). III. Müller, Eliara Solange.

CDD 370.6

Catálogo elaborado por Caroline Miotto CRB 14/1178
Biblioteca Central da Unochapecó



Todos os direitos reservados à Argos Editora da Unochapecó

Coordenador: Dirceu Luiz Hermes

Av. Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Chapecó (SC) – 89809-000 – Caixa Postal 1141
(49) 3321 8218 – argos@unochapeco.edu.br – www.unochapeco.edu.br/argos

ANAIS

IV FÓRUM INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA ACAFE

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ

ISBN: 978-85-7897-120-5

COMISSÃO CIENTÍFICA

Eliara Solange Müller
Maria Assunta Busato
Valéria Marcondes
Maria Luiza Lajus
Cassiano Lazarotto Rambo
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski
Suzi Laura da Cunha
Márcia Regina da Silva
Teresa Dill
Hilario Santos
Ilo Odilon Villa Dias
Beno Nicolau Bieger
Carmelice Pavi
Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

PRODUÇÃO GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO

Alexsandro Stumpf
Caroline Kirschner
Kamila Kirschner
Marcela do Prado
Roberta Rodrigues Kunst

AVALIADORES DE TRABALHOS

Eliara Solange Müller
Maria Assunta Busato
Valéria Marcondes
Maria Luiza Lajus
Cassiano Lazarotto Rambo
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski
Suzi Laura da Cunha
Márcia Regina da Silva
Teresa Dill
Hilario Santos
Ilo Odilon Villa Dias
Beno Nicolau Bieger
Carmelice Pavi
Lucilene de Abreu
Raquel Zeni Ternus
Josiane Schadeck de Almeida Altemar
Nadia Kunkel Szinwelski
Tania Maria Ascari
Murilo Cesar Costelli
Rose Maria de Oliveira Mendes
Andréa de Almeida Leite Marocco
Daniela Fernanda Comiran
Deisemara Turatti Langoski
Ana Laura Vianna Villela
Rachel Correa de Quadros
Fabio Daniel Vieira

Obs.: A revisão ortográfica de língua portuguesa e de normas de formatação dos textos são de responsabilidade dos autores de cada trabalho.

SUMÁRIO

| clique na área de interesse para acessar os trabalhos |

[Apresentação](#) | [Conferência](#)

IV FÓRUM INTEGRADO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DA ACAFE

ENSINO

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

PESQUISA

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

EXTENSÃO

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

CIÊNCIAS DA SAÚDE

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

CIÊNCIAS HUMANAS

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

ENGENHARIAS

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

[Pôster](#) | [Comunicação Oral](#)

APRESENTAÇÃO

A expansão do ensino superior no estado de Santa Catarina deu-se a partir da década de 1950, quando diversos municípios, por meio de sistemas fundacionais, implantaram suas Instituições de Ensino Superior.

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) surgiu na década de 1970, para promover a integração, o fortalecimento e a promoção do ensino superior catarinense, e de lá para cá muito evoluiu esse sistema no estado.

A Unochapecó recebe neste ano o IV Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Sistema Acafe, no momento em que oportuniza à comunidade acadêmica o IV Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó, com a temática “O marco das universidades comunitárias no desenvolvimento do Estado de Santa Catarina”, visando contribuir com as pesquisas realizadas por pesquisadores, professores e estudantes que integram essas universidades catarinenses.

Receber as universidades integrantes do Sistema Acafe, bem como a comunidade acadêmica da Unochapecó, além de um grande prazer, representa a oportunidade de enaltecer o papel relevante que estas instituições de ensino superior ocupam no contexto do desenvolvimento científico, social e cultural no estado de Santa Catarina.

Estes anais representam a produção científica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão nos diversos grupos de pesquisa, de vários horizontes intelectuais, que colaboram com o processo de transformação social, resultantes da educação superior catarinense.

As produções científicas nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências das Engenharias, Ciências Linguística, Letras e Artes decorrem das pesquisas produzidas por pesquisadores dos programas *stricto sensu*, docentes e bolsistas dos núcleos de iniciação científica da Unochapecó.

Parabéns a todos e a todas pela oportunidade de aperfeiçoamento científico e pelo aprendizado vivenciado neste encontro!

Recebam o nosso carinho e afetuoso abraço!

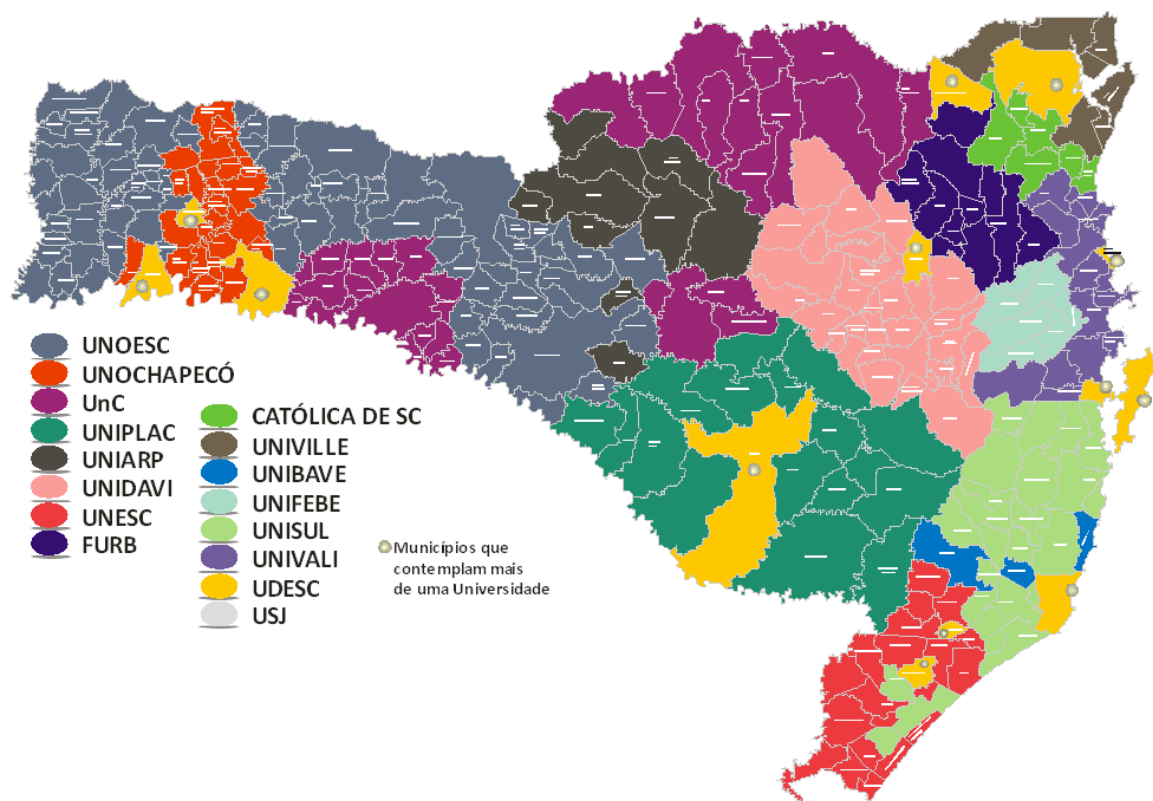
Chapecó, 25 de setembro de 2013.

Professora Maria Aparecida Lucca Caovilla
Vice-reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão
Unochapecó

AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA DÉCADA

Prof. Dr. Mário Cesar dos Santos

Reitor da Univali
Presidente da ACAFE
1º Vice Presidente ABRUC



www.univali.br/ips
e-mail: instituto@univali.br – Fone/Fax: (47) 3341-7791

As regiões de abrangência das IES da ACAFE.¹

¹ Instituto de Pesquisas Sociais UNIVALI, Relatório de Resultados de Pesquisa – Desenvolvimento da Educação em Unidades ACAFE, 2012.

Aspectos Legais

A referência aos Aspectos Legais da vida universitária e, de forma mais específica, a inclusão do princípio da legalidade na abertura deste trabalho, justifica-se pelos próprios objetivos das universidades, especialmente as brasileiras.

Considerando que a formação da sociedade, nos seus aspectos mais práticos da profissionalização, requer o aceite universal de que ao conceder grau e, por consequência, atribuir competências para o exercício inúmeras profissões e, em alguns casos, preparar o pré-requisito básico de acesso a outras profissões, as universidades, centros universitários e faculdades isoladas, acabam recebendo uma atribuição e competência inquestionável.

Não seria lógico que num estado democrático de direito, quem detivesse essa competência reconhecida e aceita, devesse pautar sua vida institucional sem a observância e prática de regras e da legislação que ampara a legitimação de tais objetivos.

Sabemos que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, menciona em seu art. 206 os princípios que são aplicáveis ao ensino em todos os níveis e no artigo 207 está enunciado um dos consagrados princípios do ensino universitário, que é o que lhe ampara a autonomia.

Assim, deste a construção dos princípios que fundamentam as regras no convívio da sociedade até no encaminhamento das práticas e diretrizes da educação, há um conjunto de normas que lhe dão sustentação, recebem a acolhida social especializada e nisso também geram a acolhida, tornando-a eficaz.

Neste sentido, para que nossas atividades educacionais e de formação profissional sejam aceitas pela sociedade, torna-se imperioso que estejamos autorizados e assim, ao outorgamos certificados e diplomas aos nossos egressos, para que sejam reconhecidos e aceitos pela sociedade e mercado de trabalho.

Ainda que determinadas graduações, por si só, não representem autorização para o exercício profissional, são na quase totalidade o pré-requisito habilitador para o acesso as profissões. Para objetivar um exemplo comum temos a situação dos bacharéis em direito, que para o exercício de advocacia devem submeter-se ao exame de ordem, para magistratura, ministério público, delegados e outras funções submetem-se a concursos públicos privativos de quem é bacharel em direito.

Em vista deste aspecto de total acolhimento e interação ao plano da legalidade, a que devemos nos render, em apertada síntese que no plano Constitucional² evocamos os seguintes dispositivos:

1. Educação como Direito Social:

Art. 6º São direitos sociais **a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

2. No plano da competência:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, **à educação e à ciência**;

3. Aspectos Constitucionais Tributários:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituïrem e mantiverem;

4. Educação como dever do Estado:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração de sociedade, visando ao plano desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

² Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 e Emendas.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (incisos I a VII e §§ 1º ao 3º)...

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organização em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (§§ 1º ao 5º s/atuação).

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - Comprovem finalidade não lucrativa e apliquem o seus excedentes financeiros em educação;

II - Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º -

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

5. Previsões no ADCT :

Art. 61. As entidades educacionais a que se refere o art. 213, bem como as fundações de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei, que preencham os requisitos dos incisos I e II do referido artigo e que, nos últimos três anos, tenham recebido recursos públicos, poderão continuar a recebê-los, salvo disposição legal em contrário.

Na organização do sistema educacional brasileiro com o regramento infraconstitucional pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB³, assim dispôs sobre o enquadramento sistema universitário :

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394, de 20.12.1996.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

Outro dispositivo que poderia ser referido e que integra esta legislação que envolve as Instituições de Educação Superior, seria a Portaria Normativa nº 40 do MEC, pela relevância e amplitude de alcance normativo, destacando-se para a presente análise, especialmente em razão dos enquadramentos, agora não só para os efeitos da estruturação do ensino superior, mas também em razão da natureza jurídica das IES e as consequências advindas frente as mudanças de competência para a certificação como entidades beneficentes de assistência social na área da educação.

Oportuno ainda referir que a citada Portaria também consagra o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, pontuando condições normativas para

acolhimento e uniformização dos enquadramentos, sem análise neste particular da eventual invasão normativa mesmo frente à autonomia, ainda que concorrente atribuída no plano constitucional. Neste sentido reconhecida mas condicionada as prescrições que veicula, não se constituindo em dispositivo inerte mas de aplicação e reflexos sentidos no dia a dia destas relações de aplicação ou submissão ao referido comando.

Neste sentido é oportuno destacar referências da sua ampla previsão, para referir a subsunção operacional a que os entes ligados ao sistema nacional de educação, pensando em MEC e suas estruturas inclusive externas a ele vinculadas ou relacionadas, como a CAPES, INEP e mesmo de Ministérios afins como o MCTI (CNPq), destacando:

Art. 61-A Fica instituído o Cadastro e-MEC, cadastro eletrônico de consulta pública pela internet, base de dados oficial e única de informações relativas às instituições e cursos de educação superior, mantido pelo MEC.

§ 5º As informações do Cadastro e-MEC constituirão a base de dados de referência a ser utilizada pelos órgãos do MEC e autarquias vinculadas sobre instituições e cursos de educação superior, com precedência sobre quaisquer outras bases, evitando-se duplicação de coleta quando não expressamente justificada.

Também o Anexo desta Portaria Normativa tem importância neste contexto, na medida em que faz os respectivos enquadramentos, a que se vincularão todos os órgãos de governo que forem buscar ou adotar procedimentos, abrir editais ou identificar as IES naquele cadastro, segundo suas categorias administrativas, que estão assim mencionadas:

2. Categoria administrativa da instituição

2.1. Pública

2.1.1. Federal- instituição mantida pelo Poder Público Federal, com gratuidade de matrículas e mensalidades;

2.1.2. Estadual- instituição mantida pelo Poder Público Estadual, com gratuidade de matrículas e mensalidades;

2.1.3. Municipal- instituição mantida pelo Poder Público Municipal, com gratuidade de matrículas e mensalidades;

2.2. Privada

2.2.1. com fins lucrativos - instituição mantida por ente privado, com fins lucrativos;

2.2.2. sem fins lucrativos não beneficente- instituição mantida por ente privado, sem fins lucrativos; pode ser confessional ou comunitária, conforme o art. 20 da LDB;

2.2.3. beneficente: instituição mantida por ente privado, sem fins lucrativos, detentora de Certificado de Assistência Social, nos termos da legislação própria. Pode ser confessional ou comunitária.

2.3. Especial (art. 242 da Constituição Federal)- instituição educacional oficial criada por lei estadual ou municipal e existente na data da promulgação da Constituição Federal, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto não gratuita.

Sabemos que as Instituições do Sistema ACAFE estão na atualidade em diferentes categorias administrativas, senão vejamos:

- Como Públicas (2.1)

2.1.2 – Estadual: UDESC

2.1.3 – Municipal: FURB, USJ.

- Como Privadas (2.2)

2.2.2 - sem fins lucrativos não beneficente: UNIVILLE, UNIFEBE, CATÓLICA DE SC,

2.2.3 - beneficente: UNIVALI, UNESC.

2.3 – Especial: UNISUL, UNOESC, FURB, UNOCHAPECÓ, UNIPLAC, UNIDAVI, UNC, UNIARP, UNIBAVE, USJ.

Também é oportuno observar que nossas Instituições da ACAFE estão sob a “jurisdição” dos dois sistemas de ensino:

- Sistema Estadual e com vinculação ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, ao qual estão vinculadas as seguintes IES: UNISUL, UNIBAVE, USJ, UNOESC, FURB, UNIDAVI, UNIVILLE, UNC, UNIARP, UNOCHAPECÓ, UNIFEBE, UNIPLAC, e

- Sistema Federal de Ensino com vinculação ao MEC: UNESC e UNIVALI⁴, CATÓLICA de SC.

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

Alguns autores já reconhecem no modelo das universidades comunitárias uma alternativa importante na consolidação e desenvolvimento qualificado do ensino superior brasileiro.

Em As Universidades Comunitárias: um modelo alternativo, de Raulino Tramontin e Ronald Braga, o então reitor da PUC/RJ, Laércio Dias de Moura afirma que a denominação ‘universidade comunitária’ começou a ser difundida na década de 80 e sua utilização era muito recente na história da educação brasileira, especialmente no ensino superior. Para ele, é:

⁴ UNESC e UNIVALI fizeram a migração ao MEC por terem aderido ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, instituído pela Lei 12.688, de 18.07.2012, exigência de adesão decorrente do art. 25.

“importante clarificar a identidade destas universidades, historicamente compromissadas com a qualidade do serviço que prestam e o meio social, oferecendo elementos para um amplo debate que possa conduzir ao reconhecimento do relevante papel que é exercido pelas mesmas, em meio à multiplicidade das formas jurídicas de organização dos modelos do atual sistema universitário e da pluralidade do pensamento nacional”⁵

“A análise do mapa das universidades do interior do Brasil autoriza a conceber o conjunto de universidades comunitárias do sul (RS e SC) como a mais bem sucedida experiência de interiorização da educação superior desenvolvida e como um ‘sistema’ que garantiu uma cobertura equilibrada das populações que anteriormente não tinham acesso a esse tipo de formação. Entretanto, essa experiência de quase meio século não tem sido ouvida, considerada ou valorizada quando se trata de formulação de políticas públicas para a educação superior nacional.”⁶

A atuação proativa das Comunidades Catarinenses e Gaúchas na busca de soluções regionais, ante a ausência do serviço público na área da educação superior, é destacada como exemplo de que a sociedade civil quando se organiza com boas lideranças pode suprir as deficiências do estado, neste sentido é oportuno citar:

“As instituições comunitárias são uma evidência da capacidade da sociedade civil prover serviços públicos quando o Estado não o faz. Em regiões dotadas de capital social comunitário, especialmente no Sul do Brasil, as comunidades regionais foram capazes de erguer grandes universidades, escolas, hospitais e outras organizações, fundamentais para o seu desenvolvimento.”⁷

“ O caso das universidades comunitárias se apresenta no Sul (RS e SC)... As IES nasceram sem tutela do Estado ou Federação, a partir de iniciativas da sociedade local (associação entre poder municipal, setores privados e da sociedade civil), com o compromisso de oferecer acesso à educação superior às populações e desenvolve suas regiões. Inicialmente faculdades isoladas foram se consolidando e transformaram-se em universidades.”⁸

Já o modelo catarinense evoluiu nas décadas de 60 e 70, partindo da constituição pelos municípios polos de fundações municipais com esta marca de ter origem pública, por terem sido criadas por leis, neste sentido Cimadon, refere-se:

⁵ MOURA, apud TRAMONTIN e BRAGA, 1988, p.09-10.

⁶ Machado, Ana Maria Netto; Mendes, Vitor Hugo. Universidade Comunitária e Avaliação. Edunisc, 2009.

⁷ Schmidt, João Pedro; Costa, Luiz Costa; Instituições Comunitárias: instituições públicas não-estatais. Edunisc, 2009, p. 32

⁸ Schmidt, João Pedro; Costa, Luiz Costa; Instituições Comunitárias: instituições públicas não-estatais. Edunisc, 2009, p. 32

Prof. Dr. Mário Cesar dos Santos

"O Estado de Santa Catarina adotou o modelo de fundações para expansão e interiorização do ensino universitário. Para tanto, no período de 1964 a 1976, foram criadas, por leis municipais, várias fundações, distribuídas pelo interior do Estado, em cidades consideradas polos regionais."⁹

PERSPECTIVAS

Na realidade do crescimento e desenvolvimento do sistema universitário brasileiro e nas análises deste cenário futuro, sob o impulso do Plano Nacional de Educação, onde há prenúncios demonstrados estatisticamente de que estamos numa crescente em prol destas positivas perspectivas.

No aspecto da gestão acadêmica um conjunto de desafios também se apresenta, inclusive com alguns aspectos inovadores deste cenário, sem que se possa mensurar ocorrência pretérita capaz de ensejar deduções lógicas. Para enunciar um deles, insta lembrar que o acesso às vagas nas universidades e institutos federais passa a adotar de forma crescente até o limite definido, o famoso critério de cotas. A modificação que previamente se apresenta, não é só a mudança nos espaços de estacionamento de tais instituições, reduzindo o número de carrões de sua tradicional clientela que disputavam suas acirradas vagas, onde sempre a proporção candidato/vagas lhes encaminhava uma reconhecida quantidade de futuros acadêmicos classe "A".

Nesta possível mudança da ocupação de suas vagas, ainda que possa agora atrair também candidatos que matizados pelas cotas, tenha também um conjunto de candidatos da mesma classe "A", mesmo que em proporção menor, que antes estavam direcionados a vagas em outras instituições. Não se olvide que a proporção de vagas é em número maior do que aqueles candidatos classe "A", o que implica, *ipso facto*, a deduzir que as federais passam a ter a incumbência que antes não tinham, qual seja de receber um candidato tido como "c" ou "d" e elevá-lo a "b" ou a "a", missão que tradicionalmente era, em grande proporção, das demais instituições, especialmente das comunitárias.

Uma análise que pondere esta diversidade de aspectos menciona:

"Sob esta ótica, as perspectivas para as comunitárias estão alinhadas ao processo de reflexão e transformação da realidade social brasileira, pautando seus esforços na área de pesquisa por critérios de qualidade e relevância, com a marca da inovação em todas as suas ações. A globalização tem levado a novas oportunidades, mas também tem revelado claramente desigualdades e limites do sistema."¹⁰

⁹ Cimadon, Aristides. A natureza jurídica das fundações criadas pelo poder público. Edições Unoesc, 2002, p. 164

¹⁰ Borba, Amandia Maria de. Apontamentos sobre Universidades Comunitárias, 2013.

Sobre os diferentes enfoques poderemos alinhar perspectivas para as IES Comunitárias, frente a uma perspectiva que se alinhe a um futuro que pode ser no mesmo decêndio do PNE, mas que pode ampliar ou restringir tal período.

Há alguns ingredientes conhecidos que se alinham ou até desalinham para uma perspectiva factível e cuja intuição ou uma boa análise do cenário desta época ajude a revelar, mas há questões que podem interferir, positiva ou negativamente. Não se trata apenas de considerar as novas tecnologias, o crescimento que o ensino a distância alcançou e ainda pode influenciar na oferta do ensino presencial.

Há dentro das práticas atuais e também novidades anunciadas, como aspectos inovadores do ensino, que devem gerar modificações nesta perspectiva futura, sem parâmetros possíveis de identificar o quanto poderão causar impacto no ensino presencial.

É inegável que a ampliação da consciência acadêmica pelo conhecimento de um segundo idioma, especialmente o inglês entre outros, ajuda a abrir portas para os intercâmbios internacionais, além da oferta de internacionalização como política pública, como é o programa Ciência sem Fronteiras, além da oportunidade mais socializada para que muitos jovens cursem universidade no exterior, o que deixa de ser condição para poucos.

Entre as novidades internacionais no ensino surgiram os Cursos Online e uma de suas versões que mais informações tem vindo a tona na mídia, que são os MOOCs, que são os Cursos Online Aberto e Massivo, originária tal sigla da expressão Massive Open Online Course, que é tipo de curso aberto através da web, com várias origens, algumas de universidades internacionais e gratuitos.

O conferencista **Paul Bacsich**¹¹ no 1º. Colóquio Pearson realizado em Agosto/2013 em SP, destinados a projetar as tendências e perspectivas do ensino superior, assim se pronunciou sobre os MOOCs:

“ Para as IES diria não se metam nisso.... Na Grã Bretanha, temos o hábito de dizer que temos que parecer que estamos fazendo alguma coisa. Nos Moocs não há coerência pedagógica. As avaliações não são sistematizadas, com escala massiva.... Não serve para poucos.....o fenômeno nos diz para ter cuidado ao fazer isso.... As aulas on line não tem nada a ver com os Moocs... pegue uma parte dos Moocs.... Não implemente Moocs.... O governo terá de aprender de regular o setor, o Brasil tem ingerência demais nas universidades....

De outro lado o Reitor Dr. Joaquim Clotet¹², da PUC/RS, apresentou vários exemplos de Instituições Internacionais, especialmente, que estão ofertando

¹¹ BACSICH, Paul. PhD da Bristol University, Diretor da Matic Media Ltda, Consultor.

¹² CLOTET, Joaquim. Reitor PUC/RS na Assembleia da ABRUC realizada em 18/08/2013 em Porto Alegre.

Prof. Dr. Mário Cesar dos Santos

centenas de cursos, aulas, orientações e palestras em plataformas que acolhem diferentes idiomas, inclusive em português, citando entre outras:

2. Ensino *online*

OpenCourseWare
ocw.mit.edu

Definição de REA pela UNESCO
www.unesco.org/new/en/communication-and-information/access-to-knowledge/openeducational-resources

OpenLearn
www.open.edu/openlearn

PUCRS – Conhecimento em Rede
<http://www.pucrs.br/conhecimentoemrede/>

ConneXions
Cnx.org

Open Learning Initiative
oli.web.cmu.edu/openlearning

Khan Academy
www.khanacademy.org


Projeto REA-Brasil
rea.net.br/site

Portal Educação Aberta
educacaoaberta.org

Creative Commons Licenses
creativecommons.org/licenses




Mencionou ainda a destacada M.I.T que apresenta :



<http://ocw.mit.edu>

O *site* oferece cursos em muitas áreas e idiomas, incluindo português, e oferece também cursos de especialização, bem específicos, em áreas como exatas, humanas e biológicas).

Destaque para *Introduction to Computer Science and Programming* e para a área de *Life Science Courses*, que traz dezenas de cursos interdisciplinares na área de ciência e humanidades.



Neste cenário antecipar as perspectivas para as Instituições Comunitárias, releva considerar a experiência adquirida e a visualização prognóstica e proativa e assim conjecturar que:

- há um conjunto de entidades¹³ que tentam nos diversos segmentos da sociedade destacar a importância das instituições comunitárias, que ganha cada vez mais espaço pela sua interiorização, reconhecimento de sua qualidade acadêmica em face das avaliações a que são submetidas e seu foco especial na responsabilidade social, envolvidas também em atividades de assistência social, saúde e projetos de extensão;
- o acolhimento da legislação ao modelo comunitário, estando em projeto de lei¹⁴ que reconhece e disciplina a relação entre estas instituições e o Governo Federal;
- a educação superior como principal fator do desenvolvimento do setor;
- a maioria dos países pretende aderir à sociedade do conhecimento;
- o ensino superior particular é o elemento com mais rápido crescimento do setor e já corresponde a um terço das matrículas no mundo;
- 2,4 milhões de estudantes foram estudar no exterior em 2004. *O relatório 2025 de mobilidade mundial de estudantes* prevê que a demanda por educação internacional vai aumentar para 7,2 milhões de estudantes até 2025;
- o crescimento de distintos tipos de IES pública e privada, a educação à distância e virtual, e muitas outras inovações exigem maneiras novas e flexíveis de lidar com a educação superior. Estas novas formas e estruturas para educação superior requerem novas formas de financiamento.;
- a internacionalização está tendo efeito marcante na educação superior;
- enquanto a mobilidade internacional de estudantes e estudiosos representa forma antiga de mobilidade acadêmica, apenas nas duas últimas décadas uma maior ênfase começou a ser dada a programas desse tipo, às IES e a novos destinos além fronteiras;
- Novos tipos de parcerias, de fornecedores e a distribuição de qualificação estão desafiando políticas nacionais e internacionais e estruturas regulatórias.

¹³ Entidades: ABRUC, ACAFE, COMUNG, ANEC e ABIEE.

¹⁴ PL 7639/2010, cuja tramitação na Câmara dos Deputados gerou aprovação nas Comissões, atualmente no Senado Federal, constitui-se no PLC 01/2013, já aprovado na Comissão de Educação, sendo encaminhado a CCJ, com aprovação conclusiva nesta Comissão.

DESAFIOS

Sob os mais variados enfoques podemos encontrar, numa visão prospectiva, enfrentamentos a serem avaliados pelas instituições de educação e de forma particularizada pelo segmento das Comunitárias.

Há um cenário que se demonstra como animador, descortinando um céu azul frente a quantidade de expectativas e a imensidão de atribuições que as Comunitárias tendem a se envolver, com sua diversidade de ações, especialmente no âmbito das comunidades em que sua atuação, na grande maioria das vezes, supre os serviços do estado.

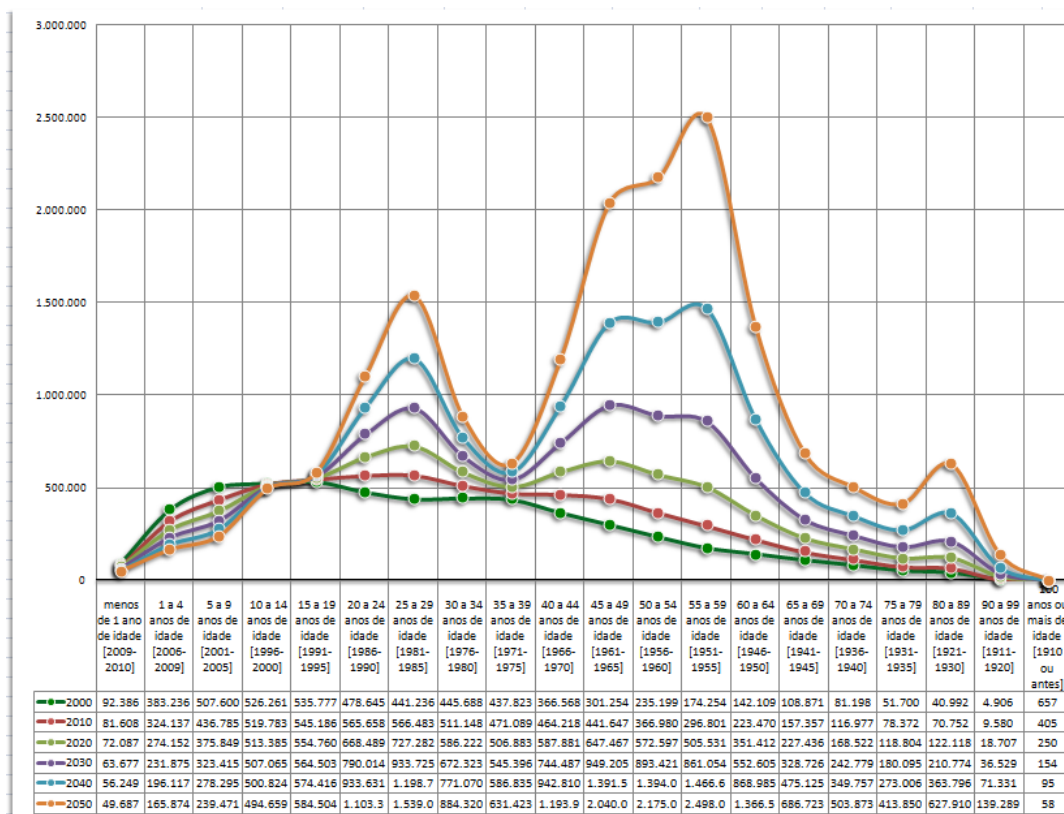
Há também adversidades capazes de transformar aquele referido céu de brigadeiro em tom menos encorajadores, mas cujo enfrentamento haverá de dissipar os temores que se apresentem. Alguns são possíveis de serem identificados, sem que sejam pré-diagnosticados como os mais relevantes ou ameaçadores.

As nossas diferentes inserções e o protagonismo das ações a que cada uma em sua área de influência atua, poderá fazer com que a maior ou menor relevância tenha significação destacada.

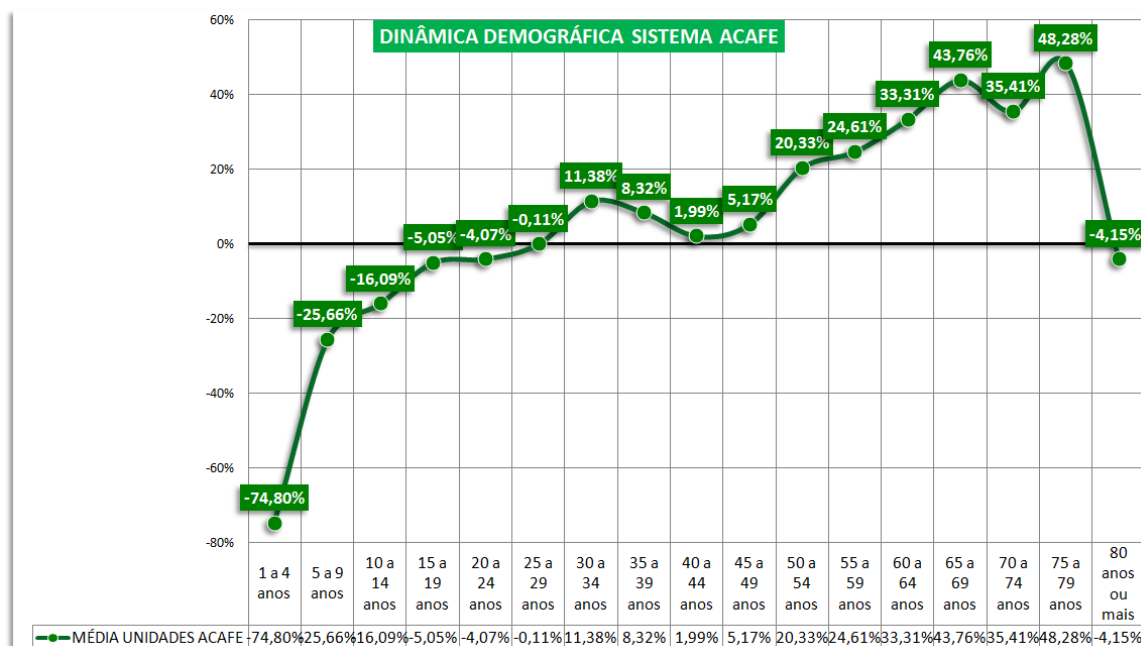
Todas estão condicionadas quanto as suas atuações no ensino superior nas respectivas cidades polos ou microrregiões de abrangência ao comportamento demográfico de suas populações¹⁵, que se espera tenha forte crescimento vegetativo ou migratório, bem como as questões de empregabilidade em suas comunidades, estas sujeitas a variáveis que envolvem ramos de negócios que tenham reflexos na dinâmica econômica, capaz de ser alavancada ou travancada por variáveis externas de mercado globalizado, nacionalizado e regionalizado. Nas diferentes regiões Catarinenses há componentes econômicos fortes que influenciam além-fronteiras regionais e nacionais.

¹⁵ Instituto de Pesquisas Sociais UNIVALI, Relatório de Resultados de Pesquisa – Desenvolvimento da Educação em Unidades ACAFE, 2012

Prof. Dr. Mário Cesar dos Santos



Análise demográfica, projeção 2.000 a 2.050¹⁶



Análises do IPS Univali¹⁷, quanto aos cenários demográficos de SC. Estudo avalia a posição em cada microrregião e a abrangência de cada IES.

¹⁶ Instituto de Pesquisas Sociais UNIVALI, Relatório de Resultados de Pesquisa – Desenvolvimento da Educação em Unidades ACAFE, 2012.

¹⁷ Instituto de Pesquisas Sociais UNIVALI, Relatório de Resultados de Pesquisa – Desenvolvimento da Educação em Unidades ACAFE, 2012.

Prof. Dr. Mário Cesar dos Santos

DINÂMICA DEMOGRÁFICA	2000	2010	2020	2030	2040	2050
menos de 1 ano de idade [2009-2010]	92.386	81.608	72.087	63.677	56.249	49.687
1 a 4 anos de idade [2006-2009]	383.236	324.137	274.152	231.875	196.117	165.874
5 a 9 anos de idade [2001-2005]	507.600	436.785	375.849	323.415	278.295	239.471
10 a 14 anos de idade [1996-2000]	526.261	519.783	513.385	507.065	500.824	494.659
15 a 19 anos de idade [1991-1995]	535.777	545.186	554.760	564.503	574.416	584.504
20 a 24 anos de idade [1986-1990]	478.645	565.658	668.489	790.014	933.631	1.103.356
25 a 29 anos de idade [1981-1985]	441.236	566.483	727.282	933.725	1.198.767	1.539.043
30 a 34 anos de idade [1976-1980]	445.688	511.148	586.222	672.323	771.070	884.320
35 a 39 anos de idade [1971-1975]	437.823	471.089	506.883	545.396	586.835	631.423
40 a 44 anos de idade [1966-1970]	366.568	464.218	587.881	744.487	942.810	1.193.965
45 a 49 anos de idade [1961-1965]	301.254	441.647	647.467	949.205	1.391.562	2.040.070
50 a 54 anos de idade [1956-1960]	235.199	366.980	572.597	893.421	1.394.001	2.175.054
55 a 59 anos de idade [1951-1955]	174.254	296.801	505.531	861.054	1.466.605	2.498.019
60 a 64 anos de idade [1946-1950]	142.109	223.470	351.412	552.605	868.985	1.366.501
65 a 69 anos de idade [1941-1945]	108.871	157.357	227.436	328.726	475.125	686.723
70 a 74 anos de idade [1936-1940]	81.198	116.977	168.522	242.779	349.757	503.873
75 a 79 anos de idade [1931-1935]	51.700	78.372	118.804	180.095	273.006	413.850
80 a 89 anos de idade [1921-1930]	40.992	70.752	122.118	210.774	363.796	627.910
90 a 99 anos de idade [1911-1920]	4.906	9.580	18.707	36.529	71.331	139.289
100 anos ou mais de idade [1910 ou antes]	657	405	250	154	95	58
Total	5.356.360	6.248.436	7.599.835	9.631.822	12.693.276	17.337.647

A sorte de tais negócios e investimentos segmentados pode ser fator positivo ou adverso, que tende a influenciar as instituições de sua base territorial e assim, fazer prospectar cursos e atividades que elevem o desempenho institucional. O contrário senso pode ser fator inibidor de crescimento e capaz de influir neste cenário.

Se por um lado na educação superior, temos ainda um crescimento do segmento público com apoio do REUNI, ampliando as unidades e campus de ofertas das federais e institutos, por outro há o crescimento do segmento privado de educação superior, alavancado por instituições internacionais que já se destacam com significativo percentual de inserção e fatia de mercado.

Para aferir o enorme desafio decorrente da ampliação das ofertas pelo crescente número de instituições é oportuno analisar nas informações oficiais do MEC, os seguintes quadros do crescimento de Instituições, no período 2001 a 2013.



Nesta análise dos informes oficiais do MEC também encontramos o quadro segundo as diferentes categorias administrativas, no mesmo período de 2001 a 2013:



Se as informações forem cruzadas entre com as categorias e a organização acadêmica, vemos talvez o grande desafio que estamos enfrentando, qual seja a enorme expansão das faculdades isoladas, que além de não ter, na maioria dos casos, qualquer comprometimento com a cidade onde se instala e a vida de sua região, pratica só ensino, em cursos que revelam oportunidades de mercado, quase sempre com um fito econômico exacerbado e por não ter os custos de um sistema de ensino superior apoiado na ensino, pesquisa e extensão, não tem compromissos com a qualidade, não primam pela excelência mas sim por uma situação de mercado.

Neste sentido opera-se a chamada “mcdonização” do ensino onde grandes instituições mantêm um pulverizado universo de faculdades isoladas, reduzindo os custos no todo para ofertar ensino a preços incompatíveis com a qualidade de outras que se estruturam e se vinculam as regiões, devolvendo as comunidades além das oportunidades de crescimento intelectual e econômico, o esforço acadêmico em serviços na própria área educacional, além de serviços de extensão e atendimentos sociais e de saúde.

IES no Brasil Categoria e Organização Acadêmica

Categoria	Organização Acadêmica				Total
	Universidade	Centro Universitário	IF/CEFET	Faculdade	
Pública	103	7	40	160	310
Privada	90	133	-	2.105	2.328
Total	193	140	40	2.265	2.638

Fonte: Portal e-MEC. Consulta em Set/2013.



ENSINO PÔSTER

IV FÓRUM INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA ACAFE**

SUMÁRIO

| ENSINO - PÔSTER |

A FESTA DAS LETRAS: UMA ALFABETIZAÇÃO POSSÍVEL

Neli Aparecida Gai, Sandy Carla Fernandes de Queiróz

PENPAL: UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO SUPERIOR

Richarles Souza de Carvalho

ATELIÊ DE ARQUITETURA

Newton Marçal Santos, Alisson Camargo de Souza, Harrysson Fiorillo Cabral

CATÁLOGO ELETRÔNICO DAS MACROALGAS DA ZONA COSTEIRA CATARINENSE

Gabriel da Cunha Bombo, Márcio da Silva Tamanaha.

ENSINO FARMACÊUTICO PARA ATUAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): CONTEXTO E PERSPECTIVAS

Ana Paula Bazo, Leonardo de Paula Martins, Candice Steckert da Silva, Fabrício Eladio Felisbino, Katiuce Alves de Castro, Luiz Fábio Bianco, Morgana Maria Cascaes Montanha

ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE AUTOMATIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DA ÁREA AZUL DA CIDADE DE RIO DO SUL – SC

Lenilson Porath, Jhonatan W. Voltolini, Diego F. N. da Silva, Marco A. Butzke

UNIVERSIDADE ABERTA DA MAIOR IDADE NA UNIARP: INCLUSÃO E CIDADANIA

Ilze S. Chiarello

FAEG: QUESTÕES DE DIREITO EM CONCURSOS PÚBLICOS

Nielson Ribeiro Modro

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID/CAPES, 27ª GERED, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E UNIPLAC: PARCEIROS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Aline Dallazem, Ariane Luckmann Bohneberger, Juliano Machado Menegazzo, Mara Shirley Rossi, Mariléia Aparecida Wolff Tubs, Schirlei Aparecida Braz de Souza, Vera Rejane Coelho

CAFÉ FILOSÓFICO: INOVANDO METODOLOGIAS E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Marilene da Rosa Lapolli

A FESTA DAS LETRAS: UMA ALFABETIZAÇÃO POSSÍVEL

Neli Aparecida Gai, Sandy Carla Fernandes de Queiróz

Unoesc – Xanxerê
E-mail: neli.gai@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

Nestas palavras introdutórias da metodologia, intitulada, Festa das letras, explicitamos o desejo e a necessidade de pensar a alfabetização e o letramento como centro de acolhimento cognitivo, pois ao tempo em que se deixa de dedicar ao ensino e à aprendizagem para dedicar-se somente às questões sociais, podemos deixar de aprender. Este projeto implantado no Campus de Xanxerê desde 2011, no curso de Pedagogia na disciplina de Alfabetização e Letramento, implantou uma nova estratégia para que as crianças aprendam a ler e escrever de forma lúdica, dentro de um cunho sistematizado e científico, denominado, “Festa das Letras”.

OBJETIVO

Diante disso, nasce o desejo de investigar como a festa das letras pode auxiliar no processo de formação alfabetizador letrador.

METODOLOGIA

Por meio de uma concepção dialética, desenvolve-se uma proposta teórica-metodológica de alfabetizar letrando. O estudo pensa como a Festa das Letras pode auxiliar na formação das alfabetizadoras, no desenvolvimento da metodologia, pois acreditamos que a primeira condição da inclusão social é a inclusão cognitiva. A possível resposta dessa interrogativa está entre a vasta produção em relação à alfabetização e o letramento, os métodos de alfabetização, a leitura, a escrita, os níveis da escrita e as práticas sociais, os chavões da alfabetização cidadã, libertadora e emancipatória. Em verdade, propomo-nos a compreender a função da alfabetização e do letramento na experiência a ser pesquisada focada nas questões sociais e tornar esta, uma pesquisa que possa contribuir com a formação dos alfabetizadores letradores que asseguram o sucesso da

aprendizagem. Essa tarefa não está sendo fácil; ao contrário, é muito desafiadora por vários motivos, dos quais destacamos três, que provocam de forma mais veemente: querer, fazer e viver uma metodologia. É uma tarefa provocadora: primeiro, por não saber bem o que é e o que precisaremos enfrentar para alcançar o objetivo proposto; segundo, porque precisamos decidir o objeto de estudo, os autores, e, por último, mas não menos importante, é o desequilíbrio constante – sair da zona de conforto e provocar o nosso pensar de como estamos lendo os autores e as experiências? Será simplesmente mais uma na área da alfabetização, que não contribui com a prática dos alfabetizadores? Como está o nosso olhar para este trabalho? É preciso, portanto, vincular o olhar do dia a dia, de alfabetizadoras, de formadoras, ao olhar de pesquisadoras na alfabetização. Sair da nossa escuta e desafiar-nos a escutar as teorias da alfabetização e do letramento e, também, as alfabetizadoras, de maneira a não neutralizar as ações desse processo. É nesse sentido que nos vemos construindo a metodologia, chamada Festa das Letras, vemos que não é um risco harmonioso de um tricô em que cada ponto vai acrescentando a anteriores e a rede vai se ajustando. Há cortes dramáticos de lãs que, de repente se interrompem e o risco vai a outra direção. Diferentes mudanças de concepções, metodologias, métodos e técnicas que pareciam firmemente fundadas para produzir uma metodologia que possa contribuir, requer uma releitura com um olhar atento, ético e comprometido com os sujeitos envolvidos, com as produções da alfabetização e do letramento, no contexto local e amplo. Um olhar desatento pode provocar leituras já realizadas e compreensões reducionistas que não contribuem com as reflexões necessárias para as questões da alfabetização e do letramento. Contudo, a formação que recebemos, na graduação e nos cursos de formação básica e continuada não nos possibilitava compreender porque as crianças são diferentes. Instigava-nos a pergunta: como compreender teórica e metodologicamente para que todas as crianças sejam incluídas cognitivamente no processo da leitura e da escrita? Quais são os conhecimentos essenciais para o alfabetizador? É necessário um currículo didático para a alfabetização? Na busca de construirmos alternativas a essas inquietações, reorganizamos a prática e, conseqüentemente, a formação dos alfabetizadores. Por meio desse estudo constante, com o objetivo de compreender como foram ensinadas as crianças, o que podemos aproveitar e o que devemos ressignificar, começamos um diálogo constante com os colegas das escolas e nos cursos de formação de alfabetizadores, os quais têm o compromisso e a responsabilidade de estudar os fatores da não aprendizagem das crianças. A partir desses estudos, passamos a enxergar a sala de aula como uma “festa de diferenças”, onde todos são capazes de aprender e se desenvolver, mas com o seu ritmo, em seu tempo, respeitando suas especificidades, sentimos aí uma vontade de contribuir com todos os níveis de aproveitamento: é desse ponto de vista teórico-metodológico que a compreensão e o trabalho com as diferenças individuais no processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita supõem atividades técnicas que permitam que todos os níveis evoluam em sua aprendizagem. Implica em fazer um diagnóstico contínuo de aprendizagem, sem esperar a avaliação final do processo. A proposta requer incluir verdadeiramente todos no processo de aprendizagem a partir de momentos com atividades específicas para cada nível, possibilitando que comecem a realizar as atividades que possuem condições e mais gostam. Gradativamente, acrescentam-se atividades e temáticas que possibilitem o desenvolvimento integral. Esses aspectos explicitam a importância da compreensão das condições essenciais para o próprio aprendizado. De acordo com o acima

exposto, um dos requisitos mais importantes para o êxito do ensino, para a elevação da efetividade, é a atenção ao alfabetizado, às particularidades das crianças. Para muitos alfabetizadores, essa ação resulta em incompatibilidade com suas concepções do processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, essa incompatibilidade foi construída historicamente pelos métodos homogêneos. Os efeitos sobre a desmotivação, devida as experiências negativas dos alfabetizadores e das próprias crianças, apresentam-se como argumentos contrários a esse tipo de trabalho por níveis de aproveitamento. Todavia, as posições teóricas de Slavin demonstram resultados melhores que o trabalho homogêneo. O processo da leitura e da escrita diferenciadas deve enfrentar o problema de base: como as crianças dos anos iniciais aprendem? Como criar uma relação menos utilitarista dos métodos de ler e de escrever e instaurar um processo ensino-aprendizagem que dê um verdadeiro sentido? Como inscrever o trabalho da leitura e da escrita em uma perspectiva social e em uma relação entre toda a comunidade escolar que façam da escola um local de inclusão cognitiva? Quando nos assumimos como alfabetizadoras-pesquisadoras, a vontade de estar com as crianças é acentuada, pois vemos nelas uma fonte enriquecedora da nossa formação: a cada dia uma descoberta, uma possibilidade a mais para ensinar a leitura de mundo e a leitura da palavra, produzindo conhecimento. As diferenças individuais das crianças soam como vozes que exigem mais atenção. Diante disso, nos perguntamos: é possível desaprender para aprender, aplicando uma alfabetização das diferenças, e ensinar a todos alcançarem os conhecimentos correspondentes aos seus limites, aos seus respectivos “mundos”. Para isso acontecer, é necessário prestar mais atenção à idade com que estamos trabalhando, aos conhecimentos correspondentes à série, a um currículo didático – com metodologia, métodos, técnicas e estratégias adequadas ao alcance dos objetivos –; por isso a ideia de uma pesquisa constante. O nosso desejo de pensar que na formação das alfabetizadoras, elas sejam capazes de priorizar a alfabetização cognitiva, aproximamos os aspectos teóricos e aos metodológicos para assim fazer intervenção. Percebemos, no olhar das crianças, a necessidade de ser enxergadas por meio do currículo, do Projeto Político-Pedagógico e pelos planejamentos de ensino e de aprendizagem da alfabetização. Os distanciamentos entre a reflexão teórica e a metodológica sobre as ações das alfabetizadoras, mostram as fragilidades que hoje tomamos como um objeto de pesquisa na alfabetização, explicam nosso desejo pelo objeto de estudo e pela ideologia que seguirmos. Desde a implantação do projeto, as acadêmicas dos cursos de Pedagogia participam de atividades de formação visando à construção dessa proposta. Preocupados com isso, o curso de Pedagogia desenvolveu na disciplina de alfabetização e letramento, uma nova estratégia para que as crianças aprendam a ler e escrever de forma lúdica, mas de cunho sistematizado e científico intitulado “festa das letras”, esta prática, proporciona as crianças uma nova forma de aprender, de modo prazeroso e essencialmente lúdico. A festa das letras apresenta metodologias diferenciadas para o processo de alfabetização, dentre elas: rimas, história da escrita, história do alfabeto, canto, além de um ambiente alfabetizador. Conta com estratégias diferenciadas, tanto para o alfabetizador ensinar, quanto para a criança aprender.

RESULTADOS

A socialização dessa experiência em várias escolas, construídas no âmbito do projeto, contribui para a construção do percurso formativo dos alfabetizadores, na medida em que visualizam e viabilizam importantes reflexões acerca da prática pedagógica do alfabetizador, considerando os aspectos científicos da alfabetização no mundo lúdico da criança. Tendo sido aplicada com vários grupos de crianças, com idade entre 05 e 09 anos, a Festa das Letras, apresenta como resultados, práticas que podem certamente ser utilizadas na alfabetização com as crianças de todos os lugares, além de auxiliar na apropriação do processo de leitura e escrita, fatores indispensáveis para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. O resultado dessa metodologia, Festa das letras, sugere a qualificação do processo formativo dos alfabetizadores.

CONCLUSÕES

Uma das recentes constatações é que os acadêmicos demonstram conhecimento técnico, pedagógico e desejo em alfabetizar. Observa-se pelo depoimento das crianças: “Eu gostei da Festa das letras, estava bem colorido, as letras também eram coloridas, fiquei feliz porque ganhei um livrinho, uma bolacha e uma almofada com o meu nome para levar para casa. Gostei da caverna e das rimas, foi muito legal.” “Aprendi o alfabeto, dos homens das cavernas que eles escreviam nas paredes as palavras (história da escrita), dos desenhos que tinham letras, no desenho da cerca tinha o H (história do alfabeto), o som das letras também (alfabeto fônico) e da moça surda que ensinou o alfabeto alfabeto das mãos (alfabeto em libras).” A alfabetização nunca esteve tão presente no contexto das discussões como atualmente. O fato é que um novo pacto tem ampliado tais discussões assim como as práticas de ensino o que nos desafia pesquisar nossa práticas e inovar nossas ações.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Festa das letras.

PENPAL: UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO SUPERIOR

Richarles Souza de Carvalho

Professor Mestre da Unidade Acadêmica de Humanidades,
Ciências e Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense
E-mail: rsc@unesc.net

RESUMO

Dentro do universo das discussões sobre a formação universitária brasileira, figura, não menos importante, a formação nos cursos de licenciatura. O presente texto pretende demonstrar como determinada dinâmica pode colaborar na formação do futuro licenciado. Seu objetivo principal é socializar uma experiência de ensino em um curso de Letras, a qual vai ao encontro do que preconizam alguns parâmetros (oficiais ou acadêmico-teóricos) para a formação do profissional dessa área. No campo teórico, a Abordagem Comunicativa (BROWN, 1994) serviu de arcabouço para os princípios e construção da atividade. A experiência em questão foi a utilização de um website de comunicação com pessoas de outros países, também aprendizes da língua inglesa. Existem diversos penpal websites destinados a esse intento. Concomitante à escolha de um desses suportes – websites – o gênero email foi trabalhado em sala de aula com alunos de uma terceira fase do curso de Letras. A atividade se mostrou interessante e significativa, levando-se em consideração o feedback positivo verbalizado pelos acadêmicos e registrado tanto na atividade em si, como em avaliações formais as quais retomavam conteúdos exercitados nos emails. Outrossim, a experiência desse “professor em formação” constrói uma potencialidade a qual poderá futuramente ser trabalhada com seus alunos.

INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2013, dentro da disciplina de Língua Inglesa III do curso de Letras da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense), desenvolvi junto aos alunos um projeto de intercâmbio linguístico-cultural por meio de emails com pessoas de outros países que também estudam Inglês. Como se trata de um curso de licenciatura, tento sempre fazer com que minhas ações como professor formador de futuros de alguma forma transformem o aprendizado de nosso conteúdo (no caso a língua) no mais significativo possível, ao passo que tais ações também ajudem na construção de um background didático-pedagógico que poderá ser utilizado no futuro. Ou seja, as atividades que são trabalhadas com os acadêmicos poderão ser trabalhadas no futuro com seus alunos quando já forem professores formados. Penpal é uma expressão em inglês que significa

Richarles Souza de Carvalho

literalmente amigo (*pal*) da/pela caneta (*pen*)¹. O início da utilização do termo, bem como a atividade em si, conduz-nos ao contexto pós-guerra da década de quarenta. Uma das hipóteses do início do intercâmbio de correspondências (no início por cartas obviamente, daí o termo pen=caneta) entre pessoas de países diferentes para melhor se conhecerem, etc., seria uma afirmação positiva para “diminuir o mal estar” causado pela guerra que naquele momento terminava. Logo, os primeiros países a fazerem penpal foram os EUA e a Alemanha. Com o passar dos tempos, a atividade foi incorporada por ambientes acadêmicos e educacionais, especialmente escolas de idiomas que tinham antes do contato físico dos intercâmbios culturais, um tempo de troca de cartas para o melhor conhecimento dos alunos que iriam passar um tempo na casa do amigo de outro país. Atualmente, a atividade de penpal é feita quase que totalmente pela internet por meio de e-mails e/ou conversas síncronas, para intercâmbio virtual a distância, e, sobretudo, desenvolvimento do letramento em determinada língua estrangeira que se estuda.

MATERIAIS E MÉTODOS

Intitulamos o projeto como Penpal Activity e o primeiro passo foi a contextualização histórica sobre a prática de penpal no mundo, sua gênese e redimensionamentos até os dias atuais. Após essa primeira etapa, propus aos alunos alguns penpal websites, os quais eu já conhecia e já havia trabalhado, para que em conjunto fizessem a escolha. Penpal International (<http://ppi.searchy.net>) foi o website escolhido. Sempre com base na Abordagem Comunicativa, registrada por Brown (1994), nossa rotina começou a se constituir numa busca pela “comunicação real”. Como se tratava de uma terceira fase do curso, disciplina Língua Inglesa III, supunha-se que a maioria dos alunos conhecessem e dominassem estruturas léxico-gramaticais básicas. Quanto às funções da língua, espera-se que um aluno que concluiu os dois primeiros semestres de Língua Inglesa saiba se apresentar em Inglês, falar sobre sua rotina diária, dizer sobre o que estuda, seus gostos, hobbies, narrar eventos recentes no passado (como o que o fez no final de semana), bem como questionar sobre todos esses mesmos pontos. Tais funções se configuram em um leque mínimo de opções linguísticas, mas suficientes para colocar em prática a comunicação, mesmo que inicial, com pessoas também aprendizes de língua inglesa de outros países. Passamos então para um período de revisão e treino desses conceitos já apropriados nas fases anteriores, bem como a estruturação de vocabulários novos e expressões que possivelmente iriam utilizar nos emails. Nossas aulas passaram a acontecer em um laboratório de informática. Semanalmente os alunos entravam em contato com novos penpals ou desenvolviam o diálogo já estabelecido com alguns deles. Solicitei aos alunos que não deixassem para entrar no website somente em nossos dias de aula, mas que fizessem da atividade algo diário, com o máximo de contato possível. O embasamento dos alunos também aconteceu por meio da consulta a dicionários bilíngues e gramática da língua inglesa.

Richarles Souza de Carvalho

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Já havia desenvolvido essa atividade algumas vezes no Ensino Fundamental e Médio, algumas vezes por carta. Também no Ensino Superior, algumas experiências foram feitas. Esperava, portanto, êxito dessa vez, o que de fato aconteceu. A ideia era contatar o máximo possível de pessoas e de países diferentes durante o semestre. Logo, penpals de diversos locais do mundo fizeram parte de nossa experiência: Angola, Japão, Estados Unidos, Itália, Nigéria, Coreia, Suécia, entre outros. Vários fatos interessantes foram narrados pelos alunos a partir da troca de emails. Algumas histórias inusitadas acabaram constituindo todo o processo como a de um jovem italiano que estava em uma ambulância no momento que recebeu o email de uma aluna de Letras. Ele trabalha como socorrista e estava trabalhando naquele momento, mas sem deixar de estar “online”. Outro fato que chamou a atenção foi a de um estadunidense que estava desempregado e pediu informações de emprego aqui no Brasil, demonstrando interesse em mudar-se para nosso país. Fato que também merece destaque foi a apresentação do projeto para a mídia externa em nível estadual no programa Patrola da rede de televisão RBSⁱⁱ. O efetivo aprendizado pode ser percebido por meio do feedback positivo da maioria dos alunos, tanto verbalmente como pelo bom desempenho em avaliações formais em sala de aula. O registro de todos os emails, recebidos e enviados, também fez parte de uma avaliação. Concomitante ao processo de aprendizagem de novas estruturas, bem como a validação daquelas já apropriadas, está o conhecimento didático-pedagógico agregado para esses acadêmicos, que são professores em formação.

CONSIDERAÇÕES

Como todo processo de ensinoaprendizagem, seja qual for a área ou conteúdo, pontos positivos e negativos fazem parte do trabalho. Nessa experiência acima narrada os pontos positivos foram muito superiores. Contudo, vale registrar que alguns poucos alunos não conseguiram realizar as atividades a contento, seja por lacunas conceituais linguísticas, seja por descompromisso diante dos acordos estabelecidos. Um dilema também enfrentado foi a utilização de tradutores online. Tal problema foi redimensionado ao passo que reafirmamos a possibilidade de utilização dessas ferramentas tão somente para o nível lexical, salvaguardando a necessidade de avaliação por parte de quem está construindo os textos, tendo por base fatores como polissemia, contexto, coesão e coerência. Particularmente, vejo como possibilidades a continuação dessa dinâmica em outras fases mais avançadas do curso, quando novas interações serão possíveis, sobretudo, pelo progresso conceitual linguístico que potencialmente muitos alunos terão. Ainda, mesmo tendo afirmado todo o ganho da atividade com gêneros textuais em situações reais de comunicação para a formação da licenciatura em Letras, isso não invalida a possibilidade desse trabalho em outras licenciaturas, outras áreas do conhecimento e/ou diferentes cursos de bacharelado.

Palavras-chave: Língua Inglesa. Abordagem Comunicativa. Penpal

Richarles Souza de Carvalho

REFERÊNCIAS

BARBARA, Leila; RAMOS, Rosinda de Castro Guerra (orgs.). **Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas**: homenagem a Antonieta Celani. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Crenças sobre aprendizagem de línguas, *Linguística Aplicada e ensino de línguas*. **Linguagem & Ensino**, v. 7, n. 1, 2004 (p. 123-156)

BROWN, H. Douglas. *Teaching By Principles: An Interactive Approach To Language Pedagogy*. **Upper Saddle River**, New Jersey: Prentice Hall, 1994.

HOLDEN, Susan. **O ensino da língua inglesa nos dias atuais**. São Paulo: SBS - Special Book Services, 2009.

LEFFA, Vilson J. (org.) **O professor de línguas estrangeiras**: construindo a profissão. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2006.

MEURER, J. L. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, M. B.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). **Aspectos da Lingüística Aplicada**. Florianópolis: Editora Insular, 2000. p. 149-166.

<http://www.unesc.net/portal/blog/ver/55/22748>

NOTAS

- i Por vezes a expressão penfriend também é utilizada.
- ii Disponível em <http://redeglobo.globo.com/sc/rbstvsc/patrola/videos/t/edicoes/v/confira-a-historia-de-quem-aprendeu-a-falar-um-idioma-sozinho/2582071>. Acesso em: 21 ago. 2013.

ATELIÊ DE ARQUITETURA

Newton Marçal Santos

Professor e coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo

E-mail: newtonmarcal@brturbo.com.br

Alisson Camargo de Souza

Acadêmico da 8ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo

E-mail: alissoncamargo2002@yahoo.com

Harrysson Fiorillo Cabral

Acadêmico da 10ª fase do curso de Arquitetura e Urbanismo

E-mail: harryfio@hotmail.com

RESUMO

A proposta do projeto do Ateliê de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Contestado campus Curitiba vem sendo pensada e desenvolvida desde meandros do ano de 2012 por um professor Arquiteto e Urbanista em conjunto com dois acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo que o mesmo contempla várias áreas de interesse tanto acadêmico quanto social. O objetivo maior do projeto do Ateliê de Arquitetura é oferecer aos acadêmicos engajados na proposta maior conhecimento prático das atividades e responsabilidades que a profissão de Arquiteto e Urbanista exige, formando profissionais com uma visão holística do seu campo de trabalho, não se atendo somente ao campo técnico e científico da profissão, mas abordando também as questões sociais, econômicas, ambientais e humanas do exercício de suas atividades. Como objetivos secundários, o projeto pretende oferecer uma estrutura de suporte ao desenvolvimento de outros projetos coordenados e orientados pelo próprio Ateliê de Arquitetura, onde se torna possível a inclusão de novos projetos, conforme a demanda acadêmica e da sociedade curitibanense. Atualmente contamos com 10 (dez) projetos em fase de elaboração e execução, sendo eles: Residência da Dona Teresinha, Levantamento Topográfico de Terrenos da UAB e Áreas Públicas, Banco de Materiais Inservíveis, Habitação Social / Regularização Fundiária, Projeto da Nova Biblioteca da Universidade do Contestado Campus Curitiba, Conforto Ambiental - Caixas de Leite, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, Monitorias de Disciplinas, Cursos Optativos aos acadêmicos da UnC, Laboratório Técnico para Treinamento de Mão de Obra. Além deste, o outro objetivo é fornecer às camadas da população com menor renda a oportunidade de melhoria na sua qualidade de vida, através de melhorias nas suas habitações, regularização da situação de seus imóveis e

Newton Marçal Santos, Alisson Camargo de Souza, Harrysson Fiorillo Cabral

terrenos, promoção de cursos de capacitação na área de construção civil, fortalecendo a sociedade e valorizando por consequência a profissão do Arquiteto e Urbanista, profissional responsável pela idealização, planejamento, execução e melhoria de obras que visam a propiciar melhores condições de vida aos habitantes da cidade e melhor aproveitamento do espaço físico em consonância com a sustentabilidade ambiental.

CATÁLOGO ELETRÔNICO DAS MACROALGAS DA ZONA COSTEIRA CATARINENSE

Gabriel da Cunha Bombo, Márcio da Silva Tamanaha

Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: marcio.tamanaha@univali.br

RESUMO

As macroalgas de ambiente estuarino tem como função primordial a manutenção da vida deste ambiente, protegem entre seus filamentos uma fauna bastante diversificada, além disso, elas também são produtores dentro de seus ecossistemas, alimentando animais herbívoros e como local de reprodução de diversas espécies, contribuindo significativamente para a elevação da biodiversidade marinha e estuarina. Considerando ainda a importância socioeconômica das algas, aliadas a um pequeno grupo de angiospermas marinhas, constituem os produtores primários que sustentam a vida nos mares e oceanos e, portanto, desempenham um papel ecológico fundamental na manutenção destes ecossistemas. É possível ainda que as algas calcárias tenham um importante papel no ciclo global do carbono, tendo sua abundância e diversidade provável influência sobre o clima do planeta. Dentro do estudo de taxonomia de macroalgas no Brasil, muitos trabalhos já foram realizados, porém após o trabalho de Joly em 1965, os trabalhos tomaram um rumo muito mais específicos e na maioria voltados ao sudeste brasileiro. Ainda com o passar do tempo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se os estados mais estudados em relação às macroalgas bentônicas. Trabalhos específicos em relação à Heterokontophyta: Phaeophyceae estão concentrados nas regiões sul e sudeste, já as Rhodophyta são mais abundantes e literaturas são citadas ainda no sul e sudeste, porém há também trabalhos voltados ao nordeste sobre a classe das algas vermelhas. Algumas revisões bibliográficas, apontando espécies que foram descritas em diversos artigos, das quais foram consideradas mais abundantes, ocorrendo em pelo menos 80% dos trabalhos relacionados com a taxonomia das macroalgas do litoral catarinense ou litoral sul do Brasil. Contudo, poucos possuem informações de exemplares do litoral brasileiro, especialmente no caso dos costões rochosos do litoral de Santa Catarina, com exceção apenas para o publicação eletrônica (sitio) elaborada e mantida por pesquisadores da USP e UFSC. Além disso, o acervo físico de macroalgas costuma ser mais difícil de ser concretizado dentro das universidades pelo espaço ocupado, material utilizado para a preservação, na qual utiliza compostos tóxicos, como no caso do formaldeído PA, catalogação de espécies, conservação das amostras. Considera-se a

questão do ensino acadêmico, quanto à riqueza de exemplares colocados em aulas práticas através da exposição ao manejo dos fixadores que podem causar prejuízo a saúde. Atualmente, muitas são as referências relacionadas a composição e taxonomia das macroalgas, contudo, a não acessibilidade completa pelos acadêmicos, bem como a comunidade em geral, desconhece muitas das características das macroalgas. Desta forma, atualmente os catálogos eletrônicos poderão solucionar, pelo menos em parte, a questão de infraestrutura de herbários dentro das instituições de ensino e pesquisa, relacionada ao espaço e manutenção destes locais. Sendo que imagem de qualidade pode ser apresentada como forma de substituir as amostras coletadas, dentro das possibilidades. Este projeto visa à elaboração de um veículo eletrônico para disponibilizar um material que além de compilar/revisar informações bibliográficas taxonômicas sobre a região costeira catarinense, habilitar ao público de interesse material fotográfico de certa qualidade e possibilitar o reconhecimento das espécies apresentadas para qualquer interessado. As coletas foram realizadas entre março 2012 e janeiro 2013, posteriormente, os espécimes foram triados, identificados e fotografados em laboratório. De acordo com os resultados, foram observadas as seguintes espécies de macroalgas, como espécies da divisão Rodophyta: *Aglaothamnion felliponei*, *Amphiroa beauvoisii*, *Arthrocardia flabellata*, *Centroceras clavulatum*, *Ceramium brasiliense*, *Ceramium tenerrimum*, *Chondracanthus acicularis*, *Chondracanthus teedei*, *Corallina officinales*, *Cryptopleura ramosa*, *Gymnogongrus griffithsiae*, *Herposiphonia secunda* f. *secunda*, *Herposiphonia secunda* f. *tenella*, *Hypnea musciformis*, *Hypnea spinella*, *Jania Rubens*, *Laurencia microcladia*, *Pterocladia capillacea*, *Pterosiphonia pennata*, *Rhodymenia pseudopalmata*, *Spyridia filamentosa*. Também foi observada dominância e frequência em espécies da divisão Chlorophyta: *Bryopsis plumosa*, *Bryopsis pennata*, *Chaetomorpha aérea*, *Cladophora capensis*, *Cladophora coelothrix*, *Cladophora vagabunda*, *Codium decorticatum*, *Codium intertextum*, *Codium isthmocladum*, *Sphacelaria rigidula*, *Codium taylorii*, *Enteromorpha flexuosa*, *Enteromorpha lingulata*, *Ulva fasciata*. E por fim, espécies da divisão Heterokontophyta, classe Phaeophyceae: *Colpomenia sinuosa*, *Dictyopteris delicatula*, *Dictyota cervicornis*, *Dictyota ciliolata*, *Lobophora variegata*, *Sargassum cymosum*, *Spatoglossum schroeder*, *Sphacelaria tribuloides*. Foi observado também que algumas bibliografias pesquisadas não contemplavam a descrição de taxa observados neste trabalho, como o gênero *Heterosiphonia*, sendo a espécie *H. gibisii* dominante em alguns momentos nos costões do litoral-norte catarinense. Não foi encontrada bibliografia que reporta a ocorrência de *H. gibisii* em Santa Catarina. A diferença entre os resultados pode ter como resposta as estações do ano que foram feitas as coletas dos diferentes trabalhos ou por defasagem temporal dos trabalhos já que em trabalhos mais recentes. O gênero *Arthrocardia* (Rodophyta) que foi citada sua ocorrência para o litoral norte de Santa Catarina, também foi observada neste estudo no litoral sul de Santa Catarina, o qual foi encontrado na coleta para o catálogo apenas no litoral sul, na primavera e verão. Foi possível também observar a diferenciação do crescimento de gêneros como *Codium* sp, *Ceramium* sp, *Centroceras* sp, que puderam crescer tanto em massa como em tamanho muito mais no litoral sul do que no litoral norte de Santa Catarina nos períodos de primavera e verão. Apesar de não haver dados numéricos, é conhecido na literatura que este crescimento expressivo tem relação com temperatura, quantidade de nutrientes disponíveis, luz, sendo a influência do processo de divergência do Cabo de Santa Marta o fato preponderante para tal comportamento. De acordo com estudos, o

Gabriel da Cunha Bombo, Márcio da Silva Tamanaha

gênero *Codium* possivelmente, poderia ter ocorrido uma hibridização entre algumas espécies de *Codium* gerando uma variabilidade de características nos espécimes. Sendo esse o fato é compreensível que haja a confusão de multi-características com crescimento anormal da espécie. Foi possível enxergar que outros gêneros sofrem uma queda de crescimento durante as estações mais quentes do ano, durante as coletas de inverno na região norte foi possível observar dominância dos gêneros *Bryotamnion*, *Glacilaria*, *Gymnogongrus*, *Jania*, *Laurencia*, *Rodymenia*, que foram praticamente ausentes nas coletas de primavera e verão. Houve também taxa ausentes nas coletas que foram citados como ocorrentes por outros trabalhos como é o caso do gênero *Lobophora* sp. que foi citado recorrentemente em outros estudos. Neste estudo, houveram amostragens com o objetivo de encontrar o gênero *Lobophora* sp., contudo não foi possível observado dentro do período. A não observação deste táxon permitiu concluir, de certa forma, que sua ausência entre o ano de 2012-13 pode estar associada a alguma alteração ambiental, que seja de forma localizada ou em meso-escala, pois ela é estudada como bioindicador/biomonitor de ambientes marinhos, em casos específicos, associando com metais pesados. Dentre os taxa observados e coletados, os mais frequentes na bibliografia e abundantes e frequentes neste estudo, foram selecionados para serem catalogados e descritos, e desta maneira, a descrição segue com a divisão *Rodophyta*, *Heterokontophyta*: classe *Phaeophyceae* e *Chlorophyta*, com o respectivo registro. Com as informações obtidas foi elaborado e organizado um sitio de forma simplificada (www.ficologia.eco.br). Neste, a organização foi prioritária em questão das divisões e em seguida os gêneros em cada divisão organizados por ordem alfabética. O sitio é dinâmico e tem capacidade para ser atualizado frequentemente o que possibilita o contínuo crescimento da ferramenta. Com isso se prevê a expansão da área a qual o sitio envolve passar para não só a questão de estudo das macroalgas da região como também das microalgas, para com isso gerar um banco de dados informativo com acesso livre da população.

Palavras-chave: Macroalgas. Ficologia. Santa Catarina.

Fonte do financiamento: Bolsa de Pesquisa do Artigo 170/Governo do Estado de Santa Catarina.

ENSINO FARMACÊUTICO PARA ATUAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): CONTEXTO E PERSPECTIVAS

Ana Paula Bazo, Leonardo de Paula Martins, Candice Steckert da Silva, Fabrício Eladio Felisbino, Katiuce Alves de Castro, Luiz Fábio Bianco, Morgana Maria Cascaes Montanha

Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE)
E-mail: leonardo@unibave.net

INTRODUÇÃO

Ampliar o acesso a medicamentos essenciais à população é parte fundamental do trabalho da Organização Mundial da Saúde (OMS), destinado a prevenir milhões de mortes a cada ano, diminuir o sofrimento da população e reduzir os gastos com enfermidades¹. Em Assistência Farmacêutica, o planejamento pode contribuir para a melhora da concepção reducionista, com propriedade eminentemente quantitativa ou destinada ao atendimento imediato da demanda de medicamentos. É neste sentido, envolvendo um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e à recuperação da saúde, existindo o medicamento como insumo essencial, que a Assistência Farmacêutica torne-se parte integrante da Política Nacional de Saúde e um dos determinantes do acesso da população a medicamentos essenciais (2,11). Acrescenta-se que, a reorientação da Assistência Farmacêutica integra as diretrizes da Política Nacional de Medicamentos, devendo ser considerada como uma das atividades prioritárias da assistência à saúde (3,4). Não é raro encontrarmos autores que defendem a ideia de que a qualidade e a eficiência da Assistência Farmacêutica são influenciadas diretamente pelos recursos humanos, dependendo da formação dos profissionais envolvidos neste tipo de serviço. O Farmacêutico, profissional que trabalha diretamente com prestação de serviços relacionados ao medicamento, é parte indispensável na composição destes recursos humanos, o que torna o papel das instituições de ensino superior na formação destes profissionais, um fator extremamente significativo, uma vez que essas instituições são responsáveis tanto pela formação inicial como pelo estímulo à formação continuada dos mesmos.

OBJETIVO

É neste contexto que se justifica a importância deste trabalho, que tem como objetivo promover uma reflexão sobre o ensino farmacêutico para atuação deste profissional no Sistema Único de Saúde (SUS).

Ana Paula Bazo, Leonardo de Paula Martins, Candice Steckert da Silva, Fabrício Eladio Felisbino, Katiuce Alves de Castro, Luiz Fábio Bianco, Morgana Maria Cascaes Montanha

METODOLOGIA

Esta reflexão foi embasada no contexto histórico da prestação de serviços de saúde no Brasil, na perspectiva da necessidade da população ao acesso a medicamentos essenciais e nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em farmácia.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A Lei 8.080 instituiu o Sistema Único de Saúde no Brasil e estabeleceu entre seus princípios a “universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência”, o que inclui a assistência farmacêutica ^(5,6). O SUS congrega um conjunto de ações e serviços de saúde, prestado por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. De acordo com o Artigo 5º da Lei 8.080/90, o SUS tem por objetivos identificar e divulgar os fatores condicionantes e determinantes de saúde, formular políticas de saúde e prestar assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde através de ações assistenciais e atividades preventivas ⁽⁶⁾. O setor privado participa do SUS em caráter complementar sendo este, contratado ou conveniado ⁽⁷⁾. Para o Ministério da Saúde, um dos requisitos fundamentais à implantação da Política Nacional de Saúde é garantir à população o acesso a medicamentos eficazes, seguros e de qualidade e na quantidade necessária, ao menor custo possível ^(7,8). Neste trabalho será adotada a definição de acesso exposta por Bermudez ⁽⁹⁾, que diz que acesso à medicamentos é: “[...] a relação entre a necessidade de medicamentos e a oferta dos mesmos, no qual esta necessidade é satisfeita no momento e no lugar requerido pelo paciente (consumidor) com garantia de qualidade e a informação suficiente para o uso adequado”.

POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS

A Política Nacional de Medicamentos (PNM) é um documento que especifica metas desenvolvidas pelo governo para o setor de medicamentos, suas relativas importâncias e as principais estratégias para atingi-las, determinando diretrizes para os setores públicos, privados, organizações não-governamentais e outras partes interessadas ^(4,10). Embora haja alguns objetivos diferentes, de acordo com as prioridades de cada governo, as políticas de medicamentos, de maneira geral, tem objetivos em comuns, como disponibilizar medicamentos essenciais para todos os que necessitam deles; garantir a eficácia e a qualidade de todos os medicamentos ofertados à população; e melhorar a prescrição e as práticas de dispensação realizadas pelos profissionais da área da saúde promovendo o uso correto dos medicamentos pela população ^(4,10). De acordo com a PNM, o modelo de Assistência Farmacêutica deve ser reorientado de modo que não se restrinja à aquisição e à distribuição de medicamentos. As ações incluídas nesse campo da assistência tem por objetivo implementar, no âmbito das três esferas do SUS, todas as atividades relacionadas à promoção do acesso da população aos medicamentos essenciais. Assim, o processo de descentralização

Ana Paula Bazo, Leonardo de Paula Martins, Candice Steckert da Silva, Fabrício Eladio Felisbino, Katiuce Alves de Castro, Luiz Fábio Bianco, Morgana Maria Cascaes Montanha

em curso contemplará a padronização dos produtos, o planejamento adequado e oportuno e a redefinição das atribuições das três instâncias de gestão. Essas responsabilidades ficam, dessa forma, inseridas na ação governamental, o que deverá assegurar o acesso da população a esses produtos ⁽⁴⁾.

DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS SUPERIORES DA ÁREA DA SAÚDE

Em 2001, numa perspectiva de revisão, a Comissão da CNE/CES analisou as propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da área de Saúde elaboradas pelas Comissões de Especialistas de Ensino e encaminhadas pela SESu/MEC ao CNE, tendo como referência documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde 8.080 de 19/9/1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20/12/1996, o relatório final da 11ª Conferência Nacional de Saúde realizada de 15 a 19/12/2000 e documentos da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS) entre outros documentos que regulamentam o exercício das profissões da saúde ⁽³⁾. Segundo o Ministério da Educação ⁽³⁾ o objeto das Diretrizes Curriculares é permitir que os currículos propostos possam construir perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referências nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade no SUS.

DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS SUPERIORES DE FARMÁCIA

De acordo com as novas Diretrizes curriculares dos cursos superiores de Farmácia, estes profissionais devem ter uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. Diante deste contexto, o Farmacêutico precisa ser capacitado ao exercício de atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade. A formação do farmacêutico deverá contemplar as necessidades sociais da saúde, a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra referência, além do trabalho em equipe, com ênfase no Sistema Único de Saúde ⁽³⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão da literatura mostra a complexidade e importância da Assistência Farmacêutica na Saúde Pública. São perceptíveis as inúmeras atividades que envolvem a Assistência Farmacêutica ⁽¹¹⁾ e por isso o profissional precisa estar muito bem preparado para poder gerenciá-las ou desenvolvê-las. O farmacêutico, profissional responsável pelas atividades que envolvem os medicamentos, pode e deve desenvolver estes trabalhos, com qualidade e eficiência. Além das áreas relacionadas

Ana Paula Bazo, Leonardo de Paula Martins, Candice Steckert da Silva, Fabrício Eladio Felisbino, Katiuce Alves de Castro, Luiz Fábio Bianco, Morgana Maria Cascaes Montanha

ao medicamento, há de se discutir também o papel do Farmacêutico enquanto analista clínico frente ao SUS. As análises clínicas fornecem informações indispensáveis que confirmam, acompanham ou rejeitam diagnósticos clínicos, bem como fornecem importantes informações de contexto epidemiológico. Nesta área nota-se a intensa automação, visando diminuição de custos, e a busca incansável pela gestão da qualidade nas áreas Pré-analítica, analítica e Pós-analítica, e estes profissionais, devem possuir atributos durante sua formação acadêmica para atuação na Saúde Pública⁽¹²⁾. Neste sentido, a reflexão sobre sua formação deve acontecer de forma continuada, tendo em vista que as universidades precisam, sob o ponto de vista social e legal, formar farmacêuticos para atuarem nos serviços de saúde com “[...] formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capazes atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual”⁽⁴⁾.

Palavras-chave: Ensino farmacêutico. SUS. Cursos de Farmácia.

NOTAS

- 1 OMS. Estrategia farmacéutica de la OMS: lo esencial son los países. OMS, 2004.
- 2 NAVES, J. O. S.; SILVER, L. D.. Evaluation of pharmaceutical assistance in public primary care in Brasília, Brazil. *Revista Saúde Pública*, v. 39, n. 2, p. 223-30, 2005.
- 3 BRASIL (a). Ministério Da Educação/Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Farmácia e Odontologia. Brasília: Diário Oficial da União. Seção 1. p. 25. 2001.
- 4 BRASIL (b). Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Assistência Farmacêutica na atenção básica: instruções para sua organização. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- 5 JUNQUEIRA, V.; PESSOTO, U. C.; KAYANO, J.; NASCIMENTO, P. R.; CASTRO, I. E. N.; ROCHA, J. L.; TERENCE, M. F.; BOARETTO, R. C.; IBANHES, L. C.; CORTI-ZO, C. T.; HEIMANN, L. S. Equidad en la salud: evolución de políticas públicas en Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 1993-1997. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 4, p. 1087-1101, 2002.
- 6 BRASIL. Ministério da Saúde. O Sistema Público de Saúde Brasileiro. São Paulo, 2002.
- 7 BRASIL. Ministério da Saúde. Fórum de competitividade da cadeia produtiva farmacêutica: acesso a medicamentos, compras governamentais e inclusão social. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- 8 LUIZA, V. L.; OSÓRIO-DE-CASTRO, C. G. S.; NUNES, J. M.. Aquisição de medicamentos no setor público: o binômio qualidade-custo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, n. 4, p. 769- 776, 1999.
- 9 BERMUDEZ, J. A. Z. Indústria farmacêutica, estado e sociedade. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- 10 MANAGEMENT SCIENCE FOR HEALTH (MSH)/WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Managing Drug Supply: the selection, procurement, distribution and use of pharmaceuticals. 2 ed. Connecticut: Kumarian Press, 1997.
- 11 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Plane-jar é preciso: uma proposta de método para aplicação à Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- 12 GONTIJO, M. J. B. Z.; FALEIRO, M. L. S.; TAPIA, M. E. L. Informatização dos laboratórios de análises clínicas da secretaria municipal de saúde de Belo Horizonte. *Revista Médica de Minas Gerais*. v. 18. n. 2. p. 71. 2008.

ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE AUTOMATIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DA ÁREA AZUL DA CIDADE DE RIO DO SUL – SC

Lenilson Porath, Jhonatan W. Voltolini, Diego F. N. da Silva, Marco A. Butzke
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi)
E-mail: lporath@gmail.com

INTRODUÇÃO

No ano de 1999 foi implantado na cidade de Rio do Sul um sistema de estacionamento rotativo de área azul ao qual se paga uma tarifa para estacionar em vias públicas da área central do município por um período limitado de tempo. Desde então esse sistema é controlado e administrado exclusivamente de forma manual por meio do preenchimento de formulários de cupons de estacionamento, de notificações e de regularizações emitidos pelos agentes externos os quais posteriormente enviam esses dados para a central de administração e controle onde são transcritos para planilhas eletrônicas. Nos últimos anos tem-se visto um número crescente na frota de veículos do país baseado nas políticas de expansão e acesso ao crédito do governo federal e na melhoria das condições financeiras das famílias brasileiras. Esse crescente número de veículos reflete-se no aumento na demanda por vagas de estacionamento nas vias centrais do município de Rio do Sul fazendo-se necessário a expansão do sistema com a cobertura de mais ruas. Tal expansão também torna controle atual mais complexo e ineficiente a cada dia, demandando mais agentes externos para o monitoramento dessas novas ruas e de pessoal administrativo para gerenciamento de todo o processo. Para solucionar esses problemas e ainda melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo sistema de estacionamento rotativo municipal foi elaborada uma proposta para automatizar os processos e controles que, no presente momento, são estritamente manuais tornando-os assim mais ágeis e seguros. Para as operações de rua, propôs-se o uso de dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones* interligados com micro impressoras térmicas via comunicação *bluetooth* e com o centro de operações e controle por meio das redes oferecidas pelas operadoras de telefonia móvel como CDMA e GPRS. Ao realizar-se a impressão de um cupom de venda ou notificação, os dados referentes a esta operação serão validados em tempo real para que não ocorram erros no preenchimento e serão enviados, via *internet*, a um servidor onde ficarão armazenados para posterior gerenciamento, consultas ou emissão de relatórios.

OBJETIVO

Esse projeto tem como objetivo elencar as necessidades de se automatizar os processos envolvidos no controle e administração do estacionamento rotativo da área azul da cidade de Rio do Sul prototipando a solução proposta a fim de se comprovar as premissas de melhoria na agilidade e segurança do referido processo.

METODOLOGIA

Todo o projeto foi desenvolvido seguindo as boas práticas de engenharia de software como levantamento de requisitos por meio de entrevistas aos *stakeholders* do sistema atual que são os agentes externos e funcionários administrativos além de usuários do estacionamento, gerando assim os artefatos de projeto como Modelo Entidade Relacionamento, Diagrama de Classes, Diagrama de Fluxos de Dados entre outros. Por se tratar de uma solução onde procura-se mobilidade aliada a uma central de administração e controle, optou-se em inserir nos requisitos não funcionais o uso de dispositivos móveis com capacidade de internet por meio das redes de telefonia móvel como GSM e GPRS além da capacidade de comunicação *bluetooth* e *wifi* com o sistema operacional Android, micro impressoras térmicas com capacidade de comunicação *bluetooth* e um servidor *windows* conectado à internet por meio de um IP fixo configurado com um banco de dados *Postgresql* rodando o servidor de aplicações *Java Tomcat*.

RESULTADOS OBTIDOS

Os *tablets* são hoje a tecnologia mais moderna que há no ramo da mobilidade, com eles é possível realizar diversas tarefas sem a necessidade de fios, cabos ou demais periféricos. Dentro do projeto os *Tablets* serão utilizados pelos agentes externos substituindo o uso do papel. Eles deverão estar conectados a internet através da rede 3G, conectados a uma impressora móvel através do *bluetooth* e terão a versão móvel do sistema instalado. Dessa forma, a finalidade dos *tablets* será a de interfacear a emissão cupons de cortesia, a emissão de cupons de estacionamento, a emissão de notificações, a regularização de notificações e de informar sua localização através da tecnologia de localização presente no Android. Todos esses processos serão feitos em tempo real com o envio e recebimento de dados pela internet e com a impressão instantânea de cupons após confirmadas no aplicativo de controle instalado no *tablet*. Com o uso do sistema móvel cada funcionário terá credenciais individuais de acesso, possibilitando assim que somente funcionários autorizados acessem o sistema. Além disso, cada atividade realizada no sistema ficará vinculada ao usuário, dessa forma haverá um controle individual das atividades de cada funcionário. Deverá haver pelo menos um computador na administração, ele terá a versão *backend* do sistema instalada onde estará disponível o painel de controle geral do sistema. Com ele será possível realizar as funções de gerenciamento do sistema como controle dos parâmetros utilizados pelo sistema móvel (validade de cartões, preço, etc.), emissão de relatórios, contagem de registros, acompanhamento da localização dos funcionários externos, controle de usuários, regularização de notificações e despacho de

notificações vencidas e pendentes para a guarda municipal. Haverá também um servidor que será o hospedeiro para o banco de dados e o servidor de aplicações *Java Tomcat*. Este deverá estar disponível em tempo integral para que o sistema acesse o banco para buscar e inserir dados, e para isso se faz necessária a aquisição de um IP fixo, pois é através dele que o módulo móvel do sistema se conectará ao servidor. Espera-se com este projeto eliminar grande parte do trabalho manual hoje realizado pelos funcionários para controlar e administrar o estacionamento rotativo da área azul de Rio do Sul. Com o novo sistema e as novas tecnologias, o software substituirá o uso de papéis preenchidos manualmente. Além disso, o esforço humano para realização das tarefas rotineiras será reduzido, já que o sistema fará várias tarefas automaticamente. Outra característica do novo sistema será o acompanhamento em tempo real do trabalho dos funcionários e dos dados no servidor. As informações estarão disponíveis diretamente no servidor, possibilitando a emissão de relatórios dinâmicos ou pré-programados e o acompanhamento instantâneo de movimentações. Além disso, o sistema deverá agilizar o trabalho, já que através dele as funções rotineiras deverão ser executadas mais rapidamente que da maneira atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma realidade onde a tecnologia encontra-se muito presente em nossas vidas e ao nosso redor. Porém, apesar disso, muitas tarefas atualmente possuem um padrão tecnológico muito abaixo do que a realidade pode oferecer. No sistema atual de administração do estacionamento rotativo de Rio do Sul isso não é diferente, visto que todo o sistema é operado através do preenchimento manual de papéis dependendo sempre de validações humanas para que os processos sejam realizados. Nesse caso, em específico, do controle do estacionamento rotativo da cidade de Rio do Sul, a automatização pode trazer grandes mudanças e melhorias na sua parte operacional. Com o uso de aparelhos sofisticados como *tablets*, impressoras móveis de ação instantânea e internet móvel torna-se possível agilizar e modernizar a administração do estacionamento. A automatização tende a trazer muitas melhorias ao sistema atual como acompanhamento dos dados em tempo real, emissão instantânea de relatórios, redução do esforço humano para realizar tarefas repetitivas, melhoria na qualidade do serviço com a redução de erros humanos no preenchimento de formulários e agilidade no processo como um todo. Apesar de um certo investimento inicial com aquisição de equipamentos, treinamento de pessoal e adequação de infraestrutura, o protótipo desenvolvido com o presente projeto se mostrou adequado para a utilização e operação em larga escala para substituir o atual e defasado sistema manual de controle do estacionamento rotativo da cidade de Rio do Sul.

Palavras-chave: Automatização. Estacionamento Rotativo. Tecnologia Móvel.

Fonte financiadora: Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – PROPEX por meio do Programa de Apoio e Pesquisa e Extensão - FAPE

UNIVERSIDADE ABERTA DA MAIOR IDADE NA UNIARP: INCLUSÃO E CIDADANIA

Ilze S. Chiarello

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
E-mail: ilze@uniarp.edu.br

INTRODUÇÃO

A Universidade Aberta da Maior Idade na Uniarp é um Programa Institucional, que foi implantado em 2004, quando ainda se denominava UnC-Caçador. O surgimento desta preocupação na Universidade é resultado do crescimento demográfico da população de idosos – um fenômeno mundial que se evidencia também no Brasil. Segundo estatísticas da Organização Mundial de Saúde, o Brasil, até 2025, será o sexto país do mundo em contingente de idosos, isto é, contará com uma população de mais de 32 milhões de idosos. Estudos vêm comprovar que a população brasileira terá crescido cinco vezes, de 1950 a 2025 e a população idosa, dezesseis vezes, o que revela que no Brasil o envelhecimento populacional é o mais rápido do mundo (KELLER et al., 2002). A concepção de envelhecimento evoluiu muito nos últimos anos. A busca da qualidade de vida na Terceira Idade implica dispor de um mínimo de condições de saúde, lazer e participação na sociedade. Jovens hoje, têm dentro de si o velho de amanhã. Chegar à Terceira Idade, em pleno desfrute desta etapa da vida, significa planejá-la para vivê-la plenamente. O termo “envelhecimento populacional”, segundo Gouy (2007), “designa um processo que, cada vez mais, tem levado vários países do mundo a buscar maneiras de se adaptar a esta realidade demográfica e suas implicações, sejam estes ricos, pobres, desenvolvidos ou emergentes”. Cientistas das áreas sociais e humanas passaram a encarar o idoso como objeto de estudo bastante promissor. Dá-se aí, uma série de alterações na visão orgânica que se tinha do envelhecimento, passando agora a ser contextualizado a partir de seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. De acordo com o último Censo Populacional, constata-se o declínio acelerado das taxas de mortalidade em todos os países. Como consequência, a esperança de vida ao nascer aumentou de 40 para cerca de 62 anos de idade, nos países em desenvolvimento nos últimos anos. Projeções estatísticas apontam para 2025 a esperança de vida ao nascer, de 70 anos. No Brasil, o quadro revela-se da seguinte forma: da alta mortalidade e alta fecundidade

Ilze S. Chiarello

para uma situação caracterizada por baixa mortalidade/fecundidade e, conseqüentemente ao envelhecimento populacional: menos crianças e mais idosos. Diante desses dados, o Brasil, a exemplo dos países desenvolvidos, terá uma população de idosos em 2025, quase três vezes maior que hoje. Criou-se a consciência de que envelhecimento populacional é uma conquista da ciência e tecnologia e, estreitamente ligada ao desenvolvimento socioeconômico. Sabe-se que, a partir da Revolução Industrial, a população dos países em desenvolvimento passou a viver melhor, com melhores condições nutricionais, ambientais, além da melhoria de trabalho, e de saneamento, de moradia. Somam-se a isso as descobertas científicas e médicas, que colocam à disposição vacinas e medicamentos, inexistentes até a metade deste século. Com estes recursos, torna-se possível prevenir doenças que dizimavam populações. Vivem-se, hoje, perspectivas de vida diferentes de muitas mães e avós. Tem-se, hoje, a tecnologia como uma forte aliada ao aumento da longevidade populacional.

RELEVÂNCIA ACADÊMICO-SOCIAL

Ao lado dos avanços da ciência e tecnologia há uma carência de políticas que estabeleçam ações adequadas para acompanhar o idoso, nessa fase da vida. Assim, resente-se ausência de locais específicos e programas bem elaborados para pessoas adultas, dentro do que preconizam as leis e diretrizes nacionais. Frente a estas mudanças e constatações, a Uniarp busca projetos que permitam a abertura da universidade ao seu entorno, especificamente voltados àqueles que já contribuíram com suas experiências e vivências, no desenvolvimento local, regional e mesmo nacional. Desta forma, traz, em seu Plano Institucional de Desenvolvimento Integrado - PIDI, a preocupação e metas de inclusão dos diversos segmentos da sociedade, entre eles, o idoso. O compromisso social com a inclusão é um dos eixos do Plano de Desenvolvimento da Extensão da UNIARP, que se materializa em ações implementadas no sentido de efetivar essa visão de abertura da universidade, atingindo aqueles que não foram contemplados pelo ensino e pela pesquisa, pela informação e cultura é uma das metas da extensão universitária da universidade. Assim, volta-se às questões que dizem respeito à qualidade de vida e inclusão das pessoas da maior idade, oferecendo-lhes oportunidades de convívio-cidadão e ampliação de conhecimento. Pensando-se na melhoria da qualidade de vida desta faixa etária definem-se políticas e estratégias de ação para garantir-lhe o espaço de cidadania e participação social. A Extensão da Uniarp estruturou um programa destinado à população caracterizada como Terceira Idade. A receptividade do programa foi tal que a partir daí, buscou-se a inserção de um número mais significativo da população adulta, ampliando-se a oferta do programa a pessoas, a partir dos quarenta anos. A Universidade Aberta da Maior Idade traz, em seu Projeto Pedagógico, um referencial teórico que embasa o conjunto de atividades relacionadas ao saber, ao fazer e ao lazer, possibilitando uma vida ativa, independente da idade, pelas oportunidades de novos aprendizados e de convívio social. Parte da concepção de que o envelhecimento é um processo natural e que, segundo MALTEMPI (2002), “é uma categoria construída” e que a terceira idade apresenta-se como uma nova categoria, expressão de um novo sujeito, que não é um velho acomodado e que se impõe com novas necessidades psicológicas,

Ilze S. Chiarello

sociais, éticas e políticas. Assim, a imagem estereotipada da velhice tende a ser substituída por representação mais positiva. Envelhecer assume o significado de um novo tempo no qual a liberação dos compromissos possibilita a vivência de outras, e tantas, significativas experiências. (MALTEMPI, 2002). Outro princípio que fundamenta o programa é o engajamento do idoso em atividades produtivas, recuperando seu prestígio e integrando-o ao meio, oportunizando-lhe vivenciar sua independência e manutenção de sua autonomia, fatores essenciais para o fortalecimento da qualidade de vida, abrindo espaço para o resgate da cidadania, gerando oportunidades de atualização e integração na comunidade, dentro da filosofia de educação permanente. Tem ainda, foco no resgate do status intelectual do homem historicamente produtivo, integrando, no meio acadêmico, o aluno adulto, com atividades intergeracionais, nas áreas do saber, do fazer e do lazer, através de uma ação interdisciplinar, dando-lhe condições de aprimoramento da qualidade de vida, como ser humano integral e participante da sociedade. Diante destes fatores, buscar formas de inclusão de pessoas idosas é visto pelas agências formadoras como um compromisso a ser assumido, principalmente, pelas universidades que objetivam ações de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população de seu entorno. A UNIARP, ciente deste compromisso, busca de todas as formas possíveis, integrar segmentos da sociedade que não são atingidos pelo ensino e pela pesquisa, democratizando a ação da universidade àqueles que não são atingidos por estas duas funções. Assim, cabe à extensão a efetivação de programas que contemplem uma forma de educação continuada, destinada ao idoso.

OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O Programa tem como objetivo desenvolver atividades socioeducativas abrindo espaço para o resgate da cidadania, propiciando melhor qualidade de vida ao ser humano na maturidade, gerando oportunidades de atualização e integração na comunidade. Para tanto busca ainda

- a) Institucionalizar na Uniarp ações destinadas ao público acima de 40 anos, dentro da filosofia da Educação Permanente;
- b) Desenvolver no adulto de maior idade a consciência para ações que contribuam para a melhoria da qualidade de sua vida;
- c) Resgatar o status intelectual do homem historicamente produtivo e o descobrimento de suas potencialidades;
- d) Estimular uma prática consciente e participativa da cidadania na formação de agentes multiplicadores;
- e) Integrar no meio acadêmico o aluno adulto da maior idade com atividades intergeracionais;
- f) Oferecer atividades, voltadas para os interesses e necessidades dos participantes, nas áreas do saber, do fazer e do lazer, contemplando desde a pessoa que aspira ler e escrever, até aquela pessoa que já tem conhecimentos escolares mas anseia por novas aprendizagens, oportunizando um processo amplo de aprimoramento da qualidade de vida e resgate da cidadania;

Ilze S. Chiarello

g) Oferecer ao cidadão da terceira idade, através de uma ação multiprofissional e interdisciplinar, condições de aprimoramento da qualidade de vida, como ser humano integral e participante da sociedade.

METODOLOGIA

O Programa UAMI é constituído de vários subprogramas, de acordo com a especificidade e áreas de interesse da clientela à qual se destina: UAMI I; UAMI II; UAMI III, tem seu currículo organizado por módulos, que funcionam no sistema de créditos, de forma permanente ou de acordo com os interesses e necessidades da comunidade. Estes módulos compõem dois blocos: a) das práticas obrigatórias; b) das práticas optativas. Complementam o programa seminários com temas específicos e ainda minicursos com aprofundamento de temas nas diversas áreas do conhecimento. O funcionamento é em regime especial, oferecendo-se cada módulo previsto na grade curricular, integralizando 48 créditos, 240 horas-aula cada módulo, integralizando 720 horas. A Universidade Aberta da Maior Idade tem as seguintes especificações: a) status de curso dentro da Universidade; b) duração mínima do curso de dois anos; c) idade mínima exigida, 40 anos; d) exigência de escolaridade, ensino fundamental (mínimo até 4ª série). Resultados obtidos: Finalmente, os resultados alcançados são promissores e apontam novos caminhos para ampliar a oferta de programas desta natureza, voltados para a necessidade de aperfeiçoamento de pessoas para atuarem com tão especial clientela.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DA AÇÃO

O Programa IUAMI funciona em Caçador, com 5 turmas, em Fraiburgo com mais 5 turmas. Está em fase de implantação no município de Lebon Régis, com duas turmas e em Santa Cecília, com duas turmas. Está sendo organizado um Núcleo de Pesquisas sobre o envelhecimento, visando subsidiar este e outros programas desta natureza.

Palavras-chave: Educação. Terceira idade. Inclusão.

Fonte financiador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP

REFERÊNCIAS

GOUY, Guilherme Borba. **A televisão e a universidade aberta à terceira idade:** a influência da TV sobre os hábitos de consumo dos idosos. s.d.

MALTEMPI, Maria Angela Cabanilla de Souza. **Envelhecimento Populacional.** Presidente Prudente. 1999.

FAEG: QUESTÕES DE DIREITO EM CONCURSOS PÚBLICOS

Nielson Ribeiro Modro

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

E-mail: nielson@modro.com.br

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

Um dos cursos mais procurados na atualidade, tanto pelas perspectivas futuras geradas como pela ampla gama de possibilidades profissionais, é o curso de Direito. Na Universidade da Região de Joinville – Univille não é diferente esta realidade. De fato, pode-se citar que a futura carreira profissional ofertada ao estudante de direito enfoca os concursos públicos tais como magistratura, ministério público, carreira policial, entre muitas outras, além do próprio exercício da advocacia, inclusive em órgãos públicos. Mas, para o ingresso em alguma destas carreiras é necessário que o estudante submeta-se a uma prova de admissão, inclusive com questões na qual se faz necessário a elaboração de textos argumentativos. Mesmo para o exercício da advocacia privada é necessário que se passe no exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Prova com um dos maiores índices de reprovação. Sendo assim, faz-se necessário que o candidato apresente um grau de argumentação que seja consistente e coerente, com uma estrutura textual coesa, a fim de atingir o objetivo da aprovação. Neste sentido deve-se oportunizar aos acadêmicos do curso de Direito um serviço de apoio que o auxilie a alcançar tais objetivos profissionais. Uma das formas encontradas para proporcionar tal finalidade foi o Fundo de Apoio ao Estudante de Graduação – FAEG. O FAEG constitui-se num instrumento para viabilização dos objetivos propostos pela Lei Orgânica da Assistência Social. A Lei Federal 8.742/93, em seu art. 2º, inciso III, dispõe que a assistência social tem por objetivo “a promoção da integração do mercado de trabalho”. Da mesma forma o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei no 8.742/1993, pois em seu art. 1 disciplina que “as entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo, de acordo com as disposições da Lei 8742”. A partir destas leis é que se pode destacar que dentre os objetivos propostos pela UNIVILLE à comunidade, enfatiza-se: “inovar, com responsabilidade, para expandir a acessibilidade e a permanência do estudante na instituição e empreender ações de gestão buscando a melhoria da qualidade de vida no trabalho”. Assim sendo, não há dúvidas que tal característica enquadra a

Universidade entre aquelas instituições identificadas como de assistência social. Ainda o Decreto n. 2.536, de 6 de abril de 1998 em seu art. 2º, inciso V, considera entidade beneficente de assistência social a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de promover a integração ao mercado de trabalho. A UNIVILLE, como instituição de ensino, desde a educação básica até a formação superior, sem dúvida enquadra-se de fato na categoria de entidade de fins filantrópicos e em sendo assim, o Conselho de Administração da UNIVILLE, através da Resolução nº. 21/11, definiu os critérios para o Fundo de Apoio ao Ensino de Graduação – FAEG. O objetivo do fundo citado é destinado aos projetos e programas de apoio ao ensino. Especificamente quanto ao projeto proposto, “Princípios Lógico-Jurídicos, Teoria da Argumentação e preparação para concursos públicos”, atende-se ao requisito do inciso III do artigo 1 que está focado na preparação complementar para o mercado de trabalho, incluindo-se neste quesito aprendizagens não previstas na matriz curricular. De fato, o projeto vem enriquecer a disposição que o curso tem despendido à preparação profissional dos seus alunos, ajudando a preparar o estudante para várias das carreiras jurídicas tais como: cargos de analista (em que as provas discursivas e de redação normalmente ocorrem); procuradoria (do Estado de Santa Catarina, Federal, de autarquias etc.); carreira policial; magistratura (federal, estadual, do trabalho etc); promotoria (federal, estadual, do trabalho etc); diplomacia, exame da OAB, entre outras. Perrenoud¹ afirma ser necessário envolver os alunos em atividades de pesquisa e conceber e administrar situações-problemas ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos. O mesmo autor alerta ainda que: “Para que aprendam, é preciso envolvê-los em uma atividade de uma certa importância e de uma certa duração, garantindo ao mesmo tempo uma progressão visível e mudanças de paisagem, para todos aqueles que não tem uma fé obsessiva de se debruçar sobre um problema que resiste”². Ainda em relação aos desafios de se trabalhar em um projeto de pesquisa o autor destaca que: “A dinâmica de uma pesquisa é sempre simultaneamente intelectual, emocional e relacional. O papel do professor é relacionar os momentos fortes, assegurar a memória coletiva ou confiá-la a certos alunos, pôr à disposição de certos alunos, fazer buscar ou confeccionar os materiais requeridos para o experimento. Durante cada sessão, o interesse diminui. O desencorajamento atinge certos alunos, quando seus esforços não são recompensados ou quando descobrem que um problema pode esconder um outro, de modo que não vêem o final do túnel, levando-os ao desinteresse pela questão. O envolvimento inicial pode ser, a cada instante, questionado”³. Sem dúvida um dos grandes problemas, se não o maior, dos acadêmicos de direito é o fato de cursar uma graduação em um tempo consideravelmente longo, cinco anos, sem que ao final se tenha a certeza quanto ao encaminhamento direto a uma profissão. Em outras palavras, caso o egresso não seja aprovado na prova da OAB, ou em algum concurso público, restará a triste realidade de ser apenas e simplesmente um *bacharel em direito*. Desta forma, ao proporcionar ao graduando de Direito a possibilidade de complementar seus estudos, visando aperfeiçoar sua capacidade frente a futuros concursos e provas têm-se atendidas não apenas as especificações do FAEG, como também, e principalmente, permite que o aluno se prepare mais adequadamente para seu futuro ingresso no mercado de trabalho.

OBJETIVOS

O projeto Princípios Lógico-Jurídicos, Teoria da Argumentação e preparação para concursos públicos, tem como seu objetivo principal preparar os alunos de graduação de Direito para as provas de concursos públicos, a partir dos conhecimentos da lógica e da hermenêutica. Para isto busca-se apresentar os Princípios Lógico-Jurídicos e a relevância destes na resolução de questões de múltipla escolha, discursivas e redação de concursos públicos, buscando apresentar a teoria da argumentação e a íntima relação desta com os objetivos das avaliações discursivas e redação das provas de concursos. Para tal, necessário que os alunos consigam resolver questões de concursos públicos anteriores, estabelecendo as relações entre a teoria apresentada e a prática.

METODOLOGIA

Visando alcançar os objetivos propostos no projeto de ensino e para que os resultados da intervenção junto ao público-alvo possam ser mensurados as ações são desenvolvidas da seguinte forma: aulas expositivas e dialogadas dos conceitos da lógica jurídica fazendo as inter-relações com os critérios de avaliação de editais de concursos; a partir da teoria realiza-se uma pesquisa acerca das últimas provas aplicadas aos candidatos de concursos públicos, selecionando questões e buscando suas soluções, num formato de simulado; posteriormente são revistas as atividades realizadas checando erros e acertos, incentivando a autocrítica e os próprios critérios de correção. Desta forma entende-se possibilitar aos alunos que se conheçam os critérios de seleção para as carreiras jurídicas de sua predileção. Desta forma, resumidamente a metodologia adotada é a partir de aulas expositivo-dialogadas, apresentando a teoria parte-se para um pesquisa e seleção de questões, solução e correção das mesmas, visando não apenas conhecê-las, mas também resolvê-las com a orientação docente.

RESULTADOS OBTIDOS

O projeto encontra-se em seu primeiro ano de implantação e por esse motivo ainda está em fase embrionária, com perspectivas abertas de redimensionamento quanto a erros e acertos. Observou-se neste primeiro momento que o assunto desperta o interesse dos alunos mas ainda falta um maior comprometimento por parte dos participantes do projeto. Um tanto pelo fato de ser um curso gratuito e outro tanto por ser uma formação complementar e portanto fora do quadro geral de horários. A oferta do curso tem sido feita num horário anterior ao início das aulas da grade curricular, mesmo assim há alunos que relatam dificuldades quanto a adequar-se ao horário proposto. Busca-se nas aulas levar em consideração a preocupação de fazer com que o conteúdo ministrado possa atingir/ despertar o aluno para os seus problemas, gerando expectativas, algo como o proposto por Freire ao sugerir que se aproveite as experiências dos alunos, em especial aquelas em que é possível ver o descuido do poder público: “Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não

Nielson Ribeiro Modro

estabelecer uma necessária 'intimidade' entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?"⁴. Assim, sem dúvida o projeto auxilia o estudante a otimizar sua capacidade de redação, bem como de análise inclusive em questões de múltipla escolha. Afinal, sabe-se que uma parcela considerável dos candidatos sabe suficientemente a matéria para serem aprovados mas não o são por deficiência em sua redação. Mais que isso, deve-se ressaltar que um bom domínio das técnicas de raciocínio, associado a uma capacidade razoável de redação, permite inclusive que em algumas situações seja possível acertar questões que não foram estudadas. Pelos comentários obtidos junto aos alunos participantes do projeto observa-se que há um consenso quanto aos resultados positivos obtidos até o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES/ PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

O projeto está em seu primeiro momento de implantação, visando principalmente a preparação complementar para o mercado de trabalho, incluindo aprendizagens não previstas na matriz curricular, propiciando a prática profissional bem como outras atividades que auxiliem a emancipação e inclusão/integração dos estudantes no mercado de trabalho. A experiência até o momento tem sido animadora, ainda que seja perceptível que o fato de ser um curso gratuito leva a uma falta de comprometimento por parte de muitos alunos, principalmente em épocas de provas. Porém, aqueles que se comprometem cumprem adequadamente o que se propõe. Também foi detectado que há alguns alunos que iniciam o curso e param, principalmente devido ao fato de começarem a trabalhar ou mesmo pela troca de horários em trabalho. Pelo fato de tratar-se de um projeto novo, em implantação, busca-se identificar as possíveis falhas e possíveis adequações para que seu êxito seja pleno. Encontra-se em estudo ainda a possibilidade de ofertar o curso a outros departamentos, realizando uma adequação do projeto inicial em relação a questões mais amplas. Mesmo assim, os comentários dos participantes têm sido correspondentes com as expectativas, sendo considerados bastante positivos e os alunos têm demonstrado que o projeto é de fundamental importância para sua formação.

Palavras-chave: Direito. Concurso. Fundo de Apoio ao Estudante de Graduação.

NOTAS

- 1 PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. 2000.
- 2 _____. *idem*. 2000. p. 36.
- 3 _____. *idem*. 2000. p. 37.
- 4 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. 1996. p. 34.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID/CAPES, 27ª GERED, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E UNIPLAC: PARCEIROS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Aline Dallazem, Ariane Luckmann Bohnenberger, Juliano Machado Menegazzo, Mara Shirley Rossi, Marileia Wolff Tubs, Schirlei Aparecida Braz de Souza, Vera Rejane Coelho*

*Coordenadora Institucional/UNIPLAC
E-mail: vrejane50@gmail.com

RESUMO

Introdução: A formação de professores para a Educação Básica tem sido objeto de alguns Programas governamentais que visam o acesso e a permanência dos estudantes nos Cursos de Licenciatura, por meio de bolsas de estudos, a exemplo do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, em âmbito Federal e o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - FUMDES, no âmbito de políticas estaduais de educação. A Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, como Instituição de caráter comunitário, comprometida com o desenvolvimento regional, vem ao longo dos anos contribuindo de forma significativa na formação de professores para atuarem em todos os níveis da Educação Básica na cidade de Lages e nos municípios circunvizinhos. Para tanto, procura também se inserir nestes Programas, bem como nas discussões que permeiam a formação docente como um todo. Nesse sentido, este texto tem como objetivo apresentar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID desenvolvido na UNIPLAC, numa parceria direta com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Este Programa tem como objetivo fomentar a formação inicial de profissionais do magistério, seguindo as diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que foi implementado pelo Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, e os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institucionalmente este projeto se constitui de seis subprojetos com origem nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras, Música, Ciências Biológicas, Matemática e Educação Física, em parceria com a 27ª Gerência Regional de Educação e a Secretaria de Educação do Município de Lages, tendo a CAPES como agência financiadora. O processo de seleção que viabilizou a participação dessa Universidade no PIBID, deu-se em nível nacional, via Edital n. 11/2012/CAPES, tendo o projeto institucional aprovado pelo Parecer Técnico emitido por meio do Ofício n. 584/2012, enviado ao Coordenador Institucional. Por entender ser este não apenas como um Programa de bolsas de estudo, mas sim, como um Programa de formação docente, possibilitou a interação entre

Aline Dallazem, Ariane Luckmann Bohnenberger, Juliano Machado Menegazzo, Mara Shirley Rossi, Marileia Wolff Tubs, Schirlei Aparecida Braz de Souza, Vera Rejane Coelho

o estudante, o espaço de formação acadêmica e o cotidiano escolar em oito escolas públicas, quatro da rede pública estadual e quatro da rede pública municipal, todas inseridas no perímetro urbano da cidade de Lages. Inicialmente, foi aprovado para ser executado em doze meses, porém, por decisão da CAPES, todos os projetos em andamento foram prorrogados até dezembro de 2013. Portanto, este projeto está em andamento envolvendo 45 estudantes dos cursos de Licenciaturas, 06 Coordenadores de Área, 09 Professores Supervisores e 01 Coordenador Institucional. Para a escolha das Unidades Escolares (UEs) que integram os subprojetos, foram utilizados como critérios básicos as notas da Prova Brasil e o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2009. A Prova Brasil - em Língua Portuguesa, a menor nota foi 191.37 e a maior foi 239.72. Na disciplina de Matemática, a menor nota foi 207.60 e a maior foi 226.47. As notas referência na Rede Pública Estadual foi de 247.12 para Língua Portuguesa e de 254.79, para Matemática. Na Rede Pública Municipal foi de 245.05 para Língua Portuguesa e de 252.55, para Matemática. O IDEB no ano de 2009, nas escolas participantes do projeto, variou do maior com 5.1 e o menor com 3.7. O indicador referência para IDEB no Estado de Santa Catarina, no ano de 2009, foi de 4.2 e no município de Lages foi de 4.3. A opção de inserir os bolsistas de iniciação à docência em escolas com o IDEB abaixo da média e também em escolas com experiências educacionais de sucesso, está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidas coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação à Educação Pública. Os bolsistas de iniciação à docência e os professores supervisores foram selecionados por meio de edital publicado no *site* da Universidade. Destaca-se que os professores supervisores são todos profissionais do magistério, em exercício nas escolas que participam do projeto, pois, a educação tem imposto novos desafios que fazem com que Instituições de Educação Superior e Redes de Educação Básica busquem, articuladamente, repensar seus processos de ensino e aprendizagem. Na perspectiva de contribuir na qualificação da formação profissional e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade dos processos pedagógicos, o PIBID na UNIPLAC tem como objetivos: inserir os estudantes dos cursos de Licenciatura no cotidiano das escolas de Educação Básica; contribuir na construção da identidade profissional, ampliando a formação docente por meio de ações pedagógicas articuladas entre a Instituição de Ensino Superior-IES e as Unidades Escolares-UEs; superar a dicotomia entre teoria e prática e entre formação e atuação do professor, cumprindo assim a função social da Educação. Para atingir esses objetivos o amparo metodológico foi permeado pela discussão coletiva e o exercício da docência compartilhada entre acadêmico bolsista e professor supervisor – o qual atua como articulador entre a IES e a UE. Segundo o Plano Nacional de Educação (2001/2010), por um lado, há que se repensar a formação docente, diante da demanda por profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados no campo da Educação; e, por outro lado, é fundamental manter na rede de ensino, e com perspectivas de aperfeiçoamento constante, os melhores profissionais do magistério. A metodologia que vem sendo utilizada para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos estudantes tem sido fundamentada na articulação entre os saberes que constituem a Educação Superior e a Educação Básica, na perspectiva de compreender a escola nas suas diferentes dimensões, dominar os conhecimentos da área e compreender o campo educacional, num processo coletivo e dinâmico de vivências docentes. O

Aline Dallazem, Ariane Luckmann Bohnenberger, Juliano Machado Menegazzo, Mara Shirley Rossi, Marileia Wolff Tubs, Schirlei Aparecida Braz de Souza, Vera Rejane Coelho

Professor Supervisor tem sido indispensável nesta ponte, proporcionando a efetiva troca de experiências. Essa participação de caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, tem oportunizado toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação nos Conselhos de Classe, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, nas reuniões de pais e em momentos de recreação na escola. Dos resultados esperados no início desse projeto que era de: qualificação das práticas pedagógicas dos estudantes dos cursos de Licenciatura, por meio de um processo reflexivo sobre a formação e atuação docente na Educação Básica, *in loco*; aproximação da Educação Superior e da Educação Básica, analisando a educação escolar como uma função social que deve ser exercida por todos e promovendo a formação continuada do professor da Educação Básica, por meio do exercício de supervisão dos estudantes bolsistas, é possível afirmar que foram atingidos quase que na sua totalidade. A possibilidade de dar continuidade a este projeto na UNIPLAC tem sido vista de forma positiva no sentido de atender não só o que preconizam as políticas para a formação de professores para a Educação Básica, como também, o que a IES tem implementado como sua política para os cursos de licenciatura na perspectiva de articular os conhecimentos pertinentes à formação e atuação docente, por meio do compartilhamento de disciplinas, de leituras e atividades que promovam uma formação teórica/prática que aproximem de fato os estudantes do seu campo de atuação profissional no contexto de toda a complexidade em que as escolas estão inseridas. Para as considerações finais é importante relatar o movimento que o PIBID gerou nos cursos de Licenciatura da UNIPLAC. Foram Seminários, Fóruns, Encontros de Estudos e Reuniões de Trabalhos em que todos se envolveram na perspectiva de entender o ensinar pelo viés da compreensão do processo como um todo, onde alguns se inseriam pela primeira vez e outros usaram esses espaços para repensar suas práxis.

Palavras-chave: Formação Docente. Licenciatura. Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. 2000-2010.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. 2011-2010: Metas e Estratégias.

_____. Ministério da Educação. **Censo Escolar**. 2009.

_____. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Presidência da República. Dispõe sobre a implementação do **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato-2007-2010/2009/Decreto>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

_____. Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Presidência da República. Institui a **Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica**, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato-2007-2010/2009/>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

CAFÉ FILOSÓFICO: INOVANDO METODOLOGIAS E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Marilene da Rosa Lapolli

Professora na UNISUL
E-mail: marilene.lapolli@unisul.br

RESUMO EXPANDIDO

Nos últimos anos, a Unisul vem traçando diretrizes desafiadoras, na busca de novas perspectivas para o processo da aprendizagem acadêmica, através do Programa de Formação Continuada (PROFOCO) de seus profissionais, focando em estratégias que possibilitem a inovação no ensino com a inserção de metodologias diferenciadas de aprendizagem, assim como novos espaços que venham superar a sala de aula.

Com o intuito de estender o ambiente de aprendizagem acadêmica (ir além da sala de aula, do laboratório universitário, da biblioteca, do auditório) e desenvolver entre os acadêmicos a atitude do intelectual orgânico, no dizer Gramsciano, é que o Café Filosófico passa a ser, desde 2011, uma atividade de aprendizagem inclusa nos programas das mais diversas disciplinas e fases dos cursos da Unisul, em que atua esta educadora.

O café filosófico teve como parceiro o Café de Phares em 1992, aos domingos, na Praça da Bastilha de Paris, organizado pelo filósofo Marc Saltet. Em 2001, surgiu em Natal, tendo como principal idealizador Oscar Federico Bauchwitz, o Café Potiguar. Este, a exemplo dos demais eventos do gênero que têm se espalhado pelo país, inspirou-se nos cafés franceses, em especial no Café de Phares.[...] Em 2003, o café filosófico juizforano ganhou vida por meio do casal de professores de Filosofia: Tiago Adão Lara e Maria Helena Falcão Vasconcellos.[...] O professor Tiago nos lembra que o cafezinho faz parte da identidade nacional e é um convite a um bate-papo democrático, visto que a filosofia nasceu na Praça de Atenas.(PAULA, 2011, p.64-65)

Os Cafés Filosóficos, segundo este e alguns outros registros, surgiram na França, no final da década de 80, início de 90 do século XX. Acredita-se, no entanto, que degustar um café em uma boa companhia intelectual para refletir de forma rigorosa, radical e de conjunto, trocar idéias com certa fundamentação, sobre questões existenciais que afligem o homem ou traçar metas, novos caminhos, remonta a estes registros.

Marilene da Rosa Lapolli

A idéia de incentivar a participação acadêmica em Cafés Filosóficos e/ou Literários através das aulas de Filosofia, Sociologia, Ética e Pedagogia Social na Unisul, surgiu em junho de 2011, após a contribuição de uma 1ª fase de Nutrição em um Café Literário promovido pela Academia Tubaronense de Letras, em parceria com o Serviço Social do Comércio - SESC, organizando um lanche saudável e lendo uma das coletâneas da referida academia, obra recebida da presidente desta entidade.

Neste momento, na disciplina de Filosofia, os acadêmicos estudavam teoria do conhecimento, com foco nos principais níveis de conhecimento, onde se destacou o conhecimento artístico, que deveria se expressar através da sensibilidade na produção e montagem dos belos e saborosos pratos que iriam preparar, e das reflexões e interpretações literárias que deveriam realizar a partir da leitura das crônicas e poemas dos escritores da Academia Tubaronense de Letras.

O mencionado evento fortaleceu ainda mais uma parceria iniciada com esta entidade em 2008, caracterizando uma aula “especial”, fora da sala de aula, que possibilitou uma série de aprendizagens para todos os segmentos presentes, dentre elas podemos ressaltar: A percepção desta educadora em incluir em seus planos de ensino esta atividade, a aproximação dos acadêmicos da 1ª fase com os membros da Academia Tubaronense de Letras, trocando idéias sobre seus poemas e crônicas a partir do saber artístico estudado previamente nas aulas de filosofia, a presença da coordenação do Curso interagindo a partir da leitura prévia da obra em estudo, a motivação dos alunos na organização da mesa, entendendo que para se tornar um excelente profissional, deverá ter competência ampla, desenvolvendo os conhecimentos da Ética e da Estética.

Estes acadêmicos puderam também internalizar ao longo do café alguns dos processos necessários para a produção literária, através da palestra ministrada pelo escritor Alexandre de Bittencourt, que ocupa a cadeira de nº23.

Estes e tantos outros resultados, acrescido de um momento especial de estudos que vinham sendo desenvolvidos pela Universidade, estimulando a mudança de paradigmas para o trabalho pedagógico é que geraram motivação para que esta educadora ousasse incluir em seus Planos de Ensino, mais uma atividade diferenciada para o desenvolvimento da aprendizagem de seus educandos, visto que até então já realizava viagens e visitas técnicas de estudos, cinema educativo (CINEDUC), seminários e mesas redondas interdisciplinares, dentre outras, por fazer parte de seu perfil profissional.

A primeira edição do Café Filosófico que propomos na Unisul, possibilitou certa curiosidade tanto aos acadêmicos (1ª fase de Medicina Veterinária) como para alguns gestores e até colegas professores, por ser uma atividade diferenciada do convencional.

Neste momento entra o papel de mediação do educador que apresenta seu plano de ensino aos alunos e a equipe técnico pedagógica, demonstrando a organização da atividade acadêmica, com a metodologia estabelecida para o Café Filosófico. Em seguida, passa para as orientações, na busca da superação dos padrões estabelecidos para uma aula convencional e conscientizando para o valor de novas metodologias ou atividades que propiciam a aprendizagem do saber científico, filosófico e artístico com pesquisa e extensão.

Marilene da Rosa Lapolli

Conforme explicitado, não só na atividade pedagógica, mas em qualquer área, quando buscamos sair do tradicional, do padrão, temos que estar bem fundamentados para justificar na proposta, o valor da mudança. Então insistimos no papel orientador do educador.

Um projeto de conhecimento não é, pois fácil de transvestir em projeto de ação ou de colocar em uma perspectiva “prática” salvo negando a divisão do trabalho e o futuro provável dos alunos. [...] Como tornar o conhecimento apaixonante por si mesmo? Essa não é somente uma questão de competência, mas de identidade e de projeto pessoal do professor. Infelizmente, nem todos os professores apaixonados dão-se o direito de partilhar sua paixão, nem todos os professores curiosos conseguem tornar seu amor pelo conhecimento inteligível e contagioso. A competência aqui visada passa pela arte de comunicar-se, seduzir, encorajar, mobilizar, envolvendo-se como pessoa. (PERRENOUD, 2000, p.38)

Com muita propriedade nos diz o autor citado, o quanto de liderança e potencial persuasivo deverá desprender o educador para conscientizar seus alunos e demais segmentos que compõem a instituição de ensino, quando decide desenvolver metodologias diferenciadas.

Nesta etapa é significativo o trabalho com a assessoria pedagógica e a equipe gestora como um todo. Com este apoio tudo flui com maior rapidez e segurança. No específico da atividade pedagógica com o Café Filosófico na Unisul, a receptividade da equipe técnico-pedagógica foi e está sendo de muito apoio, pois como já se fez referência, vem de encontro as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e dos cursos.

Utiliza-se como procedimento metodológico a seleção de uma obra ou artigo(s), geralmente de um tema transversal para a formação profissional e pertinente aos conteúdos da disciplina, com a entrega de roteiro escrito para leitura, reflexão e estudos, que deverá ocorrer em um período aproximado de dois meses.

Pode-se exemplificar a obra clássica “A Arte da Prudência” já trabalhada na disciplina de Filosofia, nos cursos de Pedagogia, Filosofia, Medicina, Odontologia e Psicologia. Este roteiro é apresentado em etapas conforme será exemplificado abaixo:

1ª Etapa: Com o tema “Prudência da área médica”(Medicina) ou Prudência na Educação (Pedagogia/ Licenciatura em Filosofia)os acadêmicos realizarão leitura reflexiva e analítica da obra “A Arte da Prudência” para elaborar 2 (duas) questões fundamentadas na diretriz do autor incluindo citações diretas, a serem apresentadas durante o Café Filosófico.

2ª Etapa: Sob a mediação de um filósofo ou de um profissional da área de formação da turma, estudioso da sabedoria universal e praticante da ética, os acadêmicos apresentarão suas questões, elaboradas previamente e revisadas pelo professor.

3ª Etapa: Posteriormente em sala de aula, o professor fará com a turma, um *feedback* do estudo realizado em ambiente diferenciado, analisando os resultados da aprendizagem.

Marilene da Rosa Lapolli

As questões abaixo perfazem algumas das apresentadas aos alunos sobre a obra exemplificada, como norteadoras de seus estudos:

- Prudência sendo “a mãe” de todas as virtudes poderá ser alcançada por todos e em qualquer fase da vida? Existe criança prudente?
- Sabemos que estamos numa sociedade imprudente. Ser totalmente prudente é utopia?
- É possível ser uma pessoa prudente e um profissional imprudente simultaneamente?
- Por que mesmo sendo escrita há três séculos a obra permanece atual?
- O editor encerra sua nota com a afirmação: “A Arte da Prudência, constitui um livro de leitura obrigatória para todos os que “queiram vencer no mundo”.

A atividade pedagógica do Café Filosófico já foi desenvolvida em diversos ambientes, tais como: Nos mezzaninos dos restaurantes da Universidade, em espaços reservados dos cafés e restaurantes da cidade, na sede da OAB (Curso de Direito), na sede da Academia Tubaronense de Letras (Curso de Medicina Veterinária), dentre outros. Cumpre mencionar que em todos houve a reserva e preparação do ambiente, onde se pudesse garantir a estrutura mínima para a distribuição do grupo de alunos que iriam interagir com o(s) convidado(s).

Ressalta-se a importância da mediação constante do professor no período em que os estudantes se preparam para a atividade de aprendizagem e avaliação, estimulando o gosto pela leitura, orientando para a disciplina intelectual, a habilidade de ouvir e dialogar, distinguindo conversa informal baseada no senso comum, de diálogo filosófico, enfim, gerando o encanto e o compromisso para esta atividade especial. Em algumas turmas se trabalha também a pesquisa de campo e/ou documental sobre o tema do livro ou artigo.

Após esta preparação, em geral, mesmo os estudantes de 1ª fase participam e interagem no café com muita disciplina e curiosidade epistemológica.

As questões escritas que trazem são também utilizadas para avaliação, e possuem sempre boa fundamentação, vindo a contribuir para a interação com o(s) convidado(s) e com os demais colegas de classe. Os resultados de aprendizagem são surpreendentes e gratificantes tanto para alunos, quanto para o professor. Há uma participação efetiva das coordenações de Curso e das UNAS assim como da assistência pedagógica e dos bibliotecários que costumam ler o livro com antecedência, para contribuírem diretamente. Todos são convidados pelo professor através de convite impresso ou enviado por email.

Vê-se que sair do convencional, exigirá uma organização de tempo bem maior para planejamento, contatos e encaminhamentos, mas sem dúvida, além de ampliar a rede de relacionamento dos gestores, professores e acadêmicos, permite-lhes uma aproximação mais contextualizada e dinâmica do saber.

Em apenas dois anos de implementação desta atividade no ensino, verifica-se a adesão cada vez maior dos alunos, escritores externos, professores e gestores, nos projetos de leitura reflexiva,

Marilene da Rosa Lapolli

debates e participação nos Cafés, caracterizando avanços inimagináveis no planejamento inicial. Muitos colegas professores passaram a encontrar-se e/ou a encontrar seus orientandos de estágio e TCCs em Cafés, para momentos de estudos e planejamento, sempre com a cautela do espaço propício para o rigor do estudo.

Estes resultados da aprendizagem significativa, contribuem com a mudança da cultura educacional ainda muito limitada à aulas expositivas e provas. A medida que esta e tantas outras atividades inovadoras de ensino se estruturam no interior da Universidade, reforçará a tese dos grandes mestres: “trabalhe com prazer e não precisará trabalhar mais”

Palavras-chave: Café filosófico. Inovação. Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

FRANTZ,W.Concepções de Universidade e de Extensão Universitária. Fórum de Extensão Universitária da ACAFE.6:2005,set.21-23, Chapecó,SC. **Extensão universitária:** fator de ampliação da ação comunitária e pública.Chapecó:Argos,2005

PAULA, E. L. Revista Eletrônica Print by <http://www.ufsj.edu.br/revistalable>. Μετάνοια, São João del-Rei/MG,P.64-78, n.13, 2011

PERRENOUD,P.10 **Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul,2000.



ENSINO COMUNICAÇÃO ORAL

IV FÓRUM INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA ACAFE**

SUMÁRIO

| ENSINO - COMUNICAÇÃO ORAL |

IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO COMUM NOS CURSOS DE ENGENHARIA DA UNESC

Elcio Angioletto, Ângela C. Piccinini, Leandro Neckel e Yara J. H. Llanos

ACAMPAR 2013. BATALHA CRIATIVA

Alex Baseggio, Arnaldo Telles Ferreira, Marlon Sandro Lesnieski, Paulo Ricardo dos Santos, Regina Oneda Mello, Silvia Spagnol Simi dos Santos, Vanessa Angélica Balestrin

PROPOSTA DE DESENHO URBANO PARA O CONJUNTO HABITACIONAL VILA NOVA II DA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

Alessandra Devitte, Norma do Nascimento Batista

EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PIBID NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Alex Sander da Silva, Carlos Arcângelo Schlickmann

ANÁLISE DE INDICADORES DE CAIXA DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA BM&FBOVESPA

Luiz Pedro Benvenuto, Ticiane Ribeiro Quintas Flor, Edilson Sidnei Padilha

APLICAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA NOS PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO DE TECIDOS INTELIGENTES

Juniomar Stang, Robison da Silva, Sidnei Gripa

DESENVOLVIMENTO MOTOR EM CRIANÇAS DE 6 A 7 ANOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Alusha Vianello, Ilse Maria Santana Vianello, Marco Aurelio da Cruz Souza

ENTENDENDO A PRÁXIS DO CURSO DE MEDICINA DA UNIPLAC

Marques, F. M.; Bellato, T. M. S.; Brun, S. M.; Calegari, M. L. M.; Finkler, C.; Krieger, D.; Lorenzini, V. P.; Omizzolo, J. A. E; Subtil, M. C. M.

BANCO DE DENTES DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

Dagoberto Sabatini Fernandes, Christopher Corbellini, Carlos Alberto Derossi

ESTUDO DO MEIO COMO METODOLOGIA DE ENSINO APRENDIZAGEM NAS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA E DE GEOGRAFIA

Jeanine Rodermeel, Gisele Marisa Araújo Tessari

ANÁLISE ERGONÔMICA DE AMBIENTES: APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DE FERRAMENTAS

Malis Maria Liebl Keil

PROJETO PERFIL FOTOGRÁFICO (PPF) – PORTFÓLIO PROFISSIONAL

Vanessa Alves, Renato Buchele Rodrigues, Giorgio Gilwan Silva

A VIVÊNCIA DA ECOFORMAÇÃO NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO UNIBAVE

Miryan Cruz Debiasi, João Fabrício Guimara Somariva, José Augusto Alves Júnior

ENSINO DE GRADUAÇÃO E ATIVIDADES PRÁTICAS: UM RELATO DO CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA

Ismael Dagostin-Gomes, Miryan Cruz Debiasi, Vandreça Vigarani Dorregão

PROJETO DE REVISÃO E FORMAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

Marina Pezzini

O LÚDICO EM DIFERENTES CONTEXTOS

Inhelora Kretzschmar Joenk, Fabiana A. Weber, Vanessa Emanuela Fraga Farias

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - UNISUL

Flávia Wagner, Ana Regina de Aguiar Dutra, Karla Nunes, Leandro K. Pacheco, Viviane Bastos, Saionara O. B. da Silveira

CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REVISTA ELETRÔNICA: “GESTÃO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”, COMO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

Jairo Afonso Henkes, Murilo Matos Mendonça

CAMINHOS TRILHADOS PELO PIBID/UNIDAVI DURANTE O PROCESSO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Fernanda Souza, Jucimara da Costa, Tiago Martins da Silva

CURSO DE FORMAÇÃO PARA ELABORAÇÃO TEXTUAL E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: RELATO DA EXPERIÊNCIA DA UDESC/CEO

Carine Vendruscolo, Edlamar Kátia Adamy

PROJETO DE MONITORIA EM QUÍMICA ANALÍTICA

Gabriela C. Gusatto, Alexandre T. Paulino

A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA UNIVILLE

Marly Krüger de Pesce, Mirian Gonçalves Morales, Roy Ristow Wippel Schulenburg, Silvana de Borba

IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO COMUM NOS CURSOS DE ENGENHARIA DA UNESC

Elcio Angioletto, Ângela C. Piccinini, Leandro Neckel e Yara J. H. Llanos

E-mail: elcio@unesc.net

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

RESUMO

Os alunos ingressantes nas engenharias deparam-se com uma realidade muito diferente da vivida no ensino médio, na grande maioria das escolas brasileiras. O grau de dificuldade inerente às disciplinas de cálculo e física, associado à falta de conhecimentos matemáticos, faz com que o aproveitamento real, por parte do acadêmico, seja muito baixo. Para amenizar esse problema, implanta-se um núcleo comum no ciclo básico nas engenharias, com níveis de cobranças adequados à realidade dos alunos, e às necessidades das mais diversas engenharias. A confecção de parte das provas, pela universidade, a serem aplicadas em cada disciplina do núcleo comum, garante que todo o conteúdo previsto seja ministrado, deixando ao professor a liberdade didática na construção da sua aula. Para amparar o acadêmico em suas dificuldades, professores passaram a fazer plantões. Há o começo de uma mudança de cultura, e agora os alunos sabem que para conseguirem aprovação é necessário estudar muito mais. É perceptível a toda comunidade acadêmica que os níveis de exigência foram equalizados, e os acadêmicos têm o necessário apoio para cursar com sucesso as disciplinas de matemática e física. Os acadêmicos deixam de fugir dos professores considerados mais exigentes, já que as provas são equivalentes.

Palavras-chave: Núcleo comum. Engenharias. Física. Matemática.

INTRODUÇÃO

Os cursos na área de engenharia devem propiciar aos estudantes uma sólida formação técnico científico¹, o que compreende um forte embasamento em matemática e física, além de raciocínio lógico e habilidades na resolução de problemas. A expansão dos cursos superiores, juntamente com a diminuição no nível de exigência empregado no ensino fundamental e no médio, fez com que a exigência nos processos seletivos, para o ingresso nas escolas de engenharia, ficasse aquém da necessária, fazendo com que sejam admitidos estudantes sem os conhecimentos matemáticos e sem as atitudes necessários para aproveitar o curso de engenharia. Não é raro ouvir dos professores que “os alunos estão chegando cada vez mais fracos”. O ingresso sem os conhecimentos necessários faz com que a dificuldade em acompanhar disciplinas intrinsecamente difíceis (cálculo diferencial e

Elcio Angioletto, Ângela C. Piccinini, Leandro Neckel e Yara J. H. Llanos

integral, álgebra, geometria analítica e as físicas), oferecidas nas primeiras fases das engenharias, seja ainda maior. Somando-se a essa realidade, a visão de cada professor sobre o que é necessário que o aluno saiba, muda de profissional para profissional, fazendo com que o foco estabelecido na disciplina mude de curso para curso, de professor para professor, ora elevando o nível de exigência a patamares irrealistas, ora reduzindo-o de tal forma que os alunos continuassem a serem aprovados sem os conhecimentos necessários para as fases seguintes.

OBJETIVO

A implantação do núcleo comum nas engenharias da UNESC tem como objetivo equalizar o nível de cobrança no ciclo básico do curso, diminuindo as disparidades no conhecimento adquirido nas disciplinas básicas (matemáticas e físicas), garantindo que os conteúdos previstos nas ementas sejam trabalhados.

METODOLOGIA

Em constantes conversas com os coordenadores dos cursos de engenharia da UNESC e com os professores do ciclo profissionalizante, as deficiências dos alunos foram elencadas, sendo a disparidade nos saberes dos alunos uma constatação comum a todos os profissionais consultados. Isso faz com que o professor tenha que, muitas vezes, diminuir o tempo dedicado ao conteúdo da sua disciplina para resgatar conteúdos que já deveriam ser do domínio dos acadêmicos.

Os professores das disciplinas do ciclo básico que dependem de outras (como exemplo podemos citar a Física I, que depende de vetores, trabalhados –na UNESC- em Álgebra Linear), também foram consultados. Constatou-se que muitos conteúdos eram trabalhados fora da ordem necessária, ou com foco que não contemplava a necessidade dos professores das outras disciplinas.

Os professores das disciplinas do núcleo comum foram comunicados, em uma reunião que antecedeu o início do semestre letivo, sobre as modificações a serem realizadas na forma de avaliação e sobre os conteúdos que deveriam ser trabalhados em cada disciplina.

O diálogo com os alunos é constante na implantação do núcleo comum, para correção de práticas que não agregam conhecimento e para fortalecimento daquelas que realmente ajudam na formação do acadêmico. Promoveram-se reuniões com os alunos matriculados nas disciplinas do núcleo comum, nas quais os representantes dos mesmos expuseram o que deveria ser melhorado, no ponto de vista dos acadêmicos.

Além disso, a UNACET (Unidade Acadêmica das Ciências, Engenharias e Tecnologias), está sempre disposta a ouvir os alunos e realizar as devidas ponderações. Na elaboração de novas grades curriculares, as disciplinas equivalentes que foram criadas, já o foram com denominação e ementas comuns a todos os cursos onde já existem². Também foram modificadas as ementas das disciplinas que são comuns às engenharias (físicas, cálculos, álgebra e fundamentos matemáticos).

Elcio Angioletto, Ângela C. Piccinini, Leandro Neckel e Yara J. H. Llanos

Para dirimir as disparidades nas avaliações de uma determinada disciplina, foram criadas listas de exercícios comuns a todas as turmas daquela disciplina. Das referidas listas de exercícios, disponibilizadas no começo do semestre, a UNACET retirou questões que perfaziam 75% da prova, sendo que os outros 25% ficaram a cargo do professor. Desta forma, professores e alunos sabem o que seria cobrado nas avaliações e o que deve ser ensinado durante o semestre letivo.

A disparidade entre avaliações, problema que outras instituições também enfrentam³, diminuiu.

Considerando a grande dificuldade dos estudantes das engenharias, percebida pelos professores do ciclo básico, um programa de apoio aos alunos foi instituído na universidade. Tendo como objetivo dar suporte ao estudante de engenharia, um programa de plantões foi organizado pela UNACET para auxiliar o aprendizado de cálculo, física, álgebra linear e outras disciplinas do ciclo básico dos cursos de engenharia. Os plantões foram organizados em horários acessíveis para os alunos uma vez que estes, em grande parte, dispunham de pouco tempo livre durante os dias da semana. Todos os dias da semana havia um professor disponível em horário que antecede as aulas, em uma sala pré estabelecida na universidade. Os estudantes dos diversos cursos de engenharia, das disciplinas do ciclo básico, foram comunicados via e-mail e verbalmente durante as aulas sobre a existência dos plantões. O trabalho desenvolvido pelos professores nos plantões era de auxiliar os estudantes na resolução de exercícios e também no reforço do embasamento teórico necessário para a resolução de tais. Em grande parte dos casos, o atendimento ao aluno foi feito pessoalmente, quando não era possível pela grande procura, em grupo ou utilizando-se a lousa.

Ainda, um professor, esteve à disposição no laboratório de física experimental duas tardes por semana. Vindo a contribuir, outro professor também esteve disponível aos alunos que se reuniam em grupos de estudos, em caráter extraclasse, quando era solicitado pelos mesmos, ou mesmo on-line, fazendo uso de uma mesa digitalizadora Wacom, modelo CTL470.

A avaliação dos plantões foi realizada de forma qualitativa por meio de um questionário aplicado aos alunos que frequentaram os plantões. O mesmo teve como objetivo fazer um levantamento sobre a satisfação dos estudantes com relação ao programa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O fato de os professores que tradicionalmente ministravam as disciplinas de cálculo I, álgebra e Fundamentos matemáticos não terem sido consultados antes da implantação do modelo no qual a Unidade acadêmica elabora as provas, gerou muita resistência ao projeto, pois os mesmos não se sentiram contemplados no processo. A referida resistência está sendo superada com diálogos abertos, ponderando as observações feitas pelos professores.

A procura por ajuda, pelos estudantes, superou as expectativas, sendo que em algumas ocasiões, o professor não conseguia atender a todos os interessados, adiando para o dia seguinte a assistência.

A certeza, por parte dos alunos, de que os problemas propostos nas disciplinas seriam cobrados nas provas, fez com que a procura fosse ampla.

Elcio Angioletto, Ângela C. Piccinini, Leandro Neckel e Yara J. H. Llanos

O laboratório de física conta com bancadas propícias para experimentos, mas desconfortáveis para a permanência dos alunos, em estudos teóricos, por períodos prolongados de tempo. Os acadêmicos que frequentaram o Laboratório relataram o desconforto, e o local de atendimento foi mudado para a sala ao lado, com carteiras convencionais e condicionador de ar.

Questionados sobre o programa de plantão, os frequentadores relataram que a ajuda foi muito importante no aprendizado, mesmo que não conseguissem a aprovação na disciplina. Também foi observado que o aluno matriculado com determinado professor procurava a ajuda do mesmo no plantão, com raras exceções. Além disso, todos os estudantes que responderam o questionário afirmaram que frequentarão os plantões nos semestres seguintes, conforme a necessidade.

CONCLUSÕES

Analisando as respostas dos questionários aplicados, o discurso dos alunos e também a frequência dos mesmos aos plantões, fica clara a satisfação daqueles que buscaram o atendimento. O relato da maioria dos alunos é favorável ao modelo do núcleo comum, pois sabem o que será cobrado nas avaliações, sendo que tem nas listas propostas um roteiro seguro do que devem saber para obterem sucesso nas avaliações. Também perceberam que o nível de exigência nas provas foi modificado, e ao mesmo tempo o suporte ao aprendizado ofertado aos alunos foi aprimorado.

Consegue-se, enfim, o começo de uma mudança na cultura dos acadêmicos, que passam a perceber que para cursar engenharia é necessário dedicação e esforço maiores do que em outros cursos. A conscientização de que os melhores professores não são os que facilitam a aprovação, mas sim o aprendizado, é comprovada pelo fato de os alunos deixarem de “fugir” dos professores mais exigentes.

Atualmente a metodologia descrita está limitada a cinco disciplinas (Fundamentos matemáticos, Cálculo I, Álgebra Linear, Física I e Física II), mas pretende-se ampliar para outras disciplinas comuns a todas as engenharias (Cálculo II e Cálculo III). Vislumbra-se a economia de recursos, sem a necessidade de criação de turmas extras para alunos repetentes, pois os alunos terão opção de cursarem as disciplinas que precisam em outros cursos, sem prejuízo para sua formação, pois a equivalência será garantida.

NOTAS

- 1 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Engenharia; Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1362.pdf>, acessado em 23/07/2013.
- 2 Comitê de Organização do fórum/NEPP; ARTICULAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA; Disponível em http://www.ibb.unesp.br/Home/NEPP/doc-01.projeto_articulacao-engenharias.pdf, acessado em 15/08/2013.
- 3 FERNANDES, S; **Difícil é fazer conta: Por que é quase impossível achar um aluno universitário da área de exatas sem um “reprovado” no histórico?** Disponível em http://www.fisica.net/fisico/por_que_e_quase_impossivel_ao_reprovar_em_exatas.php, acessado em 06/02/2013.

ACAMPAR 2013. BATALHA CRIATIVA

Marlon Sandro Lesnieski, Alex Baseggio, Arnaldo Telles Ferreira, Paulo Ricardo dos Santos, Regina Oneda Mello, Silvia Spagnol Simi dos Santos, Vanessa Angélica Balestrin.

E-mail: marlon.lesnieski@unoesc.edu.br

Curso de Comunicação Social habilitação em Jornalismo e Comunicação Social habilitação em Publicidade e Propaganda da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

O ensino e a extensão não acontecem somente em sala de aula, são concretizados também em ambientes alternativos, relacionados aos contextos dos cursos e criam oportunidades substantivas de aprendizado. Neste sentido, os cursos de Comunicação Social da Unoesc Joaçaba, Jornalismo e Publicidade e Propaganda, desenvolveram o projeto Acampar 2013. Batalha Criativa, evento que buscou agregar conteúdos teóricos à prática profissional da profissão do jornalista e do publicitário. O evento iniciou na noite de sexta-feira (05/04) e se estendeu, de forma ininterrupta, até às 16 horas de sábado (06/04). Foi realizado na Sede Campestre da Unoesc, localizada na Linha Barra Verde em Herval d'Oeste, Santa Catarina. O projeto foi fundamentado na teoria de **Vygotsky¹ (2011), na concepção de que o conhecimento se dá na experiência e que na convivência com os outros é que nos tornamos nós mesmos.** A prática de atividades interdisciplinares tem início com George Gusdorf, que conforme Japiassu² elaborou o primeiro programa interdisciplinar, o projeto de pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas, reconhece como normal que uma pedagogia da especialização forme especialistas cada vez mais especializados. Daí a necessidade de criação de uma nova categoria de pesquisadores com objetivo de criar inteligência e imaginação interdisciplinares. Neste sentido a interdisciplinaridade compõe-se por um grupo de disciplinas conexas e com objetivos comuns. Está em nível superior a disciplina, ou área que coordena e define finalidades. Ocorre intensa troca entre especialistas. O horizonte epistemológico deve ser o campo unitário do conhecimento, a negação e a superação das fronteiras disciplinares, a interação propriamente dita, assim “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (JAPIASSU, 1976, p.74). Vygotsky teve seu percurso acadêmico marcado pela interdisciplinaridade. Começou sua carreira aos 21 anos, proferiu palestras e lecionou sobre temas ligados à literatura, ciência e psicologia. A obra de Vygotsky contribuiu no campo da psicologia, pedagogia, antropologia, linguística, história, filosofia e sociologia, neurologia e estudo das deficiências. A ideia central para a compreensão das concepções de Vygotsky sobre desenvolvimento humano como processo sócio-histórico é a ideia de mediação. (FRANCISCHETT,

Marlon Sandro Lesnieski, Alex Baseggio, Arnaldo Telles Ferreira, Paulo Ricardo dos Santos, Regina Oneda Mello, Sílvia Spagnol Simi dos Santos, Vanessa Angélica Balestrin

2005)³. Para Rego⁴ (1995), Vygotsky considera central em seu pensamento a definição de que as funções psicológicas superiores são de origem sociocultural e emergem de processos psicológicos elementares, de origem biológica (estrutura orgânica). A complexidade da estrutura humana deriva do processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre história individual e social. E estas relações são estabelecidas através da mediação que só é possível pela linguagem e pela ação do indivíduo. E é dentro deste cenário de interdisciplinaridade desenvolvida através da mediação entre teoria e prática, linguagem e ação, que a atividade interdisciplinar “Acampar 2013. Batalha Criativa” foi pensada e executada.

OBJETIVOS

A atividade interdisciplinar “Acampar 2013. Batalha Criativa” teve como objetivos principais a) estimular a comunicação e gerar referência aos cursos de Comunicação Social da UNOESC, Campus de Joaçaba; b) Instigar a criatividade e a inovação nos acadêmicos, por intermédio de situações reais de mercado; c) Desenvolver a agilidade, espírito esportivo, integração e raciocínio lógico/rápido; d) Promover a integração entre alunos e professores.

METODOLOGIA

Poderiam se inscrever no “Acampar 2013. Batalha criativa”, todos os acadêmicos devidamente matriculados em um dos cursos de Comunicação Social da UNOESC Joaçaba, tanto de Jornalismo ou Publicidade e Propaganda. Todas as provas da Batalha Criativa visavam solucionar algum problema ou carência comunicacional da comunidade regional, visando seu desenvolvimento, suprimindo as suas necessidades mercadológicas e foram elaboradas pelos professores dos cursos de jornalismo e publicidade e propaganda em reuniões específicas para isso. Cada equipe era composta por no mínimo um acadêmico de cada fase do curso de Publicidade e Propaganda e um acadêmico do curso de Jornalismo, podendo repetir os demais integrantes somando um total de sete a dez acadêmicos. Participaram cerca de 80 acadêmicos divididos em oito equipes, cada equipe identificada por uma cor. Com o intuito de incentivar e manter o clima de desafio e superação, os acadêmicos ficaram acampados em barracas em frente o local de apresentação das provas. As atividades desenvolvidas no evento foram estruturadas em ações-desafios que englobaram três tipos de situações problemas: batalha relâmpago, pergunta relâmpago e prova. Na batalha relâmpago cada equipe deveria realizar uma miniprova dentro do tempo estipulado e dentro das regras estabelecidas, que eram apresentadas antes de cada prova. A pontuação destas provas mudava conforme a complexidade de cada atividade e era apresentada juntamente com a descrição da mesma. A pergunta relâmpago consistia em questionamento elaborado a partir de questões utilizadas no ENADE, após anunciada esta prova cada equipe tinha um minuto para que a pessoa indicada pela equipe se posicionasse na Sala de Interrogatórios, dentro da sede onde a atividade estava sendo desenvolvida, para responder o questionário. Depois de soar o alarme indicando o fim do tempo, não era admitido mais nenhum participante dentro da sala de interrogatórios. A pontuação destas provas era de 25 pontos por pergunta relâmpago acertada e a somatória total foi revelada

Marlon Sandro Lesnieski, Alex Baseggio, Arnaldo Telles Ferreira, Paulo Ricardo dos Santos, Regina Oneda Mello, Sílvia Spagnol Simi dos Santos, Vanessa Angélica Balestrin

somente na contagem final dos pontos. As Provas Principais foram as atividades que demandaram um pouco mais de tempo e trabalho, após o anúncio, o líder de cada equipe deveria se dirigir até o QG da comissão organizadora para receber as instruções da prova. Cada equipe deveria realizar uma prova dentro do tempo estipulado e dentro das regras estabelecidas, que eram apresentadas antes de cada prova. A pontuação destas provas era seguinte: 1º lugar – 300 pontos; 2º lugar – 250 pontos; 3º lugar – 200 pontos; 4º lugar – 150 pontos; 5º lugar – 100 pontos; 6º lugar – 90 pontos; 7º lugar – 80 pontos; 8º lugar – 70 pontos. Após a entrega da prova finalizada era realizado um sorteio para determinar a ordem de apresentação. Cada equipe era representada por uma bolinha com sua respectiva cor, e a ordem de sorteio determinava a ordem de apresentação. Para esclarecer qualquer dúvida remanescente o líder da equipe poderia se dirigir ao QG da comissão organizadora. A Comissão Organizadora era constituída pelos professores dos cursos de Comunicação Social da Unoesc campus de Joaçaba e, poderia contar, eventualmente, com convidados externos. A Comissão Julgadora era constituída por professores do curso, e, se necessário, com convidados externos que atuam na área da comunicação da região, indicados pela Comissão Organizadora. A Comissão Julgadora elegeu entre todos os grupos inscritos, os dois que obtiveram êxito nas provas, considerando critérios de criatividade, originalidade, agilidade, espírito esportivo, integração e raciocínio lógico/rápido. O primeiro lugar recebeu o prêmio Ouro, equivalente a R\$2.000,00 e o segundo lugar o prêmio prata, equivalente a R\$1.000,00. O julgamento das provas foi feito em duas fases. Na primeira, os jurados atribuíram sua nota individual para cada equipe, partindo da análise dessas notas, era divulgado o resultado individual de cada prova. Na segunda, era feita a reunião para contabilizar as notas para saber os vencedores do Ouro e Prata.

RESULTADOS OBTIDOS, CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES/PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

Os principais resultados mostraram que a interação entre os alunos e a integração de conteúdos relativos ao curso e às diferentes fases são fatores significativos de aprendizagem e de ensino tanto de conhecimentos científicos quanto às relações na convivência com a diversidade de conhecimento e de “jeitos de ser”. O desenvolvimento de competências como liderança e motivação do grupo, além da superação dos próprios limites físicos para realizar com sucesso cada uma das provas, ficou evidenciado em todas as atividades executadas. Para 2014 o evento está programado para acontecer no final do mês de março ou início de abril. Os professores e acadêmicos estão entusiasmados e aguardando o lançamento das inscrições para o evento.

Palavras-chave: Batalha Criativa. Comunicação. Ensino.

NOTAS

¹ VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

² JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

³ FRANCISCHETT, Nesi Mafalda. **O entendimento da Interdisciplinaridade no cotidiano**. São Paulo: BOCC, 2005.

⁴ REGO, Teresa. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PROPOSTA DE DESENHO URBANO PARA O CONJUNTO HABITACIONAL VILA NOVA II DA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

Alessandra Devitte, Norma do Nascimento Batista

E-mail: alessandra.devitte@unoesc.edu.br

Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

Fonte financiadora: Unoesc

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICO-CIENTÍFICO-SOCIAL

A importância do desenho urbano como uma expressão técnica e artística de composição dos espaços cresce a cada dia com a evolução das cidades em todo o mundo. O projeto urbano deve ser encarado como uma proposta de organização física dos espaços para o cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos, cujas realizações a curto ou longo prazo se caracterizam numa forma de planejamento. Tanto do ponto de vista acadêmico quanto profissional, na prática da prancheta em sala de aula, recomenda-se a análise da cidade como uma arquitetura resultante de um processo de organização social no espaço urbano. Para a arquitetura não interessa apenas a tipologia dos edifícios e, sim, a relação dos mesmos com os espaços públicos e de uso coletivo, uma arquitetura de composição do cenário da vida coletiva, dos espaços de circulação e de vivência, uma arquitetura dos espaços urbanos, que é também o espaço de confronto de interesses, do processo histórico de definição dos direitos do indivíduo e da coletividade, reescrito na arquitetura da cidade. É papel do arquiteto conhecer o meio físico, natural e edificado e, ainda, contribuir efetivamente por meio de propostas de projeto de organização físico territorial do solo urbano. Neste sentido, os processos metodológicos desenvolvidos em sala de aula para a composição da arquitetura dos espaços urbanos devem contribuir com o poder público municipal em ações conjuntas para melhor estruturação e organização da cidade.

OBJETIVO

A temática desta pesquisa teve como objetivo proporcionar o aprimoramento da sua prática projetual, enfocando as inter-relações entre os diferentes aspectos do desenho urbano e da cidade de São Miguel do Oeste/SC. Deve, ainda, sugerir ações conjuntas entre o curso de Arquitetura e Urbanismo e o poder público municipal, a fim de minimizar problemáticas e melhorar a qualidade do espaço em questão.

Alessandra Devitte, Norma do Nascimento Batista

METODOLOGIA

Para analisar e compreender as características locais específicas, suas deficiências e potencialidades, foi utilizado o método de estudo de caso exploratório, buscando evidenciar exemplos que pudessem ser generalizados para as situações do Conjunto Habitacional Vila Nova II. Esta pesquisa foi desenvolvida com análise da escala local com base em dados primários e secundários, coletados junto aos órgãos municipais e complementados com o reconhecimento *in loco* da região analisada. Esses dados foram espacializados por meio de mapas digitalizados que permitissem o cruzamento das variáveis urbanísticas e ambientais definidas. Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se a metodologia de cunho exploratório, com a utilização de estudo de caso do bairro Vila Nova II. No âmbito da etapa documental, como primeiro passo do trabalho, avaliou-se a legislação urbana e ambiental. A seguir, de posse do mapa do município de São Miguel do Oeste, localizou-se o bairro Vila Nova II e identificou-se a zona em que o mesmo está localizado, conforme informações do Plano Diretor. Dando prosseguimento, por meio de informações obtidas na prefeitura do município, caracterizou-se o bairro e o seu entorno, dando ênfase aos equipamentos e mobiliário urbanos, ao transporte público, à topografia, ao saneamento, à paisagem, à iluminação e à segurança pública. Também, buscaram-se informações relacionadas às edificações, quanto à qualidade do projeto arquitetônico, contemplando os seguintes aspectos: implantação; orientação; forma; aspectos construtivos; conforto térmico, acústico e lumínico; acessibilidade e espaço físico. Na segunda etapa, realizou-se o levantamento do local por meio de observação, seguido da aplicação de questionário aos moradores do bairro, contemplando os aspectos citados anteriormente. Realizou-se a tabulação dos dados obtidos e demonstrou-se o resultado por meio de gráficos. Na terceira etapa, de posse das informações necessárias para a elaboração do diagnóstico do bairro, passou-se para a análise e elaboração de propostas a serem implementadas em curto, médio e longo prazo com os alunos do curso, em forma de mutirão e com o auxílio do poder público municipal.

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos permitiram identificar as dificuldades encontradas pelos moradores após a ocupação do Conjunto Habitacional Vila Nova II, como a falta de rede pública de energia, pavimentação nas vias, transporte coletivo, passeios públicos, arborização, sinalização viária e de identificação e equipamentos públicos. A acessibilidade nas áreas internas do loteamento e no acesso às residências não existe, uma vez que as ruas em que os lotes estão dispostos estão em níveis e platôs diferenciados. Tanto as edificações dispostas acima do nível da rua, quanto as dispostas abaixo do nível da rua necessitam de escadas para serem acessadas, pois não há espaço para a construção de rampas em acordo com a NBR 9050, que dispõe sobre a acessibilidade universal para áreas públicas e edificações. Os desníveis apresentados e a falta de drenagem possibilitam a entrada de água e terra que são levadas pela chuva, por vezes, ocasionando perdas e prejuízos às edificações. Outra problemática encontrada foi a carência de espaços e equipamentos de lazer para todos os moradores, evitando assim a criação de laços de convivência, além do espaço da própria casa. Atualmente, as crianças utilizam das vias públicas para suas atividades recreativas, gerando riscos, uma vez que nestas trafegam veículos pesados que fazem o transporte da produção agrícola de parte do município. Esta configuração espacial da apropriação individual do lote é uma tentativa distorcida

Alessandra Devitte, Norma do Nascimento Batista

de impor, nos bairros populares, o modo de vida das classes sociais mais abastadas, que vivem em moradias isoladas por altos muros e segurança eletrônica, ou seja, uma valorização excessiva do privado. Por outro lado, as famílias usuárias dos conjuntos habitacionais de baixa renda valorizam a dimensão coletiva, o espaço público, a integração. Unir tal dimensão com áreas de lazer e espaços para geração de emprego e renda é um caminho adequado frente a uma classe desempregada e excluída do mercado de trabalho formal, que são a maioria dos usuários.¹ Foram identificados, ainda, potencialidades a serem exploradas neste espaço, como as bordas do rio Guamerim que poderiam ser transformadas em um parque linear e integrado a uma área verde existente, criando, assim, diversas oportunidades de lazer aos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, em apresentação, aborda o caso do Bairro Vila Nova II, situado no município de São Miguel do Oeste e construído pelo poder público local, ressaltando as questões relacionadas ao planejamento urbano e à arquitetura em habitação de interesse social, evidenciando os aspectos da intervenção arquitetônica e urbanística considerados inadequados. A população que hoje habita o Bairro Vila Nova II foi relocada de suas residências devido às suas precárias condições e implantação em local inadequado, o antigo Morro da Fumaça. Entretanto, as unidades habitacionais construídas, também, não atendem às necessidades de espaço físico e de conforto térmico. Adiciona-se que o projeto urbanístico é inadequado e não foi finalizado, pois não há área de lazer, como praça e quadras de esportes; o arruamento não contemplou acesso correto às unidades habitacionais; inexistência de arborização de ruas; não há transporte urbano; não há iluminação pública; e as vias não são pavimentadas. Por outro lado, é inegável a contribuição social da iniciativa do setor público em minimizar o déficit habitacional para a população de baixa renda. Contudo, diante do cenário exposto, cabe uma reflexão crítica sobre os programas habitacionais para essa população, os quais repetem a segregação sócio-espacial. Ressalta-se que as necessidades de moradia da população devem ser atendidas pelo poder público e privado sem restrição de classe social. E, que essas não se restringem à unidade habitacional, mas também a sua relação com o espaço urbano em que está inserida. Nesta relação, são considerados os aspectos que são caros ao ser humano para que este se sinta parte do meio em que vive, tais como: habitação; trabalho; educação; saúde; transporte; saneamento; lazer; e cultura. Acrescenta-se, a relevância do papel do arquiteto e urbanista na construção de uma cidade saudável que atenda às necessidades de sua população; e, também do poder público, por meio de planos, programas e projetos relacionados à habitação, ao planejamento urbano da cidade, contemplando ações de curto, médio e longo prazo que reflitam as necessidades da população. Para a compreensão dessas necessidades, é imprescindível a participação da população antes da formulação e implementação das ações, visto que esta é conhecedora das suas aspirações.

Palavras-chave: Desenho urbano. Planejamento. Habitação social.

NOTAS

1 Marco Antonio Suassuna Lima. Estudo comparativo em habitação de interesse social: O caso do Conjunto Habitacional Gervásio Maia (CHGM) - João Pessoa, 2009.

EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PIBID NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Alex Sander da Silva

Doutor em Educação pela PUCRS
alexanders@unesc.net.

Carlos Arcângelo Schlickmann

Mestre em Educação pela UDESC
cãs@unesc.net.

UNESC

RESUMO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) baseia-se em elementos que se aglutinam a partir de dois caminhos diferentes, mas concomitantes: de um lado, o sentido da universidade em relação a formação docente, seja inicial ou continuada; de outro, a universidade e sua relação com a educação básica. Ambos remetem ao sentido do ser professor. O objetivo desta comunicação é apresentar uma breve localização contextual e conceitual do PIBID na UNESC e de seus primeiros resultados. Faz-se necessário pensar a relação entre teoria e prática pedagógica a partir desta intertextualidade da formação e dos desafios contemporâneos da própria escola. Nas áreas de Pedagogia, Letras, Matemática, Ciências Biológicas e Artes Visuais os bolsistas integrantes do projeto já demonstram efetivo crescimento profissional e relatam estar mais amadurecidos em suas escolhas frente à profissão.

Palavras-Chave: Formação docente. PIBID; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

O PIBID tem como principal objetivo o incentivo, a valorização e a inserção dos acadêmicos das licenciaturas no universo da docência, seja na experiência de executar ações em escolas, seja na possibilidade de proposição de atividades que contribuam na produção de materiais de auxílio didático para o professor, seja ainda na possibilidade de pensar teoricamente sua área de formação. O programa tanto se preocupa com a formação inicial dos acadêmicos de licenciatura quanto com a formação continuada dos professores que estão nas escolas e que atuam como supervisores. Este trabalho pretende apontar questionamentos acerca das atividades que vêm sendo desenvolvidas

Alex Sander da Silva, Carlos Arcângelo Schlickmannx

por mais de 50 bolsistas da UNESCO em projetos que visam o aperfeiçoamento enquanto licenciando e a vivência de experiências práticas em escolas municipais e estaduais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta de trabalho do PIBID da UNESCO traz como título: “Educação Básica: a intertextualidade da formação docente inicial e continuada”, que encontra-se em sintonia com a missão institucional, a saber: “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”.

A UNESCO participou do Edital PIBID nº 11 /2012 CAPES e foi contemplada com a aprovação do projeto institucional e cinco subprojetos: Pedagogia, Letras, Matemática, Artes Visuais e Ciências Biológicas. As escolas foram selecionadas a partir de dois critérios básicos: adesão voluntária e o resultado alcançado no IDEB (baixo/alto).

O caminho que tomamos para a análise da relação entre a universidade, a educação básica e a formação docente implica indagar sobre as concepções e estratégias que respaldam as práticas formativas dos futuros docentes. Desse modo, é importante entender o que significa ser professor no contexto atual e quais práticas podem ser convenientes para uma efetiva formação docente qualificada.

Teoricamente, tomamos como base algumas reflexões da abordagem de formação docente “crítico-reflexiva” de Zeichner (1993), bem como a concepção da “profissão professor” de Nóvoa (1995). A formação docente aqui é vista interconectada com a interação entre a universidade e a educação básica.

No movimento universidade/escola/universidade é que acadêmicos e professores, em exercício, constituem-se “educandos e educadores”. É no diálogo entre si, com os gestores das escolas, com os supervisores, coordenadores de área, coordenação de área de gestão de processos educacionais, com o coordenador institucional, demais professores formadores da Universidade e das unidades escolares, que os estudantes das licenciaturas vêm se qualificando como docentes, bem como contribuindo na qualificação das atividades das escolas envolvidas no cumprimento das mais diversas atividades formativas.

A formação inicial docente se configura nesta perspectiva articulada e vivenciada no próprio local em que se desenvolve o fazer pedagógico, tendo as escolas como co-partícipes e seus professores como co-formadores. Nessa perspectiva, a prática do professor atuante contribui com o propósito dos acadêmicos em formação, não qualquer prática, mas aquela que instaura um “movimento da prática reflexiva” (ZEICHNER, 1993).

Mesmo considerando que os cursos de licenciatura se constituem em seus saberes e fazeres teóricos e práticos, a experiência do Pibid na Unesc, veem se constituindo como um espaço oportuno dessa reflexão. Para Zeichner (1993, p. 18), “professores não reflexivos aceitam automaticamente o ponto de vista normalmente dominante numa dada situação”. Assim, criam-se clichês que pouco ou nada

Alex Sander da Silva, Carlos Arcângelo Schlickmannx

acrescentam na formação docente. Clichês esses que de certa maneira naturalizam concepções do ser professor, de aluno, de escolas, enfim, do exercício do ofício de ensinar e aprender.

Todavia, apesar dos descompassos das práticas formativas iniciais, existem políticas de formação docente que se propõe processuais, o que revitaliza a formação dos futuros docentes. Nesse sentido, o Pibid na universidade tem esse caráter reflexivo, que coloca no cotidiano da escola, esses futuros professores.

Assim, a formação inicial torna-se ampla tanto no sentido de privilegiar a ação acadêmica curricular dos cursos, oferecida pelos cursos de licenciatura, quanto nas trocas de experiências entre acadêmicos e professores em exercício docente. Para Nóvoa (1995, p.25), “devolver a experiência o lugar que merece na aprendizagem dos conhecimentos necessários a existência (pessoal, social e profissional) passa pela constatação de que o sujeito constrói o seu saber ativamente ao longo do seu percurso de vida”.

No dizer ainda do autor, “a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando”. Estes espaços se configuram a partir do debate, do caminhar, assim constituindo-se espaços de aprendizagem.

O desafio que o Pibid coloca é justamente provocar alguns desassossegos, tanto para a universidade e seus cursos de formação docente e seus acadêmicos, quanto para as escolas e os professores participantes do projeto. E, nesse sentido, um desse desassossego é buscar superar uma imagem “idealizada” do ser professor, de escola e aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de se pensar nos primeiros resultados alcançados pelo programa, passamos resumidamente a expor o que os subprojetos elegeram como aportes de discussão e vivência.

Os subprojetos dos cursos de Letras e Pedagogia, por exemplo, tomam como perspectiva de atividade o conceito de Letramento, o qual é assumido por se entender que apesar de ser utilizado nos “discursos educacionais” desde a década de 80, sua proposta permanece pouco efetivada na prática. “Letramento” traduz-se para designar ora as práticas sociais de leitura e escrita, ora os eventos relacionados ao uso da escrita (Soares, 2009). Portanto, pensar em letramento é pensar em práticas escolares e não escolares que envolvam leitura e escrita. Em outras palavras, significa utilizar os conhecimentos apreendidos em diferentes contextos sociais. Desse modo, a aprendizagem da leitura e da escrita deixa de ser uma questão estritamente pedagógica para alcançar a esfera política, social, artística. O curso de Pedagogia atuou nas séries iniciais e o curso de Letras no Ensino Médio, mas sob a mesma perspectiva.

Os dois projetos, inicialmente, aproximaram-se da realidade escolar por meio da aplicação de um diagnóstico que evidenciou as necessidades de leitura dos alunos. A partir da análise desse instrumento, tendo como princípio caminhos para uma formação humana enquanto agente social, os

Alex Sander da Silva, Carlos Arcângelo Schlickmannx

estudantes de licenciatura puderam criar estratégias/ações para atuar junto à comunidade escolar, de modo a elevar a qualidade de sua formação. Para isso, valeram-se de múltiplas atividades, como varal literário, roda literária e sessões de cinema.

As ações realizadas até então consistem no apoio aos professores das escolas para a implementação de um currículo que busque o equilíbrio entre a construção de conhecimentos disciplinares desenvolvidos historicamente e uma maior contextualização dos conhecimentos da área de língua portuguesa, mais especificamente, da literatura, transversalizados com as questões regionais.

Para Tardif (2006, p.36), “pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”.

Nos projetos de Ciências e Matemática, entre as ações desencadeadas pelos projetos estão o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (fóruns, chats, etc), uso dos laboratórios de informática e o de ensino de matemática; a participação dos acadêmicos e professores na feira e no seminário de matemática promovido pelo curso; a participação dos docentes e discentes em eventos promovidos pela instituição ou por instituições externas; o desempenho dos grupos de pesquisa e de extensão aprovados e a criação do Clube de Ciências que, mesmo em contraturno, atraiu a participação maciça dos alunos.

A execução do projeto de Artes Visuais, ainda como exemplo, privilegia o trabalho coletivo, a interação universidade-escola, por equipes e em consonância com os objetivos do PIBID. O curso de Artes Visuais funciona como elemento irradiador de ações que buscam ampliar a formação dos licenciandos e aprimorar o processo de trabalho docente. A proposta deste projeto é a de construir um núcleo de formação juntamente com o professor.

Desse modo, o PIBID oportuniza aos licenciandos dos cinco subprojetos institucionais uma melhor comunicação e compreensão da dimensão teórica e dos limites e possibilidades de aperfeiçoamento da prática no cotidiano das escolas. Da mesma forma, ao estabelecer o diálogo com as escolas parceiras, os cursos de licenciatura estão tendo condições de realizar avaliações periódicas, debates e adequações de seu projeto pedagógico e suas matrizes curriculares, para que possam promover uma formação de professores com maior qualificação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do PIBID na UNESC tem possibilitado muitas reflexões em torno da temática da formação docente inicial e continuada. Essa é uma tarefa desafiadora, por isso dissemos que é um projeto de muitos atores e de muitas mãos.

Tardif (2000 p.12) observa que “a prática profissional nunca é um espaço de aplicação dos conhecimentos universitários. Ela é, na melhor das hipóteses, um processo de filtração que os dilui e os transforma em função das exigências do trabalho”. Para o autor, é na relação com a realidade escolar e na vivência diária da função docente, que a formação profissional é consolidada.

Alex Sander da Silva, Carlos Arcângelo Schlickmannx

É importante lembrar, também, que apostar na formação docente não é apenas possibilitar uma bolsa para os alunos das licenciaturas para a experimentação do exercício da profissão docente, mas compeli-los a atender as exigências para o exercício de tal profissão. Desse modo, pode-se dizer que as relações de saberes e das práticas pedagógicas se constituem ainda na disputa com os conteúdos curriculares e formativos.

REFERÊNCIAS

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

NÓVOA, António. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992

_____. *Vida de professores*. 2. ed. Portugal: Porto, 2000.

_____. *Profissão professor*. 3. ed. Portugal: Porto, 2003;

SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n. 13, p. 5-24, 2000.

_____. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZEICHNER, Kenneth. Formando professores reflexivos para uma educação centrada no aprendiz: possibilidades e contradições. In: ESTEBAN, Maria T.;

ANÁLISE DE INDICADORES DE CAIXA DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA BM&FBOVESPA

Luiz Pedro Benvenuti
lpedro@unifebe.edu.br

Ticiane Ribeiro Quintas Flor
txicy@unifebe.edu.br

Edilson Sidnei Padilha
edilson@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

A demonstração sintetizada da movimentação de caixa de uma entidade pode ser feita de diversas maneiras. Contudo, há um modelo de apresentação dessa movimentação, inclusive previsto em lei denominado de Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A DFC pode ser considerada um demonstrativo de fácil entendimento, pois trata do regime de caixa, ou seja, demonstra a movimentação ocorrida no caixa da entidade. É possível identificar, nessa demonstração, por exemplo, qual o montante despendido pela entidade com o pagamento de juros ou financiamentos ou o montante de recursos financeiros que entrou na entidade relativo às suas atividades operacionais. Por meio da DFC é possível extrair índices que avaliam o comportamento do fluxo de caixa das empresas em um determinado período.

O OBJETIVO

deste estudo é avaliar o comportamento dos indicadores de cobertura de caixa das empresas do segmento da construção civil da BM&FBovespa. Diversos indicadores podem ser obtidos utilizando-se os dados contidos na DFC. Segundo Braga e Marques (2001)¹ eles podem ser divididos em quatro grupos distintos quais sejam: Quocientes de cobertura de caixa, de qualidade do resultado, de dispêndio de capital e de retornos do fluxo de caixa. Neste artigo são apresentados e discutidos os resultados relativos aos quocientes de cobertura de caixa. Conforme Braga e Marques (2001), os quocientes de cobertura de caixa indicam a capacidade de pagamento da empresa e o indicador de cobertura de juros com caixa indica o tempo que a empresa leva para gerar caixa necessário ao pagamento de juros. Segundo Marion (2002), para o cálculo do indicador de cobertura de juros o FCO

Luiz Pedro Benvenutti, Ticiane Ribeiro Quintas Flor, Edilson Sidnei Padilha

deve ser ajustado eliminando-se os efeitos de impostos e juros. De acordo com Braga e Marques (2001), o indicador de cobertura de dívidas com caixa demonstra a capacidade de gerar recursos para pagamento de dívidas. Para tanto o FCO deve ser ajustado, excluindo-se o pagamento de dividendos, pois são obrigatórios em todos os exercícios. Já no indicador de cobertura de dividendos com caixa, segundo os autores, é possível identificar a capacidade financeira da empresa em cumprir com o pagamento dos dividendos, tanto das ações ordinárias quanto das preferenciais. Para uma análise mais objetiva dos quocientes de cobertura de caixa podem ser utilizados índices-padrão com o intuito de comparar os índices de determinada empresa com os de outras empresas do seu segmento de atuação. Segundo Marion (2002)², por meio da estatística é possível extrair algumas medidas de determinado conjunto de elementos para auxiliar na análise de indicadores econômico-financeiros, como, por exemplo, a média aritmética. Matarazzo (2003)³ sustenta que a média não seria a medida estatística mais adequada como padrão para a análise econômico-financeira. Segundo o autor existem elementos estatísticos mais interessantes como quartis, decis ou percentis. Neste estudo optou-se pela utilização de percentis. Conforme Toledo e Ovalle (1991)⁴ percentis ou centis significa dividir os valores de um conjunto em noventa e nove centis, e cada parte será um centésimo ou um por cento dos valores do conjunto. Também é importante lembrar que os centis englobam todos os decis e quartis, como por exemplo, o vigésimo centil é igual ao 2º decil e o vigésimo quinto centil é igual ao primeiro quartil. Matarazzo (2003) sugere a atribuição de conceitos quanto à posição dos índices conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Qualificação de índices para análise

Categorias de Avaliação	Péssimo	Deficiente	Fraco	Razoável	Satisfatório	Bom	Ótimo		
Índices-padrão:	1º Decil	2º Decil	3º Decil	4º Decil	Mediana	6º Decil	7º Decil	8º Decil	9º Decil

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p. 193).

De acordo com o autor as nomenclaturas das categorias de avaliação podem ser definidas conforme a preferência do analista. Elas permitem uma melhor visualização para futuras análises.

METODOLOGIA

Com base em Gil (2002)⁵, utilizou-se nesse estudo a pesquisa descritiva e documental e a abordagem da análise foi quantitativa. A coleta de dados foi realizada no sítio da BM&FBovespa por meio das demonstrações contábeis consolidadas publicadas por 23 empresas participantes da pesquisa, relativas aos anos de 2009 a 2011. A amostra foi selecionada por acessibilidade. Ao final somente 16 empresas fizeram parte do estudo. Foram estabelecidos dois índices-padrão para o conjunto de indicadores das empresas: o inferior localizado no 33º percentil e o superior, no 67º percentil, de forma a dividir a amostra em três partes proporcionais. A premissa adotada foi a de que quanto maior o valor do indicador, melhor. Sendo assim, determinou-se um conceito para cada uma das três partes do conjunto de índices. À parte que vai até o 33º percentil foi atribuído o conceito

Luiz Pedro Benvenuti, Ticiane Ribeiro Quintas Flor, Edilson Sidnei Padilha

“ruim” (R). À parte que se encontra acima do 67º percentil foi atribuído o conceito “bom” (B) e à parte central foi atribuído o conceito “satisfatório”. Depois de determinados os padrões, procedeu-se à comparação dos indicadores das empresas para classificá-los como bom, ruim ou satisfatório. Em seguida foram atribuídos pesos para os conceitos a fim de determinar um conceito final para o conjunto dos indicadores dos três anos analisados. O conceito “bom” recebeu peso “3”, o conceito “satisfatório” recebeu peso “2” e o conceito “ruim” recebeu peso “1”. Ao final procedeu-se à análise dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que concerne ao resultado das empresas nos cálculos de indicadores de cobertura de caixa, a Tabela 1 demonstra os indicadores de cobertura de caixa de três das dezesseis empresas da amostra para os três anos do estudo.

Empresas por ordem alfabética	Cobertura de caixa								
	FCOajir J			FCO CT			FCO DIV		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Brookfield	-2,92	-3,46	-1,94	-0,17	-0,15	-0,15	-22,30	-14,34	-8,92
MRV	-4,01	-2,52	-0,56	-0,11	-0,10	-0,10	-4,11	-4,57	-3,72
Rodobens	-5,06	-1,17	2,14	-0,20	-0,10	0,06	-8,39	-22,02	4,89
33º Percentil	-23,71	-3,52	-2,98	-0,23	-0,16	-0,10	-22,16	-13,84	-3,67
67º Percentil	-5,34	-1,19	-0,28	-0,17	-0,08	-0,04	-7,50	-4,11	-1,37

Tabela 1 – Indicadores de cobertura de caixa relativos aos anos de 2009 a 2011.

Fonte: Elaborada pelos autores

Importante destacar que em 2009, das empresas que possibilitaram o cálculo desses indicadores, nenhuma gerou FCO positivo. Tratando-se da análise temporal, em geral, de 2009 a 2011 os indicadores de cobertura de caixa apontaram uma tendência de melhora na maioria das empresas pesquisadas. Com base nos conceitos atribuídos considerando-se os índices-padrão, foi elaborado o Quadro 2, a seguir, no qual as empresas estão dispostas por ordem de classificação crescente de conceito atribuído, considerando-se a média dos conceitos dos três indicadores de cobertura de caixa constante na última coluna do referido quadro.

Empresas por ordem de classificação	Cobertura de caixa													
	FCOajir J			FCO CT			FCO DIV			Todos os indicadores de cobertura de caixa				
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009 a 2011	
1	JHSF				B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
2	CR2				R	B	B	B	B	B	S	B	B	B
3	EZ	R	B	B	R	B	B	B	B	B	R	B	B	B
4	Rodobens	B	B	B	S	S	B	S	R	B	B	S	B	B
5	Cyrela	R	B	B	S	B	B	R	B	B	R	B	B	B
6	Even	B	S	B	S	S	S	S	S	S	B	S	B	S

Luiz Pedro Benvenuti, Ticiane Ribeiro Quintas Flor, Edilson Sidnei Padilha

7	MRV	B	S	S	B	S	S	B	S	R	B	S	R	S
8	Helbor	S	S	R	B	B	R	S	B	S	B	B	R	S
9	Tecnisa				B	R	S	S	S	S	B	R	S	S
10	Brookfield	B	S	S	S	S	R	R	R	R	S	R	R	R
11	PDG	S	R	R	R	S	S		S	S	R	R	R	R
12	Rossi	R	R	S	S	R	S				R	R	S	R
13	Gafisa	S		R	B	R	R	R	R	R	S	R	R	R
14	Camargo	R	R	R	S	S	R	R	R	R	R	R	R	R
15	Trisul				R	R	S		R	R	R	R	R	R
16	Viver				R	R	R				R	R	R	R

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para elaboração do Quadro 2 partiu-se do cálculo dos índices-padrão, localizados no 33º percentil e o 67º percentil. Tais indicadores estão apresentados nas duas últimas linhas da tabela 1 retro. Os índices-padrão servem para comparar os indicadores de uma empresa com relação aos indicadores das demais, do mesmo segmento de atuação. Não se trata de uma análise que avalia a evolução do índice no tempo, se ele está melhorando ou piorando, mas sim se este índice é bom ou ruim, em comparação com as outras empresas. Para confirmar esta afirmação, utiliza-se como exemplo a empresa MRV. Na tabela 1 retro, o indicador de cobertura de dívidas dessa empresa (FCO/CT) apresenta melhora de 2009 (-0,11) para 2010 e 2011 (-0,10). Porém no quadro 12, observa-se que o conceito dessa empresa para esse indicador, em relação às demais, foi piorando conforme o passar dos anos. Em 2009 o conceito era bom, passando para satisfatório em 2010 e ruim em 2011. Na média dos três anos pesquisados o conceito da MRV foi “S” (satisfatório) como se pode observar na última coluna do Quadro 2. Por meio do quadro 12 também é possível identificar que, na média dos três anos, 5 empresas (31,25 %) da amostra obtiveram conceito bom, enquanto sete empresas (43,75%) receberam o conceito ruim, e o restante da amostra (25%) recebeu a qualificação de satisfatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das empresas do segmento de construção civil da BM&FBovespa no triênio 2009-2011 mostrou-se incapaz de gerar caixa advindo de suas operações, resultando assim grande parte dos indicadores de caixa em números negativos. Entretanto, constatou-se que a maior parte das empresas apresentou uma tendência de melhora de seus indicadores de cobertura de caixa com o passar dos anos. Pela análise realizada considerando-se os padrões estabelecidos para a amostra, pode-se sugerir que, no triênio 2009-2011, o comportamento dos indicadores de caixa das empresas selecionadas, quando tomados no conjunto, foi de satisfatório para ruim. Tal pressuposto baseia-se na constatação de que 11 empresas de um total de 16 (68,75%) receberam conceitos “S” e “R” neste período, conforme se observou no Quadro 2.

Palavras-Chave: BM&FBovespa. Construção Civil. Indicadores de Caixa.

Luiz Pedro Benvenuto, Ticiane Ribeiro Quintas Flor, Edilson Sidnei Padilha

NOTAS

- 1 BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Avaliação da Liquidez das Empresas Através da Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP**, São Paulo, v. 14, n. 25, p. 6-23, jan.- abr. 2001.
- 2 MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- 3 MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- 4 TOLEDO, Geraldo L.; OVALLE, Ivo I. **Estatística Básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- 5 GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

APLICAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA NOS PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO DE TECIDOS INTELIGENTES

Juniomar Stang
juniomar.stang@latinatextil.com.br

Robison da Silva
r.o.b.i.s.o.n@hotmail.com

Sidnei Gripa
gripa@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE

INTRODUÇÃO

Embora a mídia não deixe de enfatizar as crises econômicas de diversos setores, a indústria têxtil tem procurado 'lacunas' para manter-se atualizada e competitiva. Existem algumas formas de uma empresa ser competitiva no mercado, sendo que uma das principais é o investimento em inovações de produtos e processos, tendo por consequência uma melhor qualidade com um custo igual ou inferior em relação aos seus concorrentes. Segundo o Manual de Oslo¹, as inovações tecnológicas em produto e processo são todas as etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que de fato levam, ou pretendem levar, à implantação de produtos tecnologicamente novos ou aprimorados. Os produtos têxteis sofreram grandes modificações com o passar dos anos, tanto em qualidade quanto em funcionalidades, e a estes se distinguem três gerações. Os da primeira geração eram produzidos por tecnologias para fiar e tecer fibras naturais. Os têxteis da segunda geração foram desenvolvidos como alternativas às fibras naturais e incluem fibras sintéticas, produzidas por derivados de petróleo como o nylon, poliéster e polipropileno. A geração mais recente, iniciada há alguns anos, permitiu avanços nas áreas de ciências dos materiais, no campo biológico, em sistemas inteligentes e em nanotecnologia para o desenvolvimento de novos produtos têxteis. Segundo Martins², nanotecnologia é entendida como uma tecnologia emergente que vai promover profundas mudanças em diversas áreas. Visando inovação em produtos e processos, este estudo será desenvolvido a fim de utilizar uma tecnologia recente no beneficiamento de substratos têxteis, que são os produtos com nanotecnologia, sendo eles manipulados em escalas de nanômetros ou nano funcionais, oferecendo inovação ao mercado, visando manter um diferencial nos artigos comercializados pelas empresas nas quais será aplicado. Quando falamos da aplicação da nanotecnologia na área têxtil, em nível molecular, a utilização de nano partículas integradas às fibras agregam valor ao tecido de modo a ser utilizado em diversas aplicações. As seguintes áreas

Juniomar Stang, Robison da Silva, Sidnei Gripa

de investigação podem ser identificadas como: produtos antibactericidas, antimanchas, resistentes ao enrugamento, repelentes à água e ao óleo, gerenciadores de umidade para o usuário, fibras sintéticas modificadas para possuírem toque de algodão, antiodor, acabamento hidrofílicas durável em produtos sintéticos, camisas leves e flexíveis à prova de balas, roupas que mudam de cor, e até mesmo roupas que monitoram os batimentos cardíacos, entre outras. Um maior impacto da nanotecnologia nos processos formadores de tecido, ou seja, tecelagem plana, malharia e na produção de não tecidos, acontece no desenvolvendo de tecidos inteligentes e técnicos. Esses tecidos são produtos cujo desempenho é mais importante do que seu valor decorativo. Estes incluem uniformes de bombeiros e militares, filtros e tecidos para reforço, usados na construção civil, roupas inteligentes com inúmeras funcionalidades, entre outras. Tais tecidos possuem aplicações no campo aeroespacial, marinha, transporte, edificações e muitas outras indústrias, como também para o melhoramento da qualidade de vida de seus usuários. De acordo com ABDI³, os tecidos inteligentes estão assumindo papel protagonista no desenvolvimento de roupas e uniformes profissionais transformando o substrato tecido, antes inerte, em um organismo cibernético que será capaz de antever necessidades biológicas e tecnológicas do usuário. Os tecidos inteligentes são produtos da união de muitas áreas da ciência e da engenharia. Eles podem ser definidos, segundo Karakas ET al.⁴, como materiais e estruturas que sentem e reagem às condições ou aos estímulos ambientais e podem ser classificados como: a) tecidos de inteligência passiva - apenas sentem o estímulo; b) tecidos de inteligência ativa - sentem e reagem ao estímulo; c) tecidos muito inteligentes - sentem, reagem e adaptam-se ao estímulo.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é demonstrar a aplicação da nanotecnologia nos processos de beneficiamento de tecidos inteligentes.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, tendo em vista, o grande número de consultas em referências bibliográficas e periódicos nacionais e internacionais. Também foram realizadas pesquisas em sites da internet entre outros. Segundo Gil⁵, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, sobretudo de livros e artigos científicos, permitindo ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, atentando-se à necessidade de aprofundar os conceitos estudados. Segundo Hair Jr. et al.⁶ deve-se utilizar a pesquisa exploratória quando o responsável pelas decisões dispõe de poucas informações sobre determinado acontecimento. Este estudo será desenvolvido quanto à abordagem do problema, por meio da pesquisa qualitativa. De acordo com Roesch⁷, a pesquisa qualitativa é indicada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou mesmo quando é o caso da proposição de planos, quando se trata de selecionar as metas de um programa e

Juniomar Stang, Robison da Silva, Sidnei Gripa

construir uma intervenção. Referente aos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de caso, uma vez que visa proporcionar o entendimento acerca do modo como vem sendo tratado o tema de pesquisa, em uma realidade prática de determinadas empresas. Conforme Gil⁵, o estudo de caso é um estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Como resultados pode-se destacar o entendimento dos conceitos e aplicações da nanotecnologia e das propriedades dos materiais desenvolvidos através de suas técnicas, com ênfase no beneficiamento têxtil. Também serão destacadas quais são as necessidades, vantagens e mitos, e como o mercado reage em relação aos produtos que utilizam essa tecnologia em seu desenvolvimento. Após a realização dos testes nos substratos, foram realizados testes para comprovar a real eficiência dos produtos utilizados nesse projeto. Para avaliar a eficácia contra a proliferação de micro organismos no substrato têxtil, foi realizado ensaio específico para esta finalidade conforme a ASTM E 2149-01. As amostras foram autoclavadas inoculadas com uma suspensão bacteriana. No tempo zero (tempo de contato), foi feita uma contagem de bactérias, com um subcultivo realizado novamente após 60 minutos, sob agitação constante. Após o período de incubação padrão de contagem de recuperação de células viáveis, foi realizada nova contagem. Os micro organismos usados no teste foram o *Staphylococcus aureus*^a e *Klebsiella pneumoniae*^b. Outro teste utilizado para comprovar a eficácia desse tipo de produto é o teste do leite, onde é depositada uma amostra de substrato tratada em recipiente fechado com adição de uma pequena quantidade de leite, após isto o recipiente é isolado durante 48 horas em uma estufa a 40° C. Após esse tempo, através de uma análise visual conseguimos identificar a eficácia do acabamento no substrato em questão. É interessante junto à amostra tratada, colocar uma amostra sem o tratamento antimicrobiano, para que possa ser realizado o comparativo entre ambas as amostras. Este teste é apenas medido através de análise visual e olfativa, ainda não sendo normatizado. Os substratos que não recebem o acabamento antimicrobiano, ou que o mesmo não apresente eficiência, ao final do teste, apresentam uma formação de fungos e proliferação de bactérias aliada com forte odor característico de leite estragado proveniente da ação de micro organismos. A durabilidade do acabamento perante processos de lavagem pode variar de acordo com o fornecedor do produto, sendo que o produto aplicado nos testes realizados tem uma durabilidade de aproximadamente 100 lavagens caseiras ou 50 lavagens industriais. E para analisar a eficiência do agente hidrofilizante no artigo à base de poliéster utilizamos os testes de absorção capilaridade, e tempo de secagem. Apresentando hidrofiliabilidade instantânea com uma ótima dispersão do líquido absorvido e uma capilaridade de aproximadamente de 9 cm na vertical com 60 segundos de contagem e um tempo de secagem de aproximadamente 5 minutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo concluímos que ainda há muito a ser implantado no setor de acabamento das indústrias têxteis, sendo que a nanotecnologia chegou realmente para fazer a diferença nos substratos existentes. Vestir e proteger não são mais função única das roupas. Pode-se perceber que à evolução que acontece nos processos de acabamento e nos substratos já não permitem

Juniomar Stang, Robison da Silva, Sidnei Gripa

que se pense dessa maneira. Estar livre de micro organismos, sentir-se seco e utilizar um produto realmente diferenciado, hoje não é apenas um desejo, mas sim uma realidade. Essa diferença nos acabamentos nano funcionais torna-se mais perceptível em produtos de linha profissional ou esportiva, pois, o grau de exigência do consumidor final é maior, sendo que, este está disposto a pagar mais pela vantagem que o produto oferece. Cumprimos com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre nanotecnologia e acabamentos nano funcionais, além de avaliar a sua eficiência através de meio prático, possibilitando, assim, um material de consulta e informação para futuros trabalhos.

Palavras-Chave: Nanotecnologia. Tecidos Inteligentes. Beneficiamento Têxtil.

NOTAS

- 1 OECD. **Manual de Oslo: Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica**. Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Tradução FINEP. Brasília: OECD/FINEP, 2004
 - 2 MARTINS, P. R. **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Xamã, 2006.
 - 3 Estudo prospectivo setorial: têxtil e confecção / **Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial**. – Brasília: ABDI, 2010.
 - 5 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 - 6 HAIR JR., J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
 - 7 ROESCH, S. M. de A. **Projetos de estágios do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1996.
- a Staphylococcus aureus**, também conhecido como estafilococo dourado, é uma espécie de estafilococo coagulase-positivos. Juntamente com a Escherichia coli, é uma das mais antigas bactérias simbiontes do homem. Porém, em grandes quantidades, pode ser nociva a saúde do homem.
- b Klebsiella** é um gênero de bactérias bacilares encontradas em fezes, em análises clínicas, na água, no solo, no trato gastrointestinal, em vegetais e frutas e nos cereais. Provoca pneumonias, infecções no trato urinário, infecções nos serviços de cuidados intensivos e infecções neonatais.

DESENVOLVIMENTO MOTOR EM CRIANÇAS DE 6 A 7 ANOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Alusha Vianello

Licenciada em Educação Física pela UNIFEBE (Centro Universitário de Brusque)

Ilse Maria Santana Vianello

Licenciada em Educação Física pela UNIFEBE (Centro Universitário de Brusque)

Marco Aurelio da Cruz Souza

Doutorando em Motricidade Humana na especialidade Dança pela Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa, Portugal, Mestre em Performance Artística Dança pela mesma Universidade, especialista em Dança Educacional pela UDESC, professor de Dança da UNIFEBE e FURB. marcoaurelio.souzamarco@gmail.com

RESUMO

A temática abordada neste trabalho surgiu por acreditarmos na importância do desenvolvimento motor no processo educacional. Diante disso definimos a questão problema da pesquisa: Qual a importância da Educação Física no processo de desenvolvimento motor das crianças de 6 e 7 anos no ciclo I do Ensino Fundamental, do município de Canelinha em uma escola particular? Como objetivo geral surge: identificar contribuições dos educadores em relação ao desenvolvimento motor na fase fundamental nas aulas de Educação Física. Como metodologia do trabalho optou-se por uma pesquisa por pesquisa de campo do caso descritiva, com abordagem qualitativa. Percebemos que os professores de Educação Física, podem contribuir para o processo do desenvolvimento motor de seus alunos, pois toda criança deve vivenciar e aprender as habilidades motoras básicas para poder ingressar com sucesso em atividades desportivas e em atividades que envolvam movimentos que melhorem a qualidade de vida. A criança quando estimulada desde cedo, tem mais chances de aprimorar seus movimentos e, conseqüentemente, de dominá-los com facilidade. *O desenvolvimento motor nas aulas de Educação Física só assumirá suas funções, quando houver no planejamento das aulas atividades com objetivos para reconhecer nos alunos as funções e fases do desenvolvimento motor que cada um se encontra.*

INTRODUÇÃO

De acordo com Gallahue e Ozmun (2005, p. 3)¹ “o desenvolvimento motor é a contínua alteração no comportamento motor ao longo do ciclo da vida”. Ou seja, desde a sua concepção, o indivíduo adquire

Alusha Vianello, Ilse Maria Santana Vianello, Marco Aurelio da Cruz Souza

e aprende diversas funções motoras, sofrendo modificações e adaptações das estruturas afetivas, cognitivas, motoras e sociais, as quais farão com que o seu organismo alcance sua maturidade. Sendo assim, a partir da importância do desenvolvimento motor no processo educacional é que optamos por estudar este fenômeno. Acreditamos que os professores, principalmente os de Educação Física, devem ir ao encontro das necessidades de desenvolvimento de todas as crianças. Diariamente enfrentam a grande diversidade no nível de habilidade motora dos estudantes. Isso significa aceitá-las na sua individualidade e proporcionar-lhes experiências que as desafiem e estimulem em seu potencial. Desta forma, apresentaremos como objetivo geral deste estudo: compreender os fatores que influenciam o desenvolvimento motor em crianças de 6 e 7 anos. E na sequência os objetivos específicos: identificar as contribuições dos educadores em relação ao desenvolvimento motor na fase fundamental nas aulas de Educação Física; apresentar a importância da disciplina de Educação Física para o desenvolvimento motor; entender a fase fundamental do desenvolvimento motor e suas influências sobre o desempenho motor. Acreditamos que a escola desempenha papel importante no desenvolvimento motor das crianças, e neste contexto a Educação Física está inserida e atua diretamente nos primeiros anos escolares do Ensino Fundamental do primeiro ciclo. É um período de intensas descobertas em que as crianças ampliam o seu contato social, podem assimilar conteúdos, desenvolverem a criatividade e a afetividade. Atualmente se concebe a existência de uma nova reflexão para a Educação Física escolar no Brasil que resultam da articulação de diferentes teorias psicológicas, sociológicas e concepções filosóficas. Diante do exposto, surge a seguinte questão problema: Qual a importância da Educação Física no processo de desenvolvimento motor das crianças de 6 e 7 anos no ciclo I do Ensino Fundamental, do município de Canelinha no Centro Educacional Novo Ideal?

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por ser pesquisa de campo do caso descritivo. Desta forma inicialmente realizamos uma pesquisa do tipo bibliográfica a fim de aprofundar nossos conhecimentos sobre desenvolvimento motor, para entender os mecanismos que envolvem este processo. Este tipo de pesquisa fornece diversos dados ao pesquisador, exigindo manipulação e procedimentos diferentes. Logo após partimos para a pesquisa de campo em uma escola particular de Canelinha onde já havíamos realizado os nossos estágios supervisionados I e II. Como instrumento de coleta de dados, optamos por realizar entrevistas, aplicadas com os professores da área da Educação Física do CENI – Centro Educacional Novo Ideal. No mesmo local onde entrevistamos os professores, realizamos a observação de três aulas de Educação Física das turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. De acordo com Severino (2007, p. 125)² “observação é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”. Fizeram parte da amostra deste estudo, dois professores do CENI. Para análise de dados utilizamos a abordagem qualitativa que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, entre outros (GERHARDT; SILVEIRA, 2009)³.

Alusha Vianello, Ilse Maria Santana Vianello, Marco Aurelio da Cruz Souza

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Podemos verificar que os professores de Educação Física podem contribuir em suas aulas para o processo do desenvolvimento motor de seus alunos, e que os professores de Educação Física entrevistados têm consciência de que sua disciplina é de fundamental importância para o desenvolvimento motor das crianças, e podemos perceber isto na resposta na qual o professor 1 relata que: *“a Educação Física é muito importante não só para o desenvolvimento motor, mas para o desenvolvimento global da criança”*. Brasil (1997)⁴ cita que a importância da Educação Física se torna ainda mais importante nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois possibilita aos alunos terem desde cedo à oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de participar de atividades culturais. Em nossas observações podemos constatar que as crianças precisaram da orientação do professor para poder se organizar e fazer as atividades adequadas as suas faixas etárias. Diante disso há uma necessidade muito grande de planejamentos que envolvam as habilidades fundamentais como: desenvolver a corrida, o salto, o rolamento com atividades que chamem a atenção das crianças. Com base nisto, podemos verificar que o local onde as aulas de Educação Física são realizadas, o material disponível aos professores, e o estímulo que as crianças recebem no decorrer das atividades são fatores que podem influenciar no desenvolvimento motor das crianças. Temos como resultados que o local onde são realizadas as aulas não é adequado, podendo influenciar muito no desempenho do desenvolvimento motor da criança, assim como a falta de material disponível. Confirma o professor 1 ao falar que *“o local não é adequado principalmente para os alunos menores, é uma quadra pequena e falta segurança, pois é feita de lajota e podem ocorrer acidentes sempre, com isso as atividades se restringem”*. O professor 2 cita que *“o material é escasso, com isso não há muitas opções para se trabalhar a lateralidade, estímulos de força, ação, reação, etc.”* Analisamos que o fato de que a baixa oportunidade de estímulos ambientais pode comprometer o bom desenvolvimento motor das crianças, como cita TORRES e colaboradores, (1999, apud QUEIROZ; PINTO, 2010)⁵, tanto no ambiente familiar, escolar e/ou social, deveria existir a preocupação em estruturar espaços e possibilidades para que a criança seja estimulada amplamente a dominar o seu corpo, e isso deve acontecer desde o nascimento e passar por todas as fases da vida. A criança quando amplamente estimulada, explorando o meio ambiente, tem mais chances de aprimorar e desenvolver seus movimentos e, conseqüentemente, ter o domínio deste com mais facilidade. É importante ressaltar que o desenvolvimento motor da criança também sofre influência da maturação, da condição socioeconômica, afetiva, além das experiências realizadas fora do ambiente escolar como em brincadeiras com amigos, na rua ou em casa. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 (PCNs), o trabalho de Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental é importante, pois possibilita aos alunos terem desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de participar de atividades culturais, como: jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com a finalidade de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções. Estes são **critérios importantes para o desenvolvimento motor, pois permite** a criança ter um amplo domínio do seu corpo, por meio de diferentes atividades e estímulos externos do professor. Os professores entrevistados citaram que *“utilizam como critérios para planejamento de suas aulas, atividades que trabalham a lateralidade, coordenação motora,*

Alusha Vianello, Ilse Maria Santana Vianello, Marco Aurelio da Cruz Souza

equilíbrio, flexibilidade, percepção de espaço temporal para preparar suas atividades para o plano diário. Utilizam objetivos e trabalham atividades de acordo com a faixa etária de cada um". Porém percebemos que nas aulas observadas, está faltando algo a mais que realmente caracterize as atividades como sendo especificamente para o desenvolvimento motor. A caracterização, bem como a identificação das necessidades adequadas para tal atividade é necessária visando à elaboração de propostas interventivas adequadas e convenientes à situação de cada criança, contribuindo para a formação de um repertório motor rico e diversificado, provedor de futuras ações habilidosas. Como o desenvolvimento motor é dividido em fases que surgem desde dentro do útero até a idade adulta, optamos por estudar a fase com que nos identificamos para nos aprofundar é a fase motora fundamental. Nesta fase as crianças aprendem a controlar movimentos discretos, em série e contínuos como ficam evidenciado por sua habilidade em aceitar alterações nas exigências das tarefas. As atividades locomotoras, manipulativas e estabilizadoras são exemplos de movimentos fundamentais que devem ser desenvolvidos nos primeiros anos da infância. Em nossa entrevista constatamos que os professores acreditam na importância de se preparar um plano de aula diferente para cada turma com maior grau de dificuldade, pois existem outros critérios a serem avaliados devido à mudança de idade. O professor 1relata *"que visa bastante trabalhar com foco no desenvolvimento motor pois percebe a importância deste trabalho. Faz ligação entre desenvolvimento motor e concentração, afetividade, pois acredita que a dificuldade da realização de algumas tarefas seja devido a grande dispersão dos alunos"*. Verificamos como as crianças se comportam nas aulas de Educação Física em relação à interação professor aluno, aluno professor e certamente a relação entre eles é de respeito, que as crianças gostam muito das aulas participam ativamente nas atividades. Para Brasil (1998)⁶, o corpo deve ser visto como um organismo integrado e não fragmentado, como um organismo vivo que interage com o meio físico e cultural. As habilidades motoras deverão ser aprendidas ao longo de toda a escolaridade no ponto de vista prático, devendo estar contextualizada em conteúdos, conceituais, procedimentais e atitudinais. Só assim as aulas de Educação Física terão como resposta um ótimo desenvolvimento motor no seu desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar que os professores que trabalham com o ensino da Educação Física começaram a perceber, ainda de forma superficial, que a criança é um ser em constante desenvolvimento. Possuem uma capacidade de raciocínio, estabelecendo uma relação afetiva com ambiente e com as pessoas que as cercam. Leva-se em consideração também, o fato das crianças estarem inseridas na sociedade, e como um ser pertencente a ela, sofre influências e influencia as outras pessoas em seu dia a dia. Quando nos reportamos às questões relativas ao planejamento das aulas durante o ano, considerando os meios para que a aprendizagem ocorra e os critérios utilizados para planejar as atividades, concluímos que, apesar dos professores responderem que planejam todo o seu trabalho e de reconhecerem a importância deste para o desenvolvimento da criança e para a aprendizagem motora dela, percebemos que os professores, apresentam dificuldade de se apropriarem de alguns

Alusha Vianello, Ilse Maria Santana Vianello, Marco Aurelio da Cruz Souza

conhecimentos teóricos que fundamentam os seus planejamentos, com objetivos claros, uma sequência lógica e ordenada no decorrer das aulas, e por conta disso acabam apenas reproduzindo atividades, conduzindo um trabalho voltado a brincar por brincar. O desenvolvimento motor e a aprendizagem motora abrem inúmeras possibilidades de pesquisas e é de grande relevância o seu estudo dentro da Educação Física. Desta forma, deixamos algumas sugestões acerca de um planejamento bem elaborado, contemplando procedimentos atitudinais, conceituais e procedimentais e com objetivos claros para o desenvolvimento motor das crianças. Com isto a contribuição não será restrita a apenas ao desenvolvimento motor e sim como um todo na formação de cidadãos autônomos. Com aptidões físicas, voltadas a uma qualidade de vida que possa ir além das aulas de Educação Física, que levem para toda a vida, assim como é o desenvolvimento motor ao longo desta. Entretanto, o desenvolvimento motor nas aulas de Educação Física assumirá suas supostas funções, quando docentes, compreenderem o desenvolvimento motor, as funções e fases que cada faixa etária se encontra seus alunos, principalmente as dificuldades apresentadas por eles, para que assim possam organizar o seu planejamento de aulas e garantir uma aprendizagem de qualidade.

Palavras-chave: Crianças. Desenvolvimento Motor. Educação Física.

NOTAS

- 1 GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3ª ed. São Paulo: Editora Phorte, 2005.
- 2 SEVERINO, Antonio. Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- 3 GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 14 de abril de 2013.
- 4 BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (1997). **Parâmetros Curriculares nacionais: Educação Física Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF 1997, 96p.
- 5 QUEIROZ, L. T. S.; PINTO, R. F. A Criança: fatores que influenciam seu desenvolvimento motor. **Revista Digital Efdesportes,** Buenos Aires, ano 15, n. 143, p. 1, Abril 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd143/a-crianca-seu-desenvolvimento-motor.htm> Acesso em: 31 de março de 2013.
- 6 BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (1998). **Parâmetros Curriculares nacionais: Educação Física Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF 1998, 114p.

ENTENDENDO A PRÁTICA DO CURSO DE MEDICINA DA UNIPLAC

MARQUES, F. M.; BELLATO, T. M. S.; BRUN, S. M.; CALEGARI, M. L. M.; FINKLER, C.; KRIEGER, D.; LORENZINI, V. P.; OMIZZOLO, J. A. E; SUBTIL, M. C. M.

E-mail: medicina@uniplac.net
Universidade do Planalto Catarinense

INTRODUÇÃO

A formação de médicos tem preocupado a sociedade tendo em vista a necessidade de formar profissionais que respondam melhor às demandas das populações e dos serviços de saúde. Neste sentido um movimento para a mudança vem se configurando desde o século passado tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, mais acentuadamente a partir de 1988, quando educadores da área médica, representantes de organizações internacionais, começaram a estabelecer parâmetros para as reformas curriculares e para a adequação da formação do médico às novas demandas sociais¹. Assim, no final dos anos 1990, a exemplo de iniciativas de inovações curriculares em países da Europa, Canadá e Estados Unidos, também no Brasil, apontou-se a necessidade de reformulação do modelo pedagógico adotado nos cursos de graduação em medicina. Neste contexto de mudanças das escolas médicas brasileiras a Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) em 2003 elaborou o Projeto do Curso de Medicina. O Curso teve início no ano de 2004 com o ingresso da primeira turma. Foi concebido em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) com ênfase na formação de médicos para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista o processo da Reforma Sanitária Brasileira. Assim, o Curso de Medicina acompanha a missão da UNIPLAC enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento regional da Serra Catarinense, oferecendo cursos na área da saúde visando atender às necessidades de saúde desta população tendo em vista a melhoria das suas condições de vida². No cenário nacional reacenderam-se recentemente as discussões relacionadas à carência e a distribuição de profissionais médicos por todo o país. A problemática que se estabelece afeta diretamente a formação de profissionais médicos. Com isto justifica-se esta discussão junto às Universidades que oferecem Cursos de Medicina.

MARQUES, F. M.; BELLATO, T. M. S.; BRUN, S. M.; CALEGARI, M. L. M.; FINKLER, C.; KRIEGER, D.; LORENZINI, V. P.; OMIZZOLO, J. A. E; SUBTIL, M. C. M.

OBJETIVO

O presente trabalho pretende discutir a inserção de estudantes nos ambientes de prática em saúde como componente curricular fundamental na formação profissional no Curso de Medicina da UNIPLAC e como as metodologias ativas de ensino e aprendizagem contribuem para a articulação teórico prática.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência do curso de Medicina da UNIPLAC, a partir da análise reflexiva do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) nos ambientes de ensino e aprendizagem práticos.

RESULTADOS OBTIDOS

Com uma proposta pedagógica inovadora, o curso de Medicina está organizado num currículo integrado, com um plano pedagógico que articula dinamicamente serviço e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade³. Este currículo integrado é orientado por competência, compreendida como capacidade de mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado⁴. Ainda, numa concepção dialógica, a competência é compreendida como o desenvolvimento e combinação de capacidades cognitivas, psicomotoras e afetivas para desempenho pleno da prática profissional⁵. A proposta pedagógica do Curso busca em Paulo Freire suporte teórico para uma educação libertadora, que possibilita ao estudante, sujeito do processo, a “Assumir-se como ser social e histórico⁶. A organização curricular do Curso corresponde ao preconizado no informe da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁷ sobre a educação para o século XXI, ao articular ensino e serviço e utilizar metodologias ativas como estratégias de ensino e aprendizagem, privilegiando fundamentalmente a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Problematização. Na ABP, as situações-problema estudadas possibilitam ao estudante conhecer os conteúdos pertinentes de forma articulada e integrada, identificando a aplicabilidade do conhecimento e desenvolvendo a autoaprendizagem permanente. A Problematização é uma estratégia que analisa problemas reais confrontados nos ambientes de prática pelos estudantes, que a partir de uma reflexão crítica da realidade, levantam hipóteses com base em conhecimentos prévios e formulam questões de aprendizagem que nortearão a construção de conhecimentos necessários à resolução dos problemas identificados. Este movimento contribui para uma aprendizagem significativa, na construção do conhecimento de forma ativa, partindo de uma visão crítica da realidade em que está inserido, pela ação-reflexão-ação⁸. A estrutura curricular do Curso encontra-se organizada em Unidades Educacionais, sendo elas: Unidade Educacional Sistematizada, Unidade Educacional de Prática de Saúde na Comunidade (UPSC), Unidade Educacional Eletivo e Unidade Educacional Internato. No primeiro Ano do Curso são desenvolvidas duas Unidades Educacionais: Sistematizada e UPSC; do segundo ao quarto Ano, são desenvolvidas as Unidades Educacionais: Sistematizada, UPSC e Eletivo. Do quinto ao sexto Ano ocorre o Estágio Curricular Obrigatório de Treinamento em Serviço em Regime

MARQUES, F. M.; BELLATO, T. M. S.; BRUN, S. M.; CALEGARI, M. L. M.; FINKLER, C.; KRIEGER, D.; LORENZINI, V. P.; OMIZZOLO, J. A. E; SUBTIL, M. C. M.

de Internato, que compreende as Unidades Educacionais: Saúde do Adulto, UPSC, Saúde Materno-Infantil, Urgência/Terapia Intensiva e Eletivo. Destas Unidades Educacionais apenas a Unidade Educacional Sistematiza configura-se exclusivamente como atividade de aprendizagem teórica, sendo as demais Unidades Educacionais teórico práticas desenvolvidas em laboratórios e serviços de saúde. Em consonância com os pressupostos da concepção pedagógica do Curso, adota-se uma avaliação critério referenciada, com caráter formativo e somativo, tendo em vista os desempenhos do estudante na realização de tarefas pré-estabelecidas para cada Unidade Educacional. Do primeiro ao sexto ano do curso o processo de ensino e aprendizagem é organizado seguindo um cronograma de atividades pedagógicas denominado de semana típica. Na UPSC do primeiro ao sexto ano do Curso, são desenvolvidas as tarefas previstas para cada ano em nível de complexidade crescente em espaços reais da prática médica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), priorizando as que possuem a Estratégia de Saúde da Família (ESF), contemplando a rede de cuidados progressivos à saúde, numa perspectiva da integralidade do cuidado⁹. As atividades de ensino e aprendizagem nos cenários da UPSC do 1º ao 6º ano do Curso estão organizadas em pequenos grupos de estudantes e um professor mediador vinculado ao serviço, tendo na educação problematizadora o fundamento da relação professor e estudante, que possibilita a ambos aprenderem juntos, por meio de um processo autônomo, a partir da realidade vivenciada. Os estudantes acompanham a rotina da UBS e realizam o Ciclo de Aprendizagem no qual a reflexão e busca de novos conhecimentos para o enfrentamento dos problemas e a retomada contínua de ações planejadas permitirá que o estudante aprenda fazendo. Essa busca de novos saberes demandados pela realidade possibilitará ao estudante desenvolver a capacidade de “aprender a aprender”, articulando teoria à prática. Para a consolidação dos conhecimentos necessários à prática profissional, a UPSC incorpora, a partir do quarto ano, os ambulatórios de especialidades médicas. O atendimento ambulatorial é realizado pelo estudante, com acompanhamento do professor numa relação estratégica de referência e contra referência ao paciente atendido¹⁰. Na Unidade Educacional Eletivo o estudante faz o planejamento da sua práxis por meio da elaboração de um projeto, escolhendo a área de atuação, o local onde desenvolverá as atividades e o orientador. Ao final do período do Eletivo, o estudante apresenta um Relatório de Experiência favorecendo a reflexão da prática e a iniciação científica. Na Unidade Educacional Internato o estudante vivencia a prática profissional com a experiência no atendimento aos pacientes, sempre acompanhado pelo orientador/preceptor. As atividades do Internato são desenvolvidas nos níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde, em ambientes de ensino e aprendizagem - ambulatórios da UNIPLAC, ambulatórios e hospitais da rede pública e privada e UBS, conveniados com o SUS. Esta proposta de formação profissional ajustada às reais necessidades de atenção à saúde da comunidade, nos diversos níveis de atenção, torna o estágio curricular supervisionado, um espaço privilegiado de ensino e aprendizagem, onde o estudante tem a oportunidade de vivenciar, com maior autonomia, a prática profissional do médico.

MARQUES, F. M.; BELLATO, T. M. S.; BRUN, S. M.; CALEGARI, M. L. M.; FINKLER, C.; KRIEGER, D.; LORENZINI, V. P.; OMIZZOLO, J. A. E; SUBTIL, M. C. M.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estágios, quando concentrados no período final dos cursos, como ocorrem nos modelos tradicionais de propostas de graduação em medicina, visam somente a aplicação na prática de conhecimentos adquiridos em “sala de aula”. O processo ensino e aprendizagem realizado em serviços de saúde incorpora uma complexidade e subjetividade que vão muito além da dimensão cognitiva do aprender, em que se destacam dois pontos relevantes. O primeiro diz respeito aos agentes envolvidos no aprendizado produzido que extrapolam os limites docente-estudante, pois concebe a presença dos usuários e da equipe de trabalho também como sujeitos desse processo. O segundo refere-se aos conteúdos, incluindo aqueles de caráter técnico-informativos bem como de natureza ética, moral e psicológica ligados às relações interpessoais que são estabelecidas. Desse modo, embora muitos sejam os desafios presentes na implementação de seu PPC, o Curso de Medicina da UNIPLAC, através de um planejamento compartilhado com a rede de serviços, insere os estudantes na realidade do trabalho em saúde desde o primeiro ano do currículo e com isto pretende promover a reflexão crítica acerca do cotidiano dos diversos ambientes de promoção da saúde, contribuindo de maneira mais significativa na construção da competência para o exercício profissional. Daí a necessidade de optar por uma educação que possibilite ao estudante de medicina atuar na dinamicidade do cotidiano, num processo contínuo, dando-lhe possibilidade de atuar em sociedade.

Palavras-chave: Currículo. Educação Médica. Prática Profissional.

NOTAS

- 1 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA – ABEM- Projeto ABEM50 ANOS: 10 anos das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina. Rio de Janeiro: ABEM, 2011 – 2012.
- 2 UNIPLAC. Universidade do Planalto Catarinense. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Lages, Santa Catarina, 2012.
- 3 DAVINI, M. C. Currículo Integrado. CADRHU: Brasília, 1983. Disponível em: <http://pessoal.utfpr.edu.br/sant/arquivos/curriculo_davini.pdf>. Acesso em: 19ago 2013.
- 4 FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o Conceito de Competência. RAC, Edição Especial 2001: 183-196. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em 19ago 2013.
- 5 LIMA, V. V. Competence: different approaches and implications in the training of healthcare professionals. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.9, n.17, p.369-79, mar/ago 2005.
- 6 UNIPLAC - PPC
- 7 DELORS, J. Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- 8 UNIPLAC. Universidade do Planalto Catarinense. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Lages, Santa Catarina, 2012.
- 9 UNIPLAC. Universidade do Planalto Catarinense. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Lages, Santa Catarina, 2012.
- 10 UNIPLAC. Universidade do Planalto Catarinense. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Lages, Santa Catarina, 2012.

BANCO DE DENTES DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

Dagoberto Sabatini Fernandes
E-mail: dagobertosabatini@hotmail.com

Christopher Corbellini
E-mail: dentistica@gmail.com

Carlos Alberto Derossi
E-mail: cderossi@ibest.com.br

Michelle Cristina Erckmann

RESUMO

O Banco de dentes da Uniplac é fruto de um engajamento do colegiado de professores, alunos, coordenação e administração da Uniplac com o objetivo de respaldar as ações de ensino e pesquisa do curso de Odontologia da Uniplac em procedimentos legais e baseados em princípios da Bioética. A implantação do Banco de dentes do Curso de Odontologia da Uniplac teve como suporte algumas pesquisas que fundamentaram a demanda de dentes que poderiam ser potencialmente doados ao mesmo.

Foi feito um trabalho de TC que teve por objetivo diagnosticar o destino, coletar informações e orientar os cirurgiões-dentistas sobre os dentes extraídos nos estabelecimentos de atendimento odontológico de Lages e cidades vizinhas. A indicação da extração dentária (exodontia) é utilizada por todos os profissionais da odontologia em situações específicas do tratamento.

O objetivo deste estudo foi investigar o destino dos elementos dentais após a extração pelos cirurgiões-dentistas de Lages e região. Lages é uma cidade do interior de Santa Catarina que, junto com as cidades vizinhas, forma o universo desta pesquisa que tem cerca de 300.000 habitantes e 250 dentistas.

Foram visitados os consultórios odontológicos de Lages e demais municípios da AMURES, e foi aplicado um questionário ao cirurgião-dentista com o objetivo de diagnosticar o destino dado aos dentes extraídos. Com estes dados foi possível buscar a participação dos cirurgiões-dentistas em um programa de coleta destes dentes com o objetivo de implantar um Banco de dentes na UNIPLAC. Os dentes extraídos que forem doados pelos pacientes permitirão o desenvolvimento de trabalhos no ensino e na pesquisa que envolva a apreciação de um Comitê de Ética, facilitando a publicação de trabalhos científicos em revistas especializadas.

Segundo a análise dos dados, 95% dos cirurgiões-dentistas da região executam exodontias. A média mensal por dentista foi de 18,5 exodontias. A maioria dos dentistas (58%) relatou que descarta

Dagoberto Sabatini Fernandes, Christopher Corbellini, Carlos Alberto Derossi, Michelle Cristina Erckmann

os dentes após a extração. Dos cirurgiões-dentistas que armazenam dentes, 31% esterilizam os dentes extraídos. O principal meio de armazenamento citado foi água oxigenada. 88% sabem o que é um banco de dentes. Os resultados sugerem que são necessárias campanhas educativas de incentivo as doações de elementos dentais para a pesquisa e o ensino.

Se os dentes extraídos forem destinados a um banco de dentes, que é uma estrutura específica para receber, esterilizar, armazenar e distribuir elementos dentais, então, o ensino e a pesquisa terão condições favoráveis para desenvolver suas atividades.

Para SEIXAS (2002), o dente é um órgão do corpo humano. A lei no. 9.434 de 1997, publicada no Diário Oficial da União (1997), que trata do transplante de órgãos no país, autoriza a doação de dentes humanos em vida.

Segundo a lei, a doação de dentes deve ser gratuita, poderá acontecer somente se não implicar em risco de vida e não representar grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável. É considerado crime, com pena de reclusão de três a oito anos e multa, comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano. Incorre na mesma pena quem promove, intermedeia, facilita ou auferir qualquer vantagem com a transação. Também ficam a margem os atos de recolher, transportar, guardar ou distribuir partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei, punidos com reclusão de seis meses a dois anos, e multa.

A punição prevista em Lei se estende para os estabelecimento de saúde e as equipes médico-cirúrgicas envolvidas, tornando-as co-responsáveis. As instituições poderão ser desautorizadas temporária ou permanentemente pelas autoridades competentes, poderão ter suas atividades suspensas temporária ou definitivamente, sem direito a qualquer indenização ou compensação por investimentos realizados. Se a instituição é particular, é proibida de estabelecer contratos ou convênios com entidades públicas, bem como se beneficiar de créditos oriundos de instituições governamentais ou daquelas em que o Estado é acionista, pelo prazo de cinco anos.

Segundo SEIXAS (2002), estima-se que as faculdades de Odontologia utilizem algo em torno de 3000 dentes humanos extraídos por semestre. As atividades de ensino normalmente utilizam dentes devido às propriedades específicas que ainda não podem ser imitadas por nenhum dente artificial economicamente viável. Uma pesquisa realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro apontou que cerca de 50% dos estudantes de Odontologia já compraram estruturas ósseas ou dentes para treinamento laboratorial, o que constitui crime.

SEIXAS (2002) relata que o correto nos procedimentos de exodontia, ou seja nos procedimentos terapêuticos de remoção do órgão dentário, é registrar a origem de cada dente. Assim, será necessário que o paciente autorize por escrito a doação dos seus dentes para as atividades acadêmicas. A maior parte dos dentes doados tem como destino a pesquisa acadêmica, para desenvolver trabalhos com resinas, amálgamas e outros materiais.

IMPARATO (1999) relata que diversas faculdades e muitos profissionais mantêm suas coleções de dentes, principalmente para fins de pesquisa. Segundo ele, os dentes humanos extraídos são importantes não somente na pesquisa de novos materiais, mas também para o ensino e desenvolvimento de técnicas de transplante através da colagem de fragmentos. No entanto, a

Dagoberto Sabatini Fernandes, Christopher Corbellini, Carlos Alberto Derossi, Michelle Cristina Erckmann

criação de uma estrutura diferenciada para receber e armazenar dentes humanos é de imprescindível importância para o avanço técnico-científico da Odontologia.

Os dentes humanos extraídos que podem ser doados devem ser armazenados em solução de água ou soro fisiológico, sob refrigeração. A esterilização pode ser obtida através da autoclave, mas o glutaraldeído também é uma opção a ser considerada, segundo IMPARATO (1999).

AHMED e RUSSEL (1976) já pesquisaram a esterilização de dentes com fins de pesquisa e terapêutica. Segundo eles, a combinação de ultra-som e imersão em peróxido de hidrogênio a 6% é eficaz e não produz dano a integridade do dente. Os testes que comprovaram esta eficácia foram: solubilidade do esmalte, dureza, selamento do canal radicular e medições de peso e tamanho. Os autores sugerem esta técnica para a organização de um banco de dentes.

BEGOSSO, IMPARATO e DUARTE (2001) pesquisaram o nível da organização de bancos de dentes em faculdades brasileiras. Segundo eles, existem poucas faculdades com bancos de dentes implantados e em funcionamento. Eles sugerem a organização de campanhas visando atingir os administradores de faculdades de Odontologia e a população em geral no sentido de ser organizarem para doar, receber, armazenar e pesquisar o processo de utilização de dentes humanos extraídos pela comunidade científica odontológica. Para eles, a implantação de bancos de dentes é extremamente importante.

É possível encontrar diversas citações sobre a utilização de dentes humanos extraídos em procedimentos de recuperação de dentes severamente destruídos por cárie ou trauma. BUSATO e HERNÁNDEZ (1999) descrevem a técnica de utilização de dentes humanos provenientes de banco de dentes em restaurações extensas. BARRETO, IMPARATO e GUEDES PINTO (1998) relatam a utilização de fragmentos de dentes para a reconstrução de dois molares decíduos. Os fragmentos eram provenientes de um banco de dentes. Os autores sugerem que esta técnica alternativa é mais uma opção restauradora. IMPARATO et al. (1997) utilizaram com sucesso fragmentos de dentes para o tratamento de dentes anteriores decíduos comprometidos esteticamente. ISAIA et al. (1996) indicam a utilização de fragmentos de dentes provenientes de um banco de dentes para a restauração de dentes molares permanentes.

Com base nos resultados analisados e interpretados, os pesquisadores chegaram à seguinte conclusão:

Numa primeira abordagem foi possível analisar que a grande maioria dos profissionais faz extrações dentárias, mas o destino dado a estes dentes humanos extraídos não é correto, já que a grande maioria não tem consciência da importância destes elementos dentais no ensino e na pesquisa.

Respaldados em toda a análise dos dados obtidos durante este projeto de pesquisa, todo empenho foi feito no intuito de se implantar um Banco de Dentes Humanos na UNIPLAC, pois o diagnóstico realizado mostra que o número de dentes disponíveis a doação é bastante significativo.

Portanto um Banco de Dentes Humanos na Universidade seria referência para o destino dos elementos dentais extraídos, já que podemos durante a pesquisa observar que os mesmos são jogados no lixo da mesma forma que se jogam as gazes utilizadas durante o procedimento de exodontia, ou são dados aos pacientes simplesmente por não serem valorizados como um órgão.

O Banco de Dentes da Uniplac teve autorização de implantação e vem sendo implantado em uma estrutura própria e com equipamentos e materiais sendo disponibilizados para seu correto

Dagoberto Sabatini Fernandes, Christopher Corbellini, Carlos Alberto Derossi, Michelle Cristina Erckmann

funcionamento, estamos em processo de organização administrativa já tendo um acervo de 2000 dentes doados.

No primeiro semestre de 2013 já foram feitos empréstimos a alunos e pesquisadores cumprindo desta forma em parte o papel deste Banco, o segundo semestre de 2013 será destinado a consolidação de sua implantação e o Banco de Dentes será fomentador de suporte ao ensino e a pesquisa, desenvolvendo e orientando TCs que terão o objetivo inicial de dar conhecimento a Universidade e a comunidade acadêmica interna e externa dos reais objetivos desta estrutura tão importante ao Curso de Odontologia da Uniplac.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, F.I.; RUSSELL, C. Sterilisation of teeth for homogenous transplantation. *Br J Oral Surg*, v. 14, n. 2, p. 143-9, nov. 1976.

BEGOSSO, M.P.; IMPARATO, J.C.P.; DUARTE, D.A. Estágio Atual da organização dos bancos de dentes humanos nas faculdades de Odontologia do território brasileiro. *RPG Rev. Pós-Grad.*, v. 8, n. 1, p. 23-28, jan.-mar. 2001.

BUSATO, A.L.S.; GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, P.A. Utilização de banco de dentes para restaurações de elementos dentários com grande destruição coronária. In: VANZILLOTTA, P.S.; SALGADO, L.P.S. *Odontologia integrada: atualização multidisciplinar para o clínico e o especialista*. Rio de Janeiro, Pedro Primeiro, 1999. p. 71-92.

BARRETO, M.A.C.; IMPARATO, J.C.P.; GUEDES PINTO, A.C. Restaurações biológicas em primeiros molares decíduos. *RPG Rev. Pós-Grad.*, v. 5, n. 2, p. 148-51, abr.-jun. 1998.

IMPARATO, J.C.P.; DUARTE, D.A.; COMISSOLI, L.; BUSSADORI, S.K. Faceta estética de esmalte em dentes decíduos anteriores. *JBC J. Brás. Odont. Clín.* v. 1, n. 1, p. 55-9, jan.-fev. 1997.

IMPARATO, J.C.P. Organização e funcionalidade do banco de dentes humanos (ênfase para dentes decíduos) da disciplina de Odontopediatria da Faculdade de Odontologia da USP. São Paulo. s.n.; 1999.

ISAIA, A.M.B.; POZZOBON, R.T.; PITHAN, J.C.; MARCHIORI, J.; PELISSARI, A. Colagem heterógena em dentes posteriores. *RGO (Porto Alegre)*. v. 44, n. 5, p. 277-9, set.-out. 1996.

SEIXAS, L. Banco de dentes revê práticas acadêmicas. *Catálogo da Odontologia na internet*. São Paulo. 23 dez. 2002. Disponível em: <www.odontologia.com.br/index.htm> Acesso em: 23 dez. 2002

ESTUDO DO MEIO COMO METODOLOGIA DE ENSINO APRENDIZAGEM NAS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA E DE GEOGRAFIA

Jeanine Rodermel

Docente - Curso de Pedagogia

E-mail: jeaninerodermel@yahoo.com.br

Gisele Marisa Araújo Tessari

Acadêmica do Curso de Pedagogia

E-mail: Giselemarisa2010@hotmail.com

UnC/Curitiba

A construção das noções específicas necessárias para o ensino de História e da Geografia considera as diferentes concepções como tempo, espaço e território produzidas culturalmente, exige um longo processo e de acordo com sua complexidade envolve toda a escolaridade. Construir noções temporais básicas para localizar-se e organizar-se no tempo histórico, nos espaços, diferenciar e relacionar temporalidades, identificar referências e medições temporais, perceber a existência de diferentes ritmos e épocas e compreender que tempo é uma convenção social é primordial no ensino fundamental. Para tanto se faz necessário o trabalho com metodologias diferenciadas que permitam a construção dessas noções. O Estudo do Meio é uma dessas metodologias, interdisciplinar por essência, envolve a pesquisa e ensino, e supera o isolamento das áreas do conhecimento, permitindo a implementação da construção do conceito de tempo e espaço ao abordar, por exemplo, a temática referente a um município ou estado e tratar da noção de duração, sucessão, simultaneidade, polemizando a discussão sobre os povos que se instalaram nos diferentes momentos históricos, como viviam, de onde vieram, suas atividades econômicas em diferentes períodos, suas construções e utilização, a confrontação dessas informações com a história de outros municípios, a caracterização de períodos específicos, culturas e as relações entre os sujeitos, em que as experiências individuais possam interagir com a história coletiva. Enquanto educadores, conhecer uma proposta que possibilita ampliar conhecimentos e refletir sobre a prática em sala de aula das escolas às universidades, faz do trabalho com o Estudo do Meio, relevante e imprescindível, principalmente no que tange à práticas pedagógicas para que sejam significativas. Acredita-se que o Estudo do Meio como metodologia, é um dos caminhos para construção de educação formadora, distanciando-se da chamada racionalidade técnica, do mecânico e da alienação. A utilização do termo Estudo do Meio hoje popularizado na educação escolar já se constituiu como prática de ensino em outros países, em outros contextos sócio-culturais e históricos. O Estudo do Meio se

JeanineRodermel, Gisele Marisa Araújo Tessari

popularizou no Brasil nos anos 60, com as escolas experimentais e os colégios vocacionais, inspiradas nos métodos do grupo Freinet e também em Cousinet. Marquez um educador argentino que manteve contato com educadores brasileiros das referidas escolas assim se expressou: “meio é o conjunto de realidades externas ao sujeito, que age sobre ele e sobre as quais ele age, procurando não perder de vista o contexto total de meio natural e humano” (MARQUEZ, 1967, p. 69-76). É uma metodologia interdisciplinar de pesquisa e ensino tendo como princípio o conhecimento sendo construído na interação entre os sujeitos e o objeto do conhecimento, de forma histórica e dialética, entendendo-se que o objeto de conhecimento inclui os indivíduos e suas relações em toda a dimensão social que é constitutiva dos sujeitos no movimento de conhecer. Tem-se como ponto de partida para essa construção a realidade observada, analisada e historicizada; – todo conhecimento deve ser contextualizado no tempo e no espaço, e para construí-lo valoriza-se o coletivo, o confronto das diferenças; – para superar a fragmentação do conhecimento estuda-se a própria realidade em sua multiplicidade de aspectos, onde os saberes das diversas áreas estão concretizados; – em uma perspectiva política, esta concepção tem como objetivo que o sujeito se constitua como cidadão, consciente, crítico e atuante na busca de uma sociedade justa e democrática. As observações, os depoimentos realizados durante o Estudo do Meio mostram toda uma realidade oculta, cuja reflexão e análise permitem o desenvolvimento de uma consciência social e a percepção de intervenções possíveis, ou seja, entender a teia de relações sociais que estão por trás da paisagem, por trás da aparência para se chegar a sua essência. O projeto de Estudo do Meio foi realizado a partir da fundamentação teórica referente às Metodologias de Ensino e aprendizagem da disciplina de Fundamentos e Metodologias do Ensino de História e Fundamentos e Metodologias de Geografia, na 5ª. Fase do Curso de Pedagogia, onde os acadêmicos desenvolveram aprendizagens específicas em ambas disciplinas, e que futuramente poderão desenvolver com os alunos do Ensino Fundamental, bem como organizar atividades de aprendizagem que articulem os conceitos necessários a serem desenvolvidos, como Memória, Identidade, Relações Sociais, Relações Culturais, Relações Econômicas, Espaço, Tempo, Paisagem, Lugar, Território. Para aproximar os acadêmicos à realidade do Estudo do Meio, foi escolhido o município de Chapecó, cujo objetivo era compreender a sistemática do Estudo do Meio, bem como conhecer melhor a História e a Geografia da Formação do Estado de Santa Catarina, mais especificamente da região oeste do Estado, cuja área enfrentou várias disputas territoriais, inicialmente, entre Portugal e Espanha; num segundo momento, entre Brasil e Argentina e, num terceiro momento, entre Paraná e Santa Catarina, originando, inclusive, a Guerra do Contestado (1912-1916), quando só então se definiu que o território pertencia ao estado de Santa Catarina, modificando-se seus limites territoriais/políticos no decorrer do tempo. Tanto é que a região em estudo passou a ser denominada Oeste Catarinense a partir do Estado Novo (1937). Anteriormente nos mapas constava como zona desconhecida, zona despovoada. Ora era o sertão nacional, contrapondo-se aos Campos de Palmas, ora era sinônimo de área inóspita e limítrofe (com fronteira internacional em disputa). A região oeste de Santa Catarina era habitada pelos índios Kaingang – segundo vestígios arqueológicos, encontrados na bacia do Rio Uruguai o grupo teria chegado na região, por volta de 5.500 a. C. Eles habitavam o território limitando-se com as fronteiras da Argentina e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Eram 14.071 quilômetros quadrados. Atualmente, este território está subdividido em 118 municípios e o município de Chapecó exerce liderança em

JeanineRodermel, Gisele Marisa Araújo Tessari

termos de desenvolvimento social e econômico na região. Colocar as acadêmicas do Curso de Pedagogia em contato com os aspectos culturais, sociais e econômicos da região, realizando um Estudo do Meio no maior município do Oeste Catarinense, Chapecó, colaborou para análises referentes a uma metodologia diferenciada que evidencia a construção do conhecimento científico e prático sob o ponto de vista pedagógico, bem como a compreensão da formação do Estado de Santa Catarina, tendo como ponto de vista a organização da Região Oeste de Santa Catarina. Tem-se como partida para essa construção a realidade observada, analisada e historicizada; – todo conhecimento deve ser contextualizado no tempo e no espaço, e para construí-lo valoriza-se o coletivo, o confronto das diferenças; – para superar a fragmentação do conhecimento estuda-se a própria realidade em sua multiplicidade de aspectos, onde os saberes das diversas áreas estão concretizados; – em uma perspectiva política, esta concepção tem como objetivo que o sujeito se constitua como cidadão, consciente, crítico e atuante na busca de uma sociedade justa e democrática. As observações, os depoimentos realizados durante o Estudo do Meio mostram toda uma realidade oculta, cuja reflexão e análise permitem o desenvolvimento de uma consciência social e a percepção de intervenções possíveis, ou seja, entender a teia de relações sociais que estão por trás da paisagem, por trás da aparência para se chegar a sua essência. Por fim, o Estudo do Meio, como procuramos evidenciar, não é um momento à parte da vida escolar ou acadêmica, pelo contrário, tal qual aqui defende-se, deve ser parte integrante e, ao mesmo tempo, desempenhar função integradora do trabalho educativo. Acredita-se que a metodologia de Estudo do Meio permitiu o olhar mais amíúde para a construção de um currículo mais significativo para o acadêmico, colaborando para a construção de uma nova profissionalidade docente, na qual, reconhecendo possibilidades, em uma dinâmica de valorização intelectual de seu trabalho, agindo com responsabilidade social e profissional.

ANÁLISE ERGONÔMICA DE AMBIENTES: APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DE FERRAMENTAS

Malis Maria Liebl Keil

Mestra em Design UFPR, Professora no Curso de Design - Rio Negrinho
E-mail: malis@unc.br

RESUMO

O presente trabalho relata experiências de pesquisa aplicadas na disciplina de Ergodesign I da terceira fase do curso de Design na UnC em Rio Negrinho. A disciplina de Ergodesign I tem como conteúdo programático o estudo da ergonomia e usabilidade voltadas a projetos de design de produtos. O tema abordado neste artigo: Análise Ergonômica de Ambientes é o fechamento da disciplina, onde são executadas pesquisas teóricas de ergonomia, com base nas Normas da ABNT e aplicadas em ambientes públicos (quatro estabelecimentos comerciais e uma igreja) na cidade de Rio Negrinho SC. A ergonomia encontra grande campo de aplicação em diversas áreas do conhecimento e em particular no design, deve ser considerada em projetos de artefatos, na comunicação de ambientes e elementos gráficos, no projeto de interiores e de postos de trabalho. A metodologia aplicada nesse trabalho foi de abordagem descritiva, explanatória, com observação não participante e posterior análise dos dados coletados. Os ambientes pesquisados foram escolhidos aleatoriamente, conforme o interesse e a facilidade de acesso dos acadêmicos. Para a orientação da sequencia de tarefas da análise de ambiente, utilizou-se o livro de João Gomes Filho, *Ergonomia do Objeto* e para a análise do posto de trabalho foi aplicado o questionário do *Guia do Finish Institute of Occupational Health para análise ergonômica de postos de trabalho* (Universidade do Minho, PT) e observada a conformidade com a NR17 da ABNT. Inicialmente foi feito um teste piloto, em uma instalação de uso público na UnC de Rio Negrinho (Oficina), a fim de testar a aplicação das ferramentas de análise e proceder ajustes que possibilitaram a realização da atividade de pesquisa. A relevância dessa pesquisa enquanto acadêmica é vivenciar a coleta dados reais, testar o conhecimento adquirido, analisar criticamente o contexto percebido, desenvolver a capacidade de análise crítica e propor soluções aos problemas encontrados, a fim de melhorar a segurança, o conforto e o bem estar do usuário desse ambiente. No aspecto social, a pesquisa, quando aplicada a ambientes públicos, foram observadas diversas oportunidades de melhorias, em especial quanto à não adequação às normas de segurança e de acessibilidade da ABNT. Ao final desse trabalho foram apresentados os resultados da pesquisa em sala de aula, a fim de validar as ferramentas utilizadas e a sua eficácia com o objetivo de possibilitar a aplicação em futuros trabalhos profissionais e em futuras pesquisas de ergonomia do ambiente no curso de Design e na UnC.

Palavras-chave: Ergonomia, Design, Ergodesign.

PROJETO PERFIL FOTOGRÁFICO (PPF) – PORTFÓLIO PROFISSIONAL

Giorgio Gilwan Silva, Vanessa Alves, Renato Buchele Rodrigues

E-mail: giorgiogilwan@univali.br
Universidade do Vale do Itajaí

O curso de Tecnologia em Fotografia da UNIVALI tem como objetivo formar o Tecnólogo em Fotografia com conhecimentos técnico-científicos e culturais, princípios éticos e práticas interdisciplinares, para planejar, executar e gerenciar processos de produção fotográfica, articulando técnica, estética e simbologia, atento às inovações conceituais, tecnológicas e comportamentais intervenientes na concepção da imagem fotográfica. Segundo o Projeto Político Pedagógico deste curso, o Tecnólogo em Fotografia elabora e gerencia projetos de produção fotográfica equacionando conhecimentos estéticos, simbólicos, técnico-científicos e culturais, podendo atuar como profissional liberal e/ou em empresas jornalísticas e cinematográficas, laboratórios especializados, comércio de equipamentos fotográficos, centros de pesquisas, estúdios de arquitetura, design, moda e publicidade. Seu perfil permite destacar algumas competências que irão diferenciá-lo no mercado como um profissional com capacidade criativa para propor soluções inovadoras no desenvolvimento de projetos de fotografia, entre outros domínios como: desenvolvimento de pesquisa de tendências de comportamento; domínio das técnicas e instrumentos, bem como dos sistemas que compõem o universo fotográfico; domínio dos procedimentos que conformam a produção fotográfica em arquitetura e decoração, cinema, comunicação, cultura, design, moda, propaganda e marketing e segmento técnico-científico; capacidade de trânsito interdisciplinar, interagindo com especialistas de outras áreas, de modo a utilizar conhecimentos diversos e atuar em equipes interdisciplinares; postura ética e socialmente responsável, respeitando a diversidade, a cultura e a história. O fotógrafo, diante disto, busca abrir seus horizontes para um repertório vasto de possibilidades criativas, com conhecimento e intenção de imagem, sua grande atenção para formar cenários e composições que atendam as necessidades e desejos propostos. À medida que a ciência avança, matéria-prima e tecnologia estão cada vez mais disponíveis para os profissionais de comunicação e com isso estes elementos não se constituem como diferenciadores de valor para a permanência do profissional no mercado. Isto significa que os profissionais precisam buscar um diferencial, com ações estratégicas que criem um reconhecimento e uma identidade autoral, que os tornem diferenciados na percepção do público-alvo. Este diferencial que influencia a decisão de compra (no caso do fotógrafo, a contratação) é formado por todo um conjunto de valores, atributos, atitudes e experiências, que fazem associações com uma realidade de vida que distingue o fotógrafo de seus

Giorgio Gilwan Silva, Vanessa Alves, Renato Buchele Rodrigues

concorrentes. O presente estudo e atividades desenvolvidas por meio do Projeto Perfil Fotográfico visa trazer tal experiência inovadora para o Curso Superior de Tecnologia em Fotografia. Os princípios da criação de Portfólio Profissional é aplicado pelo acadêmico de Fotografia com acompanhamento de um professor para tornar seus trabalhos diferenciados e mais competitivos no mercado. O foco na seleção e organização das melhores fotografias está nos conceitos e conhecimentos adquiridos durante a graduação, que são discutidos na disciplina de Pós-Produção e articulados num Portfólio individual. O Projeto Perfil Fotográfico (PPF) possibilita aos acadêmicos da disciplina de Pós-Produção, durante o quarto período do curso, identificarem e criarem sua identidade fotográfica, ou melhor, o seu perfil de mercado desenvolvido durante a graduação. O Projeto Final do Curso Superior de Tecnologia em Fotografia do quarto período, tem como objetivo sistematizar e apresentar o perfil fotográfico do aluno, destacando assim seus projetos fotográficos realizados nas disciplinas cursadas durante todo o curso. Trata-se de metodologia projetual que abraça questões de pesquisa, análise de pesquisa, geração de alternativas, seleção das alternativas, criação do projeto editorial, digital e *feedback* (retorno dos avaliadores). Por fim o projeto é sistematizado em formato de portfólio, que apresenta por meio da diagramação (compilação) do material produzido em capítulos, ou seja, o perfil fotográfico do acadêmico contento as características e o release dos seus projetos fotográficos. O Portfólio é um instrumento que reflete a trajetória do saber construído ao longo da formação deste acadêmico. Também possibilita aos acadêmicos e professores uma compreensão maior do que foi ensinado¹ durante o processo de formação acadêmica. Na sequência, a compilação selecionada pelo aluno deverá passar por aprovação de professor orientador (professor do quadro do curso escolhido pelo acadêmico), com o fito de validar o projeto para a banca, que, em ato subsequente, entregará o documento de validação ao professor da disciplina de Pós-Produção, para apresentação do projeto na banca. Após essa aprovação final, os acadêmicos desenvolvem apresentação digital que será utilizada como suporte na defesa do projeto aos Membros do Conselho Avaliador. O processo estimula o questionamento, a discussão, a suposição, a proposição, a análise e a reflexão de seu processo criativo e profissional. O Conselho Avaliador é composto por três professores do Curso Superior de Tecnologia em Fotografia e um Avaliador Convidado, escolhido pelo acadêmico. O perfil deste convidado permeia as aspirações profissionais e artísticas dos futuros fotógrafos. Para tal avaliação são abordados alguns critérios de realização do projeto Perfil Fotográfico. Estes critérios são pontuados e constituem a nota aplicada na disciplina em questão. Dentre os critérios destacam-se: coerência com a proposta; suporte de apresentação; pontualidade na entrega; acabamento; ficha técnica; qualidade na impressão e apresentação do fotógrafo em capítulos diagramados (foto e descrição). Outros critérios são utilizados nas avaliações dos Membros do Conselho Avaliador e do avaliador convidado. Para os professores do curso os critérios destacados são: referencial ou proposta (referência artística e mercado); pertinência; postura e posicionamento; organização e síntese da apresentação; técnica aplicada, domínio das ferramentas nas competências do curso; criatividade e inovação; linguagem (forma artística identificada). Já para o avaliador convidado, seus questionamentos e considerações são abertos em forma descritiva aos acadêmicos, ou seja, por escrito o convidado expõe sua opinião nos quesitos a seguir: o direcionamento quanto à linguagem (forma artística identificada e as perspectivas futuras do perfil apresentado), indicando o direcionamento profissional do acadêmico

Giorgio Gilwan Silva, Vanessa Alves, Renato Buchele Rodrigues

(gênero da fotografia com potencial e afinidade). Observou-se, neste percurso, que os professores e profissionais refletem com os acadêmicos um posicionamento profissional mais contemporâneo e questionador em relação aos conhecimentos adquiridos no período em que estão em formação. Os acadêmicos observam e interagem com os apontamentos da banca com profissionalismo e maturidade a ponto de nesse processo refletirem acerca de suas escolhas e potencialidades profissionais. Tal influencia positivamente os novos acadêmicos do curso a se posicionarem de forma mais ativa durante sua estada na universidade, sabendo assim da existência de tal atividade final e desafiadora. Todos os *feedbacks* são entregues aos acadêmicos e analisados em conjunto com professor orientador. Observamos neste percurso que esta atividade, realizada na disciplina de Pós-Produção, mobilizou no curso uma nova dinâmica dos acadêmicos olharem e se comprometerem com o resultado de seus projetos fotográficos. O desafio da comunicação visual de projetar a imagem do fotógrafo e de sua identidade fotográfica destina garantir mais eficácia na promessa e proposta de valor aos olhos do seu público. O Fotógrafo pode em consonância com os objetivos da vida profissional, desenvolver estratégias para encontrar o seu segmento e atingir seus propósitos, para identificar seu potencial profissional. As ações estratégicas têm por responsabilidade desenvolver e manter o conjunto de valores e atributos de uma imagem profissional que se mostre coerente com o gerenciamento da sua identidade. Todas as percepções e reações dos acadêmicos no projeto Perfil Fotográfico trouxeram para o Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação, Turismo e Lazer, a possibilidade de expandir para outros cursos tal proposta. Neste tocante, o Curso Superior de Tecnologia em Fotografia trouxe para sua nova matriz a disciplina de Portfólio em Fotografia com o objetivo de instrumentalizar a elaboração do portfólio dos acadêmicos ao final do curso de graduação. Por fim, a experiência atingiu seu objetivo, e, foi além, levou a outros profissionais a possibilidade de conhecerem o universo dos portfólios e utilizá-lo no seu percurso profissional.

Palavras-chave: Portfólio. Perfil profissional. Fotografia.

Fonte de Financiamento: Universidade do Vale do Itajaí.

NOTAS

- 1 VIEIRA, Vania M. O. **Portfólio**: Uma proposta de avaliação como reconstrução do processo de aprendizagem. In: Revista: Psicologia Escolar e Educacional ABRAPEE. Vol. 6 no 2 junho/dezembro 2002, p. 149-153.

A VIVÊNCIA DA ECOFORMAÇÃO NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO UNIBAVE

José Augusto Alves Júnior, Miryan Cruz Debiasi, João Fabrício Guimara Somariva

E-mail: joao.unibave@hotmail.com

¹Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans-SC

INTRODUÇÃO

Visando ampliar o debate sobre o modelo linear vigente ainda hoje no sistema universitário, pretende-se tecer discussões que busquem promover um modelo de ensino inovador e planejado, de forma a reconhecer o ser humano em sua totalidade. Como resposta a este desafio, acredita-se que as práticas transdisciplinares constituem uma inovação no espaço educacional e contribuem para a superação do ensino linear¹. No presente trabalho apresenta-se uma proposta de inserção dos Projetos Criativos Ecoformadores (PCE) no Ensino Superior, desenvolvido no Curso de Educação Física do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans/SC. O PCE, criado por Torre e Zwierewicz, em 2009, consiste em uma nova dinâmica que trabalha a formação do sujeito, a partir da perspectiva transdisciplinar. Esta proposta apoia-se no estímulo à educação a partir da vida e para a vida, pretendendo contribuir para fomentar a resiliência, o desenvolvimento integral do indivíduo e a sustentabilidade de seu entorno.

OBJETIVOS

Colocar em evidência uma nova possibilidade de se pensar a metodologia do ensino superior, compatível com os preceitos transdisciplinares e ecoformadores e reconhecer a origem do espírito competitivo existente no ser humano, fundamentados em uma abordagem que minimize as mazelas da competição esportiva.

METODOLOGIA

O PCE: “Jogos Escolares: da competição à colaboração” foi realizado no 2º semestre de 2012, dentro da disciplina: “Educação Física no ensino médio” que é oportunizada aos acadêmicos da 6ª fase do Curso de Educação Física Licenciatura do UNIBAVE. As fases do projeto estão descritas na sequência: 1: Epítome - É a estrutura conceitual que marca o início do PCE. O epítome consiste em apresentar o local onde o “jogo” será realizado, ou seja, é o momento de preparar o caminho para a aprendizagem². O epítome do PCE proposto, foi apresentado no primeiro encontro da disciplina como forma de sinalizar que iria-se avançar no debate ecoformador. Com o título de “o sonho de marcos” fez-se uso da estória de Lino Castelanio Filho intitulada “Jogos Internos”.

José Augusto Alves Júnior, Miryan Cruz Debiasi, João Fabrício Guimara Somariva

Após a apresentação da estória, foi aberto um debate conceitual sobre a competição, estimulando a socialização das percepções dos componentes da turma. A pergunta lançada como forma de desafio foi: Será que é possível desenvolver uma competição idealizada pelo sonho de marcos? 2: Legitimação teórica e pragmática - Este foi o momento de gerar as bases teóricas fundamentais para que o projeto ganhasse corpo. Nesta fase, foi feito uso de uma ampla pesquisa com o objetivo de descobrir a origem do espírito competitivo existente no ser humano, suas formas de manifestações e o que este é capaz de realizar na busca da sensação de vitória. 3: Perguntas geradoras - Como toda busca para legitimar o conhecimento leva a novos questionamentos é natural que perguntas surjam não só no início, mas durante todo o projeto. Assim, questões foram criadas inicialmente e também de maneiras despretenciosas como: A competição escolar nos moldes atuais é saudável? Por que o ser humano é competitivo? Por que este ser humano modifica seu comportamento quando compete? Como diminuir as mazelas da competição esportiva? É fundamental que as perguntas geradoras sejam expostas em sala de aula para que, por meio de diferentes itinerários, a equipe busque respostas. 4: Metas e eixos norteadores - Com o surgimento das perguntas geradoras se fez necessário a estipulação de metas para alcançar respostas e buscar resultados. As principais metas elencadas neste PCE sugeriram: Discutir sobre a polêmica das competições escolares; clarificar e conceituar os valores presentes na competição; identificar casos negativos e positivos na escola. 5: Itinerários - Os itinerários são as estratégias necessárias para a busca de respostas e o alcance das metas estipuladas. Devem possuir características coerentes com o olhar transdisciplinar e ecoformador. São abertos à incerteza e adaptáveis em seu processo de desenvolvimento¹. Os itinerários selecionados para o PCE proposto foram materializados sob a forma de um seminário reflexivo que contou com: dramatização envolvendo uma situação de competição; palestra proferida para a conscientização da competição cooperativa; explicação do regulamento dos primeiros Jogos Interfases Cooperativos. O que é de extrema importância destacar nos itinerários elencados é a multiplicidade de ações que estão presentes neste projeto, o que garante formas diferentes de estimular a aprendizagem. 6: Coordenadas temporais - É o tempo necessário para o desenvolvimento do PCE. As coordenadas temporais não foram pré fixadas e eram revistas durante todo o processo. Essa flexibilidade proporcionou à todos grande tranquilidade para a busca das metas. 7: Avaliação formadora - O ato de avaliar na metodologia dos projetos criativos ecoformadores tem o propósito de superar a simples verificação do conhecimento adquirido, reposicionando-o como uma ação de continuidade ao processo educativo de valorização e reconhecimento das conquistas realizadas durante todo o projeto, mesmo que os resultados sejam acompanhados por limites³. Avaliar um projeto criativo ecoformador é uma tarefa delicada, devido à sua ampla variedade de itinerários, sendo assim, executados simultaneamente. Nesse projeto, optou-se por avaliar aspectos atitudinais, conceituais, procedimentais e a autoavaliação, imprescindível para o conhecimento pessoal. 8: Polinização - O pensamento ecoformador entende que o ato avaliativo não é a etapa final do PCE e que polinizar é a forma de dar vida e abrir portas para novas possibilidades e até mesmo para novos projetos³. A ação de polinizar é o momento de evidenciar as descobertas e dividir experiências com toda a comunidade envolvida. São inúmeras as formas de expressar a produção criativa e ecoformadora. No PCE em questão, optou-se por organizar um seminário a todos os acadêmicos do curso de Educação Física Licenciatura para

José Augusto Alves Júnior, Miryan Cruz Debiasi, João Fabrício Guimara Somariva

alertá-los acerca das características competitivistas das competições escolares e posteriormente uma competição dentro do enfoque cooperativo, evitando a competição exacerbada, a violência e o individualismo.

RESULTADOS OBTIDOS

Foi observado, inicialmente, um misto de incertezas quanto ao sucesso do projeto, pois não seria nada fácil alcançar tamanho objetivo devido à existência de uma cultura de se querer ganhar a qualquer custo. Com o desenrolar do projeto, percebeu-se que o empenho dedicado às discussões conduziu a uma modificação na postura dos educadores, distanciando-os do papel do professor reprodutivista, responsável pela simples transmissão de conteúdos. O momento da polinização, ápice de toda a trajetória do PCE, foi marcado pela realização dos jogos. Os tradicionais xingamentos, as jogadas violentas e a frustração da derrota deram lugar ao espírito colaborativo e amigo dos acadêmicos que se divertiram e entenderam a mensagem de paz e confraternização, objetivo que foi buscado até o final. O PCE também mostrou em sua aplicação no ensino superior, que os acadêmicos passam a encarar o ensino com outra visão, dedicando-se mais à pesquisa, à interação e ao trabalho colaborativo e solidário. Dessa forma, no lugar de seu êxito individual, a preocupação recai como cada qual pode contribuir para o crescimento de todos. Por isso, percebeu-se o envolvimento e a disposição para coletar material e informações para compartilhar e sistematizar as descobertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter um epítome bem claro e marcante, uma legitimação consistente, metas claras a serem traçadas juntamente com um caminho de questionamentos que sirvam de motivação para a busca de um resultado comum, é a chave para o sucesso da metodologia transdisciplinar e ecoformadora. A consequência, é um sujeito que percebe sua relação direta com a realidade que o cerca, essa é uma característica fundamental do PCE. A partir do momento que o acadêmico desenvolve empatia pelo fenômeno a ser estudado, seu comprometimento para com o desenrolar da temática é notório. Fica evidente a satisfação pelo alto rendimento na aprendizagem tanto por parte dos acadêmicos, quanto a do professor. Ao final do PCE, percebeu-se que sua prática auxiliou na transformação do ensino linear em uma proposta transdisciplinar. Espera-se que essa experiência seja o início e que outras instituições sintam-se convidadas a seguir inovando.

Palavras-chave: Projetos Criativos Ecoformadores. Ensino Superior. Metodologia.

NOTAS

- 1 MORIN, E. **A cabeça bem feita**: Repensar a reforma repensar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2002.
- 2 LA TORRE, S. de; ZWIERWICZ, M. Projetos Criativos Ecoformadores. In: ZWIEREWICZ, M.; LA TORRE, S. de. **Uma escola para o século XXI**: escolas criativas e resiliência na educação. Florianópolis: Insular, 2009.
- 3 LA TORRE, S. de; ZWIEREWICZ, M.; FURLANETTO, E. C. **Formação docente e pesquisa transdisciplinar**: criar e inovar com outra consciência. Blumenau: Nova Letra, 2011.

ENSINO DE GRADUAÇÃO E ATIVIDADES PRÁTICAS: UM RELATO DO CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA

Ismael Dagostin-Gomes, Miryan Cruz Debiasi, Vandrezza Vigarani Dorregão

Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans-SC

E-mail: sanitariaeambiental@unibave.net

INTRODUÇÃO

A articulação entre a teoria e prática e o desenvolvimento de atividades que oportunizem o contato com o mercado profissional constituem-se, na atualidade, como variáveis indispensáveis na formação universitária dos acadêmicos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia¹, as instituições de ensino superior precisam estimular os acadêmicos para além das competências e habilidades técnico-científicas no exercício da profissão. É necessário também, estimular os acadêmicos para que atuem com visão ética e humanitária no enfrentamento das necessidades da sociedade. É importante destacar que as fases iniciais dos cursos de engenharia concentram, prioritariamente, disciplinas do núcleo comum, destacando-se as relacionadas à matemática, física, química, filosofia, sociologia, análise e produção textual. Desta forma, uma disciplina introdutória ao curso deve expor, com clareza e objetividade, alguns quesitos que vislumbrem o mercado na área de formação e aproximem os acadêmicos da identidade do mesmo: histórico, panorama atual e prognóstico profissional. Além disso, torna-se relevante abordar as atribuições referentes à atuação na profissão, possibilitando uma visão global do cenário da engenharia que congrega as áreas ambiental e sanitária. Assim, posteriormente à construção e explanação desses conhecimentos, a realização de atividades práticas e/ou visitas técnicas permitem a contextualização do que foi desenvolvido de maneira teórica em sala de aula. Sendo assim, conhecer realidades distintas torna-se pré-requisito para que os conhecimentos científicos possam embasar-se na solução de problemáticas reais no entorno em que os acadêmicos estão inseridos.

OBJETIVO

Deste modo, este estudo propõe-se relatar a experiência de ensino na disciplina de Introdução à Engenharia Ambiental e Sanitária da 1ª Fase do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE, Campus Orleans, ocorrida no primeiro semestre de 2013, contendo 50 acadêmicos regularmente matriculados.

Ismael Dagostin-Gomes, Miryan Cruz Debiasi, Vandreça Vigarani Dorregão

METODOLOGIA

Foram organizadas quatro atividades com a turma da 1ª Fase do curso, na disciplina que era fundamentada em 03 créditos curriculares e que totalizam 48 horas/aula: visita à estação de tratamento de água e esgoto do Serviço Público Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aula prática de educação ambiental com acervo de coleções biológicas no Laboratório de Zoologia, visita ao aterro sanitário Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES e participação na feira empresarial da Semana Acadêmica do curso. É importante ressaltar que, anteriormente às atividades, apresentou-se para os acadêmicos os objetivos de cada etapa, bem como da possibilidade de adaptação, de acordo com sugestões coletivas, como mudanças de local, data e horário (mesmo constando agendamento prévio segundo plano de ensino). Na primeira situação, ocorrida em período noturno (horário de aula) e envolvendo todos os acadêmicos da disciplina, foi visitada a infraestrutura do SAMAE da cidade de Orleans, contemplando a visualização e a compreensão dos processos de tratamento da água para distribuição à população, com atenção às diversas etapas até a potabilidade (baseadas na utilização de insumos e métodos para busca de padrões físico-químicos e microbiológicos) e de tratamento de esgoto (baseados no sistema de lagoas facultativas). Nesta vivência, os acadêmicos trabalharam conceitos ligados aos recursos hídricos (hidrologia, hidráulica, legislação, volumes de entrada e saída de água das residências, entre outros) e experimentos laboratoriais (floculação, sedimentação, filtração, ciclagem de nutrientes, etc.), além da comparação entre sistemas de operacionalização diferentes. Na segunda atividade, que ocorreu em sala e envolveu todos os acadêmicos da disciplina, deu-se enfoque à educação ambiental que se pode desenvolver com a utilização da biodiversidade, por intermédio de animais taxidermizados (empalhados). Neste caso, priorizaram-se espécies nativas da mata atlântica (graxaim, lagarto-teiú, tatu-galinha, ratão-do-banhado, jacaré-do-papo-amarelo, furão, quati, tartaruga, ouriço-cacheiro, etc.) para que haja significado através do contexto local, sendo que ocorreram observações e práticas do processo de recepção de animais silvestres encontrados mortos (normativas de apoio, registro de entrada e tombamento, acondicionamento), das etapas da taxidermia (limpeza prévia da pele, incisão ventral ou dorsal, retirada de vísceras, tratamento químico com bórax e alúmen, secagem e acabamento de finalização) e da utilização deste acervo científico biológico (montagem de exposições com dioramas e educação para a sustentabilidade, envolvendo elementos: ecológicos, econômicos, sociais, políticos e culturais). Na atividade seguinte, aproximadamente 45 acadêmicos visitaram o aterro sanitário do CIRSURES, na cidade de Urussanga, que compreende o local de disposição de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Cocal do Sul, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga, além de abrigar a triagem da coleta seletiva de lixo ocorrida no município de Urussanga. Na ocasião, ocorreram discussões acerca do consumismo e do volume de resíduos gerado pela população, principalmente considerando a quantidade que se poderia reciclar, seja de lixo orgânico (para fins de compostagem, por exemplo) ou seco. Ainda, revisou-se a padronização das cores da coleta seletiva e os materiais específicos para cada lixeira (azul - papel, vermelho - plástico, amarelo - metal, verde - vidro, cinza - não reciclado). Além disso, o sistema de impermeabilização do solo e o sistema de tratamento do chorume (líquido remanescente dos resíduos, proveniente de simples escoamento e da decomposição) fizeram parte dos conhecimentos

Ismael Dagostin-Gomes, Miryan Cruz Debiasi, Vandreça Vigarani Dorregão

proporcionados com a visita. Por último, constituindo-se como parte da programação oficial da Semana Acadêmica da Engenharia Ambiental e Sanitária do ano de 2013, o curso organizou a feira empresarial com instituições do ramo (envolvendo: energias alternativas, materiais e processos eco eficientes, consultorias ambientais e organizações públicas). Nesta feira, os representantes empresariais puderam expor seus produtos sustentáveis aos acadêmicos e ao público em geral, permitindo, mais uma vez, o contato com o exercer profissional, neste caso imerso em inovações, e a possibilidade de contato para estágios e trabalho. Ao término de cada atividade, é importante frisar, foi solicitado que os acadêmicos sistematizassem suas observações e aprendizados em um relatório de aula prática, que se concretiza como um registro da atividade realizada e dá suporte para consultas futuras.

RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÕES

Ao final das atividades, pôde-se perceber que além dos conteúdos conceituais trabalhados (água, lixo, efluentes, taludes, etc.), foi possível o desenvolvimento de conteúdos procedimentais (sequência de ações, técnicas, destreza manual) e atitudinais (respeito, cooperação, sensibilização, autonomia)² nos acadêmicos, pois uma visita técnica submete-os à atuação profissional real, com variáveis concretas, melhores que os ambientes simulados de alguns laboratórios universitários. Contudo, fica evidente que a realização de atividades práticas articuladas com os conhecimentos teóricos congrega múltiplas formas de possibilitar a aprendizagem, já que coloca os acadêmicos em um posicionamento de interatividade com as situações da vida em sua complexidade, fazendo do projeto uma oportunidade para se trabalhar com o escopo interdisciplinar, onde as áreas do saber não se limitam, mas promovem uma visão totalizante. Apesar de este estudo relatar o ocorrido em apenas uma das disciplinas da grade, é parte de nosso projeto pedagógico a promoção de atividades científico-educacionais em todas as disciplinas e que tenham enfoque com a área de formação em questão. No que se refere à contextualização, o projeto mostra-se alinhado com Masetto³, quando diz que os cursos superiores esperam que os acadêmicos sejam capazes de tornarem-se profissionais com competências técnicas e também engajados com a melhora da qualidade de vida e do meio ambiente de seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do UNIBAVE procura desenvolver ao longo de toda a formação acadêmica uma constante relação com as dinâmicas ambientais regionais, oferecendo aos acadêmicos uma educação formativa integral e comprometida com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Atividade prática. Visita técnica. Ensino de graduação.

NOTAS

- 1 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 11**, de 11 de março de 2002.
- 2 CAMPOS, M. C. da C; NIGRO, R. G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999.
- 3 MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

PROJETO DE REVISÃO E FORMAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

Marina Pezzini

UNIVILLE

E-mail: marinapzn@gmail.com

INTRODUÇÃO

A UNIVILLE tem como missão “promover formação de cidadãos comprometidos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável, atuando em ensino, pesquisa e extensão”. O ensino de graduação na UNIVILLE tem como objetivo a mediação, a sistematização, a apropriação do saber, o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional e da cidadania, em resposta às demandas da sociedade¹. Porém, no exercício de suas atividades de ensino superior, a UNIVILLE recebe semestralmente alunos bastante heterogêneos: de diferentes faixas etárias, com dificuldades de aprendizagem, com dificuldades emocionais e relacionais, com problemas psicológicos, com necessidades especiais e com deficiências de aprendizado provindos dos anos escolares. Essas deficiências, que se manifestam em erros gráficos e inadequações argumentativas dos textos produzidos no ensino superior, vem sendo cada vez mais comum. Mas as ações de produção textual demonstram a possibilidade de realizar-se um trabalho diferenciado, que envolva o aluno para produzir com mais prazer e tornar-se sujeito de sua aprendizagem, inserindo-se na realidade de maneira crítica, através da aquisição de competências de leitura e de escrita para serem usadas como instrumentos de cidadania e de construção de conhecimento². Diante disso, o Programa de Apoio Psicopedagógico da UNIVILLE – PAP aborda a qualidade do ensino e da aprendizagem dos acadêmicos dos cursos de graduação e a formação do profissional competente a partir de mecanismos que oportunizem as mesmas condições de ensino e de aprendizagem a todos, além de oportunizar aos estudantes a possibilidade de interromper os efeitos das possíveis deficiências trazidas da educação básica, uma vez que a Instituição de Ensino Superior não pode negligenciar seu papel de ensinar e de fornecer meios para que o estudante possa aprender o conhecimento científico. Um desses mecanismos gerados pelo PAP é o Projeto de revisão e formação de textos acadêmicos, tema deste resumo, cujos detalhes são apresentados a seguir.

Marina Pezzini

RELEVÂNCIA

A universidade deve dar continuidade ao ensino explícito de diferentes tipos de texto para diferentes públicos e com diversas finalidades, pois o êxito que os alunos irão alcançar em todas as áreas do ensino superior depende em parte do sucesso do desenvolvimento das competências de expressão escrita, uma vez que a escrita se destina à reconstrução da significação pelo leitor³. Nesse sentido, o Projeto de revisão e formação de textos acadêmicos foi proposto pela professora Marina Pezzini após observar algumas demandas dos acadêmicos da UNIVILLE: (a) as recorrentes dificuldades para articular e comunicar ideias e conceitos através da linguagem verbal escrita, que muitas vezes compromete o andamento das aulas e o aproveitamento das turmas; (b) a necessidade de estimular os acadêmicos a desenvolverem pesquisa científica e divulgarem os resultados de seus trabalhos no meio acadêmico; (c) a lacuna entre as expectativas do mercado de trabalho e a preparação dos acadêmicos e profissionais recém formados, quanto ao domínio da expressão verbal; (d) a necessidade de esclarecer aos acadêmicos que as metodologias e ferramentas científicas contribuem para seu desempenho profissional, através da otimização da capacidade de articulação de ideias; (e) as dificuldades que os acadêmicos apresentam nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso, para articularem seus textos de revisão bibliográfica e análise de dados, por exemplo, o que causa um nível elevado de *stress* entre acadêmicos, professores e departamentos durante o desenvolvimento dos trabalhos e após as eventuais reprovações; (f) as eventuais desistências causadas por esse tipo de *stress* ou por algum afastamento emocional entre acadêmicos e professores, que compromete a vivência acadêmica, inclusive no que diz respeito aos vínculos afetivos. É preciso compreender a importância do professor como agente cultural mediador da relação que se estabelece entre o sujeito (aluno) e o objeto (conteúdos), no processo de produção do conhecimento. Tais relações não envolvem somente as esferas cognitivas/intelectuais, mas provocam repercussões internas e subjetivas nos sujeitos, de natureza afetiva. Portanto, uma escola efetivamente democrática, que favoreça aos alunos apropriarem-se do conhecimento considerado essencial para o pleno exercício da cidadania, deve evitar relações pedagógicas que produzam impactos afetivamente negativos nesses alunos⁴. Ou seja, é favorável que o professor esteva emocionalmente disponível para atuar sobre os reflexos afetivos da relação entre o aluno e o conteúdo no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVOS

Mediante às demandas identificadas, o Projeto de revisão e formação de textos acadêmicos estabeleceu como objetivo geral contribuir para a autonomia dos acadêmicos participantes na construção, redação e formatação de textos, bem como no acompanhamento das disciplinas dos seus cursos de graduação. Para que esse objetivo pudesse ser atingido, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (a) desenvolver entre os participantes habilidades de leitura, escrita, interpretação de texto e raciocínio lógico, especialmente no contexto do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; (b) possibilitar a percepção de que a escrita e a interpretação de textos requerem mais do que a grafia correta de fonemas ou classes gramaticais e incluem, por exemplo, as noções

Marina Pezzini

de coerência e coesão; (c) orientar os participantes no uso adequado da Língua Portuguesa, no contexto da redação acadêmica, do método de revisão bibliográfica, do Guia para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da UNIVILLE e do *software* Microsoft Word, amplamente utilizado no meio acadêmico para a formatação de textos; (d) oferecer aos acadêmicos da UNIVILLE, em todas as áreas do conhecimento, apoio pedagógico e conteúdos complementares de maneira presencial e individual, sensível às suas particularidades.

METODOLOGIA

Os pressupostos teóricos para este Projeto são da Psicologia Sócio Histórica, segundo a qual o desenvolvimento cognitivo se dá na relação do sujeito com o meio físico e social, mediado por instrumentos e signos, dentre os quais a linguagem. É no movimento do social para o individual que ocorre a internalização, a apropriação de conceitos e significações. Portanto, a aprendizagem do sujeito não ocorre apenas com base nas condições biológicas, mas é também mediada culturalmente. Ao entender que a universidade é um lugar social privilegiado para a apropriação de conhecimentos produzidos historicamente, a ação do professor deve buscar a articulação entre teoria e prática, transformando a realidade escolar por meio da transformação dos sujeitos. Com base nesses pressupostos, o Projeto é oferecido por meio de apoios presenciais, com foco na construção, redação e formatação de textos. Os apoios pedagógicos são realizados de maneira individual, conforme as necessidades identificadas para cada acadêmico. As práticas desenvolvidas abordam: (a) a compreensão dos processos envolvidos na redação acadêmica e no uso da Língua Portuguesa; (b) a compreensão sobre as funções e a importância do Guia de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da UNIVILLE, bem como na habilidade de aplicar essa e outras normas de formatação de trabalhos acadêmicos, fazendo uso adequado do *software* Microsoft Word; (c) o desenvolvimento da habilidade de produzir textos acadêmicos.

RESULTADOS OBTIDOS

Os atendimentos do Projeto de revisão e formação de textos acadêmicos ocorrem desde o dia 01 de abril de 2013 na biblioteca da UNIVILLE, em um encontro matutino e um vespertino por semana, cada qual com a duração de duas horas. No mês de abril, foram realizados 10 encontros, nos quais deram-se 21 atendimentos, variando entre um e sete atendimentos por encontro. No mês de maio, foram realizados 08 encontros, nos quais deram-se 21 atendimentos, variando entre dois e cinco atendimentos por encontro. Nesse segundo mês de atuação, já foi possível constatar a consolidação do Projeto, mediante à assiduidade dos participantes. No mês de junho, foram realizados 08 encontros, nos quais deram-se 20 atendimentos, variando entre um e cinco atendimentos por encontro. E na primeira semana do mês de julho, que precedeu o recesso escolar, foram realizados 02 encontros, nos quais deram-se 05 atendimentos, variando entre dois e três atendimentos por encontro. Nesse período, percebeu-se a necessidade de estabelecer um número máximo de 12 participantes, para preservar a qualidade dos atendimentos e certificar relevantes

Marina Pezzini

conquistas individuais e coletivas até o final do ano letivo. Ainda assim, nos quatro meses de atuação do Projeto, foram realizados 67 atendimentos com 18 alunos diferentes. Observa-se que a maioria dos alunos atendidos é do quarto ano e procurou o Projeto como apoio ao desenvolvimento do TCC. Esse resultado indica a necessidade de estimular os alunos dos demais anos a procurarem o Projeto, como apoio ao seu desempenho nas disciplinas e em outras experiências acadêmicas. Quanto à percepção dos acadêmicos a respeito do Projeto, dos conteúdos abordados, da própria evolução e a respeito da professora instrutora, foi distribuído um questionário que indicou uma aprovação próxima a 100%. As eventuais críticas indicaram a necessidade de mais tempo para os atendimentos e mais opções de horário. Uma das falas coletadas foi: “Melhor impossível, as necessidades de cada aluno são facilmente percebidas e com rapidez esclarecidas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em quatro meses de atuação como professora instrutora do Projeto de revisão e formação de textos acadêmicos, foi possível observar entre os participantes a existência de dificuldades de aprendizagem e de argumentação, bem como as deficiências de aprendizado provindos dos anos escolares. Porém, foram as dificuldades emocionais e relacionais as mais evidentes. Os acadêmicos demonstraram muita insegurança nos processos de apropriação e de construção do conhecimento, com uma certa timidez para expor seus raciocínios; demonstraram dificuldades para conciliar a vida acadêmica com a pessoal, pois muitas vezes possuem alto nível de responsabilidade na esfera familiar e na financeira; e demonstraram grande necessidade de um diálogo mais atencioso e sensível. Essas manifestações não são gerais dentre os acadêmicos, mas próprias de uma parcela relevante, identificada pela professora proponente deste Projeto. Espera-se que os resultados obtidos nesses primeiros meses de atuação continuem a ser reproduzidos e ampliados, para que toda essa parcela tenha a oportunidade de sanar suas carências individuais e possa ser inserida no mercado de trabalho e na comunidade em igualdade de condições aos demais acadêmicos. Afinal, entende-se que a construção da cidadania também é uma responsabilidade da universidade.

Palavras-chave: Nivelamento. Escrita acadêmica. Universidade.

Financiamento: Fundo de Apoio ao Estudante de Graduação – FAEG

NOTAS

- 1 UNIVILLE, 2013, web.
- 2 MANN, K.; MOREIRA, O.; QUAINI, M.; DIAS, M. **Produção escrita:** adequação gramatical e argumentação. Scientific Electronic Archives. Volume 1. p. 26-31. 2012
- 3 ESTRELA, A.; SOUZA, O. **Competência textual à entrada no Ensino Superior.** Revista de Estudos da Linguagem. Volume 19. Nº1. p. 247-267. 2011.
- 4 LEITE, S. **Afetividade nas práticas pedagógicas.** Temas em psicologia. Volume 20. Nº 2. 2012.

O LÚDICO EM DIFERENTES CONTEXTOS

Inhelora Kretschmar Joenk, Fabiana A. Weber, Vanessa Emanuela Fraga Farias

Professora no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – Unidavi

E-mail: inhelora@gmail.com

INTRODUÇÃO

Libâneo (1994)¹ entende que na prática pedagógica escolar há uma interdependência entre ensino e aprendizagem, onde os procedimentos metodológicos constituem-se na totalidade de passos, de formas didáticas e dos meios organizativos do ensino que viabilizam a assimilação dos conteúdos e o atingimento dos objetivos nas diferentes modalidades/disciplinas da educação escolar. De acordo com Anastasiou e Alves (2004, p. 69)², o objeto do trabalho docente “[...] envolve um conjunto de pessoas na construção de saberes [...]” que precisam ser compreendidos para sua efetiva internalização pelos sujeitos e aplicação na solução dos problemas da vida cotidiana. Segundo as autoras, “Na metodologia dialética, [...], o docente deve propor ações que desafiem ou possibilitem o desenvolvimento de operações mentais.” As atividades propostas devem ser organizadas de modo que diversas operações de pensamento sejam despertadas, exercitadas, construídas e aplicadas na solução de questões problema. Vygotsky (1999)³ entende que o desenvolvimento infantil tem relações explícitas com as atividades lúdicas, onde o brincar e o jogar criam novas zonas de desenvolvimento. Das palavras de Oliveira (2010)⁴ pode-se inferir que, no ambiente escolar, a brincadeira parece pouco estruturada e sem função explícita na promoção de processos de desenvolvimento. No entanto, o brinquedo também cria zonas de desenvolvimento proximal na criança, tendo enorme influência em seu desenvolvimento, visto que ao brincar a criança comporta-se de forma mais avançada do que na atividade da vida real, aprendendo a separar objetos e inferir significados da vida cotidiana. Visando a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todas as pessoas na educação escolar, o(a) professor(a) precisa conhecer e usar metodologias de ensino e de aprendizagem adequadas às necessidades de cada aluno. Entre os procedimentos metodológicos que podem ser utilizados para incluir de forma significativa todos os alunos no processo de aprendizagem escolar, as atividades lúdicas assumem uma posição de destaque.

Inhelora Kretzschmar Joenk, Fabiana A. Weber, Vanessa Emanuela Fraga Farias

OBJETIVOS

O presente estudo visou: a) Incentivar a valorização das atividades lúdicas como fontes geradoras do desenvolvimento social, emocional, cognitivo e psicomotor; b) Promover o desenvolvimento significativo do processo de ensino e de aprendizagem escolar por meio da utilização de jogos e brincadeiras.

METODOLOGIA

O relato analisa atividades desenvolvidas com crianças em diferentes contextos: Escola Recanto Alegre-APAE, Escola de Educação Básica Unidavi, III CIEPE- Congresso Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão realizado no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí-Unidavi, todas localizadas no município de Rio do Sul (SC) no decorrer do primeiro semestre de 2013. Na Escola Recanto Alegre-APAE as atividades foram desenvolvidas com crianças de cinco a treze anos de idade, alunos do SAEDE regularmente matriculados no ensino regular. Na Escola de Educação Básica Unidavi o estudo envolveu crianças do 2º, 3º e 4º ano do Ensino Fundamental que frequentavam as aulas de apoio pedagógico de Matemática. No III CIEPE, as atividades foram desenvolvidas com professores das séries iniciais do Ensino Fundamental e acadêmicos da Licenciatura em Educação Especial por meio da realização de oficina. Nas atividades realizadas foram utilizados jogos e atividades da vida diária. Os jogos foram confeccionados com materiais reciclados e adaptados às necessidades dos educandos, visto que a maioria apresenta dificuldades de aprendizagem. Foram utilizados dois jogos: a) *jogo da velha*: composto por um tabuleiro quadrado dividido em nove partes iguais e dez tampinhas de garrafa forradas com papel, sendo que cinco apresentavam uma imagem e o outro grupo de cinco, outra imagem para diferenciar os jogadores. Dois jogadores devem dispor suas peças de modo a impedir ao oponente a ocupação de três espaços próximos, tanto horizontal quanto vertical ou diagonal. Vence quem conseguir formar a linha; b) *abrindo e fechando*: composto por um tabuleiro em que estavam afixadas seis garrafas de diferentes tamanhos e cores, com as respectivas tampas. O professor encontra maneiras diferentes para explorar este material junto com os alunos, como abrindo todas as tampas para que o aluno possa identificar qual se encaixa nas bases afixadas no tabuleiro. As atividades de vida diária foram desenvolvidas utilizando como recursos como papelão, cadarços, botões, velcro, com o objetivo de trabalhar atividades relacionadas ao vestuário e comunicação, que podem ser desenvolvidas individualmente ou em grupo, para que o aluno se torne mais independente. Com esses recursos o professor pode criar atividades que estimulem o desenvolvimento da coordenação motora global, motora fina e viso-motora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades lúdicas propostas foram desenvolvidas com os alunos para desenvolver a concentração, a coordenação motora fina, a percepção de quantidades, o raciocínio lógico. Na

Inhelora Kretzschmar Joenk, Fabiana A. Weber, Vanessa Emanuela Fraga Farias

APAE, os alunos apresentam muitas dificuldades na compreensão e assimilação dos conteúdos em função das diferentes dificuldades de aprendizagem, necessitando de estimulação contínua. Nesse contexto os jogos e atividades lúdicas foram aplicados em sala de aula visando estimular a compreensão e melhorar a aprendizagem. Na Escola de Educação Básica Unidavi as crianças também responderam positivamente em relação aos conteúdos abordados nas aulas de Matemática, fato que se explica pelo uso dos recursos lúdicos que conferem significado às situações problema propostas. Na oficina efetivada no III Congresso Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão as professoras e futuras docentes experienciaram a forma como as atividades lúdicas e os materiais manipulativos conferem significado às atividades escolares e como seu uso auxilia a aprendizagem dos alunos. Utilizar recursos lúdicos no processo de ensinar e aprender em ambiente escolar ampliou a possibilidade dos educandos de explorar todas as possibilidades de sucesso que podem se apresentar em diferentes realidades e contextos, na promoção da inclusão real no processo de desenvolvimento e aprendizagem na escola. Dessa forma, mostra-se necessário investir nas ações escolares do presente, de acordo com as necessidades reveladas. Ferreira e Guimarães (2003, p. 134)⁵, citando Liliam do Valle, lembram que “assim chegaremos à nossa cozinha cotidiana, à sala de aula, aos métodos, aos procedimentos e também às relações estabelecidas entre nós e por nós com a escola.”

CONSIDERAÇÕES

Por aprendizagem escolar já não se pode entender apenas o domínio dos conteúdos previstos nas diversas disciplinas do currículo escolar, mas todas as formas de conhecimento, tanto os escolares como os cotidianos, abrangendo ainda o desenvolvimento de habilidades, de atitudes, os sentimentos, as relações afetivas e os valores necessários para a convivência cidadã e solidária. As atividades desenvolvidas com as crianças utilizando os materiais produzidos e adaptados às necessidades dos educandos oportunizaram aos mediadores trabalhar com atividades significativas os conhecimentos científicos, desenvolvendo no educando capacidades como observar, fazer perguntas, explorar, resolver problemas, cooperar, comunicar ideias, a (re)descoberta do ambiente ao seu redor, viabilizando múltiplas possibilidades de formação de importantes pilares que nortearão seu desenvolvimento psicossocial. O aperfeiçoamento do uso desses materiais pelos professores deve estar sustentado nos interesses sobre os assuntos a serem abordados e nas necessidades apresentadas pelos alunos. A utilização de atividades lúdicas como recurso metodológico no processo de ensinar e aprender na escola promove a interação social, o desenvolvimento intrapessoal e interpessoal, a comunicação, habilidades psicomotoras, ao mesmo tempo em que possibilita o desafio que leva a zonas de desenvolvimento proximal e à aprendizagem significativa, pois o aprendiz aplica o conhecimento cotidiano e científico na solução dos problemas que o jogo e as brincadeiras proporcionam. Percebeu-se que a compreensão e a assimilação dos conteúdos foi mais rápida, processo favorecido pela utilização de recursos manipulativos e lúdicos. A escola e, especialmente a aula, precisa ser um espaço de dedicação, confiança mútua, maleabilidade e prazer compartilhado entre professor e estudantes. A busca do prazer na construção e apropriação

Inhelora Kretzschmar Joenk, Fabiana A. Weber, Vanessa Emanuela Fraga Farias

do conhecimento passa pela criatividade e comprometimento profissional do professor, mesmo que as atividades escolares propostas aos discentes exijam muito esforço para sua execução. A escola deve ser, acima de tudo, o local em que professores e alunos buscam atingir a meta do processo pedagógico – avançar na capacidade de compreender e intervir na realidade para além do estágio presente, gerando autonomia e humanização. Somente assim chegaremos à nossa cozinha pedagógica cotidiana -a sala de aula-, aos métodos, aos procedimentos e também às relações estabelecidas entre nós, educadores, e por nós com a escola inclusiva.

Palavras-chave: Atividades lúdicas. Inclusão. Aprendizagem significativa.

Fonte de financiamento: PIBIC-Unidavi

NOTAS

- 1 LIBÂNEO, L. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- 2 ANASTASIOU, L. das G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004.
- 3 VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- 4 OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky** Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010
- 5 FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - UNISUL

Ana Regina de Aguiar Dutra

Graduação em Matemática e Doutorado em Engenharia de Produção
Gerente de Ensino Pesquisa e Extensão e Professora na Engenharia de Produção/ UNISUL
E-mail: ana.dutra@unisul.br

Karla Nunes

Graduação e Doutorado em História. Acadêmico na GEPEX / UNISUL
E-mail: karla.nunes@unisul.br

Leandro K. Pacheco

Bacharelado, Licenciatura e Mestrado em Filosofia
Analista Acadêmico na GEPEX / UNISUL
E-mail: Leandro.Pacheco@Unisul.br

Viviane Bastos

Graduação em Psicologia e Mestrado em Educação
Analista Acadêmico na GEPEX / UNISUL
E-mail: viviane.bastos@gmail.com

Saionara O. B. da Silveira

Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação
Analista Acadêmico na GEPEX / UNISUL
E-mail: saionara.silveira@unisul.br

Flávia Wagner

Doutoranda em Educação,
Analista Acadêmica - UNISUL
E-mail: flavia.wagner@unisul.br

RESUMO

O presente trabalho reflete o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que tem como objetivo avaliar a materialização das competências, habilidades, atividades formativas e ambientes de aprendizagem evidenciados no planejamento dos Professores dos cursos de Graduação que atuam na primeira fase dos Cursos de Graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina. A pesquisa é exploratória, constitui-se em quantitativa e qualitativa, os dados são levantados por meio de dois instrumentos de pesquisa, roteiro de análise documental e questionário de pesquisa. O universo da pesquisa são os cursos de graduação de todas as áreas. A amostra são dois semestres do ano de 2013, com o recorte da primeira fase ofertada. O percentual analisado é de 25% dos planos de ensino da primeira fase. Como resultados parciais podemos destacar que tanto a análise dos

Ana Regina de Aguiar Dutra, Karla Nunes, Leandro K. Pacheco, Viviane Bastos, Saionara O. B. da Silveira, Flávia Wagner

Planos de Ensino, quanto os questionários e a análise dos diários de classe – em relação ao PPC – indicam que devem ser melhor integrados e aplicados; que muitos planos de ensino valorizam demasiadamente os conteúdos em detrimento ao desenvolvimento de competência e que os documentos institucionais precisam ser qualificados com o foco na educação permanente. Espera-se com a pesquisa qualificar a implementação dos PPCs junto a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Ensino Superior. Projeto Pedagógico de Curso. Plano de Ensino. Atividades Formativas. Ambientes de Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A UNISUL, em seus três *campi* e em 2013, iniciou o processo de implementação de 64 (sessenta e quatro) novos Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação. Tais projetos tem como fonte primordial o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de 2010 que, por sua vez, adota como premissa a educação permanente (UNISUL, PPI 2010; MEC, 1999) assim como, a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Para orientar a construção dos novos Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação se fez necessário o documento das Diretrizes Acadêmicas Institucionais (UNISUL, 2011) que legitima a inovação da formação por competência enquanto revolução no fazer docente e discente (PERRENOUD, 1999; ZABALA, 1999; ANTUNES, 2001; LE BOTERF, 1995), à medida que implica repensar o ensino com o apoio constante da pesquisa e da extensão; à medida que não basta apenas saber, mas também fazer e ser. Portanto, a formação por competência implica procurar fortalecer a formação pessoal, cidadã e humana, em termos de atitudes, de práticas e mesmo de teorias. Na UNISUL, os atuais Projetos Pedagógicos contemplam projetos de certificação que contemplam critérios relativos a essa formação: competências, habilidades, atividades formativas e ambientes de aprendizagem. O problema de pesquisa que se impõem diante desse contexto são: a formação por competência se faz presente no planejamento e ação do professor?

Espera-se com essa pesquisa alcançar o seguinte objetivo geral: Avaliar a materialização de competências, habilidades, atividades formativas e ambientes de aprendizagem evidenciados no planejamento dos Professores dos cursos de Graduação que atuam na primeira fase dos Cursos de Graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina, entre o período de 2013.1 a 2013.2. E os objetivos específicos que se desdobram são: Comparar as competências, habilidades, atividades formativas e ambientes de aprendizagem que se apresentam nas certificações (PPC), planos de ensino, entrevistas e diários de classe. Identificar se atividades formativas e os ambientes de aprendizagem revelam articulação entre ensino pesquisa e ou extensão. Analisar pontos convergentes e divergentes entre o prescrito no Projeto Pedagógico de Curso de Graduação, a fala do professor em relação ao Plano de Ensino e ao Diário de Classe.

Ana Regina de Aguiar Dutra, Karla Nunes, Leandro K. Pacheco, Viviane Bastos, Saionara O. B. da Silveira, Flávia Wagner

MATERIAIS E MÉTODOS

O procedimento técnico utilizado será a pesquisa documental, haja vista que as fontes de levantamento de dados serão os projetos pedagógicos, os planos de ensino e os diários de classe, complementados com informações coletadas juntos aos professores. Com base nos objetivos se enquadra como pesquisa exploratória, pois se pretende diagnosticar o processo de implementação dos PPCs. Quanto à abordagem ou tratamentos dos dados, a pesquisa constituir-se-á em quantitativa e qualitativa, em razão do computo dos dados a serem relatados na forma de números e descrições. Os dados serão levantados por meio de dois instrumentos de pesquisa, roteiro para análise documental e questionário de pesquisa com perguntas fechadas e abertas para os docentes, seguindo as seguintes etapas:

Na primeira etapa estamos analisando o Projeto Pedagógico comparado ao Plano de Ensino, com o objetivo de verificar a aproximação, distanciamento dos documentos sobre os seguintes itens: competências, habilidades, atividades formativas e ambientes de aprendizagem. A segunda etapa implica em questionar os professores envolvidos na primeira fase dos cursos de graduação, os quais são os pioneiros na implementação dos novos projetos pedagógicos de curso. O objetivo é avaliar a ação do planejamento do professor sobre o entendimento e desenvolvimento dos itens analisados nos documentos: competências, habilidades, atividades formativas e ambientes de aprendizagem. A terceira implica em analisar os registros do Diário de Classe, com o objetivo de verificar os pontos convergentes e divergentes entre o prescrito no Plano de Ensino e o relatado pelo Professor no questionário.

A análise dessas etapas prevê a sistematização por meio de tabela Excel, com o intuito de cruzar informações obtidas pelo Plano de Ensino, Questionário e Diário de Classe. O universo da pesquisa são os cursos de graduação das áreas de: Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços; Educação, Humanidades e Artes; Produção, Construção e Agroindústria e Saúde e Bem Estar Social. Os critérios para composição da amostra de pesquisa serão os 02 (dois) semestres 2013, com recorte das primeiras fases ofertadas. O percentual de plano de ensino e professores a ser analisado é de 25% (vinte e cinco por cento) da totalidade de cursos ofertados na Una.

RESULTADOS ESPERADOS

O presente projeto está em desenvolvimento, logo, apenas dados parciais foram diagnosticados. Tanto a análise dos Planos de Ensino, quanto os questionários e a análise dos diários de classe – em relação ao Projeto Pedagógico do respectivo Curso – indicam que certas categorias acadêmicas tais como ‘competência’, ‘habilidade’, ‘ambiente de aprendizagem’ e ‘atividade formativa’ devem ser melhor integradas e aplicadas. Ainda, está evidente a possibilidade de fortalecimento dos saberes e fazeres docentes ao se procurar aproximar o planejar, executar e avaliar conjuntamente a certificação (que reúne no mínimo uma, mas geralmente várias unidades de aprendizagem). Cabe observar, também, a constatação de foco no saber muito antes do fazer e do ser, logo, que muitos planos de ensino valorizam demasiadamente os conteúdos em detrimento do desenvolvimento de

Ana Regina de Aguiar Dutra, Karla Nunes, Leandro K. Pacheco, Viviane Bastos, Saionara O. B. da Silveira, Flávia Wagner

competências com apoio de habilidades. Enfim, o Plano de Ensino e o diário de classe podem ser qualificados, mas que tal qualificação passa, sobretudo pela apropriação por parte do professor com a proposta de Educação Permanente.

CONSIDERAÇÕES

Espera-se com a pesquisa obter resultados que reflitam e proponham ações para qualificar a implementação dos PPCs junto aos professores, coordenadores e gestores na condução do processo acadêmico pedagógico. Assim como, aperfeiçoar os documentos institucionais para que se aproxime dos princípios da educação permanente. Como também, ampliar espaço para a formação continuada dos professores para que possam dialogar com os pares, superar as dificuldades e os desafios que aparecerão na caminhada da implementação desse novo currículo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2001
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- LE BOTERF, G. De la compétence: essai sur un attracteur étrange. In: Les éditions d'organisations. Paris: Quatrième Tirage, 1995.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2010.
- PERRENOUD, Philippe. Construir competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. Diretrizes acadêmicas institucionais. Tubarão: UNISUL, 2011.
- UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. Projeto pedagógico institucional. Tubarão: UNISUL, 2010.
- ZABALA, Antoni (Org.). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REVISTA ELETRÔNICA: “GESTÃO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”, COMO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

Jairo Afonso Henkes, M.Sc.

Coordenador Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental – Campus Unisul Virtual
E-mail: Jairo.Henkes@unisul.br

Murilo Matos Mendonça, M.Sc.

Assessor de Relações Internacionais – Campus Unisul Virtual
Membro Diretor do OpenCourseWare Consortium
Membro Diretor da GUIDE Association (Global Universities in Distance Education)
E-mail: Murilo.Mendonca@unisul.br

O projeto da *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental* nasceu com o propósito de estabelecer um vínculo real entre a academia e a sociedade, pela apresentação e produção de conteúdos acadêmico-científicos de valor intangível, demonstrando a aplicação e a evolução dos delineamentos teóricos entre outras descobertas que merecem e devem ser publicadas e divulgadas para a sociedade. Desta forma, o uso de arquivos e ferramentas digitais torna o processo de produção e socialização de conteúdos mais amplo, proporcionando uma maior visibilidade das ações desenvolvidas na academia, tanto dentro como fora dela. O SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, já em uso na Unisul, tende a possibilitar aos cursos a divulgação e publicização de suas atividades, estudos, artigos científicos, projetos de pesquisa e extensão, para todo o país e demais continentes em que atuamos. Com este projeto, procurou-se incrementar a produção acadêmica dentro da área de Gestão e Sustentabilidade Ambiental, abrindo espaços para sua publicação no Portal de Periódicos da Unisul, oportunizando ao seu Corpo Docente e Discente um estímulo à produção de novos conteúdos, análises e pesquisas científicas, promovendo a Universidade, os cursos, professores, pesquisadores e acadêmicos. Esta iniciativa: propicia a publicação científica e pedagógica dos estudos e pesquisas desenvolvidas no ambiente acadêmico; incentiva a publicação periódica científica, em especial do Campus UnisulVirtual, disseminando a produção acadêmica e científica da Unisul; contribui para o processo de ensino-aprendizagem, para a pesquisa e a extensão relativas à área de gestão e de sustentabilidade ambiental, constituindo-se em fonte de formação e de conteúdos abertos, configurando-se num REA (Recurso Educacional Aberto). Outra intenção da *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental* é fomentar a prospecção de parcerias institucionais, para projetos de ensino, pesquisa e extensão, e em movimento contínuo, a comunidade acadêmica e a sociedade, estabelecendo um novo canal de comunicação, de publicação e discussão de conteúdos referentes à Gestão e a Sustentabilidade Ambiental. Sua periodicidade inicial é semestral, e tem como metas: estimular o desenvolvimento de trabalhos e

Jairo Afonso Henkes, M.Sc., Murilo Matos Mendonça, M.Sc.

programas acadêmicos, publicando e socializando seus textos e resultados; publicar pesquisas científicas realizadas na área de Gestão Ambiental; estimular o desenvolvimento da pesquisa científica no meio acadêmico. Ao tornarmos públicas as ações, atividades, trabalhos, projetos e pesquisas acadêmicas sob a forma de Recursos Educacionais Abertos, estamos produzindo um novo movimento. Este movimento busca atender à nova filosofia da Unisul, focada na “Educação Permanente”, oportunizando aos nossos professores, acadêmicos e pesquisadores a promoção de seus projetos e trabalhos. A revista intenciona, ainda, fomentar novas pesquisas em Recursos Educacionais Abertos, despertando nos órgãos financiadores de projetos possíveis interesses pela área em questão. Além disto, veem-se contempladas as três dimensões de atuação da Universidade: **ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.**

Palavras-Chave: Recurso Educacional Aberto. Revista Eletrônica. Gestão e Sustentabilidade Ambiental.

CAMINHOS TRILHADOS PELO PIBID/UNIDAVI DURANTE O PROCESSO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Fernanda Souza, Jucimara da Costa, Tiago Martins da Silva

E-mail: fernandasouza@unidavi.edu.br

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)

Compreendemos que o apoio ao processo de iniciação à docência, nas mais diversas licenciaturas, possa ser um dos elementos essenciais para a formação de futuros docentes. Com base nesta compreensão, no ano de 2012, o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) inicia a sua participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Por meio do PIBID, o Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apoiam projetos de Instituições de Ensino Superior (IES) que atendam aos seguintes objetivos: a) incentivar a formação de docentes em nível superior para a Educação Básica; b) contribuir para a valorização do magistério; c) elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica; d) inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; e) incentivar escolas públicas de Educação Básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e f) contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. Diante deste objetivos do programa, o PIBID/UNIDAVI visa promover a qualificação para a docência de estudantes de licenciatura, incentivando a inserção destes em escolas públicas de educação básica desde o início de sua formação acadêmica. Assim, partimos do entendimento de que as trajetórias rumo ao caminho da educação, construídas muitas vezes de forma paralela pela universidade e pela escola pública, precisam encontrar pontos de conexão com potencial para transformarmos este paralelismo em uma via de mão dupla. Desta maneira, entendemos que a universidade e a escola pública podem transformar-se de forma conjunta. Este entendimento foi construído e fundamentado por nós principalmente quando passamos a unir as leituras sobre os estudos de pesquisadores como Nóvoa (2009, p. 30)¹ quando afirma que para ser professor torna-se importante no processo de formação “compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes”. Ainda neste mesmo sentido, o referido autor na continuidade afirma que “é na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão” (NÓVOA, 2009, p. 30).

Fernanda Souza, Jucimara da Costa, Tiago Martins da Silva

Também nos utilizamos dos estudos de pesquisadores que investigam a importância do processo de reflexividade para a formação dos profissionais da área docente como por exemplo os trabalhos de Sá-Chaves (2002)² e Pimenta e Ghedin (2002)³, por meio de quem, compreendemos que o licenciando ao entrar em contato com o cotidiano escolar encontra possibilidades de construir seu processo reflexivo conectando seu aporte teórico acadêmico à prática escolar. Durante esse processo de construção do licenciando, a escola - ao abrir-se para a experimentação de diferentes práticas e/ou atividades aventadas pela universidade e elaboradas pelo licenciando -, pode vir a se sentir desafiada a repensar alguns elementos de seus projetos pedagógicos e/ou de seus “currículos ocultos” (SILVA, 2000, p. 79)⁴. Desta maneira, o PIBID/UNIDAVI tem como algumas de suas ações: a promoção da vivência contínua e acompanhada da vida docente na escola básica pública de licenciandos; incremento da capacidade de produção de conhecimento sobre o ensinar dos professores supervisores por meio de estudos, discussões e da sistematização escrita de suas análises; promoção da melhoria das ações acadêmicas por meio da formação em serviço; melhoria da qualidade da formação dos licenciandos, especialmente quanto à articulação entre teoria e prática e ações de extensão com vistas a formação de multiplicadores; elaboração de materiais didáticos a serem utilizados nas escolas integrantes do projeto; divulgação das experiências bem sucedidas das metodologias de ensino desenvolvidas nas diferentes licenciaturas. Imersos neste contexto, nossa participação no PIBID/CAPES iniciou em agosto/2012 por meio da inserção de 10 licenciandos (5 do curso de Pedagogia, e 5 do curso de Educação Física), em duas escolas públicas do estado de Santa Catarina. O subprojeto de Pedagogia tem por objetivo principal minimizar o impacto causado pela distorção idade-série, de alunos das séries iniciais do ensino fundamental, especificamente na área da alfabetização. Já as ações do subprojeto de Educação Física, visam atuar de forma qualitativa no processo de inclusão escolar. Assim, os licenciandos participantes do projeto passaram por momentos de: observação das atividades rotineiras da escola; discussão de práticas observadas e aporte teórico selecionado; desafio de confeccionar materiais pedagógicos e esportivos, bem como elaborar/executar atividades/aulas. Diante da aplicação das atividades, os acadêmicos: perceberam que a metodologia utilizada poderia ser aperfeiçoada por meio da elaboração de projetos; foram convidados pela direção da escola para participarem de momentos como palestras e a entrega dos boletins aos pais/familiares; prepararam, juntamente com os alunos, uma apresentação para os pais como forma de encerramento do ano letivo junto à comunidade escolar. Em novembro/2012 foram apresentados, no II Congresso Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão da UNIDAVI, alguns resultados que reforçam a necessidade de imersão e/ou criação de ambientes favoráveis ao processo de aprendizagem dos alunos com distorção idade-série, bem como a importância da inclusão não só para o sujeito que necessita de uma atenção especial no que tange a algum aspecto de limitação física, mas a todos os alunos da escola, suas famílias e a comunidade em geral. O projeto desenvolvido pelos acadêmicos de Pedagogia mantém, no ano de 2013, o objetivo de promover ações pedagógicas que possam minimizar algumas das dificuldades relacionadas à alfabetização e ao letramento dos alunos do 2º ao 6º ano, da Escola Estadual Cecília Ax, de Presidente Getúlio. Neste primeiro ano de trabalho compreendeu-se por meio da vivência no chão de escola que: a) resultados concretos na área de alfabetização e ao letramento nem sempre são imediatos; b) fatores como a troca de um dos acadêmicos, o aumento do número de alunos

Fernanda Souza, Jucimara da Costa, Tiago Martins da Silva

participantes, a adequação aos horários e a escassez de espaço físico na escola, dificultaram a organização dos agrupamentos e a continuidade das atividades propostas no ano anterior. Diante das principais dificuldades encontradas, a equipe pode replanear as estratégias de trabalho nos meses de abril e maio de 2013. Observamos também, que vínculos afetivos foram criados entre os acadêmicos e os alunos escolares. Estes vínculos influenciaram de forma positiva o processo de aprendizagem de todos os envolvidos. O índice de faltas e/ou evasão do Programa é praticamente inexistente, o que denota a satisfação dos alunos, bolsistas e familiares com o programa. Já no subprojeto do curso de licenciatura em Educação Física, cinco acadêmicos orientados por um professor de nossa IES, e um professor supervisor da escola de educação básica, elaboram e aplicam atividades didático-pedagógicas em suas áreas de formação, em consonância com as necessidades de ensino e de aprendizagem de uma escola estadual do município de Rio do Sul, selecionada pelo programa. O projeto desenvolvido pelos acadêmicos de Educação Física, mantém, no ano de 2013, o objetivo de promover a inclusão por meio de atividades/conhecimentos lúdicos que possam desenvolver o hábito pela atividade física como caminho a saúde e a qualidade de vida. O desenvolvimento das atividades propostas ocorre na Escola de Educação Básica Willy Hering de Rio do Sul, e apresenta alguns resultados que vão ao encontro dos objetivos propostos no início destas atividades: os alunos da escola aguardam ansiosos pelo dia em que o licenciando ministra suas aulas; os acadêmicos planejam e executam os jogos e exercícios, sempre atentos a adequação das propostas ao contexto de cada turma; os acadêmicos estão evoluindo no aspecto da autonomia perante a propriedade de turma e que estão assimilando os conteúdos relativos as leituras dos materiais disponibilizados. Entendemos que com este movimento os futuros profissionais da educação poderão desenvolver propostas qualificadas, se já não as fazem. Como impactos das ações e atividades do projeto na formação de professores, licenciaturas envolvidas, e escolas de educação básica participantes identificamos: 1) Por meio dos relatos dos licenciandos e supervisores escolares em seus diários de bordo/campo e em reuniões de socialização, compreendemos como efeito do processo na formação dos mesmos: a) a identificação do fato de que nem sempre é possível aplicarmos as atividades exatamente como elaboradas no momento de planejamento; b) o interesse pelo aperfeiçoamento da metodologia empregada para o planejamento das atividades por meio de projetos cujos conteúdos se aproximem da realidade dos alunos escolares. 2) Quanto a formação dos alunos da escolas de educação básica já identifica-se: a) algumas melhorias na leitura e escrita; b) a percepção e o interesse em participar das propostas de atividades alternativas, como dança e lutas nas aulas de educação física escolar, abrindo espaço para a compreensão de que a educação física escolar pode ir muito além de uma atividade competitiva com bola; c) início da quebra de preconceito sobre a idéia equivocada da necessidade de existência de violência nas atividades de luta no ambiente escolar; d) início da quebra de paradigma por meio da inserção de atividades diferentes propostas tanto no subprojeto de pedagogia quanto no de Educação física. Outros dois pontos interessantes identificados foram que: o trabalho realizado pelos licenciandos no projeto acaba refletindo em sala de aula na IES junto aos demais licenciandos que não participam do programa, pois, o amadurecimento proporcionado pela prática é compartilhado com os demais licenciando, por meio de relatos de experiências dos acadêmicos participantes do projeto, e assim, acabam contribuindo com a formação da turma como um todo, ou seja, de uma forma geral, os

Fernanda Souza, Jucimara da Costa, Tiago Martins da Silva

desafios do projeto propostos aos acadêmicos bolsistas acabam por envolver os demais acadêmicos, mesmo que indiretamente; a busca de materiais para o planejamento e leitura para os estudos acabam por dinamizar ainda mais o uso da Biblioteca, já que a prática precisa ser fundamentada. Desta maneira, participar de um programa como o PIBID, com potencial para qualificação do processo de formação do licenciando é uma oportunidade ímpar, pois, compreendemos que todos os envolvidos, tanto a equipe da IES quanto a comunidade escolar, já perceberam a possibilidade de contribuição e o diferencial que um projeto desta magnitude pode proporcionar ao aproximar universidade e escola.

Palavras-chave: Iniciação à docência. Contexto escolar. Aproximação Universidade-Escola.

Fonte de Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

NOTAS

- 1 NÓVOA, António. **Professores:** Imagens do futuro presente. Instituto de Educação. Lisboa: Educa, 2009.
- 2 CHAVES, I. **A construção de conhecimento pela análise reflexiva da práxis.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002.
- 3 PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- 4 SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem escondeu o currículo oculto. In: **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CURSO DE FORMAÇÃO PARA ELABORAÇÃO TEXTUAL E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: RELATO DA EXPERIÊNCIA DA UDESC/CEO

Carine Vendruscolo, Edlamar Kátia Adamy

E-mail: carine.vendruscolo@udesc.br

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Centro de Educação Superior do Oeste (CEO)

INTRODUÇÃO

A produção textual é um processo dialógico que ocorre por meio da escrita. O educador e cientista social brasileiro Paulo Freire supunha que, pronunciando o mundo, os homens o transformam e que, nesse processo, o diálogo se impõe como um requisito existencial e como o caminho pelo qual os homens ganham significação na sua condição humana⁽¹⁾. Nesta direção, propunha a leitura e a palavra escrita como forma de diálogo e expressão da autonomia. Segundo Barros, o texto é concebido “como um tecido de muitas vozes; ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto”^(2:34). Dessa rede de comunicação por meio da linguagem escrita, fazem parte relações ativas, por vezes controversas ou democráticas. A Revisão Sistematizada da Literatura consiste na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. O propósito deste método de pesquisa bibliográfica é obter o profundo entendimento de um determinado fenômeno, baseando-se em estudos anteriores. É necessário seguir padrões de rigor metodológico, clareza na apresentação dos resultados, de forma que o leitor consiga identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão⁽³⁾. Neste contexto, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por meio do Departamento de Enfermagem do Centro de Educação Superior do Oeste (CEO), aposta em estratégias de aprendizagem favoráveis não apenas à reorientação das práticas pedagógicas, mas também à qualificação da pesquisa em saúde, de acordo com as diretrizes curriculares Nacionais (DCN)⁽⁴⁾ para os cursos da área da saúde, as quais propõem a educação organizada em torno de quatro pilares fundamentais: “aprender a conhecer” (adquirir cultura geral ampla e domínio aprofundado de um número reduzido de temas, a partir de educação contínua e permanente), “aprender a fazer” (oferecer oportunidades de desenvolvimento de amplas competências para enfrentar o mundo do trabalho), “aprender a conviver” (cooperar com os sujeitos sociais em diversas atividades humanas) e “aprender a ser” (integra as outras três, criando-se condições que favoreçam ao sujeito ser autônomo)^(5,6). O projeto de ensino apresentado

Carine Vendruscolo, Edlamar Kátia Adamy

teve o propósito de trabalhar a produção textual junto aos estudantes do Curso de Enfermagem da UDESC, com vistas ao aprimoramento das habilidades de escrita e leitura e ao estímulo de práticas de estudo independente, para uma progressiva autonomia intelectual e profissional⁽⁴⁾. Para tanto, foi oferecido um curso de formação em produção textual e revisão bibliográfica de 20 horas/aula, envolvendo estudantes de todas as turmas do referido curso, contando com a participação de professores *experts* nas temáticas.

RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

Dentre os principais debates resgatados pelo Núcleo Docente Estruturantes (NDE) deste Curso, está a busca pela formação de um enfermeiro com habilidades para a pesquisa, para além do cuidado assistencial. Além disso, o Curso de Enfermagem da UDESC tem apoiado iniciativas na introdução de estratégias pedagógicas coerentes com os princípios das DCN Nacionais e de outras políticas e estratégias do Ministério da Educação e da Saúde, as quais visam a consolidação da formação de um profissional de enfermagem preparado para o mercado de trabalho na área da saúde. Contudo, alguns elementos que assegurem o desenvolvimento de certos saberes e competências são necessários, no contexto do processo efetivo de aprendizagem em enfermagem, no âmbito das bases científicas. Neste sentido, considera-se oportuno fortalecer esses aspectos, quais sejam: estímulo à inserção de estudantes e profissionais nos grupos de pesquisa, projetos de extensão, além de uma integração acadêmico-comunidade mais intensa⁽⁷⁾.

OBJETIVOS

Instrumentalizar os estudantes do Curso de graduação de Enfermagem na elaboração textual e pesquisa bibliográfica, com vistas à elaboração e publicação de trabalhos acadêmicos; Aumentar o número de publicações dos estudantes, em parceria com os professores do Departamento de Enfermagem.

METODOLOGIA

As atividades do curso ocorreram entre junho e julho de 2013, nas dependências do Curso de Enfermagem da UDESC e totalizaram 40 horas/aula. Foram oferecidas 30 vagas e todas foram preenchidas. As atividades desenvolvidas seguiram a seguinte organização e temáticas: 1º dia: Busca de dados em base de dados e revisão de literatura sistematizada e não sistematizada; 2º dia: Como elaborar resumos simples, resumo expandido e banner para apresentação em eventos; 3º dia: Revistas científicas/Qualis capes; e 4º e 5º dias: Como elaborar artigos científicos. Os inscritos e palestrantes foram certificados pela Direção de Ensino do CEO.

Carine Vendruscolo, Edlamar Kátia Adamy

RESULTADOS OBTIDOS

Além da ocupação de todas as vagas oferecidas para o curso, os resultados foram evidenciados diante da presença e participação dos acadêmicos em todas as atividades propostas. Observou-se envolvimento significativo de alguns estudantes com as temáticas abordadas, pois procuraram tutorias posteriores com os docentes do Curso de Enfermagem, a fim de elaborar artigos científicos oriundos de revisões sistemáticas da literatura e resultados de pesquisas. Cumpre destacar, ainda, a intensa procura dos estudantes pelos grupos de pesquisa dessa Instituição de Ensino nos últimos meses, mediante esta e outras iniciativas do gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visibilidade do enfermeiro é conquistada pela busca das possibilidades nos diferentes espaços e campos de atuação, no sentido de ampliar e reconhecer o seu campo de intervenção. Assumindo um lugar cada vez mais qualificado, a enfermagem vem se afirmando como uma profissão em crescimento, no contexto das mudanças nos diferentes campos de atuação, na área da saúde. Considera-se que o projeto de ensino desenvolvido com os estudantes de enfermagem contribuiu para a ampliação da visão do Enfermeiro como um profissional que, embora essencialmente, voltado ao cuidado, também deve confirmar-se como cientista, pesquisador.

PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

Diante da intensa lista de espera de estudantes interessados no Curso de Formação para Elaboração Textual e Pesquisa Bibliográfica, já está no planejamento do Curso de Enfermagem uma nova edição para o semestre atual e posteriores.

Palavras-chave: Enfermagem. Competência profissional. Ensino.

Fonte de Financiamento: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Educação Superior do Oeste (CEO)

NOTAS

- 1 FREIRE. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001, 116p.
- 2 BARROS, D. L. P. (1996). Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (orgs.) Diálogos com Bakhtin. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996, p. 21-42.
- 3 COCHRANE. The Cochrane Collaboration. Preparing, maintaining and promoting the accessibility of systematic reviews of the effects of health care interventions. Disponível em: <http://www.cochrane.de/cc/cockrane/cdRS.htm>. Acesso em 21 Jan. 2013.
- 4 BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº1133 de 2001. Diretrizes Curriculares

Carine Vendruscolo, Edlamar Kátia Adamy

Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de 10 de 2001a. Seção 1E, p. 131. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1133.pdf>>. Acesso em: 15 Ago. 2012.

- 5 DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília: CNPq/IBICT/UNESCO, 2010 (*Título original*: Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twentyfirst Century (highlights). Paris: UNESCO, 1996).
- 6 FARIA, J. I. L.; CASAGRANDE, L. D. R. A educação para o século XXI e a formação do docente reflexivo na enfermagem. Rev Latino-am Enfermagem. Ribeirão Preto, v.12, n. 5, p. 821-27, set/out, 2004.
- 7 ERDMANN, A. L.; BACKES, D. S. Formación de emprendedor en el oficio de enfermera: Promover capacidades y aptitudes políticas sociales. Enfermería Global, v. 5, n.16, p. 32-43, 2008.

PROJETO DE MONITORIA EM QUÍMICA ANALÍTICA

Alexandre T. Paulino, Gabriela C. Gusatto

Email: alexandre.paulino@udesc.br
Universidade do Estado de Santa Catarina
Departamento de Engenharia de Alimentos
Pinhalzinho, SC – Brasil

INTRODUÇÃO

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina possui em toda a sua extensão programas destinados a garantir a qualidade do ensino de seus acadêmicos. O curso de Engenharia de Alimentos, situado no Centro de Educação Superior do Oeste na cidade de Pinhalzinho, Santa Catarina, foca as atividades de ensino em disciplinas que possuem um alto índice de reprovações e, em disciplinas em que o docente necessita de auxílio para preparo das aulas experimentais. Atualmente, ingressantes em cursos de Engenharia geralmente têm dificuldades nas fases iniciais pelo fato de que eles necessitam formar uma base teórica para compreender disciplinas mais específicas que serão ministradas posteriormente. Disciplinas tais como cálculo, física e química, as quais estão inseridas no projeto político pedagógico do curso, necessitam de maior atenção por parte dos docentes, como exemplo, as disciplinas de Química Analítica Qualitativa e Química Analítica Quantitativa, ministradas nas 3ª e 4ª fases do curso, respectivamente. Essas disciplinas são duas das quais os acadêmicos encontram maiores dificuldades em interpretar os primeiros conceitos apresentados, pelo fato destas aprofundarem conhecimentos de Química Geral e de Química Básica provenientes do ensino médio, e que muitas vezes, o discente acaba não possuindo. Além disso, os conceitos aplicados em química analítica são pré-requisitos para disciplinas específicas da Engenharia de Alimentos, onde o acadêmico aplica os conhecimentos até então adquiridos. Dessa forma, programas de monitoria são aplicados devido ao elevado grau de complexidade no contexto do curso, e que possuem um grande número de alunos matriculados, intercalando aulas teóricas e/ou práticas em laboratório visando estabelecer uma relação mais efetiva entre teoria e prática e privilegiando a formação fundamental, no que diz respeito à essência da formação de cada curso e, a formação profissional e prática [1]. A atividade de monitoria exige que o monitor tenha interesse pelo processo de ensino aprendido e pelo material trabalhado, disponibilidade de tempo para os encontros semanais com professor e os acadêmicos, iniciativa no processo de ensino-aprendizagem tanto para preparação de aulas quanto a atuação em sala de aula, responsabilidade

Alexandre T. Paulino, Gabriela C. Gusatto

com o que será requisitado do monitor pelo professor orientador e pelo grupo monitorado e além de tudo, possuir senso crítico e propor questões pertinentes à experiência de monitoria [2].

OBJETIVOS

O Projeto de Monitoria em Química Analítica Qualitativa e Quantitativa, orientadas pelo professor Dr. Alexandre T. Paulino, cujo ministra ambas as disciplinas, tem como intuito auxiliar os acadêmicos, orientando-os na solução de problemas encontrados durante o decorrer do semestre. O aluno monitor, supervisionado pelo professor orientador, realiza, dentro de suas atribuições e capacidades, atividades relacionadas com o ensino, objetivando facilitar e estimular o corpo discente a realizar as atividades ligadas à ordem didática de ensino, pesquisa e extensão. Além de atuar junto ao orientador como membro ativo na construção e divulgação do conhecimento. O programa irá oferecer ao monitor a possibilidade de enriquecer o seu currículo e efetivar a idéia de flexibilidade curricular.

METODOLOGIA

Esse trabalho aprofunda conhecimentos nas áreas propostas pela ementa mantendo uma relação entre professor e aluno, procurando sempre a melhor adequação entre a execução dos programas e o desenvolvimento natural da aprendizagem. O monitor tem 12 (doze) horas semanais à disposição dos acadêmicos e do professor para qualquer eventual atividade que venha ser desenvolvida, sendo que, 1/3 (um terço) do tempo é dedicado ao preparo de aulas práticas, e o tempo restante o monitor fica a disposição dos acadêmicos para esclarecimentos teóricos e práticos das disciplinas. Nas aulas da monitoria, além da resolução de problemas trazidos pelo monitor, as questões trabalhadas no decorrer da semana durante as aulas do professor orientador também são discutidas. O monitor busca tirar as principais dúvidas trazidas pelos alunos, e as de maior frequência são levadas até o professor, para que ele possa trabalhar da melhor forma e com maior clareza sobre elas. A ementa de Química Analítica Qualitativa abrange conteúdos de introdução ao equilíbrio químico, reações de ácido-base, reações de precipitação, reações de complexação, reações de óxido/redução, análise qualitativa de cátions e análise qualitativa de ânions. Aulas experimentais como preparo de soluções tampão, análise por via seca em chama, processos de separação de misturas, análise sistemática de cátions e ânions, estado de oxidação do manganês são alguns dos conteúdos experimentais abordados. Já a disciplina de Química Analítica Quantitativa trata dos assuntos anteriores, porém trabalhando com medidas em que se possam tratar os dados de forma estatística, e com maior precisão, abrangendo então, a análise gravimétrica, titulação ácido-base, titulação de precipitação, titulação de complexação e titulação de óxido-redução [3]. Os conteúdos da Química Analítica Quantitativa experimental abordam aspectos práticos de volumetria e gravimetria. Visando buscar sempre a melhor maneira de transmitir o conhecimento do monitor, a monitoria também tem como objetivo auxiliar em tarefas pedagógicas e científicas, inclusive na preparação de aulas práticas e trabalhos didáticos. As disciplinas por serem do caráter teórico-prático, o docente acaba necessitando

Alexandre T. Paulino, Gabriela C. Gusatto

de auxílio para preparar as aulas práticas, preparo dos materiais, reagentes e soluções. As aulas práticas também são testadas previamente, para garantir que todos os materiais necessários para realização dos procedimentos estejam presentes, zelando sempre pela organização do laboratório. Tudo para que o acadêmico que esteja cursando a disciplina tenha maior aproveitamento do seu tempo em laboratório. O monitor busca transmitir a importância da Química Analítica para o curso em questão, usando metodologias próprias, auxiliando na formação de uma análise crítica pelos acadêmicos.

RESULTADOS

A visão estrategista na resolução de problemas que o monitor deve possuir em muitos casos é uma fundamental ferramenta para uma ajuda dita eficaz [4]. Ao final das disciplinas, o acadêmico deve possuir o total domínio sobre os métodos aplicados e a forma de como agir perante as análises que necessitam extrema exatidão. A experiência de ser monitor propicia ao acadêmico a oportunidade de desenvolver habilidades referentes à carreira docente, especialmente na função de ensino. O monitor acaba se tornando apto a trabalhar na transmissão de todo o seu conhecimento. Já em relação ao desempenho dos acadêmicos nas disciplinas, houve uma crescente melhora no aproveitamento dos mesmos, tanto em relação à compreensão da parte teórica do conteúdo, quanto ao aproveitamento das aulas práticas. E no aspecto de reprovações, houve uma redução nesse índice, considerada até então, um fator preocupante. Porém a procura pela monitoria não é uma prática habitual dos acadêmicos, sendo necessário um maior aproveitamento do programa pelos mesmos.

CONCLUSÕES

A monitoria é uma atividade que coloca o aluno em interação com atividades didáticas. A rotina do ensino, o preparo de aulas bem como o treinamento da postura frente as mais diversas situações encontradas na docência, serve como base sólida para aqueles que desejam seguir a carreira acadêmica, desenvolvendo, ao final do programa, habilidades e competências dessa área. O alto grau de dificuldade do curso de Engenharia de Alimentos justifica, também, a grande necessidade de possuir monitores. O conhecimento adquirido dará bases a posteriores disciplinas específicas da área, garantindo que o acadêmico possa compreender a função de tais conhecimentos e aplicando-os futuramente. O programa de monitoria vem auxiliando também na redução dos índices de evasão escolar. Dessa forma, o programa, pode ser bastante proveitoso a fim de garantir a melhoria do ensino de graduação.

Palavras-chave: Monitoria. Química Analítica. Ensino.

Fontes de financiamento: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA UNIVILLE

Marly Krüger de Pesce, Mirian Gonçalves Morales,
Roy Ristow Wippel Schulenburg, Silvana de Borba

E-mail: marly.kruger@univille.br
Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

INTRODUÇÃO

A formação do professor é uma tarefa complexa e importante que deve ser pensada com base em princípios que consideram a concepção do que é ser professor. A docência pressupõe a disponibilidade em ensinar o outro e a si mesmo a aprender. É acreditar no devir humano e na possibilidade de transformação, a partir de uma atividade profissional que se realiza, mediada pela linguagem, na interação entre os sujeitos envolvidos no processo. A maioria dos professores que atua no ensino superior já é profissional de outras áreas do conhecimento que passa a exercer também a profissão de professor. Todavia, a docência precisa ser entendida como uma profissão que exige conhecimentos específicos como qualquer outro tipo de atividade. Para Schulman¹ (1987), além do conhecimento do conteúdo específico, o professor precisa ter conhecimento dos conteúdos pedagógicos e conhecimento pedagógico. O conhecimento do professor sobre o conteúdo das disciplinas repousa na literatura das áreas específicas, no conhecimento filosófico e histórico sobre a natureza desses campos. O conhecimento pedagógico refere-se à capacidade que o professor tem de transformar o conteúdo de forma que o estudante possa apreendê-lo. O conhecimento do conteúdo pedagógico é de especial interesse porque identifica as partes distintas do conhecimento para o ensino e a aprendizagem. Além desses conhecimentos, Nóvoa² (1992) menciona que o professor deve ter capacidade de comunicação e de relacionamento. O conhecimento relacional é fundamental para que a aprendizagem possa acontecer de forma eficaz. A formação continuada, no caso dos professores do ensino superior, representa a possibilidade de profissionalização com vistas a aprender a ser professor. A formação do professor tem sido uma das estratégias adotadas pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE com objetivo de qualificar o trabalho docente e profissionalizar a atividade docente. Em 2002, a Instituição incentivou um grupo de professores a desenvolver estudos relacionados aos conteúdos e conhecimentos pedagógicos, em sequência, criou o Centro de Apoio Pedagógico, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino responsável por promover a formação pedagógica dos professores. Em 2009, é institucionalizado o Programa

Marly Krüger de Pesce, Mirian Gonçalves Morales, Roy Ristow Wippel Schulenburg, Silvana de Borba

de Profissionalização Docente - PPD, promovido pelo Centro agora denominado como Centro de Inovação Pedagógica - CIP. Este Programa, normatizado pela Resolução nº 09/09 do Conselho Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE, tem como missão “promover a contínua atualização didático-pedagógica dos professores a partir de estudos, de reflexão e de pesquisa da prática pedagógica, buscando a construção da identidade docente e a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem na UNIVILLE”. No mesmo ano, é aprovada a Resolução nº. 16/09, que institui a obrigatoriedade para os professores de participar anualmente das atividades oferecidas pelo Programa de Profissionalização Docente Intensiva, cumprindo uma carga horária mínima equivalente às horas-aula semanais que mantinha na docência no ano letivo anterior. É possível também ao professor convalidar as horas participando de atividades de atualização didático-pedagógicas promovidas pelos Departamentos ou realizadas por outra instituição.

OBJETIVOS

Esta comunicação tem como objetivos apresentar o número de participação dos professores no Programa de Profissionalização Docente nos últimos cinco anos e discutir o significado dessa participação.

METODOLOGIA

O Programa de Profissionalização Docente é desenvolvido por meio de duas principais ações: a Profissionalização Docente Intensiva-PDI e a Profissionalização Docente Continuada-PDC. A primeira ocorre em fevereiro e julho por meio de palestras e de oficinas. A segunda é oferecida durante o ano e consta de 80 horas, sendo 10 encontros presenciais (4 horas cada) e 10 atividades semipresenciais (valendo 4 horas cada). A Profissionalização Docente Continuada é dividida em dois ciclos: o primeiro para (os professores ingressantes e o segundo avançado. Os temas abordados no primeiro ciclo são: 1. Ambientação e diretrizes Institucionais, 2. Planejamento de ensino aprendizagem; 3. Uso das tecnologias de informação e comunicação, 4. Avaliação da aprendizagem, 5. Relação professor aluno. Os mesmos temas são abordados nas atividades semipresenciais, sendo disponibilizados outros textos que servem de base para desenvolver as atividades propostas em cada encontro. No ciclo avançado, são propostos estudos sobre novas abordagens metodológicas ou temas oriundos das demandas dos colegiados dos cursos ou de diretrizes oficiais. Os dados aqui analisados foram obtidos nas listas de presença dos professores participantes dos eventos oferecidos no Programa de Profissionalização Docente nos anos de 2008 a 2011.

RESULTADOS OBTIDOS

O número de professores do ensino superior tem sido em média de 540 nos últimos cinco anos. A participação desses profissionais na Profissionalização Docente Continuada, em 2008, foi de 3,14% e na Intensiva de 12,96%. Em 2009, participaram 37,22% na Profissionalização Docente Continuada

Marly Krüger de Pesce, Mirian Gonçalves Morales, Roy Ristow Wippel Schulenburg, Silvana de Borba

e 54,07% na Profissionalização Docente Intensiva. Esse aumento pode ser atribuído à necessidade de cumprir a Resolução nº. 16/09, devendo ser considerado que os professores participam de apenas algumas das atividades propostas na Profissionalização Docente Continuada. Nos próximos três anos, percebe-se uma variação no número de participantes nos dois tipos de Profissionalização (Continuada e Intensiva). Em 2010, 15,5% dos professores participaram da Continuada, a diminuição se deve ao fato de um número maior ter participado da Profissionalização Docente Intensiva, sendo 37,03% de professores. Porém, em 2011, 27,2% professores participaram da Continuada e 18,33% da Intensiva. Já em 2012, a Continuada diminui com 11,11% de participantes e a Intensiva aumenta para 29,6%. Os dados demonstram que os professores buscam cumprir as horas, independente do tipo de profissionalização, pois a Resolução nº. 16/09 indica a Profissionalização Docente Intensiva como sendo a preferencial, mas também garante a convalidação das horas se o professor participar de atividades da Profissionalização Docente Continuada. A fim de qualificar a participação dos professores, em 2012, se estabeleceu uma nova dinâmica, incentivando a participação na formação, especialmente em fevereiro, por meio da oferta de um maior número de oficinas com temas diversificados, além de estimular a submissão de propostas de oficinas ou palestras pelos Departamentos. Para a profissionalização Docente Continuada, optou-se por desenvolver os temas básicos no 1º semestre (40 horas) para a formação dos novos contratados e no 2º semestre (40 horas) para temas sugeridos por professores ou de demanda institucional. Pelo seu pouco tempo de efetivação, ainda é necessário que essa proposta seja acompanhada e avaliada para ver sua efetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de professores participantes na Profissionalização aumentou após a publicação da Resolução nº. 16/09, garantindo um momento de estudo e discussão aos professores sobre as questões da educação. Os resultados apresentados acima são baseados em indicadores quantitativos. É preciso qualificar os dados, considerando outros indicadores como a avaliação de desempenho docente e sua progressão na carreira. Também há uma preocupação em avançar na proposta das atividades do Programa de Profissionalização Docente, especialmente no que se refere à Profissionalização Docente Continuada, com objetivo de levar o professor a desenvolver uma atitude investigativa da prática pedagógica. Para Nóvoa (1992), o objetivo da formação continuada deve almejar a transformação da prática do professor com vistas a melhorar o ensino, sendo necessário adotar em um modelo de formação de professor que vá além daquele que se fundamenta em uma abordagem transmissiva. É preciso buscar uma proposta de formação docente que possibilite o desenvolvimento profissional, a construção e reforma curricular e a mudança social. Neste sentido, a UNIVILLE respondendo a missão do Programa de Profissionalização Docente, está delineando um novo passo para a formação docente fundamentada na reflexão e na investigação da prática docente. Para a fase avançada, do segundo semestre de 2013, está se propondo uma atividade investigativa por parte dos professores participantes, que possibilite uma reflexão teórica e sistemática, capaz de promover a dimensão formadora da prática. Nessa perspectiva, os professores

Marly Krüger de Pesce, Mirian Gonçalves Morales, Roy Ristow Wippel Schulenburg, Silvana de Borba

desenvolverão, em dupla, uma proposta investigativa tendo como tema uma estratégia pedagógica ou um procedimento pedagógico que será aplicado em suas aulas. A aplicação da proposta deverá ser registrada, utilizando gravação, filmagem ou diário de bordo elaborado tanto pelo colega como pelo próprio professor. O registro da proposta servirá de elemento para análise à luz da teoria da proposta. O desenvolvimento da proposta será acompanhado por professores do Centro de Inovação Pedagógica por meio de atividades a serem desenvolvidas online. Com objetivo de compartilhar e discutir com os demais colegas inscritos na Profissionalização, as duplas irão relatar os resultados obtidos. Nessa etapa, a formação continuada pretende ser o lugar onde experiências são confrontadas e partilhadas, pois se entende que o professor aprende a ser professor com o outro e que a reflexão coletiva ajuda o professor a entender porque ensina da forma que ensina, dando condições para que possa ressignificar sua prática. Portanto, a formação continuada de professores precisa avançar em direção a uma proposta desafiadora que envolva o professor nas escolhas que faz para que possa refletir sobre sua prática e transformá-la, na direção da construção de sua autonomia e da sua profissionalização, constituindo sua identidade profissional docente.

Palavras-chave: Formação docente. Profissionalização. Participação.

NOTAS

- 1 SCHULMAN, L. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. *Harvard Educational Review*, vol.57 n.1, Boston/USA, 1987, pp. 1-22.
- 2 NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. Nóvoa, A. (org.) *Os Professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.



PESQUISA PÔSTER

IV FÓRUM INTEGRADO DE

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA ACAFE

SUMÁRIO

| PESQUISA - PÔSTER |

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL BIOQUÍMICO EM SORO E LÍQUOR DE RATOS JOVENS SUBMETIDOS A UM MODELO ANIMAL DE DEFICIÊNCIA DE MCAD

Hugo Galvane Zapelini, Luana Matias Pereira, Máiris Scarabelot Biella, Samara Felini Bristot, Emílio Luiz Streck, Gustavo da Costa Ferreira, Carolina Maso Viegas, Patrícia Fernanda Schuck

ASPECTOS TECNOLÓGICOS E DE SEGURANÇA DE ALIMENTOS EM UNIDADE PROCESSADORA DE PROTEÍNA DERIVADA DA SOJA TEXTURIZADA PARA ALIMENTAÇÃO HUMANA

Jaqueline Masson, Jane Mary Lafayette Neves Gelinski

IMPACTO DO DIABETES MELLITUS GESTACIONAL SOBRE A MASSA PLACENTÁRIA

Cleiton Jonei Reginatto, Maria Cristina Mazzetti Subtil, Eduardo Mazzetti Subtil, Vinicius Mazzetti Subtil, Edson Hollas Subtil, Lizandra Vieira, Marcio Petenusso

A IDEIA DO CRITÉRIO ÉTICO EM CONTRAPONTO COM A CRISE DO POSITIVISMO JURÍDICO

Jéssica Lopes Ferreira Bertotti, Josemar Sidinei Soares.

A IMPORTÂNCIA DOS CUSTOS NA EXPECTATIVA DE RETORNO E RISCO DA CADEIA LEITEIRA DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Kátia Taucher, Luciano Bendlin

CARACTERIZAÇÃO BOTÂNICA E NUTRICIONAL DE *Lactarius deliciosus* ASSOCIADA À *Pinus taeda* EM CAÇADOR/SC

Marithsa Maiara Marchetti, Cassio Geremia Freire, Leyza Paloschi de Oliveira, Roger Ferreira de Campos, Camila Caterin Perondi, Talize Foppa, Claudriana Locatelli

PRODUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ESPUMAS VÍTREAS A PARTIR DE RESÍDUO DE LAPIDAÇÃO DE VIDRO

Karina Donadel, Luiz Carlos Antonello Salvallaggio, Graziela Guzi de Moraes, Antonio Pedro Novaes de Oliveira

ABSORÇÃO DE GASES DE COMBUSTÃO DE DIESEL EM ÁGUA UTILIZANDO COLUNA DE LEITO FIXO

Cleiton Vaz, Tamiris Schroeder, Tiago Arcelo Larsen, Lucas Roberto Jantsch, Theodoro Marcel Wagner, Gean Cardoso de Medeiros, Therezinha Maria Novais de Oliveira, Sandra Helena Westrupp Medeiros, João Luis Lussolli, Luciano André Deitos Koslowski

UM ESTUDO SOBRE AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE ESPÉCIES DE ATOS INFRACIONAIS
E ESPÉCIES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Viviane Bastos, Danielle Maria Espezim dos Santos

ASPECTOS PSICOFISIOLÓGICOS DA DIABETES TIPO 1: ESTUDO MULTIDISCIPLINAR

Luis O. Matsuda, Taíse Girardi, Alexandre R. Oliveira, Josie Budag Matsuda

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO OESTE CATARINENSE: APORTE
PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dunia Comerlatto, Jéssica Mai, Luiz Victor Pittella Siqueira

OS RISCOS OCUPACIONAIS NO OLHAR DOS TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM
DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Lucimare Ferraz, Letícia L. Trindade, Ivete M. Krauzer, Olvani M. da Silva, Marciane Kessler

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL BIOQUÍMICO EM SORO E LÍQUOR DE RATOS JOVENS SUBMETIDOS A UM MODELO ANIMAL DE DEFICIÊNCIA DE MCAD

Hugo Galvane Zapelini*, Luana Matias Pereira, Maíris Scarabelot Biella, Samara Felini Bristot, Emílio Luiz Streck, Gustavo da Costa Ferreira, Carolina Maso Viegas, Patrícia Fernanda Schuck

*Graduando de Biomedicina, Laboratório de Erros Inatos do Metabolismo – LEIM, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
E-mail: hugogalvanezapelini@gmail.com

RESUMO

A deficiência da desidrogenase de acil-CoA de cadeia média (MCAD) é o mais frequente defeito de beta-oxidação de ácidos graxos. Indivíduos afetados apresentam hipoglicemia e acúmulo de ácidos graxos de cadeia média, sendo os principais os ácidos octanóico (AO) e decanóico (AD). No presente estudo avaliamos o efeito in vivo de AO e AD sobre alguns parâmetros bioquímicos. Ratos Wistar machos de 30 dias de vida foram divididos em três grupos (controle, AO e AD). Os animais receberam uma administração de salina, AO (5 $\mu\text{mol/g}$) ou AD (5 $\mu\text{mol/g}$) e foram mortos 12 ou 24 horas após a administração. Foram realizadas as determinações dos níveis de glicose, proteínas totais e albumina em soro e líquido dos animais. Observamos que a administração dos ácidos aumentou os níveis de glicose no líquido e diminuiu no soro, após 24 horas. Avaliamos também os níveis de albumina e proteína totais e observamos que os ácidos não alteraram tais níveis. Tais resultados sugerem que a hipoglicemia apresentada neste modelo animal mimetiza os achados laboratoriais encontrados nos pacientes afetados por esta doença, indicando que este modelo pode auxiliar na compreensão da fisiopatologia da deficiência de MCAD.

Palavras-chave: Líquor. Hipoglicemia. MCAD. Soro.

INTRODUÇÃO

A deficiência da desidrogenase de acil-CoA de cadeia média (MCAD) é um distúrbio metabólico de herança autossômica recessiva, sendo o mais frequente dos defeitos de beta-oxidação, com prevalência de 1:10.000-15.000 nascidos vivos (GHISLA, 2004). Indivíduos com a deficiência de MCAD não possuem a capacidade de oxidar ácidos graxos de cadeia média, ocasionando o acúmulo destes e de seus derivados no sangue e em outros tecidos, bem como na urina dos pacientes (ROE & DING, 2001).

Os pacientes afetados pela deficiência de MCAD apresentam sinais e sintomas, como episódios de vômitos, hepatomegalia, hiperamonemia, letargia, apneia e coma, podendo levar à morte súbita (GROSSE et al., 2006). Também podem apresentar cronicamente atraso no desenvolvimento psicomotor, rabdomiólise, paralisia cerebral, retardo no crescimento, problemas comportamentais e dificuldade de atenção (ROE & DING, 2001). Os indivíduos com este erro inato do metabolismo

Hugo Galvane Zapelini, Luana Matias Pereira, Maíris Scarabelot Biella, Samara Felini Bristot, Emílio Luiz Streck, Gustavo da Costa Ferreira, Carolina Maso Viegas, Patrícia Fernanda Schuck

normalmente começam a desenvolver sintomas na infância, entre dois meses e dois anos de idade, embora o início dos sintomas possa ocorrer ao longo da vida adulta. Os principais metabólitos acumulados são os ácidos graxos de cadeia média, octanóico (AO) e decanóico (AD), que caracterizam bioquimicamente a deficiência de MCAD.

A síntese diminuída de corpos cetônicos durante o jejum é uma característica da deficiência de MCAD, fazendo com que aumente a importância da glicose sanguínea como fonte de energia celular, ocasionando hipoglicemia nos pacientes.

Considerando que os mecanismos fisiopatológicos dos danos teciduais apresentados por pacientes acometidos pela deficiência de MCAD ainda não estão bem estabelecidos, o objetivo deste estudo foi determinar os níveis de glicose, proteínas totais e albumina em líquor e soro de ratos jovens submetidos a um modelo *in vivo* que mimetiza os níveis de AO e AD, através de uma única injeção subcutânea desses ácidos graxos, para assim avaliar o *status* bioquímico desses animais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados 36 ratos Wistar machos de 30 dias de vida fornecidos pelo Biotério da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Os animais foram submetidos a uma única injeção de AO (5 $\mu\text{mol/g}$) ou AD (5 $\mu\text{mol/g}$) ou solução salina (NaCl: 0,9 %) (grupo controle). Doze ou vinte quatro horas após a administração dos ácidos, os animais foram mortos e o sangue foi coletado e centrifugado para a obtenção do soro. O líquor foi obtido por meio de punção na cisterna com uma agulha número 23G. O líquor e o soro foram armazenados em freezer a -70°C até o momento das determinações bioquímicas.

Avaliaram-se os níveis de glicose, proteínas totais e albumina no soro e no líquor dos animais que foram submetidos ao modelo *in vivo*. O líquor e o soro coletados foram avaliados de acordo com o protocolo experimental fornecidos pelos kits comerciais produzidos pelas empresas Labtest® e Analisa®.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram avaliados os níveis de glicose no soro e no líquor dos animais submetidos ao modelo de MCAD através da injeção de AO ou AD. Os níveis de glicose no líquor 12 horas após a administração dos ácidos graxos não tiveram diferença significativa quando comparado com os valores do grupo controle. Entretanto, os níveis de glicose no líquor 24 horas após a administração dos ácidos graxos apresentaram-se aumentados de forma significativa nos grupos AO e AD, quando comparados ao grupo controle. Por outro lado, houve uma diminuição significativa nos níveis séricos de glicose apenas 24 h após a administração dos ácidos graxos, quando comparado ao grupo controle. Entretanto, não foi observada nenhuma alteração significativa 12 h após a administração dos ácidos (Figura 1).

Hugo Galvane Zapelini, Luana Matias Pereira, Maíris Scarabelot Biella, Samara Felini Bristot, Emílio Luiz Streck, Gustavo da Costa Ferreira, Carolina Maso Viegas, Patrícia Fernanda Schuck

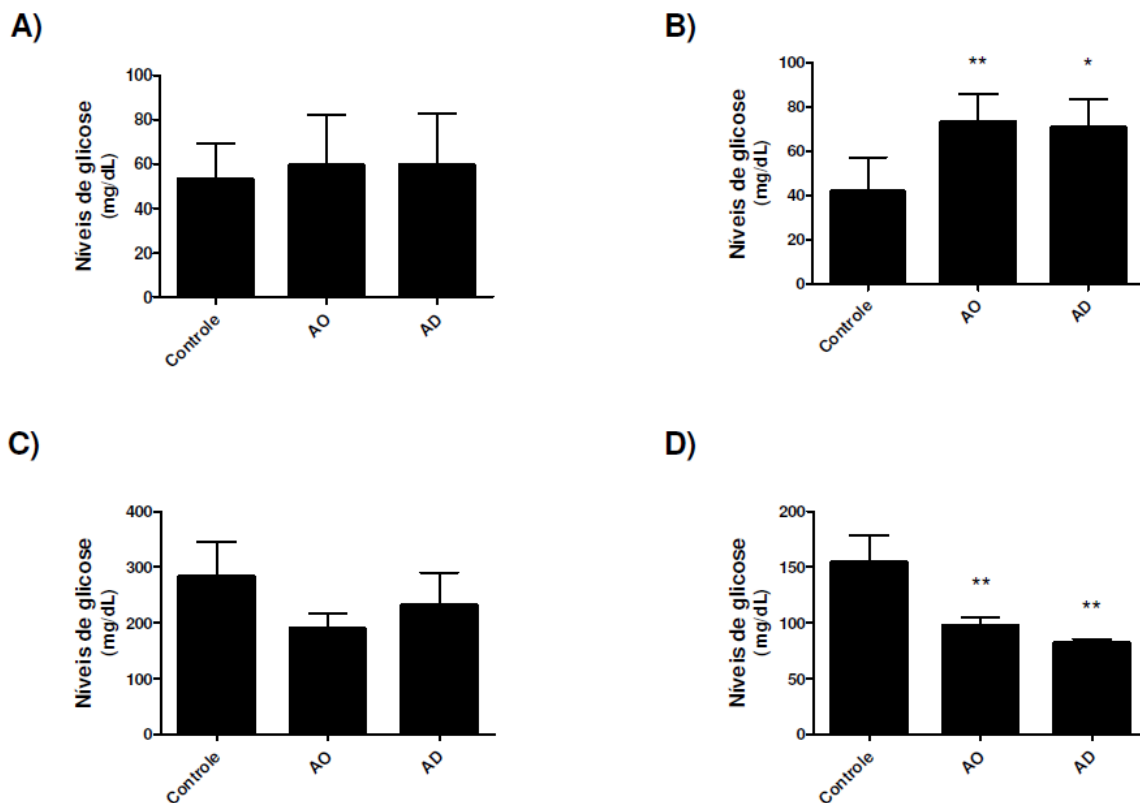


Figura 1. Efeitos *in vivo* do acúmulo do ácido octanóico (AO) e do ácido decanóico (AD) sobre os níveis de glicose no líquor (A e B) e soro (C e D), 12 h (A e C) ou 24 h (B e D) após a administração dos ácidos graxos em ratos jovens. Os valores representam média \pm desvio padrão para quatro a seis experimentos independentes realizados em duplicata e estão expressos em mg/dL. ANOVA de uma via seguida do teste de Duncan, * $P < 0,05$; ** $P < 0,01$ em comparação com o grupo controle.

Em relação aos níveis de albumina e proteínas totais não houve diferença significativa entre os grupos, respectivamente, em líquor e soro dos animais, tanto 12 h quanto 24 h após a administração de AO e AD.

Alguns estudos demonstraram efeitos tóxicos dos AO, AD e AcD os principais ácidos graxos acumulados na deficiência de MCAD (ROE & DING, 2001). Foi verificado que a administração *in vivo* de AO e AD altera o transporte de ácidos orgânicos no plexo coróide, levando a um prejuízo na depuração deste ácido graxo e de outros compostos (KIM et al., 1984). Acredita-se que este efeito contribua para o acúmulo de ácidos graxos de cadeia média no cérebro e no líquido céfalo-raquidiano de pacientes afetados pela deficiência de MCAD.

Nosso principal achado foi uma diminuição significativa dos níveis séricos de glicose e ainda um aumento nos níveis de glicose no líquor dos animais submetidos ao modelo de deficiência de MCAD. A beta-oxidação mitocondrial de ácidos graxos é a principal fonte de energia para a síntese de ATP em períodos de jejum. Este processo gera acetil-coenzima A (CoA) e energia na forma de ATP. A rota de oxidação dos ácidos graxos é complexa e inclui muitos passos: captação celular de ácidos graxos, ativação desses mesmos ácidos graxos a ésteres acil-CoA, trans-esterificação

Hugo Galvane Zapelini, Luana Matias Pereira, Maíris Scarabelot Biella, Samara Felini Bristot, Emílio Luiz Streck, Gustavo da Costa Ferreira, Carolina Maso Viegas, Patrícia Fernanda Schuck

a acilcarnitinas, translocação através da membrana mitocondrial, re-esterificação a acil- CoA, e a espiral da beta-oxidação intramitocondrial, que fornece elétrons para flavoproteínas transferidoras de elétrons e acetil-CoA. Cada etapa da espiral de oxidação é catalisada por enzimas específicas para o comprimento da cadeia carbônica do ácido graxo (SMITH et al, 2005). A síntese diminuída de corpos cetônicos durante o jejum é uma característica da deficiência de MCAD, fazendo com que aumente a importância da glicose sanguínea como fonte de energia celular, ocasionando hipoglicemia nos pacientes.

Por outro lado, os níveis de glicose no líquido mostraram-se significativamente aumentados o que reflete a quantidade de glicose que chega às células cerebrais. Este achado não parece estar bem esclarecido, uma hipótese que pode ser levantada é que algum mecanismo pode estar inibindo a passagem de informações para o cérebro quanto à falta de glicose na corrente sanguínea. Uma avaliação da barreira hemato-encefálica neste modelo poderia ser de grande importância para melhor esclarecer os resultados encontrados, e ainda avaliar se ocorre alguma alteração na expressão e/ou afinidade e/ou atividade dos transportadores de glicose.

CONCLUSÃO

As alterações observadas neste trabalho mimetizam um dos principais achados bioquímicos presente na deficiência de MCAD, a hipoglicemia. Portanto este modelo quimicamente induzido desta desordem, através da administração de AO e AD, pode ser de grande utilidade para melhor compreender os mecanismos fisiopatológicos que levam aos achados clínicos característicos dos pacientes afetados pela deficiência de MCAD.

REFERÊNCIAS

- GHISLA, S. Beta-oxidation of fatty acids. A century of discovery. **Eur J Biochem.** v.271, p. 459-461, 2004.
- ERNA, R.B.; CORNEJO, V.E. Defectos de la oxidación de ácidos grasos como causa de hipoglucemia no cetósica em el niño. **Revista Chil Nutr.** v.34, n. 1, 2007.
- KIM, C. S. et al. L-carnitine: therapeutic strategy for metabolic encephalopathy. **Brain Res.** v.310, p.149-153, 1984.
- ONKENHOUT, W et al. Identification and quantification of intermediates of unsaturated fatty acid metabolism in plasma of patients with fatty acid oxidation disorders. **Clin Chem.** v. 41, p. 1467–1474, 1995.
- ROE, C. R.; DING, J. Mitochondrial fatty acid oxidation disorders. In: The Metabolic and Molecular Bases of Inherited Disease. **New York: McGraw-Hill.** p.1909-1963, 2001.
- SMITH, C.M. et al. Marks' Basic Medical Biochemistry: A Clinical Approach. **Baltimore: Lippincott Williams & Wilkins.** 2. ed, 2005.

ASPECTOS TECNOLÓGICOS E DE SEGURANÇA DE ALIMENTOS EM UNIDADE PROCESSADORA DE PROTEÍNA DERIVADA DA SOJA TEXTURIZADA PARA ALIMENTAÇÃO HUMANA

Jaqueline Masson, Jane Mary Lafayette Neves Gelinski

Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: jaqueline_masson@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A soja é uma leguminosa de interesse econômico e de importante significado na alimentação humana, pois apresenta propriedades nutricionais e funcionais complexas. A proteína de soja é resultado da extrusão termoplástica da farinha desengordurada, proveniente da extração do óleo de soja. Na extrusão, a farinha é submetida a altas temperaturas, pressão e atrito, produzindo um alimento texturizado, com aparência semelhante a um tecido muscular.

OBJETIVO

Identificar e avaliar todo o processo relacionado à produção de proteínas “texturizada” de soja-PTS, com base também em dados do segmento de PTS e do segmento produtor de soja.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizou-se como modelo de estudo uma Unidade Industrial de proteína de soja, localizada no meio oeste de Santa Catarina, cuja ação recente tem sido a implantação de uma fábrica de proteína “texturizada” de soja-PTS, para a alimentação humana. Trata-se de um estudo teórico com aplicação prática, na perspectiva de identificar sua estrutura atual e estágio de desenvolvimento.

RESULTADOS

A PTS é atualmente utilizada na produção de alimentos como salsichas, linguiças, empanados, entre outros. Inicialmente verificou-se que para formação da PTS a seleção de matérias-primas de boa procedência e de qualidade é essencial na definição das características do produto final, sendo que a capacidade de alterar as condições de processamento e formulação, mantendo-se os padrões

Jaqueline Masson, Jane Mary Lafayette Neves Gelinski

de qualidade e custos operacionais baixos é um desafio para cada processo. Na Unidade Industrial avaliada, a PTS tem basicamente as seguintes matérias-primas para a sua produção: a) Farelo de soja, produzido por variedade de soja convencional, sendo que o processo mantém, em geral, intactas as proteínas, bem como o comportamento funcional delas decorrentes; b) Pele de frango, esta é oriunda da desossa de frangos de corte e é rica em lipídios; c) Ácido sórbico, aditivo utilizado na concentração máxima de 0,02 g/100g. Com relação às etapas do processo produtivo tem-se: a) Recepção da matérias-primas-MP; b) Cozimento de MP; c) Preparo e embalagem da MP. Uma determinada etapa do processo pode ser considerada PCC quando o perigo pode ser eliminado. No processo analisado na Etapa b, PCC biológico, a cocção eficiente e controlada permite destruir os microrganismos patogênicos, sendo assim um PCC biológico, já a Etapa c é considerado um PC Físico, nela monitora-se a presença/ausência de metais.

CONCLUSÃO

A análise de todo o processo realizado na Unidade Industrial tida como modelo de estudo permitiu verificar que a Unidade reúne as características necessárias para o pleno desenvolvimento do processo como um todo, no entanto, variáveis específicas indicam a necessidade de substituição de equipamentos por sistemas mais automatizados que permitam aprimorar a fábrica no sentido de redução do custo do produto, gerando oportunidades econômicas, maior eficiência e sustentabilidade.

Palavras-chave: Texturização. Soja. Extrusão. Pontos críticos.

Fonte financiadora: Governo do Estado de Santa Catarina, Art. 170.

IMPACTO DO DIABETES MELLITUS GESTACIONAL SOBRE A MASSA PLACENTÁRIA

Cleiton Jonei Reginatto¹, Maria Cristina Mazzetti Subtil, Eduardo Mazzetti Subtil, Vinicius Mazzetti Subtil, Edson Hollas Subtil, Lizandra Vieira, Marcio Petenusso

¹ Acadêmico de Medicina da UNIPLAC
E-mail: kleytonjr@gmail.com

INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus gestacional (DMG) é uma alteração patológica do metabolismo energético materno caracterizada por hiperglicemia, geralmente, pós-prandial a partir da 24^a-28^a semana de gestação.^{1,2,3} Esta doença tem prevalência variável no mundo, podendo chegar até 17,8% das gestações, dependendo dos métodos diagnósticos empregados.⁴ No Brasil, sua prevalência varia de 2,4% a 7,2% das gestações.^{5,6} Acredita-se que o principal fator desencadeador desta doença seja o hormônio lactogênio placentário humano (HPL), hormônio este, que visa disponibilizar maior aporte energético ao concepto a partir da segunda metade da gestação.^{7,8} Quando a função pancreática materna não é capaz de produzir quantidade de insulina suficiente para vencer a intolerância aos carboidratos, desencadeada pela ação do HPL, a gestante desenvolve DMG.^{2,7,8} Diferentes estudos afirmam que os níveis séricos maternos de HPL são diretamente proporcionais a massa placentária, o que levanta a hipótese de que pode haver relação entre o DMG, o número de cotilédones placentários e a massa placentária.¹ O DMG é responsável por inúmeras complicações maternas e fetais. As complicações maternas mais comuns são retinopatia diabética, nefropatia diabética, cetoacidose diabética e hipertensão arterial sistêmica (HAS). Já, quanto as complicações do recém-nascido, filho da portadora desta doença, podemos citar a macrossomia, cardiomiopatia, icterícia, hipoglicemia, hipocalcemia, hipomagnesemia, policitemia com hiperviscosidade sanguínea e síndrome do desconforto respiratório.^{1,7,9,10} Além dessas, são observadas outras complicações como malformações fetais, polidrâmnio e prematuridade, o que aumenta o ônus para os cofres públicos⁷. Em vista disso, torna-se cada vez mais importante desenvolver métodos de rastreamento e diagnóstico eficazes, de fácil execução e de baixo custo.

OBJETIVOS

É nesse contexto que esse estudo pretendeu identificar se existe correlação entre DMG, o número de cotilédones placentários e a massa placentária.

Cleiton Jonei Reginatto, Maria Cristina Mazzetti Subtil, Eduardo Mazzetti Subtil, Vinicius Mazzetti Subtil, Edson Hollas Subtil, Lizandra Vieira, Marcio Petenusso

MÉTODO

Consiste em um estudo exploratório, descritivo, caso-controle com abordagem quantitativa, realizado em um hospital público da serra catarinense. Fizeram parte desse estudo 20 gestantes, sendo 10 com diagnóstico de DMG e 10 sem o diagnóstico (grupo controle), que concordaram em participar do estudo e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, respeitando a resolução 196/96. Foram excluídas deste estudo todas as gestantes primíparas, menores de 25 anos de idade, que não fizeram acompanhamento pré-natal, que estivessem em tratamento com glicocorticóides, que tivessem diagnóstico médico de diabetes pré-gestacional e que estivessem com menos de 37 semanas de gestação na data do parto. A coleta de dados foi realizada entre 22 de maio de 2012 a 27 de fevereiro de 2013. Os dados foram coletados através de uma ficha de registro da massa placentária e número de cotilédones. A mensuração da massa “pesagem” em gramas das placentas de gestantes com diagnóstico de DMG e gestantes do grupo controle, foi realizada com uma balança digital certificada pelo Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade industrial (INMETRO), pertencente à instituição hospitalar. Imediatamente após dequitação, foi contado o número de cotilédones placentários, para então, a peça placentária integra ser colocada em um saco de polietileno, de massa desprezível, e “pesada”. A “pesagem” foi realizada pelo colaborador da instituição com acompanhamento do discente, o qual respeitando as normas de biossegurança estava devidamente paramentado com os equipamentos de proteção individual fornecidos pela instituição hospitalar. Não houve nenhum risco às gestantes e nem aos filhos, visto que este estudo não se tratou de um teste com drogas ou coisas do gênero. As participantes da pesquisa tiveram a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejassem, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causou nenhum prejuízo à saúde ou bem estar físico e nem interferiu no tratamento médico das participantes. Este estudo foi previamente aprovado e autorizado pelos representantes legais da instituição hospitalar, na qual a pesquisa foi desenvolvida, e pelo Conselho de Ética e Pesquisa da Universidade do Planalto Catarinense.

RESULTADOS

A idade das participantes variou de 25 a 36 anos, com média de $30,5 \pm 3,26$ e $28,9 \pm 3,37$ no grupo controle e no grupo com DMG, respectivamente. A idade gestacional média do grupo controle foi de $277 \pm 8,04$ dias e do grupo com DMG foi de $273 \pm 8,22$ dias. A média das massas das placentas (MMP) do grupo controle foi de $513,25 \pm 36,39g$, enquanto que a do grupo com DMG foi de $561 \pm 45,08g$. O número médio de cotilédones placentários (MNCP) foi $13,7 \pm 1,18$ para o grupo controle e $14 \pm 1,73$ para o grupo com DMG. A relação da MMP pelo MNCP do grupo controle foi de $39,46g$, enquanto que, a relação da MMP pelo MNCP do grupo com DMG foi de $40,07g$. A MMP do grupo controle encontrada neste estudo ($513,25 \pm 36,39g$) é inferior as médias $643g$, $588g$ e $630g$ encontrados em estudos realizados na Europa Ocidental, Nigéria e Ásia, respectivamente.^{11,12,13} No entanto, equivale-se estatisticamente aos $519g$ encontrados em um estudo tailandês.¹⁴ A MMP do grupo com DMG encontrada neste estudo ($561 \pm 45,08g$) é inferior a MMP do grupo com DMG

Cleiton Jonei Reginatto, Maria Cristina Mazzetti Subtil, Eduardo Mazzetti Subtil, Vinicius Mazzetti Subtil, Edson Hollas Subtil, Lizandra Vieira, Marcio Petenusso

encontrada em um estudo italiano ($592g \pm 115g$), que comparou as massas das placentas de 143 gestantes do grupo controle e 139 gestantes com DMG, no entanto, equivale-se a MMP do grupo controle deste mesmo estudo italiano ($561,87 \pm 91g$).¹⁵ O que sugere que as variações da MMP de estudos diferentes podem ocorrer devido a variações na metodologia da preparação e “pesagem” das placentas ou devido a variações das idades gestacionais, na data do parto. Que neste caso é desconsiderada, já que, a idade gestacional média do grupo controle ($277 \pm 8,04$ dias) e do grupo com DMG ($273 \pm 8,22$ dias) encontradas neste estudo catarinense assemelha-se estatisticamente. Isso reforça a subjetividade da comparação das massas das placentas entre diferentes estudos. Ao comparar apenas a MMP do grupo controle e a MMP do grupo com DMG deste estudo, observou-se que há uma variação estatisticamente significativa entre essas médias (10,90%). O que leva a crer que a massa das placentas das gestantes com DMG pode ser maior que a do grupo controle, para uma mesma idade gestacional. O número de cotilédones placentários, segundo a literatura médica estudada, varia entre 10 a 40 cotilédones por placenta. Neste estudo, a MNCP do grupo controle foi de $13,7 \pm 1,18$ cotilédones e a MNCP do grupo experimental foi de $14 \pm 1,73$ cotilédones. Não havendo então, variação estatística (2,14%) significativa entre os dois grupos. Assim como não há variação estatística significativa (1,52%) entre a relação da MMP pela MNCP do grupo controle (39,46g) e da relação da MMP pela MNCP do grupo experimental (40,07g). O que sugere que o aumento da massa das placentas das gestantes com DGM possa ser proporcional ao aumento do tamanho dos cotilédones.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sugere que a placenta das gestantes com DMG pode ser maior que a placenta das gestantes que não apresentam esta entidade clínica. No entanto, esses dados devem ser confirmados por estudos com populações maiores, para que possam ser utilizados como método de rastreamento para esta doença.

Palavras-chave: Diabetes mellitus gestacional. Placenta. Gravidez.

Fonte financiadora: Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do art.170 da Constituição Estadual, destinadas a Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade do Planalto Catarinense.

NOTAS

1. ZUGAIB M. **Zugaib-Obstetria**. 1ª. ed. Porto Alegre: Manole, 2005.
2. PORTH CM. **Fisiopatologia**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
3. AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Standards of medical care in diabetes–2011**. Disponível em: <http://care.diabetesjournals.org/content/34/Supplement_1/S11.full>. Acesso em 24 de fevereiro de 2012.
4. INTERNATIONAL ASSOCIATION OF DIABETES AND PREGNANCY STUDY GROUPS. **International Association of Diabetes and Pregnancy Study Groups recommendations on the diagnosis and classification of hyperglycemia in pregnancy**. Disponível em: < <http://care.diabetesjournals.org/content/33/3/676.short>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2012.

Cleiton Jonei Reginatto, Maria Cristina Mazzetti Subtil, Eduardo Mazzetti Subtil, Vinicius Mazzetti Subtil, Edson Hollas Subtil, Lizandra Vieira, Marcio Petenusso

5. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2009**. 3ª. ed. Itapevi, SP: A. Araújo Silva Farmacêutica, 2009.
6. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA. **Diabetes Mellitus Gestacional**. Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo. v.54, n.6, nov./dez. 2008.
7. REZENDE J. **Obstetrícia**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
8. MENICATTI M, FREGONESI CEPT. **Diabetes gestacional: Aspectos fisiopatológicos e tratamento**. Arquivos de Ciências da Saúde Unipar. Umuarama, v.10, n.2, mai./ago. 2006.
9. CUNNINGHAM FG et al. **Williams-Obstetrícia**. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
10. FREITAS F et al. **Rotinas em Obstetrícia**. 6ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
11. BARKER DJ et al. **Fetal and placental size and risk of hypertension in adult life**. BMJ. 1990; 301: 259-62.
12. PERRY IJ et al. **Predictors of ratio of placental weight to fetal weight in multiethnic community**. BMJ. 1995; 310: 436-9.
13. ADINMA JI, AGBAI AO. **Foetal birth weight in Africa**. J Obstet Gynaecol. 1995;15: 295-7.
14. JANTHANAPHAN M et al. **Placental weight and its ratio to birth weight in normal pregnancy at Songkhlanagarind Hospital**. J Med Assoc Thai. 2006; 89 (2): 130-7.
15. TARICCO E et al. **Foetal and Placental Weights in Relation to Maternal Characteristics in Gestational Diabetes**. Placenta. 2003; 24 (4): 343-347.

A IDEIA DO CRITÉRIO ÉTICO EM CONTRAPONTO COM A CRISE DO POSITIVISMO JURÍDICO

Jéssica Lopes Ferreira Bertotti, Josemar Sidinei Soares

Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: jessicafbortotti@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a contribuir no tocante ao que se refere ao critério ético e seu poder de modificar o cenário do positivismo jurídico contemporâneo, de que modo este pode auxiliar na aplicação do Direito, levando em conta um equilíbrio entre a decisão subjetiva do magistrado e a pura aplicação da lei, tendo em vista também a crise do positivismo jurídico, para isso, se faz necessário perpassar o contexto histórico do positivismo jurídico, os seus principais defensores e verificar quais as modificações advindas com a pós modernidade jurídica. Ademais é possível observar na sociedade atual que houve expressiva modificação no sistema jurídico, proveniente das transformações causadas pelas guerras mundiais e pelas crises econômicas enfrentadas até hoje. Por conta disso faz-se necessário que o sistema jurídico se atualize em relação às transformações sociais que vêm sofrendo os institutos e o próprio homem. Desde os primórdios a ética, vem sendo utilizada de modo que proporciona ao homem certo sentido de equidade em convívio social, buscando uma forma de melhoria para balizar os conflitos sociais existentes.

MATERIAL E MÉTODOS

O objetivo do presente trabalho é provar que através de um embasamento ético, se possa transformar o positivismo jurídico contemporâneo. O sistema pelo qual se efetuará este trabalho será o método indutivo através da análise do pensamento de autores nacionais e internacionais no tocante à filosofia e o direito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à ideia do critério ético do humano, como um meio auxiliador para a resolução de impasses, controvérsias jurídicas, nasce a dúvida seguinte: de que maneira, como encontrar, um equilíbrio entre a decisão subjetiva do magistrado e a pura aplicação da lei? Esta é uma questão de suma importância, afinal o magistrado, como aplicador da norma, é o que de forma efetiva buscará a

resolução dos litígios. Durante o feitiço da pesquisa notou-se que Antonio Meneghetti, nos demonstra em sua obra *O critério ético do humano* que há uma forma, que garante a chegada à um critério ético em comum, este acrescenta que “ética é entendida no sentido de ação prática, portanto, implica na consciência e voluntariedade, por isso, consistência dinâmica real.”¹ Este também afirma que o magistrado “é um sujeito que busca atuar a própria ambição ou vontade de potencia no “palácio” do poder social, quando deve confrontar, sofre medo e a castração da opinião do coletivo contingente e a coação a repetir os próprios estereótipos, ocultos ou não [...]”, isto demonstra o quão limitado nas suas funções é o Magistrado, até porque, uma vez definida a lei, também os mandantes tornam-se “mandados”. Sem isso, exautora-se a obrigação para todos da lei. O corpo recebe diretivas da cabeça: mas estas diretivas, uma vez dadas, são orgânicas também para a cabeça.”² Meneghetti, de forma sábia afirma que para saber se o critério usado em determinado caso é válido, é necessário, observar: 1) Compreender a identidade da natureza humana; 2) Adequar esse critério nas múltiplas aplicações das relações diversificadas dos sujeitos como indivíduos e como sociedade; 3) Fazer essa adequação com uma racionalidade exata, esta racionalidade deve para ser exata; deve ser formalizada, a) em si mesma, tem a identidade da natureza, b) na funcionalidade, c) na relação, entendendo o ambiente histórico e seu contexto.³ Compreende-se então que quando se identifica uma controvérsia e se opta por usar como meio auxiliador para a resolução o critério ético, então se faz necessário testar esse critério em todos os campos e ver sua aplicação de forma funcional, relacionando este com todo o contexto à sua volta, sem dar margem à pura aplicação da lei por parte do Magistrado nem dando margem à uma solução baseada em subjetivismos. Vale ressaltar que: “logo, ao subjetivismo do Juiz são incorporados outros subjetivismos, deixando, pois, de ser o subjetivismo do magistrado tão-só. Além disso, o ato decisório do Juiz denomina-se sentença, que vem de ‘sentir’, tal como a palavra ‘sentimento’. O que se pretende é que o Juiz, ante o fato que lhe é posto à apreciação, expresse o que dele sente e, diante desse sentimento, defina a situação. Existe algo mais subjetivo do que ‘sentimento’, ‘sentir’, ‘sentença’? Todavia, como as pessoas não foram educadas para expressar o que sentem (ao contrário, foram-no para reprimir), busca-se racionalizar, dando-se contornos técnicos para esconder o sentimento. Tais contornos servem, além de esconder (embora sem eliminar) o que se sente, para ‘persuadir o órgão censor’, e para dar aparência de neutralidade. A regra é o Juiz apreciar o fato e apurar seu sentimento em relação a ele, para posteriormente buscar argumentos técnicos-legais para justificá-lo. Não é o técnico, a lei, que precedem ao sentimento, mas este que precede àqueles, todos emergentes da ideologia.”⁴

CONCLUSÃO

Conclui-se então, que há intrínseco à função de jurista certo subjetivismo, porém, é sim necessário certa cautela, para evitar abusos na prática da função do magistrado, é por isso que se mostra o equilíbrio entre aplicação da norma e uso do critério ético do humano como meio auxiliador, é a melhor saída para a reconquista da efetiva funcionalidade do Direito. Por concludente, entende-se que o critério ético do humano se demonstra como sendo uma alternativa viável e de extrema funcionalidade, se usado como meio auxiliador pelo magistrado para a resolução de litígios.

Afinal, nota-se por conseguinte que “a dogmática jurídica já não se mostra tão eficiente como outrora (século XIX, até meados de XX) na absorção e controle dos conflitos sociais, e vários são os fenômenos implicados nessa crescente inoperância, dentre os quais se poderia destacar: a complexidade progressiva da sociedade contemporânea, gerando situações que exigem decisões não apenas rápidas, mas viáveis, que, por sua vez, dependem de uma quantidade cada vez maior de informações precisas da parte do poder decisório; o declínio de popularidade, entre os juristas, não se pode ter um tipo de pensamento fundado apenas na norma jurídica [...] A série de procedimentos sistematizadores levados pela norma e dogmatismo, culmina na institucionalização de elementos do mundo real, são dotados de diversas formas de violência[...]”⁵ Lembrando que o objetivo geral foi cumprido, afinal, foi possível demonstrar de que maneira o critério ético humano pode transformar o positivismo jurídico, para melhor, acompanhando as mudanças constantes de nossa sociedade, tendo em vista uma aplicação voltada para o contexto atual, buscando um equilíbrio entre a decisão subjetiva do magistrado e a pura aplicação da lei, como demonstrado nos resultados e discussões. Foi também possível fazer o Estudo, o contexto histórico do positivismo jurídico, seu surgimento durante a modernidade e o posicionamento dos pensadores que contribuíram para sua solidificação, verificou-se quais foram as transformações advindas com a pós modernidade jurídica e por qual motivo o positivismo jurídico não condiz com a realidade atual, conceituou-se a categoria ética e critério ético humano, também demonstrou-se a Análise de como o critério ético atua na transformação da racionalidade humana, e de que modo isto pode ser aplicado no campo jurídico. Mostrou-se o critério ético do humano a melhor alternativa para auxiliar na resolução de impasses jurídicos, afinal, não é mais possível se ater apenas a norma, sendo que nossa sociedade vive em constante transformação e o contraste de realidades são grandes, por conta disso como podemos nos limitar à normas idênticas em todos os locais, rígidas e que perdem sua funcionalidade, quando ferido algum princípio próprio da função do Direito? Por conta da relevância desta pesquisa, se faz necessário dar continuidade à mesma de forma à priorizar o uso do critério ético como meio auxiliador nas resoluções pacíficas de controvérsias.

Palavras-chave: Critério ético. Crise do positivismo jurídico. Transformação do positivismo jurídico.

Fonte financiadora: Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/UNIVALI).

NOTAS

- 1 MENEGHETTI, A. **O critério ético do humano**. Porto Alegre: Ontopsicologica Editrice, 2002. p. 153.
- 2 MENEGHETTI, A. **O critério ético do humano**. Porto Alegre: Ontopsicologica Editrice, 2002. p. 156.
- 3 MENEGHETTI, A. **O critério ético do humano**. Porto Alegre: Ontopsicologica Editrice, 2002. p. 43 e 44.
- 4 CARVALHO, Amílton Bueno de. **A Lei. O Juiz. O Justo**. Ensaios Jurídicos, 2011. p. 140. Disponível em: <http://ensaio-sjuridicos.wordpress.com/2013/04/19/a-lei-o-juiz-o-justo-amilton-bueno-de-carvalho/> Acesso em: 26/05/2013.
- 5 ADEODATO, João Maurício. **Ética e Retórica**. São Paulo: Saraiva. 2006. p. 142.

A IMPORTÂNCIA DOS CUSTOS NA EXPECTATIVA DE RETORNO E RISCO DA CADEIA LEITEIRA DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Kátia Taucher

Acadêmica do curso de Ciências Contábeis

E-mail: katiat@unc.br

Luciano Bendlin

Coordenador do curso de Ciências Contábeis

E-mail: bendlin@unc.br

RESUMO

Atualmente atividades como leite, agricultura e pecuária são importantes para a economia tanto regional quanto local e na maioria das vezes é realizada por pequenos produtores, ou seja, propriedades familiares. Segundo Stock, et al (2009) o Estado de Santa Catarina ocupou o sexto lugar em produção de leite no país em 2010 (IBGE 2010), porém a região oeste é responsável pois mais de 70% dessa produção. Sendo assim podemos perceber a importância no fomento deste agronegócio na Região do Planalto Norte Catarinense, que possui estrutura, terras e mão de obra para expandir essa atividade. Assim para obter um maior retorno, frente aos riscos, necessitam dos mesmos cuidados e aplicação de ferramentas e metodologia de custos e gestão. LEDIC (2005) afirma que o produtor de leite pode transformar sua atividade em uma opção competitiva com qualquer outro empreendimento dentro de uma visão do retorno do capital investido. O Planalto Norte possui cerca de 15.149 estabelecimentos agropecuários, porém apenas 2.828 são responsáveis pela a produção de leite. De acordo com o Conseleite, o valor de referência para o leite padrão é R\$ 0,6626 o litro, valor relativamente baixo comparado ao valor que chega ao consumidor final de aproximadamente \$R 3,00.

Com o estudo podemos auxiliar os produtores a terem mais conhecimento de sua produção, melhorando a qualidade do produto e também a sua lucratividade. Pois conhecer os custos da produção leiteira é um dos primeiros passos para ter maior facilidade em alcançar os índices de produtividade e qualidade que o mercado exige, ter sucesso em relação a concorrência e ter conhecimento da margem de contribuição. Porém como a maioria dos produtores rurais que praticam essa atividade são em pequenas propriedades, atividade familiares, muitos não tem informação e conhecimento sobre a importância do custo e gestão da produção na atividade rural. Existem ainda as Cooperativas do Estado (Coopercentral) e também a TIROL, assim como a Cedrense, a ação das cooperativas agrícolas é um importante mecanismo que beneficia diretamente o pequeno agricultor ao aumentar seu poder de negociação e a capacidade de compartilhar recursos, informam a Organização das

Kátia Taucher, Luciano Bendlin

Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (WFP). O objetivo geral do presente estudo consiste em aplicar um conjunto de ferramentas e metodologias de custos e finanças relativas a expectativa de custo e retorno subsidiando e propiciando decisões e ações na atividade leiteira. Enquanto que os objetivos específicos são de identificar os custos na produção da cadeia leiteira dos Municípios do Planalto Norte Catarinense a partir de levantamentos in loco nos produtores, para aplicação de ferramentas de custos e metodologia de apuração de risco e retorno, visando subsidiá-los para uma melhor lucratividade e decisões acerca de seus negócios, possibilitando através da aplicação de conceitos acadêmicos um melhor desenvolvimento econômico social dos produtos da região. Assim pode perceber-se a grande relevância para a sociedade agrícola e acadêmica, fomentando a pesquisa do agronegócio, que conseqüentemente dará suporte e consultoria aos agricultores para que melhorem seu ambiente e qualidade de produção e tenham sucesso sobre a concorrência. Os recursos financeiros que serão utilizados para a consecução dessas pesquisas serão obtidas junto a instituição de ensino superior - UnC – Universidade do Contestado, por meio de editais para grupos de pesquisa, bem como através do 170, FAP ou PIBIC. As investigações estão em fase de planejamento para desenvolvimento e com perspectivas para continuidade da ação permanente. Futuramente esse trabalho pode servir de base para palestras direcionadas aos produtores, para que eles conheçam a importância dos custos e das finanças na produção leiteira, para que possam melhorar seus rendimentos e qualidade do produto, estando prontos para as exigências do mercado consumidor.

Palavras-chave: Cadeia Leiteira. Custos. Expectativa de custo e retorno.

CARACTERIZAÇÃO BOTÂNICA E NUTRICIONAL DE *Lactarius deliciosus* ASSOCIADA À *Pinus taeda* EM CAÇADOR/SC

Marithsa Maiara Marchetti¹, Cassio Geremia Freire, Leyza Paloschi de Oliveira,
Roger Ferreira de Campos, Camila Caterin Perondi, Talize Foppa, Claudriana Locatelli

¹ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP/Caçador-SC
E-mail: marithsa@uniarp.edu.br

INTRODUÇÃO

Lactarius deliciosus é um fungo ectomicorrízico que efetua relações simbióticas com essências florestais do gênero *Pinus* sp. Seus basidiomas são amplamente caracterizados pela literatura como comestíveis e a alimentação com este cogumelo já acontece de forma incipiente em alguns países. Diante do exposto, este trabalho teve como **objetivo** a caracterização botânica e nutricional dos basidiomas de *Lactarius deliciosus* para avaliar seu valor nutritivo e prospectar sua aplicação como alimento nutracêutico.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os basidiomas comestíveis de *Lactarius deliciosus* foram coletados entre os outonos de 2012 e 2013. As análises morfológicas e químicas seguiram descrições de literatura especializada e foram determinadas através de imagens fotográficas. Os extratos foram obtidos com o cogumelo desidratado e *in natura*, utilizando como solventes: metanol 100%, 80% v/v e 50% v/v, etanol 80% v/v e água destilada. Foram determinados os compostos fenólicos, flavonoides, carboidratos, proteínas totais, vitamina C, capacidade sequestradora contra o radical DPPH, capacidade antioxidante, poder redutor total, ferro (Fe), zinco (Zn) e manganês (Mn), fósforo e boro, todos seguindo literatura especializada.

RESULTADOS

As características morfológicas estavam de acordo com a literatura. O extrato desidratado (etanol 80% v/v) apresentou o melhor potencial antioxidante, com extração de fenóis totais e flavonoides de 18,53 por equivalente de ácido gálico e 11,82 por equivalente de quercetina, respectivamente. O extrato desidratado também mostrou maior capacidade de proteção frente ao radical DPPH (52,23%) e cooxidação β -caroteno/ácido linoleico (86%), no entanto, o extrato *in natura* apresentou maior poder redutor. Em relação às propriedades nutricionais, o cogumelo desidratado apresentou

Marithsa Maiara Marchetti, Cassio Geremia Freire, Leyza Paloschi de Oliveira,
Roger Ferreira de Campos, Camila Caterin Perondi, Talize Foppa, Claudriana Locatelli

maior quantidade de carboidratos solúveis, amido e proteínas totais (26, 97,36 e 59,19 mg/g de massa, respectivamente). Além disso, este extrato apresentou as seguintes quantidades nutricionais determinadas em 100g de *L. deliciosus* desidratados: 39,8(\pm 2,00)g de carbono; 13,1(\pm 1,30) g de proteínas; 156,3(\pm 15,00)mg de ferro; 7,5(\pm 0,10)mg de zinco; 4,1(\pm 0,07)mg de manganês; 0,16(\pm 0,00)mg de fósforo; 2,07(\pm 0,02)mg de boro. Por outro lado, o basidioma *in natura* apresentou maior teor de vitamina C (0,152mg/ml).

CONCLUSÕES

O cogumelo apresenta grande potencial para utilização como alimento nutracêutico.

PRODUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ESPUMAS VÍTREAS A PARTIR DE RESÍDUO DE LAPIDAÇÃO DE VIDRO

Karina Donadel¹, Luiz Carlos Antonello Salvallaggio, Graziela Guzi de Moraes, Antonio Pedro Novaes de Oliveira

¹ Núcleo de Pesquisa em Tecnologia e Informação (NUTEC)
Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans-SC
E-mail:engenhariaceramica@unibave.net

INTRODUÇÃO

As indústrias compreendem um papel muito importante para a economia, pois geram oportunidades de emprego e renda. No entanto, muitos processos industriais geram resíduos sólidos indesejáveis que são descartados em aterros sanitários. Os resíduos vítreos provenientes da indústria de lapidação de vidros planos são exemplos destes resíduos.^{1,2} Uma das alternativas para a utilização destes resíduos vítreos, para não serem descartados, é o uso como matéria-prima para a produção de espumas vítreas com propriedades importantes para possível aplicação como isolantes térmicos e acústico. O resíduo obtido da lapidação de vidros planos contém, além de vidro em pó, certa fração de materiais abrasivos que quando aquecidos à temperaturas acima do ponto de amolecimento dos vidros, em atmosfera oxidante, se decompõe podendo causar expansão no material^{3,4}. As espumas vítreas são geralmente obtidas pela ação de agentes formadores de poros tais como, carbetos de silício (SiC), carbonato de cálcio (CaCO₃), carbonato de magnésio (MgCO₃), entre outros, nos quais estão presentes em pequenas quantidades no resíduo utilizado.

OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo principal produzir e caracterizar espumas vítreas, obtidas a partir de resíduo de lapidação de vidros planos, para possíveis aplicações tecnológicas como isolantes térmicos e/ou acústico.

METODOLOGIA

O resíduo vítreo foi seco em estufa para a eliminação da umidade proveniente do processo de lapidação. Posteriormente, o resíduo vítreo foi moído por 30 min e o pó obtido foi peneirado em malha 48 mesh (abertura 0,3 mm). Após peneiramento, o pó do resíduo vítreo foi umidificado e compactado uniaxialmente com uma pressão de compactação de 20 Mpa. Os compactos cilíndricos obtidos (espumas vítreas) foram queimados a temperaturas de 750°C, 800°C e 850°C com taxa

de aquecimento de 10°C/min e patamar de queima de 30 min. O resíduo foi caracterizado por fluorescência de raios X (FRX), difração de raios X (DRX) e dilatométrica ótica que foi utilizada para estabelecer os ciclos de tratamento térmico. As espumas vítreas foram caracterizadas de acordo com suas propriedades químicas, físicas, mecânicas e microestruturais.

RESULTADOS OBTIDOS

A análise de FRX mostrou a presença de 62,6% de óxido de sílica (SiO_2), 7,3% de óxido de cálcio (CaO) e 14,9% de óxido de sódio (Na_2O) e outros óxidos em menores quantidades. Estes elementos são os principais componentes dos vidros sódico-cálcicos. A análise química também mostrou uma perda ao fogo para o resíduo de 10,5% que, provavelmente, está relacionada à evaporação de água e a liberação de CO_2 , proveniente da reação do SiC com oxigênio, além de outros materiais que podem estar presente, como carbonatos, resinas, entre outros. O resíduo de lapidação pode conter em sua composição carbetos de silício que está presente nos abrasivos utilizados para o polimento de vidros. O SiC se decompõe a temperaturas de aproximadamente 1000°C na presença de oxigênio. Pela FRX, não foi possível determinar o SiC, pois o resíduo foi calcinado para a realização da análise química. O difratograma de raios X do resíduo de lapidação de vidros mostrou caráter amorfo com um halo de baixa intensidade o qual pode ser atribuído ao quartzo que é típico de vidros de silicatos. A presença de picos cristalinos, provavelmente, estão relacionados à fase cristalina calcita, CaCO_3 proveniente do resíduo de lapidação de vidros antes do tratamento térmico^{5,6}. Não foram detectados picos de difração relacionados ao SiC, já que a quantidade deste composto é pequena, ficando fora dos limites de detecção do equipamento. A curva de retração térmica linear, obtida por dilatométrica ótica, do resíduo, mostrou uma pequena retração em torno de 100°C correspondente à água adsorvida. O processo de sinterização iniciou aproximadamente a 640°C, e a partir do amolecimento do vidro, as espumas começaram a expandir atingindo expansão máxima em torno de 850°C. A partir desta temperatura o material começa a colapsar em decorrência de sua fusão, próximo a 1015°C. A expansão do resíduo ocorre devido ao surgimento de gases no interior do material, após o amolecimento da estrutura. O amolecimento do resíduo sela a superfície e impede que os gases por difusão saiam do material. O gás preso dentro da massa viscosa acaba expandindo a estrutura, até um ponto (fusão) em que a viscosidade do vidro, sendo muito baixa (10 Pa.s), permite a saída forçada de gases por entre as partículas do resíduo provocando o colapso do material. Os gases formados no interior do material provavelmente estão relacionados com o processo de oxidação do carbetos de silício (SiC) e a decomposição da calcita (CaCO_3), aproximadamente 900°C. A densidade picnométrica média encontrada para o resíduo vítreo foi de 2,41 g/cm³. As densidades relativas foram 0,092 g/cm³, 0,080 g/cm³ e 0,069 g/cm³ para as temperaturas 750°C, 800°C e 850°C, respectivamente. A porosidade média teve um aumento com o aumento da temperatura, sendo 90,82% (750°C), 92,04% (800°C) e 93,05% (850°C), bem como um aumento da expansão volumétrica média que foi de 400,39% (750°C), 476,64% (800°C) e 561,18% (850°C). O aumento da temperatura diminui a viscosidade do vidro e acelera as reações que produzem CO_2 . Com uma maior quantidade de CO_2 sendo liberada, tem-se um aumento das

dimensões dos poros e estes podem sofrer rupturas e serem colapsados. Se este fenômeno ocorrer próximo à superfície da espuma, o ar contido nos poros pode ser liberado diminuindo o volume da espuma⁷. Nas análises de microscopia eletrônica de varredura (MEV) das espumas vítreas observou-se que a 750°C apresentaram grande variação de tamanho de poros, já as tratadas em 800°C e 850°C apresentaram tamanhos de poros maiores e maior regularidade nas microestruturas. Pôde-se também, observar nas micrografias um aumento progressivo da expansão volumétrica e aumento no tamanho dos poros nas espumas. A temperatura de queima teve grande influência na microestrutura das espumas vítreas, sendo que, com o aumento da temperatura ocorreu um aumento na porosidade e na expansão volumétrica e, conseqüentemente, uma diminuição da densidade relativa das espumas. As espumas tratadas na temperatura de 850°C apresentaram mais espaços vazios em sua microestrutura e, como conseqüência uma diminuição na resistência mecânica. Pôde-se ainda, analisar nas micrografias uma grande quantidade de poros fechados, o que favorece a aplicação das espumas vítreas como isolantes térmicos e acústicos. Os valores médios de resistência mecânica à compressão diminuíram em função da temperatura e aumento da porosidade. Os valores obtidos de resistência mecânica à compressão nas determinadas temperaturas foram 2,57% (750°C), 1,55% (800°C) e 1,09% (850°C).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, os quais estão diretamente relacionados com o objetivo deste trabalho, pode-se concluir que a temperatura influencia significativamente nas propriedades finais das espumas vítreas. Verificou-se que com o aumento da temperatura teve um aumento na porosidade das espumas e conseqüentemente uma redução na resistência mecânica à compressão destas. Finalmente pode-se concluir que a utilização do resíduo contribui com o meio ambiente, devido à redução do descarte e que as espumas vítreas são potenciais candidatas para atuar como isolantes térmicos e acústicos devido às boas propriedades encontradas.

Palavras-chave: Espumas vítreas. Materiais porosos. Resíduos de vidros.

NOTAS

- 1 BERNARDIN, A. M.; DA SILVA, M. J.; RIELLA, H. G. **Characterization of cellular ceramics made by porcelain tile residues**. Materials Science and Engineering, 2006, v. 347, p. 222-225.
- 2 TOFFOLI, S. M.; CHRISTO, R. S.; XAVIER, C.; COELHO, A. C. V.; WIEBECK, H. **Aplicação do resíduo de lapidação de vidro e poli(vinil butiral) na fabricação de peças**. Anais do 43º Congresso Brasileiro de Cerâmica. Florianópolis - Santa Catarina, 1999, p. 38101-38111.
- 3 LUZ, A.P.; RIBEIRO, S. **Uso de pó de vidro como fundente para produção de grês porcelanato**. Matéria. 2008, v.13, p. 96-103.
- 4 BERNARDIN, A. M.; SILVA, M. J. S.; CARVALHO, E. F. U. C.; RIELLA, H. G. **Cerâmicas Celulares Obtidas a partir de Resíduos de Polimento**. Cerâmica Industrial, v.12, 2007, p. 31 - 35.

- 5 ICDD (International Center For Diffraction Data) e JCPDS (Joint Committee of Powder Diffraction Standards). 1981. Pennsylvania. USA.
- 6 VALERA, T. S.; SAKAI, R.; COELHO, A. C. V.; WIEBWCK, H.; TOFFOLI, S. M. **Reaproveitamento do resíduo de lapidação de vidros como carga em polímero de engenharia.** Anais do 44° Congresso Brasileiro de Cerâmica. São Paulo, 2000, p. 40401-40408.
- 7 POKORNY, A. **Aditivação por óxidos de agente espumante à base de calcário dolomítico sintético e seu efeito na formação da microestrutura de espumas vítreas a partir de resíduo de vidro sodocálcico.** Programa de Pós-graduação de Engenharia de Minas, Metalúrgica e Materiais (Tese de doutorado), 2011.

ABSORÇÃO DE GASES DE COMBUSTÃO DE DIESEL EM ÁGUA UTILIZANDO COLUNA DE LEITO FIXO

Cleiton Vaz, Tamiris Schroeder, Tiago Arcelo Larsen, Lucas Roberto Jantsch, Theodoro Marcel Wagner, Gean Cardoso de Medeiros, Therezinha Maria Novais de Oliveira, Sandra Helena Westrupp Medeiros, João Luis Lussolli, Luciano André Deitos Koslowski

Universidade da Região de Joinville – Univille
E-mail: cleiton.vaz@univille.br

INTRODUÇÃO

De toda a energia consumida no mundo, a maior parcela está voltada ao petróleo, carvão e gás natural. Mesmo com as previsões de esgotamento dessas fontes no futuro, a poluição causada pelas emissões atmosféricas da queima desses combustíveis fósseis é de grande importância, visto os riscos à saúde das pessoas e aos ecossistemas em todo o planeta^[1]. O óleo diesel, um derivado do petróleo amplamente utilizado no Brasil como combustível, é constituído principalmente por hidrocarbonetos de cadeia longa, por enxofre, nitrogênio e oxigênio, estes três últimos em baixas concentrações. O transporte de cargas no Brasil está apoiado, principalmente, no uso de veículos movidos por motores a diesel, por via rodoviária. Para atender o mercado nacional, as refinarias da Petrobras são operadas com prioridade para a produção desse combustível, cuja produção corresponde a cerca de 34% do volume do petróleo processado no país^[1]. Os compostos gasosos emitidos pelos motores a diesel podem ser classificados em dois grupos: os que não causam danos diretos à saúde, ou seja, O_2 , CO_2 , H_2O e N_2 ; e os que oferecem riscos diretos à saúde e aos ecossistemas, sendo esses subdivididos em compostos para os quais a emissão está regulamentada, que são: CO, os hidrocarbonetos (HC), os óxidos de nitrogênio (NO_x), os óxidos de enxofre (SO_x) e material particulado (MP); e também os que não estão regulamentados: aldeídos, amônia, benzeno, cianetos, tolueno e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA). O aumento do uso de combustíveis fósseis em função do aumento populacional, desenvolvimento industrial, alta taxa de urbanização e do tráfego veicular durante as últimas décadas tem causado aumento na emissão de HPA atmosférico^[2]. Como não há regulamentação para as emissões desses compostos, há necessidade premente de estudos que auxiliem no entendimento dos impactos causados por eles. A composição dos gases de exaustão da queima do diesel é muito complexa, sendo composta por três fases: sólidos, líquidos e gases. Quando os motores a diesel são operados em condições oxidantes, o que contribui para uma boa economia de combustível, resultam em menor produção de CO_2 , num processo de combustão operando em temperaturas menores e com formação e consequente emissão minimizada das quantidades de NO_x , CO e hidrocarbonetos^[3]. Porém, essa forma de operação também resulta em elevados níveis de emissão de material particulado (MP) e de

Cleiton Vaz, Tamiris Schroeder, Tiago Arcelo Larsen, Lucas Roberto Jantsch, Theodoro Marcel Wagner, Gean Cardoso de Medeiros, Therezinha Maria Novais de Oliveira, Sandra Helena Westrupp Medeiros, João Luis Lussolli, Luciano André Deitos Koslowski

compostos responsáveis pelo odor característico da emissão de diesel, sendo a emissão desses últimos altamente crítica durante condições de operação em baixo nível de temperatura. Via de regra, os hidrocarbonetos das emissões da queima do diesel são pesados, além disso, os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA) e seus derivados alquílicos, que podem estar presentes no diesel, podem resistir ao processo de combustão, sendo volatilizados e emitidos para a atmosfera por exaustão. Outros HPA também podem ser formados durante a combustão do diesel. Em função da grande quantidade de ar no processo de combustão, associada à elevada temperatura, pode ocorrer reações de conversão dos HPA a compostos oxigenados e nitrados na câmara de combustão ou até mesmo no sistema de exaustão^[3]. O desempenho térmico dos motores com ciclo a diesel é de aproximadamente 44 a 46%^[4], geralmente superior aos motores a gasolina, porém oferecendo o inconveniente de elevada geração de HPA. Os HPA são conhecidos por seu potencial tóxico a humanos e outros animais, ampla distribuição geográfica e degradação lenta^[5]. Devido a essa última característica, são classificados como poluentes orgânicos persistentes (POP)^[6]. Do ponto de vista da saúde humana, alguns HPA (p.ex.: benzo(a)pireno) são carcinogênicos bastante potentes^[7], sendo classificados como poluentes prioritários pela USEPA (United States Environment Protection Agency) e pela União Europeia devido ao seu potencial tóxico, mutagênico e carcinogênico^[6]. Como exemplo, os HPA antraceno e fenantreno são poluentes associados à combustão incompleta, especialmente de madeira e carvão, sendo também emitidos para o ambiente pelos depósitos de lixo das plantas industriais que convertem o carvão em combustível gasoso e pelas refinarias de petróleo e xisto^[8]. Por serem altamente hidrofóbicos e possuírem elevada estabilidade, os HPA tendem a se acumular no sedimento ao entrarem em um sistema aquático^[7], fornecendo uma fonte contínua de contaminação para a coluna d'água e à biota aquática^[5]. As agências americanas ATSDR (Agency for Toxic Substances and Disease Registry) e USEPA mantêm uma lista de poluentes de interesse prioritário, elaborada a partir de critérios de frequência da ocorrência, toxicidade e potencial de exposição humana. Esta lista inclui 16 HPA, frequentemente designados como poluentes prioritários, que são atualmente estudados com maior frequência nas avaliações de efeitos ambientais e na saúde. Os 16 HPA estabelecidos como poluentes prioritários pela USEPA são naftaleno, acenaftileno, acenafteno, fluoreno, fenantreno, antraceno, fluoranteno, pireno, benzo(a)antraceno, criseno, benzo(b)fluoranteno, benzo(k)fluoranteno, benzo(a)pireno, indeno[1,2,3-cd]pireno, dibenzo[a,h]antraceno e benzo[g,h,i]pireleno. Com exceção do naftaleno, os HPA não são fabricados com finalidades comerciais já que não apresentam aplicações (com exceção daqueles produzidos e comercializados com finalidades técnico/científicas), apesar da ocorrência de algumas destas substâncias em derivados comerciais do petróleo^[8]. Estas substâncias são hidrofóbicas e, em geral, sua solubilidade em água diminui com o aumento do número de anéis aromáticos. Os HPA apresentam também $\log K_{ow}$ maior que 1, demonstrando grande afinidade lipofílica, que aumenta com o número de anéis aromáticos na molécula. Por outro lado, a volatilidade destes compostos diminui com o aumento da massa molar e, conseqüentemente, HPA de massas molares menores são mais voláteis e apresentam maior pressão de vapor que os mais pesados^[7]. Como consequência destas propriedades, estas substâncias podem ser encontradas na atmosfera tanto em fase gasosa como adsorvidas no material particulado em suspensão. No solo, os HPA encontram-se geralmente adsorvidos no

Cleiton Vaz, Tamiris Schroeder, Tiago Arcelo Larsen, Lucas Roberto Jantsch, Theodoro Marcel Wagner, Gean Cardoso de Medeiros, Therezinha Maria Novais de Oliveira, Sandra Helena Westrupp Medeiros, João Luis Lussolli, Luciano André Deitos Koslowski

material constituinte e ficam retidos nas camadas superiores. Nos corpos de água superficiais, estes compostos são geralmente adsorvidos pelas partículas em suspensão e rapidamente conduzidos para o sedimento de fundo^[9], porém em função do equilíbrio termodinâmico, há uma tendência natural da re-solubilização dos mesmos na coluna d'água. A poluição atmosférica decorrente da queima de combustíveis fósseis afeta não somente a qualidade do ar e a qualidade de vida das pessoas. Os impactos causados por esses processos também ocorrem no meio aquático, em que são alterados o pH e a concentração de poluentes orgânicos, principalmente os HPA, porém quase nenhuma informação sobre esses impactos está disponível no meio científico. O óleo diesel possui alto potencial para o aquecimento global por meio da descarga de gases como o CO₂ pela queima em veículos automotores. Muitas doenças pulmonares estão ligadas ao material particulado emitido pelos veículos a diesel incluindo poeira, fuligem e fumaça. As pessoas estão expostas a essa poluição atmosférica a qualquer momento. Os estudos relativos às emissões da queima de diesel normalmente estão associados ao impacto direto causado pela poluição atmosférica nos seres humanos, especialmente nos pulmões^[10, 11], porém pouco se sabe a respeito do impacto dessas emissões nos corpos hídricos, destino final de qualquer tipo de poluição emitida na atmosfera em função da solubilização na água da chuva ou até mesmo pela solubilização direta com a superfície da água por processos difusivos e/ou convectivos. Os oceanos vêm sofrendo impactos significativos em decorrência das atividades antropogênicas, sendo uma delas, e talvez a mais significativa, a queima de combustíveis fósseis. O aquecimento global e a acidificação dos oceanos possuem relação direta com as emissões de CO₂ e outros gases na atmosfera terrestre. Os impactos vão desde a dificuldade de reprodução de algumas espécies até a redução expressiva de outras, como por exemplo os recifes de coral, em função da alteração da temperatura e pH dos oceanos^[12]. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de reconhecer os impactos causados pelas emissões atmosféricas de diesel e biodiesel, bem como suas misturas, nos corpos hídricos, tanto de água doce como salgada para auxiliar na tomada de decisão quanto ao uso desses combustíveis e a definição de políticas públicas que visem à minimização da poluição e prevenção do uso de recursos naturais, buscando diminuir os impactos nos recursos hídricos.

OBJETIVO

Quantificar os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos de petróleo oriundos da combustão de óleo diesel, absorvidos em água.

METODOLOGIA

Foi montada uma coluna de absorção para absorver a fumaça do escapamento de um motor estacionário operado pela combustão de diesel. As colunas de absorção empacotadas ou recheadas são os processos mais utilizados para a despoluição de gases, no qual a remoção química dos poluentes ocorre por absorção^[13]. A absorção de gases é um processo em que se objetiva remover um ou mais componentes de uma mistura de gases por contato direto com uma corrente líquida

Cleiton Vaz, Tamiris Schroeder, Tiago Arcelo Larsen, Lucas Roberto Jantsch, Theodoro Marcel Wagner, Gean Cardoso de Medeiros, Therezinha Maria Novais de Oliveira, Sandra Helena Westrupp Medeiros, João Luis Lussolli, Luciano André Deitos Koslowski

onde esses componentes serão dissolvidos. Esses equipamentos são chamados de colunas de absorção ou mais comumente de lavadores de gases. Muito embora a transferência de massa nesse processo seja muito mais intensa que aquela que ocorre em processos naturais, essa metodologia é necessária visando concentrar as emissões na água até o ponto de saturação e dessa forma podendo-se estabelecer as taxas de absorção e desempenho do equipamento a partir da quantidade de material emitido em relação ao solubilizado. A coluna foi montada em aço inox, resistente à corrosão, visando a não contaminação da água por outros materiais que não a fumaça emitida pelo escapamento do motor estacionário. Foi utilizado como recheio da coluna fragmentos de porcelana, facilmente encontrados no mercado. Foi escoada água em fluxo contracorrente com os gases de combustão. Os HPA foram quantificados na água com o auxílio da sonda HPA Enviroflu da marca TRIOS que faz a mensuração por meio de fluorimetria.

RESULTADOS

Os resultados preliminares apontam uma quantidade em média de $54 \mu\text{g.L}^{-1}$ de HPA na água de absorção.

PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE

Serão realizados ensaios com diferentes vazões de água para identificar a capacidade de absorção da coluna para definir a vazão mais adequada para minimização das emissões para a atmosfera. A água absorvida será utilizada em testes de toxicidade com organismos *M. juniae* e *D. magna*, para verificação da toxicidade dos compostos absorvidos aos reativos biológicos. Espera-se contribuir com esse estudo para a minimização dos impactos nos ambientes aquáticos decorrentes da queima de combustíveis.

Palavras-chave: Diesel. Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos. Água.

Fonte financiadora: Fundo de Apoio a Pesquisa da Univille – FAP/UNIVILLE

NOTAS

- [1] Ferrari, R.A., Oliveira, V.d.S. and Scabio, A. Biodiesel de soja : taxa de conversão em ésteres etílicos, caracterização físico-química e consumo em gerador de energia. (2005) Química Nova 28, 19-23.
- [2] Bourotte, C., Forti, M.-C., Taniguchi, S., Bicego, M.C. and Lotufo, P.A. A wintertime study of PAHs in fine and coarse aerosols in São Paulo city, Brazil. (2005) Atmospheric Environment 39 (21), 3799-3811.
- [3] Braun, S., Appel, L.G. and Schmal, M. A poluição gerada por máquinas de combustão interna movidas à diesel - a questão dos particulados. Estratégias atuais para a redução e controle das emissões e tendências futuras. (2004) Química Nova 27, 472-482.
- [4] Kozerski, G.R. and Hess, S.C. Estimativa dos poluentes emitidos pelos ônibus e microônibus de Campo Grande/MS,

Cleiton Vaz, Tamiris Schroeder, Tiago Arcelo Larsen, Lucas Roberto Jantsch, Theodoro Marcel Wagner, Gean Cardoso de Medeiros, Therezinha Maria Novais de Oliveira, Sandra Helena Westrupp Medeiros, João Luis Lussolli, Luciano André Deitos Koslowski

empregando como combustível diesel, biodiesel ou gás natural. (2006) Engenharia Sanitaria e Ambiental 11, 113-117.

- [5] Tomaszewski, J.E., Smithenry, D.W., Cho, Y.-M., Luthy, R.G., Lowry, G.V., Reible, D., Macek, T., Surá, M., Chrastilova, Z., Demnerova, K., Macková, M., Pavliková, D., Szekeres, M. and Sylvestre, M. Treatment and Containment of Contaminated Sediments. In Assessment and Remediation of Contaminated Sediments, (2006) Reible, D.; Lanczos, T., Eds. Springer Netherlands: 2006; pp pp 137-178.
- [6] Zhu, M., Ma, Y. and Zhang, D. An experimental study of the effect of a homogeneous combustion catalyst on fuel consumption and smoke emission in a diesel engine. (2011) Energy 36 (10), 6004-6009.
- [7] Schwarzenbach, R.P., Gschwend, P.M. and Imboden, D.M. Environmental Organic Chemistry. (2005) John Wiley & Sons, Inc.: p i-xiii.
- [8] Baird, C. and Cann, M. Química Ambiental. 4a ed. ed.; (2011) Bookman: Porto Alegre.
- [9] Manahan, S.E. Environmental Chemistry. 6a ed. ed.; (1994) Lewis Publisher: USA.
- [10] Bünger, J., Krahl, J., Franke, H.-U., Munack, A. and Hallier, E. Mutagenic and cytotoxic effects of exhaust particulate matter of biodiesel compared to fossil diesel fuel. (1998) Mutation Research/Genetic Toxicology and Environmental Mutagenesis 415 (1-2), 13-23.
- [11] Tsukue, N., Okumura, H., Ito, T., Sugiyama, G. and Nakajima, T. Toxicological evaluation of diesel emissions on A549 cells. (2010) Toxicology in Vitro 24 (2), 363-369.
- [12] Halpern, B.S., Walbridge, S., Selkoe, K.A., Kappel, C.V., Micheli, F., D'Agrosa, C., Bruno, J.F., Casey, K.S., Ebert, C., Fox, H.E., Fujita, R., Heinemann, D., Lenihan, H.S., Madin, E.M.P., Perry, M.T., Selig, E.R., Spalding, M., Steneck, R. and Watson, R. A Global Map of Human Impact on Marine Ecosystems. (2008) Science 319 (5865), 948-952.
- [13] Couvert, A., Sanchez, C., Laplanche, A. and Renner, C. Scrubbing intensification for sulphur and ammonia compounds removal. (2008) Chemosphere 70 (8), 1510-1517.

UM ESTUDO SOBRE AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE ESPÉCIES DE ATOS INFRACIONAIS E ESPÉCIES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Viviane Bastos

Pesquisadora. Iniciação científica em Direito. Mestrado em Educação, Graduada em Direito. Analista Acadêmica – UNISUL
E-mail: viviane.bastos@unisul.br

Danielle Maria Espezim dos Santos

Orientadora. Graduação e Mestrado em Direito (UFSC). Professora da UNISUL e da ESMESC. Coordenadora da Pós Graduação em Direitos Difusos da Criança, do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência da UNISUL – modalidade à distância.
E-mail: danielle.santos@unisul.br

RESUMO

A partir da Doutrina de Proteção Integral e diante das responsabilidades do Estado na perspectiva de consolidar a cidadania dos adolescentes e a distinção entre o sujeito e o ato infracional praticado é que a presente pesquisa se instala. Seu objetivo é investigar as possíveis relações entre as espécies de atos infracionais e as espécies de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais na Comarca de Florianópolis, sob a luz da Doutrina de Atenção Integral. Para a sua realização foram coletados dados nos processos de execução na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Florianópolis, no período de julho de 2012 a março de 2013. Esses dados foram organizados em uma planilha de modo a correlacionar e propiciar a identificação de possíveis relações entre atos infracionais e medidas socioeducativas. Recomenda-se a realização de pesquisa complementar a fim de verificar a qualidade das medidas aplicadas.

Palavras-chave: Adolescente. Ato Infracional. Medida Socioeducativa.

INTRODUÇÃO

A Lei n°. 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual versa, entre outros temas, sobre os atos infracionais e as medidas socioeducativas a serem aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais. As medidas socioeducativas têm finalidades especificamente pedagógicas e levam em consideração a vulnerabilidade do público a qual se destinam. Elas são sanções aplicáveis aos adolescentes em função de comprovação de autoria de ato infracional, conforme os Artigos 171 a 190 do ECA. A medida socioeducativa deve ser aplicada para que o adolescente reafirme ou elabore seu projeto de vida e para que, neste processo, tenha uma opção criada com acuidade técnica para a revisão do ato cometido. Contudo, a abordagem do ato infracional deve propiciar ao adolescente o entendimento ético-moral e o discernimento do que fez e do que lhe acontece.

Danielle Maria Espezim dos Santos , Viviane Bastos

As medidas socioeducativas são sanções aplicáveis aos adolescentes em função de comprovação de autoria de ato infracional, através do processo positivado nos Artigos 171 a 190 do Estatuto. Sejam elas executadas em meio aberto ou restritivas de liberdade física, essas medidas devem se guiar pelo trinômio: liberdade, respeito e dignidade. Em outras palavras, a intervenção deve ser pedagógica e não punitiva.

O adolescente ao qual será aplicada uma medida socioeducativa, para a visualização e realização de um projeto de vida depende da criação e execução de uma política socioeducativa de qualidade pelos poderes executivos municipais e estaduais, responsáveis pela aplicação, em entidades de atendimento, da medida escolhida pelo sistema de justiça – juízes e promotores da vara especializada da Infância e da Juventude. A responsabilidade do Ministério Público e do Juízo da Infância e da Juventude no enquadramento e na aplicação dessas medidas é evidente.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com o método adotado, esta pesquisa se caracteriza como sendo exploratória, onde a partir de uma realidade investigada o pesquisador participa do processo de investigação coletando e interpretando os dados.

O objeto de pesquisa foram processos em tramitação na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Florianópolis, sendo analisados os processos de execução (envolvendo adolescentes), compreendidos no período entre maio de 2011 a maio de 2012¹.

O local utilizado para a coleta de dados foi a 10^a Promotoria da Infância e da Juventude da Grande Florianópolis, a qual intermediou a liberação e o acesso aos processos para a realização desta pesquisa. Ao todo, foram realizadas 13 visitas² ao local, no período compreendido entre julho de 2012 a março de 2013, todas previamente agendadas e acordadas entre as partes. Foram analisados, no total, 161 Processos de Execução de Medidas Socioeducativas (PEMSE). Esses Processos aglutinam todos os processos de apuração de ato infracional e de aplicação de medida socioeducativa ao adolescente, sintetizando uma medida socioeducativa adequada para o caso. Considerando o exposto, foram, então, analisados 198 processos em tramitação na Vara da Infância e Juventude de Florianópolis.

Como instrumento para a coleta foi elaborado um roteiro com as informações necessárias para a pesquisa, pois dificilmente se teria possibilidade de uma reanálise dos processos, tanto pela dificuldade em se ter acesso quanto pela quantidade de processos analisados *versus* tempo de realização da pesquisa. Foram elaboradas categorias para os atos infracionais e as medidas socioeducativas, tendo por base a literatura atual. Após definidas as necessidades, este roteiro foi sistematizado em planilha de Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi considerada a seguinte classificação de atos infracionais: com grave ameaça e sem grave ameaça ou violência contra a pessoa.

Danielle Maria Espezim dos Santos , Viviane Bastos

No que se refere aos processos que abrangem atos infracionais com grave ameaça, do total de 198 processos analisados, 58 apresentavam esta categoria: destes, 23 se tratavam de reincidentes; 17 envolviam adolescentes cuja prática havia sido praticada pela primeira vez e, outros 18, esta informação ficou prejudicada (sem dado).

Ainda referente aos processos que envolvem atos infracionais com grave ameaça, foi possível identificar que as medidas socioeducativas aplicadas podem ser assim organizadas: 15 processos receberam como medida socioeducativa, a internação; outros 17 processos receberam a liberdade assistida; 6 remetiam à medida socioeducativa de inserção em regime de semiliberdade; 8 para a prestação de serviços à comunidade; e, em outros 17 processos, contemplavam medidas de proteção, ou seja, 3 processos remetiam a atendimento psicológico, 2 remetiam a tratamento de drogadição e, 12 para matrícula e frequência em estabelecimento de ensino. Tais informações ficaram prejudicadas em três processos.

Dos 23 processos que envolvem adolescentes reincidentes, 11 remetiam à medida de internação; 7 à liberdade assistida; 2 para a semiliberdade (uma dessas medidas foi posteriormente convertida para liberdade assistida); 2 para a prestação de serviços à comunidade e, 1 para medida de proteção⁴, tratamento psicológico.

Os processos desta categoria (com grave ameaça) envolvem atos infracionais como roubo, lesão corporal, homicídios [qualificado] e latrocínios. Quanto ao envolvimento do Ministério Público, 24 receberam homologação de remissão proposta por este órgão e, 33, sentença judicial com sua representação. Em um processo, este dado ficou prejudicado.

Quanto aos processos que envolvem atos infracionais sem grave ameaça, observou-se que do total de processos analisados, 137 processos enquadravam-se nesta categoria: destes, 37 estão relacionados com adolescentes reincidentes; 28 envolviam adolescentes, cujo ato havia sido praticado pela primeira vez; e, em 73, esta informação ficou prejudicada (sem dado).

Do total de processos desta categoria, os processos que contemplavam aplicação de medidas socioeducativas podem ser assim organizados: em 5 processos, a internação; em 1, a semiliberdade; 42 a prestação de serviços comunitários, e, em 34, a liberdade assistida. Em 78 processos, estão contempladas medidas de proteção, isto é, 12 remetem ao tratamento de drogadição; 6 ao tratamento psicológico; e, em 74 contemplam a matrícula e frequência em estabelecimento de ensino. Estas últimas em muitos casos, são cumulativas com as medidas socioeducativas.

No que se refere aos atos infracionais destacam-se nesses processos (em ordem decrescente de ocorrência), tráfico de entorpecentes, porte de entorpecentes, porte de armas, furto, receptação, direção sem habilitação, desacato, ameaça e estupro.

Quanto ao envolvimento do Ministério Público, 128 receberam homologação de remissão proposta por este órgão e, 9, sentença judicial com sua representação. Em um processo, este dado ficou prejudicado.

De modo geral, observa-se que do total de processos analisados, 62 processos contemplam exclusivamente a aplicação de medidas socioeducativas e, 41 contemplam medidas socioeducativas e de proteção, totalizando, 103 processos. O restante 95 processos contemplam exclusivamente a aplicação de medidas de proteção. Salienta-se que, em 95% dos processos em que se aplicava a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, estava atrelada também, a medida protetiva de matrícula e frequência em estabelecimento de ensino.

De acordo com Veronese (2011, p. 232), durante “a aplicação e execução da medida socioeducativa, devem ser respeitados os princípios constitucionais e infraconstitucionais do devido processo legal”. Por isso, conforme dispõe o parágrafo 1º. do Artigo 112 do Estatuto, que trata das medidas socioeducativas, é necessário estabelecer limites para a sua aplicação: capacidade do adolescente em cumprir a medida, circunstâncias e gravidade da infração.

CONSIDERAÇÕES

As medidas socioeducativas têm finalidades pedagógicas, mas também, atribui ao adolescente uma responsabilidade pelos seus atos e ao se aplicá-las, leva-se em consideração a vulnerabilidade deste agente [adolescente]. Observou-se o cuidado em se aplicar medidas que possam promover o restabelecimento do adolescente bem como sua reinserção na sociedade. Recomenda-se complementar os dados aqui coletados com outra pesquisa a fim de investigar a qualidade das medidas aplicadas. E, ainda, recomenda-se sugerir maior organização de dados para melhor levantamento de reincidência também em casos de ausência de violência e grave ameaça.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº. 8.090, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.
- VERONESE, Josiane Rose Petry.; LUZ, Valdemar P. da. **Direito da criança e do adolescente**. Vol. 5. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.
- _____. SILVEIRA, Mayra. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

NOTAS

1. O período de abrangência ficou prejudicado em virtude da dificuldade em se ter acesso materialmente do processo, tendo em vista que estavam em tramitação no Sistema Judiciário (alguns estavam sendo utilizados por outras Promotorias, outros pelo Setor de Programa da Assistência Social. Entende-se por “visita”, a realização da coleta de dados nos processos jurídicos no local da pesquisa.
2. Entende-se por “visita”, a realização da coleta de dados nos processos jurídicos no local da pesquisa.

ASPECTOS PSICOFISIOLÓGICOS DA DIABETES TIPO 1: ESTUDO MULTIDISCIPLINAR

Luis O. Matsuda, Taíse Girardi, Alexandre R.Oliveira, Josie Budag Matsuda

Prof. Me dos cursos de Psicologia, Enfermagem e Educação Física do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Líder do Grupo de pesquisa Fisiologia Humana e do Exercício aplicado à saúde coletiva
E-mail: matsuda@unidavi.edu.br

INTRODUÇÃO

De acordo com Haller, Atkinson & Schatz (2005)¹, o diabetes mellitus tipo 1 (DM1), uma das doenças crônicas que mais afeta a população infanto-juvenil, tem mostrado aumento de sua incidência em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o diabetes mellitus tipo 1 é uma das mais importantes doenças crônicas da infância em esfera mundial. O diabetes é uma condição crônica de saúde caracterizada basicamente pelo excesso de glicose no sangue e produção deficiente de insulina pelo pâncreas o que resulta da destruição das células beta mediadas pela resposta autoimune celular (ATKINSON & MACLAREN, 2000)². Segundo Bicudo (1997)³, seu aparecimento está associado à diminuição ou alteração de um hormônio proteico (insulina) produzido pelo pâncreas, órgão responsável pela manutenção dos níveis normais de glicose no sangue. Zagury e colaboradores (2000)⁴ cita que os principais sintomas apresentados pelos diabéticos são polidipsia, poliúria, polifagia, e emagrecimento. Outros sintomas são sonolência, dores generalizadas, formigamentos, dormências, esteatose hepática, cansaço doloroso nas pernas, câimbras, nervosismo, indisposição para o trabalho, desânimo, turvação da visão, cansaço, físico e mental. Para Geed (2000)⁵, a medicina sozinha não consegue dar conta de ajudar no controle da doença, para que não haja complicações, além de exames e medicamentos, é necessário dieta, exercícios físicos e um equilíbrio emocional, visto que estes aspectos influenciam diretamente sobre a doença, descontrolando-a e agravando o quadro. Neste contexto os estudos multidisciplinares versam integrar conceitos e oportunidades para o manejo correto desta patologia

MATERIAIS E MÉTODO

Este trabalho está inserido dentro da linha de pesquisa sobre Diabetes Tipo 1 do Grupo de Pesquisa em Fisiologia Humana e do Exercício aplicado à saúde Coletiva – UNIDAVI. Para a revisão dos termos psicofisiológicos da doença foi realizada uma pesquisa nas bases de dados PubMed, SciELO, SCIRUS e Lilacs, utilizando combinações entre as palavras-chave *type 1 diabetes*, *chronic disease*, *emotional aspect* e seus correspondentes em português. Como critério de seleção, foram

utilizados artigos científicos publicados entre 2000 a 2013. Após a leitura criteriosa de vários títulos e resumos, selecionaram-se os artigos que obedeciam aos critérios estabelecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O adequado manejo do DM1 em crianças e adolescente têm se apresentado como um desafio, principalmente para as próprias crianças. Em virtude da presença de comportamentos, habilidades e conhecimentos inadequados, colabora-se para a não adesão ao tratamento e para o aumento significativo de complicações em longo prazo (BRYDEN et al, 2001)⁶.

De acordo com Zanetti, Mendes & Ribeiro (2001)⁷, mesmo com a disponibilidade de terapêuticas efetivas para o manejo da doença, ainda é preciso compreender o quão penoso torna-se o tratamento para os portadores, as famílias e a sociedade. Admite-se que aspectos emocionais, afetivos, psicossociais, a dinâmica familiar e até mesmo a relação médico-paciente podem influenciar o controle do diabetes. Polonsky (2001)⁸ cita que para muitos pacientes, a constante necessidade de automonitorização, aplicações diárias de insulina, podem se mostrar extremamente desconfortáveis, frustrantes e preocupantes, levando muitas vezes a omissões de doses de insulina, com maior incidência de complicações agudas graves e com um quadro psicoemocional debilitado. O quadro psicoemocional do paciente diabético pode ser composto por preocupação, frustração e desesperança com o caráter crônico da doença e suas complicações; sobrecarga, esgotamento ou desânimo com seu manejo. Citam-se, ainda, baixa autoestima, inferioridade, ansiedade e depressão (MARCELINO & CARVALHO, 2005)⁹. Entre os aspectos sociais estão o custo financeiro da doença, a sensação do paciente acerca do grau de apoio social que recebe e da qualidade e nível de conflito das relações interpessoais e familiares (POLONSKY, 2002; POLONSKY, 2000)¹⁰. Nos aspectos fisiológicos, estudos apontam que o aumento da atividade simpática e uma resposta alterada aos estressores ambientais, aumentando as catecolaminas plasmáticas, resultando na desregulação metabólica e agravando o quadro da doença (LÓPEZ; LAWRENCE et al, 2006)¹¹. Goodnick (2001)¹², também observou a relação entre depressão e diabetes pelo aumento desses neurotransmissores, onde o aumento de catecolaminas tem sido associado ao aumento da glicemia via diminuição de síntese de insulina ou aumento de resistência periférica à ação da insulina. Além disso, estudos mostram a relação entre a depressão e o sistema neuroendócrino (LÓPEZ; GREY et al, 2002)¹³, constatando-se que 70% dos adolescentes com DM1 produzem anti GAD, o que afeta a síntese de GABA nas células beta do pâncreas e do sistema nervoso central. O estresse pode dificultar o controle dos níveis de glicose do sangue e até mesmo levar a um quadro de hiperglicemia, onde os hormônios contrarreguladores, como o cortisol, lançado durante períodos de estresse, determinam em um pior controle metabólico dos diabéticos tipo 1 (LUSTMAN et al, 2005; MIRANDA et al, 2001)¹⁴. De acordo com Franco (2005, p.71)¹⁵, “o estresse faz com que o organismo aumente a produção de hormônios adrenalina e cortisol, que inibem a ação da insulina, aumentando o açúcar na corrente sanguínea”. Desse modo, avaliar a influência psicológica no DM1 torna-se pertinente e de grande responsabilidade para os profissionais da saúde, principalmente psicólogos, visto que intervêm diretamente nesse âmbito.

CONSIDERAÇÕES

As pesquisas revelam que o diabetes está muito relacionado com o estado emocional dos seus portadores. Esta relação entre o emocional e o diabetes existe antes mesmo do surgimento da doença, pois vários autores acreditam que o diabetes é uma doença psicossomática, ou seja, que tem entre os seus fatores desencadeantes, causas emocionais. As causas mais comuns verificadas foram traumas emocionais, modificações externas violentas, perda dos pais através de morte ou separação, problemas com os pais, com a família e até com relação à escola. Finalmente, a aliança de uma intervenção multidisciplinar no manejo da doença é necessária. Aspectos neurobiológicos influenciam no controle da patologia e a desmistificação destes fenômenos, através de futuros trabalhos, podem determinar importantes biomecanismos para a compreensão da DM1.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 1. Aspectos emocionais. Fisiologia.

NOTAS

- 1 HALLER, ATKINSON & SCHATZ (2005) Apud SPARAPANI, Valéria de Cássia et al. Children with Type 1 Diabetes Mellitus and their friends the influence of this interaction in the management of the disease. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 20, n.1, p. 117-125, 2012.
- 2 ATKINSON & MACLAREN (2000) Apud PARO, Juliana; PARO, Daniela; VIEIRA, Maria R.R. Avaliação da assistência em domicílio à criança portadora de diabetes mellitus tipo I. **Arq. Ciênc. Saúde**, jul/set, 2006.
- 3 Bicudo (1997) Apud SANTOS, Jocimara Ribeiro dos; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Adolescentes com Diabetes mellitus tipo 1: seu cotidiano e enfrentamento da doença. **Psicologia Reflexão Crítica**, v. 16, n. 2, p. 411-425. 2003.
- 4 ZAGURY et al (2000) Apud MARCELINO, Daniela Botti; CARVALHO, Maria Dalva de Barros. Reflexões sobre o diabetes tipo 1 e sua relação com o emocional. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.18, n. 1, p. 72-77, 2005.
- 5 GEED (2000) Apud NASCIMENTO, Lucila Castanheira et al. Diabetes mellitus tipo1: evidências da literatura para seu manejo adequado, na perspectiva de crianças. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 45, n.3, p. 764-769, 2011.
- 6 BRYDEN et al (2001) Apud JASER, Sarah S.; WHITTEMORE, Robin; AMBROSINO, Jodie M.; LINDEMANN, Evie; GREY, Margaret. Mediators of Depressive Symptoms in Children with Type 1 Diabetes and their Mothers. **J Pediatr Psychol**, 33(5), 509-519, june, 2008.
- 7 ZANETTI, MENDES & RIBEIRO (2001) Apud GREY, Margaret; WHITTEMORE, Robin; JASER, Sarah S. et al. Effects of Coping Skills Training in School-age Children with Type 1 Diabetes. **Res Nurs Health**, 32(4), p. 405-418, august, 2009.
- 8 POLONSKY (2001) Apud ZUNIGA H, FELIPE; INZUNZA C, CARLA; OVALLE G, CONSTANZA; VENTURA W, TAMARA. Diabetes Mellitus Tipo 1 y Psiquiatria Infanto-Juvenil. **Rev. chil. pediatr.**, v. 80, n. 5, p. 467-474, 2009.
- 9 MARCELINO, Daniela Botti; CARVALHO, Maria Dalva de Barros. Reflexões sobre o diabetes tipo 1 e sua relação com o emocional. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.18, n. 1, p. 72-77, 2005.
- 10 POLONSKY (2002); POLONSKY (2000) Apud GREY, Margaret; WHITTEMORE, Robin; JASER, Sarah S. et al. Effects of Coping Skills Training in School-age Children with Type 1 Diabetes. **Res Nurs Health**, 32(4), p. 405-418, august, 2009.
- 11 LÓPEZ; LAWRENCE et al (2006) Apud ZUNIGA H, FELIPE; INZUNZA C, CARLA; OVALLE G, CONSTANZA; VENTURA W, TAMARA. Diabetes Mellitus Tipo 1 y Psiquiatria Infanto-Juvenil. **Rev. chil. pediatr.**, v. 80, n. 5, p. 467-474, 2009.

Luis O. Matsuda, Taíse Girardi, Alexandre R.Oliveira, Josie Budag Matsuda

- 12 GOODNICK (2001) Apud ZUNIGA H, FELIPE; INZUNZA C, CARLA; OVALLE G, CONSTANZA; VENTURA W, TAMARA. Diabetes Mellitus Tipo 1 y Psiquiatria Infanto-Juvenil. **Rev. chil. pediatr.**, v. 80, n. 5, p. 467-474, 2009.
- 13 LÓPEZ; GREY et al (2002) Apud GREY, Margaret; WHITTEMORE, Robin; JASER, Sarah S. et al. Effects of Coping Skills Training in School-age Children with Type 1 Diabetes. **Res Nurs Health**, 32(4), p. 405-418, august, 2009.
- 14 LUSTMAN et al, 2005; MIRANDA et al (2001) Apud ZUNIGA H, FELIPE; INZUNZA C, CARLA; OVALLE G, CONSTANZA; VENTURA W, TAMARA. Diabetes Mellitus Tipo 1 y Psiquiatria Infanto-Juvenil. **Rev. chil. pediatr.**, v. 80, n. 5, p. 467-474, 2009.
- 15 FRANCO, Lelington Lobo. **Diabetes**: como prevenir, tratar e conviver. São Paulo: Elevação, 2005.

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO OESTE CATARINENSE: APORTE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dunia Comerlatto, Jésica Mai, Luiz Victor Pittella Siqueira

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: dunia@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO

Existe uma tendência mundial de que a região seja o principal “sujeito motor” do desenvolvimento¹. As iniciativas de Economia Solidária posicionam-se como forma de enfrentamento da exclusão e exploração nas relações capitalistas de trabalho, significando uma revalorização da criatividade e envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais que se diferenciam das relações capitalistas. No sentido da formação de consciência quanto ao papel principal da sociedade no desenvolvimento regional, pontuam-se peças fundamentais para que isso ocorra: autonomia, compreendida como a capacidade de definir destinos; reinvestimento do excedente econômico da região em sua diversificação produtiva; forte movimento de inclusão social; conscientização e mobilização social em torno da proteção ambiental e; identificação da população com sua região. Ao sintetizar sobre teorias de desenvolvimento regional, Dallabrida (2010¹, p.143) apresenta a economia popular e solidária “[...] como um modo de produção cuja característica central é a igualdade de direitos, acrescida da autogestão. Na prática, os empreendimentos podem ser geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente, de forma democrática [...]” Historicamente, as formas de organizações solidárias no Brasil remontam ao cooperativismo, surgido no início do século XX, em regiões habitadas por emigrantes europeus, com vocação para o segmento agrícola². Poli (2006³) refere que as primeiras iniciativas visavam condições mais humanitárias de trabalho e, foram adquirindo um caráter de oposição ao trabalho assalariado. Assim, o movimento cooperativista atingiu seu ápice aliado ao crescente movimento sindical dos trabalhadores. Dessa forma, a criação de organizações de produção, pela via do cooperativismo, foi utilizada pelos trabalhadores não apenas para viabilizar a atividade econômica e a sobrevivência dos empregados, sobretudo, para eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão. Em contraposição ao modo capitalista, a Economia Solidária surge como um campo de trabalho e uma forte alternativa à pobreza e à falta de emprego, posicionando uma economia diferenciada e alternativa na geração de trabalho e renda para homens e mulheres. No Brasil, coloca-se como resposta à crise econômica do país que abrangeu o período de 1980 a 1984, devido aos desajustes macroeconômicos. Singer (2002b⁴) argumenta que não foi apenas o agravamento do desemprego em massa e da exclusão social

Dunia Comerlatto, Jéssica Mai, Luiz Victor Pittella Siqueira

que impulsionou o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, mas sim o trabalho realizado por entidades promotoras da solidariedade e cooperação a partir do final dos anos de 1980: (a) Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG); (b) Movimento dos Sem Terra (MST); (c) União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol Cooperativas); (d) Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e; (e) Organização Humanitária Cáritas Brasileira. O autor identifica também a criação de Fóruns Estaduais de Cooperativas, mais precisamente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Vinculado à Senaes, cria-se o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com a finalidade de promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária por meio de políticas integradas visando o desenvolvimento pela geração de trabalho e renda com inclusão social. Entre as prioridades estratégicas da Senaes está o apoio à Campanha Nacional de Divulgação da Economia Solidária e o fomento e criação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) - ordenado por parâmetros que promovem relações comerciais mais justas e solidárias, articulando e integrando os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e seus parceiros colaboradores em todo o território brasileiro. Ainda, como prioridade da Senaes, está o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Nessa perspectiva, o MTE, elaborou o Atlas da Economia Solidária no Brasil, que se constitui numa importante ferramenta com informações georreferenciadas dos EES registrados no SIES (MTE/SENAES, 2012). Projetam-se assim, os EES como uma alternativa de combinação do espírito empresarial e solidário. Empresarial, no sentido de buscar resultados de uma associação planejada pela otimização dos meios e fatores de produção, humanos e materiais com fins de produção de bens e serviços. E, solidário, no sentido de uma maior valorização do ser humano e meio ambiente em detrimento do acúmulo de capital, tendo na base associativista e cooperativista e na gestão democrática desses empreendimentos a busca do desenvolvimento pleno do ser humano. Na opinião de Singer (2002a²), a Economia Solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e dos movimentos sociais em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho e à nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela desvalorização do trabalho produtivo em relação à acumulação financeira. Em torno desse argumento, Lisboa (2005) ressalta que a Economia Solidária apresenta um novo paradigma produtivo, em sintonia com novas possibilidades organizacionais mais sustentáveis, que inclui novas formas de viver e se relacionar, tanto entre os homens quanto entre os homens e a natureza. A Economia Solidária, como campo de conhecimento e prática, tem-se manifestado com importância aos meios socioprodutivo e acadêmico, seja pelas iniciativas já empreendidas em diferentes regiões brasileiras, seja pelo arcabouço de produções informacionais e literárias à disposição e a serem disponibilizadas à medida que vão sendo construídas.

OBJETIVOS

O estudo sobre a Economia Solidária no oeste catarinense tem como objetivo geral compreender a trajetória e as perspectivas de suas ações, considerando as estratégias e oportunidades de inclusão sócio-produtiva para o desenvolvimento regional. Considerando essa pretensão, especificam-se: (a) descrever sobre a importância da Economia Solidária e o potencial de suas ações como uma estratégia de inclusão sócio-produtiva e emancipatória para seus beneficiários; (b) identificar os EES em funcionamento; (c) reconhecer instrumentos e mecanismos que dinamizam a gestão dos EES; (d) identificar o potencial de participação de segmentos e organizações da região, na formulação de diretrizes e políticas em defesa das ações solidárias; (e) demarcar desafios político-operacionais existentes para impulsionar as ações no campo da Economia Solidária.

METODOLOGIA

Orienta-se pelo método dialético para gerar novas formas de interpretação e caracterização dos EES da região oeste catarinense quando da explicitação de diferentes realidades. O método dialético, com vistas a realizar o desvelamento da realidade e sua respectiva análise, sustenta-se pelas categorias teórico-metodológicas: *historicidade*, *totalidade* e *contradição* (GOERCK, 2009). No âmbito da produção de conhecimento, a pesquisa se caracteriza (tanto pelo tipo de dados coletados e quanto pela análise que se fará desses dados) pelos métodos qualitativo, quantitativo e misto. Este estudo se apoia no método misto para, primeiramente, fazer um recorte quantitativo e, em seguida, utilizar-se de estratégias qualitativas, com intuito de compreender categorias e variáveis que se expressam ao investigar o objeto de estudo em pauta. Nesse sentido, utiliza-se a pesquisa quantitativa visando à caracterização dos ESS do oeste catarinense. Os dados quantitativos coletados têm base em fontes secundárias: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes); e, Atlas da Economia Solidária.

RESULTADOS

Como resultados empíricos parciais, em torno da identificação dos EES em funcionamento no oeste catarinense, alguns aspectos podem ser destacados. A partir de 1990, começaram a surgir novas formas de organização e atuação, de caráter técnico-profissional, baseados em princípios de cooperação, autogestão, sustentabilidade e solidariedade - abarcados pelo conceito de empreendimentos econômicos e solidários. Conforme Poli (2006), mesmo não tendo surgido e se estruturado sob o conceito de Economia Solidária, passaram, a partir de um dado momento, a integrar o conjunto desse movimento em âmbito nacional, o que acabou por ampliar o escopo (teórico e político) de sua identidade. Em se tratando da existência dos empreendimentos solidários nessa região, o número atinge um índice significativo se comparado às demais regiões do estado catarinense, mostrando que 47% estão fixados na região oeste. As diversas formas de participação que dinamizam a gestão dos empreendimentos solidários no oeste catarinense indicam uma tendência democrática na orientação dos rumos organizacionais e administrativos e um potencial

Dunia Comerlatto, Jéssica Mai, Luiz Victor Pittella Siqueira

de participação social assumida pela grande maioria dos 322 EES: participação em redes e fóruns (161); movimentos sociais (184) e; realização de ações comunitárias (182). Do universo desses EES, 126 deles ofertam seus produtos livre de agrotóxicos, sendo que 53 deles realizam tratamento de resíduos e 25 realizam o reaproveitamento dos resíduos gerados nos seus processos de produção ou de serviços. Além disso, 115 incentivam o comércio justo e solidário - o que indica a inexistência da concorrência, "dita desleal" para com seus pares. Ainda, 162 oferecem informações dos produtos ou serviços e 132 praticam preços que facilitam o acesso dos consumidores aos produtos ofertados (MTE/SENAES, 2006). As pessoas que participam dos EES no estado de Santa Catarina, somam 127.644. Dessas, 87.792 são homens e 39.852 mulheres. Do total das mulheres participantes, 28.661 estão fixadas em empreendimentos no oeste catarinense, representando 72% do universo dessas mulheres (MTE/SENAES, 2006). As atividades econômicas empreendidas nessa região se inserem nos segmentos de produção e serviços de alimentos e bebidas, além da produção agropecuária, extrativismo e pesca, que juntas representam 56,55% desses segmentos. Apresenta-se diversidade produtiva, incluindo atividades direcionadas: à plantação de hortaliças e grãos; à coleta de produtos naturais; à produção de peixe em açudes; à produção de alimentos e bebidas artesanais; artesanato em geral; produção de vestuário, artigos de cama, mesa e banho. Essa diversidade produtiva presente nos EES representa um conjunto de potencialidades na dinâmica da cadeia produtiva e autogestão sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária como campo de trabalho incluyente, combinando o espírito solidário e empresarial, configura-se como alternativa para dinamização do desenvolvimento regional sustentável. A região oeste catarinense é referência estadual ao empreender ações no campo da Economia Solidária. Considera-se que os EES indicam potencial para: segmentos econômicos diversificados, com tendência para o rural; participação de mulheres no mercado de trabalho, pois 72% do universo das mulheres participantes de EES, encontram-se nessa região; vocação para o trabalho solidário, reafirmando a orientação democrática pelas diversas formas de participação; instituição de organizações sustentáveis e solidárias, diluindo o impacto no meio ambiente e contribuindo para vida em comum e o bem-viver. Muito embora, explorar essas características ainda se configure numa pretensão inicial e específica de um estudo maior sobre a trajetória e as perspectivas da Economia Solidária no oeste catarinense, outras pretensões específicas devem ser exploradas no sentido de: (a) reconhecer os instrumentos e mecanismos que dinamizam a gestão dos empreendimentos econômicos solidários; (b) Identificar o potencial de participação de segmentos e organizações na formulação de diretrizes e políticas em defesa da Economia Solidária na região; (c) demarcar os desafios político-operacionais para impulsionar as ações no campo da economia solidária. O tema da Economia Solidária, amplamente discutido no Brasil em diferentes instâncias públicas, movimenta que experiências regionais sejam reveladas e refletidas, considerando questões técnicas e ético-políticas, que envolvem o trabalho como atividade do homem em sociedade, gerador de capacidades para sobrevivência e exercício de relações sociais.

Dunia Comerlato, Jéssica Mai, Luiz Victor Pittella Siqueira

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Economia Solidária. Oeste catarinense.

Fonte financiadora: Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica financiada com recursos oriundos do Governo do Estado através do artigo 171 da Constituição Estadual, PORTARIA N.118/VICE EPE/2012. Aprovado no Edital Nº 024/REITORIA/2012.

NOTAS

- 1 DALLABRIDA, Valdir Roque. **Abordagens teóricas recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial** In: Desenvolvimento Regional. Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- 2 SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, fundação Perseu Abramo. 2002a.
- 3 POLI, Odilon Luiz. **Economia solidária e formação humana**: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense. Campinas, UNICAMP, 2006. Tese de Doutorado.
- 4 SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

OS RISCOS OCUPACIONAIS NO OLHAR DOS TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Lucimare Ferraz, Letícia L. Trindade, Ivete M. Krauzer, Olvani M. da Silva, Marciane Kessler

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
E-mail: ferraz.lucimare@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ambiente em que o trabalho ocorre é um importante fator de preservação e promoção à saúde dos trabalhadores, desde que seja saudável, e tão livre quanto possível de situações de riscos e da ocorrência de acidentes no trabalho, de doenças ocupacionais, sofrimento físico e emocional⁽¹⁾. Neste contexto, destacam-se os profissionais da enfermagem, pois esses estão expostos a inúmeros riscos ocupacionais, advindos das condições inerentes ao ambiente e ao processo de trabalho. No exercício cotidiano de suas funções estão expostos à falta de boas condições de trabalho, excessivas sobrecargas de atividades laborais, longa ou dupla jornada de trabalho, ambiente de trabalho insalubre, freqüente troca de turnos, baixos salários, e a manipulação de materiais e substâncias de grande periculosidade que os submetem a fatores de riscos de diferentes naturezas, aumentando a probabilidade de acidentes de trabalho e adoecimento^(2,3). Nos espaços do trabalho na Atenção Básica de Saúde (AB), mais especificamente na Estratégia Saúde da Família (ESF), a equipe de enfermagem, por vezes, depara-se com a falta de estrutura física adequada das unidades, escassez de recursos humanos e de materiais, necessidade de deslocamentos diários para atendimento domiciliário, expondo os profissionais aos acidentes de trajeto, bem como a violência urbana, entre outros riscos ocupacionais⁽⁴⁾. Nesse sentido, realizou-se um estudo com o **objetivo** de identificar os riscos ocupacionais e agravos à saúde no ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem, especificamente de técnicos e auxiliares de enfermagem na ESF.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. O estudo foi realizado com técnicos ou auxiliares de enfermagem de 13 unidades de ESF, de um município da Região Oeste do Estado de Santa Catarina. As unidades participantes foram selecionadas aleatoriamente. Já para seleção dos técnicos e auxiliares de enfermagem procurou-se: selecionar um técnico ou auxiliar de enfermagem por unidade de ESF, o qual atue nesse serviço a pelo menos seis meses, com disponibilidade e interesse em participar do estudo. O estudo foi realizado no período de fevereiro a

abril de 2012. Foram realizadas entrevistas no ambiente de trabalho. A coleta de dados ocorreu por entrevistas realizadas com os técnicos e auxiliares de enfermagem, através da aplicação um roteiro de questões voltadas para a identificação dos riscos segundo a percepção desses profissionais. Os dados coletados foram codificados, tabulados e digitados em planilhas do programa Excel, e após sofreram o processo de controle de qualidade, com análise de coerência e consistência. Em seguida deu-se o início da tabulação e análise estatística, com o auxílio do Programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 18.0. A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, aprovado sob o protocolo nº 122\2011, atendendo aos requisitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde⁽⁵⁾.

RESULTADOS

Para 64,3% dos trabalhadores entrevistados o ambiente de trabalho está livre ou com poucos risco à saúde. Entretanto, 92,9% mencionaram que o ambiente físico de trabalho poderia ser melhorado. Destes, 57,1% classificaram as instalações físicas da unidade como regulares. Além disso, 35,7% manifestaram inapropriadas às medidas de biossegurança. O espaço físico deve proporcionar conforto aos trabalhadores para promover o bem estar e a saúde dos mesmos, caso contrário este pode se tornar um elemento agressor ao indivíduo⁽⁶⁾. Da mesma forma, a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), ou a má utilização destes, são fatores que podem contribuir para aumentar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho, especialmente o biológico⁽⁷⁾. Os trabalhadores satisfeitos com seu ambiente de trabalho tendem a realizar suas atividades laborais com mais atenção, acolhimento e cordialidade, o que contribui para a humanização das relações em equipe e com os usuários⁽⁸⁾. A presença de riscos na atividade ocupacional pode ser um gerador de desgaste e adoecimento, elevando a insatisfação dos trabalhadores. Quando questionados quanto aos riscos de acidentes presentes no ambiente de trabalho, o biológico apresentou-se como maior causa dos acidentes, mencionado por 69,2% dos participantes da pesquisa. Em seguida, aparecem os riscos de acidentes físicos e químicos, ambos com 15%. Entre os profissionais, 53,8% relataram ter sofrido algum tipo de acidente de trabalho. Destes, 85,7% se acidentaram apenas uma vez. Os acidentes de maior frequência (57,1%) forma decorrentes do manejo de perfurocortantes contaminados. Outras pesquisas realizadas com os profissionais de enfermagem da AB revelam o risco biológico como o mais presente nos serviços de saúde pública, sendo considerado como freqüente fator de periculosidade e de insalubridade neste ambiente de trabalho, tornando-se o principal meio de contaminação^(3,9). Estes estudos atentam ainda as subnotificações dos acidentes de trabalho relacionados ao risco biológico. Os técnicos e auxiliares de enfermagem atuantes nas unidades de saúde estão expostos a esse tipo de risco diariamente, por realizarem atividades que exigem o contato com sangue, secreções, e materiais contaminados, fazendo-se necessário o uso de medidas de precaução padrão^(3,7). Em relação aos riscos físicos, foi constatada a exposição ao sol, calor e frio como riscos à saúde do trabalhador, que no âmbito da AB ocorre, especialmente, durante a realização de visitas domiciliares. Os profissionais de enfermagem se expõem também ao risco químico pelo contato com medicamentos e substâncias tóxicas utilizadas para limpeza e

desinfecção de materiais e ambientes⁽⁷⁾. Os participantes do estudo também associam a presença destes riscos à manipulação de medicamentos no tratamento dos usuários. Além disso, os riscos físicos e ergonômicos provêm das más disposições e condições estruturais dos móveis. Em decorrência do mobiliário anti-ergonômico, os profissionais adotam posturas inadequadas, gerando desgaste físico. As horas de atividade em pé e de caminhada também degradam as condições físicas orgânicas desses trabalhadores. Entre as principais conseqüências dos riscos físicos, segundo autores⁽¹⁰⁾, têm-se os distúrbios osteomusculares, os quais decorrem especialmente dos movimentos repetitivos, do trabalho na posição em pé, e atividades que exigem esforço extremo dos ombros, joelhos, quadris e coluna vertebral. Em relação ao risco psicossocial, esse tem origem do envolvimento emocional com os pacientes e famílias, pelas agressões dos usuários e por sobrecarga de trabalho^(9,3). Estudos revelam que frequentemente os profissionais da saúde estão expostos ao desgaste psíquico, que somados aos demais riscos repercutem no elevado número de profissionais dessa área afastados por doenças físicas e psíquicas, comprometendo não somente a qualidade de vida do trabalhador de enfermagem, como a qualidade da assistência prestada aos usuários^(6,9,11). Quanto às medidas de proteção aos riscos utilizadas pelos técnicos e auxiliares de enfermagem, 84,6% responderam fazer uso. Destes, 69,2% fazem uso de luvas, 46,1% fazem uso de máscara e 46,1% fazem uso de jaleco. No entanto, somente 23% dos trabalhadores usam calçados fechados. Uma das principais medidas preventivas para a exposição aos riscos é o uso de EPI, que devem estar disponíveis para todos os profissionais de enfermagem, de maneira adequada e em quantidade suficiente para atender as necessidades de segurança. Da mesma forma, é necessária a atualização das medidas de precaução e treinamento dos profissionais para o uso dos mesmos (7,12,13). Pode-se considerar que parte dos profissionais de enfermagem internaliza as normas relativas à prevenção do risco biológico devido o advento de doenças infectocontagiosas⁽¹⁴⁾. No entanto, os demais riscos potenciais presentes no ambiente de trabalho da ESF, são menos lembrados ou pouco conhecidos por estes trabalhadores. Dessa forma, percebe-se a necessidade estabelecer políticas de educação permanente em saúde, buscando transformar as práticas profissionais e proporcionar melhorias das condições de trabalho. A educação permanente é a aprendizagem no trabalho, em que o aprender e o ensinar incorpora-se no cotidiano laboral⁽¹⁵⁾. Investir em educação permanente pode ser uma estratégia de promoção da saúde individual e coletiva, que favorece a construção de ambiências saudáveis ao usuário e ao trabalhador da saúde⁽⁸⁾. A educação para a segurança dos trabalhadores, que gera habilidades, informações e conhecimentos, é fator essencial para se obter qualidade de vida no trabalho⁽⁶⁾. Além do risco de se acidentar, 76,9% dos profissionais de enfermagem, referiram que o trabalho gera problemas de saúde. Quanto aos tipos de problemas de saúde dos profissionais, 60% citaram os agravos psicossociais. Segundo 40% dos entrevistados, esse problema ocorre devido ao envolvimento emocional gerado nas relações com o usuário, e ao excesso/sobrecarga de trabalho. O risco psíquico, relacionado à concepção de alteração no bem estar do trabalhador, encontra-se associado às tensões da vida diária, em que se destacam aquelas provenientes do trabalho⁽³⁾. Outrossim, autores⁽¹⁶⁾ destacam que a falta de formação ou despreparo de muitos profissionais para atuar no modelo assistencial proposto para a ESF é considerada um risco psicossocial, pois o preparo inadequado pode promover a insegurança ao lidar com o usuário, levando ao desgaste emocional

do trabalhador. Sendo necessários ambientes de trabalho e recursos humanos compatíveis para o desempenho de uma prática humanizada, competente e resolutiva, para um ambiente ocupacional salubre. O risco psicossocial mais freqüente é o estresse, considerado um dos problemas que mais interfere na vida do ser humano, capaz de modificar a homeostase diante de grandes tensões enfrentadas⁽¹⁶⁾. O estresse no trabalho de enfermagem pode repercutir na qualidade da assistência à saúde, satisfação profissional e aumentar a exposição a acidentes⁽¹⁷⁾. O transtorno psicossocial ocupacional pode ter como causa vários fatores: o ambiente de trabalho, a organização, gerência e a assistência⁽¹⁶⁾. Dentre as causas que desencadeiam os transtornos psicossociais entre os profissionais na AB, destacam-se as sobrecargas de trabalho, devidos às múltiplas funções e ritmo de trabalho, os recursos humanos e materiais insuficientes, e o despreparo profissional para atender o usuário. Ainda, a exposição à violência quando o serviço ocorre em áreas de risco^(16,3). Entre os entrevistados, 46,2% relataram já ter participado de alguma capacitação sobre saúde do trabalhador. Contudo, estes trabalhadores mencionaram que gostariam de ter capacitações sobre os seguintes temas: o apoio psicológico, motivação, prevenção, e solução para os riscos no ambiente de trabalho. Estes temas vêm ao encontro do enfrentamento dos riscos e problemas de saúde citados pelos entrevistados. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que a biossegurança é um tema de extrema relevância no cotidiano dos profissionais de saúde e que somente uma formação “adequada à realidade do mundo do trabalho pode fazer com que o profissional se sinta apto e seguro para exercer a profissão, de modo a minimizar as chances de exposição aos riscos inerentes às suas atividades sem comprometer a sua saúde”^(18:297). Os trabalhadores da área da saúde estão potencialmente expostos aos riscos ocupacionais e estes precisam estar informados e capacitados para identificar e enfrentar estes riscos e, assim, evitar problemas de saúde⁽¹⁹⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados encontrados nesta pesquisa, percebeu-se que há uma diversidade de riscos ocupacionais presentes nas unidades de Atenção Básica, sendo as condições laborais dos trabalhadores de enfermagem insatisfatórias. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de conscientização dos profissionais das equipes de ESF, acerca dos riscos ocupacionais a que estão expostos, corresponsabilizando-os para que individualmente e coletivamente busquem melhorias no trabalho. Igualmente, deve-se implementar estratégias que visem à promoção em saúde são fundamentais para fomentar a qualidade de vida no trabalho e devem ser uma prioridade da gestão e dos gestores.

Palavras-chave: Riscos Ocupacionais. Trabalho. Enfermagem de Atenção Primária.

Fonte financiadora: Programa de Iniciação à Pesquisa – PIPES da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

NOTAS

1. REZENDE, M.P. et al. Riscos físicos e sua identificação por auxiliares de enfermagem de hospital de ensino do estado de Minas Gerais, Brasil. *Rev enferm UFPE*, Recife, v.3, n.2, 588-94, 2009.
2. CAVALCANTE, C.A.A. et al. Riscos ocupacionais do trabalho em enfermagem: uma análise contextual. *Rev. Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá (PR), v. 5, n. 1, p. 88-97, 2006.
3. NUNES, M.B.G. *Riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho dos enfermeiros que atuam na rede básica de Atenção à Saúde no Município de Volta Redonda, RJ*. 2009. Tese (Doutorado Interunidades em Enfermagem)- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
4. PINTO, E.S.G.; MENEZES, R.M.P.; VILLA, T.C.S. Situação de trabalho dos profissionais da Estratégia Saúde da Família em Ceará-Mirim. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v.44, n.3, p.657-64, 2010.
5. BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996*. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm>. Acesso em: Nov. 2012.
6. ABRANCHES, S.S. *A situação ergonômica do trabalho de enfermagem em unidade básica de saúde*. 2005. Tese (Doutorado em Enfermagem)- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
7. PAZ, A.F. *Relação entre fatores de risco no ambiente hospitalar e a saúde dos trabalhadores de enfermagem*. 2009. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
8. ESPINDOLA, M.C.G.; FONTANA, R.T. Riscos ocupacionais e mecanismos de autocuidado do trabalhador de um centro de material e esterilização. *Rev Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre (RS), v.33, n.1, p.116-23, 2012.
9. CHIODI, M.B.; MARZIALE, M.H.P. Riscos ocupacionais para trabalhadores de Unidades Básicas de Saúde: Revisão Bibliográfica. *Acta Paul. Enferm.*, São Paulo, v.19, n.2, p.212-7, 2006.
10. RANNEY, Don. *Distúrbios osteomusculares crônicos relacionados ao trabalho*. São Paulo: Roca, 2000.
11. SANCINETTI, T.R. et al. Absenteísmo - doença na equipe de enfermagem: relação com a taxa de ocupação. *Rev Esc Enferm USP*, São Paulo, v.43, Esp.2, p.1277-83, 2009.
12. GUIMARÃES, E.A.A. et al. Percepção de técnicos de enfermagem sobre o uso de equipamentos de proteção individual em um serviço de urgência. *Ciencia y Enfermeria*, Chile, XVII, n.3, p.113-123, 2011.
13. RIBEIRO, R.P.; VIANNA, L.A.C. Uso dos equipamentos de proteção individual entre trabalhadores das centrais de material e esterilização. *Cienc Cuid Saude*, Maringá (PR), suplement. 11, p.199-203, 2012.
14. ARAUJO, S.T.; DAVID, H.M.S.L. Influenza humana: revisão sobre doenças emergentes e a saúde do trabalhador de enfermagem. *Rev. enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.126-31, 2010.
15. BRASIL. *Portaria nº 198/GM/MS*. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. 2004. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-198.htm>>. Acesso em: nov. 2012
16. CAMELO, S.H.H.; ANGERAMI, E.L.S. Riscos psicossociais relacionados ao trabalho das equipes de saúde da família: percepções dos profissionais. *Rev Enferm UERJ*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.502-7, 2007.
17. MAURO, M.Y.C.; VEIGA, A.R. Problemas de saúde e riscos ocupacionais: percepções dos trabalhadores de enfermagem de unidade materna infantil. *Rev Enferm UERJ*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.64-9, 2008.
18. PICCOLI, A.; WERMELINGER, M.; AMANCIO FILHO, A. O ensino de biossegurança em cursos técnicos em análises clínicas. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, out. p. 283-300, 2012.
19. NISHIDE, V.M.; BENATTI, M.C.C. Riscos ocupacionais entre trabalhadores de enfermagem de uma unidade de terapia intensiva. *Rev. Esc. Enferm USP*, v.38, n.4, p. 406 – 414, 2004.



PESQUISA COMUNICAÇÃO ORAL

IV FÓRUM INTEGRADO DE

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA ACAFE

SUMÁRIO

| PESQUISA - COMUNICAÇÃO ORAL |

INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL NA MESORREGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: ESTRATÉGIAS E AÇÕES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

Elton Luiz Nardi

O DIREITO SOCIAL À MORADIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

Rogério Luiz Nery da Silva, Thuany Klososki Piccolo

A VALORIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA FRENTE AO DIREITO DE TESTAR E GARANTIR HERANÇA PARA A FUTURA PROLE: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO NASCITURO E DO NÃO CONCEBIDO

Caroline dos Santos, Anna Lúcia Martins Mattoso Camargo

A PARTIR DE NIETZSCHE, RELAÇÕES E INTER-RELAÇÕES DA FILOSOFIA E POESIA

Jéferson Luis de Azeredo

GEOPOLÍMEROS OBTIDOS A PARTIR DE CINZAS DE CARVÃO MINERAL

Luis Philipe Spricigo, Adriano Michael Bernardin

(IN)VISIBILIDADE AFRODESCENDENTE NO JORNALISMO DE MODA: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS REVISTAS DE MODA QUE CIRCULAM NO BRASIL

Deise Laís Schäfer, Robson Souza dos Santos

ESTILO PRÓPRIO X ESCRAVIDÃO DA MODA: UMA ANÁLISE DO VESTUÁRIO JOVEM FEMININO NAS BALADAS BRUSQUENSES

Luana Geanesini Costa, Robson Souza dos Santos

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM PROJETO DE MELHORIA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE LAGES

Raiane Corrêa Macedo, Reginaldo Costa Brutti, Juliano Augusto N. Leite

AVALIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DA VIA DE SINALIZAÇÃO CELULAR PI3K E DOS RECEPTORES DE ATP NO EFEITO NEUROPROTETOR DO ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO (DHA) FRENTE A ISQUEMIA CEREBRAL

Simone Molz, Gislaine Olescowicz

MORTALIDADE MATERNA NOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC

Vilma Beltrame, Leila Tomazeli, Ivete Terezinha Redin Dal Bello, Maria Cristina Berta, Claudimir Piva, Luceni Maria Parisi

C.E.M. DONA LILI: NAS ONDAS DA NOTÍCIA

Marcelo Silvestrin Siqueri, Ana Cristina Bornhausen Cardoso

REESTRUTURAÇÃO URBANA EM CHAPECÓ-SC: CONFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SEU NOVO PAPEL COMO CIDADE MÉDIA

Alexandre Maurício Matiello, Ana Laura Vianna Villela, Camila Fujita, Cleusa Teresinha Anschau, Cristina Otsuschi, Matheus José Rigon, Rosa Salete Alba

AVIFAUNA EM DIFERENTES AMBIENTES DE UM FRAGMENTO DE MATA ATLÂNTICA, SUL DO BRASIL

Angélica Soligo Cassol, Eliara Solange Müller

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PLURALISMO JURÍDICO E DO ACESSO À JUSTIÇA

Bruno Ferreira, Maria Aparecida Lucca Caovilla

LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NA REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE

Alexandre João Cachoeira, Adécio Machado dos Santos, Joel Haroldo Baade

ESTADO NUTRICIONAL DOS ALUNOS SOLDADOS BOMBEIROS MILITARES VERSUS SOLDADOS BOMBEIROS DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Materli Soeiro, Fernanda Grison Confortin, Carla Dos Reis Rezer, Maria Elizete Pozzobon

RELAÇÃO ENTRE O DESEMPENHO DOS ALUNOS DE ESCOLAS ESTADUAIS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, SEGUNDO A PROVA BRASIL E O CENSO ESCOLAR DE 2009: A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DE SEUS PROFESSORES

Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Elisabete Monteiro Aguiar Pereira, José Camilo dos Santos Filho, Aline Dallazen, Elson Rogério Bastos Pereira, Vera Rejane Coelho

FILOSOFIA DA MENTE E CIÊNCIAS COGNITIVAS: PERCURSO DE UM GRUPO DE PESQUISA

Nivaldo Machado, Rafaela Sandrini, Monique Beppler do Amarante, Elizeu Oliveira, Daniela Parma Silveira

PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS: ESTUDO EM UMA EMPRESA DE GRANDE PORTE

Fabiane Popik, Valdilena Jeremias Buratto Pilon, Hermann Joseph Braun, Berto Warmeling, Volnei Margotti

DIFERENÇA DE PRODUTIVIDADE DE MEL COM USO DE MELGUEIRA E/OU SOBRENINHO COM RAINHAS NOVAS

Janaina Veronezi Alberton, Luiz Oswaldo Coelho, Olirio Viel, Luiz Augusto Peruch, Athos de Almeida Lopes Filho

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OESTE CATARINENSE: PROJETO FEMOC/UNIMOC

Ludimar Pegoraro, Fátima Noely da Silva, Carlos Alberto Zorzo

PROJETO LEITOR: O USO DE QUADRINHOS NA SALA DE AULA

Nielson Ribeiro Modro

PERFIS DE DISSOLUÇÃO DE COMPRIMIDOS LIQUISÓLIDOS DE GENFIBROZILA

Bianca Ramos Pezzini, Kerolin Susan Possamai, Melissa Zétola, Giovana Carolina Bazzo

FACES (E INTERFACES) DOS NATIVOS DIGITAIS: UM ESTUDO COM OS INGRESSANTES 2012 NA UNIDAVI SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DAS TIC

Airton Lorenzoni Almeida

PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO SAMBAQUI CABEÇUDA 01 – LAGUNA /SC

Deisi Scunderlick, Eloy de Farias, Paulo De Blasis

PROJETO BODIESEL: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO DE PARCERIAS

Elisa Helena Siegel Moecke, Ana Regina de Aguiar Dutra, Ivete Rossato, Steffan Macali Werner, Aline Ferreira Ali de Ávila, Thayse Correa da Silveira

PRODUÇÃO DE LEITE COM BAIXO TEOR DE LACTOSE UTILIZANDO β -GALACTOSIDASE IMOBILIZADA EM UM HIDROGEL DE QUITOSANA

Bruno R. Facin, Bruna Moret, Marina de S. Melchiors, Fernanda Zonatto, Alexandre T. Paulino

INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL NA MESORREGIÃO OESTE SANTA CATARINA: ESTRATÉGIAS E AÇÕES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

Elton Luiz Nardi

Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
E-mail: elton.nardi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

Em vista da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e de sua condição de tradutor oficial da qualidade nesse nível educacional, as escolas vêm sendo chamadas a propor medidas visando ao alcance de melhores resultados, estes perspectivados em metas traçadas pelo Governo Federal e pactuadas entre o Ministério da Educação (MEC) e as unidades subnacionais. Do ângulo da função creditada ao Ideb e de seu papel nos contextos locais, ações e estratégias de iniciativa das redes e escolas públicas de educação básica não só são consideradas necessárias como delas é esperada focalização em âmbitos julgados potenciais à melhoria dos indicadores que compõem o índice oficial. Ademais, foi com base nos resultados do Ideb de 2005 que o Governo Federal elegeu um conjunto de municípios brasileiros como prioritários para receber auxílio técnico e/ou financeiro do MEC no traçado e implementação de ações dessa natureza. Em Santa Catarina, 51% dos municípios considerados prioritários situam-se na mesorregião Oeste do estado, o que representa aproximadamente 17% do total de municípios da área de abrangência. Observando-se o Ideb da rede pública desses municípios, verifica-se um crescimento nos resultados oficiais desde que iniciou a avaliação que resulta no índice, fenômeno que se estende à maioria dos municípios brasileiros e que levou muitos deles, já em 2009, a superar as metas traçadas para o biênio. Não obstante os avanços registrados, na etapa final do ensino fundamental os indicadores de desempenho têm sido menores, o que significa um crescimento menos expressivo do Ideb. Em vista desse cenário e dadas as especificidades dos municípios da mesorregião Oeste de Santa Catarina, diversos deles apresentando difíceis condições desenvolvimento socioeconômico, a pesquisa compreende o monitoramento processual e constante dos resultados educacionais oficiais e o acompanhamento de ações desenvolvidas por um conjunto representativo de redes e escolas municipais visando à melhoria da qualidade da educação.

Elton Luiz Nardi

OBJETIVO

O projeto busca avaliar a potencialidade e o alcance das estratégias e ações deflagradas por redes e escolas municipais de ensino fundamental da mesorregião Oeste catarinense, no período de 2010 a 2014, visando à melhoria da qualidade educacional apontada nos indicadores de desenvolvimento da Educação Básica. Propõe captar, por um lado, a diversidade e a natureza das estratégias e ações dessas redes e escolas no tocante à oferta de uma educação de qualidade no ensino fundamental e, por outro, o potencial das medidas adotadas na melhoria efetiva da qualidade educacional.

METODOLOGIA

O campo de investigação compreende uma representação de redes municipais composta por 18 municípios da mesorregião, definida pelos critérios de porte populacional e de localização geográfica, garantida a inclusão de, ao menos, 50% de municípios considerados prioritários para o recebimento de auxílio técnico e/ou financeiro do MEC. Em relação ao porte populacional, o critério considerou 50% de municípios com até 10.000 habitantes (Grupo 1), 30% de municípios com mais de 10.000 até 30.000 habitantes (Grupo 2) e 20% de municípios com mais de 30.000 habitantes (Grupo 3). Quanto ao critério de localização geográfica, foi garantida a representação de, ao menos, um município por área de abrangência de cada uma das 15 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) existentes na mesorregião. Além das redes municipais de ensino, em cada município foi definida a representação de uma escola, cujos critérios de escolha foram a oferta preferencial de ensino fundamental completo e o registro, em 2007, do menor Ideb no âmbito da rede. Para a recolha dos dados e informações, a pesquisa mobiliza, basicamente, dois conjuntos de procedimentos interdependentes e entrecruzados a cada etapa: o levantamento de dados oficiais junto a bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a consulta a sujeitos dos governos municipais e das escolas amostradas, tendo por referência temporal os biênios 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013, que correspondem a edições da Prova Brasil. Com o primeiro conjunto de procedimentos realiza-se o monitoramento dos resultados do Ideb dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental das redes e escolas municipais amostradas, bem como, dos indicadores constituintes do índice. Com o segundo conjunto procede-se a recolha, através de questionários e entrevistas semiestruturadas, de dados e informações sobre estratégias e ações relacionadas à infraestrutura escolar, gestão educacional, formação dos profissionais do magistério da educação básica e práticas pedagógicas para o ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, bem como o levantamento de leituras de docentes e gestores acerca da repercussão destas ações e estratégias na melhoria da qualidade da educação. Além do processo investigativo, o projeto promove o desenvolvimento de ações voltadas à ampla divulgação dos resultados e da produção científica filiada à pesquisa, especialmente junto às redes e escolas envolvidas, em eventos e periódicos da área da Educação e no *website* do projeto.

Elton Luiz Nardi

RESULTADOS

O monitoramento dos resultados educacionais e das ações e estratégias deflagradas pelas redes e escolas indica que, de modo geral, o conjunto vem demonstrando crescimento nos seus indicadores de desenvolvimento educacional, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, muito embora seja evidenciado um quadro díspar desse desenvolvimento entre redes e escolas que apresentam características organizativas e contextuais muito semelhantes. Ainda que os dados indiquem um quadro evolutivo em relação às metas oficiais, assim como indicadores de rendimento que informam taxas de aprovação já muito próximas de 100%, persiste o desafio da melhoria nos níveis de apropriação da capacidade de leitura e interpretação e de resolução de problemas matemáticos, em vista do desempenho dos estudantes na Prova Brasil, já que na massiva maioria das redes e escolas pesquisadas os estudantes não têm alcançado a pontuação considerada desejável em cada uma das áreas de conhecimento avaliadas. Em relação às ações e estratégias propostas com o propósito da melhoria da qualidade da educação, há indicativos de certa sintonia entre as medidas informadas pelos gestores das redes e os das escolas. Os problemas mais frequentes a que as escolas se propõem a enfrentar, visando à melhoria da qualidade e a partir dos quais têm decorrido as ações e estratégias informadas, relacionam-se especialmente a recursos pedagógicos, condições físicas, planejamento e organização didático-pedagógica. As ações mais recorrentes têm compreendido, principalmente, a dimensão da infraestrutura escolar (recursos pedagógicos e condições físicas), seguida da dimensão da gestão educacional. No tocante à primeira dimensão, prepondera a aposta na aquisição de material didático-pedagógico, na melhoria do acervo da biblioteca e na aquisição de mobiliário escolar. Quanto à segunda dimensão, desponta como principal ação a reformulação do projeto político-pedagógico. Com menor expressão aparecem as dimensões relativas à formação dos profissionais da educação básica, na qual sobressai a realização de cursos de aperfeiçoamento, e à prática pedagógica, que aposta na realização de aulas de reforço para alunos com dificuldades de aprendizagem. A leitura que fazem os sujeitos escolares da pesquisa – diretores e professores – dá indicativos de que as ações e estratégias eleitas e implementadas pelas escolas têm potencial para favorecer a melhoria da qualidade da educação e vêm cumprindo essa função, sendo poucas as opiniões que sugerem reservas a ações e estratégias como meio para a promoção da melhoria almejada.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados dos primeiros dois anos de investigação, o que as redes e escolas pesquisadas apontam como problemas de maior expressão e o que propõem em termos de ações e estratégias, ainda que nem sempre com refinada sintonia, sinaliza, antes de tudo, a busca por condições objetivas para o trabalho educativo, atestada pela prevalência de ações e estratégias em torno de recursos pedagógicos e de condições físicas das escolas. No entanto, não se identifica uma correspondência uniforme entre as ações dessa natureza, mobilizada pela massiva maioria das escolas, e o alcance de melhores índices e indicadores oficiais, especialmente quando observados os resultados da Prova Brasil. Uma melhor correspondência é sim mais bem identificada entre as

Elton Luiz Nardi

ações e estratégias e os resultados internos que as escolas, por meio dos seus gestores, declaram ter alcançado com a implementação das ações. De modo geral, os resultados dizem respeito ao aprimoramento das condições para desenvolver o trabalho educativo, à melhoria na aprendizagem dos alunos e ao seu maior envolvimento, participação e interesse pelas atividades escolares. Ao considerar que as escolas de educação básica têm sido chamadas a propor medidas que possibilitem o alcance de melhores resultados educacionais, reforça-se tanto o seu desafio de corresponder a esta e a outras demandas e objetivos locais como o de traçar e implementar apropriadamente ações e estratégias para o enfrentamento de problemas que julgam centrais. Assim, se por um lado impõe-se às redes e escolas o alcance das metas nacionais do Ideb, indicativas de padrões de qualidade da educação, para o que se impõe a melhoria nos níveis de proficiência representada pelo desempenho dos estudantes na Prova Brasil, por outro lhes é devida a atenção ao projeto político-pedagógico e à realidade social de suas comunidades, também referenciais para a construção de uma qualidade social da educação.

Palavras-chave: Indicadores de qualidade do ensino fundamental. Estratégias e ações. Redes e escolas municipais.

Fonte de financiamento: CAPES/Programa Observatório da Educação.

O DIREITO SOCIAL À MORADIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

Rogério Luiz Nery da Silva, Thuany Klososki Piccolo
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
E-mail: dr.rogerionery@gmail.com

INTRODUÇÃO

A moradia é uma necessidade básica de qualquer pessoa, servindo-lhe de suporte para sua existência e sobrevivência, local de repouso e proteção contra os agentes externos para si e para sua família. Daí depreende-se a importância de zelar pelo reconhecimento, pela garantia e pela efetivação desse direito fundamental. O conceito de moradia ultrapassa a questão da casa própria, compreendendo além da ideia de posse, propriedade, mera detenção ou ocupação. Nesse sentido, a moradia pode ser entendida como o espaço que possibilita ao indivíduo o exercício de seu direito de viver com segurança, paz e dignidade. Por esse motivo, a moradia consiste em um direito fundamental do ser humano por ser essencial para que a dignidade seja concretizada, razão pela qual é classificado como um direito social de caráter prestacional, que pode ser exercido tanto na esfera individual quanto familiar. Os problemas relacionados à efetivação do direito à moradia são os mais variados e, muitos deles, de notável complexidade. Do ponto de vista das políticas públicas, pode-se relacionar o elevado déficit de oferta de unidades habitacionais, principalmente para a população de média e baixa renda e, nesse sentido, a ocupação desordenada e pouco racional das cidades contribui com esse quadro.

OBJETIVOS

O direito social à moradia vem se destacando nas discussões jurídicas e sociais em razão dos elevados índices de déficit habitacional urbano e da dificuldade de acesso à moradia digna para as parcelas mais pobres da população. Nesse sentido, o presente estudo pretende analisar a evolução histórica e legislativa do direito em questão, bem como conhecer as políticas públicas habitacionais implementadas no Brasil, servindo de apoio para discutir esta problemática com mais propriedade.

Rogério Luiz Nery da Silva, Thuany Klososki Piccolo

METODOLOGIA

O trabalho se baseia na análise da literatura sobre o direito à moradia e, por isso, optou-se pela pesquisa bibliográfica. Por se tratar de um estudo em fase inicial, tal método possibilita o conhecimento de informações sobre publicações e autores especializados na área e também sobre a situação do problema de pesquisa. Diante dos pontos já tratados pelos estudos anteriores é possível explorar novos pontos ou até abordar pontos já estudados de uma outra maneira e promover novas discussões.

RESULTADOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) foi o primeiro documento internacional a contemplar o direito à moradia em seu texto, incluindo-o na cláusula XXV (1), junto com outros direitos sociais, tais como saúde e alimentação. Faz-se necessário mencionar que, por causa de seu caráter declaratório, há a frequente discussão acerca da efetividade e da exequibilidade dos direitos previstos nesta Declaração, já que não possui o condão de coagir os Estados-membros à sua observância e atendimento. Diante disso, a ONU percebeu a necessidade de editar um novo documento que pudesse ratificar a força desejada inicialmente com a Declaração, por meio de um pacto que, mediante assinatura teria maior poder coercitivo. Esse documento consiste no Pacto Econômico dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e foi ratificado pelo Brasil apenas em 1992. Apesar disso, o direito à moradia só foi incorporado ao texto constitucional em 2000 por meio da Emenda Constitucional nº 26 no rol dos direitos fundamentais sociais do artigo 6º. Por se tratar de um direito fundamental, o direito à moradia deve ter aplicação imediata e eficácia plena e, em que pese a sua superior relevância e sua indeclinável natureza de direito social, é necessário distinguir que os conteúdos dos princípios da aplicabilidade imediata e da eficácia plena compõem conceitos jurídicos distintos, que não se igualam, não se sobrepõem e nem se confundem. Em se tratando dos países da América Latina, vários deles incluíram o direito à moradia em seus textos constitucionais, como se verifica, por exemplo, nas Cartas do Uruguai, México, Paraguai, Colômbia e Equador, em cujos textos figura a previsão da moradia digna e/ou adequada. O processo de habitação no Brasil se mostra deficitário desde o início da colonização pela falta de planejamento e pela ocupação desordenada do espaço urbano. Observa-se que a situação se tornou mais crítica no final do século XIX e início do século XX quando a população urbana aumentou consideravelmente em função da abolição da escravatura e do crescimento do processo de industrialização. A primeira ação do governo no sentido de reduzir o déficit habitacional foi a Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, cujo objetivo consistia no financiamento da construção de casas para a população de baixa renda, o que, ao mesmo tempo, incentivava a indústria de materiais de construção. Em 1964, a FCP foi substituída pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cujas ações iam além da questão habitacional, preocupando-se com o desenvolvimento do país e a dinamização da economia. Nesse mesmo ano, foi criado o principal órgão da política habitacional, o Banco Nacional de Habitação (BNH), responsável por orientar, disciplinar e controlar

Rogério Luiz Nery da Silva, Thuany Klososki Piccolo

a atuação do SFH na construção e aquisição de casas próprias para a população de baixa renda. As fontes de recurso do BNH eram as contribuições compulsórias dos salários daqueles formalmente empregados no mercado de trabalho com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pela captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). De certa forma, como o BNH dificultava o acesso de famílias de baixa renda aos empréstimos, o número de habitações informais cresceu significativamente, motivando a criação de programas habitacionais, como PROFILURB (1975), PRO-MORAR (1979) e Programa de João de Barro (1982), destinados à população de renda inferior a três salários mínimos. Na década de 1980, a dificuldade no pagamento dos financiamentos em razão dos altos reajustes das prestações por causa da elevada taxa de inflação em contraposição dos baixos reajustes dos salários da população resultou em altas taxas de inadimplência, gerando uma situação insustentável e o conseqüente fim do SBPE e do BNH. Com a extinção do BNH em 1986, suas atribuições e responsabilidades foram transferidas para a Caixa Econômica Federal e a política habitacional, durante os anos 90, foi marcada por ações governamentais com resultados pouco expressivos em comparação com os objetivos iniciais consideravelmente elevados, como o Plano de Ação Imediata para a Habitação (1990), o Habitar Brasil (1992-1994) e o Morar Município (1992-1994). A primeira década dos anos 2000 se caracterizou pela criação do Ministério das Cidades (2003), do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005), pela implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (2007) e do programa Minha Casa, Minha Vida (2009), aos quais, a princípio, é atribuída a queda do déficit habitacional urbano. Verifica-se que, apesar de várias iniciativas governamentais sob a forma de políticas públicas, o déficit de oferta de moradias de baixo e médio custo ainda é uma situação muito preocupante. Pode-se afirmar que os objetivos dos programas implementados foram, possivelmente, supra-estimados e, por isso, deixaram de ser alcançados. Além disso, identifica-se um misto de otimismo, irresponsabilidade e, talvez, oportunismo eleitoral. Não foram observadas ações que atuassem no sentido de desestimular a migração inter-regional no país, pois, certamente, esse fato é um dos principais responsáveis pelo crescimento acelerado e desordenado das grandes cidades. A história brasileira demonstra que o Estado não foi capaz de garantir a igualdade habitacional, tanto por intervenções operativas quanto por reformas pontuais. Como se constatou, os interesses da população, especialmente a de baixa renda, tem sido atendidos de forma parcial, incompleta e até injusta, pois na grande maioria das vezes os benefícios se concentraram entre as classes média e alta, sem resolver os problemas da classe baixa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma moradia adequada que garanta condições mínimas de segurança e qualidade de vida é pressuposto básico fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial. Como foi visto, o histórico das políticas públicas habitacionais no Brasil mostra que os principais programas não conseguiram atingir os resultados desejados entre as camadas sociais mais baixas, pois, em sua grande maioria, facilitaram os financiamentos para as classes média e alta, contribuindo para o alto déficit habitacional. Por isso, a atuação do Estado no sentido de

Rogério Luiz Nery da Silva, Thuany Klososki Piccolo

proteger esse direito é fundamental, de forma que é nítida a necessidade de maior compromisso do Estado com a formação e implementação de políticas públicas que criem condições para que as famílias tenham acesso à moradia e aos serviços sociais básicos.

Palavras-chave: Direito à moradia. Direito fundamental social. Políticas públicas habitacionais.

Fonte de financiamento: PIBIC/Unoesc.

A VALORIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA FRENTE AO DIREITO DE TESTAR E GARANTIR HERANÇA PARA A FUTURA PROLE: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO NASCITURO E DO NÃO CONCEBIDO

Caroline dos Santos

E-mail: carolsantos.com@hotmail.com

Anna Lúcia Martins Mattoso Camargo

E-mail: anna.lucia07@hotmail.com

Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa objetiva a realização de um estudo sobre os direitos sucessórios do nascituro e do não concebido, e em especial este último só pode herdar por testamento mediante os ditames do artigo 1798 e 1799, inciso I do Código Civil de 2002, protegido pelo artigo 5^a inciso XXX da Constituição Federal. Especificando como, legalmente, pode ser protegido o direito sucessório do nascituro, já concebido que está no ventre materno no período de gestação, e o não concebido, quando ocorre o depósito de sêmen em um banco especializado por contrato, e o testador deve expressar de modo especificado o destino do material genético, para fins de reprodução, após sua morte. O método de pesquisa é o dedutivo inicia com os aspectos gerais do direito a sucessão legítima e se desenvolve para os direitos sucessórios do nascituro e do não concebido. A técnica de pesquisa é a bibliográfica utilizando livros, publicações jurídicas e o Código Civil brasileiro de 2002. Apresentam-se as teorias da origem da vida, para entender a influência da personalidade jurídica frente a capacidade sucessória, que é um direito fundamental, priorizando a dignidade humana¹ da pessoa do testador, respeitando seu ato de última vontade e valorizando a Família. As novas necessidades sociais exigem amparo doutrinário e legal para garantir o direito de herança aos futuros descendentes, denominados de nascituro e não concebido, priorizando a transmissão de patrimônio entre pais e filhos frente a aplicação da dignidade humana nas relações familiares e consequente valorização da família². A transmissão da herança, além de ser um direito fundamental é feita de duas formas, através da lei de acordo com a ordem de vocação hereditária estabelecida no artigo 1829 do Código Civil de 2002 e por testamento ou vontade expressa do titular dos bens a serem transmitidos. Assim, a sucessão se divide em sucessão legítima e sucessão testamentária, se o autor da herança optar pela sucessão testamentária³ fica obrigado a reservar os direitos dos herdeiros necessários, que são descendentes, na falta destes ascendentes e cônjuge que pode fazer concorrência com os descendentes, de acordo com o artigo 1845 do Código Civil⁴. A pesquisa teve como problemas os seguintes questionamentos a serem respondidos no decorrer da pesquisa: Qual é a ordem de vocação hereditária, prevista no sistema jurídico brasileiro? A existência de

Caroline dos Santos, Anna Lúcia Martins Mattoso Camargo

personalidade jurídica no nascituro, de acordo com as diferentes teorias jurídicas e o que se entende doutrinariamente sobre a definição legal do não concebido? Como é garantido o direito de herança do nascituro e do não concebido na legislação sucessória brasileira, para manter o patrimônio familiar? Diante dos problemas formulados, elegeram-se as seguintes hipóteses: A ordem de vocação hereditária esta prevista no artigo 1829 CC, designando quem será chamado a suceder, em concorrência ou na falta de algum herdeiro; Para participar da ordem de vocação hereditária faz-se necessário a aquisição da personalidade jurídica, a doutrina e a lei determinam quando inicia essa personalidade, no nascituro e esclarece as possibilidades do não concebido receber patrimônio de sua futura família.

OS OBJETIVOS:

desse trabalho são: a) Compreender a o significado jurídico do não concebido e do nascituro; b) Esclarecer a base legal da legislação brasileira, que ampara os direitos sucessórios do nascituro e do não concebido, uma vez que não possuem capacidade jurídica; c) Analisar como a família pode garantir os direitos sucessórios do não concebido e do nascituro, priorizando e valorizando a dignidade humana do feto e do titular do patrimônio que faleceu e deixou sua ultima vontade através de testamento válido.

METODOLOGIA:

Quanto ao método de abordagem, utilizou-se o dedutivo, que consiste em estabelecer um tema único iniciando a pesquisa pelos aspectos gerais do direito sucessório, evoluindo para a especificação do tema, verificando os fundamentos e argumentos jurídicos doutrinários e legais, na busca de proposições científicas que os sustentem. A área de estudo se restringirá a doutrina jurídica e legislação pátria. Quanto aos fins, a pesquisa se enquadra como explicativa, pois procurará assegurar, além de uma descrição implícita no trabalho, a necessária e salutar avaliação crítica da temática estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O nascituro, ou seja, aquele que está no ventre materno, pode exercer sua personalidade jurídica⁵ ao nascer com vida, conseqüentemente terá direito a herança, mesmo que logo após nascer e respirar venha a óbito, não importa se a sua parte da herança irá para os seus herdeiros, mas quando está no ventre ou em desenvolvimento, pode ter expectativas de direito e reserva legal, mas se não chegar a nascer sua quota-parte reservada vai para os demais herdeiros de acordo com a ordem hereditária estabelecida no artigo 1829 do Código Civil de 2000⁶. Existem três teorias a respeito da personalidade jurídica do nascituro: a natalista; a condicionalista; a concepcionista: a teoria natalista está fundamentada na primeira parte do art. 2º do Código Civil⁷ que assim estabelece: “a personalidade civil começa com o nascimento com vida”, analisando a primeira parte do artigo

Caroline dos Santos, Anna Lúcia Martins Mattoso Camargo

acima deparamo-nos com dois elementos distintos, que juntos estabelecem o momento do início da personalidade civil, qual seja, nascimento e a vida. Observa-se na teoria condicionalista que o nascituro tem personalidade desde a sua concepção, porém o nascimento com vida é condição para adquirir direitos. Como o próprio nome já diz, essa teoria nos remete à condição do nascimento com vida para atribuição da personalidade⁸. A teoria concepcionista defende a tese de que o nascituro desde a concepção irá ter direitos através da personalidade jurídica que tem ao ser concebido, conforme os doutrinadores estabelecem, como exemplo dessa teoria verifica-se o instituto jurídico dos alimentos gravídicos dados a mãe que gera o bebê em seu ventre e se a gravidez for interrompida por qualquer motivo cessa o direito aos alimentos, que tem como objeto o bom desenvolvimento do feto no ventre materno, tem origem do direito francês⁹. O não concebido diferencia-se do nascituro, pois ainda não houve a fecundação, isto é, o sêmen e óvulo estão congelados, o mais comum é o sêmen masculino, em clínicas especializadas, através de contrato. A pessoa que vai fecundar está especificada em testamento e a sua futura fecundação origina direitos hereditários que para serem exercidos devem obedecer o prazo legal previsto no art. 1800, § 4º do Código Civil¹⁰, ou seja, a prole eventual deve ser fecundada dois anos após a abertura da sucessão, para a validade de seus direitos sucessórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com a consolidação da presente produção acadêmica infere-se que é possível o exercício legal do direito sucessório do nascituro e do não concebido na legislação civil brasileira. O tema da pesquisa é objeto de estudo e a aplicação dos ditames legais podem ter interpretações divergentes, mas para priorizar a ética e o bem estar social a doutrina jurídica e a lei precisam priorizar a dignidade humana¹¹ como valor maior da transmissão de bens após a morte dos membros da família, mantendo a segurança jurídica das entidades familiares, permitindo que o nascituro e o não concebido tenham seus direitos sucessórios garantidos.

Palavras-Chave: Sucessão. Nascituro. Não Concebido. Testamento. Família.

NOTAS

- 1 TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA Heloisa Helena; MORAIS,. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Revonar, 2004.
- 2 SARLET, Ingo Wolfgang (organizador), **Dimensões da Dignidade: Ensaio de Filosofia e Direito Constitucional**. 2ª Edição revisada. e ampliada. Editora Livraria do Advogado, 2002.
- 3 Testamento: Artigo 1.626 do Código Civil – “Considera-se testamento o ato revogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei, dispõe, no todo ou em parte, do seu patrimônio, para depois de sua morte”.
- 4 OLIVEIRA, Euclides de. **Direito a Herança: A nova ordem da Sucessão**, 2ª edição, São Paulo: Saraiva 2009.
- 5 Personalidade jurídica : “conjunto de características e atributos da pessoa humana, considerada objeto de proteção privilegiada por parte do ordenamento, bem jurídico representado pela afirmação da dignidade humana” (TEPEDINO *et al*, 2004, p.04).
- 6 FIUSA, César, Direito Civil, **Curso Completo**, 13ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

Caroline dos Santos, Anna Lúcia Martins Mattoso Camargo

- 7 BRASIL. Vade Mecum, **Código Civil** Lei n. 10.406, de 10-1-2002, 12ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2011.
- 8 HORTA, Ana Clélia Couto, publicado, Rio Grande. **Nascituro: direito a vida, direito a alimentos.** Disponível: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5311. Acesso em 12 de dezembro de 2012.
- 9 GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA Filho, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**, Vol 6, 2ª edição.rev. e atual. São Paulo: Saraiva 2012.
- 10 Art. 1.800 do Código Civil.” No caso do inciso I do artigo antecedente, os bens da herança serão confiados, após a liquidação ou partilha, a curador nomeado pelo juiz.[...] § 4º Se, decorridos dois anos após a abertura da sucessão, não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos.”
- 11 DIGNIDADE HUMANA é a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para a vida saudável, para que tenha bem-estar físico, mental e social, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.” (SARLET,2002)

A PARTIR DE NIETZSCHE, RELAÇÕES E INTER-RELAÇÕES DA FILOSOFIA E POESIA

Jéferson Luis de Azeredo
E-mail: jeferson@unesc.net

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

RESUMO

Este trabalho procura elucidar a possibilidade da filosofia e da poesia estarem juntas na produção do conhecimento, uma proposição ao próprio processo formativo e construtivo. Nietzsche é reapresentado na discussão do problema, principalmente com seus últimos escritos, trazendo consigo seu Zaratustra, em que nele (dele) é re-inaugurado uma escrita filosófico-poética com elementos da música e de teatro, com destaque à especulação e exaltação da vida enquanto centro da discussão. Propunha-se com Nietzsche a produção de conhecimento que “desformaliza” o que pode por fim ao próprio processo, é agora a elaboração do que seria a união entre a força vivificante da poesia enquanto arte e da filosofia como produtora de conceitos. Em “Assim falou Zaratustra”, o pensamento de Nietzsche abandona a “linguagem da filosofia”, destinada tão somente a da concreção em palavras e representações e conceitos, formulando-os e elucidando-os da melhor maneira, pela forma “poética”; expressa ideias, sem dúvida, mas revestindo-as de imagens, tropos, alegorias, parábolas, simbolismos etc...

Palavras-chave: Filosofia; Poesia; Conhecimento; Linguagem.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz uma discussão que permite abrir interrogações tanto de caráter linguístico como no campo filosófico. Interroga-se algumas escritas de Nietzsche, quando ele se volta à poética para fazer filosofia¹. A interrogação aqui tem também como pano de fundo o próprio fazer filosófico; considerados aqui como espaços que se constituem em variações infinitas do pensamento.

Nietzsche inaugura uma escrita filosófico-poética com elementos da música e de teatro, com destaque à especulação e exaltação da vida enquanto centro da discussão.

A retomada dos estilos literários gregos, bem como seus conteúdos, Nietzsche obtém iniciando do último período na divisão que Platão faz no livro “A República” (Livro III, 394, 2001), uma divisão

Jéferson Luis de Azeredo

acerca dos gêneros literários (muito embora sem rótulo), em que aparece uma divisão tripartite da Literatura, interessando tanto à História quanto à Filosofia: 1º) a tragédia e a comédia (o teatro); 2ª) o ditirambo (a poesia lírica); e 3º) a poesia épica. Tais divisões indicam o percurso de Nietzsche até sua criação de Zaratustra.

Zaratustra é referência para esta compreensão, entretanto, não se trata de encerrá-lo em gêneros literários ou moldes pré-estabelecidos, isso seria um grande erro e limitaria a obra, e, com certeza, a própria intenção de Nietzsche, mas, pretende-se aproximá-la de uma caracterização que a introduza a uma melhor compreensão sobre a intenção do autor, em que também fica evidente ao longo de todas as suas obras a análise que Nietzsche opõe arte e conhecimento racional, valorizando especialmente a arte trágica em detrimento da pretensão que caracteriza a ciência de instituir uma “dicotomia total de valores entre a verdade e o erro” (MACHADO, 1984, p. 8). É o que Nietzsche chama de civilização socrática que se opõe a arte trágica da Grécia arcaica.

À primeira vista, a nova linguagem que o filósofo inventa em “Assim falava Zaratustra” parece uma mistura de “verdade” e “poesia”. Mas, nele, Nietzsche agencia um conteúdo filosófico e uma forma literária que se mostram indissociáveis (MARTON, 1997, p. 07-15). Há que se possa inferir que o livro também poderia ser uma “pregação moral”, uma “sinfonia”, uma “poesia”, um “escrito sagrado” – e, também, nada disso. Por certo, Nietzsche recorre nessa obra a uma forma estilística que apresenta múltiplas implicações. Vê-se que ela é tributária do Novo Testamento e dos dramas musicais de Wagner (SALAQUARDA, p. 17-39, 1997).

Ressalta-se que, além de Zaratustra não apresentar caráter sistemático ou conceitual, mantendo principalmente originalidade estilística desvinculado da exposição de ideias lógica argumentativa e ou a palavra do conceito (MACHADO, 2011, Apud NIETZSCHE, 2011a), fugindo da tradição filosófica, só é bem compreendida quando situado com a obra “O nascimento da tragédia” (primeiro livro do autor, escrito em 1871). Obra esta que marca a relação com a tragédia grega, ponto inicial que possibilita compreender a relação com a poética, abordado na sequência deste trabalho

NIETZSCHE: “ADMIRADOR” DAS EPOPÉIAS E DA TRAGÉDIA GREGA

Poesia enquanto filosofia, ou filosofia enquanto poesia? Antes desta pontual análise, é importante retomar o caminho percorrido por Nietzsche, caminho este que o “desperta” a essa singular maneira de fazer filosofia utilizando-se da poesia.

No livro “O nascimento da tragédia” coloca-se a arte trágica em lugar privilegiado, pois com ela que se chega à “revelação daquilo que haveria no fundo da existência, da verdade sobre a vida” (MENDONÇA, 1997). É uma busca da existência que só se completa na constituição do feliz e do trágico, negar qualquer parte humana, é negar o próprio fazer-se humano.

Nesse conceito de arte que, em ‘O nascimento da Tragédia’, pode-se percebê-lo produto dos espíritos “apolíneo e dionisíaco”, sendo que do primeiro provêm às artes plásticas e do segundo a arte musical, e ainda, dos dois, de sua fusão “a obra superior que será ao mesmo tempo apolínea e

Jéferson Luis de Azeredo

dionisiaca, – a tragédia ática”, a evolução da arte que “resulta do duplo caráter do espírito apolíneo e do espírito dionisiaco” (NIETZSCHE, 2010, § 1).

Percebe-se assim que a arte deva retomar o caminho da tragédia, propiciando a expressão harmoniosa e conjunta de dois espíritos fundamentais à vida humana. Afirma-se que a centralidade de Nietzsche não é fazer história da literatura, e sim encontrar na tragédia um meio de refletir sobre a natureza da criação literário-filosófica, segundo a qual o verdadeiro artista é aquele que dá vazão aos espíritos vitais da natureza, da vida e, nesse sentido, facultando a configuração da “obra de arte total”.

De modo menos direto, podem-se considerar igualmente produtos de “O nascimento da tragédia” como a superação da dicotomia entre arte e vida, em que a primeira se caracteriza pelo abandono e a segunda pelo pragmatismo.

Já se vê que o mundo grego de Nietzsche é o da poesia; ou, se se quiser reservar esse conceito para uma produção de estilo mais específico, dele é o mundo grego literário, que se transmitiu pela escrita.

Os elementos que compõem o mundo exterior somente interessam e aparecem no poema quando interiorizados, ou como áreas específicas em que o “eu” do poeta se projeta, de um modo que significa, afinal de contas, estar o “eu” à procura da própria imagem, refletida na superfície do mundo físico. Tudo se passa como se o poeta apenas estivesse concentrado nos seres e coisas que fossem a emanção do seu próprio “eu”. O mundo subjetivo e objetivo aderem-se, imbricam-se, formando uma só entidade, subjetivo-objetiva, com a predominância do primeiro. Diante disso, pode-se compreender que a poesia seria a comunicação, uma forma de transposição do “eu”, do interior vir à tona por meio da linguagem poética, ou seja, é a literal expressão do “eu”.

Portanto, é uma movimento interno-externo, em que configura-se com o poeta dirigindo-se para dentro do seu eu interior, numa ação chamada ‘introflexão’ que procura aquilo que o revela, enquanto artista, diferenciado, dando seu legítimo espaço, diferente das demais criaturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Assim falou Zaratustra”, em outras palavras, o pensamento de Nietzsche abandona a prosa propriamente dita, a linguagem da filosofia, destinada tão somente a da concreção em palavras e representações e conceitos, formulando-os e elucidando-os da melhor maneira, pela forma “poética”; e expressa ideias, sem dúvida, mas revestindo-as de imagens, tropos, alegorias, parábolas, simbolismos etc... Muito embora, em vez do verso, ele adote uma prosa rítmica, que, nesse filho de pastor protestante, educado na infância para teólogo e pietista, recorda, amiúde, o versículo bíblico: “esta obra é um caso inteiramente a si”, afirma ele a esse propósito, em ‘Ecce Homo’. Nesta obra ainda acrescenta seu conceito do que seja, e após dionisiaco, escreve referindo-se ao espírito de Zaratustra: “Que linguagem falará um tal espírito, quando falar consigo mesmo? A linguagem do ditirambo. Eu sou o inventor do ditirambo.” (MACHADO, 2001, p. 20). Assim.

Jéferson Luis de Azeredo

Acontece, porém, que essa poesia-filosófica fosse ou não sugerida pelas recordações de fragmentos pré-socráticos, tem por autor um escrito pós-romântico, admirador de Goethe, de Byron, de Holderlin. E que ao lado de todos os artifícios alegóricos e simbólicos com os quais ele quis velar, ao mesmo tempo que revelava, o seu pensamento, e com este estreitamente entrelaçados, encontram-se, por entre os hinos de exaltação da vida e da natureza, os desabaços de Nietzsche o solitário, o incompreendido, o amargurado – e, também, enfermo – mas orgulhoso e feliz de toda a nova conquista de sua mente e fiel à sua máxima: “*Amor fati*”; o Nietzsche-Zaratustra que hora sente a necessidade de ilhar-se em píncaros cada vez mais inacessíveis, para aprofundar e enriquecer sua sabedoria e enrijar a vontade de não tolerar que a corrompam, ora almeja por mãos que se estendam para ele e às quais possa dar o demasiado mel, que ajuntou, dessa sabedoria. E, então, já não se trata apenas de ideias: o que, juntamente com elas, as palavras transmitem são o grito de dor ou de júbilo, [...] enfim, aquilo que, desde sempre, for matéria de poesia. (MACHADO, 2001, p. 21-22).

Portanto, são as explicações que descolam Zaratustra a uma nova singularidade estilística, que pode ser dividida em

a) pelo deslocamento de uma linguagem conceitual a uma linguagem artística, ou, mais precisamente, a uma linguagem poética; b) pelo deslocamento de uma linguagem sistemática, argumentativa, que propõe uma teoria, característica da filosofia em quase sua totalidade, a uma linguagem construída de forma narrativa e dramática. (Idem).

Formas que fazem da poesia uma linguagem filosófica, aparentemente sem “nenhum interesse filosófico evidente” (HÉRBER-SUFFRIN, 2003, p. 07), mas revelando-se ao longo do texto em uma produção conceitual marcada fortemente pela exaltação da vida e de toda forma de opressão moral e social. Zaratustra um homem livre.

REFERÊNCIAS

HÉRBER-SUFFRIN, Pierre. **O “Zaratustra” de Nietzsche**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003, p. 161.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 2ª ed. 188p.

_____. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Rocco. 1984, p. 133

_____. **Zaratustra, tragédia nitschiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. 3ª ed. 176p.

MARTON, Scarlett. Nietzsche e a celebração da vida: A interpretação de Jörg Salaquarda. In: **Cardernos Nietzsche**. 2, p. 07-15, 1997.

MENDONÇA, Alexandre. Ecce homo: um livro quase homem. In: **Cadernos Nietzsche** 14, São Paulo, Departamento de Filosofia/ USP, 1997. p. 37-63.

Jéferson Luis de Azeredo

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 2ª ed. 177p.

_____. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. 19ª ed. 381p.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2001. 320p.

SALAGUARDA, Jörg. A concepção básica de Zaratustra. In: **Cadernos Nietzsche**, 2, São Paulo, Departamento de Filosofia/ USP, 1997. p. 17-39.

NOTAS

- 1 “Ele mesmo, em carta datada em fevereiro de 1883 e dirigida ao amigo Franz Overbeck, referindo-se ao livro que estava iniciando, “Assim falou Zaratustra”, afirma: “é um poema e não uma coletânea de aforismas.” (MACHADO, 2001, p. 21)

GEOPOLÍMEROS OBTIDOS A PARTIR DE CINZAS DE CARVÃO MINERAL

Luis Philipe Spricigo, Adriano Michael Bernardin

E-mail: luisphilipe_s@hotmail.com

Grupo de Materiais Cerâmicos

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

RESUMO

Geopolímeros são aluminossilicatos tridimensionais formados rapidamente à baixa temperatura por aluminossilicatos de ocorrência natural com estrutura similar à das zeólitas. Cinzas pesadas (Tractebel Energia) foram utilizadas em onze formulações com três fatores (hidróxido, concentração e temperatura) em dois níveis segundo um planejamento fatorial fracionado. As cinzas foram secas, moídas e o hidróxido foi adicionado segundo o tipo e concentração. Os geopolímeros foram vertidos em moldes cilíndricos, curados (15 dias) e submetidos a teste de compressão. As cinzas de termoelétricas pertencem ao sistema Si-Al e por isso podem facilmente formar geopolímeros. A presença de Fe_2O_3 não afeta a obtenção dos geopolímeros. Os ensaios de compressão mostraram que é possível obter amostras com resistência comparável aos cimentos Portland convencionais.

Palavras-chave: Resíduos. Geopolimerização. Cinzas. Reciclagem.

INTRODUÇÃO

Similarmente ao processo geológico de transformação de algumas rochas vulcânicas em zeólitas que ocorre a baixas pressões e temperaturas durante a formação de rochas sedimentares, a geopolimerização pode ser modelada e conduzida em sistemas cimentícios. A síntese direta de aluminossilicatos alcalinos na composição de fase de tais sistemas cimentícios pode assegurar excelente durabilidade de rochas artificiais formadas lado a lado com novas propriedades, pois as estruturas e propriedades das zeólitas variam muito. Estes sistemas cimentícios de aluminossilicatos alcalinos foram denominados primeiramente de “solossilicatos”. Em 1972 Davidovits denominou “geopolímeros” os aluminossilicatos tridimensionais formados rapidamente à baixa temperatura por aluminossilicatos de ocorrência natural (CIOFFI et al., 2003; BAKHAREV, 2005; BUCHWALD et al., 2007).

Luis Philipe Spricigo, Adriano Michael Bernardin

A geopolimerização é análoga à síntese de zeólitas, pois a química envolvida é similar, embora os produtos resultantes sejam diferentes em composição e estrutura. Os produtos geopoliméricos não apresentam composição estequiométrica e compreendem misturas de uma estrutura amorfa a semicristalina com partículas cristalinas de Al-Si. São necessárias três fontes para a síntese de geopolímeros: as matérias-primas, uma carga inerte e o licor geopolimérico. As matérias-primas podem ser minerais naturais (aluminossilicatos) ou resíduos industriais como cinzas leves, escórias e resíduos de vidros. A carga inerte, principalmente caulinita e metacaulinita, é usada para fornecer íons Al^{3+} . O licor geopolimérico é uma solução de hidróxido alcalino necessária para a dissolução das matérias-primas enquanto a solução de silicato de sódio (ou potássio) age como um ligante, ativador alcalino e dispersante ou plastificante (AMBROISE et al., 1994; BARBOSA et al., 2000; BARBOSA e MACKENZIE, 2003).

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi o de reaproveitar as cinzas pesadas resultantes da queima de carvão mineral na região sul do Estado de Santa Catarina para o desenvolvimento de geopolímeros pela rota de síntese alcalina.

MATERIAIS E MÉTODOS

Cinzas de carvão mineral foram utilizadas como fonte de aluminossilicatos. A partir de um lote padrão as cinzas foram secas e moídas em moinho de bolas de laboratório (jarro e elementos moedores de alta alumina) durante 12 h. A cinza moída foi caracterizada por fluorescência de raios X (FRX) para determinação de sua composição química e por difração a laser para determinação da distribuição de tamanho de partículas (DTP) após moagem. Para a síntese alcalina foram utilizados NaOH e KOH de grau analítico, além de silicato de sódio (razão molar 3:1 entre $SiO_2:Na_2O$). As estequiometrias mais adequadas para geopolimerização seriam: $SiO_2/Al_2O_3=3,0\sim 4,5$; $M_xO/SiO_2=0,2\sim 0,5$; e $H_2O/M_xO=10\sim 25$. Desta forma, foi utilizada apenas cinza, com adição de NaOH e KOH e silicato de sódio para a geopolimerização, com variação de temperatura entre 50°C e 80°C na síntese.

A partir da análise química da cinza foram preparadas soluções com as seguintes estequiometrias: $SiO_2:Al_2O_3=2,5$, $Na:Al=0,85$, $K:Al=0,85$ e $H_2O:SiO_2=2,0^{(24-25)}$. A síntese dos geopolímeros foi feita pela mistura da cinza com solução alcalina de NaOH e KOH 10 M e 20 M, usando-se silicato de sódio a 1%, e misturando-se o gel por 5 min em um misturador mecânico. Após a mistura o gel foi vertido em formas cilíndricas ($\varphi=40$ mm, $h=40$ mm) e curado em estufa entre 50°C e 80°C durante 24 h.

Finalmente, os corpos de prova obtidos foram submetidos a ensaios de compressão (máquina universal de ensaios, 10 mm/min, média de 3 CP's) após cura por 14 dias. Para análise das variáveis de síntese foi utilizado um projeto fatorial 2^k . Os níveis adotados foram o tipo de base (NaOH ou KOH), o percentual de base na síntese (10% e 20%), e a temperatura de síntese (50°C e 80°C), sendo também utilizada a temperatura ambiente para comparação.

Luis Philipe Spricigo, Adriano Michael Bernardin

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise química das cinzas de carvão mineral mostra que estas são compostas majoritariamente por sílica e alumina, além de pequena quantidade de óxidos alcalinos e alcalino-terrosos, tendo como principal contaminação os óxidos de ferro e titânio. A perda ao fogo da cinza mostra que a combustão não foi completa. Como a razão estequiométrica entre sílica e alumina é próxima à indicada na literatura ($\text{SiO}_2/\text{Al}_2\text{O}_3=2,5$) a cinza foi utilizada como única fonte de aluminossilicato. Após moagem a cinza apresenta-se bem fina, adequada para a síntese de geopolímero, com diâmetro médio de $7,6 \mu\text{m}$, e $D_{50}=3,7 \mu\text{m}$, e $D_{90}=21 \mu\text{m}$.

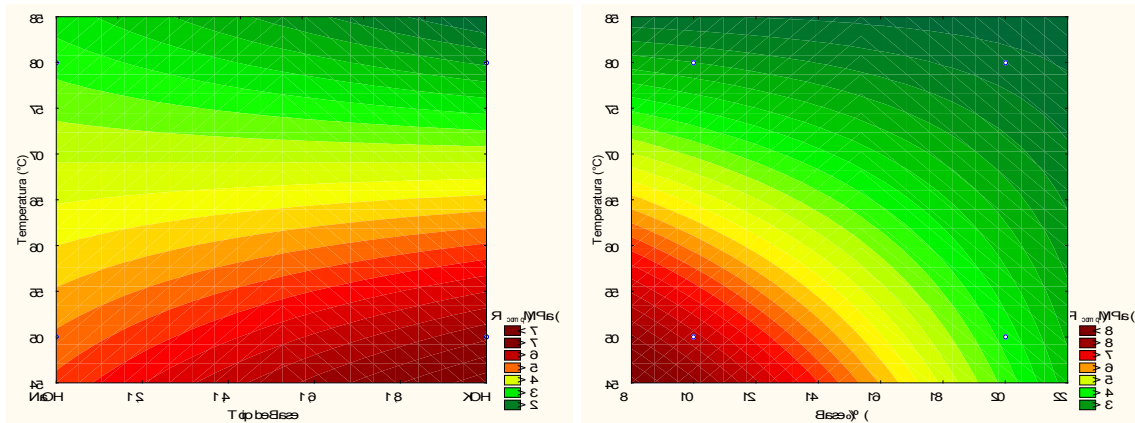
Pela análise dos resultados para a resistência à compressão das amostras em função do tipo de base, teor de base e temperatura de síntese, a análise de variância do sistema mostra que os fatores mais importantes para a resistência à compressão são primeiramente a temperatura e em seguida o percentual de hidróxido utilizado, com grande confiabilidade para ambos os resultados ($\alpha=0,01$ e $0,02$, respectivamente, significando uma confiabilidade de 99% e 98%). O tipo de base utilizado teve baixa significância.

A análise da curva de contorno para a interação entre o tipo de base e a temperatura de síntese, Figura 1, mostra o forte efeito da temperatura, pois os maiores valores de resistência à compressão são obtidos para os menores valores de temperatura, e para o uso de KOH como base na síntese. Quando analisada a interação entre o percentual de hidróxido e a temperatura, Figura 1, novamente percebe-se que os maiores valores para a resistência mecânica à compressão das amostras ocorrem para a combinação entre a menor temperatura de síntese e o menor teor de hidróxido.

A análise dos resultados mostra que o tipo de base utilizada, KOH ou NaOH, não interfere na resistência à compressão. Apesar da literatura (AMBROISE et al., 1994; BARBOSA et al., 2000; BARBOSA e MACKENZIE, 2003) indicar temperaturas da ordem de 120°C para a síntese dos geopolímeros, os resultados obtidos neste estudo mostram exatamente o oposto: quanto maior a temperatura de síntese (80°C), menor a resistência à compressão dos sistemas obtidos. Outro resultado importante foi quanto ao teor da solução alcalina utilizada: quanto maior a molaridade utilizada, menor a resistência obtida. Estes efeitos estão diretamente relacionados com a formação da estrutura geopolimérica nas amostras, pois a síntese alcalina age no sentido de unir os tetraedros de sílica e alumina através de íons dissolvidos no gel geopolimérico, neste caso Na^+ e K^+ .

Luis Philipe Spricigo, Adriano Michael Bernardin

Figura 1. Curva de nível para a interação entre o tipo de base e a temperatura e entre o percentual de base e a temperatura



CONCLUSÃO

É possível obter geopolímeros a partir de cinzas pesadas da queima de carvão mineral. O único tratamento necessário no resíduo é a diminuição do tamanho das partículas. A partir dos resultados obtidos foi possível perceber que o tipo de solução alcalina não altera a resistência à compressão do sistema; porém, tanto a molaridade da solução, mas principalmente a temperatura de síntese alteram fortemente esta propriedade. Os resultados de resistência à compressão obtidos são superiores aos das natas de argamassa feitas com cimento Portland tipo II, que apresentam resistência à compressão próximos a 2 MPa sem a adição de agregados.

REFERÊNCIAS

- CIOFFI, R., MAFFUCCI, L., SANTORO, L. Resources Conservation and Recycling 40 (1), 27-38, 2003.
- BAKHAREV, T. Cement and Concrete Research 35, 1224-1232, 2005.
- BARBOSA, V.F.F., MACKENZIE, K.J.D. Materials Research Bulletin 38 (2), 319-331, 2003.
- BARBOSA, V.F.F., MACKENZIE, K.J.D., THAUMATURGO, C. International Journal of Inorganic Material 2 (4), 309-317, 2000.
- BUCHWALD, A., HILBIG, H., KAPS, CH. Journal of Materials Science 42, 3024-3032, 2007.
- AMBROISE, J., MAXIMILIEN, S., PEAR, J. Advanced Cement Based Materials 1, 161-168, 1994.

(IN)VISIBILIDADE AFRODESCENDENTE NO JORNALISMO DE MODA: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS REVISTAS DE MODA QUE CIRCULAM NO BRASIL

Deise Laís Schäfer,
Bacharel em Design de Moda pela Unifebe
Email: deiseschafer@unifebe.edu.br

Robson Souza dos Santos
Mestre em Literatura, professor dos cursos de Design Gráfico e Design de Moda da Unifebe
Atuou como orientador da pesquisa
Email: souzas@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)

INTRODUÇÃO

Nas sociedades atuais, moda é um meio de comunicação que de acordo com Calanca (2008, p.12)¹ “se reproduz e se difunde à sua maneira e que, ao mesmo tempo, entra em relação com outros sistemas de *mass media*, principalmente com o jornalismo especializado, a fotografia, o cinema, o marketing e a publicidade”. A revista é um veículo de comunicação e de acordo com Scalzo (2004)², também é um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento. As revistas de moda trazem muitas informações de acordo com Monneyron (2007, p.105)³ “algumas delas, as mais especializadas, fazem a cobertura muito mais abrangente dos desfiles do que a televisão; elas tem a vantagem da anterioridade, e possibilitam há meio século pelo menos o acesso privilegiado de um grande numero de pessoas ao universo da moda”. As revistas de moda vêm influenciando as pessoas ao consumo, expondo imagens de artistas e modelos famosos. Ser um modelo é a tão cobiçada profissão dos nossos dias, é o sonho de muitas adolescentes que desejam uma carreira glamourosa e de sucesso, ser um modelo renomado hoje é sinônimo de prestígio e status. O ideal de tipo físico das modelos sempre foi magra, alta e pálida e é esta a imagem que as revistas de moda passam para suas leitoras. Segundo Scalzo (2004) Gisele Bündchen é o símbolo máximo da forma perfeita. Uma fotografia de moda reflete o olhar para quem se é, e deixa claro que desejamos ser aquilo que não se é ou não se tem. As imagens fotográficas na revista apontam para modos adequados de ser elegante, dentro do conjunto social. As imagens fotográficas da revista de moda são, por esse motivo, sociais e culturais. A diversidade étnica nestas imagens é pouco representada, sobretudo no caso brasileiro, pois que é constituído essencialmente por fontes migratórias. De acordo com dados do IBGE do censo de 2010⁴, a população preta e parda⁵ passou a ser considerada maioria no Brasil (50,7%), sendo assim considerado o país com a maior população de negros fora da África⁶. Ou seja, o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, mas esta raramente se vê representada nos principais veículos de comunicação. Esse aspecto também pode ser visto no cenário da moda, inclusive nas

Deise Laís Schäfer, Robson Souza dos Santos

publicações voltadas ao segmento. A pesquisa realizada por Correa e Santos (2012)⁷ que se ateuve aos anúncios publicados ao longo de um ano pela revista Vogue Brasil reafirmou este cenário de invisibilidade da mulher afrodescendente. Diante desta cenário, esta pesquisa partiu da seguinte problemática: Qual o nível de diversidade étnica presente nas fotografias de moda das principais revista de moda que circulam no Brasil? Qual a representatividade da mulher afrodescendente nas principais revistas de moda que circulam no país? O objetivo desta pesquisa foi o de analisar como as principais revistas de moda tratam a visibilidade de mulheres afrodescendentes observando se existe diversidade étnica e fazendo um levantamento de qual o número de modelos de outras etnias, particularmente de mulheres afrodescendentes, nas revistas analisadas. A pesquisa consiste em uma análise das capas e editoriais de moda das revistas Elle, Vogue e Harper's Bazaar em sua edição brasileira, ou seja, os principais espaços imagéticos das revistas de moda para assim verificar a quais mulheres essas revistas associaram sua imagem, que "ideais" étnicos de mulheres foram levados às leitoras dessas publicações.

METODOLOGIA

Foram selecionadas para a análise as edições brasileiras das revistas *Harpeer's Bazaar*, *Vogue* e *Elle*. As três revistas analisadas são vendidas em bancas pelo preço de R\$ 15,00 reais cada. Foram analisados os exemplares dos meses de fevereiro, março e abril de cada uma das revistas totalizando seis revistas como *corpus* de análise. Foram analisadas as capas e os ensaios fotográficos, ou no linguajar das revistas, os editoriais de moda. Para desenvolver esta análise foi utilizada a técnica da análise de conteúdo que segundo Fonseca Junior (2006, p. 281)⁸ "em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa".

RESULTADOS

Nas nove edições analisadas nesta pesquisa, somente uma trouxe uma mulher afrodescendente como modelo da capa. Foi a edição do mês de março da revista Harper's Bazaar. Embora as demais oito capas sejam protagonizadas por mulheres brancas, vale à pena destacar as edições de março e abril da revista Elle. Embora não se trate de mulheres que possam representar efetivamente outras etnias, ao menos as modelos Bruna Tenório (março) e Lily Aldridge (abril) fogem um pouco ao padrão da mulher europeia e de um ideal de beleza padronizado e de uso comum nas revistas de moda, como é o caso das capas da revista Vogue e das demais capas de Harper's e Elle aqui analisadas. É importante destacar também que das nove capas analisadas, cinco delas são protagonizadas por brasileiras, sendo que na Harper's Bazaar somente uma capa trouxe brasileira. De todo modo, mais da metade delas foram protagonizadas por mulheres de nosso país, o que evidencia que mesmo na imagem nacional foram priorizadas mulheres brancas, haja vista que a única mulher afrodescendente capa não era brasileira. A importância da fotografia, notadamente dos editoriais de moda foi confirmada na pesquisa pelo número de páginas dedicadas a este conteúdo. Foram 335 páginas na soma das nove edições analisadas. Elle foi a revista que mais dedicou espaço a esse conteúdo, com 139 páginas dedicadas ao editoriais, seguida por Vogue, com 113 e Harper's com 88. No período analisado, foram

Deise Laís Schäfer, Robson Souza dos Santos

publicados um total de 37 editoriais de moda na soma das três revistas e das nove edições. Desse total, os editoriais ficaram assim distribuídos: 14 na Elle, 8 na Harper's e 15 na Vogue. Vogue teve o maior número de editoriais, porém com uma média de páginas menor do que Elle. A análise da etnia das modelos que protagonizam esses editoriais reafirma o panorama das capas e de muitos estudos relacionadas à (in)visibilidade de afrodescendentes na mídia brasileira. Os 37 editoriais e as mais de 300 páginas a eles dedicados trouxeram 64 mulheres como suas protagonistas. Destas, apenas seis não são brancas, duas delas foram consideradas asiáticas (ambas na Harper's Bazaar) e quatro afrodescendentes. Em termos percentuais, isso reflete um cenário em que 90% das modelos são brancas, 7% são afrodescendentes, nenhuma indígena e 3% são asiáticas. Como se vê, as revistas Elle, Harper's Bazaar e Vogue em sua edição brasileira constroem um imaginário de moda majoritariamente branco, em dissonância com a realidade étnica nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário encontrado nesta pesquisa ao analisar as capas e editoriais de moda das revistas Elle, Harper's Bazaar e Vogue em sua edição brasileira confirma o pressuposto de que a moda, neste caso, as revistas jornalísticas voltadas para este segmento ainda difundem um ideal de beleza branca, sem espaço e praticamente total invisibilidade para as mulheres afrodescendentes, contrariando a própria disposição demográfica da população brasileira, cuja população afrodescendente é, como já dito, a segunda maior do mundo. Ao adotarem um modelo caucasiano de beleza, as revistas contribuem para o apagamento étnico, para a invisibilidade de nossa rica e ampla diversidade étnica e cultural e para o reforço de um modelo etnocêntrico de beleza e, neste caso, de moda.

Palavras-chave: jornalismo de Moda; diversidade étnica; editoriais de moda; mulheres negras.

NOTAS

- 1 CALANCA, Daniela. História social da moda. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2008.
- 2 SCALZO, Marília. Trinta anos de moda no Brasil: uma breve história. São Paulo: Livre, 2004.
- 3 MONNEYRON, Frederic. A moda e seus desafios: 50 questões fundamentais. São Paulo: SENAC, 2007.
- 4 IBGE, Síntese de indicadores 2009, Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. Acesso em: 01 de abril. Acesso em: 08 de maio.
- 5 Essa é nomenclatura adotada pelo IBGE, neste artigo optamos pela expressão afrodescendentes.
- 6 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. Acesso em: 01 de abril de 2013.
- 7 CORREA, Suzamar; SANTOS, Robson Souza dos. Modelo Negra e Comunicação de Moda no Brasil: Análise de Conteúdo dos Anúncios Publicados na Revista Vogue Brasil. Revista Iniciacom, vol. 4, n. 2, Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/1158>
- 8 FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ESTILO PRÓPRIO X ESCRAVIDÃO DA MODA: UMA ANÁLISE DO VESTUÁRIO JOVEM FEMININO NAS BALADAS BRUSQUENSES

Luana Geanesini Costa

Bacharel em Design de Moda pela Unifebe

E-mail: luhgeanesini@hotmail.com

Robson Souza dos Santos

Me. Robson Souza dos Santos.

E-mail: souza@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)

INTRODUÇÃO

Uma pessoa pode levar a vida inteira para encontrar seu estilo próprio, mas enquanto jovem¹ é quando mais se testam estilos em busca do autoconhecimento e de se fazer notável. Esta fase é quando se aflora o desejo de estar inserido em um grupo interfere na identidade visual, pois existe a busca por aceitação, na qual o jovem se transforma e se modifica para ser aceito no círculo de amigos no qual acredita se enquadrar, “procuram conciliar um desejo de integração a um grupo com um desejo de distinção.” (ERNER, 2005, p.191)². A forma de se vestir é um reflexo do estilo de vida que se leva, das convivências, da região em que se mora e da cultura, que influencia o modo de pensar e, conseqüentemente, as vestimentas. A cultura está cada vez mais interligada às mídias, no que passou a se designar como cultura globalizada. Os meios de comunicação, por sua vez, têm se atentado ao público jovem, não apenas na busca de consumidores de determinados produtos e serviços, mas de adeptos a um lifestyle, que tem como princípio a busca por ser diferente e único, ao mesmo tempo em que deseja ser parte de um todo. As baladas³ são um ótimo lugar para observar como jovens utilizam as roupas para se misturar, mesmo quando querem se distinguir e demonstrar estilo e atitude. Nesse ambiente é possível observar diferentes estilos e como grupos se formam a partir deles. As baladas escolhidas para o desenvolvimento desse trabalho foram Idem Bar Brusque, Fire Up e Grau°. A escolha foi feita pela semelhança de idade e classe social do público que as frequenta. Três baladas situadas em Brusque que têm como público homens e mulheres com idade média entre 18 e 30 anos. A Idem Bar Brusque faz parte de uma rede de baladas sertaneja e em Brusque foi inaugurada em 21 de fevereiro de 2013. A Fire Up é uma balada que já existia, mas foi fechada e reinaugurada em 14 de Março de 2013, a casa trás atrações com diferentes estilos musicais. A Grau° é a mais antiga entre as três, o estilo musical apresentado em suas atrações varia entre rock, eletrônica e hip hop, mas também já trouxe cantores sertanejos. O objetivo geral deste trabalho é buscar entender o quanto as jovens se atentam para seu estilo próprio quando se vestem para balada, analisando o vestuário de duas jovens em cada balada citada. Já os objetivos específicos enfatizam o levantamento sobre os diferentes estilos; análises

Luana Geanesini Costa, Robson Souza dos Santos

de como se compõe o estilo próprio e se forma a identidade visual e os fatores que levam jovens a serem influenciadas pela moda.

METODOLOGIA

Neste trabalho as imagens coletadas são tratadas como documento, um registro de determinada realidade, tendo caráter mais etnográfico, em que a visão do produtor é embasada nas teorias apresentadas no decorrer do artigo. As interpretações dos receptores, que podem ser subjetivas e diferentes a do produtor, não subtraem a análise de imagem como documento, (COUTINHO, 2005, p. 331)⁴, pois a própria leitura de imagem depende do contexto cultural em que se vive. As fotografias foram produzidas com uma câmera *Canon powershot A2400 IS*, buscando os locais com maior luminosidade para alterar o mínimo das cores das roupas pelo uso do flash. Foram seis fotografias ao todo, sendo duas em cada uma das baladas. As fotografias não evidenciam o rosto das entrevistadas, procedimento ético adotado e garantido a cada uma das participantes, que estas não seriam identificadas ao longo do artigo. A análise das fotografias foi descritiva de modo a evidenciar o vestuário. Essa análise está baseada na proposta de categorização da análise de conteúdo (BARDIN, 2004)⁵, entendendo a fotografia como um documento e a imagem retratada como um conteúdo que foi então decupado a partir das categorias de tipos de estilo, conforme Aguiar (2003)⁶. As entrevistas feitas para este trabalho são de cunho qualitativo, pois “este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatísticas” (DUARTE, 2005, p.62)⁷. As entrevistas serviram como um instrumento para melhor conhecer o público tratado neste artigo, explorando o assunto em busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. (DUARTE, 2005, p. 62). As entrevistas foram realizadas com as seis jovens que foram fotografadas, sendo assim duas em cada balada. Além de dados básicos, como nome, idade e onde residem, as perguntas abordam a visão das entrevistadas sobre seu estilo e sobre o look que usavam, buscando saber também quais são suas referências de estilo e como se inspiram para se vestir para a balada. A análise seguiu a proposição de Aguiar (2003, p.59), a partir do livro *Personal Stylist*, em que apresenta sete principais estilos adotados: esportivo ou natural, elegante, tradicional, romântico, sexy, criativo e dramático.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através das entrevistas foi possível observar que as jovens têm dificuldade para descreverem seu estilo, mesmo afirmando terem a própria maneira de se vestir, mas para ter estilo é preciso entender-se, ter conhecimento do próprio eu, dos seus gostos, preferências, anseios e desejos. Ter consciência das escolhas quando se veste, sabendo que cada peça de roupa contém um significado e que ao terminar de se vestir passará uma mensagem, comunicando algo, por isso “quem tem estilo faz escolhas de forma consciente, coerente e sistemática, com objetivo de ser visto exatamente como planejou.” (KALIL, 2011, p.19)⁸. Ao analisar as fotografias nota-se características em comum nos

Luana Geanesini Costa, Robson Souza dos Santos

looks escolhidos pelas jovens, como as roupas que deixam pernas à mostra, a utilização de peças pretas e sapatos com salto alto. Com a constatação de que a maior parte das entrevistadas afirma perguntar às amigas o que elas usarão, após uma optar por usar saia ou vestido, entende-se que as demais também farão escolha semelhante. Nas palavras de Kalil (2011, p.20) “a jovem mulher é gatinha dos pés a cabeça”, sendo compreensível que “no auge de sua idade reprodutiva, exiba sua composição hormonal, com roupas curtas e decotadas, que exibem a forma do seu corpo, como em um jogo de sedução”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado das entrevistas, quando questionadas sobre suas intenções na escolha do look para sair, as respostas giraram em torno de sentirem-se bonitas, bem vestidas, confortáveis e confiantes. Analisando respostas de perguntas posteriores percebe-se que o que é considerado tendência e saber como as amigas se vestirão servem para que sintam-se mais seguras, lhes garantindo a escolha certa do que vestir. Mas, também existe o anseio por escapar ao conformismo e à homogeneidade, aspecto que evidencia a construção de identidade conforme analisada por Embacher (2009, p. 10)⁹ que a define como metamorfose, “seja quando nos transformamos em escravos da moda, seja quando dela nos libertamos, buscando autonomia e emancipação, assim torna-se escravo de si mesmo, construindo um estilo próprio”. Com exceção da última entrevistada, as demais consideravam seus looks de acordo com seu estilo, baseando-se no fato de gostarem das peças escolhidas, apesar de não demonstrarem entender porque tinham feito tais escolhas. Para Kalil (2011, p. 19) no fim das contas, todos escolhem - de uma forma ou de outra - o que vão vestir, mas o estilo está na escolha proposital, informada e precisa. Para chegar ao estilo próprio é necessário entender “a vontade de nos tornarmos nós mesmos e o desejo de entrarmos em relação com o outro” (ERNER, 2004, p. 232) no anseio de estarmos inseridos no coletivo.

Palavras-chave: Moda, Estilo, Identidade, Jovem.

NOTAS

- 1 O conceito de juventude aqui adotado refere-se à fase de vida situada entre a infância e a idade adulta, ou seja, com faixa etária entre 15 e 24 anos. Trata-se, portanto, de uma etapa de aquisição das habilidades sociais, atribuições de deveres e responsabilidades e afirmação da identidade. UNVPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Direitos da população jovem:** um marco para o desenvolvimento. 2. ed. Brasília, 2010.
- 2 ERNER, Guillaume. **Vítimas da moda?** Como a criamos, por que a seguimos. tradução Eric René Heneault. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
- 3 Divertimento noturno dos centros urbanos, que englobam bares, danceterias e shows.
- 4 COUTINHO, Iluska. Leitura e análise de imagem. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.
- 5 BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004.
- 6 AGUIAR, Titta. **Personal Stylist:** guia para consultores de imagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

Luana Geanesini Costa, Robson Souza dos Santos

- 7 DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- 8 KALIL, Gloria. **Chic**: um guia de moda e estilo para o século XXI. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- 9 EMBACHER, Airton. **Moda e identidade**: a construção de um estilo próprio. São Paulo: Editora Anhambi Morumbi, 2009.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM PROJETO DE MELHORIA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE LAGES

Raiane Corrêa Macedo

Acadêmica de Engenharia de Produção da UNIPLAC

E-mail: raiane.cmacedo@globo.com

Reginaldo Costa Brutti, Juliano Augusto N. Leite

Professores do Curso de Engenharia de Produção UNIPLAC

Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

INTRODUÇÃO

Ao criar estruturas abrangentes de efficientização em água e energia, as companhias de saneamento podem fornecer serviços de água a custo otimizado, reduzir o consumo de energia, bem como proteger o meio ambiente. Este estudo de caso analisa um projeto de saneamento, quantificando a eficiência energética almejada pela readequação do microssistema em estudo e a viabilidade econômica do projeto estudado¹. Através da comparação dos valores de demanda energética e volume de água distribuído em cada um dos cenários, este estudo identifica as variáveis de maior relevância para o sistema, contribuindo de forma efetiva para a comprovação da eficácia de projetos sanitários, também nos âmbitos energético e financeiro, e não somente para o abastecimento de água, podendo-se observar a melhoria na qualidade do abastecimento de água e redução do consumo energético². Com a comprovação das vantagens energéticas deste novo microssistema, surgem novas possibilidades de ganho e readequação do sistema de abastecimento de água na cidade de Lages. Este estudo contribui diretamente e de maneira bastante específica para uma mudança na cultura de investimentos e gestão energética e de distribuição de água, demonstrando que não só ações de eficiência energética³ podem fornecer o mesmo serviço consumindo menos energia elétrica, como também consumir menos energia e ainda fornecer melhores serviços através da economia energética e financeira decorrentes de melhores instalações.

OBJETIVOS

Analisar a Eficiência Energética de um projeto de melhoria de redes de distribuição de água na cidade de Lages, Santa Catarina.

MÉTODO

O estudo foi realizado durante o período de março de 2012 a maio de 2013, baseado em um projeto de melhoria de redes de distribuição de água elaborado por uma prestadora de serviços de saneamento da cidade de Lages. Para a determinação da eficiência energética do sistema atual foram coletados dados a partir de um histórico de medições realizadas em campo e também através das placas dos conjuntos motobombas - CMB (três conjuntos motobombas: CMB1, CMB2 e CMB3) e também de dois reservatórios (R1 e R2) com informações de potência e altura manométrica. O reservatório R1 é abastecido pela associação dos CMB 1 e 2, enquanto apenas o CMB 3 trabalha no abastecimento do reservatório R2. Para a determinação da eficiência energética do sistema atual foi calculado o consumo específico de energia elétrica (CEE), cujo valor representa a energia elétrica necessária para bombear 1m^3 de água na instalação em análise⁴. Para a determinação da viabilidade econômica do projeto foi feito um cálculo da média histórica de consumo de energia elétrica da atual estação de bombeamento menos o valor estimado de consumo energético para o novo sistema e assim determinou-se o fluxo de caixa previsto para o projeto. Baseado neste fluxo pode-se determinar as parcelas de receitas/benefícios consequentes do projeto e calcular o tempo de retorno do investimento (*Payback*) e seu valor presente líquido (VPL) para uma estimativa mais próxima da realidade, foram consideradas também as taxas de crescimento populacional da região estudada e de redução do índice de perdas. Adotou-se o tempo de vida útil do projeto em 20 anos como período esperado para retorno do investimento e para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa SELIC⁵.

RESULTADOS

Após realização dos cálculos obteve-se para o conjunto CMB 1 e 2 o valor do CEE de 52.948,80 kWh/mês para um volume de 76.956,48 $\text{m}^3/\text{mês}$ e para o CMB 3 o CEE de 26.474,40 kWh/mês para um volume de 19.751,04 $\text{m}^3/\text{mês}$. Para a determinação da eficiência energética do sistema projetado as informações colhidas através do projeto de saneamento foram utilizadas de maneira a embasar o diagnóstico de eficiência energética do layout projetado. Também com base em informações obtidas no projeto foram estimadas a população da região de abastecimento dos reservatórios compreendidos pelo projeto, e a demanda de água necessária para abastecimento satisfatório da população. Para o conjunto CMB 1 e 2 o valor do CEE foi de 29.485,37 kWh/mês para um volume de 96.707,52 $\text{m}^3/\text{mês}$ e para o CMB 3 o CEE foi de 4.584,88 kWh/mês para um volume de 19.751,04 $\text{m}^3/\text{mês}$. Observa-se que quando mantido o volume distribuído atual, o consumo energético é reduzido em cerca de 57%. No entanto, demonstra apenas que o layout projetado possui maior capacidade de fornecimento hidráulico, estando superdimensionado para o fornecimento atual. Esta, porém, não é a melhor situação de trabalho, haja vista que existe intermitência no abastecimento das regiões envolvidas. O consumo energético previsto para o novo sistema, em relação à demanda prevista para abastecimento é satisfatório para a população local e também com menor tempo de funcionamento e consequente menor CEE. Referente à viabilidade econômica do projeto a aplicação do método demonstra que, o investimento a ser realizado no

Raiane Corrêa Macedo, Reginaldo Costa Brutti, Juliano Augusto N. Leite

projeto de melhoria de redes de distribuição de água tem retorno próximo de 12 anos e com um valor presente líquido de R\$ 474.538,18, o que, se considerado a importância social do projeto é um resultado aceitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou a comprovação da eficiência energética e econômica de um projeto de saneamento no intuito de auxiliar novos projetos do mesmo sentido a conseguir a aprovação necessária à sua execução. Observou-se que o sistema a ser implantado é energeticamente mais eficiente que o sistema hoje atuante, constatando-se ganhos próximos a 40% em energia elétrica consumida e volume de água fornecido. Através dos métodos VPL e payback simples, analisou-se o projeto no âmbito econômico, propiciando noções do tempo de retorno do investimento e qual seu custo real ao final de 20 anos. Analisando através de uma visão exclusivamente econômica, o projeto não seria viável, pois iria requerer novos investimentos ainda durante seu tempo de vida útil. Uma secretaria municipal, não deve visar lucro e sim transformar suas receitas em benefícios à população, dessa maneira, ampliar o abastecimento de uma região até então deficitária e diminuir o consumo de energia elétrica e garantir a viabilidade do projeto como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Eficiência Energética, Viabilidade Econômica, Saneamento.

Esta pesquisa foi financiada com verbas advindas do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do art.170 da Constituição Estadual, destinadas a Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade do Planalto Catarinense.

REFERÊNCIAS

- 1 BRASIL - MME - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Energia 2030 (PNE)**. Brasil, 2007.
- 2 GOMES, Heber Pimentel (Org.). **Eficiência Hidráulica e Energética em Saneamento: Análise Econômica de Projetos**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009.
- 3 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA, **O que é Eficiência Energética (EE)?** São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.abesco.com.br/abesc.asp?area=14>, Acesso em: 16/06/2012.
- 4 GOMES, Heber Pimentel (Org.). **Sistemas de Saneamento – Eficiência Energética**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2010.
- 5 REVISTA EXAME. **Economia, Indicadores Financeiros**. Disponível em: <http://me.abril.com.br>. Acesso em: 19 abr. 2013.

AVALIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DA VIA DE SINALIZAÇÃO CELULAR PI3K E DOS RECEPTORES DE ATP NO EFEITO NEUROPROTETOR DO ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO (DHA) FRENTE A ISQUEMIA CEREBRAL

Dra Simone Molz

Professora do Curso de Farmácia

E-mail: simonem@cni.unc.br

Gislaine Olescowicz

Aluna do Curso de Farmácia

E-mail: gislaineolescowicz@gmail.com

Universidade do Contestado (UnC)

A isquemia cerebral é uma patologia caracterizada pela obstrução do fluxo sanguíneo para o cérebro, causando redução do aporte de glicose e oxigênio e conseqüentemente do nível energético celular, que então desencadeia uma série de eventos metabólicos que em última instância, culminam na morte neuronal. A isquemia cerebral é um dos maiores problemas da saúde no mundo todo, com mais de 750.000 novos casos a cada ano, sendo a principal causa neurológica ligada a problemas de desordem cerebral. Nos países desenvolvidos a isquemia cerebral é a terceira maior causadora de mortes, superada apenas por doenças cardíacas e o câncer. Nos Estados Unidos o tratamento de saúde para este tipo de doença tem um custo elevado, de 62 bilhões de dólares anualmente, e os tratamentos disponíveis são escassos, o que demonstra cada vez mais a importância do estudo dos mecanismos envolvidos na morte celular isquêmica, e a necessidade do desenvolvimento de novos métodos eficazes na terapia e prevenção desta patologia. Atualmente ainda não estão disponíveis drogas que possam prevenir a morte neural isquêmica de maneira efetiva e as poucas drogas disponíveis possuem muitos efeitos colaterais, portanto o estudo de substâncias neuroprotetoras merece mais atenção e estudos mais aprofundados por partes dos profissionais da área. O hipocampo é uma região cerebral extremamente importante para processos de memória e aprendizado, e é considerada a região mais vulnerável do Sistema Nervoso Central (SNC) a danos causados pela isquemia. A privação de glicose e oxigênio (PGO) em fatias hipocampais pode ser utilizada como um modelo experimental que mimetiza as condições metabólicas que ocorrem durante a isquemia cerebral, além disso, este modelo também apresenta vantagens experimentais, pois possibilita a avaliação da ação direta de substâncias neuroprotetoras sobre as células neuronais e está livre de influências externas como variações da pressão arterial, fatores hormonais e temperatura corporal do animal. Ainda, o modelo de PGO em fatias hipocampais é um método rápido, relativamente simples e barato para se mimetizar experimentalmente os eventos celulares que ocorrem durante insultos isquêmicos, e estudar os mecanismos celulares envolvidos na ação de compostos neuroprotetores, viabilizando assim a realização do presente estudo. Assim, considera-se que qualquer substância que seja capaz de diminuir os prejuízos neuronais gerados pela PGO pode ser um suposto agente neuroprotetor. Há muito tempo vem sendo observado vários

Dra. Simone Molz, Gislaïne Olescowicz

benefícios do consumo regular dos ácidos graxos ômega-3 e se tem procurado saber mais sobre os efeitos destes compostos, uma vez que eles são componentes naturais de alguns alimentos (óleo de oliva, óleo de canola, óleo de peixe), e até então não se observou nenhum efeito colateral devido a sua utilização. O ácido docosahexaenóico (DHA) é um tipo de ômega-3, e estudos demonstram que o seu consumo na dieta, pode exercer efeito neuroprotetor sobre o dano celular induzido pela isquemia cerebral, porém os mecanismos celulares e moleculares pelos quais ele exerce seu efeito ainda não foi completamente desvendado. Para proteger-se dos efeitos maléficos da isquemia o cérebro utiliza alguns mecanismos, entre eles a ativação da via de sinalização celular que envolve a fosfatidilinositol-3-cinase (PI3K) e a ativação de receptores de ATP. A PI3K é uma enzima que está envolvida na regulação de vários processos celulares, como crescimento celular, proliferação e apoptose. Os receptores de ATP estão presentes no SNC e parecem estar envolvidos em eventos neuroprotetores. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o envolvimento da ativação dos receptores de ATP e da via de sinalização PI3K no efeito neuroprotetor do DHA. Para a realização deste trabalho foram utilizados camundongos Swiss machos adultos (60 a 90 dias), provenientes do Biotério de passagem da UnC – Campus Canoinhas em ciclo claro/escuro de 12 horas, em temperatura entre 22 e 25°C, com livre acesso à água e ração. Os procedimentos adotados com os animais seguiram os princípios éticos, de acordo com a lei federal número 6.638 de 08 de maio de 1979 e foram aprovados pelo CEUA-UnC (processo 08/2012). Os animais foram mortos por decapitação, os hipocampos foram retirados e mantidos em tampão fisiológico composto por: NaCl 124 mM, KCl 3 mM, CaCl₂ 1,0 mM, MgSO₄ 1,2 mM, KH₂PO₄ 1,25 mM, D-glicose 12 mM, HEPES 20 mM (pH 7,4), sendo gaseificado com gás oxigênio (95% O₂) por 30 minutos. As fatias do hipocampo (de 0,4 mm de espessura) foram obtidas usando um fatiador de tecidos (Mcllwain Tissue Chopper). Para induzir o modelo de isquemia cerebral in vitro, as fatias de hipocampo foram submetidas a um período de 15 minutos privação de glicose e oxigênio (PGO), onde a glicose do tampão fisiológico foi substituído por um análogo não utilizável da glicose (2-deoxi-glicose) e o tampão foi gaseificado com gás nitrogênio (N₂), para a retirada de qualquer resíduo de gás O₂, mimetizando assim a falta de oxigenação e glicose que ocorre durante a isquemia cerebral. Posteriormente, o tampão PGO foi substituído por tampão fisiológico gaseificado com O₂ e as fatias foram mantidas por um período de 2 horas de reoxigenação. A viabilidade celular foi avaliada pelo método da redução do MTT (3-[4,5-Dimetiltiazol-2-il]-2,5-difenil-tetrazolium brometo = Thiazolyl blue). O MTT é um sal de tetrazolium solúvel em água, que é convertido a um formazan púrpura insolúvel após clivagem do anel de tetrazólio por desidrogenases mitocondriais das células viáveis. Após o período de PGO e reoxigenação, as fatias hipocampais foram incubadas com MTT (0,5mg/ml) à 37°C por 20 minutos e o formazan reduzido foi solubilizado pela adição de DMSO. Portanto, quanto maior a viabilidade celular apresentada pelas fatias mais formazan será produzido, de maneira que a viabilidade celular é proporcional à leitura da absorbância medida em leitora de microplacas (Labsystems Multiskan MS - 550nm). Os resultados obtidos foram avaliados através da análise de variância de uma via (ANOVA), seguido do Teste de Tukey. Os resultados foram considerados significativos quando $p < 0,05$. As fatias controles foram incubadas durante todo o período em tampão fisiológico gaseificado com O₂ e por isso tiveram sua viabilidade considerada como 100%. Quando as fatias de hipocampo foram submetidas a PGO e posteriormente

Dra. Simone Molz, Gislaine Olescowicz

reoxigenadas, a viabilidade celular foi reduzida para 65% evidenciando assim que o modelo utilizado neste estudo mimetiza uma situação de morte neuronal que ocorre no hipocampo durante a isquemia cerebral. Quando o DHA estava presente por 15 minutos antes e durante a PGO a viabilidade celular obtida foi de 91%, demonstrando que esta substância previne a morte celular causada pela PGO. O fato do DHA aumentar em 26% a viabilidade celular em relação ao grupo que passou pela PGO sem a presença do DHA, demonstra seu potencial neuroprotetor diante dos danos gerados pela PGO. Para avaliar se os receptores de ATP estavam envolvidos no efeito neuroprotetor do DHA, as fatias foram incubadas por um período de 15 minutos, que antecedem a incubação do DHA 5 μ M e durante a incubação do mesmo, com concentração 3 μ M PPADS (Pyridoxal phosphate-6-azo(benzene-2,4-disulfonic acid) tetrasodium salt hydrate) que é um antagonista não seletivo dos receptores de ATP e por isso causa o bloqueio destes receptores. Os resultados obtidos mostram que na presença do PPADS, o efeito neuroprotetor do DHA não foi alterado, demonstrando assim que a neuroproteção evidenciada pelo DHA não é afetada mesmo quando os receptores de ATP encontram-se bloqueados. Para avaliar se a via de sinalização PI3K estava envolvida no efeito neuroprotetor do DHA, as fatias foram incubadas por um período de 15 minutos, que antecedem a incubação do DHA 5 μ M e durante a incubação do mesmo, com 30 μ M de LY294002 (2-(4-Morpholinyl)-8-phenyl-1(4H)-benzopyran-4-one hydrochloride), um inibidor da via de sinalização celular PI3K. Na presença do LY 294002, o DHA teve seu efeito neuroprotetor significativamente reduzido, demonstrando que o bloqueio desta via impede o DHA de exercer seu efeito neuroprotetor. Frente aos resultados observados, conclui-se que os receptores de ATP não estão envolvidos no efeito neuroprotetor do DHA, porém a via de sinalização PI3K parece estar envolvida no efeito neuroprotetor do DHA, já que quando esta estava inibida o DHA não apresentou efeito neuroprotetor significativo. Os resultados obtidos através da realização deste estudo apresentam grande relevância econômica e social, uma vez que a isquemia cerebral é um problema de saúde pública com elevados índices de mortalidade e morbidade. Além disso, demonstrou-se experimentalmente que o consumo regular de ácidos graxos ômega-3 como o DHA pode ser uma excelente estratégia neuroprotetora, e que o seu consumo pode beneficiar toda a população de risco, como por exemplo, os portadores de hipertensão e diabetes, uma vez que estes apresentam fatores predisponentes e podem desenvolver um evento isquêmico. Como a via de sinalização celular ativada pela enzima PI3K pode levar a ativação de outras proteínas neuroprotetoras, como a proteína cinase B (Akt), pretende-se continuar esta pesquisa e realizar a metodologia de SDS PAGE (eletroforese de proteínas em gel de poliacrilamida) para avaliar se o DHA aumenta a expressão da proteína Akt. Além disso, sabe-se que as modificações metabólicas que ocorrem durante a isquemia cerebral podem causar a liberação excessiva de neurotransmissores excitatórios como o aminoácido L-glutamato, que aumentado na fenda sináptica pode se tornar uma potente neurotoxina, assim, também será testado se o DHA apresenta efeito neuroprotetor em um modelo de toxicidade glutamatérgica. A bolsista que realizou estes estudos foi financiada pelo FUMDES - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior. Alguns equipamentos e reagentes utilizados foram adquiridos com o apoio financeiro da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC, chamada pública 12/2009 – Desenvolvimento Regional).

Palavras-chave: Isquemia cerebral. Neuroproteção. DHA.

MORTALIDADE MATERNA NOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC

Vilma Beltrame (cordenadora)
Curso de Enfermagem UnC- Concórdia
E-mail: beltrame@unc.br

Leila Tomazeli
Acadêmica do Curso de Enfermagem UnC – Concórdia
E-mail: leila@unc.br

Ivete Terezinha Redin Dal Bello
Professora Curso de Enfermagem da UnC – Concórdia
E-mail: Ivete@unc.br

Maria Cristina Berta
Professora do Curso de Enfermagem da UnC – Concórdia
E-mail: mariacristina@unc.br

Claudimir Piva
Gerente do Sistema de Mortalidade – SIM, da 3ª regional de saúde
E-mail: piva@saude.sc.gov.br

Luceni Maria Parisi
Enfermeira responsável pelo setor de epidemiologia do Município de Concórdia
E-mail: vig.epidemiologica@concordia.psi.br

Considera-se morte materna aquela que ocorre durante a gestação, até 42 dias após o seu término (precoce), ou um ano após o parto (tardio), independente da duração ou localização da gravidez, por qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não por causas acidentais ou incidentais. (BRASIL, 2009). Dados do Ministério da Saúde revelam que de 1990 a 2010, o indicador de mortalidade materna no Brasil passou de 141 para 68 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Isso se deve, aos programas de saúde instituídos pelo governo. Desde o ano de 1996, 90% das gestantes no Brasil têm acesso à atenção pré-natal, sendo que mais de 50% delas fazem mais de sete consultas de pré-natal durante o período gestacional. Além disso, 97% dos partos ocorrem em ambiente hospitalar, gerando segurança tanto para o profissional quanto para a puérpera que terá um atendimento qualificado no pré-natal, parto e pós-natal (BRASIL, 2011). Porém, mesmo com todos os avanços tecnológicos e as políticas de saúde voltadas para um atendimento de qualidade ao pré-natal, parto e puerpério, a morte materna ainda é considerada um problema de saúde pública. Nesse contexto os profissionais/ alunos do curso de enfermagem junto com os profissionais da Vigilância Epidemiológica buscam alternativas para minimizar este problema. Uma das ferramentas importantes para gerar ações preventivas é o conhecimento das características dos óbitos e das circunstâncias em que os

Vilma Beltrame, Leila Tomazeli, Ivete Terezinha, Redin Dal Bello, Maria Cristina Berta, Claudimir Piva, Luceni Maria Parisi

mesmos ocorreram. Deste modo buscaram-se levantar as características dos óbitos maternos de residentes nos municípios pertencentes à Associação Dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), entre os anos de 2006 a 2011. A AMAUC foi fundada em 07 de maio de 1976 visando à integração administrativa, econômica e social, o desenvolvimento político-administrativo através do planejamento microrregional e prestação de assistência técnica e serviços nas diversas áreas de ação das administrações municipais. É composta atualmente pelos municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. Segundo dados do Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE), censo 2010, a população total destes municípios é de 146.031 habitantes e, quase a metade desta população – 68.621 – residem no município de Concórdia, município este de maior expressão econômica dentre os membros desta associação e também sua sede. Para elaborar este estudo, foram analisados os Óbitos ocorridos em mulheres na idade fértil (10 a 49 anos), dos municípios pertencentes a AMAUC. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Contestado conforme parecer nº. 69587. Financiado pelo Governo Estadual, com bolsa de pesquisa - Art. 171 C.E./FUMDES. Os dados foram coletados diretamente das declarações de óbitos (DO) arquivadas no Setor de Epidemiologia da 3ª Gerência Regional de Saúde e no Serviço de Epidemiologia do município de Concórdia. As informações analisadas nas declarações de óbitos foram: idade, escolaridade, estado civil, município de residência, morte durante a gravidez e/ou puerpério, causas do óbito e possível investigação do óbito. Após a análise das DO constatou-se que ocorreram na região da AMAUC, um total de 177 óbitos de mulheres em idade fértil. Desses, 36 óbitos ocorreram por causas externas (suicídios, acidentes de trânsito, homicídios, entre outros) e, 127 óbitos não tiveram relação com gravidez, parto ou puerpério, restando então 14 óbitos por mortalidade materna. Do total dos óbitos, somente 49 foram investigados, o que contraria a portaria Nº. 653/ GM de 28 de maio de 2003, que tornou obrigatória a investigação, por parte de todos os Municípios, dos óbitos de mulheres em idade fértil cujas causas possam ocultar o óbito materno. Na distribuição dos óbitos maternos em relação ao estado civil, verificou-se que 7 mulheres são casadas e 7 são solteiras, uma proporcionalidade equivalente, o que indica que não existe uma relação direta do número de óbitos com a condição civil das vítimas. A idade materna é referenciada como importante fator na avaliação do risco da mortalidade, evidenciado pela prevalência, nos extremos da idade fértil, ou seja, entre a faixa etária de 40 a 49 anos e 10 a 19 anos (ANDRADE, et al. 2003). No entanto, a despeito da literatura e das estatísticas gerais, nossa pesquisa verificou que o menor número de casos estão entre aquelas com idade entre 10 e 19 anos, com 1 óbito e, 5 óbitos entre as mulheres de 40 a 49 anos. Pode-se creditar essa incoerência entre a literatura e os dados compilados pela diferença temporal dos dados utilizados na literatura e os dados atuais, indicando uma mudança de comportamento, possivelmente em função do maior acesso às informações. Quanto ao nível de escolaridade verificou-se que 5 óbitos, ocorreram em mulheres que possuem mais de 8 anos de instrução; 7 óbitos em mulheres que possuem de 4 a 7 anos de instrução e 2 óbitos em mulheres que possuem de 1 a 3 anos de escolaridade. É sabido que a baixa escolaridade materna é um fator importante que pode predispor ao aparecimento de situações potencialmente de risco para a mãe e o recém-nascido, levando a um risco maior de mortalidade materna e neonatal. Outro dado analisado em nossa

Vilma Beltrame, Leila Tomazeli, Ivete Terezinha, Redin Dal Bello, Maria Cristina Berta, Claudimir Piva, Luceni Maria Parisi

pesquisa foi o local de residência das vítimas. Dos dezesseis municípios estudados, em Concórdia aconteceram 5 casos, seguido do município de Ipira com 3 casos, Irani e Itá com 2 casos para cada município e uma ocorrência para os municípios de Seara e Ipumirim. Cabe destacar que em razão do reduzido número de nascimentos nos municípios analisados não se recomenda calcular o coeficiente de mortalidade materna, utilizando-se para a análise os números absolutos, por isso a ocorrência de 1 (um) óbito já é preocupante. A maioria dos óbitos apurados (9) ocorreu por causas obstétricas diretas e a pré-eclâmpsia e complicações venosas no puerpério constituíram metade das mortes, e outras causas como neoplasia não especificada, transtorno da válvula aórtica, atonia uterina e ruptura prematura da membrana se distribuem em menor proporção. O alto número de mortalidade materna na região estudada nos leva a crer que existem alguns fatores que interferem nos resultados do atendimento às mulheres, tais como: profissionais da área de saúde com pouca experiência em obstetrícia; falta de estrutura hospitalar para atender as eventuais emergências que a condição gravídica da mulher exige e, a falta de adesão das mulheres junto aos programas de pré-natal que os municípios oferecem. Diante disso recomenda-se a implantação do Comitê de Investigação de Morte Materna da região da AMAUC, educação continuada para os profissionais que atuam na rede básica, a captação o mais precocemente das gestantes nas comunidades e estratégias para a assiduidade das mulheres nas consultas de pré-natal. A mortalidade materna e neonatal não se distribui igualmente na população e o risco de morrer está relacionado com o seu nível socioeconômico. A desigualdade social gera graves disparidades na chance de sobrevivência tanto nas mulheres, quanto nos recém-nascidos.

Palavras chave: Mortalidade Materna. Assistência Pré-Natal. Indicadores de Saúde.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Instruções para o preenchimento da Declaração de Óbito. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

ANDRADA, Andréa Antunes Caldeira de, et al. Mortalidade Materna no Estado de Santa Catarina Durante o Ano de 2001. Arquivos Catarinenses de Medicina, Florianópolis, v. 32, n. 4, p.56-64, 2003.

C.E.M. DONA LILI: NAS ONDAS DA NOTÍCIA

Marcelo Silvestrin Siqueri, Ana Cristina Bornhausen Cardoso

E-mail: anacardoso@univali.br
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

INTRODUÇÃO

O novo milênio demanda uma escola articulada com a formação de cidadãos e pretende promover uma emancipação intelectual de professores e alunos, tendo como base o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica. O presente trabalho foi desenvolvido com os alunos dos nonos anos do C.E.M. Dona Lili, situado no município de Balneário Camboriú, o professor de língua portuguesa daquela escola e os participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID- subprojeto de Produção Textual)¹ do Curso de Graduação em Letras da Universidade do Vale do Itajaí. Partindo-se do pressuposto que os meios de comunicação fazem parte do cotidiano de nossos alunos, procurou-se estimular os envolvidos no processo de aprendizagem e o prazer de ler associado a uma observação da realidade social. A utilização do jornal como instrumento pedagógico aliado às novas tecnologias permitiu repensar a prática das atividades de produção textual em ambientes escolares, explorando o cotidiano do mundo e os eventos ligados à vida escolar dos alunos, na forma de manchetes, notícias, charges, editoriais, relatos, artigos, classificados, campanhas publicitárias, poesias entre outras. Acredita-se que o maior envolvimento com o gênero jornalístico por meio do blog ou facebook (nas redes sociais) pode despertar uma nova onda de produção escrita e de leitura de forma a garantir a construção da autonomia dos alunos, uma vez que o desafio das escolas é formar alunos praticantes tanto da leitura quanto da escrita a partir de situações reais de comunicação. Além disso, o projeto jornal não foi concebido como plano de ensino obrigatório da grade curricular no contexto escolar, mas, principalmente, como uma possibilidade de contextualização, vivência e construção do conhecimento. O objetivo geral deste trabalho foi inserir as licenciandas do curso de Letras em práticas pedagógicas e familiarizar os alunos com os diferentes gêneros textuais que compõem um jornal, com o seu processo de criação, impressão e distribuição, além de estimular e aprimorar a produção textual. Posteriormente, foi desenvolvida uma série de atividades interdisciplinares buscando favorecer o conhecimento de mundo, ampliando a bagagem cultural dos educandos, promovendo desta forma o respeito às diferenças e o seu crescimento enquanto sujeitos. O ensino de produção textual não

Marcelo Silvestrin Siqueri, Ana Cristina Bornhausen Cardoso

se constitui em uma tarefa simples. A arte de escrever pode ser desenvolvida e lapidada, permitindo a construção de textos mais eficazes. Segundo Silva² (2002, p.7, online), "[...] o bom texto não é aquele que apresenta ou só apresenta, características literárias, mas aquele que é adequado à situação comunicacional para a qual foi produzido." Para o autor, deve-se observar que tipo de interação comunicativa é pretendida e, é exatamente esse ponto de vista que desejamos enfatizar na formação de nossos alunos, tornando-os capazes de interagir comunicativamente, respeitando as especificidades de cada gênero de texto. É bom lembrar que o primeiro passo para a construção de um texto articulado e crítico é o desenvolvimento da capacidade de interpretação da realidade. Desta forma é indispensável que o aluno desenvolva a competência da leitura. Trabalhar com turmas de ensino fundamental constitui um grande desafio nos dias atuais. Quando a ideia central é trabalhar com texto, esta tarefa exige muita criatividade para dar conta de um aluno envolvido nos meios digitais. Algumas estratégias metodológicas foram utilizadas para driblar a apatia dos alunos e envolvê-los no projeto Jornal em Sala de Aula, a saber: produção de notícias sobre os eventos da escola para publicação no blog; socialização dos textos produzidos pelos alunos no mural disposto no hall da escola; criação de campanha publicitária³ contra a violência, desenvolvida interdisciplinarmente com história (40 cartazes); promoção de estratégias e sequências didáticas para produção de textos do gênero jornalístico; participação em palestras dentro e fora do ambiente escolar; montagem de painéis e cartazes expositivos; aula de campo, incluindo a visita ao parque gráfico e à redação do Jornal Diário Catarinense e, finalmente, realização de pesquisa e promoção de debate para eleição do candidato a vereador mirim da escola. A alta qualidade dos textos produzidos permitiu que o professor de língua portuguesa utilizasse esse material em sala de aula e discutisse de forma oportuna as principais diferenças entre oralidade e escrita formal, além de resgatar discussões sobre sociologia, ética, filosofia, cidadania e consolidação dos ideais democráticos. Vale lembrar que todos os gêneros produzidos a partir de situações reais de comunicação, ou seja, textos produzidos sobre os eventos e projetos realizados na escola e na comunidade, por meio de entrevistas, foram publicados no Jornal da Escola. Além disso, todas as produções desenvolvidas pelos alunos durante o período de aplicação e desenvolvimento do projeto foram organizadas e reunidas em um caderno pedagógico⁴, idealizado e produzido pelo professor supervisor Marcelo Silvestrin Siqueri, com o apoio da coordenadora de área Ana Cristina Bornhausen Cardoso, retratando todo o percurso desenvolvido pela equipe PIBID C.E.M. Dona Lili. Durante todo o processo as bolsistas acompanharam as aulas, auxiliaram os alunos a desenvolver os trabalhos e participaram de conselhos de classe, além de dedicarem um tempo ao estudo de teóricos, que as possibilitaram obter um maior entendimento das práticas pedagógicas em sala de aula e na escola. Em relação aos resultados alcançados pelo projeto identificou-se melhora considerável no potencial expressivo e interpretativo, tanto nas produções escritas, como nas apresentações orais do educando. A capacidade criativa e a motivação dos alunos mobilizaram toda a comunidade escolar. Funcionários, professores, pais e alunos tiveram a possibilidade de conhecer os projetos e os eventos desenvolvidos na escola, por meio da publicação das produções dos alunos em meio digital, estreitando os laços entre a comunidade e a escola. Desse modo, tornaram-se leitores fiéis das notícias produzidas e permitiram-se novas possibilidades de aquisição de informações e conteúdos curriculares. Observou-se também, que o desafio de participar de um projeto concreto, conectado

Marcelo Silvestrin Siqueri, Ana Cristina Bornhausen Cardoso

com a realidade e fora das quatro paredes da sala de aula, permitiu que o aluno realizasse uma leitura de mundo mais significativa, transformando informação em conhecimento prático. Conclui-se que o trabalho com o gênero jornalístico possibilitou pensar e discutir novas atividades envolvendo a escrita, além de estimular a formação de leitores mais pró-ativos. Acrescenta-se que o incentivo e a valorização da escrita motivaram: a aquisição de autonomia e conhecimento na produção de gêneros textuais pertencentes ao universo jornalístico; o desenvolvimento da criticidade, criatividade, reflexão, argumentação e exercício da cidadania; a revitalização do blog da escola, visando à migração para outras mídias sociais; o enriquecimento na formação de nossas bolsistas, que como futuras profissionais da área, deverão não perder de vista o diálogo e a interação com os alunos e a desmistificação de que a linguagem jornalística é imparcial e neutra. Trabalhar com o gênero jornalístico é, sobretudo, desenvolver o senso crítico. Assim, para tanto, só realizamos a tarefa de instigar o gosto pela informação, emancipando nossos alunos a lerem e compreenderem a sociedade em que vivemos. Consciente dessa empreitada deve-se convidar o aluno a assumir uma postura crítica diante da vida, uma atitude individual comprometida com o coletivo. No entanto, para isso não é necessário fazer nada espetacular, mas que o mínimo seja o máximo que ele possa realizar na construção e no encontro de sua identidade como leitor e escritor. Que o aluno saia dos bancos escolares tendo, na leitura e escrita da palavra, a sua principal arma para entender e transformar o seu mundo, entender seus limites e reconhecer-se como alguém que não é dono do saber; pois este se (re)constrói a cada instante. Por todos estes resultados apresentados, acredita-se que as perspectivas do projeto PIBID- Letras/Produção Textual revelam-se favoráveis e promissoras, congregando ações de leitura, pesquisa, interpretação, produção de texto e questionamento. Ressalta-se ainda, que a melhora na proficiência escrita pôde ser observada em todas as áreas de conhecimento, não se restringindo unicamente à disciplina de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Produção textual. Gênero Textual. Jornal.

FONTE DE FINANCIAMENTO: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

NOTAS

- 1 PIBID – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA/UNIVALI (Blog.) **Produção Textual**. Disponível em: < [http/](http://) >. Acesso em Agosto 2013.
- 2 SILVA, Silvio Ribeiro da. **Gênero textual e tipologia textual: colocação sob dois enfoques teóricos**. Disponível em: < <http://www.unicamp.br> >. Acesso em 21 de agosto de 2013.
- 3 PIBID – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA/UNIVALI (site.) **Campanha Publicitária**. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/151148095/CADERNO-DA-CAMPANHA-PUBLICITARIA> >. Acesso em 21 de agosto de 2013.
- 4 PIBID – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA/UNIVALI (site.) **Cadernos Pedagógicos**. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/151144668/CADERNO-DE-PRODUCOES-PARA-IMPRESSAO-SEM-PAGINAS> >. Acesso em: 21 de agosto de 2013.

REESTRUTURAÇÃO URBANA EM CHAPECÓ-SC: CONFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SEU NOVO PAPEL COMO CIDADE MÉDIA

Alexandre Maurício Matiello, Ana Laura Vianna Villela, Camila Fujita, Cleusa Teresinha Anschau, Cristina Otsuschi, Matheus José Rigon, Rosa Salete Alba

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: matiello@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA SOCIAL

Neste trabalho, é estudada a formação socioespacial de Chapecó ao longo da história, a qual está profundamente ligada aos ciclos econômicos: do surgimento e consolidação do agronegócio; do papel de polo regional – em se tratando de comércio e prestação de serviços, marcadamente com a incorporação recente de agentes externos –; da especialização da cidade no que se refere à oferta de serviços especializados de saúde e educação e do desenho da ocupação urbana ao longo da história da cidade, de matriz excludente, o qual se reforça atualmente com o desempenho dos grupos detentores do solo e a construção civil, acentuando as desigualdades sociais. Desenvolvido por um grupo multidisciplinar de pesquisadores dos campos do planejamento urbano, geografia e economia, esta pesquisa se insere na Rede Internacional de Pesquisa sobre Cidades Médias – RECIME, cuja coordenação está na UNESP de Presidente Prudente. Os resultados da pesquisa são incorporados a uma plataforma *online* que permite estudos comparativos entre diversas cidades médias e oferecerá aos formuladores de políticas urbanas importantes subsídios para a construção de marcos específicos para esta modalidade de cidades, cujo crescimento é apontado como dentre os maiores na rede urbana brasileira.

OBJETIVOS

Compreender como se dá o processo de reestruturação urbana em Chapecó tanto em relação às horizontalidades, enquanto polo regional, quanto às verticalidades, quando da relação com as escalas nacional e global, de modo a verificar como sua conformação socioespacial a distingue enquanto uma cidade média.

Alexandre Maurício Matiello, Ana Laura Vianna Villela, Camila Fujita, Cleusa Teresinha Anschau, Cristina Otsuschi, Matheus José Rigon, Rosa Salete Alba

METODOLOGIA

a pesquisa utilizou-se da metodologia descrita em Spósito et al.¹ e está baseada na análise de quatro grandes eixos: i) Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos; ii) Dinâmica populacional e mercado de trabalho; iii) Equipamentos e infraestrutura e iv) Condições de moradia. A pesquisa conta com mais de trinta variáveis vinculadas a estes eixos, tendo sido realizados levantamentos em fontes diversas, apresentados e discutidos neste trabalho em análises textuais, gráficos, tabelas e fotografias.

RESULTADOS OBTIDOS

A primeira metade do século XX é marcada pelo processo colonizador em que se alternaram três ciclos econômicos que foram fundamentais para a relação que a cidade já estabelecia em termos de escalas com outros lugares. Se o ciclo do tropeirismo, que atinge indiretamente a cidade, estabelecia relações entre territórios, saindo do extremo Sul e alcançando o Sudeste do país, o ciclo da erva-mate vincula mais a cidade aos estados sulinos e aos vizinhos do Prata, da mesma forma como acontece com o ciclo da madeira em que o binário de trocas era com a capital argentina. Ainda que a modernização e a intensidade de negócios globais fosse bem menor que hoje, é evidente que a região em que se encontra Chapecó e a própria cidade sempre encontraram caminhos para amenizar o isolamento em relação à porção que historicamente se desenvolveu mais em Santa Catarina – o litoral – de maneira que as relações produtivas, de consumo da cidade e região criaram laços que se vinculavam hierarquicamente por vezes menos com o próprio Estado do que com regiões dos estados vizinhos, exercendo influência até hoje sobre a rede urbana dos estados do Paraná e Santa Catarina. Resultados destes ciclos econômicos, sempre relacionados à exploração natural, é que o ciclo do agronegócio – que se consolidaria no momento seguinte – encontra suas bases na acumulação da produção excedente do campo, atividades que modernizadas se mantêm até hoje, como a criação de aves e suínos, contribuindo para que Chapecó se consolidasse no seu primeiro papel relevante na rede urbana, o de polo regional, o qual marca seu segundo momento, no qual destaca-se sobretudo o surgimento das primeiras agroindústrias na década de 1970, a partir do capital acumulado com as atividades agrícolas e comerciais. É a partir desta década que o grau de crescimento urbano acelera, bem como as desigualdades socioespaciais, na mesma medida em que a produção agroindustrial e a demanda por mão de obra destas empresas se intensifica. É também quando através das exportações e do deslocamento do centro de comando destas empresas para as metrópoles, a economia da cidade passa a se costurar com a escala dos circuitos globais de produção. Os instrumentos de planejamento urbano da época não logram êxito devido à ineficácia de sua aplicação, muito embora alguns recursos públicos tenham sido fundamentais para o incremento no transporte e mobilidade com vistas ao escoamento da produção e ainda, pelos investimentos em infraestrutura urbana, que acabaram sendo destinados aos bairros mais centrais enquanto as periferias de trabalhadores da agroindústria cresciam com o êxodo do campo e sem infraestrutura. O terceiro momento e mais atual, é dinâmico e encontra-se em curso, sobretudo na última década. Tem em comum como ponto de inflexão marcante a entrada de agentes

Alexandre Maurício Matiello, Ana Laura Vianna Villela, Camila Fujita, Cleusa Teresinha Anschau, Cristina Otsuschi, Matheus José Rigon, Rosa Salete Alba

econômicos externos em setores que antes eram de exclusividade de agentes locais. Se por um lado a agroindústria não demorou a incorporar capitais nacionais e internacionais ainda na década de 1980, o comércio e serviços na cidade somente nos últimos cinco anos tem visto a entrada mais intensa de capitais externos, expressos nas redes de lojas nacionais que espriam seus tentáculos para o interior e incorporam redes mais locais ou simplesmente se instalam, repercutindo no modo de vida dos trabalhadores e consumidores ao trazer lógicas distintas das antes existentes. Este cenário é completado pela instalação recente do primeiro *shopping center* na cidade e região, cuja localização, em um extremo oposto da avenida onde se localiza o centro comercial e na entrada principal do município, representa uma estratégia para criação de uma nova centralidade e portanto de um novo flanco de desenvolvimento imobiliário. Embora abrigue franquias nacionais e estrangeiras, o empreendimento do shopping foi bancado por empresários locais, o que é comum ainda em setores como o de supermercados e hotéis na cidade. Isto demonstra que apesar dos pontos de inflexão nos momentos que usamos para demonstrar a reestruturação urbana, a mudança de paradigma conserva traços do momento anterior, com atuação ainda significativa das elites econômicas locais, que a exemplo de outras cidades médias pesquisadas pela RECIME, conseguem ainda os capitais locais encontrar seu lugar na divisão territorial do trabalho atual. Em paralelo, a expansão do ensino superior especializa a cidade enquanto polo de formação, atraindo com cursos de graduação e pós-graduação um público que chega a percorrer mais de 100 km diariamente para estudar, num cenário que era marcado até pouco tempo exclusivamente por uma única instituição e que atualmente supera 25 instituições, entre elas três públicas. Enquanto polo na área da saúde, Chapecó ainda “perde” em termos de especialidades para Passo Fundo – importante polo médico que fica há aproximadamente 180 km - mas tendo um curso de medicina já implantado e outro em implantação, e com os constantes investimentos públicos e privados, a tendência é que Chapecó se consolide ainda mais na oferta de serviços em saúde. Nos últimos anos foi inaugurado um novo hospital (materno-infantil) e a instalação do curso de Medicina da Universidade Federal obrigou o investimento em ampliação do hospital regional e o hospital da UNIMED planeja a construção de uma nova ala, incluindo UTI e novo centro de imagem. Isto tudo reforçaria ainda mais o papel da cidade na região. No que se refere ao mercado imobiliário, os últimos dez anos receberam um impulso significativo, que em termos de paisagem urbana foi marcado pela maior verticalização das áreas em volta do centro. Estes empreendimentos com mais altura são marcados por um padrão para mais alta renda que tem preferência pela exclusividade residencial dos edifícios. Outro produto imobiliário novo são os lotes em novos loteamentos, quase a maioria nas franjas da urbanização. Frente ao não parcelamento de vazios urbanos, devido à postura rentista de proprietários de terra, o mercado imobiliário pressionou pela abertura de novos loteamentos, o que não foi capaz de proporcionar um valor do solo acessível. Também inéditos até a última década, os condomínios fechados começaram a ser lançados e não se destinam a moradia perene, pois ficam distantes do centro urbano. São produtos apropriados para fins de lazer em fins de semana, mas demonstram igualmente elementos como seus congêneres de outras cidades: segurança, lazer privativo e apropriação da natureza como elemento a ser consumido. O principal ponto de destaque, é que dois dos maiores condomínios encontram-se na rota que conduz ao Porto Goio-ên, antigo balneário no Rio Uruguai, que após a construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó foi transformado

Alexandre Maurício Matiello, Ana Laura Vianna Villela, Camila Fujita, Cleusa Teresinha Anschau, Cristina Otsuschi, Matheus José Rigon, Rosa Salete Alba

em lago, incrementando as potencialidades de exploração turística. Já figuram no novo espaço uma marina, um camping e uma nova estrutura urbana para os moradores que permaneceram, equipamentos estes implantados como compensação pela usina. Mas há investidores privados visando a área para outras marinas, condomínios com acesso ao lago, e o próprio município reservou área para prospectar um empreendedor para um hotel do tipo resort. Por fim, o mercado imobiliário também se beneficiou do financiamento federal do Programa Minha Casa, Minha Vida para a faixa de renda um pouco maior, recurso este que é repassado direto aos empreendedores e que viabilizou empreendimentos bem característicos: edifícios de quatro pavimentos, unidos em conjuntos de mais de um prédio ou mesmo sozinho em um lote, sendo que esta última tipologia tem sido um dos fatores de elevação do preço do solo, pois gera uma perspectiva de rentabilidade maior com a venda do terreno. Tem contribuído para a alteração da paisagem urbana uma vez que os bairros tradicionalmente ocupados por casas térreas passam a ver do dia para noite estas sendo derrubadas e instalados canteiros de obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em simultâneo a especialização da cidade em novos setores da economia, o mercado imobiliário aparece como indício do incremento de renda e consumo. Por outro lado, a terra urbanizada ou os imóveis construídos – como uma mercadoria que não segue a regra de oferta e procura – acaba por anunciar um cenário bem sinistro de agravamento das desigualdades sociais, em que o preço dos imóveis cresce para satisfazer os investidores, mas não atende a clientela de baixa renda no acesso a casa própria, o que pode ser ainda pior sem a aplicação dos instrumentos de planejamento urbano. A falta de políticas públicas e investimentos revela a ineficácia do poder público para superar as desigualdades no território. Apesar da relativa expansão da oferta habitacional, esta tem seu estoque regulado pelo mercado imobiliário, contribuindo pouco para a redução do déficit habitacional. Portanto, se por alguns aspectos que aqui destacamos a cidade consolida-se em seu papel regional, influenciando territorialmente um entorno em termos de produção, circulação e consumo, em outros alcança escalas nacional e internacional, o que implica também em sofrer os impactos que chegam a estas escalas.

Palavras-chave: Chapecó. Cidades médias. Reestruturação urbana.

Fontes de financiamento: FAPESC, CNPE, Artigo 170 e 171.

AVIFAUNA EM DIFERENTES AMBIENTES DE UM FRAGMENTO DE MATA ATLÂNTICA, SUL DO BRASIL

Angélica Soligo Cassol, Eliara Solange Müller
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: angelicaed@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO

O bioma Mata Atlântica originalmente abrangia 1.315.460 km² do território brasileiro, mas atualmente restam apenas poucos remanescentes florestais, devido principalmente à exploração madeireira e ocupação das áreas para agricultura^{1,2}. Este bioma é considerado um dos “*hotspots*” mundiais por apresentar alta diversidade e um número considerável de espécies endêmicas³. Das 1361 espécies de animais que ocorrem na Mata Atlântica, 620 são de aves, sendo que dessas 181 são endêmicas³. O endemismo de uma espécie geralmente está relacionado às características de seu habitat, por isso espécies endêmicas são consideradas mais sensíveis às alterações ambientais⁴. A alteração do habitat prejudica principalmente as espécies que demonstram mais especificidade com relação à alimentação e dependência de ambientes com maior heterogeneidade quanto a estrutura da vegetação⁵. As guildas tróficas mais afetadas com a alteração do habitat são as de aves insetívoras de folha e de tronco, pois dependem muito da presença de espécies vegetais que lhes forneçam local para forrageamento^{5, 6}. Desta forma, conhecer as relações ecológicas das espécies com o ambiente em que se encontram é importante para avaliar se este oferece as condições necessárias para abrigar uma ampla diversidade de espécies.

OBJETIVO

Avaliar a influência dos diferentes ambientes no número de espécies de aves de cada guilda trófica e dos diferentes graus de sensibilidade quanto à degradação do ambiente.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no Parque Estadual das Araucárias (PEA) localizado nos municípios de São Domingos e Galvão, oeste do estado de Santa Catarina⁷. O parque corresponde a um fragmento

de 625,11ha que se encontra isolado de outros remanescentes florestais, pois a área do entorno é ocupada principalmente para agricultura e pecuária⁷. O clima da região onde o fragmento está localizado, segundo a classificação de Köppen, é Cfb mesotérmico úmido, as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano e não há uma estação seca claramente definida⁸. A vegetação predominante da região é Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária)⁹. Antes de ser uma unidade de conservação, a área que hoje corresponde ao PEA, foi muito utilizada para exploração madeireira principalmente da espécie *Araucaria angustifolia*⁶. Os dados utilizados neste trabalho são dados parciais do projeto “Diversidade de aves no Parque Estadual das Araucárias, oeste de Santa Catarina”. A coleta dos dados ocorreu durante o mês de fevereiro de 2013 através do método de pontos de escuta. Foram demarcados 24 pontos, (distância mínima de 200m entre si) com raio de observação indefinido, distribuídos em diferentes ambientes dentro do fragmento, a saber: borda, estrada de carro, trilha e interior de mata sem trilha. Em cada ponto a amostragem teve duração de 20 minutos sendo registrada a ocorrência das espécies através de registro auditivo e visual. A identificação das espécies de aves, quando visual, foi realizada com o auxílio de binóculos e literatura especializada. Os dados e as vocalizações das aves foram registrados em minigravador (Sony ICD-PX312). A nomenclatura e a taxonomia das espécies foram baseadas no Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos¹⁰. As espécies foram agrupadas em onze guildas tróficas (onívora, carnívora, frugívora, granívora, nectarívora, insetívora, insetívora generalista, insetívora de tronco, insetívora de folha, herbívora e herbívora/onívora) as quais foram definidas com base na literatura^{6, 11, 12, 13 e 14}. O grau de sensibilidade de cada espécie foi classificado em três categorias (baixa, média e alta)⁴. Para avaliar se o número de espécies de cada categoria de sensibilidade e de cada categoria trófica difere entre os ambientes utilizou-se uma Análise de Variância, com teste Tukey a posteriori. As Análises foram feitas no programa Systat.

RESULTADOS

Foram registradas 86 espécies de aves pertencentes a 33 famílias e 14 ordens. Dessas, 39 foram registradas no ambiente borda, 52 no ambiente estrada de carro, 48 no ambiente trilha e 33 no ambiente interior de mata sem trilha. O número de espécies com alta e média sensibilidade não diferiu entre os ambientes ($F=1,503$; $gl=3$; $p=0,243$, $F=2,785$; $gl=3$; $p=0,067$, respectivamente). Foi registrada apenas uma espécie com alta sensibilidade, a saber: *Chamaeza campanisona*. Esta espécie foi registrada no ambiente estrada de carro, trilha e interior de mata sem trilha. O maior número de espécies com média sensibilidade foi registrada no ambiente estrada de carro (28), seguido do ambiente trilha (26). Já o número de espécies com baixa sensibilidade diferiu entre os ambientes ($F=7,035$; $gl=3$; $p<0,01$), sendo que o ambiente borda teve maior número de espécies com baixa sensibilidade que o ambiente trilha ($p<0,01$) e que o ambiente interior de mata sem trilha ($p<0,03$), porém não diferiu do ambiente estrada de carro ($p=0,097$). Das espécies registradas, o maior número (22) faz parte da guilda trófica onívora, seguida pela guilda insetívora de folha (17). O número de espécies de aves pertencente às guildas onívora, carnívora, insetívora e granívora diferiu entre os ambientes ($F=4,150$; $gl=3$; $p<0,02$, $F=5,127$; $gl=3$; $p<0,01$, $F=6,655$; $gl=3$; $p<0,01$,

F=23,202; gl=3; $p<0,01$, respectivamente). Quanto à guilda onívora, apesar da diferença entre os ambientes quando comparado par a par os ambientes, não foi registrada diferença estatística. O maior número de espécies da guilda onívora ocorreu no ambiente borda, seguido pelo ambiente estrada de carro, e o menor número no ambiente trilha e no interior da mata sem trilha (estes dois últimos marginalmente diferentes do ambiente borda $p=0,06$; $p=0,08$). Para as outras três guildas sempre o ambiente borda diferenciou, tendo um número maior de espécies das guildas carnívora, insetívora e granívora em relação aos demais ambientes. Aves da guilda onívora e algumas da insetívora se adaptam bem aos ambientes alterados, podem inclusive se beneficiar com a fragmentação aumentando suas populações¹⁵. Em outro estudo, realizado em cinco fragmentos, foi percebido que o aumento da abundância relativa de 18 espécies ocorreu em função da diminuição do tamanho da área⁶, o que tem sido considerado como medida compensatória^{16, 17}. Porém, este fenômeno pode se modificar de um ano para outro¹⁸, por isso a necessidade de monitoramentos de longo prazo. Apesar de não existir diferença estatística, a guilda trófica insetívora de tronco teve maior número de espécies no ambiente interior de mata sem trilha, enquanto que a guilda insetívora de folha teve maior número de espécies nos ambientes trilha e estrada de carro. Estas guildas são consideradas mais sensíveis quanto às alterações ambientais e dependendo do grau de alteração nos fragmentos podem declinar ou desaparecer completamente¹⁹. Algumas aves são sensíveis ao padrão fisionômico da flora associada, um exemplo disso são as aves insetívoras de tronco⁵. Em relação ao número de espécies, as guildas carnívora e frugívora são mais afetadas em áreas isoladas e com tamanho reduzido (11ha)⁶. Neste estudo, apesar de não haver diferença significativa, o maior número de espécies da guilda frugívora foi registrado no ambiente interior de mata sem trilha, seguido pelo ambiente estrada de carro. A guilda carnívora foi registrada apenas no ambiente de borda e estrada de carro e foi representada por duas espécies (*Falco sparverius* e *Caracara plancus*) típicas de ambientes alterados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados mostram que existe influência do ambiente sobre o número de espécies registradas com grau de sensibilidade alta quanta a alteração dos habitat e sobre o número de espécies das guildas tróficas mais sensíveis, indicando que a borda é o ambiente que mais interfere na manutenção de espécies com alto grau de sensibilidade e espécies de guildas tróficas sensíveis a alteração ambiental. O baixo número de espécies com alto grau de sensibilidade deve estar relacionado ao uso histórico da área, ou seja, a exploração madeireira.

Palavras-chave: Habitat. Guildas tróficas. Grau de sensibilidade.

Fontes de financiamento: FAPESC e Unochapecó.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PLURALISMO JURÍDICO E DO ACESSO À JUSTIÇA

Bruno Ferreira, Maria Aparecida Lucca Caovilla

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

E-mail: caovilla@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO

O pluralismo jurídico é um tema de relevância jurídica incontestável, especialmente na América Latina. Desta forma, sua atualidade é indiscutível, vez que diante de uma sociedade dominadora e excludente é imperioso pensar novas formas de emancipação e autonomia, a fim de legitimar os direitos dos cidadãos, sejam individuais ou coletivos. O artigo propõe a compreensão acerca do pluralismo jurídico e do acesso à Justiça frente a necessidade de nova postura dos sujeitos na efetivação dos direitos na sociedade contemporânea.

OBJETIVOS

Analisar o Pluralismo Jurídico como vertente do fenômeno do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, bem como contextualizar o direito de acesso à Justiça numa concepção ampla, garantidora da inclusão e da efetivação da cidadania.

METODOLOGIA

A proposta nasce de leituras e pesquisas, realizadas pelo Núcleo de Iniciação Científica: Cidadania e Justiça na América Latina, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. O método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica e está organizado em três partes: no primeiro momento, breve resgate histórico do Pluralismo Jurídico em contraponto ao Monismo Jurídico, diante do esgotamento do modelo de Estado hegemônico e comprometido com os interesses das classes dominantes, indiferentes à realidade e as mudanças sociais. No segundo momento, analisa-se o pluralismo jurídico na perspectiva de Wolkmer, o qual propõe como novo paradigma, um pluralismo jurídico-político, do tipo emancipatório, democrático e participativo, rompendo com a matriz hegemônica das elites. No terceiro momento, analisa-se o pluralismo jurídico e o acesso à

Justiça, como uma possibilidade de rompimento do paradigma dominante e excludente, por meio dos movimentos sociais politicamente organizados e descentralizadores na América Latina.

PLURALISMO JURÍDICO: APORTES TEÓRICOS

A discussão acerca do pluralismo jurídico não é nova, no entanto, nas últimas décadas surge com força renovada, a partir do protagonismo popular nos países latino-americanos, por meio do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, que desencadeou-se numa proposta de ruptura social e institucional a partir das novas Constituições Latino-Americanas da Venezuela (1999), Colômbia (1991), Bolívia (2009) e do Equador (2008). Essas novas Constituições rompem com o Constitucionalismo tradicional, conservador, dominante, de matriz hegemônica e elitista. O pluralismo jurídico surge no momento em que o homem deixa de ser nômade e passa a viver participativamente, sendo necessário regrar esses novos grupos sociais. Ressalta-se nesse contexto a influência da igreja e a importante contribuição do Direito Romano para o desenvolvimento das instituições jurídicas¹. O pluralismo jurídico emerge das necessidades da população, como alternativas de sobrevivência, por meio dos movimentos e reivindicações sociais, propondo a inversão do modelo dominante ao modelo comunitário-participativo, proposto por Wolkmer.

O EMBATE PLURALISMO JURÍDICO X MONISMO JURÍDICO

A hegemonia está insuficiente, quiçá algum dia foi suficiente, para atender a realidade social. A crise do direito e sua estagnação são explicadas por Boaventura (2010, p.88): “La simetria liberal moderna – todo el Estado es de derecho y todo derecho es del Estado – es una de las grandes innovaciones de la modernidad occidental.”² Para Wolkmer, “o pluralismo jurídico deve ser entendido como a multiplicidade de práticas jurídicas existentes num mesmo espaço sócio-político, interagida por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais” (p. 219).³ É de suma importância o debate acerca das pluralidades de fontes materiais do direito, pois não se pode mais reduzir-se a fonte jurídica única e exclusivamente na Lei, que por sua vez, é criada pelo Estado. Nesse sentido, Kelsen (1998), defensor do monismo, assevera que “somente uma pluralidade de comunidades ou ordens jurídicas colocadas umas ao lado das outras, sem uma ordem global que as abranja a todas, as delimite umas em face das outras e constitua uma comunidade global é impensável” (p.231).⁴ O pluralismo jurídico é oposto ao monismo jurídico, pois na concepção monista, o poder único é exclusivo do Estado, nos padrões historicamente enraizados na cultura do direito moderno, centralizador e dominante. Para Gregorio Robles Marchón (2007): La tesis monista, según la cual solo existiría un <<derecho>>, ló que quiere decir que solo habría un ordenamiento jurídico en el mundo, tiene su origen en la Teoría del derecho natural [...] (p.36)⁵. O pluralismo jurídico, por sua vez, acompanha as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, é aquele modelo inovador, insurgente, transformador, segundo Wolkmer: ao contrário da concepção unitária, homogênea e centralizadora denominada de “monismo”, a formulação teórica e doutrinária do “pluralismo” designa a *existência*

de mais de uma realidade, de múltiplas formas de ação prática e da diversidade de campos sociais com particularidade própria, ou seja, envolve o conjunto de fenômenos autônomos e elementos heterogêneos que não se reduzem em si (2001, p.171). O pluralismo jurídico revela-se como uma nova proposta, de característica singular, embora não seja um tema novo, haja vista que as sociedades ao longo dos anos, em especial os povos ameríndios e autóctones, foram submetidos a diversas formas de alijamento social principalmente devido ao modelo hegemônico e excludente que imperou e persiste na sociedade latino-americana. Notadamente, as sociedades latino-americanas foram submetidas à incorporação do direito oficial de seus colonizadores, totalmente estranho a sua realidade, cujo modelo europeu foi corporalizado e os costumes dos que aqui viviam foram suprimidos, bem como o seu modo de viver, de pensar e agir em favor de uma classe dominante. O fato é que vivemos numa sociedade a cada dia mais complexa e diante de uma diversidade de grupos sociais surge uma multiplicidade de direitos a serem atendidos, por meio de novas formas de organização do poder, baseados nos princípios do Estado Social, Plural, Multiétnico e Democrático, das mais diversas formas e interesses. A participação da sociedade nas demandas que a envolvem é fundamental, a fim de buscar a pacificação e o bem comum, rompendo assim o paradigma dominante e centralizador do poder. Desta forma, o pluralismo jurídico é uma nova forma de manifestação, para além da juridicidade estatal, que em virtude da colonização hegemônica, tipicamente do homem ocidentalizado promove a exclusão e a desigualdade. A proposta do pluralismo jurídico é diferente. Surge para superar os modelos tradicionais e construir um projeto motivado pelas necessidades de pessoas em condições de vulnerabilidade social, abandonadas e desprovidas de igualdade e dignidade humana.

A PROPOSTA DO PROFESSOR ANTONIO CARLOS WOLKMER

Propõe como novo paradigma, um pluralismo jurídico-político, tipo emancipatório, democrático e participativo, considerando que a sociedade foi submetida ao modelo hegemônico centrado na ideia monista, na qual a fonte do direito é a lei e esta vem do Estado, algo totalmente incontestável, como modelo jurídico ideal. Assim, o pluralismo tipo comunitário participativo, de Wolkmer, propõe: a) legitimação de novos sujeitos sociais; b) fundamentação na justa satisfação das necessidades humanas; c) democratização e descentralização de um espaço público participativo; d) defesa pedagógica em favor da ética da alteridade; e) consolidação de processos conducentes a uma racionalidade emancipatória⁶.

ACESSO À JUSTIÇA E PLURALISMO JURÍDICO

Ao propor um sistema de justiça igualitário, Cappelletti⁷ também propõe uma justiça mais participativa, a partir de um novo paradigma de Justiça. Porém, só haverá mudança no sistema de justiça atual se houver consciência de cidadania, por meio do conhecimento de direitos e que essa condição possa gerar equilíbrio social. Dessa forma poderemos falar em Justiça num plano mais global, bem como de um acesso à Justiça como meio de participação efetiva, de inclusão, respeito aos direitos

e garantias fundamentais dos cidadãos. O direito de acesso à Justiça é de fundamental importância num país como o Brasil, marcado por grandes desigualdades e consequente exclusão social. Para Capelletti, o efetivo acesso se faz com a transposição das barreiras que impedem a população de exercerem sua cidadania, ou seja, participarem ativamente e em igualdade de condições do sistema processual. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil deu um passo a frente ao prever a assistência jurídica integral e gratuita, estabelecendo no art. 5º o princípio da igualdade entre todos os brasileiros. Ao tratar da assistência jurídica integral e gratuita e ao interpretá-la no âmbito do ordenamento brasileiro, deu-lhe não somente a condição de acessibilidade formal ao sistema de justiça, mas também a possibilidade de informação e educação para os direitos e deveres para assim participar ativamente, enquanto cidadão dos destinos da sociedade. Estabeleceu que a Defensoria Pública é um mecanismo efetivo de acesso à Justiça e que o Estado deve criá-las para dar suporte necessário às ações individuais e coletivas dos socioeconomicamente selecionados. Porém, falta muito para reconhecer na Defensoria Pública a possibilidade de mecanismo efetivo para viabilizar aos cidadãos o acesso à Justiça. Surgem então, os novos sujeitos coletivos e os movimentos sociais, emergindo o poder da coletividade, que são novos sujeitos protagonistas de mudanças da realidade do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pluralismo jurídico e o acesso à Justiça traduzem-se em dois mecanismos importantíssimos de efetivação de direitos, no entanto, ressalta-se que o pluralismo jurídico nasce como uma possibilidade de solução de conflitos sem a presença do Estado, o que resulta num novo olhar sobre a Justiça, que tira das mãos do Estado o monopólio desta. No âmbito do acesso à Justiça, enquanto direito humano fundamental, verifica-se no Brasil um avanço inquestionável a partir da Constituição Federal de 1988, porém ainda pouco percebido diante da compreensão de que o acesso ao Judiciário é, ainda, a única via de solução dos conflitos. Há necessidade de avançar muito, as pessoas precisam conhecer seus direitos. A Defensoria Pública nasce com a proposta de informar e educar para o exercício de direitos e deveres na sociedade, mas ainda é considerada como a “prima pobre” do sistema de justiça, não alcançando a maioria da população. É preciso criar uma nova cultura do Direito e especialmente no sistema de justiça brasileiro. O monopólio do Estado, no âmbito do Judiciário decididamente não resolve as principais mazelas da população quanto aos seus direitos. O pluralismo jurídico propõe essa mudança de cultura em que o ator é o povo e o povo é o protagonista do resgate de seus direitos individuais e coletivos de forma mediada e participativa.

Palavras-chave: Pluralismo Jurídico. Acesso à Justiça. Nova Cultura no Direito.

Fonte de Financiamento: Bolsa de Pesquisa Iniciação Científica com recursos do artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

NOTAS

- 1 MALISKA, Marcos Augusto. Pluralismo Jurídico e Direito Moderno – Notas para pensar a Racionalidade Jurídica na Modernidade. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- 2 SANTOS, Boaventura de Sousa. Refundación del Estado en América Latina – perspectiva desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.
- 3 WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3ª Ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.
- 4 KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 6ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- 5 ROBLES MORCHÓN, Gregorio. Pluralismo Jurídico y Relaciones Intersistémicas – Ensayo de Teoría Comunicacional Del Derecho. Editora: Aranzadi AS. España, 2007.
- 6 _____. Antonio Carlos; FAGUNDES, Lucas Machado. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. Disponível em: <<http://ojs.unifor.br/index.php/rpen/article/view/2158>> Acesso em: 20 mar. 2013.
- 7 CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Norhfleet. Porto Alegre, Fabris, 1988.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NA REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE

Alexandre João Cachoeira, Adalcio Machado dos Santos, Joel Haroldo Baade

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

E-mail: baadejoel@gmail.com

Fonte de financiamento: Recursos do Art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina concedidos através da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

RESUMO

O presente artigo é um resultado preliminar de uma investigação sobre a prática da Educação a Distância (EaD) na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sediada em Caçador, SC. Considerando que a EaD sofreu grande expansão no Brasil nas últimas décadas, cada vez mais instituições buscam nesse modelo de ensino e aprendizagem uma forma de melhor correspondências das exigências da sociedade atual, seja em termos de qualidade do ensino e em termos de equilíbrio financeiro. O objetivo da investigação consiste em buscar identificar as causas que levaram a uma baixa adesão dos estudantes nas atividades propostas nas disciplinas oferecidas a distância pela instituição no primeiro semestre de 2013, levando a um percentual expressivo de reprovações. Metodologicamente, a pesquisa é constituída de revisão de literatura e aplicação de questionários estruturados aos 923 estudantes matriculados em disciplinas da modalidade EaD na UNIARP no primeiro semestre de 2013. Os resultados evidenciam que os participantes dispõem de recursos como computador e internet em seus domicílios e as competências para a realização de atividades como acesso à internet, meio privilegiado para a construção de ambientes de aprendizagem a distância. Contudo, os meios empregados pela instituição na construção de suas disciplinas, tais como fóruns, são pouco acessados pelos participantes da pesquisa. Portanto, concluiu-se que a baixa adesão dos alunos nas atividades na modalidade EaD e a consequente reprovação de muitos é mais resultado da dificuldade da instituição de criar um ambiente que se adeque às necessidades dos alunos do que destes em ter competências para estudar na modalidade a distância.

Palavras-chave: Universidade comunitária. Educação a distância. Sistemas de aprendizagem. Competências.

INTRODUÇÃO

A EaD não é algo novo no cenário brasileiro. Há registros de atividades de ensino e aprendizagem sem a presença de alunos e professores num mesmo espaço físico e no qual se fazia uso de algum meio de comunicação já no início do século XX. O que mudou nas práticas atuais de EaD em relação a estas primeiras iniciativas foram os meios empregados na comunicação; antes utilizava-se a correspondência impressa e o rádio e, atualmente, emprega-se preponderantemente a internet (DIAS; LEITE, 2010).

Entende-se a EaD como sendo um campo constituído de dois aspectos: por um lado, uma modalidade de educação e os aspectos institucionais e operacionais a ela ligados, que se refere especialmente aos sistemas ensinantes. Por outro lado, a EaD relaciona-se com as metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem, mais voltada para as relações entre os sistemas de ensino e os aprendentes. Conforme Belloni (2001), o primeiro aspecto é o que se chama tradicionalmente de EaD, enquanto o segundo aspecto é identificado na literatura como Aprendizagem Aberta e a Distância. Entretanto, como a própria autora já previu em 2001 por ocasião da realização de sua pesquisa, a EaD é o campo dentro do qual o segundo aspecto tem se desenvolvido, embora ainda timidamente conforme se constata a partir da experiência em muitos cursos que fazem uso da EaD.

O número de alunos matriculados nesta modalidade de ensino e aprendizagem sofreu grande expansão nas últimas duas décadas. Isso decorre principalmente do aumento da necessidade de qualificação profissional. Muitas pessoas voltaram a estudar depois de terem interrompido os estudos prematuramente ou, então, há um número crescente de sujeitos que sentem a necessidade de aumentarem o seu nível de qualificação. Como um número expressivo desses indivíduos já está inserido no mercado de trabalho e não dispõe de tempo para acompanhar cursos presenciais, a modalidade EaD torna-se uma alternativa bastante atraente (DIAS; LEITE, 2010).

Percebe-se, portanto, que há um expressivo aumento de demanda pela modalidade de ensino e aprendizagem a distância no Brasil. Diante disso, é também irrevogável o aumento do número de instituições que passaram a oferecer cursos de qualificação e mesmo de graduação nesta modalidade. Contudo, com a expansão do capitalismo, não tardou para que os modelos industriais fossem aplicados à educação, especialmente o modelo fordista. O novo modelo de educação introduzido com a EaD produziu uma certa “crise da educação” (BELLONI, 2001).

Enfatizando, agora, especialmente o ensino superior, muitas organizações aproveitaram o momento de expansão da demanda por educação para oferecer soluções de mercado que passaram a fazer amplo uso da modalidade EaD, considerando que ela oferecia maior potencial de maximização de lucros. Em decorrência disso, no entanto, as Instituições de Ensino Superior (IES) tradicionais, especialmente aquelas organizadas comunitariamente ou filantrópicas, passaram a sofrer grande pressão para manterem-se funcionando. As comunitárias, que são instituições públicas que dependem das mensalidades dos alunos, não conseguem oferecer valores competitivos capazes de concorrer com os preços praticados pelas “grandes empresas de educação”. Nesse sentido, no intuito de manterem-se viáveis economicamente, muitas IES comunitárias e filantrópicas buscaram e ainda buscam na EaD uma possibilidade de equilibrarem os seus orçamentos.

Por outro lado, é inegável que a EaD chegou para ficar. A formação dos profissionais na atualidade deve, necessariamente, incorporar os novos modos de comunicação e de ensino e aprendizagem. Se as IES não capacitam os seus alunos para que sejam capazes de aprender e ensinar em ambientes virtuais, estão também, em certo sentido, deixando de cumprir o seu papel de instituições formadoras. Portanto, a EaD nas IES comunitárias oferece uma série de limites e possibilidades, que são analisados preliminarmente ao longo da pesquisa aqui esboçada.

Uma das grandes dificuldades da EaD está relacionada com a sua situação de baixo prestígio no campo da educação (BELLONI, 2001). Dessa forma, uma pesquisa para que se possa compreender melhor o lugar da EaD na IES comunitárias ajuda a superar esse desprestígio. Para tanto, é necessário que ela se transforme em objeto de pesquisa.

O estudo organizado por Behar (2013) concentra-se na temática das competências na EaD. Segundo os autores deste estudo, a EaD representa um desafio, tanto para alunos como para professores. Quando Belloni (2001) fala em “crise da educação” desencadeada pela EaD, também se refere a esta questão. Ou seja, o que a modalidade EaD exige de professores e alunos em termos de requisitos que tornem viáveis a prática de ensino e aprendizagem através das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs)? Certamente podem ser mencionadas aqui a capacidade de autogestão do ensino e domínio dos meios empregados na modalidade EaD. Estas competências, porém, não podem ser consideradas como amplamente difundidas e presentes em todos os indivíduos que procuram cursos em EaD. Muito pelo contrário, um número expressivo de alunos supostamente não as tem. Mais do que isso, principalmente em instituições que iniciam a implantação de atividades na modalidade EaD, muitos dos próprios docentes das IES não estão capacitados para lidarem com as novas formas de ensino e aprendizagem possibilitadas pela EaD, o que pode ter implicação na concepção da continuidade das atividades propostas. É compreensível, assim, que a EaD produza uma crise na educação, especialmente do modelo tradicional.

A partir do exposto acima, a implantação da modalidade EaD em IES comunitária sugere um duplo problema, um relacionado ao aluno e outro relacionado ao professor. Estes, por sua vez, no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem na modalidade EaD, estão entrelaçados. Os modelos de EaD exigem do estudante competências de auto estudo e de autogestão que talvez muitos jovens adultos que procuram a EaD não tenham desenvolvido (BELLONI, 2001).

Contudo, segundo Belloni (2001), há maior ênfase nos processos de ensino (estrutura organizacional, planejamento, concepção de metodologias, produção de materiais) nos modelos de EaD em uso e pouca ou nenhuma consideração dos processos de aprendizagem (características e necessidades dos estudantes, modos e condições de estudo, níveis de motivação). Além disso, segundo Belloni (2001, p. 45):

[...] dados consistentes mostram que os estudantes a distância são na maioria adultos entre 25 e 40 anos, que trabalham e estudam em tempo parcial, bastante reduzido. Muitos estão voltando a estudar muitos anos após sua última experiência como aluno e muito freqüentemente tiveram experiências educacionais negativas. O aprendente atualizado é um mito, e muitos estudantes encontram dificuldades

para responder às exigências de autonomia em sua aprendizagem, dificuldades de gestão de tempo, de planejamento e de autodireção colocadas pela aprendizagem autônoma. Muitos se acham despreparados, têm problemas de motivação, tendem a se culpar pelos insucessos e têm dificuldades de automotivação.

Nesse sentido, esta pesquisa indaga pela relação entre os processos de ensino (ou seja, a parte institucional) e de aprendizagem (o que se refere ao aprendente) no modelo de EaD adotado na instituição em que atuam os autores.

Além do aspecto do aprendente, Belloni (2001, p. 46) ainda chama a atenção para outro aspecto que não pode ser desconsiderado em qualquer discussão sobre EaD. Segundo a autora,

Diretamente relacionada com as inovações tecnológicas, com as novas demandas sociais e com as novas exigências de um aprendente mais autônomo, uma das questões centrais na análise da EaD, e talvez a mais polêmica, refere-se ao papel do professor nesta modalidade de ensino, chamado a desempenhar múltiplas funções, para muitas das quais não se sente, e não foi, preparado.

Esta questão é analisada, também, por Schneider, Silva e Behar (2013) em seu estudo intitulado “Competências dos atores da educação a distância: professor, tutor e aluno”.

A partir do exposto, portanto, pode-se constatar um duplo problema. Por um lado, é preciso indagar pelo sujeito aprendente, as suas características, competências, necessidades, anseios e expectativas em relação à formação buscada e quais as implicações para a modalidade de ensino/aprendizagem adotada pela instituição, especificamente a EaD. Ou seja, o modelo de EaD adotado pela instituição corresponde às necessidades e perfis dos aprendentes? Que implicações daí podem decorrer para o planejamento das atividades da instituição?

Por outro lado, é consenso na bibliografia sobre EaD que esta modalidade de ensino/aprendizagem exige um novo perfil docente, e que esta questão é muitas vezes polêmica. Ela pode ser especialmente tensa quando as instituições tradicionais de ensino se encontram em fase de transição de um sistema essencialmente presencial para modalidades semipresenciais ou totalmente a distância. Fala-se da literatura que há então uma “transformação do professor de uma entidade puramente individual em uma entidade coletiva.” (BELLONI, 2001, p. 81). Em outras palavras, a EaD, devido à complexificação do processo de ensino/aprendizagem, exige a atuação de diferentes profissionais que integrarão o processo de ensino/aprendizagem (professor autor, tutor, designer instrucional, suporte, monitoria de centros de apoio presencial...), e não mais unicamente o professor em sala de aula.

A função das IES é formar cidadãos para o exercício de uma profissão e para que também sejam sujeitos ativos em todas as esferas da vida social, não meros receptores passivos de decisões alheias (CANIVEZ, 1998). Nesse sentido, considerando as rápidas transformações da sociedade atual, cada vez mais caracterizada como sociedade da informação e da tecnologia, as formas de educar também precisam atender a estas características. A EaD quer ser uma dessas ferramentas que buscam atender às necessidades atuais de formação contínua e de atualização. Contudo, para que ela possa efetivamente corresponder às necessidades de uma determinada sociedade, carece-

se de estudos regionais e locais, que possam contribuir para o direcionamento das estratégias pedagógicas e mercadológicas próprias de cada região. Além disso, o estudo das características regionais contribui para dar melhor suporte no que concerne ao modelo de EaD a ser adotado, considerando que não existem propostas únicas.

Por outro lado, as rápidas transformações, principalmente nas tecnologias empregadas na EaD, exigem dos profissionais que com ela atuam capacidades de adaptação extremamente velozes. Para muitos, contudo, a dinamicidade das novas formas de ensinar e aprender produzem incerteza e insegurança, pois deslocam os sujeitos de suas zonas de conforto constantemente. Exige-se, assim, compreender esse processo de modo a traçar estratégias que possam contribuir para a superação dos medos e incorporação das novas tecnologias da comunicação nos processos de ensino. Da mesma forma, o aprendente é continuamente exigido a se adaptar às novas formas e modelos adotados pelas instituições de ensino.

Para reduzir os impactos para o aluno, é preciso observar o que argumenta Belloni (2001, p. 31):

Um processo de ensino e aprendizagem centrado no estudante será fundamental como princípio orientador de ações de EaD. Isto significa não apenas conhecer o melhor possível suas características socioculturais, seus conhecimentos e experiências, e suas demandas e expectativas, como integrá-las realmente na concepção de metodologias, estratégias e materiais de ensino, de modo a criar através deles as condições de auto-aprendizagem.

Nesse sentido, Belloni (2001) acentua ainda a importância de se investir em pesquisas sobre as metodologias empregadas na EaD, pois somente assim se garante resultados benéficos a médio e longo prazo.

Belloni (2001, p. 102-103) descreve com precisão a necessidade de melhor compreensão do perfil do aprendente tendo em vista que a modalidade EaD centra-se muito mais no estudante e no seu papel como protagonista na construção do conhecimento:

Um processo educativo centrado no aluno significa não apenas a introdução de novas tecnologias na sala de aula, mas principalmente um reorganização de todo o processo de ensino de modo a promover o desenvolvimento das capacidades de auto-aprendizagem. Esta verdadeira revolução na prática pedagógica implica um conhecimento seguro da clientela: suas características socioculturais, suas necessidades e expectativas com relação àquilo que a educação pode lhe oferecer.

Os modelos instrucionais e behaviouristas privilegiam o treinamento do estudante para o desempenho de determinada atividade, sem levar em consideração a sua autonomia, capacidade de construção do conhecimento e o seu papel do sujeito no processo de ensino/aprendizagem. Isso tem sido definitivamente alterado pela inserção da EaD como modalidade de ensino e aprendizagem reconhecida, embora coexistam modelos em que prevaleça a mera repetição dos conteúdos. Assim como no ensino presencial, também na EaD podem ser organizados ambientes de aprendizagem e verdadeira construção de conhecimento ou então podem ocorrer práticas de simples reprodução.

No que se refere à perspectiva do aprendente na EaD, Belloni (2001, p. 51) destaca dois fatores importantes:

[...] de um lado, o acesso à tecnologia é desigualmente distribuído em termos sociais e regionais em escala planetária; e, de outro, a aprendizagem mediatizada por novas TICs [Tecnologias da Informação e Comunicação] requer dos indivíduos comportamentos e habilidades diferentes tanto dos que ocorrem em situações convencionais de aprendizagem quanto daqueles ativados pelo uso destas tecnologias para o entretenimento; comportamentos e habilidades relacionados à busca e análise de informação, à pesquisa de fontes e de estudo autônomo, competências pouco desenvolvidas na população em geral, seja em razão dos baixos níveis de escolaridade, seja pela falta de qualidade do ensino.

Além do já exposto, para que se alcance um modelo viável de EaD, Belloni (2001) considera fundamental que se crie estruturas que possibilitem a interação dos estudantes com a instituição, com professores, tutores e entre eles mesmos. Especialmente no Brasil esta necessidade se faz presente, considerando que o nível de cultura geral é bastante baixo. As possibilidades de apoio presencial são, assim, essenciais, tanto para dúvidas sobre o conteúdo das disciplinas como para questões de ordem técnica. Também nesse aspecto pode-se perceber que a função do professor assume novas características e que, muitas vezes, exigirão dele competências até então não desenvolvidas. Por essa razão, compreender melhor qual o papel da tutoria na EaD e de que modo isto se relaciona com o docente tradicional também é significativo. Essas indagações, contudo, deverão ser analisadas em outro momento.

Um último aspecto a ser considerado sobre a EaD diz respeito à confecção dos materiais utilizados. Esta questão é discutida por Torrezzan e Behar (2013) em sua análise sobre as competências necessárias para a construção de materiais educacionais digitais baseados no *design* pedagógico. Segundo as autoras, os materiais a serem empregados na EaD não podem ser simplesmente a digitalização da sala de aula, mas devem possibilitar a construção de ambientes virtuais que efetivamente correspondam à maneira de pensar das novas gerações, conhecidas como geração digital. A partir disso, pode-se inferir que um pesquisador com número regular de publicações em revistas científicas não é, necessariamente, um bom produtor de materiais para EaD, pois o material a ser utilizado nesta modalidade de ensino e aprendizagem diferente dos textos tradicionais. A abordagem deve ser mais dialógica, sugerir problemas e instigar o aluno a buscar a construção do conhecimento por si mesmo. Em decorrência disso, igualmente a EaD produz uma crise e insegurança no modelo tradicional de educação e, especialmente, no professor tradicional não familiarizado com as novas formas de educação em desenvolvimento.

Desde março de 2013, a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe adotou a modalidade mista de educação, sendo que algumas disciplinas dos cursos de graduação passaram a ser oferecidas na modalidade EaD. A partir dessa situação, a pesquisa aqui exposta apresenta os resultados parciais de um questionário aplicado aos estudantes que realizaram atividades na modalidade EaD na UNIARP no primeiro semestre de 2013. Houve uma baixa adesão dos estudantes às atividades propostas e, conseqüentemente, um alto índice de reprovações.

METODOLOGIA

A metodologia empregada na presente investigação consiste em análise bibliográfica e aplicação de questionários. Para a análise bibliográfica, buscou-se publicações na área de EaD que continham reflexões pertinentes ao tema de pesquisa proposto. Dois tipos de obras foram contemplados: livros e artigos científicos. Os artigos científicos sobre a temática proposta foram obtidos em periódicos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, disponíveis no portal de periódicos da Capes (<http://periodicos.capes.gov.br/>).

A amostra para a pesquisa foi composta de todos os estudantes que realizaram disciplinas na modalidade EaD na UNIARP no primeiro semestre de 2013, totalizando 923 (novecentos e vinte e três) sujeitos. Cada um respondeu a um questionário de 21 (vinte e uma) questões, distribuídas em três blocos temáticos: a) questões gerais sobre tecnologias usadas na EaD; b) questões sobre competências mais comuns para estudar a distância; e c) questões sobre as disciplinas em EaD da UNIARP. A presente análise contempla somente os blocos temáticos a e b.

Os estudantes dos cursos de graduação da UNIARP são provenientes de diversos municípios da região meio oeste de Santa Catarina, abrangidos pela UNIARP. Um levantamento posterior com a incorporação de dados obtidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIARP poderá explicitar estas informações.

Os resultados dos questionários estão sendo tabulados em planilha do software Microsoft Excel 2010, a partir do qual fez-se a geração dos gráficos apresentados nos resultados da pesquisa. A análise dos dados apresentados é qualitativa e não estatística.

Antes da implementação, o presente projeto de pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Uniarp sob protocolo 13307713.2.0000.5593.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir são preliminares, considerando que apenas 138 (cento e trinta e oito) de um total de 923 (novecentos e vinte e três) questionários foram tabulados. A partir destes dados, foram tecidas as seguintes considerações. O ponto de partida que resultou na pesquisa aqui apresentada foi a baixa adesão dos acadêmicos às atividades propostas nas disciplinas na modalidade EaD, tais como participação em fóruns de discussão, chat e acesso a materiais interativos, resultando em alto índice de reprovações nas primeiras atividades realizadas.

Quanto ao primeiro bloco temático, referente às questões gerais sobre tecnologias usadas na EaD, os resultados até agora levantados permitem concluir que a maioria dos alunos possui conta de email, sendo que somente 1 (um) dos 138 (cento e trinta e oito) questionário respondidos afirmou não dispor do recurso. A quantidade semanal de acessos ao email também é expressiva, considerando que 48% dos acadêmicos afirmam acessar o email mais de 5 vezes por semana. 28% deles acessam o email entre 3 e 5 vezes por semana. Portanto, a comunicação por email atingiu um número muito significativo de alunos, partindo-se do pressuposto de que o acesso à caixa

Alexandre João Cachoeira, Adécio Machado dos Santos, Joel Haroldo Baade

de email é sinônimo de leitura das mensagens recebidas. Como este meio de comunicação foi o mais utilizado pelos docentes tutores, pode-se inferir que a baixa adesão dos alunos às atividades proposta não se deveu à falta de informação.

Gráfico 1: Número semanal de acessos ao email.



Fonte: dados da pesquisa.

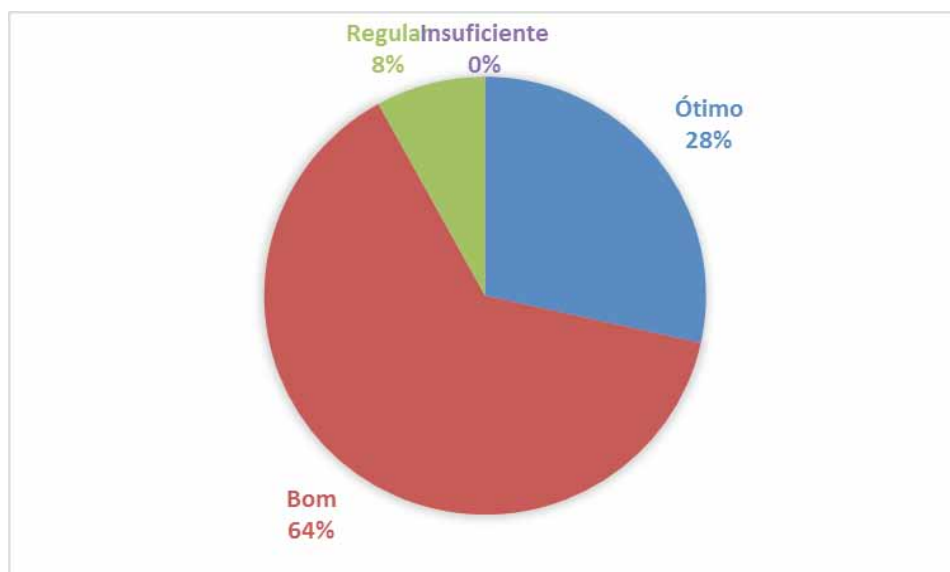
Outra possibilidade cogitada que justificasse a baixa adesão dos alunos às atividades propostas nas disciplinas oferecidas a distância pela UNIARP no primeiro semestre de 2013 era a de que os estudantes não dispunham de condições de acesso à internet. Nesse sentido, o questionário continha questões referentes à posse de computador ou notebook próprios, condições de tais equipamentos na percepção dos usuários e acesso residencial à internet. O senso comum defendia a ideia de que, na região meio oeste do estado de Santa Catarina, as condições de acesso a bens como computador e, principalmente, acesso à internet eram muito limitadas entre os estudantes, o que tornaria muito limitado o emprego da modalidade de EaD nessa região. Contudo, os dados da pesquisa até o momento evidenciam que não é exatamente esse o caso.

Gráfico 2: Avaliação do acesso residencial à internet

Fonte: Dados da pesquisa.

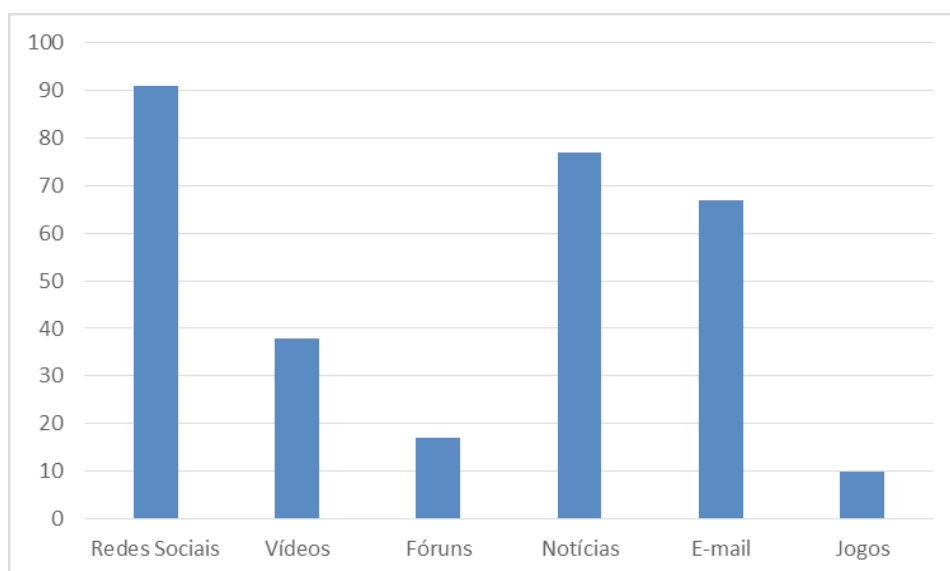
Conforme o gráfico 2, 94% dos estudantes tem acesso residencial à internet e 75% deles considera este acesso bom ou ótimo. Os 6% de indivíduos que consideram a qualidade da internet insuficiente são os mesmos que afirmaram não ter acesso residencial à internet, o que no montante de dados tabulados corresponde a 8 indivíduos. Sendo assim, possibilidades de acesso à internet também não representam impedimento para uma maior adesão às atividades de disciplinas a distância. De qualquer forma, considerando que há indivíduos que não possuem acesso residencial à internet, a instituição disponibilizou equipamentos para que tais estudantes pudessem realizar as suas atividades.

Quanto ao segundo bloco temático do questionário, que dizia respeito às questões sobre competências mais comuns para estudar a distância, foram propostas seis questões indagando sobre conhecimentos gerais em informática e conteúdos mais acessados na internet. A percepção dos sujeitos da pesquisa quanto aos conhecimentos gerais sobre informática e uso do processador de texto Microsoft Word são equivalentes. Entre 17% e 18% consideram os seus conhecimentos ótimos e entre 65% e 67% dos indivíduos avaliaram os seus conhecimentos como bons. 15% deles afirmaram que seus conhecimentos são regulares e apenas 2% afirmaram ter conhecimentos insuficientes. Entretanto, quando perguntou-se sobre os conhecimentos para navegar na internet, houve uma ligeira alteração desses percentuais, conforme apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3: Avaliação dos conhecimentos para navegar na internet.

Fonte: Dados da pesquisa.

Todos os indivíduos afirmaram ter conhecimentos para navegar na internet, que variaram entre regulares (8%), bons (64%) e ótimos (28%). Pode-se concluir, a partir disso, que os conhecimentos dos estudantes quanto à informática estão mais voltados para o uso da internet do que para outras ferramentas como processadores de texto. A partir disso, indagou-se também pelos tipos de conteúdo mais buscados na internet. Nessa questão, os participantes tinham a opção de múltipla escolha. O gráfico 4 permite identificar os conteúdos mais acessados na internet pelos participantes da pesquisa.

Gráfico 4: Conteúdos mais acessados na internet.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o gráfico permite visualizar, a internet é mais usada pelos participantes para acessar redes sociais (91 marcações), notícias (77 marcações) e Email (67 marcações). Conteúdos relacionados a fóruns foram assinalados somente por 17 indivíduos. Assim sendo, os resultados parciais da pesquisa permitem concluir que a baixa adesão dos estudantes nas atividades propostas nas disciplinas na modalidade EaD da UNIARP no primeiro semestre de 2013 está relacionada possivelmente à forma de apresentação do conteúdo, pois privilegiou-se a leitura de apostilas, acesso a conteúdo animado e interativo, mas semelhante a vídeo, e participação em fóruns. Essa constatação condiz com a afirmação de Belloni (2001), segundo a qual os modelos de EaD tendem a concentrar-se nos processos de ensino e menos nos processos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa computados até o momento permitem concluir que o pressuposto de que muitos estudantes não teriam acesso aos recursos necessários para a execução de atividades na modalidade EaD não é verdadeiro. Os participantes da pesquisa demonstraram ter acesso a computadores e internet, bem como conhecimento e as competências para a realização de atividades relacionadas. O conhecimento sobre o uso de computadores para acesso à internet, que é o meio principal para o desenvolvimento das atividades na modalidade EaD, aliás, foi bem mais expressivo do que o uso de outros recursos computacionais, tais como processador de textos.

Além disso, os resultados parciais permitem inferir que é preciso um constante esforço institucional no sentido de aproximar a educação oferecida às necessidades e hábitos dos aprendentes. Portanto, conforme afirma a literatura (BELLONI, 2001), é preciso superar a tendência de concentrar a educação nas práticas de ensino e privilegiar também as práticas de aprendizagem. Nesse sentido, considerando que um percentual muito expressivo de sujeitos utilizam a internet para acessar redes sociais, será preciso adequar os ambientes virtuais de aprendizagem ao conceito de rede social e às práticas de interação que ali ocorrem.

Questões como capacidade pessoal de gestão do tempo e hábitos de leitura não puderam ainda ser contemplados na presente exposição, mas deverão ser levados em consideração para conclusões mais expressivas. A partir dessa análise preliminar, contudo, em resposta à indagação pela baixa adesão dos estudantes às atividades propostas nas disciplinas na modalidade EaD oferecidas pela UNIARP no primeiro semestre de 2013, entende-se que ela decorre mais da dificuldade da instituição de elaborar um modelo que se aproxime da realidade do aluno do que deste de ter acesso a recursos e competências para estudar na modalidade EaD. Urge, assim, aprofundar estas reflexões para que elas possam contribuir para o desenvolvimento das práticas de ensino propostas pela instituição.

REFERÊNCIAS

- BEHAR, Patricia A. (org.). **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BEHAR, Patricia A. Prefácio. In: BEHAR, Patricia A. (org.). **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 04 out 2012.
- BRITO, Glaucia da Silva (org.). **Cadernos de educação a distância**. Curitiba: UFPR, 2012.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** 2. ed. Campinas: Papyrus, 1998.
- CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. **Prática Pedagógica, aprendizagem e avaliação em Educação a Distância**. Curitiba: Ibpex, 2009.
- DIAS, Rosilâna A.; LEITE, Lígia S. **Educação a Distância: da legislação ao pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2007.
- MAINARDES, Emerson Wagner; MIRANDA, Cristina Schmitt; CORREIA, Carlos Henrique. A gestão estratégica de instituições de ensino superior: um estudo multicaso. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, p. 19-32, 2011. Disponível em: <<http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/view/126/108>>. Acesso em: 04 out 2012.
- PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- RAMAL, Andrea Cecilia. **Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SCHNEIDER, Daysi; SILVA, Ketia K. A. de; BEHAR, Patricia A. Competências dos atores da educação a distância: professor, tutor e aluno. In: BEHAR, Patricia A. (org.). **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- WAISELFISZ, Julio Jacabo. **Lápis, borracha e teclado: tecnologia da informação na educação**. Brasília: RITLA; SANGARI; MEC, 2007.

ESTADO NUTRICIONAL DOS ALUNOS SOLDADOS BOMBEIROS MILITARES VERSUS SOLDADOS BOMBEIROS DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Materli Soeiro, Fernanda Grison Confortin,
Carla Dos Reis Rezer, Maria Elizete Pozzobon

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: materlis@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO

O preparo físico do soldado bombeiro militar é imprescindível para exercer suas funções, aliado a ele está a composição corporal que é um indicativo de saúde corporal. O excesso de gordura corporal interfere na capacidade física. Sabe-se que a gordura corporal em excesso aumenta o risco de se desenvolver várias doenças crônicas não transmissíveis. Também, segundo Tritschler (2003¹) a composição corporal indesejável prejudica os muitos tipos de desempenhos motor e esportivos. O Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina possui como Missão prover e manter serviços profissionais e humanitários que garantam a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, visando proporcionar qualidade de vida à sociedade. Em todas as profissões, a garantia de um bom rendimento esta relacionado ao estado físico e nutricional do empregado e o combustível para que funcione corretamente é o alimento, podendo se dizer então que os hábitos alimentares de um indivíduo são capazes de refletir seu estado fisiológico. A composição corporal e o peso são dois dos vários fatores que contribuem para um ótimo desempenho. Candia (2007²) refere o peso corporal como sendo possível de influenciar a velocidade, a resistência e a potência dos soldados, enquanto a composição corporal pode afetar a força, a agilidade e a aparência dos mesmos. Visto que um bombeiro atende desde os trabalhos burocráticos de escritório até ações extremas de combate a incêndios, momento no qual suas aptidões físicas e motoras são exigidas ao extremo e sem possibilidades de falhas, de acordo com Chinarelli, Veronezzi, Bennemann (2010³) os bombeiros devem manter-se sempre bem preparados fisicamente, sendo fundamental para este resultado que seu estado nutricional esteja adequado. Por estado nutricional entende-se o resultado do equilíbrio entre a ingestão e necessidade de nutrientes, sendo este influenciado por diversos fatores. Com base no exposto este trabalho é relevante uma vez que a avaliação nutricional combinando métodos antropométricos e de inquérito alimentar irá fornecer informações a respeito do estado nutricional e poderá detectar precocemente problemas relacionados à saúde dos soldados bombeiros, assim como o rendimento e condicionamento físico dos mesmos. Além disso, estas informações poderão servir de base para o planejamento de ações de educação nutricional visando à saúde e bem estar desta população.

OBJETIVO

Identificar o estado nutricional dos alunos soldados bombeiros militares em formação versus soldados bombeiros de uma corporação militar do oeste do estado de Santa Catarina.

METODOLOGIA

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, com análise quantitativa dos dados. Participaram do estudo indivíduos do gênero masculino, alunos do curso de formação e soldados bombeiros atuantes pertencentes ao Corpo de Bombeiros Militar de Chapecó/SC. Para a avaliação do estado nutricional foram utilizados métodos antropométricos (Índice de Massa Corporal-IMC e % de gordura corporal) e de inquérito alimentar (Recordatório Alimentar de 24h). Como variáveis antropométricas foram aferidas: massa corporal, estatura, dobras cutâneas tricipital, suprailíaca, subscapular e panturrilha. A classificação do estado nutricional segundo o IMC (kg/m^2) ocorreu de acordo com os pontos de corte estabelecidos pelo OMS (1998⁴) e o % de gordura foi classificado segundo Petroski (2009⁵) a partir da somatória das quatro dobras. O estudo dietético foi analisado através do programa Avanutri versão 4.5 e permitiu determinar o consumo de calorias totais, o consumo em gramas e a distribuição calórica dos macronutrientes (carboidratos, proteínas e lipídios) no valor calórico total (%VCT) e o consumo em mg e o % de adequação de colesterol e sódio. O percentual de adequação no consumo de calorias e nutrientes foi determinado conforme as recomendações das Dietary Reference Intakes (DRI's) (2002) e do Guia Alimentar da População Brasileira (2008⁶). Os resultados estão sendo apresentados através de frequência relativa, média e desvio padrão. A fim de determinar o comparativo do estado nutricional entre os alunos do curso de formação e soldados bombeiros atuantes pertencentes ao Corpo de Bombeiros Militar de Chapecó/SC aplicou-se o teste t-student (2008⁷) o qual avaliou as diferenças entre as médias dos dois grupos estudados para as variáveis IMC, % de gordura corporal e consumo nutricional. Foram considerados estatisticamente diferentes os resultados que apresentaram o valor de $p < 0,05$ com nível de confiança de 95%. O presente estudo atendeu a Resolução CNS 196/96, sobre as normas e diretrizes regulamentadoras da pesquisa, envolvendo seres humanos.

RESULTADOS OBTIDOS

Foi avaliado um total de 71 indivíduos, com idade média $30,49 \pm 7,47$ anos, sendo destes 49,3% (N35) representados por soldados bombeiros e 50,7% (N 36) alunos em formação. Quanto ao estado nutricional o IMC médio (kg/m^2) foi de $24,92 \pm 3,07$ para soldados bombeiros atuantes e $24,12 \pm 2,26$ para alunos em formação, não diferindo estatisticamente ($p < 0,05$), classificando ambos os grupos em bom estado nutricional. No que se refere a % de gordura corporal, apresentou medias correspondentes a $22,08 \pm 8,47$ para soldados bombeiros atuantes e $16,84 \pm 4,05$ para alunos em formação, observa-se que as médias para ambos os grupos encontram-se acima do desejado, caracterizando sobrepeso. Quando comparado os valores médios entre os grupos, verificou que o % de gordura dos soldados bombeiros atuantes apresentou-se maior, diferindo estatisticamente

($p < 0,05$). Já em relação ao consumo nutricional se observou para ambos os grupos que houve adequação no valor calórico total (VCT) ($2.132 \pm 148,5$ Kcal e $2.761 \pm 205,9$ kcal, soldados bombeiros atuantes e alunos em formação, respectivamente) e na distribuição de macronutrientes no % do VCT, visto para carboidrato valor correspondente a $51,84 \pm 2,07$ (%VCT); $52,72 \pm 1,79$ (%VCT), proteínas $19,07 \pm 1,24$ (%VCT); $15,58 \pm 1,15$ (%VCT) e, lipídios $29,13 \pm 1,54$ (%VCT); $31,7 \pm 1,71$ (%VCT), para soldados bombeiros e alunos em formação, respectivamente. Diferença estatística ($p < 0,05$) entre os grupos foi observada para o consumo de calorias ($p < 0,013$), lipídios ($p < 0,020$) e sódio ($p < 0,003$) onde o grupo de alunos em formação apresentou medias maiores em relação ao grupo de soldados bombeiros atuantes. Excesso de sódio na dieta foi encontrado para o grupo de alunos soldados em formação, uma vez identificado o consumo médio de $3.402 \pm 2.004,1$ mg de sódio/dia). Observou-se também, que o consumo de colesterol ultrapassou as recomendações diárias estabelecidas para ambos os grupos com valores correspondentes a $267,9 \pm 33,60$ mg e $320 \pm 48,44$ mg para soldados bombeiros atuantes e alunos em formação, respectivamente.

CONCLUSÕES

Os resultados permitem concluir, sobre o estado nutricional a partir das variáveis antropométricas que embora, se tenha observado um bom estado nutricional para ambos os grupos segundo a classificação do IMC, pode se observar excessiva massa gorda com % acima do desejado, caracterizando sobrepeso. Desta forma, salienta-se a importância de mais de um método para classificar o estado nutricional. Já o estudo dietético revelou excessivo consumo de colesterol para ambos os grupos e sódio isolado para os alunos em formação. Estes dados permitem concluir que esta população apresenta risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, uma vez que a combinação de dados antropométricos e de inquérito alimentar é apropriado para traçar o diagnóstico nutricional, bem como para a melhor adequação no acompanhamento de intervenções e educação nutricional. Contudo, considerando a importância do bom estado nutricional na profissão de escolha a qual exige do soldado bombeiro excelente aptidão física e motora, percebe-se a importância da realização de novos estudos com estes indivíduos, a fim de investigar localização da gordura corporal, níveis séricos lipídicos, qualidade de lipídios consumidos e fibras na dieta. Assim como, o desenvolvimento de atividades voltadas à educação nutricional, a fim de assegurar a saúde e o bem estar dos mesmos, contribuindo para a perda da gordura corporal excessiva e adequação dietética e desta forma, prevenir o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis e promover a boa saúde.

Palavras-chave: Antropometria. Estado nutricional. Corpo de bombeiros.

Fontes de financiamento: Fundo de Apoio a Pesquisa - Unochapecó/ Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica em Crescimento Físico, Antropometria, Estado Nutricional e Maturação Sexual.

NOTAS

- 1 TRITSCHLER, Kathleen. Medidas e Avaliação em Educação Física e Esportes de Barrow & Mcgee. 2003.
- 2 CANDIA, F. N. P. Avaliação nutricional esportiva. 2007.
- 3 CHINARELLI, Juciane Tonon; VERONEZZI, Renata Cristina Casale; BENNEMANN, Rose Mari. Avaliação do estado nutricional e do risco cardiovascular da corporação de bombeiros de Maringá/PR. 2010.
- 4 WHO. World Health Organization Obesity. **Preventing and managing the global WHO**. World Health'
- 5 PETROSKI E.L. **Antropometria: Técnica E Padronizações**. 2009.
- 6 MINISTÉRIO DA SAUDE. **Guia Alimentar da População Brasileira**. 2008.
- 7 VIEIRA, Sonia. **Introdução à bioestatística**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RELAÇÃO ENTRE O DESEMPENHO DOS ALUNOS DE ESCOLAS ESTADUAIS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, SEGUNDO A PROVA BRASIL E O CENSO ESCOLAR DE 2009: A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DE SEUS PROFESSORES

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)
E-mail: malu04@gmail.com

Elisabete Monteiro Aguiar Pereira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
E-mail: eaguiar@unicamp.br

Vera Rejane Coelho
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)
E-mail: vrejane50@gmail.com

José Camilo dos Santos Filho,
Aline Dallazem,
Elson Rogério Bastos Pereira

INTRODUÇÃO

Abordar a problemática do desempenho escolar é uma tarefa complexa que implica o conhecimento do funcionamento real da escola e do sistema educativo, bem como dos seus intervenientes. Neste contexto, os professores atuam como agentes de mudança considerando as suas percepções. Nesse sentido, o levantamento de dados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais - INEP, gestores e professores do Ensino Fundamental com questões relacionadas às causas do desempenho escolar, às relações sobre aspectos relevantes do sistema educativo e da organização e gestão do processo ensino-aprendizagem, e a eficácia da atuação do professor oportuniza a compreensão da realidade a qual os envolvidos estão inseridos. De uma forma geral, assume-se que os professores têm conhecimento significativo das causas geradoras do desempenho e apresentam forte percepção acerca dos comportamentos que levam a tais resultados, manifestados pelas avaliações dos alunos¹. Este resumo tem como objetivo apresentar o recorte regional do projeto de pesquisa que fez parte do Observatório da Educação, “Relação entre o desempenho de alunos de escolas estaduais das regiões sudeste e sul, segundo a Prova Brasil e Censo Escolar de 2009: a formação e atuação de seus professores”, aprovado pelo Edital n. 38 de 2010, **com financiamento** da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – **CAPES**/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, tendo como proponente a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em parceria com a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC e a Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. A chamada foi em âmbito nacional e entre os 79 aprovados pela CAPES, este projeto classificou-se em 6º lugar para ser desenvolvido entre os anos de 2011 a 2013. O projeto se insere no campo da educação básica e

Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Elisabete Monteiro Aguiar Pereira, Vera Rejane Coelho, José Camilo dos Santos Filho, Aline Dallazem, Elson Rogério Bastos Pereira

formação de professores em suas relações com outros campos, uma vez que fica cada vez mais evidenciado serem complexas e múltiplas as razões do desempenho escolar e a relação desta com a formação/atuação do professor em sala de aula. Assim, por meio deste projeto, desenvolvido em duas regiões do país – São Paulo e Santa Catarina - buscou-se levantar como nestas regiões se relacionam o desempenho dos alunos das escolas públicas estaduais, nas disciplinas de Português e Matemática, das 4^a séries/5^o anos e 8^a séries/9^o anos, a formação/atuação desses docentes em sala de aula. Porém, os dados aqui apresentados estão relacionados, especificamente, ao contexto de Lages e Curitiba/Santa Catarina. Os dados que serão teorizados são os da Prova Brasil e Censo Escolar, ambos de 2009, que estão disponíveis no *site* do INEP. Se analisarmos os resultados dos processos educacionais da escola básica, notadamente, os dados do Ensino Fundamental, veremos que o esforço de abranger a quase totalidade da demanda escolar (96% dos indivíduos na faixa etária de 6 a 14 anos) e a política do Ensino Fundamental de 9 anos têm esbarrado em problemas de aprendizagem que dificultam os bons resultados e o alcance da política educacional de oferecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio como Educação Básica do cidadão brasileiro.

OBJETIVOS

Contribuir, com análises sistemáticas e mapeamentos das circunstâncias facilitadoras e das que interferem negativamente no processo do ensino e da aprendizagem, para o alcance de melhor qualidade do Ensino Fundamental, buscando elevar as médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; analisar os dados disponíveis no INEP relativos à Educação Básica para compreender as circunstâncias que são determinantes nos índices escolares medidos pelos sistemas de avaliação do INEP; identificar as diferentes variáveis entre as escolas que ensejam as diferentes avaliações do desempenho de seus alunos nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e verificar as estruturas e organização do trabalho dos professores para identificar as condições facilitadoras e as dificultadoras do ensino e da aprendizagem. Integraram essa pesquisa professores que fazem parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior - GEPES-Sul, Mestrandos em Educação, bolsistas de cursos de graduação da UNIPLAC, Gestores/professores de 12 escolas da rede pública estadual da 27^a Gerência Regional de Educação – GERED de Lages e 04 escolas da 11^a GERED de Curitiba.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa foi composta em quatro fases: na primeira ocorreu a preparação das equipes locais, responsáveis pela coleta e análise dos dados regionais. Esta preparação ocorreu por meio de encontros, seminários, leitura e discussão do material levantado, bem como, do levantamento dos dados quantitativos nas fontes nacionais; na segunda etapa desenvolveu-se o trabalho de campo no qual as equipes locais fizeram o levantamento de dados qualitativos e deram continuidade nas análises quantitativas, buscando a interpretação e entendimento da complexidade da relação dos

Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Elisabete Monteiro Aguiar Pereira, Vera Rejane Coelho, José Camilo dos Santos Filho, Aline Dallazem, Elson Rogério Bastos Pereira

dados entre si; a terceira fase compreendeu a organização dos Bancos de Dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, em relação às três regiões, a análise das implicações dos resultados no cotidiano de cada uma das escolas quer seja na atuação do docente, como nas alterações dos processos de ensino e aprendizagem e a quarta fase, está em processo de execução, que é a apresentação dos relatórios finais para a CAPES, a apresentação e divulgação dos resultados para todas as escolas e Programas de Pós-Graduação envolvidos nas pesquisas e a divulgação em revistas indexadas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi de caráter historiográfico com pesquisa de campo, tendo como referência os índices de maior e menor taxa de aprovação na 4ª série/5º ano, maior e menor taxa de reprovação na 8ª série/9º ano, maior e menor índice na Prova Brasil na 4ª série/5º ano e na 8ª série/9º ano, na disciplina de Matemática, maior e menor índice na Prova Brasil na 4ª série/5º ano e na 8ª série/9º ano na disciplina de Língua Portuguesa, e as escolas classificadas em duas categorias – alto e baixo desempenho. Os dados quantitativos foram coletados junto ao INEP, os qualitativos foram obtidos por entrevistas semi estruturadas com Professores que atuavam na Educação Básica das regiões pesquisadas, pais e alunos, e a visitação *in loco* nas Unidades Escolares, onde foram observadas questões referentes às dimensões do corpo docente, infraestrutura e didático-pedagógica. O instrumento de pesquisa dos professores foi respondido especificamente pelos que ministravam as disciplinas de Matemática e/ou Língua Portuguesa ou trabalhavam nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental. Na cidade de Lages, responderam 38 professores², de 8 escolas de alto desempenho e 27 professores, de 04 escolas, de baixo desempenho. Em Curitiba foram 11 professores, de 01 escola, de alto desempenho e 14 professores, de 03 escolas, de baixo desempenho. Em relação ao questionário socioeconômico, em Lages, nas 4ª séries/5ºanos iniciais do Ensino Fundamental, foram pesquisados 218 pais e alunos, de 8 escolas de alto desempenho e 137 pais e alunos de 4 escolas, de baixo desempenho e 276 pais e alunos, de 8 escolas de alto desempenho da cidade de Lages e 159 pais e alunos de 4 escolas de baixo desempenho, da 8ª série/9º ano. Na cidade de Curitiba, nas 4ª séries/5º anos participaram da pesquisa 102 pais e alunos, de 01 escola, de alto desempenho e 114 pais e alunos, de 03 escolas, de baixo desempenho. Nas turmas de 8ª séries/9º anos foram pesquisados 112 pais e alunos, de 01 escola, de alto desempenho e 110 pais de alunos, de 03 escolas, de baixo desempenho. A pesquisa *in loco* das escolas foi desenvolvida em duas etapas básicas: na primeira realizou-se a análise da estrutura física de cada espaço e na segunda, centrou-se na análise das questões didático-pedagógicas e de relações entre professor e aluno.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Com o envolvimento de professores da Educação Básica, professores da Educação Superior, Mestrandos, Gestores, Secretários de Educação e outros profissionais da educação nas leituras,

Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Elisabete Monteiro Aguiar Pereira, Vera Rejane Coelho, José Camilo dos Santos Filho, Aline Dallazem, Elson Rogério Bastos Pereira

debates e análises de todas as etapas desta pesquisa foi possível fortalecer reflexões teórico-metodológicas capazes de dar sustentação à pesquisa e à intervenção comunicativa com a realidade, favorecendo ações significativas para o processo de formação docente e nas relações entre a Instituição de Ensino Superior e a Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma análise do atual quadro do rendimento escolar das duas cidades, a base de dados do INEP (Censo da Educação Básica; Prova Brasil e Cadastro Nacional de Docentes) foi trabalhada em relação aos dados de registro de rendimento das unidades escolares e os da Secretaria Municipal de Ensino. Buscamos identificar as distâncias e as aproximações entre os dados com o objetivo de clarear, tanto para as unidades, como para os professores e Secretarias de Educação, as relações entre o sucesso e o insucesso escolar com determinantes, tanto pedagógico, como os relativos a outras áreas sócioeducacionais, como a formação do professor, o nível cultural dos pais, as representações simbólicas dos pais sobre a escola, as expectativas dos professores sobre os alunos. Estes dados foram objetos de um relatório estatístico que está em fase de conclusão.

Palavras-Chave: Formação de professores. Educação Básica. Avaliação de Desempenho e por Performance.

NOTAS

- 1 PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **Projeto Coletivo de Três Programas de Pós-Graduação em Educação**. UNICAMP, 2009.
- 2 SIMON, Fernanda. **Relatório Estatístico da Pesquisa**. UNICAMP, 2013.

FILOSOFIA DA MENTE E CIÊNCIAS COGNITIVAS: PERCURSO DE UM GRUPO DE PESQUISA

Nivaldo Machado¹, Rafaela Sandrini, Monique Beppler do Amarante,
Elizeu Oliveira, Daniela Parma Silveira

¹Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Coordenador do Grupo de Pesquisa em Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas
Professor do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)
E-mail: nivaldo@unidavi.edu.br

INTRODUÇÃO

A iniciação científica é de suma importância para a estruturação das Instituições de Ensino Superior, e principalmente, elemento indissociável na formação de futuros profissionais pesquisadores renovando, com qualidade, a comunidade científica atuante das universidades. A pesquisa científica no Brasil é considerada recente, apesar do reconhecimento de sua evolução nos últimos anos, ao passo que mais recente ainda é a constituição de grupos de pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, especialmente nas Instituições distantes dos grandes centros urbanos e polos universitários. Nesse sentido, o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, com sede principal na cidade de Rio do Sul, recebe um grupo de pesquisa que há quase uma década tem contribuído para o desenvolvimento científico da região. Constituído formalmente desde o ano de 2004 o Grupo de pesquisa em Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas reúne professores, acadêmicos e pesquisadores de diversas universidades brasileiras, além e especialmente dos próprios graduandos e egressos da Instituição de Ensino Superior na qual está vinculado. O Grupo está diretamente vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui como principais linhas de pesquisa: Aprendizagem e cognição, Filosofia da Ciência, da Linguagem e Lógica, Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas, Inteligência Artificial, Neurofisiologia, Psicologia Evolucionária e Neurociências.

OBJETIVO

Expor o percurso de constituição e desenvolvimento do Grupo de Pesquisa Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas da Unidavi, formalmente constituído desde o ano de 2004, pelo coordenador, professor Doutor Nivaldo Machado. A proposta é destacar as formas de produção científica do grupo, método de organização, bem como avaliar os resultados obtidos em quase uma década de dedicação à pesquisa na área de Filosofia de Mente.

MATERIAIS E MÉTODOS

A avaliação das atividades realizadas pelo Grupo durante os nove anos de existência, bem como a elucidação dos resultados e escala de desenvolvimento se dá por meio dos registros de pesquisas realizadas pelos 23 pesquisadores e 20 estudantes-pesquisadores cadastrados no Grupo e no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil junto ao CNPq, bem como mediante o Portal de discussões e pesquisa (Blog), livro de atas das reuniões, registros de participação em eventos científicos, publicação de trabalhos, entre outros. Nesse sentido, o método de análise utilizado trata-se do quantitativo, onde se busca analisar a produção do Grupo de Pesquisa através de dados por amostragem de produção do Líder do Grupo, cuja fonte baseia-se nas informações registradas no bando de dados do CNPq. Seguindo ensinamentos de Richardson (1989)¹, este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística ou outras técnicas matemáticas. Também, os tradicionais levantamentos de dados são o exemplo clássico do estudo de campo quantitativo (POPPER, 1972)². O objetivo de avaliar o percurso do referido Grupo não se esgota com o presente Comunicado, no entanto, é possível estabelecer análise concreta dos resultados obtidos até o momento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Grupo de Pesquisa Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas atua de forma precípua em busca de resultados capazes de demonstrar a importância da pesquisa direcionada e com rigor científico através de uma estrutura de organização e com objetivos delineados sob a liderança do Professor Doutor em Filosofia da Mente Nivaldo Machado. Destaca-se como uma das contribuições do grupo à democratização da ciência o desenvolvimento de um Blog desde 2007 (www.filosofiadamenteecognicao.blogspot.com). O Blog Filosofia da Mente e Cognição já registra mais de 120 mil acessos, dado relevante já que a Filosofia da Mente é uma área ainda em desenvolvimento no país. Além disso, recebe visitantes de países como Portugal, Estados Unidos, Holanda, Alemanha, Argentina, Letônia e Coreia do Sul. O blog tem o objetivo de divulgar os estudos do grupo em torno das linhas de pesquisa, agenda de eventos científicos da área, vídeo-aulas, dicas de livros e artigos dos próprios pesquisadores, mas também é utilizado como alavanca de contato direto e prático entre pesquisadores do próprio grupo e de grupos pelo Brasil e mundo. Além disso, o blog já conquistou o selo de certificação da revista *Mente Cérebro* e do concurso TopBlog nas edições de 2010, 2011 e 2012. Outro resultado importante é que o Grupo de Pesquisa aprovou em 2011 um Regimento Interno, que visa estabelecer as normas e princípios que norteiam todos os membros da equipe de pesquisa e que guiam todas as atividades realizadas. Os integrantes do Grupo registram também constante participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos renomados como ANPOF, Principia, Congresso Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Acafe e Congresso Integrado

de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unidavi (CIEPE). Esta efetiva atividade de pesquisa fez tornar o Grupo referência na área de Filosofia da Mente, fazendo com que pesquisadores de grande importância para o cenário científico e filosófico buscassem conhecer pessoalmente o trabalho do grupo. Dentre eles registra-se a visita em 2008 do estudioso Doutor João de Fernandes Teixeira, um dos mais respeitáveis pesquisadores em Filosofia da Mente no Brasil e referência norteadora dos estudos do grupo. Da mesma forma demais pesquisadores com trabalhos reconhecidos fazem parte do percurso do Grupo de Pesquisa, desenvolvendo com regularidade minicursos, mesas redondas e demais atividades que complementam a formação dos membros do grupo. Há de se ressaltar ainda que, em razão da produção científica do Grupo, vê-se como resultado a constante participação e envio de trabalhos para importantes revistas, anais, bem como a organização e participação na elaboração de livros pela Editora da própria Instituição de Ensino. Outro aspecto a mencionar é que o grupo realiza mensalmente um encontro com duração de quatro horas para discutir e destacar impressões acerca da temática já previamente trabalhada no blog antes do encontro, e também para compartilhamento de notícias de interesse do grupo, tudo sempre registrado em ata pelo corpo de secretariado escolhido pelo grupo para tal função.- Importante frisar que nos encontros mensais a presença se faz em sua grande parte pelos membros graduandos da própria Instituição de Ensino, fazendo com que o grupo assuma a característica de iniciação científica voltada para a graduação e para os membros da própria sociedade e região. Esclarece-se ainda que o Grupo assume o aspecto interdisciplinar, agregando pesquisadores e estudantes de diversos cursos entre eles Filosofia, Psicologia, Direito, Educação Física, Química, Jornalismo, entre outros. O Grupo de Pesquisa Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas é o grupo com a mais concentrada produção científica da Unidavi, com excelente repercussão no meio científico, sendo referenciado inclusive por universidades federais onde a prática da pesquisa científica é mais comum e desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos elencados no presente Comunicado, importa considerar que o percurso do Grupo de Pesquisa Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas representa um marco para a história do Ensino Superior de Rio do Sul e da região do Alto Vale, ao passo que a importância dos trabalhos deste Grupo é refletida na própria formação dos membros pesquisadores, muitos destes graduandos da própria Universidade. No entanto, o percurso do Grupo de Pesquisa foi marcado também por desafios especialmente quanto a sua manutenção e consolidação. Sabe-se que a pesquisa científica no Brasil é recente, o que leva a considerar que numa cidade do interior como Rio do Sul, com um Centro Universitário que conta com menos de cinquenta anos, o desafio de instrumentalizar a iniciação científica de forma eficaz e organizada não foi um objetivo simples de se concretizar. No início das atividades do Grupo, sempre liderado pelo Professor Doutor Nivaldo Machado, as reuniões e encontros de discussões eram restritos, com poucos recursos, ao passo que com o passar do tempo e com o incentivo da própria instituição de ensino e das políticas nacionais de desenvolvimento à iniciação científica, o grupo pode consolidar suas atividades. Esse processo de desenvolvimento do Grupo de Pesquisa é também explicado nas palavras de *Sérgio*

*Missiaggia (2002)*³: “Apesar de bastante jovem a pesquisa brasileira evoluiu bastante nos últimos 40 anos, quando passou a ocupar destaque na agenda do governo”. Atualmente o Grupo de Pesquisa conta com membros bolsistas de iniciação científica e devidamente cadastrados junto ao CNPq desenvolvendo projetos de pesquisa na área de Filosofia da Mente, além da ampliação de Bolsas de Iniciação Científica promovida pela própria instituição de ensino ao qual o grupo está vinculado.

Palavras-chave: Grupo de Pesquisa. Filosofia da Mente e Cognição. Percurso.

NOTAS

- 1 RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- 2 POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- 3 MISSIAGGIA, Sérgio. **Iniciação científica e a formação do pesquisador brasileiro**. 2002. Disponível em <<http://www.faccar.com.br/eventos/enince/2002/Importancia.htm>> Acesso em 15 jul. 2013.

PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS: ESTUDO EM UMA EMPRESA DE GRANDE PORTE

Fabiane Popik, Valdilena Jeremias Buratto Pilon, Hermann Joseph Braun,
Berto Warmeling, Volnei Margotti,

E-mail:valburatto@hotmail.com

Núcleo de Pesquisa de Administração e Ciências Contábeis
Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE)

INTRODUÇÃO

As práticas de responsabilidade social vêm sendo destaque e fator relevante na gestão das organizações modernas, que investem cada vez mais em ações internas a fim de obter melhores resultados no mercado competitivo. O surgimento da responsabilidade social nas empresas teve influência de vários fatos, como exemplo, pode-se destacar o movimento em torno dos direitos civis ocorridos na Europa e na França na década de 60, as manifestações contra os efeitos das armas químicas na guerra do Vietnã, que culminaram com o fortalecimento da organização da sociedade civil (igreja, fundações), os efeitos de armamentos, que afetaram o meio ambiente e a população, colocando em risco a sobrevivência da natureza e dos seres humanos entre outros¹. Todos esses fatores provocaram um repensar na postura das empresas frente à sociedade¹. Para outros pensadores² as transformações socioeconômicas têm afetado profundamente o comportamento das empresas, até então acostumadas à pura e exclusiva maximização do lucro, instigando-as a adotar uma postura mais responsável em suas ações, saindo da visão tradicional de administração de pessoas, deslocando-se para uma perspectiva mais atual, passando ainda que, lentamente, a focar o fator humano como chave para o sucesso. Estudos ^{3 4} apontam que entre os fatores de respaldo de imagem positiva da empresa, destaca-se a preservação do meio ambiente e melhoria de vida dos funcionários e da comunidade. Dentro deste contexto, entende-se como empresas modernas as organizações que estão preocupadas com as ações de responsabilidade social, pontuando que “as empresas modernas admitem que o seu compromisso não acaba com a satisfação de seus proprietários e com a produção de bens e serviços de qualidade”, mas sim, preocupam-se também com as ações de responsabilidade social, visando obter maior credibilidade organizacional ⁵.

OBJETIVOS

Demonstrar as ações internas de responsabilidade social que são desenvolvidas pelos gestores de uma organização de grande porte focada na modernidade. Especificamente, buscou-se identificar as ações internas desenvolvidas pela gestão quanto à responsabilidade social, assim como descrever os usuários envolvidos nas ações de responsabilidade social da empresa.

METODOLOGIA

A pesquisa está delineada, quanto ao método descritivo, quanto aos procedimentos de estudo de caso com abordagem qualitativa. O estudo de caso, baseado em Yin⁶, foi realizado por meio de entrevista semiestruturada, documentos disponibilizados na web site da organização e observações. A entrevista foi realizada com a assistente social da empresa, que foi questionada quanto a: 1) A empresa desenvolve ações de responsabilidade social? Por quê? 2) Quais tipos de ações de responsabilidade social são oferecidos pela empresa? 3) Quais foram os fatores que motivaram a empresa adotar as ações de responsabilidade social interna? 4) Quem são os usuários das ações de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa? Após coletada a entrevista, esta foi transcrita a fim de se interpretar os dados para posterior análise. A entrevista semiestruturada permite maior interpretação e conhecimento das realidades dos informantes, valorizando a presença do entrevistador e possibilitando que o informante use toda sua criatividade e espontaneidade, conseqüentemente valorizando mais a investigação⁷. A empresa pesquisada é do ramo de embalagens plásticas localizada no Sul de Santa Catarina e com filiais na região. Iniciou no mercado em 1967 com a produção de mangueiras de polietileno, em 1974 com uma visão empreendedora do diretor e de seus sócios iniciou a produção de embalagens flexíveis. A direção da empresa está atualmente na segunda geração, onde mantém seu empreendedorismo e capacidade no mundo dos negócios, entre as maiores empresas do segmento no País, segundo dados da própria empresa.

RESULTADOS OBTIDOS

Com os dados coletados percebeu-se que a empresa objeto de estudo, preocupa-se com o bem estar de seus colaboradores e desenvolve ações de responsabilidade social. Entre as ações destacam-se projetos desenvolvidos na área da saúde, na alimentação, na qualificação profissional e na produtividade. Na alimentação a empresa disponibiliza a todos os seus colaboradores o vale alimentação, através de um cartão ao qual mensalmente é creditado um valor destinado somente à aquisição de alimentos. Outro aspecto quanto à alimentação é o Programa de Alimentação do Trabalho (PAT). Por meio deste programa a empresa assume o custo da alimentação no refeitório em 80%, sendo cobrada a participação do funcionário de somente 20%, que é descontado na folha de pagamento mensal. Refeitórios foram construídos no pátio das empresas, totalmente satisfatório, sendo acompanhados e monitorados por empresa terceirizada. A mesma disponibiliza pratos com cardápio universal diariamente, pratos especiais uma vez por semana, e também outros nutritivos,

destinados aos funcionários que tem problemas na alimentação, tendo todos, o acompanhamento de duas nutricionistas contratadas pela empresa terceirizada. A organização investe também na qualidade de vida de seus profissionais, e através de um plano de benefício oferecido a todos os seus funcionários sem extinção (trabalhando ou não), e também ao cônjuge e filhos. Nesta prática existe assistência médica em consultórios particulares com vários profissionais credenciados em diversas áreas, inclusive, também na gestação das colaboradoras e esposas de colaboradores, oferecendo em seu portfólio vários exames em clínicas e laboratórios. Na qualificação profissional são desenvolvidos treinamentos focados à produtividade e ao desenvolvimento comportamental, sendo oferecido semanalmente na empresa a todos os seus funcionários, ficando disponível para cada qual optar em participar ou não. Na segurança do trabalho, existe o serviço de saúde ocupacional (SESMET), onde tem um engenheiro de segurança do trabalho e técnicos de segurança para cada turno trabalhado. Neste é oferecido os equipamentos de segurança no trabalho individual e coletivo, e são fornecidos uniformes para utilizar no trabalho. A entrevistada relata sobre um evento feito na empresa, e que tem sido relevante, trata-se da Semana Interna de Prevenção a Acidente de Trabalho (SIPAT), onde são abordados temas reais para a reflexão dos colaboradores. Esta destaca ainda que, “uma empresa comprometida, que cumpre com o dever de casa é quando são preocupados com a segurança do trabalho para o trabalhador, com ambientes adequados para dar continuidade no trabalho bem feito”. Foi observado na coleta de dados que a empresa oferece local de descanso. Ao questionar a entrevistada, esta pontua que na legislação é obrigatório uma hora de descanso para os funcionários que trabalham em horário de turno, assim, a empresa preparou um espaço para esse descanso. Além do local atualmente oferecido, está sendo ampliado um ambiente, visando melhores acomodações (divisórias entre homens e mulheres e chuveiros). Eventos sociais também são feitos para contribuir na integração de funcionários por meio de atividades internas visando à motivação por reconhecimento de parceiro de equipe, assim também eventos realizados com a família, para a integração com a empresa em datas comemorativas (dia das crianças, dia do trabalhador, etc.). Estes são realizados na sede da Associação onde também são disponíveis várias atividades e área de recreação, com academia estruturada e qualificada, trazendo lazer e diversão o ano inteiro. Neste ano de 2013 foi implantado um novo programa na empresa o Programa de Participação do Resultado ou Lucro (PPRL), em que será distribuído a todos os colaboradores uma parcela do lucro ou resultado que a empresa obtiver no final do exercício, caso atinja a meta desejada. A entrevistada salienta que os diretores desempenham uma função importante na organização, pois sempre estão presentes e disponíveis aos funcionários, focados na satisfação e em melhorias contínuas, além da busca por novos projetos que venham agregar valor à organização como um todo. Portanto, considerando os dados coletados, as ações sociais que a empresa desenvolve para beneficiar sua sociedade interna têm sido um motivo de qualificação e valorização do seu quadro pessoal, culminando na satisfação de ambos. Cabe pontuar que são usuários das práticas de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa todos os funcionários registrados. Assim, infere-se que a empresa está comprometida com seus usuários e principalmente com a sua satisfação e motivação, preocupada em construir uma sociedade mais digna e reconhecida no ambiente competitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, conclui-se que a empresa está investindo no bem-estar de seus empregados e dependentes, assim como em um ambiente de trabalho saudável. A pesquisa até então desenvolvida, permite algumas indagações para estudos futuros, dentre elas: Como o funcionário está visualizando as ações internas de responsabilidade social que a empresa vem desenvolvendo? Que pontos merecem mais atenção por parte dos gestores visando melhorar o bem estar, satisfação e motivação dos funcionários?

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Ações internas. Gestão Empresarial.

NOTAS

- 1 SILVEIRA, M. C. A. C. **O que é Responsabilidade Social Empresarial**. 2013. Disponível em: <http://www.sfipec.org.br>. Acesso em 12 de maio de 2013.
- 2 COSTA, T. M. Z. A. **Responsabilidade Social das organizações modernas**. Disponível em: <http://www.taniazambelli.com.br>. Acesso em 05 de maio de 2013
- 3 LIMA, M. S.; PEREIRA, N. S. **A responsabilidade social nas empresas do segmento eletroeletrônico do pólo industrial de Manaus**. ConTexto, Porto Alegre, v. 6, n. 10, 2º semestre/2006.
- 4 REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**. São Paulo: Editora: Atlas S.A., 2011.
- 5 TEXEIRA, I. S.; TEIXEIRA, R. C. F. S.; FONSECA, A. F. **Comprometimento social das empresas uma questão de ética empresarial**. São Paulo. 2006.
- 6 YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- 7 COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação dos dados. In. BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIFERENÇA DE PRODUTIVIDADE DE MEL COM USO DE MELGUEIRA E/OU SOBRENINHO COM RAINHAS NOVAS

Janaina Veronezi Alberton, Luiz Oswaldo Coelho, Olirio Viel,
Luiz Augusto Peruch, Athos de Almeida Lopes Filho

E-mail: agronomia.janaina@unibave.net
Núcleo de Pesquisa Aplicada às Ciências Agroveterinárias e Ambientais (PACA)
Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE)

INTRODUÇÃO

O Brasil é, atualmente, o sexto maior produtor de mel, entretanto, ainda existe um grande potencial apícola não explorado e grande possibilidade de se maximizar a produção, incrementando o agronegócio. Para tanto, é necessário que o produtor possua conhecimentos acerca da biologia das abelhas, técnicas de manejo e colheita do mel, pragas e doenças dos enxames, importância econômica, mercado e comercialização¹. No país, a apicultura forma uma cadeia produtiva composta por mais de 300 mil apicultores e uma centena de unidades de processamento de mel, que juntos empregam, temporária ou permanentemente, quase 500 mil pessoas. Em 2004, este setor foi responsável pela produção de 32 mil toneladas de mel e 1,6 mil toneladas de cera de abelha, atraindo divisas de mais de US\$ 42 milhões com exportação e se inserindo com destaque na pauta de exportação de agroprodutos. A produção mundial de mel alcançou 1,3 milhões de toneladas em 2004 e vem apresentando um crescimento regular nos últimos dez anos, da ordem de 1,9% ao ano¹. No entanto, é importante destacar que muitos fatores podem interferir na apicultura, tais como fatores climáticos e ambientais, mas o apicultor pode interferir para diminuir estas oscilações, sendo que a relação homem, abelha e natureza proporciona inúmeros benefícios. As abelhas possuem grande importância no serviço da polinização cruzada, que constitui uma importante adaptação evolutiva das plantas, aumentando o vigor das espécies, possibilitando novas combinações de fatores hereditários e aumentando a produção de frutos e sementes, que são responsáveis por fecundar 73% dos vegetais da nossa flora¹. Estudo feito na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC) constatou que frutos por ramo em macieiras com polinização, foram de 56,6%, com uma frutificação de 144% e nas macieiras sem polinização os frutos por ramo ficaram em 8,6% e a frutificação foi de 18%². Dessa forma, a apicultura passou a ter relevantes interesses econômicos, o que fez o apicultor produzir desde pastagens apícolas capazes de fornecer néctar, pólen e própolis às abelhas até insumos necessários à elaboração do nível da cera, da geleia real e da própolis, correspondente ao número de colmeias que se pretende ou se pode instalar em áreas

com o potencial favorável³. Na região Sul de Santa Catarina, a apicultura é praticada desde os primórdios da colonização europeia, onde os apiários eram confeccionados em caixões de madeira simples e a extração do mel era feita, manualmente, a partir do aquecimento e prensa do favo. Segundo Gustavo Claudino, coordenador de apicultura da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), o ano de 2012 foi um marco na apicultura do Sul do Estado, apresentando médias de produção superiores aos 30 kg/colmeia, dobrando a produtividade quando comparada à média dos últimos dez anos⁴. Com relação às técnicas de produção de mel, alguns apicultores utilizam “ninhos com melgueiras”, resultando em uma caixa com altura final de 50 cm e outros usam “ninhos com sobre ninho” resultando em uma caixa com altura final de 60 cm, entretanto, qual forma se apresenta mais rentável ainda não foi estudada.

OBJETIVOS

Em busca de uma melhor compreensão dos fatores que interferem na otimização da apicultura, este trabalho teve como objetivos: avaliar qual técnica de manejo apresenta melhores resultados, se a de sobre ninhos ou de melgueiras; verificar o conhecimento que o apicultor tem sobre estes aspectos e principalmente a qualidade e produtividade final dos produtos apícolas; identificar os erros e acertos do manejo que está sendo atualmente adotado pelos produtores e apresentar qual a forma que pode aumentar a produtividade e qualidade do produto apícola.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, contou-se com a parceria de pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina em Urussanga-SC e acadêmicos do curso de agronomia do Centro Universitário Barriga Verde- UNIBAVE, Orleans - SC. A pesquisa foi desenvolvida em uma propriedade rural com atividade familiar da região Sul de Santa Catarina, na safra de mel de 2011-2012. Um apiário foi instalado neste local, contendo seis caixas de abelhas em pontos propícios para o desenvolvimento. Foram aplicados dois tratamentos no apiário: tratamento 1 - caixas com o uso de sobre ninho; tratamento 2 - caixas com o uso de melgueiras. Para a seleção dos tratamentos foi feito um sorteio das caixas, as caixas 1, 2 e 3 pertenceram ao tratamento 1 e as caixas 4, 5 e 6 ao tratamento 2. Em cada colmeia de cada caixa foi feita a renovação das rainhas, assegurando a consolidação e boa produtividade das suas famílias. As observações das caixas de mel foram feitas, mensalmente, durante todo o ciclo de tratamento, com o objetivo de se detectar qualquer eventualidade que interferisse nos resultados. Destaca-se que as caixas com melgueiras levam em média 4 meses para completar o ciclo e as com sobre ninhos em média 6 meses. No final de cada ciclo, foram recolhidas as caixas, centrifugado e pesado o mel.

RESULTADOS OBTIDOS

No tratamento 1 (caixas com uso de sobre ninho), a produção de mel ao final do ciclo foi de 44,5 kg (quarenta e quatro quilos e quinhentos gramas), no tratamento 2 (caixas com melgueiras), a produção de mel foi de 36,3 kg (trinta e seis quilos e trezentos gramas). Durante o período dos tratamentos não houve nenhuma interferência atípica e o clima se apresentou favorável ao desenvolvimento das famílias de abelhas. O profissionalismo dos pesquisadores permitiu que o apiário fosse conduzido de forma uniforme, gerando assim a confiabilidade dos resultados. Para a análise estatística dos dados foi aplicado o teste de Duncan a 5%, a fim de comparar os dois tratamentos. A partir destas análises, foi constatado que o tratamento 1 apresentou uma maior produtividade em relação ao tratamento 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apontou que o uso do sobre ninho apresentou maior produtividade ao final do ciclo, já as caixas com uso de melgueiras apresentaram uma produtividade menor, havendo diferença estatística entre os tratamentos. Porém, é necessário salientar que pelo fato do sobre ninho apresentar maior altura quando comparado à melgueira, há um espaço maior na parte interna da caixa o que desequilibra a temperatura das famílias, forçando as mesmas a aumentar seu ritmo de trabalho para manter a temperatura do ninho. Outro fator importante a ser discutido é a qualidade da floração durante o ciclo, o que aumenta a qualidade do néctar oferecido às abelhas, e quando isto ocorre qualquer atraso na colheita do mel gera prejuízos, devido o consumo do próprio mel pela família. O que se observa hoje é que a decisão de usar a melgueira ou o sobre ninho, está vinculada ao conhecimento que o apicultor tem em seu apiário e a adaptação do mesmo sobre cada método.

CONTINUIDADE DO PROCESSO

O projeto continua em execução e os próximos resultados obtidos passarão por nova análise estatística para confirmação. Pretende-se levar o projeto para outras regiões, com climas diferentes do Sul de Santa Catarina, a fim de verificar a funcionalidade do mesmo e se haverá ou não diferença significativa entre essas técnicas quando forem aplicadas em condições diferentes das realizadas na presente pesquisa. Além disso, essa pesquisa irá propiciar aos acadêmicos do curso de Agronomia do UNIBAVE a geração de novos conhecimentos, a partir de uma prática que alia ensino, pesquisa e extensão.

Palavras Chave: Manejo. Apicultura. Abelha.

NOTAS

- 1 BACAXIXI, P. et al. A importância da apicultura no Brasil. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**, v.10, n.20, dez. 2011. Disponível em: http://www.revista.inf.br/agro20/artigos/Revisao_2.pdf. Acesso em: 28. ago. 2013.

Janaina Veronezi Alberton, Luiz Oswaldo Coelho, Olirio Viel, Luiz Augusto Peruch, Athos de Almeida Lopes Filho

- 2 DE JONG, D. O valor das abelhas na produção mundial de alimentos. In: Congresso Brasileiro de Apicultura, 13, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC / FAASC/ EPAGRI, 2000. CDRom.
- 3 MARQUES, Mons. Agenor Neves. **Apicultura em marcha**. Tubarão: Dehon. 1989.
- 4 SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). **Fortalecimento da apicultura**. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3389:fortalecimento-da-apicultura-&catid=34:noticias-epagri&Itemid=51. Acesso em: 28 ago. 2013.
- 5 WIESE, Helmuth - **Novo Manual de Apicultura** - Livraria e Editora Agropecuária - Guaíba RS – 1995.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OESTE CATARINENSE: PROJETO FEMOC/UNIMOC

Ludimar Pegoraro¹, Fátima Noely da Silva, Carlos Alberto Zorzo

¹ Professor e pesquisador

Email: pegoraro.ludimar@gmail.com

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

RESUMO

Considerando que a educação é um bem público, cuja oferta é de obrigatoriedade do Estado, esse texto analisa a implementação de políticas de educação superior no Oeste de Santa Catarina. Para demonstrar esse movimento tomamos como exemplo a criação da Federação de Fundações do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC), que se constituiu, posteriormente, no Projeto da Universidade Regional do Meio-Oeste Catarinense (UNIMOC), tendo como finalidade a aglutinação de forças para impedir a criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina, em Chapecó, em agosto de 1980. O trabalho destaca que a educação superior catarinense tinha uma configuração *sui generis* no País. Possivelmente, era o único estado brasileiro com esse modelo. Até final da primeira década do terceiro milênio existiam duas universidades públicas gratuitas centralizadas na Capital do Estado e, para as demais regiões, um sistema fundacional associado: a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), com ensino pago e cursos oferecidos, na grande maioria dos casos, no período noturno e frequentados por estudantes trabalhadores. O Projeto FEMOC/UNIMOC, na época, impediu a ampliação dos espaços públicos e gratuitos para a região. O método utilizado para a pesquisa foi estudo de caso. O trabalho está fundamentado em estudos bibliográficos e de campo, fazendo uma abordagem descritiva e qualitativa. Para coleta dos dados, utilizaram-se as técnicas de entrevista e análise de documentos. As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido. A análise dos documentos faz relações com as entrevistas. O trabalho visa oferecer elementos que contribuam para a compreensão dos fenômenos que, a partir da análise dos contextos, influenciaram na definição de políticas de educação superior em Santa Catarina. No Oeste catarinense, o que poderia ser um exemplo de avanço, foi de retrocesso.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Públicas. Modelo Catarinense. FEMOC/UNIMOC.

INTRODUÇÃO

A implantação de políticas educacionais de educação superior, no Oeste de Santa Catarina, tem sua origem no final dos anos de 1960 e início de 1970. Para demonstrarmos as implicações desse

processo, elaboramos esse texto especificando o período de expansão da educação superior no Estado, que teve início no princípio de 1960 até nossos dias. Nesse tempo será destacado o Projeto da Federação de Fundações do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC), criado em agosto de 1980. A criação da federação foi resultante da aglutinação de forças das instituições de educação superior da região para impedir a criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina, que teria como sede a cidade de Chapecó. A FEMOC foi se estruturando e, no final dos anos de 1980, se transformou no projeto de criação da Universidade do Meio-Oeste Catarinense (UNIMOC). Esses projetos, por causa das disputas político-regionais, foram abortados.

É um trabalho resultante de pesquisas bibliográficas e de campo. As informações de campo foram coletadas através de entrevistas e análises de documentos.

Para a constituição das análises desses fenômenos, esse trabalho estará dividido em duas partes interdependentes. Na primeira, enfocaremos, brevemente, a educação superior em Santa Catarina e, na segunda, detalharemos o nascimento da ideia e o desenvolvimento do projeto FEMOC/UNIMOC. Para finalizar, em cada parte do texto, faremos considerações, apresentando, a partir do contexto, as implicações sociais dessas políticas.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SANTA CATARINA

Santa Catarina criou a primeira instituição de educação superior, o Instituto Politécnico, com os cursos de Odontologia, Farmácia, Engenharia e Comércio, em 1917. Mais tarde, entre 1940 e 1960, outras instituições surgiram, entre elas, destacamos as Faculdades de Ciências Econômicas, de Odontologia e Farmácia, de Filosofia, de Medicina e de Serviço Social (Hawerth, 1999, p. 39). A criação dessas faculdades segue uma característica predominante no País: são criadas isoladamente. A aglutinação dessas faculdades contribuiu para a criação de muitas universidades (Sampaio, 2000), especialmente no setor privado. Em solo catarinense, a partir da junção dessas faculdades e cursos deu-se a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960. A UFSC foi criada na capital do Estado e vai permanecer na ilha até final da primeira década do terceiro milênio, quando, a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, em 2009, cria três novos campi, Araranguá, Joinville e Curitiba. Também, a partir do REUNI, em 2009, foi criada a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), envolvendo os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A UFSC foi a única instituição pública gratuita, no Estado, desde sua criação até 1989. Em 1965 tivemos a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), mas que só vai ter isenções de mensalidade após a aprovação e promulgação da Constituição Federal, em 1988, e a reforma da Constituição Estadual, em 1989.

Quando falamos de educação superior em Santa Catarina, a partir dos anos de 1960, necessariamente precisamos nos referir ao Sistema Fundacional. Será a partir de meados dos anos de 1960 e início de 1970 que surgiu um número significativo de instituições isoladas, em municípios de médio e pequeno

Ludimar Pegoraro, Fátima Noely da Silva, Carlos Alberto Zorzo

portes e que, mais tarde, vieram a se constituir num Sistema de Educação Superior Integrado, compreendendo, ainda hoje, a maior parte das vagas oferecidas para os cursos superiores.

Cimadon (1988, p. 16-17), ao se referir à questão da expansão da educação superior em Santa Catarina, através do sistema fundacional municipal, assim se expressa:

A expansão do Ensino Superior, que se concentrou no período de 1968 a 1976, orientado por um liberalismo governamental e por rivalidades regionais, se concentrou na criação de Fundações Educacionais, instituídas pelas Prefeituras mas mantidas pelas mensalidades dos alunos. Neste particular, o modelo de ensino superior catarinense é diferente de outros estados e o único que, praticamente, não oferece à população o acesso à formação com gratuidade. É o ensino mais elitizado do país. Não obstante, são as Fundações que formam 90% da mão de obra à Educação Catarinense.

No sentido de podermos analisar melhor o surgimento das fundações e, conseqüentemente, a expansão da educação superior catarinense, apresentamos, abaixo, um quadro que relaciona as instituições, o ano e o município-sede onde foram criadas.

Quadro 01: Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina criadas nos anos de 1964 a 1976

Instituição	Sigla	Ano de criação	Local/Cidade
1. Fundação Educacional da Região de Blumenau	FURB	1964	Blumenau
2. Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina	FESSC	1964	Tubarão
3. Fundação Joinvillense de Ensino	FURJ	1965	Joinville
4. Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense	UNIPLAC	1965	Lages
5. Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	1965	Florianópolis – Joinville – Lages
6. Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí	FEDAVI	1966	Rio do Sul
7. Fundação Educacional de Criciúma	FUCRI	1968	Criciúma
8. Fundação Universitária do Oeste Catarinense	FUOC	1969	Joaçaba
9. Fundação Educacional do Planalto Norte Catarinense	FUNPLOC	1970	Canoinhas
10. Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí	FEPEVI	1970	Itajaí
11. Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste	FUNDESTE	1971	Chapecó
12. Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe	FEMARP	1971	Videira
13. Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe	FEARPE	1971	Caçador
14. Fundação Educacional do Norte Catarinense	FUNORTE	1971	Mafra
15. Fundação Educacional de Brusque	FEBE	1973	Brusque
16. Fundação Educacional Barriga Verde	FEBAVE	1974	Orleans
17. Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense	FEAUC	1976	Concórdia
18. Fundação Educacional do Planalto Catarinense	FEPLAC	1976	Curitibanos
19. Fundação Educacional Regional Jaraguense	FERJ	1976	Jaraguá do Sul

Fonte: PEGORARO, 2008.

Está na origem da maior parte destas instituições a crença de que a educação superior seria a mola propulsora para o desenvolvimento regional, por isso, segmentos da sociedade, entre eles, empresários, igrejas e outras organizações sociais, passam a se articular no sentido de implantar instituições de educação superior para suas regiões. É o período em que mais cresce esse tipo de organização no País, mas não com a característica de fundações municipais. É, para Santa Catarina, o primeiro estágio da implantação das futuras universidades. O segundo passo viria nas décadas seguintes, 1980 e 1990, quando estas instituições se transformariam em universidades.

Analisando o quadro acima, observamos que as 19 instituições foram criadas num período de treze anos, sendo que a maior parte delas, onze, foram criadas entre os anos de 1970 a 1976. Fazem parte de um mesmo modelo de criação, fundações criadas por lei municipal, que pelo fato de serem projetadas pelo Estado são, na sua origem, de direito público, embora os municípios instituintes não assumissem, inicialmente, seus custos. Esse modelo é *sui generis* no País. Mais tarde, por questões diversas, os municípios acabam por não repassar mais recursos. Assim sendo, tinham que, então, desde sua criação, cobrar mensalidades. Outro dado importante a ser considerado é que todas nascem isoladamente e a partir do oferecimento de um ou dois cursos superiores. Não por acaso, em sua grande maioria, eram cursos voltados para a formação de professores, de baixo custo e com menor exigência de infraestrutura. Em grande parte, eram planejados estes cursos para satisfazer as necessidades do Estado que tinha carência de pessoal habilitado para atender aos outros níveis de ensino.

Outro fator presente é a distribuição das instituições em municípios de pequeno e médio portes e que apresentavam um grande poderio econômico. Esse fator econômico possibilita condições para que as organizações da sociedade civil pressionem os municípios, maior poder local, para a criação das fundações (Ricken, 1981). Na medida em que estas faculdades vão ganhando corpo, surge a intenção de melhorar sua *performance*. Isso se dá rapidamente, pois as demandas eram representativas e movidas pelas necessidades e problemas semelhantes. A forma encontrada para isso foi implantar uma associação que viesse representar as instituições de educação superior no Estado. Isso agilizaria a solução de problemas comuns, bem como ordenaria a expansão da educação, evitando a duplicação de esforços para fins idênticos. Assim, foi instituída, em 1974, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), que hoje coordena grande parte das políticas educacionais das fundações no Estado.

Também faz parte do Sistema ACAFE a UDESC. A implantação da UDESC, em 1965, no Governo Celso Ramos, fez parte do Plano de Governo de Estado, que via na criação desta instituição pública a possibilidade de expansão econômica e de desenvolvimento do Estado. Foram planejados alguns cursos estratégicos, a grande maioria deles centrados na Capital. Apenas a cidade de Joinville, de início, por ser um polo industrial, foi contemplada e, mais tarde, em 1973, Lages também passou a oferecer um curso. Só em 2003, por conta das pressões políticas, é que o Estado se preocupa em oferecer ensino gratuito no Oeste, nos municípios de Chapecó, Pinhalzinho e Palmitos.

Com o aumento da procura por cursos superiores, as Fundações Educacionais, no final dos anos de 1980 e 1990, passam a pleitear a sua transformação em universidade. Para melhor acompanharmos

este processo, apresentamos, abaixo, um segundo quadro que mostra a transformação das instituições em universidades, acompanhadas dos respectivos anos dos reconhecimentos.

Quadro 02: Transformação das fundações em universidades

Fundação	Instituição Universitária	Sigla	Reconhecimento
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	1965
FURB	Universidade Regional de Blumenau	FURB	1986
FEPEVI	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	1989
FESSC	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	1989
FUOC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	1995
FEMARP			
FUNDESTE			
FURJ	Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	1996
FEARPE	Universidade do Contestado	UnC	1997
FUNPLOC			
FUNORTE			
FEAUC			
FEPLAC			
FUCRI			
UNIPLAC	Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	1997
FERJ	Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	1999
FEDAVI	Centro Universitário de Jaraguá do Sul	UNERJ	2000
FUNDESTE	Universidade da Região do Alto Vale do Itajaí	UNIDAVI	2001
FUNDESTE	Universidade Comunitária Regional de Chapecó		2002
FEBE	Centro Universitário de Brusque	UNIFEBE	2003
UnC–Caçador	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	2009

Fonte: PEGORARO, 2008.

Considerando o quadro 01, comparativamente com o quadro 02 e a trajetória histórica das fundações, podemos observar que houve uma redução no número de fundações, instituições isoladas, em relação ao número de universidades. O motivo da redução está relacionado à aglutinação de instituições que, para cumprir legalmente as condições necessárias para o encaminhamento dos processos e obtenção do reconhecimento como universidade, deveriam apresentar um maior número de cursos ou áreas de conhecimento. Como isoladamente não era possível atender as exigências, a saída foi criar uma nova instituição que congregasse as fundações pretendentes ao reconhecimento.

Outra análise, que pode ser feita, refere-se ao período (ano) em que estas instituições se transformam em universidades. Com exceção da UDESC, as demais universidades são reconhecidas a partir da segunda metade da década de 1980, período em que as políticas neoliberais começam a influenciar as decisões do Governo Federal e dos Estados. De forma mais acentuada, deliberadamente, favorece a aglutinação de instituições privadas, especialmente do terceiro setor, fortalecendo o argumento de Fernandes (2002), que afirma que são instituições públicas, porém administradas de forma privada, mas não são particulares.

A UDESC é a única instituição pertencente ao sistema que oferece educação superior gratuita. Conforme já destacamos, ela assumiu a característica de instituição pública de direito público somente em 1989. Entre as instituições analisadas, é a única criada pelo Estado. Até a Constituição de 1989, de Santa Catarina, ela era mantida como as demais, cobrando mensalidades. A partir da Constituição, atendendo ao que determina o Art. 169, que trata do ensino superior e o Art. 39 das Disposições Transitórias, e por pressões dos estudantes e professores que cobram do Estado maior participação com investimentos na educação pública superior, a UDESC passou à forma de fundação pública mantida pelo Estado. As demais instituições, pertencentes ao sistema ACAFE, também são criadas por órgãos públicos, que são os municípios, sendo também públicas, e no princípio, também, de direito público, mais tarde migraram para direito privado e, por isso, não poderiam ter cobrado mensalidades. São, porém, administradas/gestadas de forma privada. Para resolver este problema, na Constituição de 1988, foi incluído o artigo 242, no Capítulo das Disposições Constitucionais Gerais,¹ que possibilitou a cobrança de mensalidades. Também na Constituição Estadual de 1989, foi incluído o artigo 170 que fixou recursos do orçamento do Estado para o Sistema Fundacional, demonstrando, mais uma vez, a interdependência.

O crescimento dessas instituições é notório e visível. Desde 1975, data em que a maioria das fundações estava associada ao sistema ACAFE, até 2004, as matrículas tiveram um aumento de onze vezes. Passaram de 15.359 para 173.872. No período de 2000 a 2003, as matrículas nas fundações representavam 68,9 %, as instituições privadas 20,5% e a Universidade Federal de Santa Catarina 10,7% das vagas oferecidas para cursos de educação superior. Com relação ao número de cursos, abrangendo os cursos sequenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado, as fundações passaram de 964 em 2001 para 1.190 em 2003. Em 2004, as fundações estão presentes em 69 das 293 cidades catarinenses.²

Não há como negar, por um lado, que o sistema ACAFE desenvolveu e tem uma representatividade significativa na trajetória político-educacional superior no Estado, porém, por outro lado, é possível, também, ponderar que este modelo, de certa forma, abafou e/ou diluiu as ideias, as iniciativas e os movimentos por ensino público gratuito para a maior parte dos municípios do interior do Estado. Um exemplo importante, nesse particular, é o projeto FEMOC/UNIMOC que passaremos a descrever.

PROJETO FEMOC/UNIMOC

A reconstituição da história do Projeto da FEMOC/UNIMOC foi um desafio, uma vez que grande parte da documentação pertencente ao processo não foi mais localizada, apenas dois documentos foram disponibilizados pelos dirigentes que respondiam pelo processo: a Carta-Consulta do Projeto UNIMOC e um livro que trata da caracterização da região de abrangência do projeto FEMOC. Preocupado com o resgate e compreensão dos fatos que constituíram este momento histórico, realizamos entrevistas com os ex-dirigentes que fizeram parte deste processo. Alguns fizeram parte desde seu início e outros entraram no decorrer, mas todos acompanharam até o final ou morte da ideia. Foram realizadas quatro entrevistas, em junho de 2005, uma em cada fundação envolvida. Os

ex-dirigentes entrevistados foram: Aristides Cimadon³ (C), Hermorgenes Balena⁴ (B), Nelson Roque Denardi⁵ (D) e Nilson Thomé⁶ (T). Essa pesquisa de campo, na ocasião, fazia parte da nossa tese de doutorado, em realização na UFRGS, e a finalidade do trabalho era, além do resgate histórico, também fazer uma análise da FEMOC, considerando as suas perspectivas, ressaltando as possíveis intervenções da extinta instituição no que se refere ao desenvolvimento regional. O estudo estava dividido nos seguintes aspectos: a) Gênese e localização do projeto FEMOC/UNIMOC; b) Principais atores e manutenção dos projetos; c) Elaboração do projeto UNIMOC, as rivalidades e a morte da ideia; d) Novos projetos de universidade e suas repercussões para a educação superior no Brasil; e) Como os entrevistados analisam, hoje, a extinção do projeto com relação ao desenvolvimento regional.⁷ Porém, no princípio do nosso trabalho, foi possível identificar outra questão que, ao nosso ver, é significativa e representativa no que concerne às implicações ou impedimentos da expansão de políticas públicas gratuitas de educação superior em Santa Catarina. Por isso, aqui, nossa intenção é, portanto, analisar o projeto FEMOC/UNIMOC no contexto dessas políticas.

Como constatamos, no tópico anterior, em Santa Catarina, nós tínhamos política pública gratuita, de educação superior, até o final de 2009, somente na capital. Apenas Joinville e Lages tiveram o privilégio de ter educação superior desenvolvida pela UDESC, mesmo assim insipientes no número de cursos e vagas. O restante do Estado era atendido por um sistema composto por instituições públicas não-estatais, as Fundações, que para se manterem precisam cobrar mensalidades. Por isso, ao analisarmos o Projeto FEMOC/UNIMOC, identificamos que sua origem se deu para impedir a criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina, em Chapecó, em 1980. Esse fenômeno é, a partir de uma análise sociológica, algo estranho e digno de destaque no contexto político-educacional brasileiro.

A ideia de criação de uma universidade no Meio-Oeste catarinense, com vistas à melhoria da educação superior na região, teve duas iniciativas: a primeira delas aconteceu em 1974, com Dom Orlando Dotti que, além de ser o Bispo Diocesano de Caçador, também era idealizador e diretor da FEARPE, também, em Caçador. Dom Orlando pensou em construir uma ideia de pioneirismo no Estado. Membro do Conselho Estadual de Educação e com experiências em educação superior advindas de sua passagem pela UNIJUÍ, de Ijuí-RS, pensou em fazer uma Federação de Instituições no Meio-Oeste Catarinense, envolvendo as fundações de Caçador, Videira e Joaçaba. O Prof. Nelson Roque Denardi, que na ocasião trabalhava em Caçador, relata sua participação nesse processo:

Dom Orlando pediu para eu fazer esse processo, por que eu já tinha experiência, em São Paulo, sobre federação. Eu comecei a trabalhar. Visitei Joaçaba, falei com Caçador, pois eu era professor em Caçador e Videira. Falei com as direções e eles aceitaram a ideia, mas todos eles com uma condição, que a sede fosse na cidade deles. Cada um queria a sede pra si e todos queriam mais uma condição, que o diretor executivo fosse indicado por eles.

Este embrião de Federação, que mais tarde deveria se constituir em universidade, morreu seis meses depois por absoluta falta de desprendimento e bairrismos dos dirigentes. Todos apoiavam

Ludimar Pegoraro, Fátima Noely da Silva, Carlos Alberto Zorzo

a ideia, mas todos queriam ser ou indicar o dirigente maior, levando para seus municípios a sede da instituição. Como não houve abdicação desses interesses particulares em favor dos interesses coletivos, a ideia do projeto não vigorou.

Mais tarde, com novos dirigentes e percebendo que as instituições do Meio-Oeste eram muito frágeis em relação a Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Tubarão, resolveram, em comum acordo, unir esforços para criar uma nova federação. O início desse acordo se deu num encontro sobre educação superior, realizado em Chapecó-SC, em agosto de 1980, promovido pela UFSC e o MEC. Prof. Aristides Cimadon identifica o início desse processo:

A origem verdadeira da FEMOC se deveu a um seminário que aconteceu em Chapecó, em 1980, quando se pretendeu construir uma instituição no Oeste de Santa Catarina, que abrigasse todas as instituições aqui envolvidas, que seriam essas instituições do Vale do Rio do Peixe, mais a FUNDESTE de Chapecó. E lá, com a FUNDESTE, se pretendia, nesse seminário, criar uma universidade federal no Oeste de Santa Catarina, envolvendo Chapecó.

Estavam participando desse encontro em Chapecó, além dos dirigentes locais, a UFSC e o MEC, os dirigentes das fundações de Caçador, Joaçaba, Videira, Concórdia e Canoinhas. Como a intenção do encontro era, a partir da fundação de Chapecó,⁸ criar mais uma universidade federal em Santa Catarina, Chapecó absorveria as demais fundações do Meio Oeste e Oeste do Estado. As lideranças do Meio-Oeste, presentes, preocupadas com o desaparecimento de suas instituições de origem, lideradas pelo prof. Francisco Ansiliero, da FUOC de Joaçaba, reuniram-se e fizeram uma contraproposta de criação de universidade federal no Meio-Oeste a partir da federalização das fundações aí existentes. Os professores Denardi e Cimadon, na ordem, a seguir, relatam o fato da seguinte forma:

Nós percebemos todo o golpe que estaríamos recebendo, desaparecendo como instituições educacionais. À noite, nos reunimos, os dirigentes de Caçador, Joaçaba, Videira, Concórdia e Canoinhas e fizemos uma minuta de intenções, propondo a criação de uma Federação de Fundações Educacionais do Meio-Oeste Catarinense. Se constituiu uma federação daquelas instituições que estavam no Vale do Rio do Peixe para, em conjunto, também, aqui, fazer frente à ideia de se constituir uma universidade federal em Chapecó e, fazê-la no Vale do Rio do Peixe, que tinha uma densidade populacional maior do que a região de Chapecó.

A proposta que se ventilava naquele encontro era a de regionalização da educação superior, pública gratuita, para o Meio-Oeste e Oeste do Estado, a partir de Chapecó. Como houve uma contraposição das Fundações do Meio-Oeste na criação da federal no Oeste, esse projeto, também, não teve continuidade. Os bairrismos e interesses regionalizados prevaleceram, fazendo sucumbir uma ideia que, do ponto social, a universidade como uma instituição social (Chauí, 2001), poderia ser mais significativa, embora não fosse, da mesma forma, para a existência e permanência das fundações. Denardi relata o final do encontro:

Ludimar Pegoraro, Fátima Noely da Silva, Carlos Alberto Zorzo

Com a apresentação da minuta, acabou o seminário, pois foi por terra toda a proposta que eles tinham feito, isso por que nós estávamos nos unindo em torno da FEMOC. A partir daí, a ideia da FEMOC tomou conta, por que nós precisávamos, realmente, sobreviver.

Se, de um lado, os bairrismos não deixaram vingar a ideia de uma universidade federal no Oeste do Estado, por outro lado, fizeram surgir uma federação que passou a coordenar os trabalhos das fundações do Meio-Oeste, até a constituição do projeto da UNIMOC, que só vai se efetivar em 1990.

O projeto FEMOC teve dez anos de duração, de 1980 até 1990. No final dos anos de 1990 foi elaborado o Projeto UNIMOC, transformando a FEMOC em universidade. Tudo foi organizado e elaborado conforme as exigências legais. A Carta Consulta estava tecnicamente elaborada, faltava resolver as questões políticas. Os responsáveis pelo processo deixaram para decidir, por ser uma questão polêmica, por último, o local onde deveria ser a sede da pretensa universidade que congregava as fundações de Caçador, Joaçaba, Videira e Concórdia, como não foi possível um consenso, esse projeto também foi abortado dando origem a duas novas universidades, a Universidade do Contestado (UnC), congregando as fundações de Caçador, Concórdia, Curitiba, Canoinhas e Mafra, e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) congregando as fundações de Joaçaba, Videira, Chapecó, Xanxerê e São Miguel do Oeste.

Mais uma vez os interesses regionais e particulares prevaleceram sobre os coletivos. É evidente que nesse caso a repercussão não foi tão contundente quanto a do impedimento da criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina. Somente agora, em 2009, 30 anos depois, com a criação UFFS é que este equívoco social foi parcialmente reparado.

CONSIDERAÇÕES

Considerando as circunstâncias dos acontecimentos, é perceptível que o projeto FEMOC sobrepujou a criação de uma instituição pública que, do ponto de vista social, teria muito mais relevância do que manter o sistema existente, pago pelos estudantes. Embora as instituições parceiras tivessem sido criadas pelos municípios de origem, portanto, de cunho essencialmente público, seus dirigentes não as vêem desta forma e obstaculizam a criação de uma universidade federal (Mészáros, 2005). Em síntese, poderíamos dizer que é o modelo de instituição pública, com administração privada, brecando a criação do segmento totalmente público. Portanto, este é um exemplo em que há a privatização do público, é a própria sociedade civil, através das suas instituições, bloqueando o surgimento do público. Isto se torna interessante porque o produto das parcerias, conforme Santos (2006), deveria resultar no fortalecimento da ideia da criação da universidade federal, mas não é isso que acontece. Para Szazi (2004, p. 54), a ideia de um “setor social”, como é o caso das fundações educacionais de Santa Catarina, em contraposição ao Estado e ao mercado, gera um discurso homogêneo, com uma forte tendência a eliminar os conflitos inerentes às dinâmicas de nossa sociedade civil. A ideia de terceiro setor, a partir da lógica de mercado, sob a visão neoliberal, e através de organizações sem fins lucrativos, as chamadas entidades filantrópicas, tem sido utilizada como uma substituição do papel do Estado em questões sociais.

Outra consideração que pode ser apresentada sobre os interesses públicos sendo preteridos pelos privados é que existe uma certa confusão entre as questões públicas e privadas, promiscuidade. São, ao nosso ver, relações viciosas e viciadas. O que vemos, é um paradigma que, fundamentalmente, privatiza o público. Se buscássemos relações virtuosas, como afirma Santos (2006), poderíamos observar totalmente o contrário. Seria o privado, neste caso, as fundações sendo publicizadas. Este seria o nosso entendimento, a nossa defesa, uma relação que, politicamente, poderíamos chamar de progressista, em que o movimento seria em favor do público, colocando o privado a serviço do bem público, mas não é isso que podemos observar. Na verdade, há um pretexto de estar trabalhando um bem público, mas se está privatizando o público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACAFE – **Perfil ACAFE 30 anos**. Florianópolis: ACAFE, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico, in: **COISAS DITAS**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BRASIL. Constituição 1988.
- BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 27 abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CIMADON, Aristides. **A natureza Jurídica das fundações criadas pelo poder público**. Joaçaba: UNOESC, 2002.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.
- FEMOC. Federação das Fundações Educacionais do Meio Oeste Catarinense, 1984.
- CARACTERIZAÇÃO da Região da FEMOC: Subsídios para uma proposta educacional. Porto Alegre: Avangraf, nf.
- FERNANDES, Rubens C. **Privado porém público: o terceiro setor na América**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- GASSET, José Ortega Y. **Missão da Universidade: e outros textos**. Coimbra-PT: Angelus Novus, 2003.
- HAWERROTH, Jolmar Luis. **A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense**. Florianópolis: Insular, 1999.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antigüidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Ludimar Pegoraro, Fátima Noely da Silva, Carlos Alberto Zorzo

PEGORARO, Ludimar. O terceiro Setor e o ensino superior no Brasil: o sistema fundacional catarinense. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Maria; PEGORARO, Ludimar. Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, pp. 179 - 215.

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro setor e a educação superior no Brasil**: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RICKEN, Inácio. **Planejamento do ensino superior**: sua aplicação ao sistema das IES Fundacionais de Santa Catarina. Florianópolis, 1981. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Curso de Pós-Graduação em Administração/CSE, Universidade Federal de Santa Catarina.

SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

UNIMOC. Carta Consulta. Joaçaba: FEMOC, 1990.

NOTAS

- 1 Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta constituição, que não sejam total ou parcialmente mantidas com recursos públicos. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (Constituição 1988).
- 2 ACAFE (2004). Perfil ACAFE 30 anos. Florianópolis: ACAFE.
- 3 Aristides Cimadon - Ex-dirigente da FUOC-Joaçaba, hoje, UNOESC, e atual Reitor da UNOESC.
- 4 Hermogenes Balena - ex-dirigente da FEAUC-Concórdia, hoje, UnC-Concórdia.
- 5 Nelson Roque Denardi - ex-dirigente da FEMARP-Videira, hoje, UNOESC (Coordenador da Federação por oito anos).
- 6 Nilson Thomé - ex-dirigente Administrativo da FEARPE e da ex-UnC-Caçador. A UnC-Caçador, em 2009, desligou-se da UnC e constituiu um projeto próprio de universidade denominado de Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
- 7 Todos estes tópicos estão disponíveis para análise em: PEGORARO, Ludimar. *Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13279>> Acesso em: 05 jun. 2011.
- 8 A fundação de Chapecó é denominada de FUNDESTE - Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste. Mais tarde, em 1990, após o rompimento do projeto FEMOC, fez parte do projeto de universidade, juntamente com Joaçaba e Videira, da UNOESC. Em 2002, desassociou-se e constituiu um projeto próprio de universidade, a UNOCHAPECÔ.

PROJETO LEITOR: O USO DE QUADRINHOS NA SALA DE AULA

Nielson Ribeiro Modro

E-mail: nielson@modro.com.br
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

Uma questão que via de regra gera inúmeras e aparentemente infundáveis discussões, ainda hoje sendo bastante polêmica, é: são as histórias em quadrinhos uma subliteratura? Isto se deve principalmente pelo fato de a literatura em quadrinhos ser estigmatizada como sendo mero entretenimento ou subliteratura. Porém é inegável que povos orientais a valorizam como arte, bem como inúmeros autores a classificam como a nona arte, ao lado da literatura, pintura, escultura, etc. Pode-se citar exemplos como as obras de Roy Lichtenstein, nitidamente inspiradas na linguagem dos quadrinhos e elevando-a incontestavelmente ao patamar da arte (pintura). Também pode ser citada a estreita ligação com a literatura verbal, pois possuem a mesma estrutura, já que contam com um narrador e são compostas por personagens, tempo, ação, espaço. Obviamente que, assim como há muitos bons livros, mas inúmeros outros descartáveis, os quadrinhos possuem bons exemplos e outros dispensáveis. No Japão os mangás (histórias em quadrinhos) são maciçamente consumidos por praticamente todos, possivelmente pela relação que se estabelece com a própria linguagem, essencialmente construída por ideogramas, portanto de caráter iconográfico. Segundo De Gregori¹ o cérebro humano possui um funcionamento triádico: a lógica formal/racional (hemisfério esquerdo do cérebro), a lógica irracional/pensamento selvagem/fé (hemisfério direito), e a lógica dos fatos/bom senso/força/o lado comum/pragmático (porção central). Segundo o autor a parte cerebral central (porção réptil) foi a responsável pela atuação na evolução, enquanto os hemisférios direito e esquerdo foram os responsáveis pela racionalidade que culmina na exacerbação do cientificismo em detrimento das modalidades “não lógicas” do hemisfério direito do cérebro. Assim, percebe-se que: “A comunicação é a ponte que integra subjetividades através de ferramentas de linguagem – os signos, as técnicas e as tecnologias comunicativas. [...] A comunicação transforma-se, assim, em veículo que liga interioridade e exterioridade, reconstituindo o elo perdido entre o homem e o mundo que o rodeia. Em razão disso, a expressão humana dirige-se para o real, constituindo-o, impregnando-o de um simbolismo que o acultura e o torna partilhável.”². A partir destas constatações é possível ainda verificar que os povos ocidentais diferem dos povos orientais em relação ao processamento e uso da racionalidade. Via de regra, os ocidentais trabalham mais com a racionalidade, ou o hemisfério esquerdo do cérebro, enquanto que os orientais trabalham com o hemisfério direito

Nielson Ribeiro Modro

e conseqüentemente com uma predisposição maior ao abstracionismo, o que gera a noção de que “condenamo-nos, igualmente, a não perceber o quanto permanecem problemáticas e incertas as relações entre o que os ocidentais – mas somente os ocidentais – chamam de realidade e imaginário.”³. O deixar de lado as possibilidades artísticas em detrimento do racional gera a dificuldade do ocidental em estabelecer níveis de leitura mais profundos, tanto no verbal quanto principalmente no imagético, afinal “a linguagem racional tem suas bases numa linguagem pré-racional, arcaica, na qual o elemento pictórico, e com ele o elemento “visual”, tem papel preponderante. Como resultado, uma linguagem desse tipo deve, por razões muito fundamentais, mais do que por razões “literárias”, utilizar-se da metáfora como uma transferência de expressões que são tomadas do domínio dos sentidos e, especialmente, do “visual”⁴. Assim, inegável a constatação de que o assunto merece uma análise profunda, mesmo porque o Ministério da Educação e Cultura (MEC) recentemente não apenas sugere como adotou as histórias em quadrinhos como material educativo obrigatório. Desta forma, pesquisar acerca do assunto e aprofundar análises acerca do que tem sido produzido é antes de tudo estar em sintonia com o que tem sido exaustivamente discutido na atualidade. Demonstrar e desmistificar que as histórias em quadrinhos podem e devem ser utilizadas no dia-a-dia com finalidade não apenas de entretenimento é oportunizar novas formas de aprendizagem que extrapolem a racionalidade da linguagem verbal e incorporem a versatilidade da linguagem artística. Os resultados certamente serão úteis não apenas à comunidade acadêmica mas também a toda a comunidade, de forma direta ou indireta, visto tratar-se de um assunto que desperta o interesse, gera polêmicas e ainda proporciona muito a ser desvendado e explorado.

OBJETIVOS

O principal objetivo do projeto LEITOR - “A Linguagem dos Quadrinhos: Literatura, Arte e Conhecimento” é constatar e difundir a possibilidade do uso das histórias em quadrinhos como fundamento para o processo ensino-aprendizagem, principal e especificamente quanto a histórias que tenham cunho de educação ambiental. Busca-se ainda valorizar a literatura composta por histórias em quadrinhos, identificando as suas peculiaridades e buscando desenvolver um banco de dados, resgatando e disponibilizando histórias com conteúdo voltado à questão ambiental, desta forma podendo sugerir o uso de histórias em quadrinhos como recurso didático a serem utilizadas em sala de aula.

METODOLOGIA

Essencialmente o projeto tem como base metodológica a pesquisa bibliográfica, buscando localizar histórias que pelo seu conteúdo possam ter algum tema pertinente a ser utilizado em sala de aula. Posteriormente tem-se a meta de agrupar estas histórias em um banco de dados a ser disponibilizado para professores e interessados no assunto, assim como foi feito com a publicação de um livro em 2011, através do projeto.

Nielson Ribeiro Modro

RESULTADOS OBTIDOS

O projeto já teve vários resultados positivos, entre eles destaca-se, em 2011, a publicação de um livro, *Os Monstrinhos do Rio Cachoeira*, com personagens gerados e publicados em Joinville entre as décadas de 80 e 90. Sua temática nitidamente ambiental destaca os personagens cujo nome Cachoeira, remete ao rio que corta a cidade de Joinville, no norte catarinense, e há décadas é um esgoto a céu aberto. Criados nos anos 80, os personagens tiveram uma vasta produção publicada por anos principalmente no jornal *A Notícia*, cujo caráter era nitidamente o de conscientização ambiental. Através de uma pesquisa bibliográfica buscou-se selecionar dentre as milhares de tiras publicadas aquelas que fossem um quadro amplo e fiel do que os personagens representam culturalmente ao contexto em que se inserem. Suas histórias foram reunidas em um livro publicado através do projeto, resgatando 160 tiras e 10 histórias completas de personagens que sempre visaram uma crítica ambiental, numa época em que o assunto não se encontrava tão em voga como hoje. Para o livro foram resgatados digitalmente os trabalhos publicados, que foram ainda totalmente colorizados. Como resultado direto observou-se que em 2012 foram feitos diversos trabalhos em escolas regionais usando o livro como fonte de pesquisa e para fomento de trabalhos escolares, o que comprova que mais do que uma pesquisa histórica tratou-se ainda de um resgate cultural reconhecidamente útil quanto ao registro de uma importante parte da cultura local, devidamente organizada e registrada em obra com qualidade editorial própria para colecionadores e interessados no assunto, assim como um excelente material de consulta para professores e afins. Ressalte-se ainda que em 2012 e 2013 o projeto propôs e realizou uma continuidade na pesquisa acerca da temática ambiental, porém buscando produções em quadrinhos de autores diversos mas que priorizassem como tema a relação entre o homem e o meio ambiente, posteriormente disponibilizando os dados obtidos para sua utilização com finalidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES/PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

Mesmo nos dias atuais ainda há quem considere os quadrinhos como sublitteratura, mas há anos este panorama vem sendo mudado, inclusive com reconhecimento do MEC, Ministério da Educação e Cultura, que não apenas tem sugerido, mas investido neste tipo de publicação. O projeto de pesquisa LEITOR - “A Linguagem dos Quadrinhos: Literatura, Arte e Conhecimento” foca-se principalmente na busca por autores que possuam em sua obra um caráter artístico/didático, mas também tem ainda como foco uma abordagem em relação à própria linguagem dos quadrinhos. Embora o estudo da linguagem encontrada nas histórias em quadrinhos não seja necessariamente novo, trata-se de uma discussão que, além de estar em sintonia com uma tendência da atualidade, é uma forma de oportunizar uma aprendizagem prazerosa através de um mundo literário certamente ainda pouco cultivado. Trabalhar com quadrinhos certamente é adentrar num mundo literário ainda pouco explorado didaticamente, mas que extrapola a linguagem verbal incorporando em seu bojo a versatilidade da linguagem artística. A pesquisa e os dados obtidos têm demonstrado que há muito

Nielson Ribeiro Modro

a ser explorado acerca do assunto, um caminho ainda árido, mas certamente com nítidos resultados positivos academicamente.

Palavras-chave: Quadrinhos, Literatura, Educação.

NOTAS

- 1 DE GREGORI, Waldemar. **Os poderes dos seus três cérebros**. 1999.
- 2 COSTA, Maria Cristina Castilho. **Ficção, comunicação e mídias**. 2002, p.12.
- 3 LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é Imaginário**. 1997, p. 45.
- 4 GRASSI, Ernesto. **Poder da imagem, impotência da palavra racional: em defesa da retórica**. 1978, p.83

PERFIS DE DISSOLUÇÃO DE COMPRIMIDOS LIQUISÓLIDOS DE GENFIBROZILA

Bianca Ramos Pezzini, Kerolin Susan Possamai, Melissa Zétola, Giovana Carolina Bazzo

E-mail: bianca.ramos@univille.br
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

INTRODUÇÃO

A via oral é o meio mais natural, simples e conveniente para a administração de medicamentos. Entre as formas farmacêuticas de uso oral, a mais utilizada é o comprimido, devido à precisão na dosagem, boa aceitação pelo paciente, estabilidade, facilidade e baixo custo de produção¹. Os comprimidos são obtidos por meio da compactação de um ou mais fármacos associados a adjuvantes farmacêuticos, tais como diluentes, aglutinantes, desintegrantes, deslizantes e lubrificantes. Podem variar em tamanho, forma, peso, dureza, espessura, perfil de desintegração e dissolução, além de outras características, dependendo do uso a que se destinam e do método de fabricação². No entanto, uma desvantagem dos comprimidos é a baixa biodisponibilidade que fármacos pouco solúveis em água podem apresentar quando administrados nesse tipo de forma farmacêutica, comprometendo a eficácia do medicamento³. Visto que muitos fármacos possuem baixa solubilidade aquosa, a busca por metodologias capazes de corrigir essa deficiência e o aperfeiçoamento daquelas já existentes são relevantes. Diversos métodos têm sido descritos na literatura com o objetivo de melhorar a dissolução e biodisponibilidade de fármacos, tais como a micronização, a formação de complexos com ciclodextrinas, a preparação de dispersões sólidas e de sistemas nanoestruturados, entre outros⁴. Uma alternativa recentemente proposta é a obtenção de sistemas liquisólidos mediante a solubilização ou dispersão de um fármaco em um solvente não volátil, incorporação em um material carreador e adição de um material de revestimento, originando um pó seco, não aderente, de fluxo livre, compressível e compactável. Nesses sistemas, como solventes não voláteis, são empregados solventes orgânicos inertes, de elevado ponto de ebulição, miscíveis com a água, como por exemplo, o propilenoglicol, os polietilenoglicóis líquidos e a glicerina⁵. Os materiais empregados como carreadores possuem partículas de superfície porosa e elevada capacidade de absorção. Alguns exemplos são a celulose, o amido e a lactose. Os materiais de revestimento são pós de partículas extremamente finas e grande capacidade de absorção, a exemplo da sílica coloidal, e são empregados para aumentar a capacidade de fluxo do material. A partir de formulações liquisólidas podem ser obtidos comprimidos liquisólidos, por meio da adição de um desintegrante, um deslizante e um lubrificante, e compressão da mistura obtida^{6,7,8}. A melhoria da dissolução e biodisponibilidade de fármacos a partir de sistemas liquisólidos ocorre devido ao incremento das seguintes propriedades

do fármaco: área de superfície, solubilidade aquosa e molhabilidade das partículas. Um aumento bastante significativo na área de superfície do fármaco em contato com o meio de dissolução, em relação às partículas presentes em comprimidos convencionais, ocorre quando ele se apresenta dissolvido no solvente não volátil, uma vez que se encontra molecularmente disperso. O aumento da solubilidade aquosa ocorre por que as moléculas do solvente não volátil e as moléculas do fármaco presentes nas partículas liquisólidas primárias difundem conjuntamente para o microambiente formado na interface entre essas partículas liquisólidas e o meio de dissolução, fazendo com que o solvente não volátil atue como co-solvente e promova a solubilização do fármaco. A molhagem das partículas liquisólidas primárias é melhorada devido ao fato de o solvente não volátil atuar como agente tensoativo ou possuir baixa tensão superficial⁵. Trabalhos recentes relatam o uso de sistemas liquisólidos visando aumentar o perfil de dissolução da espironolactona⁹, griseofulvina^{10, 11}, valsartana¹², diazepam¹³, furosemida¹⁴, atorvastatina cálcica¹⁵, bromexina¹⁶, carbamazepina¹⁷, entre outros fármacos. A genfibrozila, utilizada no tratamento da hipertrigliceridemia, pertence à classe II do Sistema de Classificação Biofarmacêutica, ou seja, possui baixa solubilidade aquosa e elevada permeabilidade gastrointestinal¹⁸. Sua baixa solubilidade (em torno de 0,01 mg/mL) e baixa dissolução nos fluidos do trato gastrointestinal (TGI) limitam sua absorção e biodisponibilidade¹⁹. As estratégias propostas na literatura para melhorar o perfil de dissolução da genfibrozila incluem a micronização²⁰, a obtenção de dispersões sólidas²¹, a sonocristalização²², entre outras técnicas.

OBJETIVOS

Obter comprimidos liquisólidos de genfibrozila e caracterizá-los quanto ao tempo de desintegração e perfil de dissolução.

METODOLOGIA

Foram obtidas quatro formulações de comprimidos liquisólidos de genfibrozila, denominadas F PEG 5%, F PEG 14%, F Crem 5%, F Crem 14%, variando-se o tipo de solvente não volátil (Cremophor EL[®], BASF, São Paulo, SP, Brasil ou polietilenglicol - PEG - 400) e sua concentração (5% ou 14%). Para tanto, inicialmente, foi realizada a mistura entre o fármaco e o solvente não volátil. Então, o material carreador (celulose microcristalina) foi adicionado e, depois, o material de revestimento (dióxido de silício coloidal). Por fim, foram misturados um desintegrante (Kollidon CL-SF[®], BASF, São Paulo, SP, Brasil) e um lubrificante (estearato de magnésio). A compressão direta do material foi efetuada em uma prensa hidráulica (Protécni, Araraquara, SP, Brasil), montada com matriz e punção de 9 mm de diâmetro. Os comprimidos liquisólidos obtidos foram submetidos aos ensaios de desintegração e dissolução. O tempo de desintegração foi determinado, em triplicata, em um equipamento Nova Ética (São Paulo, SP, Brasil), empregando-se 500 mL de tampão fosfato pH 6,8 como meio, e temperatura de 37 °C. O ensaio de dissolução foi realizado em um dissolutor Nova Ética modelo 299/6 (São Paulo, SP, Brasil), utilizando-se as seguintes condições experimentais: aparato 2 (pá), 1000 mL de tampão fosfato de potássio pH 6,8 como meio de dissolução, temperatura de 37 °C e agitação de 50 rpm. Amostras de 5 mL foram coletadas nos tempos 10, 20, 30, 40, 50

e 60 minutos e a leitura das absorvâncias foi realizada em espectrofotômetro Shimadzu 1601 PC (Kyoto, Japão), no comprimento de onda de 276 nm. Os ensaios foram realizados em triplicata. O porcentual de fármaco dissolvido foi determinado pelo emprego de uma curva de calibração de seis pontos, no intervalo de 50 a 150 µg/mL.

RESULTADOS OBTIDOS

As formulações F PEG 5% e F PEG 14% apresentaram, respectivamente, $27,08 \pm 1,19\%$ e $8,25 \pm 0,36\%$ de fármaco dissolvido em 60 minutos, em comparação com $19,31 \pm 1,72\%$ apresentados pela genfibrozila pura. Esses resultados indicaram que as formulações contendo PEG 400, nas concentrações testadas (5% e 14%), não foram eficientes para a melhoria do perfil de dissolução da genfibrozila. A formulação contendo 14% de PEG 400, inclusive, piorou o perfil de dissolução em relação ao fármaco isolado. Por outro lado, as formulações F Crem 5% e F Crem 14%, contendo Cremophor EL[®], promoveram a dissolução de $72,80 \pm 1,20\%$ e $59,50 \pm 3,80\%$ de genfibrozila em 60 minutos, respectivamente. Embora tenha ocorrido um aumento significativo na dissolução do fármaco a partir de ambas as formulações de comprimidos liquisólidos de genfibrozila contendo Cremophor EL[®], em comparação com o fármaco isolado, o resultado obtido foi o oposto do esperado, que era o aumento da dissolução com o uso de uma concentração maior do solvente não volátil. O mesmo comportamento foi observado para as formulações contendo PEG 400. Quando os comprimidos liquisólidos foram submetidos ao ensaio de desintegração, os resultados obtidos foram, respectivamente, 0,7 minutos e 1,1 minutos para as formulações F Crem 5% e F Crem 14%; e, respectivamente, 2,6 minutos e 6,0 minutos para as formulações F PEG 5% e F PEG 14%. Ou seja, maiores tempos de desintegração foram obtidos para as formulações contendo maior concentração de solvente não volátil (Cremophor EL[®] ou PEG 400), o que justificou a obtenção de perfis de dissolução superiores para as formulações contendo menor concentração de solvente não volátil (F Crem 5% em relação à F Crem 14%; F PEG 5% em relação à F PEG 14%). **Considerações finais:** Os comprimidos liquisólidos contendo celulose microcristalina como material carreador, dióxido de silício coloidal como material de revestimento e Cremophor EL[®] (5%) como solvente não volátil mostraram-se promissores para o incremento do perfil de dissolução da genfibrozila.

Palavras-chave: Dissolução. Comprimidos liquisólidos. Genfibrozila.

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

NOTAS

- 1 Sá Barreto, L. C.L.; Cunha-Filho, M. S. S. Excipientes co-processados para compressão direta de comprimidos. **Latin American Journal of Pharmacy**, v. 28, n. 2, p. 304-312, 2009.
- 2 Ansel, H. C.; Popovich, N. G.; Allen, L. V. **Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos**, 6th ed. São Paulo: Premier; 2000.
- 3 Storpirtis, S. **Biofarmacotécnica: fundamentos de biodisponibilidade, bioequivalência, dissolução e intercambialidade de medicamentos genéricos**. São Paulo: s.n, 1999. 78p.

- 4 Ferraz, H. Novas ferramentas farmacotécnicas para modular a biodisponibilidade de medicamentos. In: Storpirtis, S.; Gonçalves, J. E.; Chiann, C.; Gai, M. N. **Ciências Farmacêuticas - Biofarmacotécnica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- 5 Nagabandi, V. K.; Ramarao, T.; Jayaveera, K. N. Lquisolid compacts: a novel approach to enhance bioavailability of poorly soluble drugs. **International Journal of Pharmacy and Biological Sciences**, v. 1, n. 3, p. 89-102, 2011.
- 6 Tiong, N.; Elkordy, A. A. Effects of lquisolid formulations on dissolution of naproxen. **Journal of Pharmaceutics and Biopharmaceutics**, v. 73, n. 3, p. 373-384, 2009.
- 7 Nokhodchi, A.; Aliakbara, R.; Desai, S.; Javadzadeh, Y. Lquisolid compacts: the effect of cosolvent and HPMC on theophylline release. **Colloids and Surfaces B: Biointerfaces**, v. 79, n. 1, p. 262-269, 2010.
- 8 Rao, S. A.; Aparna, N. T. A. Lquisolid technology: An overview. **International Journal of Research in Pharmaceutical and Biomedical Sciences**, v. 2, n. 2, p. 401-409, 2011.
- 9 Elkordy, A. A.; Tan, X. N.; Essa, E. A. Spironolactone release from lquisolid formulations prepared with Capryol™ 90, Solutol® HS-15 and Kollicoat® SR 30 D as non-volatile liquid vehicles. **European Journal of Pharmaceutics and Biopharmaceutics**, v. 83, n. 2, p. 203-223, 2013.
- 10 Hentzschel, C. M.; Alnaief, M.; Smirnova, I.; Sakmann, A.; Leopold, C. S. Enhancement of griseofulvin release from lquisolid compacts. **European Journal of Pharmaceutics and Biopharmaceutics**, v. 80, n. 1, p. 130-135, 2012.
- 11 Elkordy, A. A.; Essa, E. A.; Dhuppad, S.; Jammigumpula, P. Lquisolid technique to enhance and to sustain griseofulvin dissolution: effect of choice of non-volatile liquid vehicles. **International Journal of Pharmaceutics**, v. 434, n. 1-2, p. 122-132, 2012.
- 12 Naveen, C.; Nalini, S.; Rama, R. T. Use of the lquisolid compact technique for improvement of the dissolution rate of valsartan. **Acta Pharmaceutica Sinica**, v. 2, n. 5, p. 502-508, 2012.
- 13 Manogar, P. G.; Hari, B. N. V.; Devi, D. R. Emerging lquisolid compact technology for solubility enhancement of BCS class-II drug. **Journal of Pharmaceutical Sciences and Research**, v. 3, n. 12, p. 1604-1611, 2011.
- 14 Akinlade, B.; Elkordy, A. A.; Essa, E. A.; Elhagar, S. Lquisolid systems to improve the dissolution of furosemide. **Scientia Pharmaceutica**, v. 78, p. 325-344, 2010.
- 15 Gubbi, S.; Jarag, R. Formulation and characterization of atorvastatin calcium lquisolid compacts. **Asian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 5, n. 2, p. 50-60, 2010.
- 16 Gubbi, S.; Jarag, R. Lquisolid Technique for enhancement of dissolution properties of bromhexine hydrochloride. **Research Journal of Pharmacy and Technology**, v. 2, n. 2, p. 2382-2386, 2009.
- 17 Tayel, S. A.; Soliman, I.; Louis, D. Improvement of dissolution properties of carbamazepine through application of the lquisolid tablet technique. **European Journal of Pharmaceutics and Biopharmaceutics**, v. 69, p. 342-347, 2008.
- 18 Dastagiri, R. Y.; Ravi, S. V.; Dachinamoorthy, D.; Nageswar, R. A.; Chandra, S. K. Conception and evaluation of gemfibrozil as immediate drug delivery system. **Journal of Chemical and Pharmaceutical Research**, v. 2, n. 2, p. 590-597, 2010.
- 19 Villar, A. M. S.; Naveros, B. C.; Campmany, A. C. C.; Trenchsa, M. A.; Rocaberta, C. B.; Bellowwa, L. H. Design and optimization of self nanoemulsifying drug delivery systems (SNEDDS) for enhanced dissolution of gemfibrozil. **International Journal of Pharmaceutics**, v. 431, n. 1-2, p. 161-175, 2012.
- 20 Huang, Q. P.; Wang, J. X.; Chen, G. Z.; Shen, Z. G.; Chen, J. F.; Yun, J. Micronization of gemfibrozil by reactive precipitation process. **International Journal of Pharmaceutics**, v. 360, n. 1-2, p. 58-64, 2008.
- 21 Szüts, A.; Láng, P.; Ambrus, R.; Kiss, L.; Deli, M. A.; Szabó-Révész, P. Applicability of sucrose laurate as surfactant in solid dispersions prepared by melt technology. **International Journal of Pharmaceutics**, v. 410, p. 107-110, 2011.
- 22 Ambrus, R.; Amirzadi, N. N.; Aigner, Z.; Szabó-Révész, P. Formulation of poorly water-soluble gemfibrozil applying power ultrasound. **Ultrasonics Sonochemistry**, v. 19, p. 286-291, 2012.

FACES (E INTERFACES) DOS NATIVOS DIGITAIS: UM ESTUDO COM OS INGRESSANTES 2012 NA UNIDAVI SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DAS TIC

Airton Lorenzoni Almeida

Professor do Curso de Tecnologia em Comunicação Institucional da UNIDAVI
Mestre em Educação nas Ciências na área de Comunicação Social
E-mail: airton.almeida@unidavi.edu.br

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)

INTRODUÇÃO

A geração herdeira da era técnico-digital tem esbarrado, muitas vezes, em certos abismos ainda soberanos no modelo educacional oriundo da cultura industrial. Esse paradigma no qual o professor é o único agente ativo da transmissão de conhecimentos a massas passivas de estudantes, parece não atender mais as expectativas e necessidades imaginadas destes sujeitos-alunos hipertextuais, filhos de uma revolução tecnológica marcada pelo fenômeno do tudo-agora, da simultaneidade, do acesso rápido a conteúdos, da mobilidade e da portabilidade que as novas tecnologias/ferramentas de informação e de comunicação oferecem. A crescente expansão dos multimeios e hipermídias apresenta novas questões e desafios para o âmbito das atividades educacionais. Cumpre, pois, reconhecer o lugar central que eles ocupam na constituição do mundo e de suas instituições e pensar a respeito de qual é o espaço da escola, do professor, dos media neste novo cenário social no qual mídia, tecnologia e educação, ainda que digam respeito a elementos de estatutos distintos, possam ser afinados de tal forma que sejam postos a serviço da formação de indivíduos originais, críticos, solidários, cooperativos e respeitosos para com as diferenças individuais e culturais. Nesse (e desse) cenário contemporâneo emergiu o objeto desta reflexão, sob a seguinte questão-problema: como os acadêmicos ingressantes em 2012 nos cursos de graduação da UNIDAVI (SC) se apropriam das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e como encaram a questão da leitura e da informação no seu cotidiano, de maneira a construir e reconstruir criticamente o conhecimento, nos espaços pedagógicos formais e nos não formais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Sob o aspecto metodológico o estudo ancorou-se no método estatístico por amostragem probabilística aleatória simples. Utilizou-se como universo os 886 acadêmicos ingressantes no primeiro semestre de 2012, nos 21 cursos de graduação. A amostra foi escolhida por sorteio, contemplando o critério de que estivessem representadas todas as grandes áreas do conhecimento reconhecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com

Airton Lorenzoni Almeida

cursos regulares na UNIDAVI. Com base nestes dados foi aplicado o desvio padrão de 5%, o que resultou em um total de 276 questionários, respondidos voluntariamente pelos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Psicologia, Tecnologia em Comunicação Institucional e Tecnologia em Design de Interiores. O perfil da amostra, quanto aos dados sociodemográficos, são os seguintes: 64,1% são do gênero feminino e 35,9 do masculino. A maioria absoluta (72,9%) está na faixa etária dos 18 aos 25 anos de idade, embora seja significativo o percentual de 15,9% daqueles que possuem menos de 18 anos. Também são maioria os que declararam ser solteiros (as), isto é, 82,2%. Dos sujeitos estudados, 72,5% trabalham e 57,6% possuem, na média geral, renda mensal de um a três salários mínimos. Em relação aos seus objetivos, a pesquisa tem caráter descritivo. Sob a ótica dos procedimentos, ela é quantitativa e se delinea como um levantamento Survey. Na coleta de dados, ocorrida entre agosto e setembro de 2012 empregou-se um questionário estruturado em seis blocos totalizando 40 perguntas fechadas, algumas de escolha única, outras de múltipla escolha. A análise dos dados foi univariada, o que possibilitou caracterizar o que é típico do grupo; indicar a variabilidade dos sujeitos no grupo e verificar como eles se distribuem em relação a determinadas variáveis obtidas no conjunto das questões. Ressalta-se que a não resposta a uma questão geralmente acontece quando o ator social não possui conhecimento suficiente sobre o tema/assunto ou quando se opõe a responder o questionamento feito. Para efeitos de tabulação e mensuração dos resultados, e sua respectiva apresentação nas tabelas e gráficos, disponibilizamos duas opções: “Não sabe” e “Não respondeu”. A análise e discussão aqui propostas referem-se apenas a um recorte dos resultados totais alcançados pelo levantamento realizado em 2012 na UNIDAVI.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Pesquisa Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2011, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em sua abordagem quanto ao uso do computador, da internet e a posse de telefone celular apontou que 45% dos domicílios brasileiros possuem pelo menos um computador e que quatro entre dez domicílios (38%) tem acesso à internet. Aquele estudo revelou, também, que a banda larga fixa se constitui como o principal tipo de conexão, presente em cerca de dois terços (68%) das residências, e que houve um crescimento no acesso por meio da tecnologia 3G. Em 2011 este número era de 18%, superando a conexão discada, que representa 10% dos domicílios. Esse quadro do uso de 3G e da banda larga é bem próximo ao obtido em nosso estudo junto aos ingressantes na UNIDAVI: dos sujeitos abordados, 71,4% acessam a Web via DSL, rádio ou cabo, 13,4% usam a tecnologia 3G, outros 10,9% utilizam redes públicas Wi-Fi e apenas 3,6% ainda empregam o acesso discado. Ainda segundo a pesquisa do CGI.br, 66% dos usuários brasileiros de Internet utilizam diariamente a rede mundial de computadores. No caso dos acadêmicos da UNIDAVI, este percentual é bem maior: 84,4% dos sujeitos-informantes dizem acessar a Web diariamente. Destes, 40,2% navegam no mínimo de uma a três horas, embora sejam significativos os 25,7% que afirmam manter-se conectados à rede mundial de computadores de quatro a sete horas/dia. Quanto ao tipo de equipamento utilizado pelos acadêmicos, parece

Airton Lorenzoni Almeida

possível conceber que eles se plugam à aldeia global com as ferramentas tecnológicas que lhes permitem maior mobilidade, portabilidade e acessibilidade: 50% usa notebook; 35,1% celular/smartphone; 21% netbook. Os desktops respondem por 48,4% e os tablets, 2,2%. (Nesta questão eram permitidas até duas respostas, por isso o somatório de frequências ultrapassa os 100%.) A Pesquisa do CGI.br, revela que o usuário da Internet no Brasil tem como principal característica aproveitar a rede para a comunicação (uso de redes sociais e ferramentas de mensagens instantâneas), procurar diversos tipos de informações através da ferramenta de busca Google e, ainda, para lazer. Em nosso estudo, quando perguntamos quais os principais usos da internet pelos alunos, observou-se que pesquisar temas para estudos (80,4%), se comunicar por mensagens instantâneas (81,2%) e compartilhar arquivos (43,1%) são os itens mais recorrentes. É importante ressaltar que O somatório de frequências em questões de múltipla escolha usualmente ultrapassa 100%. No caso eram permitidas até três respostas, no máximo. Referente aos usos educacionais da internet observou-se que a maioria absoluta (97,5%) tem no buscador de conteúdos Google o seu principal caminho para encontrar aquilo que procura na Web, e a Wikipédia (65,9%) como referência basilar para pesquisas escolares e complementação de conteúdos de aula. A navegação por links e hipertextos, que possibilita ao internauta personalizar sua leitura, é uma das características principais da internet. Sobre o hábito da navegação por links, os resultados obtidos indicam que 62,7% dos estudantes navegam em hipertexto. Nosso levantamento procurou desvelar a questão do uso e apropriações das redes sociais pelos acadêmicos. A maioria esmagadora (94,6%) diz acessar uma ou mais rede social, e destes, 71,4% acessam diariamente. Também se constitui maioria aqueles que usam o Facebook (89,9%), seguido pelo YouTube com 57,6% de citações, embora o Google+ (36,6%), Twitter (19,9%) e Orkut (16,7%) estejam entre as que obtiveram índices de citações acima dos 10 pontos percentuais. E nessas redes, o uso mais comum (45,7%) é para comunicação instantânea com seus pares. Outro objetivo desse levantamento era saber se os ingressantes na UNIDAVI em 2012 tinham por hábito usar outras mídias (jornais, revistas e livros) como aporte e suporte informativo. Os resultados obtidos com esta questão mostram que 31,9% dos estudantes raramente leem jornais, 30,1% deles leem revistas pelo menos uma vez por semana e 21,7% raramente leem um livro. Percebe-se assim que, comparativamente, os usos e apropriações das TICs consideradas tradicionais são muito desproporcionais aos da internet. O estudo propiciou verificar que as pessoas leem cada vez mais em suportes digitais do que em suportes analógicos. Por outro lado, o levantamento também mostrou que as características convergentes, multimidiáticas e multisemióticas da internet comprovam a dificuldade que esses atores contemporâneos têm de ler e compreender textos lineares oriundos da cultura tipográfica. Quando perguntados a respeito, 44,2% dos respondentes afirmam que compreendem na primeira leitura o que o autor expressou no texto, embora este percentual esteja muito próximo (43,8%) daqueles que afirmaram precisar ler várias vezes um texto para compreender o seu sentido. Por fim averiguamos qual a criticidade que os acadêmicos têm ao ler um texto, especialmente notícias. Observou-se que os estudantes que possuem uma relação mais estreita com a leitura têm, no entanto, um senso crítico um pouco limitado acerca dos temas/assuntos consumidos. Apenas 22,1% deles percebe que as notícias são divulgadas por interesse de terceiros na publicização de determinados assuntos. Os demais, (35,9%) pensam que tudo que a mídia publica é “porque são fatos importantes para informar a

Airton Lorenzoni Almeida

comunidade”; 17,8% dizem que as notícias “são veiculadas porque foram escolhidas pelo veículo como fatos importantes para os leitores”, ou pior, 24,3% expressaram nunca terem pensado a respeito da questão ou não saberem responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos neste estudo apontam que a escola do século XXI está sendo chamada a se constituir em um palco singular e privilegiado, não para legitimar saberes específicos e desconectados com a realidade dos sujeitos, mas para realizar a síntese entre a cultura formal e as subjetividades plurais que chegam à sala de aula, muitas delas impregnadas dos símbolos e signos midiáticos. Os resultados aqui apresentados nos levam a sugerir duas proposições: a primeira, que se repense a necessidade das instituições educativas formais e não formais trabalharem a questão do uso e do consumo crítico das mídias com suas tecnologias, linguagens, gramáticas e semânticas específicas. Feito isso, será um ganho para a cidadania. Segundo, que nos espaços formais de ensino-aprendizagem as tecnologias não sejam usadas como apanágio de modernidade ou como fetiche. Nem que os educadores a utilizem, sem conhecer que para cada meio, para cada tecnologia, empregam-se linguagens particulares deles. Se conseguirmos isso, é possível que se possa aproximar ainda mais o universo do nativo digital ao da educação.

Palavras-chave: Cultura digital. Mídia-educação. TIC.

REFERÊNCIAS

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil:** TIC Domicílios e TIC Empresas 2011. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012.

PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO SAMBAQUI CABEÇUDA 01 – LAGUNA /SC

Deisi Scunderlick Eloy de Farias

Dra em Arqueologia

PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM CIENCIAS DA LINGUAGEM (UNISUL)

ag. Financiadora: DNIT

E-mail: deisiarqueologia@Gmail.com

Paulo DeBlasis

Dr. em Arqueologia

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP (USP)

ag. Financiadora: DNIT

E-mail: DEblasis@USP.com

RESUMO

Esse artigo apresenta as atividades de pesquisa arqueológica, desenvolvidas no sambaqui Cabeçadas 01 em, Laguna, SC. Foi escavada uma área funerária de 36m², que apresentou 23 sepultamentos com indivíduos adultos e jovens de ambos os sexos. A pesquisa teve por objetivo compreender o processo de formação dessa área funerária, integrando-a ao contexto geral do sambaqui.

Palavras-chaves: Arqueologia. Sambaquis. Área Funerária.

INTRODUÇÃO

O sambaqui Cabeçadas 01 tem sofrido diversos tipos de intervenção desde tempos remotos. No início do século XX, na década de 1930 foi recortado pela ferrovia, após na década de 1970, foi a vez do desenvolvimento rodoviário, quando foi construído o traçado da BR 101. Durante esse período, o sambaqui sofreu diversos tipos de impactos, sendo desmontado para uso em obras de infraestrutura como aterros de terrenos e estradas municipais. Atualmente, não sofre nenhum tipo de fiscalização efetiva e tem sido invadido por ocupações irregulares, que colocam em risco a integridade do que restou desse grande sítio arqueológico.

A pesquisa arqueológica desenvolvida dividiu-se em duas etapas distintas, uma envolvendo a prospecção e outra a escavação arqueológica propriamente dita, na área periférica do sítio. Inicialmente, optou-se por avaliar todo o entorno do sambaqui, através de sondagens sistemáticas quando se diagnosticou o impacto que a ocupação urbana produziu sobre o sítio arqueológico. Após, traçou-se uma estratégia de escavação em uma área periférica ao sítio, aparentemente, muito impactada pela ferrovia e rodovia. A partir daí, definiu-se a metodologia a ser utilizada em cada uma dessas áreas.

A fim de estabelecer uma estratégia confiável, realizou-se em toda área do empreendimento os seguintes procedimentos:

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A prospecção realizada no entorno do sítio arqueológico, seguiu os procedimentos abaixo discriminados:

a. **Caminhamentos** – ocorreram caminhamentos sistemáticos com observação visual de superfície em todo o entorno do sítio. Normalmente, os caminhamentos foram definidos conforme a expansão urbana e os compartimentos ambientais favoráveis a ocupação humana em períodos pré-coloniais e que atualmente estão ocupadas por pescadores, casas de veranistas e demais aglomerados humanos;

b. **Sondagens** – Realizaram-se perfurações nos pontos definidos próximos ao sambaqui e nos locais de moradias, além de locais menos urbanizados, que na pré-história seriam propícios a ocupação humana.

c. **Observação da paisagem** e do entorno da área de implantação do sambaqui. Observou-se os compartimentos geomorfológicos com maior probabilidade de ocupação humana, como áreas mais elevadas próximas a Lagoa Santo Antônio dos Anjos.

Na área de entorno do sambaqui realizou-se caminhada sistemática em linhas em transectos com perfurações (Figura 01).

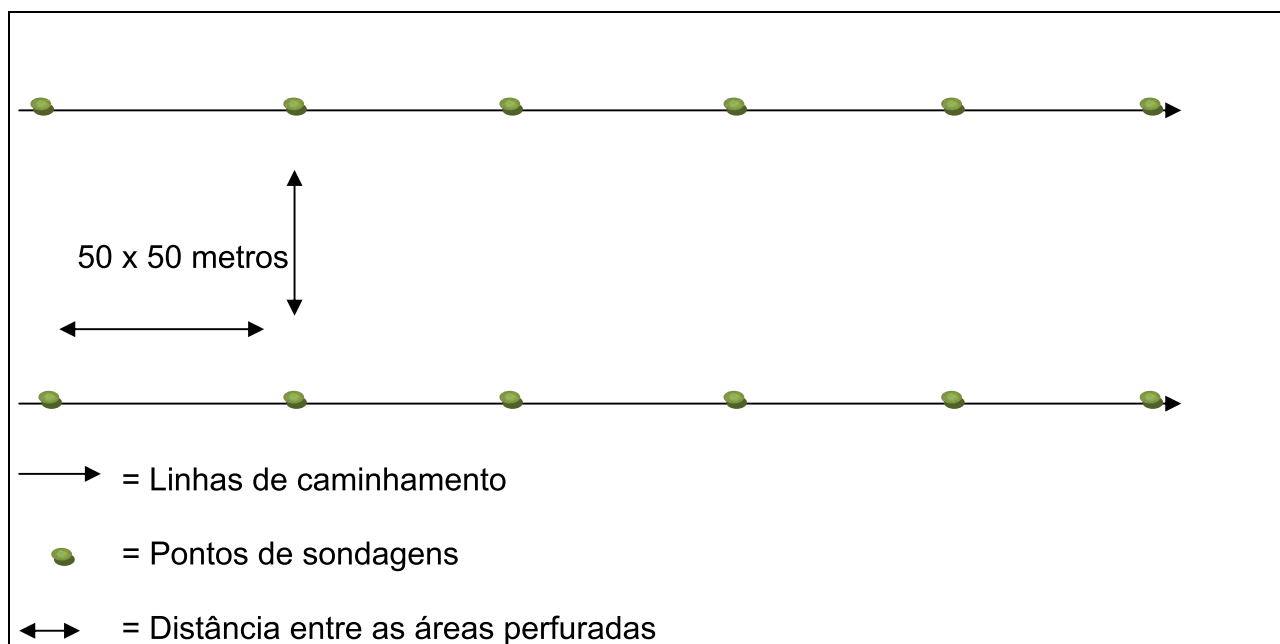


Figura 01: Caminhamentos em transectos – linhas orientadas no sentido N/S com perfurações de 50 em 50 metros.



Figura 02: Delimitação da área a ser escavada



Figura 03: Delimitação da área a ser escavada



Figura 04: Delimitação da área a ser escavada



Figura 05: Abertura de trincheiras na área do sambaqui



Figura 06: Abertura de trincheiras e limpeza de perfis



Figura 07: Documentação dos perfis das trincheiras

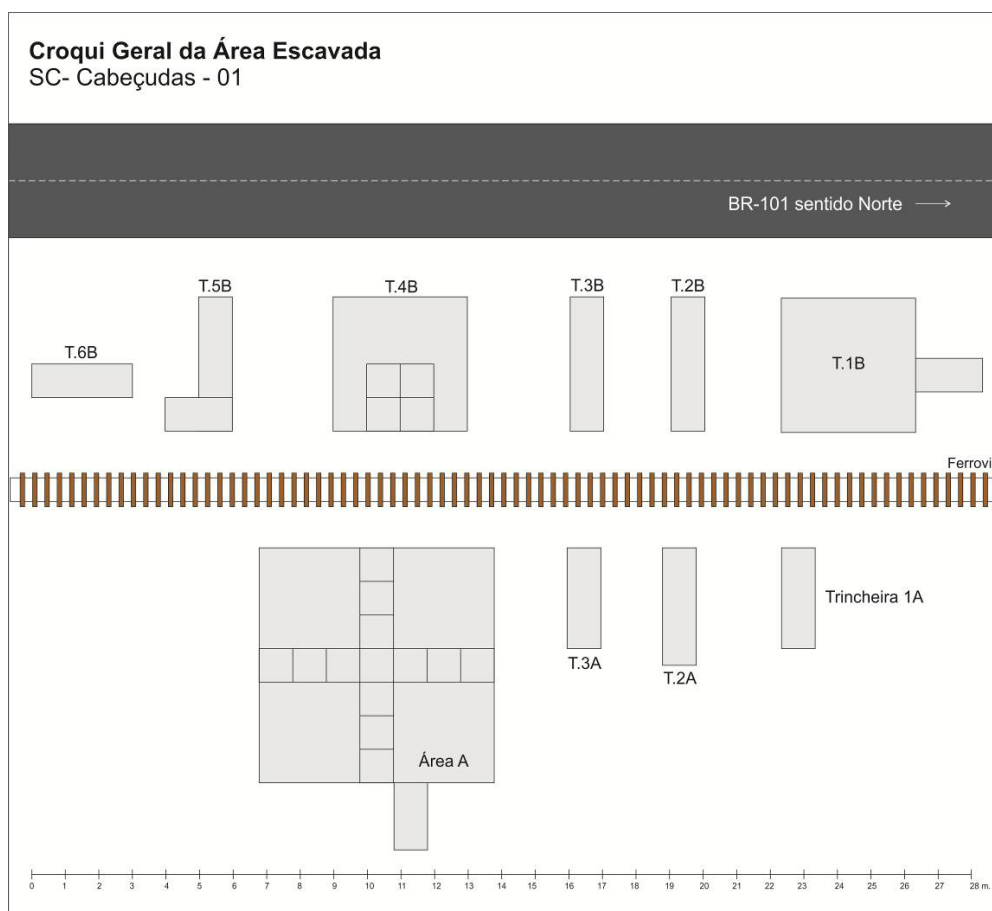


Figura 08: Abertura de trincheiras e limpeza de perfis



Figura 09: Documentação dos perfis das trincheiras

Figura 10: Croqui esquemático da área investigada.



A ESCAVAÇÃO DO SÍTIO SC-CAB-01

A ação nesse sítio se dividiu nas seguintes etapas:

Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Paulo De Blasis

1. Delimitação das áreas que seriam escavadas e prospectadas;
2. Abertura de quatro áreas de 5 x 5 metros;
3. Plotagem e georeferenciamento dos vestígios na estação total, a fim de gerar um mapa de distribuição das peças no sítio arqueológico;
4. Escavação de todas as quatro áreas até a camada estéril;
5. Coleta, acondicionamento e identificação de cada vestígio escavado;
6. Abertura de trincheiras na periferia do sítio, nas áreas contíguas ao atual eixo da BR-101.
7. Abertura dos poços testes no entorno do sítio, na comunidade de Cabeçudas.

A área da pesquisa foi dividida em setores de A a G. A área com maior concentração de vestígios arqueológicos foi a área C, onde se identificou uma área funerária. A partir daí foram abertas trincheiras e quadrículas que foram escavadas até a camada estéril do sítio. As trincheiras foram orientadas no sentido E/W, foram abertas com um metro de largura por 10 metros de comprimento, sendo escavadas até a camada estéril que variou entre 50 centímetros e 4 metros. As quadrículas abertas receberam nomenclatura casada com número e letra. Nelas encontramos sepultamentos e estruturas de combustão, de onde foi retirado material para datação. Dessa área foram escavados 23 sepultamentos que estão em análise no GRUPEP-Arqueologia, além disso, foram documentados mais de 30 metros de perfis estratigráficos, coletadas amostras para análise de Luminescência Óptica Estimulada (LOE), datação em C14 e para a zooarqueologia e arqueobotânica.



Figura 11: Documentação dos perfis das trincheiras



Figura 12: Coleta de material para datação



Figura 13: Escavação de sepultamento



Figura 14: Delimitação e abertura de quadrículas



Figura 15: Sepultamento 16 evidenciado



Figura 16: Escavação da área A



Figura 17: Escavação de sepultamento múltiplo.



Figura 18: Material arqueológico sendo selecionado na peneira



Figura 19: Coleta de material para datação



Figura 20: Coleta de material para datação



Figura 21: Abertura de quadrículas no SC-NB-01



Figura 22: Proteção da área de entorno do sítio



Figura 23: Proteção da área de entorno do sítio



Figura 24: Proteção da área de entorno do sítio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos realizados no sítio escavado deram conta de resguardar o patrimônio arqueológico local. O material está em processamento e análise no GRUPEP-Arqueologia. Todo o material foi coletado, identificado e embalado em campo para posterior análise em laboratório. Foram coletadas amostras de sedimentos para flotação e análise zoológica, bem como material para datação.

A próxima etapa será a análise do material, contendo resultados e formas de difusão da pesquisa sobre o patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico cultural. Essa ação envolverá atividades de informação sobre as pesquisas na região de Laguna, buscando parcerias para trabalhos futuros com escolas e museus. objetivando a difusão da pré-história de Santa Catarina.

PROJETO BIODIESEL: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO DE PARCERIAS

Elisa Helena Siegel Moecke¹, Ana Regina de Aguiar Dutra, Ivete Rossato, Steffan Macali Werner, Aline Ferreira Ali de Ávila, Thayse Correa da Silveira

¹ Professora doutora do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária
CNPq, UniSol, Banco Santander
E-mail: smoecke@gmail.com
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) - Palhoça /SC

RESUMO

dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, ou seja, buscando-se conciliar as dimensões ambiental, social, técnica e econômica, foi criado o Projeto Biodiesel pela UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) com a implantação da usina na Associação Pró-CREP na Pinheira. Assim foi possível aliar a necessidade dos pescadores artesanais e a disponibilidade do resíduo, proporcionando um fim adequado, através da produção de biodiesel e desta forma criando emprego e renda para a comunidade. Porém, para obter sucesso foi necessário construir parcerias com os estabelecimentos gastronômicos e com a comunidade, além da educação ambiental realizada nas escolas dos ensinos fundamental e médio das redes municipal e estadual da região da Baixada do Maciambú em Palhoça -SC. As visitas realizadas nos estabelecimentos gastronômicos possibilitou apresentar o projeto e levantar dados referente a quantidade de óleo gerado. As palestras nos centros comunitários também foram importantes para que o óleo fosse separado e encaminhado para a usina. Com a educação ambiental realizado nas escolas foi reforçada a constatação que esta prática é extremamente importante para desenvolver adultos comprometidos com o meio ambiente.

Palavras-chave: Biodiesel. Educação Ambiental. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com a qualidade de vida, que se evidencia há mais de uma década, tem relação estreita com o meio ambiente, o ser humano tem procurado poluir menos a cada ano. Através dessa perspectiva, surge a necessidade de empregar, no cotidiano humano, energias renováveis.

Aliada à sustentabilidade ambiental inicia-se em 2005 projetos de pesquisa relacionados à produção de biodiesel. E em 2009 foi implantada na Praia da Pinheira em Palhoça-SC, em anexo à associação Pró-CREP (Criar, Recuperar, Educar, Preservar), a usina de biodiesel, utilizando óleo de fritura saturado proveniente dos estabelecimentos gastronômicos da região. O biodiesel é usado nos motores a diesel das embarcações de pesca artesanal da Praia da Pinheira, e no veículo de coleta de resíduos sólidos da associação.

Elisa Helena Siegel Moecke, Ana Regina de Aguiar Dutra, Ivete Rossato, Steffan Macali Werner, Aline Ferreira Ali de Ávila, Thayse Correa da Silveira

A pesca artesanal é uma das atividades mais antigas do Brasil, sendo a principal fonte de recursos para muitas famílias de diversas comunidades, tanto no litoral, quanto no interior dos Estados. Para o Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal tem significativa importância econômica. Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI (2004), existem cerca de 25 mil pescadores artesanais em atividade no Estado, os quais são responsáveis por 30% da produção catarinense de pescado.

A pesca praticada no litoral é uma atividade econômica e social importante, tendo em vista o grande número de famílias que dela dependem. Cerca de 40 mil catarinenses estão envolvidos profissionalmente na atividade, incluindo os ligados à indústria e à pesca artesanal. O principal componente do custo com a pesca artesanal da Praia da Pinheira é o combustível usado pelas embarcações, no caso do óleo diesel, é consumido em média 3.240 litros por embarcação/ ano o que equivale a um valor de R\$ 6.480,00, que corresponde 15% do custo (Severo, 2008).

Além da atividade pesqueira artesanal, a região da Praia da Pinheira se caracteriza pela presença do turismo, em função do quais diversos restaurantes e bares ofertam alimentos. Para o preparo destes alimentos, é utilizado o óleo vegetal de cozinha, o qual é descartado após o uso.

Uma das grandes dificuldades para utilizar o óleo de frituras como matéria prima é a falta de organização na coleta deste óleo e de conscientização da comunidade na disposição deste rejeito para posterior coleta. Reduzir a poluição ambiental é hoje um objetivo mundial.

Dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, ou seja, buscando-se conciliar as dimensões ambiental, social, técnica e econômica, foi criado o Projeto Biodiesel com a implantação da usina na Associação. Desta forma foi possível aliar a necessidade dos pescadores artesanais e a disponibilidade de um resíduo, proporcionando um fim adequado ao mesmo, através da produção de biodiesel e desta forma criando emprego e renda para a comunidade local. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também amplia o conceito a uma escala mais ampla. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promovendo um crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros. O objetivo do presente trabalho foi estabelecer parcerias com os estabelecimentos gastronômicos e comunidade para o fornecimento do óleo de fritura saturado proveniente do preparo de alimentos na baixada do Maciambú em Palhoça – SC para a produção de biodiesel a ser usado nos motores das embarcações de pesca artesanal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente foi realizado um diagnóstico da situação atual e, ainda, usado o mapa comunitário para o entendimento espacial da comunidade e localização dos pontos fornecedores de óleo, o número de escolas da região e de centros comunitários.

Para o levantamento do quantitativo de óleo de fritura gerado pelos empreendimentos gastronômicos foram realizadas visitas e aplicação de questionários. Após a identificação das escolas dos ensino

Elisa Helena Siegel Moecke, Ana Regina de Aguiar Dutra, Ivete Rossato, Steffan Macali Werner, Aline Ferreira Ali de Ávila, Thayse Correa da Silveira

fundamental e médio da região, foi preparado material para ser usado na educação ambiental nestas escolas. O material foi desenvolvido com a participação dos acadêmicos da Unisul e dos associados da Pró-CREP. Além da apresentação do Projeto Biodiesel, foram abordadas questões relacionadas à preservação do meio ambiente e da importância que cada um de nós tem neste processo. Uma vez que, grande parte da região do Maciambú faz parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza. Além disso, foram realizados encontros nos centros comunitários com apresentação de palestras referente aos problemas ambientais causados pelos rejeitos descartados inadequadamente na natureza, e para apresentar o projeto e da importância da comunidade se envolver, disponibilizando o óleo de fritura para ser coletado pelos associados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos estabelecimentos gastronômicos da região foram levantados a produção de óleo de fritura saturado, sendo que no período de alta temporada referente aos meses de novembro a março, a quantidade de óleo produzido é em torno de 7.000 L/mês. Enquanto que, nos demais meses do ano a quantidade de óleo disponível é muito menor, em torno de 1.500 L/mês. As parcerias formadas com os estabelecimentos gastronômicos estão baseadas no cuidado com o meio ambiente, desta forma não foi oferecido nenhuma troca financeira, apenas um selo onde o estabelecimento está comprometido com a preservação do meio ambiente no que se refere ao descarte correto do óleo.

Os trabalhos de educação ambiental foram realizados em nove escolas de ensino fundamental e duas escolas com ensino médio da região da Baixada do Maciambú. Foi desenvolvida uma cartilha, mostrado na figura 1, que foi distribuído nas escolas, com as seguintes abordagens: a diferença entre lixo e resíduo, o que é reciclagem, o que é coleta seletiva, classificação dos resíduos, poluição causada pelo óleo de cozinha e os objetivos e metas do projeto biodiesel. Além disso, foi elaborado um kit contendo óleo de fritura bruto, óleo de fritura limpo, biodiesel e glicerina (co-produto do processo produtivo do biodiesel).

Figura 1 - Cartilha de educação ambiental.



Fonte: Elaboração dos autores, 2012.

Elisa Helena Siegel Moecke, Ana Regina de Aguiar Dutra, Ivete Rossato, Steffan Macali Werner, Aline Ferreira Ali de Ávila, Thayse Correa da Silveira

O desenho da capa da cartilha é criação de uma aluna do ensino fundamental, fruto do concurso realizado na escola da Pinheira, para premiar o desenho que melhor representasse o Projeto Biodiesel.

Para as reuniões nos centros comunitários na Praia da Pinheira e da Guarda do Embaú foram realizadas palestras sobre os cuidados com o meio ambiente e sobre a importância do turismo para a região.

A partir da educação ambiental realizada nas escolas e dos encontros com a comunidade ficou visível a importância destas práticas para conscientização da separação adequada dos resíduos e o encaminhamento para os centros de triagem. Pois além de cuidar da natureza, estes rejeitos podem gerar renda para a própria comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho verificou-se que é possível criar parcerias fortes com a comunidade e com os estabelecimentos gastronômicos. Um dos pontos defendidos pelos associados, o não pagamento pelo óleo de fritura saturado, não é um fator limitante para fornecimento do óleo, mas o fato do projeto biodiesel ser um projeto social voltado para a preservação do meio ambiente é determinante para o estabelecimento das parcerias. Ficou ainda visível a participação dos alunos do ensino fundamental no processo de separação dos resíduos, os alunos tornaram-se verdadeiros “embaixadores” do projeto. Além disso, verifica-se que a pesquisa iniciada em 2005 foi fundamental para o trabalho de extensão da universidade.

REFERÊNCIAS

EPAGRI. Diagnóstico da pesca artesanal em Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Relatório.

SEVERO, C. M. Pesca artesanal em Santa Catarina: Evolução e Diferenciação dos Pescadores da Praia da Pinheira. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2008. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).

PRODUÇÃO DE LEITE COM BAIXO TEOR DE LACTOSE UTILIZANDO β -GALACTOSIDASE IMOBILIZADA EM UM HIDROGEL DE QUITOSANA

Alexandre T. Paulino, Bruno R. Facin, Bruna Moret,
Marina de S. Melchiors, Fernanda Zonatto

Email: alexandre.paulino@udesc.br
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

INTRODUÇÃO

A β -galactosidase é uma enzima do grupo das hidrolases, popularmente conhecida como lactase. Ela é responsável por hidrolisar a lactose em glicose e galactose [1]. Essa enzima é frequentemente encontrada na maçã, pêsego e amêndoas. Ainda, ela pode ser encontrada no cérebro, testículos e placenta de alguns mamíferos. No entanto, fungos e leveduras são as fontes mais utilizadas para obtenção da β -galactosidase utilizada comercialmente. Nos mamíferos ela é produzida naturalmente e em maior quantidade durante o período em que um indivíduo recebe amamentação, reduzindo gradativamente com o passar dos anos [2]. Uma das aplicações mais importante da β -galactosidase em escala industrial é na produção de produtos lácteos com baixo teor de lactose, uma vez que hidrolisa a lactose em monossacarídeos. Assim, a solubilidade e a digestibilidade do leite e seus derivados é maior, resultando em alimentos com teores reduzidos de lactose, os quais são indicados para pessoas com intolerância a esse açúcar [3-4]. A aplicação da enzima imobilizada pode levar a melhoria do processo de produção de leite UHT com baixo teor de lactose uma vez que pode ser reutilizada em diferentes processos. A imobilização pode ser realizada em diversas matrizes incluindo os hidrogéis constituídos de polissacarídeos de origem natural [5].

OBJETIVOS

O objetivo do presente foi realizar estudos da produção de leite UHT com baixo teor de lactose utilizando β -galactosidase imobilizada em hidrogéis constituídos de quitosana.

METODOLOGIA

O hidrogel foi sintetizado de acordo com o procedimento descrito por Paulino et al., 2009 [6], com algumas modificações. O intumescimento do hidrogel, o qual afeta o processo de imobilização

da enzima antes da aplicação, foi realizado adicionando aproximadamente 150,0 mg de hidrogel previamente seco em um erlenmeyer contendo 50,00 mL de solução tampão fosfato de sódio pH 7,0. A variação da massa do hidrogel foi medida em intervalos de tempos diferentes. O grau de intumescimento foi medido nas temperaturas de 25, 30 e 37°C e calculado segundo apresentado por Paulino et al., 2012 [7]. A imobilização da β -galactosidase foi realizada imergindo-se peças do hidrogel com massas de aproximadamente 100,0 mg em 11,00 mL de uma solução aquosa enzimática previamente preparada pela diluição de 1,000 mL de enzima LACTOMAX em 10,00 mL de solução tampão fosfato de sódio em pH 7,0. O hidrogel foi mantido dentro da solução enzimática por 240 min. a 37°C. A variação da concentração enzimática na solução aquosa foi determinada pelo método de Kjeldahl e confirmada por HPLC. A eficiência de imobilização foi então calculada. A hidrólise enzimática de lactose foi estudada introduzindo-se um hidrogel seco contendo β -galactosidase imobilizada em um erlenmeyer contendo solução tampão fosfato sódio pH 7,0 e leite integral UHT. Este sistema foi mantido em banho-maria a 37°C. Alíquotas da solução aquosa foram retiradas em tempos de 0, 5, 10, 20, 40, 60, 90, 120, 150, 180, 210 e 240 min para análise da concentração de glicose formada na solução por espectrofotometria UV-Visível a 504 nm. Para isso, foi utilizado um kit enzimático Bioclin. A conversão para Atividade Enzimática foi realizada a partir da estequiometria 1:1 da reação e foi expressa em UG1 (Unidade de Glicose), sendo μmol de glicose formada por mg de enzima por minuto. Testes de reutilização do hidrogel contendo enzima imobilizada foram realizados a fim de avaliar a atividade da enzima e a sua reutilização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O grau de intumescimento do hidrogel foi afetado significativamente pelo pH da solução aquosa, porém, não foi observado nenhum efeito significativo na variação da temperatura de 25 para 37 °C. Para valores de pH 7,0, o equilíbrio de intumescimento foi atingido após 48 horas de contato entre solução aquosa e hidrogel. No entanto, para pH 3,5, o equilíbrio de intumescimento ocorreu já nos primeiros minutos dos estudos. Para os valores de pH 7,0, o grau de intumescimento máximo para o hidrogel foi de aproximadamente 42,0 g de água por g de hidrogel seco. Ainda, para valores de pH = 3,5, o grau de intumescimento máximo para o hidrogel foi de aproximadamente 8,0 g de água por g de hidrogel seco. Durante o processo de imobilização da β -galactosidase no hidrogel foi monitorado a concentração de enzima na solução inicial e após o processo de imobilização quando o hidrogel permaneceu 240 min em contato com a solução enzimática. Os valores de concentração encontrados foram: $7,400 \pm 0,020 \text{ g L}^{-1}$ na solução inicial e $6,300 \pm 0,012 \text{ g L}^{-1}$ na solução remanescente após o processo de imobilização. A eficiência de imobilização média foi de 17 wt-%. Estimando que o ganho de massa do hidrogel foi aproximadamente 14 vezes (1400 %) a 37°C e pH = 7,0 ao final de 240 min, é possível aproximar a massa de β -galactosidase imobilizada dentro do hidrogel em 16,8 μg de enzima por mg de hidrogel. A enzima imobilizada possuiu atividade mesmo ao final de 480 min. de experimento. Esse resultado está associado ao aumento da concentração de glicose na solução externa de 23,4 mg dL^{-1} para 283,8 mg dL^{-1} . A atividade enzimática foi máxima no início do processo e decresceu exponencialmente até permanecer estável após 60 min., comportamento similar ao

observado durante o processo de imobilização. Este comportamento, possivelmente, deve-se ao fato de que no início da reação há uma alta quantidade de sítios ativos enzimáticos livres conduzindo a uma velocidade de reação maior. Com o decorrer do processo, sítios ativos enzimáticos são preenchidos, perdendo suas atividades, resultando na queda e posterior estabilização da atividade enzimática. Notou-se que não há diferença significativa na atividade enzimática, no intervalo de 240 min., e na hidrólise da lactose à medida que os hidrogéis são reutilizados no processo de produção de leite UHT com baixo teor de lactose. A perda de eficiência da hidrólise foi muito pequena indicando que os hidrogéis e a enzima podem ser eficientemente reutilizados. Estes resultados estão de acordo com os encontrados por Klein [8], que estudaram a imobilização da β -galactosidase em um filme de celulose. O perfil da atividade enzimática foi similar aos observados anteriormente.

CONCLUSÕES

A imobilização de β -galactosidase em hidrogéis constituídos de quitosana mostrou-se uma alternativa viável para a indústria alimentícia, especialmente na produção de produtos com baixo teor de lactose. O sistema hidrogel- β -galactosidase poderia ser aplicado em vários processos consecutivos sem perda acentuada na atividade enzimática. A β -galactosidase imobilizada poderia ser aplicada na indústria láctea para produção de produtos com teor de lactose reduzido. O material poderia ser produzido com um baixo custo devido a pequena quantidade de enzima que precisa ser encapsulada e também pelo fato da aplicação da mesma enzima em diferentes ciclos.

PERSPECTIVAS PARA CONTINUAÇÃO DAS AÇÕES

A perspectiva principal é na simulação e posterior aplicação do sistema hidrogel- β -galactosidase na produção de leites UHT com baixo teor de lactose em escala industrial.

Palavras-chave: β -galactosidase. Imobilização. Hidrogel. Quitosana. Lactose.

Fontes de Financiamento/Custeio: UDESC

NOTAS

- [1] Torres, P.; Batista-Vieira, F. *Journal of Molecular Catalysis B: Enzymatic*. 83, 57 – 64, 2012.
- [2] Suarez, F.L.; Savaiano, D.A.; Levitt, M.D. *Alimentary Pharmacology & Therapeutics*. 9, 589 – 597, 1995.
- [3] Ribeiro, E.J.; Santiago, P.A.; Marquez, L.D.S.; Cardoso, V.L. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 24, 567 – 572, 2004.
- [4] Mattar, R.; Mazo, D.F.C. *Revista Associação Médica Brasileira*, 56, n.2, 2010.
- [5] Grosova, Z.; Rosenberg, M.; Rebros, M.; Sipocz, M.; Sedlackova, B. *Biotechnology Letters*, 30, 763 – 767, 2008.
- [6] Paulino, A.T.; Guilherme, M.R.; Almeida, E.A.M.S. De; Pereira, A.G.B.; Muniz E.C.; Tambourgi, E.B. *Journal of Magnetism and Magnetic Materials*, 321, 2636 – 2642, 2009.
- [7] Paulino, A.T.; Pereira, A.G.B.; Fajardo, A.R.; Erickson, C.; Kipper, M.J.; Muniz, E.C.; Belfiore, L.A.; Tambourgi, E.B. *Carbohydrate Polymers*, 90, 1216 – 1225, 2012.
- [8] Klein, M.P.; Scheeren C.W.; Lorenzoni, A.S.G.; Dupont, J.; Frazzon, J.; Hertz, P.F. 17 p, 2010.



EXTENSÃO PÔSTER

IV FÓRUM INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA ACAFE**

SUMÁRIO

| EXTENSÃO - PÔSTER |

UMIC – UNIVERSIDADE DA MELHOR IDADE DE CHAPECÓ

Sandra Maria Toffolo, Diego Beal, Celso Paulo Costa

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO AO PEQUENO EMPREENDEDOR – POPE

Thiago Rocha Fabris, Samanta M. Nagel. Ândrea C. Costa, Paula Leticia de Mattia

UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA NA UNIPLAC

Paulo de Tarso Nunes, José Batista da Rosa, Fernando Luiz Pagliosa, Geraldo Augusto Locks e Jary André Carneiro

ANÁLISE SENSORIAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Gabriel BonettoBampi, Sirlei Michelotti

GESTÃO DE DOCUMENTOS NA UNOCHAPECÓ: AGILIDADE NO ACESSO À INFORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA

Douglas Satirio da Rocha

ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE DE MICROALGAS EM ÁGUA DE LASTRO DE NAVIOS MERCANTES EM DOIS PORTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Daruã Valente, Marcio da Silva Tamanaha

A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS SOCIAIS COMO UMA ESTRATÉGIA EDUCACIONAL DIFERENCIADA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ACADÊMICO: PROJETO DE EXTENSÃO “DOUTORES DA BELEZA”

Fabiana Marin Thives Ellery, Fátima Cecília Poletto Piazza, Priscila Maris Kreis Diretti

PROGRAMA DE EXTENSÃO INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVA POPULARES DA UNOCHAPECÓ

Ana Maria Pereira Puton, Carlos Eduardo Arns, Nair Bender

PESQUISA-ENSINO-EXTENSÃO: DENTRO OU FORA DA SALA DE AULA? REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO DE “ESPAÇOS E ESTRUTURAS EDUCADORAS”

Emerson Fritzen da Silva, José Matarezi

ENGENHARIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ismael Dagostin-Gomes, Miryan Cruz Debiasi, Vandreça Vigarani Dorregão, Celso de Oliveira Souza

CINEDUCAÇÃO: UMA DÉCADA

Nielson Ribeiro Modro.

PROJETO DE EXTENSÃO LÃ KLAÑO: DIREITO À PERSONALIDADE DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS TRADICIONAIS DA RESERVA IBIRAMA (SANTA CATARINA)

Márcio Ricardo Staffen, Adilson J. Wippel, Maria da Conceição Fusinato Cerqueira

PET-SAÚDE COMO ESPAÇO MULTIDIMENSIONAL DE EMPODERAMENTO INTRAPESSOAL, INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO A PARTIR DA EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE

Áureo dos Santos, Darlene de Moraes Moreira, Inês Alessandra Xavier Lima, Ilse Lisiane Viertel Vieira, Sérgio Luiz Sanceverino

UMIC – UNIVERSIDADE DA MELHOR IDADE DE CHAPECÓ

Sandra Maria Toffolo, Diego Beal, Celso Paulo Costa

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Chapecó

E-mail: sandra.toffolo@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

Cada sociedade apresenta visões e ações referentes ao ato de envelhecer. Duas concepções tem perdurado, a saber, aquela dos orientais, para quem a experiência dos anos vividos representa autoridade, e a ocidental, onde a velhice é vista como limitação. Contrária a esta 'tendência' ocidental a UMIC - Universidade da Melhor Idade de Chapecó nasceu em 2011 unindo forças do poder público e a Unoesc na cidade de Chapecó, e tem como escopo atender e valorizar o grande contingente de idosos da cidade. Fruto da parceria UNOESC e Administração Municipal de Chapecó, a UMIC de acordo com a proposta de seu projeto inicial, tem como objetivo orientar os idosos para a busca de qualidade de vida, assim como conscientiza-los da importância que possuem na formação das novas gerações como formadores de opiniões. O projeto atende hoje 95 idosos em cursos de extensão que propõe atividades e estudos próprios ao público alvo.

OBJETIVOS

A UMIC desde seu projeto original tem como objetivos principais a proporcionar aos idosos conhecimentos que agreguem valores para melhorar a sua qualidade de vida e obter envelhecimento saudável; ampliar conhecimentos em diversas áreas; promover ações que garantem o bem estar biopsicossocial; oportunizar espaços para prática de esportes, atividades culturais, integração e ampliação dos conhecimentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A UMIC caracteriza-se como um curso de extensão acadêmica voltado às necessidades das pessoas com idade igual ou acima de 60 anos, que saibam ler e escrever e que residam em Chapecó. As atividades são desdobradas em disciplinas, caracterizadas como seminários, vivências e lazer distribuídas em um cronograma de três semestres letivos, constituídos de 80 horas cada, com componentes curriculares teóricos e práticos, divididos em módulos de 4 à 20 horas, com encontros distribuídos em duas vezes por semana, no horário das 14 horas às 16 horas e 15 minutos. Nesse período são oferecidas disciplinas e atividades que atendam as necessidades cotidianas da faixa etária e se distribuem com as seguintes disciplinas: Relacionamento Familiar entre Gerações, Saúde e Qualidade de Vida, Direitos e Deveres do Cidadão, História do Oeste de Santa Catarina, Religiões do Mundo, Noções Básicas de Política, Artes I e II, Turismo I, II e III, Informática I, II e III, Planejamento Financeiro Pessoal, Atividade Física I, II e III, Seminário I, II e III, Alimentação Saudável, Geografia de Santa Catarina, História do Oeste de Santa Catarina, Geografia Brasileira e Atividades de Voluntariado. Concluídas todas as etapas da formação proposta, os acadêmicos recebem sua certificação de 240 horas de curso.

RESULTADOS OBTIDOS

Independente da sociedade em que vivemos, é essencial aceitar o fato de que todos iremos envelhecer e que isso exigirá readequações e ressignificação no nosso modo de vida. Nas últimas décadas, a expectativa de vida mundial tem aumentado significativamente e o que vem auxiliar para a longevidade são os projetos voltados aos idosos, procurando atender as necessidades da mesma. “No Brasil o número de pessoas idosas poderá se igualar aos países europeus até o ano 2025, devido a melhoria na qualidade e no aumento da expectativa de vida” (MAZINI FILHO et. all, 2010). Um dos fatores que tem colaborado com esta expectativa são os projetos sociais que possibilitam a integração e reintegração social. Pensando nessas necessidades é que se implantou a Universidade da Melhor Idade de Chapecó – UMIC, que se caracteriza como um projeto de extensão na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, em parceria com a Prefeitura Municipal de Chapecó através da SEASC – Secretaria de Assistência Social de Chapecó. Tal projeto visa formar o idoso de forma integral, por meio da construção de conhecimentos, lazer, qualidade de vida, saúde e bem estar, suprimindo algumas necessidades da demanda desta faixa etária. Para a efetivação deste projeto participam professores que realizam atividades teóricas e práticas de produção de conhecimento que se entrelaçam e se complementam. Desde sua implantação em 2011, projeto este em parceria com a Prefeitura Municipal de Chapecó e a Unoesc Chapecó, formou 97 alunos na 1ª edição estando com 56 alunos matriculados e frequentando a UMIC 2ª edição. Em consonância com essa primeira etapa da formação e em atenção a demanda e expectativa de continuidade por parte dos idosos e interesse do poder público e Universidade, está em andamento o projeto, UMIC – Especialização, atendendo os alunos egressos da 1ª turma de formandos, com 39 alunos matriculados, sendo o mesmo com nove meses de duração, tendo como disciplinas Cidadania, Terapias Alternativas e Espanhol, totalizando carga horária de 148 horas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora muitos idosos tenham adquirido vasto conhecimento no decorrer da vida, nunca é tarde para aprender e repassar os ensinamentos. É por essa razão que cresce o número de Universidades que abrem as portas para terceira idade. Nesse caminho, a formação oferecida na UMIC persegue formação teórica e prática, enriquecida com atividades extracurriculares, a saber, que são implantadas a partir das necessidades detectadas durante o andamento do projeto, tendo como exemplos: campanhas de doação de sangue feita pelos idosos aos estudantes da graduação; contação da história de vida dos estudantes da UMIC aos alunos de graduação, auxiliando na construção de objetivos e na formação de cidadãos críticos; resgate da história de Chapecó, durante as aulas de História do Oeste de Santa Catarina, por meio de fotografias e poesias que foram expostas nos corredores e Biblioteca da Unoesc Chapecó; construção de trabalhos artísticos elaborados durante as aulas de Artes, propondo exposições no ginásio de esportes durante a Tarde Cultural, nos corredores e Biblioteca da Unoesc, através de pesquisa realizada a partir de materiais alternativos e no Museu Celistre de Campos de Chapecó, com a exposição “Arte em Mosaico”; passeios turísticos relacionados à disciplina de Turismo, realizados na cidade de Itá e visita a pontos turísticos e museus no centro e interior de Chapecó, viabilizando a construção e associação do que envolve o turismo e seu eixo teórico e prático; visita a Câmara de Vereadores, por meio da disciplina de Noções Básicas de Política, propondo a desmistificação e participação mais ativa dos idosos na busca de seus direitos e deveres perante a sociedade; resgate de brinquedos de tradição histórico cultural, vividos na infância, desenvolvido através dos alunos da UMIC e repassado as crianças da UASE Seminário, como forma de integração e construção do aprendizado pela relevância do tema. Buscou-se ainda a integração com as diversas faixas etárias dentro da Instituição e fora dela. Procurou-se trabalhar com os cursos de graduação da Unoesc Chapecó, propiciando no desenvolvimento de pesquisas devido a amplitude da demanda e que tende a aumentar, sendo que, vem de encontro às necessidades dos idosos, auxiliando na prevenção de doenças pertinentes a faixa etária, propondo aos profissionais que trabalham com os idosos novas alternativas para desempenhar atividades relacionadas a questões de saúde, bem estar e lazer. Por estes motivos o projeto se insere no eixo temático Teoria e Prática da Interdisciplinaridade, pois ao oferecer disciplinas fechadas e teóricas, é possível mensurar as infinitas possibilidades de ofertas de atividades práticas e abertas, trazendo temas pertinentes ao grupo, suprimindo em partes, a curto e a longo prazo as necessidades da demanda. Ao oportunizar o convívio e fortalecimento de novas amizades juntamente com o aprendizado, tem mostrado ser o alicerce para a continuidade de vida e dos projetos.

Palavras-chave: Umic. Idosos. Qualidade de vida.

Fonte de financiamento: Prefeitura Municipal de Chapecó

NOTAS

- 1 MAZINI FILHO, Mauro L. et. all Atividade física e envelhecimento humano: a busca pelo envelhecimento saudável. In. **Revista Brasileira de Ciências de Envelhecimento Humano**. Passo Fundo, RS, v.7, n.1, p.97, 2010.

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO AO PEQUENO EMPREENDEDOR – POPE

Thiago Rocha Fabris*, Samanta M. Nagel. Ândrea C. Costa, Paula Leticia de Mattia

*Coordenador do POPE
Unesc

E-mail: thiagofabris@unesc.net, Propex

RESUMO

Estabelecido em setembro de 2008, a partir de um convênio entre a Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC e a instituição de Crédito Solidário - Credisol, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor (POPE) tem como objetivo realizar visitas orientadas aos empreendedores a fim de prestar assistência técnica e capacitar os tomadores de microcrédito. Destaca-se que o fornecimento de orientação aos microempreendedores, tomadores de microcrédito voltado à produção, supre uma lacuna exposta à concessão do crédito para uma parcela da população que não tem acesso aos recursos disponibilizados pelo sistema financeiro tradicional, sobretudo, para um segmento da população vulnerável socialmente. Nesse sentido, a assistência e a orientação democratizam o acesso ao crédito, e ajudam o microempreendedor a resistir às vicissitudes do mercado, criando maiores perspectivas de crescimento e prosperidade.

Desta forma as atividades desenvolvidas pelo projeto estão inseridas no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, pelo Governo Federal. Os objetivos do PNMPO são: (a) Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; (b) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; (c) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado. Ressalta-se que o PNMPO definiu microcrédito produtivo orientado como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras desse público, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, (MTE, 2012).

Nesse sentido, o POPE apoia-se através da orientação e assistência dirigida, aos tomadores de microcrédito, visando à longevidade de seus empreendimentos como geradores de renda. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (a) Diagnosticar e mensurar as dificuldades encontradas pelos microempreendedores, clientes da Credisol, na gestão de seu empreendimento;

Thiago Rocha Fabris, Samanta M. Nagel, Ândrea C. Costa, Paula Leticia de Mattia

(b) Promover a melhoria do planejamento e gestão dos micros empreendimentos; (c) Elaborar e acompanhar indicadores de monitoramento dos desempenhos econômico; (d) Incentivar a cooperação universidade-empresa, alocando professores e acadêmicos para a prestação de serviço que auxilie os micros empreendedores; (e) a elaboração de um material didático para orientação.

A metodologia segue as diretrizes propostas pelo PNMPO, ou seja, as atividades desenvolvidas devem se basear no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, (MTE, 2012). Nesse sentido, a seleção dos microempreendedores assistidos pelo projeto é realizada pela Credisol, através de contatos estabelecidos entre os agentes de crédito e os empreendedores. A partir desta seleção, a equipe do POPE realiza as visitas orientadas. Ao longo de sua existência foram assistidos 150 empreendedores e realizadas mais de 500 visitas de orientação. Ademais, desenvolveu-se um material didático, disponibilizado gratuitamente para os empreendedores, e a realização de oficinas de orientação.

Antes de apresentar-se os dados referentes à caracterização geral dos 150 tomadores de microcrédito atendidos pelo POPE cabe uma breve referência à evolução desta modalidade de crédito no país. De acordo com os dados do PNMPO, a modalidade do microcrédito, atingiu um montante de 13,7 milhões de operações, o que representa um total de aproximadamente R\$ 19,5 bilhões concedidos em microcrédito. A tabela 1 mostra a evolução desses números a partir de 2005.

Tabela 1. Operações de Microcrédito, Brasil, 2005-2012

Ano	Operações de microcrédito	Valor concedido (R\$)
2005	632.106	602.340.000,00
2006	828.847	831.815.600,80
2007	963.459	1.100.375.829,94
2008	1.274.296	1.807.071.717,91
2009	1.605.515	2.283.955.244,22
2010	2.015.335	2.878.394.620,63
2011	2.501.383	3.755.106.065,62
2012	3.848.109	6.237.579.238,94
Total	13.669.050	19.496.638.318,06

Fonte: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

Conforme se pode verificar nos dados acima, as operações de microcrédito cresceram expressivamente nos últimos anos: o número de operações passou de 632 mil em 2005 para 3,8 milhões em 2012, um crescimento da ordem de quase 510%. No que diz respeito ao valor concedido, os números são ainda mais significativos: R\$ 602,3 milhões em 2005 para R\$ 6,2 bilhões em 2012 - crescimento de mais de 935%.

Em termos de localização, os dados do último trimestre de 2012, registram que a Região Sul representou 46%, enquanto que o estado de Santa Catarina representou 5,12% do valor de microcrédito concedido no 1º trimestre de 2013. Quanto à distribuição por Instituição, o conjunto das

OSCIP's representou a terceira maior carteira ativa de crédito (12,12%), R\$ 343,7 milhões, ficando atrás somente do Banco de Desenvolvimento (57,27%) e Instituições Financeiras Operadoras (23,89%).

Os dados a seguir apresentam as características gerais dos empreendedores e de seus empreendimentos, confrontadas, em alguns casos, com os dados disponíveis no PNMPO. Uma característica importante dos tomadores de microcrédito está na composição da faixa etária. Conforme exposto na tabela 2, mais da metade dos tomadores atendidos pelo POPE (56,4%) encontra-se faixa entre os 21 e 40 anos. Esses dados indicam que boa parte dos empreendedores se encontram na faixa etária de plena capacidade produtiva, sendo, portanto, um bom indicio para o potencial produtivo dos empreendimentos.

Tabela 2. Distribuição dos empreendedores por intervalo de idade (em %),

Idade	Distribuição (%)
De 21 à 30 anos	28,2
De 31 à 40 anos	28,2
De 41 à 50 anos	22,1
Mais de 50 anos	21,4

Fonte: POPE

Quanto à distribuição por gênero, chama a atenção a similaridade dos percentuais registrados pelo POPE e os divulgados pelo PNMPO. De acordo com a tabela 3 pode-se afirmar que as relações não possuem diferenças estatísticas.

Tabela 3. Distribuição dos empreendedores por gênero

Gênero	POPE	Brasil
Homens	35,1%	35,69%
Mulheres	64,9%	64,31%
Total	100%	100%

Fonte: POPE e PNMPO

Já os dados referentes a situação jurídica, diferem entre POPE e PNMPO. Tal fato pode ser explicado por uma característica particular da amostra selecionada para participar do projeto, uma vez que a grande maioria dos tomadores de crédito da Credisol se encontra ainda na informalidade.

Tabela 4. Distribuição dos empreendimentos por Situação Jurídica

Situação jurídica	POPE	Brasil
Formais	51,90%	3,60%
Informais	48,10%	96,40%
Total	100%	100%

Fonte: POPE e PNMPO

Quanto à distribuição por ramos de atividade econômica, a prestação de serviços apresenta a maior participação entre os empreendedores assistidos pelo POPE, ao passo que o comércio é o principal ramo de atividade dos tomadores de microcrédito no Brasil. Conforme os dados apresentados na tabela 5, do total assistido pelo POPE, os setores de serviços e comércio, representam 49% e 38%, respectivamente. Enquanto que, em nível nacional, a participação do comércio chega a quase 89%.

Tabela 5. - Distribuição dos empreendimentos por ramos de Atividade

Ramo de atividade	POPE	Brasil
Agricultura	----	0,22%
Comércio	38,10%	88,56%
Indústria	13,00%	2,27%
Serviços	48,90%	8,71%
Total	100%	100%

Fonte: POPE e PNMPO

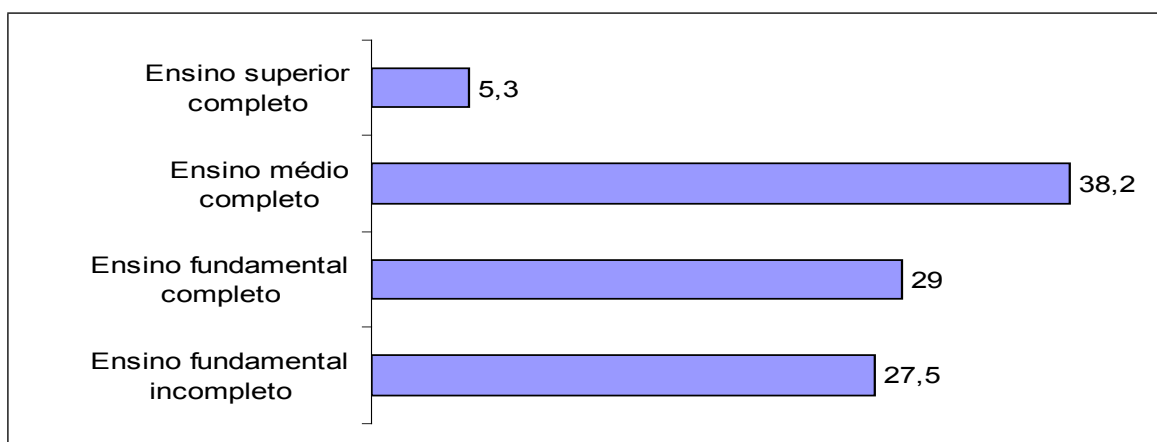
Destaca-se que do total de assistidos pelo POPE, nenhum empreendedor exercia atividade no setor agrícola. Esse setor também representa uma posição insignificante nos ramos dos tomadores de microcrédito no Brasil. Aspecto interessante quando se considera a oportunidade de expansão de crédito para esse setor. No que diz respeito à finalidade do crédito tomado, em ambos (POPE e PNMPO), a principal é para capital de giro. Contudo, conforme a tabela 6, uma parcela significativa dos empreendedores do POPE utilizou os recursos tomados para investimentos em infraestrutura e aquisição de ativos imobilizados, 17% e 28%, respectivamente. Pode-se afirmar que esses dados estão, em grande parte, relacionados aos expostos na tabela 4. Pois, tanto o setor de comércio quanto o de serviços, necessitam em geral de volumes maiores de capital de giro, enquanto que a indústria de recursos para aquisição de equipamentos e investimentos e infraestrutura como um todo.

Tabela 6. Distribuição dos empreendimentos por Finalidade de Crédito

Finalidade do recurso	POPE	Brasil
Capital de giro	47%	91%
Infraestrutura	17,6	----
Imobilizado	28,2	----
Investimento	----	8,20%
Misto/ outros	6,90%	7%
Total	100%	100%

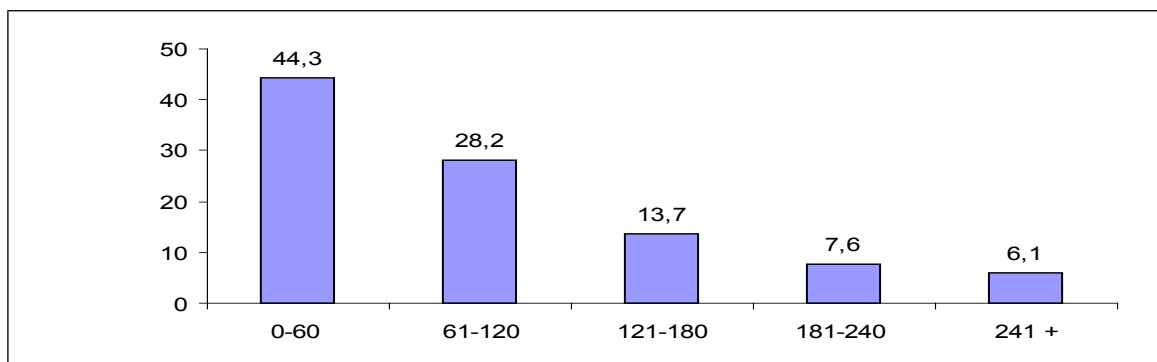
Fonte: POPE e PNMPPO

O grau de escolaridade dos empreendedores pode ser um bom indicador da perspectiva de sucesso, crescimento e sustentabilidade, dos empreendimentos, mesmo considerando-se a importância do conhecimento tácito, aquele adquirido com a experiência dos empreendedores na condução de seus negócios, e o grau de escolaridade de seus colaboradores. Nesse particular, os dados do gráfico 1, não são muito positivos. Grande parte, 57%, dos empreendedores não possui o ensino médio completo.

Gráfico 1. Distribuição por grau de escolaridade (em %)

Fonte: POPE

Outro dado importante sobre as condições dos empreendimentos refere-se ao seu tempo de atuação. Esses dados são apresentados no gráfico 2.

Gráfico 2. Distribuição dos empreendimentos por tempo de atuação (em %)

Fonte: POPE

Conforme os dados demonstram, 44,3% dos negócios são relativamente novos, ou seja, possuem tempo de atuação inferior a 5 anos. Quando se estende o tempo de atuação para até dez anos, esse percentual chega a 72,5%. Levando em consideração a distribuição dos empreendedores por idade (56,4% entre 21 e 40 anos), essa condição fortalece uma interpretação no sentido de uma característica empreendedora dos tomadores atendidos.

Para finalizar, um último dado que se faz referência é sobre o local dos estabelecimentos. Dos empreendimentos atendidos pelo POPE, 45% são residenciais, enquanto que 55% são comerciais. Esses dados vão de encontro com os aspectos apontados sobre a dificuldade dos empreendedores em registrar as informações de seus negócios, uma vez que tal situação exige uma distinção entre os orçamentos familiares e os empresariais. Indo além, esse indicador aponta a dificuldade associada à implementação, e formalização, do empreendimento por grande parte dos empreendedores. Nesse sentido, conclui-se que o POPE está inserido na orientação de tomadores de microcrédito na Credisol, participando, portanto, de uma política mais ampla de nível nacional o PNMPO. Nesse particular, os dados do PNMPO demonstram que essa modalidade de crédito vem crescendo consideravelmente, tanto em termos de operações quanto de volume de recursos concedidos, nos últimos anos. Os dados referentes às características dos empreendedores assistidos pelo POPE apontam que em grande parte, os dados do POPE e em nível nacional são bastante semelhantes (gênero, finalidade do crédito e ramo de atuação), em outros a diferença representa uma característica particular da amostra assistida pelo projeto.

Palavras-chave: empreendedorismo; inclusão produtiva; emprego; renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. .. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado:** PNMPO. .. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA NA UNIPLAC

Paulo de Tarso Nunes, José Batista da Rosa, Fernando Luiz Pagliosa, Geraldo Augusto Locks, Jary André Carneiro

INTRODUÇÃO

Este artigo noticia um projeto de extensão que já vai para três anos de existência, no âmbito das práticas extensionistas da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, de Lages, Santa Catarina, o **Projeto de Formação de Lideranças e Gestores Sociais**. Pouco valeria envolvermos na narrativa de um projeto de extensão em particular, mesmo que dotado de evidentes valores político-pedagógicos e sociais, se não se pudesse veicular a experiência em quadros de referências importantes, como a Universidade que sonhamos, a educação popular e a compatibilidade com o formalismo do ensino e demais funções sociais da universidade, o papel da Extensão no âmbito normativo e conceitual da instituição universitária. Hoje está para nós claro que o projeto de Formação para Lideranças e Gestores Sociais teve e tem tamanha repercussão que já se fez permanente. Reúne parceiros e componentes de alto significado intelectual e social, de dentro e fora da Universidade, principalmente, bons quadros da sociedade civil, oriundos do associativismo de moradores de bairros, pastorais sociais, agentes de educação e de saúde, trabalhadores de diversas áreas, todos desde o início entendidos como “sujeitos da voz ativa” na definição do que, como, quando e onde aconteceriam as decisões no âmbito e alcance do projeto, tanto nos aspectos de planejamento quanto nos operacionais. Assim colocada a questão, vamos aos contextos que a envolvem, visando, com este invólucro teórico-metodológico, a atribuir-lhe os maiores significados e abrangências possíveis.

I UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR

Na relação do movimento social popular com a universidade, a tônica tem sido a indiferença dos trabalhadores, face às instituições universitárias enquanto possibilidades para a melhoria da sua qualidade de vida. Mesmo assim, diante de uma Universidade relativamente fechada em si própria, grupos sociais capazes de criar seus espaços de interlocução, com ou sem mediações, estão sempre batendo à porta. Não querem apenas criar uma nova forma de fazer política, mas

de construir suas lutas com base em princípios como os da autonomia e da horizontalidade. Nessa perspectiva, mesmo que um projeto de extensão voltado para tal concepção de universidade não rompa com a atual realidade universitária, pelo menos algumas das práticas que podem fundamentar uma nova Universidade a serviço de uma nova sociedade podem estar sendo inventadas. Além de representativa e participativa, a universidade pode e deve ser livre. Ser livre é superar, no que for possível e adequado, a cogestão pela autogestão. Cogestão é colaboração entre níveis de organização, autogestão é o governo de todos de forma igual. O caráter autogestionário é, assim, da essência do comunitário e da liberdade. Uma Universidade de sentido popular tem que ser descentralizada. É o único caminho em que cada participante pode se ver na totalidade e também em sua especificidade na construção universitária. Ou seja, é necessário não apenas que cada um entenda o que seria uma universidade a serviço dos trabalhadores, mas que é impossível censurar outro espaço que produza conhecimento a serviço dos trabalhadores de outra forma. Nesses termos, uma universidade popular somente se constituirá e sobreviverá porque é também uma universidade socialmente relevante.

II SOBRE UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE RELEVANTE

Os três maiores desafios de uma universidade brasileira, pública ou comunitária, podem ser resumidos à conquista de padrões de qualidade, à universalidade de acesso e à implementação de programas sociais relevantes. Diante de tais paradigmas, o que ambicionamos é mostrar o quanto um programa de formação para gestores sociais tange de maneira cômoda os três níveis de desafio ou de inserção: (1) na formação de quadros para as exigências regionais e locais, qualifica pessoas para o conhecimento do real, a partir do local, como quem sabe que “é no lugar que se constrói o universal”; faz a crítica, isto é, o julgamento consciente e aberto do real, a atribuição de seus valores relativos e a quem servem tais valores, e qualifica as formas de organização capazes de propor e executar as transformações sociais necessárias; (2) como ferramenta adequada ao cultivo da democracia, coloca-se pelo conhecimento do que seja a conquista da cidadania, ou o que significa ser e estar incluído com qualidade e quantidade nos benefícios do conhecimento; (3) no alinhamento da práxis com a configuração institucional, propõe e disponibiliza seus ordenamentos jurídico-institucionais, os recursos humanos e materiais, a produção científica, ao serviço do local e do regional e, dentro deles, aos segmentos mais necessitados.

III A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A EXPERIÊNCIA DA UNIPLAC EM EDUCAÇÃO POPULAR

Na ótica da transformação que deve ser o caráter da relação Universidade-sociedade, muitas das atividades acadêmicas socialmente relevantes são englobadas pela Extensão. Esta é, antes de mais nada, o entendimento prévio de que há uma multiplicidade conceitual e de ações, de modo que útil mesmo é o respeito à diversidade; de que ela deve promover indissociabilidade, isto é, vínculo íntimo e permanente com as demais funções sociais da universidade; de que deve incrementar

o respeito à diversidade na universidade e das universidades. Diante dos paradigmas acima elencados, o Curso de Formação de Lideranças e Gestores Sociais se autentica como promotor intransigente de participação em vez de simples representação, de protagonismo político e social, diante dos poderes públicos e privados, de ineditismo e vanguarda nas práticas, em especial de combate ao clientelismo e ao puro assistencialismo, comuns e até naturalizados em nosso meio; enfim, de descoberta dos fatores positivos para o desenvolvimento que estão nas comunidades.

IV APORTES EM EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E EDUCAÇÃO POPULAR

Do ponto de vista das metodologias que definem o Projeto de Formação de Lideranças e Gestores Sociais da UNIPLAC, no que toca o caráter do processo de ensino e aprendizagem, fica clara a imbricação de duas situações: a de formalidade, visto que se realiza em uma sede, a Universidade; requer, mas nem sempre, pessoal especializado; trabalha conteúdos previamente demarcados; adota normatização compatível, disciplina e regulamento mínimos, sem divisões de idade e sem classificação para avanço; e de informalidade, do momento que se desenvolve “a partir do mundo da vida” dos líderes comunitários e dos intelectuais da universidade, exige o compartilhamento de experiências, não prescinde de espaços e de construção coletivos, embora também não prescindida da expressão das individualidades, no sentido de que o trabalho coletivo não pode servir para esconder a produção individual. Também envolve escolhas, condições, intenções coletivas, portanto não há espontaneísmo, improvisação, embora o processo seja muito marcado pela espontaneidade, os tempos e o senso comum dos participantes. Quem puder compreender e incorporar dois componentes freireanos: “ninguém sabe mais do que ninguém, todos têm saberes diferentes” e “a liberdade é o exercício da palavra”, com certeza estará muito bem localizado em relação ao conceito de centralidade no processo educativo, dentro do **Projeto de Formação para Lideranças e Gestores Sociais**. No que se refere à localização, a formalidade quase sempre exige lugares, tanto quanto formas, fixos. Já o não-formal neste aspecto aproxima-se muito da informalidade, ao não exigir sedes permanentes, programações rígidas. O Projeto de Formação para Lideranças e Gestores Sociais se achega à formalidade, sem exageros. Sua sede é a universidade, está certo, mais pode, deve ser e será o bairro, a pequena comunidade e os equipamentos que estes coletivos possuam nos seus lugares de origem. Existe até uma cobrança: de que o programa espalhe-se por outros endereços, sem perda de qualidade ou mesmo com alguma perda de qualidade técnica, que seria recomposta pelas vantagens de se estar mais próximos dos lugares de pertencimento dos líderes comunitários. Em suma, trata-se de a universidade ser, no caso, mais referência e menos residência. Por fim, em relação a resultados esperados, da educação formal é justo esperar aprendizagem efetiva e comprovadamente aceita, passada pelo crivo dos instrumentos de avaliação próprios, anteriormente combinados e aceitos como condição de progressão e certificada para fins de capacitação aos graus superiores. Para um **Projeto de Formação de Lideranças e Gestores Sociais**, pouco desses critérios conta. Contam mais a participação e o engajamento, a (cons)ciência do mundo e do real e das formas de organização do agir com vistas na alteração, na transformação. Indispensável é a contribuição para o sentimento de identidade com uma comunidade. Para tanto,

importa mais construir e reconstruir concepções de mundo e sobre o mundo. Implica mais formação para a vida e sua diversidade do que para as vicissitudes do mercado.

REFERÊNCIAS

- 1 FERNANDES, Sônia Regina de Souza; ROSA, José Batista da; SARTORI, Sérgio. Extensão universitária: a experiência da UNIPLAC. In: **Extensão em Rede: Revista de Extensão do Sistema ACADE**, ano I, nº 1, 2003, p. 61 a 70.
- 2 GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo, Cortez, 2010.
- 3 KAUTSCHER, Paulo. Ensaio para uma universidade popular. In: **Portal Luiz Nassif Construindo Conhecimento. Educação**. Consulta em 25/01/2011.
- 4 MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. **Por uma universidade socialmente relevante**. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf, consultado em 10/05/12.
- 5 UNIPLAC. **Projeto do Curso de Formação para Lideranças e Gestores Sociais**. Lages, 2011.

ANÁLISE SENSORIAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Gabriel Bonetto Bampi

E-mail: gabriel@unc.br

Curso de Nutrição da UnC/Concórdia

Sirlei Michelotti

E-mail: sirlei@concordia.sc.gov.br

Nutricionista Prefeitura de Concórdia

RESUMO

O presente estudo contempla um projeto de extensão realizado pelos alunos da 5ª fase do curso de Nutrição da UnC - Campus Concórdia, na disciplina de Análise Sensorial visando praticar os conhecimentos técnicos apresentados em sala de aula, através da avaliação da alimentação escolar do município de Concórdia/SC. A motivação do estudo deu-se devido as transformações que vem ocorrendo na concepção de merenda escolar com a existência e fiscalização do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Uma vez que atualmente os cardápios servidos devem ser elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola de cada localidade, dando preferência aos produtos semi-elaborados e *in natura*. O programa ainda estabelece como um dos procedimentos para o controle de qualidade da alimentação servida aos escolares a aplicação de testes de aceitabilidade por parte das entidades executoras. A Resolução FNDE/CD nº32 de 2006 e posteriormente a nº38 de 2009 traz novas situações para aplicação dos testes, citando que estes devem ser aplicados sempre que ocorrer no cardápio: a introdução de alimento atípico ao hábito alimentar local; quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, e para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. Conhecendo a obrigatoriedade e importância dos testes sensoriais para a alimentação escolar, o presente projeto visou analisar seis preparações servidas em oito escolas municipais de Concórdia/SC, afim de, avaliar a aceitabilidade das mesmas. Os testes foram realizados pelo método de Escala Hedônica (facial e estruturada), nas quais os alunos (3º, 4º, 6º e 7º ano) puderam demonstrar o quanto gostaram das preparações servidas. Assim, com o apoio da Nutricionista do município e das auxiliares de cozinha das escolas, as alunas da 5ª fase de nutrição, avaliaram as seguintes preparações: polenta, carne suína, canja de galinha com legumes, risoto de frango, arroz e feijão e arroz e lentilha. Participaram deste estudo 908 alunos da 3ª, 4ª, 6ª e 7ª séries, de ambos os sexos, matriculados em escolas municipais de Concórdia – Santa Catarina, no período matutino e vespertino. O estudo foi baseado no Manual para Aplicação dos Testes de Aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

e ocorreu nos meses de Junho e Julho de 2012. Sendo que para o teste de aceitação em crianças da terceira e quarta séries foi utilizada uma ficha de análise sensorial de escala hedônica fácil com cinco pontos, utilizado modelo da Cartilha do PNAE, constando os seguintes dizeres: “Detestei”, “Não Gostei”, “Indiferente”, “Gostei”, “Adorei”, juntamente com suas respectivas carinhas, após degustação da preparação o aluno pintava a carinha correspondente à sua opinião. Para os alunos da sexta e sétima série, foi utilizado um modelo de ficha de escala hedônica verbal contendo cinco pontos variando de “Adorei” até “Detestei”. Todas as fichas foram mostradas antecipadamente aos alunos para devidas explicações, sobre o preenchimento das mesmas. Após os alunos consumirem as preparações, individualmente, sem conversar com os colegas para não haver influências os mesmos preencheram as fichas, entregando as mesmas em uma caixa fechada. Foi respeitado o local de refeição segundo a cartilha do PNAE. A avaliação dos resultados ocorre da seguinte forma: se no primeiro teste a preparação obtiver resultado maior ou igual a 85% esta aceita e será inserida no cardápio sem necessitar repetir o teste. Já se a porcentagem for menor que 85% deve-se realizar o segundo teste com o intervalo mínimo de 1 bimestre. E este obter novamente resultado maior ou igual a 85% ou será necessário repetir novamente o mesmo teste, caso houver nova rejeição a preparação será excluída do cardápio (BATISTA, 2010). Sendo assim, os principais resultados obtidos na avaliação dos 908 alunos foram que a preparação Arroz e Feijão obteve maior grau de aceitabilidade (87,91%), seguida da Carne Suína, Risoto de Frango, Canja de Galinha com Legumes, Polenta e Arroz e Lentilha, as quais obtiveram porcentagem inferior a 85% variando de 70,55% a 79,41% e dessa forma devem passar por um segundo teste de aceitabilidade através da escala hedônica para inclusão no cardápio. Cabe salientar que a preparação Arroz com Lentilha obteve um grande índice do item indiferente, demonstrando-se como um prato sem grande perspectiva de inserção na alimentação destas escolas. No entanto percebeu-se que os testes podem ter sofrido influências tanto positivas como negativas por vários motivos: maneiras diferentes de preparo em cada escola de acordo com as agentes de nutrição (merendeiras); convívio e bom atendimento com os alunos, boa aparência da preparação; pouca comunicação entre as merendeiras e alunos, além da troca de cardápios sem autorização da nutricionista. Dessa forma, deve estimular as crianças ao consumo de diferentes tipos de alimentos, bem como, padronizar processos e técnicas de preparo dos alimentos de acordo com as receitas das escolas com maiores índices de aceitabilidade. Assim considera-se este uma importante iniciativa que congrega a iniciação acadêmica/científica, a extensão universitária e a aplicação dos conhecimentos interdisciplinares adquiridos pelos acadêmicos em sala de aula. Sendo assim entende-se ser fundamental a continuação do estudo em mais escolas e com diferentes preparações devido ao bom aproveitamento e aprendizagem dos alunos na prática sensorial, bem como, no benefício junto ao levantamento de dados para as decisões de cardápio da Nutricionista da Prefeitura Municipal. A atividade já se encontra incorporada as ações de extensão permanente do curso de Nutrição, ligada às disciplinas de Análise Sensorial, Tecnologia de Alimentos, Nutrição Experimental e Estágio Supervisionado de Nutrição Materno-Infantil.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Análise sensorial; Escala hedônica.

GESTÃO DE DOCUMENTOS NA UNOCHAPECÓ: AGILIDADE NO ACESSO À INFORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA

Douglas Satirio da Rocha

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó

E-mail: douglaz@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO

Recentemente entrou em vigor no Brasil a lei de acesso à informação (Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011). Esta lei regula o acesso à informações já previstos na Constituição de 1988 e na chamada Lei dos Arquivos de 1991 (Lei 8.159). De acordo com a lei (12.527), os procedimentos previstos destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação. O acesso à informação é elemento essencial, as pessoas e instituições públicas ou privadas estão constantemente dependendo de informações em suas tomadas de decisões. A informação é cada vez mais participante em nosso cotidiano, seja por meio de suportes eletrônicos ou físicos. A demanda por informação está presente em vários espaços da sociedade, nos ambientes universitário não é diferente, pois a medida que se produz conhecimento técnico e científico, se produz informação, e esta precisa estar organizada e à disposição para consulta, tanto para a administração quanto para a comunidade acadêmica e sociedade em geral. As universidades são espaços de grande produção de documentos, seus documentos possuem um papel extremamente importante na sociedade na qual atuam e estão inseridas. Bellotto¹, ao referir-se aos documentos históricos das universidades, afirma que, os arquivos permanentes guardam em si informações sobre os procedimentos passados do ensino e da pesquisa, direitos e deveres de professores e funcionários, e todo um capital de experiência universitária em sua atuação. A informação, atualmente também é considerada um agente social e econômico, onde seu acesso e disseminação converte-se em satisfação das pessoas e das organizações. O poder de quem detém, controla e disponibiliza a informação de forma ágil e ao mesmo tempo segura é notável, e isso é fator importante para destacar-se diante do mercado. No entanto, para estar em conexão com esta sociedade alimentada pela informação é necessário também, administrar, organizar, conservar, e fazer a gestão dos documentos arquivísticos. Portanto, além de possuir a informação, é necessário também saber onde ela está, de que forma acessar e por quanto tempo guardá-la. É nos arquivos que encontra-se o registro das ações desenvolvidas pela instituição em seu contexto de atuação, representadas pelos documentos resultantes das funções e atividades executadas. Desta forma a Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Douglas Satirio da Rocha

(Unochapecó), preocupada com a organização de seus arquivos, a agilidade no acesso às informações e com a preservação da memória universitária através de seus documentos, decidiu em 2011 iniciar um projeto de Gestão Documental². O projeto contou com assessoria da arquivista Eliane Rezende e com o acompanhamento e execução das atividades do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó - Programa de Extensão que vem desde 1986 realizando atividades de organização, preservação e conservação de documentos em Chapecó e região) e da Divisão de Gestão Documental da Unochapecó (Arquivo central).

OBJETIVOS

O projeto de Gestão Documental teve início em 2011 na Unochapecó e teve como objetivos viabilizar normativas, procedimentos, técnicas e práticas para a Gestão de Documentos, intervindo no ciclo de produção documental, atuando juntamente com os setores da instituição em todas suas fases - corrente, intermediária e permanente -; garantindo que os documentos e informações, independente de seus suportes fossem confiáveis, acessíveis e sobre tudo preservados.

METODOLOGIA

Através do suporte teórico e técnico da assessoria em Gestão Documental, foi realizado um diagnóstico da produção de documentos observando a quantidade de documentos de cada setor, divisão ou diretoria bem como a quantidade de documentos acumulados no arquivo central da instituição (Divisão de Gestão Documental). Após obter estes dados iniciou-se um trabalho em parceria com os integrantes dos setores e membros da Comissão de Avaliação Documental (CAD), com o intuito de reunir e discutir informações sobre as atividades realizadas pelos diferentes setores, seus documentos produzidos e os prazos de guarda para cada tipo documental, levando em consideração a necessidade do setor, a legislação e o valor histórico científico-cultural para a instituição. Em meio a estas atividades foi-se estruturando um Plano de Classificação de Documentos³ e uma Tabela de Temporalidade de Documentos⁴ no qual foram aprovados pelo Conselho Universitário e Conselho Superior sendo publicados juntamente com um Manual de Gestão Documental no início de 2013, tornando obrigatório a adoção e execução da gestão documental nos arquivos setoriais e no arquivo central da Unochapecó.

RESULTADOS OBTIDOS

Após a aprovação e publicação dos Instrumentos de Gestão Documental em 2013, as normativas começaram a ser aplicadas juntamente com os setores de maior produção, resultando em uma padronização da organização, ordenação e identificação dos documentos, e sobre tudo em uma eliminação criteriosa (com base na tabela de temporalidade) dos documentos desprovidos de valor administrativo, legal e histórico. Até julho de 2013 já foram avaliados e eliminados cerca de 45,5 metros lineares de documentos de arquivo, representando um total de 2.275 kg. Os documentos

Douglas Satirio da Rocha

eliminados também passaram a ser controlados, devido o sigilo de suas informações. Portanto, a partir de 2013, os documentos são gerados, utilizados e eliminados na própria Instituição, por meio de trituração e compostagem, realizada pelo viveiro florestal, transformando-se em adubo para novas plantas. Com a utilização dos instrumentos de gestão documental, a recuperação da informação também passou a ser mais objetiva e ágil, e a segurança dos documentos passou a ter um maior controle, convertendo-se em valorização e confiabilidade para com o setor responsável pela guarda dos documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar que este trabalho, não tem data de término. O trabalho é contínuo e a Gestão Documental deve estar sempre em constante atualização ficando em sintonia com os fluxos internos de trabalho e a legislação vigente. Esta previsto para o próximo ano (2014) a publicação (via resolução da instituição) de uma nova versão dos instrumentos de Gestão Documental, visando atualizar o material com as novas demandas e necessidades encontradas durante o trabalho de 2013 realizado com o setores da Unochapecó. Desta maneira, com a utilização das normativas e orientações na prática diária com os arquivos, a Gestão Documental permitirá ao longo do prazo à instituição, gerenciar de modo eficiente produção, consulta e destinação de documentos; agilizar a eliminação daqueles documentos com valor administrativo, fiscal, legal prescritos; assegurar o acesso à informação bem como garantir o sigilo necessário para determinados documentos; e sobre tudo, de médio a longo prazo, garantir a preservação, organização e o acesso aos seus documentos históricos.

Palavras-chave: Gestão Documental. Acesso à informação. Memória universitária.

Fonte de financiamento: Unochapecó

NOTAS

- 1 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. Transformação. v. 01, 1989.
- 2 A Lei Federal nº 8159 de 1991, indica que que: “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimentos para guarda permanente”.
- 3 A resolução nº 4 do Conselho Nacional de Arquivos –(CONARQ), de 28 de março de 1996, afirma que este “é um instrumento de trabalho utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções ou atividades”.
- 4 É o instrumento de gestão, resultante da avaliação documental, aprovado por autoridade competente, que define prazos de guarda e a destinação de cada série documental, determinando sua preservação ou autorizando a sua eliminação.

ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE DE MICROALGAS EM ÁGUA DE LASTRO DE NAVIOS MERCANTES EM DOIS PORTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Daruã Valente, Marcio da Silva Tamanaha

Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: marcio.tamanaha@univali.br

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

Com o aumento das demandas e novas possibilidades das fronteiras do comércio internacional teve-se como implicação a utilização do transporte marítimo. Atualmente os navios são utilizados para transportar diversas cargas, sendo que correspondem aproximadamente com 90% do comércio entre nações englobando indiretamente todos os países do mundo. Os milhares de navios que cruzam os oceanos, em vários caminhos, transitam ora carregados ora não há cargas disponíveis para transporte, isso exige que os navios atendam uma série de condições para operar tais como: calado, estabilidade, tensões estruturais, condições de manobras e segurança da embarcação. O que se faz na prática para conseguir realizar essas condições descritas acima é o lastreamento do navio. O lastro dos navios antigamente era composto de material sólido, mas trazia uma grande desvantagem que era a instabilidade dos navios, sobretudo em manobras de embarque e desembarque de carga. No final do século XIX, com o avanço da indústria naval teve início a utilização de água como lastro nos navios, acredita-se que em meados dos anos quarenta, a água de lastro tenha conseguido introduzir espécies exóticas, pelo aumento da circulação de navios. Esporos, ovos, sementes, organismos, ou seja, qualquer material biológico capaz de se reproduzir e ocupar um ambiente que seja inserido em um novo ecossistema, são chamadas de espécies exóticas. Espécies como o *Limnospina fortunei*, já é bastante conhecido pelos prejuízos não só ao Brasil, mas em outros países isto porque sua introdução foi via água de lastro de navios mercantes. Dentre os diversos organismos presentes nos oceanos e zona costeira, o fitoplâncton é um dos mais abundantes. É considerado a base da cadeia trófica marinha, são organismos unicelulares que podem formar colônias ou cadeias. Em sua maioria são autotróficos com algumas espécies heterotróficas e mixotróficas. São capazes de converter pelo menos 35 milhões de toneladas métricas de carbono em carboidratos por ano, esta estimativa é 40% de todo alimento gerado na terra. Em certas circunstâncias algumas espécies de microalgas produzem toxinas ou causam algum dano ao ecossistema que estão inseridas. Dentre as 5.000 espécies do fitoplâncton cerca de 40 espécies produzem toxinas e outras 300 podem se reproduzir intensamente no ecossistema, formando as

florações de microalgas. A água de lastro dos navios é um grande agente de dispersão de espécies exóticas. A ocupação por espécies exóticas em um ambiente provoca graves problemas nas esferas sociais, econômicas e ambientais em diversos ecossistemas ao redor do mundo. Após se fixar a espécie exótica provoca danos em diversos níveis do ecossistema como: alteração da integridade das comunidades naturais, consequências evolutivas para as espécies residentes, extinção e hibridação. A interferência também na competição por recursos com as espécies residentes, sendo que algumas espécies exóticas podem produzir toxinas ou provocar doenças prejudicando os organismos residentes e a população humana. Existem estudos indicando a presença de algas nocivas nos tanques de lastro dos navios, que prejudicam vários ecossistemas aquáticos. As florações de microalgas podem causar danos por depleção de oxigênio, danos mecânicos as guelras de peixes e algumas espécies podem produzir metabolitos secundários tóxicos provocando danos a todo o ecossistema. Mesmo não tendo as condições ambientais necessárias para se instalarem as microalgas podem formar cistos de resistência ao quais suportam altos níveis de stress, ao encontrarem as condições favoráveis estes germinam dando início ao ciclo de vida das microalgas. A grande problemática financeira no que diz respeito a florações de algas nocivas é observada em países onde o consumo e cultivo de organismos marinhos é parte fundamental na economia. O primeiro registro de uma espécie exótica introduzida por água de lastro que se tem registro foi descrita por Ostefeld (1908), após uma floração da microalga *Odontella sinensis* no mar do norte, esta espécie é proveniente da costa tropical e subtropical do indo pacífico. Estima-se que 10 milhões de células de fitoplâncton podem ser encontradas em um metro cúbico de água de lastro. No Brasil existe o registro de algumas espécies de microalgas exóticas, *Alexandrium tamarense*, um dinoflagelado residente de regiões temperadas e subtropicais, não se pode assegurar ao certo seu vetor, podendo ter origem via água de lastro ou por correntes marinhas.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi identificar ao menor táxon possível e quantificar às microalgas observadas em amostras de água de lastro em água de lastro do porto de Itajaí e Navegantes, SC entre junho de 2012 e Junho de 2013, determinar a presença de espécies potencialmente nocivas na água de lastro e avaliar quanto ao risco potencial de introdução de espécies exóticas durante o período estudado.

METODOLOGIA

O local de coleta foi em navios atracados nos portos situados no estuário do Rio Itajaí-Açu (27° 35'48" S e 48°35'57" W). As amostras foram coletadas através do bombeamento da água do lastro em redes com malha de 40 µm. Posteriormente, as amostras foram fixadas em formol a 4% e acondicionadas em garrafas plásticas de 200 ml. Em laboratório, foram analisadas de acordo com o método de sedimentação em câmaras de contagem de Uthermölh, com auxílio de microscópio invertido, o volume sedimento de cada amostra para contagem varia de acordo com a densidade

Daruã Valente, Marcio da Silva Tamanaha

de organismos e partículas em suspensão na água podendo ser sedimentado alíquotas de 100 a 3 ml, após o tempo de sedimentação que segue a lei de Stokes para cada tamanho de coluna de sedimentação foi separado uma alíquota de 3 ml para contagem e classificação taxonômica dos organismos fitoplactônicos presentes.

RESULTADOS OBTIDOS

No porto situado no município de Itajaí foram analisadas amostras de agosto de 2012 até junho de 2013 e foram constatadas com maior número de organismos em cento e sete (107) amostragens em primeiro lugar o gênero *Skeletonema* sp que ocorreu em cinquenta e três (53) amostras, seguido do gênero *Pseudo-nitzschia* o qual ocorreu em trinta e nove (39) lastros de navios analisados este gênero algumas espécies podem apresentar produção de toxinas que acarreta problemas econômicos e da esfera da saúde, em terceiro lugar apareceu com maior ocorrência o gênero *Coscinodiscus* ocorrendo em setenta e oito (78) lastros de navios mercantes, a espécie *Thalassionema nitzschioides* com presença em vinte e nove (29) amostragens. No porto situado no município de Navegantes com amostras de água de lastro de navios mercantes no período de agosto de 2012 até maio de 2013 com quarenta e seis (46) amostragens realizadas os resultados obtidos com relação aos gêneros e espécies de maior ocorrência na água de lastro foram em primeiro lugar o gênero *Skeletonema* em vinte e duas (22) amostragens por seu um gênero colonial e que forma florações quando ocorreu estava em grande quantidade nas amostras o segundo gênero com maior predominância foi *Pseudo-nitzschia* ocorrendo em vinte e duas (22) amostragens, seguido do gênero *Coscinodiscus* que ocorreu em trinta e cinco (35) lastros de navios analisados, o gênero *Chaetoceros* ocorreu em que ocorreu em dez (10) amostragens. Em ambos os portos foi constatado a presença de espécies potencialmente produtoras de toxinas como, *Dinophysis acuminata*, *Dinophysis caudata*, *Pseudo-nitzschia* e um gênero de ocorrência estuarina, uma região de mistura de água marinha e limnica local onde os portos estão implantados, o gênero *Johannesbaptistia* (Cyanophyta). Considerações finais/conclusões/perspectivas para continuidade da ação. De acordo com os taxa observados, na grande maioria das amostras foi constatada a predominância de espécimes de ocorrência comum a região nerítica, as quais já foram observadas e registradas na costa de Santa Catarina. Além disso, ficou evidente a relação inversa entre o número de espécies observados e o tempo de residência da água de lastro nos navios. Considera-se este trabalho de pesquisa/extensão extremamente importante para a prevenção de possíveis invasões de espécies exóticas nas águas brasileiras.

Palavras-chave: Água de Lastro. Espécies invasoras. Fitoplâncton. Portos.

Fonte de financiamento: Portonave e Superintendência do Porto de Itajaí.

A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS SOCIAIS COMO UMA ESTRATÉGIA EDUCACIONAL DIFERENCIADA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ACADÊMICO: PROJETO DE EXTENSÃO “DOUTORES DA BELEZA”

Fabiana Marin Thives Ellery, Fátima Cecília Poletto Piazza, Priscila Maris Kreis Diretti

Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: fabianathives@univali.br

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Doutores da Beleza”: inserção da prática da Cosmetologia e Estética no âmbito social promove ações voluntárias por professores e acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Cosmetologia e Estética da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. O projeto atende instituições carentes; creches, orfanatos e asilos, desenvolvendo ações que promovam o bem estar e autoestima e motivação de crianças, adolescentes e idosos. As atividades desenvolvidas são a massagem infantil (shantala), massagem relaxante (quick massage), cortes e penteados, unhas artísticas, sobrancelhas, SPA de mãos e maquiagens, palestras informativas de controle de higiene e promoção da saúde. Cuidar da aparência das pessoas é uma forma de ajudá-las a elevar à autoestima. A autoestima “expressa uma atitude de aprovação e desaprovação e indica o grau em que o indivíduo se considera capaz, importante e valioso em relação a sociedade e as pessoas com quem convive”¹. Dentro deste contexto encontra-se o voluntariado, que pode ser considerado como um novo comportamento que vem contrapor à atual cultura do individualismo. Através do serviço voluntário, é possível consolidar a cidadania e contribuir para mudanças promovidas pela ação social. Inúmeros são os conceitos apresentados sobre o tema do voluntariado, segundo a ONU “O voluntário devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos”. Além de atuar na melhora da qualidade de vida em comum, o voluntário se sente útil por participar das transformações necessárias para construção de um mundo melhor. Satisfação pessoal, elevação da auto-estima, desenvolvimento pessoal e profissional, conquistas de novas amizades, aprendizado e novos desafios, empregar boa utilização do tempo livre, apoio a uma causa são apenas alguns dos ganhos positivos no desenvolvimento deste tipo de trabalho. Assim, é a capacidade de participação consciente e solidária na realização de projetos e objetivos que digam respeito ao interesse de todos. O ser voluntário é uma experiência de autonomia que permite às pessoas esse exercício da cidadania, favorecendo o crescimento do capital social e humano contribuindo para que fortaleça o papel de cidadão e dos valores humanos.

OBJETIVO

Sendo a Universidade uma Instituição Educacional, é premente a necessidade de compatibilizar as atividades de ensino com as atividades de voluntariado, no sentido de preparar aqueles que passam pelos seus bancos para o exercício profissional como uma ação digna de compromisso social com o outro. O projeto tem como objetivo desenvolver a valorização e emancipação de valores como solidariedade, compaixão e amor ao próximo estimulando o sentimento de responsabilidade social para com as pessoas de comunidades e instituições carentes uma vez que seu trabalho espelha a realidade destas. A atuação da Universidade através do projeto “Doutores da Beleza” junto à comunidade se justifica na medida em que a Instituição detém conhecimento e recursos humanos capacitados para desenvolver atividades que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida e exercício da cidadania. Saber que de alguma forma, é possível contribuir para o crescimento e emancipação de várias pessoas e não para dependência de uma ajuda, seja ela de qualquer natureza. “Através do trabalho os atores sociais revisam seus valores, corrigem certos rumos em suas vidas, adquirindo, dessa forma, um grau de satisfação pessoal bastante alto, que nenhum valor monetário suplantara”². Se as experiências demonstram pessoas que possivelmente vivem melhores, que comprovadamente tem bom estado de saúde, que geram benefícios ao próximo e que valores mais humanos são desenvolvidos através dessa prática, como solidariedade, compaixão, paciência, pode-se concluir que a ação voluntária colabora para a construção de uma sociedade melhor. Os projetos sociais desenvolvem ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social que partem da reflexão e do diagnóstico sobre uma determinada problemática e buscam contribuir, em alguma medida, para um mundo melhor. Tais ações permitem agregar valores e insere na realidade permitindo que possa interpretá-las e analisá-la de diversas maneiras preparando-os para um convívio mais estreito com o próximo através do entendimento e “compreender como se reproduzem e se transformam as identidades sociais implica elucidar os processos de socialização pelos quais elas se constroem e se reconstroem ao longo da vida”³. Neste sentido, os projetos sociais podem tanto ser indutores de novas políticas públicas, pelo seu caráter demonstrativo de boas práticas sociais, quanto atuarem na gestão e execução de políticas já existentes. Eles contribuem para a transformação de uma problemática social, a partir de uma ação geralmente mais localizada no tempo e focalizada em seus resultados.

METODOLOGIA

O estudo em questão caracteriza-se por pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva, com abordagem qualitativa. As pesquisas descritivas “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis”⁴ e a pesquisa qualitativa “é em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas. Em torno do termo pesquisa qualitativa, encontra-se uma família interligada e complexa de termos, conceitos e suposições”⁵.

RESULTADOS OBTIDOS

O Curso Superior de Tecnologia em Cosmetologia e Estética, através do Projeto “Doutores da Beleza”, desenvolve ações promovendo resultados positivos tanto para o meio universitário quanto para a comunidade beneficiada, visto que o projeto em vigência compartilha interesses em comum quando se destaca a busca continuada da melhoria das condições de vida das crianças, adolescentes e idosos que são o público alvo do projeto. Tens se observado os benefícios gerados aos alunos participantes do projeto, especialmente em relação ao aprendizado fora da sala de aula. Entre as formas de aprendizagem destaca-se a construção de um conhecimento humano mais abrangente, rico em informações fundamentais de voluntariado, cidadania, solidariedade e ética que são colocados em prática. O aluno voluntário se sente útil por participar das transformações necessárias para construção de um futuro ainda melhor. Através da participação e desenvolvimento de projetos de extensão voluntária, é possível refletir de que forma ele contribuiu para formação profissional desse aluno, especialmente no que se refere ao seu comportamento ético, solidário, e responsabilidade com o social. Percebe-se que os alunos que participam de projetos sociais criados pela Universidade se tornam profissionais mais bem preparados e diferenciados. Sendo que tais projetos podem incentivar alunos, professores e funcionários a transformar a realidade que os rodeiam, tornando-se mais críticos e conscientes de seu papel como cidadãos em relação a atual sociedade em que vivem. Aprendemos como professoras e monitora integrantes do projeto “Doutores da Beleza”, que educar é despertar e potencializar as qualidades do ser humano. O que cada um traz de melhor dentro de si será o seu grande diferencial. Portanto, através do desenvolvimento de projetos como os “Doutores da Beleza” se obtêm uma mudança no comportamento da sociedade em relação a uma nova consciência de responsabilidade cidadã para com os menos favorecidos, criando a oportunidade de crescimento pessoal e uma rica bagagem no relacionamento interpessoal. Sendo assim, tal projeto incentiva os alunos, professores e funcionários e contribuir para a mudança, através das atividades realizadas, a realidade que os rodeiam tornando-os mais críticos em relação a atual sociedade em que vivem, sendo mais conscientes de seu papel como cidadãos. Considerações finais: A sociedade se direciona atualmente para um caminho em que os valores humanos, como, coletividade, caridade, compaixão, estão cada vez mais perdidos pela influência do modelo de desenvolvimento atual que muito contribui para o individualismo das pessoas, tornando-as mais egoístas, e preocupadas somente com seu progresso material. Ações estruturadas e intencionais de um grupo ou organização social que partem da reflexão e do diagnóstico sobre uma determinada problemática e buscam contribuir de alguma forma para melhorar ou modificar essa atual realidade, utilizando de projetos educacionais articulados em estratégias que complementam a metodologia de ensino utilizada em sala de aula, se firma como uma forma de modificar esses conceitos tão perdidos na atualidade. Por meio do serviço voluntário, é possível consolidar a cidadania e contribuir para mudanças promovidas pela participação social. Assim, é a capacidade de participação consciente e solidária na realização de projetos e objetivos que digam respeito ao interesse de todos. Vê-se a importância do desenvolvimento de projetos desta magnitude como forma de levar as pessoas a tomarem consciência de sua importância não só na sociedade, mas, principalmente, para si mesmas e para aqueles com quem convivem. Assim acreditamos que como docentes temos

Fabiana Marin Thives Ellery, Fátima Cecília Poletto Piazza, Priscila Maris Kreis Diretti

a responsabilidade de potencializar e almejar junto aos alunos uma forma de conhecimento mais abrangente que realmente contemple todos os seus aspectos individuais, principalmente os que destacam os valores intrínsecos impulsionando-os a realização pessoal e profissional. Desta forma fica a reflexão do que projeto como o “Doutores da Beleza” bem como outros projetos de extensão da Universidade tem contribuído para formação educacional profissional diferenciada dos alunos participantes por permitir esse novo conceito de aprendizado social.

Palavras-chave: Projeto extensão. Doutores da beleza. Voluntariado.

Fonte de financiamento: Universidade do Vale do Itajaí.

NOTAS

- 1 GOBITTA, Mônica; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Estudo inicial do inventário de autoestima (SEI)** – Forma A. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002.
- 2 DOMENEGHETTI, Ana Maria Martins de Souza. **Voluntariado:** gestão do trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Esfera, 2001. p. 77.
- 3 DUBAR, Claude. **A Socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- 4 GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002; p. 42.
- 5 DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias abordagens. 2 ed. São Paulo: Artemed, 2003.

PROGRAMA DE EXTENSÃO INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVA POPULARES DA UNOCHAPECÓ

Ana Maria Pereira Puton
E-mail: anampp@unochapeco.edu.br

Carlos Eduardo Arns
E-mail: tche@unochapeco.edu.br

Nair Bender
E-mail: nairbender@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de Chapcô (Unochapecó)

INTRODUÇÃO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)¹ é um Projeto Permanente de Extensão Universitária, que tem por finalidade promover a inserção na economia formal de grupos sociais excluídos, a partir da sua organização para o trabalho, por meio da incubação e do acompanhamento de empreendimentos de economia solidária na perspectiva da autogestão. Procura garantir a autonomia e independência tanto do sujeito/indivíduo como do empreendimento/coletivo.

OBJETIVOS

A ITCP da Unochapecó nasceu num contexto de crise social e econômica da região Oeste do Estado de Santa Catarina. Por essa razão, seu objetivo foi de se consolidar como programa de extensão e fortalecer seus empreendimentos, melhorando as condições de vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo que se encontravam excluídos do mercado formal de trabalho e dos direitos básicos de cidadania. Suas ações contribuem e auxiliam na construção de alternativas de geração de trabalho, renda e organização dos grupos populares desta região, que sofrem com o desemprego, a desqualificação diante das exigências do mercado de trabalho, o êxodo rural e a baixa qualidade de vida.

METODOLOGIA

Criada em 2003, trabalha com a incubação e assessoria a empreendimentos, cuja gestão se pauta nos princípios da *Economia Solidária* (Ecosol), como *cooperação*, *solidariedade* e *auto-gestão*. Sua

metodologia para com os empreendimentos consiste na pré-incubação, incubação e pós- incubação. Compreendem as etapas de pré-incubação: atividades necessárias à identificação e seleção das demandas, diagnóstico e estudo de viabilidade econômica. Incubação: envolve a elaboração e execução do projeto do empreendimento, formação em Ecosol e capacitação técnica. Pós-incubação: atividades periódicas de avaliação e acompanhamento do planejamento e dos resultados. Internamente a metodologia consiste, além de planejamentos, reuniões, diagnósticos e pesquisas. Nas atividades dos Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES), realizados com as equipes, os grupos são definidos de acordo com as demandas da Incubadora oriundas das ações com os empreendimentos ao longo dos anos. Os eixos temáticos compreendem tópicos que perpassam as temáticas trabalhadas com os grupos e as necessidades dos empreendimentos incubados, sendo os seguintes eixos: Jurídico, Contábil Administrativo; Econômico Produtivo; Relações Interpessoais; Pedagógico.

RESULTADOS OBTIDOS

Historicamente a Incubadora vem executando essas ações sendo fortalecida com recursos de projetos externos que possibilitaram inicialmente a estruturação e sua consolidação, posteriormente a amplitude, seguida da proposta de inserção territorial, culminando na ampliação de sua inserção na região do Oeste de Santa Catarina, buscando assim maior alcance do seu trabalho. A partir de 2012 passou também a atuar com o fortalecimento da rede de catadores, público que se manifestou prioritário nas ações de entidades que fomentam o trabalho inclusivo. Em 2004 a ITCP atuou em 12 iniciativas, através da parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Chapecó, que coordenava o Programa de Geração de Trabalho e Renda (PGTR). Este trabalho desenvolvido através desta parceria foi premiado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Ciclo de Premiação/2004, do Programa Gestão Pública e Cidadania. Foi realizado um curso de Capacitação em Formação e Gestão de Cooperativas Populares, com 74 participantes. Nos anos de 2005 e 2006 a ITCP atuou com 20 empreendimentos de Ecosol (EES), cumprindo a proposta apresentada no projeto “Consolidação da Incubadora de Cooperativas Populares da Unochapecó”, encaminhado via UNITRABALHO e aprovado junto à FINEP, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. No ano de 2004 também inseriu quatro bolsistas, cinco estagiários voluntários, sete professores. Entre os anos de 2005 e 2006 a ITCP executou o projeto “CRIARTE – Profissionalização do Artesanato em Chapecó”², financiado pelo Programa Petrobrás FOME ZERO, cujo público atendido em sua maioria mulheres. Foram constituídos seis núcleos de articulação das artesãs e das ações do Projeto CRIARTE, que capacitou 108 mulheres, estas situadas em vários bairros da cidade. Um dos resultados foi a produção de um vídeo institucional denominado: CRIARTE profissionalização do artesanato em Chapecó. Em 2006 a ITCP realizou a primeira etapa (Pesquisa de egressos PlanTeQ SC 2004) do Projeto “Avaliação do PNQ como Política Pública e Formação de Gestores e Conselheiros de Políticas Públicas de Trabalho e Emprego e Renda”. De abril de 2007 a outubro de 2009 a ITCP-Unochapecó atuou na implementação (incubação) da Ites-UNOESC Xanxerê (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, Universidade do Oeste de Santa

Catarina/Campus Xanxerê), projeto também financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), via Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) teve o objetivo de criar e implantar uma nova incubadora. No período de 2008 a 2010 a ITCP executou o projeto “Intensificação dos processos de incubação da ITCP-Unochapecó e fortalecimento de sua inserção no contexto territorial do Oeste de Santa Catarina”, na modalidade B do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), de fortalecimento das incubadoras de Ecosol. Tendo os seguintes resultados: 15 integrantes da equipe técnica capacitados nas mencionadas áreas para atuação nos empreendimentos; 23 empreendimentos atendidos nas 3 etapas da metodologia de incubação; 8 Artigos publicados. Elaboração da metodologia dos Pós- PDAs(Plano de desenvolvimento dos assentamentos). Estudo de mercado de um empreendimento; três cartilhas elaboradas; 10 vagas de estágio oferecidas; participação da equipe técnica em 25 eventos da Ecosol. Nos anos de 2010 a 2013 vem executando o projeto “Ampliação da Inserção da ITCP-Unochapecó no movimento da economia solidária no oeste de Santa Catarina”, em parceria com MTE/Senaes. Com objetivo de fortalecer a Itcp-Unochapecó externamente em seu apoio ao movimento da economia solidária, através da assessoria aos empreendimentos. Na dinamização dos espaços de representação e gestão a partir dos seus três grandes atores (empreendimentos de economia solidária, organizações de apoio e gestores públicos), e internamente na institucionalização da Economia Solidária nos espaços acadêmicos. Em 2011 aprovou e vem executando (até 2014) o projeto “Tecendo Rede de Reciclagem”, com duração de 36 meses, este tem o objetivo de “Fomentar a construção da rede de catadores da região oeste de Santa Catarina a partir dos territórios em construção e fortalecer as organizações e empreendimentos econômicos solidários constituídos principalmente por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis em situação de extrema pobreza”. Os Empreendimentos de Economia Solidária assessorados/incubados pela ITCP desde 2004 até o final de 2012 foram mais de 50. Nesses dez anos de atividade também participou da articulação do movimento de Ecosol na região oeste catarinense do estado de Santa Catarina, através do fortalecimento das entidades de apoio à Economia Solidária como: o Fórum Regional de Economia Solidária (FRES) e o Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES). A ITCP integra a Rede UNITRABALHO; é membro da Rede Nacional de ITCPs. Desenvolveu projetos em parceria com financiadores como: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); PROGRAMA PETROBRÁS/ Fome Zero; integrou a Equipe Gestora Estadual de Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária em seus três anos de execução, na região Oeste do estado de Santa Catarina, abrangendo mais de 100 municípios.

CONSIDERAÇÕES

Se os objetivos da incubadora abrangem assessorias acompanhamentos dos empreendimentos e de grupos em formação, fortalecimento da Economia Solidária, também se destina a cumprir com a função social da universidade, fluindo a inserção de alunos e profissionais que estão em formação nos espaços populares e com essas experiências desenvolver atividades de interesse

Ana Maria Pereira Puton, Carlos Eduardo Arns, Nair Bender

social nas diversas áreas do conhecimento. E entendemos que a Incubadora vem desenvolvendo este papel de forma sistemática e processual através das ações de incubagem e de sua metodologia de assessoria, também por meio do protagonismo na viabilização de recursos que auxiliam o fortalecimento deste processo, além de primar pelas ações pedagógicas internas através do seu processo interdisciplinar de modo participativo.

Palavras-chave: Incubadora. Economia Solidária. Inclusão.

Fonte de financiamento: Ministério do Trabalho e Emprego / MTE

NOTAS

- 1 UNOCHAPECO. Projeto de programa permanente de Extensão Universitária. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UnoChapecó. Chapecó, Anos 2003 a 2012.
- 2 Relatório de Final. Programa Petrobrás fome zero: “profissionalização do artesanato em Chapecó – projeto Criarte”. Chapecó. 2006.

PESQUISA-ENSINO-EXTENSÃO: DENTRO OU FORA DA SALA DE AULA? REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO DE “ESPAÇOS E ESTRUTURAS EDUCADORAS”

Emerson Fritzen da Silva, José Matarezi

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o conceito em construção “Espaços e Estruturas Educadoras”¹ como norteador para desenvolvimentos de ações que envolvam Pesquisa-Ensino-Extensão apresentando como exemplo prático o experimento educacional “Caminhos de Encontros e Descobertas”, o qual se utiliza da metodologia “Trilha da Vida”. Borges² define que *“um espaço pode ser educador sem ser sustentável e ser sustentável sem, necessariamente, ser educador. Compreender essas dimensões e distinções é fundamental para que a escola possa se transformar em um espaço efetivamente sustentável, tanto pela coerência de suas práticas e posturas, como por sua intencionalidade deliberada em educar para a sustentabilidade”*. O experimento educacional “Caminhos de Encontros e Descobertas” funciona como um ambiente de aprendizagem e contempla as dimensões básicas de um espaço educador estruturado num jardim ao ar livre no campus da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) de Itajaí (SC). Este espaço educador está associado às ações da Sala Verde “Observatório de Educação, Saúde, Cidadania e Justiça Socioambiental do Vale do Itajaí, SC” (Sala Verde de Itajaí). O fato de se ter um “espaço e estrutura educadora” dentro do campus universitário, mas ao mesmo tempo, fora da sala de aula; provoca várias reflexões sobre nossas práticas em termos de pesquisa-ação, ensino, extensão e gestão no campo da Educação Ambiental. Bem como nos permite problematizar a questão “Pesquisa-Ensino-Extensão”, refletindo para quem? Para quê serve? Onde e Quando? Ou seja, quais os espaços e tempos necessários à extensão e a pesquisa universitária? É possível extensão dentro da Universidade? Para quem? Por quê? Foi na tentativa de responder a questões como estas que se criou este *espaço educador* associado a necessidade de se ter um sistema de interpretação e educação ambiental associado à parte do Morro da Cruz adjacente ao campus I da UNIVALI. Uma área de alto risco ambiental que vem recebendo uma série de intervenções, desde 2010, pelo projeto “Restauração da Biodiversidade: Análise do processo de recuperação de uma área no Morro da Cruz, Itajaí, SC” parcialmente financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Atualmente o projeto é desenvolvido com apoio da ProPPEC-Extensão da UNIVALI. Dentro deste projeto são desenvolvidas pesquisas integradas ao ensino e extensão, em especial no campo da Educação Ambiental (EA), pelo Laboratório de Educação Ambiental (LEA) do Centro de Ciência Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar) da UNIVALI.

OBJETIVOS

Contribuir com a inserção da pesquisa sobre a biodiversidade no âmbito da Universidade do Vale do Itajaí em ações contínuas e formadoras que envolvam ‘pesquisa-ensino-extensão-gestão’ de forma integrada e sistêmica dentro de sua responsabilidade socioambiental; Desenvolver metodologias e atividades de Educação do Corpo e Educação Ambiental sobre recuperação de áreas degradadas, conservação da biodiversidade e percepção de riscos ambientais direcionadas a comunidade universitária e do entorno do Morro da Cruz; Possibilitar um aprofundamento conceitual da Educação Ambiental numa perspectiva crítica, emancipatória e transformadora, criando e implantando “espaços e estruturas educadoras” relacionados a Trilhas Perceptivas e de Interpretação das diversidades biológica e cultural, assim como das práticas corporais junto à natureza.

METODOLOGIA

O processo educativo fundamenta-se na Teoria da autoatividade e é mediado pelo Experimento Educacional Transdisciplinar “Caminho de Encontros e Descobertas”, que utiliza um Jardim no Campus I da UNIVALI como uma miniatura de um sistema complexo, para motivar os educandos, de forma inclusiva (portadores de necessidades educacionais especiais ou não), num processo de aprendizagem significativa. Desencadeia vivências subjetivas que permitem ao educando entrar em contato com sua realidade interna e externa, ao experimentar uma realidade concreta que mobiliza intensamente os fenômenos da percepção, interpretação e representação. Tem como procedimento criar circunstâncias de aprendizagem centradas no aluno, ao proporcionar uma caminhada intencional com alto grau de interatividade com o Jardim e entre os participantes, por meio do isolamento da fala. Para concentrar e ampliar a exploração e o contato com o meio existe a tarefa aberta de realizar uma troca com os elementos significativos deste jardim. Esta troca possibilita exercitar a opção na ação, provocando a autoatividade (ação-reflexão) e autonomia do educando. Associadamente estimula-se a permanência reflexiva e contemplativa em algum lugar significativo. Através de um exercício de contato, observação e interação dos sentidos, cria-se a possibilidade de descobertas na dinâmica local, que podem ser expressas de diferentes formas, através dos vários elementos existentes no jardim aproximando os sujeitos da realidade vivenciada. Após este movimento, o grupo é integrado através da narrativa individual de sua experiência, compartilhando suas descobertas no e com o grupo. Esta narrativa se desdobra em diálogo, potencializando níveis de comunicação e compreensão de acordo com as características singulares do educando. Incentiva a integração da diversidade, levando em consideração os conhecimentos e o estágio do desenvolvimento humano de cada educando. A liberdade para exercitar diversas formas de expressão é fundamental, pois estimula a imaginação, provoca a reestruturação e/ou integração dos esquemas do conhecimento do indivíduo e do grupo, além de promover a ação cooperativa e solidária entre os sujeitos do processo educativo. Esta atividade permite trabalhar com diversos tipos de públicos, independente de idade e características dos grupos. Faz parte da metodologia a realização de rodas de diálogo nas quais são produzidas e gravadas narrativas. Estas narrativas refletem as experiências individuais e coletivas do grupo revelando a intersubjetividade peculiar do

Emerson Fritzen da Silva, José Matarezi

grupo e podem ser sistematizadas pelo próprio grupo caso haja a possibilidade de desdobramento das vivências em sala de aula.

RESULTADOS

Por se tratar de um projeto piloto e ter a necessidade em formar monitores, este experimento, desde 2012, já atendeu 106 participantes; na maioria crianças e adolescentes, bem como crianças do jardim de infância e deficientes físicos, desvelando e capacidade do local como espaço educador, além de favorecer a inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suas linhas de pesquisa o LEA/CTTMar/UNIVALI tem contribuído para o aprofundamento de conceitos e metodologias novas no campo da EA. Enquadram-se neste caso, a metodologia Trilha da Vida e o conceito “espaços e estruturas educadora”. A proposta do estudo é estabelecer a relação de ensino-aprendizagem dentro dos fundamentos da Educação Ambiental crítica, emancipatória e transformadora e do conceito de “Espaço e Estrutura Educadora” dentro do campus universitário. Utiliza-se de metodologias e ambientes que potencializam a aprendizagem do educando e o ensino do educador, fora da sala de aula, mas dentro do ambiente universitário, incluindo os fatores socioambientais em que os mesmos estão inseridos para uma construção coletiva e participativa. Esta construção se dá em novos processos contínuos e permanentes, se desdobrando em conhecimentos e ações, tanto para políticas públicas, quanto para provocar mudanças em âmbitos escolares, comunidades e até em ambiente familiar, contribuindo para educar cidadãos para sociedades sustentáveis assim como Borges (op. cit.) coloca *“que uma postura individual ética, coerente e sustentável seja fundamental para nos aproximarmos da mudança que queremos, sabemos também que é necessário ir além e despertar a consciência e um senso de responsabilidades coletivas. As ações precisam passar do nível individual para o social e a educação ambiental, ao educar para sociedades sustentáveis, cumpre um papel estratégico nesse sentido”*.

Palavras-chave: Espaços e Estruturas Educadoras, Pesquisa-Ensino-Extensão, Metodologia.

NOTAS

- 1 MATAREZI, J. (2005): “Estruturas e Espaços Educadores: Quando espaços e estruturas se tornam educadores”. In: FERRARO JÚNIOR, L.A. (Org.). Encontros e Caminhos: Formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental. Brasília.
- 2 Borges, C. Espaços Educadores Sustentáveis: Vida Sustentável: Ações Individuais e Coletivas Rio de Janeiro: Salto para o Futuro 2011. <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/194055espacoseducadoressustentaveis.pdf>

ENGENHARIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ismael Dagostin-Gomes, Miryan Cruz Debiasi,
Vandrega Vigarani Dorregão, Celso de Oliveira Souza

E-mail: sanitariaeambiental@unibave.net
Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental configura-se, na atualidade, como uma das questões mais importantes em nível local e global. Deste modo, um dos maiores desafios que esta questão enfrenta é o fato de a mesma ser parcialmente interpretada, sem que todos os enfoques de sua completude sejam percebidos. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias que auxiliem a população a superar esta condição, fazendo com que a busca da qualidade de vida seja paralela à busca pela qualidade do meio ambiente, e a educação ambiental surge como uma das melhores maneiras de promovermos essa aspiração.

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

Desta forma, este trabalho tem o objetivo de explanar acerca de uma prática de educação ambiental desenvolvida por acadêmicos do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Centro Universitário Barriga Verde - Campus Orleans (SC), em escolas da educação básica da região das encostas da Serra Geral (Urussanga, Treviso, Siderópolis, Orleans, Rio Fortuna, Braço do Norte, Grão Pará, Lauro Müller, São Ludgero, etc) no primeiro semestre letivo de 2013. Seu desenvolvimento é justificado, pois se acredita que não há possibilidade de conservação da biodiversidade sem que haja conhecimento dos seus constituintes, isto é, não se preserva o que não se conhece.

METODOLOGIA

O projeto consistiu-se na confecção e utilização de animais taxidermizados para a sensibilização ambiental. Processos de preparação de material biológico vêm sendo criados, aperfeiçoados e

aplicados desde os primórdios da civilização¹, e entre eles destaca-se a taxidermia. De acordo com Soares², a taxidermia é a “arte de empalhar animais mortos, dando-lhes a aparência de vida, com a preservação de seu aspecto externo.” Em outras palavras, pode-se defini-la como uma prática que objetiva reproduzir espécies vertebradas utilizando técnicas de manutenção de sua pele, valendo-se de conhecimentos científicos e artísticos³. A taxidermia para fins investigativos recebe a designação de científica, sendo desenvolvida principalmente em instituições de pesquisa. Por sua vez, a taxidermia destinada para fins didáticos, exemplificada neste trabalho, é denominada de artística, encontrada geralmente em museus e exposições de âmbito pedagógico. Os exemplares utilizados no processo de taxidermia foram geralmente oriundos de rodovias, vitimados por atropelamentos. No caso de animais marinhos, a condição de vítima deu-se, na maioria dos casos, pelo esgotamento pós-deslocamento migratório ou por alterações antrópicas (perturbação, estresse, etc). Ainda, receberam-se doações de órgãos públicos de defesa e monitoramento ambiental, sendo que os espécimes, não vivos, seriam originados da caça ilegal ou de cativeiros desautorizados. Para a aplicação do processo é recomendável a utilização de jaleco, luvas, máscaras e óculos de proteção por parte da equipe de taxidermistas e auxiliares, e que o mesmo seja praticado em laboratórios científicos, que contenham infraestrutura apropriada para acondicionamento, limpeza e descarte do material biológico, além de garantir requisitos sanitários. Sobre a bancada de trabalho, colocaram-se os objetos e utensílios que foram utilizados no processo (bisturis, pinças, agulhas, tesouras, alicates, linhas), proporcionando agilidade na execução das etapas. Também esteve disponível um recipiente para os restos animais que foram descartados. Com o exemplar descongelado e limpo, fez-se uma incisão com o bisturi no abdômen (em alguns casos, para exposição frontal, a incisão ocorreu no dorso), aproximadamente do externo até região anal⁴. Foi através desta incisão que se deu a retirada das vísceras e dos ossos de mamíferos, aves e répteis. Para peixes a incisão ocorreu da base da cabeça até a área anal. Em seguida, com o auxílio do bisturi e de pinças, iniciou-se a separação da pele do animal, procurando ter cuidado para não romper os órgãos abdominais¹. Após o destaque total da pele na região ventral do espécime, seguiu-se com o corte dos ductos genitais e anal. Ao encontrar os membros posteriores, procurou-se desnudá-los, realizando, com o uso do alicate ou de tesoura, a sua desarticulação. Mantiveram-se as patas ou nadadeiras integralmente, sendo que as mesmas foram tratadas com formol. No caso de animais com cauda, de espessura mediana ou alta, retirou-se a estrutura adiposa, muscular e óssea. Em espécies com cauda de baixa espessura, também aplicou-se formol. Subsequentemente, prosseguiu-se com a retirada da epiderme na parte anterior do exemplar, realizando a desarticulação dos seus membros, igualmente descrito para os posteriores. Novamente mantiveram-se as patas, asas ou nadadeiras. Nos mamíferos, o crânio foi destacado do corpo na região da garganta e foi cuidadosamente separado da pele. Após sua remoção, o crânio pôde ser totalmente limpo com o auxílio de pinças, devendo restar unicamente a parte óssea. Em aves o crânio não foi retirado³, assim como em peixes e répteis, e recebeu limpeza extrema. Com a epiderme completamente isolada, realizou-se a etapa química. Auricchio e Salomão¹ sugerem a imersão da pele em álcool comercial por um período de no mínimo 30 minutos (podendo permanecer no escuro até alguns anos), além do tratamento com formol das partes que apresentaram início de perda dos pelos. Porém, para que o curtimento ocorresse de maneira eficaz, posteriormente à retirada do álcool, a face interna da pele foi revestida com mistura de bórax e

alúmen em iguais proporções⁴, o que garantiu inércia aos ataques microbiológicos e entomológicos. Após a realização da etapa química, ocorreu a elaboração do molde corporal, baseado na carcaça remanescente. O molde foi confeccionado com arame galvanizado envolto com estopa³. Também pode ser confeccionado através de bloco de isopor, com algodão, acrílico, entre outros. Nos membros de locomoção e na cauda, quando aplicável, introduziu-se arame galvanizado, para conferir sustentação e permitir a definição da postura do animal. O crânio também foi envenenado na mistura química de conservação, podendo ser preenchido e revestido com argila³. Em seguida, foram colocados os olhos artificiais e ajustados logo que a pele foi acomodada ao molde corporal. A etapa de costura necessitou ser executada com precisão, procurando produzir a mais imperceptível intervenção, camuflada pela pelagem ou plumagem da espécie, ou evitando a perda de escamas. As linhas escolhidas eram resistentes, além de possuírem cor similar à coloração do exemplar em vias de taxidermia. Com o animal finalizado, fixou-se o mesmo em uma base sólida, que geralmente era ornamentada com elementos que simularam seu habitat natural. Além disso, fez-se o uso de tintas e vernizes em partes do corpo de algumas espécies, realçando sua aparência natural.

RESULTADOS

Foram confeccionados 08 espécimes (uma unidade de: pinguim-de-magalhães, capivara, quati, macaco-bugio, lagarto-teiú, gambá, ouriço-cacheiro e urubu) que foram expostos em escolas, para um público aproximado de 1000 pessoas. Os espécimes produzidos pelo processo de taxidermia são constituintes de coleções biológicas pertencentes a instituições de pesquisa e ensino. Com os animais finalizados, alguns acadêmicos, supervisionados por um docente responsável pelo projeto, realizaram exposições monitoradas em escolas, sob agendamento prévio, difundindo informações referentes às espécies (região de ocupação, dieta alimentar, hábitos, etc). Os animais são expostos geralmente em dioramas, que simulam o local natural de ocorrência das espécies, abordando-se, deste modo, outras informações que não zoológicas: geológicas (solos, rochas, relevo), botânicas (plantas nativas e exóticas), climáticas (temperatura, precipitação, radiação) e antrópicas (impactos provocados pela população). Considerações finais: Percebeu-se que os alunos apropriaram-se de alguns conhecimentos referentes à conservação da biodiversidade local, já que os recursos utilizados para a mediação das informações constituiu-se de elementos concretos, o que acaba exercendo um grau de atratividade muito maior do que meros textos e gravuras relacionadas ao assunto. Assim, esta metodologia “inédita” nas escolas foi extremamente bem avaliada pelos gestores e educadores envolvidos nas visitas, pois além de oportunizar conteúdos conceituais (propriamente ditos) sobre meio ambiente, proporcionou a saída da rotina tradicional das aulas e a discussão de novos espectros sobre as questões que permeiam o meio ambiente. Para os acadêmicos, o projeto possibilitou troca de experiências e a aproximação com o mercado de trabalho, já que muitas atribuições desempenhadas pela engenharia ambiental e sanitária são diretamente associadas à busca pelo modelo sustentável de desenvolvimento, e este depende da sensibilização (educação) ambiental.

Palavras-chave: Extensão. Educação ambiental. Engenharia ambiental e sanitária.

NOTAS

- 1 AURICCHIO, P; SALOMÃO, M. da G. (Org.). Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos. São Paulo: Arujá: Instituto Pau Brasil, 2002.
- 2 SOARES, J.L.. Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia. São Paulo: Scipione, 2005.
- 3 HJORTAA, H. Taxidermia: embalsamento de aves e mamíferos. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- 4 GONZÁLEZ, J. C. Técnicas de campo – captura e conservação, atividades de laboratório para o estudo dos mamíferos e manutenção de coleções – curadorias. Divulgação Museu de Ciência e Tecnologia – UBEA/PUCRS, Porto Alegre, n. 8, p. 41-45, out. 2003.

CINEDUCAÇÃO: UMA DÉCADA

Nielson Ribeiro Modro

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

E-mail: nielson@modro.com.br

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

Há dez anos é desenvolvido na Univille o projeto de extensão Cineducação: “Site de Apoio Didático, para Professores, para Utilização de Filmes em Sala de Aula”. Trata-se de um projeto de extensão, vinculado ao departamento de Letras, que desde 2003 tem tido diversos desdobramentos e tem ajudado a difundir o uso do cinema de forma didática. Sua ideia surgiu em 2002 ao ofertar uma disciplina eletiva no curso de Letras da UNIVILLE: Literatura e Cinema, disciplina voltada para a análise de aspectos de produção cinematográfica, crítica e a ligação entre cinema e literatura. Um dos trabalhos desenvolvidos na parte final do curso era a busca por filmes que pudessem ser utilizados em sala de aula com finalidade didática, fosse para introduzir, explicitar ou complementar algum assunto que porventura viesse a ser trabalhado com os alunos. Na busca por filmes, verificando ser difícil achar material disponível de qualidade e em quantidade suficiente nasceu o Cineducação. Mais do que sugerir o uso didático de filmes o projeto busca auxiliar na escolha e no bom uso do recurso em sala de aula, pois há muito é perceptível que as transformações tecnológicas da atualidade também têm modificado o cotidiano das pessoas em praticamente qualquer tarefa que se realize, das mais simples às mais sofisticadas, sempre tendo cada vez mais a presença de inovações tecnológicas. Assim, mesmo a escola vem sofrendo estas influências e necessita modificar-se e adaptar-se a uma nova realidade, buscando novas metodologias de ensino, inovando e incluindo recursos que possam auxiliar o professor no seu trabalho. Como consequência a sala de aula fica mais próxima da realidade do aluno atual, sendo mais agradável e interessante. A sociedade atual é basicamente imagética, já que a base das informações cada vez mais se faz por meio visual. O filme, se bem utilizado, pode ser um estímulo para uma aprendizagem mais ampla de determinado assunto, visto que o cinema incorpora diversas linguagens abrindo inúmeras possibilidades semióticas de percepção da realidade circundante. Se o professor souber como utilizar essa linguagem, essencialmente visual mas que engloba ainda a verbal, terá uma ferramenta

Nielson Ribeiro Modro

poderosíssima em suas mãos, enquanto auxílio didático. O uso do cinema didaticamente, ainda que não seja algo novo, desperta a cada dia mais interesse por parte dos professores e o mundo acadêmico tem produzido farto material a este respeito, prova de que o projeto, em sua década de existência tem não apenas feito parte desta evolução mas também servido como referência para tal.

OBJETIVOS

O Cineducação possui como objetivo principal a pesquisa e sugestão de filmes que possam ser utilizados com finalidade didática, ou seja, através de pesquisas e sugestões localizam-se filmes que tragam em seu conteúdo questões que possam ser abordadas em sala de aula, de forma a complementar e auxiliar didaticamente em relação aos conteúdos trabalhados. Seu principal difusor é o site do projeto.

METODOLOGIA

O projeto busca selecionar filmes e sugerir seu uso adequado em sala de aula. Hoje a questão não é quanto a ser utilizado ou não este recurso, mas sim se a sua utilização é feita de forma eficiente ou não. Por experiência pode ser afirmado que há algumas formas equivocadas quanto à sua utilização. As principais são geralmente por desconhecimento ou falta de um maior rigor quanto ao critério adotado. Deve-se, porém, considerar que o uso do filme deve ser de forma racionalizada evitando os erros comuns de usar filmes sem critérios. Deve-se evitar seu uso como tapa-buraco, substituindo uma eventual falta de professor ou em períodos de final de bimestre; como um mero entretenimento sem que haja objetivo algum que não o da diversão; apenas como recurso inovador, um show com gosto da novidade e inovação mas que passa a ser utilizado a todo momento, em excesso e sem critérios; como um substituto do próprio professor para suas aulas; enfim o mero uso sem que haja qualquer objetivo que não seja o de ocupar as aulas com alguma coisa interessante e que mantenha os alunos calmos o suficiente para que a sala continue intacta. Sem dúvida deve-se considerar que o vídeo pode, e deve, ser utilizado, porém com planejamento e de forma racional, com critérios e nunca como um substituto das aulas, do professor ou do conteúdo. Trata-se de um recurso auxiliar, complementar, e deve ser trabalhado como tal. Ou seja, deve-se considerar que há a necessidade de adequar o filme à proposta desejada, expondo quais os objetivos desejados e como se espera alcançá-los. Os objetivos ao trabalhar com os filmes devem ser bem claros, sempre voltados para a apresentação ou complementação de conteúdos. Se possível utilizar os temas de forma interdisciplinar, interligando com outras disciplinas e buscando a horizontalização na discussão dos assuntos abordados. Para isso pode-se utilizar o conteúdo (enredo/narrativa), a linguagem (verbal/visual/sonora), os aspectos técnicos, os temas e desdobramentos temáticos possíveis. Desta forma o projeto busca não apenas orientar quanto ao uso correto do recurso mas ainda proporciona uma série de sugestões de filmes, nas mais diversas áreas e níveis, para serem utilizados em sala de aula.

RESULTADOS OBTIDOS

Durante seus dez anos de existência o projeto tem tido uma série de desdobramentos além do site, como dezenas de palestras, mini-cursos de capacitação, participação em eventos acadêmicos e publicações como os setes livros já lançados. O projeto já participou de uma série de publicações, entre elas uma parceria de quase três anos com o jornal paulista A Turma do Pulguinha, que tinha periodicidade mensal e uma tiragem de 6.000 exemplares mas deixou de ser publicado em dezembro de 2011. O resultado desta parceria gerou a análise de cerca de 30 filmes publicados, voltados principalmente ao público infantil. Em 2012 foram adicionados a estes outros textos inéditos e o total de 60 filmes analisados, todos com censura livre, geraram o livro Cineducação para Crianças. O Cineducação também teve uma parceria de dois anos, entre 2011 e 2013, com a rádio educativa Udesc FM, levando ao ar o programa Cinema no Ar, fazendo parte da grade fixa da programação semanal num total de 100 programas inéditos, gerando em 2013 um livro homônimo, Cinema no Ar, contendo todos os programas levados ao ar. Após o centésimo programa houve algumas alterações e com um novo formato tem-se agora o programa Papo e Cinema, também com horário fixo na programação semanal da Rádio Udesc FM. Os sete livros já publicados pelo projeto são: **Cineducação: Usando o Cinema na Sala de Aula** - 2005 - contendo uma parte teórica e a sugestão de 39 filmes, resultado das pesquisas feitas em 2004 e 2005; **Cineducação 2: Usando o Cinema na Sala de Aula** - 2006 - contendo uma parte teórica e a sugestão de 51 filmes; **Cineducação em Quadrinhos** - 2006 - contendo a teoria do projeto, oriunda dos dois primeiros livros, roteirizada e apresentada na linguagem dos quadrinhos; **Nas Entrelinhas do Cinema** - 2008 - um guia quanto à leitura e produção de vídeos; **O Mundo Jurídico No Cinema** - 2009 - voltado para o mundo jurídico e contendo a análise de mais de 30 filmes, dos quais 27 específicos sobre o assunto; **Cineducação para Crianças** - contendo análise de 60 filmes com censura livre para público infantil e infanto-juvenil; e, **Cinema no Ar** – contendo os 100 programas levados ao ar na Rádio Udesc FM e as trilhas sonoras dos filmes analisados. Ressalte-se que o site do projeto tem tido uma visibilidade bastante significativa sendo que em 2012 houve números animadores em relação ao projeto já que entre 01 de janeiro e 31 de dezembro foram no total 29.308 visitantes. Também há no site, disponibilizados na versão integral em pdf, seis livros, que apenas em 2012 tiveram um total de 7.566 downloads, especificamente: 3.074 – O Mundo Jurídico no Cinema; 2.816 – Cineducação 2; 869 – Salve o Cinema; 357 – Artigos Esparsos; 228 – Cineducação em Quadrinhos; e, 222 – Nas Entrelinhas do Cinema. Em 2013 estes números continuam animadores, já que entre 01 de janeiro e 16 de julho, houve 17.225 acessos e os livros disponibilizados tiveram um total de 3.291 downloads, especificamente: 1.570 – O Mundo Jurídico no Cinema; 870 – Cineducação 2; 329 – Salve o Cinema; 225 – Artigos Esparsos; 155 – Cineducação em Quadrinhos; e, 142 – Nas Entrelinhas do Cinema. Também estão disponíveis no site os podcasts do programa Cinema no Ar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES/PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

Os filmes sugeridos no projeto são de cunho comercial, sendo facilmente encontrados em locadoras de porte médio a grande ou em lojas especializadas. Todos são apresentados com uma estrutura idêntica de análise: sua ficha técnica, uma breve sinopse e algumas linhas de trabalho, sugestões, que podem ser desenvolvidas em relação ao filme. Há algumas possibilidades de leitura, cabendo a cada um expandi-las, bem como buscar novas e possíveis leituras. Acrescente-se ainda que o site também pode ser utilizado por qualquer outra modalidade de público que porventura tenha interesse em buscar uma nova perspectiva quanto à leitura dos filmes sugeridos, que não a de mero entretenimento. A experiência, até o presente momento tem sido bastante animadora e tem angariado comentários positivos por parte do público que já conhece o projeto, bem como boa repercussão por parte da mídia. Assim, pode-se afirmar que ainda há possibilidade de ampliar em muito o trabalho até aqui realizado, já que, quando se pesquisa na internet a respeito de sites didáticos, há ainda um número pequeno de trabalhos que colaboram nesse sentido. Mesmo havendo outros trabalhos que têm sido desenvolvidos aproveitando esta nova ferramenta, o projeto Cineducação é mais um destes, buscando ser uma fonte de pesquisa e auxílio principalmente a professores de ensino de níveis fundamental e médio. Mesmo assim, há que se ressaltar ainda que o uso de recursos como o vídeo/DVD em sala de aula é ainda muito pouco explorado pelos professores. Desta forma, pode-se continuar a tentativa de colaborar para a busca por uma educação mais adequada a um mundo cada vez mais marcado pela tecnologia. O site do Cineducação pode ser acessado em: <http://www.modro.com.br/cinema>.

Palavras-chave: Cineducação, cinema, educação.

PET-SAÚDE COMO ESPAÇO MULTIDIMENSIONAL DE EMPODERAMENTO INTRAPESSOAL, INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO A PARTIR DA EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE

Áureo dos Santos

Professor da Unisul, Doutor Coordenador do PET-Saúde

E-mail: aureo.santos@unisul.br

Darlene de Moraes Moreira, Inês Alessandra Xavier Lima,

Ilse Lisiane Viertel Vieira, Sérgio Luiz Sanceverino

Preceptores, Docentes de Apoio, Estudantes Bolsistas e Voluntários dos Cursos de Medicina, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Psicologia, Serviço Social e Educação Física

RESUMO

Trata-se de um estudo qualitativo, de monitoramento exploratório sobre o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-SAÚDE-UNISUL-PALHOÇA-MS-MEC, que está sendo desenvolvido no âmbito da Atenção Básica dos municípios de Palhoça desde o mês de fevereiro de 2010. Este teve o objetivo de explorar a dinâmica do empoderamento interdisciplinar experienciado por todos os envolvidos e comprometidos com o Programa ao longo de sua existência. A linha metodológica utilizou como público alvo a própria comunidade p(é)tiana e como local de estudo o Programa na sua plenitude. A análise qualitativa esteve orientada pelo método denominado Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, a partir da percepção dos docentes, discentes, profissionais e estudantes que integram o Programa. Embora incipiente, o Programa revelou nesse momento percepções animadoras sobre o empoderamento do trabalho em equipe, tão bem edificado na teoria, porém de difícil aplicação na prática. A inclusão, a democracia, a participação ativa e efetiva, a decisão e ação compartilhadas e a lógica horizontalizada se manifestaram como as dimensões de maior relevância.

Áureo dos Santos, Darlene de Moraes Moreira, Inês Alessandra Xavier Lima, Ilse Lisiane Viertel Vieira, Sérgio Luiz Sanceverino

INTRODUÇÃO

Em tempos atuais, cada vez mais se exige tecnologias agregadoras que produzam eficiência, eficácia e efetividade ao Sistema Único de Saúde – SUS. Ver, pensar e fazer um SUS universal, equânime e integral requer a compreensão e a prática de vontades basilares: vontade política, vontade técnica, vontade financeira e vontade social. A vontade política nos remete para a idéia de que o SUS precisa ter garantido a sua constitucionalização e institucionalização. Compreende-se por política as decisões de caráter geral, destinadas a tornar públicas as intenções de atuação do governo em obediência à Constituição e sua requerida regulamentação, além de orientar o planejamento institucional – no tocante a um determinado tema – e seu desdobramento em outros instrumentos operacionais. Com a explicitação formal dessas decisões, busca-se, também, permitir o acesso da população em geral, e dos formadores de opinião em particular, à discussão, à implementação e à avaliação das políticas.¹

A vontade técnica, por sua vez, exige formação, capacitação e aperfeiçoamento para fazer bem feito desde a primeira vez. A vontade financeira reclama suficiência orçamentária e financeira para que os objetivos do SUS de promover, proteger e recuperar a saúde do sujeito individual e coletivo possam ser plenamente alcançados. E a vontade social que invoca a participação politizada e comprometida da população para com a coisa e a causa pública.

Uma dessas tecnologias consiste no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-SAÚDE, programa interministerial instituído pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação, cujo objetivo central é o de qualificar e aperfeiçoar trabalhadores de saúde e inserir docentes e acadêmicos, a partir da estreita relação entre ensino, pesquisa, extensão, serviço e cuidado para o fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade.

Nesse contexto a interdisciplinaridade se apresenta como elemento de vital importância, a partir da exigência de interação entre docentes, acadêmicos, profissionais e usuários. A interdisciplinaridade, também concebida como trabalho em equipe sugere obediência à lei do ganha-ganha e do perde-perde, isto é, se um ganha todos ganham e se um perde todos perdem. A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas instituições, professores, acadêmicos, profissionais e usuários de explicar, compreender, intervir, mudar e prever algo que desafia e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários.²

A materialização desse processo requer que o todo participativo seja empoderado. Para tal, consideram-se três tipos de empoderamento: o empoderamento individual ou intrapessoal que ocorre quando indivíduos singulares são/se autopercebem como detentores de recursos que lhes permitem influir nos e mesmo controlar os cursos de ação que lhes afetam. O empoderamento organizacional/institucional que consiste do empoderamento gerado na e pela organização/instituição, independentemente desta ser pública ou privada, por meio de mecanismos de compartilhamento do poder decisório e da liderança, de modo que as decisões sejam mais coletivas e horizontais. E o empoderamento comunitário que é o processo pelo qual os sujeitos – individuais e coletivos – de

Áureo dos Santos, Darlene de Moraes Moreira, Inês Alessandra Xavier Lima, Ilse Lisiane Viertel Vieira, Sérgio Luiz Sanceverino

uma comunidade, por meio de processos participativos, constroem estratégias e ações para atingir seus objetivos coletiva e consensualmente traçados.³

Sob esse prisma o objetivo deste estudo está em delimitar aspectos do empoderamento interdisciplinar a partir da relação ensino-pesquisa-extensão-serviço-cuidado, no contexto operacional do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, no âmbito da Atenção Básica – PET-SAÚDE, implantado na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL em parceria com os municípios de Palhoça e Florianópolis, em oito Unidades Básicas de Saúde – UBS, PET-SAÚDE-UNISUL-FLORIPALHOÇA-MS-MEC.

ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Este estudo teve como base de inserção um grupo instalado na Unisul – Campus da Grande Florianópolis, denominado PET-SAÚDE-UNISUL-PALHOÇA-MS-MEC. O público alvo se caracterizou pelo quantitativo de quarenta e cinco sujeitos que compõem o grupo, sendo um tutor, seis preceptores (profissionais da Rede Municipal de Saúde de Palhoça), oito docentes de apoio e trinta acadêmicos distribuídos entre os cursos de medicina, enfermagem, fisioterapia, nutrição, psicologia, educação física e assistência social. As percepções individuais foram obtidas a partir de uma assertiva a ser criticada, enviada por meio eletrônico. As informações perceptivas foram analisadas e interpretadas à luz do Discurso do Sujeito Coletivo, quando percepções individuais convergentes conformam discursos coletivos como se de um único sujeito fosse.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A orientação metodológica oferecida pelo Método Discurso do Sujeito Coletivo, fundamentado na Teoria da Representação Social, postula que vários discursos convergentes compõem um só discurso a partir de idéias centrais/âncoras e respectivas expressões chave.⁴

A primeira idéia central revelada diz respeito à dimensão do **Empoderamento do Processo Aprendizagem-Ensino-Aprendizagem**, ratificada pela expressão chave assim delimitada: *realmente, uma forma democrática e participativa de melhora da saúde coletiva através do trabalho interdisciplinar e de grande aprendizagem para os acadêmicos agregadores e construtores do conhecimento em saúde. Me sinto muito motivada em trabalhar no PET-SAÚDE UNISUL, pois antes de qualquer decisão o grupo discute, procura entender, compreender as diferentes opiniões, sendo que todos falam e são ouvidos, e juntos chegamos a um resultado. As tarefas são distribuídas igualmente entre os participantes, e existe uma constante construção do conhecimento, haja vista que cada um tem algo a aprender e ensinar no grupo.*

A segunda idéia central encontra ressonância na dimensão do Empoderamento do Senso de Responsabilidade com Foco, corroborada a partir das expressões: com certeza, estamos aprimorando nossa visão e foco acerca da saúde por meio do PET-Saúde. Entendemos que o PET-SAÚDE resume sucintamente em poucas palavras e ações o objetivo do mesmo para os

Áureo dos Santos, Darlene de Moraes Moreira, Inês Alessandra Xavier Lima, Ilse Lisiane Viertel Vieira, Sérgio Luiz Sanceverino

envolvidos e comprometidos com o projeto. O respeito e comprometimento entre os envolvidos, tanto no aspecto pessoal como profissional, releva a eficácia do nosso trabalho, com retorno direto para a mais interessada - a sociedade.

A terceira idéia central reside na dimensão do **Empoderamento da Capacidade de Integração e Interação**, legitimada pela seguinte expressão chave: *no meu modo de ver, creio que não há nenhuma dúvida em relação à interação de todas as áreas e cursos envolvidos no PET. Estamos conseguindo mostrar e realizar a verdadeira ação coletiva em prol da saúde coletiva que a área da saúde e social deveria estar aplicando há muito tempo. O PET-SAÚDE proporciona a vivência de relações compartilhadas e harmoniosas de distintas áreas de atuação, o que resulta em um excelente aprendizado teórico e prático orientado pelo trabalho em equipe.*

CONCLUSÃO

Pensar no cuidado à saúde do sujeito individual e coletivo, bem como no sistema nacional que o regula e o gerencia a partir da atenção básica deve ser um exercício constante e permanente. Este estudo revelou que a adoção de novas tecnologias tal como o PET-SAÚDE pode produzir impactos empoderadores em potencial, em escala multidimensional, seja no plano pessoal, institucional e comunitário. Este possui características que reforçam o sentido da horizontalidade tão requerida, isto é, um SUS que seja visto, pensado e praticado de forma democrática, participativa e inclusiva enquanto rede de atenção resolutiva e equânime à saúde de indivíduos, famílias e comunidades.

Palavras-chave: Pet-Saúde. Trabalho em Equipe. Educação e Trabalho em Saúde.

Fonte de financiamento: Universidade do Sul de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Palhoça

NOTAS

1. **BRASIL.** Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de planejamento do SUS: uma construção coletiva: formulação de políticas específicas de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
2. **BRASIL.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002a.
3. PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. (1995). Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79.
4. LEFEVRE, F; LEFEVRE, AMC; Teixeira JJV. O Discurso do Sujeito Coletivo. Uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul; Educs 2000.

PROJETO DE EXTENSÃO LÃ KLAÑO: DIREITO À PERSONALIDADE DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS TRADICIONAIS DA RESERVA IBIRAMA (SANTA CATARINA)

Márcio Ricardo Staffen, Adilson J. Wippel, Maria da Conceição Fusinato Cerqueira
Núcleo de Prática Jurídica, Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)
E-mail: marcio@unidavi.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente projeto de extensão universitária pretende abordar a questão relativa ao anseio social de cidadãos da Terra Indígena Lã Klaño que ao serem registrados por seus pais tiveram esse direito tolhido em função do receio da discriminação a que poderiam ser submetidos por portarem identificação baseada na língua materna, sem contar com o temor de terem ceifadas oportunidade de inclusão social. Assim, durante décadas a condição indígena mostrou-se algo a ser velado para o bem da inclusão de seus membros na sociedade moderna. Não se pode preterir que a realidade americana de colonização pautou-se pelo encobrimento do elemento humano nativo. Na realidade catarinense tal contexto não escapou do quadro geral, ao passo da ocorrência da constituição da Reserva Ibirama como um meio termo para o apaziguamento do litígio imigrantes e indígenas.

METODOLOGIA

Utilizar-se-á para a obtenção dos resultados pretendidos, na fase de investigação o método foi o indutivo, na fase de tratamento de dados, o cartesiano e, no presente relatório fora empregada a base indutiva.

RELEVÂNCIA ACADÊMICA

A partir de todas as obrigações, prerrogativas e expectativas que recaem sobre as Instituições de Ensino Superior, há de se considerar que a interação das atividades acadêmicas com a realidade social local é de suma importância. É dever das Instituições de Ensino Superior estar incessantemente à serviço da comunidade local. Com o respectivo Projeto de Extensão o Centro Universitário para o Desenvolvimento para o Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), cumpre seus propósitos e leva à comunidade

ensino de excelência, pois inova no modo com que observa os desafios, altera os modos tradicionais de resolução de conflitos e promove instrumentos inovadores para casos específicos, como é a questão da inserção do nome indígena ao registro civil. Em síntese, ganha a comunidade, aprimora-se a missão do Centro Universitário e novos saberes e técnicas são inseridas na prática jurídica.

Objetivos: com esta pretensão far-se-á um estudo com vistas a promover possibilidades de acesso desses cidadãos ao meio jurídico que lhe proporciona a condição de investir no atendimento ao seu direito de inserção do nome indígena pretendido, para que este venha a partir de então acessar direitos como cidadão indígena. Para tanto, serão necessários estudos concernentes ao Estatuto do Índio, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, no que tange ao direito das populações indígenas, bem como, Direito Civil Brasileiro, no que diz respeito aos direitos da personalidade e, finalmente, a aplicação da Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Justiça n. 03/2012, que dispõe sobre o assento do nascimento de indígena no Registro Civil de Pessoas Naturais. Compreende-se ser esta uma necessidade recente para essa população indígena em virtude da condição discriminatória a que estes se sentiam submetidos até fins da década de 1980, período que converge também com a promulgação da nova Carta Magna brasileira. Isto se afirma diante das constantes solicitações de registro de crianças com nomes não indígenas, justificados pela família como forma de proteção de seus descendentes frente a discriminação corrente e recorrente até aquele momento histórico. Estima-se que na reserva indígena Ibirama, em José Boiteux e municípios circunvizinhos, mais de mil e trezentas pessoas encontram-se nesta hipótese de incidência. É das mudanças que se procederam na conquista de direitos por parte do indígena que surge o anseio supracitado, e dessa forma, vislumbra-se a possibilidade de intervenções de cunho informativo capazes de mobilizar o cidadão local na busca da concretização da vontade e direito de ter inserido nome indígena à sua identificação. Para tanto, a execução das atividades de extensão dar-se-á pelos alunos vinculados ao Núcleo de Prática Jurídica (Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI), com apoio de docentes e corpo jurídico especializado. A proposta reside no ajuizamento inovador de ações coletivas para a retificação do registro civil dos indígenas perante a Justiça Federal, seção de Santa Catarina. Para a transcrição dos nomes indígenas em sua correta grafia prestará apoio linguista especializado no idioma Xokleng. Por estes instrumentos o Núcleo de Prática Jurídica cumpre sua função social ao criar novos cenários de ensino, pesquisa e extensão jurídica, destinada aos setores hipossuficientes da sociedade do Alto Vale do Itajaí, desenvolve a inserção dos alunos em realidades diversas das habituais, gera o sentimento de compreensão dos desafios sociais e da inclusão, instrui-os para métodos alternativos de resolução de conflitos e novas técnicas. Especificamente os alunos do curso de Direito transcendem a visão civilista de capacidade civil e de direitos da personalidade, reconhecem a impotência da teoria tradicional de processo para a resolução de todos os casos através de uma única fórmula, e sobretudo, a formação de uma cultura processual pautada pela economia, instrumentalidade das formas, celeridade e efetividade. Ocorre, evidentemente amplo exercício de atividades multidisciplinares. Tem se tornado uma constante o retorno de cidadãos da Terra Indígena Lã Klačno, situados em território de municípios do Alto Vale do Itajaí – SC, ao Cartório do Registro Civil no qual encontra-se registrados, com a intenção de requerer a inclusão do nome indígena no seu registro de nascimento. Dessa realidade surge a questão norteadora para esse

estudo a qual se define pela seguinte interrogativa: É possível a intervenção de cunho informativo na área do Direito Civil promover a mobilização desses cidadãos na busca do direito de inserção do nome indígena à sua identificação?

RESULTADOS OBTIDOS

Até o presente momento destacam-se, especialmente, enquanto resultados diretos e indiretos: o despertar dos alunos do curso de Direito, através do Núcleo de Prática Jurídica, para a necessidade de prestação de serviços jurídicos para os segmentos marginalizados e hipossuficientes da sociedade regional; a compreensão da ampla vastidão de problemas que podem ser influenciados pelo Direito; a valorização dos indígenas e do seu regime jurídico; a construção junto aos membros da Reserva Indígena de critérios pessoais que gozam de proteção jurídica e de igualdade; e que a luta pelos direitos de personalidade assegurar-lhe-ás o exercício de múltiplos direitos os quais mostravam-se inacessíveis. Não se deve preferir a criação de espaços de discussão acadêmica para a questão indigenista, para os desafios da tutela jurídica de direitos difusos e coletivos, bem como para o exercício dos procedimentos eletrônicos de acesso à justiça substancial.

PERSPECTIVAS PARA A CONTINUIDADE DAS AÇÕES

Mostra-se de significativa relevância a conversação da proximidade do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) e da sua comunidade acadêmica com os assuntos relacionados aos povos indígenas e tradicionais. A abertura da UNIDAVI para tais atividades já tem demonstrado novas demandas, das mais variadas matrizes, que transcendem o contexto jurídico-normativista para adentrar em cenários das humanidades, das ciências da saúde e exatas. Para o curso de Direito reclama-se, como consequência a realização de atividades voltadas para a Assistência Social, Direito à Saúde, Direito das Crianças e Adolescentes, regularização territorial e demais facticidades. Indubitavelmente torna-se difícil prever a ocorrência de uma data limite para a realização das atividades de extensão, pois o sucesso de uma proposta abrirá senda para outras. O norte será sempre sinalizado para relação de fusão de horizontes a ser dialogada entre os envolvidos nos projetos de extensão.

Palavras-chave: Direito Indígena; Direito à Personalidade; Registro Civil de Pessoas Naturais.



EXTENSÃO

COMUNICAÇÃO ORAL

IV FÓRUM INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA ACAFE**

SUMÁRIO

| EXTENSÃO - COMUNICAÇÃO ORAL |

PROJETO COZINHA EXPERIMENTAL

Ághata Konrad da Roza, Ana Letícia Vargas Barcelos, Luiza Gazzì, Giseli Ceron

PROJETOS DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA: UMA VISÃO EDUCATIVA

Claudio Luiz Orço, Rosiclei Brandalise de Vicentini

DESAPOSENTAÇÃO: UMA ANÁLISE LEGAL E JURISPRUDENCIAL

Bruno Phillipi, José Carlos Schmitz

CURSO DE CULINÁRIA PROFISSIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR EM UM ESTABELECIMENTO PRISIONAL – CRICIÚMA/SC

Fabiane Maciel Fabris, Janete Trichês, Angéli Mezari Borges, Danusia Pereira Peterle Fernand

HISTÓRIA DA FOTOGRAFIA DE MODA EM SANTA CATARINA: MAPEAMENTO DAS FOTOGRAFIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS LANÇADOS NO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NAS CIDADES DE BRUSQUE E ITAJAÍ

Robson Souza dos Santos, Aline Haas Mafra

AMBIENTALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UNIFEBE SUSTENTÁVEL

Mara Lúcia Figueiredo, George Wilson Aiub

REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO PRESÍDIO SANTA AUGUSTA – SC & PAES-UNESC

Patrícia Martins Goulart, Fernanda de Oliveira, Maristela Quartiero de Fáveri, Christine Scarpato, Janete Trichês, Jucélia da Silva Abel, Monica Ovinski de Camargo Cortina

DIREITO E ENGENHARIA: REGULARIZANDO A PROPRIEDADE

Ana Mirian Ziliotto Viero, Aline Elise Debiazi Vargas Longo

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE DOS CARROCEIROS DO MUNICÍPIO DE LAGES- SC “UM NOVO OLHAR”

Lourenço Duarte Zanotto, André Ricardo Pignatari, Maria Cristina Mazzetti Subtil, José Batista da Rosa, Frederico Manuel Marques, Márcio Petenusso

REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DO PET/SAÚDE: PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE AS AÇÕES DE AVALIAÇÃO DE HÁBITOS DE VIDA E CONDIÇÕES DE SAÚDE DE TRABALHADORES DE UMA EMPRESA MADEIREIRA

Adriana Moro Wieczorkiewicz, Camila Heiden Glonek Junkes, Nelison Silveira Colaço, Vanessa Silva, Talita Schmidt, Renata Campos, Luciana Maria Mazon

CARACTERIZAÇÃO DOS MEDICAMENTOS DESCARTADOS NO PROJETO COLETA DE MEDICAMENTOS DA UNC – CONCÓRDIA

Juliana Valentini, Gabriel Bonetto Bampi, Natália Miotto, Samara Benck, Mayara Taís Guerra

PROLER: UMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA POR MEIO DA ARTE REGIONAL

Aline Freitas, Olinda Schauffert

RECICLANDO BIGUAÇU: INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Joice Pinto, Josiane da Luz, Maria Albertina Schmitz Bonin

ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO CENTRO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE - CHAPECÓ

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lúcia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naina Ariana Souza Tumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDOS PARA INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICO-PAISAGÍSTICA EM PROPRIEDADES RURAIS DA REGIÃO DA SDR DE SEARA – SC

Matheus José Rigon, Camila Fujita, Christine Martins Scherer

GESTÃO DO MUSEU DA MADEIRA

Simone da Silva Conceição, João Paulo Roberti Junior, Idemar Ghizzo

EDUCAÇÃO E SAÚDE: A SALA DE ESPERA COMO ESPAÇO DE IN“FORMAÇÃO”

Rosimeri Geremias Farias, Sônia Regina da Silva, Sandro Andrade

SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Guilherme Valente de Souza, Miryan Cruz Debiasi, Rosani Hobold Duarte

PROJETO DE EXTENSÃO: VOVÔLEI – UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE TERCEIRA IDADE

José Augusto Alves Junior, Alcionê Damasio Cardoso, Andréa Andrade Alves, Murilo Kulkamp Nilsen, Rodrigo Moraes Kruehl

USO DE DINÂMICA DE GRUPO PARA APRENDIZADO DE GESTÃO AMBIENTAL VOLTADA PARA ESPAÇOS TERRITORIAIS

Cleiton Vaz, Deniss Nass, Bruna Vicentin Borsalli, Iruana Maria Gruber, André Prates, Therezinha Maria Novais de Oliveira

A PEGADA ECOLÓGICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CACHOEIRA, JOINVILLE/SC

Denise Lemke Carletto, Lucas Kühl dos Santos, Therezinha Maria Novais de Oliveira

PROJETO INSIGHT: PERCEPÇÃO

Elisangela Girardi

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – PRODEL

Marcos Marcelino Mazzucco, Maria Lucia Soares Cochlar, Rafael Ávila Faraco, Murilo de Medeiros

QUALIDADE INTERNA DE OVOS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE CHAPECÓ (SC) NO INVERNO E NO VERÃO

Douglas Bevilacqua, Marcel Manente Boiago, Maurício Barretta, Anaiara Langaro, Elison Luciano Salles, Paulo Henrique Pelissari

AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DA ZOOTECNIA UDESC COM A COMUNIDADE RURAL E URBANA DO OESTE DE SANTA CATARINA

Edir Oliveira da Fonseca, Diego de Córdova Cucco, Elison Luciano Sales, Jardel Rogeri, Maria Luísa Appendino Nunes, Aleksandro Schafer da Silva

QUALIDADE DE VIDA E PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER TRABALHADORA

Vanessa Correa de Moraes, Marta Kolhs, Grasielle Busnello Diedrich, Letícia de Lima Trindade, Jucimar Frigo, Lucimare Ferraz, Silvana dos Santos Zanotelli, Thaise Carina Xavier

MOSTRA CULTURAL – UNISUL VIRTUAL

Maria Cristina Schweitzer Veit

PROJETO COZINHA EXPERIMENTAL

Ághata Konrad da Roza, Ana Letícia Vargas Barcelos, Luiza Gazzi, Giseli Ceron

E-mail: aghata.roza@unoesc.edu.br
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

A obesidade, definida de forma simplificada, é o acúmulo excessivo de gordura corporal de tal forma que acarreta prejuízos à saúde dos indivíduos, tais como dificuldades respiratórias, problemas dermatológicos, respiratórios do aparelho locomotor, além de aumentar o risco do surgimento de doenças potencialmente letais como dislipidemias, doenças cardiovasculares, Diabetes e alguns tipos de câncer¹. A obesidade é considerada uma doença integrante do grupo de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT), as quais podem ser caracterizadas por longo período de latência, período assintomático longo, curso clínico em geral lento, prolongado e permanente, manifestações clínicas com períodos de remissão e de exacerbação, lesões celulares irreversíveis e evolução para diferentes graus de incapacidade ou para a morte². O excesso de peso é uma condição que desperta interesse desde a Antigüidade.³ Apesar da existência de relatos a partir da Era Paleolítica sobre “homens corpulentos”, a prevalência de obesidade nunca se apresentou em grau epidêmico como na atualidade. Infinitas modalidades terapêuticas vêm sendo implementadas, porém, pouco se avançou em direção a melhor terapia para a obesidade.⁴ A tendência de ascensão da obesidade em países desenvolvidos e em desenvolvimento tem sido atribuída a rápidos e intensos declínios no dispêndio energético dos indivíduos, os quais teriam origem no predomínio crescente das ocupações que demandam menor esforço físico e na redução da atividade física associada ao lazer. No caso particular dos países em desenvolvimento, há que se notar o ainda não esgotado fenômeno da urbanização e o seu impacto sobre padrões de atividade física.³ Na maior parte desses países, o crescimento da população urbana e a crescente expansão do setor de serviços nas cidades sugere o crescimento de ocupações menos demandantes de esforço físico, particularmente para os homens. Igualmente importante para muitos países pode ter sido o aumento progressivo no consumo de gordura e na densidade energética das dietas.⁴ Estima-se, conservadoramente, que o tratamento da obesidade e de suas consequências consuma de 2% a 7% do total de gastos em saúde feitos pelos países desenvolvidos¹, embora algumas exceções existam - como no Japão, onde a obesidade ainda é muito rara ou em certas populações da Escandinávia, onde a obesidade

Ághata Konrad da Roza, Ana Letícia Vargas Barcelos, Luiza Gazzzi, Giseli Ceron

em mulheres tem mostrado tendência de declínio⁵. No Brasil, a obesidade como problema de Saúde Pública é um fato recente¹ e ações voltadas para prevenção e controle da obesidade encontram-se no início⁶. Na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a obesidade é apontada como evento de controle prioritário; como consequência, foi publicado pelo Ministério da Saúde o Plano Nacional para promoção da Alimentação Adequada e Peso Saudável, com mensagens de incentivo a hábitos de vida e alimentação saudável, principalmente para promoção de saúde.⁷ Diante da crescente demanda de pacientes acometidos por essas doenças, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Videira/SC criou um grupo de apoio no combate à obesidade. Aos integrantes desse grupo são oferecidos treinamentos, tendo em vista a manutenção dos hábitos alimentares regionais e a adequação a dietas específicas.

OBJETIVO

Neste sentido, este projeto tem como objetivo integrar a teoria à prática, através de oficinas de culinária onde são elaboradas preparações adequadas para diabéticos, hipertensos e obesos.

METODOLOGIA

As palestras são ministradas pela nutricionista da Prefeitura Municipal de Saúde Do município de Videira. As oficinas são realizadas na Usina de Alimentos, instalada no Núcleo Biotecnológico da Unoesc Campus de Videira. Após o curso, os integrantes do grupo fazem um trabalho de multiplicação das informações aos familiares, amigos e vizinhos.

RESULTADOS OBTIDOS

Os participantes apresentaram melhora no conhecimento sobre alimentação e nutrição ao final das palestras e oficinas.

PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

Ampla participação da sociedade e da comunidade acadêmica, a fim de que se estabeleça um plano efetivo de transformação da realidade.

Palavras-chave: Obesidade. Doenças Crônicas Não-Transmissíveis. Cozinha Experimental.

Fontes de financiamento: Secretaria Municipal de Saúde do Município de Videira/SC, Universidade do Oeste de Santa Catarina

PROJETOS DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA: UMA VISÃO EDUCATIVA

Claudio Luiz Orço, Rosiclei Brandalise de Vicentini

Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) – Xanxerê

E-mail: claudio.orco@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

A Universidade do Oeste de Santa Catarina como instituição pública, de direito privado, tem por missão: “Formar pessoas, produzir conhecimento e oferecer extensão e serviços, promovendo o desenvolvimento institucional e regional”. Assim, a Unoesc tem por finalidade contribuir com os processos de desenvolvimento, mediante a produção e a difusão do conhecimento e da cultura, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, garantindo, para todas as áreas do conhecimento, atividades profissionais, recursos humanos preparados do ponto de vista tecnológico, científico, político e social, capazes de responder aos desafios e demandas da contemporaneidade. É comum identificar a extensão dentro das universidades como àquela sem objetivo claro e definido, no entanto a **Extensão** é sim uma das funções da Universidade, realizada por meio de um conjunto de ações dirigidas à sociedade, as quais devem estar indissociavelmente vinculadas ao Ensino e à Pesquisa. Sua finalidade é, sobretudo, a promoção e o desenvolvimento do bem-estar físico, social, ético e cultural, a promoção e a garantia dos valores democráticos de igualdade de direitos e de participação, o respeito à pessoa e à sustentabilidade. A extensão se produz num espaço privilegiado de produção, de acumulação e de disseminação de conhecimentos, desenvolvendo formação e a capacitação profissional e que na menor das hipóteses, possui um potencial capaz de elaborar políticas públicas, que tenham a cidadania e o cidadão como as suas principais referências. Ao pensar a Universidade, identificamos na Extensão, pelo menos três funções: em primeiro lugar a função acadêmica: que fundamenta as bases teórico-metodológicas; a segunda função é social: pois promove a organização social e a construção da cidadania e por fim identificamos uma função articuladora: do saber e do fazer e da universidade com a sociedade.

OBJETIVOS

A proposta tem o objetivo de construir competências profissionais para ir além do conhecimento teórico da sala de aula, pois para acompanhar o trabalho desenvolvido na comunidade e estimular os bolsistas a envolver-se no contexto social em que estão inseridos, é preciso desenvolver a

Claudio Luiz Orço, Rosiclei Brandalise de Vicentini

compreensão crítica e política, bem como a percepção e sensibilidade para identificar as necessidades da comunidade, tendo que se manter sempre atualizados, buscando fontes de inovação e refletindo sobre o que a comunidade precisa. Dessa forma necessitamos fortalecer os objetivos da Extensão: Identificar a extensão comunitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, voltadas a formação do acadêmico, na qualificação do profissional na sua relação com a sociedade; Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais; Criar condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas; Possibilitar novos meios de produção, inovação e transferência de conhecimentos e ampliação do acesso ao saber; Atender as exigências do artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

METODOLOGIA

A Unoesc entende a extensão como um processo educativo e científico, produzindo conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a instituição e a sua comunidade, alicerçada na troca de saberes. Em qualquer espaço que se reúnem atores dos diferentes contextos, a concepção do objeto apresenta-se de forma diferenciada e na tentativa de dar unidade aos conceitos, contribui para o desenvolvimento social, político e cultural das pessoas que estão no seu entorno, promovendo o desenvolvimento local e regional. Assim o processo educativo, cultural e científico que se articula no ensino, na pesquisa e na extensão de forma indissociável, viabiliza a relação política entre a universidade e a sociedade, esta concepção torna-se um instrumento viabilizador da função social da universidade e a extensão tem uma grande responsabilidade neste processo, sendo uma ferramenta necessária e útil para tornar os produtos da universidade mais próximos da sociedade, é este o papel histórico da extensão: aproximar a universidade da sociedade. Desta forma a Extensão é desenvolvida atendendo as demandas da academia e da comunidade externa, que apresenta uma diversidade conceitual e prática que interfere expressivamente no pensar e no fazer no interior da própria Instituição nas interfaces entre o saber produzido com a cultura local e desta com a cultura universitária. Assim a extensão está sendo além de instrumentalizadora no processo dialético, também um trabalho interdisciplinar. É nesse contexto que a Universidade do Oeste de Santa Catarina através da Pró-reitoria Acadêmica em conjunto com o Serviço de Apoio ao Estudante - SAE, da Unoesc Xanxerê (SC), colocou em prática no ano de 2011, 4 (quatro) projetos pilotos, para avaliar a viabilidade de implantar um Programa de Extensão Comunitária junto à comunidade acadêmica e externa da universidade, baseados no processo de intervenção social junto a entidades e instituições. Com esse pensamento é necessário destacar que o trabalho dos Projetos de Extensão Comunitária, acontecem com a colaboração de todos, envolvendo o coordenador do Curso de graduação e o Coordenador do Projeto de Extensão, estando preparados para mudanças e sempre dispostos a motivar os acadêmicos bolsistas envolvidos. Dentro das diversas atribuições está o ato de acompanhar o trabalho, sendo responsável pelo elo de ligação entre a Unoesc e a comunidade. A questão do relacionamento entre os envolvidos é um fator crucial para uma gestão democrática do espaço acadêmico e social, e para que isso aconteça, as estratégias são formuladas no coletivo, para garantir o foco do trabalho comunitário com visão

Claudio Luiz Orço, Rosiclei Brandalise de Vicentini

educativa conforme estabelecido na legislação vigente. Diante das situações que se apresentam no cenário atual, faz-se necessário valorizar e provocar os envolvidos, acadêmicos e sociedade, para conscientizá-los no sentido da importância de se fazer presente na comunidade, acompanhando os resultados e essa caminhada nem sempre é feita com segurança, pois as diversidades, informações e responsabilidades, fazem parte dessa trajetória. Anualmente os acadêmicos que apresentam carência econômica e financeira, solicitam junto ao Serviço de Apoio ao Estudante – SAE, bolsas de estudo por meio de edital publicado pela própria universidade. Em contrapartida, ao acadêmico que lhe é concedida bolsa, deverá prestar trabalho comunitário de cunho educativo, vinculado ao seu curso de graduação. No Edital N° 55/UNOESC-R/2012, em seu artigo 17, estabelece: **Art. 17** - A obtenção e renovação do benefício pelo estudante ficará vinculada à participação em programas e projetos sociais com visão educativa, propostos pela UNOESC e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional. **§ 1º** - Os estudantes beneficiados com bolsas de estudo estarão obrigados a participar de projetos sociais, no período mínimo de 20 horas semestrais, devendo apresentar o Relatório de Participação, sob pena de não mais poderem participar do programa de Bolsas de estudo, além da necessidade de devolução dos recursos, devidamente corrigidos. Para atender esta situação, cada Curso de graduação, oferece ao menos um projeto de extensão denominado de “Extensão Comunitária”, onde todos os acadêmicos bolsistas do curso, contemplados pelo Artigo 170 da Constituição Estadual, podem efetivar a obrigatoriedade de desenvolver suas horas com trabalho voluntário de cunho educativo, no local junto a comunidade designado, pensado e planejado pela própria Universidade. O trabalho é desenvolvido pelos acadêmicos contemplados com bolsa de estudos, com cunho comunitário com visão educativa prestando serviços à comunidade, aproximando a Instituição à sociedade, conforme estabelece em seu artigo 18 do Edital N° 55/UNOESC-R/2012. **Art. 18** – Os estudantes beneficiados com Bolsas de Estudo Parciais e Integrais deverão desenvolver atividades durante o semestre (mínimo 20 horas), **exclusivamente** em Projetos Sociais de Extensão com Visão Educativa, promovidos pela Unoesc, vinculados ao seu curso de graduação, diante disso, enfatiza-se que o estudante deverá entrar em contato com a coordenação de seu curso para receber orientações acerca das atividades a serem desenvolvidas. O curso de graduação já no primeiro semestre do ano letivo organiza um projeto, com professor responsável para coordenar e elaborar cronograma de atividades, iniciando sempre pela formação dos acadêmicos, discussão dos temas com os bolsistas, preparação do material, dedicação para a realização da tarefa, organização, comprometimento, competência e comportamento do acadêmico responsável por executar a atividade. A Universidade, dessa forma busca cooperar com os bolsistas, contribuindo para sua formação acadêmica, cidadã e humana. Os projetos são desenvolvidos durante o semestre letivo, tendo um grande fluxo de bolsistas, onde o coordenador é responsável pela sua formação e controle da carga horária prestada junto aos projetos e, para finalizar a atividade, um relatório é redigido e encaminhado para o setor da extensão que por sua vez emite declaração das horas informadas pelo coordenador do projeto. Os recursos utilizados para viabilizar os projetos são da própria instituição, permite a entrada dos acadêmicos, geralmente são projetos que visam à disseminação do conhecimento, prevenção e garantia ao educando qualidade de ensino e condições de acesso e permanência na escola.

Claudio Luiz Orço, Rosiclei Brandalise de Vicentini

RESULTADOS

O programa de Extensão Comunitária visa contribuir social e culturalmente para o desenvolvimento de um processo participativo, possibilitando o envolvimento com a prática profissional, na interface com o ensino e pesquisa, respondendo cientificamente às demandas suscitadas pela comunidade. Assim, a formação do acadêmico vai além da sala de aula, do ensino e da pesquisa, com experiências sociais, desenvolvendo atividades de extensão junto à comunidade. O programa Extensão Comunitária resultou num grande envolvimento dos professores e acadêmicos, pois, no ano de 2012 foram 20 (vinte) projetos executados e, em 2013 novamente os mesmos projetos estão em andamento, voltados para a área de atuação de cada Curso de Graduação, com mais de 750 (setecentos e cinquenta) acadêmicos bolsistas beneficiados por ano e, envolvendo mais de 5.000 (cinco) mil pessoas da comunidade externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma iniciativa inovadora, os resultados apresentados estão viabilizando novos projetos para que cada ano, mais pessoas da comunidade sejam beneficiadas, fazendo com que os envolvidos no programa de Extensão Comunitária tornem-se profissionais melhores qualificados, com experiência em lidar com situações diversas, colaborando com os desafios e demandas da sociedade atual. Demonstrando capacidade de conhecimento, doação, respeito ao próximo, criticidade e conscientes de seu papel na sociedade.

Palavras-chaves: Projetos. Extensão. Universidade.

DESAPOSENTAÇÃO: UMA ANÁLISE LEGAL E JURISPRUDENCIAL

Bruno Phillipi

E-mail: bruno.phil@hotmail.com

José Carlos Schmitz

E-mail: wsjcs@netuno.com.br

Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa irá tratar do instituto previdenciário da desaposentação. Trata-se de tema controverso no meio jurídico, uma vez que ainda não há consenso a respeito de sua factibilidade, bem como das circunstâncias sob as quais a desaposentação ocorreria. Por tais motivos, há necessidade de que seja discutido o assunto com intensidade, para que se chegue a uma conclusão que seja suficiente para proporcionar segurança jurídica aos administrados. Para a análise do assunto, serão levados em consideração a doutrina especializada, os precedentes jurisprudenciais existentes e a legislação aplicável. Para desenvolver a investigação, será utilizado o método indutivo, a ser operacionalizado mediante a pesquisa e identificação das partes do fenômeno e a sua coleção, a fim de que se chegue a uma percepção ou conclusão geral. A conclusão levará em consideração todos os elementos encontrados, fazendo-se um cotejo entre os argumentos favoráveis e desfavoráveis para que se possa afirmar com critério se o instituto da desaposentação é concretizável no ordenamento jurídico brasileiro. Constata-se que a temática já tenha sido muito debatida, ainda não há um consenso entre doutrinadores e julgadores. Tal é o motivo que ensejou a escolha do assunto a ser desenvolvido. O instituto será analisado levando em conta a legislação aplicável, os precedentes jurisprudenciais existentes e a posição doutrinária, a fim de que o tema seja desenvolvido da maneira mais completa possível. Para auxiliar no debate, foram elaborados os seguintes problemas, a serem respondidos no decorrer do trabalho: a) a desaposentação é concretizável no ordenamento jurídico brasileiro? b) qual o procedimento a ser adotado para a realização da desaposentação? e c) há necessidade de restituição de valores aos cofres públicos para a concretização da desaposentação? Serão, ainda, consideradas as seguintes hipóteses para o estudo do tema: a) o direito previdenciário tem caráter social. Seu escopo é garantir aos beneficiários meios de prover sua subsistência após a ocorrência de determinado(s) fato(s); b) por ser um seguro, como de ordinário, deve haver, antes da ocorrência do sinistro, o pagamento de uma contraprestação, que, no caso, consubstancia-se na contribuição social; e c) o segurado, mesmo

Bruno Phillipi, José Carlos Schmitz

após aposentar-se, caso decida continuar a laborar, é obrigado a pagar contribuições sociais, uma vez que é considerado, pela legislação previdenciária, segurado obrigatório da Previdência Social. Portanto, como no Direito se deve primar pela Justiça, parece correto outorgar aos aposentados a possibilidade de abrirem mão de sua aposentadoria com o desígnio de buscar outra, mais vantajosa. Como objetivos serão analisadas a seguridade e a previdência social, no Brasil, dos direitos sociais assegurados pelo ordenamento jurídico e a interpretação que é concedida a esses direitos pela Administração Pública, bem como acerca da interpretação que deveria ser concedida. Serão estudados os princípios da seguridade e da previdência social, a fim de que possa o leitor ter a correta noção da interpretação que deve ser dada às regras e institutos previdenciários e o instituto da desaposentação, o qual será avaliado sob todos os aspectos, a fim de que se possa aferir se ele é concretizável no ordenamento jurídico brasileiro.

METODOLOGIA

O método a ser utilizado no presente trabalho de conclusão de curso serão indutivo, acionando-se as técnicas bibliográfica, utilizando livros, lei e jurisprudência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O direito social atualmente é muito discutido pelos juristas, tendo em vista as diversas disposições contidas na Constituição Federal e a constante evolução das regras protetivas das garantias sociais. Há diversos doutrinadores renomados que defendem a autonomia do direito social. Assim, ter-se-ia uma terceira categoria, destacada do direito público e do direito privado, a qual teria o escopo de salvaguardar os interesses sociais, com a participação ativa do Estado em favor da coletividade. Trata-se de aspecto meramente didático. Quando se diz que um ramo do Direito é autônomo, apenas se está reconhecendo que a disciplina acumula uma quantidade considerável de normas jurídicas, de modo organizado e interligado. Não significa dizer que o ramo destacado seria autônomo em relação ao próprio Direito, uma vez que “seria o mesmo que admitir a autonomia da espécie em relação ao gênero”¹. No que se refere às constantes comparações realizadas entre o direito social e o direito do trabalho, verifica-se que ambos não podem ser tratados como um ramo único, uma vez que possuem abrangência diversa e conceitos peculiares. Ainda que o direito do trabalho, em conjunto com o direito previdenciário tenha extrema relevância social, não deve o direito previdenciário ser vinculado ao direito do trabalho como ramo único, não só em razão dos objetos distintos, mas também pelos conceitos que lhe são próprios, evitando-se, assim, o clássico equívoco de interpretar norma previdenciária perante o prisma trabalhista². O direito previdenciário muito sofreu e ainda sofre com as generalizações oriundas do direito do trabalho, prejudicando a evolução científica desse segmento do direito e frequentemente maculando a própria seara social. Muito embora seja algo pacífico à autonomia científica do direito previdenciário, esta nem sempre é aplicada na elucidação de questões intrincadas no contexto protetivo, privilegiando-se analogias do direito do trabalho³. Desta feita, o direito do trabalho e o direito previdenciário

Bruno Phillipi, José Carlos Schmitz

não se confundem, uma vez que, enquanto aquele trata das relações jurídicas formadas entre empregado e empregador decorrentes da relação de trabalho, este possui abrangência muito maior, uma vez que, além de ter o trabalhador como seu maior beneficiário e o empregador e o empregado como seus maiores contribuintes, ainda abarca muitos outros beneficiários que podem não estar envolvidos em relação trabalhista⁴.”PREVIDENCIÁRIO. DESAPOSENTAÇÃO. POSSIBILIDADE DERENÚNCIA AO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL. DIREITO DE NATUREZA PATRIMONIAL E, PORTANTO, DISPONÍVEL. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE DEVOLUÇÃO DOS PROVENTOS RECEBIDOS. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DO INSS DESPROVIDO.

I – A inexistência de dispositivo legal que proíba a renúncia ao benefício previdenciário legalmente concedido deve ser considerada como possibilidade para a revogação do benefício apedido do segurado. II – A desaposentação atende de maneira adequada aos interesses do cidadão. **A interpretação da legislação previdenciária impõe seja adotado o entendimento mais favorável ao beneficiário, desde que isso não implique contrariedade à lei ou despesa atuarialmente imprevista, situações não provocadas pelo instituto em questão.**

III – Damesma forma, o fenômeno não viola o ato jurídico perfeito ou o direito adquirido, preceitos constitucionais que visam à proteção individual e não devem ser utilizados de forma a representar desvantagem para o indivíduo ou para a sociedade. A desaposentação, portanto, não pode ser negada com fundamento no bem-estar do segurado, pois não se está buscando o desfazimento puro e simples de um benefício previdenciário, mas a obtenção de uma nova prestação, mais vantajosa porque superior. IV – Quanto à natureza do direito em tela, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que a aposentadoria é direito personalíssimo, o que não significa que seja direito indisponível do segurado.”(TRF2, Órgão Julgador: Primeira Turma Especializada, AC 201051018045574, Relator: Desembargador Federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Publicado em: 03.03.2011) O Superior Tribunal de Justiça já vem admitindo o instituto da desaposentação sem a necessidade de devolução de valores. O principal argumento utilizado pela corte para chegar a essa conclusão é o fato de que o segurado, enquanto esteve percebendo os proventos oriundos da primeira aposentadoria, efetivamente fazia jus a eles, motivo pelo qual não há justificativa plausível para que sejam eles restituídos aos cofres públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que no direito do trabalho e o direito previdenciário não se confundem, uma vez que, enquanto aquele trata das relações jurídicas formadas entre empregado e empregador decorrentes da relação de trabalho, este possui abrangência muito maior, uma vez que, além de ter o trabalhador como seu maior beneficiário e o empregador e o empregado como seus maiores contribuintes, ainda abarca muitos outros beneficiários que podem não estar envolvidos em relação trabalhista. é cediço o caráter social do direito previdenciário, bem como, por conseguinte, é consabido que possui o desígnio principal de garantir aos beneficiários meios de prover sua subsistência diante da ocorrência de imprevistos.

Bruno Phillipi, José Carlos Schmitz

A previdência social, por ser um seguro, demanda o pagamento de uma contribuição para que possa o segurado exigir uma contraprestação. Do mesmo modo, restou constatado que o aposentado, caso opte por permanecer exercendo atividades laborativas após a jubilação, é compelido por lei a verter contribuições sociais, uma vez que é considerado pelo ordenamento segurado obrigatório da previdência social.

Por consequência, como no Direito se deve primar pela Justiça, nada mais justo do que admitir que o segurado busque um bônus para compensar o ônus suportado. Esse bônus consistiria na desaposentação. Verifica-se que o procedimento a ser adotado para a efetivação do instituto consiste na renúncia à aposentadoria recebida com a finalidade de, em seguida, obter-se uma nova, mais vantajosa do que a originária. Não há necessidade de devolução de valores para que a desaposentação seja realizada, tendo em vista que o segurado já contribuiu suficientemente para o sistema antes e, inclusive, após aposentar-se pela primeira vez. Constatou-se que o procedimento a ser adotado para a efetivação do instituto consiste na renúncia à aposentadoria recebida com a finalidade de, em seguida, obter-se uma nova, mais vantajosa do que a originária. Não há necessidade de devolução de valores para que a desaposentação seja realizada, tendo em vista que o segurado já contribuiu suficientemente para o sistema antes e, inclusive, após aposentar-se pela primeira vez. A carga suportada, destarte, já foi suficiente para a consecução do objetivo perseguido.

Palavras-Chave: Desaposentação. Instituto previdenciário. Segurança jurídica. Ordenamento jurídico.

NOTAS

- 1 MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 26. ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- 2 IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 14. ed., Impetus, 2009.
- 3 DUARTE, Marina Vasques. **Direito Previdenciário**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.
- 4 CASTRO, Carlos Alberto Pereira de *et al.* **Manual de Direito Previdenciário**. 7 ed., São Paulo: LTr, 2006.

CURSO DE CULINÁRIA PROFISSIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR EM UM ESTABELECIMENTO PRISIONAL – CRICIÚMA/SC

Fabiane Maciel Fabris, Janete Trichês, Angéli Mezari Borges, Danusia Pereira Peterle Fernandes

E-mail: fabi_fabris@hotmail.com

Curso de Nutrição da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)
Unidade Acadêmica da Saúde (UNASAU)

RESUMO

Este projeto tem como meta realizar aulas práticas e teóricas sobre técnicas de culinária e gastronomia, com ênfase também na questão de segurança alimentar, visando incorporação de boas práticas de fabricação e higiene conforme estabelece a ANVISA através da resolução RDC n.º 216/2004. Buscando garantir não somente a segurança destes alimentos, como a preservação de seu valor nutricional e seus benefícios à saúde. O objetivo é capacitar as mulheres de um estabelecimento prisional e fornecer as ferramentas necessárias para o bom desempenho das mesmas no mercado de trabalho como cozinheiras ou auxiliares de cozinha, qualificando as alunas para trabalhar em Unidades de Alimentação e Nutrição Comerciais ou Institucionais. As reeducandas mesmo estando dentro do estabelecimento carcerário conseguem por em prática os conhecimentos adquiridos. Atualmente são servidas em média 800 refeições para detentos e agentes. Dentre as ações colocadas em prática pode-se citar a maneira adequada e o aumento da frequência que lavam as mãos durante as atividades, o não uso de adornos e maquiagem durante a preparação das refeições, separação de utensílios para cada tipo de alimento (crus e cozidos), preocupação com a higiene do local, utensílios e equipamentos; utilização de solução clorada para higienização de hortaliças, vegetais e frutas; inclusão de novas preparações no cardápio, melhor aceitabilidade das refeições servidas e menos desperdício de alimentos. Somadas, estas ações melhoram a qualidade nutricional e higiênico sanitárias das refeições, promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: boas práticas, segurança alimentar, gastronomia e nutrição, presídio.

INTRODUÇÃO

Uma das funções que a pena deve cumprir é a reabilitação do indivíduo, com objetivo de reintegrá-lo na sociedade. O trabalho é um dos principais mecanismos para se alcançar esse objetivo. No entanto, também falta trabalho para a maioria dos detentos. O projeto de extensão “Curso de

Fabiane Maciel Fabris, Janete Trichês, Angéli Mezari Borges, Danusia Pereira Peterle Fernandes

Culinária e Segurança Alimentar” visa acabar com a ociosidade das apenadas, bem como criar alternativa de retorno à sociedade e ao mercado de trabalho já com uma verdadeira qualificação profissional.

Segundo Toledo (2006) a gastronomia envolve Química, História, Cultura, Geografia, Administração, Marketing, Lazer, Medicina, Metodologia; preparar as iguarias culinárias requer fundamentação, bagagem de conhecimento. Por isso, a meta do projeto é oferecer programações com estrutura curricular e carga horária compatível, e propiciar à participante uma formação ampla, que ultrapasse a dimensão estritamente técnica. Fornecer as ferramentas necessárias para o bom desempenho das mesmas no mercado de trabalho como cozinheiras ou auxiliares de cozinha, qualificando as alunas para trabalhar em Unidades de Alimentação e Nutrição Comerciais ou Institucionais. Tem como objetivo capacitar através da implantação de oficinas de culinária e curso de boas práticas de manipulação de alimentos as mulheres encarceradas de um estabelecimento prisional. Possibilitando um maior acesso ao mercado de trabalho após cumprimento da pena.

Verifica-se um crescente interesse na utilização de instrumentos, tecnologias e elevação na capacitação dos envolvidos na cadeia produtiva da alimentação (SEBRAE, 2009). Além de qualificar, permite ainda o projeto que os produtos produzidos possam ser utilizados pelos detentos, contribuindo para maior oferta e melhor qualidade das refeições servidas. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7210 de 11/07/84), em seu art.12; “a assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas”. Também consta no art. 41 (Dos Direitos), que o mesmo deverá receber alimentação suficiente.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto se realiza em uma Unidade Prisional na cidade de Criciúma – SC. A metodologia utilizada para a realização deste projeto consiste em oferecer a presidiária capacitação profissional para ingressar no mercado de trabalho. De acordo com a capacidade da cozinha do presídio, o número de alunas atendidas pelo programa será de 10 alunas, no primeiro e no segundo semestre respectivamente, totalizando 20 alunas anuais com carga horária de 48 horas por turma.

As aulas teóricas são de forma expositiva e dialogada com auxílio de recurso áudio-visual e utilização de material de apoio (apostilas), fornecidas às alunas. As aulas práticas são realizadas mediante fornecimento e disponibilidade de equipamentos, utensílios e ainda dos ingredientes necessários para elaboração das preparações previstas. A existência e utilização de uniformes - EPI,s (touca, jaleco, calçados fechados) também são indispensáveis.

O andamento das aulas é realizado 2x/semana, com controle de freqüência através de chamadas. As aulas são ministradas dentro da própria instituição. São realizados encontros no período noturno, divididos em aulas teóricas e práticas. Os temas relacionados aos encontros práticos e teóricos abordam assuntos como: Boas Práticas de Fabricação / RDC 216; Higiene pessoal / higiene ambiental; Higiene dos alimentos; Fundamentos da Nutrição; História da gastronomia / Cardápios;

Fabiane Maciel Fabris, Janete Trichês, Angéli Mezari Borges, Danusia Pereira Peterle Fernandes

Técnicas de Congelamento; Aproveitamento Integral de Alimentos; Restrições alimentares na produção de alimentos – doença celíaca e intolerância a lactose.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As reeducandas mesmo estando dentro do estabelecimento carcerário conseguem por em prática os conhecimentos adquiridos. Atualmente são servidas em média oitocentas refeições para detentos e agentes. Dentre as ações colocadas em prática pode-se citar a maneira adequada e o aumento da frequência que lavam as mãos durante as atividades, o não uso de adornos e maquiagem durante a preparação das refeições, separação de utensílios para cada tipo de alimento (crus e cozidos), preocupação com a higiene do local, utensílios e equipamentos; utilização de solução clorada para higienização de hortaliças, vegetais e frutas; inclusão de novas preparações no cardápio, melhor aceitabilidade das refeições servidas e menos desperdício de alimentos. Somadas, estas ações melhoram a qualidade nutricional e higiênico-sanitárias das refeições, promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional.

Trouxe ainda o projeto resultados importantes como a integração entre Governo, SINE, Prefeituras, Legislativo, Sindicatos e Entidades, em busca de colocar as presidiárias no mercado de trabalho, após estas estarem aptas para esta nova oportunidade e para este novo projeto de vida. Os estudantes universitários também são beneficiados, uma vez que o mesmo lhes da oportunidade de conviver com realidades social, cultural, econômica e política totalmente diversas daquelas que estão acostumados no círculo social em que vivem. Possibilitando orientar os acadêmicos para desenvolver ações, ligadas às disciplinas ministradas, propiciando a aplicação prática dos conhecimentos obtidos em sala de aula. Sensibilizando-os para a problemática carcerária local, contribuindo para a formação de cidadãos estudantes, futuros profissionais da área da Saúde.

CONCLUSÃO

Há grande expectativa em relação à aprendizagem das mesmas, e o quanto isso mudará suas vidas. Nota-se confiança em seus rostos. Exemplo disso são as capacidades adquiridas em realizar desde pratos sofisticados a preparações mais simples, a consciência da higiene na conservação dos alimentos, pré-preparo, preparo e distribuição; até como saber se portar numa entrevista de emprego e confeccionar um currículo. As reclusas participam de avaliações, aulas práticas e apresentam progresso mediante o tema proposto. Iniciam o curso isentas dos conhecimentos específicos aos cuidados que se deve ter com os alimentos e os riscos que se pode gerar e finalizam estando capacitadas para o mercado de trabalho, com um diploma em suas mãos prontas a por em prática uma vida nova que as espera. Suprindo assim a necessidade de mão de obra qualificada no setor de produção de alimentos e ainda melhorando as condições de saúde da população encarcerada através do fornecimento de refeições seguras do ponto de vista microbiológico e nutricional. Após deixarem o presídio todas são encaminhadas ao SINE de seus municípios para inserção no mercado de trabalho.

Fabiane Maciel Fabris, Janete Trichês, Angéli Mezari Borges, Danusia Pereira Peterle Fernandes

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Resolução - RDC N.º 216**, de 15 de setembro de 2004. Dispões sobre o Regulamento Técnico de Boas práticas para serviços de alimentação. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=12546>. Acesso em 07 de ago. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Plano Nacional de Saúde no sistema penitenciário destinado a prover a atenção integral à saúde da população prisional. **Portaria interministerial nº1777/GM** DE 09/09/2003.

TOLEDO, R.F.M. **A Importância da Fundamentação Teórica na Formação do Professor de Gastronomia**. Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo. São Paulo, 2006.

<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Comercio-e-Servicos.pdf>. Acessado em 7 de agosto de 2013.

HISTÓRIA DA FOTOGRAFIA DE MODA EM SANTA CATARINA: MAPEAMENTO DAS FOTOGRAFIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS LANÇADOS NO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NAS CIDADES DE BRUSQUE E ITAJAÍ

Robson Souza dos Santos

Mestre em Literatura, professor dos cursos de Design Gráfico e Design de Moda da Unifebe

Atuou como orientador da pesquisa

E-mail: souzas@unifebe.edu.br

Aline Haas Mafra

Acadêmica do curso de Design Gráfico da Unifebe

INTRODUÇÃO

Costumamos afirmar que vivemos na sociedade da imagem, em que veículos como a televisão desempenham um papel importante em nosso modo de ver o mundo. Embora essa representação seja atribuída à TV, ao longo de toda a sua história, a humanidade sempre tentou expressar, representar o mundo a sua volta através das imagens. As pinturas rupestres são apenas um entre tantos exemplos da importância da comunicação visual. Com o surgimento da fotografia, essa representação passou a adquirir um status de fidedignidade, de cópia ou aprisionamento da imagem. Não é incomum ouvirmos expressões como: a fotografia congela os instantes, eterniza os acontecimentos. Longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade. Mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica veiculada nos jornais não apenas informa o leitor - sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos, sobre as transformações do tempo curto - como também “cria verdades a partir de fantasias do imaginário, quase sempre produzidas por frações da classe dominante”. [sic] (BORGES, 2005, p.69)¹. Naturalmente que, ao longo do século XX, essa visão foi se modificando, a fotografia, como as demais linguagens, não é cópia exata da realidade, entretanto, seu valor testemunhal ainda está muito presente. Quando pensamos então na fotografia publicada na imprensa, esse status é ainda mais evidente. O que não podemos negar, certamente, é o valor documental da fotografia e, no caso do fotojornalismo, foco de estudo desta pesquisa, sua importância na narrativa da história cotidiana. Embora tenha se desenvolvido ao longo do século XIX, foi somente a partir da década de 1920 que a fotografia passou a ser incorporada definitivamente na imprensa. As revistas já tinham percebido sua importância no final do século anterior, mas os jornais diários só passaram a valorizar a reportagem fotográfica no período entre as duas guerras mundiais. De lá para cá, a importância do fotojornalismo se tornou cada vez mais evidente. Porém, a própria história do fotojornalismo ainda não está devidamente contada. Pesquisadores, como o português

Robson Souza dos Santos, Aline Haas Mafra

Jorge Pedro Sousa e o brasileiro Boris Kossoy, entre outros, têm dedicado seus estudos e reflexões para ajudar a contar a história da fotografia de um modo geral, e do fotojornalismo em particular, das relações entre a história e a fotografia. Esta pesquisa se insere nesta proposta: contribuir para o registro da história da fotografia e do fotojornalismo no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, que praticamente não aparece nos dados já sistematizados dessa importante forma de registro da cultura, da história, do cotidiano. Tem, porém, como foco específico a fotografia de moda publicada na imprensa catarinense de modo a verificar quando a moda começou a ocupar espaço nas páginas dos jornais, se isto se deu já com as ilustrações e anúncios que eram encontrados antes do aparecimento do fotojornalismo e se foi este último que alavancou a presença da moda nos jornais de Santa Catarina tendo como ponto de partida as cidades de Brusque e Itajaí. A intenção é verificar quando e qual espaço visual foi dedicado à moda a partir do surgimento dos jornais na região. Um estudo realizado por Polhein (2005)² constata que ainda há pouco material relacionado à história da fotografia em Santa Catarina e que os estudos que temos estão mais relacionados às cidades de Florianópolis e Joinville. O Vale do Itajaí, e no caso do estudo do referido autor, o médio Vale, ainda “(...) não aparece, até agora, na história da fotografia brasileira”. (POLLHEIN, 2005, p. 15) O autor fala da fotografia de um modo geral, do seu valor documental, inclusive de sua relação com o desenvolvimento regional. O fotojornalismo é, sem dúvida, um importante instrumento desse processo, já que narra a história cotidiana. A moda se insere não apenas nos aspectos econômicos da região, mas, sobretudo dos comportamentos, do aspecto social da vestimenta, aspecto este ainda não explorado no estudo da fotografia em SC, menos ainda na região apontada por Polhein. A intenção desta pesquisa é dar o primeiro passo em um mapeamento dessa história na região do Vale do Itajaí e cidades circunvizinhas, iniciando aqui por Brusque (berço da moda em SC) e Itajaí (berço da imprensa na região). Neste sentido, as questões norteadoras da pesquisa aqui proposta são: Quais foram os primeiros fotógrafos a produzir informação visual para a imprensa itajaiense e brusquense, quais suas preocupações, quais os assuntos priorizados? A partir de qual momento a fotografia passou a desempenhar um papel significativo no registro da história cotidiana dos dois municípios ao ocupar espaço significativo nas páginas dos jornais? Quais os temas/personagens enfatizados? Quando a moda começa a aparecer nos registros visuais dos jornais dos dois municípios? Qual a contribuição da fotografia veiculada na imprensa para o registro e valorização da memória das duas cidades? Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo Mapear os precursores da fotografia de moda na imprensa das cidades de Itajaí e Brusque desde a publicação do primeiro jornal até o final da primeira metade o século XX de modo a contribuir para o registro da memória local e da moda em Santa Catarina.

PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa se caracteriza como documental e envolverá o trabalho de campo para a coleta dos dados nos jornais brusquenses e itajaienses do século XIX e primeira metade do século XX. Os jornais de ambos os municípios serão consultados conforme sua disponibilidade no Arquivo Histórico das cidades. Conforme Gil (2002)³, na pesquisa documental há os

Robson Souza dos Santos, Aline Haas Mafra

documentos de primeira mão, ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico tais como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas, e os documentos de segunda mão que de alguma forma já foram analisados tais como: relatórios de pesquisa; relatórios de empresas; tabelas estatísticas e outros. No caso deste estudo, trabalharemos com documentos classificados pelo autor como sendo de primeira mão, pois embora os jornais já tenham sido consultados para outros estudos, para o objeto aqui proposto ainda não foram utilizados. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Esta é exatamente a proposta desta pesquisa, empreender o registro e valorização da memória fotográfica e do fotojornalismo de Brusque e Itajaí bem como de seus precursores o que nos leva a compreender e perceber mudanças e transformações não apenas na prática da fotografia na cidade, mas, a partir do conteúdo, das cenas e personagens registrados nessas fotos, parte do desenvolvimento histórico, político, econômico e cultural, os modos de vida e práticas sociais dos habitantes da cidade ao longo do século XX. A pesquisa documental, neste caso, contribui não apenas para a valorização e sistematização da memória fotográfica, mas da memória das duas cidades de um modo geral. Para a definição de quais os jornais a fazerem parte do *corpus* de análise recorreu-se ao levantamento realizado por Fernandes (2006 e 2009)⁴, que mapeou e contribuiu, decisivamente, para o registro da história da imprensa catarinense. Os jornais a serem analisados, em ordem cronológica de lançamento em Brusque, são: *Brusquer Zeitung* (1/01/1912 a 23/10/1917); *Gazeta Brusquense* (1912 a 23/02/1928); *Die Rundschau* (1923 a 1937); *O Progresso* (22/05/1929 a 1937) e *O Município*⁵ (desde 25/06/1954). Em Itajaí, os jornais a serem analisados, em ordem cronológica de lançamento, são: *Itajahy* (10/05/1884); *A Idéia* (18/02/1886); *A Liberdade* (20/02/1887); *Gazeta de Itajahy* (13/10/1892) *O Immigrant* (1890), *A Flexa*; *A Semana Ilustrada* (1894), *Jornal do Brasil* (1896); *Progresso* (1899). Fernandes (2006) explica que do início ao final do século XX, 83 jornais foram lançados. “Em meio a tantas publicações efêmeras, algumas se tornaram marcos na imprensa local por sua longevidade e postura editorial”⁶ as quais serão consideradas neste estudo: *Novidades* (1904); *O Pharol* (1904); *Diário de Itajaí* (1914) e *Jornal do Povo* (1935/1989)⁷. Os jornais *A Nação* (1960) e *O Correio* (1963), *Diário do Litoral* (1979) e *Diário da Cidade* (1992)⁸, publicados a partir da segunda metade do século XX, não farão parte desta pesquisa, uma vez que não se enquadram no que aqui definimos como “precursores”.

Palavras-chave: memória fotográfica; história da fotografia; história da moda.

Robson Souza dos Santos, Aline Haas Mafra

NOTAS

- 1 BORGES, Maria Eliza. História & fotografia. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- 2 POLLHEIN, Julio. **Fotografia e desenvolvimento regional no médio Vale do Itajaí**. Universidade Regional de Blumenau. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Regional. Blumenau: Furb, 2005.
- 3 GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- 4 FERNANDES, Mário Luiz (Org.). **Origens da imprensa em Municípios Catarinenses**. Florianópolis: ADJORI/SC, 2009. _____. **A mídia no Vale do Itajaí**. Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: Intercom, 2006. Disponível em <http://www.intercom.org.br/congresso/2006/tema.shtml>. Acesso em 22/02/2010.
- 5 Inicialmente semanário, o jornal passou a ser diário em 2002 e ainda se encontra em circulação. Conforme a proposta da pesquisa, serão analisadas apenas as edições da década de 1950.
- 6 Fernandes, 2006, p. 12
- 7 Serão analisadas as edições até a década de 1950.
- 8 Está atualmente sediado na cidade de Balneário Camboriu.

AMBIENTALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UNIFEBE SUSTENTÁVEL

Mara Lúcia Figueiredo

E-mail: maraluciafg@unifebe.edu.br

George Wilson Aiub

E-mail: georgeaiub@unifebe.edu.br

Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA

A temática ambiental integra o rol de preocupações e discussões da sociedade atual. Pouco a pouco, a visão ingênua acerca dos problemas ambientais cede espaço a uma reflexão mais profunda, fundamentada e alicerçada em pressupostos teórico-epistemológicos construídos pela comunidade acadêmica. Frente à crise ambiental, compreendida como uma crise civilizatória e da racionalidade instrumental (LEFF, 2001)¹, torna-se imprescindível repensar as intervenções, práticas humanas e seus efeitos sobre o ambiente natural, em relação à preservação da vida e da biodiversidade, ameaçadas pelo modelo capitalista de produção, consumo e descarte. Neste sentido, promover a ambientalização curricular no processo educacional, significa instaurar, no sistema educativo, uma série de mudanças que incluam “inovações conceituais, metodológicas e atitudinais, mas também estruturais e organizacionais, que permitam enfoques interdisciplinares, que facilitem um planejamento global de objetivos e conteúdos, que se aproximem à compreensão da complexidade e à visão planetária.” (GONZÁLES MUÑOZ, 1996, p. 37)². Assim, ao considerarmos as inúmeras funções e responsabilidades das universidades na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética, torna-se indiscutível seu papel na inserção da dimensão ambiental em suas diversas frentes de atuação (ensino, pesquisa, extensão e gestão), conforme apontam autores e autoras como Marcomin e Silva (2010)³, Morales (2009)⁴, Guimarães et. al. (2009)⁵, Guerra e Taglieber (2009)⁶; Tristão (2007)⁷; Sato e Santos (2003)⁸, Baldin e Albuquerque (2012)⁹, dentre outros. Com base nas premissas apontadas por autores (as) como Sanmarti e Pujol (2002)¹⁰ e outros, como Copello-Levy (2004 e 2006)¹¹, Geli et. al. (2003, 2004)¹², Freitas et. al. (2003)¹³, Oliveira (2006)¹⁴, e pontuadas a partir dos indicadores da “Red de Ambientación Curricular de los Estudios Superiores” (REDE ACES, 2003)¹⁵, dez características são apontadas para um curso ambientalizado. Considerando tais características e o pressuposto de que a formação universitária se dá a partir de uma rede de relações, e por sua corresponsabilidade na formação profissional e socialização do conhecimento, autores (as) como Tristão (2007)¹⁶, Guimarães (2004)¹⁷, Guerra (2007)¹⁸, dentre outros, concebem

Mara Lúcia Figueiredo, George Wilson Aiub

as universidades como importantes espaços para a ambientalização curricular, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) ao determinarem que os sistemas de ensino devem promover as condições para que suas instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações, em relação equilibrada com o meio ambiente e tornando-se referência para seu território (BRASIL, CNE, 2012, p. 7)¹⁹. Atendendo aos apelos da comunidade acadêmica e à responsabilidade atribuída pelas Políticas Públicas às Instituições de Ensino, o Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE constituiu o Comitê de Sustentabilidade.

OBJETIVO

Este artigo pretende narrar o processo de criação deste Comitê, sua trajetória e reflexões frente ao desafio da ambientalização.

BREVE HISTÓRICO

Ao longo dos últimos anos, a UNIFEBE vem se destacando no campo socioambiental e da responsabilidade social por trabalhos e projetos que integram pesquisa, ensino e extensão, e realizando eventos como o *Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão (ENPEX)* e o *Congresso de Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade*. Em 2011, participou do 3º Seminário Internacional de Sustentabilidade na Universidade, realizado na USP-São Carlos, despertando para importância da rede de relações, e corresponsabilidade na inserção da temática socioambiental. Em 2012, tornou-se instituição-elo da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental – REASul. Com isto, passou a integrar a *Alianza de Redes Iberoamericanas por la Sustentabilidad y el Ambiente – ARIUSA*, que nos permitiu participar da *Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades de ARIUSA* e do Comitê editorial da *Revista Ambiens*. Desde 2012, em parceria com a UNIVALI, UNISINOS e USP-São Carlos, participa do projeto “*Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: subsídios e compromissos com boas práticas socioambientais*”. Considerando a importância de uma Política de Ambientalização, juntamente com a responsabilidade atribuída pelas Políticas Públicas às Instituições de Ensino, em 2013, a UNIFEBE constituiu o Comitê de Sustentabilidade com o objetivo de integrar gestores, pesquisadores, docentes e acadêmicos em torno da criação de uma Política Institucional de Ambientalização.

METODOLOGIA

O Comitê tem como objetivo geral executar ações no âmbito da formação acadêmica para ambientalização, integrando atividades de currículo, pesquisa, iniciação científica, extensão e gestão voltadas às questões da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Para identificar evidências de ambientalização curricular, expressas nos documentos curriculares, o diagnóstico

Mara Lúcia Figueiredo, George Wilson Aiub

preliminar toma como base os estudos de Amorim et. al, (2004)²⁰. A análise documental é realizada por meio da leitura analítica da missão e do perfil profissiográfico dos Cursos, do objetivo geral e das ementas das disciplinas, estratégias e instrumentos de avaliação dos planos de ensino das disciplinas dos cursos de graduação (2013-1).

RESULTADOS

Acreditamos que esse diagnóstico é imprescindível para ampliarmos a discussão da temática da ambientalização. A disposição e apoio demonstrados pela reitoria e prós-reitorias, docentes, servidores e acadêmicos, o crescente interesse em discutir e ampliar essa discussão, e ainda, a participação da UNIFEBE em redes nacionais e internacionais e a parceria com a USP de São Carlos, Univali e Unisinos, justificam a continuidade das ações rumo a uma política institucional voltada à ambientalização. Entendemos que as universidades são importantes espaços para a ambientalização curricular que passa pela abordagem da temática socioambiental. Processos para a ambientalização dos cursos podem contribuir no desenvolvimento de princípios e valores ambientais, como de respeito à vida, responsabilidade socioambiental e exercício da cidadania planetária. Esse trabalho se soma a outros que indicam que para a ambientalização curricular nas universidades, como indica Oliveira (2006)²¹, é necessário uma definição de critérios e indicadores que se constituam em subsídios para a formulação e/ou fortalecimento de políticas públicas, e de políticas institucionais comprometidas com a ambientalização. **Considerações Finais:** Acreditamos, como Freitas e Souza (2012)²² e Guerra e Figueiredo (2013)²³, que investir na cultura de redes possibilita ampliar o número de universidades no compromisso com políticas de ambientalização. Para nós, a sustentabilidade, em suas diferentes dimensões, e o compromisso da construção de uma sociedade sustentável, fundada em valores como a solidariedade, a ética e a justiça social, não é um sonho, mas uma utopia. E se a utopia pode parecer impossível, recorreremos ao mestre Paulo Freire, quando se referia ao poeta moçambicano Amílcar Cabral: **“Se algo nos parece impossível, cabe a nós torná-lo possível!”**

Palavras-chave: Ambientalização Curricular. Núcleo de Sustentabilidade. Universidades.

NOTAS

- 1 LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- 2 GONZÁLES MUÑOZ, M.C. Principales tendencias y modelos de la educación ambiental en el sistema escolar. **Revista ibero-americana de educación**, 1996, n. 11, p. 13-74.
- 3 MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. da. A sustentável leveza da universidade. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. **Sustentabilidades em diálogos**. Itajaí: Univali, 2010, p. 171-189.
- 4 MORALES, A. G. . A formação dos profissionais educadores ambientais e a universidade: trajetórias dos cursos de especialização no contexto brasileiro. *Educar em Revista (Impresso)*, v. 34, p. 185-199, 2009.
- 5 GUIMARÃES, M. ; SOARES, A. M. D. ; BARRETO, M. P. ; CARVALHO, N. A. O. . Educadores Ambientais nas Escolas: as redes como estratégias. *Cadernos CEDES (Impresso)*, v. 29, p. 49, 2009.

Mara Lúcia Figueiredo, George Wilson Aiub

- 6 GUERRA, A. F. S. (Org.); TAGLIEBER, José Erno (Org.) . Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios. rev. ed. Itajaí: Univali, 2009. v. 1. 231p.
- 7 TRISTÃO, M. Espaços/tempos de formação em Educação Ambiental. In: GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E. (Orgs.). **Educação ambiental: fundamentos práticas e desafios**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007, p. 37-51. (Coleções Plurais Educacionais).
- 8 SATO, M.; SANTOS, J. E. **Tendências nas pesquisas em educação ambiental**. In: NOAL, F. BARCELOS, V. (Orgs). Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 253-283.
- 9 BALDIN, N.; ALBUQUERQUE, C. (Orgs). **Novos desafios na educação – Responsabilidade social, democracia e sustentabilidade**. Brasília (DF): LiberLivro Ed., 2012.
- 10 SANMARTÍ, N. ; PUJOL, R. M.. ¿Qué comporta capacitar para la acción? Sevilla, **Investigación en la Escuela**. n. 46, 2002, p. 49 – 54.
- 11 COPELLO LEVY, M. I. Escola ambientalizada e formação de professor@s: compromissos e desafios. In: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F. S. **Pesquisa em Educação Ambiental: Pensamentos e reflexões**. Pelotas, UFPel, 2004, p. 105 – 143.
_____. Fundamentos teóricos e metodológicos de pesquisas sobre ambientalização da escola. **Pesquisa em Educação Ambiental**. v.1, n. 1, jul./dez, 2006, p. 93-110.
- 12 GELI, A. M.; JUNYENT, M.; SÁNCHEZ, S. **Diagnóstico de la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores 3**. Girona: Universitat de Girona - Red ACES, 2003.
GELI, A. M.; JUNYENT, M.; SÁNCHEZ, S. (Eds.) **Ambientalización curricular de los estudios superiores 4- Acciones de Intervención para la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores**. Girona: Universitat de Girona - Red ACES, 2004.
- 13 FREITAS, D.; OLIVEIRA, H. T.; COSTA, G. G.; KLEIM, P. Diagnóstico do processo de ambientalização curricular no ensino, pesquisa, extensão e gestão na Universidade Federal de São Carlos (Brasil). In: GELI, A. M.; JUNYENT, M.; SÁNCHEZ, S. (Eds.) **Diagnóstico de la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores - Ambientalización curricular de los estudios superiores 3** Girona: Universitat de Girona - Red ACES, 2003, p. 177 – 190.
- 14 OLIVEIRA, H. T. O processo de ambientalização curricular na Universidade Federal de São Carlos nos contextos de ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 5, Joinville-SC, abril 2006. [palestra]. Disponível em: <http://www.viberoea.org.br>. Acesso em 22 jan. 2007.
- 15 REDE ACES. Red de Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. Disponível em: http://insma.udg.es/ambientalizacio/web_alfastinas/castella/c_index.htm. Acesso em: 15 mar. 2012.
- 16 TRISTÃO, M. Espaços/tempos de formação em Educação Ambiental. In: GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E. (Orgs.). **Educação ambiental: fundamentos práticas e desafios**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007, p. 37-51. (Coleções Plurais Educacionais).
- 17 GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas SP: Papirus, 2004.
- 18 GUERRA, A. F. S.; Formação continuada de educadores ambientais: desafios e possibilidades. In: RAITZ, T. R.; FERREIRA, V. S; GUERRA, A. F. S. (Orgs.). **Ética e Metodologia: pesquisa na Educação**. Itajaí: UNIVALI, 2007, p. 241 – 255. (Col. Plurais Educacionais – 4).
- 19 BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental**. Brasília: MEC/CNE, 2012.
- 20 AMORIM, A. C. R. et al. Diagnósticos e intervenções sobre ambientalização curricular nos Cursos de Licenciatura em Biologia e Geografia. Universidade Estadual de Campinas (Brasil). In: GELI, A. M.; MERCÈ, J.; SÁNCHEZ, S. (Orgs). **Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: aspectos ambientales de las universidades**. Girona: Universitat de Girona, Servei de Publicacions, 2004.

Mara Lúcia Figueiredo, George Wilson Aiub

- 21 OLIVEIRA, H. T. O processo de ambientalização curricular na Universidade Federal de São Carlos nos contextos de ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 5, Joinville-SC, abril 2006. [palestra]. Disponível em: <http://www.viberoea.org.br>. Acesso em 22 jan. 2007.
- 22 FREITAS, D.; SOUZA, M. L. O ensino superior no Brasil: desafios para a ambientalização curricular. In: LEME, P. C. S.; PAVESI, A.; ALBA, D.; GONZALES, M. J. **Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades**. São Paulo- Madrid: USP-UAM, 2012, p. 129-135.
- 23 GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. **Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas Universidades: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do Programa Univali Sustentável**. 2013 (no prelo)

REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO PRESÍDIO SANTA AUGUSTA – SC & PAES-UNESC

Patrícia Martins Goulart¹, Fernanda de Oliveira, Maristela Quartiero de Fáveri, Christine Scarpato, Janete Trichês, Jucélia da Silva Abel, Monica Ovinski de Camargo Cortina

¹ Doutora em Psicologia Social

Email: pmg@unesc.net

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Agencia financiadora: Edital 26/2012 UNACSA

RESUMO

Esta intervenção integra um dos projetos do Programa de Ações em Economia Solidária –PAES, vinculado a Universidade do Extremo Sul Catarinense –UNESC. O objetivo geral do projeto que ora se apresenta, consiste em promover o empoderamento (fortalecimento) de mulheres em situação de cárcere no Presídio Regional de Criciúma (PRC) no âmbito psicossocial e jurídico, para futura reinserção no mundo do trabalho. As atividades são de caráter grupal com ênfase na abordagem operativa proposta por Enrique Pichon Rivièrè (1998). A partir dos grupos operativos foram promovidas reflexões acerca dos sentidos e significados do trabalho solidário e cooperativo como via de identidade e autonomia. Foram ofertadas oficinas que promoveram o conhecimento de cidadania. Por fim, para alcançar o objetivo de revitalizar a biblioteca do Presídio, deu-se início a uma campanha de arrecadação de obras para a biblioteca junto à comunidade universitária.

Palavras-chave: trabalho. Cárcere. Biblioteca. Empoderamento.

INTRODUÇÃO

Esta intervenção integra um dos projetos do Programa de Ações em Economia Solidária –PAES, vinculado a Universidade do Extremo Sul Catarinense –UNESC. O objetivo geral do projeto que ora se apresenta, consiste em promover o empoderamento (fortalecimento) de mulheres em situação de cárcere no Presídio Regional de Criciúma (PRC) no âmbito psicossocial e jurídico, para futura reinserção no mundo do trabalho. O conceito de empoderamento (ou fortalecimento) adotado se atrela a um viés comunitário, bem delineado por Montero (2004), que destaca os seguintes processos: a participação como parte essencial para o desenvolvimento da comunidade; a consciência, que permite superar a alienação, a ideologização e a passividade; o exercício de autonomia por parte

Patrícia Martins Goulart, Fernanda de Oliveira, Maristela Quartiero de Fáveri, Christine Scarpato, Janete Trichês, Jucélia da Silva Abel, Monica Ovinski de Camargo Cortina

da comunidade; o poder, que acompanha a autonomia; a politização considerada como a ocupação do espaço público e a consciência dos direitos e deveres inerentes à cidadania.

MATERIAIS E MÉTODOS

O público-alvo que recebe apoio direto do projeto é constituído por 10 mulheres, reclusas no Presídio Regional de Criciúma com nível básico de escolaridade e analfabetismo. A renda familiar não ultrapassa um salário mínimo mensal e a faixa etária varia de 20 a 45 anos. Estas mulheres participam diretamente de oficinas, aulas e palestras duas vezes por semana. As atividades direcionadas à população feminina do PRC são de caráter interdisciplinar (Psicologia, Direito, Jornalismo e Secretariado Executivo) com vistas a construção de um ambiente de aprendizagem, cooperação e confiança entre as reclusas, propício para a inserção laboral. Cumpre salientar que além da preparação para o retorno à vida sociedade, o projeto também pretende a adequação constante para o convívio cotidiano na instituição prisional. As atividades são de caráter grupal com ênfase na abordagem operativa proposta por Enrique Pichon Riviére (1998). Inicialmente as professoras do projeto fizeram um trabalho de sensibilização junto as acadêmicas (bolsistas) tanto como forma de integrar a equipe que é interdisciplinar, além de promover o embasamento teórico sobre os postulados da Economia Solidária, jurídicos e sociológicos, para a compreensão das características do público alvo e de suas demandas. Partindo para as atividades de extensão propriamente ditas, no que se refere à dimensão psicossocial, e o fortalecimento do público alvo em direção a autonomia e emancipação, são realizadas oficinas sistemáticas para discussão de temas emergentes, considerando os conflitos comuns aos trabalhos coletivos, em nível interpessoal, como também a valorização de aspectos que favoreçam a auto estima e o empoderamento dos participantes. Destacam-se também as parcerias com acadêmicos pesquisadores do curso de Direito que ministraram palestras dialogadas sobre temas de interesse para o público alvo, acompanhadas sempre por vivências grupais, para que ocorra maior interatividade com a equipe do projeto. Uma das ações do projeto se centra na realização de uma campanha para a coleta de livros junto ao público interno da UNESCO, a fim de revitalizar a biblioteca local. Inclui-se ainda como ações do projeto estratégias para o incentivo do hábito da leitura, tais como: contação de histórias, clube de leitura, vivências teatrais e outras. Esse último objetivo se realiza no galpão da Ala Feminina com apoio específico de profissionais convidados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos grupos operativos foram promovidas reflexões acerca dos sentidos e significados do trabalho solidário e cooperativo como via de identidade e autonomia. Foram ofertadas oficinas que promoveram o conhecimento de cidadania, incluindo os direitos e deveres perante a Lei de Execução Penal, que regulamenta os benefícios para as pessoas presas e, de igual modo, sobre temas pontuais necessários para que elas possam fruir desses direitos na convivência cidadã após o cumprimento da pena. Cabe salientar que num primeiro momento o planejamento das

Patrícia Martins Goulart, Fernanda de Oliveira, Maristela Quartiero de Fáveri, Christine Scarpato, Janete Trichês, Jucélia da Silva Abel, Monica Ovinski de Camargo Cortina

atividades anuais foi realizado pelas bolsistas do projeto. Todavia, pautando-se na diretriz dialética da extensão universitária, acrescentou-se ao projeto ricas contribuições da parte das reclusas, tais como indicações de leitura, teatralização dos temas discutidos, e a aquisição de um caderno que sirva como diário de caderno de atividades. Por fim, para alcançar o objetivo de revitalizar a biblioteca do Presídio, deu-se início a uma campanha de arrecadação de obras para a biblioteca junto à comunidade universitária.

CONSIDERAÇÕES

A possível relevância deste trabalho encontra-se na perspectiva de construção de um projeto de vida por parte das detentas que lhes garanta bem-estar dentro e fora do sistema carcerário. Esta possibilidade está atrelada à noção de trabalho como projeto de vida, que está além do emprego formal, mais como forma de realização do ser humano, constituinte de sua subjetividade e promotor de relações sociais. Desta forma, através do projeto está sendo promovido um espaço de discussão e reflexões críticas com relação às possibilidades de se alcançar tal projeto de vida, por meio do trabalho, em condições sociais desiguais, promovendo a cidadania e autonomia dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- MONTERO, Maritza. **El fortalecimiento en la comunidad, sus dificultades y alcances Psychosocial Intervention**, vol. 13, núm. 1, 2004, pp. 5-19 Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid Madrid, España
- RIVIÈRE, Enrique Pichon. **El Proceso Grupal: Del psicoanálisis a La psicología social**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1998.

DIREITO E ENGENHARIA: REGULARIZANDO A PROPRIEDADE

Ana Mirian Ziliotto Viero, Aline Elise Debiazi Vargas Longo, Luis Antonio Andrade

E-mail: anamirian@uniplac.net
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

INTRODUÇÃO

O direito à propriedade é garantido e assegurado no inciso XXII do artigo 5º da Constituição da República de 1988. Contudo, para o exercício em sua plenitude, o proprietário ou o possuidor de um imóvel, deve dispor da documentação relativa ao bem, em atendimento às normas legais para a espécie. Através dos atendimentos realizados pelo EMAJ¹ à população hipossuficiente, no que diz respeito à regularização da propriedade imóvel, constatou-se que a efetivação da prestação jurisdicional, nestes casos, esbarra na apresentação da documentação indispensável e exigida para a instrução de processos administrativos e/ou judiciais. Assim, muitos casos acabam por não ter seu curso normal, ou até mesmo não são apresentados em juízo, vez que os clientes não dispõem de condições financeiras para remunerar profissional habilitado à feitura do respectivo mapa, memorial descritivo e ART².

RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

Tendo em vista a constatação das dificuldades financeiras apresentadas pelos clientes do EMAJ, em decorrência da manifesta hipossuficiência, na obtenção da documentação necessária, nasceu a ideia do projeto que envolvesse os Cursos de Direito e Engenharia Civil da UNIPLAC. Assim, com a efetivação do mesmo, além de otimizar, sobremaneira, a prestação do serviço de assistência jurídica prestada à população carente pelo Escritório Modelo, suprimindo a necessidade da elaboração da documentação técnica imprescindível ao exercício do direito de propriedade, será proporcionado aos acadêmicos do Curso de Direito e Engenharia Civil, um aprendizado prático, efetivo, no qual poderá aplicar a teoria recebida em sala de aula, destacando ainda, a importância da interdisciplinariedade como forma de exploração das potencialidades de cada um dos cursos envolvidos com enfoque ao aprendizado, à diversidade e à criatividade.

Ana Mirian Ziliotto Viero, Aline Elise Debiazi Vargas Longo, Luis Antonio Andrade

OBJETIVOS

O objetivo principal do Projeto, é estabelecer parceria entre os Cursos de Direito e de Engenharia Civil da UNIPLAC, com a participação de professores e acadêmicos engajados na regularização da documentação técnica necessária à instrução de processos judiciais ou administrativos.

RESULTADOS OBTIDOS

Com a efetivação do Projeto busca-se otimizar a prestação do serviço de assistência jurídica prestado pelo EMAJ, nos casos em que há dificuldade financeira para obtenção da documentação técnica exigida à instrução de processos administrativos e/ou judiciais, a qual será elaborada de forma integral de acordo com cada casa. Busca-se ainda, aproximar os cursos de graduação – Direito e Engenharia – da população atendida pela Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Direito e Engenharia: Regularizando a Propriedade, tem proporcionado aos professores e acadêmicos do Curso de Direito envolvidos, a realização do principal objetivo que é a efetividade na prestação do serviço jurídico bem como a satisfação do cliente com o alcance do resultado esperado e ao professor e acadêmicos do Curso de Engenharia Civil, a efetivação e aplicação da teoria nos trabalhos realizados a campo. A todos os participantes, proporciona a integração indispensável entre os cursos envolvidos com a troca de ideias e experiências com o enfoque de cada disciplina, contribuindo e enriquecendo o conhecimento de todos.

PERSPECTIVAS PARA A CONTINUIDADE DA AÇÃO

É consabido que através dos Projetos de Extensão a Universidade cria, mantém e afunila os vínculos com a comunidade em que está inserida, aprofundando e difundindo, com as ações práticas e saberes populares, o conhecimento acadêmico, o que possibilita a renovação da aprendizagem sob novos enfoques. A continuidade do Projeto Direito e Engenharia: Regularizando a Propriedade, representa uma ferramenta importante que comprova referidos conceitos.

Palavras-chave: Direito. Engenharia. Propriedade.

Fonte de Financiamento: Fundação UNIPLAC

NOTAS

- 1 Escritório Modelo de Assistência Jurídica
- 2 Anotação de Responsabilidade Técnica

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE DOS CARROCEIROS DO MUNICÍPIO DE LAGES- SC “UM NOVO OLHAR”

Lourenço Duarte Zanotto¹, André Ricardo Pignatari, Maria Cristina Mazzetti Subtil, José Batista da Rosa, Frederico Manuel Marques, Márcio Petenusso

¹ Acadêmico de Medicina da UNIPLAC
E-mail: lourenco_zanotto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os trabalhos desenvolvidos por meio da Extensão Universitária, no Brasil, são mencionados desde o início do século XX, coincidindo assim com a geração do ensino superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos. No final da década de 1950 e início da de 1960, os universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram movimentos culturais e políticos que foram reconhecidos como mais relevantes para a formação das lideranças de que necessitava o País, além de demonstrarem forte compromisso social e buscarem uma atuação entre diversos profissionais, por meio de metodologias que auxiliavam a reflexão sobre suas ações. Apesar disso o dinamismo que imprimiu à sociedade civil brasileira, o movimento estudantil daquela época pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária. Instalada a ditadura militar, foram promovidas, embora com modificações, as tão demandadas reformas de base. No âmbito da educação, houve três iniciativas importantes: as duas primeiras referem-se à criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon. Apesar de sua subordinação à política de segurança nacional e de seu caráter cooptativo, esses dois projetos tiveram o valor de oferecer ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, desvendando a esses, novas perspectivas e dando-lhes espaço para contribuir na melhoria das condições de vida da população do meio rural. A terceira iniciativa refere-se à promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), cujo texto destaca que as universidades e as instituições de ensino superior fornecerão à comunidade, na forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são cabíveis¹. A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma

Lourenço Duarte Zanotto, André Ricardo Pignatari, Maria Cristina Mazzetti Subtil, José Batista da Rosa, Frederico Manuel Marques, Márcio Petenusso

indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e da comunidade, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social². Partindo das premissas expostas acima foi que surgiu o projeto de extensão Amigos do Carroceiro em Lages SC, este é um município localizado na área serrana da região Centro Oeste do Estado de Santa Catarina. Conta, hoje, com uma população de 154.122 habitantes, sendo destes, 153.944 de população urbana e 2.793 de população rural³. Ao traçarmos um perfil histórico da população Lages, observa-se que ocorreu, nos últimos anos, uma inversão do quadro rural e urbano no Município, pois, em 1950 a população urbana era de 17.337 habitantes e a rural era de 59.897, já em 1991 a população urbana passou para 138.575 habitantes e a rural reduzida para 12.600⁴. Dessa forma, fica evidente a mudança das pessoas das zonas rurais para as cidades e junto a elas os hábitos e atitudes compatíveis com essas áreas de pouco desenvolvimento, como o uso de carretas puxadas por tração animal, caso dos carroceiros que vivem na região urbana. Do fato do êxodo rural uma consequência que se destacou foi a existência de um grande número de trabalhadores informais, conhecidos como carroceiros, que atuam no meio urbano, cuja única renda familiar auxiliar é obtida alugando sua própria força de trabalho e a de um equino de tração para o transporte de materiais diversos em uma carreta artesanal, realizando a prestação de serviços de carreto (transporte de móveis, lenha, materiais de construção, e outros), recolhimento e transporte de resíduos (objetos volumosos descartados pela população e resíduos originados de pequenas obras ou da limpeza de quintais e jardins) e materiais reciclados (papéis, plásticos e vidros)⁵. Essas famílias vivem em condições de exclusão social, sem vínculo empregatício, baixa renda familiar e sem, na maioria das vezes, informação e educação a respeito dos próprios cuidados com saúde (prevenção e promoção), higiene e alimentação, ocorrendo frequentemente casos de agravos à saúde.

OBJETIVOS

Este teve como objetivo relatar as experiências de acadêmicos do curso de graduação da Universidade do Planalto Catarinense durante os trabalhos no projeto de extensão “Promoção e prevenção à saúde dos carroceiros do município de Lages: um novo olhar”

MÉTODO

tratou-se de um relato de experiência dos atendimentos realizados entre Fevereiro 2012 a Julho 2013. Participaram deste, 30 acadêmicos do curso de graduação em Medicina da Universidade do

Lourenço Duarte Zanotto, André Ricardo Pignatari, Maria Cristina Mazzetti Subtil, José Batista da Rosa, Frederico Manuel Marques, Márcio Petenusso

Planalto Catarinense que concordaram em participar voluntariamente do projeto e assinaram um termo de compromisso discente. Fizeram parte dos atendimentos 400 indivíduos carroceiros que frequentaram o programa “Amigo do Carroceiro” e que concordaram em se submeter à consulta após explicação dos objetivos deste projeto. Os dados foram coletados durante as consultas médicas realizadas a esses indivíduos, as quais tiveram duração de uma hora e foram realizadas pelos discentes do curso de graduação em Medicina e supervisionadas por um profissional médico.

RESULTADOS

após levantamento dos atendimentos realizados neste período foi possível identificar que 95% dos indivíduos participantes foram do gênero masculino entre 23 e 70 anos de idade. Quanto aos agravos a esses indivíduos foi possível identificar a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes melitus, Síndrome Metabólica, e alcoolismo. Quanto aos hábitos foi evidente que a maior parte da população eram tabagistas. Quanto às condições sociais pode se levantar que todos os participantes tinham renda mensal menor que dois salários mínimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

nosso programa de trabalho seguiu as prerrogativas previstas nos programas de atenção primária à saúde, sendo todos os atendimentos supervisionados por profissionais médicos com a intensão de promover a saúde, procurar aconselhar para que reduzam os riscos que possam afligir sua saúde e nos casos em que o agravo à saúde já havia se instalado proporcionamos o tratamento adequado. Tendo em vista a grande quantidade de homens que atuam nessa área e sabendo que população masculina busca menos que as mulheres os serviços de atenção primária e acaba acessando o sistema de saúde por meio da atenção especializada foi possível oferecer mecanismos de fortalecimento e qualificação da atenção primária, a promoção da saúde e a prevenção de agravos evitáveis com a disposição de atendimentos que foi até essa população e não o contrário. Esse trabalho teve como contrapartida para os acadêmicos voluntários o aprendizado da propedêutica médica na especialidade de Clínica Médica, bem como a possibilidade de obter dados fidedignos das comorbidades e hábitos de vida desses indivíduos atendidos. Esta interação entre acadêmicos e carroceiros favoreceu o desenvolvimento da prática da comunicação, além de prepará-los para o mercado de trabalho e proporcionar uma visão realista do desnível social existente no país, despertando-os para a necessidade de alternativas que busquem a redução dos problemas sociais e a tomada de medidas que possibilitem a diminuição dos riscos a que estão expostos os carroceiros e suas famílias. O Projeto veio de encontro à necessidade de fornecer informações de profissionais qualificados na área da saúde humana e atendimento gratuito àqueles que apresentem ou não enfermidades disponibilizando rastreamento e tratamento via Sistema Único de Saúde pelos ambulatórios de Medicina da Universidade do Planalto Catarinense, o projeto trouxe uma contribuição importante ao seu status de Universidade Comunitária, já que fez a relação direta entre comunidade e academia na forma dos atendimentos, prestando auxílio aos que necessitam

Lourenço Duarte Zanotto, André Ricardo Pignatari, Maria Cristina Mazzetti Subtil, José Batista da Rosa, Frederico Manuel Marques, Márcio Petenusso

e de forma indireta quando utilizou-se dos dados obtidos procurou formas de melhorar a atenção aos indivíduos atendidos. No curso de Medicina o trabalho de extensão auxiliou sobremaneira na formação e no desenvolvimento dos profissionais generalista e humanistas como prevêem os objetivos de formação profissiográfica do nosso curso.

Palavras chave: Extensão; Ensino; Universidade

O financiamento do trabalho foi feito por meio de verbas destinadas pela Universidade por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão na forma de bolsa ao aluno bolsista responsável pelo projeto.

NOTAS

- 1 NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.
- 2 XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – **Carta de PortoAlegre**. <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2013
- 3 BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Censo Demográfico 2010, população do município de Lages – SC**, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf Acessado em: 04/2012
- 4 PFUETZENREITER, M.R. BONATELLI, V.M., MARCÍLIO, T. Educação em saúde no ensino fundamental: um trabalho com estudantes de comunidades carentes do município de Lages, SC. **2º Encontro Regional Sul de Ensino de Biologia. 3ª Jornada de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFSC**. Florianópolis, 02 a 04 de Novembro de 2006. Pg. 1-7.
- 5 FONTEQUE, Joandes H.; PAOLINI, Elenice e SILVA da, Mayara Cardoso. **Programa Amigo Do Carroceiro, 2010**. http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/2103/pdf_54, acessado em: 04/2012.

REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DO PET/SAÚDE: PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE AS AÇÕES DE AVALIAÇÃO DE HÁBITOS DE VIDA E CONDIÇÕES DE SAÚDE DE TRABALHADORES DE UMA EMPRESA MADEIREIRA

Adriana Moro Wieczorkiewicz

Enfermeira. Docente do Curso de Enfermagem da UnC-Campus Mafra.
Preceptora do PET/Saúde pela SMS Mafra-SC. E-mail: adri.moro@gmail.com

Camila Heiden Glonek Junkes

Acadêmica de Enfermagem. Bolsista do PET/Saúde. E-mail: milajunkes@yahoo.com.br

Nelison Silveira Colaço

Acadêmico de Psicologia. Bolsista do PET/Saúde. E-mail: nelison13@hotmail.com

Vanessa Silva

Acadêmica de Psicologia. Bolsista do PET/Saúde. E-mail: vanessa.silva22@yahoo.com.br

Talita Schmidt

Enfermeira. Preceptora do PET/Saúde pela SMS Mafra-SC
E-mail: talita.schmidt83@gmail.com

Renata Campos

Fisioterapeuta. Docente do curso de Fisioterapia da UnC - Campus Mafra.
Coordenadora do PET/Saúde . E-mail: renatacs@unc.br

Luciana Maria Mazon

Enfermeira. Docente do Curso de Enfermagem da UnC-Campus Mafra.
Tutora do PET/Saúde. E-mail: lucimazon@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa integra o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET/Saúde) da Universidade do Contestado Mafra, cujo eixo central consiste no fortalecimento da rede de atenção a saúde do trabalhador.

Esta pesquisa teve como objetivo principal avaliar as condições de trabalho e de saúde de trabalhadores de uma empresa madeireira do Município de Mafra/SC.

MATERIAL E MÉTODOS

O grupo do PET Saúde do Trabalhador de Mafra no decorrer do mês de maio de 2013 realizou três encontros na empresa madeireira que serviu de universo para a pesquisa. A instituição possui 250 funcionários, desenvolve atividades direcionadas ao beneficiamento de madeira e destaca-se por elevada prevalência de acidentes de trabalho. Participaram das atividades 84 trabalhadores da referida empresa. As atividades foram realizadas conjuntamente com os profissionais de Saúde do

Adriana Moro Wieczorkiewicz, Camila Heiden Glonek Junkes, Nelison Silveira Colaço, Vanessa Silva, Talita Schmidt, Renata Campos, Luciana Maria Mazon

Município. Primeiramente foi desenvolvida palestra motivacional e com orientações gerais sobre saúde. Posteriormente os trabalhadores foram avaliados por equipe multiprofissional em quatro estandes diferenciados. No primeiro o trabalhador respondia a um questionário com perguntas previamente elaboradas baseados em testes validados e/ou adaptados sobre estilo de vida, perfil e satisfação profissional. No segundo, os trabalhadores eram submetidos à aferição da pressão arterial, peso, altura e circunferência abdominal. No terceiro, realizou-se avaliação da acuidade visual pelo teste de Snellen e por fim avaliaram-se as carteiras de vacinas e se procedeu à administração das vacinas aos trabalhadores com esquema vacinal incompleto, pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde. Os dados foram digitados e analisados no programa PASW Statistics 18.

RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES

Foram avaliados 84 sujeitos dos 250 funcionários da empresa, dos quais 63% (n=53) são do gênero feminino e 37% (n=31) são do gênero masculino. A média de idade foi de 36 anos, variando entre 18 e 62 anos. Com relação ao tempo de atuação na empresa, a média foi de 04 anos, tendo uma variação entre 07 dias e 23 anos. A carga horária semanal média foi de 43 horas. Todos os entrevistados relataram fazer um intervalo diário durante a jornada de trabalho, com duração de uma hora, o que está de acordo com o artigo 71 da legislação trabalhista vigente (CLT, 1943). Dentre os entrevistados a função predominante foi de auxiliar de produção (57%), seguida de Classificador (13%) e Auxiliar de serviços gerais (12%) e, Operador de máquina (12%). Quarenta e dois por cento dos entrevistados (n=35) relataram ter recebido treinamento para exercer a função atual. Com relação ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI) 86% da amostra relatou ter sido orientado sobre importância e forma correta de utilizá-los. A luva é o EPI mais utilizado, sendo apontado por 46% dos sujeitos, seguida do protetor auricular, apontada por 36%. Quando questionados com relação a sentirem dor durante o expediente, 21% relataram que a dor é em membros inferiores, 19% na região lombar da coluna e 15% na região lombosacra. Com relação à ocorrência de acidente de trabalho ou doença ocupacional, 30 sujeitos responderam positivamente, sendo que destes, 06 acidentes ocorreram em outra empresa. Não foi observada relação direta entre o tempo de atuação na função e a ocorrência de agravo ocupacional. Dos 24 agravos que ocorreram na madeireira, 02 foram doenças ocupacionais, tendo um caso (bursite em cotovelo) resultando em 07 meses de afastamento e a funcionária retornou para a mesma função. No outro caso de doença ocupacional (alergia), não houve afastamento e a funcionária foi transferida de setor. Quanto às doenças ocupacionais, 100% ocorreram no gênero feminino. Com relação ao afastamento das atividades laborais, a média de tempo foi 19 dias, com um mínimo de 03 dias e máximo de 07 meses. Quando questionados a cerca do relacionamento com os colegas de trabalho é possível observar que 23% consideram seu relacionamento com a equipe como “ótimo” e 75% o considera “bom”. Quanto à realização profissional, 61% da amostra relataram estar “realizado” e 26% “pouco realizado”. Já em relação ao reconhecimento profissional é importante destacar que, 58% relatam se considerar “reconhecido” e, 33% sentem-se “pouco reconhecido” e/ou “muito pouco reconhecido”. É possível observar que o relacionamento com os superiores, é considerado como

Adriana Moro Wieczorkiewicz, Camila Heiden Glonek Junkes, Nelison Silveira Colaço, Vanessa Silva, Talita Schmidt, Renata Campos, Luciana Maria Mazon

“satisfatório” por 76% dos sujeitos e “muito satisfatório” por 13%. Aspectos relacionados à saúde revelam que a doença predominante entre os trabalhadores desta amostra é a Hipertensão arterial sistêmica (n=11), seguida de depressão (n=4). Entre os medicamentos mais utilizados, 23 sujeitos fazem uso de anticoncepcional, 19 de medicamentos para controle da pressão arterial e 06 de medicamentos psicotrópicos. No que tange ao tabagista na empresa percebe-se que 27,4% (n=23) da amostra têm o hábito de fumar, sendo que destes, 14 são do gênero feminino. A média por dia é de 02 cigarros e, o máximo de cigarros consumidos pelos respondentes é de 20 cigarros/dia. Nesta amostra, observa-se que apenas 3,6% dos sujeitos relataram fazer uso do cigarro durante o expediente. Com relação ao uso ou abuso do álcool, 30% (n=25) da amostra responderam positivamente, destes, 09 sujeitos reconhecem a necessidade de diminuir ou suspender seu uso/abuso. Dos 25 sujeitos que fazem uso de álcool, 7% relataram receber algum tipo de crítica de outras pessoas e, estes mesmos sujeitos, apresentam sentimento de culpa pelo fato de fazer uso ou abuso desta substância. É importante destacar que nenhum sujeito relatou ingerir álcool pela manhã e um respondeu fazer uso no horário de trabalho. Com relação às horas de sono, a média foi de 07 horas por dia. Quanto à acuidade visual utilizando-se o método de “Snellen”, a média foi de 0,9 para o olho direito e 0,8 para o olho esquerdo, reitera-se, no entanto, a necessidade de avaliação oftalmológica com médico especialista. Quando avaliados peso e altura e efetuado o cálculo de Índice de Massa Corpórea (IMC) é possível perceber que nesta amostra apenas uma mulher é classificada como “baixo peso” e apenas um homem como “obesidade grau II”. Em ambos os gêneros a prevalência é de “peso adequado”. No entanto, mesmo com IMC adequado, em ambos os gêneros há um aumento da circunferência abdominal. No que tange a imunização, ao todo foram administradas 36 doses de vacinas contra hepatite B, 28 doses da vacina antitetânica e 32 doses de vacina contra febre amarela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade realizada na empresa madeireira aproximou os alunos das suas áreas de graduação, fazendo com que os mesmos repensassem sua prática desde a elaboração dos instrumentos de pesquisa, aplicação e avaliação da atividade. Os primeiros resultados apontaram para características principais dos trabalhadores da área madeireira desta região, servindo de ponto de partida para a elaboração de duas outras ações que serão executadas por meio e com o apoio da estratégia de saúde da família na qual está inserida a empresa em questão. Os acadêmicos após a discussão dos primeiros dados levarão suas propostas de trabalho para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) próxima a esta empresa. A intenção da equipe de Mafra dentro do PET saúde do trabalhador, além de aproximar os alunos da comunidade, levando-os a redescobrir valores de cidadania, é levar o atendimento de saúde integral aos trabalhadores das empresas, principalmente as madeireiras, ramo este, de predominância na região, juntamente com as ESF, fortalecendo a Universidade juntamente com a comunidade e programas de saúde, do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras Chave: Trabalhador. Saúde. Universidade.

CARACTERIZAÇÃO DOS MEDICAMENTOS DESCARTADOS NO PROJETO COLETA DE MEDICAMENTOS DA UNC – CONCÓRDIA

Juliana Valentini

Coordenadora do Trabalho, professora do Curso de Farmácia UnC/Concórdia
E-mail: farmácia.cco@unc.br

Gabriel Bonetto Bampi

Integrante do trabalho, professor do Curso de Farmácia UnC/Concórdia
E-mail: gbampi@gmail.com

Natália Miotto

Acadêmica do Curso de Farmácia UnC/Concórdia
E-mail: nathy.miotto@hotmail.com

Samara Benck

Acadêmica do Curso de Farmácia UnC/Concórdia
E-mail: samarabenck@hotmail.com

Mayara Taís Guerra

Acadêmica do Curso de Farmácia UnC/Concórdia
E-mail: mtguerra@gmail.com

Nos dias de hoje os fármacos têm um importante papel, por prevenir e tratar doenças, além de proporcionarem cada vez mais o prolongamento da longevidade humana. No entanto, em virtude dos efeitos adversos que podem causar, somente devem ser administrados sob orientação de profissionais habilitados. Durante o tratamento a fim de resolver possíveis problemas de saúde, as pessoas adquirem medicamentos que, muitas vezes, não são consumidos por completo e acabam por ser armazenados para um possível consumo posterior, ou esses acabam sendo descartados em lixo comum. Esse último fato preocupa, uma vez que medicamentos são agentes químicos que podem contaminar o meio ambiente. Em relação ao descarte correto de fármacos ainda inexiste, tanto na esfera nacional como municipal de Concórdia, SC, legislação referente ao descarte correto de medicamentos de origem domiciliar. Outro fator que contribui para o aumento de vendas de medicamentos é a prática da automedicação, a qual é a utilização de fármacos por conta própria ou por indicação de pessoas não habilitadas para tratamento de doenças cujos sintomas são “percebidos” pelo usuário, mas sem a avaliação de um profissional de saúde. A automedicação inadequada, bem como a prescrição incorreta, pode trazer como consequência efeitos indesejáveis, além de mascarar doenças, risco este relacionado ao grau de instrução e informação dos usuários sobre os medicamentos. Além disso, a automedicação pode ser um fator agravante em relação ao aumento dos casos de intoxicação medicamentosa, alergia a certos tipos de fármacos e resistência

Juliana Valentini, Gabriel Bonetto Bampi, Natália Miotto, Samara Benck, Mayara Taís Guerra

bacteriana. Essa prática é cada vez mais comum entre a população brasileira. Ainda, a não adesão ao tratamento medicamentoso é outro fator que contribui para a inutilização dos fármacos, podendo esses virem a ser descartados. A adesão ao tratamento é um processo comportamental, ou seja, cada pessoa adere de uma maneira. Já, a não adesão ao tratamento medicamentoso torna-se um obstáculo para o alcance dos objetivos terapêuticos. Vários são os fatores relacionados à não adesão medicamentosa, tais como se esquecer de tomar o medicamento, trocar os horários dos mesmos, os efeitos colaterais que muitas vezes inviabilizam o uso de determinados medicamentos, entre outros. Dado o exposto surge a problemática da presente pesquisa, a qual se preocupará em responder os seguintes questionamentos: quais os tipos de fármacos são mais descartados pela população da cidade de Concórdia (SC); a quantidade de medicamentos descartados com e sem retenção de receita e caracterizar os medicamentos coletados quanto ao fato de serem reutilizáveis ou não. O projeto intitulado “Coleta de Medicamentos UnC” foi uma iniciativa do curso de farmácia da Universidade do Contestado – Campus de Concórdia. Tal projeto teve início em junho de 2012. A campanha de recolhimento de medicamentos foi divulgada por meio de folders, banners, endereço eletrônico da universidade, imprensa local, faixas indicativas e palestras voltadas para os estudantes e professores das escolas onde as caixas foram instaladas. Para a realização da campanha foram utilizadas seis caixas coletoras, distribuídas nas escolas (municipais, estaduais e privadas), universidade, farmácia municipal e hospital da cidade de Concórdia, SC. No processo de triagem foi realizado primeiramente a separação e contagem de um a um dos medicamentos e os dados eram repassados para tabelas do programa *StatView*, versão 6.0 e posteriormente analisados (gráficos confeccionados no Microsoft Office Excel, 2007). Em seguida foi feita a separação das embalagens primárias (blíster – medicamento) onde foi retirado o medicamento do mesmo e depositado em vidros para posterior descarte; já as embalagens secundárias (caixa e bula) foram colocadas em sacos plásticos onde eram encaminhados para a reciclagem. O descarte dos medicamentos inutilizados foi feito juntamente com o descarte de resíduos químicos da UnC – Concórdia. A classificação dos medicamentos no programa *StatView* Versão 6.0 foi feita de acordo com o seu mecanismo de ação. No total foram contabilizados 39.000 unidades (un) de medicamentos. Entre os dez medicamentos mais coletados, a classe terapêutica predominante foi a dos antibacterianos com 5.515 unidades coletadas. Ainda, foi observado que a maioria dos antibacterianos coletados apresentava embalagem violada. Dentre os antibacterianos o grupo dos beta – lactâmicos somaram 3.900 unidades, enquanto os fluorquinolonas correspondem à 1.500 unidades. Já, com um número inexpressivo em relação aos primeiros, o grupo dos ISP (inibidores da síntese protéica) e cefalosporâmicos correspondem á 64 e 40 unidades, respectivamente. Os fármacos antiparasitários ocuparam o segundo lugar com 2.800 unidades descartadas. Na sequência os anti-inflamatórios não esteroidais (AINES) somaram um total de 2.705 unidades coletadas. Ocupando a quarta colocação os antitussígenos com ação mucolítica totalizaram 1.424 unidades. Após, em ordem de frequência aparecem os micronutrientes e vitaminas, inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA), associação de antigripais, beta bloqueadores, hormônios e antagonistas H1 contabilizando 930, 720, 668, 510, 504 e 440 unidades, respectivamente. Da décima primeira à vigésima posição estão os seguintes fármacos em unidades descartadas: hipoglicemiantes orais (360), fármacos redutores de lipídeos (339), fármacos usados na gota (225), antidepressivos (221),

Juliana Valentini, Gabriel Bonetto Bampi, Natália Miotto, Samara Benck, Mayara Taís Guerra

anestésicos e antibacterianos (220), antagonistas H2 (200), anticonvulsivantes (190) antagonistas de dopamina (165), diuréticos (160) e inibidores da bomba de prótons (152). Também foram observados os fármacos menos coletados, sendo que com apenas 1 unidade coletada estão os agonistas muscarínicos e a associação de antibacterianos e antifúngicos. Para a associação de antibacterianos, antitussígenos e expectorantes e os antimicobacterianos foram coletados 2 unidades de cada grupo mencionado. Já o grupo dos antitussígenos periféricos e dos expectorantes e mucolíticos correspondem individualmente a 4 unidades de fármacos coletados. Englobando ainda os dez fármacos menos coletados nesta pesquisa estão os calicidas, associação de antibacterianos e glicocorticóides e os antivirais, os quais correspondem a 5, 6, e 10 unidades coletadas, respectivamente. A maioria dos fármacos coletados correspondia a fármacos comercializados sem retenção de receita (68%) enquanto 32% representavam os fármacos dispensados com retenção de receita. Somatoriamente, na presente pesquisa o número de fármacos não reutilizáveis – seja vencidos ou sem condições de uso – totalizou 92 % dos fármacos contabilizados. O trabalho realizado serviu para mostrar que no município de Concórdia o serviço de atenção farmacêutica e outros serviços relacionados ao medicamento, assim como em outros municípios brasileiros, são deficientes, dado a grande quantidade de fármacos descartados. Assim os profissionais farmacêuticos e outros profissionais da saúde têm como obrigação atentar para essa problemática. O presente trabalho continuará a ser realizado, já que a conscientização da população acerca da problemática ocorre aos poucos, e se a campanha simplesmente não ocorrer mais, o objetivo conscientização será esquecido. Além disso, em campanhas futuras é interessante caracterizar os medicamentos descartados quanto à origem, ou seja, se são medicamentos oriundos do sistema único de saúde ou de farmácias privadas. A identificação da origem pode fornecer dados para os gestores de saúde – esfera municipal e regional – ter conhecimento acerca do destino dos medicamentos dispensados nas farmácias públicas, por exemplo, e assim terem dados concretos para campanhas de conscientização da população em relação ao uso consciente de medicamentos, ou seja, o fato de um fármaco não ter custo ao paciente não deve fazer com que esse paciente pense que pode chegar à farmácia municipal e solicitar medicamentos os quais não utilizará e ainda, os deixará vencer e após descartá-los.

Palavras-chave: descarte de medicamentos, automedicação, não adesão medicamentosa.

Financiamento: Universidade do Contestado.

PROLER: UMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA POR MEIO DA ARTE REGIONAL

Olinda Schauffert, Aline Freitas

E-mail: olinda@univali.br
Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

INTRODUÇÃO

O Proler é um projeto de extensão da Universidade do Vale do Itajaí ancorado no Núcleo das Licenciaturas, vinculado à Fundação da Biblioteca Nacional no qual Comitês dos municípios envolvidos com seus poderes públicos e demais parceiros, trabalham para consolidar o ato de ler como hábito bem como a formação de leitores. O Comitê PROLER- Itajaí -UNIVALI iniciou em 2011 vinculado a extensão universitária. O PROLER objetiva promover atividades comunitárias que promovam acesso à leitura, cultura, e formação estética, fomentar o acesso à literatura e formar mediadores. Desta forma o Proler atua na comunidade por meio de ações direcionadas pelo Comitê e coordenação geral que por meio de seis subprojetos que envolvem diversas linguagens da Arte e compreende a leitura de forma ampla por meio das diversas áreas do conhecimento como Literatura, Artes Visuais, Música e Teatro. Realizam-se atividades diversas, pois percebe-se que é possível incentivar a leitura e o contato com o livro por meio de ações entre linguagens. Saber ler é uma exigência das sociedades modernas. Há, contudo, uma importante diferença entre saber ler e a prática efetiva da leitura. Se a habilidade de leitura é uma necessidade e permite a realização inclusive de atividades básicas, como deslocar-se de um ponto a outro, fazer compras e realizar tarefas cotidianas, entre outras ações, a prática da leitura é importante instrumento para o exercício da cidadania e para a participação social. Quanto à relevância acadêmica científica, os acadêmicos da Universidade recebem capacitação para atuarem como mediadores de leitura e formarem outros tantos através de suas ações na comunidade envolvidos na sociedade contribuindo assim para uma ação de fomento social e cultural. O Proler de Artes Visuais é voltado para a leitura de mundo e apreciação estética da produção de arte regional através da pesquisa e extensão, objetivando a articulação entre leitura e cultura, não se compreendendo a leitura fora dos contextos nos quais se expressam a riqueza da vida humana e suas produções que neste caso especialmente produções artísticas regionais. Desta forma o público alvo de nosso projeto é a comunidade, seja ela produtora de arte e cultura ou consumidora e apreciadora de tal linguagem. Levar a arte a espaços educativos formais e não formais, construindo um público apreciador para que se tornem consumidores e

Aline Freitas, Olinda Schauffert

leitores desta regionalidade através de obras artísticas produzidas no contexto cultural ao qual estão imersos. A abordagem metodológica dá-se em sete etapas: levantamento histórico dos artistas regionais e suas produções; exposições de arte regional nas escolas com a presença do artista; exposição na comunidade como Bibliotecas Públicas e espaços expositivos; monitorias mediadas como ação educativa e leituras; realização de oficinas de práticas artísticas nas escolas públicas voltadas para releituras posteriores à exposição; formação de professores que serão mediadores e multiplicadores deste conhecimento; construção de jogos e instrumentos didáticos e midiáticos para docentes e discentes. A abordagem teórica e metodológica que pauta as ações desenvolvidas, foi a abordagem triangular de Ana Mae Barbosa¹, porém, não se pode ter esta abordagem como uma receita pronta e estagnada pois propõe ao educador uma maleabilidade de como trabalhar os conteúdos por meio do conhecer (contextualizar), apreciar (reflexão) e experimentar (fazer artístico), não necessariamente nesta ordem. Desta forma a leitura e releituras acontecem mediadas pela reflexão e contextualização. As abordagens contemporâneas, assim como esta nos direcionam a permeiar as práticas educativas em arte como mediação, de modo que, o sujeito educando seja o construtor do significado da obra apreciada, contextualizada, refletida, lida. Ao mesmo tempo o educando também é construtor de seu fazer artístico de acordo com suas vivências culturais, valorizando assim sua bagagem cultural de acordo com suas vivências, buscando uma significação para seu mundo. Segundo Martins, Psicosque e Guerra (2006, p. 26)², “só aprendemos aquilo que, na nossa experiência, se torna significativo a nós.” É extremamente importante nas escolas o ensinar a olhar, a ler, favorecendo a apreciação estética, reflexão e crítica bem como a interpretação de imagens gerando assim uma educação voltada para a estética. Para Feldman³ a leitura de uma obra de arte parte da descrição, análise, interpretação e julgamento. Desta forma, gerar questões e hipóteses que direcionarão a atividade de leitura da obra de arte e reflexão sobre o contexto sócio cultural e espaço em que foi criada gerando uma aprendizagem significativa. É na inter-relação do indivíduo com o objeto que ocorre a mediação, nestes momentos ocorrem associações de suas próprias experiências levando-o a pensar sobre a imagem e identificar os significados diversos. Assim, em quanto mediadores, devemos desenvolver um olhar sensível pensante, atitude esta que servirá como exemplo aos educandos, levando-os a proceder da mesma forma. Desta maneira a intertextualidade está sempre presente na leitura de obras de arte, assim devemos despertar o olhar dos educandos para que este identifique o intertexto presente nas imagens. O método de Feldman que trabalha com a comparação de imagens e leitura de imagem, pode dinamizar e despertar o olhar diante de várias imagens numa pesquisa onde elas se relacionam. O termo releitura vem do termo leitura, reler então é criar gerando novo significado a imagem. Assim, nem toda leitura precisa materialmente resultar numa releitura, porém, esta releitura favorece e muito o processo de ensino e aprendizagem. Como resultado tivemos uma devolutiva significativa nos espaços educativos, permitindo repensar os espaços estéticos nos contextos escolares, possibilitando aos educandos o contato com o artista e a obra de arte original, criando um diálogo presencial com o artista, permitindo ao público a apreciação, leitura, reflexão e interpretação da obra de arte. Observamos que o contato com a arte e o artista possibilitou estabelecer novos sentidos para a arte visual, apreciação, leitura, interpretação de obras de arte. Desta forma temos o produtor de arte valorizado, a obra conhecida, a cultura local reconhecida o educando integrado e ao meio artístico cultural,

Aline Freitas, Olinda Schauffert

compreendendo a arte como manifestação sócio cultural humana que nos identifica enquanto seres. A experiência no projeto PROLER, possibilitou pensar o lugar do “objeto artístico”, normalmente “inseridos nas Galerias e nos museus”, possibilitando pensar um novo espaço não somente para as obras, mas também o acesso ao artista “produtor da arte” com isso repensando o estereótipo do sistema que envolve as artes visuais. Possibilitou reflexões sobre o papel do professor no contexto escolar, sua relação com conceitos de leitura, com apreciação e leituras mediadas por imagens principalmente da obra de arte regional. Conclui-se que as ações extensivas para a comunidade por meio das exposições e mediação com artistas e educandos contribuíram efetivamente para o acesso à cultura por meio da Arte e formação estética dos sujeitos inseridos na comunidade. Todas as ações do projeto de extensão PROLER, estão divulgadas no Blog⁴ do projeto. O PROLER Artes Visuais tem como expectativas a continuidade das ações e prosseguirá ainda com a sistematização de materiais para efetivá-los em materiais didáticos beneficiando os educadores da região com pesquisa e levantamento histórico de outros artistas, pensando cada vez mais na disseminação da cultura artística regional para a comunidade.

Palavras-chave: Extensão Proler. Artes Visuais. Leituras.

Fonte de Financiamento: CAPES/PARFOR.

NOTAS

- 1 BARBOSA, A. M. T. B. **Teoria e prática da educação artística**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- 2 MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M.T.T.; **Didática no Ensino da Arte**. São Paulo: FTD, 1998.
- 3 FELDMAN, E. In: BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- 4 UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ/PROLER UNIVALI. (Blog.) **Blog do Proler Univali**. Disponível em <<http://prole-runivali.blogspot.com>>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

RECICLANDO BIGUAÇU: INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Maria Albertina Schmitz Bonin, Joice Pinto, Josiane da Luz

E-mail: mbonin@univali.br
Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA

A reciclagem de resíduos é uma atividade que vem ganhando destaque, nas diversas formas de mídia. Tem-se observado alguns relatos de experiências bem sucedidas e que constituem referencial para outros grupos. De acordo com o IBGE¹, a população de Biguaçu é de 57.139 habitantes, sendo dominante a população urbana. Afastadas da zona central, algumas das novas moradias foram e são construídas em locais inadequados, como na planície de inundação dos rios Caveiras e Biguaçu, em áreas de manguezal ou locais com riscos de deslizamento de encostas (morros da cidade). Com o crescimento urbano rápido de Biguaçu, vieram morar no município muitas pessoas com baixa qualificação, sem empregabilidade nas empresas do município, que atualmente vivem exercendo atividades laborais informais. Esse é o caso dos trabalhadores que se intitulam de “catadores”. Estima-se que existam aproximadamente 60 catadores, exercendo essa atividade de forma individualizada em Biguaçu. A coleta de lixo reciclável é uma iniciativa da Fundação de Meio Ambiente do município de Biguaçu- FAMABI. Por meio desta ação, a fundação possibilita a geração de trabalho e renda para um grupo de pessoas que estão dispostas a proceder a separação do lixo reciclável. Os catadores dispõem de um galpão, onde é feita a separação dos materiais que depois são prensados e vendidos para as empresas parceiras que compram estes materiais. Para que estas pessoas tivessem um melhor desempenho da atividade que desenvolvem, alguns professores por meio de um projeto de extensão da Univali promoveram oficinas de capacitação em gestão empresarial e de meio ambiente. O gerenciamento ambiental deve gerar mudanças nos processos e nos produtos, sendo que, para Pauli², os produtos não devem mais ser planejados em termos “do berço ao túmulo” e sim “do berço ao berço”. Significa dizer que os rejeitos de final de processo de uma atividade industrial servirão de matéria-prima para o início do processo de outra. Observou-se que esta atividade não conta com o devido reconhecimento da sociedade. Este reconhecimento se faz necessário à conscientização da população para a correta separação do lixo que produzem, pois a coleta a prefeitura já oferece. A palavra-chave na reciclagem é, então custo ambiental, tanto da extração de matérias-primas como da disposição final de rejeitos.³ Se bem organizada esta atividade além de proporcionar trabalho e renda ainda protege o meio ambiente, evitando o esgotamento dos espaços destinados aos aterros sanitários.

Maria Albertina Schmitz Bonin, Joice Pinto, Josiane da Luz

OBJETIVOS

em sendo assim, o trabalho realizado teve o principal objetivo, o de capacitar os catadores para se organizarem em uma associação para o fortalecimento e valorização do grupo. O projeto teve o intuito de capacitar os integrantes quanto ao planejamento, organização do movimento já existente para que reunisse condições para comercializar e buscar melhores condições de trabalho. Com auxílio dos bolsistas e da equipe de professores da UNIVALI, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para verificar qual é a melhor forma de instituição jurídica para agrupar os artesãos de Biguaçu. Estudou-se as características de associações, cooperativas, sociedades anônimas, dentre outras tipologias. Um dos objetivos quando se pretende organizar uma associação é melhorar a situação econômica da população dos respectivos municípios, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo satisfazer isoladamente. Além disto, o associativismo deve ser estimulado quando se trata de produção cultural, no caso o artesanato, pois representam, juntamente com outros segmentos da cultura, um setor dinâmico da economia mundial.⁴.

METODOLOGIA

destaca-se que o projeto foi utilizado como ferramenta de aprendizagem (estudo de caso) em sala de aula, contando com o apoio e participação de docentes e discentes. Portanto, trata-se de mais uma ação sintonizada com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração. Foram pesquisados modelos de regimentos e estatutos de outras associações e na legislação pertinente o formato que mais se adequava ao grupo de catadores. Ao longo do desenvolvimento do projeto manteve-se contato e buscou-se a troca de ideias e informações junto ao superintendente da FAMABI. Resultados obtidos: realizou-se capacitação dos catadores em empreendedorismo, gestão da produção, gestão financeira, gestão de custos, noções de finanças pessoais, gestão da qualidade, comercialização dos produtos e gestão ambiental. Somado a isto foram realizadas oficinas de desenvolvimento de artesanato com materiais recicláveis, como biscoito em vidros, artesanato com garrafas pet e com caixas tetra park. Destaca-se que foi desenvolvido um modelo de regimento e redigidos os estatutos que constituem referencial para a constituição da associação no momento oportuno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

Tendo em vista que os objetivos concebidos para o projeto foram alcançados, recomenda-se a proposta de outras ações que atendam a outras necessidades identificadas ao longo do desenvolvimento do projeto. Face às exposições apresentadas recomenda-se: Identificar e sistematizar alternativas para o desenvolvimento de produtos artesanais a partir do material reciclado; Buscar parcerias e experiências bem sucedidas junto às instituições que já desenvolvem artesanato a partir do material reciclado; Desenvolver oficinas para a complementação da alfabetização e domínio das

Maria Albertina Schmitz Bonin, Joice Pinto, Josiane da Luz

operações básicas da matemática; Desenvolver oficinas sobre segurança e medicina do trabalho, para a correta manipulação do lixo, evitando doenças e ferimentos. Para o atendimento deste objetivo pode-se buscar parceria com profissional capacitado. Reforçar os conteúdos sobre gestão já trabalhados. Organizar e promover palestras (conversas) sobre Saúde da Mulher; Direitos do Cidadão; Sexualidade; Higiene; Entrevistas de emprego; e outros temas de interesse do público-alvo. Ao final deste trabalho, tem-se a expectativa de que, se o homem souber utilizar os recursos da natureza, valorizando o ser humano, muito em breve, ter-se-á um mundo mais limpo, mais desenvolvido e conquistar o tão sonhado desenvolvimento sustentável do planeta.

Palavras-chave: Associativismo. Gestão do meio ambiente. Reciclagem.

Fonte de Financiamento: Universidade do Vale do Itajaí.

NOTAS

- 1 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 maio 2012.
- 2 PAULI, Gunter. **Emissão Zero**: o que os negócios podem oferecer à sociedade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- 3 MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2004.
- 4 DUTRA, Andressa Moraes; FREITAS, Carlos Cesar; SAVI, Félix Antonio Kasteller; RODRIGUES, Kelly Poliane. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: enfrentando os desafios de cooperar. In: CASTRO, Marcos de; HOCAYEN-da-SILVA, Antônio João; VIANA, Giomar. (Orgs.). **Relações de cooperação para geração de trabalho e renda**: realidade e perspectivas na região centro-sul do Paraná. Bauru: Canal 6 Ed., 2011.

ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO CENTRO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE - CHAPECÓ

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni,
Carmen Lúcia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe,
Naína Ariana Souza Tumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

E-mail: ltretto@unochapeco.edu.br
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

INTRODUÇÃO

O referente ensaio discorre sobre o que é e como funciona a Mediação Familiar, estando ligado ao Centro de Atendimento à comunidade - CAC. Visa o atendimento a comunidade que se encontra em situações de conflito familiar. Atuando com três áreas de conhecimento (Psicologia, Serviço Social e Direito), os atendimentos são mediados por bolsistas sob a supervisão de professores das respectivas áreas, onde os mediadores orientam os mediados a identificar os pontos específicos da discussão, sendo os mediados os próprios agentes de suas decisões. Para melhor compreensão da atuação da Mediação Familiar faz-se necessário contextualizar a Política de Assistência Social – PNAS/2004, junto à Universidade Comunitária da Região de Chapecó e sua mantenedora a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE. A FUNDESTE foi constituída com o objetivo de criar, estimular e difundir valores culturais e conhecimentos científicos voltados à formação cidadã e à integração comunitária. Trata-se de instituição de utilidade pública municipal, estadual e federal e, possui certificado de entidade beneficente de assistencial social, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essa certificação lhe permite realizar ações de cunho social. Para efetivação desses objetivos, desenvolve atividades de prestação de serviços e igualdade no ensino, por meio da gestão democrática como garantia de qualidade e valorização humana¹. Dessa forma, a Unochapecó desenvolve ações comunitárias, voltadas a atender o interesse público, firmando parcerias, elaborando projetos de ordem social, cultural, ambiental; Contribui com a melhoria da qualidade de vida da população com ações assistenciais de proteção a família, infância e adolescência, a igualdade de direitos, a garantia dos mínimos sociais, a difusão da cultura, a preservação do meio ambiente e a difusão do conhecimento. A realização dessas ações ocorre com a utilização dos recursos oriundos da condição de entidade beneficente de assistência social da entidade mantenedora, a Fundeste. Para a reorganização e redimensionamento das ações foram as atividades desenvolvidas adequadas as exigências da Resolução nº 005/2010 do Conselho Municipal

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lúcia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Náina Ariana Souza Tumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

de Assistência Social de Chapecó. Diante disso, a Unochapecó, propôs a criação do Centro de Atendimento à Comunidade - CAC, implementado na data de 30 de maio de 2012 e tem como meta a defesa e garantia de direitos. De forma gratuita, realiza atendimentos individuais e grupais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; públicos vulneráveis e com dificuldade no acesso a direitos. Tais demandas são atendidas por meio das seguintes atividades: (a) Serviço Socioassistencial^a; (b) Mediação Familiar^b; (c) Atendimento Psicológico^c; (d) PECJur^d. A mediação enquanto meio de defesa e garantia de direitos, contempla as questões do âmbito dos Direitos das Famílias. E por meio desta muitos conflitos podem ser evitados e, solucionados. De acordo com Fuga (2003, p. 64)²: “Foram as mudanças na constituição dos grupos familiares - a dissolubilidade do casamento, o aumento de uniões estáveis, as famílias monoparentais, a circulação de afetos e interesses entre a família nuclear e a pluralidade de modelos familiares que facilitaram a emergência da mediação familiar, principalmente a tomada de consciência sobre os efeitos da dissociação familiar que agravam o próprio conflito, efeitos tanto emocionais como psicológicos, financeiros e sociais que, após a ruptura, serão ressoantes na idade adulta dos filhos menores à época da separação.” A mediação surgiu da necessidade de estreitamento da relação entre pais e filhos, após o término do relacionamento conjugal. A mediação pretende fornecer meios para que a ruptura familiar seja a menos prejudicial possível. Visando que os envolvidos no conflito reconheçam a necessidade da manutenção das relações, considerando as responsabilidades e os compromissos de cada um no cuidado e educação dos filhos; a mediação familiar permite que os interessados/mediandos reflitam e tenham autonomia para resolver e ressignificar o conflito existente, tornando-se capazes de decidir qual é a melhor alternativa para que os interessados estejam satisfeitos com as decisões tomadas e os resultados obtidos. A mediação é um processo dinâmico e flexível, sendo difícil a identificação dos estágios da sessão, pois eles variam conforme a demanda, a cultura e o modo de abordagem do mediador. Neste sentido ressalta Veronese (2011)³ “[...] o mediador é um verdadeiro agente transformador, que deve transmitir aos mediados um conjunto de valores de grande importância para o bom andamento do processo, entre os quais confiança, lealdade, serenidade, cooperação, respeito e não violência, com o objetivo de facilitar o diálogo em situações que envolvem conflitos.”

Objetivos: Verificar e refletir as contribuições dos serviços desenvolvidos pela mediação familiar do Centro de Atendimento à Comunidade - CAC da Unochapecó no atendimento à população, com uso de práticas e saberes interdisciplinares integradas facilitando aos usuários na ressignificação e solução dos conflitos familiares e sociais.

METODOLOGIA

Os atendimentos às pessoas em conflito familiar ocorrem com a exposição da dinâmica da Mediação pelo mediador, destacando seu compromisso ético e a postura de equilíbrio das forças em disputa.

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lúcia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana Souza Tumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

Os mediados usam da palavra para expressar o que os aflige, sob a escuta qualificada do mediador, numa “relação de espelho”, “[...] passam a ter a oportunidade de compreender como cada um vê o mesmo conflito”⁴. Ressalta Barbosa (2006)⁵ que “Nesse momento há a transformação do conflito, desbloqueando a comunicação, gerando efeitos terapêuticos e preventivos, pois a consciência não permitirá que repitam a inadequada dinâmica da polarização, que causou desconforto e sofrimento.” Para o efetivo atendimento, o espaço dispõe de uma sala especialmente preparada para a dinâmica da metodologia empregada (o recinto onde ocorrem as sessões de mediação é composto por mesa redonda). Os atendimentos são realizados com indivíduos e/ou famílias com renda de até três salários mínimos, anteriormente referenciadas nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Chapecó e dos municípios de abrangência da comarca de Chapecó^e, sendo famílias que se encontram em situações ligadas à fragilidade de vínculos de afetividade familiar, do pertencimento e da sociabilidade. A metodologia utilizada pela Mediação Familiar no CAC é didática e participativa, ou seja, os bolsistas têm o conhecimento básico das disciplinas específicas envolvidas de cada área (Direito, Serviço Social e Psicologia) e aplicam nos atendimentos interdisciplinares. Esta prática constitui um ambiente onde os usuários têm segurança em discutir seus problemas.

RESULTADOS OBTIDOS

Desde o início das atividades da Mediação Familiar^f no CAC, foram realizados 81 (oitenta e uma) sessões, em aproximadamente 43 (quarenta e três situações). Entre os casos atendidos citamos: divórcio, dissolução de união estável, guarda e/ou modificação de guarda, pensão alimentícia, regulamentação de visitas, partilha de bens, entre outros conflitos familiares. Os conflitos no âmbito do direito das famílias apresentam características *sui generis*, em face do objeto, da capacidade de entendimento das pessoas, de fatores sociais, culturais, econômicos e requer tratamentos diversificados. A mediação incentiva a autonomia individual; dando possibilidades do restabelecimento da relação familiar. As sessões de mediação variam de acordo com o grau de entendimento e compreensão dos envolvidos no conflito familiar, sendo uma média de 2 (duas) a 3 (três) sessões. Durante as sessões, a atuação do mediador se pauta na perspectiva de manter a continuidade das relações familiares. O processo da mediação familiar proporciona que as pessoas maximizem as alternativas que julgarem necessárias e adequadas para o movimento conflituoso que vivenciam e encontrem respostas adequadas aos seus interesses. Dentre os casos atendidos na Mediação Familiar, 27 (vinte sete) respostas dos usuários foram por acordos judiciais; Acordos informais computam-se 2 (dois) casos; 3 (três) situações resultaram em encaminhamentos para o Serviço Socioassistencial^g; 8 (oito) configuraram casos de desistência e, 15 (quinze) atendimentos continuam em andamento. São inúmeras as posturas que podem ser adotadas pelos usuários como respostas ao conflito familiar em si, desde a reconciliação, o acordo informal ou o acordo formal (homologação judicial). Estes resultados indicam que as pessoas estão interessadas em responsabilizar-se e comprometer-se por suas obrigações, tomando decisões que digam respeito à sua individualidade e não atribuindo a terceiro. Mozzaquatro (2011, p. 171)⁶ afirma que: “É possível inferir que a Mediação Familiar tem-se mostrado uma prática eficaz na dissolução de conflitos principalmente quando

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lúcia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Náina Ariana Souza Tumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

pensamos na homologação da totalidade dos acordos realizados em mediação, permitindo-nos afirmar que a Mediação Familiar consistiu-se, para além da resolução da demanda judicial, um espaço de diálogo em que a solução para o conflito foi construída conjuntamente, contribuindo desta forma para o protagonismo das partes.” A aplicação da mediação nos conflitos familiares possibilita uma maior celeridade e eficácia nas decisões judiciais, ante a homologação dos acordos pactuados de forma consciente e voluntariamente pelas pessoas envolvidas no conflito. Para as pessoas conflitantes, traduz-se em uma oportunidade de acessar a justiça e exercer a cidadania, resultado do processo de crescimento que a mediação permite aos mediados através do exercício de valores mais colaborativos, morais e humanitários. Conclui Braga Neto (2009, p. 62)⁷ que: “A mediação é uma das mais eficientes e inteligentes respostas às questões familiares como um todo, pela via da pacificação de seus membros, que aprenderão a gerir, transformar ou resolver seus próprios conflitos pela via da voluntariedade, confidencialidade e, sobretudo, reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Mediação Familiar do CAC- Chapecó, a metodologia utilizada para o desenvolvimento da atividade consiste na ligação dos preceitos e contribuições dos saberes jurídico, psicológico e social, a fim de gerir e tratar o conflito, com o uso do processo dialógico; a forma interdisciplinar consiste neste método característico utilizado na atuação da mediação. A mediação familiar é muito mais que um acordo consensuado de cláusulas e condições a ser cumprido pelos envolvidos: ela preconiza o potencial transformativo onde os envolvidos possam assimilar suas consequências de maneira harmoniosa e pacífica amparada na consideração e respeito às diferenças de cada um. O uso da mediação como acesso ao Direito das Famílias constitui um instrumento capaz de promover o protagonismo dos sujeitos, pois é capaz de ampliar a capacidade humana para que ocorra a percepção e a possibilidade de encontro entre pontos de vista provenientes de diferentes formas de agir e refletir, permitindo a mudança das relações familiares e sociais.

Palavras-chave: Mediação Familiar. Atendimento à Comunidade. Ressignificação de Conflitos.

NOTAS

- a Busca resolver os casos de forma consensual, mediando as situações, ou de forma litigiosa, através de ações extra-judiciais e judiciais.
- b Será apresentada na pesquisa.
- c Visa discutir as práticas de atendimento à infância e juventude em situações de risco e vulnerabilidade
- d Propõe a transformação social através da ação. Desenvolve atividades em escolas, associações de bairros, organizações populares, entidades e instituições públicas e privadas da sociedade e eventos.
- e Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Chapecó, Guatambu, Nova Itaberaba e Planalto Alegre.
- f Os atendimentos da Mediação Familiar no CAC-CHAPECÓ iniciaram em maio de 2012.
- g Serviço Socioassistencial é um serviço oferecido no CAC-Chapecó.

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lúcia Carvalho de Souza,
Mirian Alves da Silva Zeppe, Náina Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

REFERÊNCIAS

- 1 UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. **Institucional**. A UNOCHAPECÓ . Disponível em: <<http://www.unochapeco.edu.br/info/a-unochapeco>>. Acesso em 13 Jun. 2013.
- 2 FUGA, Marlova Stawinski. **Mediação familiar**: quando chega ao fim a conjugalidade. Passo Fundo: UPF, 2003.
- 3 VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito na pós-modernidade**: a fraternidade em questão. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, p. 348.
- 4 BARBOSA, Águida Arruda. **Princípios deontológicos da mediação familiar**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <aguida.barbosa@uol.com.br> em 21 nov. 2006.
- 5 BARBOSA, Águida Arruda. **Princípios deontológicos da mediação familiar**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <aguida.barbosa@uol.com.br> em 21 nov. 2006.
- 6 MOZZAQUATRO, Caroline de Oliveira [et al.]. **Mediação familiar**: promovendo o protagonismo das partes através de uma prática interdisciplinar. IV jornada de pesquisa em psicologia, desafios atuais nas práticas da Psicologia. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2011.
- 7 BRAGA NETO, Adolfo. Mediação de conflitos no contexto familiar. In: **Revista IOB de direito de família**. v. 9, n. 51, dez./jan. 2009. São Paulo: IOB, 2009. p.49-63.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDOS PARA INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICO- PAISAGÍSTICA EM PROPRIEDADES RURAIS DA REGIÃO DA SDR DE SEARA – SC

Matheus José Rigon, Camila Fujita, Christine Martins Scherer

E-mail: matheusarq@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

INTRODUÇÃO/RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

A extensão constitui um espaço de socialização e construção de conhecimentos imprescindível ao ambiente da universidade, cujo exercício se fundamenta na vivência da realidade social e se dá a partir de trabalhos realizados com e para a sociedade, os quais buscam promover o seu desenvolvimento sustentável, a partir de melhorias em termos de qualidade de vida e organização político-social, trabalhando em favor de processos de transformação social e empoderamento das comunidades. O compromisso da extensão universitária também se estende ao Estado e aos setores produtivos, na medida em que esta contribui, através de ações concretas, para o desenvolvimento político, social, econômico, educacional, cultural e técnico-científico, desde o âmbito dos municípios até o de país¹. Este artigo aborda uma experiência de extensão universitária que compreendeu a prestação de assessoria técnica a pequenos proprietários rurais em processo de inserção na atividade do turismo rural, filiados a cooperativas de base familiar e provenientes de três municípios da região da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Seara – SC: Itá, Seara e Lindóia do Sul. As ações inscrevem-se no conjunto de intervenções do projeto “Implantação de uma Incubadora de Base Mista na Região da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara – SC”², tendo sido desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Extensão Trabalho e Desenvolvimento e do Projeto de Extensão Habitação e Qualidade de Vida, da UNOCHAPECÓ, entre setembro de 2011 e junho de 2012, por uma equipe composta por professores e acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNOCHAPECÓ.

OBJETIVOS

A atividade desenvolvida teve por objetivo a proposição de melhorias referentes à estruturação espacial das propriedades rurais em foco, tendo-se voltado, especificamente, à elaboração de estudos preliminares para a reabilitação de edificações preexistentes, projeção de novos espaços construídos e planejamento paisagístico do seu entorno.

Camila Fujita, Christine Martins Scherer, Matheus José Rigon

METODOLOGIA

O método de intervenção foi construído a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação – abordagem de caráter qualitativo que propõe a reflexão acerca de uma dada realidade (no caso os empreendimentos acompanhados e os atores envolvidos), considerando suas origens, situação atual e perspectivas futuras para, a partir de diagnósticos, planejar ações específicas para cada situação, as quais deverão originar outras, formando um ciclo. As etapas do estudo compreenderam as seguintes atividades: i) participação em reuniões de conselho da referida incubadora para definição das metodologias de intervenção e objetos de estudo; ii) visitas *in loco* para e coleta de dados e contato com os empreendedores; iii) elaboração de análises, diagnósticos e propostas de intervenção – em gabinete; iv) apresentação das propostas/acompanhamento do seu processo de implementação. No caso das propriedades em que o objeto de intervenção compreendeu edificações de eminente valor histórico, os procedimentos de estudo seguiram ainda as recomendações presentes no referencial técnico do programa Monumenta³, que trata das etapas do projeto de intervenção em obras do patrimônio edificado (pesquisa histórica/ levantamento físico/ análise tipológica/ identificação de materiais e sistemas construtivos/ diagnóstico do estado de conservação/ proposta de intervenção).

RESULTADOS OBTIDOS

Durante a experiência desenvolvida, prestou-se assessoria a seis empreendimentos em estruturação nos referidos municípios. Dentre os produtos da etapa de análises/diagnósticos, assumem importância os levantamentos cadastrais desenvolvidos junto a duas das propriedades rurais em questão, onde se deparou com a missão de reabilitar edificações de valor histórico: nestas, o estudo de cadastramento, além de ter subsidiado a elaboração das propostas de intervenção, constituiu artigo de grande valor e contribuição social, por ter possibilitado o registro de bens do patrimônio edificado regional de sublime valor histórico, artístico e simbólico – destaca-se a integração com o ensino acadêmico, que proporcionou a participação de acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade (componente curricular Técnicas Retrospectivas) na consecução de um dos levantamentos cadastrais realizados. Por sua vez, as propostas de intervenção desenvolvidas alicerçaram-se em princípios de sustentabilidade econômica, cultural, social e ambiental e apresentaram como ponto comum o resgate do papel do turismo enquanto agente promotor do desenvolvimento econômico, integrado à conservação do patrimônio natural e cultural associado à pequena propriedade rural. Os programas de uso previstos, em resposta às demandas apresentadas, concentraram-se em atividades de degustação/venda de produtos coloniais, observação de processos produtivos e espaços de memória, além de áreas livres para descanso, recreação e contemplação da paisagem. Enfatizou-se o uso de materiais, técnicas e processos construtivos associados à bioconstrução, tecnologia de baixo custo e impacto ambiental, que faz alusão a fatores que constituíram a base da produção arquitetônica vernacular da colonização regional – como a autoconstrução, a qualidade construtiva e o emprego de materiais locais – e assume caráter de tecnologia social, pela possibilidade de empoderamento por parte

Camila Fujita, Christine Martins Scherer, Matheus José Rigon

das populações envolvidas. No caso das intervenções nas propriedades detentoras de bens do patrimônio histórico edificado, incorporaram-se princípios contemporaneamente defendidos no que tange a intervenções em obras desse caráter, tendo-se procurado dar visibilidade e protagonismo às edificações antigas, ao que também concorreu o planejamento do seu entorno paisagístico, que buscou recriar cenários típicos dos jardins cultivados pelos primeiros colonizadores da região. Ressalta-se o poderoso papel assumido pelas representações gráficas (projeções ortogonais e croquis perspectivos) no processo desenvolvido, recurso essencial para a simulação/tangibilidade dos espaços concebidos e a plena compreensão das propostas pelos atores sociais envolvidos. Por fim, no que tange aos desdobramentos decorrentes dos estudos de intervenção realizados, registra-se o surgimento de demandas de capacitações junto aos empreendimentos, as quais envolveram também outros projetos de extensão vinculados ao Núcleo de Extensão Trabalho e Desenvolvimento⁴. Em três dos empreendimentos acompanhados, as intervenções sugeridas foram postas em prática – sob o acompanhamento de gestores públicos locais e facilitadores da incubadora, tendo ocorrido, ainda, visitas por parte da equipe responsável pela elaboração dos estudos de intervenção, para a orientação técnica e avaliação da implementação das propostas. As demais propostas, também apropriadas pelos gestores públicos locais, encontram-se em fase de estudo de viabilidade/orçamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES/PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE DA AÇÃO

As proposições elaboradas mostram-se abrangentes e abrem perspectivas concretas para a transformação das realidades diagnosticadas, no sentido da promoção de um desenvolvimento regional mais sustentável, calcado na valorização das pequenas propriedades rurais estruturadas por processos produtivos menos impactantes, a partir do incentivo ao turismo rural, associado à preservação do patrimônio cultural, alternativa que se mostra bastante válida em se tratando do incentivo à permanência do homem no campo, com maior qualidade de vida e zelando-se pela preservação de suas raízes culturais, cuja manutenção se encontra seriamente ameaçada na conjuntura atual. Na medida em que os produtos do estudo apresentado foram apropriados pelos atores envolvidos no processo (tal como a comunidade, a incubadora, o poder público e a SDR) verifica-se que estes, comprometidos com uma construção conjunta de resultados, podem se comportar como elementos multiplicadores e inspirar novas iniciativas, cujo impacto pode ser bastante positivo, se considerada sua repercussão em nível regional. No tocante à análise das metodologias de intervenção em extensão utilizadas, os resultados mostram que os pressupostos metodológicos da pesquisa-ação têm acompanhado o processo desenvolvido: as reflexões, diagnósticos e produtos construídos ao longo das etapas de estudo geraram *inputs*, que foram apropriados pelos envolvidos, através dos diálogos e trocas estabelecidas, refletindo em novas ações e desdobramentos, em um processo contínuo, que tem contribuído para a transformação dos atores e da realidade estudada. Importa o fato de que tais desdobramentos podem ser constantemente reavaliados, gerando dinâmicas de construção que podem ser reforçadas e

Camila Fujita, Christine Martins Scherer, Matheus José Rigon

reconfiguradas ao longo do tempo, a partir de novas parcerias. Ainda, destaca-se nesta experiência o importante papel desempenhado pela universidade enquanto agente promotor da preservação do patrimônio cultural: suas contribuições foram cruciais, tendo também compreendido o registro e a reflexão acerca de bens do patrimônio material que, assim como tantas outras edificações históricas da região, encontram-se extremamente desprotegidos, frente a um cenário marcado pela perda de vínculos culturais e pela inexistência de políticas públicas estruturadas voltadas à preservação do patrimônio cultural edificado, bem como de profissionais capacitados para a realização desse tipo de estudo nas prefeituras dos municípios em questão e mesmo em instituições de pesquisa na área de patrimônio cultural da região. Diante dessas questões, conclui-se que a iniciativa apresentada é inovadora também do ponto de vista da extensão universitária, pois parte em busca de novos papéis e possibilidades para a mesma, que venham ao encontro da missão da própria universidade, em seu compromisso com o desenvolvimento regional sustentável e a conservação/valorização do patrimônio e da cultura regional. No presente momento, registram-se as perspectivas de continuidade para esta ação, no período correspondente ao semestre 2013-02, onde novos estudos de intervenção deverão ocorrer, tomando por base outros empreendimentos turísticos em estruturação, instalados em propriedades rurais de caráter semelhante, na região de abrangência da mesma SDR.

Palavras-chave: Extensão universitária. Turismo rural. Desenvolvimento regional.

Fontes de financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

NOTAS

- 1 FELIPPE, Wanderley Chieppe; LEAL, Rita de Souza. A extensão universitária e as relações institucionais. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz (orgs.). **Transcendendo Fronteiras: A contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
- 2 Criada em 2010, mediante convênio entre a Fundação Universitária de Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), a Fundação Universidade do Contestado (FUNC) e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), a incubadora surgida a partir do projeto em questão visa estimular o desenvolvimento sustentável dessa região, através do incentivo à criação de alternativas de emprego, trabalho e renda, à diversificação das atividades produtivas e à inovação, a partir da elevação do nível de apropriação de conhecimentos técnicos e de gestão. No arranjo estabelecido, as universidades, enquanto agentes facilitadores, desenvolvem ações de forma articulada com os demais atores sociais, como o poder público, a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a população envolvida.
- 3 BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural** / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.
- 4 Estas se referem às oficinas de Gastronomia e Bioconstrução, que mobilizaram tanto os empreendedores associados aos empreendimentos turísticos em acompanhamento, como outros em potencial.

GESTÃO DO MUSEU DA MADEIRA

Simone da Silva Conceição

Graduada em Biblioteconomia, Mestre em Engenharia de Produção – UFSC
curadora do Museu da Madeira

E-mail: conceicao.simone@yahoo.com.br

João Paulo Roberti Junior

Graduado em História
Especialista em Metodologia de Ensino de História – UNIASSELVI
Historiador do Museu da Madeira

Idemar Ghizzo

Graduado em Museologia – UNIBAVE
Especialista em Restauração de Cerâmica e Materiais Pétreos
Instituto per Lart e Il Restauro Palazzo Spinelli e Museólogo do Museu da Madeira
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI

INTRODUÇÃO

O papel do Museu da Madeira consiste na preservação, conservação da memória extrativista focando a história econômica e a colonização do Vale do Itajaí. Com base na disseminação dos valores culturais visamos desenvolver uma geração mais consciente da importância do meio ambiente e sua preservação. A estrutura física do Parque Universitário Norberto Frahm abriga o Museu da Madeira e tem condições de oferecer aos seus visitantes: espaço para realização de eventos culturais, para exposições temporárias, recreação, serviços educativos de formação cultural, restaurante, mirante, disponibilizar acesso a pessoas com deficiência e estacionamento para veículos com capacidade para 300 vagas. Vale ressaltar que o acervo museológico de bem material e imaterial, móvel e imóvel, que compõem o campo documental de interesse deste espaço museal. É o conjunto de objetos/documentos que respondem aos interesses dos três pilares da museologia – pesquisa, preservação e comunicação. É importante mencionar neste contexto a lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, em seu Art. 1º consideram-se museus, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento¹. O bem cultural, em seu sentido amplo, compreende todo testemunho do homem e seu meio, apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade, ou valor econômico. Os bens culturais podem ser divididos em três grandes categorias:

Simone da Silva Conceição, João Paulo Roberti Junior, Idemar Ghizzo

Bens naturais – rios, cachoeiras, matas, florestas, grutas, climas, etc. (patrimônio natural); Bens materiais – sítios e achados arqueológicos (patrimônio arqueológico); formações rurais e urbanas (patrimônio urbanístico); agenciamentos paisagísticos (patrimônio paisagístico); bens móveis, como objetos de arte, objetos utilitários, documentos arquivísticos e iconográficos; bens imóveis, como edificações rurais e urbanas (patrimônio artístico e arquitetônico); Bens imateriais – tradições e técnicas “do fazer” e “do saber fazer” humanos, como polir, esculpir, construir, cozinhar, tecer, pintar, etc. (patrimônio intelectual); as expressões do sentimento individual ou coletivo, como as manifestações folclóricas e religiosas, a música, a literatura, a dança, o teatro, etc. (patrimônio emocional). Já o patrimônio cultural é toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época, natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. Esse conceito se conjuga com o próprio conceito de cultura, entendida como um sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem; em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas, em que tal artefato se encontra inserido.

DESENVOLVIMENTO

A Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI, vê no Plano de Gestão do Museu da Madeira a possibilidade de recuperar parte do patrimônio histórico e cultural da comunidade do Vale do Itajaí, por representar referenciais da sociedade. Neste contexto ao preservar a identidade cultural propõem-se através do Museu da Madeira mecanismos para oportunizar ao visitante o conhecimento do patrimônio histórico da região. Vale ressaltar que para a manutenção das famílias, em paralelo ao extrativismo desenvolveu-se a atividade agrícola como forma de prover as famílias de suas necessidades. Porém é necessário explicitar que grande parte do desenvolvimento social, econômico e cultural das cidades que compõem o Alto Vale do Itajaí se deu justamente pela exploração e beneficiamento da madeira. Valorizando a cultura no processo de construção de identidade da região como agente precursor da história, oportuniza-se o acesso do visitante, possibilitando-o entender o presente em decorrência do passado. Como peças complementares o Parque Universitário dispõem de um mirante situado na confluência dos rios Itajaí do Sul e Norte que demarcam o início do Itajaí-Açú, além disso, existem dois palcos alternativos sob a Ponte Curt Hering que permitem apresentações de teatro, música e outros espetáculos. Integra o Parque Universitário o Horto Florestal Universitário cuja função, é recuperar a cultura da Canela Sassafrás, por meio da produção de mudas a partir de sementes. O horto também produz mudas de plantas nativas e envolve alunos dos cursos de Ecologia e Ciências Biológicas, além de fazer todo o processo educativo com os alunos da Educação Básica da Região do Alto Vale do Itajaí, envolvendo os 28 Municípios. O Vale do Itajaí desenvolveu-se de forma diversa, seja pelas características da ocupação de seus territórios, seja pelo processo histórico ou por suas próprias características naturais. Esta história do desenvolvimento está registrada em poucos documentos, representações arquitetônicas e culturais. O museu é fonte de pesquisa, atrativo histórico-cultural para a comunidade

Simone da Silva Conceição, João Paulo Roberti Junior, Idemar Ghizzo

regional e os visitantes, já que a localização geográfica contribui para a sustentação econômica condizente com o seu potencial. Para tanto o Plano de Gestão pretende em consonância com o ideal do Museu da Madeira gerar conhecimento, pesquisa e desenvolvimento numa região de grande apelo e potencial turístico, mas que apresenta pouco dinamismo cultural. Poderá ser espaço onde a comunidade pode reconhecer suas características próprias, sua história e seus diferenciais, servindo como base na disseminação dos valores culturais visando o pertencimento das gerações quanto à importância do meio ambiente e sua preservação.

MÉTODO

O Plano de Gestão do Museu da Madeira se desenvolve considerando os fatos históricos, políticos, econômicos e sócio-culturais retratando os acontecimentos do Vale do Itajaí, juntamente, com uma equipe de profissionais que trabalha na efetivação de ações de caráter museológicas que definirão sua função básica e específica na sociedade através das seguintes ações: - Ações contínuas: os serviços técnicos especializados como catalogação e classificação do acervo, aquisição de acervo (peças, documentos e multimeios), higienização/conservação/restauro dos materiais e treinamentos; - Ações socioeducativas: a interdisciplinaridade é o cerne do nosso planejamento didático-pedagógico no que tange aos visitantes de Escolas Municipais, Estaduais, Particulares e Ensino Superior; - Ações inclusivas: com olhar para comunidade e tendo a certeza do nosso papel enquanto promotor da cultura atenderá neste processo os menores infratores, grupo de idosos e pessoas com deficiência. Neste contexto, vale lembrar que no espaço do Museu como na Reserva Técnica contemplamos informação, conhecimento, pesquisa, lazer e interação. Desta forma, constituímos dois tipos de visitas: - Guiadas: serão executadas por Condutores do Museu; - Mediadas: serão executadas por professores, alunos/acadêmicos ou pessoas da Comunidade que detectamos que de alguma forma fizeram ou fazem a diferença na temática explorada no momento. É oportuno relatar que tanto as Visitas Guiadas como as Mediadas podem ser organizadas da seguinte forma: - Visitação técnica: o grupo defini o que quer dentro da temática que o Museu e este Espaço cumprirá o seu papel contribuindo com a formação profissional do visitante, por meio de observações diretas e indiretas; - Visitação orientada: o grupo participará da temática que o Museu está ofertando no momento; - Visitação educativa: o grupo participará de temática que o Museu está ofertando seguindo ações socioeducativas e como pano de fundo utilizar-se-á de recursos didático-pedagógicos. Cabe salientar que faremos oficinas, cursos, palestras, seminários, exposições e releituras com o intuito de discutirmos, trocarmos experiência e aprofundarmos conhecimentos neste assunto, para tanto seremos respaldados por Professores, Profissionais da área, Pessoas que tenham conhecimento tácito, Acadêmicos e o Grupo de Estudo-Experimental Museu da Madeira. O Museu da Madeira está aberto a visitas mediante agendamento nos seguintes horários: nas quartas das 8h às 12h, nas quintas e nos sábados das 14h às 18h. As exceções serão gerenciadas pela Coordenação. Sito à rua: Herculano Nunes Teixeira, nº 150 – Centro, Rio do Sul, telefones (47) 3522-6777, e-mail: museudamadeira@unidavi.edu.br.

Simone da Silva Conceição, João Paulo Roberti Junior, Idemar Ghizzo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Museologia adota procedimentos que promove a cultura de uma comunidade, tendo o acervo museológico como centro de suas atividades, visando difundir os três pilares da museologia (pesquisa, preservação/conservação, comunicação) propondo à comunidade uma visão ampla do bem cultural, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência abrangente da realidade que o cerca. O espaço museal tem como propósito possibilitar o acesso as mais diversas camadas da população, independentemente de sua classe social, credos ou faixa etária. O museu e o público são binômios essenciais para a efetividade e manutenção de uma cultura. A relação da comunidade com o museu dar-se-á por meio de ações sócio-educativas, a partir desta concepção cada pessoa é sujeito do processo museológico.

Palavras-chave: Gestão de Museus, Patrimônio Cultural, Patrimônio Industrial.

NOTAS

- 1 BRASIL. LEI nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2013.

EDUCAÇÃO E SAÚDE: A SALA DE ESPERA COMO ESPAÇO DE IN“FORMAÇÃO”

Rosimeri Geremias Farias

Enfermeira, mestre, docente do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI, Grupo de Pesquisa Políticas e Práticas em Saúde;
E-mail: rosimeri@unidavi.edu.br

Sônia Regina da Silva

Docente do Curso de Tecnologia em Comunicação Institucional– UNIDAVI
E-mail: sore@unidavi.edu.br

Sandro Andrade

Acadêmico do Curso de Administração Marketing – UNIDAVI
E-mail: sandroa@unidavi.edu.br

INTRODUÇÃO

O acesso a informação é direito de todo cidadão. A educação em saúde é uma estratégia utilizada para informação dos usuários dos serviços de saúde em geral. É um recurso que favorece aos profissionais atingir, com conhecimento científico, práticas do cotidiano das pessoas. Permite organizar saberes e práticas que favorecem a prevenção, a promoção da saúde e o enfrentamento de doenças por meio da informação. É uma estratégia reconhecida pelos profissionais e praticada em diversos espaços de atuação, favorecendo a proximidade com os usuários e o empoderamento da população no que tange a cuidados relacionados à saúde. Em tempos onde a mídia se faz presente entre as famílias, entende-se que seja esse um recurso que favorece a implementação da educação em salas de espera dos serviços de saúde. Optou-se por trabalhar mídias por meio de vídeo, por inserir-se de forma decisiva na conscientização dos usuários dos serviços ao relacionar a Saúde à qualidade de vida e aos direitos à cidadania. Busca-se que estes abandonem o papel de meros receptores de mensagens massificadas e assumam o de produtores críticos e ativos da informação. Nas salas de espera circulam diariamente centenas de pessoas que aguardam por atendimento. Por meio da utilização de vídeos como veículo de expressão comunitária, pode-se dinamizar estes espaços públicos. O conteúdo a ser apresentado não tem a intenção de “trabalhar” nos moldes tradicionais das campanhas institucionais de saúde, mas sim mostrar temas do cotidiano, de maneira leve e atraente, que orientem e conscientizem. Esse cuidado deve ser observado em função do próprio espaço de exibição, onde a perspectiva de entretenimento é imprescindível. As imagens, os textos, as palavras e os sons devem estar em constante combinação para permitir novas

Rosimeri Geremias Farias, Sônia Regina da Silva, Sandro Andrade

reinterpretações já que entende-se que o uso da tecnologia do vídeo pode interferir na conformação cultural, na concepção e na leitura do mundo de seus usuários. Mediante a possibilidade de se criar alternativas para educação popular em saúde e para otimizar o tempo despendido pelas pessoas nas salas de espera, faz-se necessário saber: Como se dá a utilização das mídias como ferramenta para educação em saúde?

OBJETIVOS

Tem-se por objetivo geral avaliar a utilização da mídia enquanto ferramenta para educação em saúde na sala de espera. Os objetivos específicos são: utilizar recursos da mídia para educação em saúde na sala de espera e realizar atividades de educação em saúde na sala de espera.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-ação. Suas etapas foram conduzidas da seguinte forma: a fase de identificação, contou com um grupo-focal envolvendo profissionais de uma Equipe de Saúde da Família responsável por uma população adstrita em um município do Alto Vale do Itajaí. Buscou-se o reconhecimento da dinâmica de trabalho dessa equipe para descobrimento das possibilidades de ação. Nessa dinâmica determinou-se temáticas para discussão em sala de espera. As discussões no grupo foram norteadas pela pergunta: Quais são os problemas de saúde que necessitam de intervenção por meio de ações de educação em saúde? Os dados levantados no grupo-focal foram priorizados segundo sua magnitude, transcendência e vulnerabilidade. Constatou-se que hábitos de vida saudável; prevenção de acidentes na infância; infecções respiratórias – Gripe e intoxicações por agrotóxicos, nessa ordem, seriam temáticas prioritárias para abordagem na sala de espera. Na fase de ação elaborou-se programas educativos, de curta duração e conteúdo que atende às necessidades das comunidades, enfatizando a promoção da saúde, aliados a um vocabulário coloquial que facilita a abordagem de assuntos que fazem parte do cotidiano e imaginário popular, com apelo didático e atrativo. Acadêmicos do curso de Enfermagem da UNIDAVI foram responsáveis pelo levantamento bibliográfico que compôs o rol de informações necessárias para que acadêmicos dos cursos de Tecnologia em Comunicação Institucional e de Administração ênfase Marketing criassem materiais em formato de vídeo, de acordo com cada temática. Na fase de participação, os programas foram veiculados, por meio de televisão, na sala de espera de uma Unidade de Saúde no Alto Vale do Itajaí. Adotou-se o critério de que cada vídeo deveria ser veiculado ao menos seis vezes ao dia, três exibições no período matutino e três no período vespertino, durante uma semana, a fim de atingir o maior número possível de pessoas. Na quinzena foram apresentados dois vídeos que repetem sua exibição na quinzena seguinte. O vídeo que trata de hábitos de vida saudável teve sua primeira exibição junto a evento em comemoração ao Dia da Mulher e nessa ocasião foi assistido por mais de duzentas pessoas. Para atender as demandas do momento, adicionou-se ao final do vídeo o convite para participação em um grupo de Reeducação Alimentar e Hábitos de Vida Saudável. Na fase de avaliação do projeto de ação retomou-se o grupo-focal para levantamento de informações acerca dos materiais utilizados.

Rosimeri Geremias Farias, Sônia Regina da Silva, Sandro Andrade

RESULTADOS OBTIDOS

O estudo possibilitou aos acadêmicos uma cultura multimídia; o incentivo à experimentação; o amadurecimento do domínio técnico em se estabelecer uma rotina de trabalho diferente da sala de aula; a experiência profissionalizante através da prática, além do aprofundamento do uso das tecnologias no ensino-aprendizagem. Mediante as considerações realizadas pelos profissionais de saúde da Equipe de Saúde da Família em questão, foi possível constatar que a utilização de mídias favorece a educação em saúde, paralelamente a realização de outros trabalhos da equipe. Todos os profissionais manifestaram interesse em continuar utilizando a tecnologia, desde que os materiais sejam programados em consonância com a realidade local, a exemplo desses especialmente preparados para a realidade da equipe de saúde e da comunidade. Observou-se que os usuários ficam atentos aos programas exibidos e que o fato de serem curtos e dinâmicos mantém a atenção das pessoas durante toda a exibição. Como resposta a essa mídia, após a primeira veiculação do programa que trata de Hábitos de Vida Saudável, sessenta e sete pessoas, voluntariamente, preencheram o formulário de pré-inscrição para o grupo de Reeducação Alimentar e Hábitos de Vida Saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se relevante proporcionar às equipes de saúde a oportunidade de utilizarem meios de comunicação mais atraentes, que, além de favorecer a educação permanente, possam ser agradáveis aos usuários dos serviços de saúde, diminuindo a ansiedade da espera pelo atendimento e favorecendo a prevenção de doenças por meio da promoção de hábitos saudáveis, bem como a valorização humana nos espaços públicos. Na sequência do estudo, os usuários serão consultados, por meio de entrevista, quanto a compreensão da temática apresentada e a satisfação com esse formato de educação popular em saúde. Mediante a avaliação positiva da ferramenta aplicada, poder-se-á dar continuidade ao projeto, no formato de extensão, possibilitando a comercialização de materiais junto às secretarias municipais de saúde do Alto Vale do Itajaí. Com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) modificando, significativamente, a estrutura de fluxos e transmissão de conteúdos, outros subprojetos poderão ser incorporados favorecendo a convergência das mídias. Um site, por exemplo, com inserção de TV web e Rádio web oferecerá uma interface mais colaborativa impulsionando um ambiente de compartilhamento, interação e troca de informações como instrumento de pesquisa, de preparação profissional e de disseminação do conhecimento às comunidades. Na prática a educação significa criar condições para que a pessoa se aproprie de instrumentos comunicacionais e informações por meio dos quais possa conhecer, compreender e mobilizar-se frente às questões do cotidiano de sua comunidade. Espera-se fomentar a discussão acerca da importância de implementar ações que favoreçam a aplicação de recursos audiovisuais e novas tecnologias nos processos de educação em saúde.

Palavras-Chave: Educação em saúde. Mídia. Promoção da Saúde.

SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Guilherme Valente de Souza, Miryan Cruz Debiasi, Rosani Hobold Duarte

Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE)

E-mail: medicinaveterinaria@unibave.net

INTRODUÇÃO

A extensão universitária se caracteriza pela articulação entre o ensino e a pesquisa, possibilitando uma aproximação da universidade com a comunidade. No âmbito dos cursos de graduação, a extensão contribui para a interdisciplinaridade na medida em que relaciona saberes de formação técnica aliada a princípios de ética e cidadania. Assim, enfatiza-se os conceitos de Morin *apud* Pimenta¹ quando diz “conhecimento não se reduz à informação [...] Inteligência tem a ver com a arte de vincular conhecimento de maneira útil e pertinente [...]”. Neste contexto, torna-se relevante abordar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Medicina Veterinária² quando diz que na formação do médico veterinário, as instituições de ensino devem assegurar, dentre outros aspectos a “articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido”, possibilitando assim, ao médico veterinário uma formação técnica e humana, com profundo senso crítico e reflexivo, capaz de compreender e intervir nas necessidades da sociedade inerentes ao exercício de sua profissão. Um dos grandes desafios entre articular os conteúdos formativos específicos no contexto universitário é para além de conceituações científicas possibilitando aos futuros profissionais uma formação humana e transdisciplinar. A proposta formativa prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária do UNIBAVE propõe uma prática formativa a partir de metodologias contextualizadas e significativas, alicerçando o processo de ensino e aprendizagem na valorização da articulação entre os saberes formalizados historicamente e o contexto educativo do entorno. Na mesma perspectiva, as políticas de extensão propostas pelo UNIBAVE buscam concretizar as ações da instituição que tem na comunidade seu *lôcus* de aplicabilidade teórico-prática e a comunidade percebe na instituição um centro de apoio em prol da transformação de seu entorno. Partindo das problemáticas regionais como escopo de atividades de iniciação científica e a partir disto, formular projetos de extensão pelo Curso de Medicina Veterinária do UNIBAVE, acadêmicos e docentes do curso, a priori, realizaram um levantamento de dados da população de animais de rua em um bairro carente do município. A partir desta atividade, observou-se um número elevado de animais errantes abandonados pela população daquela região. O controle de cães e gatos é fundamental para a promoção da saúde

Guilherme Valente de Souza, Miryan Cruz Debiasi, Rosani Hobold Duarte

humana, ambiental e animal, para a vigilância epidemiológica, controle das zoonoses e demais agravos envolvendo esses animais, tais como agressões a humanos e acidentes de trânsito³. Assim sendo, além do controle populacional de animais de rua, estabeleceu-se como meta para o curso, um programa de conscientização populacional sobre a posse responsável e controle de zoonoses. Um estudo realizado no Brasil aponta que as campanhas de esterilização podem potencialmente reduzir a densidade populacional, embora essa redução nem sempre possa ser notada de imediato⁴.

OBJETIVOS

Dessa forma, o Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, por meio do Curso de Medicina Veterinária, instituiu um projeto de controle de zoonoses que visasse, além da realização de castrações de animais, palestras e atividades educativas com o objetivo de conscientizar a população com relação às zoonoses e a posse responsável dos animais de estimação nas escolas de educação básica do município de Orleans/SC e região. Partindo desta problemática, percebeu-se que era preciso ir além de procedimentos técnicos profissionais de castração para reduzir a população de animais de rua de Orleans.

METODOLOGIA

Acadêmicos, coordenador e assessoria pedagógica do Curso de Medicina Veterinária do UNIBAVE elaboraram um projeto intitulado “AMICÃO”, tendo como ponto de partida a conscientização de crianças, e a partir delas, formar uma rede colaborativa para reduzir esta problemática em todo o município. O projeto iniciou suas atividades em 2011 e já atendeu mais de 400 alunos do Ensino Fundamental I. As atividades pedagógicas foram elaboradas de acordo com a faixa etária das crianças atendidas pelo projeto (6 a 11 anos) e centraram-se em jogos e brincadeiras como metodologia de trabalho, pois se entende que “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)”⁵. Dessa forma, o trabalho centrou-se em dois eixos: o primeiro eixo os acadêmicos trabalharam com atitudes de valores e conscientização das crianças acerca da posse responsável, no segundo eixo, decorrido uma semana da primeira atividade, o grupo voltou para discutir com as crianças conceitos de zoonoses e higiene pessoal. A cada etapa, as crianças tinham como tarefa conversar com a família a respeito dos temas aprendidos e registrar por meio de desenhos e textos algumas atitudes importantes acerca da posse responsável e controle de zoonoses. Ao final do projeto, as crianças ganhavam uma carteirinha de “Fiscal do Animal”, onde a partir daquele momento, elas deveriam contribuir com os acadêmicos na prevenção das zoonoses e fiscalização do abandono de animais.

Guilherme Valente de Souza, Miryan Cruz Debiasi, Rosani Hobold Duarte

RESULTADOS OBTIDOS

Esta ação teve um resultado bastante positivo, pois proporcionou uma interação entre os acadêmicos/instituição de ensino e as crianças/escola. Foi possível observar nos depoimentos das crianças e das professoras que também permaneciam na sala, os comentários relacionados às atividades, que chamaram bastante atenção e era de interesse das crianças. Pode-se verificar também, que as crianças participaram integralmente de todo o processo, tanto no momento das atividades, quanto durante o debate acerca do assunto. Segundo depoimento da professora regente, crianças com dificuldades de se expressar em público, mostraram-se interessadas e interagiram junto aos colegas e acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária do UNIBAVE. A partir dessas observações, acredita-se que as crianças discutiriam o assunto em suas casas, uma vez que demonstraram satisfação em saber mais sobre a posse responsável e sobre os cuidados e respeito que todos devem ter com os animais. Especificamente aos acadêmicos do curso de Medicina Veterinária, esse projeto proporcionou desenvolvimento, não apenas com relação aos conceitos científicos, mas também, com atitudes e ações éticas e responsáveis que contribuíram para a transformação do seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que para conseguir um efetivo controle populacional dos animais de estimação e de rua são necessárias atividades educativas sobre posse responsável e ações de intervenção cirúrgica, pois só desta forma é que a população irá manter o animal sadio, dentro de seu ambiente domiciliar e evitar que fiquem na rua procriando e aumentando o índice de cães e gatos nas ruas. Para que isso aconteça, é importante uma parceria entre prefeituras, associações de municípios, organizações não governamentais e instituição de ensino, com o propósito de uma política racional, levando em conta as questões de Saúde Pública e Ambiental. Iniciativas como o Projeto Amicão do Curso de Medicina Veterinária do UNIBAVE, proporcionam uma interação com a sociedade, no que tange a soluções para estas problemáticas e atende a um dos seus objetivos específicos de formação, quando visa desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação de saúde em nível não só individual, mas, sobretudo coletivo.

Palavras-chave: Extensão. Posse responsável de animais. Educação Básica.

NOTAS

- 1 PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.
- 2 BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 1, de 18 de fevereiro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de fevereiro de 2003. Seção 1, p. 15. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces012003.pdf>. Acesso em 27 ago.2013.
- 3 DALLA VILLA, P. et al. Free-roaming dog control among OIE-member countries. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 97, n.1, p. 58-63, out. 2010.
- 4 AMAKU, Marcos; DIAS, Ricardo Augusto; FERREIRA, Fernando. Dinâmica populacional canina: potenciais efeitos de campanhas de esterilização. **Rev Panam Salud Publica**, v. 25, n. 4, abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892009000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 maio 2013.
- 5 WEISS, Maria Lúcia. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

PROJETO DE EXTENSÃO: VOVÔLEI UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE TERCEIRA IDADE

Rodrigo Moraes Krueel, José Augusto Alves Junior, Alcionê Damasio Cardoso,
Andréa Andrade Alves, Murilo Kulkamp Nilsen

E-mail: mkpsico@hotmail.com

Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), Orleans-SC

INTRODUÇÃO

Entre as várias conquistas do século XX, certamente a maior de todas foi o aumento significativo da expectativa média de vida do ser humano. Em 2010 havia no Brasil vinte e cinco mil pessoas com mais de cem anos, de acordo com o IBGE¹. Até o ano 2025, países como o Brasil, considerado em desenvolvimento, terão um aumento de sua população idosa constituindo-se em momento significativo da história da humanidade. “Já por volta de 2050, oitenta por cento das pessoas com sessenta anos ou mais viverão em países pobres ou em desenvolvimento (regiões em que os idosos são mais vulneráveis)”¹. Dessa forma, é preciso garantir qualidade de vida a esta parcela da sociedade, proporcionando-lhes manutenção da autonomia e o resgate da cidadania, de modo que o idoso possa estar engajado socialmente, participando da vida familiar e da comunidade². Por inúmeros motivos, a terceira idade (idoso) esta sujeita a desenvolver sérios problemas de saúde, sendo uma das causas o sedentarismo, fator de risco importante para a obesidade, problemas de coração, acidente vascular cerebral, doenças pulmonares/respiratórias, diabetes, dentre outros. A partir destes dados, torna-se necessário que profissionais da área da saúde, especialmente o profissional de Educação Física, aprimorem-se progressivamente em pesquisas e estudos relacionados à terceira idade, pois este grupo irá se tornar uma parcela da população em ascensão na prática obrigatória de atividades físicas. Outra área que pode atuar nesses estudos é a Psicologia do Esporte. Segundo Rubio³, a Psicologia do Esporte é um campo que pode ser dividido em dois ramos distintos de atuação: a Psicologia do Esporte acadêmica, que tem seu interesse primordial voltado para a ciência e o ensino e a Psicologia do Esporte aplicada ou prática. A psicologia do esporte é distribuída em cinco áreas de atuação, no presente projeto está relacionada à Psicologia do esporte, lazer e tempo livre, tendo como objetivo principal acompanhar pessoas que utilizam a prática esportiva ou a atividade física para desenvolver uma melhor qualidade de vida, aproveitando o tempo livre e o lazer. Uma das formas existentes de realizar atividade física é a prática de esportes coletivos, dentre eles, o voleibol. De acordo com Matthiesen⁴, o voleibol foi desenvolvido a partir de

José Augusto Alves Junior, Alcionê Damasio Cardoso, Andréa Andrade Alves, Murilo Kulkamp Nilsen, Rodrigo Moraes Kruehl

1895 pelo canadense Willian C. Morgan, diretor de Educação Física da Associação Cristã de moços na cidade de Holyoke, Massachussets (EUA). O esporte se originou com o nome de Minonette e teve seu nome mudado para Volleyball pelo Dr. A. T. Halstead, após constantes análises sobre a forma e objetivos do jogo, que era “volar” a bola de um lado para o outro da rede³. No Brasil, esse esporte foi iniciado em 1915 e é hoje um esporte muito popular, impulsionado, em grande parte, pelos recentes sucessos internacionais dos clubes e seleções brasileiras, resultando em grande número de praticantes⁵. O vôlei como é conhecido, é um esporte que exige muito dos atletas, entretanto, é considerado um dos esportes favoritos praticados por não esportistas. Este jogo quando adaptado às pessoas da terceira idade, torna-se uma prática de atividade física segura e saudável. O vôlei adaptado proporciona aos praticantes o fortalecimento de vínculos comunitários e de amizade, por meio de mais uma opção de lazer, atividade física e bem estar.

OBJETIVOS

Diante do panorama de envelhecimento da população associado à importância da atividade física, o objetivo geral desse projeto foi produzir conhecimentos voltados tanto à Educação Física como à Psicologia, e também fortalecer vínculos comunitários, de solidariedade e de amizade, por meio de mais uma opção de lazer, atividade física e bem estar para a terceira idade. Os objetivos específicos foram: proporcionar aos acadêmicos de Educação Física da 3ª fase do UNIBAVE uma vivência de forma prática, podendo interagir diretamente com o público alvo; oferecer momentos de recreação e lazer para pessoas da terceira idade; oportunizar ao grupo da terceira idade contato com o meio acadêmico; promover e incentivar a prática do voleibol adaptado.

METODOLOGIA

O projeto de extensão do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, de Orleans/SC, foi desenvolvido por acadêmicos da 3ª fase do curso de Educação Física, profissionais de Educação física e de Psicologia, sendo aplicado ao grupo da terceira idade da cidade de Lauro Müller/SC, denominando-se Vovôlei. Este projeto foi subdividido em três etapas, a primeira de integração do grupo com os acadêmicos e apresentação do projeto; a segunda consistiu-se de dinâmicas de socialização; e na terceira foi estruturada uma competição de voleibol adaptado, trabalhando aspectos de condicionamento físico, qualidade de vida, integração universidade comunidade e competitividade saudável.

RESULTADOS OBTIDOS

O projeto de extensão Vovôlei proporcionou, aos acadêmicos de Educação Física do UNIBAVE, uma vivência prática dos conhecimentos teóricos desenvolvidos em sala de aula. Para o grupo da terceira idade, além da realização de uma atividade física (jogo de voleibol adaptado), foi observada elevação da autoestima, da manutenção da autonomia, pois limitações foram superadas contribuindo

José Augusto Alves Junior, Alcionê Damasio Cardoso, Andréa Andrade Alves, Murilo Kulkamp Nilsen, Rodrigo Moraes Krueel

assim, para o bem estar (qualidade de vida) dos participantes. O resultado geral observado tanto para os acadêmicos como para os integrantes do grupo da terceira idade foi a inserção social a partir do fortalecimento de vínculos comunitários e de amizade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em qualquer que seja o local determinado para as práticas de atividades esportivas e/ou de lazer, é fundamental a participação e o acompanhamento de profissionais qualificados, sempre com o devido cuidado, para que não ocorram cobranças de performances, além daquelas que são adequadas ao desenvolvimento biopsicossocial da área de interesse do idoso. O prazer pela atividade física deve ser enaltecido como forma da manutenção da autonomia, a fim de se manter o envelhecimento como natural e não como uma doença. Atualmente, o envelhecimento humano é definido como um processo gradual, universal e irreversível, que se acelera na maturidade, provocando uma perda funcional e progressiva do organismo¹. Há que se considerar também, a interação entre os jovens universitários e o grupo da terceira idade, onde trocas riquíssimas foram relatadas. Vale ressaltar o quanto foi valiosa essa experiência para todos, pois tiveram que ter a resiliência como fonte para buscar todo entendimento dos acontecimentos propostos pelos idosos e ao mesmo tempo admirá-los pelo empenho demonstrado pelos grupos. Atividades como esta, devem ser encaradas como mais uma opção de atividade física para esse grupo da terceira idade, que em nosso país tanto carece de atenção nos diversos segmentos de nossa sociedade.

Palavras-chave: Terceira idade (idoso). Voleibol. Extensão Universitária.

NOTAS

- 1 NAHAS, Marcus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 6ª. ed. – Londrina, PR. – Midiograf, 2013
- 2 Gomes, Lucy. LOURES, Marta Carvalho. ALENCAR, Josélia. Universidades abertas da Terceira Idade. **Revista Dia Logos**. v. 04, n. 04, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.pPhp?Script=Sci_Arttext&Pid=S1517-86921999000300006&Lng=Pt&Nrm=Iso. Acesso em: 14 de maio de 2012.
- 3 Rubio, Katia. **Psicologia do esporte. Interfaces, pesquisa e intervenções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- 4 MATHIESEN, S. Q. Um estudo sobre o voleibol: em busca de elementos para sua compreensão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Santa Maria**, v. 15, n.2, p.195-199, jan-abr, 1994.
- 5 KARAM, Francisco Consoli. MEYER, Flávia. SOUZA, Antônio Carlos Araújo de. Esporte como prevenção de osteoporose: um estudo da massa óssea de mulheres pós-menopáusicas que foram atletas de voleibol. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Escola de Educação Física. **Rev. Bras. Med. de Esporte**. v. 5, n. .3. Niterói, maio/jun. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86921999000300006>. Acessado em: 14 maio 2012.

USO DE DINÂMICA DE GRUPO PARA APRENDIZADO DE GESTÃO AMBIENTAL VOLTADA PARA ESPAÇOS TERRITORIAIS

Cleiton Vaz, Deniss Nass, Bruna Vicentin Borsalli, Iruana Maria Gruber, André Prates, Therezinha Maria Novais de Oliveira

E-mail: cleiton.vaz@univille.br
Universidade da Região de Joinville (Univille)

INTRODUÇÃO

Os seres humanos vêm transformando o planeta Terra intensamente desde a revolução industrial e de forma mais acelerada a partir das últimas décadas do século XX. Essas transformações alteraram a sociedade a economia e a cultura, afetando o planeta e redefinindo os padrões éticos e de comportamento, ocasionando profundos impactos ao meio ambiente^[1]. A crise atual de estrutura nas cidades tem influência relevante tanto a nível territorial como social, político ou cultural. Dessa forma, a crise do capitalismo atual possui desdobramentos territoriais em diversos níveis, que são refletidos em todos os setores de atividade e no dia-a-dia das pessoas. Existem vários exemplos históricos que podem ser citados, como a crise religiosa na época do renascimento, que implicou em uma crise dos valores morais e estéticos, criando uma ruptura com a visão de mundo humanista. No Brasil, grandes foram as transformações agrícolas e agrárias ocorridas nas décadas de 60 e 70 que afetaram a relação entre uso e posse da terra. O processo de modernização agrícola favoreceu a cultura destinada à exportação e a agroindústria como trigo, soja, cana-de-açúcar e milho, estimulando a concentração fundiária e o aumento na utilização de maquinários agrícolas, influenciando de maneira relevante as relações de trabalho. Aproximadamente 30 milhões de habitantes deixaram a vida no campo entre os anos de 1960 e 1980, acelerando drasticamente o processo de urbanização e sobrecarregando as grandes cidades ^[1]. A construção de uma sociedade industrial, em paralelo a diversos processos modernizantes, desencadeou um efeito de desajustes econômicos, políticos e sociais, explorados pelo pensamento social nos últimos duzentos anos. Porém, os debates acerca das consequências do desenvolvimento tecnológico e industrial sobre o meio ambiente, em geral limitado às comunidades acadêmicas, foi ainda mais dificultado pela segmentação dos campos de pesquisa, que tem limitado o diálogo interdisciplinar entre os pesquisadores. A problemática ambiental e a discussão acerca desse tema raramente alcança o ensino escolar, apesar desse ser um tema que deveria ser tratado de forma transversal em todas as disciplinas desde o nível fundamental até o superior, fazendo persistir a dificuldade de mudança no comportamento da sociedade para uma atitude mais pró-ativa acerca da problemática ambiental e educação ambiental. O uso sustentável dos recursos ambientais é, não apenas um desafio didático-pedagógico, como vem sendo tratado

Cleiton Vaz, Deniss Nass, Bruna Vicentin Borsalli, Iruana Maria Gruber, André Prates,
Therezinha Maria Novais de Oliveira

por muitos, mas também um problema de caráter socioeconômico, político e ideológico^[2]. Tendo em vista estas temáticas, este projeto propõe o tratamento de alguns problemas na esfera da educação ambiental, face à verificação de que o acertado equacionamento da problemática ambiental só pode ser realizado em um quadro mais amplo. A partir desse cenário, o crescimento acelerado de atividades econômicas nas cidades tanto por meio de indústrias como nos setores de serviços, vem causando desequilíbrios relevantes. Sendo as cidades grandes receptoras de dejetos, pode-se supor a desordem crescente que se estabelece, não só pela dificuldade do poder público no planejamento e acompanhamento do crescimento das regiões periféricas, mas principalmente pela complexidade que está relacionada ao uso e ocupação do solo, que ocasiona transformações ambientais indesejadas, que afeta a saúde e conseqüentemente a qualidade de vida de muitas pessoas. Nesse contexto do agravamento da crise ambiental, que reconceituar o ambiente é requerido, visto que os danos provocados à natureza pelos seres humanos são ocasionados em função de uma ampla variedade de transformações associadas à modernização. É preciso compreender que não apenas a ação de corporações e do Estado são responsáveis pela difusão de novos padrões de consumo e pelo estabelecimento de um estilo de vida moderno, predominantemente urbanizado. É necessário também considerar a interferência dos indivíduos, como agentes transformadores de uma cultura de massas. Esta compreensão não implica, porém, na redução dos elementos da natureza a meros recursos, já que antes de serem transformados constituem-se em bens e elementos naturais que possuem dinâmica própria e que independem da apropriação social^[2]. Dentre os grandes desafios que são apresentados aos professores de todos os níveis do ensino, pode-se dizer que a educação ambiental talvez esteja entre os mais complexos. A educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e a determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros. É definida como um conteúdo da educação, orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade^[3]. A Educação Ambiental é caracterizada por incorporar dimensões sociopolíticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, demonstrando que ao se tratar um problema ambiental, devem-se ser consideradas essas dimensões. É de suma importância que a Educação Ambiental considere o meio ambiente de forma integral, nos aspectos naturais e criados pelo homem. Deve atingir todas as fases do ensino formal e não formal, enquanto processo permanente; deve buscar tratar das questões ambientais sob o ponto de vista local, regional, nacional e internacional, analisando causas, conseqüências e sua complexidade. Tem como obrigação, desenvolver o senso crítico e habilidades humanas necessárias para resolver tais problemas e utilizar métodos e estratégias adequadas para aquisição de conhecimentos e comunicação, de forma a valorizar as experiências pessoais e enfatizar as atividades práticas delas decorrentes^[3]. A partir desse panorama e considerando que o espaço geográfico é uma instância privilegiada de reprodução das relações de produção da sociedade, considera-se que dinâmicas de grupo utilizando referências geográficas podem oferecer uma ampla contribuição em projetos de Educação Ambiental. O conhecimento geográfico pode propiciar a conservação do ambiente, sendo que suas técnicas possibilitam a construção de mecanismos interpretativos pelos indivíduos

Cleiton Vaz, Deniss Nass, Bruna Vicentin Borsalli, Iruana Maria Gruber, André Prates,
Therezinha Maria Novais de Oliveira

onde o território, em nosso contexto atual inclui ciência, tecnologia e informação^[4], favorecendo o seu reconhecimento como sujeitos atuantes, nos diversos espaços sociais, em direção a uma melhoria da qualidade ambiental e, por conseguinte, de vida. A partir desse olhar, considera-se que uma das formas que permitem a construção desses processos interpretativos é o uso de materiais didáticos como ferramentas úteis para a construção dos saberes, no caso, ambientais. Joinville, uma cidade com mais de 500 mil habitantes, é um município altamente antropizado, com sérios problemas ambientais e sociais, causados pela elevada industrialização, invasão de áreas de preservação permanente, descarte de esgoto *in natura* nos corpos hídricos e um sistema de coleta e tratamento de esgoto que abrange apenas cerca de 16% do total de habitantes^[5]. Em locais com essa característica torna-se premente a necessidade de desenvolvimento de estratégias de ensino e aprendizagem para todos os níveis de escolaridade, visando uma educação voltada ao desenvolvimento sustentável, já que cidadãos cientes dos impactos que o homem causa ao meio ambiente podem atuar de forma mais responsável em busca de melhoria da qualidade de vida da sua comunidade, bem como na participação ativa para a definição de políticas públicas de proteção ambiental.

OBJETIVO

Capacitar pessoas para construir e analisar propostas para o estabelecimento de sociedades sustentáveis, considerando que o Desenvolvimento Sustentável depende do Crescimento Econômico aliado à Igualdade Social e Conservação Ambiental. São trabalhados aspectos relacionados ao uso de recursos hídricos, poluição atmosférica, resíduos sólidos e zoneamento urbano, além dos aspectos socioeconômicos.

METODOLOGIA

Foram selecionadas para o projeto 10 escolas da bacia hidrográfica do Rio Cachoeira, onde as atividades serão divididas nas seguintes etapas, a saber: Capacitação de professores, por meio da participação destes na atividade, como se fossem os estudantes, aplicação da dinâmica em sala de aula com os estudantes, pela equipe do projeto, com o auxílio dos professores já capacitados e, aplicação da dinâmica pelos professores capacitados, com o auxílio da equipe do projeto. Após as 3 etapas, os professores são considerados capacitados para executar a dinâmica de forma autônoma. A metodologia para aplicação do jogo segue 3 etapas distintas, porém complementares. No primeiro momento, os participantes recebem um manual com explicações de como o jogo funciona e quais são os objetivos a serem atingidos. Normalmente, é solicitado ao grupo a construção de uma cidade “perfeita” com um determinado número populacional, onde deve existir igualdade social, crescimento econômico e cuidado com o meio ambiente. O grande objetivo é a construção de uma cidade auto-sustentável. Além do manual, os estudantes recebem um painel com a imagem de uma área territorial completamente preservada, com mata nativa, rios cortando o território e diferentes biomas, desaguando no oceano. Esse modelo foi criado pensando na realidade da cidade de Joinville, ou seja, um modelo que representa esquematicamente como nosso território é de fato.

Cleiton Vaz, Deniss Nass, Bruna Vicentin Borsalli, Iruana Maria Gruber, André Prates,
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Juntamente com o território, os estudantes recebem figuras de diversas atividades econômicas para a construção da cidade. Essas figuras devem ser fixadas no território da forma como o grupo julgar adequado para a sua cidade perfeita. Os estudantes também criam rodovias, parques, estações de tratamento de água, entre outras obras. Essa etapa tem duração prevista de 2 horas. Após a construção da cidade, ocorre um revezamento das equipes para fazer uma “auditoria” das cidades vizinhas. Nesse momento é entregue um formulário com itens a serem observados nas cidades, visando direcionar a aspectos legais, como o novo código florestal, legislação para despejos de efluentes, plano nacional de resíduos sólidos, entre outros. O formulário tem como objetivo não identificar apenas pontos negativos das cidades vizinhas, mas também os pontos positivos. Essa fase tem duração de 20 minutos. Após a auditoria, os grupos partem para a terceira e última fase, que é composta de duas sub-etapas: na primeira, cada uma das equipes apresenta a sua cidade e justifica porque ela é perfeita. Na segunda, as equipes auditoras apresentam sua análise e enfocam os pontos positivos e negativos observados em cada uma das cidades vizinhas. Ao final, o mediador da prática faz um fechamento, baseado no manual do mediador, que contém quais aspectos deveriam ser enfatizados para a consecução dos objetivos do jogo.

RESULTADOS

Até o momento foram visitadas 8, das 10 escolas selecionadas para o projeto, sendo que uma delas declinou da execução do mesmo. Em duas das escolas já foi realizada a dinâmica com os professores, sendo que os mesmos sentiram-se altamente motivados para as etapas seguintes. A dinâmica foi realizada com professores de diversas disciplinas diferentes, com o intuito de trabalhar o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável de forma interdisciplinar nas escolas.

PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE

Serão realizadas visitas nas escolas onde ainda não foi possível agendamento e também treinamento com os professores das escolas que aceitaram participar do projeto, para na sequência, desenvolver as atividades com os estudantes. Espera-se até o fim de 2013 obtermos a participação de pelo menos 500 pessoas no projeto.

Palavras-chave: Meio ambiente. Dinâmica de grupo. Escolas.

Financiamento: Fundo de Apoio à Extensão da Univille – FAEX/UNIVILLE

NOTAS

- 1 Ferreira, Y.N. Metrópole sustentável?: não é uma questão urbana. (2000) São Paulo em Perspectiva 14, 139-144.
- 2 Pelegrini, D.F. and Vlach, V.R.F. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem. (2011) Sociedade & Natureza 23, 187-196.
- 3 Pelicioni, M.C.F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. (1998) Saúde e Sociedade 7, 19-31.
- 4 Rodrigues, G.S.d.S.C. and Colesanti, M.T.d.M. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. (2008) Sociedade & Natureza 20, 51-66.
- 5 IBGE Censo 2010. (2010) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Brasil.

A PEGADA ECOLÓGICA DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO CACHOEIRA, JOINVILLE/SC

Denise Lemke Carletto, Lucas Kühn dos Santos, Therezinha Maria Novais de Oliveira

E-mail: denise.carletto@univille.br
Universidade da Região de Joinville (Univille)

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo utilizou-se a natureza como se ela fosse uma fonte inesgotável de recursos para gerar “bem-estar”, sem considerar nenhum prejuízo. No entanto mais recentemente os prejuízos foram ficando visíveis, sob a forma de rios totalmente poluídos, lixões, poluição atmosférica, mostrando que os impactos desse processo rápido e inadequado de apropriação da natureza vêm impondo taxas incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais. Quem nasceu e vive em cidades não percebe o que está acontecendo com os recursos naturais. Em virtude do ritmo de vida acelerado imposto pelo sistema perde-se a possibilidade de reflexão e percepção em termos de degradação ambiental, e o conforto da vida moderna confere uma sensação poderosa de independência (água nas torneiras, alimentos disponíveis nos supermercados etc.), devidamente reforçada pela mídia e autenticada por alguns processos de educação (DIAS, 2002)¹. O município de Joinville, situado na região nordeste do Estado de Santa Catarina, terceiro polo industrial da Região Sul do Brasil, possui um dos seus rios principais altamente poluído, seja por efluentes domésticos e industriais ou por resíduos sólidos. Essa condição compromete também o paisagismo da cidade. A Educação Ambiental tem como desafio sensibilizar para a situação socioambiental, possibilitando uma compreensão das relações humanas com os recursos naturais e para os impactos local-global-local. Utilizar a Bacia Hidrográfica como unidade de estudo, aliada a indicadores de sustentabilidade, propicia, identificar diferentes aspectos de uma região e compreender o ambiente. Bacias hidrográficas são unidades de estudo de diversas áreas do conhecimento. Possibilitam oportunidades de identificar aspectos físicos como tipo e uso do solo, relevo e geologia, vegetação e fauna e ocupação humana, diagnosticando a situação ambiental local e subsidiando ações adequadas para o sistema. A Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (BHRC) está totalmente inserida no município de Joinville. Drena uma área de 83,12 km², que representa 7,3% da área do município. A nascente do seu rio principal, o Rio Cachoeira, localiza-se em uma região residencial, de baixa ocupação, no bairro Costa e Silva. Atravessa o município e na região central da bacia localizam-se a área urbana e parte da área industrial da cidade de Joinville, e na sua foz, a lagoa do Saguacu

Denise Lemke Carletto, Lucas Kühl dos Santos, Therezinha Maria Novais de Oliveira

encontra-se uma importante região estuarina, a Baía da Babitonga, com áreas remanescentes de manguezais (IPPUJ, 2009)². O Rio Cachoeira, tem também importância histórica para Joinville. Os imigrantes, que chegavam de navio a São Francisco do Sul, atravessavam a Baía da Babitonga e subiam o Rio Cachoeira até desembarcarem onde atualmente é o edifício da Prefeitura de Joinville (BÖBEL; THIAGO, 2001)³. Desta forma o estudo da BHRC torna-se um importante objeto de estudo multi e interdisciplinar, possibilitando estimular a percepção da comunidade para a situação ambiental da região. O diagnóstico da situação em que se encontram os recursos naturais de uma bacia hidrográfica passa a ser um instrumento necessário em trabalhos de educação ambiental para a preservação e conservação de tal espaço geográfico. Localmente, o principal desafio é melhorar a qualidade de vida, recuperando e usando adequadamente os recursos renováveis. Globalmente, o principal desafio é mudar o estilo de vida, vislumbrando a contenção do consumo, especialmente nas áreas urbanas (SICHE *et al.*, 2007)⁴. Em 1996, Mathis Wackernagel e William Rees apresentaram a ferramenta *Ecological Footprint Method*, também conhecida como Pegada Ecológica, ao lançarem o livro *Our ecological footprint*, no qual descrevem a metodologia e os resultados que o indicador pode revelar sobre um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a dimensão ambiental. A Pegada Ecológica tornou-se um dos indicadores mais utilizados e difundidos mundialmente. Wackernagel e Rees (1996)⁵ afirmam que, por meio do uso das séries temporais da metodologia, a Pegada Ecológica pode revelar a dinâmica das mudanças presentes no sistema. O método tem sido adotado por entidades e pesquisadores, tais como Relatório Planeta Vivo, da *World Wildlife Fund* (WWF)⁶, e Relatório do Fundo para a População das Nações Unidas (CERVI; CARVALHO, 2007)⁷. Revelando quanta terra é exigida para suportar qualquer estilo de vida, o conceito da Pegada Ecológica demonstra a contínua dependência material que os humanos têm com a natureza. Fornece, também, dados para saber quanto se deve reduzir o consumo, melhorar a tecnologia ou mudar o comportamento para alcançar a sustentabilidade (WACKERNAGEL; REES, 1996)⁵. Para reduzir a Pegada Ecológica da humanidade, são necessárias mudanças no modo como vivemos localmente. Ações individuais tornam-se significativas à medida que influenciam e interferem no modo de vida da coletividade. A Pegada Ecológica como ferramenta para educação ambiental proporciona-nos perceber que precisamos viver de acordo com a “capacidade” do planeta, de acordo com o que a natureza pode nos fornecer, e não com o que gostaríamos que ela fornecesse (WORLD WILDLIFE FUND – BRASIL, 2007)⁶.

OBJETIVO

Este trabalho teve como objetivo calcular a Pegada Ecológica da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (BHRC), um indicador reconhecido de sustentabilidade como ferramenta para contribuir para ações de educação ambiental e conseqüentemente para a sustentabilidade da bacia.

METODOLOGIA

Para o cálculo da Pegada Ecológica da BHRC, atendendo à metodologia de Wackernagel e Rees (1996)⁵, escolheram-se elementos de significância para a sustentabilidade ambiental da bacia, considerando ser a BHRC uma bacia de área urbana. São eles: consumo de energia elétrica; consumo de água; produção de resíduos sólidos; consumo de combustível. Foi escolhido o ano de 2009 como base dos dados para os itens de consumo, produção de resíduos e população, utilizando-se relatórios já publicados. Os dados foram coletados em fontes primárias e secundárias e os cálculos foram realizados seguindo a metodologia de Wackernagel e Rees (1996)⁵, com a atualização e fatores de conversão conforme Chambers, Simmons e Wackernagel (2000)⁸, Dias (2002)¹, Wackernagel *et al.* (2005)⁹, ONU (2007)¹⁰, e o *site* <http://www.convertworld.com> para as conversões de unidades. Após o cálculo da Pegada Ecológica em hectare e em global hectare de cada um dos elementos analisados (energia elétrica, água, produção de resíduos sólidos, combustível), estes foram somados para obter-se o valor aproximado da Pegada Ecológica da BHRC. Neste estudo o valor da Pegada Ecológica torna-se uma estimativa em função de serem analisados apenas quatro elementos que impactam ambientalmente a bacia. Sendo: Pegada Ecológica da BHRC = PE energia elétrica + PE água + PE resíduos sólidos + PE combustível.

RESULTADOS

A Pegada Ecológica da bacia obtida pela soma dos resultados da Pegada Ecológica referente ao consumo de energia elétrica, consumo de água, produção de resíduos e consumo de combustível indicam que a Pegada Ecológica total da BHRC é de 201.032,89 hectares, correspondendo a uma área 24 vezes maior que a área total da bacia, que é de 8.312 ha. O resultado indica que, para manter o padrão de consumo dos habitantes da BHRC, certamente se empregam recursos naturais de outras regiões, avançando o rastro dessa pegada para outras regiões ou ecossistemas. O resultado da Pegada Ecológica da BHRC possibilita a reflexão de que uma das maiores cidades economicamente desenvolvidas do Estado não sofre sozinha o impacto ambiental deixado pelo crescimento acelerado. Apenas a região central impacta numa área que representa o dobro do território do município de Joinville. Faz-se necessária a redução da Pegada Ecológica para que se possa alcançar níveis de sustentabilidade, deixando de comprometer outras regiões. Analisando a Pegada Ecológica da BHRC, entende-se que a possível causa para tal resultado sejam questões históricas provenientes da imigração nas margens do Rio Cachoeira, falta de planejamento urbano do município, excessiva concentração urbana, desenvolvimento econômico da região e suas atividades econômicas e sociais, que requerem mais recursos naturais do que os que a bacia pode fornecer. Salienta-se que esses resultados não devem levar reflexão apenas à população residente da BHRC e que, embora os valores estejam subestimados, seu resultado é impactante, pois nos mostra que já estamos consumindo recursos naturais advindos de outras áreas, o que gera impacto ambiental negativo para o município, o qual também já possui uma Pegada Ecológica que, segundo estudos de Parente (2007)¹¹, corresponde a uma área 7,11 vezes maior que a cidade. Dessa forma, percebe-se o quanto o modo de vida de uma determinada população implica no resultado da Pegada Ecológica do planeta. Sabe-se que

Denise Lemke Carletto, Lucas Kühl dos Santos, Therezinha Maria Novais de Oliveira

é preciso três planetas para sustentar a demanda. O rastro da Pegada Ecológica de uma região implica no resultado da Pegada Ecológica da humanidade (WORLD WILDLIFE FUND – BRASIL, 2007)⁶. Analisando-se em termos de futuro, a tendência é que o padrão de consumo continuará a aumentar, atendendo ao ritmo da urbanização e do crescimento da produção. A apropriação dos recursos naturais continuará. Espera-se que com todo o desenvolvimento tecnológico disponível, com o conhecimento ecológico extrapolando os muros acadêmicos, disponível para utilização dos gestores públicos e de toda a sociedade, tal apropriação dos recursos naturais não seja indevida, mas sim sustentável. Após diagnosticada a sustentabilidade ambiental da BHRC identificou-se a necessidade e a possibilidade de uma intervenção em educação ambiental em diferentes espaços. Dessa forma, considera-se que, em relação à BHRC, a educação ambiental trabalhada de modo interdisciplinar, possibilita uma inter-relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Utilizando esses preceitos pode-se atingir as questões macro e micro que afetam o meio ambiente da bacia e que estão ultrapassando seus limites geográficos. Na BHRC os itens identificados como mais impactantes foram o consumo de combustível e a geração de resíduos sólidos, seguidos do consumo de energia elétrica e água, respectivamente. Percebe-se, então, a necessidade de investir numa ação que provoque mudança de comportamento, sensibilizando a comunidade para adotar novos hábitos e posturas. A utilização da ferramenta Pegada Ecológica e do seu resultado na BHRC, inserida numa proposta de educação ambiental que reúna atividades ou ações que forneçam condições para que a população possa refletir e perceber as relações dos ecossistemas urbanos e sua dependência com os recursos naturais, contribuirá para fortalecer o envolvimento da sociedade com o poder público, para que de forma compartilhada se promovam mudanças para a melhoria ambiental e de qualidade de vida para a população. Cidadãos bem informados, ao se assumirem enquanto atores relevantes, têm mais condições de pressionar autoridades e poluidores, assim como de se motivar para ações de corresponsabilização e participação comunitária (JACOBI, 2000)¹². Empregar a metodologia da Pegada Ecológica da BHRC como ferramenta para educação ambiental, abordando os resultados dos itens de consumo analisados, propiciará uma compreensão holística das relações entre natureza e seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da Pegada Ecológica como ferramenta nas estratégias para educação ambiental na BHRC mostra-se eficiente no sentido de permitir que a população perceba como o seu modo de vida pode comprometer o uso dos recursos naturais, interferindo na sustentabilidade das regiões, afetando os ecossistemas e comprometendo as gerações futuras. Empregar essa metodologia como ferramenta de educação ambiental, estimulando o cálculo da Pegada Ecológica individual, da escola, da associação de moradores ou do bairro, possibilitará ao cidadão o conhecimento do impacto que o seu modo de vida acarreta ao ambiente natural, além de contribuir para uma atitude reflexiva que fornecerá subsídios para uma mudança de comportamento que seja socioambientalmente responsável.

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira. Pegada Ecológica. Educação ambiental.

Fonte Financiadora: Fundo de Apoio à Extensão e Pesquisa (FAEX E FAP/UNIVILLE).

NOTAS

- 1 DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.
- 2 IPPUJ – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE. **Joinville, cidade em dados 2009**. Joinville, 2009.
- 3 BÖBEL, Maria Thereza; THIAGO, Raquel S. **Joinville – os pioneiros: documento e história (v. I) – 1851 a 1866**. Joinville: Editora Univille, 2001.
- 4 SICHE, Raul *et al.* **Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 10, n. 2, 2007.
- 5 WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. **Our ecological footprint: reducing human impact on the Earth**. Canadá: New Society Publishers, 1996.
- 6 WORLD WILDLIFE FUND – BRASIL. 2007. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira>. Acesso em: 5 maio 2010.
- 7 CERVI, Jaison Luís; CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de. **A pegada ecológica: breve panorama do estado das artes do indicador de sustentabilidade no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO, 7., Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.
- 8 CHAMBERS, Nicky; SIMMONS, Craig; WACKERNAGEL, Mathis. **Sharing nature's interest: ecological footprints as an indicator of sustainability**. Londres: Earthscan Publications Ltd., 2000.
- 9 WACKERNAGEL, Mathis *et al.* **National footprint and biocapacity accounts 2005: the underlying calculation method**. 2005. Disponível em: <www.footprintnetwork.org>. Acesso em: 3 nov. 2009.
- 10 ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas**. 2007. Disponível em: <<http://www.ecolatina.com.br/pdf/IPCC-COMPLETO.pdf>>.
- 11 PARENTE, Aparecido. **Indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo do Ecological Footprint Method do município de Joinville-SC**. 2007. Dissertação (Mestrado)—Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu.
- 12 JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, 2003.

PROJETO INSIGHT: PERCEPÇÃO

Elisangela Girardi

E-mail: elisangela@uniarp.edu.br
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

INTRODUÇÃO

O Projeto Insight: Percepção é um Projeto de Extensão e Assistência Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e desenvolve atividades de atendimento a crianças e adolescentes oriundas de escolas públicas do município de Caçador-SC com distúrbios ou problemas de aprendizagem e vem desde 2007 dando suporte as escolas publicas, através de inúmeras demandas absorvidas em todo o município. O trabalho é feito por estagiários(as) a partir da 5ª fase dos cursos de graduação em Psicologia e Pedagogia das quais recebem acompanhamento e supervisão de uma coordenadora formada em Psicologia. Segundo Piaget (1973), “a aprendizagem só se dá com a desordem e ordem daquilo que já existe dentro de cada sujeito. É necessário obter contato com o difícil, com o incomodo para desestruturar o já existente e em seguida estruturá-lo novamente, com a pesquisa e também motivações tanto intrínseca como extrínseca para obter a aprendizagem, ressaltando que a motivação intrínseca é mais importante porque o sujeito tem que estar interessado em aprender, sendo que a junção dos dois (intrínseca e extrínseca) formam importantes aliados para a melhor aprendizagem do sujeito”. A aprendizagem está onipresente em nossas vidas, ela está envolvida não apenas no domínio de uma habilidade ou tema acadêmico, mas também no desenvolvimento emocional, interação social e até mesmo, no desenvolvimento da personalidade. Nós aprendemos o que temer, o que amar, como ser educados, como ser íntimos, e assim por diante. Dada a onipresença da aprendizagem em nossas vidas, não nos surpreende que já tenhamos discutido muitos exemplos dela. Para muitos autores a aprendizagem depende de fatores externos, outros porém dão ênfase a fatores internos e ainda alguns acreditam na associação destes dois fatores para que este processo tão importante em nossas vidas venha ao encontro dos nossos anseio. Existem teorias dentro do processo de aprendizagem defendidas dentro de um estudo minucioso dos aspectos que envolvem o ser humano, e que podem auxiliar naqueles que não possuem o desenvolvimento dito como “normal”. Até hoje, a criança que experimenta um fracasso escolar poderá levar sentimentos hostis por toda a sua vida, seja desgosto, vergonha, questionamentos, entre outros. Estes conseguem quebrar o desejo da criança em aprender (seja por um motivo ou outro), ela desiste da exploração, da investigação natural que toda a criança

Elisângela Girardi

carrega consigo mesma, podendo se tornar um sinônimo de fracasso de vida. “Segundo ²Patto (1996), o processo social de produção do fracasso escolar se realiza no cotidiano da escola e é o resultado de um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à realização de seus objetivos. Onde as relações hierárquicas de poder, a segmentação e a burocratização do trabalho pedagógico criam condições institucionais para a adesão dos educadores a similaridade, a uma prática motivada, acima de tudo, por interesses particulares, a um comportamento caracterizado pelo descompromisso social”. Para ³Bossa (2002), lança um olhar psicopedagógico sobre o fracasso escolar, considerando-o um sintoma escolar que ainda se impõe de forma alarmante e persistente no sistema escolar brasileiro, apesar do muito que já foi discutido e estudado. Considera que o sistema escolar ampliou o número de vagas, mas não desenvolveu uma ação que o tornasse eficiente e garantisse o cumprimento daquilo a que se propõe, ou seja, que desse acesso à cidadania”. ⁴Weiss (2003), considera fracasso escolar quando ocorre uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola e que a não-aprendizagem na escola é uma das causas do fracasso escolar. Segundo a autora o fracasso escolar pode ser analisado pelas diferentes perspectivas: a da sociedade, a da escola e a do aluno. O presente projeto justifica-se pela necessidade não só de prevenir mas também de intervir na relação dialética entre ser humano e aprendizagem buscando resgatar a autoestima e confiança no processo ensino-aprendizagem, identificando as variáveis que interferem no baixo rendimento escolar, prejudicando sobremaneira o sistema como um todo, além do que, verificar quais os estímulos internos e externos interagem para que realmente ocorra ou prejudique a aprendizagem, imprescindível para o desenvolvimento normal do ser humano. O fracasso escolar é uma patologia recente onde não somente a exigência da sociedade moderna que causa o fracasso, mas também um sujeito que expressa seu mal-estar na linguagem de uma época em que o poder do dinheiro e o sucesso social são valores predominantes”.

RELEVÂNCIA ACADÊMICA-CIENTÍFICA-SOCIAL

Existe a necessidade não só de prevenir mas também de intervir na relação dialética entre ser humano e aprendizagem, buscando resgatar a autoestima e confiança no processo ensino-aprendizagem, identificando as variáveis que interferem no baixo rendimento escolar, prejudicando sobremaneira o sistema como um todo. O presente projeto exerce no momento papel fundamental para as escolas públicas de Caçador, pois não dispomos neste momento de serviço público semelhante em nosso município, sendo que as escolas, ficam sem alternativas de encaminhamento para os serviços públicos, tornando o Projeto Insight de alto benefício em nosso município. Quanto ao âmbito acadêmico, podemos dizer que o Projeto Insight é uma fonte rica de aprendizagem e de prática pedagógica e psicológica, onde os acadêmicos tem a possibilidade e a oportunidade de desenvolver, conhecer as suas habilidades no que se diz respeito as disciplinas de psicologia da aprendizagem, psicopatologia, ludo terapia, psicodiagnóstico, testes psicológicos entre outras das quais tem papel fundamental dentro da psicologia escolar. Desta forma a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, desenvolve papel importante de absorção desta demanda em nossa cidade, de

Elisangela Girardi

forma que possa auxiliar nesta tão importante tarefa que desempenha a educação pública de nosso município.

OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

identificar as causas que interferem no desenvolvimento da aprendizagem de crianças e ou adolescentes prevenindo e intervindo nos problemas, distúrbios ou dificuldades de aprendizagem. Diagnosticar os fatores dos problemas, distúrbios, ou dificuldade de aprendizagem escolar; Colaborar no processo de aprendizagem através de apoio psicológico; Realizar apoio psicopedagógico; Proporcionar o alívio para os sintomas que angustiam o rendimento escolar através da ludo terapia diretiva e não diretiva; Realizar oficinas criativas para desenvolvimento de habilidades cognitivas e ou sociais.

METODOLOGIA

Sessões de Ludo terapia; Sessões de apoio psicopedagógico (desenvolver habilidades cognitivas); Oficinas (argila, recorte e colagem, musicoterapia, danças, psicomotricidade); testagem psicológica, aconselhamento aos pais, professores, encaminhamentos para outros profissionais, como fonoaudiólogo, neurologista, pediatras, etc.

RESULTADOS OBTIDOS

identificamos os resultados através da observação dos alunos e também pelos relatos das escolas e dos pais quanto a melhora dos processos de aprendizagem, socialização e comportamento do aluno, variando de acordo com cada caso e também do tempo necessário de cada aluno, levando em consideração vários fatores dos quais cada individuo tem de resiliência frente ao seu problema. Houve melhoras significativas no entendimento dos pais, professores e responsáveis em relação a forma de lidar com as diversas dificuldades com as crianças e adolescentes, principalmente aqueles que possuem laudos neurológicos. Existe a necessidade muito grande de trabalhar com as famílias, pois são elas que determinam mudanças essenciais para a melhora do aluno, de forma que o maior estímulo virá por parte do grupo familiar.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE

Concluimos que a aprendizagem é uma mudança de comportamento, assimilações e informações nas quais o sentido de aprender não é impor barreiras e limites para a criatividade e disponibilidade de cada ser. O desenvolvimento de uma boa aprendizagem é a integração de aspectos: afetivo, físico, emocional, social e intelectual do aprendiz, ocasionando uma motivação interna e construindo o conhecimento a todo o momento. O projeto Insight: Percepção desenvolve um trabalho de grande

Elisangela Girardi

relevância social e acadêmico-científica na cidade de Caçador, bem como na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, onde continua desenvolvendo as suas atividades permanentes, parando apenas no período de férias escolares e acredita-se na ampliação de carga horária e de profissionais para atender maiores grupos e ampliar ainda mais as suas atividades, tornando-se um projeto referência que poderá ser utilizado como exemplo para outras instituições ou programas.

PÚBLICO ALVO

Crianças e adolescentes, com faixa etária de 07 à 14 anos de escolas públicas de Caçador-SC.

Palavras chave: Aprendizagem. Psicologia. Estímulo.

Fonte Financiadora: UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe através do Programa de Extensão e Assistência Social – Filantropia.

NOTAS

- 1 PIAGET, J. A psicologia. 2. Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.
- 2 PATTO.M.H. de S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1993.
- 3 BOSSA, Nadia A. – *Fracasso Escolar: Um Olhar psicopedagógico*. Porto Alegre, Artmed, 2002.
- 4 WEISS, M. L. L. *Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – PRODEL

Marcos Marcelino Mazzucco, Maria Lucia Soares Cochlar,
Rafael Ávila Faraco, Celso Lopes de Albuquerque Junior,
Elvis Bardini, Carla Borba, Josiane Somariva Prophiro
Professores integrantes da equipe da Gerência de Ensino,
Pesquisa e Extensão do Campus Tubarão - UNISUL
E-mail: gepex.sul@unisul.br

Murilo de Medeiros
Graduando em Relações Internacionais e integrantes da equipe da
Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Tubarão - UNISUL
E-mail: gepex.sul@unisul.br

RESUMO

O Programa de Desenvolvimento Local-PRODEL é um programa institucional de extensão, de caráter permanente, composto por um conjunto de projetos e sub-projetos continuados, que pretende promover um desenvolvimento, através do incentivo ao empreendedorismo, a partir das capacidades e necessidades das comunidades locais. O Programa utiliza os recursos humanos institucionais e os bolsistas na modalidade estudo do Artigo 170 CE/SC, como meio para atingir à população alvo, a partir dos alunos das escolas de ensino fundamental e médio. A metodologia do programa não é pontual. Prevê-se uma continuidade de suas ações pelas várias participações de cada bolsista do Artigo 170 CE/SC. A organização da proposta acontece inicialmente na forma de dois Módulos, perfazendo total de 20 horas. O Módulo I é de conscientização das equipes formadas pelos bolsistas e o Módulo II consiste em atividades intervencionistas nas comunidades. Espera-se que os participantes egressos do Programa sejam capazes de compreender as questões relacionadas ao processo de desenvolvimento local, traçar e implementar estratégias de implantação das atividades, liderar equipes e serem agentes de mudança e desenvolvimento, a partir das suas área de conhecimento. O Prodel, em um ano e meio de atividades, atuou em mais de 180 escolas públicas e privadas da região de Tubarão atingindo aproximadamente 16.000 pessoas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Bolsistas. Artigo 170.

Marcos Marcelino Mazzucco, Maria Lucia Soares Cochlar, Rafael Ávila Faraco, Celso Lopes de Albuquerque Junior, Elvis Bardini, Carla Borba, Josiane Somariva Prophiro, Murilo de Medeiros

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento comunitário/local objetiva melhorar as condições de vida daqueles que habitam uma comunidade, levando em conta o seu espaço geográfico, econômico e cultural. Distingue-se do desenvolvimento geral de uma população porque procura o desenvolvimento equilibrado e integrado de uma comunidade, com respeito pelos seus valores e tirando partido da sua riqueza histórica (SANTOS, 2002). O desenvolvimento comunitário/local deve conduzir à conscientização das potencialidades locais de modo a promover iniciativas geradoras de riqueza e de emprego próprias de um desenvolvimento integrado (desenvolvimento econômico e social e inserção da comunidade nas políticas macroeconômicas). Caracteriza-se por ser endógeno. Ele é o resultado de estratégias e metodologias de ação que pretendem melhorar o contexto e o nível de vida das pessoas de uma comunidade. De modo geral os objetivos dos projetos de desenvolvimento local são: reforçar e valorizar o potencial humano de determinada região; fomentar a atração e a fixação de jovens e de emprego qualificado; melhorar o nível e a qualidade do emprego; melhorar a formação profissional; melhorar os níveis de escolaridade e de qualificação da população residente; promover os jovens e reinserir no mercado de trabalho os desempregados. A Escola participa, ainda, das práticas culturais da comunidade que serve e de onde provém os estudantes e as suas famílias. Neste sentido os modelos de desenvolvimento podem nascer na Escola, difundindo-se na comunidade. O desenvolvimento comunitário objetiva, como anteriormente dito, o desenvolvimento integral em vários campos da estrutura social (formação, educação, saúde, emprego, entre outros), o que define, *a priori*, o caráter multidisciplinar dos projetos. É imprescindível, no entanto, que os projetos de desenvolvimento local estejam centrados nas necessidades efetivas das pessoas e na resolução de problemas reais da comunidade. O PRODEL contribui nesta direção. Ele iniciou no primeiro semestre de 2012, orientou e acompanhou 800 bolsistas do Art.170 CE/SC, tendo-se o registro e o controle informatizado das atividades de cada um deles.

MATERIAIS E MÉTODOS

Cada aluno ingressante na UNISUL pode se inscrever uma vez por semestre para concorrer à Bolsa do Artigo 170 CE/SC. Em geral, o bolsista perfaz um total de 8 a 10 semestres prestando um mínimo de 20 horas de atividades de extensão. O número total de horas de um bolsista, durante o seu curso de graduação, pode variar entre 160 e 200 horas. As inscrições para a solicitação de bolsa no primeiro semestre de 2012 atingiram perto de 800 acadêmicos no Campus Sul da UNISUL. Isto garantiu um total de horas de atividades de extensão de 800 bolsistas x 20 horas/bolsista, perfazendo um total de 16.000 horas semestrais (ou 8 horas por dia durante 200 dias). Este total de horas de atividades de extensão, apenas dos bolsistas do Art.170 CE/SC, garante, de certa forma, a continuidade das ações do PRODEL junto às comunidades parceiras. A organização da proposta foi prevista inicialmente na forma de **dois Módulos (I e II)**, num total de 20 horas.

- O **Módulo I** tem como objetivo a conscientização dos envolvidos e o conhecimento dos objetivos das atividades extensionistas específicas dentro de um projeto maior, além de desenvolver

Marcos Marcelino Mazzucco, Maria Lucia Soares Cochlar, Rafael Ávila Faraco, Celso Lopes de Albuquerque Junior, Elvis Bardini, Carla Borba, Josiane Somariva Prophiro, Murilo de Medeiros

competências e habilidades, e aborda temas como desenvolvimento local e responsabilidade social, num total de 12 horas (6 horas presenciais e 6 horas a distância).

- O **Módulo II** é composto por várias atividades extensionistas do tipo intervencionistas, visando ao desenvolvimento local, vinculadas ao ensino e à pesquisa, através da extensão. São atividades práticas envolvendo moradores das comunidades regionais, bolsistas, voluntários, funcionários, escolas e instituições públicas, num total de 8 horas.

Os ambientes sugeridos para as práticas iniciais da proposta, nos dois primeiros anos do PRODEL, são as escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio da região de abrangência do Campus Universitário Tubarão.

Em 2012-A ofereceu-se dez turmas, com até 80 alunos por turma, num total de 800 bolsistas, sendo cada turma conduzida por um professor/articulador, trabalho executado em 6 etapas:

- **Inscrição:** a inscrição de cada bolsista deve ser efetuada no Sistema de Informações do PRODEL (SIP), local onde ele é orientado e pode escolher a turma e o horário de sua preferência para os encontros presenciais.
- **Primeiro encontro presencial de planejamento:** com 3h de duração, esta atividade visa instruir os alunos bolsistas. Nelas são esclarecidas as competências e habilidades necessárias para o cumprimento dos objetivos do programa. Da mesma forma, indicam-se os conteúdos e as metodologias a serem utilizados pelos alunos, durante as 6 horas de atividades de estudos e levantamento de dados.
- **Estudos e levantamento de dados:** com 6h de duração, esta atividade visa o aprofundamento dos conteúdos e dados necessários para a execução do programa.
- **Segundo encontro presencial de planejamento:** com 3h de duração, esta atividade deve apresentar a proposta de intervenção que será desenvolvida individualmente ou em grupo.
- **Intervenção:** compreende uma atividade de ensino ou pesquisa que, através da extensão, deve ser executada nas comunidades em, no mínimo, 8 horas.
- **Relatório:** o aluno envia, através do sistema eletrônico de informações do PRODEL-SIP, o relatório das suas atividades de acordo com um modelo fornecido pela Instituição. Este Sistema Informatizado permite o tratamento dos dados coletados para posterior análise. O relatório deve conter, ainda, fotos da equipe de bolsistas executando as suas atividades, o que comprova a efetiva participação do aluno-bolsista.

O PRODEL possui uma página web onde o bolsista se inscreve, conhece os locais e os horários dos encontros presenciais, registra as ações que são parte das etapas do trabalho. O PRODEL pode ser acessado também através do Portal da UNISUL no link: <http://www.unisul.br/wps/portal/home/extensao/programas-de-extensao/prodel>.

Marcos Marcelino Mazzucco, Maria Lucia Soares Cochlar, Rafael Ávila Faraco, Celso Lopes de Albuquerque Junior, Elvis Bardini, Carla Borba, Josiane Somariva Prophiro, Murilo de Medeiros

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No primeiro ano do **Programa**, em 2012, atividades intervencionistas com até 8 horas, foram desenvolvidas nas escolas públicas estaduais e provadas de ensino fundamental e médio. A primeira atividade, no primeiro semestre, consistiu em um diagnóstico das condições, necessidades e interesses das comunidades, utilizando um questionário objetivo como ferramenta. Deste diagnóstico, identificou-se a necessidade de desenvolver ações abordando temas como os 3Rs (Recycle, Reduza e Reuse), Acessibilidade e Noções de Empreendedorismo, no segundo semestre de 2012. No primeiro semestre de 2013, foram realizadas atividades intervencionistas nas áreas de Acessibilidade; Bullying; Cidadania; Educação Ambiental; Estilo e Qualidade de Vida; Inclusão Digital; Noções de Empreendedorismo; Projeto de Orientação de Carreira; Promídia Cidadão; Qualidade de vida com esporte. O total de bolsistas foi de 900.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa mostra-se efetivo e deve ter continuidade nos próximos períodos, havendo a possibilidade de ampliação das áreas de atividade, segundo as necessidades das comunidades identificadas no diagnóstico inicial e outras emergentes. A cada nova edição do PRODEL percebe-se uma potencialização do programa trazendo resultados cada vez mais significativos para a comunidade local.

Faz-se necessário ressaltar, portanto, seu ideal inovador, posto que, ao longo dos tempos, sua configuração pode alterar-se de acordo com a sua evolução e aperfeiçoamento, sempre visando as práticas extensionistas desenvolvidas pelos integrantes dos projetos promovendo ações intervencionistas focadas do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Henrique. Desenvolvimento comunitário vs. educação : duas faces da mesma moeda / Henrique Santos. In: **Cadernos de educação de infância**. N.º 62. Lisboa. Abr./Mai./Jun. 2002, p. 40-42.

QUALIDADE INTERNA DE OVOS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE CHAPECÓ (SC) NO INVERNO E NO VERÃO

Douglas Bevilacqua, Marcel Manente Boiago, Maurício Barretta,
Anaiara Langaro, Elison Luciano Salles, Paulo Henrique Pelissari

E-mail: douglasbevilacqua@hotmail.com
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Centro de Educação Superior do Oeste - CEO
Departamento de Zootecnia

INTRODUÇÃO

A qualidade interna dos ovos sofre grande influência da temperatura de armazenamento, sendo que quando armazenado sob refrigeração (4°C) a perda de qualidade é significativamente menor (COUTTS *et al*, 2007)¹. Logo após a postura do ovo, começam a ocorrer mudanças devido à trocas gasosas entre ovo e ambiente via poros da casca, fenômeno este, que reduz sua qualidade interna, causando sua deterioração. Quando armazenado sob refrigeração a vida útil dos ovos pode chegar a 60 dias, entretanto, quando submetidos a condições de temperatura ambiente, vinte dias são suficientes para comprometer a qualidade dos mesmos (SOUZA *et al.*, 1997)². Nas condições brasileiras, 92% dos ovos comercializados “*in natura*” não são refrigerados, sofrendo portanto rápida perda de qualidade, sendo essa mais expressiva em regiões quentes. A região sul do Brasil apresenta inverno característico (Alleoni & Antunes, 2001)³, com temperaturas médias consideravelmente menores que nas demais regiões e umidade mais elevada, fatores que podem minimizar a perda de qualidade desse produto de origem animal, aumentando assim sua vida de prateleira, que no Brasil não deve ultrapassar 30 dias (Brasil, 1990)⁴.

OBJETIVOS

O presente trabalho teve por objetivo avaliar as características de qualidade interna de ovos de casca marrom tipo grande comercializados no município de Chapecó - SC em diferentes épocas do ano (inverno e verão).

Douglas Bevilacqua, Marcel Manente Boiago, Maurício Barretta, Anaiara Langaro, Elison Luciano Salles, Paulo Henrique Pelissari

METODOLOGIA

Foram avaliadas três marcas (A, B e C) de ovos marrons tipo grande durante os períodos de verão e inverno do ano corrente. As amostras foram adquiridas em um supermercado do município de Chapecó - SC, escolhido de forma aleatória. Os mesmos estavam armazenados em temperatura ambiente na seção de hortifruti, sendo 25°C no verão e 12°C no inverno, as médias de temperaturas registradas durante os nove dias de estocagem. As análises foram conduzidas no laboratório de nutrição animal do departamento de Zootecnia da UDESC / CEO, onde utilizou-se 144 ovos, divididos em um delineamento inteiramente casualizado (DIC) em esquema fatorial 2 x 3 (2 períodos de coleta e 3 marcas) com 4 repetições, sendo essas bandejas de celulose com capacidade para 12 ovos cada. As análises foram realizadas em triplicada, sendo elas gravidade específica através da fórmula: $GE = PA/PAG \times Fc$, onde PA é peso no ar (fora d'água), PAG é peso na água e Fc é o fator de correção que varia de acordo com a temperatura do ambiente no momento da pesagem, no caso das análises, foi de 24°C; unidade Haugh (HAUGH, 1937)⁵ que atualmente é a medida mais usada atualmente para calcular indicar a qualidade de ovos, (ALLEONI & ANTUNES, 2001)³, com a equação: $UH = 100 \cdot \log (H + 7,57 - 1,7 \cdot W^{0,37})$, onde H representa a altura do albúmen denso, medido em três pontos aferida com o Egg Quality Micrometer e feita a média aritmética e W o peso do ovo em gramas medido em uma balança de analítica; índice gema, resultado da equação: $IG = AG/LG$, onde AG é altura da gema e LG largura da gema, ambos em milímetros; coloração via leque colorimétrico DSM em escala que varia de 1 à 15 (amarelo à vermelho); e pH da gema e do albúmen, aferidos com a ajuda de um pHgâmetro portátil, sendo resultado da homogeneização de gema e albúmen, separados, em beckers. Os resultados foram submetidos à análise de variância e as médias comparadas pelo teste de Tukey (5%).

RESULTADOS OBTIDOS

Houve interação entre os fatores período do ano e marca para os parâmetros unidade Haugh ($P = 0,005$), pH da gema ($P = 0,0168$) e pH do albúmen ($P < 0,001$). Não existiu efeito dos fatores período do ano e marca sobre o parâmetro gravidade específica ($P > 0,05$), que avalia indiretamente a qualidade da casca dos ovos. Tal resultado mostra que as três marcas apresentaram boa qualidade de casca, geralmente melhor em aves jovens. Quanto ao período do ano, interpreta-se como resultado normal, pois a temperatura não interfere na qualidade da casca, que é inalterada desde a postura. A qualidade da gema dos ovos analisados foi superior no inverno, sendo tal resultado ilustrado pelo maior valor de índice gema dessas amostras ($P < 0,001$), corroborando com Moura *et al.* (2008)⁶, em experimento com acondicionamento de ovos de codornas japonesas (*Coturnix coturnix japonica*) em diferentes temperaturas ambientes. A perda da qualidade da gema é maior em condições inadequadas de armazenamento, onde grande quantidade de água oriunda do albúmen tem acesso à gema, aumentando a pressão da membrana vitelina e ocasionando expansão da mesma (COUTTS *et al.*, 2007)¹. Quanto às diferentes marcas, notou-se que a C apresentou qualidade da gema superior às demais ($P < 0,001$), que não diferiram entre si. Esse resultado pode ser consequência de uma melhor logística de entrega do produto, por exemplo transporte em

Douglas Bevilacqua, Marcel Manente Boiago, Maurício Barretta, Anaiara Langaro, Elison Luciano Salles, Paulo Henrique Pelissari

caminhões com baús climatizados. Percebeu-se efeito significativo do fator período do ano sobre o parâmetro cor da gema, que foi maior nos ovos comercializados no verão. A provável explicação para tal ocorrido é a de que no verão o uso de milho como ingrediente energético nas rações para poedeiras é maior, sendo esse cereal rico em agentes pigmentantes da gema (carotenóides) (SILVA, *et al.* 2000)⁷. Já no inverno é mais comum o uso do sorgo, que é pobre em carotenóides. Houve também efeito da marca sobre a cor da gema, onde os ovos da marca B apresentaram gemas mais amareladas que os da marca A, porém não diferenciaram dos ovos da marca B. Quando se desdobrou a interação entre os fatores período do ano e marca para a variável unidade Haugh, percebeu-se que houve diferença entre as marcas somente no período do verão, onde os ovos da marca C apresentaram qualidade de albúmen (unidade Haugh) melhor que às demais, que não diferiram entre si. Os ovos das marcas A e B apresentaram maiores valores de unidade Haugh no inverno, demonstrando efeito de temperaturas inferiores na manutenção da qualidade. Entretanto, nas amostras da marca C esse resultado não ocorreu, sendo as médias no verão similares às do inverno. O desdobramento entre os fatores período do ano e marca para o parâmetro pH da gema mostrou que no verão não houve diferença significativa entre as marcas. Já no inverno, os ovos da marca C apresentaram pH da gema menores que os da marca B. O pH da gema dos ovos da marca A foi próximo do das demais marcas. Houve efeito significativo do período do ano sobre o pH da gema dos ovos da marca C, que foi menor no inverno, resultado desejável, pois mostra menor perda de CO₂ para o ambiente, gás que contribui para o correto funcionamento do sistema tamponante do ovo. O pH da gema dos ovos das marcas A e B não sofreram influência significativa do período do ano. Após desdobramento da interação entre período do ano e marca para pH do albúmen, notou-se que apenas no inverno as diferenças entre as marcas foram significativas, sendo maiores os valores das marcas B, A e C, respectivamente. Houve efeito do período do ano sobre o pH do albúmen das marcas B e C, sendo menores no inverno para a marca C e no verão para a marca B.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitem concluir que a qualidade de ovos marrons tipo grande comercializados no municípios de Chapecó - SC no inverno é melhor do que no verão. Investimentos pelos estabelecimentos comerciais em equipamentos de refrigeração colaborariam de maneira considerável na melhora da qualidade dos ovos comerciais, visto que esse alimento possui elevado valor nutricional e é de baixo custo quando comparado aos demais produtos de origem animal. Pesquisas relacionadas à novas técnicas de conservação de ovos comerciais devem ser realizadas.

Palavras-chave: Armazenamento. Supermercado. Unidade Haugh.

Fontes de financiamento: recursos próprios.

AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DA ZOOTECNIA UDESC COM A COMUNIDADE RURAL E URBANA DO OESTE DE SANTA CATARINA

Edir Oliveira da Fonseca¹, Diego de Córdova Cucco, Elison Luciano Sales,
Jardel Rogeri, Maria Luísa Appendino Nunes, Aleksandro Schafer da Silva

¹ Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
E-mail: edirof@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as principais ações de extensão desenvolvidas pelo Curso de Zootecnia da UDESC, oriundas de dois programas de extensão universitária em execução. São eles: “Interação UDESC - comunidade: Construção do conhecimento no meio rural e urbano” e “Conexão Zootecnia - UDESC e a Produção Animal”. Ambos os programas de extensão visam promover a aproximação da Universidade com comunidades tanto rurais quanto urbanas, atuando em problemáticas atuais e de relevância para a sociedade. Os principais objetivos das propostas são aprimorar o grau de qualificação de pessoas que trabalham com populações urbanas e rurais. Por meio das diferentes ações espera-se: minimizar problemas relacionados aos animais de rua ou de companhia, melhorias de manejo na produção animal, sensibilizando o público para a importância da escrituração zootécnica e correto manejo parasitológico dos rebanhos, bem como possibilitar a otimização de tempo e a praticidade em levantamentos Geodésicos realizados a campo.

METODOLOGIA

As ações previstas são as seguintes: I. Conscientização pública sobre a importância da guarda responsável e da redução de cães de rua na promoção do bem-estar animal e saúde pública. Esta ação atua na conscientização pública no Município de Chapecó, SC, de forma a tornar as pessoas sensíveis à problemática do alto número de cães abandonados nas ruas do município. Além disso, trabalha aspectos relacionados à guarda responsável. Para tanto, atua em diferentes aspectos, basicamente focando a problemática da ocorrência de zoonoses e a responsabilidade ética de melhorar o bem-estar de animais sob tutela ou abandonados. O grupo de trabalho elaborou palestras que serão ministradas em escolas municipais, com objetivo de promover a sensibilização de crianças, com ênfase nos diferentes aspectos: a) fomento à adoção de animais como forma substitutiva da compra; b) responsabilidade ética, moral e legal de seres humanos após aquisição

Edir Oliveira da Fonseca, Diego de Córdova Cucco, Elison Luciano Sales, Jardel Rogeri, Maria Luísa Appendino Nunes, Aleksandro Schafer da Silva

de um animal; c) apresentação da filosofia da guarda de animais, em contraposição à posse, destacando a ideia de cuidado e tutela, com garantias de bem-estar dos animais; d) divulgação de formas ideais de criação, focando aspectos da nutrição, do manejo e do ambiente destinado aos animais. **II. Noções Básicas de Geodésia e Navegação com Receptores de Sinal de Satélite (NRSS).** O curso “Noções Básicas de Geodésia e Navegação com Receptores de Sinal de Satélite (NRSS)” vem sendo ministrado em parceria com instituições de ensino a nível Estadual e Federal. Esta ação foi dividida em etapas: Na primeira etapa foi realizada a divulgação, contato e seleção das propostas e instituições contempladas com o curso “Noções Básicas de Geodésia e Navegação com Receptores de Sinal de Satélite (NRSS)”. Após a seleção das instituições foram realizados os procedimentos para divulgação do curso e as inscrições dos interessados. Em uma segunda etapa foi ministrado o curso “Noções Básicas de Geodésia e Navegação com Receptores de Sinal de Satélite”, com a aplicações práticas a campo, coleta de dados e processamentos em softwarea apropriados. **III. Palestras na área de Bovinocultura de Leite.** As palestras na área de manejo da bovinocultura de leite foram elaboradas no primeiro semestre de 2013 e estão sendo ministradas com enfoque especial ao manejo de pastagens e às exigências para atendimento da Instrução Normativa 62, do Ministério da Agricultura. Também foram desenvolvidas palestras na área de bem-estar de bovinos leiteiros, junto à Casa Familiar Rural de Modelo e Saudade/SC. Esta ação teve um público participante aproximado de 200 pessoas. A avaliação destas ações está sendo realizada com a aplicação de questionários abertos, aonde o público apresenta os pontos positivos e negativos de cada atividade. **IV. Assistência técnica no diagnóstico parasitológico em propriedades catarinense.** Esta ação tem realizado a prestação de assistência técnica de comunidades rurais na área de parasitologia animal na Região Oeste do Estado de Santa Catarina. A proposta em execução tem realizado exames parasitológicos de fezes de propriedades rurais da região. Até o momento participaram da ação mais de 40 produtores rurais, que enviaram amostras de bovinos, equinos, cães, ovelhas, caprinos, suínos e aves para diagnóstico de parasitos. Testes de resistência de carrapatos também têm sido realizados com frequência, contribuindo para diagnósticos que resultem em medidas eficientes. Portanto, a ação visa também repassar protocolos alternativos e sustentáveis associado a orientações sobre o controle de parasitos em pequenas propriedades rurais. Neste contexto, o método FAMACHA tem sido divulgado com a capacitação de pequenos produtores visando reduzir custos com tratamento e a chance de resistência. Acredita-se que com esta ação muitos produtores poderão ser beneficiados e assim aumentar os lucros na produção. **V. Controle Zootécnico de Rebanhos.** Esta ação tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável de propriedades rurais a partir do controle zootécnico dos rebanhos. Esta ação está em fase de divulgação e entrevista de produtores rurais que possuem interesse em participar. A partir de então será realizado o diagnóstico inicial e treinamento dos envolvidos. Na sequência serão distribuídas de fichas individuais e coletivas para anotação dos dados do rebanho e dos animais, bem como instruções a respeito das mesmas, e após este procedimento concluído será realizado a contabilização destes dados através da elaboração de índices zootécnicos pelos acadêmicos e professores envolvidos com o projeto. **VI. CONECTA ZOO - Ciclo de debates focando a conexão entre a Zootecnia - UDESC e a comunidade envolvida com a Produção Animal.** Esta ação tem como meta contribuir para o conhecimento técnico da comunidade externa e acadêmicos da

Edir Oliveira da Fonseca, Diego de Córdova Cucco, Alison Luciano Sales, Jardel Rogeri, Maria Luísa Appendino Nunes, Aleksandro Schafer da Silva

Universidade, fazendo assim a integração do Curso de Zootecnia da UDESC com a sociedade. A proposta é criar um ciclo de palestras em regime contínuo, de forma a atender demandas do meio rural. Os professores do Curso de Zootecnia da UDESC com base em suas especialidades, bem como convidados externos, estão sendo convidados a trazerem novos conhecimentos a públicos específicos da região. A proposta do conectaZOO vem com o diferencial de envolver o público com ações posteriores ao evento, levando os participantes a levantarem dados, implementarem mudanças em suas propriedades por meio de protocolos e roteiros de trabalho entregues durante os encontros.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Uma forma eficiente de promover o desenvolvimento sustentável de regiões é a geração e construção de conhecimentos científicos e técnicos junto às comunidades. No que diz respeito ao setor agropecuário do Oeste Catarinense, este passa por mudanças evidentes, dentre elas, a alteração na forma de ocupação das terras agrícolas e o aumento da especialização (SCHUBERT; NIEDERLE, 2009). No contexto da especialização, surge também a necessidade de serem implementadas formas eficientes de gerenciamento e controle da produção agropecuária. No entanto, novas técnicas e rotinas somente são incorporadas pelo produtor rural quando este se torna sensível às necessidades de mudança e, acima de tudo, quando é parte integrante do processo. Assim, os programas de extensão aqui apresentados partem da premissa de que o envolvimento do público-alvo só se faz possível por meio de métodos participativos. Na atualidade é de fundamental importância a capacitação de recursos humanos em ferramentas que permitem trocar experiências e conhecimento com a sociedade. Diante disso, as diferentes ações extensionistas desenvolvidas pelo Departamento de Zootecnia contribuem sobremaneira com a formação acadêmica dos estudantes no diálogo com o meio produtivo. A ação intitulada “Conscientização pública sobre a importância da guarda responsável e da redução de cães de rua na promoção do bem-estar animal e saúde pública” tem contribuído para envolver a comunidade acadêmica com um assunto de grande importância para a sociedade. A facilidade de multiplicação de cães é notória, o que é atribuído a alta precocidade sexual. Considerando um número de filhotes por parto de oito filhotes em raças de porte médio e dois partos ao ano, uma única cadela possui capacidade de gerar 16 novos cães ao ano. Considerando que 50% dos filhotes são fêmeas, em até um ano de vida estes recém filhotes podem engravidar e gerar novos 64 animais (TAYLOR, 2006). Tanto em termos de saúde pública, como em termos éticos, uma vez que se refere a ações que pretendem melhorar o bem-estar de cães de rua e daqueles mantidos sob guarda irresponsável. Dentre outros aspectos, a ação prevê abordagem com escolares o que, por si só representa mudança de percepção sobre o assunto a longo prazo. Os acadêmicos envolvidos com a ação elaboraram material para palestras em escolas da região, juntamente com representante da ONG “Amigo dos bichos”, instituição parceira do projeto. Na ação “Noções Básicas de Geodésia e Navegação com Receptores de Sinal de Satélite (NRSS)” foram realizados eventos em escolas técnicas de Concórdia, Modelo e Chapecó, atingindo em 2012, 68 pessoas e, em 2013, 43 pessoas. Em termos gerais, a avaliação feita no público-alvo indicou como pontos positivos principais a qualidade didática das aulas teóricas e práticas. E, em termos

Edir Oliveira da Fonseca, Diego de Córdova Cucco, Elison Luciano Sales, Jardel Rogeri, Maria Luísa Appendino Nunes, Aleksandro Schafer da Silva

de pontos negativos levantados, destaca-se a baixa carga horária do curso. A ação “Assistência técnica no diagnóstico parasitológico em propriedades catarinense” teve suas propostas divulgadas durante a primeira fase do projeto. Para tanto, foram utilizados diferentes meios, principalmente lideranças comunitárias vinculadas a diferentes entidades como sindicatos rurais de municípios da região. Por meio de um contato prévio com as comunidades, o trabalho de análise parasitológica tem sido desenvolvido, o que corresponde a mais de 300 amostras com diagnóstico concluído até o presente momento. Os resultados foram retornados aos interessados, juntamente a recomendações de controle parasitológico, com cuidados referentes a se evitar ou retardar a resistência parasitária. Com relação à ação “CONNECTA ZOO - Ciclo de debates focando a conexão entre a Zootecnia - UDESC e a comunidade envolvida com a Produção Animal”, o projeto realizou 5 edições até o presente momento, entre os meses de outubro de 2012 e maio de 2013. Abrangeu diferentes temas, entre eles eficiência na produção leiteira, manejo reprodutivo e parasitário de bovinos e ovinos, manejo de pastagens e bem-estar nas operações pré-abate de frangos de corte. O ConectaZOO teve como particularidade atender a demandas específicas da produção animal, com a realização de suas edições em eventos de expressiva representatividade regional (Expomercos e mercolactea), bem como sendo realizado no seio de comunidades rurais da região. Durante o ConectaZOO tem-se procurado realizar um intercâmbio de ideias e uma “ponte” entre as comunidades atingidas e as outras ações de extensão promovidas pelo Departamento de Zootecnia. Como um evento de fluxo contínuo, durante a realização do ConectaZOO os participantes são incentivados a aderirem às outras ações de extensão (itens 1 a 4 apresentados acima).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades extensionistas descritas no presente trabalho contribuíram para o desenvolvimento da comunidade acadêmica do Centro de Educação Superior do Oeste, com destaque à inserção do Curso de Zootecnia nas diversas comunidades atingidas. Em função da natureza das ações e, principalmente, da atuação conjunta do corpo docente do Curso de Zootecnia, muito conhecimento foi gerado e construído. Com caráter contínuo, pretende-se ao longo do processo fortalecer ainda mais as propostas, bem como contribuir para a construção do ideal de que a Universidade deve estar inserida e conectada com a comunidade.

Palavras-chave: Produção animal, Bem-estar Animal, Extensão Universitária

Projetos financiados com recursos disponibilizados pela UDESC

NOTAS

- 1 SHUBERT, M.N.; NIEDERLE, P.A. Estratégias competitivas do cooperativismo na cadeia produtiva do leite: o caso da ASCOOPER, SC. In: 47º Congresso da SOBER. Porto Alegre, 20p. 2009.
- 2 TAYLOR, D. Os Cães. São Paulo, Editora Melhoramentos, 2006.

QUALIDADE DE VIDA E PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER TRABALHADORA

Vanessa Correa de Moraes¹, Marta Kolhs, Grasielle Busnello Diedrich, Letícia de Lima Trindade, Jucimar Frigo, Lucimare Ferraz, Silvana dos Santos Zanotelli, Thaise Carina Xavier

¹Acadêmica do Curso de Graduação de Enfermagem, Bolsista de extensão do CEO/UDESC
E-mail: vanecm.10@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), baseado em seus princípios, visa à elaboração de políticas públicas e práticas, dirigidas às necessidades de saúde/doença dos diferentes grupos sociais. Dentre os indivíduos observados pelo SUS tem-se o trabalhador, o qual no âmbito desse Sistema tem direito a [...] um conjunto de atividades que se destinam, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde, assim como recuperação e reabilitação de sua saúde, quando submetido aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (BRASIL, 2010, 2013). Nesse contexto, emergem as atividades de promoção da saúde as quais se comprometem com o fomento da qualidade de vida do trabalhador, com estratégias que primem por melhores condições de trabalho e sociais, bem como contribuem para a identificação dos riscos à saúde dos indivíduos e coletividades. Este estudo volta-se para a promoção da saúde da mulher trabalhadora, as quais enfrentam diversos desafios no contexto do trabalho. As mulheres compõem mais da metade da população, têm se inserido marcadamente no mercado de trabalho nos últimos anos, contudo enfrentam dificuldades no contexto laboral, tendem a conciliar longas e duplas jornadas de trabalho, o que desfavorece sua saúde e qualidade de vida. Atualmente, o contexto do trabalho exige elevada qualificação, jornadas intensas de trabalho, por vezes permeadas por monotonia e pressão por elevada produtividade, entre outros aspectos, o que induz as trabalhadoras a ultrapassar seus limites físicos e psíquicos. Nos diferentes setores do trabalho as mulheres têm ocupado diferentes cargos, entretanto as empresas, frequentemente não oferecem assistência equiname a essas trabalhadoras, as quais apresentam necessidades singulares e um papel fundamental na vida familiar e na sociedade. Nesse contexto, atividades de educação profissional e permanente contribuem para oferecer orientações às mulheres, ensino-aprendizagem de temas que são de interesse das trabalhadoras e contribuem para o fortalecimento do autocuidado e maior autonomia das mesmas. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) preconiza a realização contínua de estratégias de prevenção e promoção da saúde, as quais aproximam as

Vanessa Correa de Moraes, Marta Kolhs, Grasielle Busnello Diedrich, Leticia de Lima Trindade, Jucimar Frigo, Lucimare Ferraz, Silvana dos Santos Zanotelli, Thaise Carina Xavier

práticas de saúde do cotidiano dos indivíduos, permitem identificar problemas e voltar às ações às necessidades e para qualidade de vida. A busca por humanização e qualidade de vida no trabalho pode amenizar o risco de adoecimento físico e psíquico das mulheres trabalhadoras, que sofreram ao longo da história na busca de sua autonomia e com a violação de seus direitos (BRASIL, 2011).

OBJETIVOS

O presente projeto busca promover a qualidade de vida de mulheres trabalhadoras da agroindústria, bem como fornecer subsídios para que possam melhor cuidar de sua saúde. A proposta tem discutido sobre a saúde reprodutiva da mulher, por meio de atividades educativas, bem como levado a reflexão e tomada de medidas de enfrentamento a situações de violência e riscos relacionados ao trabalho.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos têm sido realizadas oficinas educativas com uso de recursos lúdicos, elaboradas e ministradas pelos integrantes do projeto e outros profissionais colaboradores. A atividade tem incluído aproximadamente 20 mulheres trabalhadoras de uma agroindústria do município de Chapecó, na Região Oeste de Santa Catarina. Estas mulheres foram selecionadas pela empresa, a qual optou pelas de maior tempo de empresa e interesse das mulheres nas atividades propostas. Para definição das temáticas a serem trabalhadas nas oficinas, propostas para serem realizadas ao longo do ano de 2013, com encontros mensais, foi organizado um cronograma junto com os recursos humanos, ambulatório de saúde/serviço social da referida empresa. As oficinas estão sendo realizadas durante horário de trabalho em uma sala da empresa, com uma duração em média de uma hora e meia cada oficina. Dentre os temas de interesse das mulheres e empresa emergiram: a magia de ser mulher; o corpo da mulher; ser mãe sem deixar de ser mulher; violência intrafamiliar e contra a mulher; estimulando a criatividade: customização; prazer e sofrimento do trabalho e por fim uma tarde de beleza. Para melhor registro e acompanhamento das atividades tem-se utilizado pela equipe de trabalho, composta por docentes e discentes do Curso de Enfermagem da UDESC, um diário de campo. As oficinas são pontualmente avaliadas pelas participantes no término de cada encontro.

RESULTADOS OBTIDOS

As ações que são desenvolvidas no projeto contemplam o aspecto extensionista da Universidade, que é de levar à comunidade a produção universitária, contribuído com a promoção da saúde da comunidade, em especial a mulher trabalhadora. Foram realizados quatro encontros até o mês de agosto de 2013 e estão previstos outros quatro momentos. A primeira atividade aconteceu em julho de 2013, neste dia além das boas vindas e apresentação foram discutidos o cronograma das atividades e os acordos para realização do projeto. No segundo momento foi apresentada a

Vanessa Correa de Moraes, Marta Kolhs, Grasielle Busnelo Diedrich, Leticia de Lima Trindade, Jucimar Frigo, Lucimare Ferraz, Silvana dos Santos Zanotelli, Thaise Carina Xavier

facilitadora e tema a ser trabalhado neste dia “A magia de ser Mulher”, como um tema motivador, no qual buscou-se resgatar a auto-estima das trabalhadoras. Ainda, realizou-se como método uma oficina educativa com o tema “O corpo da mulher”, este momento buscou trazer a questão da orientação quanto à saúde reprodutiva e (re)conhecimento do corpo feminino, órgãos genitais, anatomia e fisiologia na forma de modelos anatômicos, figuras e imagens. No terceiro encontro, realizou-se a oficina com o tema “A magia de ser mãe sem deixar de ser mulher”, neste buscou-se trazer como lidar com os diferentes papéis, freqüentemente assumidos pelas mulheres - mãe, profissional e mulher - motivando-as para o resgate de suas necessidades e anseios. Cada atividade gerou um tema de reflexão, bem como requereu a avaliação das mesmas após finalização das oficinas. Uma dinâmica de retomada das temáticas em casa também foi proposta e bem recebida pelas mulheres que sinalizam satisfação com as oficinas e temáticas discutidas. As atividades em andamento sinalizam a importância das práticas de promoção da saúde, da aproximação da academia e as diferentes realidades laborais, o que fomenta o crescimento dos diferentes atores envolvidos nas atividades realizadas. A horizontalidade da metodologia proposta, a qual fomenta o diálogo provoca a reflexão e proximidade entre os sujeitos envolvidos, tem sinalizado um caminho para as intervenções no âmbito da promoção da saúde na ambiente laboral. Vale destacar que no decorrer do projeto algumas mulheres mudaram o jeito de se vestir, de se olhar, mudaram de visual por se sentirem mais bonitas. Além da motivação das participantes é notável que as acadêmicas e os demais profissionais do projeto motivaram-se ao fazer parte da proposta. A fala de uma das facilitadoras das oficinas ilustra a avaliação positiva das atividades: *“A semente foi plantada. A expectativa levantada, agora é manter o sentimento de entrega e cumplicidade. E de nossa parte instigar o despertar e desabrochar do melhor de cada uma. E como recompensa o nosso melhor também”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão sinaliza uma interessante possibilidade de intervir na realidade laboral das mulheres trabalhadoras, as quais requerem um mais qualificado acesso às políticas e ações de saúde. As ações têm permitido a troca de experiência e fomentado a reflexão crítica entre o meio acadêmico e o cenário laboral em que as atividades ocorrem. Ao longo dos encontros podem-se perceber mudanças positivas no grupo, observadas na motivação das mulheres nas oficinas e envolvimento dos demais atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Saúde da mulher. Saúde do trabalhador. Promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Saúde da mulher:** um diálogo aberto e participativo. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 50 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Vanessa Correa de Moraes, Marta Kolhs, Grasielle Busnello Diedrich, Leticia de Lima Trindade, Jucimar Frigo, Lucimare Ferraz, Silvana dos Santos Zanotelli, Thaise Carina Xavier

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Brasília, 2013. Disponível em:** < http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/cist/index.html>. Acesso em 22 ago 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher:** princípios e diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em:< http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>. Acesso em: 24 ago 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do trabalhador:** estresse. Brasília, 2010b. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/saude-do-trabalhador>>. Acesso em 22 ago 2013.

MOSTRA CULTURAL – UNISUL VIRTUAL

Maria Cristina Schweitzer Veit

Professora da Unisul Virtual, vinculada a Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão

E-mail: maria.veit@unisul.br

RESUMO

Este artigo apresenta como ocorre a Mostra Cultural da Unisul Virtual. A modalidade a distância impõe aos alunos e a instituição desafios e abre possibilidades para a realização de atividades novas no meio acadêmico. Assim surgiu a Mostra Cultural, com o desafio de propor uma atividade cultural aos alunos que não frequentam presencialmente seus cursos na Unisul. A Mostra Cultural propõe aos participantes retratar aspectos relacionados à sua vida, sua cidade ou sua rotina, com o intuito de possibilitar a interação universitária entre os estudantes virtuais, para que se percebam como uma comunidade virtual de aprendizagem, com aspectos de seu dia-a-dia, ora parecidos, ora extraordinariamente diferentes.

Palavras-chave: Universitário. Mostra. Cultura.

O concurso da Mostra Cultural é de caráter amador e tem como objetivo incentivar a integração universitária dos alunos da modalidade a distância. A Mostra acontece todos os anos com o lançamento de um tema relacionado à vida do aluno. Os interessados em participar enviam seus trabalhos no formato de vídeo ou PPT. Os trabalhos são disponibilizados no site da Mostra Cultural e o autor do vídeo mais curtido nas redes sociais vence o concurso.

O aluno vencedor ganha uma passagem e hospedagem para conhecer a Unisul Virtual.

Edições já realizadas:

- Mostra Cultural 2010 - 1ª Mostra Cultural: Abra as portas de sua região.
- Mostra Cultural 2011 - 2ª Mostra Cultural: Vida real de aluno virtual.
- Mostra cultural 2012 - 3ª Mostra Cultural: Mostre seu talento e venha conhecer os talentos da Unisul Virtual.

Maria Cristina Schweitzer Veit

A primeira Mostra Cultural que ocorreu em 2010 teve como tema “**Abra as portas de sua região**” convidava o aluno a retratar sua região, suas peculiaridades, seus encantos, cultura, culinária, etc. O trabalho ganhador foi da aluna Maria Sílvia Bracarense de Belo Horizonte/MG.



O tema da “**2ª Mostra Cultural: vida real de aluno virtual**” propôs aos participantes retratar seu dia-a-dia como aluno virtual, o local em que estuda, como organiza sua rotina de estudos para atender as exigências de atividades, como a Unisul modificou sua vida pessoal e profissional, o porquê de sua opção pela modalidade de educação à distância, quais as portas que se abriram após sua entrada na Unisul, enfim socializar sua vida como estudante da Unisul Virtual.

Socializar a rotina da vida acadêmica possibilitou uma interação entre os estudantes virtuais, para que se percebam como uma comunidade virtual de aprendizagem, com aspectos de seu dia a dia, ora parecidos, ora extraordinariamente diferentes.

Visualização de alguns trabalhos publicados pelos alunos para concorrer a Mostra Cultural:

Título: Unisul Virtual, vida real do aluno virtual

Autor: Tabita Cristine Sousa Eurico dos Santos

<<http://www.youtube.com/watch?v=8cMofyBuOy0>>.

Maria Cristina Schweitzer Veit

Título: Unisul Virtual, vida real do aluno virtual

Autor: Lia Mara Melgueiro de Oliveira

<http://www.youtube.com/watch?v=qu5OE7xo_yU>.

Título: Unisul Virtual, vida real do aluno virtual

Autor: Fernando Patini Szmyhiel

<<http://www.youtube.com/watch?v=Fcl2yGWQ5os>>.

Título: Unisul Virtual, vida real do aluno virtual

Autor: Joelma Aparecida Pereira Matheus

<http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=uwa3Y7K4TRk>.

O tema da “**3ª Mostra Cultural: Mostre seu talento e venha conhecer os talentos da UnisulVirtual**”, propôs aos participantes dividir com toda a comunidade Universitária e com o público em geral, seus diversos talentos, na música, no artesanato, na pintura, no esporte, na poesia, enfim nas diversas atividades que os alunos são talentosos.

Socializar seus talentos possibilitou uma interação entre os estudantes virtuais, para que se percebam como uma comunidade virtual de aprendizagem, socializando o que fazem em seus momentos de lazer e de criação.

Edital da 3ª Mostra Cultural

<<http://www.unisulvirtual.com.br/mostra/edital.pdf>>.

Página da Mostra Cultural, com os trabalhos apresentados pelos alunos.

<<http://www.unisulvirtual.com.br/mostra/>>.

Reportagem sobre a Mostra Cultural:

<<http://www.unisul.br/wps/portal/unisul-hoje/Noticia/?id=101128>>

A Mostra Cultural tem contribuído para a integração universitária dos alunos que estudam na modalidade a distância. Os depoimentos dos alunos que visitaram a sede da Unisul Virtual, revelam a satisfação em conhecer a Unisul e o quanto a Mostra cultural foi marcante na vida acadêmica de cada participante.



CIÊNCIAS AGRÁRIAS

PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS AGRÁRIAS - PÔSTER |

ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DE AR AQUECIDO POR UM COLETOR SOLAR PARA O PROCESSO DE SECAGEM DE GRÃOS ALIMENTÍCIOS

Fernanda Tonet, Marcelo Guindani, Antonio C. Munarini, Felipe G. Andrade, Josiane M. M. Mello, Francieli Dalcanton

ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DO RESÍDUO SÓLIDO GERADO NO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE CERVEJA

Amanda Luci Rodrigues, Mariana Ferron, Sara Ogliari, Juliana Savio

INFLUÊNCIA DO CULTIVO DE ADUBOS VERDES NA DINÂMICA POPULACIONAL DA MESOFAUNA EDÁFICA (Acari e Collembola) EM ÁREA MANEJADA SOB PLANTIO DIRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Fabiano Griesang, Vagner Lopes Da-Silva, Leandro do Prado Wildner

PRODUÇÃO DE MATÉRIA SECA DE GRAMA-TAPETE ADUBADA COM DEJETO LÍQUIDO DE SUÍNOS

Karen Döering Brustolin, Simone Meredith Scheffer-Basso, Mario Miranda, Magdalena Rescke Lajus Travi, Valdirene Zobot, Daiane Karla Kotwittz, Jessica Maffessoni, Simone Berno, Angela Cittadella, Sabrina De Bortolli Moro

ESTUDO DE CASO: CONHECIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC EM RELAÇÃO AO USO DE AGROTÓXICOS

Cristiano Luíz Vignatti, Lucilene de Abreu, José Inácio Batisttel

EFEITO DE PÓ DE ROCHA BASÁLTICA E DE BIOFERTILIZANTE LÍQUIDO NA CULTURA DA SOJA (*Glycine max* L.)

Anderson de Arruda, Luis Carlos Borsuk

FORRAGEIRAS EM CONDIÇÕES DE SOMBREAMENTO E A PRODUÇÃO DE MADEIRÁVEIS EM SISTEMA SIVIPASTORIL NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC

Luis Carlos Borsuk, Ederson Sechi

CONTROLE DE HERBICIDAS EM BIOTIPO DE AZEVÉM (*Lolium multiflorum* Lam.) COM PROVÁVEL RESISTÊNCIA AO GLIFOSATO

Adriano Genero, Luis Carlos Borsuk, Lucilene de Abreu

ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DE AR AQUECIDO POR UM COLETOR SOLAR PARA O PROCESSO DE SECAGEM DE GRÃOS ALIMENTÍCIOS

Fernanda Tonet¹, Marcelo Guindani, Antonio C. Munarini, Felipe G. Andrade, Josiane M. M. Mello, Francieli Dalcanton

¹Programa de Graduação em Engenharia Química e Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: fernandatonet@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Na atualidade os produtores e as indústrias beneficiadoras de grãos alimentícios estão buscando novas alternativas para diminuir possíveis perdas no transporte e armazenamento destes grãos, bem como manter as características organolépticas do produto. Com o desenvolvimento tecnológico, o aproveitamento da energia solar, utilizando equipamentos que possam transformar esta energia em calor, é extremamente importante frente à escassez e o alto custo das fontes de energias fósseis e de grande poder poluidor. A utilização das energias renováveis é certamente bastante vantajosa para o meio ambiente e deverá ser economicamente viável para todos os tipos de tecnologia, pois são inesgotáveis, e com impacto ambiental inexistente. **Objetivo(s).** O presente trabalho visa estudar a aplicação de um coletor solar tubular a vácuo no aquecimento do ar para posterior utilização no processo de secagem de grãos. **Materiais e Métodos.** Inicialmente realizaram-se adaptações no coletor solar tubular a vácuo para utilizar o mesmo no aquecimento de ar. Para mensurar as temperaturas e umidades, iniciais e finais do ar no sistema (tubos de aquecimento solar), foram acoplados termopares à entrada e saída do equipamento, sendo estes ligados a um *software* específico que realizou o armazenamento dos dados correspondentes de temperatura e umidade. A partir deste momento avaliou-se a capacidade do coletor solar em captar a energia do sol e transmitir para o ar através da determinação do calor transmitido, desta maneira realizou-se a exposição do coletor à radiação solar, por três períodos de duas horas cada, com intervalo de uma hora entre cada período, ou seja, das 9 às 11 horas, das 12 às 14 horas e das 15 às 17 horas. **Resultados parciais.** Através das temperaturas médias, de entrada e de saída do ar, do coletor solar para cada um dos períodos do dia estudados, foi demonstrado um significativo aumento na temperatura do ar após a passagem pelo coletor solar, o ganho médio de temperatura para um dia ensolarado no período das 12 às 14 horas foi de 60°C. **Considerações Finais.** Com base nos dados obtidos até o momento é possível concluir que o uso de coletores solares a vácuo trata-se de uma alternativa muito promissora na captação e transmissão de energia para sistemas de secagem. Por tratar-se de uma fonte de energia alternativa e limpa, novos estudos estão sendo realizados para o melhor desenvolvimento e aproveitamento deste equipamento no processo de secagem de alimentos.

Palavras-chave: Coletor solar. Secagem. Tecnologia limpa. Fonte de energia renovável.

Fonte de Financiamento: PIBIT/CNPq.

ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DO RESÍDUO SÓLIDO GERADO NO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE CERVEJA

Amanda Luci Rodrigues¹, Mariana Ferron, Sara Ogliari, Juliana Savio

¹Acadêmica do curso de Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: amandaluci@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Segundo o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEB) o Brasil, em 2012, produziu 13.742.742.568 Litros de cerveja e a produção só tende a aumentar. Sua grande produção implica também na geração de resíduos orgânicos em grandes quantidades e sem utilidade na própria indústria. Nos dias atuais as indústrias querem maior produtividade gerando um menor desperdício de ingredientes, ou seja, maior conversão da matéria-prima em produto, com isso busca-se novas alternativas para tornar o resíduo possível de ser utilizado em outras aplicações. **Objetivo(s).** O presente trabalho visa determinar a composição físico-química do resíduo sólido cervejeiro para possível utilização na área de alimentos. **Materiais e Métodos.** O resíduo sólido cervejeiro foi adquirido em uma Microcervejaria localizado na cidade de Chapecó e levado para o laboratório de Bromatologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. As amostras fornecidas foram fracionadas em saquinhos plásticos estéreis com 50g cada, totalizando 3kg, posteriormente foram congeladas em um freezer convencional até o momento das análises. Realizaram-se análises de umidade, cinzas, fibras e proteínas. O método para a análise de umidade foi realizado por secagem direta em estufa a 105 °C. Para a análise de cinzas utilizou-se o método de resíduo por incineração, para a de proteína utilizou-se o método Micro-Kjeldahl, de acordo com o Instituto Adolfo Lutz. Foi utilizado o equipamento Determinador de Fibras Mod. LUCA-61/02 da Lucadema para a obtenção dos valores de FDA (Fibra em Detergente Ácido) e FDN (Fibra em Detergente Neutro). **Resultados parciais.** Através das análises do resíduo sólido cervejeiro, obteve-se o percentual de umidade de 78,30%, valor este dentro do intervalo descrito na literatura que é de 70% a 80%. O valor de cinzas foi de 2,85%, sendo este superior ao literário (1,1%), indicando um maior teor de sais minerais. Para fibras o valor de FDA 28,89% e para o FDN 70,71% são superiores quando comparados com a literatura: FDA 24,82% e o FDN 59,65%. Em relação as proteínas o valor encontrado foi de 14,95% e na literatura 15,9%. Em geral, as análises físico-químicas estão próximas aos valores encontrados na literatura. **Considerações Finais.** Com base nos dados obtidos até o momento pode-se dizer que o resíduo sólido cervejeiro possui alto valor nutritivo, devido aos teores de fibras e proteínas. Possui também alto teor de umidade, influenciando negativamente no transporte e armazenamento, tornando-se necessário a retirada parcial da água antes de ser utilizado como ingrediente no desenvolvimento de um novo produto. Dessa forma a utilização do resíduo na indústria alimentícia é considerada uma boa alternativa onde agregará maior valor nutritivo aos produtos.

Palavras-chave: Resíduo sólido. Cerveja. Análises físico-químicas.

Fonte de Financiamento: Empresa Dalla Microcervejaria fornecedora do resíduo sólido cervejeiro.

INFLUÊNCIA DO CULTIVO DE ADUBOS VERDES NA DINÂMICA POPULACIONAL DA MESOFAUNA EDÁFICA (Acari e Collembola) EM ÁREA MANEJADA SOB PLANTIO DIRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Fabiano Griesang¹; Vagner Lopes Da-Silva e Leandro do Prado Wildner

¹ Graduando em Agronomia; Bolsista de Iniciação Científica Art. 170
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: (fgriesang@unochapeco.edu.br)

RESUMO

Introdução. Os ácaros e colêmbolos compreendem os principais grupos de organismos da mesofauna do solo. Desta forma, assumem papel importante na decomposição da matéria orgânica do solo, atuando como decompositores secundários na fragmentação de resíduos vegetais, aumentando a área superficial destes resíduos e facilitando a ação de outros grupos de microrganismos decompositores. **Objetivos:** avaliar a população de ácaros e colêmbolos presentes em áreas cultivadas com diferentes adubos verdes de inverno bem como relacionar estas populações com o tempo de decomposição em Latossolo Vermelho distroférico típico da região Oeste Catarinense. **Materiais e Métodos:** o trabalho foi conduzido em área de lavoura manejada sob sistema plantio direto a 12 anos, de uma propriedade rural localizada no município de Guatambu – SC. A semeadura dos adubos verdes foi realizada no dia 22 de maio de 2012. Aos 150 dias após a semeadura (DAS) foi realizado o manejo mecânico e avaliação da produção de fitomassa dos respectivos adubos verdes. Aos 141, 155 e 178 DAS foram coletadas amostras de solo para identificação da mesofauna edáfica, sendo os organismos do solo extraídos através do método Berlese-Tullgreen. O delineamento experimental adotado foi o de Blocos ao Acaso (DBA), avaliando-se 6 tratamentos (ervilhaca (*Vicia villosa*); aveia (*Avena sativa*); nabo (*Raphanus sativum*); plantas espontâneas; aveia + ervilhaca e aveia + ervilhaca + nabo), com três repetições, totalizando 18 unidades experimentais. **Resultados:** o número de organismos variou significativamente entre os tratamentos analisados, tendo-se na primeira coleta, aos 141 DAS, os maiores valores populacionais no tratamento nabo, relacionados ao seu menor ciclo e antecipada entrada no período de senescência. A segunda coleta, aos 155 DAS, apresentou maiores valores para os tratamentos nabo e ervilhaca + aveia, devido ao menor ciclo para o nabo e relacionado ao acúmulo elevado de fitomassa para aveia + ervilhaca. A terceira coleta, aos 178 DAS, apresentou as maiores populações de ácaros e colêmbolos nos consórcios de adubos verdes (aveia + ervilhaca e aveia + ervilhaca + nabo) devido à diversidade de materiais decomponíveis. **Conclusões:** As populações de mesofauna do solo são influenciadas pelo tipo e quantidade de fitomassa existente na superfície do solo. O estágio de decomposição dos resíduos vegetais influencia a população de ácaros e colêmbolos.

Palavras-chave: Consórcio de adubos verdes. Fitomassa. Biota do solo. Berlese-Tullgreen.

Fonte de Financiamento: Trabalho executado com recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual.

PRODUÇÃO DE MATÉRIA SECA DE GRAMA-TAPETE ADUBADA COM DEJETO LÍQUIDO DE SUÍNOS

Karen Döering Brustolin¹, Simone Meredith Scheffer-Basso, Mario Miranda, Magdalena Rescke Lajus Travi, Valdirene Zabot, Daiane Karla Kotwittz, Jessica Maffessoni, Simone Berno, Angela Cittadella, Sabrina De Bortolli Moro

¹Professora
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: karen.db@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A grama-tapete ou grama-missioneira-comum (*Axonopus affinis Chase*), é uma das espécies forrageiras mais importantes nas pastagens naturais do Brasil, que é cultivada principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste. Em Santa Catarina, essa espécie está presente em aproximadamente 60% das áreas com forrageiras na primavera-verão (NASCIMENTO et al., 1990). Apesar da expressiva abrangência da grama-tapete na região Sul, não há estudos sobre sua resposta à adubação com nitrogênio (N). Nesse aspecto, entre as fontes de N utilizadas, destaca-se a aplicação de dejetos líquidos de suínos (DLS), cujo uso em solos agrícolas é muito comum no Oeste Catarinense. **Objetivo.** Este trabalho foi conduzido com o objetivo de avaliar a produção de matéria seca (MS) de uma pastagem naturalizada de grama-tapete (*Axonopus affinis Chase*) em resposta a seis doses de DLS, como fonte de nitrogênio (N). **Material e Métodos.** O experimento foi conduzido em Chapecó, Santa Catarina, em LATOSSOLO VERMELHO distroférico típico, entre 2008 e 2010. As doses de DLS foram calculadas para suprir 100, 200, 300, 400 e 500 kg de N/ha/ano, uma testemunha positiva (200 kg de N/ha/ano, na forma de nitrato de amônio, NA) e uma negativa (ausência de adubação nitrogenada, T). A pastagem foi mantida sem pastejo e submetida a cinco cortes no primeiro ano e seis cortes no segundo ano, com remoção do material vegetal cortado. Os adubos nitrogenados (DLS e NA) foram fracionados em quatro aplicações, que ocorreram após os cortes da pastagem. Na média dos dois anos, foram aplicados 51, 102, 153, 204 e 255 m³/ha/ano de DLS, correspondentes às doses de N. **Resultados.** A produção anual de matéria seca (MS) aumentou linearmente em função das doses de DLS, de 2.598 (T) a 7.718 kg de MS/ha (300 m³) em 2008-2009 e de 4.310 (T) a 12.321 kg de MS/ha (210 m³) em 2009-2010, com incremento de 16,5 e 38,6 kg de MS/m³ DLS/ha, respectivamente. **Conclusões.** A produção de matéria seca da grama-tapete responde linearmente à aplicação de doses crescentes de DLS, calculadas para suprir até 500 kg de N/ha/ano.

Palavras-chave: *Axonopus affinis*. Esterco. Produção de forragem.

ESTUDO DE CASO: CONHECIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC EM RELAÇÃO AO USO DE AGROTÓXICOS

Cristiano Luíz Vignatti, Lucilene de Abreu, José Inácio Batisttel

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: cristianovignatti@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução. O uso de agrotóxicos teve um crescimento acentuado nas últimas décadas, e tem papel importante na produção agrícola, para proteção contra pragas, moléstias e plantas daninhas. Essa crescente utilização vem trazendo prejuízos, já que os riscos de contaminação não ocorrem somente com o trabalho na agricultura, visto que existe a dispersão no meio ambiente, no momento da pulverização. **Objetivos.** Apontar os conhecimentos dos agricultores do município de Palmitos - SC, sobre os agrotóxicos, e se são suficientes para o uso correto dos mesmos. **Materiais e Métodos.** Foram visitadas sete comunidades, sendo selecionadas em cada uma, cinco famílias, por sorteio, para entrevistas. Construiu-se um questionário, que após a aplicação, tabularam-se os dados e sintetizou-se as respostas. **Resultados.** Os agricultores estão na faixa etária 30 - 60 anos, e todos utilizam agrotóxicos. Nas culturas (milho, soja e fumo) se destacam a utilização de glifosato, fungicidas e inseticidas. O uso acontece entre 11 a 30 anos. Recebem orientação no local da compra (casa agropecuária ou cooperativa): dosagem, períodos de carência, formas de aplicação e equipamentos. Porém, nunca realizaram nenhum treinamento (uso, indicações, riscos ou cuidados). Quanto à armazenagem: galpão (88,57%) ou no porão da moradia (11,43%). Possuem pulverizadores (tratorizados), e 74,28% dizem utilizar algum equipamento de segurança: botas de borracha, avental, boné, máscara, luvas, óculos e macacão, mas, 25,72% não fazem uso. 85,72% respeitam o período de carência e evitam se aproximar das áreas em que foram aplicados os produtos. 62,85%, realizam a tríplice lavagem das embalagens, porém, 37,16% citam destinos não recomendados para o resíduo. 68,58% devolvem as embalagens vazias no local da compra, 25,72% queimam e 5,72% enterram. 94,28% realizam alguma manutenção nos equipamentos de aplicação. Quando questionados sobre produzir alimentos sem agrotóxicos, 24 agricultores disseram que não seria possível. 61,54% acreditam que a produção sem agrotóxico seja apenas para a subsistência e em pequenas áreas, 15,38 % dizem que seria necessário grande quantidade de mão de obra e a mesma quantidade acredita que precisaria ser em área isolada das demais. **Conclusões.** Embora o uso de agrotóxicos seja difundido na comunidade, ainda é precedido de pouca informação e conhecimento por parte dos agricultores, o que resulta em problemas no manuseio, aplicação e proteção. O uso de EPI's, carência, descartes e embalagens, indicam negligência, tanto por parte do agricultor, que ignora os riscos como por parte das empresas e órgãos fiscalizadores que não fornecem suporte técnico adequado.

Palavras-chave: Agrotóxicos. Dosagens. Carência.

EFEITO DE PÓ DE ROCHA BASÁLTICA E DE BIOFERTILIZANTE LÍQUIDO NA CULTURA DA SOJA (*Glycine max* L.)

Anderson de Arruda¹, Luis Carlos Borsuk

¹Acadêmico de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: aruda@unochapeco.edu.br

RESUMO

INTRODUÇÃO. Os solos são formados a partir de diversas matérias inclusive de rochas, que através do intemperismo, condições climáticas e biológicas originam solos de diversas características. Dependendo do material de origem, o solo apresenta deficiência de determinados minerais. Com o aumento populacional e a demanda por alimentos é preciso incorporar no solo estes minerais faltantes para que as cultivares possam responder com boa produtividade. Mas, para isso, os custos de produção se tornam muito altos, acarretando em uma lucratividade mais baixa para os produtores. Para isto, novos métodos estão sendo testados em diversas culturas, como a utilização do pó de rocha basáltica e dos biofertilizantes, os quais apresentam em sua composição minerais importantes. **OBJETIVO.** O presente trabalho teve por objetivo avaliar o rendimento de soja (*Glycine max* L.), cultivar BMX ATIVA RR, submetido a diferentes doses de pó de rocha (PR) basáltica e de biofertilizante líquido (BF) obtido por fermentação de materiais orgânicos em condições anaeróbicas. **MATERIAIS E MÉTODOS.** O experimento foi realizado na comunidade de Lagoa dos Batista, no município de Nonoai/RS e foi constituído de delineamento de blocos casualizados com nove tratamentos e três repetições, totalizando 27 parcelas. Cada parcela apresentou uma área de 10 m², o equivalente a 0,001 ha, em diferentes tratamentos: T1. Testemunha; T2. 2000 L BF/ha; T3. 4000 L de BF/ha; T4. 2 toneladas de PR/ha; T5. 4 toneladas de PR/ha; T6. 2 toneladas de PR e 2000 L de BF/ha; T7. 4 toneladas de PR e 2000 L de BF/ha; T8. 2 toneladas de PR e 4000 L de BF/ha e; T9. 4 toneladas de PR e 4000 L de BF/ha. As variáveis analisadas foram altura de planta, número de grãos, número de vagens e rendimento de grãos. **RESULTADOS.** Entre os diferentes tratamentos observou-se que com o aumento das doses de pó de rocha e de biofertilizantes, os tratamentos T8. e T9 apresentaram diferença significativa em relação aos demais em número de grãos por planta, número de vagens e rendimento de grãos. Não houve diferença significativa para altura de planta em nenhum tratamento. O rendimento de T8 e T9 foram de 3892,3 kg/ha e 3958,3 kg/ha respectivamente contra 3216,6 kg/ha da testemunha. **CONCLUSÕES.** Conclui-se pela viabilidade do uso associado pó de rocha e biofertilizante líquido como elementos capazes de melhorar o desempenho de lavouras de soja como elementos de baixo custo e inesgotáveis.

Palavras-chave: Cultivar Soja. Pó de Rocha Basáltica. Biofertilizante.

FORRAGEIRAS EM CONDIÇÕES DE SOMBREAMENTO E A PRODUÇÃO DE MADEIRÁVEIS EM SISTEMA SIVIPASTORIL NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC

Luis Carlos Borsuk; 1Ederson Sechi

¹Acadêmico de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: lcborsuk@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Num sistema silvipastoril (SSP), as espécies arbóreas e forrageiras são cultivadas numa mesma área simultaneamente, onde em seguida é introduzido o gado. O sucesso dessa integração depende muito do equilíbrio entre as partes envolvidas: as árvores, as forrageiras e os animais. **Objetivos.** O objetivo deste estudo foi analisar a produção de forragem (de matéria seca); composição química e bromatológica das forrageiras: missioneira gigante, Tifton 85, Brachiária Marandú e Brachiária Piatã e simular como interferem na produção madeireira. **Materiais e Métodos.** O experimento foi instalado no dia 05 de setembro de 2012. As forrageiras Tifton 85 e missioneira gigante foram implantadas através de mudas, enquanto as brachiárias foram implantadas com uso de sementes. O local da implantação foi uma floresta de eucalipto com 6 anos, onde efetuou-se o desbaste para um espaçamento de 6x2m. **Resultados.** A análise estatística dos resultados revelou diferença significativa ($p \leq 0,05$) para a variável matéria seca (MS), proteína bruta (PB), fibra em detergente neutro (FDN) e fibra em detergente ácido (FDA). Ao longo dos 240 dias, a produção de matéria seca foi de 17.600 kg/ha, 16.500 kg/ha, 13.200 kg/ha e 9.300 kg/ha para Brachiária Piatã, Brachiária Marandú, Tifton 85 e Missioneira Gigante, respectivamente. Os comportamentos são bastante distintos ao longo do tempo, pois no primeiro corte, aos 90 dias, a Brachiária Piatã produziu uma média de 5.496 kg/ha de matéria seca, enquanto que a Missioneira Gigante não apresentava condições adequadas para corte e, no quarto corte, aos 240 dias, a Brachiária Piatã produziu uma média de 2.207 kg/ha enquanto a Missioneira Gigante produziu 2.434 kg/ha e deverá continuar a produção nos próximos meses, pois apresenta maior tolerância ao frio. Sobre a produção de proteína bruta foram obtidos 745,5, 696,4, 991,1 e 591,4 kg/ha para Brachiária Piatã, Brachiária Marandú, Tifton 85 e Missioneira Gigante, respectivamente. Com relação ao teor de proteína bruta, a Tifton 85 teve um teor de 7,50%, a Missioneira Gigante 6,79% e as Brachiárias 4,24%. Estimou-se que é possível cultivar de 833 a 1400 árvores de eucalipto até os seis anos, e desbastar para 224 árvores até o 20º ano, com obtenção de totais de 100m³ de lenha e 350m³ de madeira para serraria. **Conclusões.** No sistema estudado, os cortes realizados foram bastante espaçados com redução dos teores de proteína. Também, forrageiras cespitosas e estoloníferas tendem a ter comportamentos distintos. Mesmo assim, conclui-se pelo elevado potencial de inclusão de madeiráveis nas pastagens.

Palavras chave: Sistemas Silvipastoris. Matéria Seca. Proteína Bruta, Madeira.

CONTROLE DE HERBICIDAS EM BIOTIPO DE AZEVÉM (*Lolium multiflorum* Lam.) COM PROVÁVEL RESISTÊNCIA AO GLIFOSATO

¹Adriano Genero, Luis Carlos Borsuk, Lucilene de Abreu

¹Acadêmico de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: genero@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A competição entre a cultura e as plantas daninhas reflete nas maiores quedas de rendimento das culturas. Em decorrência do mau uso de herbicidas tem se potencializado a seleção das plantas daninhas resistentes a maioria dos mecanismos de ação do mercado. A resistência das plantas daninhas aos herbicidas é um dos temas mais importantes na agricultura moderna. Após o primeiro caso relatado de resistência em 1957, hoje quase duas centenas de espécies resistentes foram comprovados. Dentre estes casos, o azevém (*Lolium multiflorum* L.) resistente vem causando severas perdas e sendo objeto de estudo para buscar soluções no manejo destas plantas. **Objetivo.** O presente trabalho objetivou a verificação do controle realizado por diferentes mecanismos de ação nas plantas de azevém. **Materiais e Métodos.** Foi realizada coleta de sementes de uma lavoura de azevém com suspeita de haver resistência ao herbicida Glifosato, procedente do município de Erval Grande-RS. Foram testados herbicidas com mecanismos de ação: Inibidor da ACCase; Inibidor da Glutamina Sintetase; Inibidor do Fotossistema II em conjunto com um Inibidor do Fotossistema I; inibidor da ALS; inibidor do fotossistema I e; inibidor da EPSP's, esta em doses diferenciadas de glifosato (720, 1440, 2880, 5760 g/ha¹). Os herbicidas foram aplicados em plantas com 3 a 4 folhas. O delineamento experimental foi de blocos casualizados com oito tratamentos e quatro repetições. As variáveis analisadas foram: peso de matéria seca (kg/ha) e percentual de plantas mortas. Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F e aplicado o Teste de Duncan ao nível de 5% de probabilidade. **Resultados.** Os resultados medidos (em mg de matéria seca por grupo de 10 plantas) 14 dias após o tratamento foram: Testemunha: 131,71 (a); 720 g i.a. ha⁻¹ de Glifosato: 108,77 (b); 2160 g i.a. ha⁻¹ de Glifosato: 81,62 (c); 4320 g i.a. ha⁻¹ de Glifosato: 79,33 (c); 6480 g i.a. ha⁻¹ de Glifosato: 72,27 (c); 250 g i.a. ha⁻¹ de Fluazifop-butil: 53,32 (d); 400 g i.a. ha⁻¹ de Glifosinato de Amônia: 31,32 (ef); 300 g i.a. ha⁻¹ de Diuron + 600 g i.a. ha⁻¹ de Dicloreto de Paraquat: 39,25 (e) e; 600 g i.a. ha⁻¹ de Diquat: 25,05 (f). **Conclusões.** Os resultados demonstraram que o biótipo de azevém utilizado é resistente ao Glifosato, mesmo nas elevadas doses empregadas. A utilização dos mecanismos de ação alternativos demonstraram eficiência e que são uma boa escolha para controle dos biótipos com resistência.

Palavras-chave: Azevém. Modo de ação dos herbicidas. Resistência.



CIÊNCIAS AGRÁRIAS

COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS AGRÁRIAS - COMUNICAÇÃO ORAL |

DESSECAÇÃO ANTECIPADA DAS PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO NA CULTURA MILHO
(*Zea mays* L.)

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizzio, Adriano Genero

DESSECAÇÃO ANTECIPADA DAS PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO NA CULTURA MILHO (*Zea mays* L.)

¹Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizio, Adriano Genero

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: danimar@unochapeco.edu.br

RESUMO

O milho (*Zea mays* L.) é um dos cereais mais cultivados no mundo. Diversos fatores podem causar perdas e diminuição da produção na cultura. A competição com plantas invasoras no início do ciclo é um dos pontos críticos para a perda do potencial produtivo, tanto por competição como também por efeitos alelopáticos. A dessecação antecipada se constitui uma ferramenta muito importante para o manejo da cultura que vem sendo estudada e implantada visando obter benefícios como a maior plantabilidade e maior produtividade. O objetivo do trabalho foi determinar a influência do tempo de realização da dessecação com herbicida glifosate, em relação à semeadura, no comportamento da cultura do milho geneticamente modificado “roundup ready” (*Zea mays* L.). Os tratamentos avaliados foram dessecação aos 28, 21 e 14 dias antes da semeadura; aplicação do herbicida no dia da semeadura e a sua aplicação 7 dias após a semeadura. O delineamento experimental foi de blocos casualizados com cinco tratamentos e quatro repetições, com parcelas de 28,8 m². As variáveis estudadas foram: germinação, altura de planta, peso de mil grãos, número de grãos por espiga e rendimento de grãos (kg/ha). Para determinação destes parâmetros foi colhida uma área útil de cada unidade experimental de 12,80 m². Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F, através do software Assitat. Foi aplicado o Teste de Scott-Knott ao nível de 5% de probabilidade. Os resultados indicaram que a dessecação antecipada proporcionou aumento em 17,8% no número de grãos por espiga em relação a dessecação no dia da semeadura e 7 dias após a semeadura e resultou em maior altura de planta, maior peso de mil grãos e maior número de grãos por espiga. O rendimento variou de 9546,00 kg/ha no tratamento com dessecação 7 dias após a semeadura até 11255,00 kg/ha para o tratamento com dessecação 28 dias antes da semeadura. A média de rendimento dos tratamentos com dessecação anterior à semeadura foi de 10962kg/ha enquanto que a média dos tratamentos com dessecação no dia e 7 dias após a semeadura foi de 9756 kg/ha, uma diferença de 1206 kg/ha. A diferença entre a maior e a menor média absolutas é de 1709 kg/ha. A análise de variação não considera esta diferença como significativa, e isso deve ser considerado como uma limitação do método e uma indicação de que novos experimentos sejam realizados com maior número de unidades experimentais.

Palavras-chave: Glyphosate. Dessecação. Milho. Roundup Ready. Componentes do Rendimento.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil e no mundo, o milho (*Zea mays* L.) é uma das principais culturas agrícolas cultivadas, não somente pelo aspecto quantitativo, mas também por sua importância estratégica, visto que é a base da alimentação animal e, conseqüentemente, humana. Além disso vem sendo usado, nos últimos anos, como importante matriz energética (NICOLAI *et al.*, 2004). Segundo CONAB (2012) a área total cultivada com milho na safra agrícola de 2010/2011, resultante da soma das safras, primeira e segunda, alcançou 13.288,9 mil hectares, apresentando crescimento de 2,3% em relação à safra anterior; com produção total de 55,61 milhões de toneladas e produtividade média de 4.184 Kg.ha⁻¹.

Um dos fatores primordiais na determinação da capacidade de competição da cultura, além das espécies de plantas daninhas, é a época de germinação de uma em relação à outra. Quanto maior a rapidez de emergência de uma espécie em relação à outra, maiores as chances daquela que germinou primeiro levar grande vantagem na competição (CONSTANTIN, 2001).

Calegari *et al.* (1998) relatam que o plantio de milho logo após a dessecação da aveia pode apresentar germinação desuniforme e desenvolvimento inicial inadequado das plantas de milho e recomendam um intervalo de pelo menos duas a três semanas entre o dessecação da aveia e a semeadura do milho. Comenta também que determinadas coberturas podem ter efeitos alelopáticos sobre culturas subsequentes. Uma forma de diminuir estes efeitos seria aguardar um tempo maior para implantação do cultivo sobre a cobertura manejada.

Christoffoleti (2002), descreve que o manejo químico de cobertura constituída de *Avena strigosa* (aveia-preta) ou *Lolium multiflorum* (azevém), com a finalidade de formação de cobertura para plantio, dependendo da época quando a dessecação é realizada, podem ocorrer interferências no armazenamento de água no solo, nas populações de pragas, na eficiência das semeadoras, nas relações alelopáticas e no desenvolvimento das culturas implantadas.

A dessecação antecipada das plantas invasoras antes da semeadura do milho constitui uma ferramenta muito importante para o manejo da cultura e apresenta inúmeras vantagens como a maior plantabilidade. Ressalta-se ainda que o controle das plantas invasoras de forma antecipada facilita o controle de plantas daninhas em pós-emergência, promove maior armazenamento de água no solo, diminuição da mato competição, redução dos efeitos alelopáticos e maior produtividade da cultura (MAROCHI, 2006).

Almeida (1991) destaca que substâncias alelopáticas se mantêm nos tecidos das plantas mesmo após a morte das mesmas, de onde são liberados por volatilização ou por lixiviação, sendo encontrados no solo. A atingirem a concentração necessária, podem influenciar no desenvolvimento das plantas. Jacobi (1997) relata que extratos de plantas como aveia causam redução de até 74% na germinação do milho.

A alelopatia distingue-se de competição, pois essa envolve a redução ou retirada de algum fator do ambiente necessário à outra planta no mesmo ecossistema como a água, luz, nutrientes e espaço físico (REZENDE *et al.*, 2003; SEVERINO *et al.*, 2007).

Para Fancelli *et al.* (2004), a redução do rendimento da cultura devido a competição pode chegar a 70%, ainda algumas espécies. Além da competição, podem afetar o desenvolvimento e o

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizio, Adriano Genero

rendimento da cultura e gerar manifestações de efeitos alelopáticos provocados por liberação de substâncias químicas pelas raízes e/ou decomposição de resíduos.

O glifosato é um herbicida pós-emergente, pertencente ao grupo químico das glicinas substituídas, classificado como não-seletivo e de ação sistêmica. Apresenta largo espectro de ação, o que possibilita controle de plantas daninhas anuais ou perenes, tanto de folhas largas como estreitas (GALI *et al.*, 2005). O *glyphosate* é classificado como herbicida não seletivo sistêmico e pós emergente, que inibe a enol-piruvil-chiquimato fosfato síntese (EPSPS) e provoca a morte de plantas anuais e perenes (KRUSE *et al.*, 2000).

Atualmente no Brasil, o *glyphosate* é um dos herbicidas mais utilizados, devido a seu amplo espectro de ação sobre as plantas invasoras (MONQUEIRO, 2003). Com o surgimento do plantio direto o *glyphosate* passou a ser o produto chave deste sistema, devido à formação da cobertura seca que protege o solo que é obtido através da dessecação das plantas invasoras com o herbicida *glyphosate*. Com o surgimento da soja transgênica com a tecnologia Roundup Ready o mencionado herbicida passou a ser utilizado de forma mais frequente na dessecação e no manejo de plantas daninhas em pós- emergência.

No Brasil, a primeira autorização de plantio de milho transgênico comercial ocorreu em maio de 2007. Em 2008, novas liberações ocorreram, com os eventos NK603 e GA21 de resistência ao herbicida glifosato. Em 2009, as primeiras liberações de milho transgênico com genes de resistência a herbicida e resistência a insetos foram liberados para comercialização perfazendo um total de seis autorizações liberadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Embora tenham sido liberados estes eventos de resistência aos herbicidas para a cultura do milho, oficialmente, nas safras subseqüentes, não foram utilizadas com cultivares resistentes aos herbicidas. (KARAM *et al.*, 2010).

No presente estudo foram determinadas a influencia do período de dessecação da cobertura do solo perfazendo em tempos em relação a semeadura do milho, foram analisados stand populacional índice de espiga, numero de grãos por espiga, peso de mil grãos e rendimento final da cultura do milho.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na propriedade do senhor Altemar Smaniotto, localizada na Linha São Paulo, interior do município de Seara – SC, Oeste Catarinense. Foi conduzido ao nível de lavoura na safra agrícola 2012/2013 a partir do mês de Agosto de 2012 com colheita em Janeiro de 2013.

O clima dessa região é do tipo Cfa, conforme a classificação de Köppen (MOTA *et al.*, 1970), que se caracteriza como clima mesotérmico (subtropical e temperado) com temperatura média do mês mais frio inferior a 18 °C e superior a -3 °C, ao menos um mês com média superior a 10 °C, úmido (mês menos chuvoso com precipitação superior a 60 mm), com verões quentes (mês mais quente igual ou superior a 22 °C). O solo caracteriza-se como um Cambissolo Háplico Eutrófico (EMBRAPA, 1999).

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizio, Adriano Genero

Os tratamentos avaliados corresponderam a dessecação da cobertura do solo utilizando produto a base de *glyphosate* marca comercial Roundup Original, em diferentes épocas, sendo: dessecação 28, 21 e 14 dias antes a semeadura, aplicação no dia da semeadura e aplicação 7 dias após o plantio.

O delineamento experimental utilizado foi de blocos completos casualizados, onde cada tratamento teve em um tempo de aplicação, perfazendo 5 tratamentos e 4 repetições, totalizando 20 parcelas. A área total do experimento é de 900 m² e foi utilizada como área útil de cada parcela 12,8 m². Para evitar a interferência entre os diferentes tratamentos, foram deixados espaços de 1 m entre as parcelas.

Figura 1 - Vista parcial do experimento na data da realização do tratamento T3 14 dias antes da semeadura do milho. Seara – SC. 02/09/2012.

Na safra verão 2011/2012 havia na mesma área a cultura do milho (*Zeamays* L.), como cobertura no inverno foi utilizado aveia preta (*Avena strigosa* L.) e azevém (*Lolium multiflorum* L.).

Para controle das plantas invasoras foi utilizado o produto glifosato com a marca comercial RoundupReady 2® Milho, na dose de 4 L.ha⁻¹. Aplicação foi realizada com pulverizador costal, utilizando o volume de calda de 150 litros.ha⁻¹.

A semeadura foi realizado no dia 16 de setembro de 2012 e o híbrido utilizado foi 2A106 HR da empresa Dow AgroSciences, realizado com semeadora mecanizada, com espaçamento entre linhas de 0,80 metros, utilizando 80.000 sementes.ha⁻¹.

A adubação foi realizada no momento da semeadura com uso de semeadora mecanizada. Foram aplicados 380 kg.ha⁻¹ de adubo químico da fórmula 09-30-20. A adubação nitrogenada em cobertura foi com ureia (45% de N) divididos em 2 aplicações, quando o milho estava no período entre V4 e V6 na proporção de 300 kg.

As variáveis respostas foram as seguintes: população final de plantas por hectare; índice de espiga; número de grãos por espiga; peso de mil grãos; altura de planta e; rendimento do milho em kg de grãos por hectare

Foram colhidas as 4 linhas centrais, descartando um metro em cada extremidade por formação da bordadura, após a maturação fisiológica das espigas. Foi realizada a colheita manual das espigas. A debulha feita com uso de debulhador semi-mecanizado. Uma amostra de 1 kg de grãos de cada parcela foi coletada, o cálculo de rendimento foi feito considerando umidade de grãos de 13%.

Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F, através do software Assistat, foi aplicado o Teste de Scott-Knott ao nível de 5% de probabilidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados gerais dos componentes do rendimento e que podem explicar resultados de rendimento final do milho estão na Tabela 1.

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizzio, Adriano Genero

Tabela 1. Resultados de diferentes períodos de dessecação com herbicida a base de Glyphosato, para a implantação da cultura do milho.

Tratamento	Stand populacional (pl/ha)	Índice de espiga	Grãos por espiga	Peso de mil grãos (gramas)	Altura de planta (metros)
T1. Dessecação 28 dias antes plantio	73656,3 a	1,015 a	625,8 a	365,0 a	2,48 a
T2. Dessecação 21 dias antes plantio	73229,2 a	1,000 b	618,8 a	369,8 a	2,40 a
T3. Dessecação 14 dias antes plantio	73437,5 a	1,005 b	653,3 a	350,4 a	2,40 a
T4. Dessecação no dia do plantio	69520,9 a	1,003 b	592,8 b	355,7 a	2,25 b
t5. Dessecação 7 dias após o plantio	67395,8 b	1,000 b	554,5 b	335,8 a	2,18 b

Stand populacional

A população final de plantas do tratamento T5 ficou em 67.395,8 plantas por hectare com germinação de 84,2 %, para dessecação realizada sete dias após a semeadura, até 73.656,3 plantas por hectare germinação de 92 % para dessecação realizada 28 dias antes da semeadura. Observa-se que houve diferença significativa dos tratamentos T1, T2, T3 (dessecação aos 28, 21 e 14 dias antes da semeadura) em relação aos tratamentos T4 e T5, que apresentaram redução no estande final.

Segundo Roman (2001), os efeitos alelopáticos podem reduzir a população final de plantas. Miranda *et al.* (2002) em trabalho semelhante, com dessecação aos 28 dias antes da semeadura e dessecação no dia da semeadura obtiveram população final 21 % a mais com a dessecação antecipada.

Bueno *et al.* (2011) recomenda a utilização da dessecação antecipada como ferramenta para obter melhor plantabilidade, o que diminui falhas no estande de plantas, também podendo proporcionar melhor rendimento na operação de semeadura.

Índice de espiga

O índice de espiga variou de 1,015 espigas por planta no tratamento com dessecação 28 dias antes da semeadura do milho até 1 espiga por planta para tratamento com dessecação 21 dias antes da semeadura e com dessecação 7 dias após a semeadura. De acordo com a Tabela 1, somente o tratamento T1 proporcionou diferença significativa.

Segundo Magalhães *et al.* (1995) conclui em seu trabalho que o índice de espiga esta diretamente relacionado com o período de dessecação antes da semeadura e aos efeitos de competição.

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizio, Adriano Genero

Número de grãos por espiga

O número de grãos por espiga variou de 529,8 grãos por espiga com dessecação no dia da semeadura até 653,3 grãos por espiga com dessecação 14 dias antes da semeadura. A dessecação no dia da semeadura e a dessecação 7 dias após resultou em menores números de grãos por espiga em relação à dessecação antecipada. A dessecação antecipada resultou em aumento da média de 633,2 grãos por espiga (mais 17,8%) enquanto a dessecação no dia e 7 dias após resultou numa média de 542,15 grãos por espiga.

Balbinot *et al.* (2011) em trabalho semelhante obtiveram resultado não significativo em relação a diferentes períodos de dessecação de plantas invasoras em relação a número de grãos por espiga. Também Bortolini *et al.* (2001) obtiveram resultados não significativos quanto aos diferentes períodos de dessecação. Por outro lado, Borghi *et al.* (2007) em trabalho sobre efeito do consórcio de milho com *Brachiaria brizantha* obteve resultado com menor número de grãos por espiga. Milho sofreu competição logo após a germinação.

Peso de mil grãos

De acordo com os dados da tabela 1, não houve diferença significativa no peso de mil grãos. Entretanto o fato do tratamento T5 apresentar média de 335,8 gramas por mil grãos e o T2 apresentar média de 369,8 gramas por mil grãos gera uma diferença de cerca de 10 % o que pode não ser desprezível em estudo de manejo de plantas cultivadas. Oliveira *et al.* (2006) em experimento semelhante não obteve diferença em relação ao peso de mil grãos.

Altura de plantas em metros

Os tratamentos T1, T2 e T3 não diferiram entre si e se mostraram superiores em relação a T4 e T5, tendo variação de altura de plantas de 2,18 metros no tratamento com dessecação 7 dias após a semeadura até 2,48 metros para o tratamento com dessecação 28 dias antes da semeadura.

Conforme Dow (2011), a altura de planta do híbrido 2A 106 é de 2,10 metros. Segundo Lapa (1991), esta característica também é influenciada pelas condições do meio como: época de semeadura, espaçamento, disponibilidade de água, luz e nutrientes.

Argenta *et al.* (2001) sugerem que a redução dos níveis de nitrato e amônio do solo na semeadura realizada imediatamente após a dessecação, devido ao processo de decomposição da palha das plantas daninhas com elevada relação C/N, pode ser o fator decisivo para o menor crescimento inicial das plantas de milho no manejo AP (dessecação no dia da semeadura), e que isto se deve ao fato de que a dessecação da cobertura ocorre de forma concomitante à emergência e aos primeiros dias de crescimento da cultura. No sistema de dessecação antecipado, toda a cobertura de solo já estava seca, completamente tombada e sobre a superfície do solo no momento da semeadura. Deste modo, não há nenhum tipo de sombreamento durante a emergência do milho. Segundo Calegari *et al.* (1998), o sombreamento inicial pode afetar negativamente a germinação, a

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizzio, Adriano Genero

emergência ou o desenvolvimento inicial da cultura do milho, podendo gerar entre outros efeitos, o estiolamento da planta. Assim, o período de dessecação da cobertura verde pode ter implicações posteriores em termos do desenvolvimento do milho.

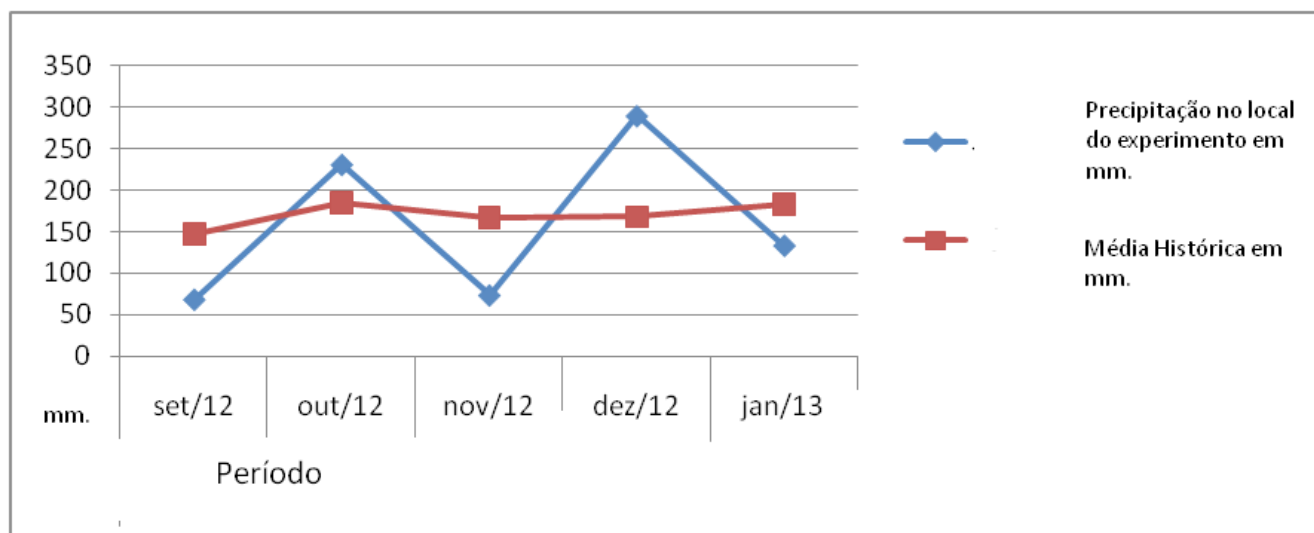
Constantin *et al.* (2007) em trabalho semelhante obtiveram diferenças em altura de planta no tratamento de dessecação no dia do plantio e dessecação após o plantio e descreve isso como resultado do desgaste inicial com sombreamento, competição e efeitos alelopáticos sofridos pelas plantas de milho. Os mesmos comentam que obtiveram diferença de “stand” final da cultura, peso de mil grãos e teor de umidade e que as diferenças observadas com relação à produtividade devem estar associadas às condições de crescimento inicial das plantas.

Oliveira *et al.* (2006), testando diferentes manejos de dessecação antecipada e pós emergência, tendem a ter maiores alturas de plantas nos tratamentos com dessecação 30 dias antes da semeadura da soja, nos que os mesmos não tiveram diferença significativa.

Rendimento de grãos (em Kg/ha)

O rendimento médio foi de 9.546,00 kg.ha⁻¹ no tratamento com dessecação 7 dias após a semeadura até 11.255,00 kg.ha⁻¹ para o tratamento com dessecação 28 dias antes da semeadura. Constantin *et al.* (2009) testaram dessecação antecipada aos 25 dias antes da semeadura do milho até 7 dias após a semeadura sem obter diferença significativa de rendimento final. Por outro lado, Fleck (2004) constatou que a dessecação antecipada proporcionou aumento no rendimento final da soja.

Gráfico 1. Rendimento em kg por hectare obtido nos diferentes períodos de dessecação da cobertura de solo na cultura milho (*Zeamays* L.). Seara - SC, 2012/2013.



Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizio, Adriano Genero

Balbinot *et al.* (2007) testaram dessecação antecipada aos 30, 20, 10, 5 e 1 dias antes da semeadura de milho e constataram que para cada dia de aumento no intervalo entre a dessecação e a semeadura do milho, houve redução de produtividade em $83,2 \text{ kg.ha}^{-1}$.

Oliveira *et al.* (2005) em seis trabalhos realizados na região de Londrina- Paraná utilizando dessecação antecipada de 20 dias e dessecação no dia do plantio obtiveram resultados com diferença de $18,5 \text{ sc.ha}^{-1}$ a mais a favor da dessecação realizada 20 dias antes da semeadura. Segundo Constatin *et al.* (2007), para qualquer método de controle de plantas daninhas em pós-emergência, as maiores produtividades foram obtidas quando o sistema de manejo utilizado foi o antecipado.

Oliveira Jr. *et al.* (2006), trabalhando com a cultura da soja, verificaram que, independentemente do método de controle adotado em pós-emergência para controle de plantas daninhas, o manejo antecipado foi o sistema que proporcionou as maiores produtividades, em média, entre 10 e 20% maiores às obtidas nos sistemas dessecação no dia do semeadura e dessecação 10 dias após a semeadura .

4 CONCLUSÕES

Nas condições em que de seu o experimento, pode-se inferir que a dessecação antecipada proporciona melhor “stand” final das sementes de milho;

Sobre o rendimento final (kg.ha^{-1}), nas condições em que se deu o experimento o rendimento não apresentou variação entre os diferentes períodos de dessecação. No entanto em termos práticos a diferença de $28,4 \text{ sacos.ha}^{-1}$ não pode ser desconsiderada desprezível. Pode-se dizer que se trata de uma limitação do método de análise. Sugere-se que sejam realizados novos experimentos com mais numero de parcelas usando maior sustentabilidade da análise.

A dessecação antecipada proporcionou aumento em 17,8% no número de grãos por espiga em relação a dessecação no dia da semeadura e após a semeadura;

A dessecação antecipada resultou em maior altura de planta, maior peso de mil grãos e maior numero de grãos por espiga.

Recomenda se a realização de novos experimentos com maior número de repetições para uma análise estatística mais acurada a respeito do rendimento final em kg de grãos por hectare. Um maior número de parcelas resulta em redução do quadrado médio do erro, por ocasião da análise de variância.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. S. **Efeitos alelopáticos de resíduos vegetais**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 26, p. 221-236, 1991b.

ARGENTA, G. et al. **Efeitos do manejo mecânico e químico da aveia-preta no milho em sucessão e no controle de capim papuã**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v.36, n.6, p.851-860, 2001.

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizio, Adriano Genero

BUENO, A.F.; PROCOPIO, S.O. Safra Planejada. **Revista cultivar**. Novembro 2011.

BALBINOT JUNIOR, A. A.; DA VEIGA, M.; VOGT, G. A. e SPAGNOLLO, E. **Atributos de solo e produtividade de feijão após Diferentes formas de uso do solo no inverno, no quinto ano de experimentação**. *Cienc. Rural* [online].2011, vol.42, n.3, pp. 401-406.ISSN 0103-8478.

BALBINOT JR., A.A. et al. **Épocas de dessecação de coberturas de inverno em relação à semeadura de milho: infestação de plantas daninhas e produtividade da cultura**. *Scientia Agraria*, v. 8, n. 2, p. 111-117, 2007

BORTOLINI, C. G.; SILVA, P. R. F. da; ARGENTA, G. e FORSTHOFER, L. **Rendimento de grãos de milho cultivado após aveia-preta em resposta a adubação nitrogenada e regime hídrico**. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*. 2001, vol.36, n.12, pp. 1101-1006. ISSN 0190-204X.

BORGHI, E. & CRUSCIOL. C. A. C. **Produtividade de milho, espaçamento e modalidade de consorciação com *Brachiariabrizantha* em sistema plantio direto**. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/pab/v42n2/04.pdf>. Acesso em 02/02/2013.

CALEGARI, A. *et al.* Culturas, sucessões e rotações. In: **Sistema plantio direto - o produtor pergunta a Embrapa responde**. Dourados: Embrapa-CPAO, 1998. p. 59-80. (Coleção 500 perguntas 500 Respostas).

Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento de safra brasileira: grãos, primeiro levantamento, outubro 2012 / Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab, 2012. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_10_09_15_59_18_boletim_portugues_outubro_2012.pdf. Acessado em: 15 de janeiro de 2013.

CONSTANTIN, J. *et al.* **Interação entre sistemas de manejo e de controle de plantas daninhas em pós-emergência afetando o desenvolvimento e a produtividade do milho**. *Planta daninha* [online]. 2007, vol.25, n.3, pp. 513-520. ISSN 0100-8358.

CONSTANTIN, J. Métodos de manejo. In: OLIVEIRA JR., R. S.; CONSTANTIN, J. **Plantas daninhas e seu manejo**. Guaíba: Agropecuária, 2001.

CHRISTOFFOLETI, P. J. (ESALQ Piracicaba - SP). **Época de dessecação de aveia-preta (*Avena strigosa*) ou azevém (*Loliummultiflorum*) em pré-plantio da cultura de soja [*Glycinemax*(L.) Merrill]**. Laudo técnico de praticabilidade e eficiência agrônômica, Piracicaba – SP, 2002.

Dow Agrosiences. Disponível em; <http://www.dowagro.com/br/produtos/index.htm>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2013

FANCELLI, A. L.; DOURADO NETO, D. **Produção de Milho**. 2ª ed. Piracicaba: Livraria e Editora Livrocere, 2004. 360p.

GALLI, A. J. B.; MONTEZUMA, M. C. **Alguns aspectos da utilização do herbicida glyphosate na agricultura**. 2005. Artigo em Hipertexto. Disponível em <http://www.monsanto.com.br/roundup/glyphosate/capitulo3/capitulo3_2.asp>. Acesso em: 12/05/2012.

GAZZIERO, D. L. P.; PRETE, C. E. C. Resistência é a Questão. **Revista Cultivar**. Porto Alegre, n. 4, p. 22- 24, 2004.

Danimar Zanetti, Luis Carlos Borsuk, Gustavo Fabrizio, Adriano Genero

KRUSE, N.D.; TRESSI, M.M.; VIDAL, R.A. Herbicidas inibidores da EPSPS: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Herbicidas, Brasília**, v.2, n. 1 p. 139-156,2000.

KARAM, D., OLIVEIRA, M. F., GAZZIERO, D. L. P. Origem das variedades resistentes. **Revista Grandes Culturas Cultivar**. p. 26, março 2010.

MAROCHI, A. I. **Estudos sobre o manejo antecipado da soja Roundup Ready®**. Informações Agronômicas – POTAFOS, n.115, p.28, 2006.

MAGALHÃES, P. C.; DURÃES, F.O.M.; PAIVA, E. **Fisiologia da planta de milho**. Sete Lagoas: EMBRAPA-CNPMS, 1995. 27 p. (EMBRAPA-CNPMS. Circular Técnica, 20).

MOTA, F. S.; BEIRSDORF, M. I. C.; GARCEZ, J. R. B. **Zoneamento agroclimático do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Porto Alegre: Ministério da Agricultura, Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuário do Sul, 1970.

MONQUERO, P. A. Dinâmica populacional e mecanismos de tolerância de espécies de plantas daninhas ao herbicida Glyphosate. 2003. 99 p. **Tese (Doutorado em Fitotecnia)**-Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

NICOLAI, M.; CARVALHO S. J. P.; OVEJERO R. F. L.;CHRISTOFFOLETI, P. J. **Aplicação conjunta de herbicidas e inseticidas na cultura do milho**. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/908/90865307.pdf>. Acesso em: 1 Maio. 2012.

OLIVEIRA JR., R. S.; CONSTANTIN, J.; PAGLIARI, P. H.; ARANTES, J. G. Z.; CAVALIERI, S. D.; ROSO, A. C.; SOARES, R.; HOMEM, L. M. **Efeito de dois sistemas de manejo sobre o desenvolvimento e a produtividade da soja**. 2005. In: REUNIÃO DE PESQUISA.

OLIVEIRA JR., R. S. *et al.* Interação entre sistemas de manejo e de controle de plantas daninhas em pós-emergência afetando o desenvolvimento e a produtividade da soja. **Revista Planta Daninha** [online]. 2006, vol.24, n.4, p. 721-732. ISSN 0100-8358.

REZENDE, C de P.; PINTO, J. C.; EVANGELISTA, A. R.; SANTOS, I. P. A. **Alelopatia e suas interações na formação e manejo de pastagens plantas forrageiras**. Lavras:UFLA, 2003. p.18. (Boletim Agropecuário).

SEVERINO, L. S.; LIMA, R. L. S.; ALBUQUERQUE, R. C.; BELTRÃO, E. M. Alelopatia de plantas daninhas sobre a mamoneira. Embrapa Algodão. In: 2º Congresso Brasileiro de Mamona. **Anais...**, 2007.



CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - PÔSTER |

ANUROFAUNA (Amphibia, Anura) EM UM FRAGMENTO DE MATA ATLÂNTICA NO SUL DO BRASIL

Joana Priscilla Boschetti, Fernando Ferreira, Veluma Ialú Molinari De Bastiani, Elaine Maria Lucas

AVALIAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE DENGUE EM MUNICÍPIOS DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Carin Guarda, Maria Assunta Busato, Junir Antônio Lutinski, Sandra S. M. Sabedot, Vanessa da Silva Corralo, Viviane Zulian

PREVENÇÃO E CONTROLE DE ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS E ZOOSESMOS EM CHAPECÓ (SC)

Carin Guarda, Ana Lúcia Antunes Sampaio, Junir Antonio Lutinski

QUANTIFICAÇÃO DE COMPOSTOS BIOATIVOS E AVALIAÇÃO DO POTENCIAL PROTETOR CONTRA DANOS OXIDATIVOS IN VITRO DO EXTRATO AQUOSO DE *Myrciaria cauliflora* (Mart.) O. Berg. (JABUTICABA)

Rafael Chitolina, Fernanda Kuhn, Adrieli Sachett, Fernanda Bevilaqua, Jacir Dalmagro, Angelo Luis Piato, Silvana Muraro Wildner, Walter Antonio Roman Junior, Greicy Michelle Marafiga Conterato

MACROINVERTEBRADOS BENTÔNICOS EM AMBIENTES AQUÁTICOS EM ÁREAS DE CAMPOS NATURAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Bruna Fitarelli, Bruna Maria Capitanio, Bruna Laís Turra, Joze Beatriz Santos Rodrigues Deimling, Patricia Isabel Teixeira Jardim, Gilza Maria de Souza-Franco

EFEITO DO USO DE AGROTÓXICOS SOBRE OS ANFÍBIOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Jéssica Zauza Fiorese, Veluma Ialú Molinari De Bastiani, Jacir Dal Magro, Elaine Maria Lucas

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE LIMNOLÓGICA DE RIACHOS COM INFLUÊNCIA URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNIDADE DE MACROINVERTEBRADOS BENTÔNICOS

Bruna Maria Capitanio, Bruna Fitarelli, Joze Beatriz Santos Rodrigues Deimling, Patrícia Isabel Teixeira Jardim, Gilza Maria de Souza Franco

ANUROFAUNA (Amphibia, Anura) EM UM FRAGMENTO DE MATA ATLÂNTICA NO SUL DO BRASIL

Joana Priscilla Boschetti¹, Fernando Ferreira²,
Veluma Ialú Molinari De Bastiani², Elaine Maria Lucas²

¹Curso de Ciências Biológicas
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: joana_boschetti@unochapeco.edu.br

² Curso de Ciências Biológicas, Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

RESUMO

Introdução. A Mata Atlântica possui uma elevada diversidade de anfíbios, contudo é uma das áreas mais degradadas do mundo. **Objetivo(s).** Neste estudo analisou-se a riqueza, composição e distribuição temporal de anuros em um fragmento de Mata Atlântica no sul do Brasil. **Materiais e Métodos.** O estudo foi realizado em uma área de transição entre Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta Estacional (FE), cercada por plantios agrícolas e área urbana, pertencente à Cooperativa Central Oeste Catarinense – Aurora, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina (27°8'15.24"S e 52°42'46.48"O). Os dados foram coletados de setembro de 2011 a março de 2013. Foram realizadas amostragens através de armadilhas de interceptação e queda com cercas-guia e busca ativa em ambientes potencialmente utilizados pelos anfíbios. As armadilhas de interceptação e queda foram dispostas em cinco linhas, compostas de dez recipientes plásticos de 100 L, revisadas dez dias consecutivos nos meses amostrados. Mensurou-se o comprimento rostro-cloacal e a massa corpórea dos indivíduos coletados. Analisou-se a suficiência de amostragem através da extrapolação da curva de acumulação de espécies. **Resultados.** Foram coletados 1055 indivíduos de anuros, distribuídas em 28 espécies, sendo 27 nativas e uma exótica, pertencentes a dez famílias. Das 28 espécies, 18 (64%) foram coletadas nas armadilhas de interceptação e queda e 25 (89%) registradas na busca ativa. A curva de acumulação de espécies tendeu à estabilização. Observou-se a maior riqueza de espécies no período de outubro a março dos anos amostrados. Das 28 espécies registradas, 12 espécies apresentaram dimorfismo sexual entre machos e fêmeas, sendo as fêmeas maiores e mais pesadas do que os machos. **Considerações Finais.** A riqueza encontrada abrange 19,4% da riqueza do estado de Santa Catarina e 3% da riqueza do Brasil. A riqueza encontrada se aproxima daquela conhecida em outros fragmentos de FOM e FE na região do planalto de SC (Ipuaçu: 21; Chapecó e Guatambú: 26; Lebon Régis: 32; Ponte Serrada e Passos Maia: 29 e Concórdia: 23 espécies). Quarenta e seis por cento das espécies registradas possuem distribuição restrita ao sul do Brasil e países vizinhos. Ressaltamos a importância da preservação deste remanescente para a conservação da fauna regional, uma vez que foi verificada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, especialistas de habitat e exclusivas da região sul do Brasil.

Palavras-chave: Conservação. Diversidade. Riqueza.

Fonte de Financiamento: PIBITI/CNPq, Fapesc e Unochapecó.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS E ZONOSSES EM CHAPECÓ (SC)

Carin Guarda¹, Ana Lúcia Antunes Sampaio, Junir Antonio Lutinski

¹Acadêmica do curso de Ciências Biológicas
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail:carin@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Animais peçonhentos são aqueles capazes de produzir e inocular substância tóxica, sendo responsáveis por causar acidentes que podem provocar complicações locais, gerando sequelas e em casos mais graves óbito. As zoonoses são definidas como doenças ou infecções naturalmente transmissíveis para os animais e o homem. Tanto os animais peçonhentos como as zoonoses possuem grande importância para a saúde pública, pois são capazes de expor grande número de pessoas ao risco de acidentes e epidemias. Ambas também têm sua ocorrência diretamente relacionada a fatores ambientais, socioeconômicos e culturais. **Objetivos.** 1) Avaliar as ocorrências de animais peçonhentos e vetores de zoonoses na cidade de Chapecó e a estratégia de prevenção à acidentes desenvolvido pelo setor de vigilância Ambiental da Secretaria da Saúde; 2) Apresentar a proposta de um protocolo de prevenção à acidentes com animais peçonhentos e zoonoses que está sendo desenvolvido pela Secretaria da Saúde de Chapecó. **Materiais e Métodos.** Para o diagnóstico situacional das espécies de animais peçonhentos e vetores de zoonoses foi consultado o sistema de informação de denúncias e ocorrências do setor de Vigilância Ambiental de Chapecó, correspondente ao ano de 2013. Para a elaboração do protocolo de prevenção e controle de zoonoses e animais peçonhentos, estão sendo utilizados, como fontes de referência, trabalhos clássicos da literatura e publicações oficiais relacionadas ao tema. **Resultados.** O setor de Vigilância Ambiental recebeu no primeiro semestre de 2013 aproximadamente 150 denúncias envolvendo zoonoses e animais peçonhentos. As ocorrências notificadas estão relacionadas com insetos (mosquitos, lagartas, aracnídeos), roedores, morcegos, corujas, serpentes e outros invertebrados (lesmas e caracóis), entretanto, a maioria das denúncias recebidas não estão relacionadas com acidentes e sim com infestação ou apenas com a presença destes animais em determinados ambientes. O protocolo de prevenção e atendimento à estas ocorrências servirá para nortear, juntamente com as demais capacitações, os profissionais da saúde que atendem e investigam esses riscos e agravos à saúde pública. **Considerações Finais.** Apesar de identificada a preocupação da população de Chapecó com a presença destes animais no ambiente peridomiciliar, nota-se uma carência de informações da população sobre a prevenção e dos profissionais da saúde sobre como agir diante da presença destes animais em locais próximos as habitações. Deixando evidente a necessidade da conclusão do protocolo de atendimento e da capacitação dos profissionais de saúde direta ou indiretamente envolvidos para que a integralidade na prestação do serviço de saúde seja garantida.

Palavras-chave: Manuais. Capacitações. Educação em Saúde.

Fonte de Financiamento: Prefeitura Municipal de Chapecó/Secretaria Municipal de Saúde.

AVALIAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE DENGUE EM MUNICÍPIOS DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Carin Guarda¹, Maria Assunta Busato, Junir Antônio Lutinski, Sandra S. M. Sabedot, Vanessa da Silva Corralo, Viviane Zulian

¹Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: carin@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A dengue é um problema de saúde pública, responsável por causar epidemias em regiões tropicais, pois fatores como temperatura e condições sociais, favorecem a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença. Em Santa Catarina tem se observado um crescente número de focos do *A. aegypti* nos últimos anos, em especial na região oeste do Estado. **Objetivo.** Identificar a ocorrência e presença de focos de *A. aegypti* no oeste do estado de Santa Catarina. **Metodologia.** Os dados foram coletados na Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina (DIVE-SC), período de 2008 a 2012. Foram incluídas as informações correspondentes aos 37 municípios da 4ª Regional de Saúde de Chapecó. Todas as informações foram tabuladas através do programa Excel for Windows® e a análise estatística realizada pelo programa SPSS, versão 19.0. **Resultados.** No ano de 2008, foram identificados 175 focos de *A. aegypti* no município de Chapecó, dois em Palmitos e um em São Lourenço do Oeste. Já em 2009, foram identificados um foco em Campo-Erê, 90 em Chapecó, um em Maravilha e dois em Palmitos. No ano de 2010, 227 em Chapecó, dois em Maravilha e um em Pinhalzinho. Em 2011, 151 em Chapecó, um foco em Coronel Freitas, um em Maravilha e três em Palmitos. No ano de 2012 foram identificados 621 focos de *A. aegypti* em Chapecó, 38 em Pinhalzinho, três em Saudades, dois em Maravilha e um em Caibi, Palmitos e São Lourenço do Oeste. Nos demais municípios, alguns não apresentaram focos, fato que pode estar relacionado tanto a não presença do mosquito ou a falta de fiscalização por parte da Vigilância Epidemiológica. Em relação aos fatores climáticos, foi identificado somente para o ano de 2012 correlação estatística significativa ($p < 0,05$) entre temperatura máxima e temperatura média com o número de focos de *A. aegypti* ($r = 0,305$ e $r = 0,404$; $p < 0,05$, respectivamente), sendo que o número de focos foi maior nos meses mais quentes (fevereiro, março, novembro e dezembro). **Considerações finais.** Chapecó é o município com maior número de focos de *A. aegypti* da região e estes, por vez, aumentaram progressivamente no decorrer do período analisado. Além disso, a existência, mesmo que esporádica, de focos do vetor em alguns dos demais municípios, evidencia o risco de epidemia na região e a necessidade de manutenção das ações de vigilância e controle do vetor.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*. Focos. Fatores climáticos.

Fonte de Financiamento: PIBIC/FAPE.

QUANTIFICAÇÃO DE COMPOSTOS BIOATIVOS E AVALIAÇÃO DO POTENCIAL PROTETOR CONTRA DANOS OXIDATIVOS *IN VITRO* DO EXTRATO AQUOSO DE *Myrciaria cauliflora* (Mart.) O. Berg. (JABUTICABA)

Rafael Chitolina¹, Fernanda Kuhn, Adrieli Sachett, Fernanda Bevilaqua, Jacir Dalmagro, Angelo Luis Piato, Silvana Muraro Wildner, Walter Antonio Roman Junior, Greicy Michelle Marafiga Conterato

¹Núcleo de Iniciação Científica em Fitoterápicos, Curso de Farmácia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail:rafa_chitolina@unochapeco.edu.br.

RESUMO

Introdução. O estresse oxidativo tem sido envolvido na fisiopatologia de doenças cardiovasculares e neurodegenerativas. Assim, compostos derivados de plantas medicinais são possíveis alternativas para prevenção e/ou tratamento dessas patologias. *Myrciaria cauliflora* (jabuticaba) é um fruto da jabuticabeira (família Myrtaceae) de ocorrência espontânea no Brasil. Previamente, observou-se a atividade antirradical do extrato aquoso de *M. cauliflora* (EAMC), porém sua capacidade de prevenir danos oxidativos às biomoléculas endógenas ainda permanece desconhecida. **Objetivo(s).** Quantificar compostos bioativos e avaliar *in vitro* a capacidade do EAMC em prevenir danos oxidativos às biomoléculas. **Metodologia.** EAMC foi preparado triturando os frutos em solução aquosa (pH1,5), mantendo-o ao abrigo da luz por 12h/4°C e após foi centrifugado, congelado, liofilizado e dissolvido em água Milli-Q (50 mg/mL). Os fenólicos totais e as antocianinas foram quantificados por espectrofotometria. A atividade protetora de danos oxidativos *in vitro* foi avaliada pela capacidade do extrato em prevenir a oxidação da glutatona (GSH) e peroxidação lipídica induzidas por oxidantes. Concentrações de EAMC (0-320 µg/mL) foram incubadas à temperatura ambiente com GSH, 0 ou 5 mM H₂O₂ e 200 mM tampão fosfato, pH 6,4 e após 30 minutos, os grupos sulfidrílicos foram quantificados espectrofotometricamente (412nm). No teste da peroxidação lipídica, as mesmas concentrações de extrato foram incubadas com homogeneizados de encéfalos de camundongos (CEUA/UNOCHAPECÓ 003/2013) por 1h/37°C na presença e na ausência de 50 mM FeCl₂, 1mM H₂O₂ e 50 mM de Tris-HCl. Posteriormente, os níveis de substâncias reativas ao ácido tiobarbitúrico foram determinados por espectrofotometria (535 nm). Todos os testes foram realizados em triplicata. Os dados foram analisados por ANOVA/Tukey. **Resultados.** As concentrações de fenólicos totais e antocianinas foram 731,60±18,73 mg GAE/100 g de extrato seco (GAE= equivalente de ácido gálico) e 1,34±0,32 mg/100g de fruta, respectivamente. O EAMC não protegeu contra a oxidação da GSH, mas preveniu a peroxidação lipídica em todas as concentrações (p<0,05), sendo a faixa de 80-320µg/mL a mais efetiva. **Conclusões.** Apesar do EAMC apresentar concentrações menores de fenólicos totais e antocianinas do que extratos de jabuticaba obtidos anteriormente em outros estudos, o EAMC demonstrou importante atividade protetora contra a peroxidação lipídica. Esses resultados, somados à atividade antirradical previamente relatada, sugerem que o EAMC apresenta atividade antioxidante por diferentes mecanismos, que podem estar relacionados aos compostos bioativos quantificados nesse estudo. Esses resultados servirão de base para estudos *in vivo* que confirmem as propriedades antioxidantes do EAMC e suas possíveis aplicações na prevenção e/ou tratamento de doenças relacionadas ao estresse oxidativo.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Atividade antioxidante. Peroxidação lipídica.

Fonte de Financiamento: PIBIC/FAPE

MACROINVERTEBRADOS BENTÔNICOS EM AMBIENTES AQUÁTICOS EM ÁREAS DE CAMPOS NATURAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Bruna Fitarelli¹, Bruna Maria Capitanio, Bruna Laís Turra,
Joze Beatriz Santos Rodrigues Deimling, Patricia Isabel Teixeira Jardim,
Gilza Maria de Souza-Franco

¹Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: brunafft@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Os macroinvertebrados bentônicos têm sido amplamente utilizados nos programas de biomonitoramento dos ecossistemas aquáticos. A presença, abundância e diversidade desses organismos podem indicar alterações na qualidade dos ecossistemas aquáticos e permitem a avaliação integrada dos efeitos ecológicos causados por múltiplas fontes poluidoras. **Objetivo.** Esta pesquisa visou identificar a estrutura da comunidade zoobentônica em corpos d'água numa região de campos naturais no oeste catarinense. **Metodologia.** As amostragens foram realizadas em corpos d'água no município de Água Doce, SC. A vegetação da região é composta por campos naturais com capões de floresta de Araucária. Para a amostragem dos macroinvertebrados foi realizada uma coleta em fevereiro/2012 com uma rede amostral de 17 pontos, contemplando ambientes lênticos e lóticos. Em campo, para a coleta dos organismos foi utilizado os amostradores *Surber* e arrasto, além de busca ativa com peneira. Calculou-se a diversidade táxons de macroinvertebrados a partir da análise de Shanon-Wiener e equitabilidade de Shanon-Wiener. Computou-se a riqueza (S) com base nos registros dos táxons. **Resultados.** Foram coletados 1.215 indivíduos pertencentes aos filos Mollusca, Annelida e Arthropoda. Mollusca com abundância relativa de 1,50% foi representado apenas pela classe Bivalvia. Para Annelida foram registrados Oligochaeta e Hirudinea (9,23%). Arthropoda foi o filo com maior abundância (89,2%), representado pela classe Insecta. Entre os insetos o destaque foi para Chironomidae com 35,5% de abundância, seguido de Elmidae (11,28%), Libellulidae (6,67%), Coenagrionidae (5,10%) e Leptophlebiidae (4,80%). Trinta e quatro táxons tiveram uma abundância relativa muito baixa, variando entre 1 e 4% do total da fauna. O rio Roseira apresentou a maior riqueza (S=19) e diversidade (H'=1,12), seguido do açude Eólica e riacho VIII (S=16). A alta abundância de Chironomidae, pode ser relacionado a facilidade de dispersão nos ecossistemas aquáticos, bem como a tolerância a diferentes condições ambientais, associados a qualidade, quantidade de alimento e condições de oxigênio dissolvido na água. **Considerações finais.** A presença de organismos sensíveis a poluição, como por exemplo, Ephemeroptera, Trichoptera e Plecoptera, evidenciam a integridade da maioria dos ambientes amostrados, entretanto a alta porcentagem de Chironomidae revela a tendência a eutrofização em alguns dos pontos analisados. A região de Água Doce possui alta relevância para a conservação dos recursos hídricos, pois, nestas áreas estão as nascentes de vários rios que drenam para o oeste de Santa Catarina, além, de constituir um importante corredor de biodiversidade.

Palavras-chave: Mata Atlântica. Bioindicadores. Conservação. Campos de altitude.

Fontes de financiamento: CNPq, FAPESC, FUMDES, UNOCHAPECÓ.

EFEITO DO USO DE AGROTÓXICOS SOBRE OS ANFÍBIOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Jéssica Zauza Fiorese¹, Veluma Ialú Molinari De Bastiani, Jacir Dal Magro, Elaine Maria Lucas

¹Curso de Ciências Biológicas
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: je_fiorese@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A região sul do Brasil possui a economia baseada na agricultura, sendo esta a principal causa da perda e degradação dos ambientes naturais. As atividades agrícolas também contribuem para a contaminação dos solos e das águas por produtos químicos. **Objetivo.** Nesse estudo, foram analisadas a presença de agrotóxicos em anfíbios que se reproduzem em ambientes aquáticos próximos de plantios agrícolas.

Materiais e Métodos. Os dados foram coletados no período de dezembro de 2011 a maio de 2012 em cinco áreas na região oeste de Santa Catarina, nos municípios de Palma Sola, Caxambu do Sul, Formosa do Sul, Água Doce e Chapecó e em uma área na região leste do estado, município de Navegantes. Foram analisadas amostras de 2 g de tecido de fígado e de músculo de três espécies de anfíbios: *Lithobates catesbeianus*, *Rhinella icterica* e *Leptodactylus latrans*. As amostras foram maceradas em 10 mL de metanol, foram centrifugadas e filtradas em membrana hidrofílica. As amostras foram mantidas refrigeradas até a análise por Cromatografia Líquida de Alta Eficiência. Foi analisada a presença de quatro agrotóxicos: atrazina, simazina e metil paration. **Resultados.** Foram coletados 81 indivíduos, sendo 17 de *Rhinella icterica*, 28 de *Lithobates catesbeianus* e 46 de *Leptodactylus latrans*. Foram encontrados resíduos de agrotóxicos em anfíbios de todas as áreas amostradas. Do total de amostras de fígado analisadas, foram encontradas concentrações de Metil Paration em 13,6%, de Atrazina em 28,4%, e de Simazina em 7,4%. Do total de amostras de músculo analisadas, foram encontradas concentrações de Metil Paration em 19,7%, de Atrazina em 7,4%, e de Simazina em 0%. **Considerações Finais.** Considerando que, mesmo em baixas concentrações, os agrotóxicos podem ocasionar desde anormalidades morfológicas até a morte maciça em populações, a prática agrícola com o uso de agrotóxicos pode ser uma séria ameaça aos anfíbios na região estudada. A partir dos resultados obtidos neste estudo, será importante investigar quais são os reais efeitos que esses contaminantes estão exercendo sobre os organismos, tanto na fase adulta como larval. Além do efeito direto, a determinação da presença de agrotóxicos nos anfíbios pode demonstrar a contaminação nos diversos compartimentos do ecossistema, bem como alterações nas interações ecológicas e consequentes desequilíbrios ambientais.

Palavras-chave: Anura. Mata Atlântica. Pesticidas. Conservação. HPLC

Fonte de Financiamento: FUNDES. Unochapecó.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE LIMNOLÓGICA DE RIACHOS COM INFLUÊNCIA URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNIDADE DE MACROINVERTEBRADOS BENTÔNICOS

Bruna Maria Capitanio¹, Bruna Fitarelli¹, Joze Beatriz Santos Rodrigues Deimling²,
Patrícia Isabel Teixeira Jardim², Gilza Maria de Souza Franco³

¹Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: brunac@unochapeco.edu.br

² Mestrandas no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Unochapecó

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Unochapecó

RESUMO

Introdução. O crescimento, muitas vezes sem planejamento, das áreas urbanas, associado a ações antrópicas, tais como despejo de efluentes domésticos e industriais sem tratamento, vem provocando degradação e contaminação dos ambientes aquáticos. Os macroinvertebrados bentônicos são organismos muito utilizados em programas de biomonitoramento, pois apresentam ciclo de vida relativamente longo, vivem aderidos ao sedimento refletindo a condição de saúde do ambiente aquático. **Objetivo.** Assim, o objetivo desse estudo foi avaliar a integridade de riachos com influência de atividades urbana e/ou industrial no município de Chapecó (SC) através da comunidade de macroinvertebrados bentônicos. **Metodologia.** As amostragens foram realizadas em novembro/2012 em um fragmento de mata, caracterizado como área de transição entre Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional em Chapecó, SC. Os riachos estudados fazem parte da microbacia do Lajeado Passo dos Índios e a maioria, possuem forte influência da urbanização, entretanto, outros impactos também são observados, como despejo industrial, degradação da vegetação ciliar, espécies exóticas, pastagem, pequenas centrais elétrica, etc. A rede amostral contou com 10 pontos em riachos de 1ª e 2ª ordem. A metodologia utilizada envolveu amostras quantitativa (*Surber*) e qualitativa (arrasto e busca ativa com peneira). **Resultados.** Foram coletados 1.299 organismos, pertencentes a 35 táxons. Chironomidae foi o táxon mais abundante (N=625) totalizando 48% dos indivíduos, seguida de Glossiphonidae (N=311; 23,9%). A maior riqueza foi registrada no riacho De Marco (S=16), seguido do riacho dos Inhames (S=14) e riacho dos Lírios (S=14). A menor riqueza foi no riacho afluente Passo dos Índios (S= 02), riacho dos Índios e riacho Casa de Força (S=9 em ambos). O índice Biológico BMWP, revelou que os riachos estudados classificaram-se entre muito ruim e ruim. A maior riqueza no riacho De Marco e a presença de táxons mais sensíveis, demonstra a melhor integridade desse riacho, fato associado a presença da vegetação ciliar mais preservada. Para a porcentagem de Chironomidae e Oligochaeta, rio Passo dos Índios (93%) e riacho dos Lírios (30%) respectivamente, foram os que mostraram maiores valores. A elevada abundância de Chironomidae no riacho afluente Passo dos Índios reflete as precárias condições limnológicas deste curso d'água, pois ambos atravessam áreas com alta urbanização e desprovida de rede de tratamento de esgoto. **Considerações finais.** Os resultados demonstram a influência da urbanização na qualidade dos corpos d'água, reforçando a importância de uma política de monitoramento e preservação destes ambientes, uma vez que abrigam uma ampla biodiversidade ainda não conhecida.

Palavras-chave: Biomonitoramento. Índices biológicos. Urbanização.

Fontes de financiamento: FAPESC, FUMDES, CNPq, UNOCHAPECÓ.



CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - COMUNICAÇÃO ORAL |

INTERAÇÃO ENTRE FORMIGAS E PLANTAS DO GÊNERO *Cecropia* sp.: UM EXEMPLO MARCANTE DE INTERAÇÃO PLANTA-ANIMAL

Lucilene de Abreu, Luis Carlos Borsuk, André Amarildo Sezerino, James Arruda Salom, Natália Dozza Gerzson

INTERAÇÃO ENTRE FORMIGAS E PLANTAS DO GÊNERO *Cecropia* sp.: UM EXEMPLO MARCANTE DE INTERAÇÃO PLANTA-ANIMAL

Lucilene de Abreu¹, Luis Carlos Borsuk, André Amarildo Sezerino, James Arruda Salomé, Natália Dozza Gerzson

¹Programa de Pós-Graduação em Recursos Genético Vegetais
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: labreu@unochapeco.edu.br

RESUMO

As relações entre plantas e animais, envolvem diferentes interações, entre elas, o mutualismo. Há estreita relação entre plantas que oferecem algum tipo de vantagem aos animais, onde estes acabam defendendo a planta contra predadores. Exemplo dessa relação é o mutualismo entre formigas e indivíduos de plantas do gênero *Cecropia* sp., denominada mirmecoria, onde a embaúba (*Cecropia* sp.) oferta local de nidificação e alimento, e as formigas hospedeiras tendem a proteger a planta contra o ataque de herbívoros e/ou contra o estabelecimento de plantas parasitas. Qualquer tipo de ação que possa causar danos desencadeia o recrutamento de operárias de formigas ao local atingido. O objetivo do trabalho foi avaliar a ecologia da interação planta-animal entre formigas e plantas do gênero *Cecropia*. O trabalho foi realizado na ilha de Santa Catarina, no Parque Natural Municipal da Lagoa do Peri, em vegetação secundária de Floresta Ombrófila Densa. Para testar os resultados foram utilizados: teste Qui-Quadrado para a relação presença e ausência de ninhos com a altura da planta; estatística não paramétrica para a relação entre os dados referentes à altura da árvore, tempo de resposta ao estímulo simulando herbivoria e grau de herbivoria. Em relação à presença e ausência de formigas (ninhos) com a altura da planta, pode-se sugerir que a presença de ninhos de formigas é dependente do tamanho da planta. Plantas maiores que 2 metros eram mais colonizadas significativamente por ninhos de formigas, do que as plantas menores. Em relação ao grau de herbivoria, as plantas com alturas de 1,5 metros e 2,8 metros apresentaram o maior grau de herbivoria. Os menores graus de herbivoria foram encontrados em plantas com alturas de 0,5 metros e de 5 metros. A simulação de herbivoria realizada sobre as folhas jovens foi mais rápida (21 segundos) em plantas que tinham maior altura (> 4 metros).

Palavras-chave: *Cecropia* sp. Mutualismo. Formigas. Embaúbas.

1 INTRODUÇÃO

O entendimento dos processos ecológicos responsáveis pela manutenção da estrutura e funcionamento dos ecossistemas tem sido avaliado como algo a ser considerado no estabelecimento de estratégias e ações para conservação da natureza. “Em comunidades tropicais, as interações mutualísticas são particularmente importantes devido a grande diversidade biológica” (BRONSTEIN, 1998).

“Muitas evidências indicam que mutualismo entre insetos e plantas evoluiu em função de vantagens oferecidas às plantas pelos insetos que forrageavam naturalmente em sua superfície” (BRONSTEIN et al. 2006 apud DÁTTILO et al., 2009).

“As embaúbas (*Cecropia* spp.), como muitas outras plantas que abrigam formigas, são conhecidas como mirmecófitas, termo derivado das palavras gregas *myrmex* (formiga) e *phyto* (planta), ou plantas-de-formiga” (LAPOLA et al., 2004). Plantas mirmecófitas oferecem às formigas lugares para nidificação e alimento, como, por exemplo, corpúsculos nutritivos. “As formigas, por sua vez, defendem suas plantas hospedeiras contra a ação de herbívoros e plantas trepadeiras, podendo também contribuir para a dispersão de sementes” (HÖLLDOBLER e WILSON, 1990).

O gênero *Cecropia* (Cecropiaceae), ocorre no Neotrópico e é composto por cerca de 80 espécies. “Os representantes deste gênero apresentam crescimento rápido, são típicas de ambientes perturbados e pioneiras nos processos de sucessão” (SILVA et al., 2000).

Embaúbas possuem estruturas especiais denominadas triquílios, “localizados na base de cada folha e produzem corpúsculos Mülllerianos ricos em glicogênio, e são considerados uma das principais fontes de alimento para as formigas que habitam a planta” (FOLGARAIT et al., 1994). “A secreção deste alimento é contínua ao longo do dia” (SANTOS et al., 2002). Em função da presença destes corpúsculos alimentares, “existem formigas do gênero *Azteca* que desenvolvem colônias nas *Cecropia* sp., atuando como mutualistas defensivas” segundo a subdivisão do mutualismo apresentada por Ricklefs (2007).

“As formigas associadas aos indivíduos de *Cecropia* tendem a protegê-la contra o ataque de herbívoros e/ou contra o estabelecimento de plantas parasitas, como por exemplo, algumas espécies de trepadeiras” (JANZEN, 1969). “Qualquer tipo de lesão nas folhas de plantas mirmecófitas desencadeia o recrutamento de operárias ao local lesado” (CHRISTIANINI e MACHADO, 2004).

Neste contexto, o objetivo desse trabalho foi avaliar a ecologia da interação planta-animal entre formigas e plantas do gênero *Cecropia*, buscando responder as seguintes questões: O tamanho dos indivíduos de *Cecropia* está relacionado com a colonização por formigas? Plantas colonizadas por formigas são protegidas contra herbivoria? As formigas respondem rapidamente ao estímulo (simulação de herbivoria) nas plantas de *Cecropia*? Nossas hipóteses são que a presença do ninho das formigas nas árvores de *Cecropia* é dependente do tamanho da planta; plantas colonizadas por formigas são protegidas contra herbivoria e as formigas respondem rapidamente ao estímulo (simulação de herbivoria), podendo como consequência as plantas de *Cecropia* apresentarem menor dano foliar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado no Parque Municipal da Lagoa do Peri (PMLP), localizado a sudeste da ilha de Santa Catarina, entre as latitudes Sul 27°42'59" e 27°46'45" e as longitudes Oeste 48°30'33" e 48°31'59" (OLIVEIRA, 2002), inserido em um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da ilha. A área do PMLP é rodeada por morros cobertos por Floresta Ombrófila Densa e uma restinga típica de vegetação litorânea, que a mantém separada do Oceano Atlântico (SILVA, 2000).

A vegetação florestal do PMLP apresenta diversos estágios sucessionais, onde a floresta localiza-se basicamente ao longo de encostas de morro, enquanto a vegetação de restinga ocorre principalmente na parte leste do PMLP. Os diferentes estágios sucessionais são representados por Capoeirinhas, Capoeiras e Capoeirões, desenvolvendo-se sobre solos de lavouras abandonadas, em processo de recuperação após a interrupção da atividade humana (CARDOSO et al., 2008).

Para a realização deste estudo foi selecionada um área localizada no morro a noroeste da Lagoa do Peri, no qual se encontrava em sucessão em estágio médio, próxima à lagoa sem estruturação vertical, com elevada ocorrência de lianas e árvores de médio a grande porte típicas de estágios iniciais de sucessão como a embaúba (*Cecropia* sp.).

Os dados foram coletados durante os dias 28 e 29 de outubro de 2011. Para avaliar o papel das formigas na proteção contra herbívoros, foi simulado a herbivoria a fim de testar a eficiência das formigas em defender os indivíduos de *Cecropia*. Para o teste da atividade anti-herbivoria das formigas, utilizou-se uma vara de madeira, com aproximadamente 2m de comprimento, para realizar o estímulo, que consistia em leves toques, repetidos no pecíolo da folha mais jovem do indivíduo de *Cecropia*. Avaliou-se o tempo de resposta ao ataque das formigas, cronometrando o tempo em que a primeira formiga gastava para chegar até a folha mais jovem, onde se aplicava o estímulo. Nas situações em que não foi detectado formigas, também utilizou-se um canivete, o teste foi interrompido após dez minutos de observação.

Para avaliar se plantas colonizadas por formigas eram protegidas contra herbivoria, foi medido o percentual de herbivoria em seis folhas de cada planta amostrada e relacionado com a presença ou ausência de formigas nos 33 indivíduos marcados. Estimou-se o dano foliar individualmente a partir das categorias relatados por Benitez-Malvido et al. (1999) (Tabela 1). As avaliações foram realizadas por um único avaliador, com o auxílio de um binóculo.

Tabela 1. Categorias de dano foliar, segundo Benitez-Malvido et al. (1999).

Categorias de dano	Área foliar consumida (%)
0	0
1	1 a 5
2	6 a 11
3	12 a 24
4	25 a 49
5	50 a 100

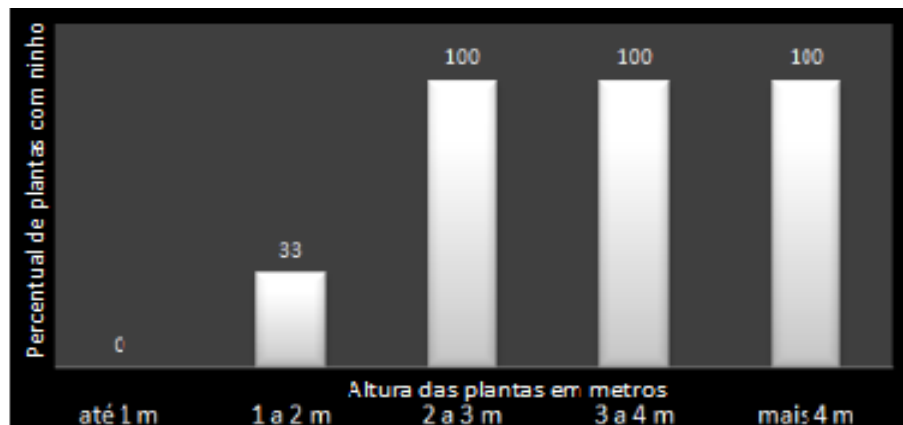
Lucilene de Abreu, Luis Carlos Borsuk, Andr Amarildo Sezerino, James Arruda Salom, Natália Dozza Gerzson

Para testar os resultados foram utilizados: teste Qui-Quadrado para a relação presença e ausência de ninhos com a altura da planta; estatística não paramétrica para a relação entre os dados referentes à altura da árvore, tempo de resposta ao estímulo simulando herbivoria e grau de herbivoria (Teste de Kruskal-Wallis).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 33 indivíduos de *Cecropia* sp. foi avaliado. Em relação à presença e ausência de formigas (ninhos) com a altura da planta, pode-se inferir que a presença de ninhos é dependente do tamanho da planta. Plantas maiores que 2 m eram colonizadas significativamente por ninhos, estes contendo formigas, em relação a plantas menores (Fig. 1 – $\chi^2 = 26,79$; GL= 13; $p < 0,05$).

Figura 1. Percentual de plantas com ninhos de formigas, de acordo com a altura de *Cecropia* sp., no Parque Natural Municipal da Lagoa do Peri, Florianópolis – SC.



Para a relação entre o grau de herbivoria e a altura da árvore encontrou-se diferença estatística significativa (Tabela 2).

Lucilene de Abreu, Luis Carlos Borsuk, Andr Amarildo Sezerino, James Arruda Salom, Natália Dozza Gerzson

Tabela 2. Resultados encontrados para altura de plantas e grau de herbivoria por formigas, em plantas de *Cecropia* sp. localizadas no Parque Natural Municipal da Lagoa do Peri, Região Sul da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil, 2011.

Altura das Plantas (m)	Notas de Herbivoria (Categorias de dano)						Média
	R1	R2	R3	R4	R5	R6	
0,4	0	0	0	4	2	2	1,33 f*
0,5	1	2	1	1	0	0	0,83 h
0,8	3	3	2	1	4	3	2,67 b
1,0	4	3	1	3	2	1	2,33 d
1,5	3	2	4	3	2	3	2,92 a
2,0	3	2	4	3	2	3	2,17 cd
2,5	1	1	2	2	2	1	1,30 g
2,7	3	2	2	1	3	4	2,50 bc
2,8	3	3	4	4	3	3	3,33 a
3,0	2	1	1	1	2	2	1,54 f
5,5	2	2	2	2	1	1	1,77 e
4,0	2	1	1	2	2	1	1,29 g
4,5	2	2	2	1	2	2	1,75 e
5,0	1	1	1	1	1	1	1,00 h

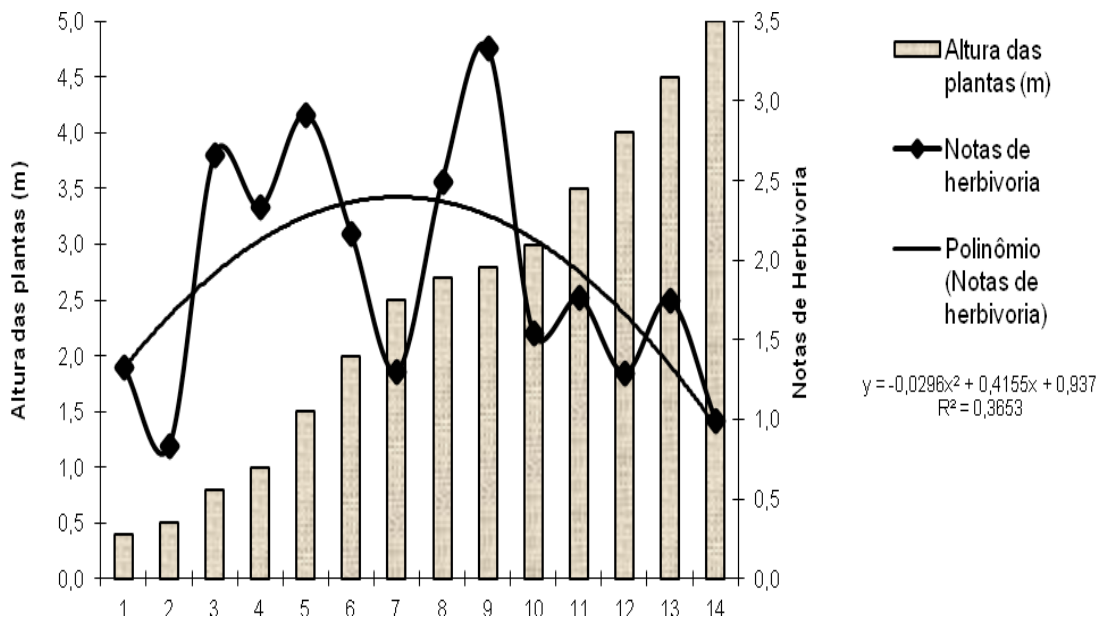
* Médias seguidas pelas mesmas letras não diferem significativamente entre si de acordo com o teste de Kruskal-Wallis ao nível de 1% de probabilidade de erro.

Percebe-se que as alturas de 1,5m e 2,8m apresentaram, na média, valores significativamente maiores de herbivoria em relação às outras classes de altura. As classes de altura que apresentaram os menores valores de herbivoria foram 0,5m e 5,0m. Observou-se neste estudo uma grande variação nas médias de herbivoria entre as classes de altura de plantas. Apesar de estatisticamente haver diferenças entre as taxas de herbivoria, estas não apresentam nenhum padrão, sendo os valores distribuídos quase aleatoriamente.

Na Figura 2, é possível observar a distribuição das notas de herbivoria comparativamente às classes de altura. A curva de regressão que melhor se aplica a esta distribuição foi a de ordem polinomial, contudo, com o R^2 muito baixo, o que demonstra que a distribuição não apresenta nenhuma tendência específica.

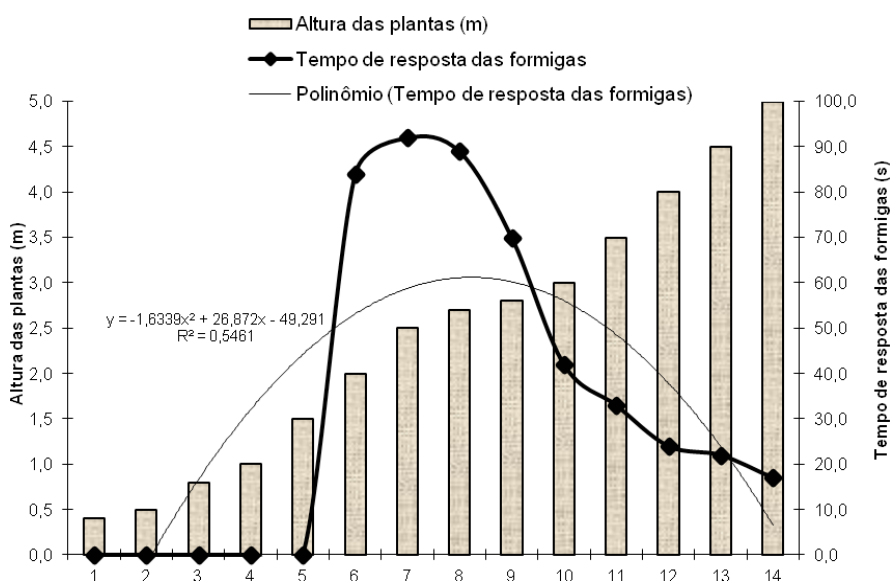
Lucilene de Abreu, Luis Carlos Borsuk, Andr Amarildo Sezerino, James Arruda Salom, Natália Dozza Gerzson

Figura 2. Notas de herbivoria em *Cecropia* sp. de acordo com as diferentes alturas das plantas, no Parque Natural Municipal da Lagoa do Peri, Florianópolis – SC.



Em relação à resposta das formigas ao estímulo (simulação de herbivoria) na proteção contra herbívoros, somente as plantas que apresentavam ninhos, responderam ao estímulo. Observou-se uma correlação positiva ($r = 0.29$) entre a altura das plantas e o tempo de resposta das formigas, ou seja, quanto maiores são as plantas, menor é o tempo de resposta. (Figura 3). As plantas com 5,0 metros de altura foram as que mostraram a mais rápida resposta das formigas ao estímulo de simulação de herbivoria.

Figura 3. Número, percentual de plantas atacadas por formigas e tempo médio de resposta (em segundos) de formigas infestantes em *Cecropia* sp. por tamanho de árvores, no Parque Natural Municipal da Lagoa do Peri, 2011, Florianópolis – SC.



Lucilene de Abreu, Luis Carlos Borsuk, Andr Amarildo Sezerino, James Arruda Salom, Natália Dozza Gerzson

Os resultados encontrados neste trabalho demonstram que plantas superiores a 2m de altura, parecem ser favoráveis ao estabelecimento de colônias, enquanto as menores de 2m dificilmente atenderiam as exigências das formigas, por exemplo, espaço para o ninho e produção suficiente de corpúsculos Müllermanos para sua alimentação. A relação entre a altura da árvore e a presença ou ausência de ninhos, confirmam os resultados encontrados para *Cecropia pachystachya* e presença ou ausência de ninhos de formigas, que demonstraram que plantas superiores a 2m de altura, parecem ser favoráveis ao estabelecimento de colônias (SILVA et al., 2000; AMARAL et al., 2005). Estes mesmos autores sugeriram que existe um tamanho ideal dos hospedeiros para a colonização por formigas do gênero *Azteca* sp.

Os maiores e menores graus de herbivoria foram encontrados em plantas de *Cecropia* com 1,5 e 2,8 metros de altura, e 0,5 e 5 metros de altura respectivamente. Os resultados encontrados não permitem estabelecer uma correlação positiva entre alturas de plantas e grau de herbivoria, apenas indicam uma leve tendência que as plantas com menores alturas foram mais herbivoradas, comparativamente aquelas com maior altura.

A ausência de ninhos nas plantas com alturas até 1,5m, deixam estas mais expostas a predação e sem a proteção das formigas. Estes resultados parecem indicar que a presença de formigas pode levar a uma redução nos níveis de herbivoria, reduzindo os ataques de herbívoros que podem causar danos. Porém, percebe-se uma pouca consistência dos dados para explicar a correlação entre altura e herbivoria. Isto pode se dar em razão de diversos fatores: o potencial de agressividade entre as espécies colonizadoras, a quantidade de formigas que compõem o ninho, a idade das plantas, entre outros. O resultado pode indicar que a presença das formigas hospedadas pode trazer benefícios como a inibição da ação de possíveis herbívoros e o aumento do fitness das plantas de *Cecropia*. Os resultados encontrados diferem de Oliveira e Silva (2007), que inferem que a presença do ninho das formigas do gênero *Azteca* nas árvores da família Myrtaceae demonstraram menos área foliar herbivorada do que as árvores sem ninho. Vasconcelos (1991) cita que muitos estudos demonstraram que as formigas diminuem as taxas de herbivoria nas plantas mirmecófitas associadas, de modo que as mesmas não atingiriam a maturidade reprodutiva sem a presença de formigas associadas (FONSECA e GANADE, 1996). Porém, a efetividade das formigas como defensoras contra potenciais herbívoros pode variar com a espécie da formiga associada, uma vez que uma única espécie de mirmecófito pode estar associada a mais de uma espécie de formiga (VASCONCELOS e DAVIDSON, 2000).

Percebeu-se na pesquisa que as formigas moveram-se ativamente em resposta ao efeito do estímulo simulado com os toques com a vara, inferindo-se que foram em busca do herbívoro. O tempo médio gasto para chegar até a folha mais jovem onde se aplicava o estímulo no indivíduo de *Cecropia* foi de 44,96 segundos. Este resultado confirma a hipótese que as formigas respondem rapidamente ao estímulo (simulação de herbivoria). Mundim et al. (2007), trabalhando com estímulo experimental encontraram média de tempo de resposta das formigas de $29 \pm 6,5$ segundos. Pode-se inferir que a maneira como a colônia de formigas responde à herbivoria na planta hospedeira pode variar de acordo com a eficiência de recrutamento e o tempo de resposta ao herbívoro.

Lucilene de Abreu, Luis Carlos Borsuk, Andr Amarildo Sezerino, James Arruda Salom, Natália Dozza Gerzson

Não se avaliou nesta pesquisa a relação entre tempo de resposta a efeitos do estímulo (simulação de herbivoria) e grau de dano foliar, porém, diversos autores relatam que existe uma correlação positiva. Romero e Izzo (2007), inferem que formigas que recrutam em maior número tenderiam a ser mais eficientes. Mundim et al. (2007), pesquisando *C. purpuracens* demonstram que o tempo de resposta das formigas ao estímulo experimental simulando o ataque de um herbívoro é um fator importante na redução do dano foliar, encontrando correlação positiva do nível de dano foliar relacionado com o tempo de resposta.

CONCLUSÕES

Nas condições em que foi realizada esta pesquisa, pode-se concluir:

A presença do ninho das formigas nas árvores de *Cecropia* é dependente do tamanho da planta.

Os resultados encontrados não permitem estabelecer uma correlação positiva entre alturas de plantas e grau de herbivoria.

As formigas respondem rapidamente ao estímulo (simulação de herbivoria) nas folhas de arvores de *Cecropia*.

O estudo das interações entre plantas de *Cecropia* e formigas pode ser importante para melhor compreensão da ecologia evolutiva especialmente em ecossistemas tropicais.

REFERÊNCIAS

- Amaral, C., Cavassani, A. T. & Macedo, R. S. **Relação mutualística entre *Cecropia pachystachya* e formigas em Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas**. Relatório da disciplina Ecologia de Campo, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Universidade Federal do Paraná. botanica.bio.ufpr.br/LabEcologia/files/relatorioo.pdf. 2005.
- Benitez-Malvido, J.; García-Guzmán, G. & Kossmann-Ferraz, G. Leaf-fungal incidence and herbivory on tree seedlings in tropical rainforest fragments: an experimental study. **Biological Conservation**, 91: 143-150. 1999.
- Bronstein, J. L., Alarcón, R. & Geber, M. The evolution of plant-insect mutualisms. **New Phytologist**, 172: 412-428. In: Dáttilo, W. , Marques, E. da C., Falcão, J. C. de F., Moreira, D. D. de O. 2009. Interações Mutualísticas Entre Formigas e Plantas. **EntomoBrasilis** 2 (2): 32-36 (2009).
- Cardoso, F. S.; Pereira, G.; Agudo-Padrón, A. I.; Nascimento, C.; Abdalla, A.; Análise do uso e ocupação da terra na bacia da Lagoa do Peri. Florianópolis (SC). Uberlândia, **Caminhos da Geografia** v. 9, n. 27 set/2008 p. 201 – 213.
- Christianini, A.V. & Machado, G. Induced biotic responses to herbivory and associated cues in the Amazonian ant-plant *Maieta poeppigii*. **Entomologia Experimentalis et Applicata**, 112:81– 88. 2004.

Lucilene de Abreu, Luis Carlos Borsuk, Andr Amarildo Sezerino, James Arruda Salom, Natália Dozza Gerzson

- Folgarait, P.J.; Johnson, H.L. & Davidson, D.W. Responses of *Cecropia* to experimental removal of müllerian bodies. **Functional Ecology**, 8: 22-28. 1994.
- Fonseca, C.R.F. & Ganade, G. Asymmetries, compartments, and null interactions in Amazonian ant-plant community. **Journal of Animal Ecology**, 65: 339-347. 1996.
- Hölldobler, B. & Wilson, E. O. **The ants**. Cambridge: Harvard University Press. 1990
- Janzen, D.H. Allelopathy by myrmecophytes: the ant *Azteca* as an allelopathic agent of *Cecropia*. **Ecology**, 50: 147-153. 1969.
- Lapola, D. M., Bruna, E. M., Vasconcelos, H. L. Mutualismo entre plantas. **Ciência Hoje**: vol. 34, nº 204.
- Mundim, F. M., Dias, M. S., Togni, P. H. B. & Almeida, W. R. **Eficiência na defesa de embaúba *Cecropia purpurascens* (Urticaceae) por formigas associadas**. Ecologia da Floresta Amazônica – Curso de Campo 2007 – pdbff.inpa.gov.br/cursos/efa/livro/2007/pdf/dimona/dim_po1g5.pdf. 2007.
- Oliveira, J. S. Análise sedimentar em zonas costeiras: subsídio ao diagnóstico ambiental da Lagoa do Peri – Ilha de Santa Catarina – SC, Brasil. **Dissertação** (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2002, 154 p.
- Oliveira, B.F.D.; Silva, M.R.O. Formigas do gênero *Azteca* que nidificam em árvores reduzem os níveis de herbivoria? **Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil**, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG. 2007.
- Ricklefs, R.E. **The economy of nature**. W.H. Freeman and Company, New York. 2007.
- Romero, G.Q. & Izzo, T.J. Leaf damage induces ant recruitment in the Amazonian ant-plant *Hirtella myrmecophila*. **Journal of Tropical Ecology**, 20: 765-682. 2007.
- Santos, C.C.; Concone, H.V.B.; Fonseca, M.G.; Mendel, S.M.M. & Ordoñez, A.B. **Produção de corpúsculos müllerianos e atividade de formigas *Azteca* spp em *Cecropia pachystachya* numa região de mata ciliar do Miranda/Abobral, Pantanal Sul**. pp. 60-62. In: Ecologia do Pantanal – Curso de Campo 2002. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande. 2002.
- Silva, M.B. da; Netto, R.R.; Fernandes, F.M. & Romero, G.Q. **Colonização de *Cecropia pachystachya* por formigas *Azteca* no Pantanal da Nhecolândia**. pp. 90-92. In: Ecologia do Pantanal – Curso de Campo 2000. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande. 2000.
- Vasconcelos, H.L. & Davidson, D.W. Relationship between plant size and ant associates in two amazonian ant-plants. **Biotropica**, 32: 100-111. 2000.
- Vasconcelos, H.L. Mutualism between *Maieta guianensis* Aubl., a myrmecophytic melastome, and one of its ant inhabitants: ant protection against insect herbivores. **Oecologia**, 87: 295-298. 1991.



CIÊNCIAS DA SAÚDE

PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS DA SAÚDE - PÔSTER |

EXPERIÊNCIA SOBRE ESTRATÉGIAS FISIOTERAPÊUTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Carlla Henchen, Alessandra Fontana, Caroline Reimann, Dâmaris Rigotti, Leticia Giacomini, Josiane Schadeck Almeida Altemar

PREVALÊNCIA DE VAGINOSE BACTERIANA ASSOCIADA A PARTO PRÉ-TERMO EM GESTANTES ATENDIDAS EM UNIDADES DE SAÚDE DE CHAPECÓ – SC

Bruna Provenci, Vivian Tatiany Spedo Fanti, Carlos Alberto Gollo

PERCEPÇÃO DE SAÚDE E PERFIL DE IDOSOS DE UM MUNICÍPIO DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Márcia Pozzagnol, Luciara Souza Gallina, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato, Nádia Kunkel Zinwelski.

CONDIÇÕES DO SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM AS PARASITÓSES INTESTINAIS E AS DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS EM CHAPECÓ (SANTA CATARINA)

Daniel Gustavo Barg, Maria Assunta Busato

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL EXERCIDO PELO COMSEA DE CHAPECÓ- SC NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Jésica Jacoby, Márcia Pozzagnol, Luciara Souza Gallina

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS INDIVÍDUOS PORTADORES DE HEPATITE B NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Daniela Stefanon, Vanessa Carminatti, Arlete Ferrari Rech Medeiros

VIVÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE NO PET-VS.

Alexandre Lazzari Konflanz, Beatriz Ferrari, Carla Serraglio, Deborah Cristina Amorim, Jose Cleo Esmerio Junior, Ketryn Danielli Frank, Natan Ribeiro, Rosangela Nadia Lorenz Scheibler, Tamara Becker, Vanessa Bovi

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE IDOSAS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO HIPERDIA SAUDÁVEL

Pâmella Thiara Galvão, Sara Both Rezende, Mabel Micheline Olkoski

ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO DA UNOCHAPECÓ NA VISÃO ACADÊMICA

Helena Bordignon, Natan Tafarel Ribeiro, Carina Fátima Brum

IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS DE INDIVÍDUOS COM CERATOCONE EM CHAPECÓ – SC

Daniel Gustavo Barg, Carolina Emanuelli Ebertz, Leda das Neves Almeida Sandrin

CARACTERÍSTICAS DOS AGRAVOS À SAÚDE QUE ACOMETEM OS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Deise V. Friedrich, Fabiane Felkiker, Gabriela F. Pretto, Keila Zampirom, Suzane O. C. da Silva, Giancarlo Moschetta, Solange de F. C. Daneluz, Márcia L. Pit Dal Magro

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MORTES POR CAUSAS EXTERNAS NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO NÚCLEO REGIONAL DE PERÍCIAS DE CHAPECÓ

Dario Lino Gennari Filho, Nicolas Moraes Zago Somavilla, Alessandro Verffel

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ATUAÇÃO DO COMSEA NO MUNICÍPIO DE XAXIM-SC

Laís Martinelli, Adriana Lauchzer

VULNERABILIDADE E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE IDOSOS

Taine Cibulski, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Nádia Kunkel Szinwelski, Maria Assunta Busato, Alessandra Carla Simon Albani

PRÓ-SAÚDE E A FISIOTERAPIA NA ASSISTÊNCIA DOMICILIAR: UM ESTUDO DE CASO

Érica Paula Terribille, Josiane de Almeida Altemar, Mark Andrey Mazaro

ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS UTILIZADOS POR TREINADORES DE FUTEBOL DAS CATEGORIAS SUB 13 E SUB 15 EM CHAPECÓ (SC)

Jeferson Rodrigues de Oliveira, Keyth Yagoh da Silva dos Santos

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PET-SAÚDE

Carmen Luiza Hoffmann Mortari, Cristina dos Santos Padilha, Junir Antonio Lutinski, Camila de Moura, Cristina Savian, Júlia Scaravelli Mario, Patrícia da Fonseca Luccas, Pricila Guolo

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE: ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Liane Colliselli, Mônica Ferronato, Maria Elisabeth Kleba

PERCEÇÃO ACADÊMICA DO PROJETO DE EXTENSÃO EM GINÁSTICA LABORAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Alessandra Fontana, Alessandra Salerno, Carlla Hennen, Helena Bordignon, Josiane Schadeck de Almeida Altemar e Carina Fátima Brum

PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DE ENSINO/SERVIÇO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

Natália Hoefle, Andressa Silva, Cleide Conrad, Deborah Cristina Amorim, Diane Negri, Paloma Martelli, Rosangela Nadia Lorenz Scheibler

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS PREPARAÇÕES DO CARDÁPIO (AQPC) DE UM RESTAURANTE COMERCIAL DA CIDADE DE CORONEL FREITAS, SC

Laís Martinelli, Naieli Graboski Perin

AVALIAÇÃO DA INGESTÃO ALIMENTAR, PESO E PERFIL LIPÍDICO EM RATOS TRATADOS COM EXTRATO DE *Eugenia uniflora* L. (Asteraceae)

Gustavo Andreis, Bruno Leonardo Hedel Andrade, Angelo Luiz Stapassoli, Silvana Muraro Wildner, Walter Antonio Roman Junior

A INSERÇÃO DO TEMA SAÚDE DO TRABALHADOR NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UNOCHAPECÓ

Karine Alievi, Fernanda Metelski, Ana Cristina Kammers, Márcia Luiza Pit Dal Magro

ANÁLISE ECOCARDIOGRÁFICA DE VOLUME E DIÂMETRO DE ÁTRIO ESQUERDO EM IDOSOS COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA COM FRAÇÃO DE EJEÇÃO NORMAL

Mariana Cavalli, Fernanda Sales, Marines B. Peres, Débora R. Siqueira

CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE CHAPECÓ ACERCA DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SANTA CATARINA

Fabiula Grahl, Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Sofie Bohrz, Géssica Albani

DOENÇAS OCUPACIONAIS NA PERCEPÇÃO DE IDOSAS AGRICULTORAS

Cristiane Regina Gosch, Cleunir Oliveira, Aline Lucca, Lucimare Ferraz

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE SAÚDE DO PACIENTE HIPERTENSO E SUA RELAÇÃO COM A ADESAO AO TRATAMENTO NÃO MEDICAMENTOSO

Daniela Bilibio, Adaiane Maria Zeni, Janaina Martins, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Viviane Zulian, Carin Guarda, Maria Assunta Busato, Junir Antônio Lutinski, Vanessa da Silva Corralo, Sandra S. M. Sabedot

PERFIL DOS TRABALHADORES ACOMETIDOS PELOS AGRAVOS EM SAÚDE NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC NO ANO DE 2012

Dulce Andreia de Oliveira, Anna Claudia Baptista, Camila Caroline Silva, Denize Maria Müller, João Antonio Ferreira, Sindhy Mara Longo

A INCLUSÃO DIGITAL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA MACRORREGIÃO EXTREMO OESTE II DE SANTA CATARINA

Érica Paula Terribille, Adriana Cristina Hillesheim

PRÓ-SAÚDE: PROMOVENDO MUDANÇAS NOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE

Natália Hoefle, Ana Cláudia Ferrão, Maria Elisabeth Kleba, Fátima Ferretti, Liane Colliselli, Márcia Regina da Silva

ESTADO NUTRICIONAL DE SOLDADOS BOMBEIROS MILITARES DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Materli Soeiro, Fernanda Confortin

MAPEAMENTO DOS USUÁRIOS AFASTADOS DO TRABALHO EM UM CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Danieli Spagnol, Daniel Andolfatto, Andressa Rezende, Karine Alievi, Ana Cristina Kammers, Fernanda Metelski, Marcia Luiza Pitt Dal Magro

CONSUMO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EM PACIENTES HIPERTENSOS ATENDIDOS POR EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE CHAPECÓ - SC

Janaina Martins, Adaiane Maria Zeni, Daniela Bilibio, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

ADESÃO A TRATAMENTO MEDICAMENTOSO EM PACIENTES HIPERTENSOS

Adaiane Maria Zeni, Janaina Martins, Daniela Bilibio, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E AGRAVOS EM SAÚDE DO TRABALHADOR NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC

Ana Cristina Kammers, Fernanda Metelski, Marcia Luiza Pit Dal Magro, Andressa Rezende, Daniel Andolfatto, Karine Alievi, Danieli Spagnol

PLANOS DE SAÚDE E PLURIANUAL COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA PAUTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Keila Zampirom, Maria Elisabeth Kleba, Dunia Comerlatto

FATORES DE RISCO PARA A MORTE FETAL EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL

Joziane Gosch, Dayana Beckauser, Josieli Agostini, Letícia de Lima Trindade

PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS DE UM CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A QUEIXA EM SAÚDE E O TRABALHO

Andressa Rezende, Karine Alievi, Daniel Andolfatto, Danieli Spagnol, Fernanda Metelski, Ana Cristina Kammers, Marcia Luiza Pit Dal Magro

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: ANALISANDO POTENCIAIS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Eloisa Aparecida Pires, Fabiana Carla Dalla Costa, Mônica Ferronato, Maria Elisabeth Kleba, Luciana Hendges

ABORDAGEM DO TEMA SAÚDE DO TRABALHADOR NO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UNOCHAPECÓ

Andressa Rezende, Fabiane Felkiker, Fenanda Metelski, Ana Cristina Kammers, Giancarlo Moschetta, Márcia Luiza Pit Dal Magro

ANÁLISE DO TEMA SAÚDE DO TRABALHADOR NOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE FARMÁCIA DA UNOCHAPECÓ

Daniel Andolfatto, Deise Vanessa Friedrich, Sheila Marcon, Marcia Luiza Pitt Dal Magro, Ana Cristina E Kammers, Fernanda Metelski, Andressa Rezende, Danieli Spagnol, Karine Alieve

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UM MUNICÍPIO DO OESTE CATARINENSE

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Fabiula Grahl, Sofie Bohrz, Géssica Albani

CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Greici Capellari Fabrizzio, Eleine Maestri, Mayra Caroline Galvão Santhyago, Jussara Gue Martini, Alessandra Regina Müller Germani, Denise Consuelo Moser, Pamela Karin Lazzaroto, Tiago Luan Labres de Freitas

A NECESSIDADE DE CUIDADOS VOLTADOS AO CUIDADOR: UM RELATO DE EXTENSÃO NA PRÁTICA DO PROCESSO DE MORTE E MORRER

Tiago Luan Labres de Freitas, Eleine Maestri, Pamela Karin Lazzaroto, Denise Consuelo Moser, Jussara Gue Martini, Greici Capellari Fabrizzio, Mayra Caroline Galvão Santhyago

A ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO A SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DA TEMÁTICA

Tiago Luan Labres de Freitas, Leoni Terezinha Zenevicz, Eleine Maestri, Denise Consuelo Moser, Sílvia Silva de Souza, Tatiana Gaffuri da Silva, Valéria Silvana Faganello Madureira

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA (SAEP) VIVENCIADA NA ATIVIDADE TEÓRICO PRÁTICA DO CENTRO CIRÚRGICO EM UM HOSPITAL PÚBLICO DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Denise Consuelo Moser, Eleine Maestri, Suelem Klein, Tânia Koch

AVALIAÇÃO DE DEPRESSÃO EM INDIVÍDUOS COM DIABETES TIPO 2

Camila Piaia, Ana Carolina Cadore, Alessandra Bassani, Nadhyne Remonti, Mari Cassol Ferreira, Patrícia Pereira de Oliveira

AVALIAÇÃO DOS LOCAIS DOMICILIARES COM MAIOR RISCO PARA QUEDAS DE IDOSOS E DOS EFEITOS DAS MEDIDAS EDUCATIVAS PARA SUA PREVENÇÃO

Maysa Silveira, Samara Parmeggiani, Ana Strasburg, Dario Gennari, Luana França, Alessandro Verfel, Patrícia de Oliveira

HUMANIZAÇÃO: RESSIGNIFICANDO O CUIDADO HOSPITALAR RELATANDO A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

Denise Consuelo Moser, Eleine Maestri, Keli Cristina Marocco, Ariane Sabina Stieven, Tiago Labres, Pamela Karin Lazzaroto, Greici Capellari, Suelem Klein, Tania Koch, Mayra Santhyago

RELATO DE EXPERIÊNCIA – PROJETO SORRISO PARA A VIDA.

Camila Caroline Silva, Luan Gabriel Ziliotto, Roselene Araldi, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

COMUNICANDO SAÚDE

Lisiane Kerbes, Angélica Lüersen, Mariângela Torrescassana

EFEITO DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIABETES NO AUTO-CUIDADO E NO CONTROLE GLICÊMICO

Ana Carolina Cadore, Camila Piaia, Kadija Sampaio, Nadhyne Remonti, Bruna Conte, Mari Cassol Ferreira, Patrícia Pereira de Oliveira

PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DE UM CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC) SOBRE AS QUEIXAS EM SAÚDE E SUA ASSOCIAÇÃO COM O TRABALHO

Anna Claudia Baptista, Camila Silva, Denize Maria Muller, Dulce Andréia Oliveira, João Antonio Mardegan Ferreira, Marcia Luíza Pit, Sindy Mara Longo

EPIDEMIOLOGIA DO TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MICRORREGIÃO DE PATO BRANCO (PR)

Luana Paula Girondi, Pâmela Lustosa Rei, Carlos Frederico de Almeida Rodrigues

EFEITOS DO EXTRATO HIDROALCOÓLICO DE ALPINIA ZERUMBET SOBRE MARCADORES INFLAMATÓRIOS E ATEROGÊNICOS EM RATOS SUBMETIDOS À DIETA HIPERCOLESTEROLÊMICA

Adrieli Sacchet, Matheus Marcon, Ricieri Mocelin, Suélen Moreira, Glaucia Dal Santo, Marta M. M. F. Duarte, Silvana M. Wildner, Angelo L. Piato, Walter A. R. Júnior, Greicy M. M. Conterato

DIAGNÓSTICO PRECOCE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NO SERVIÇO DE ATENÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC

Marinez Amabile Antonioli, Vanessa Bossetti, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

NÍVEIS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PACIENTES SUBMETIDOS A TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO PARA REABILITAÇÃO CARDIOPULMONAR

Fernando Behling, Paula Zeni

EXPERIÊNCIA SOBRE ESTRATÉGIAS FISIOTERAPÊUTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Carlla Henchen¹, Alessandra Fontana, Caroline Reimann, Dâmaris Rigotti, Leticia Giacomini, Josiane Schadeck Almeida Altemar

¹Acadêmica do 5º período de Fisioterapia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: carllaandrea@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Segundo a organização mundial da saúde a pessoa é considerada idosa a partir dos 65 anos, desde então ocorrem varias mudanças como comprometimento na memória, diminuição da força muscular, redução da água corporal e diminuição da amplitude de movimento. A fisioterapia exerce um papel importante no que diz respeito à interação social, promoção do envelhecimento saudável, a manutenção da capacidade funcional, prevenção de enfermidades e melhora da qualidade de vida. A Unochapecó tem assegurado uma formação generalista aos bacharéis de fisioterapia aptos a atuarem na atenção integral a saúde, oportunizando ao acadêmico praticas em ambientes da comunidade trazendo a aproximação com a realidade profissional. **Objetivos:** relatar a experiência sobre estratégias fisioterapêuticas de promoção da saúde em idosos institucionalizados. **Metodologia:** este estudo consiste em um relato de experiência com um grupo de 13 idosos moradores do Centro de Convivência do Idoso CL Aurino Mantovani, sendo realizadas nove intervenções com duração de uma hora. As atividades foram baseadas em exercícios de coordenação motora, memória, equilíbrio, dinâmicas em grupo e alongamentos. O registro das atividades foi realizado a partir do diário de campo que era redigido todo dia após as intervenções e a análise deu-se por meio do conteúdo planejado pelas acadêmicas responsável pela intervenção. **Resultados:** no decorrer das intervenções percebeu-se a melhora da qualidade de vida e bem estar físico dos envolvidos por meio do instrumento observacional aprimorando a convivência entres os mesmos. As intervenções desenvolvidas tiveram um papel importante para um envelhecimento saudável, evitando outras patologias e até mesmo que o idoso fique acamado. **Conclusão:** conclui-se que houve interação entre os agentes pertencentes ao cenário, grande aceitação proporcionando aos idosos uma melhora na qualidade de vida. A fisioterapia exerce um papel importante, desenvolvendo atividades, e estratégias para recuperem a capacidade funcional, a autonomia, exercendo de forma independente suas funções na sociedade e a minimização da dependência nas atividades de vida diária.

Palavras-chave: Envelhecimento. Fisioterapia. Qualidade de vida.

PREVALÊNCIA DE VAGINOSE BACTERIANA ASSOCIADA A PARTO PRÉ-TERMO EM GESTANTES ATENDIDAS EM UNIDADES DE SAÚDE DE CHAPECÓ – SC

Bruna Provenci¹, Vivian Tatiany Spedo Fanti², Carlos Alberto Gollo³

Curso de Graduação em Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

¹E-mail: brunaprovenci@unochapeco.edu.br

²E-mail: vivianfanti@unochapeco.edu.br

³E-mail: c-gollo@hotmail.com

RESUMO

Introdução. A vaginose bacteriana é uma infecção vaginal caracterizada como alteração da flora vaginal normal. Há uma diminuição do número de lactobacilos e colonização por bactérias anaeróbias, predominantemente *Gardnerella vaginalis*. A presença de vaginose bacteriana é fator de risco para desenvolvimento de parto pré-termo. **Objetivo.** Verificar a prevalência de vaginose bacteriana através de análise de exames de secreção vaginal, em gestantes atendidas em Unidades de Saúde de Chapecó – SC. **Metodologia.** Estudo de coorte transversal prospectivo, com amostra de 100 gestantes atendidas em Unidades de Saúde de Chapecó-SC. Inicialmente foi aplicado um questionário as gestantes, contendo perguntas sobre características gerais e história médica das pacientes. Posteriormente foi realizada a coleta e análise de amostra de secreção vaginal pelos profissionais do Laboratório Municipal. Após o resultado, os exames permaneceram no laboratório, onde foi verificada a positividade para vaginose bacteriana. **Resultados parciais.** Das gestantes participantes do estudo (N=47), 12 delas apresentaram positividade para vaginose bacteriana. Foi constatado que não existe relação entre baixo nível de escolaridade e a presença de vaginose bacteriana na amostra. As que mais apresentaram vaginose bacteriana foram aquelas com ensino médio completo (12 gestantes), seguida por aquelas com ensino fundamental completo (8 gestantes). Foi verificado que mais da metade das gestantes eram assintomáticas, representando 57,4% da amostra. Naquelas que apresentaram algum sintoma, a leucorréia foi o mais prevalente (23,4%). Quando comparado com a faixa etária, gestantes entre 18 e 25 anos apresentaram maior prevalência de vaginose bacteriana, correspondendo a um total de sete casos (36,84%). A prevalência de vaginose bacteriana foi maior naquelas em que a renda familiar mensal ultrapassava os dois salários mínimos, correspondendo a um total de 12 gestantes, ou 63,16% da amostra. **Conclusões.** A prevalência de vaginose bacteriana no estudo foi de 25,53%, maior do que aquela encontrada na literatura. Mulheres mais jovens também foram as que mais apresentaram a doença. Devido a alta prevalência, a realização de um pré natal adequado pode prevenir possíveis complicações.

Palavras-chave: Vaginose bacteriana. Gestantes. Parto pré-termo.

PERCEPÇÃO DE SAÚDE E PERFIL DE IDOSOS DE UM MUNICÍPIO DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Márcia Pozzagnol¹, Luciara Souza Gallina,
Carla Rosane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato, Nádia Kunkel Zinwelski

¹Bolsista do Núcleo de Iniciação Científica em Segurança Alimentar e Nutricional
E-mail: marciapozzagnol@unochapecó.edu.br

RESUMO

Introdução. O Brasil é um país que envelhece a passos largos. Esse novo perfil populacional tem feito surgir novas demandas, especialmente para o setor saúde. Apesar do envelhecimento se constituir num processo natural, não ocorre de forma homogênea. Conhecer as características da população idosa subsidiará a formulação e concretização de políticas locais de saúde mais adequadas. **Objetivo.** Conhecer a percepção sobre saúde e o perfil de idosos adscritos a uma Unidade Mista de Saúde no norte do Rio Grande do Sul. **Metodologia.** Estudo transversal de caráter descritivo. Participaram 60 idosos. A coleta de dados aconteceu na referida unidade em setembro de 2012. O instrumento de coleta foi um questionário composto por questões de identificação e a pergunta: “Em comparação com outras pessoas da sua idade, como considera seu próprio estado de saúde?” **Resultados.** Em relação ao gênero, a maioria, 76,67% (n=46) era do sexo feminino. Quanto à faixa etária, 58,33% (n= 35) apresentou idade entre 60 e 70 anos, 30% (n=18) entre 71 e 80 anos e 11,67% (n= 7) mais de 81 anos. Verificou-se que 61,67% n=(37) dos idosos são casados, 31,67% (n=19) viúvos, 3,33% (n=2) amasiados, 1,66% (n=1) divorciado e 1,66% (n=1) tem outra situação conjugal. Referente ao nível de escolaridade, 95% (n=57) possui ensino fundamental incompleto. Com relação à renda mensal, 31,67% (n=19) recebe até 1 salário mínimo, 60% (n=36) entre 1 e 2 salários mínimos, 6,66% n=(4) de 2 a 3 salários mínimos e 1,66% (n=1) não declarou a renda mensal. A fonte de renda declarada 85% (n=51) dos idosos é a aposentadoria, para 10% (n=6) é aposentadoria e agricultura/arrendamento de terras, para 1,67% (n=1) é apenas a agricultura, 1,67 (n=1) tem emprego fixo e 1,67% (n=1) recebe ajuda de familiares. Segundo a percepção dos idosos sobre sua saúde, 11,66% (n=7) a consideram muito boa, 46,66% n=(28) a consideram boa, 30% (n=18) regular, 10% (n=6) ruim e 1,67% (n=1) não respondeu a questão. **Considerações Finais.** Há um alto índice (40%) de idosos que percebem sua saúde como ruim ou regular. Isto pode estar relacionado à renda insuficiente, pois um terço recebe menos que um salário mínimo, o que dificulta o atendimento às necessidades básicas de lazer, saúde e, em especial, de alimentação. Os resultados encontrados neste estudo permitiram a caracterização dos idosos atendidos nesta Unidade de Saúde, fornecendo um diagnóstico para futuras ações dos profissionais de saúde e gestores locais.

Palavras-chave: Saúde. Condições socioeconômicas. Escolaridade.

Fonte de Financiamento: Financiado pelo Art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina e pela FAPESC-CNPq (Chamada Pública 003/2010 – PPSUS).

CONDIÇÕES DO SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM AS PARASIToses INTESTINAIS E AS DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS EM CHAPECÓ (SANTA CATARINA)

Daniel Gustavo Barg¹, Maria Assunta Busato

¹Curso de graduação em Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: d4n13l007@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: As parasitoses intestinais e as diarreias agudas representam um grave problema de saúde pública, sendo que a água contaminada, saneamento básico e cuidados com higiene, são aspectos que contribuem para o aparecimento de parasitoses e diarreias. **Objetivo:** Analisar as condições do saneamento básico e sua relação com as parasitoses intestinais e as doenças diarreicas agudas em Chapecó (Santa Catarina).

Metodologia: Foram selecionados, aleatoriamente, 480 exames parasitológicos de fezes dos 31.265 realizados pelo Laboratório Municipal no período de 2008 a 2011. Foi observada a positividade, sazonalidade e região de procedência do paciente. No Setor de Vigilância Epidemiológica, foram analisados os 37.750 casos de diarreia aguda ocorridos entre 2008 e 2011. Também foram analisados, a partir dos dados do Sistema de Informação da Atenção Básica, o destino do lixo, abastecimento e tratamento de água no domicílio, destino de fezes e urina das residências de 22 áreas de Centros de Saúde da Família (CSF). **Resultados:** A positividade de exames para parasitoses é de 0,03% e a prevalência dos casos de diarreia aguda é de 4.753 casos por 100.000 habitantes. Quanto à sazonalidade da diarreia aguda houve predominância nos meses de primavera e verão. As parasitoses foram mais frequentes nos meses de setembro, outubro, novembro e janeiro. Com relação aos parasitos, o mais frequente foi *Entamoeba coli* (61,5%) com maior número de casos no CSF Marechal Bormann (18,7%), na zona rural. Dentre os locais com menores índices de saneamento básico, cinco possuem prevalência de diarreia aguda acima da média municipal (9.033 casos por 100.000 habitantes em 2010 e 2011). Entre eles destaca-se Marechal Bormann, com 16.792 casos de diarreia aguda por 100.000 habitantes. Residências com coleta pública de lixo representam 87%. O abastecimento de água pela rede pública é de 75% das residências, 24% têm tratamento de água em domicílio e 8% têm sistema de esgoto.

Conclusão: No município de Chapecó, a diarreia aguda e as parasitoses intestinais podem estar relacionadas com as condições de saneamento básico. O maior percentil de casos positivos para parasitoses e diarreia foi encontrado em zona rural e nas zonas onde o saneamento básico está mais defasado. O saneamento básico é parte importante no controle desses agravos, mas cada localidade deve ser avaliada para planejar formas de melhorar seus índices.

Palavras-chave: Doenças Parasitárias. Saneamento Básico. Diarreia.

Fonte de Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL EXERCIDO PELO COMSEA DE CHAPECÓ- SC NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Jésica Jacoby¹, Márcia Pozzagnol¹, Luciara Souza Gallina²

¹Acadêmicas do curso de Nutrição
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: jessicajacoby@unochapeco.edu.br

²Mestre em administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina.
Professora titular do curso de Nutrição
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: luciara@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e sua efetivação tem sido construído coletivamente ao longo das duas últimas décadas em espaços democráticos como conferências e encontros internacionais e nacionais, deve, na sua aplicação, não somente preservar, mas ampliar a participação e o controle social. A participação social é de extrema importância na formulação, execução, monitoramento e no controle das políticas e dos planos de SAN em todas as esferas de governo. Desta forma, o papel dos conselhos municipais é de considerável importância na execução do controle social nas políticas de SAN, planejando, promovendo e acompanhando ações e projetos para este fim. **Objetivo:** Avaliar o controle social exercido pelo COMSEA de Chapecó- SC na perspectiva da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Metodologia: Estudo descritivo, de corte transversal, abordagem quali-quantitativa realizado no município de Chapecó mediante consulta às resoluções registradas em atas de reuniões referentes ao período 2007-2012. Foram definidas cinco categorias de análise, a saber: 1)Informes; 2)Sistematização e Logística Interna do conselho; 3)Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional; 4)Propostas; 5)Ações de Segurança Alimentar e Nutricional. Também foi realizada uma entrevista com os conselheiros, a qual se baseava em uma questão norteadora sobre a compreensão/entendimento do entrevistado sobre Segurança Alimentar e Nutricional (*O que você entende por Segurança Alimentar e Nutricional?*). Na análise das entrevistas foi utilizado como referência o conceito de SAN proposto pelo CONSEA, que foi subdividido em seus diferentes eixos. **Resultados:** Foram analisadas 41 atas. Em 39,79% delas os temas abordados referiam-se à deliberações sobre a sistematização e logística interna do conselho; em 29,84% tratava-se de ações de monitoramento e avaliação de SAN, informes foram abordados em 15,71% das atas, propostas ocorreram em 10,47% das reuniões e em 4,19% houve deliberações relativas às ações de SAN. Em relação a compreensão/entendimento dos conselheiros sobre o conceito de SAN, verificou-se que a categoria mais citada foi a qualidade, em 75%, acesso, citado em 37,5% das entrevistas, a quantidade apareceu em 31,25%, acesso a outras necessidades essenciais, diversidade cultural, higiene e direito humano a alimentação adequada ambos com 12,5% de frequência, em apenas 6,25% foi citada categoria ambientalmente sustentável e 6,25% não se enquadrou em nenhuma categoria. **Considerações Finais:** Os resultados encontrados demonstram uma pequena quantidade de deliberações de propostas e ações de SAN, além do desconhecimento de alguns conselheiros em relação ao seu papel e sobre SAN comprometendo o desempenho do conselho.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e nutricional. Conselhos. Controle Social.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS INDIVÍDUOS PORTADORES DE HEPATITE B NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Daniela Stefanon¹, Vanessa Carminatti, Arlete Ferrari Rech Medeiros

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: danistefanon@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A hepatite B é uma das doenças infecciosas mais comuns no mundo. É causada por um vírus hepatotrópico. A transmissão se dá, principalmente, por contato parenteral ou pessoal íntimo e a profilaxia é feita através da vacinação. O curso da doença inicia com uma fase aguda e após seis meses do início dos sintomas alguns pacientes desenvolverão hepatite B crônica. Como o curso da doença na fase crônica é variável, alguns pacientes continuam apresentando uma replicação viral ativa e consequente lesão hepática progressiva, podendo então desenvolver cirrose e doença hepática de estágio final. Entretanto, em grande parte dos casos, a evolução é benigna, com remissão da doença. **Objetivo.** Identificar o perfil epidemiológico dos pacientes diagnosticados e cadastrados no setor de hepatites da Secretaria de Saúde do município de Chapecó-SC, no período de 1991 a 1996. **Metodologia.** Trata-se de uma análise descritiva do tipo transversal. A coleta de dados foi realizada através da análise de prontuários no Setor de Hepatites, no período de maio e junho de 2013. A definição pelo período de estudo se dá devido a que muitos pacientes que foram diagnosticados entre 1991 a 1996 (período em que teve início a notificação dos casos de hepatite B) não retornaram ao serviço de saúde para realizar o acompanhamento da doença. A partir desse período já existem estudos caracterizando a doença no município de Chapecó. **Resultados.** Foram analisados 898 pacientes, destes 62,8% é do sexo masculino e a idade variou de 17 a 96 anos com mediana de 47 anos. A maioria dos pacientes reside em Chapecó sendo que apenas 28 pertencem a outros municípios. O ano de 1996 teve o maior número de notificações com 211 novos casos cadastrados. Após o diagnóstico de hepatite B, 523 pacientes não retornaram ao serviço de saúde para acompanhamento do caso, sendo a taxa de abandono de 58,2%. Estão em acompanhamento 106 pacientes enquanto que 225 receberam o diagnóstico de cura. Houve exposição a materiais perfuro cortantes nos seis meses que antecederam o diagnóstico em 58,1% dos pacientes, sendo que destes, 26,2% receberam tratamento dentário. As manifestações clínicas relatadas incluíram dor abdominal, anorexia, colúria, acolia, icterícia, mal estar e vômito, cansaço e sonolência, febre, hepatomegalia, cefaléia e diarreia. A maioria permaneceu assintomático. A dor abdominal foi o sintoma predominante, presente em 228 pacientes. **Conclusões.** A taxa de abandono ao tratamento é elevada. A evolução para a cura espontânea da doença é comum. A exposição a possíveis fatores causais nos seis meses que antecederam o diagnóstico é importante, com maior relevância a realização de tratamento dentário. A sintomatologia é variada e a maioria dos pacientes permanece assintomático.

Palavras-chave: Hepatite B. Epidemiologia. Situação.

VIVÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE NO PET-VS

Alexandre Lazzari Konflanz, Beatriz Ferrari, Carla Serraglio,
Deborah Cristina Amorim, Jose Cleo Esmerio Junior, Ketryn Danielli Frank,
Natan Ribeiro, Rosangela Nadia Lorenz Scheibler, Tamara Becker, Vanessa Bovi

Programa de Educação Pelo Trabalho Para a Saúde
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: alexandre.lk@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. O PET Vigilância em Saúde é um programa em parceria com os Ministérios da Saúde e Educação que visa a integração ensino-serviço-comunidade e a educação pelo trabalho por meio da reorientação da formação profissional. A Unochapecó aprovou projetos no programa, possibilitando discussões sobre as necessidades de abordagem integral do processo saúde-doença em seus grupos tutoriais. Desta forma proporcionou transformações no processo de ensino e aprendizagem aos estudantes envolvidos, bem como reflexões sobre a prestação de serviços de saúde, tornando possível a consolidação de conhecimentos teórico-prático em relação à saúde. **Objetivo(s):** Reorientar a formação dos profissionais, com ênfase na melhoria da qualidade de atenção à saúde, tornando o trabalho mais ativo por meio da equipe multiprofissional e integrando a instituição formadora com a rede de saúde e comunidade. **Metodologia:** O início das atividades do projeto PET/VS baseou-se em estudos e discussões referentes à legislação, cartas e declarações que fundamentaram a constituição da política de saúde brasileira consolidando o Sistema Único de Saúde (SUS) e o atual modelo de atenção integral à saúde. **Resultados:** Através das discussões e reflexões dos documentos acima descritos ampliaram-se conhecimentos sobre o SUS e suas diretrizes, preparando os estudantes para o desenvolvimento de pesquisas sobre a realidade na qual irão atuar. Esta fundamentação teórica contribuirá para práticas mais ativas com a comunidade, sendo de grande valor para os acadêmicos, tendo-os em vista como futuros profissionais da área da saúde. **Considerações Finais:** A partir deste primeiro contato com o PET/VS, percebe-se a importância de conhecer e compreender o Sistema Único de Saúde, proporcionando maior qualificação na formação profissional. Assim sendo, haverá relevante contribuição para o desenvolvimento de novas práticas de atenção e experiências pedagógicas.

Palavras-chave: Promoção. Saúde. Multiprofissional. Experiências.

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE IDOSAS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO HIPERDIA SAUDÁVEL

Pâmella Thiara Galvão¹, Sara Both Rezende², Mabel Micheline Olkoski³

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: pamella@unochapeco.edu.br

²Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: sararezeze@unochapeco.edu.br

³Pós-graduação em Educação Física UEL/UEM
E-mail: mabelolkoski@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A saúde do idoso passa por um novo cenário no qual os esforços concentram-se em ações que contribuam na manutenção da capacidade funcional a fim de conservar a sua autonomia. Também nesta fase há um aumento de hábitos não saudáveis como má alimentação e sedentarismo, causando diversas complicações para a saúde e o bem estar dos idosos. Por isso, é indispensável, uma atuação conjunta das distintas áreas profissionais que objetive um máximo saber sobre o processo do envelhecimento, ao mesmo tempo em que contribui na compreensão do envelhecer de maneira saudável. Diante disso, realizar avaliações antropométricas nessa faixa etária pode contribuir significativamente para detectar possíveis fatores negativos sobre o estado de saúde dos mesmos e as complicações que problemas como a obesidade podem provocar no tratamento para a recuperação e promoção da saúde de idosos hipertensos e diabéticos. **Objetivo:** Avaliar e classificar a partir do índice de massa corporal as idosas participantes do Projeto de Extensão Hiperdia Saudável realizado na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) campus de Xaxim/SC. **Metodologia:** Foram avaliadas 28 idosas hipertensas e diabéticas, com idade média de 62,74±9,26 anos. A avaliação antropométrica foi realizada em junho de 2012 durante as atividades iniciais do Projeto Hiperdia Saudável com todas as idosas participantes. Para a coleta da massa corporal foi utilizada uma balança portátil digital (Plenna), com capacidade de 150 kg. Para a aferição da estatura foi utilizado um estadiômetro portátil (Nutri Vida). Os parâmetros utilizados para a classificação do IMC foram os recomendados para idosos segundo Lipschits. **Resultados:** A média da massa corporal foi de 69,63±10,49 Kg e a estatura de 153±0,06 cm. Na classificação a partir do IMC, os resultados apontam que das 28 idosas, 22% (n=6) delas são eutróficas, 71% (n=20) possuem excesso de peso e 7% (n=2) estão abaixo do peso. **Conclusão:** Pode-se concluir que a prevalência de excesso de peso indica a importância do fortalecimento de ações multiprofissionais. Desta forma, espera-se que os participantes possam melhorar seus hábitos diários e conseqüentemente seu estado nutricional e físico, diminuindo os riscos de desenvolver ou agravar as doenças cardiovasculares e melhorar assim a qualidade de vida.

Palavras-chave: Saúde do Idoso. Avaliação antropométrica. Qualidade de vida.

Fonte de Financiamento: Bolsa de Extensão/Unochapecó.

ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO DA UNOCHAPECÓ NA VISÃO ACADÊMICA

Helena Bordignon, Natan Tafarel Ribeiro, Carina Fátima Brum

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: helenabordignon@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, através da Diretoria de Extensão, desenvolve o projeto Academia de Musculação desde o ano de 2005. O espaço oferece a comunidade externa, funcionários e estudantes da Unochapecó a oportunidade de praticar uma atividade física regular por meio do treinamento resistido. O projeto também possibilita ao acadêmico a vivência prática em um dos campos de atuação do profissional de Educação Física. **Objetivo:** Apresentar a visão acadêmica em relação à participação no projeto de extensão, atribuindo a relevância deste para a formação profissional.

Metodologia: Atuam na equipe do projeto uma profissional de Educação Física e dois bolsista/estudante do curso de Educação Física. A prescrição do programa de exercícios é baseada nos princípios do treinamento esportivo, sendo eles planejados e revisados de acordo com as necessidades físicas de cada indivíduo, respeitando as limitações músculo-articulares, fisiológicas e cognitivas. São realizados encontros pela coordenação do projeto para que os bolsistas recebam informações para a construção do planejamento dos programas de treinamento; esse momento aproxima e intensifica o envolvimento com o projeto. **Resultados:** O projeto da Academia de musculação possibilita que o bolsista/estudante vivencie a prática além da prescrição de exercícios. A atuação efetiva no projeto contribui para desenvolver a capacidade de interagir com pessoas de diferentes áreas do conhecimento, auxiliando na interpretação dos comportamentos e da linguagem corporal, fatores que auxiliam o planejamento do treinamento. A participação no projeto estimula o bolsista a adquirir novos conhecimentos na área da atividade física e intensifica a importância de vivenciar a prática da musculação no estágio de formação acadêmica. **Considerações Finais:** A equipe do projeto fortalece vínculos afetivos, e esta aproximação contribui para a construção de atividades em diferentes disciplinas curriculares do curso de Educação Física. Outro fator relevante é a contribuição para a formação profissional, pois, inserido no projeto, o bolsista/estudante compreende o real conceito da responsabilidade e ética profissionais.

Palavras-chave: Extensão. Musculação. Formação profissional.

IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS DE INDIVÍDUOS COM CERATOCONE EM CHAPECÓ – SC

Daniel Gustavo Barg¹, Carolina Emanuelli Ebertz, Leda das Neves Almeida Sandrin

¹Curso de graduação em Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: d4n13i007@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O ceratocone é uma doença degenerativa, progressiva, não-inflamatória, assimétrica e geralmente bilateral, na qual a córnea assume uma curvatura cônica, com protrusão anterior. Os sinais e sintomas são conhecidos, já a etiologia e fisiopatologia não estão bem esclarecidas, porém, acredita-se que haja uma predisposição genética, provavelmente multigênica com complexo modo de herança, associada a um fator predisponente ou ambiental. A doença gera miopia e astigmatismo irregular, de maneira que o tratamento visa restabelecer a emetropia. O ceratocone tem elevada prevalência já que afeta 1 em cada 2000 pessoas nos EUA. Inexistem dados na literatura do perfil destes pacientes na região de Chapecó-SC. **Objetivos:** Analisar o perfil clínico, pesquisar presença de atopia, abordagens terapêuticas realizadas e prognóstico de pacientes com ceratocone. **Metodologia:** Estudo observacional transversal com série de casos. A população analisada corresponde a todos os pacientes com diagnóstico de ceratocone atendidos no período de 2010 a 2011 em centro oftalmológico especializado no município de Chapecó. **Resultados:** Foram analisados 240 prontuários de pacientes, sendo 121 do sexo masculino. A média de idade foi 34 ± 13 anos, variando de 8 a 75 anos com pico entre 20 e 30 anos. A média de idade no momento do diagnóstico foi 28 ± 12 anos, sendo que a maioria (65,9%) ocorreu até os 30 anos. O grau de ceratocone mais prevalente foi o grau 4 (40,83%), seguido por grau 1, 3 e 2. Histórico positivo de atopia foi constatado em 17,5% dos pacientes, 71% com rinite alérgica. Os procedimentos indicados foram uso de óculos em 142 pacientes (66,05%), lentes de contato em 55 pacientes (25,58%), cross-linking em 11 pacientes (5,12%), anel intra-estromal em 3 pacientes (1,40%) e transplante de córnea em 4 pacientes (1,86%). Não foi encontrada significância estatística entre estágio do ceratocone e idade atual, idade no diagnóstico, sexo e atopia. Houve significância ($p < 0,001$) na relação entre o estágio do ceratocone e o número de procedimentos indicados. **Conclusões:** As características clínicas dos pacientes analisados coincidem com os achados bibliográficos. Muitos pacientes encontravam-se em estágio avançado da doença no momento do diagnóstico. Houve baixa prevalência de atopia, questiona-se aqui o modelo do estudo. Quanto às abordagens realizadas, os dados encontrados estão de acordo com os encontrados na literatura, sendo que o uso de óculos é a abordagem preconizada em casos iniciais e o cross-linking é indicado para conter a progressão do ceratocone.

Palavras-chave: Ceratocone. Alergia. Perfil Epidemiológico.

CARACTERÍSTICAS DOS AGRAVOS À SAÚDE QUE ACOMETEM OS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Deise V. Friedrich¹, Fabiane Felkiker, Gabriela F. Pretto, Keila Zampirom, Suzane O. C. da Silva, Giancarlo Moschetta, Solange de F. C. Daneluz, Márcia L. Pit Dal Magro

¹Acadêmica do curso de graduação em Farmácia, bolsista do Pró-PET Saúde
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: friedrich@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A atenção em saúde realizada na rede pública e privada ainda não considera de forma satisfatória a participação da categoria trabalho nos processos de saúde e adoecimento do trabalhador usuário. Apesar de haver avanços no estabelecimento donexo entre o adoecimento e o trabalho, com frequência os diagnósticos e as terapêuticas adotadas não contemplam a investigação e a intervenção sobre as condições de trabalho. **Objetivo:** Identificar as características dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais notificados no município de Chapecó no ano de 2012. **Metodologia:** Pesquisa documental em dados secundários. Levantamento de 100% das notificações de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais realizadas em Chapecó no ano de 2012, disponibilizadas pelo CEREST. Foram analisadas um total de 1.243 notificações segundo o tipo de agravo, frequência de notificações segundo a unidade notificadora e característica das notificações como acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. **Resultados:** A análise dos dados evidencia que o maior número de notificações realizadas (737 ou 59,29%) correspondem à Lesões, Envenenamentos e Algumas Outras Consequências de Causas Externas. O segundo maior número de notificações (250 ou 20,11%) são das Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e o terceiro (172 ou 13,83%), de Causas externas de morbidade e de mortalidade. Destaca-se a baixa frequência de notificações de Transtornos mentais e comportamentais (5 ou 0,40%). Quanto ao tipo de agravo à saúde, predominam os acidentes de trabalho (988 ou 79%) em detrimento das doenças ocupacionais (255 ou 20,99%). O maior número de notificações (708 ou 56,9%) é realizado pelo núcleo de vigilância epidemiológica do HRO. Nos diferentes serviços de saúde é maior a notificações de acidentes de trabalho, tendo os profissionais da enfermagem como os principais notificadores. No entanto, 46% das doenças ocupacionais foram notificadas pelos CSF. **Conclusões:** A prevalência de notificações de acidente de trabalho tem relação com o fato de o nexocausal ser mais evidente nestes casos. Já as doenças ocupacionais exigem do profissional de saúde uma investigação mais cuidadosa, gerando incertezas e dúvidas, por consequência a subnotificação. Nas notificações dos transtornos mentais e comportamentais, em que a etiologia é multicausal, a subnotificação é ainda maior. O número de notificações de doenças ocupacionais pelos serviços de atenção básica indica um maior potencial dos mesmos para reconhecer esses agravos. Espera-se que os resultados desta pesquisa sejam dispositivos de reflexão para o campo da saúde do trabalhador no município de Chapecó.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador. Notificações. Doenças do Trabalho. Acidentes de trabalho.

Fonte de Financiamento: Pró-Pet Saúde

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MORTES POR CAUSAS EXTERNAS NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO NÚCLEO REGIONAL DE PERÍCIAS DE CHAPECÓ

Dario Lino Gennari Filho¹, Nicolas Moraes Zago Somavilla¹, Alessandro Verffel

¹ Graduação do curso de Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: dariogennari@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A causa de óbito de um indivíduo tem relação direta com todos os aspectos de sua vida: em que ambiente viveu, condições trabalho, padrão alimentar, relação com outros indivíduos, bem como acesso à educação e comportamento social considerado de risco. Mortes violentas estão entre os principais provocadores de óbitos no mundo, sendo a terceira causa de óbito no Brasil. Elas envolvem tanto lesões intencionais – homicídios e suicídios - quanto lesões não intencionais, no caso de acidentes de trânsito, afogamentos e quedas. Uma vez que o Brasil é um país de grandes proporções são necessários trabalhos regiões que tracem a realidade local. **Objetivos.** Traçar o perfil epidemiológico das mortes por causas externas nos municípios atendidos pelo Núcleo Regional de Perícias (NRP) de Chapecó, especificar faixa etária, município de ocorrência, causa do óbito e sazonalidade. **Metodologia.** Trata-se de um estudo descritivo transversal com características quantitativas. Foram selecionados todos os óbitos por causas externas entre janeiro de 2009 a dezembro de 2011. Os dados foram coletados no Instituto Médico Legal do NRP de Chapecó, ordenados pelo programa Microsoft Office Excel 2007 e analisados pelo programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 19.0. **Resultados.** Ocorreram 841 mortes por causas externas no período estudado – 83,1% no sexo masculino e 16,9% no sexo feminino. Em relação à causa do óbito, observou-se maior incidência nos acidentes de trânsito (50,7%), seguido de arma de fogo (13,7%) e enforcamento (11,1%). Considerando a idade, a maior taxa de óbitos foi encontrada na faixa adulta jovem, entre 17 e 25 anos. Homicídio foi causa de óbito em 22,3% da população, com destaque para jovens do sexo masculino. Suicídio representou 13,1% das mortes, com pico na faixa etária entre 20 e 50 anos. Não foi encontrado padrão sazonal de óbitos no período estudado. **Conclusões.** Os resultados mostram que ainda há um grande número de óbitos, principalmente nos adultos jovens, no que se refere aos acidentes de trânsito. Esses dados podem servir de base para futuros estudos relacionados ao tema e espera-se que este estudo possa contribuir para subsidiar ações de planejamento, implementação e avaliação de projetos para a prevenção da mortalidade por causas externas em Chapecó e região.

Palavras-chave: Óbitos. Causas externas. Epidemiologia.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ATUAÇÃO DO COMSEA NO MUNICÍPIO DE XAXIM-SC

Laís Martinelli¹, Adriana Lauchzer

¹Acadêmica do curso de Nutrição
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail:laissssss@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos seguros e de qualidade, sem comprometer as outras necessidades. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) tem como objetivo propor políticas estruturantes que configurem a alimentação como direito humano fundamental, sendo visto como estratégia de controle social na realização das políticas de SAN. A gestão participativa é fator determinante para o sucesso dessas políticas, sendo o controle social um direito conquistado, um princípio na Constituição de 1988. **Objetivo:** verificar o exercício do controle social exercido Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) de Xaxim- SC na perspectiva da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. **Metodologia:** O estudo é caracterizado como transversal, quantitativo tendo como local de estudo o Município de Xaxim, SC. Os dados como deliberações contidas nas atas, composição, frequência e assiduidade dos conselheiros foram coletados através da análise das atas referentes ao período dos últimos cinco anos. **Análise dos dados:** Foi realizada a análise documental, através da leitura das atas do ano de 2008 á 2012 (não sendo analisado o ano de 2011, pois o documento foi extraviado) verificando: assiduidade, composição do conselho e conteúdo das atas, sendo classificado em sete categorias de acordo com suas atribuições. **Resultados:** quanto á assiduidade: governo: 56%, sociedade civil 44%. Temas discutidos: Propor diretrizes de Política Municipal de SAN-17,39%, Articular\mobilizar a sociedade civil organizada, quanto ao tema SAN- 39,13%, Realizar e patrocinar estudos que fundamentem as propostas ligadas a SAN- 26,08%, Acompanhar permanentemente assuntos fundamentais na área de SAN-65,21%, Formular o Plano Municipal de SAN-0%, Realizar a cada 2 anos a Conferência Municipal de SAN- 0%, Informes-73,91%. **Conclusão:** Pode-se concluir que existe a articulação do tema, expondo sua importância, ressaltando o direito humano à alimentação adequada e a promoção de hábitos e estilo de vida saudáveis. A participação do Governo é mais prevalente, é importante sensibilizar e envolver a sociedade em todas as discussões, bem como a sociedade civil, além de profissionais da área, universidades, população em geral, sindicatos, associações, organizações não-governamentais.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. COMSEA. Controle social.

VULNERABILIDADE E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE IDOSOS

Taine Cibulski¹, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Nádia Kunkel Szinwelski, Maria Assunta Busato, Alessandra Carla Simon Albani

¹Bolsista do NIC – Segurança Alimentar e Nutricional
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: taine@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A segurança alimentar e nutricional (SAN) é condição alcançada quando todos têm acesso, por meio socialmente aceitável, ao consumo regular de alimentos de qualidade adequada em quantidade suficiente, podendo levar uma vida produtiva, saudável e digna. Entre os desafios enfrentados pela população idosa, está a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional (IAN), devido a fatores como diminuição de rendimentos e limitação da habilidade para o autocuidado, abandono familiar e depressão. **Objetivos:** Avaliar a condição de SAN/IAN entre idosos cadastrados em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de um município de pequeno porte da Região do Médio Alto Uruguai/RS. **Metodologia:** Estudo transversal descritivo de abordagem quantitativa realizado com 60 idosos. Os dados foram coletados pela aplicação da versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) aos idosos presentes na UBS em data escolhida aleatoriamente e que aceitaram participar da pesquisa. **Resultados:** A prevalência de SAN encontrada neste estudo foi de 81,7% (n=49) e a de IAN foi de 18,3% (n=11). Estes resultados indicam uma condição bastante mais positiva do que os dados médios em nível estadual referidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, que são de 75,3% de SAN e de 24,7% de IAN. Além disso, a IAN observada neste estudo se concentra exclusivamente no gradiente de menor gravidade (IAN sem fome). Estes achados podem ser explicados, pelo menos em parte, pelo fato de os idosos avaliados residirem em um pequeno município, onde mesmo na área urbana a vida cotidiana assume características de ruralidade, com facilitação do acesso a alimentos e onde existe uma rede de apoio e de solidariedade mais presente do que nos médios e grandes centros. Além disso, há que se considerar que os idosos avaliados foram abordados quando buscavam atendimento na Unidade Básica de Saúde local, o que pode significar que constituem um grupo menos vulnerável em função do acesso a serviços de saúde. **Conclusão:** Conclui-se que, viver em pequenas comunidades, com características mais próximas daquelas esperadas de ambientes rurais, onde as pessoas se conhecem mais proximamente e costumam se apoiar mutuamente, praticando uma espécie de escambo dos alimentos de produção doméstica própria, pode representar importante fator de enfrentamento de vulnerabilidades, especialmente entre idosos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Idosos. Segurança alimentar.

Fonte de financiamento: Artigo 170 da Constituição Estadual de SC.

PRÓ-SAÚDE E A FISIOTERAPIA NA ASSISTÊNCIA DOMICILIAR: UM ESTUDO DE CASO

Érica Paula Terribille¹, Josiane de Almeida Altemar, Mark Andrey Mazaro

¹Dicente do 9º período do curso de graduação em Fisioterapia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Email: ericafisio@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em saúde (Pró-Saúde) objetiva proporcionar aos futuros profissionais atuação de forma interdisciplinar, buscando ações de promoção e educação em saúde para a comunidade. Dentre os projetos desenvolvidos está a assistência domiciliar que realiza ações a indivíduos incapacitados ou com necessidade de acompanhamento em seus domicílios. Para Giacomozzi (2006), a atenção domiciliar faz parte das atividades realizadas pelos profissionais da saúde, constitui-se a modalidade geral da atenção prestada no domicílio (atendimento, a visita e internação domiciliar). O atendimento domiciliar é de domínio do profissional fisioterapeuta, pois depara-se com a realidade das pessoas, verificando suas atividades de vida diária (AVD's), suas limitações e a partir daí procede a encaminhamentos e orientações pertinentes a cada caso (BORGES et al. 2010). **Objetivo:** Relatar a experiência de um caso baseado na atuação da fisioterapia na assistência domiciliar no Centro Integrado em Saúde (CIS) Efapi – Chapecó (SC). **Metodologia:** O presente estudo foi realizado com uma usuária do CIS. O contato com a usuária foi através do curso de psicologia que realizou o encaminhamento para a fisioterapia. Realizado análise do domicílio e atividades de vida diária, avaliação fisioterapêutica seguida de intervenções no domicílio. Realizados sete atendimentos, 1 hora cada, uma vez por semana, mantendo a conduta com base na avaliação fisioterapêutica com atividades cinesioterapêuticas e ações de educação em saúde com base nas necessidades da usuária quanto à maneiras/modos ergonomicamente corretos para realizar as AVD's e laborais e quanto á exercícios e atividades para realizar no domicilio. **Resultados:** Usuária E.K de 54 anos, cozinheira aposentada, tabagista, sedentária, diagnóstico médico de hérnia de disco em colunas cervical e lombar. Em análise do domicílio apresenta-se bem organizada, com alguns móveis em desacordo com a usuária, os quais podem agudizar suas dores. No decorrer das intervenções percebeu-se diminuição das dores referidas, com isto melhorou sua qualidade de vida e retorno as suas atividades laborais, também após os diálogos para educação em saúde sobre as posturas adotadas no dia a dia, pode-se perceber melhoras nas dores referidas e maior funcionalidade e facilidade na realização das AVD's. **Considerações finais:** As atividades realizadas mostraram resultados positivos, pois a usuária retornou ao mercado de trabalho sem dores e limitações funcionais, mostrando que a atuação adequada da fisioterapia contribui para melhores condições de saúde e para a estudante na perspectiva da reorientação profissional com um olhar sobre a atuação do fisioterapeuta no sistema único de saúde.

Palavras-chave: Fisioterapia. Assistência domiciliar. Sistema Único de Saúde.

ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS UTILIZADOS POR TREINADORES DE FUTEBOL DAS CATEGORIAS SUB 13 E SUB 15 EM CHAPECÓ (SC)

Jeferson Rodrigues de Oliveira, Keyth Yagoh da Silva dos Santos

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: jefersonfutebol@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: No contexto de ensino do futebol é de fundamental importância que se tenham definições claras a respeito dos objetivos que se deseja atingir com este esporte, para que sejam evitados equívocos. Assim sendo, existe a necessidade de estruturar propostas pedagógicas para o ensino-aprendizagem, seja na forma de treinamento, participação ou de lazer (SANTOS; SCAGLIA, 2007). **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo analisar as diferenças e similaridades nos procedimentos pedagógicos de treinadores de futebol formados e não formados em Educação Física, que trabalham nas categorias sub 13 e sub 15 no município de Chapecó- SC. **Metodologia:** O estudo caracterizou-se como um estudo descritivo, realizado no período de Agosto a Novembro de 2012. Utilizou-se a técnica de observação sistemática e direta das sessões de treinamento, bem como um questionário e entrevista como instrumentos de coleta de dados. Participaram deste estudo, treinadores de futebol do sexo masculino em Categorias de base pertencentes às categorias sub- 13 e sub-15, sendo três treinadores formados em educação física e três treinadores não formados, no município de Chapecó- SC. Para análise dos dados, foram elencados índices de maior prevalência e relacionados com referencial teórico existente e a fala dos treinadores. Os resultados das observações dos aspectos pedagógicos dos treinadores formados e não formados foram analisados de acordo com nosso instrumento de observação, estes: função da tarefa, condições da tarefa, critérios de êxitos, conduta do treinador, conduta dos jogadores. **Resultados e Conclusões:** Em relação às metodologias, foi notável a diferença entre treinadores formados e não formados, sendo que os não formados não utilizam uma metodologia definida, já os professores formados utilizavam metodologias relacionadas a situações de jogo, e os procedimentos de avaliação apoiam-se em ambos os contextos de formados e não formados em jogos e competições, caracterizando assim a subjetividade dos treinadores. As diferenças encontradas nos procedimentos de avaliação escolha de metodologias mais fundamentadas e seleção dos procedimentos pedagógicos dos treinadores não formados e formados podem estar associadas à formação inicial dos mesmos. Isso permite tencionar os argumentos de que a formação superior é relevante para cada intervenção, abandonando caráter tradicional, criando um olhar mais crítico sobre suas atuações.

Palavras-chave: Treinador; Categorias de base; Procedimentos pedagógicos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PET-SAÚDE

Carmen Luiza Hoffmann Mortari, Cristina dos Santos Padilha, Junir Antonio Lutinski,
Camila de Moura, Cristina Savian, Júlia Scaravelli Mario,
Patrícia da Fonseca Luccas, Pricila Guolo

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: carmenl@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Participar do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) é uma experiência única na formação acadêmica, pois proporciona ao aluno maior conhecimento teórico-prático, reflexão de conceitos e conteúdos, assim como observá-los em diferentes cenários, tornando o estudante preparado para discussões, exposição de ideias e atividades interdisciplinares. **Metodologia:** Este trabalho busca relatar a experiência de participar no PET-Saúde/Vigilância em Saúde, descrita por um grupo de preceptores, tutora, alunos bolsistas e voluntários de diferentes cursos da saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. A participação se dá pelo subprojeto aprovado: Integração Vigilância em Saúde e redes de Atenção à Saúde, na cidade de Chapecó-SC, o qual tem como **objetivos** conhecer, fortalecer e ampliar a integração das ações de Vigilância em Saúde com as redes de Atenção à Saúde no município de Chapecó, e capacitar acadêmicos e profissionais da saúde para a Vigilância em Saúde do trabalho em rede e da integração dos serviços. Para o alcance desses objetivos, serão adotadas estratégias de integração dos serviços na forma de rede de ações e cuidados, sendo a participação dos profissionais essencial na qualidade da coleta de dados e adesão à notificação sistemática de doenças e agravos, os quais, após devidamente agrupados e analisados, deverão ser devolvidos às fontes geradoras, acrescidas de recomendações técnicas, úteis ao aprimoramento do serviço de saúde. A análise de dados da Vigilância em Saúde contribui para o reconhecimento dos condicionantes e determinantes de saúde em um território, auxiliando no entendimento do contexto em que se desenvolve o processo de saúde-doença, na definição de prioridades e planejamento das intervenções. O cumprimento das funções da Vigilância depende da disponibilidade e qualidade de dados para gerar a informação. Portanto, se os profissionais da rede de atenção em saúde coletarem os dados corretamente, as informações geradas serão confiáveis, possibilitando a análise da situação de saúde, facilitando a formulação e avaliação das políticas, dos planos e programas de saúde. **Resultados:** Nos primeiros encontros dos sujeitos envolvidos no subprojeto, elaboramos apresentações sobre diferentes leis e portarias que fundamentaram o Sistema Único de Saúde. Muitos dos conteúdos que não tivemos em sala de aula, foram trabalhados ou reforçados através das apresentações e atividades realizadas. **Considerações finais:** Podemos afirmar que a participação no PET-Saúde/Vigilância em Saúde trará benefícios na formação profissional, qualificando-nos para contribuir com a integração entre a Vigilância em Saúde e a rede de Atenção à Saúde.

Palavras-chave: PET-Saúde. Participação. Experiência.

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE: ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Liane Colliselli*, Mônica Ferronato, Maria Elisabeth Kleba

*Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Chapecó
E-mail: liacol@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O atual contexto da gestão pública no Brasil exige mudanças de posturas e práticas e uma revisão contínua no processo de formular e operacionalizar estratégias e ações no âmbito das políticas públicas. A inclusão dos usuários e demais segmentos sociais nos processos deliberativos requer e, consequentemente, provoca mudanças na cultura das instituições públicas e de seus agentes, que necessitam promover processos de negociação, consensuação e pactuação, proativos para o desenvolvimento local. Na perspectiva de ampliar a participação da comunidade na definição da políticas públicas na área da saúde, iniciou-se no município de Chapecó, no ano de 1998 a organização dos Conselhos Locais de Saúde - CLS. **Objetivo:** Conhecer os temas abordados nas reuniões e os encaminhamentos realizados pelos CLS no município de Chapecó/SC. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, exploratória. A coleta dos dados teve como foco as atas das reuniões de três CLS no período de julho de 2010 a julho de 2012. A análise dos resultados segue a análise temática de Minayo. Pesquisa aprovada pelo CEP sob protocolo nº 276/12. **Resultados parciais:** Entre os temas abordados destacam-se: fluxo dos serviços, promoção de saúde, prevenção de doenças, entre outros. No Fluxo dos serviços evidencia-se a distribuição de fichas/agendamento para consulta médica, odontológica, encaminhamento para serviços especializados, falta/insuficiência do profissional médico e demandas individualizadas. Estes dados revelam que o modelo de saúde predominante ainda apresenta uma forte tendência para o modelo biológico, médico centrado. Promoção da saúde, neste os participantes são comunicados/convidados a participar nas atividades e projetos desenvolvidos pelos profissionais das Equipes Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Entre as ações encontram-se atividades de grupo: gestantes, crianças obesas, hipertensos, diabéticos, bela caminhada, rua do lazer, outras. Na prevenção de doenças o foco está nas campanhas de vacinação. Quanto aos encaminhamentos decorrentes das reuniões, percebe-se que são quase inexistentes, e quando ocorrem são relacionados a questões do território: “ofício encaminhado à prefeitura para solicitação da limpeza em redor da UBS”, “ofício solicitando mudança no bar, por causar barulho e venda de bebidas alcóolicas” **Considerações:** Este estudo revelou que as reuniões dos CLS ainda estão autocentrados e tem limitações para propor ações que refletem na gestão das políticas de saúde ou em outros setores da gestão pública. Compreende-se que nas reuniões dos CLS deveria estar presente o protagonismo da comunidade, onde a partir das proposições e discussões ocorressem encaminhamentos que provocassem mudanças no cotidiano da comunidade.

Palavras - Chaves: Participação Comunitária; Conselho de Saúde, Políticas Públicas.

Fonte de financiamento: Art. 170 - Iniciação Científica, Edital N. 045/Reitoria/2012.

PERCEPÇÃO ACADÊMICA DO PROJETO DE EXTENSÃO EM GINÁSTICA LABORAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Alessandra Fontana, Alessandra Salerno, Carlla Henchen, Helena Bordignon, Josiane Schadeck de Almeida Altemar e Carina Fátima Brum

Alessandra Fontana, estudante do 6º período do curso de Fisioterapia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: alessandra.f@unochapecó.edu.br

RESUMO

Introdução: Instituições de ensino superior denominadas de universidade comunitária precisam constituir-se de ensino, pesquisa e extensão vinculada à comunidade. Neste contexto, é por meio da extensão universitária que o acadêmico tem a oportunidade de vivenciar o panorama teórico-prático. O projeto de ginástica laboral (GL) da Unochapecó iniciou em 2003 com foco nos estudantes (por meio da vivência prática com o futuro campo profissional), mas que tinha como finalidade também, oferecer uma prática que melhore a consciência corporal, tendo como beneficiário, os funcionários. **Objetivos:** apresentar a percepção acadêmica das bolsistas do projeto de extensão ginástica laboral e as contribuições que o mesmo apresenta para o processo de formação profissional em saúde no âmbito multiprofissional. **Metodologia:** participam do projeto estudantes dos cursos de Educação Física e Fisioterapia, fazendo a articulação e integração multiprofissional e interdisciplinar. As atividades acontecem nos períodos matutino, vespertino e noturno, compreendendo dez horas semanais para cada bolsista; as aulas têm duração de 12 minutos para cada setor escolhido previamente. Os planejamentos das atividades foram pré-estabelecidos através de um cronograma de atividades mensal, elaborado pela coordenação do projeto, que prioriza exercícios de alongamento, fortalecimento muscular, massagem e recreação. Na elaboração das aulas, são retomados conhecimentos teóricos vistos dentro dos componentes curriculares da graduação, para que posteriormente aconteça a supervisão do planejamento, os quais são orientados pelos professores de Educação Física e Fisioterapia conjuntamente. **Resultados:** Nas aulas de ginástica laboral, percebeu-se que, apesar do planejamento realizado previamente, cada abordagem acontece de forma diferente, devido ao perfil de cada setor, número de funcionários e materiais disponíveis. O envolvimento do grupo como um todo eleva o nível do projeto, pois a articulação das áreas do conhecimento intensifica a abordagem interdisciplinar. Além disso, o projeto propicia aos bolsistas uma vivência prática, sendo esta o primeiro contato real com um campo de atuação profissional. **Conclusões:** Considera-se que o projeto de extensão em ginástica laboral da Unochapecó contribuiu para o aprimoramento de conhecimento a partir das necessidades encontradas diante da prática do mesmo. Hoje se sabe a importância da consciência corporal, relacionamento interpessoal, trabalho multiprofissional e interdisciplinar, oralidade e da responsabilidade sobre a execução das aulas. Assim, os estudantes tornam-se confiantes frente aos desafios que poderão surgir no campo profissional e aptos para interagir e relacionar com pessoas em diversos espaços.

Palavras-chave: Percepção. Extensão Comunitária. Comunicação Interdisciplinar.

Fonte de Financiamento: Universidade Comunitária da Região de Chapecó

PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DE ENSINO/SERVIÇO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

Natália Hoefle¹, Andressa Silva, Cleide Conrad, Deborah Cristina Amorim,
Diane Negri, Paloma Martelli, Rosangela Nadia Lorenz Scheibler

¹Dicante do 7º período do Curso de Enfermagem
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: nataliah@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O Programa de Educação para o Trabalho pela Saúde (Pet-Saúde) Vigilância em Saúde é um programa dos Ministérios da Saúde e Educação, com intuito da inserção precoce dos estudantes nos cenários de práticas, promovendo alterações na formação profissional de estudantes da área da saúde, bem como a integração ensino-serviço-comunidade. Nessa perspectiva a Unochapecó aprovou o projeto Vigilância em Saúde: Proposta de Reorientação da Formação Profissional no PET/VS – 2013/2014, no qual está inserido o sub-projeto “Ações de promoção da saúde na prevenção de violências e acidentes de trânsito, reorientando a formação profissional na saúde”. O projeto visa construir estratégias de educação permanente para o aprofundamento de conhecimentos acerca do manejo das ocorrências relacionadas às violências e acidentes de trânsito, fortalecendo o comprometimento dos estudantes com o trabalho intersetorial e interdisciplinar, buscando a assistência em rede e a atenção integral a saúde. **Objetivos:** Descrever as discussões multiprofissionais ocorridas através de metodologias ativas, no processo ensino-aprendizagem. **Metodologia:** O início das atividades do projeto PET/VS baseou-se em leituras, discussões e reflexões sobre documentos internacionais e leis nacionais - Declaração de Alma Ata; Carta de Ottawa; Declaração de Adelaide; Leis 8.080 e 8.142 e as Portarias 3252 e 104. **Resultados:** Através das discussões em grupos foi possível compreender como está estruturada a política de saúde e a vigilância em saúde no Brasil. Ampliou-se a compreensão do conceito de promoção da saúde, para posteriormente desenvolvermos estratégias intersetoriais de vigilância em saúde e reconhecer quais são as principais violências e como estão sendo realizadas as notificações. Essas ações irão possibilitar, posteriormente, pensar em alternativas para o enfrentamento e superação das violências no município de Chapecó-SC, bem como promover o protagonismo estudantil no processo ensino-aprendizagem. **Considerações Finais:** O contato com o PET/VS possibilita intervenções que contribuam para a mobilização de pessoas e comunidades, bem como a criação de estratégias coletivas, e acompanhamentos das ações do SUS e da segurança pública. Um desafio para o enfrentamento das violências é a produção de cidadania, da solidariedade, respeito e da valorização dos direitos humanos.

Palavras-chave: Diálogo multiprofissional. Documentos. Leis. Violências.

Fonte de financiamento: Pet-Saúde/Ministério da Saúde

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS PREPARAÇÕES DO CARDÁPIO (AQPC) DE UM RESTAURANTE COMERCIAL DA CIDADE DE CORONEL FREITAS, SC.

Laís Martinelli¹, Naieli Graboski Perin

¹Acadêmica de Nutrição
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: laissssss@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: No Brasil, percebe-se uma tendência de crescimento no número de refeições realizadas fora do domicílio. A preferência atual por refeições mais convenientes influenciou o mercado da alimentação coletiva. Ele cresce no mundo, e no Brasil, atende a mais de dois milhões de trabalhadores, sendo perceptível essa tendência. Diante disso, o cardápio deve oferecer alimentos de maneira equilibrada, objetivando a saúde de sua clientela e considerando as diversas dimensões nas quais um alimento pode ser concebido. **Objetivo:** Avaliar qualitativamente as preparações do cardápio de um restaurante comercial do município de Coronel Freitas, SC. **Metodologia:** O estudo emprega técnicas de pesquisa qualitativa tendo como local de estudo um restaurante de Coronel Freitas, SC. Utilizou-se o método de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio adaptado. Os dados coletados referem-se a cinco dias consecutivos de cardápio, sendo que este não é previamente elaborado, é planejado sempre no dia anterior. Para cada dia da semana elaborou-se uma planilha ilustrativa do bufê para análise de cada cardápio. O registro na planilha foi feito através da visualização da disposição das preparações no bufê, no mês de julho de 2013. **Análises dos dados:** O cardápio foi analisado pelo método de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio. A avaliação pontuou os itens: cor, técnicas de preparo, repetições, combinações, ofertas de frutas, folhosos, tipos de carne e teor de enxofre. **Resultados:** Dos cinco dias analisados, totalizaram 123 preparações, destas 1,62% correspondem a frutas, 18,69% a folhosos, 30,89% a monotonia de cores, 22,76% ricos em enxofre, 3,25% a doces, 7,31% a fritura, 3,25% a carne gorda e 2,43% a doce + fritura. **Conclusão:** Mesmo a avaliação sendo feita em um curto prazo de tempo, ela mostrou aspectos positivos e negativos. A oferta de frutas encontra-se baixa, a oferta de folhosos adequada e a oferta de frituras baixa devido ao pouco espaço no bufê pois, notou-se que se houvesse a disponibilidade de cubas mais preparações fritas seriam oferecidas. A harmonia, repetições e cores das preparações encontram-se monótonas. Logo, percebe-se a importância do nutricionista em restaurantes comerciais para a adequação dos cardápios, visando sempre a qualidade das preparações e a realização do controle higiênico-sanitário e redução de custos do local.

Palavras-chave: Avaliação Qualitativa. Cardápio. Alimentação e Nutrição.

AVALIAÇÃO DA INGESTÃO ALIMENTAR, PESO E PERFIL LIPÍDICO EM RATOS TRATADOS COM EXTRATO DE *Eugenia uniflora* L. (Asteraceae).

Gustavo Andreis¹, Bruno Leonardo Hedel Andrade, Angelo Luiz Stapassoli, Silvana Muraro Wildner, Walter Antonio Roman Junior

¹Núcleo de Fitoterápicos, Área de Ciências da Saúde
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: gusto@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A doença cardiovascular é a principal causa de óbito na população mundial, sendo nos Estados Unidos a responsável por uma em cada seis mortes, com maior fator de risco a dislipidemia, tornando-se alvo para a busca de novos compostos com eficácia terapêutica e menor incidência de efeitos adversos. A biodiversidade brasileira de plantas terapêuticas é bastante rica e a maior parte das atividades alegadas para essas espécies carecem de comprovação científica. Na medicina popular a pitangueira é utilizada como hipolipemiante, no entanto, estudos pré-clínicos na literatura são escassos. **Objetivo:** Avaliar a atividade hipolipidêmica de *Eugenia uniflora* L em ratos submetidos à dieta hipercolesterolêmica. **Metodologia:** O protocolo experimental foi aprovado pelo CEUA da UFPR (protocolo N° 574). Foram utilizados 24 ratos, machos, albinos, Wistar, pesando entre 250 e 300 g. Os animais foram submetidos à dieta hiperlipidêmica por 45 dias, sendo que no décimo quinto dia foram divididos aleatoriamente em 4 grupos experimentais (dieta normal; dieta hipercolesterolêmica controle; dieta hipercolesterolêmica + sinvastatina 4 mg/kg e dieta hipercolesterolêmica + extrato padronizado de *E. uniflora* L 600 mg/kg). O peso dos animais e a quantidade de ração ingerida foram avaliados a cada 5 dias. No final do período experimental, os animais foram anestesiados (xilazina/cetamina) e foram coletadas alíquotas de sangue. Após eutanásia, foram retirados os fígados para pesagens. Foram avaliados no soro, o colesterol total (CT), LDL e HDL colesterol, triacilglicerídeos (TG) e alanina aminotransferase (ALT). **Resultados:** Não ocorreram diferenças na quantidade ingerida de ração entre os grupos avaliados. O perfil lipídico não variou entre os grupos testados e a justificativa para esse fato talvez esteja relacionada com a baixa concentração de colesterol utilizada no método. Os ratos tratados com extrato de *E. uniflora* apresentaram redução de peso. Esse fenômeno talvez esteja relacionado com a atividade diurética apontada em alguns estudos. Não se observaram diferenças entre os grupos com relação à concentração da enzima alanina aminotransferase (ALT) e peso dos fígados, sugerindo ausência de toxicidade para todas as substâncias testadas. **Conclusão:** O modelo biológico utilizando ratos alimentados com ração comercial acrescida de colesterol (0,5%) e ácido cólico (0,1%) não foi eficiente na indução de hiperlipidemia. Extratos de *E. uniflora* não apresentaram atividade hipolipidêmica ao contrário da utilização popular para o vegetal. Extratos da planta são capazes de reduzir o peso corporal em ratos provavelmente através de um efeito diurético promovido por compostos polifenólicos sem proverem toxicidade hepática mensurada através de ALT.

Palavras-chave: *Eugenia uniflora*. Atividade hipolipidêmica. Redutora de peso corporal.

A INSERÇÃO DO TEMA SAÚDE DO TRABALHADOR NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UNOCHAPECÓ

Karine Alievi, Fernanda Metelski, Ana Cristina Kammers, Márcia Luiza Pit Dal Magro

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: kary_alievi@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A saúde do trabalhador constitui uma área onde se busca compreender as relações entre o trabalho e os processos de saúde/doença. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador traz como uma das estratégias para desenvolver essa área, a capacitação de recursos humanos, para o que se preconiza que sejam abordados conteúdos relacionados a essa temática durante a graduação dos profissionais de saúde.

Objetivo: Identificar o tema saúde do trabalhador nos componentes curriculares do curso de Nutrição da Unochapecó. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa junto às ementas e planos de ensino do curso de graduação em Nutrição em busca do tema Saúde do Trabalhador entre os meses de setembro a novembro de 2012.

Resultados: Foram identificadas duas disciplinas que abordam de forma direta em seus conteúdos o tema saúde do trabalhador, sendo elas Nutrição Coletiva III e Nutrição Humana e Dietética III, no entanto, em relação à essa última não foi possível acessar o plano de ensino. A disciplina de Nutrição Coletiva III aborda o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que é estruturado em parceria entre Governo, empresa e trabalhador, e tem como unidade gestora a Secretaria de Inspeção do Trabalho/Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. Dentre os benefícios do PAT para o trabalhador estão: melhoria de suas condições nutricionais e de qualidade de vida; aumento de sua capacidade física; aumento de resistência à fadiga; aumento de resistência a doenças; redução de riscos de acidentes de trabalho. **Considerações**

Finais: Hoje é comum as pessoas se alimentarem fora de casa em especial por condições referentes ao deslocamento de seu domicílio até o local de trabalho. A industrialização, o estresse e a correria do dia-a-dia têm como consequência a má alimentação e o risco de desenvolver Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Considerando que é no trabalho que as pessoas passam a maior parte do seu tempo e que a alimentação adequada é uma das condições essenciais para a promoção da saúde, ressalta-se a importância de ampliar a inserção do tema para outras disciplinas no curso de graduação em nutrição.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Nutrição, Projeto Pedagógico de Curso.

Fonte de financiamento: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ANÁLISE ECOCARDIOGRÁFICA DE VOLUME E DIÂMETRO DE ÁTRIO ESQUERDO EM IDOSOS COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA COM FRAÇÃO DE EJEÇÃO NORMAL

Mariana Cavalli¹, Fernanda Sales², Marines B. Peres, Débora R. Siqueira

^{1,2} Graduação em Medicina

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

¹E-mail: fernandasalesmed@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: É chamada de insuficiência cardíaca com fração de ejeção normal (ICFEN) a insuficiência cardíaca sem comprometimento da função de bombeamento, fração de ejeção $\geq 50\%$, ou seja, há modificação apenas no relaxamento ventricular, também denominada disfunção diastólica (DD). Há três tipos de DD: alteração de relaxamento (grau I), padrão de enchimento pseudonormal (grau II) e padrão restritivo (grau III e IV). A DD leva a alterações no ciclo cardíaco normal repercutindo, em longo prazo, em remodelamento do átrio esquerdo, modificando o padrão de transmissão elétrica. A ecocardiografia é um método diagnóstico não invasivo capaz de mensurar as medidas do diâmetro e volume do átrio esquerdo. **Objetivo:** Analisar a diferença entre as medidas de volume e diâmetro do átrio esquerdo na determinação do remodelamento atrial em pacientes com ICFEN. **Metodologia:** Analisou-se 89 pacientes com mais 60 anos, divididos em dois grupos: ICFEN grau I (n=65) e ICFEN grau II (n=24). O volume do átrio esquerdo foi medido nos cortes apicais de quatro câmaras em sístole ventricular pela fórmula área x comprimento. O diâmetro do átrio esquerdo foi obtido a partir da medida em corte longitudinal paraesternal esquerdo. Ambas as medidas foram divididas pela superfície corpórea para gerar volume do átrio esquerdo indexado (VAE-I) e diâmetro do átrio esquerdo indexado (DAE-I). **Resultados:** 59% dos pacientes tiveram correlação de normalidade entre o VAE-I e o DAE-I, entretanto em 31% dos pacientes o DAE-I encontra-se dentro dos padrões de normalidade e o VAE-I demonstra alterações compatíveis com remodelamento atrial, e, portanto fora da normalidade. Foram feitas análises comparativas da anatomia cardíaca entre o grau I e grau II de ICFEN considerando DAE-I ($1,9 \pm 0,2$ vs. $2 \pm 0,2$ – $p=0,412$), VAE-I ($26 \pm 8,5$ vs. $25,3 \pm 8,1$ – $p=0,712$). **Conclusões:** Não foram observadas alterações anatômicas significativas no átrio esquerdo entre os graus I e II de DD, embora medidas de VAE-I mostrem-se mais fidedignas em relação ao remodelamento que a medida do DAE-I.

Palavras-chave: Átrio esquerdo. Ecocardiografia. Função diastólica ventricular esquerda.

Fontes de financiamento: Não houve fonte de financiamento externo.

CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE CHAPECÓ ACERCA DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SANTA CATARINA

Fabiula Grahl¹, Nádia Kunkel Szinwelski,
Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Sofie Bohrz, Géssica Albani

¹ Bolsista do NIC em promoção da alimentação saudável nas escolas
E-mail: fabiulagrahl@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Em Santa Catarina, a Lei de Regulamentação das Cantinas das escolas de ensino fundamental (Lei nº 12.061/11), tem sido reconhecida como uma importante estratégia de promoção de hábitos alimentares saudáveis, visando à prevenção da obesidade e de outras doenças crônicas não transmissíveis. **Objetivo:** Identificar o conhecimento dos professores das séries iniciais do ensino fundamental da rede pública de Chapecó sobre o PNAE e a Lei de Regulamentação das Cantinas em SC. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, de natureza quantitativa. Os dados foram coletados nas 27 escolas municipais urbanas do município, a população estudada foi composta por 79 professores das séries iniciais do ensino fundamental que aceitaram participar da pesquisa. Foi aplicada entrevista estruturada com os docentes selecionados, contendo questões referentes ao objetivo proposto. **Resultados:** Quanto ao sexo, 7,6% masculino e 92,4% feminino, em relação a idade, 38% tem 20 a 39 anos, 43% tem de 40 a 49 anos e 19% tem de 50 a 59 anos. Sobre o conhecimento do PNAE, 7,6% afirmou conhecer, 29,1% não conhecer e 63,3% afirmou conhecer em partes. Referente à existência da regulamentação na comercialização de alimentos nas cantinas escolares, 82,3% afirmou que sua escola segue a regulamentação, 5,1% não segue e 12,7% não soube responder. Quanto aos alimentos proibidos em cantinas escolares 84,7% dos professores respondeu que são as balas, pirulitos e gomas de mascar, 89,8% refrigerantes e sucos artificiais, 87,3% salgadinhos industrializados, 68,3% salgadinhos fritos, 53,1% pipoca de pacote e 7,1% respondeu que nenhum tipo de alimento é proibido. Quanto a estratégias que devem ser adotadas na escola onde existe cantina: 60,5% sugeriu a adoção de mural informativo, 36,8% distribuição de folder, 75% inserção de nutricionista no ambiente escolar e 1,3% nenhuma sugestão. **Conclusão:** Foi constatado que mais da metade dos professores conhece o PNAE apenas em partes, assim como sabem que existe uma regulamentação para o comércio de alimentos na cantina escolar, sendo proibidos os alimentos industrializados. Diante disso, conclui-se que a temática deve ser abordada de forma mais efetiva no ambiente escolar, oportunizando uma reflexão sobre esta política, que na realidade, se constitui em um dos principais instrumentos para efetivação da segurança alimentar e nutricional no país.

Palavras-chave: PNAE. Conhecimento dos professores. Nutrição.

Fonte de financiamento: Art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

DOENÇAS OCUPACIONAIS NA PERCEPÇÃO DE IDOSAS AGRICULTORAS

Cristiane Regina Gosch; Cleunir Oliveira; Aline Lucca; Lucimare Ferraz

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: Cris.sbeghen@gmail.com.

RESUMO

Introdução: As atividades exercidas pelas mulheres no meio rural vão além dos cuidados com a casa e a família, pois participam também na agricultura levando a uma dupla jornada de trabalho. A continuação do trabalho na agricultura por idosas se dá pelo aumento da migração dos jovens para a área urbana, onde inicialmente saem da agricultura para concluírem seus estudos e não retornam para o meio rural. **Objetivo:** Conhecer a percepção das mulheres idosas, moradoras da zona rural, sobre a relação entre adoecimento e processo de trabalho na agricultura, em Chapecó, Santa Catarina. **Material e métodos:** Adotaram-se os preceitos metodológicos da pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, utilizando como referencial teórico a teoria de que o conhecimento sobre as pessoas só é possível a partir da descrição da experiência humana. Ao todo, entrevistou-se 29 mulheres idosas trabalhadoras da área rural. Os dados foram coletados em forma de entrevistas utilizando-se de um roteiro de perguntas semi-estruturadas. **Resultados:** A análise nos permitiu visualizar que a mudança de ritmo no trabalho com passar da idade diminui, e que a jornada extensa de trabalho, a presença de riscos ambientais e a falta do uso de equipamentos de proteção individual podem gerar alguns problemas de saúde, sendo que o principal encontrado entre as entrevistadas está relacionado a causas osteomusculares, seguido de câncer de pele e depressão. **Conclusões:** Neste estudo concluiu-se que a maioria das entrevistadas tem conhecimentos sobre os agravos que o trabalho pode gerar em seu organismo, mas não tem conhecimento sobre suas dimensões. Mesmo com o pensamento que trabalho é vital para a saúde, sem os cuidados básicos de proteção individual ele pode ser gerador de várias doenças ocupacionais variando de acordo com as condições do ambiente.

Palavras-chave: Idosa. Doença Ocupacional. Meio rural.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE SAÚDE DO PACIENTE HIPERTENSO E SUA RELAÇÃO COM A ADESÃO AO TRATAMENTO NÃO MEDICAMENTOSO

Daniela Bilibio¹, Adaiane Maria Zeni, Janaina Martins, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: daniela.bilibio@hotmail.com.br

RESUMO

Introdução: As doenças crônicas não transmissíveis são as principais causas de óbito em todo o mundo, destaca-se entre elas a hipertensão arterial que atinge aproximadamente 20% da população brasileira. A não adesão terapêutica resulta em falta de resposta terapêutica, agravamento da enfermidade, introdução de novos medicamentos desnecessários e o surgimento de efeitos colaterais. Entre as causas da baixa adesão aos tratamentos propostos estão os aspectos socio-demográficos, as crenças e hábitos de vida do paciente.

Objetivo: Relacionar concepções e práticas do paciente hipertenso e seus hábitos de vida com a adesão ao tratamento medicamentoso. **Metodologia:** Estudo descritivo, quantitativo, realizado com hipertensos atendidos em dois Centros de Saúde com Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) implantada, no município de Chapecó (SC). Foram selecionados 93 pacientes de modo aleatório, sendo somente foram incluídos neste estudo pacientes cadastrados como hipertensos no Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Para coleta de dados foi utilizado questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas foram realizadas no domicílio do paciente. **Resultados:** Observou-se que 53,8% dos pacientes entrevistados não possuem conhecimento da sua doença, bem como, 42,5% destes não sabem relatar o que causou a sua hipertensão, no entanto 45,2% dos entrevistados associou a sua condição de hipertenso a hábitos alimentares, práticas de saúde (sedentarismo) e condições de vida (estresse). De modo contraditório, 59,1% dos entrevistados relata que não pratica nenhuma atividade física, enquanto 14% relataram ser fumantes, ou seja observou-se entre a população estudada a ocorrência de fatores de risco para agravamento das doenças cardiovasculares. Quanto questionados sobre o controle da alimentação, 83,9% dos entrevistados relatam que atualmente cuidam da alimentação e não se consideram acima do peso ideal. **Conclusão:** Identificou-se que os hipertensos entrevistados reconhecem as condições de vida, os hábitos alimentares e a prática de exercício físico como causas de sua hipertensão, no entanto demonstram adesão ao tratamento não medicamentoso destinado ao controle da hipertensão apenas com adoção de cuidados com a alimentação. Desta forma identifica-se a importância da presença constante da família e da equipe multidisciplinar para estimular a adoção de uma dieta rica em frutas, vegetais e alimentos com baixo teor de gorduras, bem como a diminuição ou abolição do consumo de álcool e fumo, assim como a prática regular de atividades físicas.

Palavras chave: Hipertensão. Tratamento não medicamentoso. Hábitos de vida.

Fonte de financiamento: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Viviane Zulian¹, Carin Guarda, Maria Assunta Busato,
Junir Antônio Lutinski, Vanessa da Silva Corralo, Sandra S. M. Sabedot

¹Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: vivizulian@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Animais peçonhentos são aqueles que produzem peçonha e possuem órgão inoculador, sendo responsáveis por causar acidentes que podem provocar complicações locais, gerando sequelas e em casos mais graves, evoluir ao óbito. Na região sul, predominam aracnídeos dos gêneros *Loxosceles* (conhecidos como aranha-marrom) e *Phoneutria* (armadeira), serpentes dos gêneros *Bothropoides* (jararaca), e *Micrurus* (coral-verdadeira), lagartas do gênero *Lonomia* e escorpiões do gênero *Tityus*, os quais são responsáveis pelo maior número de acidentes. **Objetivo.** Identificar os acidentes por animais peçonhentos ocorridos em municípios do oeste do Estado de Santa Catarina relativos ao período de 2008 a 2012. **Metodologia.** Foram coletados dados referente ao número de acidentes no banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-NET), correspondente aos 37 municípios da 4ª Regional de Saúde de Chapecó. Os dados foram tabulados através do programa Excel For Windows®. **Resultados.** Os animais que mais causaram acidentes no período analisado foram as aranhas, com 1.684 notificações. A faixa etária mais acometida por acidentes com animais peçonhentos foi entre 20 e 49 anos (mais de 40% das notificações). Essa faixa etária inclui a população economicamente ativa, o que pode justificar o alto índice de acidentes. Em relação ao sexo, os homens foram os mais acometidos, representando 52% dos acidentes. Para o total dos acidentes no ano de 2008, foram notificados 193 acidentes por animais peçonhentos. Já no ano de 2009, houve um aumento no número de notificações, subindo para 541. Nos anos de 2010 e 2011 o número de notificações permaneceu estável, sendo registrados 475 e 490 acidentes, respectivamente, enquanto no ano de 2012, as notificações aumentaram, chegando a 906 acidentes notificados. A prevalência dos acidentes para cada mil habitantes foi maior no município de Sul Brasil (mais de 21 acidentes/mil pessoas), seguido pelo município de Planalto Alegre (19,21 acidentes/1000 hab.). **Considerações finais.** O número de acidentes com animais peçonhentos teve um aumento progressivo nos anos estudados. As notificações desses acidentes evidenciam que este pode ser considerado um problema de saúde pública nesta região, indicando a necessidade de ações voltadas à prevenção a estes agravos.

Palavras-chave: Notificações. Animais peçonhentos. Saúde pública.

Fonte de Financiamento: PIBIC/FAPE.

PERFIL DOS TRABALHADORES ACOMETIDOS PELOS AGRAVOS EM SAÚDE NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC NO ANO DE 2012

Dulce Andreia de Oliveira ¹, Anna Claudia Baptista,
Camila Caroline Silva, Denize Maria Müller, João Antonio Ferreira, Sindhy Mara Longo

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: dulceandrea@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Neste trabalho resume-se achados epidemiológicos de morbi-mortalidade decorrentes de acidentes de trabalho e doença ocupacional ocorridos com trabalhadores e notificados no município de Chapecó no ano de 2012. **Objetivo:** Identificar o perfil dos trabalhadores acometidos pelos agravos em saúde notificados no município de Chapecó no ano de 2012. **Metodologia:** É um estudo quantitativo desenvolvido por acadêmicos e preceptores participantes do projeto de pesquisa Pró – Pet - Saúde 3, subprojeto: Rede de cuidados em saúde do trabalhador da UNOCHAPECÓ. Foi utilizado como fonte de dados 1.243 (100%) notificações de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais realizadas no município de Chapecó no ano de 2012, presentes no CEREST - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. **Resultados:** os dados apontam que, dos trabalhadores cujos agravos foram notificados, 804 (65%) são do sexo masculino, 436 (35%) do sexo feminino. Dos agravos em trabalhadores do sexo masculino 524 (65,17%) são de Lesões, envenenamentos e algumas consequências de causas externas (cap XIX da CID-10 - códigos S00-T98), seguido de 122 (15,17 %) das Causas externas de morbidade e de mortalidade (cap XX -V01-Y98) e 117 (14,55%) de Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (cap XIII - M00-M99). Do sexo feminino os agravos mais notificados também são do capítulo XIX da CID-10, 211 (48,39%), sendo as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo: M00-M99 132 (30,27%) o segundo grupo mais notificado. Ocorreram 6 notificações de gestantes. Com relação a idade a maior parte dos agravos 414 (33,3%), independente de sexo, ocorreu com trabalhadores entre 20 e 29 anos. Quanto ao bairro de residência, constatou-se que 105 (8,44%) residem no bairro Efapi, 79 (6,35%) no Bela Vista e 77 (6,19%) no Universitário do total dos 1206 (97,02%), casos que residem em Chapecó. **Considerações finais:** O maior número de notificações ocorreu com trabalhadores do sexo masculino e entre os agravos relevantes as Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo acometem mais o sexo feminino. A maioria dos trabalhadores acometidos, independente do sexo, é jovem e observou-se que em alguns bairros reside um grande número desses trabalhadores. Estes resultados servem como indicador para o planejamento das capacitações do CEREST junto à rede de saúde, possibilitando a realização de um trabalho de ações continuadas na rede com a educação permanente.

Palavras- chave: Saúde. Trabalhador. Notificação.

Fonte de financiamento: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A INCLUSÃO DIGITAL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA MACRORREGIÃO EXTREMO OESTE II DE SANTA CATARINA

Érica Paula Terribille¹, Adriana Cristina Hillesheim

¹Dicente do 9º período do curso de graduação em Fisioterapia
Universidade Comunitária de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: ericafisio@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: No Brasil, há necessidade de novas formas de fazer e entender a Comunicação para o fortalecimento da participação e do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS), demonstrando de extrema influência sobre as ações desenvolvidas pelos gestores na comunidade. O Programa de Inclusão Digital (PID) tem contribuído para que os conselhos de saúde sirvam-se da informática e da internet como ferramentas para busca de informações em saúde e para melhorar a comunicação entre conselhos e também com a sociedade. **Objetivo:** Identificar as possibilidades de acesso aos meios digitais de comunicação dos conselhos municipais de saúde da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) da Macrorregião Extremo Oeste II de Santa Catarina. **Metodologia:** Esta pesquisa é de caráter quantitativo e qualitativo com estudo descritivo exploratório. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo das entrevistas realizadas. Os sujeitos da pesquisa foram 10 de um total 25 representantes do controle social, membros que compõem a CIES da Macrorregião Extremo Oeste II Santa Catarina, a qual tem sede na cidade de Chapecó. **Resultados:** O estudo apontou que todos os representantes possuem escolaridade entre segundo e terceiro grau completos. Dos sujeitos dois participantes não fazem parte do CMS, embora todos tenham sido indicados como representantes do controle social dos municípios. Com relação ao uso de meios digitais oito participantes referiram possuir acesso à internet, seja em casa ou no local de trabalho. Quando ao repasse de informações do CMS, apenas quatro apontaram os meios digitais como forma de repasse. Quanto à forma de comunicação entre os conselheiros, apesar de 90% referir que conhece os demais conselheiros nenhum referiu ter comunicação entre eles fora dos momentos das reuniões. **Conclusão:** Este estudo mostrou que a indicação de representantes do controle social ainda é um desafio, pois ocorrem falhas na indicação dos mesmos para o cargo. O acesso a informações referentes ao controle social ainda ocorre de forma pontual, onde cada conselheiro acessa conforme disponibilidade própria, afinal, na região estudada nenhum município dispõe de espaço apropriado para acesso a meios digitais pelos conselheiros que referem acessar as informações por cópia física e sem realizar discussões com os demais conselheiros. A efetivação de políticas públicas em saúde depende da melhoria da qualidade na representação social bem como o uso do meio digital para atingir maior número de cidadãos envolvidos com o controle social.

Palavras-chave: Inclusão digital. Controle social. Conselhos Municipais de Saúde.

PRÓ-SAÚDE: PROMOVENDO MUDANÇAS NOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE

Natália Hoefle¹, Ana Cláudia Ferrão, Maria Elisabeth Kleba,
Fátima Ferretti, Liane Colliselli, Márcia Regina da Silva

¹Discente do 7º período de Curso de Enfermagem, Bolsista de Pesquisa
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: nataliah@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Diante da necessidade de mudanças no perfil dos profissionais de saúde para consolidação do SUS, o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Saúde e Educação, vem implementando estratégias indutoras de transformações como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), que objetiva promover mudanças nos processos pedagógicos, de gestão e atenção à saúde. A Unochapecó, em parceria com a Secretaria da Saúde de Chapecó e Gerência Regional de Saúde do Estado, assume esse compromisso desde 2005, mediante aprovação e implementação do Pró-Saúde.

Objetivo: Identificar mudanças produzidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da área da saúde e nos Planos de Ensino dos componentes curriculares vinculados ao projeto Vivências Interdisciplinares e Multiprofissionais (VIM) da Unochapecó. **Metodologia:** Estudo de análise documental dos PPCs dos cursos que atendiam os seguintes critérios: serem disponibilizados pela coordenação do curso e dispor de projetos diversos em 2005 e 2010, sendo assim incluídos os cursos de Enfermagem e Farmácia. Para análise utilizou-se palavras-chaves baseadas nos eixos do Pró-Saúde. A análise dos planos de ensino contemplou Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina, pois possuíam componentes curriculares vinculados ao VIM em 2006 e 2010 possibilitando comparação. **Resultados:** No PPC de 2010, a enfermagem traz o cuidado holístico e promoção da saúde como eixo curricular, pensando no ser humano como um todo e levando em consideração a educação permanente da equipe de enfermagem, o diálogo, vivências e reflexões em grupo para a formação profissional, o que não está evidente no PPC de 2006. O curso de farmácia teve apenas uma alteração curricular em 2010, não representando mudanças nos PPCs. Ambos os cursos propõem cenários de práticas diversos ao longo da formação. Nos planos de ensino, a medicina em 2006 considerava o VIM como 25% da avaliação, sendo o percentual suprimido em 2010. A enfermagem não mencionava o VIM nos planos de ensino de 2006, já em 2010 passou a considerá-lo como avaliação de G1 nos Núcleos 5 – Ciclo da vida no contexto biológico III e 6 – Cuidado e educação em saúde. A fisioterapia e farmácia foram os cursos que mais deram ênfase ao VIM nos planos de ensino, considerando-o como eixo norteador de toda a disciplina.

Considerações Finais: Percebeu-se uma preocupação crescente dos cursos em relação à necessidade de mudanças nos processos de formação profissional a partir da implementação do Pró-Saúde na Unochapecó, evidenciada pelos avanços registrados nos PPCs e planos de ensino.

Palavras-chave: Ensino na Saúde. Pró-Saúde. Mudanças na Formação. Orientação Pedagógica.

Fonte de Financiamento: Governo do Estado, ARTIGO 171 – Constituição Estadual; FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

ESTADO NUTRICIONAL DE SOLDADOS BOMBEIROS MILITARES DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Materli Soeiro, Fernanda Confortin

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: materlis@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina possui como Missão prover e manter serviços profissionais e humanitários que garantam a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, visando proporcionar qualidade de vida a sociedade. Para isso, os bombeiros devem manter-se sempre bem preparados fisicamente, sendo fundamental para este resultado que seu estado nutricional esteja adequado.

Objetivo: Avaliar o estado nutricional de soldados bombeiros militar pertencente a uma corporação do oeste do estado de Santa Catarina. **Métodos:** Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, com análise quantitativa dos dados. Participaram do estudo 35 homens soldados bombeiros atuantes pertencentes ao Corpo de Bombeiros Militar de Chapecó/SC, com idade média de $34,46 \pm 8,63$ anos. Para a avaliação do estado nutricional foram utilizados métodos antropométricos e de inquérito alimentar. A classificação do estado nutricional segundo o IMC (kg/m^2) e a razão cintura quadril (RCQ) ocorreu de acordo com os pontos de corte estabelecidos pelo OMS (1998), o % de gordura corporal foi classificado segundo Petroski (2009). O estudo dietético foi analisado através do programa Avanutri versão 4.5 e a adequação nutricional determinada conforme as recomendações das Dietary Reference Intakes (DRI's) (2002) e do Guia alimentar da população brasileira (2008). Os resultados estão sendo apresentados através de média e desvio padrão. **Resultados:** O resultado da classificação nutricional segundo o IMC revelou eutrofia (IMC médio de $24,92 \pm 3,07 \text{ kg}/\text{m}^2$). A condição de sobrepeso foi encontrada a partir da classificação do % de gordura corporal, com média correspondente a $22,08 \pm 8,47\%$. Quando avaliada a localização na distribuição da gordura corporal e sua indicação para o risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), pode-se observar média correspondentes a circunferência da cintura de $88,04 \pm 7,20\text{cm}$ e RCQ de $0,89 \pm 0,05$, sendo classificados os indivíduos avaliados em baixo risco. Em relação ao estudo dietético foi observado adequação no consumo de calorias totais e na distribuição calórica de carboidratos, proteínas e lipídios. Também, foi observado elevado consumo de colesterol ($267,9 \pm 33,60\text{mg}$). **Conclusão:** Contudo, recomenda-se o desenvolvimento de atividades voltadas a educação nutricional, a fim de assegurar a saúde e o bem estar dos mesmos.

Palavras-chaves: Antropometria. Estado nutricional. Corpo de bombeiros.

Fonte financiadora: FUNDO DE APOIO A PESQUISA UNOCHAPECÓ/ Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica em Crescimento Físico, Antropometria, Estado Nutricional e Maturação Sexual.

MAPEAMENTO DOS USUÁRIOS AFASTADOS DO TRABALHO EM UM CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Danieli Spagnol, Daniel Andolfatto, Andressa Rezende, Karine Alievi, Ana Cristina Kammers, Fernanda Metelski, Marcia Luiza Pitt Dal Magro

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: danispag@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A Saúde do Trabalhador constitui uma área de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) e está contemplada na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de 2012. As ações em saúde do trabalhador direcionam-se ao estudo e intervenção nas relações entre o trabalho e o processo saúde-doença, considerando a dinamicidade e as influências do modelo produtivo. **Objetivos:** Identificar os trabalhadores afastados do trabalho vinculados ao Centro de Saúde da Família SAIC de Chapecó/SC. **Materiais e métodos:** A pesquisa faz parte do projeto proposto pelo Pró-Pet-Saúde, subgrupo denominado "Rede de Cuidados em Saúde do Trabalhador". Os pesquisadores elaboraram um instrumento e capacitaram as agentes comunitárias de saúde (ACS) durante o período de maio de 2013, para que estas identificassem e registrassem os trabalhadores usuários que se encontravam afastados do trabalho em suas respectivas microáreas. **Resultados:** Foram identificados pelas ACS 32 trabalhadores afastados do trabalho. Entre estes predominaram trabalhadores do sexo feminino e trabalhadores cuja faixa etária localizava-se entre 40 a 59 anos. As principais ocupações desses trabalhadores são auxiliar de limpeza (37,5%) e auxiliar de produção (21,9%). Os setores produtivos responsáveis pelo maior número de afastamentos foram os serviços domésticos e agroindústria. O principal motivo de afastamento estava relacionado às doenças do sistema osteomuscular (84,4%), e os demais motivos foram transtornos mentais e comportamentais, doenças do aparelho circulatório e causas externas (acidente de trabalho). Cerca de 2/3 dos trabalhadores estão afastados há mais de um ano, a maioria entre 4 e 6 anos de afastamento, intermitente ou não. **Considerações finais:** A prevalência de casos de trabalhadores afastados do trabalho por LER/DORT pode estar relacionada ao tipo de atividade realizada, que no caso das ocupações identificadas são predominantemente repetitivas e que tem elevada carga física. Os trabalhadores afastados há mais tempo, e, portanto, os mais cronicados, foram mais facilmente identificados pelas ACS. Estes resultados reforçam a necessidade de intensificar as ações voltadas para promoção da saúde e a proteção do trabalhador, traduzidas nas ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, bem como na organização dos serviços assistenciais para melhor atender os agravos decorrentes do trabalho.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador. Ocupações. Licença Médica.

Fonte de financiamento: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

CONSUMO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EM PACIENTES HIPERTENSOS ATENDIDOS POR EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE CHAPECÓ - SC

Janaina Martins¹, Adaiane Maria Zeni, Daniela Bilibio, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: farmaciajm@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A hipertensão arterial é umas das doenças crônicas preexistentes mais frequente, sendo considerada um fator de risco importante para múltiplas doenças, dentre elas a depressão, onde há interações tanto no aspecto psicossocial quanto genético. Uma vez associados, o uso de psicotrópicos e anti-hipertensivos, aumenta a possibilidade de ocorrer acidentes vasculares cerebrais e conseqüentemente, à mortalidade por causas cardiovasculares. **Objetivo.** Avaliar o consumo de medicamentos psicotrópicos em pacientes hipertensos atendidos por equipes da Estratégia de Saúde da Família no município de Chapecó - SC. **Metodologia.** Estudo descritivo, quantitativo, realizado em Centros de Saúde com Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), no município de Chapecó (SC). Foram selecionados 93 pacientes de modo aleatório, cadastrados como hipertensos no Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Para coleta de dados foi utilizado questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas foram realizadas no domicílio do paciente. **Resultados parciais.** Identificou-se que 72% dos hipertensos entrevistados relatam a existência de outros problemas de saúde, sendo que 64,5% utilizam medicamentos para tratar tais problemas de saúde concomitante ao tratamento medicamentoso da pressão arterial. As doenças de maior prevalência relatadas pelos hipertensos foram: doenças de coluna (34,4%); depressão (23,7%); doenças reumatológicas (18,3%); diabetes *mellitus* (14%); doenças cardiovasculares (12,9%), rinite alérgica (11,2%), úlcera de estômago (11,2%) e problemas respiratórios (6,5%). **Conclusão.** A depressão não tratada em pacientes com hipertensão arterial tende a ter um curso mais prolongado ou recorrente, necessitando de uma intervenção mais específica. O uso de psicotrópicos associado aos medicamentos de controle da hipertensão arterial pode induzir efeitos cardiovasculares potencialmente graves, havendo, recomendação para o desenvolvimento de acompanhamento farmacoterapêutico de tais pacientes, com envolvimento de todos os profissionais da equipe multiprofissional de saúde, do hipertenso e da família. Esta pode ser uma estratégia para a identificação das possíveis reações adversas e agravos associados ao consumo de medicamentos, que subsidiaria uma atuação individualizada visando o aumento da adesão ao tratamento medicamentoso e a melhoria da saúde, considerando as especificidades de cada paciente.

Palavras-Chave. Hipertensão Arterial. Psicotrópicos. Acompanhamento farmacoterapêutico.

Fonte financiamento: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

ADESÃO A TRATAMENTO MEDICAMENTOSO EM PACIENTES HIPERTENSOS

Adaiane Maria Zeni¹, Janaina Martins, Daniela Bilibio, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: adaianemzfarmacia@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A hipertensão arterial é uma doença crônica degenerativa, onde a pressão arterial está elevada. A hipertensão arterial caracteriza-se como um problema silencioso, pois o hipertenso não apresenta sintomas durante anos. A adesão ao tratamento da hipertensão arterial vem sendo considerada um processo comportamental complexo, fortemente influenciado pelo meio ambiente, pelo indivíduo, pelos profissionais de saúde e pelos cuidados de assistência médica e perpassado por dimensões biológicas, socioeconômicas, psicológicas e culturais. **Objetivo:** Identificar fatores interferentes sobre a adesão ao tratamento medicamentoso entre hipertensos atendidos no Sistema Único de Saúde de Chapecó (SC). **Metodologia:** Estudo descritivo, quantitativo, realizado com hipertensos atendidos em dois Centros de Saúde com Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) implantada, no município de Chapecó (SC). Os pacientes foram selecionados de modo aleatório, utilizando-se como critério de inclusão pacientes cadastrados como hipertensos no Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Para coleta de dados foi utilizado questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas foram realizadas no domicílio do paciente. **Resultados parciais:** Foram entrevistados 93 hipertensos, dos quais 90,3% possuem o hábito de medir a pressão arterial e 95,7% fazem acompanhamento regular com profissionais de saúde. Entre os entrevistados, 97,8% utilizam medicamentos de uso contínuo para controle da Hipertensão Arterial e 64,5% também utilizam outros medicamentos de forma contínua para tratamento de outras doenças. Destaca-se que a maioria dos entrevistados afirmou não ter problemas para: consumir os medicamentos (96,8%); abrir as embalagens (93,5%); ler o nome dos medicamentos (82,9%); ter acesso aos medicamentos (88,2%). Ainda, 90,3% retiram os medicamentos no SUS; 95,7% dos entrevistados não relataram a ocorrência de reações adversas e 90,3% dos hipertensos afirmaram não necessitar de ajuda para consumir os medicamentos, no entanto 66,7% dos entrevistados afirmam, às vezes, ter problemas para lembrar de tomar seus medicamentos. **Considerações finais:** Este estudo demonstrou a importância da interação constante entre a equipe de saúde e o paciente hipertenso para o controle da pressão arterial e consequentemente aumento da qualidade de vida do hipertenso. O acesso aos serviços de saúde e aos medicamentos identificados neste estudo, são fatores que favorecem a adesão ao tratamento medicamentoso e consequentemente o controle da pressão arterial.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Adesão ao tratamento medicamentoso. Acesso a medicamentos.

Fonte financiamento: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E AGRAVOS EM SAÚDE DO TRABALHADOR NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC

Ana Cristina Kammers, Fernanda Metelski, Marcia Luiza Pit Dal Magro, Andressa Rezende, Daniel Andolfatto, Karine Alievi, Danieli Spagnol

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mai: anakammers@msn.com

RESUMO

Introdução O campo da saúde do trabalhador está voltado para o estudo e intervenção nos processos de saúde-doença em sua relação com o trabalho. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de 2012 reafirma que os CEREST devem estar voltados para promoção da saúde e a proteção do trabalhador, por meio de ações de vigilância dos riscos do trabalho, bem como na organização dos serviços assistenciais aos trabalhadores com agravos decorrentes do trabalho. **Objetivo:** Analisar a relação entre trabalho e ocupação dos trabalhadores com os agravos de saúde notificados no CEREST Chapecó. **Método:** Foi realizada pesquisa documental por meio de consulta às notificações de agravos relacionados ao trabalho recebidas pelo CEREST, referentes ao município de Chapecó no ano de 2012. Os dados foram digitados no Excel e tabulados com o auxílio do Software Epi Info 7. **Resultados:** Em 2012, o número de agravos notificados no município de Chapecó foi 1.243. Desse total, em 445 notificações (35,8%) não foi possível identificar a ocupação dos trabalhadores e em 174 notificações (13,99%) não constava o nome da empresa. Em relação às ocupações mais frequentes, destacam-se os trabalhadores dos serviços, com 195 registros (15,68%), seguidas dos trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil, com 99 registros (7,96%) e das funções transversais, com 75 registros (6,27%). Os principais setores produtivos em que estão inseridos esses trabalhadores são administração pública, defesa e seguridade social, com 130 registros (10,45%), seguidos do setor de fabricação de produtos alimentícios com 106 registros (8,52%) e da construção de edifícios com 102 registros (8,2%), sendo que esses dois últimos, representam parcela importante da força de trabalho ocupada no município. Em relação aos agravos que acometem os trabalhadores das ocupações mencionadas, esses seguiram a tendência do total de notificações. Nessas o maior número de registros diz respeito às lesões, envenenamentos e consequências de causas externas (59,29%), seguidas das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (20,11%) e das causas externas de morbidade e de mortalidade (13,83%). Nesse sentido, 79% das notificações são de acidentes de trabalho e 21% de doenças ocupacionais. **Conclusões:** Há necessidade de criar uma ficha de notificação específica para a saúde do trabalhador, realizar ações permanentes de capacitação quanto ao adequado preenchimento das notificações e implementar o sistema de informação utilizado pelo CEREST Chapecó a fim de possibilitar a geração de relatórios com cruzamento de dados.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Notificações, Agravos.

Fonte de financiamento: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

PLANOS DE SAÚDE E PLURIANUAL COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA PAUTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Keila Zampirom¹, Maria Elisabeth Kleba, Dunia Comerlatto

¹Acadêmica do 10º período do curso de Psicologia, bolsista de Pesquisa
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: keilaz@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. O Plano Municipal de Saúde (PMS) é o principal instrumento de gestão no SUS e deve estar em sintonia e, ao mesmo tempo, servir de base para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), desenvolvido no primeiro ano de gestão pelo governo municipal. Como orientadores do planejamento público, esses devem ser incorporados na perspectiva de instrumentalizar a implementação, o acompanhamento e a avaliação das políticas no município. **Objetivo(s).** Identificar o reconhecimento do Plano Municipal de Saúde e do Plano Plurianual como instrumentos de gestão da política de saúde pelo Conselho Municipal de Saúde de Chapecó (CMS). **Metodologia.** Este estudo, com abordagem qualitativa, obteve seus resultados por meio da análise temática das atas do Conselho Municipal de Saúde referentes ao período de 2005 a 2009. **Resultados.** Identificou-se, como fragilidade, que o PMS esteve presente na pauta do CMS apenas em quatro reuniões durante o primeiro ano de governo, período em que deve ser submetido à aprovação em todos os municípios brasileiros. Além disso, o PPA não foi identificado como tema debatido e, muito menos, associado à deliberação do PMS. Após sua aprovação, não verificamos o registro do PMS nas discussões do conselho no período analisado, seja no acompanhamento das ações previstas e realizadas no município, como também na definição ou revisão de prioridades. Por outro lado, foram identificadas iniciativas de representantes de entidades durante o processo de deliberação do PMS, visando criar comissões para aprofundar o debate e ampliar a participação da comunidade, que no entanto não foram efetivadas. O PMS, apesar de sua relevância e de implicar em grande complexidade, tem sido deliberado com pouco aprofundamento, com a justificativa do tempo limitado para sua aprovação. Isso pode acarretar pouco crédito ou compreensão de sua importância na qualificação mas também na sustentação do processo decisório dos conselhos gestores. Nesse contexto, corre-se o risco de ter um PMS cartorial, descolado dos processos de gestão efetivados tanto pelo poder executivo quanto pelo conselho gestor. **Considerações Finais.** Considerando a importância do Plano de Saúde e Plano Plurianual no planejamento do SUS, o conselho municipal tem como desafio instituí-los como instrumentos efetivos de gestão, favorecendo a capacidade desse fórum para acompanhar sua implementação, promovendo maior impacto da participação social sobre as políticas públicas do município.

Palavras-chave: Participação social. Instrumentos de gestão. Conselhos gestores. Gestão de Políticas Públicas.

Fonte de Financiamento: CNPq - Edital Universal 2010; Governo do Estado de Santa Catarina - Artigo 171. Constituição Federal.

FATORES DE RISCO PARA A MORTE FETAL EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL

Joziane Gosch; Dayana Beckauser; Josieli Agostini; Letícia de Lima Trindade

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: jozianegosch@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Óbito fetal caracteriza-se pela perda do produto da concepção, após a 22ª semana de gestação, sua confirmação pode ser feita por meio de exame clínico, quando se percebe a parada da movimentação fetal, a ausência dos batimentos cardíaco-fetais e interrupção do crescimento uterino. **Objetivo:** conhecer a incidência de natimortalidade no município de Chapecó/SC nos últimos oito anos. Este município foi escolhido por ser referência na Região Oeste de Santa Catarina, por possuir um Hospital Amigo da Criança, e contar com o Programa de Saúde da Mulher. **Material e métodos:** Trata-se de uma pesquisa descritiva e retrospectiva que utilizou como fonte de dados o Sistema de Informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), e os dados disponíveis na vigilância epidemiológica da cidade de Chapecó no período de 2005 a 2012. **Resultados:** A análise da distribuição dos dados revela que houve um taxa de mortalidade no período pesquisado de 6,19 natimortos para cada 1.000 nascidos vivos. A causa mais comum entre os registros foi feto e recém-nascidos afetados por afecções originadas no período perinatal, a qual totalizou 78,21% dos casos de óbito. O sexo masculino totalizou 58,60%, e quanto à idade da gestante a mais acometida foi à faixa etária entre 21 a 30 anos, na qual corresponde a 63 % do total, sendo que o número de partos cesários foi maior que o parto vaginal. **Considerações finais:** O presente estudo permitiu conhecer a prevalência de natimortalidade do município, destacando-se a necessidade de melhoria do controle das doenças no período gestacional e um melhor acompanhamento pré-natal com continuidade. Ainda enfatiza-se a necessidade de intervenções na qualidade da atenção ao pré-natal e parto como também o aprimoramento do SIM melhorando a realidade brasileira.

Palavras-chave: Morte fetal; Perinatal; fatores de risco.

PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS DE UM CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A QUEIXA EM SAÚDE E O TRABALHO

Andressa Rezende, Karine Alievi, Daniel Andolfatto, Danieli Spagnol, Fernanda Metelski, Ana Cristina Kammers, Marcia Luiza Pit Dal Magro

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: andressarezende@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O trabalho constitui uma das ações mais importantes da vida do ser humano, é por meio dele que se obtêm condições para a subsistência. Espera-se que as condições de trabalho oferecidas pela sociedade respeitem a vida e a saúde do trabalhador, permitindo tempo para descanso, lazer e realização pessoal. O fortalecimento da área de saúde do trabalhador no SUS passa pelo reconhecimento do trabalho como uma categoria fundamental nos processos de saúde e doença e pela inserção efetiva de ações na Atenção Básica.

Objetivos: Identificar a percepção dos usuários quanto à relação entre sua queixa em saúde e o trabalho na busca por atendimento em um Centro de Saúde da Família. **Materiais e métodos:** Esta pesquisa foi realizada no CSF SAIC de Chapecó/SC em todos os turnos de atendimento desse serviço no período de uma semana durante o mês de maio de 2013. Foi aplicado um formulário elaborado pelo grupo de pesquisa, a todos os usuários que eram chamados na sala de sinais vitais, antes da consulta médica ou de enfermagem. Foram excluídas dessa pesquisa as crianças. O instrumento continha três perguntas sobre o tipo de atendimento, o motivo da consulta (queixa) e relação da queixa com o seu trabalho. Esta pesquisa faz parte do projeto "Rede de Cuidados em Saúde do Trabalhador" vinculado ao Pró-Pet Saúde. **Resultados e discussão:** Responderam ao formulário 130 usuários. Desses, 22 usuários (17%) relacionaram sua queixa em saúde na busca por atendimento ao trabalho que realizavam. Quanto ao tipo de atendimento, 19 usuários buscavam consulta médica e 3 buscavam consulta de enfermagem. Os motivos da consulta referidos pelos usuários que identificaram a relação da queixa em saúde com o trabalho foram: problemas osteomusculares (32%); hipertensão (18%); mostrar exames (14%); problemas neurológicos (14%); problemas psicológicos (9%); e outros (13%). **Considerações Finais:** Em uma semana de pesquisa observou-se que 22 usuários relataram procurar o Centro de Saúde da Família com queixas relacionadas ao trabalho, dado que se for projetado para um mês, representaria 88 consultas no serviço de saúde, e em um ano, 1056 consultas. Essa grande demanda requer um olhar atento dos profissionais de saúde para o reconhecimento da categoria trabalho nos processos de adoecimento e remete à importância de promover condições e ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Também mostra como a Atenção Básica nesse território é referência para os usuários lidarem com os problemas de saúde relacionados ao trabalho.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Trabalho, Doenças.

Fonte de financiamento: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: ANALISANDO POTENCIAIS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Eloisa Aparecida Pires¹, Fabiana Carla Dalla Costa,
Mônica Ferronato, Maria Elisabeth Kleba, Luciana Hendges

¹Estudante do Curso de Enfermagem, bolsista de Extensão
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: elo.pires@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A participação da comunidade é fundamental na organização do modelo assistencial, tendo a enfermagem papel fundamental em sua promoção. Nessa perspectiva, a comunidade torna-se parceira na promoção da saúde, tendo reconhecida sua capacidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. **Objetivo:** Identificar potenciais de promoção à saúde baseados na participação da comunidade, com vistas à impulsionar mudanças nas práticas profissionais junto à estratégia saúde da família, de acordo com a realidade do território. **Metodologia:** Estudo qualitativo, que utiliza a Pesquisa Convergente Assistencial, sendo realizado em um Centro de Saúde da Família no Município de Chapecó no primeiro semestre de 2013. Os dados foram obtidos utilizando-se observação participante nos espaços da unidade de saúde e comunidade, entrevistas com lideranças da comunidade, elaboração do mapa inteligente com as agentes comunitárias de saúde, grupos focais com a equipe de enfermagem e reuniões do Conselho Local de Saúde. O diagnóstico teve como base o referencial de Imogene King, que cita três sistemas no desenvolvimento do processo de enfermagem juntamente com as quatro dimensões da Política Nacional de Atenção Básica que definem a participação da comunidade. **Resultados:** Os resultados foram organizados a partir dos Sistemas propostos por King. O *sistema pessoal* salientou sentimento favorável de autoestima e envolvimento dos moradores na melhoria das condições de vida em seu ambiente. O *sistema interpessoal* revelou organizações não governamentais do território como espaços relevantes de promoção da saúde. No *sistema social*, as organizações governamentais garantem o acesso a recursos de promoção da saúde, mas têm poucas iniciativas favoráveis à participação da comunidade na tomada de decisões relativas às suas condições de vida, que possam fortalecer sua autonomia e seu poder para mobilizar recursos e atingir metas. A enfermagem refere dificuldades para desenvolver iniciativas de promoção da participação da comunidade, relacionadas à mudança frequente da coordenação da unidade e consequentes rupturas no planejamento da equipe. **Considerações Finais:** As ações realizadas possibilitaram identificar e reconhecer potenciais e dificuldades da comunidade orientados pelos três sistemas de King, o pessoal, interpessoal e social. Destacamos como dificuldades para participação da comunidade a falta de planejamento da unidade, uma compreensão restrita sobre os grupos da unidade e a fragmentação dos serviços que existem na comunidade. Os potenciais identificados foram uma comunidade com percepção positiva sobre a mesma e organizada.

Palavras-Chaves: Participação da Comunidade. Promoção da Saúde. Assistência de Enfermagem. Saúde da Família.

Fonte de Financiamento: Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde.

ABORDAGEM DO TEMA SAÚDE DO TRABALHADOR NO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UNOCHAPECÓ

Andressa Rezende, Fabiane Felkiker, Fenanda Metelski,
Ana Cristina Kammers, Giancarlo Moschetta, Márcia Luiza Pit Dal Magro

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: andressarezende@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O processo de reforma curricular estimulado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Odontologia busca a formação de um profissional que consiga atuar de forma resolutiva na construção do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, abordar o tema Saúde do Trabalhador na formação do profissional cirurgião-dentista, contextualiza o ensino às necessidades premente dos serviços de saúde, isto porque as doenças bucais comprometem a saúde geral do indivíduo, interferindo negativamente na qualidade de vida e na atividade produtiva. Em contrapartida, o ambiente do trabalho também pode comprometer a saúde bucal e sistêmica do trabalhador. **Objetivo:** Verificar a presença de conteúdos relacionados com o tema Saúde do Trabalhador nos planos de ensino do curso de Odontologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. (UNOCHAPECÓ). **Metodologia:** Foi realizado um levantamento através do site da Unochapecó e na coordenação, sendo que o curso de graduação em Odontologia possui 58 componentes curriculares, dos quais foram acessados 20 planos de ensino entre os meses de setembro a novembro de 2012, em busca de conteúdos relacionados ao tema saúde do trabalhador. No embasamento teórico foram utilizados documentos como a Lei 8.080/90, Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia, trabalhos recentes sobre o tema, publicados em bases de dados científicas. **Resultados:** Foram identificados 12 planos de ensino cujos conteúdos podem ser relacionados ao tema saúde do trabalhador, abordando ações de promoção, prevenção recuperação e manutenção da saúde. Esses conteúdos aparecem especialmente nas disciplinas relacionadas à saúde coletiva, saúde sociedade odontologia e meio ambiente, clínica integrada de promoção à saúde, clínica integrada de atenção básica. No entanto, não foi identificado nenhum plano de ensino que aborde o tema saúde do trabalhador de forma direta. **Considerações Finais:** Cabe destacar a importância de que se insiram conteúdos específicos da saúde do trabalhador na formação do profissional cirurgião-dentista. O estudo deste tema capacitará o graduado desta área para uma melhor atuação em equipes de saúde do trabalhador e empresas, bem como na atuação clínica individual considerando o fator trabalho como determinante do processo saúde-doença, e que está diretamente relacionado com a qualidade de vida, a segurança e o bem-estar do trabalhador.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Odontologia, Grade Curricular.

Fonte de financiamento: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ANÁLISE DO TEMA SAÚDE DO TRABALHADOR NOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE FARMÁCIA DA UNOCHAPECÓ

Daniel Andolfatto, Deise Vanessa Friedrich, Sheila Marcon, Marcia Luiza Pitt Dal Magro, Ana Cristina E Kammers, Fernanda Metelski, Andressa Rezende, Danieli Spagnol, Karine Alieve

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: daniel.andolfatto@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) têm como objetivo a integração ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional em saúde. Atualmente a Unochapecó desenvolve o projeto: Rede de cuidados em saúde do trabalhador vinculado ao PRÓ-PET saúde, contando com os acadêmicos de diferentes cursos da área da saúde. **Objetivo:** Mapear a presença do tema saúde do trabalhador nos componentes curriculares do curso de Farmácia da Unochapecó. **Materiais e métodos:** A pesquisa foi realizada no período de setembro a novembro de 2012, através da análise das ementas dos 66 componentes curriculares obrigatórios do curso de graduação em Farmácia, buscando conteúdos relacionados ao tema saúde do trabalhador. No embasamento teórico foram utilizados documentos como a Lei 8.080/90, Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Farmácia. **Resultados:** No curso de graduação em Farmácia da Unochapecó das 66 ementas analisadas verificaram-se somente três componentes curriculares que abordavam o tema saúde do trabalhador: Farmácia e Sociedade II e Estágio em Inserção Comunitária II, que dispõe sobre as vigilâncias em saúde, além de assuntos correspondentes à saúde pública; e Toxicologia II, que aborda as análises toxicológicas realizadas para identificar indicadores bioquímicos de exposição em saúde ocupacional a agrotóxicos, metais, solventes, entre outros. Observou-se também que nos componentes curriculares citados não há referência para questões relacionadas ao perfil epidemiológico e riscos relacionados ao trabalho; sobre o uso de medicamentos por morbidades decorrentes do processo de trabalho. **Considerações Finais** A Política Nacional de Saúde do Trabalhador prevê a inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde e destaca a importância de abordar essa temática na formação dos profissionais de saúde. As Diretrizes Curriculares Nacionais de Farmácia propõem a formação de um farmacêutico com perfil “generalista, humanista, crítico e reflexivo, multiprofissional para atuar em todos os níveis de atenção à saúde”. Considerando o trabalho um determinante do processo saúde-doença, é importante o estudo sobre saúde do trabalhador para à promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. O tema saúde do trabalhador ainda é pouco explorado no curso de graduação em Farmácia da Unochapecó. Assim, torna-se necessário ampliar a correlação dos conteúdos abordados no curso com o cotidiano do Sistema Único de Saúde e com o trabalho multiprofissional.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Projeto Pedagógico de Curso. Farmácia

Apoio Financeiro: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UM MUNICÍPIO DO OESTE CATARINENSE

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara Souza Gallina, Fabiula Grahl, Sofie Bohrz, Géssica Albani

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: nadiaks@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. O quadro anteriormente caracterizado pela alta prevalência de desnutrição está sendo substituído pelo binômio sobrepeso e obesidade associado à carências nutricionais devido a escolha inadequada dos alimentos, o que é preocupante principalmente pela dimensão que está tomando entre crianças. Sendo assim, o conhecimento do estado nutricional dos escolares poderá subsidiar ações dentro da escola para mudança dos hábitos alimentares e prevenção de complicações como o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis na idade adulta. **Objetivo.** Conhecer o estado nutricional dos escolares do ensino fundamental do turno vespertino nas escolas municipais urbanas de um município do oeste de Santa Catarina. **Metodologia.** O estudo foi realizado nas 27 escolas municipais urbanas do município. A população do estudo foi composta pelos 4686 escolares matriculados no ensino fundamental no turno vespertino no primeiro semestre de 2012. O estado nutricional foi definido pelo IMC por sexo e idade, com base nos padrões propostos pela Organização Mundial de Saúde (2007). A combinação de sobrepeso e obesidade foi denominada excesso de peso. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Resultados.** Dos 4686 escolares, 96% estavam presentes no dia da coleta de dados e destes apenas 2124 apresentaram o TCLE assinado pelos pais e fizeram parte do estudo. Destes, 50,33% do sexo feminino e 49,67% do sexo masculino. Das 733 meninas menores de 10 anos, 1,3% (n=10) apresentaram magreza nos diversos graus; 26,2% (n=192) excesso de peso nos diversos graus e 72,5% (n=531) estavam eutróficas. Das meninas com idade acima de 10 anos, 3,9% (n=13) tiveram seu estado nutricional classificado como magreza nos diversos graus; 27,7% (n=93) excesso de peso nos diversos graus e 68,4% (n= 230) estavam eutróficas. Em relação aos meninos, 64,3% (n=678) tinham idade inferior a 10 anos, destes, 2,5% (n=17) foram classificados com magreza nos diversos graus; 31,4% (n=213) apresentavam excesso de peso nos diversos graus e 66,1 % (n=448) estavam eutróficos. Dos 377 meninos maiores de dez anos, 11(2,9%) estavam com magreza ; 249 (66,05%) eutróficos e 117 com excesso de peso (31,03%). **Considerações Finais.** No estudo foi muito significativo o número de escolares em excesso de peso, especialmente entre os meninos. A partir do quadro encontrado, enfatiza-se a necessidade de criação de políticas públicas de saúde voltadas para o controle do peso adequado.

Palavras-chave: Avaliação nutricional. Saúde Escolar. IMC

Fonte de Financiamento: Art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Greici Capellari Fabrizzio¹, Eleine Maestri, Mayra Caroline Galvão Santhyago, Jussara Gue Martini, Alessandra Regina Müller Germani, Denise Consuelo Moser, Pamela Karin Lazzaroto, Tiago Luan Labres de Freitas

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail:greicicapellari@hotmail.com

RESUMO

Introdução. Com a política de expansão do ensino superior e as reivindicações dos movimentos sociais da mesorregião da fronteira sul, sobre a necessidade de uma universidade pública e popular, após muitas discussões e lutas surge à implantação de uma universidade pública e popular, com início das atividades letivas em 29 de março de 2010. Tendo os Projetos Pedagógicos dos Cursos baseados em domínio comum, domínio conexo e domínio específico, os quais objetivam formar profissionais cidadãos e qualificados para atuar em cada área da sua profissão. O curso de enfermagem veio com uma necessidade relatada pelos movimentos sociais de um profissional enfermeiro que atendesse as necessidades da comunidade e região, orientado pelos Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde, para atuar em diferentes cenários da área da saúde.

Objetivo. Demonstrar como se deu a criação do curso de enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul, desde a sua concepção, implantação e interfaces na formação e desenrolar do curso. **Metodologia.** Serão realizadas entrevistas e pesquisa documental em jornais, atas de reuniões, portarias e outros. **Resultados.** A universidade pública e popular deve ser de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região. Possui característica marcante de ser democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais, que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população excluída. Tendo essa consideração como base da pesquisa algumas questões vem atreladas a ela, como: Qual será o diferencial desse curso de enfermagem? Que diferencial essa universidade e esse enfermeiro vão ter nesse contexto de universidade popular? Como se dá a formação em enfermagem em uma universidade popular? **Considerações Finais.** Vislumbramos o resgate da criação do curso de Enfermagem como importante alicerce para a compreensão da situação atual que vivenciamos, bem como, propulsora de ações sólidas e significativas na formação em saúde e em Enfermagem.

Palavras-chave: Enfermagem. Universidade pública, Universidade popular.

Fonte de Financiamento: Universidade Federal da Fronteira Sul, com um bolsista de iniciação a pesquisa científica.

A NECESSIDADE DE CUIDADOS VOLTADOS AO CUIDADOR: UM RELATO DE EXTENSÃO NA PRÁTICA DO PROCESSO DE MORTE E MORRER

Tiago Luan Labres de Freitas, Eleine Maestri, Greici Capellari Fabrizzio, Mayra Caroline Galvão Santhyago Pamela Karin Lazzaroto, Denise Consuelo Moser, Jussara Gue Martini

Curso de Graduação em Enfermagem
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
E-mail: tiagolabres@hotmail.com

RESUMO

Introdução: Trata-se de um projeto de extensão em fase de execução no decorrer de 2013, voltado a acolher uma necessidade sentida e identificada durante ações de extensão desenvolvidas em um hospital do oeste catarinense no ano de 2012. O ato de cuidar é uma tarefa árdua que exige estrutura e organização institucional, motivando a prática assistencial qualificada. Porém, a tarefa de acompanhar alguém que vivencia o processo de morte e morrer pode gerar sentimentos negativos, alterando a dinâmica em âmbito profissional, comprometendo a integridade psicoemocional e biológica do cuidador, podendo inclusive, desqualificar o cuidado. **Objetivo:** esta proposta de extensão objetiva desenvolver uma prática educativa para cuidar do cuidador que vivencia o Processo de morte e morrer no cotidiano do seu trabalho. Participam desta ação, trabalhadores de diversos setores da instituição de saúde, que estão envolvidos direta ou indiretamente com o Processo de morte e morrer. **Metodologia:** A atividade de extensão acontece através de realização de oficinas com os trabalhadores da instituição, embasadas no Círculo de Cultura de Paulo Freire. **Resultados:** As construções coletivas refletem percepções da realidade e geram como resultados a elaboração de estratégias de intervenção, como por exemplo, o atendimento dos trabalhadores pela psicóloga da instituição e a ampliação de conhecimentos sobre a temática por meio de capacitações. Consideramos de extrema importância abertura para discussões sobre a vivência do processo de morte e morrer, envolvendo a subjetividade do cuidado e das relações. A proposta de extensão configura-se como espaço para cuidar dos trabalhadores que cuidam. Através do projeto ocorre troca de experiências e percepções entre trabalhadores e acadêmicos de enfermagem para a vivência do Processo de morte e morrer. **Conclusões:** A experiência mostra o quanto a equipe de saúde está fragilizada e tende a agir apenas tecnicamente durante o Processo de morte e morrer. Desta forma, o cuidado torna-se deficiente em alguns aspectos e gera frustração aos trabalhadores. Assim, ao atender as necessidades de cuidado do trabalhador, é possível elevar a qualidade da assistência prestada, bem como a qualidade de vida profissional.

Palavras-chave: Cuidado. Cuidador. Qualidade de vida profissional. Morte.

Fonte de Financiamento: Pró-reitoria de Extensão e Cultura – Universidade Federal Da Fronteira Sul.

A ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO A SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DA TEMÁTICA

Tiago Luan Labres de Freitas¹, Leoni Terezinha Zenevicz, Eleine Maestri, Denise Consuelo Moser, Silvia Silva de Souza, Tatiana Gaffuri da Silva, Valéria Silvana Faganello Madureira

¹Curso de Graduação em Enfermagem
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
E-mail: tiagolabres@hotmail.com

RESUMO

Introdução: Trata-se de um estudo sobre Espiritualidade no Cuidado a Saúde a ser desenvolvida em um Município do Oeste de Santa Catarina, com profissionais médicos, enfermeiros, psicólogos e fisioterapeutas, acerca de suas concepções e práticas espirituais nos cuidados à saúde dispensados a população atendida. Espiritualidade não está atrelada a crenças e práticas religiosas, mas ao sentimento de importância que nos presenteia com uma razão para viver e produzir transformações. Transformações estas capazes de desvelar o sentido do que é a vida do ser humano, este ser em constante mudança, do resgate da ciência e do sagrado. Falar da espiritualidade provoca uma reflexão necessária e integral, possibilitando compreender que a doença, a violência, a busca inquietante por mais riquezas e as angústias observadas na sociedade atual, muitas vezes possuem origem na separação e desvalorização do ser essencial. A saúde pode ser compreendida como um estado energético harmônico e natural, entre o homem, a sociedade e a natureza de um lado e de outro, entre seu corpo, suas emoções e espírito. **Objetivos:** Analisar os significados da espiritualidade para os profissionais de saúde que atuam nas instituições de saúde em um município do Oeste de Santa Catarina; desvelar qual é o significado da espiritualidade para os profissionais de saúde; verificar quais as práticas espirituais realizadas pelos profissionais de saúde no atendimento cotidiano à população. **Metodologia:** O caminho metodológico escolhido para este estudo será uma pesquisa quanti/qualitativa. Portanto, teremos dois momentos de coleta e análise dos dados, sendo o primeiro um estudo observacional, de corte transversal, com coleta prospectiva. O segundo momento será realizado um recorte qualitativo, com abordagem fenomenológica. A equipe de pesquisa será composta por docentes pesquisadores e acadêmicos do curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **Resultados e Conclusões:** Os dados produzidos permitem a avaliação e determinação de ações e estratégias para a inclusão da espiritualidade como ferramenta transformadora da assistência humanizada. É imperativo apontar o compromisso e a responsabilidade, que as universidades formadoras de profissionais da saúde possuem neste contexto. Assim, durante a formação profissional, é imprescindível a abertura de espaços para inclusão de discussões e reflexões sobre o tema espiritualidade.

Palavras-chave: Espiritualidade. Saúde. Profissionais da Saúde

Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Parceria Pró-reitoria de Pesquisa Universidade Federal da Fronteira Sul

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA (SAEP) VIVENCIADA NA ATIVIDADE TEÓRICO PRÁTICA DO CENTRO CIRÚRGICO EM UM HOSPITAL PÚBLICO DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

MOSER, Denise Consuelo², MAESTRI, Eleine³, KLEIN Suelem⁴,

KOCH Tânia¹

¹Programa de Extensão
Graduação em Enfermagem
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
E-mail: tania_koch22@hotmail.com

RESUMO

Introdução: A qualidade da assistência prestada aos pacientes no período perioperatório é de extrema e fundamental importância, sendo dessa forma a equipe de enfermagem uma das principais responsáveis, se não a principal responsável, pela manutenção dessa qualidade, bem como por prestar a devida assistência e garantir a vigilância contínua do paciente. Assim, surge no Brasil em meados de 1985, um modelo assistencial denominado Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP), que tem como propósito promover a assistência integral, continuada, participativa, individualizada, documentada e avaliada, baseada numa intervenção conjunta que promove a continuidade do cuidado com a participação da família.

Objetivos: discutir a utilização da Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP), pelos Enfermeiros e Técnicos de enfermagem do centro cirúrgico de um hospital público do Oeste de Santa Catarina. **Metodologia:** O estudo foi realizado durante atividade teórico prática da sexta fase de graduação em Enfermagem, na unidade do centro cirúrgico do referido hospital, durante os meses de novembro e dezembro de 2012, através do acompanhamento das atividades da equipe de enfermagem. **Resultados:** Os resultados da observação demonstraram que os profissionais de enfermagem atuantes no centro cirúrgico não possuem o devido conhecimento sobre a SAEP. Entretanto os profissionais percebem a importância da sistematização da assistência, apesar do desconhecimento parcial sobre a sua utilização e aplicabilidade. Algumas vezes o receio pela mudança e do desconhecido podem ser observados na fala desses profissionais em relação a mudanças e implantação do modelo, por outras vezes, mostra-se associado à escassez de recursos humanos, o que resulta em sobrecarga de trabalho e dificulta a implementação do processo. A SAEP se apresenta com real importância, já que é um processo interativo que contribui na promoção e recuperação da integridade e plenitude bio-psico-sócio-espiritual do paciente. O conhecimento limitado sobre a SAEP é preocupante, pois, sabemos que os profissionais atuantes do centro cirúrgico necessitam de amplo conhecimento, para atender pacientes submetidos a diferentes procedimentos anestésico-cirúrgicos, com cuidados específicos e individualizados. **Considerações Finais:** Vale destacar a importância da formação acadêmica generalista e humana do profissional de enfermagem, estimulando a busca constante pelo conhecimento e aprimoramento profissional, permitindo que o mesmo desenvolva habilidades e conhecimento técnico-científico, que assegure a qualidade na assistência prestada aos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Peri operatória. Enfermagem. Centro Cirúrgico. Cuidado.

Fonte de Financiamento: ¹ Pró Reitoria de Extensão - Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

AVALIAÇÃO DE DEPRESSÃO EM INDIVÍDUOS COM DIABETES TIPO 2

Camila Piaia¹, Ana Carolina Cadore², Alessandra Bassani², Nadhyne Remonti²,
Mari Cassol Ferreira³, Patrícia Pereira de Oliveira⁴

¹Acadêmica do Curso de Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: camila0306@unochapeco.edu.br

²Acadêmicas do Curso de Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

³Médica Endocrinologista
Professora do Curso de Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Pós-Graduada nível Doutorado - LIM-18, HC-FMUSP

⁴Doutora em medicina
Professora do Curso de Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

RESUMO

Introdução: Diabetes *mellitus* tipo 2 (DM2) é uma doença crônica cada vez mais frequente, com uma prevalência média global de 9,8%. Vários estudos demonstraram associação do DM2 com depressão, sendo observada uma prevalência da doença em 11 a 31% dos pacientes diabéticos. A presença de depressão parece estar relacionada com a piora de diversos fatores clínicos do DM2, como pior controle glicêmico e maior prevalência de complicações. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo foi avaliar a associação entre DM2 com depressão e sintomas depressivos em comparação a população em geral, além de avaliar o impacto destes sintomas no controle metabólico do paciente com DM2. **Metodologia:** Estudo transversal composto por 86 pacientes com diagnóstico prévio de DM2 e 101 indivíduos não diabéticos (grupo controle), com idade entre 55 e 75 anos, selecionados por amostragem não-probabilística, pareados por idade e sexo. Os indivíduos do grupo controle apresentavam glicemia de jejum abaixo de 100mg/dL, realizada há pelo menos 6 meses. A presença de depressão foi determinada pelo uso de medicamento antidepressivo ou escore ≥ 16 no Inventário de Beck (BDI). **Resultados:** A idade média no grupo DM2 foi de 65,4 \pm 5,6 anos e 62,6 \pm 8,4 anos no grupo controle. Quanto ao sexo, 67,4% eram do sexo feminino e 32,6% masculino no grupo DM2 versus 71,3% do sexo feminino e 28,7% masculino no grupo controle. A prevalência de depressão na população diabética foi de 36% em comparação com 25% no grupo controle (OR 6,78, IC 95% 2,9-15,5, $p < 0,001$). A pontuação média no BDI foi de 9,4 \pm 8,4 no grupo caso e 7,3 \pm 6,3 no grupo controle ($p = 0,133$). Controle glicêmico e perfil lipídico não apresentaram diferenças de acordo com a presença de depressão. **Considerações finais:** A presença de DM2 aumenta de forma importante o risco de depressão. Portanto, a avaliação de sintomas depressivos deve fazer parte da rotina de consulta do paciente diabético, além de que precisam ser tratadas em conjunto, não como doenças isoladas.

Palavras-chave: Diabetes. Depressão. Prevalência.

Fonte de Financiamento: Recurso do Estado de Santa Catarina, em consonância com as Leis Complementares que regulamentam o Artigo 170 da Constituição Estadual.

AVALIAÇÃO DOS LOCAIS DOMICILIARES COM MAIOR RISCO PARA QUEDAS DE IDOSOS E DOS EFEITOS DAS MEDIDAS EDUCATIVAS PARA SUA PREVENÇÃO

Maysa Silveira¹, Samara Parmeggiani, Ana Strasburg, Dario Gennari, Luana França, Alessandro Verfel, Patrícia de Oliveira.

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: maysaa_s@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: As quedas com fraturas são uma importante causa de morte acidental em idosos. Como a maioria desses acidentes ocorre em ambiente domiciliar, desenvolveu-se o conceito de “Casa Segura”, visando à prevenção de acidentes e traumas. **Objetivo:** Identificar os locais em domicílio que apresentam maior risco de quedas para idosos residentes no município de Chapecó/SC, antes e após a efetivação de medidas educativas. **Metodologia:** Estudo de corte desenvolvido com idosos residentes no município de Chapecó/SC, participantes das atividades recreativas desenvolvidas na Cidade do Idoso. Os critérios de exclusão foram indivíduos menores de 60 anos, que não realizam acompanhamento ambulatorial na Cidade do Idoso. Primeiramente, foram realizadas entrevistas com 23 idosos — durante a avaliação médica procedida pelos acadêmicos de Medicina — para identificar as características da casa em que o idoso vive; em seguida, orientações verbais acerca de como tornar o ambiente domiciliar mais seguro foram repassadas a cada idoso. Posteriormente, realizaram-se as visitas domiciliares para a avaliação do ambiente com o Check List da “Casa Segura”. **Resultados:** Com base nas entrevistas, verificou-se que os locais domiciliares que estavam inadequados e proporcionavam maiores riscos para quedas eram as escadas (43%) e os banheiros (15%). Especificamente, 72,2% das casas não possuíam piso antiderrapante na área do chuveiro; 61,1% não tinham uma cadeira no quarto que possibilitasse ao idoso vestir-se sentando; em 55,6% não havia corrimão bilateral nas escadas ou esses eram curtos demais, não se prolongando além do primeiro e do último degrau; ademais, 50% não possuíam revestimento antiderrapante nas escadas. Na visita domiciliar, ocorrida após prestadas as informações sobre o conceito de “Casa Segura”, observou-se que 50% das residências apresentavam locais como quarto, piso, escada e exterior (ambiente ao redor da casa) com dois ou mais itens não seguros, predispondo os moradores a um maior risco de quedas. Em compensação, na cozinha e no banheiro verificou-se um menor risco para quedas. **Conclusões:** Pelos dados coletados e analisados, percebe-se que, após as orientações prestadas, os idosos buscaram adequar suas residências, de forma a prevenir as quedas em domicílio, ainda que pela realização de modificações mais simples (não estruturais: que não demandam reformas), especialmente nos banheiros — adoção de tapetes antiderrapantes —, os quais deixaram de ser um dos locais com maior risco de acidente. Destarte, vislumbra-se que singelas medidas educativas de informação contribuem de forma rápida e eficaz para tornar os ambientes domiciliares mais seguros aos idosos, reduzindo o risco potencial de quedas.

Palavras-chave: Idosos. Segurança. Quedas.

Fonte de financiamento: Fundo de apoio à pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

HUMANIZAÇÃO: RESSIGNIFICANDO O CUIDADO HOSPITALAR RELATANDO A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

Denise Consuelo Moser, Eleine Maestri, Keli Cristina Marocco, Ariane Sabina Stieven,
Tiago Labres, Pamela Karin Lazzaroto, Greici Capellari,
Suelem Klein, Tania Koch, Mayra Santhyago
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

RESUMO

Introdução: Humanizar significa “tornar humano” e a enfermagem se constitui em uma atividade que lida com o ser humano em situações de vulnerabilidade. Suas ações ultrapassam o cunho técnico e terapêutico, considerando que no ambiente hospitalar a palavra humanizar se contextualiza nas relações com os pacientes e nas ações de cuidado, as quais se efetivam diariamente. Toda ação voltada à implementação do ato de humanizar, precisa ser discutida com os diferentes grupos e trabalhadores dos ambientes de saúde, em especial o hospital. **Objetivos:** refletir a Política Nacional de Humanização proposta pelo Ministério da Saúde e discutir ações e propostas de intervenções junto à instituição. **Metodologia:** O projeto atuou com os trabalhadores de um hospital filantrópico no oeste Catarinense e propôs trabalhar em grupos, através de oficinas fundamentadas no Círculo de Cultura de Paulo Freire. Durante cinco meses foram realizadas oficinas quinzenais, discutindo as diretrizes da Política Nacional de Humanização através da construção de conceitos e constituindo estratégias fundamentadas no conhecimento e propostas dos participantes. **Resultados:** houve um interesse significativo na temática proposta, bem como a emergência de dificuldades, a partir do debate sobre humanização. O grupo apontou possibilidades e fragilidades na aplicação e condução deste tema na Instituição e destacaram a necessidade de manter oficinas de capacitação sobre o tema. Entendem que todos precisam compreender a humanização como um tema transversal a ser discutido e trabalhado por todos os profissionais da saúde. **Considerações Finais:** Cabe ressaltar que humanizar e cuidar são atos implícitos nas ações de enfermagem e quase sempre entrelaçados, porém a rotina diária e estressante dos ambientes hospitalares não permite pensar e discutir este ato em sua totalidade e nas diferentes dimensões em que estão envolvidos. O trabalho realizado nos permitiu identificar a necessidade de ampliar as discussões sobre a humanização, desmistificando o usual pré-conceito de que humanizar trata-se de um termo que se refere apenas no “tratar o outro melhor”, além de resgatar o verdadeiro interesse dos profissionais pelos pacientes e colegas de trabalho.

Palavras-chave: Humanização. Enfermagem. Cuidado.

Agencia Financiadora: Programa de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

RELATO DE EXPERIÊNCIA – PROJETO SORRISO PARA A VIDA

Camila Caroline Silva, Luan Gabriel Ziliotto,
Roselene Araldi, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: camicaroline@unochapecó.edu.br

RESUMO

Introdução: O presente relato é parte constitutiva das atividades de extensão realizadas por intermédio do Programa “Sorriso para a vida” ligado à UNOCHAPECÓ, que ocorre no Hospital da Criança, Chapecó, SC. **Objetivo:** O Programa promove ações educativas e lúdicas de cuidado, promoção da saúde e de humanização do processo de hospitalização da criança e do adolescente, do tratamento oncológico ou ambulatorial, visando a (re)significação do tempo, dos espaços e dos sujeitos do processo saúde-doença, numa perspectiva interdisciplinar e multiprofissional. **Metodologia:** O Programa é constituído por atividades implementadas, diariamente, por estudantes bolsistas e voluntários, sob orientação docente, em interlocução com a equipe de Assistência Social e Enfermagem do referido hospital. O trabalho destaca as seguintes atividades: Brincando no Hospital (Educação Física), Brinquedoteca Hospitalar (Educação Física e Pedagogia) e Saúde Bucal (Odontologia). As atividades multiprofissionais têm como transversalidade a ludicidade, o cuidado e a escuta pedagógica, sendo necessário levar em consideração o bem estar dos envolvidos. A rotina das ações está relacionada à rotina da instituição hospitalar, com uma média de 700 crianças atendidas ao ano e seus cuidadores. **Resultados:** A Brinquedoteca está à disposição nos períodos matutino e vespertino, possibilitando momentos mais agradáveis por intermédio do brincar, ouvir e contar histórias, construir brinquedos, entre outros, tornando o espaço em lugar de intensas interações entre crianças e dessas com os cuidadores. Diversão e integração se transformam em nova medicação. Pais e filhos realizam atividades coletivas, aproximando-se, o que nem sempre ocorre em casa, conforme falas registradas. Às crianças que não podem sair dos leitos são ofertadas atividades lúdicas por intermédio da ação Brincando no Hospital, que possibilitam o protagonismo das mesmas ao brincar, criar, interagir, movimentar-se, imaginar, deixando os dias menos dolorosos. Em relação à Saúde Bucal são ofertadas dinâmicas que abordam a higiene e educação bucal, informações que são incorporadas pelos participantes ao longo do período de internação. As ações também vêm provocando um crescimento na procura de atendimentos na Clínica Odontológica junto a UNOCHAPECÓ, onde também recebem um kit de higiene bucal. **Considerações:** Além de ressignificar o tempo e espaço do processo de hospitalização, de potencializar a interação entre as pessoas, o projeto proporciona experiências concretas do futuro campo de atuação dos estudantes. Possibilita a todos que se tornem mais sensíveis ao sofrimento, compreendendo o lúdico como um poderoso dispositivo de enfrentamento ao sofrimento, em espaços que o sorrir, muitas vezes, não faz mais parte da vida das pessoas.

Palavras-chave: Crianças Hospitalizadas. Saúde. Ações Multiprofissionais.

COMUNICANDO SAÚDE

Lisiane Kerbes¹, Angélica Lüersen, Mariângela Torrescassana

¹Jornalista/assistente administrativo

Pró-Saúde

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: lisianekerbes@gmail.com

RESUMO

Introdução. O Comunicando Saúde é um projeto transversal, associado aos demais projetos do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), porém desenvolvido pelo Curso de Jornalismo da Unochapecó. Planeja, elabora e executa políticas de comunicação para a promoção da saúde em âmbito local, além de fomentar e subsidiar discussões e incluir as temáticas saúde e comunicação como formação e qualificação nos cursos envolvidos. Integram o projeto, além do Curso de Jornalismo, todos os cursos da área da Saúde que participam dos projetos do Pró-Saúde tendo em vista a transversalidade do Comunicando Saúde. **Objetivo(s).** Viabilizar o desenvolvimento de ações de comunicação através da implantação de uma política de comunicação que garanta a integridade nas práticas de atenção à saúde e a intersectorialidade na promoção da mesma, além de oportunizar espaços de trocas de experiências e educação permanente. **Materiais e Métodos.** Com a equipe de comunicação formada pela professora articuladora do curso, jornalista contratada e estagiário do curso de Jornalismo, são desenvolvidas matérias jornalísticas para envio à imprensa local, divulgação no site institucional, blog e mídias sociais. Também é realizado registro fotográfico das atividades desenvolvidas por todos os projetos e coordenação do Pró-Saúde, e são elaborados demais materiais (cartilhas, banners, folders, boletim informativo, vídeos) previstos em cada projeto do Pró-Saúde. **Resultados.** Foram produzidas matérias jornalísticas (publicadas na página da Unochapecó e na imprensa); cobertura fotográfica das reuniões internas, Comissão Geral, Comissão Interna e demais atividades; Produção de materiais de divulgação (folders, banners, imagens para camisetas e mochilas); Organização dos arquivos digitais dos computadores do Pró-Saúde; Acompanhamento e orientação na produção do roteiro e vídeo relacionado ao Pró-Saúde I; Clipping das matérias jornalísticas; Produção de boletim informativo sobre os conselhos municipais, relacionado ao Pró-Saúde I; trabalhos acadêmicos com estudantes do Curso de Jornalismo. **Considerações Finais.** O Comunicando Saúde se envolveu com todas as atividades e projetos em andamento do Pró-Saúde e, por meio de ações de comunicação e divulgação, proporcionou mais visibilidade do Pró-Saúde dentro da universidade e na comunidade local e regional.

Palavras-chave: Jornalismo. Comunicação. Saúde.

Fonte de Financiamento: Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

EFEITO DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIABETES NO AUTO-CUIDADO E NO CONTROLE GLICÊMICO

Ana Carolina Cadore¹, Camila Piaia², Kadija Sampaio², Nadhyne Remonti², Bruna Conte²
Mari Cassol Ferreira³, Patrícia Pereira de Oliveira⁴

¹Acadêmica de medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: anacadore@unochapecó.edu.br

²Acadêmica de medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

³Médica Endocrinologista
Professora do Curso de Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Pós-Graduada nível Doutorado - LIM-18, HC-FMUSP

⁴Doutora em medicina, Professora do Curso de Medicina
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

RESUMO

Introdução: A Diabetes mellitus (DM) é considerada uma das principais doenças crônicas e sua prevalência está aumentando globalmente. Em curto prazo, o diabetes pode levar a uma gama de sintomas e debilidade, exigindo a manutenção do atendimento médico e novas estratégias para promover à autogestão. Assim ensinar os pacientes sobre os cuidados com a sua doença, por estratégias de educação, tem sido considerado uma parte importante do manejo, tornando-se o foco da atenção dos profissionais da saúde. **Objetivos:** O objetivo do presente estudo foi verificar a eficácia do grupo de educação em diabetes e a influência sobre o auto-cuidado e os níveis glicêmicos de indivíduos com DM tipo 2. **Materiais e métodos:** Foram incluídos 28 indivíduos com diagnóstico prévio de DM tipo 2, selecionados aleatoriamente, com idade entre 40-80 anos. Estes pacientes participaram de quatro sessões do grupo de educação, uma vez por semana. Foram utilizados como ferramenta os “Mapas de Conversação em Diabetes”, criados pela Healthyi e Federação Internacional da Diabetes. Antes de cada sessão era obtido pressão arterial (PA), peso e hemoglicoteste (HGT) dos participantes. Foi analisado glicemia de jejum (GJ) e hemoglobina glicada (HbA1c) antes da participação e após o término das quatro sessões e realizado “Questionário de atividades de auto-cuidado com o diabetes”. **Resultados parciais:** Verificou-se que a glicemia de jejum inicial media foi $152,6 \pm 56,9$ mg/dL e apresentou redução para $122,6 \pm 46,1$ mg/dL após a conclusão do programa de educação ($p=0,031$). A HbA1c diminuiu de $8,22 \pm 2\%$ para $7,86 \pm 1,8$ ($p=0,88$). Com relação à pontuação no questionário de auto-cuidado, a mediana inicial de 52 aumentou significativamente para 64 após o término do programa ($p=0,049$). Os participantes apresentaram melhora em quase todos os domínios, sendo que o cuidado com os pés (mediana inicial 4,83 vs 7) foi o domínio que isoladamente apresentou diferença significativa ($p=0,027$). **Conclusões:** O papel dos profissionais de saúde no cuidado de pacientes diabéticos tem sido bem reconhecido, porém as barreiras sócio-demográficas e culturais têm restringido as atividades de auto cuidado. Estudos recentes evidenciaram também correlações positivas entre grupos de educação e redução da GJ e HbA1c, promovendo uma melhora no controle glicêmico; estimulando assim essa abordagem psicoeducativa e facilitando a melhora no controle do DM e suas complicações.

Palavras- chave: Diabetes mellitus. Auto-cuidado. Grupos de educação.

Fonte de Financiamento: Recurso do Estado de Santa Catarina, em consonância com as Leis Complementares que regulamentam o Artigo 170 da Constituição Estadual.

PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DE UM CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC) SOBRE AS QUEIXAS EM SAÚDE E SUA ASSOCIAÇÃO COM O TRABALHO

Anna Claudia Baptista, Camila Silva, Denize Maria Muller, Dulce Andréia Oliveira, João Antonio Mardegan Ferreira, Marcia Luíza Pit, Sindhy Mara Longo

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: sindhy.longo@hotmail.com

RESUMO

Introdução: A Saúde do Trabalhador é uma área da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre saúde e trabalho. O fortalecimento dessa área passa pela inserção efetiva de ações na atenção básica, já que esta se caracteriza por ser a principal porta de entrada do sistema de saúde.

Objetivo: Identificar a percepção dos usuários de uma Unidade Básica de Saúde quanto à relação de suas queixas em saúde com o trabalho. **Método:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa realizada por meio do Pró-Pet Saúde da Unochapecó, projeto “Rede de cuidados em saúde do trabalhador”. O instrumento de coleta de dados foi um formulário desenvolvido pelos pesquisadores que continha três questões: “Qual tipo de atendimento você procura”; “Qual o motivo da consulta?”; “Você acha que seu problema tem relação com o trabalho?”. Este formulário foi aplicado pelos pesquisadores através de entrevista com os 151 usuários do Centro de Saúde da Família (CSF) Jardim do Lago, localizado no município de Chapecó (SC), que realizaram consulta médica ou de enfermagem durante os turnos matutino e vespertino de uma semana do mês de maio de 2013. **Resultados:** Entre as principais queixas apresentadas pelos usuários no acesso ao serviço de saúde destacaram-se as dorsalgias (14,5%), os exames de rotina (13,2%) e consulta de pré-natal (11,25%). Do total de respondentes do estudo, 43 (28%) acenaram que sua queixa em saúde estava associada com o trabalho. Neste grupo, os principais problemas de saúde autorreferidos foram as dorsalgias (32,5%) e as patologias em membros superiores (27,9%). Destaca-se que 80% das queixas relacionadas aos membros superiores e 63,5% das queixas de dor no pescoço atendidas no CSF têm relação com o trabalho, de acordo com a percepção dos usuários. As demais queixas referidas apareceram em menor proporção e estavam relacionadas à cefaleias (6,9%), mal estar físico (6,9%), gripe/tosse (6,9%), entre outras. **Conclusões:** É significativo o número de consultas médicas e de enfermagem em que o problema de saúde autorreferido pelo usuário tem relação com o trabalho, o que indica a importância de realizar ações voltadas à saúde do trabalhador nesse serviço. A relação entre a queixa em saúde e o trabalho na percepção dos usuários que buscam atendimento no CSF Jardim do Lago se dá principalmente frente a quadros relacionados às LER/DORT, o que pode ter relação com o tipo de atividade profissional desenvolvida pelos trabalhadores usuários nesse território, entre as quais se destaca o trabalho em agroindústrias.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde. Saúde do trabalhador. Vigilância em saúde do trabalhador.

Fonte de financiamento: PRÓ-PET SAÚDE/ MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EPIDEMIOLOGIA DO TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MICRORREGIÃO DE PATO BRANCO (PR)

Luana Paula Girondi¹, Pâmela Lustosa Rei, Carlos Frederico de Almeida Rodrigues

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: luana_girondi@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Dados epidemiológicos sobre o traumatismo cranioencefálico (TCE) são escassos ou incompletos, pois não há uma padronização que abranja todas as vítimas desse tipo de trauma. O conhecimento desses dados é importante para que se realize um planejamento, possibilitando assim, um atendimento correto e a implantação de um programa de prevenção, baseado no fato de que no Brasil, o TCE é a principal causa de morte em crianças acima de cinco anos de idade e responsável por mais de 50% dos óbitos na adolescência. **Objetivo:** Caracterizar o perfil epidemiológico do TCE, em crianças e adolescentes, na microrregião de Pato Branco (PR). **Metodologia:** Estudo observacional descritivo, do tipo transversal, realizado no hospital terciário de referência para atendimento neurológico, em Pato Branco (PR). Foi realizado um levantamento de dados para análise, de prontuários de crianças e adolescentes vítimas de TCE, entre o período de janeiro de 2007 a dezembro de 2012. **Resultados:** Foram obtidos dados de 100 prontuários, onde o mecanismo mais comum de lesão foi a queda (67%), e o sexo masculino foi o mais prevalente, correspondendo a 56% dos casos. A idade mais susceptível foi de cinco anos, com 14%, e a procedência foi mais freqüente em crianças e adolescentes que residiam em Pato Branco (60%). Quanto ao período de permanência hospitalar, 83% necessitaram de internação mínima de um dia, enquanto que 17% dos pacientes foram somente ambulatoriais. **Conclusão:** Apesar da alta taxa de morbimortalidade do TCE apontada, principalmente na faixa pediátrica, este foi o primeiro estudo realizado na microrregião de Pato Branco. De todos os fatores causais, a queda foi o principal deles, mecanismo passível de serem criados programas de prevenção, de fácil acesso pela população e de custos irrisórios, que reduziriam significativamente o número de quedas, conseqüentemente o trauma, acompanhado de seqüelas e/ou óbitos.

Palavras-chave: Traumatismo. Perfil epidemiológico. Faixa pediátrica.

EFEITOS DO EXTRATO HIDROALCOÓLICO DE *ALPINIA ZERUMBET* SOBRE MARCADORES INFLAMATÓRIOS E ATEROGÊNICOS EM RATOS SUBMETIDOS À DIETA HIPERCOLESTEROLÊMICA

Adrieli Sacchet¹, Matheus Marcon, Ricieri Mocelin, Suélen Moreira, Glauca Dal Santo, Marta M. M. F. Duarte, Silvana M. Wildner, Angelo L. Piato, Walter A. R. Júnior, Greicy M. M. Conterato

¹ Núcleo de Iniciação Científica em Fitoterápicos
Curso de Farmácia

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: adrieli_sachett@unochapeco.edu.br.

RESUMO

Introdução. A aterosclerose está entre as principais causas de óbitos por doenças cardiovasculares. A hipercolesterolemia é um importante fator de risco para o processo aterogênico, pois níveis elevados da lipoproteína de baixa densidade oxidada (LDLox) pode iniciar e contribuir para a progressão do processo inflamatório que desencadeia e agrava as lesões ateroscleróticas. Assim, a descoberta de compostos que intervenham nesse processo pode auxiliar na prevenção e/ou tratamento da aterosclerose. *Alpinia zerumbet* (Pers.) B.L. Burt & R.M. Sm., Zingiberaceae, é uma planta usada tradicionalmente no Brasil para tratar hipertensão, inflamação, ansiedade e histeria. Porém, seus efeitos sobre os processos inflamatórios durante a aterogênese induzida pela hipercolesterolemia ainda permanecem desconhecidos. **Objetivo.** O objetivo do presente estudo foi avaliar os efeitos do extrato hidroalcoólico de *A. zerumbet* (EHA) sobre marcadores inflamatórios e aterogênicos em ratos hipercolesterolêmicos. **Metodologia.** Ratos Wistar machos e adultos (250-275g) foram divididos em quatro grupos (n=6/grupo). O **controle** recebeu dieta normal durante todo o período do experimento (ração Nuvilab®). Os demais grupos receberam, além da dieta hipercolesterolêmica (*pellets* de ração Nuvilab®+1% colesterol+0,1% ácido cólico) durante 15 dias, mais 30 dias de tratamento por gavagem com 0,5mL de água destilada (grupo **colesterol**) ou **sinvastatina** 4 mg/kg ou **EHA** 300 mg/kg. Ao final do tratamento, os animais foram anestesiados (cetamina+xilazina, 75 e 10mg/kg, respectivamente) para a coleta e centrifugação do sangue do qual foi separado o soro, onde foram avaliados os marcadores de estudo. Posteriormente, os animais foram eutanasiados por campânula de CO₂ (CEUA nº574, Universidade Federal do Paraná). Os resultados foram analisados por ANOVA de uma via/Tukey. **Resultados.** A dieta hipercolesterolêmica aumentou os níveis plasmáticos dos marcadores inflamatórios interleucinas IL-1, IL-6, fator de necrose tumoral alfa-TNF- α , interferon gama-IFN- γ e proteína C reativa-PCR, bem como os marcadores relacionados à aterogênese, como a LDLox e o anticorpo anti-LDL oxidada (LDLoxAB). Por outro lado, a dieta hipercolesterolêmica reduziu os níveis da IL-10, considerada uma interleucina anti-inflamatória. A sinvastatina reverteu todas, enquanto o EHA reverteu quase todas as alterações observadas nos marcadores avaliados aos níveis do controle, pois apenas a redução dos níveis de IL-1 e de LDLoxAB pelo tratamento com EHA não igualou aos níveis do controle (p<0,05). **Conclusões.** O retorno aos níveis normais da maioria dos marcadores inflamatórios e aterogênicos pelo tratamento com EHA sugere que a *A. zerumbet* pode exercer efeitos protetores contra a aterogênese induzida por dieta hiperlipidêmica. Estudos posteriores deverão ser conduzidos para investigar a potencial aplicação de *A. zerumbet* na prevenção e/ou tratamento da aterosclerose.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Hiperlipidemias. Aterosclerose.

Fonte de Financiamento: Unochapecó.

DIAGNÓSTICO PRECOCE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NO SERVIÇO DE ATENÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC

Marinez Amabile Antonioli¹, Vanessa Bossetti, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: marinez@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. No SUS as ações integradas de prevenção e cuidado à hipertensão arterial devem ocorrer prioritariamente na atenção básica, que deve funcionar como a porta de entrada do sistema de saúde, tanto para definição de diagnóstico clínico e conduta terapêutica quanto para informar e educar o hipertenso. **Objetivo.** Identificar as ações desenvolvidas no serviço de atenção básica do SUS para diagnóstico precoce da hipertensão arterial. **Metodologia.** Trata-se de um estudo qualitativo, baseado em entrevistas gravadas com quatro enfermeiros e três médicos de quatro Centros de Saúde (CS) com Estratégia de Saúde da Família implantadas em Chapecó, SC. A seleção dos CS foi aleatória. As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2012 e maio de 2013, posteriormente foram transcritas e analisadas utilizando-se o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A partir da pergunta “quais os encaminhamentos que recebem os pacientes que chegam no CS com suspeita de hipertensão?”, foi desenvolvido o estudo da ideia central e do DSC associado. **Resultados.** A ideia central identificada como “Confirmar se o paciente realmente é hipertenso, pois ele já passou por outros serviços”, sugere a fragilidade da atenção básica como referência para o hipertenso. Nos discursos, os entrevistados reconhecem tal situação, através de relatos como “ele já esteve no hospital e vem com a receita de medicamento hipotensor já direcionado, sugerindo hipertensão” e “geralmente vem com o diagnóstico de fora, consultaram em outro lugar, consultaram particular ou foi iniciado um medicamento no pronto atendimento, então a gente já pega eles no meio do caminho”. Outra constatação é a ausência de atividades de busca ativa de hipertensos não diagnosticados, revelada em discursos como “ele vem assintomático, vem para buscar algo, vem para consultar com a enfermeira ou com o médico ou com o dentista, como todos os pacientes passam pela sala de sinais, então ali é constatado se ele está com pressão alta, por coincidência, sem uma procura definida”; “o paciente que é pego com PA alta na triagem é encaminhado para consulta médica” e “raros são os casos que eles vêm porque não estão se sentindo bem”. **Conclusões.** Os resultados apontam fragilidades no processo de trabalho das equipes de saúde na atenção básica, indicando a necessidade do desenvolvimento de ações e serviços para melhorar o diagnóstico precoce, o seguimento e a ampliação dos cuidados preventivos, bem como o estímulo ao cuidado compartilhado entre paciente, família e profissionais de saúde.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Atenção básica. Discurso do sujeito coletivo.

Fonte de financiamento: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

NÍVEIS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PACIENTES SUBMETIDOS A TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO PARA REABILITAÇÃO CARDIOPULMONAR

Fernando Behling¹, Paula Zeni²

¹Acadêmico do curso de graduação em Fisioterapia

²Docente do curso de Fisioterapia

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: fernandobehling@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Estados de excitação emocional, perturbadores da homeostase orgânica, que geram respostas adaptativas sistêmicas podem caracterizar a definição do termo estresse. Os efeitos fisiológicos do estresse podem ser encontrados em todos os sistemas orgânicos. A participação do estresse mental nos distúrbios patológicos que envolvem o sistema cardiovascular é bem documentada por pesquisas permanentes, sendo a doença isquêmica do miocárdio e a doença arterial coronariana as principais em acometimento cardíaco e sistêmico relacionado aos quadros de estresse. O aumento da prevalência de doenças cardiovasculares em todo o mundo colocou estas afecções do aparelho circulatório como as primeiras em incidência de causas de morte em relação às demais, gerando enormes gastos em saúde pública. **Objetivo:** Identificar o nível de ansiedade e depressão em pacientes que realizam tratamento fisioterapêutico para reabilitação cardiopulmonar numa Clínica Escola de Fisioterapia. **Metodologia:** Aplicação do inventário BAI de ansiedade com 14 pacientes, de um total de 22 que realizam sessões de fisioterapia numa clínica escola, para reabilitação cardiopulmonar. O inventário consta de uma lista de 21 sintomas com quatro alternativas cada um, em ordem crescente do nível de ansiedade. A classificação brasileira, realizada com cinco mil casos, sugere a seguinte classificação: ANSIEDADE: 0 a 9 – mínimo; 10 a 16 –leve; 17 a 29 – moderado; e 30 a 63 – grave. DEPRESSÃO: 0 a 11 – mínimo; 12 a 19 – leve; 20 a 35 – moderado; e 36 a 63 – grave. **Resultados:** Foram avaliados 14 pacientes, de um total de 22 que realizam as sessões de fisioterapia para reabilitação cardiopulmonar. Na avaliação da ansiedade, 7 (50%) apresentavam nível mínimo, 6 (42,86%) apresentavam nível leve e apenas 1 (7,14%) com nível moderado. Na avaliação da depressão, 8 (57,14%) apresentavam mínimo e 6 (42,14%) apresentavam nível leve. **Conclusões:** Os dados evidenciaram que aproximadamente a metade dos pacientes da fisioterapia cardiorrespiratória apresentaram ansiedade leve e moderada e depressão leve. Embora que os métodos convencionais de reabilitação cardiopulmonar, baseados na prática regular de exercícios físicos, se mostram eficazes na redução dos níveis de estresse e ansiedade, é considerado necessário a investigação da inclusão de métodos específicos para redução de estresse na fisioterapia cardiopulmonar.

Palavras-chave: Estresse, fisioterapia, métodos de controle de estresse.

Fonte de financiamento: Fundo de apoio à pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).



CIÊNCIAS DA SAÚDE

COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS DA SAÚDE - COMUNICAÇÃO ORAL |

ESTÁGIO CURRICULAR: PERCEPÇÕES DOS SUPERVISORES SOBRE OS LIMITES E AS POTENCIALIDADES

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

PREVALÊNCIA DE RINITE ALÉRGICA E O IMPACTO DA DOENÇA NA QUALIDADE DE VIDA DOS ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE DA UNOCHAPECÓ

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuozzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO INICIAL: EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOCHAPECÓ

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

ACESSO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE SOB A ÓTICA DE PACIENTES HIPERTENSOS ATENDIDOS POR EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC

Fernanda Dorneles da Silva, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

A DANÇA DE SALÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: POSSIBILIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

ESTÁGIO CURRICULAR: PERCEPÇÕES DOS SUPERVISORES SOBRE OS LIMITES E AS POTENCIALIDADES

Nádia Kunkel Szinwelski¹, Carla Rosane Paz Arruda Teo¹

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: nadiaks@unochapeco.edu.br

RESUMO

O estágio supervisionado é o principal momento de aproximação do aluno com o local de trabalho. É a partir deste momento que o aluno poderá identificar as especificidades de um local e de uma comunidade e possui uma grande importância no processo de formação profissional. O estudo propôs-se a conhecer a percepção dos nutricionistas supervisores de campo sobre o Estágio curricular em Nutrição Social do curso de Nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por intermédio de um questionário com perguntas abertas enviado aos nutricionistas supervisores. Para o tratamento dos dados optou-se pela Análise de Conteúdo. Os nutricionistas reconhecem seu papel como fundamental na formação dos estagiários, porém percebe-se, embora de forma assistemática, uma falta de clareza da própria contribuição na formação. A influência do estagiário é vista de maneira positiva e os dois fatores que mais contribuem são o conhecimento técnico e a ajuda nas tarefas diárias do nutricionista. Supervisores consideram a estrutura do estágio boa, porém fazem considerações em relação à carga horária, o dia de estágio e a presença do professor orientador. Todos os nutricionistas afirmaram gostar de receber os estagiários e se sentem aptos a recebê-los. Conclui-se que, contínuas reflexões e aperfeiçoamentos são necessários para garantir o estágio como uma estratégia que efetivamente auxilie o aluno a alcançar um perfil profissional com consciência crítica e capacidade de compreender a realidade e intervir sobre ela. O aluno, o docente e os profissionais atuantes no campo da prática têm papel essencial no processo de ensino-aprendizagem durante o Estágio Curricular. É fundamental o contato e o diálogo constante entre estes três sujeitos.

Palavras-chave: Estágio. Supervisor. Nutrição.

1 INTRODUÇÃO

O Estágio Curricular em Nutrição Social é parte integrante do currículo do curso de graduação em Nutrição da Unochapecó, sendo atividade curricular individual obrigatória e do qual depende a outorga de grau e o respectivo registro do diploma de Conclusão do Curso. Tem por objetivo proporcionar ao estagiário a vivência de práticas pertinentes à Saúde Pública, compreendendo a integração dos conhecimentos científicos, filosóficos, sociais e técnicos construídos e em construção na graduação.

O estágio supervisionado é o principal momento de aproximação do aluno com o local de trabalho. É a partir deste momento que o aluno poderá identificar as especificidades de um local e de uma comunidade e possui uma grande importância no processo de formação profissional. O Estágio possibilita a integração das disciplinas oferecidas no decorrer do curso de graduação, aumentando o grau de entrosamento e unidade estrutural do currículo (BOUSSO et al., 2000).

Para o estágio realmente cumprir seu papel na preparação do universitário para a sua vida profissional, social, cultural e cidadã, ele não pode ser reduzido a um treinamento para aprender o “como fazer” sem que o entendimento acompanhe o “porquê” e “para que” da ação. É nesse sentido, principalmente, a importância do papel do professor-orientador e do supervisor da Instituição campo de estágio.

O objetivo deste estudo é conhecer a percepção dos supervisores de campo em relação ao Estágio curricular em Nutrição Social desenvolvido em sua Unidade de Trabalho. Acreditamos poder contribuir com as discussões que se fazem necessárias para as re-construções de estratégias e formas desta atividade no espaço curricular. Os resultados poderão permitir a consolidação e o aperfeiçoamento constante dos procedimentos e princípios adequados ao Estágio Curricular em Nutrição Social, que se entende como um processo dinâmico e assim, possível de modificações.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por intermédio de um questionário com perguntas abertas enviado para o endereço eletrônico dos nutricionistas supervisores do estágio curricular em Nutrição Social do curso de Nutrição da Unochapecó. O questionário foi enviado aos 16 supervisores de campo com estagiários no segundo semestre de 2012.

O questionário foi respondido por e-mail entre os meses de novembro e dezembro de 2012. Oito nutricionistas supervisores (50%) o retornaram e foram sujeitos de análise desta pesquisa. O questionário foi baseado no estudo de Ito (2005) e as seguintes questões fizeram parte da pesquisa: como você percebe o seu papel na formação dos alunos estagiários? Como você percebe a influência do aluno na sua Unidade de trabalho? Na sua percepção, quais fatores facilitam/dificultam o desenvolvimento de suas atividades com a presença do estagiário? Como você percebe a estrutura da disciplina Estágio Curricular em Nutrição Social I e II? O que você sugere para o melhor desenvolvimento do Estágio? Você gosta de receber os alunos em estágio? Você se sente preparado para acompanhar os alunos em estágio?

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

Optou-se pela análise de conteúdo (AC), compreendida, segundo Bardin (2006), como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, capazes de construir indicadores (quantitativos ou qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. A técnica de AC se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. A AC espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Estágio Curricular em Nutrição Social

O Estágio Curricular em Nutrição Social é parte integrante do currículo do curso de graduação em Nutrição da Unochapecó. A duração deste componente curricular é de 240 horas, obedecendo ao preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição (BRASIL, 2001).

O estágio em Nutrição Social é realizado em Instituições conveniadas com a Unochapecó. Neste estágio, o aluno tem como base de local de estágio, a Unidade Básica de Saúde e uma escola no mesmo bairro/município. Para poder realizar o estágio, o município precisa ter um profissional nutricionista atuando tanto na saúde como na educação, o qual deverá aceitar supervisionar o aluno (UNOCHAPECÓ, 2007).

O objetivo do estágio em Nutrição Social é formar profissionais nutricionistas que tenham sua atenção voltada para a coletividade baseando-se em pesquisas que esclareçam o perfil de saúde da comunidade de sua área de abrangência. A partir destes resultados, os alunos têm subsídios para planejar, coordenar, executar e avaliar ações que promovam a prevenção de saúde em diferentes níveis, tais como: avaliação nutricional da comunidade, orientação alimentar individual e grupal, educação nutricional para coletividades, inquéritos alimentares, acompanhamento do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) da localidade, avaliação de crianças da rede pública de ensino, treinamento de merendeiras, cálculo do valor nutricional oferecido pela merenda escolar, orientações aos pais, professores, entre outros.

Os alunos são acompanhados por profissionais nutricionistas dos locais de convênio, assim como, por docentes orientadores de estágios da Unochapecó (UNOCHAPECÓ, 2007).

Percepção sobre o papel do nutricionista supervisor na formação dos futuros profissionais

O aluno de Nutrição, durante o Estágio, passa grande parte do tempo acompanhando, observando e auxiliando o nutricionista em suas atividades. O nutricionista supervisor tem então papel fundamental no aprendizado do aluno e deve ser preparado e orientado acerca do seu papel. Acreditamos que o aluno tem muito a aprender, mas também muito a ensinar, então o que deveria

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

guiar o processo ensino-aprendizagem no campo de estágio é a mediação. Segundo Wachowicz (2009), a mediação é a arte de aprender, e nesse sentido tanto o mediador quanto o mediado aprendem na ação. Numa perspectiva emancipatória, compreende-se que professores/supervisores e alunos estão mutuamente implicados nos processos de ensinar e de aprender. A consciência de tal reciprocidade, viabilizando-se no próprio percurso de formação e de transformação permanente, fortalece as relações de ensinar e de aprender na perspectiva da construção da autonomia (WACHOWICZ, 2009).

Na opinião dos nutricionistas participantes do estudo, o seu papel é fundamental na formação dos estagiários, como fica evidente nas falas:

“É de grande importância, uma vez que é na prática que se aprende como realmente é, nem sempre é tudo tão ideal como a teoria nos traz [...]” (N1).

“Acho o papel do nutricionista supervisor de fundamental importância para o estagiário [...]” (N8).

Não se verifica uma reflexão mais aprofundada sobre o papel do nutricionista supervisor na formação dos futuros profissionais, o que pode estar indicando uma falta de clareza da própria contribuição na formação.

Além de considerar seu papel de importância na formação dos futuros profissionais, 4 dos entrevistados alegaram ser sua função oportunizar a experiência prática ao aluno:

“[...] acredito que o estágio é o momento em que o aluno vivencia todas as experiências que sua futura profissão irá lhe proporcionar [...]” (N2).

“[...] podemos mostrar aos estagiários a realidade prática que temos no nosso local de trabalho, com todas as dificuldades e conquistas [...]” (N8).

Fica clara a preocupação do nutricionista em transmitir a sua experiência prática, salientamos, no entanto, a fundamental importância da prática vir acompanhada de um diálogo crítico e reflexivo com o aluno, pois este, nem sempre dispõe de elementos para esta ponderação crítica e há o risco dele apenas reproduzir as ações em situações para as quais não são adequadas (PIMENTA; LIMA, 2004).

Os demais nutricionistas citaram perceber o seu papel como coparticipativo na formação, trazendo a tona o termo educador e facilitador do aprendizado:

“Como um facilitador e um educador, pois é o profissional mais próximo no momento da realização das atividades” (N5);

“Papel de ensinar, orientar, mostrar que nem tudo que está no papel se aplica na prática, temos que trabalhar dentro da realidade do local” (N4).

Alguns depoimentos denotam certa desvalorização da teoria, como se o estágio fosse uma “prática totalizante”, capaz de formar por si só. A teoria e a prática devem ser concebidas como indissociáveis, ou seja, uma depende da outra, numa relação recíproca, em que a teoria é reformulada de acordo com as necessidades reais e oferece subsídios para a realização da prática (ALMEIDA et al, 2009).

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

Segundo Buriolla (1995), o estágio é o local onde a identidade profissional é gerada, construída e referida e deve voltar-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica. O estágio é fundamental à formação do aluno, propiciando a este uma reflexão sobre a ação profissional e visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (BOUSSO et al., 2000).

Faz-se necessário ressaltar que uma das competências e habilidades requeridas do profissional nutricionista e expressa nas diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Nutrição (DCN) é a educação permanente. A diretriz diz que:

[...] os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, não apenas transmitindo conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços (BRASIL, 2001, p1).

O processo de ensino-aprendizagem no Estágio Curricular exige o envolvimento de três personagens: o aluno, o docente e o nutricionista supervisor. A cada um destes compete um papel específico que deve estar muito claro a todos. Os conflitos e divergências devem ser restringidos ao mínimo possível, para que cada elemento participativo nesta formação desempenhe com eficiência seu papel. As atribuições de cada membro envolvido no estágio estão descritas no Regulamento dos Estágios Curriculares do curso de graduação em Nutrição da Unochapecó (UNOCHAPECÓ, 2007), porém, temos a convicção que a descrição das atribuições não basta para que o processo ensino aprendizagem ocorra de maneira ativa e assim o pensamento crítico seja estimulado. Acreditamos serem necessárias capacitações continuadas na área pedagógica não apenas para os docentes, como ocorre sempre na nossa Instituição, mas também aos supervisores de campo de estágio, para que o benefício do convívio do estagiário com o nutricionista supervisor não acabe apenas em uma aprendizagem repetitiva e mecanicista.

Durante a disciplina do Estágio em Nutrição Social, o desenvolvimento das atividades dos alunos devem ser acompanhadas e supervisionadas pelo docente e pelo nutricionista supervisor, a fim de que o aluno tenha um “feedback” das atividades desenvolvidas, que possa refletir e analisar criticamente suas ações e assim ser preparado para a futura vida profissional. Neste sentido, é fundamental o comprometimento, a participação e a preocupação do nutricionista supervisor juntamente com o docente.

Influência do estagiário na Unidade de trabalho /

Fatores que facilitam e/ou dificultam a rotina de trabalho do nutricionista

Em relação à influência do aluno na Unidade de trabalho, todos os entrevistados relataram que o aluno é uma influência importante e positiva, apenas um nutricionista destacou que o aluno é ao mesmo tempo uma influência positiva e negativa:

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

“Pode-se perceber influências positivas e negativas, pois ao mesmo tempo em que o estagiário está colaborando em nosso trabalho, apresentando novas ideias, também pode estar atrapalhando em determinadas ocasiões, como por exemplo, quando se intromete muito em minha função de trabalho” (N3).

Em relação à influência positiva, 50% dos nutricionistas apontam a troca de conhecimentos e a atualização do aluno como fatores que contribuem para esta visão:

“[...] houve troca de conhecimento, sempre é bom ter ideias novas para compartilhar” (N1);

“[...] o estagiário está colaborando em nosso trabalho, apresentando novas ideias [...]” (N3);

“Particularmente eu adoro o fato de possuir estagiárias em minha área, uma porque sempre temos o que aprender com os estagiários, pois eles estão sempre atualizados na Universidade [...]” (N8).

Os demais entrevistados destacam a ajuda e a contribuição nas tarefas do dia a dia:

“Um trabalho importante, em especial na forma de induzir as crianças a consumirem mais alimentos saudáveis como: frutas, verduras e legumes”(N7);

“Como alguém que vem para somar e ajudar na realização de atividades educacionais[...]” (N5).

Podemos verificar pelos depoimentos, que a influência do estagiário no local de Estágio é vista de maneira positiva pelos supervisores e os dois fatores que mais contribuem para esta visão é o conhecimento técnico que o aluno trás da Universidade, possibilitando o estreitamento da relação entre o conteúdo teórico e a prática, e a ajuda nas tarefas diárias do nutricionista, que na maioria das vezes encontra-se sobrecarregado de tarefas burocráticas sem tempo para todas as funções a ele atribuídas, principalmente as de diagnóstico de realidade e ações educativas.

Todos os nutricionistas afirmaram que o estagiário de Nutrição facilita o desenvolvimento de suas atividades. Dos fatores facilitadores, foi citado por unanimidade a ajuda do aluno nas atividades diárias:

“Auxílio nas atividades que nem sempre conseguiria fazer por falta de tempo” (N1);

“[...] eles contribuem de forma positiva, pois muitas vezes não damos conta de tudo[...]”(N4);

“Auxílio nas atividade de educação nutricional, avaliação nutricional e testes de aceitabilidade das preparações novas”(N7).

Além deste olhar, um entrevistado teve um olhar diverso, percebendo a contribuição do aluno para além do auxílio nas tarefas diárias:

“As facilidades são inúmeras, como: mais uma pessoa observando com outra visão o andamento da unidade, idéias novas [...]” (N5).

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

A fim de desenvolver habilidades, aprimorar o conhecimento, conhecer a realidade local e aproveitar as oportunidades que o estágio lhe oferece, é importante que o aluno esteja disposto a auxiliar o nutricionista nas suas funções, seja proativo, proponha intervenções, identifique determinada situação e seja capaz de propor uma solução. Estudo de Pinheiro et al. (2012), com docentes de diferentes cursos de Nutrição, cita a reflexão como uma competência esperada para o perfil de formação do aluno. Segundo estes docentes, o aluno precisa ser capaz de identificar seu papel no contexto em que está inserido e refletir sobre como a nutrição se aplica nesse contexto. Por outro lado, o nutricionista supervisor também precisa ter esta competência, estar aberto à troca de conhecimentos, demonstrar interesse e despertar o mesmo no aluno. Acreditamos que um bom relacionamento interpessoal entre o aluno e o supervisor está diretamente relacionado com um melhor aproveitamento das oportunidades que o estágio pode oferecer.

Três supervisores relataram sentir dificuldades no desenvolvimento das atividades diárias com a presença do estagiário, foram citados a impaciência do aluno, querendo realizar todas as atividades do estágio no menor tempo possível e o tempo restrito para acompanhamento do aluno. Um depoimento se destaca pelo fato do supervisor deixar claro que perde tempo em função do estagiário:

“[...] Já dificulta o nosso trabalho no sentido de que temos que dar atenção para eles, no caso perde-se tempo em função do estagiário, respondendo a questões feitas por eles, encaminhando emails, emprestando materiais para o trabalho, assim tem o lado positivo e o negativo da presença do estagiário” (N3).

O tempo restrito realmente pode ser um grande dificultador quando sabemos do volume de tarefas atribuídas ao profissional nutricionista, por outro lado, nesta situação, a presença do estagiário poderia ser um facilitador, auxiliando na realização destas tarefas, mas para isso é necessário um tempo de planejamento no início do estágio, o que percebemos na prática que raramente ocorre.

Além do nutricionista e do professor orientador, o aluno precisa assumir papel protagonista neste processo. No campo da prática, ele deve ter a capacidade de desenvolver e assumir atitudes e postura exigidas de um futuro profissional nutricionista. Torna-se indispensável o desenvolvimento da capacidade de autorregulação da aprendizagem. Perrenoud (1999, p.96) conceitua a autorregulação da aprendizagem: como “capacidades do sujeito para gerir ele próprio seus projetos, seus progressos, suas estratégias diante das tarefas e obstáculos” e, nesse sentido, afirma que é necessário apostar e ‘reforçar’ as capacidades do sujeito (neste caso estagiário).

Percepção sobre a estrutura das disciplinas de Estágio em Nutrição Social I e II / Sugestões para a melhoria dos Estágios

Sobre a percepção que os nutricionistas supervisores possuem em relação a estrutura do Estágio em Nutrição Social, os relatos mostram uma percepção positiva, como observamos nas seguintes falas:

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

“É boa [...]”; “[...] vem melhorando cada vez mais[...]”; “[...]A estrutura parece estar adequada[...]”; Estrutura adequada”; “Acho interessante [...]”; “A estrutura da disciplina está melhor comparada aos outros anos”; “Interessante[...]”; “A estrutura do estágio me parece boa[...]” (N1,N2,N3,N4,N5,N6,N7,N8).

Apesar dos relatos positivos, a maioria dos nutricionistas fazem considerações em relação à estrutura da disciplina, entre estas, dois supervisores citam a carga horária e o dia de estágio como um dificultador:

“[...] falta carga horária, uma vez na semana é pouco tempo para acompanhar a realidade do local de estágio e dar continuidade às ações propostas” (N1);

“[...] deveria ser um pouco mais flexível referente ao dia que o estágio é executado na unidade [...]” (N5).

Atualmente, o estágio é realizado no sexto e sétimo semestre do curso concomitantemente com outras disciplinas, fato que faz com que o estágio seja realizado em apenas um dia da semana e que dificulta a participação dos alunos nas atividades realizadas fora deste dia.

Uma sugestão dada por dois supervisores foi a realocação do estágio para o último ano do curso e fazê-lo em dias corridos, sem que o aluno precise conciliá-lo com outras disciplinas, assim também ficaria resolvido o problema de falta de flexibilidade que foi levantado. Esta alternativa já está sendo discutida e viabilizada em decorrência da revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Nutrição (PPC) e será implantada caso este seja aprovado. Este foi um item muito discutido recentemente no curso, e apesar das DCN indicarem que os estágios e outras práticas devam ser inseridas o mais precocemente possível, na prática esta estrutura de estágio não tem se mostrado produtiva. Não somos a favor da linearidade do processo de ensino, sabemos da importância da incorporação da prática como um espaço pedagógico de ensino e aprendizagem, mas acreditamos que as práticas devam ser inseridas precocemente nas disciplinas e que o estágio curricular possa ficar no final do curso.

Em reuniões anteriores com nutricionistas supervisores, uma das queixas era o fato das ações obrigatórias do Estágio serem muito inflexíveis e direcionadas para atividades específicas, mais especificamente ações de educação nutricional. Um aspecto muito positivo foi que nas falas apareceram indícios que o estágio vem conseguindo melhorar a estrutura ao longo dos anos:

“[...] acredito que vem melhorando cada vez mais. Já tive a presença de outras estagiárias, da mesma universidade e consigo enxergar a mudança que vem ocorrendo. No início pude observar que as atividades exigidas eram mais direcionadas a educação nutricional, diferente desse estágio, onde percebi que todas as atividades foram direcionadas com a realidade e a necessidade do local do estágio” (N2);

“A estrutura da disciplina está melhor comparada aos outros anos” (N6);

“O Estágio está conseguindo envolver o acadêmico não só na educação, mas em toda a comunidade” (N7).

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

Entre as sugestões para a melhoria do estágio, surgiram várias questões de fundamental importância. A mais citada foi a presença do professor orientador no local de estágio e um maior contato entre este e o supervisor. A fala de 4 supervisores demanda esta presença/contato:

“[...] a presença da professora orientadora também é importante, para trazer maior segurança ao estagiário” (N1);

“[...] Uma sugestão seria que o professor supervisor estivesse fazendo uma (s) visita (s) no local do estágio para que assim, ele também conseguisse avaliar e analisar melhor todas as atividades desenvolvidas” (N2);

“Sugeriria que o professor orientador do estágio estivesse mais presente no ambiente de estágio, ou seja, que fosse supervisionar a campo as atividades desempenhadas pelo estagiário [...]” (N3);

“[...] E que haja mais contato entre nutricionista e orientadora para assim relatar as dificuldades, problemas, e potencialidades da estagiária” (N5).

Percebemos pelos depoimentos, que os nutricionistas sentem a necessidade de maior contato e participação do docente responsável pela disciplina durante os estágios. Acreditamos que a presença do docente traz maior segurança tanto para o aluno como para o supervisor. Atualmente, o contato com o supervisor é feito apenas por meio eletrônico e/ou contato telefônico. Além disso, os nutricionistas supervisores de campo são convidados para a apresentação das atividades e avaliação final do desempenho do aluno no encerramento do estágio. É importante salientar que a participação dos supervisores neste dia é muito baixa, talvez pelo fato da atividade ser realizada nas dependências da Universidade e os nutricionistas terem que se deslocar de seus municípios, contudo, os motivos merecem atenção e uma verificação mais apurada.

O contato do aluno com o professor orientador acontece presencialmente nas dependências da Instituição de ensino com uma frequência mensal e semanalmente através de um ambiente virtual de aprendizagem, o Moodle, ferramenta que vem sendo utilizada no curso desde 2010. Através desta ferramenta, o aluno consegue fazer download do material didático, interagir com os colegas e orientadora do estágio, postar suas atividades de avaliação, verificar suas notas e as justificativas das mesmas, e o docente orientador acompanha as atividades semanais através do diário de campo de aluno. Talvez uma alternativa para facilitar a comunicação do professor orientador com o supervisor de campo e ainda fazer com que este também tenha acesso às demais ferramentas do Moodle seja a inclusão do supervisor no ambiente virtual.

Também foi levantado por um nutricionista a possibilidade de o estágio ser realizado apenas na cidade de Chapecó, tendo assim um acompanhamento mais direto do orientador:

“[...] no meu caso os estágios eram feitos somente na cidade onde fazíamos faculdade, já tínhamos local escolhido para o estágio e os professores estavam sempre em contato. Não sei até que ponto é bom o estagiário fazer seu trabalho fora da cidade onde faz a faculdade” (N3).

Esta é uma alternativa que vem sendo muito debatida no curso, porém, tanto a Secretaria de Educação como a de Saúde, possuem nutricionistas apenas em alguns setores e estas

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

são responsáveis por toda rede de ensino e saúde do município, ou seja, o aluno não teria o acompanhamento direto do profissional. Uma alternativa que vem sendo pensada e analisada é a locação de docentes nestes locais nos períodos de estágio, porém para ser financeiramente viável, um local teria que comportar vários estagiários, e esta é uma grande dificuldade enfrentada no município de Chapecó, onde os cenários de prática encontram-se sobrecarregados de estudantes de diferentes cursos da área da saúde.

Também foram sugeridas que as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio sejam enviadas e discutidas com antecedência com o supervisor; que sejam realizadas mais atividades nas escolas e também que sejam produzidos artigos ao longo do estágio.

Preparo para o acompanhamento dos estagiários / Preferência por receber ou não estagiários

Todos os nutricionistas afirmaram gostar de receber os estagiários e todos se sentem aptos a recebê-los. Aqui, destaca-se a fala de um nutricionista que traz à tona a questão do dever em contribuir para a formação de futuros profissionais, sendo que esta foi a única alusão a esta importante função do nutricionista:

“[...] faz parte da nossa função auxiliar para a formação do estagiário, foi bom passar por esta experiência” (N3).

Como já discutido anteriormente, as DCN trazem a responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais como uma competência exigida do profissional nutricionista.

Quanto ao fato de sentir-se preparados para receber os estagiários, consideramos ser uma questão que deve ser melhor explorada, pois percebemos vários depoimentos nas reuniões e conversas com supervisores que estes sentem a necessidade e a vontade de que a Instituição/ Curso ofereça cursos de atualização.

Cabe ainda salientar que o código de ética do profissional nutricionista quando trata da relação deste profissional com alunos e estágios é claro ao afirmar ser dever do nutricionista assumir a devida responsabilidade no acompanhamento e orientação de estagiários, quando na função de orientador ou supervisor de estágio; contribuir para a formação técnico-científica do aluno ou estagiário, quando solicitado e facilitar o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural de alunos e estagiários sob sua orientação ou supervisão (CFN, 2004).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluno, o docente e os profissionais atuantes no campo da prática têm papel essencial no processo de ensino-aprendizagem durante o Estágio Curricular. É fundamental o contato e o diálogo constante entre estes três sujeitos.

Nádia Kunkel Szinwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo

Contínuas reflexões e aperfeiçoamentos são necessários para garantir o estágio como uma estratégia que efetivamente auxilie o aluno a alcançar um perfil profissional com consciência crítica e capacidade de compreender a realidade e intervir sobre ela.

Estudos nessa linha são escassos e os que existem são, na maioria, desenvolvidos por pesquisadores da área de Enfermagem. Nesse sentido investigações ainda são necessárias para melhor compreender o processo vivenciado pelo aluno durante o estágio, como também para conhecer e propor estratégias de supervisão orientadas para autonomia do aluno no controle e direção de seus atos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. et al. Estágio: um diálogo entre teoria e prática. **Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**. Patos de Minas: UNIPAM, (2):32-40, nov. 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOUSSO, R.S. et al. Estágio curricular em enfermagem: transição de identidades. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 34, n. 2, June 2000 .
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Política do Ensino Superior. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em nutrição**. Brasília: MEC, 2001.
- BURIOLO, M.A.F. **O estágio supervisionado**. São Paulo, Cortez, 1995, 176p.
- CFN – Conselho Federal de Nutricionistas. **Código de Ética do Nutricionista**. Brasília, 2004.
- ITO, E.E. **O Estágio Curricular segundo a percepção dos enfermeiros assistenciais de um hospital de ensino**. Dissertação (Mestrado) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.
- PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PIMENTA, S.G. & LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência** . São Paulo: Cortez, 2004.
- PINHEIRO et al. Percepção de professores e estudantes em relação ao perfil de formação do nutricionista em saúde pública. **Rev.Nutr.**, Campinas, 25(5):631-643, set/out., 2012.
- UNOCHAPECÓ. **Regulamento dos Estágios Curriculares do curso de graduação em Nutrição da Unochapecó**. Curso de Nutrição. Chapecó, 2007.
- WACHOWICZ, L.A. **Pedagogia Mediadora**- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PREVALÊNCIA DE RINITE ALÉRGICA E O IMPACTO DA DOENÇA NA QUALIDADE DE VIDA DOS ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE DA UNOCHAPECÓ

Patrícia Luise Costa de Freitas¹, Tatiana Cuozzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

¹Acadêmica da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: patricialuise@unochapeco.edu.br

RESUMO

A rinite alérgica (RA) envolve mecanismos de hipersensibilidade imediata a um alérgeno associado à história familiar positiva de doença atópica. Por ser uma doença vista como trivial, é, muitas vezes subdiagnosticada. Acomete entre 10 e 25% da população mundial e embora não seja uma enfermidade grave, interfere na vida social do paciente, afetando o aprendizado escolar e a produtividade no trabalho. Objetivo: Determinar a prevalência de rinite alérgica em acadêmicos da área da saúde da Unochapecó e analisar o impacto da doença na qualidade de vida. Metodologia: Tratou-se de um estudo quantitativo, descritivo e transversal com alunos dos cursos de farmácia, enfermagem, medicina e odontologia da Unochapecó. Foram aplicados três questionários, o *International Study os Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC)* adaptado para adultos, o *Medical Outcomes Study 36- Item Short- Form Survey (SF- 36)* e um último com questões elaboradas sobre higiene ambiental e automedicação. Resultados: A prevalência de rinite diagnosticada foi de 42,9%. A variação mensal dos sintomas apresentou padrão perene, com picos nos meses de março, abril, maio, setembro, outubro e novembro. Em relação a quanto as atividades diárias dos entrevistados é prejudicada, 27,1% relatou que prejudica “um pouco”. O questionário SF-36 demonstrou que a variável “aspectos físicos” demonstrou significância ($p < 0,005$). Com relação à exposição aos alérgenos da poeira doméstica, das 71 pessoas que apresentaram sintomas sugestivos de RA, 47 (66,2%) fazem a própria limpeza. A automedicação foi praticada por 36,2% (n=38) acadêmicos.

Palavras-chave: Rinite alérgica. Qualidade de vida. Automedicação.

1 INTRODUÇÃO

A rinite alérgica (RA) pode ser definida como inflamação na mucosa nasal caracterizada por um ou mais dos seguintes sintomas: obstrução nasal, coriza, espirros e prurido. Geralmente é considerada alérgica quando envolve mecanismos de hipersensibilidade imediata a um aeroalérgeno associado à história familiar positiva de doença atópica (NASPITZ, 2003). Pode ser classificada em sazonal ou perene. Na RA sazonal, por vezes designada febre do feno ou doença polínica, os pacientes apresentam sintomas em alguns meses do ano e são desencadeados por pólenes de gramíneas, encontrados com grande frequência na região Sul do Brasil (TAKETOMI *et al.*, 2006). Na forma perene, os aeroalérgenos domésticos são os principais causadores e são derivados de ácaros e outros animais presentes na poeira doméstica (ARAUJO; MIORIM; PALOMBINI, 2001).

Segundo Esteves *et al.* (2000) em estudo realizado em Curitiba – PR, a prevalência de RA em crianças foi de 12,2% e em adultos de 25,4%, entretanto é uma doença subestimada pelos médicos e pacientes que não a reconhecem e procuram o médico especialista apenas quando ocorre alguma complicação. Os pacientes com sintomas crônicos desenvolvem sinusite, otite média serosa e conjuntivite e podem perder a sensação de gustação e de olfato. Muitos têm também asma subclínica ou declarada (CHAPEL *et al.*, 2003). As evidências epidemiológicas das inter-relações de RA com asma incluem a prevalência de asma em pacientes com rinite alérgica e vice-versa, os resultados relatados pelo *International Study os Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC)*, a presença da hiper-responsividade brônquica em pacientes com RA, bem como a importância dos fatores genéticos, ambientais e a idade de início da atopia como determinantes dessa associação, tornando o tratamento de suma importância na redução da hiper-responsividade brônquica e no controle clínico da asma (CAMARGOS *et al.*, 2002).

Com o aumento do número de estudos sobre a coexistência de RA e asma, vem sendo amplamente discutida a importância das infecções de vias aéreas superiores como fator de exacerbação da asma e da presença de rinite como um fator de risco para as sinusites. Tal fato tem sido interpretado de duas maneiras: como duas entidades distintas; ou como expressão de uma mesma doença que acomete, simultaneamente, o trato respiratório superior e inferior, provavelmente em decorrência de fatores de risco e patogênese comuns, o que parece ser mais evidente (IBIAPINA *et al.*, 2006).

O Brasil está no grupo de países que apresentam as maiores taxas de prevalência de asma e de rinite alérgica no mundo. A RA pode ser considerada a doença de maior prevalência entre as doenças respiratórias crônicas e, apesar de não estar entre aquelas de maior gravidade, é um problema global de saúde pública, também, porque afeta a qualidade de vida dos pacientes e dificulta o controle da asma (IBIAPINA *et al.*, 2008).

Embora a RA não seja uma enfermidade grave, interfere na vida social do paciente, afetando o aprendizado escolar e a produtividade no trabalho (MELLO; MION; ROCHA, 2009). Aparentemente, a gravidade, e não a duração do quadro clínico exerce um efeito mais relevante sobre a qualidade de vida dos pacientes com RA. De maneira geral, os pacientes sentem-se incomodados pelos sintomas propriamente ditos, particularmente pela obstrução nasal, coriza e espirros. Sentem-se aborrecidos

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuzzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

por não conseguir dormir bem à noite e frequentemente estarem exaustos durante o dia. Vivenciam, ainda, sintomas não nasais que causam desconforto, tais como sede, baixa concentração e cefaleia (CAMELO-NUNES; SOLÉ, 2010).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), qualidade de vida refere-se à percepção individual de sua posição na vida, de acordo com o contexto cultural e sistema de valor com os quais convive e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. O surgimento do termo “qualidade de vida relacionada à saúde” derivou, em grande parte, da redefinição de saúde dada pela OMS em 1948: um estado de completo bem estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade (SILVA *et al.*, 2009). Os impactos sobre a qualidade de vida variam também de acordo com a ideia do indivíduo sobre bem-estar pessoal, sua percepção do ambiente em que vive e de suas expectativas em relação ao tratamento (CAMELO-NUNES; SOLÉ, 2010).

Por ser uma doença vista como trivial muitos de seus portadores são subdiagnosticados e praticam automedicação. Espera-se que os acadêmicos da área da saúde, por terem maior acesso a informações sobre o assunto, tenham mais cuidado com esta prática, entretanto, tem-se mostrado que é, justamente, por terem conhecimento que a utilizam. A automedicação pode acarretar diversas complicações e efeitos adversos, podendo mascarar outras possíveis doenças. O uso de medicamentos sem prescrição médica chega a 35% dos medicamentos vendidos no Brasil (AQUINO; BARROS; SILVA, 2010).

Espera-se, também, encontrar fatores ambientais locais determinantes para o desenvolvimento de RA. A cidade de Chapecó está inserida no território oeste catarinense, região com longa tradição econômica baseada na exploração de atividades agrícolas e de agroindústrias de grande porte, o que implica na existência de gramíneas, principalmente, o azevém, que propiciam o desenvolvimento de RA sazonal, principalmente nos meses de setembro a novembro (SDT/MDA, 2010).

A RA é uma doença que precisa ser diagnosticada e tratada de maneira adequada, objetivando melhorar a qualidade de vida de seus portadores. Medidas de controle ambiental podem ser realizadas para prevenir ou amenizar a ocorrência das crises e o correto plano terapêutico pode proporcionar uma melhora importante na qualidade de vida dos pacientes. Por isso, o presente estudo pretende determinar a prevalência de rinite alérgica e analisar o impacto da doença sobre a qualidade de vida nos acadêmicos da área da saúde da UnoChapecó.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo do tipo transversal realizado na Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UnoChapecó, no período de março a julho de 2013.

Segundo estudo realizado em Curitiba, PR, a prevalência de RA em adultos foi de 25,4% (ESTEVES *et al.*, 2000). A partir desse estudo, considerando uma população total de 874 acadêmicos (130 de enfermagem, 204 de farmácia, 250 de medicina e 290 do curso de odontologia) e um erro amostral entre 5 a 10%, o cálculo do tamanho da amostra indicou necessidade de, no mínimo, 70 indivíduos. O cálculo foi realizado pelo *Epi info* versão 6.

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuzzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

Foram incluídos os alunos regularmente matriculados em quatro cursos da área da saúde da Unochapecó, os quais são: enfermagem, farmácia, medicina e odontologia. Os acadêmicos que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Foram excluídos do estudo os acadêmicos com idade inferior a 18 anos, e que, por qualquer motivo realizaram o trancamento ou desistiram do curso na Unochapecó, não assinaram o TCLE e não responderam todas as questões do questionário. Os estudantes em campo de estágio não foram incluídos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi baseado em três questionários. O questionário 1: composto pelo questionário *International Study os Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC)* adaptado para adultos (ESTEVES *et al.*, 1999), o qual foi validado previamente em indivíduos com RA perene e sazonal e contém perguntas sobre sintomas nasais e oculares, mês de piora dos sintomas, interferência da atividade diária relacionada aos sintomas e diagnóstico de RA; o questionário 2: composto pelo questionário padronizado e validado no Brasil, *Medical Outcomes Study 36- Item Short- Form Survey (SF- 36)*, que avalia aspectos da qualidade de vida diretamente relacionados com a saúde (CICONELLI *et al.*, 1999) e o questionário 3: composto por questões elaboradas pelas pesquisadoras a fim de verificar a prevalência de automedicação e a higiene ambiental dos acadêmicos.

Os questionários foram aplicados em sala de aula, sob supervisão de pelo menos um dos pesquisadores, e preenchido pelos próprios acadêmicos após assinatura do TCLE.

O questionário ISAAC, originalmente composto de seis questões, foi utilizado com os seguintes objetivos: descobrir a prevalência de RA diagnosticada, estimar a prevalência de RA subdiagnosticada e indicar a gravidade dos sintomas entre os indivíduos afetados. A seguir é apresentado o questionário comentado:

- 1) Alguma vez na vida você teve problema com espirros ou coriza (corrimento nasal), quando não estava resfriado ou gripado?
- 2) Nos últimos 12 meses você teve algum problema com espirros, coriza (corrimento nasal) ou obstrução nasal quando não estava gripado ou resfriado?

As duas questões acima mostraram um valor preditivo de 80% na detecção de rinite em um estudo realizado em adultos (16-65 anos), na cidade de Londres (ISAAC Manual, 1993).

- 3) Nos últimos 12 meses esse problema nasal foi acompanhado de lacrimejamento ou coceira nos olhos?

Estes sintomas têm alto valor preditivo positivo (78%), na detecção de atopia em indivíduos com rinite (ISAAC Manual, 1993).

- 4) Em qual dos últimos 12 meses esse problema nasal ocorreu? (por favor, marque em qual ou quais meses isso ocorreu).

A alternativa de definir os meses de piora permite separar os indivíduos com sintomas sazonais daqueles com problema perene, com precisão na classificação, sem definições subjetivas de sazonalidade, e pode ser usado em qualquer país, com qualquer clima. O número de meses

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuozzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

que uma pessoa está afetada pode ser usado como indicador quantitativo de gravidade.

Exacerbações sazonais tiveram um valor preditivo de 71% na detecção de atopia entre sujeitos com rinite (ISAAC Manual, 1993).

- 5) Nos últimos 12 meses, quanto suas atividades diárias foram prejudicadas por esse problema nasal?

Embora esta seja uma questão de medida qualitativa de gravidade bastante grosseira, ela se correlaciona bem com outros indicadores de morbidade, incluindo relato de gravidade de sintomas, interferência com atividades específicas e procura por serviços médicos (ISAAC Manual, 1993).

- 6) Alguma vez na vida você teve rinite alérgica?

Permite identificar a prevalência de RA diagnosticada por um médico.

O SF-36, por sua vez, é um questionário multidimensional formado por 36 itens, englobados em 8 escalas ou componentes: capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral da saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental. Apresenta um escore final de 0 a 100, no qual 0 corresponde a pior estado geral e 100 o melhor estado de saúde.

O questionário 3 é composto por 13 questões e tem por objetivo avaliar qual a prevalência de automedicação entre os acadêmicos com RA e o quanto a higiene ambiental influencia nos sintomas da RA.

Através da análise estatística descritiva, será possível avaliar as frequências absolutas e relativas da RA. Para a comparação de variáveis entre os dois grupos de indivíduos (com RA e sem RA) será utilizado o teste de correlação para variáveis não-paramétricas *U de Mann-Whitney* e o teste qui quadrado. Serão considerados relevantes dados com $p < 0,05$. O programa *SPSS Statistics* versão 19 será utilizado para análise dos dados encontrados.

O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Foi respeitado o livre arbítrio dos acadêmicos, assim como o anonimato e suas integridades físicas e psicológicas.

3 RESULTADOS PARCIAIS

Os questionários foram preenchidos por 111 acadêmicos em sala de aula, sob a supervisão dos pesquisadores. Do total de questionários, seis foram descartados, devido ao preenchimento incompleto das questões, e 105 foram adequadamente respondidos. Constituíram a amostra os alunos dos cursos de farmácia (33,3%), enfermagem (12,4%) medicina (23,8%) e odontologia (30,5%). Dentre os entrevistados, 79 acadêmicos eram do sexo feminino (75,2%) e a média de idade foi de 21,4 anos (DP = 2,3 anos).

As frequências de respostas para as perguntas do questionário ISAAC estão apresentadas na Tabela 1.

As questões relacionadas aos sintomas de rinite demonstraram que 67,6% dos acadêmicos apresentaram espirros e coriza alguma vez na vida na ausência de gripe (questão 1) e 61,9%

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuzzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

apresentaram os mesmos sintomas nos últimos 12 meses (questão 2). Porém, quando questionados sobre a concomitância de prurido nos olhos e lacrimejamento o percentual cai para 42,9%.

A variação mensal dos sintomas apresentou um padrão perene, com picos ocorrendo nos meses de março, abril, maio, setembro, outubro e novembro (Figura 1). Em relação a quanto as atividades diárias dos entrevistados é prejudicada pelos sintomas nasais, 27,9% relatou que prejudica “um pouco” (Figura 2).

A prevalência de rinite diagnosticada (questão 6: já teve rinite?) foi de 42,9%, sendo maior no sexo feminino (razão F/M = 2,46).

O questionário SF-36 demonstrou que a média dos escores, com exceção dos domínios “dor” e “aspectos emocionais”, foi mais baixa na popula

ção com sintomas sugestivos de RA, no entanto, a variável “aspectos físicos” demonstrou significância ($p < 0,005$) (Tabela 2).

Tabela 1. Percentual (%) de respostas ao questionário ISAAC.

Questão		Feminino n = 79	Masculino n = 26	Total n = 105
1. Espirros ou coriza, alguma vez?	Sim	54 (68,4)	17 (65,4)	71 (67,6)
	Não	25 (31,6)	9 (34,6)	34 (32,4)
2. Espirro, coriza ou obstrução nasal em 12 meses?	Sim	48 (60,8)	17 (65,4)	65 (61,9)
	Não	6 (7,6)	0	6 (5,7)
3. Sintoma nasal + lacrimejamento ou coceira nos olhos em 12 meses?	Sim	31 (39,2)	14 (17,7)	45 (42,9)
	Não	18 (22,8)	3 (11,5)	21 (20)
4. Meses com sintomas?	Janeiro	12 (18,9)	8 (30,7)	20 (19,0)
	Fevereiro	14 (17,7)	6 (11,5)	20 (19,0)
	Março	19 (24,1)	9 (34,6)	28 (26,7)
	Abril	21 (26,6)	9 (34,6)	30 (28,6)
	Maio	20 (25,3)	8 (30,7)	28 (26,7)
	Junho	11 (13,9)	6 (23,1)	17 (16,2)
	Julho	10 (12,7)	3 (11,5)	13 (12,4)
	Agosto	12 (15,2)	5 (19,2)	17 (16,2)
	Setembro	19 (24,1)	8 (30,7)	27 (25,7)
	Outubro	20 (25,3)	8 (30,7)	28 (26,7)
	Novembro	15 (18,9)	8 (30,7)	23 (21,9)
	Dezembro	10 (12,7)	7 (26,9)	17 (16,2)
5. Atividades diárias prejudicadas pelo problema nasal em 12 meses?	Nada	15 (18,9)	5 (19,2)	20 (19,0)
	Um pouco	23 (29,1)	6 (23,1)	29 (27,1)
	Moderado	7 (8,9)	6 (23,1)	13 (12,4)
	Muito	3 (3,8)	0	3 (2,9)
6. Alguma vez na vida você teve rinite alérgica?	Sim	32 (40,5)	13 (50)	45 (42,9)
	Não	47 (59,5)	13 (50)	60 (57,1)

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuozzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

Figura 1. Prevalência (%) de RA no decorrer de um ano.

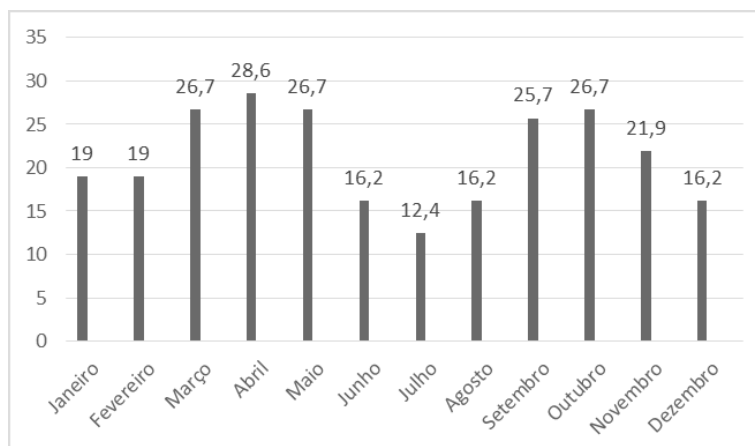


Figura 2. Percentual de respostas sobre o impacto da RA nas atividades diárias.

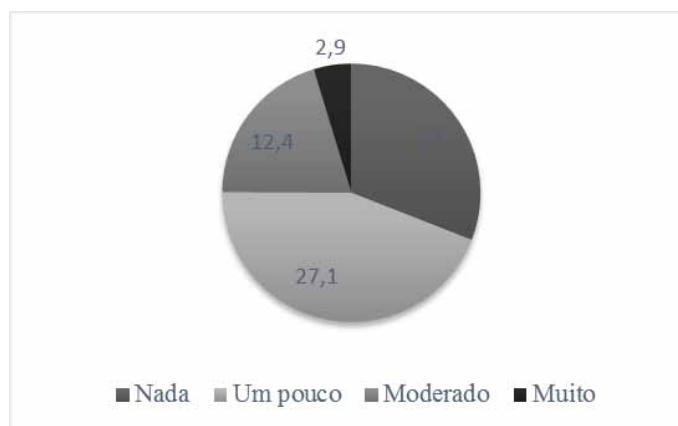


Tabela 2. Escores* de qualidade de vida e relação com sintomas sugestivos de RA.

Variável	RA	Média	DP	Mediana	Mínimo	Máximo	N	p**
Capacidade funcional	Não	92,51	8,13	95	75	100	33	0,157
	Sugestivo	86,76	15,56	90	45	100	71	
Aspectos físicos	Não	92,42	15,92	100	50	100	33	0,043
	Sugestivo	82,04	26,45	100	0	100	71	
Dor	Não	70,94	17,85	74	41	100	33	0,932
	Sugestivo	71,03	18,88	72	30	100	71	
Estado geral de saúde	Não	66,12	14,52	67	32	95	33	0,100
	Sugestivo	60,69	16,00	62	22	92	70	
Vitalidade	Não	56,67	19,19	60	20	100	33	0,192
	Sugestivo	51,67	17,47	50	10	85	71	
Aspectos sociais	Não	73,48	19,45	75	37,5	100	33	0,870
	Sugestivo	73,06	22,02	75	12,5	100	71	
Aspectos emocionais	Não	61,62	38,30	66,7	0	100	33	0,181
	Sugestivo	71,90	37,06	100	0	100	70	
Saúde mental	Não	65,70	17,47	68	28	96	33	0,462
	Sugestivo	62,76	17,69	64	20	92	71	

* Valores de 0 a 100.

**Resultado do teste Mann-Whitney.

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuzzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

A relação entre o grupo de indivíduos com RA e as respostas das questões relacionadas a morar sozinho, limpeza doméstica e quantidade de tempo que residem em Chapecó não obteve relevância estatística, porém, das 71 pessoas que apresentaram sintomas sugestivos de RA, a maior parte delas, ou seja, 47 (66,2%) fazem a própria limpeza doméstica e 56 (78,9%) a fazem com periodicidade de duas vezes por semana ou mais. Além disso, as pessoas que residem em Chapecó há mais de 1 ano apresentam maior prevalência de RA (Tabela 3).

Tabela 3. Fatores de risco e a relação com sintomas sugestivos de RA.

Questões	RA		OR	IC95%	p*
	Não	Sugestivo			
Mora sozinho?	Sim	7 (7%) 24 (23%)	0,5	0,2 - 1,4	0,191
	Não	26 (25%) 47 (45%)			
Quem faz a limpeza da casa?	Você	22 (21%) 47 (45%)	1	0,4 - 2,5	0,962
	Outra pessoa	11 (11%) 24 (23%)			
Qual a periodicidade da limpeza?	Duas vezes por semana ou mais	36 (35%) 56 (54%)	1,5	0,6 - 3,4	0,383
	Uma vez por semana ou menos	34 (33%) 47 (46%)			
Há quanto tempo reside em Chapecó?	Há mais de um ano	28 (27%) 60 (58%)	1,30	3,8 - 4,4	0,690
	Menos de um ano	4 (4%) 11 (11%)			

*Resultado do teste qui quadrado.

Trinta e um (29,5%) acadêmicos procuraram atendimento médico para tratar a RA e buscaram auxílio de: otorrinolaringologista (38,7%), clínico geral (32,3%), imunologista (29,0%), pneumologista (22,6%). A automedicação foi praticada por 36,2% (n=38) acadêmicos, os quais responderam afirmativamente a questão “já utilizou ou comprou medicamentos para tratar RA sem receita médica?”, no entanto, 77 entrevistados (com e sem RA) afirmaram ter utilizado um ou mais dos seguintes medicamentos por conta própria: anti-histamínicos (50,6%), descongestionantes nasais (45,5%), corticoide tópico (36,4%), 20,8% não souberam informar qual medicamento utilizaram e 15,6% usaram corticoide sistêmico. Dentre os cursos pesquisados, a automedicação foi a mesma nos cursos de farmácia (31,6%) e medicina (31,6%), comparado com menor prevalência nos cursos de odontologia (23,7%) e enfermagem (13,2%).

4 CONCLUSÕES

O presente estudo apresentou alta prevalência de RA na população estudada. Evidenciou o impacto da doença na qualidade de vida dos acadêmicos, principalmente no que se diz respeito a diminuição na quantidade de tempo dedicado ao trabalho ou estudo e limitação na realização de atividades diárias.

Patrícia Luise Costa de Freitas, Tatiana Cuzzo Pozza, Leda das Neves Almeida Sandrin

5 REFERÊNCIAS

- AQUINO, D. S. de; BARROS, J. A. C. de; SILVA, M. D. P. da. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v.15, n. 5, p. 1533-1538, 2010.
- ARAUJO, E.; MIORIM, M. C. G.; PALOMBINI, B. C. Rinite. In: SILVA, L. C. C. **Condutas em pneumologia**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. v.2. p. 713-717.
- CAMARGOS, P. A. M. *et al.* Asma e rinite alérgica como expressão de uma única doença: um paradigma em construção. **J Pediatr**, v. 78, n. 2, p. 123-128, 2002.
- CAMELO-NUNES, I. C.; SOLÉ, D. Rinite alérgica: indicadores de qualidade de vida. **J. bras. pneumol.** v. 36, n.1, p. 124-133, 2010.
- CHAPEL, H. *et al.* Anafilaxia e alergia. In: _____. **Imunologia para o clínico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2003. p. 77-94.
- CICONELLI, *et al.* Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Rev. bras. reumatol**, v. 39, n. 3, p. 143-50, 1999.
- ESTEVES, P.C. *et al.* Prevalência de rinite alérgica perene e sazonal, com sensibilização atópica ao *Dermatophagoides pteronyssinus* (Dp) e ao *Lolium multiflorum* (LOLIUM) em escolares de 13 e 14 anos e adultos de Curitiba. **Rev. Bras de alerg e imunol.** v.23, n.6, 2000.
- IBIAPINA, C. C. *et al.* Rinite alérgica: aspectos epidemiológicos, diagnósticos e terapêuticos. **J Bras. Pneumol**, v. 34, n.4, p. 230-240, 2008.
- IBIAPINA, C. C. *et al.* Rinite, sinusite e asma: indissociáveis? **J Bras Pneumol**, v. 32, n. 4, p. 357-366, 2006.
- ISAAC Manual: 1993. Disponível em: <<http://isaac.auckland.ac.nz/phases/phaseone/phaseonemanual.pdf>>. Acesso em 02 de abril de 2013.
- MELLO, J. F. de; MION, O.; ROCHA, F. M. N. VOLTARELLI, J. C. Rinite alérgica e não alérgica. In: **Imunologia clínica na prática médica**. São Paulo: Atheneu, 2009. p. 935-946.
- NASPTZ, C. K.; CRUZ, A. A. ARIA:atualizações. **Rev. Bras. Alerg. Imunopatol**, v. 31, n. 3, p. 98-101, 2008.
- SDT/MDA. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Oeste de Santa Catarina**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- SILVA, C. H. M. da *et al.* Qualidade de vida em crianças e adolescentes com rinite alérgica. **J Bras Otorrinol**, v. 75, n.5, p. 642-649, 2009.
- TAKETOMI, E.A.*et al.* Doença alérgica polínica: polens alergógenos e seus principais alérgenos. **Rev Bras Otorrinolaringol**, v.72, n.4, p.562-567, 2006.

O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO INICIAL: EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOCHAPECÓ

Angelica Madela¹, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

¹Acadêmica de Educação Física
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: angelicamadela@unochapeco.edu.br
Fonte de Financiamento: Bolsista PIBIC/CNPq - Unochapecó

RESUMO

O processo de formação para professores da educação básica nacional tem sofrido mudanças ao longo dos últimos anos. Uma mudança significativa que ocorreu foi no contexto dos Estágios Curriculares Obrigatórios. Em decorrência das mudanças, o texto apresenta resultados do estudo que objetivou analisar as experiências obtidas pelos estudantes do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, mediante sua participação no Estágio Curricular Obrigatório. Os sujeitos foram 12 estudantes que em 2012/2 cursaram o componente curricular Estágio V. Para a coleta de dados foram utilizados os instrumentos da análise documental e a técnica do grupo focal, cujos dados foram analisados qualitativamente a partir da Análise de Conteúdo. Os estudantes apontam o estágio curricular e a escola campo como espaço e tempo ímpar da formação; a cultura de Educação Física instituída nos espaços do estágio; e o exercício da docência e o papel do professor na condução da prática pedagógica. Estes consideram que as experiências impactam a formação inicial e a formação da pessoa. O estágio curricular é um espaço de construção de aprendizagens significativas no processo de formação de professores, oportunizando aos estudantes experienciar o que foi apreendido ao longo de sua formação em situação concreta no futuro contexto de atuação profissional, a escola. Ao analisar os dados coletados é possível perceber como o estágio curricular possibilita ao estudante em processo de formação inicial, experiências que contribuem em diferentes instancias para a futura atuação profissional e o (re)conhecimento da condição de ser professor, permitindo a partir de sua vivência criar sua própria identidade de professor.

Palavras-chave: Estágio Curricular Obrigatório. Experiências. Educação Física.

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como tema as experiências obtidas pelos estudantes do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Comunitária da Região de Chapecó –Unochapecó, mediante sua participação no componente curricular Estágio V. É parte constitutiva de estudos mais amplos que vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisas Pedagógicas em Educação Física – GPPEF, vinculado à Unochapecó.

O Estágio Curricular representa uma etapa importante na formação inicial de todos os cursos no ensino superior, pois, mais do que outros componentes curriculares, oportuniza aos estudantes um (re)conhecimento mais efetivo e contextualizado de seu futuro campo de trabalho. Segundo o Parecer CNE/CES nº274/2011, Artigo 10, parágrafo 2º, o estágio curricular se caracteriza como “um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado”.

No curso de Educação Física da Unochapecó, o estágio curricular obrigatório é apresentado como uma atividade de aprendizagem social, cultural e profissional, caracterizando-se como tempo e espaço em que os estudantes preparam-se para ingressar no mundo do trabalho a partir de sua imersão no contexto e está dividido em 05 etapas, compreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. É o momento que os estudantes utilizam os conhecimentos teórico-práticos apreendidos no decorrer da formação e os relacionam, reconhecem e transformam em parte constitutiva do processo de ser professor e professora.

2 METODOLOGIA OU MATERIAIS E MÉTODOS

Para colocar em cena as experiências 12 estudantes que cursaram o componente curricular Estágio V, do curso de Licenciatura, semestre 2012/2, sendo 05 do gênero feminino e 07 do gênero masculino, que serão identificados ao longo do texto como Sujeito 01, 02, 03 e assim sucessivamente, participaram de forma voluntária do estudo.

Conforme regulamento de estágio do curso de Licenciatura em Educação Física da Unochapecó, os acadêmicos podem realizar o estágio de forma individual ou em duplas, a sua escolha. Foram encontrados 06 (seis) trabalhos individuais (Sujeito 01, Sujeito 08, Sujeito 09, Sujeito 10, Sujeito 11 e Sujeito 12), e 03 (três) trabalhos em duplas (Sujeitos 02 e 04, Sujeitos 03 e 05, Sujeitos 06 e 07).

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram à análise documental, que se constitui em plano de ensino dos estudantes, texto síntese e relatório final do estágio V, e a técnica do grupo focal, que consistiu em um encontro com duração de 01h30min, cujo debate girou em torno de cinco questões norteadoras: a representação do estágio curricular; as experiências adquiridas ao longo do estágio; o estágio como (re)conhecimento do futuro campo de atuação profissional; a relação entre teoria e prática durante o estágio; e potencialidades e fragilidades na realização do estágio. As discussões do grupo foram registradas em dois gravadores digitais e, posteriormente, transcritas, na íntegra. Também lançamos mão da filmagem, como recurso secundário.

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

Neste sentido, o processo de análise e interpretação dos elementos que constituem esse estudo se desenvolverá ao longo de toda sua construção, levando em consideração os elementos oriundos das anotações dos diários de campo dos estudantes e dos texto/relatório que foram produzidos no estágio assim como dos discursos oriundos do grupo focal.

Para análise dos dados foi utilizado o recurso da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), com evidência de unidades de registro, com posterior destaque das unidades de significado e, finalmente, a categorização das informações. Esse processo poderá abrir um caminho orientador para a construção de reflexões que permitam avanços, a fim de contribuir com investigações que abordem o estágio curricular obrigatório e suas implicações para os processos de formação inicial, tema que, sem dúvida, necessita de novos elementos acerca da discussão, especificamente no cenário onde o estudo se desenvolverá.

Para a permissão de acesso aos materiais e participação do grupo focal, todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido de disponibilização dos relatórios de estágio, som e imagem, sendo que será assegurado sigilo e anonimato. A pesquisa está registrada no comitê de Ética da Unochapecó, sob número 136/12, de 20 de junho de 2012.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O estágio curricular e as experiências dos estudantes da Unochapecó

As experiências relatadas partem de dois momentos vivenciados pelos estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física da Unochapecó durante sua inserção no Estágio Curricular Obrigatório V, que é realizado com turmas da fase final do ensino fundamental e ensino médio.

O primeiro momento se caracteriza pela aproximação com o campo do estágio e seu (re) conhecimento, e pela realização das monitorias. As monitorias são constituídas por momentos de acompanhamento às atividades desenvolvidas pelo professor na gestão da aula de Educação Física. Além de observar a turma, devem auxiliar o professor supervisor na condução das atividades de aprendizagem, bem como, buscar interagir com os alunos, a turma e identificar a metodologia adotada pelo professor. Durante as monitorias é elaborado o planejamento, a proposta de intervenção pedagógica a ser implementada durante as docências surge do planejamento do professor supervisor da escola campo, agregando valor à prática pedagógica vigente.

Em segundo momento acontece a docência, que inicia logo após o término das monitorias e aprovação do planejamento pela professora supervisora da Instituição de Ensino Superior. Os estagiários têm como objetivo aplicar sua proposta pedagógica às turmas onde realizaram as monitorias, e esta acontece com a supervisão do (a) professor (a) da escola campo. É importante lembrar que o local onde ocorre o estágio deve proporcionar ao estudante, experiências práticas da sua futura área de atuação, entretanto estes espaços necessitam reconhecer o estagiário como um aprendiz e não como um profissional, respeitando suas individualidades e o considerando em processo de formação.

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

Para Barbosa-Rinaldi (2008, p. 201), a preparação do futuro professor de Educação Física deve estar implicada com o enfrentamento e a reflexão crítica acerca dos “fenômenos e as situações conflituosas presentes na Educação Física escolar. Por isso, os cursos precisam estabelecer estreita relação com a escola para que uma formação mais condizente com a prática docente venha, de fato, concretizar-se”. Neste sentido, há um esforço coletivo para que as propostas de intervenções pedagógicas dos estagiários aproximem-se da realidade da escola campo e sua proposta política e pedagógica.

Para que ocorra uma aproximação efetiva e um processo de mútuo conhecimento, a Unochapecó possui um programa denominado de Universidade-escola, encarregado de realizar convênios com os estabelecimentos de ensino com o objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade das licenciaturas e das escolas de educação básica. O estágio curricular obrigatoriamente deve ser realizado em escolas conveniadas, ao fazer escolha do local, o estudante necessita verificar se a mesma possui convênio com a Universidade.

As escolas campo onde o Estágio Curricular Obrigatório V foi realizado são pertencentes à rede pública de ensino, sendo oito escolas de educação básica estadual, inseridas na cidade de Chapecó – SC e a municípios próximos, incluindo municípios do estado do Rio Grande do Sul, estes amplos locais acontecem devido aos alunos realizarem o estágio nos municípios que residem facilitando a realização da prática.

Análise dos relatórios e planos de intervenção permitiu identificar que o principal tema abordado pelos estudantes no exercício de experienciar a prática docente foi o esporte, principalmente, os esportes coletivos, como o futsal e voleibol. Nesta perspectiva, os estudantes deram continuidade aos temas que vinham sendo desenvolvidos pelos professores supervisores, com ênfase na vivência das técnicas inerentes a cada modalidade.

Também identificamos a presença de outras três propostas, que aparecem com menos frequência nas aulas de Educação Física. Uma delas é o atletismo e as outras duas, são a inclusão e diversidade e a importância da prática de exercícios físicos. Temáticas, que de acordo com os relatórios foram sugeridas aos professores supervisores e aceitos pelos mesmos, pois, deram liberdade de escolha aos estudantes estagiários para tal.

Esse foi o processo vivenciado pelos estudantes e analisado no presente estudo por intermédio da análise documental e da dinâmica do grupo focal. Foi pelo exercício de se pensar e de pensar a formação a partir da própria prática, que os estudantes estagiários ponderaram, refletiram e se posicionaram acerca de suas experiências advindas da realização do Estágio V.

Da vivência na escola e do exercício de (re)conhecimento da futura profissão, os estudantes apresentaram falas que descrevem o dia-a-dia do professor, a rotina do trabalho na escola, a convivência com os colegas de trabalho e os estudantes com os quais desenvolveram suas experiências pedagógicas.

Os sujeitos 01, 03 e 09, em vários momentos durante o grupo focal, evidenciaram esses elementos, sob a concordância dos demais. A *“relação de professor com professor e de professor-aluno, essa foi uma das experiências bem marcantes, [...] tu vê o dia-a-dia deles”*, diz o Sujeito 01. Esses mesmos elementos são apontados pelo Sujeito 09, ao destacar a importância da experiência

Angelica Madela, Lillian Beatriz Schwinn Rodrigues

que se adquire *“no contexto da escola com a situação de vivenciar com os alunos”*, situações inerentes ao processo de ensinar e aprender, *“saber lidar com as turmas também é muito importante, vivenciar uma situação, lá, como professor, como [...] desenvolver tua aula”* (Sujeito 03).

O sujeito 09 ainda relatou sobre a representação acerca da profissão de professor, que muitas vezes é depreciada perante as demais profissões e a precariedade de algumas escolas públicas, nas quais os estágios são realizados, e destacou a necessidade de mobilizar o conhecimento até então apreendido e lançar mão da criatividade para resolver as questões inerentes à gestão do processo de “dar” aula: *“a criatividade que tu desenvolves, a falta de material e espaço e a gente conseguiu trabalhar [...] tu vê uma possibilidade de trabalhar lá onde muita gente acharia um absurdo”*.

O Sujeito 11, em relatório de estágio descreve que *“não existe receita para dar aula, cada turma tem suas características próprias [...], precisamos de mais flexibilidade e criatividade, precisamos nos tornar professores inovadores, e não meramente reprodutores”*. Em concordância o Sujeito 12 descreve a necessidade de *“ser inovador, buscar com criatividade novas atividades adequando à necessidade de cada grupo ou aluno, dar oportunidade ao aluno levantar ideias em melhoria na qualidade das aulas”*.

Em torno das experiências vivenciadas pelos acadêmicos, é possível identificar potencialidades e fragilidades que foram encontradas/percebidas durante a realização do Estágio V, estas são relacionadas às turmas, ao professor supervisor e ao corpo docente da escola. Em relação às fragilidades encontradas diante as turmas, os Sujeito 01 e 09 em relatório de Estágio V, descrevem que no estágio *“a gente percebe a dificuldade que os professores passam com determinadas idades”* (Sujeito 09), e alegam que devido os alunos estarem na adolescência encontraram dificuldades em *“aplicar as aulas, fazendo com que os alunos concordassem com a aula proposta, e os mesmos perdiam muito facilmente atenção nas explicações das atividades”* (Sujeito 01). Estes mesmos relatos foram encontrados no grupo focal, onde o Sujeito 03 destaca como fragilidade a *“relação entre meninos e meninas nas práticas”* e os Sujeitos 09, 10 e 11 a falta de interesse e participação dos alunos nas aulas: *“achei uma grande dificuldade em estímulos dos alunos por questão deles não ter chamada, as notas, eles já estão todos passado, estão uma maravilha”* (Sujeito 11).

Relacionado ao professor supervisor, o Sujeito 10 (grupo focal) e o Sujeito 11 (relatório de estágio) enfatizam que os professores devem estar preparados para recebê-los, pois estes abriram as portas das suas aulas para acadêmicos em processo de formação observar, monitorar e intervir em seu local de trabalho. Acerca da aceitação dos estagiários, os Sujeitos 06 e 07 em relatório de estágio descrevem:

A ótima receptividade do nosso conteúdo pelo professor supervisor do estágio e pelos alunos, a participação e envolvimento de todos os alunos durante todas as atividades. O bom tratamento que recebemos na instituição de ensino por parte de todos os funcionários.

Esta ótima receptividade também foi apresentada pelo Sujeito 05 em relato no grupo focal: *“a gente pegou a carta de apresentação aqui e foi entrega na escola, fomos bem recebidos pela diretora, fomos bem recebidos pela professora [...] nós tínhamos o apoio da professora, não tivemos*

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

fragilidades". Um acadêmico (Sujeito 03) aponta uma fragilidade que não é do estágio, e sim da Educação Física *"o preconceito das outras disciplinas com a Educação Física, eles acham que a Educação Física não tem sentido"*.

Seguindo deste discurso, um dos estudantes (Sujeito 06) relatou uma situação que não é considerada inusitada no âmbito do currículo escolar e que lhe causou desconforto e enfrentamento da situação. Narrou que uma professora o questionou acerca da reclamação dos alunos de umas das turmas de docência do estágio sobre a realização de uma prova. Ao sinalizarem que sim, que haveria uma prova teórica, ela teria insistido: *"prova?"*. Na sequência do diálogo a professora argumentou que em sua disciplina ela trabalha com conteúdos e que por isso ocorrem provas, insinuando que a Educação Física não trabalha com conteúdos passíveis de serem avaliados em forma de prova teórica, tanto que os estudantes da turma em questão estariam indignados, pois, nunca teriam realizado tal procedimento. *"Essa é a relação dos outros, a maioria têm essa relação com a Educação Física. E, não é tão errado, porque se eles forem olhar, muitas vezes, os professores estão fazendo isso, estão só jogando a bola"*, argumentou o estudante. (Idem)

Como potencialidades os estudantes trazem as experiências e vivências que o Estágio Curricular Obrigatório os possibilitou durante todo o processo de formação inicial. Assim, os Sujeitos 02 e 04 em relatório de estágio descrevem:

É durante a docência no estágio que podemos 'experimental' nossas 'estratégias' metodológicas, e assim desenvolver propostas de conteúdos a serem ensinados de acordo com contexto, [...] tudo aquilo que conhecemos, vivenciamos e estudamos durante anos de nossa formação inicial pode ser utilizado.

Outra potencialidade expressada no grupo focal e bastante significativa no processo de se fazer professor foi de perceber-se como professor dentro do contexto escolar. *"As experiências que tu vais adquirir no contexto da escola, de vivenciar com os alunos, numa sala de professores, os horários e como impor as regras para desenvolver as aulas"* (Sujeito 03) são ações que permitem o estudante reconhecer-se com indivíduo atuante dentro da escola, é com este intuito que o estágio contribui para o aprender ser profissional *"a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática"* (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p. 07).

3.2 O papel do professor na condução da prática pedagógica

A relação dos acadêmicos, na sua situação de "quase" professores, com os estudantes da escola, tomou boa parte das discussões durante a dinâmica do grupo focal. As discussões giraram em torno de autoridade e respeito. Alguns defenderam a ideia de que o estagiário nem sempre é respeitado na sua condição de mediador do processo a ser empreendido nas "aulas". Dois estudantes (Sujeitos 08 e 09) comentaram sobre a dificuldade de serem "respeitados" pelos estudantes das escolas campo, de serem nominados como estagiários e não professores e da dificuldade de se colocarem como mediadores do processo, ou seja, não foram bem aceitos pelos alunos das turmas nas quais efetivaram o exercício da docência.

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

Embora considerassem legítima a fala dos colegas, a maioria não aceitou tal posicionamento. Estes defenderam a ideia de que o respeito vem em decorrência da relação que se estabelece com as crianças ou adolescentes, com a motivação para realização das atividades e com a postura do professor supervisor. *“Eles tinham com nós o mesmo respeito que eles tinham com a professora [...], o estagiário tem que transmitir o respeito, tem que ter essa troca, aí se você passar o respeito eles vão te respeitar”* (Sujeito 05). Estes relatos também ficaram evidentes nos relatórios de estágio, dando maior ênfase na afirmação de que estagiário é professor.

O debate girou em torno do papel do estagiário e do professor e professora na sua relação com o processo de “dar aula”. Neste sentido, termos como transmissor, facilitador e mediador foram utilizados, bem como, a questão da autoridade a ser manifestada. Todos concordaram que é necessário construir uma forma de relacionamento com os alunos e que esse processo passa pela compreensão do papel do professor no âmbito da educação escolarizada, tanto em termos de construir e ou produzir conhecimento como na formação de um determinado sujeito para uma determinada sociedade. Por isso, autoridade ser diferente de autoritarismo.

Assim, percebe-se a importância da afirmação de Pimenta e Gonçalves (*apud* PIMENTA; LIMA, 2004) que consideram como finalidade do estágio proporcionar ao estudante uma aproximação à realidade na qual atuará. Importância não somente quanto ao trato com a docência, mas com todos os fatores que fazem parte do mundo do trabalho do professor e professora, que vão desde a mobilização de conhecimentos, como espaços, equipamentos e as demais instâncias que compõe a escola e o currículo escolar, evidenciando o papel dos sujeitos no processo da educação formal.

Por intermédio do estágio, é oportunizado ao estudante exercer a “capacidade de mobilizar os conhecimentos e habilidades face às situações concretas com que se vai deparar no seu local de trabalho, na escola” e provocar um olhar reflexivo e crítico “sobre os meios, as finalidades e as consequências da sua ação pedagógica”, dizem Batista, Pereira e Graça (2012, p. 91). Por isso, somente ações instrumentais durante a realização do estágio não bastam. Se experienciar por intermédio da vivência possibilita a formação e transformação, retomando aqui LARROSA, (2002), as marcas vão para além do cumprimento dos rituais de “dar aula”, para além do cumprimento de horários e agendas.

Dentro do papel do professor o planejamento também foi evidenciado como fator importante da prática pedagógica, onde ao longo do curso foi muitas vezes, visto como desnecessário, como uma mera formalidade, ocupação de um tempo precioso que poderia ser utilizado para outras atividades. A partir da vivência nos estágios, com a elaboração do projeto de estágio, os estudantes começaram a perceber a real dimensão do planejamento dentro do espaço escolar, das possibilidades ampliadas criadas pelo processo e pelo produto – plano a ser desenvolvido. *“A gente achava que não precisava de planejamento, [...] eu não entendia por que o planejamento era importante. [...]”* (Sujeito 06). O fato de planejar as ações, prever, espaços, equipamentos, considerar as intenções pedagógicas da escola campo, o papel da Educação Física no currículo escolar, foram pontos enaltecidos.

Ao planejar, disse o Sujeito 02, *“você tem uma sequência da tua aula, [...] o que você quer ver até o final dessas aulas”*. Ou seja, mais uma vez ficou evidente, como acima já citado, que o estágio

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

também é um espaço e tempo de lidar com as consequências da ação pedagógica e seu papel no contexto do currículo escolar e na vida das crianças e adolescentes.

Ao observar as falas do grupo focal foi possível perceber que em algum momento da conversa todos os acadêmicos citaram a importância do planejamento, e que além do planejar o professor precisa “*dominar o conteúdo*” (Sujeito 03), para que seja possível adaptar aula quando necessário. Os acadêmicos também falaram que com o planejamento em mãos todas as ações ficam mais fáceis de ser desenvolvidas, e o professor pode pensar e repensar a sua prática.

Menegolla e Sant’Anna (2002) apresentam pontos sobre a importância do planejamento que vão ao encontro com as falas dos estudantes:

Ajuda o professor a definir os objetivos que atendam os reais interesses dos alunos; possibilita ao professor selecionar e organizar os conteúdos mais significativos para seus alunos; [...] ajuda o professor a selecionar os melhores procedimentos e os recursos, para desencadear um ensino mais eficiente, orientando o professor no como e com que deve agir; ajuda o professor a agir com maior segurança na sala de aula; o professor evita a improvisação, a repetição e a rotina no ensino; facilita uma maior integração com as mais diversas experiências de aprendizagem; facilita a integração e a continuidade do ensino; ajuda a ter uma visão global de toda a ação docente e discente; ajuda o professor e os alunos a tomarem decisões de forma cooperativa e participativa. (2002, p.66)

A partir disto percebe-se que os estudantes adquiriram durante a formação inicial uma percepção significativa sobre o planejamento e que os seus entendimentos em relação ao mesmo destacam a importância de planejar as ações pedagógicas tornando as aulas atrativas, participativas e acima de tudo transmitindo conhecimento aos alunos.

Os estudantes destacaram a relação existente entre teoria e prática, o paradigma “*na teoria é uma coisa e na prática é outra*” ainda esteve presente no discurso, nos remetendo à necessidade de repensar o próprio discurso acerca do assunto. Muitos sinalizaram a dificuldade em compreender que teoria e prática estão implicadas, que uma está na outra e vice-versa. Esse discurso pode ser reflexo da forma de organização dos estágios obrigatórios na formação de professores vigente até 2001, que preconizava a realização dos mesmos somente ao final do curso. Esse processo provocava um distanciamento entre teoria e prática. (BRAUNER; MILLER, 1999).

Os Sujeitos 06 e 07 em relatório de estágio descrevem que com a intervenção “*conseguimos aliar teoria e prática no desenvolvimento da nossa proposta, usando todos os conhecimentos adquiridos na graduação na prática proposta aos alunos*”.

No entanto, compreender o processo que “*a teoria está junto com a prática, a gente não pode falar teoria é uma coisa e prática é outra*” (Sujeito 05), ou então, “*a teoria é um princípio do que seria feito na prática, só vai ter um entendimento completo o que é, com a prática*” (Sujeito 08), foi um momento bastante rico durante os debates no grupo focal.

As reflexões sobre a relação entre teoria e prática permitiram que os estudantes trouxessem também à cena do debate a cultura instituída acerca da Educação Física como componente curricular nas escolas campo de estágio. Aulas planejadas, objetivos articulados às intencionalidades do

Angelica Madela, Lillian Beatriz Schwinn Rodrigues

projeto pedagógico da escola, da ênfase nos conteúdos específicos da Educação Física e para além do esporte, a articulação entre teoria e prática, são considerados fatores de uma cultura que perspectiva uma Educação Física comprometida com a formação de sujeitos mais autônomos na vivência de práticas corporais fora do contexto escolar, bem como, de evidenciar o papel da Educação Física no currículo escolar.

O estudante, Sujeito 05, enfatizou que durante a realização do estágio, ele e o colega estagiário, tentaram romper com uma rotina instituída pela professora supervisora há muito tempo, segundo os alunos da turma, que era jogar bola, fosse ela de voleibol ou futebol. Esse processo, inicialmente, gerou *“um descontentamento”*, que exigiu acordos e convencimentos por parte dos estagiários. A adesão não foi total nas primeiras aulas, mas na sequência das atividades, todos participaram de forma bastante ativa das ações, passando a, inclusive, questionar o final das docências. A mesma situação foi relatada pelas estudantes Sujeitos 02, 04 e 11, que passaram pelo mesmo processo e que mediante acordos e convencimentos, conseguiram propor e implementar atividades de aprendizagem para além do mero “jogar” e do tema esporte.

Para Sujeito 09 acordos não foram suficientes para que conseguisse aplicar as atividades propostas com as turmas do ensino médio noturno, devido aos alunos não fazerem aula alegando ser facultativo, a professora estagiária questionou quem havia falado que as aulas de Educação Física noturnas eram facultativas, e os alunos responderam que a professora da escola, em decorrência aparece o relato: *“eram duas turmas de terceiro, eu sofri com essa parte de explicar as atividades, porque a professora só dava aula livre”*. A partir deste relato, é possível identificar que a forma adotada pela professora supervisora para “dar aulas”, vai contra o que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases, onde no artigo 35, define o ensino médio como fase de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, e no artigo 26 que a disciplina de Educação Física é obrigatória no currículo escolar, sendo sua prática facultativa somente para os alunos que fazem parte do grupo que está disposto na Lei.

Diante destes ocorridos e percebidos dentro do espaço escolar, os estagiários comentaram sobre suas experiências em “tentar” instituir uma cultura de participação e protagonismo dos alunos em suas aulas, pensadas a partir de um objeto de estudo e sua problematização, representado por um dos grandes temas da Educação Física.

Um estudante (Sujeito 10) relata em grupo focal, que não obteve dificuldade em instituir a cultura de aulas teóricas e práticas, de solicitar provas e trabalhos: *“a professora já tinha uma cultura com os alunos de ter teoria de ter prática, dos alunos participarem, e isso para a minha evolução foi bom, não precisei ficar fazendo esse processo de explicar para os alunos que eles têm que participar, motivar eles é essencial”*.

Em decorrência dos relatos percebe-se que, muitas vezes o professor de Educação Física não tem planejamento das aulas, trabalhando conteúdos empíricos ou não trabalhando conteúdo nenhum, somente “jogando a bola”, com isso os acadêmicos notaram certa dificuldade na prática da docência por parte de alguns professores os quais acompanharam durante seus estágios. Desta forma evidencia-se que é necessário considerar os conceitos, as relações estabelecidas com a área de conhecimento, sua compreensão de mundo, seus valores e sua ética profissional, como o sentido

Angelica Madela, Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues

que se dá a profissão, segundo Pimenta e Lima (2004) para que possa existir o comprometimento com a prática docente na escola, já que esta é a postura necessária para a efetivação do processo ensino-aprendizagem comprometida com as demandas da comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio curricular obrigatório é um espaço de construção de aprendizagens significativas no processo de formação de professores, oportunizando aos estudantes experienciar o que foi apreendido ao longo de sua formação em situação concreta no futuro contexto de atuação profissional, a escola.

Compreender a realidade do contexto escolar e transformá-la em experiências para a formação inicial e para a prática docente requer um posicionamento pedagógico e político por parte dos estudantes, estes que relatam da importância de seu envolvimento e comprometimento com a produção da aula e, conseqüentemente, com a produção da vida dos estudantes, sob sua mediação.

Ao analisar os dados coletados é possível perceber como o estágio curricular possibilita aos estudantes em processo de formação inicial, experiências que contribuem em diferentes instâncias para a futura atuação profissional e o (re)conhecimento da condição de ser professor. As experiências de cada sujeito ou da coletividade tornam-se habilidades de saber fazer e ser e como relatam Tardif e Lessard (2005, p. 53) “a experiência de cada um é também, de certa maneira, a experiência de todos”. Neste sentido, o estágio curricular é um processo que se inscreve na vida de cada sujeito, com repercussões na profissão, mas também na pessoa em processo de se fazer professor.

As experiências relatadas apresentam a relação do futuro professor, agora estudante estagiário, com o contexto da escola, seja com os alunos, com os professores supervisores e com os professores de diferentes áreas ou com a direção e demais funcionários. Essa convivência possibilitou que os estudantes vivenciassem situações inerentes ao processo de ser professor, como a ótima receptividade do corpo escolar em relação aos estudantes estagiários, a aceitação do estagiário como professor na maioria dos relatos, e o questionamento de outras áreas sobre os conteúdos trabalhados pela Educação Física.

A partir das docências, os estudantes também relatam à importância do professor planejar suas aulas, para que, além de uma sequência pedagógica o mesmo alcance seu objetivo de ensinar, mediando os seus saberes com os conhecimentos e experiências dos alunos. Outro ponto, elencado como importante pelos estudantes foi à cultura instituída pelo professor de Educação Física, onde muitos obtiveram dificuldades em desenvolver suas atividades devido aos alunos não terem aulas teóricas, trabalhos e provas em sua rotina de aula de Educação Física.

Neste sentido, todos os relatos partem de experiências adquiridas e vivenciadas pelos estudantes durante sua inserção no estágio curricular obrigatório V, sendo que estas contribuíram de forma efetiva no processo de formação inicial para professores. As potencialidades encontradas ressaltam a importância do estágio curricular diante do processo de ser professor, e como sua prática possibilita aos estudantes um (re)conhecimento de seu campo de futura atuação, esta permite que o estudante perceba seu papel dentro do contexto escolar e na condução da prática pedagógica.

Angelica Madela, Lillian Beatriz Schwinn Rodrigues

As fragilidades dão conta de uma cultura de aula de Educação Física que precisa ser qualificada e que lhes permitiu identificar pontos de inquietações, como o falta de intencionalidades políticas e pedagógicas, bem como, o esporte como principal temática e, principalmente, as aulas livres.

As experiências apresentam alguns indicativos que contribuem para a qualificação do processo de formação inicial que vem sendo implementado pelos docentes que atuam no curso de Educação Física da Unochapecó. Os alunos aprovam a estrutura atual do estágio, no entanto, sugerem que o número de docências seja ampliado, considerando sua importância para o processo de formação de professores e professoras.

Também é importante salientar a importância do fechamento de cada estágio, que as experiências sejam socializadas de tal forma, que provoque um pensar sobre as experiências, com possibilidades de identificar as fragilidades e potencialidades. O fechamento da disciplina de estágio V ocorreu através do grupo focal, que permitiu aos estudantes relatar experiências que não haviam sido descritas nos relatórios de estágio, e dialogassem sobre as diferentes inquietações da Educação Física e estas enriqueceram os dados que isso, trouxe sentido às experiências.

5 REFERÊNCIAS

BARDIN L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.

BARBOSA-RINALDI, I. P. Formação inicial em Educação Física: uma nova epistemologia da prática docente. *Movimento*. Porto Alegre, v. 14, n. 03, p. 185-207, setembro/dezembro de 2008.

BARBOUR, R. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BATISTA, P. M. F.; PEREIRA, A. L.; GRAÇAS, A. B. S. A (re)configuração da identidade profissional no espaço formativo do estágio profissional. In: NASCIMENTO, Juarez Vieira; FARIAS, Gelcemar de Oliveira (Orgs.) *Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção*. Florianópolis: Udesc, 2012. p. 81 – 111.

BRASIL. *Decreto-lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. *Parecer CNE/CES 274/2011*. Indicação referente à revisão do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Educação Física. Diário Oficial da União. 06 de julho de 2011.

BRAUNER, V. MILLER, F. Professor José: Vivências e reflexões sobre uma formação em Educação Física. *Revista Movimento*. n. 10, p. 21-25. 1999.

CHAPECÓ. *Projeto Político Pedagógico*. Curso de Licenciatura em Educação Física. Unochapecó. Chapecó, 2009.

LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p. 20-28, jan/fev/mar/abr. 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbe19/rbde19_04_jorge_larrosa_bondia.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

Angelica Madela, Lillian Beatriz Schwinn Rodrigues

MENEGOLLA, M. SANT'ANNA, I. M. *Por que planejar? Como planejar?* Currículo – Área – Aula. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L.. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Estágio e docência: diferentes concepções*. In: Revista Poiesis, Volume 3, Números 3 e 4, pp. 5-24, 2005/2006.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ACESSO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE SOB A ÓTICA DE PACIENTES HIPERTENSOS ATENDIDOS POR EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: ferdi@unochapeco.edu.br

Fonte financiamento: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE).

RESUMO

Introdução. A hipertensão arterial sistêmica (HAS) constitui um problema de saúde pública. Caracteriza-se por exibir curso clínico lento e assintomático, associado a múltiplos fatores de risco e grande número de complicações, principalmente doenças cardiovasculares. **Objetivos.** Identificar o conhecimento, acesso e utilização pelos pacientes hipertensos aos serviços e programas desenvolvidos no território de saúde que residem e compreender de que forma se estabelece a comunicação entre usuário e equipe de saúde. **Metodologia.** Trata-se de estudo com abordagem qualitativa. Analisaram-se as autorizações de internações hospitalares do Sistema Único de Saúde, de maio a outubro de 2012 no município de Chapecó, SC. Selecionaram-se oito hipertensos, hospitalizados por complicações de HAS, com idades ≥ 35 anos e ≤ 90 anos. Os dados foram coletados de fevereiro a maio de 2013, por meio de entrevista semi-estruturada, gravada. **Resultados.** Entrevistou-se 62,5% de pacientes do sexo feminino e 37,5% do sexo masculino. A média de idade foi 65 anos. 50% dos pacientes são aposentados e com baixa escolaridade. O tempo mínimo do diagnóstico de HAS foi dois anos e o máximo 44 anos. 50% dos entrevistados relataram verificar os valores tensionais diariamente. A totalidades dos entrevistados tiram seus medicamentos para controle da HAS no SUS, com média de 10,75 anos de tratamento farmacológico. Todos os pacientes realizam acompanhamento médico anual, com frequência média de 17,87 consultas/ano e 100% desses já foram encaminhados ao cardiologista. 62,5% dos pacientes referem conhecer os grupos de hipertensos, mas apenas 25% participam. A média do número de hospitalizações por complicações da HAS foi de 3,63, sendo que, 62,5% apresentaram AVC. Considerações: Identificou-se os nós-críticos no modelo de atenção básica que permitem que patologias como HAS, que é potencialmente prevenível e controlável, ainda se mantenha como causa importante de hospitalização e óbitos.

Palavras-chave: Hipertensão. Doenças cardiovasculares. Hospitalização.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a hipertensão arterial sistêmica (HAS) se constitui como um dos principais problemas de saúde pública. Caracteriza-se por exibir um curso clínico lento e assintomático e está associada a múltiplos fatores de risco e um grande número de complicações, principalmente doenças cardiovasculares (DCV) (COSTA et al. 2010).

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

A HAS está intimamente ligada aos hábitos de vida da população, uma vez que, evidencia-se forte associação entre HAS, obesidade, distúrbios do metabolismo da glicose e dos lipídios, alimentação inadequada, excesso de sal, consumo abusivo de álcool, inatividade física, excesso de peso e tabagismo (FERREIRA et al., 2009).

Trata-se de uma doença crônica que acomete 20% da população mundial adulta, possui alto custo médico-social, grande impacto na morbimortalidade e é o principal fator de risco para o surgimento de doenças cardiovasculares (BORGES et al., 2012; FERREIRA et al., 2009).

Atualmente, define-se HAS como uma pressão sistólica igual ou superior a 140 mmHg, e/ou uma pressão arterial diastólica igual ou superior a 90 mmHg em adultos a partir de 18 anos (STAM et al., 2007).

A linha demarcatória que define HAS considera valores de PA sistólica ≥ 140 mmHg e/ou de PA diastólica ≥ 90 mmHg em medidas de consultório. O diagnóstico deverá ser sempre validado por medidas repetidas, em condições ideais, em pelo menos três ocasiões (DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2010).

De acordo com as VI Diretrizes Brasileira de Hipertensão Arterial (2010), a prevalência da HAS entre homens e mulheres é semelhante, no entanto, até os 50 anos a incidência é um pouco mais elevada na população masculina e a partir da quinta década passa a ser superior nas mulheres. Já população idosa, com idade superior a 65 anos, a prevalência da HAS é superior a 60%.

A obesidade se associa com maior prevalência de HAS desde idades mais jovens, assim como, a consumo em excesso de sódio. A HAS é avaliada como um dos principais fatores de risco modificáveis.

Assim, é necessário ter conhecimento de que o manejo adequado do paciente hipertenso não envolve apenas o controle dos níveis de pressão arterial isoladamente, mas também, medidas que englobam mudanças no estilo de vida do indivíduo, de forma a eliminar os diversos fatores de risco envolvidos na gênese da HAS (MALFATTI; ASSUNÇÃO, 2011).

Sabe-se que o tratamento e o controle da HAS têm a finalidade de reduzir o risco de doença cardiovascular, diminuir o número de mortes prematuras, bem como diminuir a ocorrência de acidente vascular cerebral (AVC), de complicações renais e de outros eventos incapacitantes, evitando dessa maneira o dano aos órgãos-alvo (MALFATTI; ASSUNÇÃO, 2011).

Os sujeitos hipertensos necessitam de tratamento farmacológico e não farmacológico para manter a pressão arterial controlada e evitar complicações. Em consonância ao que foi explicitado, Cotta et al. (2009), demonstraram que uma redução de 5 a 6 mmHg na pressão arterial reduz o risco de doenças ateroscleróticas, acidente vascular cerebral e insuficiência cardíaca em até 15%, 40% e 50%, respectivamente, dentro de um período de cinco anos.

Por conseguinte, as VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2010) referem que a terapêutica medicamentosa objetiva a proteção de órgãos-alvo, diminuindo o impacto ocasionado pela elevação da PA. Por outro lado, o tratamento não medicamentoso deve sempre ser estimulado e este considera o controle de peso, cuidado com a alimentação (dieta mediterrânea, dieta dash,

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

etc.). Ainda assim, para o controle da HAS deve ser associado à suspensão do tabagismo, a qual é um fator determinante na prevenção primária de secundária da HAS e das DCV.

Contudo, ressalta-se que o adequado controle da HAS só é possível por meio da adesão ao tratamento medicamentoso associado à adoção de hábitos de vida saudáveis, que resultarão na melhora da qualidade de vida dos pacientes e diminuição no risco de complicações (BORGES et al., 2012).

Salienta-se ainda, que a HAS e suas complicações são responsáveis por grande parte das internações hospitalares no país, onerando o sistema público de saúde. Estima-se que 20% a 40% da população brasileira têm níveis pressóricos iguais ou superiores a 140 x 90 mmHg. No ano de 2003, as doenças cardiovasculares foram responsáveis por 27,4% das mortes no Brasil e identificou-se uma relação direta entre o aumento nos níveis pressóricos e mortalidade cardiovascular (STAM et al., 2007).

Apesar disso, Ferreira et al. (2009), colocam que 62% da doença cérebro-vascular e 49% da coronariopatia isquêmica podem ser atribuídas à pressão arterial sub-ótima e/ou com pequenas oscilações.

O acidente vascular cerebral constitui umas das principais complicações da HAS e caracteriza-se por ser uma síndrome clínica que cursa com a perda da função neurológica focal, repentina, resultante de fluxo sanguíneo insuficiente para o encéfalo. A HAS é o fator de risco modificável mais comum de AVC com uma frequência de 30% nos Estados Unidos. Outros fatores de risco modificáveis incluem diabetes, hiperlipidemia, tabagismo e obesidade (ROMERO et al., 2008).

Portanto, de acordo com as VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2010), o tratamento da HAS prioriza a redução da morbidade e mortalidade das DCV. Para tanto, o uso de anti-hipertensivos além de reduzir a PA também diminui o risco de eventos cardiovasculares e a taxa de mortalidade. Os medicamentos utilizados para redução e controle da PA incluem os diuréticos, beta-bloqueadores, inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA), bloqueadores do receptor AT1 da angiotensina II (BRAII) e antagonistas dos canais de cálcio (ACC). Em sua grande maioria o tratamento da HAS é realizado com a associação de medicamentos de diferentes classes.

A HAS juntamente com outras patologias faz parte da classe de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), cujo controle requer mudanças no estilo de vida dos indivíduos e ajustes ao tratamento medicamentoso (MALFATTI; ASSUNÇÃO, 2011; PIERIN et al., 2011). De acordo com Brasil (2011), as DCNT são as principais causas de óbito no mundo e foram responsáveis por 63% das mortes em 2008, com destaque para as doenças cardiovasculares. Atribui-se, ainda, as DCNT um infundável impacto econômico para sociedade, em virtude das sequelas ocasionadas por estas patologias, dentre elas, perda da qualidade de vida e limitação de atividades, etc.

Portanto, torna-se indispensável e de extrema relevância no Brasil a vigilância das DCNT, uma vez que, possibilita conhecer a distribuição, extensão e tendência dessas patologias, bem como, de seus fatores de risco, determinantes e condicionantes sociais, ambientais e econômicos, para que possam ser implementadas ações para subsidiar o planejamento dos serviços de saúde (BRASIL, 2011).

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

Deste modo, as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) têm um papel essencial no processo de prevenção, controle e tratamento da DCNT, em especial da HAS, seja propondo medidas preventivas ou realizando levantamento epidemiológico. Cabe destacar que a assistência aos usuários hipertensos não é exclusividade da atenção primária, no entanto, melhores oportunidades de atuação acontecem neste nível de atenção à saúde. Assim, por meio de uma atuação precisa e eficaz torna-se possível reduzir os índices de internações por causas evitáveis (RABETTI; FREITAS, 2011; NEDEL et al., 2008).

As internações por condições sensíveis à atenção primária (CSAP) estão sendo utilizadas como indicador indireto da efetividade do sistema de saúde. Uma vez que, espera-se que a resolutividade dos serviços de atenção primária reflita na diminuição do número de internações hospitalares por um grupo de causas específicas, dentre eles a HAS (NEDEL et al., 2008). Assim, pressupõe-se que os indivíduos hospitalizados por CSAP não receberam atenção de saúde efetiva, contribuindo assim para o agravamento de sua condição clínica (NEDEL et al., 2008; RABETTI; FREITAS, 2011).

Portanto, as CSAP, instituem um conjunto de problemas de saúde para os quais a efetivação da atenção primária diminuiria o risco de internações. Desse modo, investir em atividades de prevenção, diagnóstico, controle, tratamento precoce de doenças e acompanhamentos adequados, devem resultar na diminuição das internações hospitalares (ALFRADIQUE et al., 2009).

Este estudo teve por objetivo identificar o conhecimento, acesso e utilização pelos pacientes hipertensos aos serviços e programas desenvolvidos no território de saúde que reside, bem como compreender de que forma se estabelece a comunicação entre usuário e equipe de saúde.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa. Foram analisadas as Autorizações de Internação Hospitalar através dos serviços hospitalares prestados pelo SUS (AIH-SUS) de maio a outubro de 2012 no município de Chapecó (SC).

Foram identificados 186 indivíduos, de ambos os sexos, os quais apresentaram asdoenças do aparelho circulatório como causa de internação de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Dos 186 indivíduos, selecionou-se, por amostragem não probabilística, oito usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), hospitalizados nos últimos seis meses por complicações de HAS, com idades igual ou superior a 35 anos e igual ou inferior a 90 anos, cadastrados no Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB).

Como critérios de prioridade na seleção dos pacientes mediante as AIH-SUS apuraram-se os seguintes fatores: a) CID-10 referente à hipertensão arterial (CID I10), Acidente vascular cerebral não especificado (CID I 64), Infarto Agudo do Miocárdio não especificado (CID I 219) Insuficiência Renal Crônica não especificada (CID N 189); Insuficiência Cardíaca não especificada (CID I 509), Angina pectoris não especificada (CID I 209); b) superior a uma internação neste período de tempo; c) pacientes de diferentes centros de saúde do município;

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

Os dados foram coletados por meio da técnica de entrevista semi- estruturada, que foi gravada, de forma que possibilitou colher dados através do discurso livre do paciente hipertenso sobre a sua trajetória em busca de atendimento, suas necessidades de saúde, bem como, seu conhecimento acerca dos recursos disponíveis na rede municipal de saúde de Chapecó (SC), e que por eles utilizados.

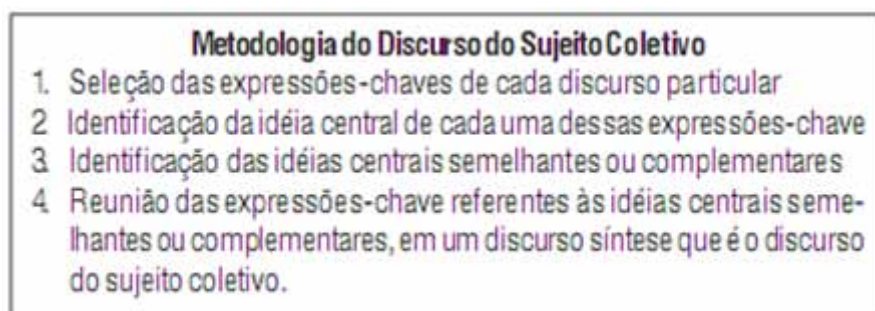
A coleta de dados ocorreu no período de fevereiro à maio de 2013.

A análise dos dados estatísticos, construção de tabelas e gráficos, foi realizada nos programas excel 2010 e SPSS versão 17.0.

Para atingir os objetivos do estudo, de forma a compreender o conhecimento acerca da patologia HAS, acesso a serviços de saúde disponibilizados na rede pública do Município e o processo de comunicação entre os sujeitos hipertensos, família e equipe de saúde, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e os dados obtidos foram aplicados na Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Esta metodologia consiste num conjunto de procedimentos de tabulação e organização dos dados discursivos, oriundos de declarações reais (figura 1).

O emprego da pesquisa qualitativa busca abarcar a visão do paciente acerca de sua patologia, e o que representa para ele dois conceitos tão abstratos e concretos ao mesmo tempo, a saúde e a doença.

Figura 1: Etapas da Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Fonte RENOVATO; DANTAS, 2005).



Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) sob Protocolo n° 286/2012.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a tabela 1, que ilustra a caracterização da amostra, visualiza-se que as entrevistas foram realizadas com oito hipertensos, sendo 62,5% do sexo feminino e 37,5% do sexo masculino. A média de idade foi 65 anos e a mediana foi 67,5 anos; 50% dos pacientes são aposentados. Observou-se entre os entrevistados baixo nível de escolaridade, pois 50% possuíam 1º grau incompleto, 13% eram semianalfabetos, outros 25% haviam completado o 1º grau e apenas 13% possuíam 2º grau completo. Com relação ao estado civil 50% eram viúvos, 37,5% casados e 12,5% divorciado.

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

Para cada paciente foi atribuído um código, correspondente a uma letra do alfabeto (A, B, C,...), de forma a organizar e identificar os dados e as falas de cada paciente, mantendo o anonimato dos sujeitos de pesquisa.

Tabela 1: Caracterização da população do estudo de acordo com diferentes variáveis.

CÓDIGO	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão
A	F	77	Viúva	1º grau incompleto	Do lar
B	F	36	Casada	1º grau incompleto	Diarista
C	M	69	Viúvo	1º grau incompleto	Comerciante
D	F	89	Viúva	1º grau completo	Agricultora
E	F	42	Divorciada	1º grau completo	Auxiliar de cozinha
F	M	62	Casado	1º grau incompleto	Pedreiro
G	F	79	Viúva	Semianalfabeta	Agricultora
H	M	66	Casado	2º grau completo	Técnico enfermagem

Conforme está ilustrado na tabela 2, o diagnóstico de HAS pode emergir de diferentes formas, como uma simples manifestação de mal estar, assim como, uma complicação decorrente de uma hipertensão arterial silenciosa. “Comecei a ficar ruim” (B) ou como na fala “Foi quando deu o AVC” (D).

Tabela 2: Idéia central e discurso do sujeito coletivo de oito pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: Como foi realizado o diagnóstico de hipertensão arterial?

IDÉIACENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
Comecei a ficar ruim	Com 25 anos eu descobri que tinha pressão alta. Comecei a ficar ruim, fiquei tonta, me dava vômito, vômito e dor na nuca e fui direto no hospital. Daí fui no hospital e o médico do hospital disse que eu tinha pressão alta e tinha que tomar remédio (B).
Quando deu o AVC	Foi quando deu o AVC porque ela não tomava remédio pra pressão alta, ela nunca teve, não tinha problema de pressão alta, daí foi quando deu aquele AVC e levaram ela pro hospital(D).

Observou-se que o tempo mínimo para o diagnóstico de HAS foi de 2 anos e o máximo foi de 44 anos, sendo a média 14,63 anos. Com relação à internação hospitalar, ao relacionar todos os pacientes, obteve-se uma média de 3,63 hospitalizações. Percebeu-se que 75% dos pacientes ao verificarem valores tensionais elevados ou não se sentirem bem, procuraram primeiramente o hospital ao invés de buscarem o atendimento nas unidades básicas de saúde. Esse fato pode ser explicado por meio da tabela 2 que ilustra algumas falas.

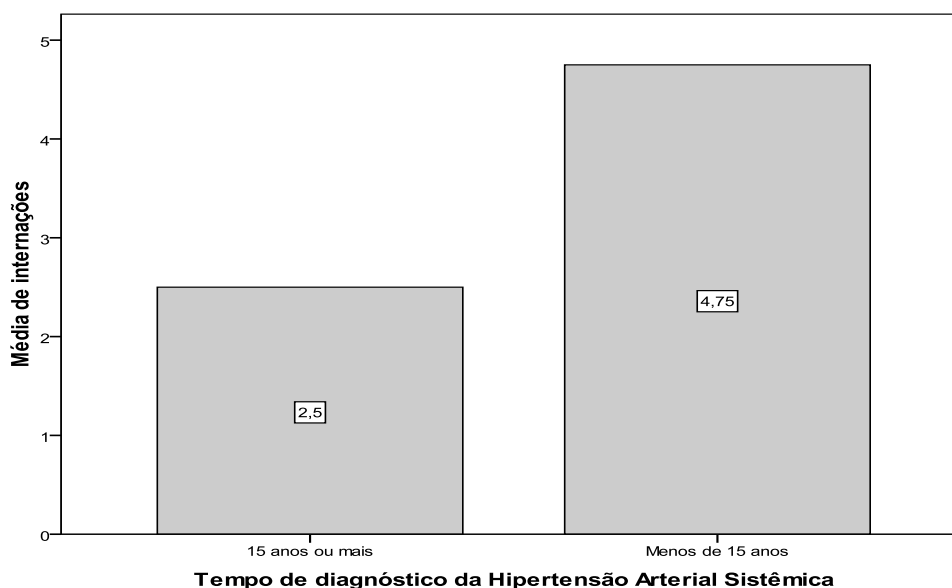
Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

Tabela 3: Idéia central e discurso do sujeito coletivo de oito pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: De que forma ocorreu o encaminhamento para o Hospital devido a HAS?

IDÉIA CENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
Fui direto no hospital	Fui direto no hospital porque a pressão tava muito alta e tinha pontada, em casa vi a pressão tava 180/120, tinha dor de cabeça, parecia que não me lembrava de nada, foi que me deu aquele derrame (A).
Não ia no posto, ia direto pro hospital	la direto no hospital, não ia no posto porque eu sabia que lá não ia solucionar o meu problema. Muitas vezes fui aqui no pronto atendimento da Efapi, fui tomar soro e coisa e muitas vezes eu tava super atacada e coisa e eles me colocavam na ambulância e me levavam pro Regional (E).
Fomos no posto, deram papel pra gente ir pro Regional	De manhã fomos pro posto, deram dois comprimidos debaixo da língua e não conseguiam baixar a pressão. Dai deram um papel pra gente ir pro Regional. A pressão tava 190/130 (G).

Na figura 2 compara-se a média de internações com o tempo de diagnóstico de HAS. É possível observar que pacientes hipertensos a menos de 15 anos apresentaram uma média de 4,75 internações, ao passo que, pacientes hipertensos há mais de 15 anos exibiram uma média de 2,5 internações.

Figura 2: Tempo de diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e média de internações em pacientes hipertensos.



Do mesmo modo, quando se comparou a relação entre a média de internações com o tempo de uso de medicação, apurou-se que pacientes que usam anti-hipertensivos há mais de 15 anos também tiveram uma média de 2,5 internações enquanto os que utilizam a medicação há menos de 15 anos internaram, em média, 4,75 vezes.

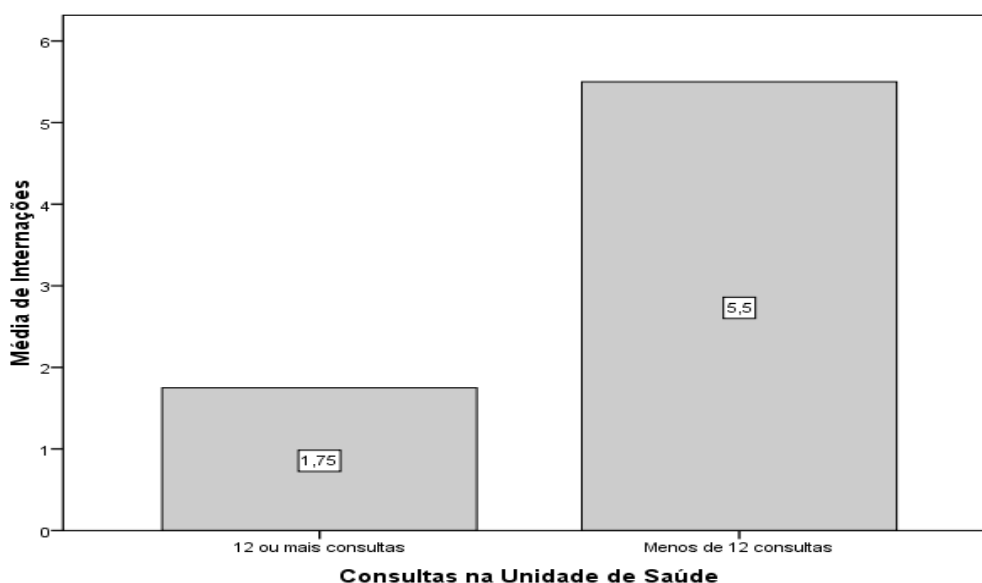
Assim, percebe-se que quanto maior o tempo transcorrido desde o diagnóstico de HAS e maior o tempo de uso de terapia anti-hipertensiva, menor foi a frequência de hospitalizações. Pode-se inferir que um dos motivos para tal fato seja que ao longo do tempo os pacientes hipertensos vão

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

aceitando e aprendendo a conviver com sua patologia, de forma que há um aumento na adesão ao tratamento e aos cuidados que lhes são orientados, tanto na terapia medicamentosa como na não medicamentosa.

Na figura 3, compara-se a média de internações com o número de consultas na Unidade de Saúde, e compreende-se que pacientes que fizeram mais de 12 consultas ao ano, apresentaram uma média de internação hospitalar de 1,75. Em contrapartida, os que procuraram a Unidade de Saúde com uma frequência menor que 12 consultas, obtiveram uma média de internação de 5,5 vezes.

Figura 3: Relação entre o número de consultas anuais nas Unidades de Saúde e a média de internações.



Não obstante, salienta-se ainda que todos os pacientes realizam acompanhamento médico anual, com uma frequência média de 17,87 consultas por ano. Dessa maneira, fica evidente que pacientes que procuram a atenção primária e supostamente são acompanhados periodicamente pelos profissionais de saúde da rede básica, possuem um menor número de hospitalizações. Este achado reforça a importância das ESF para o controle e adesão ao tratamento da HAS, bem como, para a prevenção de complicações. Ainda assim, sobre o autocuidado e medidas não farmacológicas para o tratamento da HAS, 87,5% da amostra referiu realizar cuidados com a alimentação, ao passo que 12,5% dos entrevistados realizam atividade física regularmente. Neste estudo nenhum paciente é tabagista e etilista, embora, concomitantemente, 37,5% dos sujeitos declararem ser ex-tabagistas e ex-etilistas. Além disso, 100% dos entrevistados referiram que já foram encaminhados ao médico cardiologista, 62,5% ao médico oftalmologista e 12,5% ao médico nefrologista. Demonstrou-se que todos os entrevistados apresentam complicações decorrentes da HAS, sendo que a moda foi acidente vascular cerebral (AVC), com uma frequência de 62,5%. Além da hipertensão, 87,5% dos sujeitos entrevistados também são portadores de outras co-morbidades.

No entanto, de acordo com a tabela 4, apurou-se que os hipertensos em sua maioria procuram o atendimento na unidade de saúde principalmente e em alguns casos exclusivamente para retirada de medicações.

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

Tabela 4: Ideia central e discurso do sujeito coletivo de oito pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: Quantas vezes no ano procura atendimento na UBS para fazer consulta de rotina?

IDÉIA CENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
Só quando não tô me sentindo bem	Uma ou duas vezes só, só quando não tô me sentindo bem, se não, não procuro (B).
Pra pegar receita pra pressão	Ali eu vou só quando é pra pegar receita pra pressão (D).
Pegar medicamentos	Agora eu só vou mesmo pegar medicamentos (E)

Percebe-se com base na tabela 4, que embora existam esforços para mudar a concepção do modelo biomédico assistencialista, a população em sua grande maioria só procura consultas médicas quando está com algum problema de saúde instalado e para retirada medicação, o que denota uma medicina curativa.

Ressalta-se também, que 100% dos sujeitos utilizam medicamentos para o controle da hipertensão, com uma média de 10,75 anos de tratamento farmacológico; sendo que 100% utilizam o Sistema Único de Saúde, visto que todos os pacientes retiram parte de seus medicamentos no SUS e 62,5% compram alguns medicamentos que não são disponibilizados no sistema público de saúde.

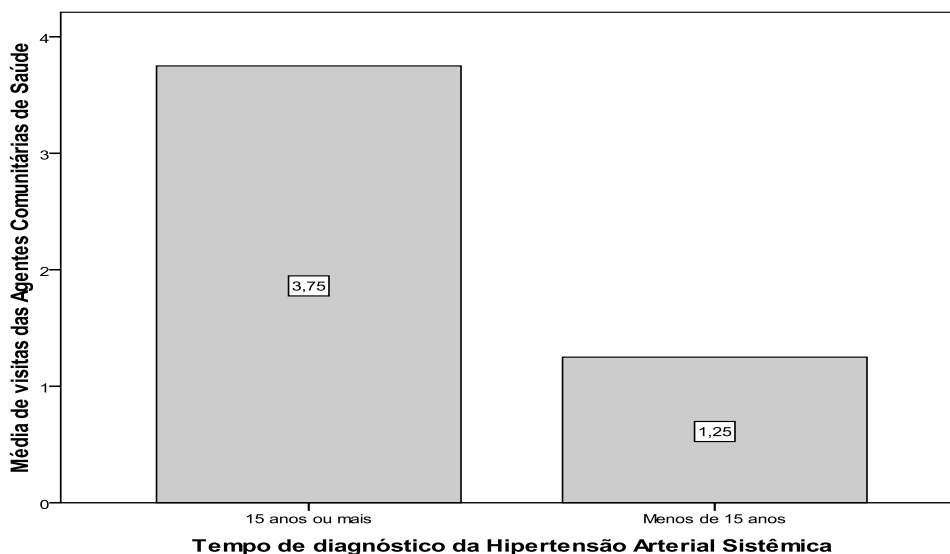
Em detrimento a aferição da pressão arterial, constatou-se que frequência mínima para aferição da PA foi de uma vez ao mês, sendo que 50% dos entrevistados relataram verificar os valores tensionais diariamente, já que possuem esfigmomanômetro e estetoscópio em casa. Isso é ilustrado na tabela 5 por meio das falas dos sujeitos.

Tabela 5: Ideia central e discurso do sujeito coletivo de oito pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: Com que frequência é aferida a pressão arterial?

IDEIA CENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
Só quando vou pegar remédio no posto	Só quando vou pegar o remédio da pressão no posto porque não tenho medidor né, vou todo mês pegar, daí sempre vejo a pressão (B).
Meço todo dia, tenho o aparelho em casa	Eu meço todo dia, tenho em casa o aparelho. Sempre pela manhã cedo. As vezes vou no posto pra medir, a cada 30 dias mais ou menos. Vejo quando não tá meia boa, daí vou no posto pra ver (F).

Na figura 4, compara-se também a relação do número de visita das Agentes Comunitárias de Saúde com o tempo de diagnóstico da HAS. Apreendeu-se que pacientes com 15 ou mais anos de doença foram visitados, em média, 3,75 vezes. Já os que apresentam a doença a menos de 15 anos foram visitados, em média, 1,25 vezes.

Figura 4: Relação entre o tempo de diagnóstico de HAS e a média mensal de visitas do ACS.



Embora o gráfico acima mostre que o ACS realizam visitas mensais aos usuários hipertensos, relacionando uma frequência maior de visitas quando o tempo de diagnóstico é superior há 15 anos, deparou-se, no entanto, com narrativas que explicitam a falta de comprometimento do ACS com a população, bem como, a ausência e o não comparecimento deste nas visitas domiciliares. Isso é percebido por meio dos discursos contidos na tabela 6.

Tabela 6: Ideia central e discurso do sujeito coletivo de oito pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: Com que frequência a Agente Comunitária de Saúde visita a sua residência? O que é feito durante as visitas?

IDEIA CENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
Pegam tua assinatura pra mostrar que vieram aqui	Passa, mas sabe o que que elas passsam, só pegam tua assinatura, elas não fazem nada né, elas pegam tua assinatura pra mostrar que elas vieram aqui (D).
Não recebi visitas delas	Desde que tô aqui há um ano não recebi nenhuma visita delas (E).

Em relação à participação no grupo de hipertensos, percebeu-se que 62,5% dos entrevistados conhecem ou já ouviram falar dos grupos, o qual faz parte da Estratégia de Saúde da Família; e destes, somente 25% dos pacientes participam, sendo apenas do sexo feminino. Conforme a tabela 7, ao entrevistar os usuários sobre o conhecimento e participação nos grupos, foi possível compreender e identificar as diferentes visões e representações sobre os grupos para os pacientes, assim como, os motivos pelos quais alguns sujeitos participam e outros não.

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

Tabela 7: Ideia central e discurso do sujeito coletivo de 8 pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: Participa do grupo de hipertensos? Por quê?

IDEIA CENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
Participo, ajuda a ficar bom.	Participo acho que faz uns 10 anos. Ajuda pra gente se animar, ficar bom, ter saúde (A).
Nunca participei	Eu já fui convidado e nunca participei por relaxamento, falta de vontade... (C)
Nem sabia que tinha	Nunca me informaram nada que eu tinha que participar, nunca convidaram e nem sabia que tinha. Se convidassem para participar eu iria sim (E).
Sim, eles fazem uma palestra muito boa	Sim. Que daí o doutor quase obriga a gente ir, é daí eles fazem uma palestra muito boa, vê a pressão, vê como tá a diabetes, vê o controle da folha dos remédios (G).
Procuro não participar porque a gente vai perder tempo	Não faço parte, porque geralmente é muito negócio de dança, mais festa, mais comida e coisarada... Daí eu procuro não participar porque muitas vezes a gente vai perder tempo (H).

Quando questionados acerca da qualidade do atendimento ofertado pelo SUS (unidades de saúde, hospitais, etc), 75% dos sujeitos julgaram ser bom. Entretanto, emergiram diversos julgamentos com relação ao atendimento nas UBS. A tabela 8 revela por meio do discurso livre as críticas e dificuldades encontradas.

Tabela 8: Ideia central e discurso do sujeito coletivo de oito pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: Quais as críticas e dificuldades enfrentadas com relação ao atendimento em Unidades Básicas de Saúde?

IDEIA CENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
Atendem muito mal	Atendem muito mal, deviam de ponhar a pessoa com responsabilidade e saber tratar as pessoas, porque pessoas que não tem amor pelo trabalho não adianta tá ali, elas atendem os outros tudo mal (B).
Crítica eu não faço	Olha, crítica eu não faço não, porque eu não tenho como fazer critica, porque toda vez que fui lá sempre fui bem atendida (G)
É muita demora	O que eu vou dizer que podia ser melhorado, minha filha, é que é muita demora, muita demora. Às vezes, tem que marcar ficha com uma semana de antecedência, quando tem vaga eles encaixam e atendem, mas as vezes não tem vaga (H).

Ao finalizar as entrevistas, os hipertensos foram questionados sobre sua avaliação do SUS e os profissionais que trabalham no SUS. Deparou-se com diferentes pontos de vista, os quais estão descritos na tabela 9.

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

Tabela 9: Ideia central e discurso do sujeito coletivo de oito pacientes hipertensos, em resposta à pergunta: Como você avalia o SUS e os profissionais que trabalham no SUS?

IDEIA CENTRAL	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
No SUS demora o atendimento	Tudo trata a pessoa mal porque a pessoa depende dos serviços deles eu acho né. No SUS o remédio caro não tem, vai lá pra fazer um exame e também se quer fazer com urgência tem que pagar, porque pelo SUS demora 3 a 4 meses (B)
Dez, a gente é muito bem atendido.	Dez pra todos. Por que a gente é muito bem atendida, você vai lá, sempre que você quer, você consegue. O que se quer mais, medicamento de graça, atendimento de graça, especialista de graça, exame, tudo que for tipo de exame (C)
O SUS é SUS porque ele demora	Na verdade o SUS é SUS, porque ele demora, porque se a gente tá precisando de uma consulta, de um exame imediato, daí tu vai ter que fazer particular porque se não tu morre antes de fazer. Não dá pra se queixar, mas o problema é que é demorado né (F)
O SUS poderia ser muito melhor	Mas eu avalio que o SUS poderia ser muito melhor se não tivesse esses roubos como tem na presidência da república, tem milhões e milhões que roubam e que poderia vir pra saúde, pra nós termos uma saúde de qualidade. Por ex. o Brasil podia ser um Brasil sem fome e com muita saúde. E antes de chegar no SUS o dinheiro é desviado (H)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por meio da apreciação dos dados, associados à análise do discurso do sujeito coletivo foi possível apreender as fragilidades da atenção primária à saúde, as deficiências existentes na comunicação entre os sujeitos hipertensos e a equipe de saúde, visto que, parte dos sujeitos desconhece os serviços de saúde disponibilizados em sua comunidade.

Logo, acredita-se que este estudo possa contribuir para a identificação dos nós-críticos no modelo de atenção que permitem que patologias como a hipertensão arterial, que é potencialmente prevenível e controlável, ainda se mantenha como causa importante de hospitalização e óbitos entre hipertensos no município de Chapecó (SC).

5 REFERÊNCIAS

ALFRADIQUE, M.E.; BONOLO, P.F.; DOURADO, I. Internações por condições sensíveis à atenção primária: a construção da lista brasileira como ferramenta para medir o desempenho do sistema de saúde (Projeto ICSAP – Brasil). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, n.25, v.6, p.1337-1349, jun, 2009.

BORGES, J.W.P.; PINHEIRO, N.M.G.; SOUZA, A.C.C. Hipertensão comunicada e hipertensão compreendida: saberes e práticas de enfermagem em um Programa de Saúde da Família de Fortaleza, Ceará. Ciência & Saúde Coletiva, n.17, v.1, p.179-189, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

Fernanda Dorneles da Silva¹, Emilio Schneider, Marinez Amabile Antonioli, Geni Portela Gamborgi, Patrícia Pereira de Oliveira

COSTA, J.S.D.; REIS, M.C.; FILHO, C.V.S et al. Prevalência de internação hospitalar e fatores associados em Pelotas, RS. Rev Saúde Pública n.44, v.5, p.923-33, 2010.

COTTA, R.M.M.; BATISTA, K.C.S.; REIS, R.S. et al. Social-sanitary and lifestyle profile of hypertense and/or diabetics, users of the Family Health

FERREIRA, S.R.G.; MOURA, E.C.; MALTA, D.C. et al. Frequência da Hipertensão Arterial e fatores associados: Brasil, 2006. Rev Saúde Pública; n.43, v.2, p. 98-106, 2009.

MALFATTI, C.R.M.; ASSUNÇÃO, A.N. Hipertensão arterial e diabetes na Estratégia de Saúde da Família: uma análise da frequência de acompanhamento pelas equipes de Saúde da Família. Ciência & Saúde Coletiva, n.16, v.1, p.1383-1388, 2011.

NEDEL, F.B.; FACCHINI, L.A.; MATEO, M.M. et al. Programa Saúde da Família e condições sensíveis à atenção primária, Bagé (RS). Rev Saúde Pública, n.42, v.6, p.1041-52, 2008.

PIERIN, A.M.G.; MARRONI, S.N.; TAVEIRA, L.A.F. et al. Controle da hipertensão arterial e fatores associados na atenção primária em Unidades Básicas de Saúde localizadas na Região Oeste da cidade de São Paulo. Ciência & Saúde Coletiva, n. 16 v.1, p.1389-1400, 2011.

RABETTI, A.C.; FREITAS, S.F.T. Avaliação das ações em hipertensão arterial sistêmica na atenção básica. Rev Saúde Pública, n.45, v.2, p.258-68, 2011.

RENOVATO, R.D.; DANTAS, A.O. Percepção do paciente hipertenso sobre o processo saúde-doença e a terapêutica medicamentosa. Interfarma, v.17, n. 3/4, 2005

ROMERO, J. R. R. et al. Stroke prevention: modifying risk factors. Ther. Adv. Cardiovasc. Dis. v.2, n.4, p.287-303. Ago. 2008.

STAMM, A.M.N.F.; MEINERZ, G.; SILVA, J.C. Hipertensão Arterial Sistêmica e Microalbuminúria. Arq. Bras. Cardiol. v.89, n.6, p. 415-420, 2007.

VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Sociedade Brasileira de Cardiologia. Sociedade Brasileira de Hipertensão. Sociedade Brasileira de Nefrologia.. Arq. Bras. Cardiol. v. 95, n.1, supl.1. p.1-51, 2010.

A DANÇA DE SALÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: POSSIBILIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Jamile Dal-Cin¹, Neusa Dendena Kleinubing

¹Acadêmica de Educação Física
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: jamedalcin@unochapeco.edu.br

RESUMO

A presente investigação teve por objetivo analisar as possibilidades de ensino-aprendizagem de uma proposta de intervenção com dança de salão nas aulas de Educação Física no ensino médio durante o estágio supervisionado. O delineamento desta pesquisa é de natureza qualitativa, sendo caracterizada pela pesquisa-ação, conforme os preceitos de Thiollent (2007). A amostra foi composta pelas turmas 301 e 302 do ensino médio de uma escola da rede estadual de ensino localizada no bairro Efapi da cidade de Chapecó – SC. Para a coleta de dados foram usados o diário de campo e o plano de ação, e para a análise foi utilizada a análise temática (Minayo, 2008). Interpretando os dados desta pesquisa, identificou-se que os alunos não tiveram aulas de dança na escola como conteúdo da Educação Física, e a percepção dos colaboradores sobre esta prática era muito pequena. Apesar da resistência da maior parte dos alunos e do espaço físico que a escola possuía para as aulas de dança de salão, foi possível realizar todas as atividades propostas, sendo esta muito bem recebida pelos alunos, que demonstraram, com o decorrer do processo, entusiasmo e motivação para a prática da dança de salão. A relação entre teoria e prática e a pesquisa no estágio supervisionado proporcionou uma ampla visão em relação ao contexto escolar, planejando e produzindo conhecimento de forma crítica, mantendo um caráter investigativo e avaliativo durante toda a intervenção. Diante das discussões conclui-se que o conteúdo dança de salão apresenta muitas possibilidades de ensino-aprendizagem, e como conteúdo da Educação Física tem maior amplitude no processo de formação humana.

Palavras-chave: Dança. Dança de salão. Ensino médio.

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

1 INTRODUÇÃO

A maior parte das escolas, essencialmente as de rede pública, adotam para as aulas de Educação Física, quase que exclusivamente os esportes e, muitas vezes, limitam-se às quatro modalidades mais populares: vôlei, futebol, basquete e handebol. Contraindo-se a este cenário, Betti (1999, p. 25-26) argumenta que:

A Educação Física tem no movimento tanto um meio quanto um fim para atingir seu objetivo educacional dentro do contexto escolar. O movimento pode ser entendido como uma atividade, no caso corporal, que se manifesta através do jogo, do esporte, da dança ou da ginástica. A escola assumiu o ensino do esporte, praticamente como única estratégia. E esta é uma constatação fácil de ser percebida em toda instituição escolar, tenha ela ou não estrutura para tal.

A dança como conteúdo das aulas de Educação Física na escola na maioria das vezes é esquecida, e lembrada somente em datas comemorativas ou como atividades extracurriculares. Brasileiro (2003) afirma que a dança é pouco tratada nas escolas como componente folclórico dentro da Educação Física, e “raramente valorizada por ter um conhecimento próprio e uma linguagem expressiva específica. Ela é reconhecida como atividade extra-escolar, extracurricular, etc” (p. 47).

Além das aulas serem mais direcionadas ao “jogar bola”, os professores acabam esquecendo de trabalhar a expressividade corporal, a criatividade, e vários outros fatores que ajudam crianças e adolescentes no seu desenvolvimento. Segundo Manfio & Paim (2008), o conteúdo “dança” é fundamental de ser trabalhado na escola, pois proporciona aos alunos aspectos importantes para a sua formação, como a expressão corporal, consciência corporal, espontaneidade, criatividade, ritmo, noções corporais, sociabilização, entre outros.

Um dos conteúdos da dança é a dança de salão, e pode, ou melhor, deve ser trabalhado nas escolas. Para Tortola & Lara (2009, s/ p.):

A dança de salão, uma das formas de expressão gestual do ser humano, coloca-se como conhecimento a ser apreendido na escola não apenas porque conduz à experimentação das várias habilidades de movimento e formas expressivas, mas especialmente porque nos remete ao trânsito pela diversidade cultural e pela possibilidade de identificação das características de uma dada civilização e seu processo de mundialização cultural.

A partir disto propus aulas de dança de salão para o ensino médio, nas quais os alunos vivenciaram e conheceram diferentes formas e culturas corporais.

Na fase final da graduação, vejo que o estágio é o ponto de partida para a realidade que existe na escola. Através da docência, que foi realizada no estágio supervisionado, onde busquei os dados deste estudo, tive a oportunidade de atuar buscando uma melhor assimilação entre teoria e prática, e articulando a teoria vista nas aulas e a prática da mesma. Deste modo, a troca de saberes entre eu - no papel de estagiária-pesquisadora - e a escola foram fundamentais para a formação de uma nova visão de mundo, possibilitando a construção de novos conhecimentos, e novas formas de trabalhá-los junto aos alunos.

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as possibilidades de ensino-aprendizagem de uma proposta de intervenção com dança de salão nas aulas de Educação Física no ensino médio durante o estágio supervisionado.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa de caráter qualitativo tem como base metodológica a pesquisa-ação. Thiollent (2007, p. 17) menciona que “na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função do problema”.

Os sujeitos que colaboraram para a pesquisa foram os alunos das turmas 301 e 302 do ensino médio de uma escola da rede estadual de ensino localizada no bairro Efapi da cidade de Chapecó – SC, onde foi desenvolvida a docência da disciplina Estágio V do curso de licenciatura em Educação Física. Os alunos do sexo masculino foram denominados como M, e as do sexo feminino denominadas como F, seguido por números identificando-os.

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram o plano de ação, composto por nove aulas, sendo que as danças de salão que fazem parte do plano de ação - danças gauchescas e tango - foram escolhidas pelos alunos durante os encontros nas monitorias realizadas anteriormente a docência da disciplina Estágio V; e o diário de campo para registro das aulas realizadas, que foi feito ao final de todos os encontros quando os alunos tinham um espaço para falar sobre o aprendizado da aula.

Para analisar os dados obtidos foi utilizada a análise temática, que segundo Minayo (2008) consiste em desvendar os núcleos de sentido que integram uma comunicação, “cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (p. 316).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.2 Dança de salão: um conteúdo possível nas aulas de Educação Física

A dança de salão é bastante praticada por pessoas de todas as idades e gêneros, e oferecida em clubes recreativos, academias, aulas particulares, entre outros. Porém, quando falamos sobre dança no contexto escolar enquanto conteúdo das aulas de Educação Física, o conteúdo dança de salão é praticamente nulo.

A maioria dos professores e alunos/alunas vê a dança como espetáculo, pensando que nem todos podem praticá-la. Mas para que isso mude, Lopes e Teixeira (s/ ano, p. 07) afirmam que:

Ao pensar em trabalhar a dança de salão nas aulas de Educação Física, é necessário contextualizar esse conhecimento, levando o aluno a apropriar-se dos conceitos sobre a dança de salão, sua origem e os benefícios que esse conteúdo

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

pode proporcionar, pois só assim os alunos serão capazes de refletir e analisar sobre esse novo conhecimento e opinar a respeito dele com propriedade.

Segundo Almeida (2005), a dança de salão teve sua origem no século XIX, quando começou a fazer parte dos encontros da nobreza em seus salões. Inicialmente era denominada como danças sociais, sendo executada aos pares em bailes e reuniões, fazendo parte da educação da aristocracia daquela época, diferenciando-se da classe menos favorecida que praticava as danças folclóricas.

De acordo com Perna (2005), a dança de salão chegou ao Brasil em meados do século XVI com a vinda dos colonizadores portugueses, e posteriormente com a dos colonizadores europeus. Juntando as diferentes culturas e maneiras de dançar, incluindo as já existentes no Brasil como a cultura indígena e a dos negros africanos, foram formadas as danças típicas da cultura brasileira.

A dança de salão sofreu muitas influências durante sua história, tanto sociais como culturais, e até deixou de ser popular durante certo período. Com a televisão mostrando programas que contém apresentações de dança de salão, amplia o espaço para essa atividade, tanto na escola como em clubes e academias, instigando jovens, adultos e idosos a participarem dessa modalidade.

Quando falamos sobre a dança de salão na escola como tema das aulas de Educação Física, logo pensamos nas dificuldades para trabalhar esse conteúdo, seja por causa do espaço físico, da metodologia e planejamento feito pelo professor, da apropriação do conhecimento por parte do docente, e até mesmo do preconceito formado de que dança é coisa de meninas.

O ensino da dança nas escolas, na maioria das vezes, é apresentado somente em datas comemorativas, sendo ministrada por outro professor que não da Educação Física, e raramente apresentada como conteúdo da área. Nesse sentido, Fiamoncini (2003, p.60) diz que:

Nos estabelecimentos escolares, predominantemente, a dança aparece sob a forma de apresentações em datas festivas, e raramente como conteúdo a ser ensinado. Além disso, quando se utiliza a dança como conteúdo, este se reduz, quase que unanimemente, ao ensino técnico estilístico e a exercícios convencionais.

Este estudo teve como proposta trabalhar a dança de salão como conteúdo da Educação Física no ensino médio a fim de identificar junto aos alunos as percepções que teriam com relação a esta prática. No primeiro contato com as turmas foi feito uma discussão sobre a dança como conteúdo da Educação Física, e os alunos argumentaram que já tiveram aulas de dança na escola, porém, como um projeto isolado ministrado por outro professor, e o objetivo principal foi para uma apresentação de encerramento do ano letivo, mas nunca tiveram dança enquanto conteúdo das aulas de Educação Física.

Em um estudo realizado por Brasileiro (2003), alguns professores alegaram não trabalhar com dança na escola por causa do espaço físico, por ele ser limitado e a escola não possuir materiais necessários. A autora questiona o fato que da mesma forma que o espaço é limitado para as aulas de dança, muitas vezes a quadra, onde são realizadas as aulas de Educação Física, possui uma estrutura indesejada para a prática dos esportes, mas mesmo assim, com as limitações, não deixa de ser conteúdo das aulas, virando assim, a quadra sinônimo da aula de Educação Física. E ainda questiona: “Não é mais fácil conseguir uma sala do que uma quadra, desde que a estrutura da sala

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

seja menos exigente que a da quadra? E por que não ampliarmos nossa estrutura física para além da quadra, com salas de dança e ginástica?” (2003, p. 49).

Em um estudo feito por Saraiva-Kunz (2003) a respeito da ausência da disciplina dança na escola, a autora chegou a conclusões parecidas com as citadas acima. Nesta pesquisa, os professores falam que é necessário um profissional especialista para as aulas de dança, com um projeto competente; um local adequado para as aulas e disponibilidade de recursos financeiros; o preconceito decorrente de que a dança é feminina; e, principalmente, ofertar a dança como conteúdo a ser trabalhado dentro das escolas.

Nesta pesquisa foi encontrado o mesmo cenário descrito pelas autoras, pois a escola em que desenvolvemos o projeto não possui sala de dança específica, somente o ginásio, e isso não foi motivo para que as aulas não acontecessem. Nas aulas realizadas com a turma 301 não foi possível utilizar a quadra, já que havia outra turma com aulas de Educação Física no mesmo horário, então, com a ajuda dos alunos, em todas as aulas, abríamos um espaço empurrando as cadeiras e carteiras para o fundo e laterais da sala de aula, e assim concretizamos as aulas de dança de salão. Em relação ao espaço os alunos argumentaram que “*Se tivesse um pouco mais de espaço ficaria mais fácil... Aqui a gente acaba se batendo*”, mas apesar do espaço físico pequeno foi possível fazer todos os passos.

Já com a turma 302, tínhamos a possibilidade de utilizar o ginásio para as aulas de dança de salão, que foi muito aproveitado pelos alunos, já que usufruíram de todo o espaço da quadra sem se preocupar se iriam pisar nos pés dos colegas, como acontecia nas aulas da turma 301.

Na primeira aula realizada com a turma 302, quando perguntei aos alunos qual era a visão deles a respeito da dança como conteúdo da Educação Física, os alunos responderam em palavras soltas, como: movimento, ritmo, gestos que expressam coisas. A aluna F3 falou “*A gente pode expressar sentimentos através da dança, se a gente tá feliz, triste, isso tudo pode ser mostrado*”. Na outra turma, 301, quando fiz a mesma pergunta, a aluna F2 argumentou que “*Ainda não tivemos esse conteúdo nas aulas de Educação Física, mas deve ser bem melhor que ficar só jogando vôlei*”.

Fiamoncini (2003) fala sobre o ensino da dança na educação que aborde a criatividade, expressividade e a expressão pelo movimento, e não somente o ensino da técnica da dança, e conclui: “Devemos assumir o compromisso de buscar alternativas, estratégias para uma educação transformadora, emancipatória, que seja mais criativa, expressiva e sensível” (p. 62).

Marques (2012) fala sobre o repertório da dança na escola, afirmando que na maioria das vezes, ela é trabalhada “de forma mecânica, superficial, acrítica, por meio de cópia e reprodução de sequências de passos preestabelecidas” (p. 17), e afirma que dessa maneira o professor não contribui para a educação efetiva dos alunos e alunas.

O processo de ensino-aprendizagem da dança na escola deve-se compor da linguagem artística da dança, para que os alunos possam compreender, apreciar a dança de forma crítica, consciente e com significados, e conhecer os elementos da linguagem. Marques (2012, p. 19), afirma que:

O conhecimento da linguagem e de seus elementos não é necessário somente aos artistas: ele é de extrema importância também para os apreciadores da dança/

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

arte. [...] Para que compreendamos com profundidade os repertórios de dança, precisamos conhecer seus elementos: o corpo, o espaço, as qualidades de movimento etc.

A dança no ambiente escolar para Duarte (2007) é o lugar criado para os alunos atuarem, interagirem e modificarem sua dança, buscando a construção do sujeito, envolvidos com os demais colegas e orientados pelo professor.

Com a turma 301, no início, eles estavam muito tímidos e criaram resistência para as atividades, porém com o decorrer das aulas foi possível perceber o envolvimento dos alunos, e eles também perceberam, como no comentário do aluno M8: *“No início a gente teve uma resistência por causa da timidez, e agora a gente se solta para dançar e não tem medo de pagar mico, ou que os outros deem risada de nós”*, e seus colegas M2 e M6, sobre as aulas de tango, complementaram: *“Essa está sendo a dança mais difícil até agora, mas com a ajuda da professora, e com a gente se ajudando fica mais fácil. Vamos sair daqui quase um tanguero!”*. Vários alunos comentaram como a turma estava interagindo e participando das aulas, e também conversando mais uns com os outros, como colegas. O aluno M2 disse que *“As pessoas estão se envolvendo mais, o que torna as aulas cada vez mais divertidas”*. Sua colega F2 argumentou: *“Apesar da resistência que tivemos logo nas primeiras aulas, por ser dança de salão, é um conteúdo muito bom, pois há interação no grupo, principalmente entre meninas e meninos, ajuda na timidez, e não é impossível de ser trabalhado”*.

Já com a turma 302, apesar da resistência que tiveram logo no início, pode-se perceber a motivação para as aulas, e isso os alunos acabaram por perceber também, e comentaram: *“Essas danças fazem a gente ter mais atitude, e está me ajudando ainda mais que sou tímida. Temos mais contato entre nós e estamos interagindo mais”* (Aluna F9). E os meninos, principalmente, comentaram que *“Não há mais aquela individualidade que existia antes de quem é o melhor”*. Na quarta aula, o aluno M3 disse: *“A turma está bem entrosada, e não tem mais aquela resistência que tiveram no primeiro dia, hoje nós chegamos já querendo dançar, só esperando a professora começar a aula”*. A aluna F4 comentou a respeito de como ela estava conversando mais com seus colegas, falando: *“Com essas aulas ocorreu um entrosamento entre os colegas, há mais comunicação, tanto nas aulas de Educação Física quanto nas outras também”*.

Nas aulas realizadas com as turmas, foi possível perceber o contato e a comunicação entre os colegas crescerem com o decorrer das aulas, sendo que, em algumas vezes, ajudavam uns aos outros nos passos das danças. As falas dos alunos parecem corroborar com o pensamento de Kleinubing (2009), quando afirma que é preciso trabalhar com dança, ou linguagem expressiva, desde o início do contexto escolar, para que os alunos possam fazer uma *“(re)leitura do mundo no qual cada um faz parte, incitando a uma postura interrogativa frente ao mundo, duvidando daquilo que é/foi ‘naturalmente’ constituído”* (p. 59).

Pensar em uma educação estética possibilita aos alunos *“construir um ‘olhar’ diferenciado para e sobre o mundo”* (*ibidem*). Linhares (2003 *apud* Kleinubing, 2009) nos fala sobre como a educação estética pode trabalhar com esse olhar diferenciado, começando pelos professores a olhar desabituaando-se do que é considerado comum e normal, para olhar de outro modo, construindo e desconstruindo os fatos comum de uma cultura.

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

Conduzir um processo pedagógico, na perspectiva de que pela dança podemos ampliar nossas reflexões e relações com os sujeitos e com o mundo que nos cerca, exige ciência de dois conceitos, o de arte e de estética. Para Langer (1980 *apud* Fiamoncini 2003, p. 62), “a arte é a criação de formas simbólicas do sentimento humano”, que, segundo a autora, pode-se modificar o que já existe de forma crítica, criativa, espontânea de acordo com nossos sentimentos, sonhos e vivências. Pombo (1995 *apud* Fiamoncini, *ibidem*), fala que a estética “aparece como domínio fundamental a ter em conta quando se trata de referir o ser humano em toda sua abrangência”, referindo-se à sensibilidade, ao conhecer-se através do sentir, proporcionando diferentes visões de mundo. A dança, através da arte e da estética, traz para os alunos a possibilidade de se expressar, de criar, sentir e perceber o mundo que está a sua volta.

Saraiva-Kunz (2003) nos diz que na dança se constitui uma forma de ser-estar no mundo diferente daquela forma de ser-estar no mundo cotidiano, onde “o Eu pode ser vivenciado em diferenciadas localizações corporais, ampliando-se no espaço; a pessoa não é mais objeto do meio exterior, que se possa observar, manipular, mas sim vivencia o *ser agora* e a própria sensibilidade” (p. 109).

Dessa citação compreende-se que, ao dançar, o sujeito pode vivenciar uma nova forma de ser, construindo pelos movimentos de dança, novas sensibilidades tanto em relação ao seu próprio corpo quanto aos corpos dos outros. Também ao dançar e, se mediados pelos entendimentos da educação estética, os sujeitos são capazes de realizar leituras diferenciadas do mundo no qual fazem parte, já que nesta perspectiva “as sensibilidades” são ampliadas: ver ouvir, tocar e sentir o corpo do outro na dança nos impõe a necessidade de construção de outros referenciais, diferentes daqueles impostos pela mídia, por exemplo.

Refletindo sobre esses entendimentos trazidos pelas diferentes autoras, parece que ainda falta, por parte dos professores, interesse em elaborar um projeto que possa vir a inserir a dança na escola como conteúdo da Educação Física. A linguagem artística da dança, a arte, a estética, a expressão corporal, são alguns dos elementos que englobam a dança, e devem ser trabalhados na escola pela Educação Física, pois podem desenvolver nos alunos criatividade, sensibilidade, visão de mundo, possibilidades corporais, pensamento crítico.

Na última aula, quando foi realizada a reflexão final, a fala mais marcantes foi a do aluno M3 quando disse: “*Gostaria que a dança fosse um tema obrigatório da Educação Física*”. Kleinubing (2009, p. 59) argumenta sobre a dança ser um componente obrigatório no currículo da escola, sendo que o principal objetivo desse elemento curricular é:

Possibilitar uma (re)leitura do mundo-vivido a partir das experiências oportunizadas pelas diferentes práticas corporais. Estas práticas podem favorecer situações em que o sujeito possa compreender-se melhor e, conseqüentemente, compreender melhor seu mundo.

Para que a dança venha a fazer parte dos conteúdos trabalhados na escola, e que isso se torne uma realidade permanente, cabe ao professor buscar alternativas e ampliar seu repertório de conteúdos a serem trabalhados, proporcionando aos alunos vivências de diferentes culturas

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

corporais de movimento. Nisso, Kleinubing (2009) argumenta sobre o compromisso da Educação Física com atividades que contribuam para a formação dos sujeitos, e nesse caso, essa contribuição necessariamente passa pela ampliação das práticas corporais e, entre tantas possibilidades, visualizamos a dança.

Analisando nosso processo de intervenção podemos assegurar que, apesar de toda a resistência apresentada pelos alunos (meninos e meninas) no início das aulas de dança de salão, houve grande envolvimento destes alunos e podemos conferir pelas falas, o quanto eles gostaram de ter vivenciado a dança de salão como um conteúdo nas aulas de Educação Física. A aluna F5 comentou “*Ótima aula, e uma boa iniciativa para aprendermos coisas novas na escola*”, e sua colega F9 completou “*É mesmo uma boa iniciativa, único jeito de vermos coisas novas*”. Os meninos também falaram sobre as aulas de dança, argumentando: “*Dançar também faz parte das aulas de Educação Física*” e “*Esse é um bom tema para se trabalhar nas aulas, pois nos mexemos bem mais que ficar somente jogando vôlei*”. Assim, vemos a possibilidade de ser trabalhado o conteúdo dança de salão na escola, sem desculpa por parte dos docentes que não possuem projetos competentes ou que os alunos não gostam desse conteúdo, e sem preconceitos.

3.3 Relação entre Teoria e Prática e o Estágio como Pesquisa

Segundo Almeida et al. (2009), o ensino superior tem por obrigação levar o acadêmico a pensar sobre sua inserção, participação, construção e transformação em uma sociedade crítica. Para isso, a universidade deve dispor, em diversas áreas, de contribuições teóricas e práticas para que isso ocorra. A disciplina que vem proporcionar isso nas graduações em licenciatura é o estágio, que oferece ao acadêmico contato direto com a realidade na escola.

A relação entre teoria e prática na formação do professor é de suma importância, pois enquanto a teoria oferece elementos para a realização da prática, a prática é aquela que intervém na realidade, buscando soluções para os problemas que surgirem durante o processo. Pimenta e Lima (2004, p.43) argumentam que:

O papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamentos, uma vez que as teorias são explicações provisórias da realidade.

Neste processo de intervenção com dança de salão no ensino médio pode-se fazer uma relação direta entre a teoria e a prática vista na disciplina da graduação, com a teoria e a prática aplicada às aulas durante o estágio supervisionado, e perceber que essa relação é fundamental, pois possibilita, na condição de professora, pensar numa forma de transformar a teoria em uma prática que os alunos gostem de fazer, mas ao mesmo tempo causando desequilíbrios e instigando-os ao novo.

Na primeira aula, quando tratamos a respeito do conteúdo dança de salão nas aulas de Educação Física, onde os alunos tiveram espaço para falar sobre o assunto e opinar sobre qual

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

ritmos gostariam que fossem trabalhados, pode-se perceber a resistência e timidez de grande parte deles. No decorrer das aulas, intervi na realidade da escola e dos discentes tentando proporcionar um espaço no qual eles se sentissem dispostos a realizar as atividades propostas, sem se preocupar com opiniões e/ou preconceitos alheios. Isso pode ser visto nas falas das alunas, F10 diz: *“Estou gostando muito das aulas, e a cada aula aprendo algum passo novo, está sendo bem interessante”*; F7 expõe: *“As aulas estão muito produtivas, a gente se diverte aprendendo os passos, e alguns eu nem conhecia, mas to conseguindo aprender”*. Os meninos também comentaram, M2 diz: *“As aulas são muito divertidas, a gente ri bastante e mesmo assim aprendemos a dançar, e não se preocupa com o que o outro vai dizer”*; M8 completa: *“To aprendendo bastante com essas aulas, não achei que seria divertido, eu to gostando mesmo”*.

Em todas as aulas tentava articular teoria e prática buscando sempre a melhor forma de proporcionar aos alunos aprendizado sobre o conteúdo que seria abordado em aula, conversando e ajudando-os em suas dificuldades. Nas reflexões finais de cada aula isso apareceu nas falas, F11 diz: *“A professora ajuda bastante a gente, passa de par em par para ajudar nos movimentos, corrigir o que está errado e dá bastante atenção, assim a gente aprende do jeito certo, não de qualquer jeito”*, e sua colega F5 completa: *“A professora dá atenção separadamente, nos corrige e nos ajuda nos movimentos, é bom assim”*.

Com essa articulação entre teoria e prática realizada no estágio supervisionado foi possível ter uma aproximação com a realidade no contexto escolar, proporcionando uma nova reflexão sobre a escola e a área de atuação, e, principalmente, ampliar a visão de que o estágio é a parte prática do curso.

Com a aproximação à realidade é possível permitir uma ampliação, uma nova estratégia em relação ao estágio. Uma das possibilidades é trazer a pesquisa para dentro do estágio, como método de formação de futuros professores. Sobre isso, Pimenta e Lima (2004) afirmam que a pesquisa no estágio se traduz “na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam” (p.46).

Trabalhando com pesquisa no estágio supervisionado, a partir da pesquisa-ação, pude ampliar a visão sobre o contexto escolar, pensando nas aulas como um processo de construção de saberes.

Para inserir a dança de salão nas aulas, foi preciso elaborar um projeto que pudesse atender as expectativas dos alunos e reflexões realizadas em aula, pensando também em solucionar alguns impasses observados durante as monitorias, como por exemplo, a individualidade. Com a pesquisa, consegui contornar esta questão, proporcionando aos alunos um momento de aprendizado, de interação e socialização entre eles, salientando que o importante é o conhecimento e não quem é o melhor.

Também foi possível ampliar a visão dos alunos sobre a Educação Física, mostrando a eles que essa área do conhecimento vai muito além das quadras de futsal e dos campos de futebol.

Com esta pesquisa, pude expandir a visão sobre o ser professor, refletindo e analisando minhas aulas como forma de construção de conhecimento, problematizando com os alunos de forma crítica a respeito dessa prática corporal - a dança de salão - muitas vezes esquecida pelos docentes. Uma

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

questão bastante importante para mim durante este tempo de intervenção foi a manutenção de um caráter investigativo e avaliativo, que provocaram mudanças no decorrer do processo para melhor aprendizado dos alunos. Penso que nisso deve se sustentar a prática pedagógica do professor.

Acredito que esta forma de realizar o estágio de docência, incorporando a pesquisa, possibilita aos acadêmicos se tornarem pessoas que valorizam a prática profissional, buscam intervir na realidade para, além de solucionar problemas, elaborar projetos para ampliar a visão dos estudantes da escola a respeito da área de atuação.

Ghedin (s/ano) afirma que é papel das universidades pensar na formação de um aluno que além de professor, se volte e estude os problemas que afetam a educação na interface social, e exigir dos alunos uma postura investigativa, onde o conhecimento possa ser produzido de forma crítica, competente e criativa. Argumenta que o estágio como pesquisa pode ser o caminho certo para se pensar na construção da identidade profissional do futuro professor.

Desta forma, termina seu pensamento afirmando que o docente se torna competente a partir da medida que pesquisa, “ele alia a docência à pesquisa como forma de articular a teoria-prática como forma de expressar sua competência técnica e seu compromisso político com a práxis de professorar” (s/ano, p. 03).

Para os autores citados acima, a articulação entre teoria e prática e a pesquisa no estágio de docência possibilita ao acadêmico vivências e conhecimentos fundamentais no seu processo de formação. Utilizar da pesquisa no estágio supervisionado me proporcionou uma visão de pesquisadora, problematizando, implementando, avaliando e elaborando projetos para intervir no contexto escolar. O processo de utilizar-se dos saberes adquiridos durante a graduação para planejar um processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar nos obrigada a pensar nas transposições necessárias que esta situação exige. A dança de salão aprendida durante as disciplinas que tratam deste conteúdo na graduação não podem ser “repassadas” exatamente como aprendidas, pois os sujeitos e a cultura são outros, e as relações estabelecidas com este conteúdo também.

Nesse sentido, aprendi que a intervenção pedagógica não é algo determinado, ou seja, raramente acontecerá conforme previsto, e nisto os caminhos trilhados pela pesquisa-ação trouxe indicativos importantes: planejar, implementar e avaliar o processo, sempre pensando em ações que causem nos alunos desequilíbrios, instigando-os a diferentes práticas corporais dentro das aulas de Educação Física.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa-ação, a partir das intervenções, pode-se identificar um contexto em que a dança não fazia parte das aulas de Educação Física, sendo esta trabalhada apenas uma vez como um projeto paralelo à disciplina. Apesar da escola não dispor de espaço físico para a realização das aulas de dança de salão e da resistência apresentada pela maioria dos alunos no início da intervenção, não foi motivo para as que as aulas não ocorressem.

Pode-se perceber que a percepção e conhecimento dos alunos sobre a dança enquanto conteúdo da Educação Física era pequeno. No transcorrer das aulas eles compreenderam como a

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

dança envolve a coordenação motora, utilização da memória, concentração, confiança e interação entre eles, já que um dos fundamentos da dança de salão é que deve ser dançada em pares.

Com esta pesquisa feita durante o estágio supervisionado foi possível articular a teoria e prática vista durante a formação com a teoria e prática durante as aulas na escola, não repassando os conteúdos vistos na graduação, mas transformando-os durante o processo, buscando planejar as aulas de uma maneira que os alunos se sentissem confortáveis em sua prática.

Vemos que essa relação entre teoria e prática e a pesquisa no estágio supervisionado proporcionou uma vasta visão em relação ao contexto escolar, na forma como planejar as aulas levando em consideração o local onde estava estagiando e os alunos, produzindo conhecimentos de forma crítica, mantendo um caráter investigativo e avaliativo durante toda a intervenção para melhor aprendizado por parte dos discentes.

Os dados coletados durante esta intervenção possibilitou pensar que o conteúdo dança de salão apresenta muitas possibilidades de ensino-aprendizagem ao trabalhar com a coordenação motora, com a individualidade, timidez, interação e confiança entre os alunos, como apontado pelos colaboradores desta pesquisa. Para além disto, penso que a dança como conteúdo da Educação Física tem uma maior amplitude no processo de formação humana ao trabalhar a linguagem corporal, a história da dança e das danças de salão nas suas diferentes manifestações culturais. Ao me deparar com os preceitos da educação estética também visualizo o trabalho com a dança como um espaço/tempo capaz de promover o respeito pelo outro e pelas diferentes formas de ser e estar no mundo, como aponta Saraiva-Kunz (2003), possibilitando uma leitura do mundo-vivido, compreendendo melhor a si mesmo e o mundo onde está inserido.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleuza Maria de. Um olhar sobre a prática da dança de salão. **Movimento e Percepção**. Espírito Santo de Pinhal – SP, v. 5, n. 6, jun 2005.

ALMEIDA, Geisa *et al.* Estágio: um diálogo entre teoria e prática. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**. Patos de Minas. Nov/2009. Disponível em: http://unipam.edu.br/cratilo/images/stories/file/artigos/2009_2/Estagio_dialogo_entre_Teoria_e_Pratica.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2012.

BRASILEIRO, Lívia Tenório. O conteúdo “dança” em aulas de Educação Física: temos o que ensinar? **Revista Pensar a Prática**. Goiás. nº 6, jun 2003.

DUARTE, Gustavo de Oliveira. O dançar na Educação Física escolar: a experiência estética no movimento humano. **Revista Educação**. Santa Maria. nº 1, 2007.

FIAMONCINI, Luciana. Dança na Educação: a busca de elementos na arte e na estética. **Revista Pensar a Prática**. Goiás. nº 6, jun 2003.

GHEDIN, Evandro. **Estágio, pesquisa e a produção do conhecimento na formação de professores (as)**. s/ano. Disponível em: http://www.cepel.ueg.br/anais/IIedipe/pdfs/conferencia/estagio_pesquisa_%20producao.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

Jamile Dal-Cin, Neusa Dendena Kleinubing

KLEINUBING, Neusa Dendena. **A dança como espaço-tempo de intersubjetividades:**

possibilidade da educação física no ensino médio. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LOPES, Maria Dolores; TEIXEIRA, Dourivaldo. **A Dança de Salão na Educação Física:** uma implementação prática na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. s/ ano. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2149-8.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

MARQUES, Isabel. Linguagem da Dança: arte e ensino. **Salto para o Futuro**. Ano XXI. Boletim 2, abr/2012.

MANFIO, Juliane Baggio; PAIM, Maria Cristina Chimelo. A dança no contexto escolar da Educação Física: percepção de professores de ensino médio. **Revista Digital EFdeportes**. Buenos Aires. nº 125, out/2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd125/a-danca-no-contexto-da-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo, Hucitec: 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo, Cortez: 2004.

PERNA, Marco Antonio. **Samba de gafieira:** a história da dança de salão brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: O Autor, 2001.

SARAIVA-KUNZ, Maria do Carmo. **Dança e Gênero na Escola:** formas de ser e viver mediadas pela educação estética. 2003. 411 f. Tese (Doutorado em Motricidade Humana na Especialidade Dança) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

TORTOLA, Eliane Regina; LARA, Larissa Michele. A dança de salão no contexto escolar: aspectos da pluralidade cultural. **Revista digital EFdeportes**. Buenos Aires. nº 133, jun/2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd133/a-danca-de-salao-no-contexto-escolar.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2012.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo, Cortez: 2007.



CIÊNCIAS EXATAS E AMBIENTAIS

PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE
**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - PÔSTER |

AValiação DO COMPORTAMENTO DE DIFERENTES FRUTOS RECOBERTOS COM FÉCULA DE MANDIOCA PARA A SUA CONSERVAÇÃO

Camila Scheffer de Quadros, Gabriela Mattiazzi Spohr, Carina Loureiro de Melo, Laura Cassol Mohr, Gilmar Fidalski, Francieli Dalcanton

APLICAÇÃO DE FILMES BIODEGRADÁVEIS DE FÉCULA DE MANDIOCA EM TOMATES CARMEM PARA O AUMENTO DA VIDA DE PRATELEIRA

Gabriela Mattiazzi Spohr, Camila Scheffer de Quadros, Laura Cassol Mohr, Silvana Menoncin, Francieli Dalcanton

NOVAS TERRITORIALIDADES REGIONAIS NO OESTE CATARINENSE: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E URBANA DAS CIDADES DE MAIOR INFLUÊNCIA DA REGIÃO

Claudio Machado Maia, Dione Paula Ludwig

ANÁLISE DA TECNOLOGIA HX EM MILHO (*Zea mays* L.) EM DIFERENTES ARRANJOS DE PLANTAS

Rosângela Corrêa de Lima, Alexandra Rebonatto, Sandi Stéfani Rover, Guilherme Augusto Farias, João Rubin, Augusto Zamignan, Taiza Laiana Dellazzari, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belotti

ADUBAÇÕES ORGANOMINERAL, MINERAL E ORGÂNICA EM MILHO (*Zea mays* L.)

Taiza Laiana Dellazzari, Felipe Borsoi, Gustavo José Maria, William Cassol, Willian Giaretton, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belotti

COMPARAÇÃO ENTRE HÍBRIDOS DE SORGO (*Sorghum bicolor* L.) EM RELAÇÃO A IRRIGAÇÃO

Cristiano Reschke Lajús, Debora Munaretto, Luis Paulo Oro Daltoé, Norton A. Candido, Schaiane C. Backes, Thamara Dal Lago, Rosângela Corrêa de Lima, Taiza Laiana Dellazzari, Alencar Belotti

DENSIDADE DE SEMEADURA NA CULTURA DA SOJA (*Glycine max* (L.) Merrill)

Cristiano Reschke Lajús, Jonas Mocellin, Claudecir Antonio Sbardelotto, João Maria Machado Fausto Júnior, Nilmar Borges do Amaral, Luis Pedro Caneppele, Rosângela Corrêa de Lima, Taiza Laiana Dellazzari, Alencar Belotti

AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE DIFERENTES FRUTOS RECOBERTOS COM FÉCULA DE MANDIOCA PARA A SUA CONSERVAÇÃO

Camila Scheffer de Quadros¹, Gabriela Mattiazzi Spohr, Carina Loureiro de Melo, Laura Cassol Mohr, Gilmar Fidalski, Francieli Dalcanton

¹Programa de Graduação em Engenharia Química e Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: camila_q@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Ao contrário dos produtos de origem animal, como o leite ou a carne, frutas e hortaliças continuam vivas depois de sua colheita, mantendo ativos todos seus processos biológicos vitais. A fim de promover a conservação pós-colheita de frutas e hortaliças, os filmes biodegradáveis à base de amido, pectinas, celulose e outros polímeros, revelam resultados satisfatórios e variáveis a depender dos vegetais tratados. **Objetivos.** O objetivo deste trabalho foi prolongar a vida de prateleira de diferentes frutas através da utilização de filmes biodegradáveis a partir de fécula de mandioca. **Materiais e Métodos.** O filme biodegradável foi produzido através da mistura de água destilada e fécula de mandioca 5%. Os dois ingredientes foram misturados e levados ao aquecimento até a sua completa gelatinização a uma temperatura de aproximadamente 68°C. Após a imersão dos frutos no filme, já a temperatura ambiente, os frutos foram deixados em bancada laboratorial para a secagem do filme. Os frutos utilizados neste trabalho foram: mamão papaya, uva, ameixa, nectarina e tomate. As análises realizadas foram de aparência (visual) e frutos sem filme foram usados como controle. **Resultados.** Para determinar qual fruto ou quais frutos são receptivos ao biofilme de fécula de mandioca para a extensão da vida de prateleira, a comparação dos frutos foi realizada através da aparência, pois é o melhor indicativo quando se recobre um fruto com filme. Dentre os frutos estudados, o que melhor se adaptou ao recobrimento foi o tomate, pois manteve sua coloração e não apresentou sinais de deterioração ao longo da vida de prateleira. Os demais frutos apresentaram sinais de decomposição. A uva e a nectarina ficaram enrugadas, com aparência de secas, logo após a aplicação do filme. A ameixa e o mamão se decomuseram muito rápido apresentando deterioração visível nos primeiros dias de aplicação. **Considerações finais.** O uso de filme biodegradável auxilia na conservação dos tomates tipo Carmem. Nas outras frutas, devido à sua alta respiração, o filme de fécula de mandioca 5% acaba favorecendo a deterioração e não exercendo a sua função de conservação. Os tomates além de apresentarem ótima aparência e aspecto brilhoso, duraram três vezes mais do que estes mesmos frutos sem a cobertura do filme. Logo percebe-se que o filme de fécula de mandioca é bem aceito no tomate tipo Carmem e que são necessários mais estudos com diferentes féculas e diferentes concentrações para determinar qual melhor se adapta aos outros frutos estudados.

Palavras-chave: Frutos. Conservação. Recobrimento. Filme biodegradável.

Fonte de Financiamento: Bolsa de iniciação científica do Artigo 170 da Constituição Estadual do Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica.

APLICAÇÃO DE FILMES BIODEGRADÁVEIS DE FÉCULA DE MANDIOCA EM TOMATES CARMEM PARA O AUMENTO DA VIDA DE PRATELEIRA

Gabriela Mattiazzi Spohr¹, Camila Scheffer de Quadros,
Laura Cassol Mohr, Silvana Menoncin, Francieli Dalcanton

¹Programa de Graduação em Engenharia Química e Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: gabispohr@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. O tomate é um dos frutos mais consumidos do mundo, sendo uma fonte rica em licopeno, porém possui uma curta vida de prateleira. As condições externas as quais as frutas e hortaliças são submetidas logo após a colheita são fatores determinantes na extensão de sua durabilidade. A principal finalidade da conservação de alimentos é manter o máximo possível as suas características originais, com o menor grau de alteração física, química, nutritiva ou sensorial. Para obter um maior tempo de durabilidade de frutas, desde a sua colheita até chegar à mesa do consumidor, tem-se a possibilidade de estudos para a utilização de filmes biodegradáveis para que a conservação destes alimentos seja prolongada. **Objetivos.** O presente trabalho tem por objetivo principal aplicar filmes biodegradáveis de fécula de mandioca em diferentes concentrações para a avaliação da vida pós-colheita de tomates. **Materiais e Métodos.** O filme biodegradável foi produzido com fécula de mandioca em diferentes concentrações (3%, 5% e 7%), e água destilada e levado à aquecimento até a gelatinização (68°C). Após seu resfriamento à temperatura ambiente, os tomates foram recobertos com o filme por imersão por 30s e colocados em bancada laboratorial. Os tomates ficaram a temperatura ambiente tendo sua umidade acompanhada e as análises de peso e cor (visual) foram realizadas em triplicata até o final da vida de prateleira do fruto. Tomates sem filme foram usados como controle. **Resultados.** Após 22 dias de análise, a melhor concentração de filme de fécula de mandioca foi definida como a 5%, esse valor foi definido através da análise de cor, aparência do tomate, aparência de deterioração e perda de peso. As análises de peso mostraram que os tomates com filme na concentração 5% foram os que menos perderam peso no tempo de análise, os mesmos perderam 9,28% em peso e as demais concentrações chegaram a perdas acima de 12%. **Considerações finais.** O uso de filme biodegradável auxilia na conservação dos tomates tipo Carmem. Os filmes apresentam bom aspecto, não são pegajosos, são brilhantes e transparentes, melhorando o aspecto visual dos frutos, e não sendo tóxico, podem ser ingeridos juntamente com o produto protegido. O filme biodegradável demonstrou-se uma alternativa de baixo custo e muito viável na utilização deste fruto, estendendo a vida de prateleira.

Palavras-chave: Tomate. Conservação. Filme biodegradável.

Fonte de Financiamento: PIBIT/CNPq.

NOVAS TERRITORIALIDADES REGIONAIS NO OESTE CATARINENSE: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E URBANA DAS CIDADES DE MAIOR INFLUÊNCIA DA REGIÃO

Claudio Machado Maia¹, Dione Paula Ludwig

¹ Professor Titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

RESUMO

Introdução. O estudo parte da concepção da realidade socioespacial, principalmente pelo crescimento significativo das cidades de médio porte. Novas relações econômicas e de serviço que transformam os espaços urbanos e rurais, fazendo com que a sociedade se adeque às mudanças e possibilidades existentes. Compreende cidade média o município de Chapecó e os micropólos regionais as cidades de São Miguel do Oeste, Concórdia, Maravilha, Pinhalzinho e Xanxerê. **Objetivo(s).** Interpretar a dinâmica da (re)estruturação urbana de Chapecó e região, avaliando seus diferentes níveis de determinação decorrentes da atuação de novos e/ou tradicionais agentes econômicos e sua relação com as imposições globais/ nacionais/locais. **Materiais e Métodos ou Metodologia.** Como metodologia utilizada, desenvolve-se uma revisão bibliográfica, reunindo material teórico e técnico, com posterior coleta de dados relativos a economia, população e emprego das cidades em estudo, esses, extraídos de sítios eletrônicos de institutos de pesquisa, órgãos setoriais, prefeituras e secretarias. Seguindo, fez-se levantamento fotográfico por visitas in loco, que gerou a produção de cartogramas temáticos e análises, subsidiando a melhor compreensão das dinâmicas locais e regionais. Por fim, lançaram-se propostas de planejamento urbano regional e municipal, apontando possibilidades de qualificação urbana e desenvolvimento em diferentes escalas. **Resultados.** Os resultados demonstram que, a região oeste, destacada pelas agroindústrias, está criando novas relações entre o espaço campo-cidade. As cidades mais influentes começam a assumir papel de centros industriais, mudando o caráter local e regional, pois se aumenta as informações e vinculações dessas cidades. As cidades que já passaram por situações econômicas difíceis procuram por novas atividades, a fim de buscar uma diversificação de setores. Essas mudanças alteram o contexto da cidade e da região, gerando expansão urbana, novas configurações territoriais, impactos sociais e ambientais. **Considerações Finais ou Conclusões.** Conclui-se, que o planejamento regional tem fundamental importância na avaliação das relações econômicas e socioespaciais entre as cidades, refletindo na criação de propostas que amenizem ou eliminem as necessidades locais e regionais, a fim de proporcionar uma dinâmica regional de caráter produtivo economicamente eficiente e socialmente justo. E, salienta-se que os problemas locais e regionais são uma preocupação social, as reflexões da caracterização social, econômica e ambiental dos micro pólos em estudo são de fundamental importância, devendo ser pensados em escalas específicas para sua efetividade, buscando soluções integradas que objetivam melhorar a qualidade de vida da população em todos os seus aspectos.

Palavras-chave: Território. Planejamento Regional. Oeste Catarinense.

Fonte de Financiamento: Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica sobre Reestruturação Urbana em Cidade Médias. Grupo de Pesquisa Cidade Cultura Urbanização e Desenvolvimento.

ANÁLISE DA TECNOLOGIA HX EM MILHO (*Zea mays* L.) EM DIFERENTES ARRANJOS DE PLANTAS

Rosângela Corrêa de Lima¹, Alexandra Rebonatto, Sandi Stéfani Rover, Guilherme Augusto Farias, João Rubin, Augusto Zamignan, Taiza Laiana Dellazzari, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belotti

¹Acadêmica do Curso de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: rosangelal@unochapeco.com.br

RESUMO

Introdução: O milho é um cereal cultivado em grande parte do mundo; utilizado como alimento humano ou ração animal, devido às suas qualidades nutricionais. Também desempenha importante papel socioeconômico, pois é uma insubstituível matéria prima, a qual propulsiona complexos agroindustriais. O milho Herculex (HX) é uma tecnologia de proteção à planta contra pragas presentes na lavoura, principalmente lagarta do cartucho e broca de cana. Porém, diversos estudos estão sendo realizados com finalidade de aumentar a proteção da planta contra vários outros tipos de pragas. Entre as práticas e técnicas empregadas na cultura do milho (*Zea mays* L.), a definição da densidade de semeadura e espaçamento entre plantas tornam-se fatores de manejo fundamentais, pois influenciarão o rendimento final da lavoura. **Objetivo(s).** O presente trabalho teve como objetivo avaliar os diferentes arranjos de plantas na cultura do milho (*Zea mays* L.). **Materiais e Métodos ou Metodologia.** O experimento foi realizado no Viveiro da Unochapecó durante os meses de março e abril de 2012. Os tratamentos do experimento foram: três espaçamentos (0,45cm; 0,60cm e 0,75cm) e densidades (6, 8, 10 sementes/metro), caracterizando diferentes arranjos de plantas. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos casualizados em esquema fatorial (3 x 3), com 03 repetições, totalizando 27 parcelas de 1m² cada. A adubação foi realizada conforme a análise de solos. Todas as parcelas foram irrigadas três vezes ao dia durante o período do experimento. As variáveis respostas analisadas foram: número de folhas totalmente expandidas (NFTE), estatura do dossel vegetativo (EDV), comprimento e largura da maior folha totalmente expandida (CLMFTE), comprimento da maior raiz (CMR), diâmetro do colmo (DC), massa verde e massa seca da folha (MVSF) e raiz (MVSr). Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F e análise de regressão, através do software Sisvar. Para a escolha dos modelos matemáticos foram considerados os resultados da análise de regressão, o coeficiente de determinação (R²) e criteriosa observação dos dados obtidos. **Resultados.** A análise de variância revelou efeito significativo dos fatores (espaçamentos e densidades) em relação às variáveis analisadas. **Considerações Finais ou Conclusões.** Nas condições em que o experimento foi conduzido pode-se concluir que quanto menor o espaçamento e maior a densidade na cultura do milho melhores resultados são obtidos na fase de estabelecimento da respectiva cultura.

Palavras-chave: Espaçamento. Densidade. Estabelecimento da Cultura.

ADUBAÇÕES ORGANOMINERAL, MINERAL E ORGÂNICA EM MILHO (*Zea mays* L.)

Taiza Laiana Dellazzari¹, Felipe Borsoi, Gustavo José Maria, William Cassol, Willian Giaretton, Rosangela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belotti

¹Acadêmica do Curso de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: taiza12345@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A utilização de plantas de cobertura, juntamente com o emprego de adubações orgânicas e inorgânicas são práticas que possibilitam o aumento qualitativo de produção. Essas práticas também são de fundamental importância para possibilitar melhorias dos atributos físicos, químicos e biológicos dos solos, além de possibilitar a diminuição dos impactos negativos decorrentes do emprego indiscriminados de dejetos nas lavouras, o que leva a deterioração dos recursos ambientais. **Objetivo(s).** O presente trabalho teve como objetivo avaliar as diferentes adubações organomineral, mineral e orgânica na cultura do milho (*Zea mays* L.). **Materiais e Métodos ou Metodologia.** O experimento foi realizado no Viveiro da Unochapecó no período de 03 a 30 de março de 2012. Os tratamentos do experimento foram: adubação organomineral, mineral e orgânica. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos casualizados com arranjos em faixas, com 03 tratamentos e 07 repetições, totalizando 21 parcelas de 1m² cada. Nas parcelas foram semeadas duas linhas com 6 sementes de milho híbrido, ou seja, 12 sementes por m². Foram utilizadas as recomendações específicas de cada adubação: 2kg de adubo orgânico; 0,5kg de adubo organomineral e 0,25kg de adubo mineral. Todas as parcelas foram irrigadas duas vezes ao dia durante o período do experimento. As variáveis respostas analisadas foram: número de folhas totalmente expandidas (NFTE), estatura do dossel vegetativo (EDV), comprimento e largura da maior folha totalmente expandida (LCMFTE), comprimento da maior raiz (CMR), diâmetro do colmo (DC), massa verde e massa seca da folha (MVSF) e raiz (MVSR). Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F, através do software Sisvar e as diferenças entre médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$). **Resultados.** A análise de variância revelou efeito significativo dos tratamentos em relação às variáveis: NFTE, LCMFTE e DC. Considerações Finais ou **Conclusões.** Nas condições em que o experimento foi conduzido pode-se concluir que adubação organomineral proporciona os melhores resultados em relação ao crescimento inicial da cultura do milho.

Palavras-chave: Eficiência nutricional. Manejo. Crescimento Inicial.

COMPARAÇÃO ENTRE HÍBRIDOS DE SORGO (*Sorghum bicolor* L.) EM RELAÇÃO A IRRIGAÇÃO

Cristiano Reschke Lajús¹, Debora Munaretto, Luis Paulo Oro Daltoé,
Norton A. Candido, Schaiane C. Backes, Thamara Dal Lago,
Rosangela Corrêa de Lima, Taiza Laiana Dellazzari, Alencar Belotti

¹Professor do Curso de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: clajus@unochapeco.com.br

RESUMO

Introdução. A deficiência de água é o maior problema na germinação do sorgo especialmente na fase vegetativa. O estudo das relações hídricas nas plantas envolve, obrigatoriamente, o sistema solo-planta-atmosfera. O solo constitui-se no grande reservatório e fornecimento de água para as plantas via sistema radicial; é um sistema complexo, constituído de materiais sólidos (minerais e orgânicos), líquidos e gasosos. Em situações de falta de água, a plântula não consegue absorver todos os nutrientes necessários e o seu crescimento será mínimo. A diferença da ontogenia de híbridos de sorgo (*Sorghum bicolor* L.) que receberam quantidade de água ideal comparado aos que sofreram períodos de estiagem é significativa e compromete o rendimento das colheitas. **Objetivo(s).** O presente trabalho teve por objetivo comparar híbridos de sorgo (*Sorghum bicolor* L.) em relação a irrigação. **Materiais e Métodos ou Metodologia.** O experimento foi realizado no Viveiro da Unochapecó durante os meses de março e abril de 2012. Os tratamentos do experimento foram: híbridos (etanol e forrageiro) e irrigação (irrigado e não irrigado). O delineamento experimental utilizado foi o de blocos casualizados em esquema fatorial (2 x 2), com 05 repetições, totalizando 20 parcelas de 1m² cada. A adubação foi realizada conforme a análise de solos. Todas as parcelas foram irrigadas três vezes ao dia durante o período do experimento. O espaçamento entre linhas foi de 70 cm. A adubação foi realizada conforme a análise de solos. As variáveis respostas analisadas foram: número de folhas totalmente expandidas (NFTE), estatura do dossel vegetativo (EDV), comprimento e largura da maior folha totalmente expandida (CLMFTE), comprimento da maior raiz (CMR), diâmetro do colmo (DC), massa verde e massa seca da folha (MVSF) e raiz (MVSR). Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F, através do software Sisvar e as diferenças entre médias foram comparadas pelo teste de Tukey (P ≤ 0,05). **Resultados.** A análise de variância revelou efeito significativo dos tratamentos em relação às variáveis analisadas. **Considerações Finais ou Conclusões.** Pode-se concluir que os híbridos de sorgo (forrageiro e etanol) que receberam o tratamento irrigado apresentam os melhores resultados relacionados à ontogenia inicial.

Palavras-chave: Sorgo Forrageiro. Sorgo para Etanol. Ontogenia Inicial.

DENSIDADE DE SEMEADURA NA CULTURA DA SOJA (*Glycine max* (L.) Merrill)

Cristiano Reschke Lajús¹, Jonas Mocellin, Claudécir Antonio Sbardelotto, João Maria Machado Fausto Júnior, Nilmar Borges do Amaral, Luis Pedro Caneppele, Rosângela Corrêa de Lima, Taiza Laiana Dellazzari, Alencar Belotti

¹Professor do Curso de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: clajus@unochapeco.com.br

RESUMO

Introdução. A soja é um dos principais produtos de exportação do Brasil e uma das principais commodities do mundo. A sua proteína é grandemente utilizada na alimentação animal e seu óleo na alimentação humana. Acrescenta-se a isto o fato de que cresce aceleradamente a sua participação na alimentação humana e na obtenção de outros produtos como adubos, revestimentos, papel, tintas e até combustível (biodiesel). Na busca de melhoria no rendimento e de maior retorno econômico, a soja apresenta várias técnicas de cultivo. O aumento da produção depende dos efeitos da densidade, arquitetura, acamamento, número de vagens, estatura da planta, etc. Sabendo que a densidade é um fator limitante para o rendimento, ainda existem poucos estudos relacionados. **Objetivo(s).** O presente trabalho teve como objetivo analisar as diferentes densidades de semeadura na cultura da soja (*Glycine max* (L.) Merrill). **Materiais e Métodos ou Metodologia.** O experimento foi realizado no Viveiro da Unochapecó durante os meses de março e abril de 2012. Os tratamentos do experimento foram: 12, 15, 18, 21 e 24 sementes/metro, caracterizando diferentes densidades de semeadura. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos casualizados, com 05 tratamentos e 04 repetições, totalizando 20 parcelas de 1m² cada. O espaçamento entre linhas foi de 45 cm. A adubação foi realizada conforme a análise de solos. Todas as parcelas foram irrigadas três vezes ao dia durante o período do experimento. As variáveis respostas analisadas foram: número de folhas totalmente expandidas (NFTE), estatura do dossel vegetativo (EDV), comprimento e largura da maior folha totalmente expandida (CLMFTE), comprimento da maior raiz (CMR), diâmetro do colmo (DC), massa verde e massa seca da folha (MVSF) e raiz (MVSr). Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F e análise de regressão, através do software Sisvar. Para a escolha dos modelos matemáticos foram considerados os resultados da análise de regressão, o coeficiente de determinação (R²) e criteriosa observação dos dados obtidos. **Resultados.** A análise de variância revelou efeito significativo dos tratamentos em relação às variáveis analisadas. **Considerações Finais ou Conclusões.** Nas condições em que o experimento foi conduzido pode-se concluir que quanto maior a densidade de semeadura da soja menores são as perdas qualitativas em relação ao estabelecimento da cultura.

Palavras-chave: Densidade. Perdas Qualitativas. Estabelecimento da Cultura.



CIÊNCIAS EXATAS E AMBIENTAIS

COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - COMUNICAÇÃO ORAL |

ECOFISIOLOGIA DE PLANTAS JOVENS DE AÇOITA-CAVALO (*Luehea divaricata* Mart. & Zucc.)
- MALVACEAE, SOB DIFERENTES COMPRIMENTOS DE ONDA

Taiza Laiana Dellazzari, Rosangela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

ONTOGENIA ALELOPÁTICA DOS EXTRATOS DA PARTE AÉREA DO GIRASSOL (*Helianthus annuus* L.) SOBRE O CRESCIMENTO INICIAL DA SOJA (*Glycine max* (L.) Merrill), EM CASA DE VEGETAÇÃO

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosangela Corrêa de Lima

AVALIAÇÃO SENSORIAL DE IOGURTE ELABORADO COM LEITE UHT (Ultra High Temperature)
Jéssica Dall Agnol, Gabriela Simes, Indianara Cristina Dias, Juliana Savio, Murilo Cesar Costelli

ECOFISIOLOGIA DE PLANTAS JOVENS DE AÇOITA-CAVALO (*Luehea divaricata* Mart. & Zucc.) - MALVACEAE, SOB DIFERENTES COMPRIMENTOS DE ONDA

Taiza Laiana Dellazzari¹, Rosângela Corrêa de Lima¹, Cristiano Reschke Lajús², Alencar Belott³

¹Acadêmicas do curso de agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: taiza12345@unochapeco.com.br; rosangelal@unochapeco.edu.br

RESUMO

O açoita-cavalo (*Luehea divaricata* Mart. & Zucc.), é uma espécie pioneira da qual pode ser usada em reflorestamento, na recuperação de áreas degradadas e de preservação permanente devido o seu rápido estabelecimento em ambientes adversos. Entretanto por ser uma madeira de fácil acesso, e de grande povoamento de plantas, foi uma espécie fortemente explorada e extraída de maneira irregular, ocasionando uma redução considerável dessa planta em nossas florestas. Dessa forma, estudos relacionados à intensidade luminosa na produção de mudas de espécies florestais se tornam importantes à medida que possibilitam conhecer o desempenho inicial de espécies florestais em ambientes contrastantes, indicando preliminarmente as espécies potenciais para plantios de florestamento ou reflorestamento na região. Viabilizando, assim o aumento da produção de madeira de espécies nativas de florestas plantadas, reduzindo a pressão de exploração sobre as florestas nativas e conseqüentemente favorecendo a preservação da biodiversidade. Portanto, o objetivo geral do estudo foi avaliar as alterações ecofisiologia de plantas jovens de açoita-cavalo, sob diferentes comprimentos de onda vermelho (50%), azul (50%), verde (50%), preto (50%) e pleno sol (0%). Os tratamentos foram dispostos em Delineamento Inteiramente Casualizados (DIC), sendo composto por 5 tratamentos, 4 repetições com 16 plantas cada parcela, considerando as quatro plantas centrais como plantas úteis. Ao final do experimento (60 dias) foram avaliados: estatura das plantas (ET); diâmetro do caule (DC); comprimento da maior raiz (CMR); massa seca total (MST). Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F através do software SISVAR, sendo que as diferenças entre as médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$). O crescimento inicial da espécie de Açoita-cavalo é influenciado positivamente pelos comprimentos de onda: vermelho, preto e azul durante a fase de aclimação.

Palavras-chave: Áreas degradadas. Preservação ambiental. Crescimento e desenvolvimento vegetal.

1 INTRODUÇÃO

O açoita-cavalo (*Luehea divaricata* Mart. & Zucc.) é pertencente à família das Malvaceae, uma angiosperma arbórea, possui ramificações irregulares, com copa larga, densa e com folhagem simples e alternas. A espessura de sua casca mede em torno de 25 mm com escamas retangulares e pequenas. É uma planta hermafrodita, onde sua polinização é realizada principalmente por abelhas e esporadicamente por beija-flor. Sua floração e frutificação estão relacionadas com o clima de cada região, ocorrendo variações. Esta planta possui processo produtivo precoce, com apenas dois anos de idade começa a produzir sementes. Em relação as suas características silviculturais, essa espécie, não apresenta desrama natural o que é necessário realizar este manejo para que a planta cresça possuindo apenas um tronco principal. Uma forma de garantir isso é o adensamento das plantas no momento de implantação das mesmas no campo (CARVALHO, 2008).

O açoita-cavalo é uma espécie pioneira podendo atingir de 20 a 25 m de altura e um diâmetro de 50 a 80 cm à altura do peito. Geralmente são plantas que se desenvolvem no interior de florestas adensadas e possuem vigor adequado para tal ambiente para se desenvolverem. São plantas muito utilizadas em reflorestamentos mistos e em recuperação de áreas de preservação permanente e em áreas degradadas, devido a seu rápido estabelecimento em ambientes adversos. Além do reflorestamento, o açoita-cavalo é muito utilizado para a confecção de estruturas de móveis, construção civil, calçados, e acabamentos em geral, devido a ser uma madeira maleável e de cor clara, além da utilização para tratamento de madeiras, devido a sua alta permeabilidade (REITZ et al., 1988).

O açoita-cavalo obteve um papel fundamental na caracterização das plantas pioneiras da região sul do Brasil, além da presença marcante na indústria de madeiras. Por ser uma madeira de fácil acesso, e de grande povoamento de plantas, foi uma madeira fortemente explorada e extraída de maneira irregular, ocasionando em uma redução considerável dessa planta em nossas florestas (FARIAS, 2006).

Aluminosidade refletida sobre a floresta interfere na qualidade e durabilidade de sua intensidade. Seus graus de intensidade sobre as plantas geram uma alteração em sua morfologia e fisiologia vegetal durante seu desenvolvimento e que conseqüentemente irá determinar a capacidade de campo da planta, dependendo de sua condição genética e da influencia sofrida pelo ambiente onde se encontra (MORAES NETO et al., 2000).

As adaptações às condições de radiação são parte do genótipo das plantas e determinam os lugares preferenciais de diferentes espécies. Essa adaptação pode ser classificada em plantas à radiação extremamente baixas, plantas de sol e plantas adaptadas a altas radiações, portanto as plantas de sol podem se adaptar à sombra, mas não na mesma intensidade que as planta desse ambiente (sombra), que são geneticamente programadas para esse fim, sendo o inverso também verdadeiro (LARCHER, 2006).

Essas adaptações possibilitam a planta, ter um aproveitamento mais eficiente da intensidade luminosa, que por sua vez é convertida em açúcares essenciais, proteína e lipídios necessários para o seu crescimento (LARCHER, 2006; TAIZ; ZEIGER, 2013).

Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

MORAES NETO et al. (2000) defende a ideia de que as plantas em que são submetidas a sombreamento correspondem mais rápido ao crescimento, pois está fisiologicamente relacionado a um mecanismo de adaptação da planta, com a finalidade de escapar do sombreamento.

Estudos relacionados ao comprimento de onda na produção de mudas de espécies florestais se tornam importantes à medida que possibilitam conhecer o desempenho inicial de espécie florestal em ambientes contrastantes, indicando preliminarmente as espécies potenciais para plantios de florestamento ou reflorestamento na região. Viabilizando o aumento da produção de madeira de espécies nativas de florestas plantadas, reduzindo a pressão de exploração sobre as florestas nativas e conseqüentemente favorecendo a preservação da biodiversidade.

Com isso, o objetivo geral do estudo foi avaliar as alterações ecofisiológicas de plantas jovens de açoita-cavalo, sob diferentes comprimentos de onda.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no viveiro florestal da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), nos meses de março de 2013 a maio de 2013. As sementes foram coletadas de árvores matrizes escolhidas aleatoriamente em remanescentes florestais no município de Chapecó (SC).

As avaliações referentes à ecofisiologia foram realizadas em plantas provenientes da sementeira de sementes em embalagens plásticas de 16 x 11 cm, sob diferentes comprimentos de onda vermelho (50%), azul (50%), verde (50%), preto (50%) e pleno sol (0%), contendo um substrato produzido pelo viveiro Florestal da Unochapecó, da qual é obtido através de um processo natural de compostagem, utilizando matéria-prima como: filtro e borá de café, casca de frutas, sobra de verduras e legumes, aparas de grama e restos de podas da manutenção nas áreas verdes do campus utilizados para produção de mudas florestais.

Ao final do experimento (60 dias após a emergência) foram avaliadas as variáveis: estatura das plantas; diâmetro do caule; comprimento das raízes; massa verde e seca da raiz e parte aérea.

A determinação da estatura da muda foi realizada com uma régua graduada em milímetro, medindo a distância entre o colo e o ápice da muda. O diâmetro do caule foi medido cinco centímetros acima do colo da muda. Para isso, utilizou-se um paquímetro digital com a leitura das unidades em milímetro. Para a medição do comprimento de raiz, utilizou-se uma régua graduada em milímetro. A massa seca da raiz e da parte aérea foi obtida após secagem dessas partes da muda em estufa de circulação forçada de ar a 65°C, até atingirem peso constante, procedendo à pesagem em balança analítica eletrônica (0,001g).

O experimento foi realizado em Delineamento Inteiramente Casualizados (DIC), sendo composto por 5 tratamentos, 4 repetições com 16 plantas cada parcela, considerando as quatro plantas centrais como plantas úteis.

Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F através do software SISVAR, sendo que as diferenças entre as médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$).

Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de variância revelou efeito significativo ($p \leq 0,05$) dos tratamentos em relação à variável estatura de plantas (EP). Observa-se, na figura 01, que a malha vermelha obteve os melhores resultados, no entanto não diferiu da malha azul, que por sua vez também não diferiu das demais malhas, somente do tratamento pleno sol. Para o tratamento pleno sol (testemunha) observa-se que houve um efeito negativo na variável analisada, onde se obteve os menores índices de crescimento da planta, sendo 3,19 cm quando comparado com a malha vermelha que obteve a maior média com 10,27 cm, essa por sua vez não diferiu estatisticamente da malha azul.

Segundo Taiz e Zeiger (2013) esse resultado se deve ao fato da clorofila absorver luz principalmente nas porções vermelha e azul dos espectros, impulsionando a fotossíntese, ocorrendo, portanto um ganho no desenvolvimento da planta. De acordo com esse mesmo autor, a luz quando recebida em excesso pode frequentemente limitar o crescimento da planta, o que explica o resultado obtido neste trabalho.

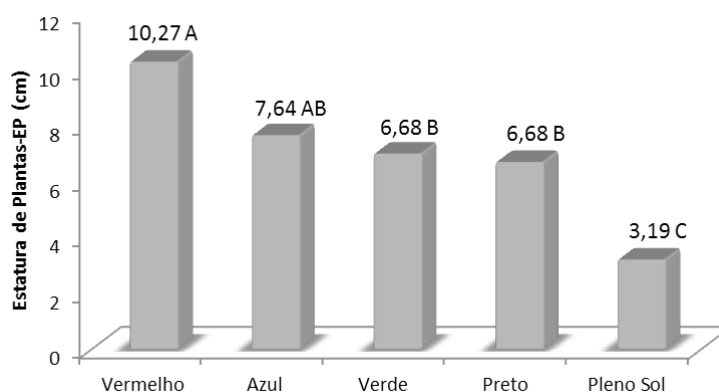
Esse resultado são semelhantes aos encontrados por Souza et al. (2012) onde as malhas vermelha e azul apresentaram um desempenho parecido em relação ao crescimento vegetativo, diferindo das plantas cultivadas a pleno sol. Em trabalho realizado por Henrique et al. (2011) com planta de café, onde as telas vermelha, azul e preta proporcionaram os maiores incrementos em altura.

De acordo com Lima Júnior et al. (2005) plantas de *Cupania vernalis* Camb., cultivadas em pleno sol tiveram um menor porte. Moraes et al. (2003) verificaram que o sombreamento induziu maior crescimento em altura, em plantas de café. O mesmo foi observado por Martins et al. (2008) em trabalho realizado com *Ocimum gratissimum* L. onde plantas crescidas sob malha azul apresentaram maior crescimento em altura.

Segundo Muroya, Varela e Campos (1997) a estatura de plantas possui diferentes padrões de respostas de acordo com a capacidade adaptativa da espécie as condições de variações na intensidade de luz.

Esses resultados demonstram, portanto que as plantas de açoita-cavalo possuem características de crescimento promovidas pelo comprimento de onda.

Figura 1. Estatura de plantas (cm) de Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), sob diferentes comprimentos de ondas.



Médias não antecedidas de mesma letra maiúscula diferem entre si pelo teste de Tukey ($p < 0,05$).

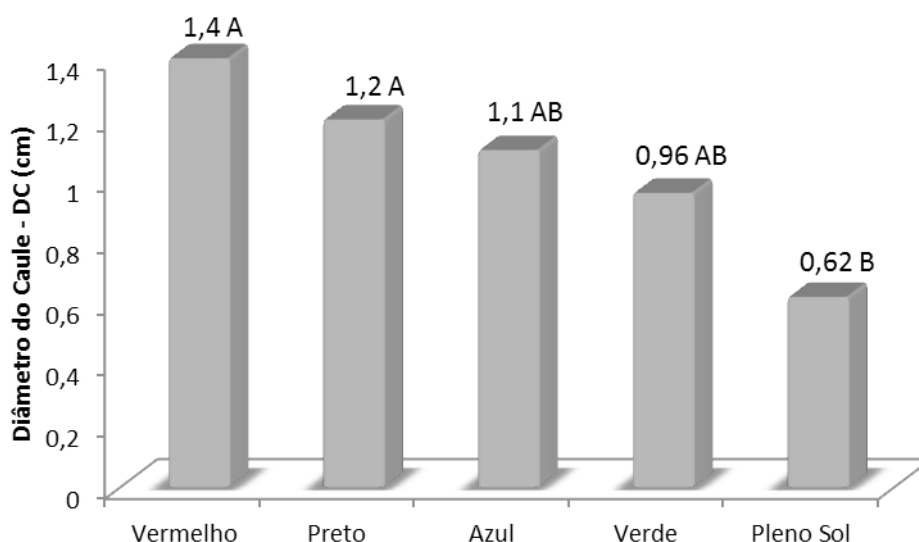
Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

A análise de variância também revelou efeito significativo ($p \leq 0,05$) dos tratamentos em relação à variável diâmetro do caule (DC), verifica-se pela Figura 2, que as plantas cultivadas sobre malhas vermelhas e pretas obtiveram os melhores resultados, no entanto não diferiram das demais malhas (azul e verde) somente do tratamento pleno sol, que obteve a menor média, sendo 0,62cm, quando comparado com as maiores médias, 1,4 e 1,2cm nas malhas vermelha e azul respectivamente.

Muroya, Varela e Campos (1997) avaliando diferentes intensidades luminosas em espécies de *jacareúba* verificou que plantas cultivadas com sombreamento de 30, 50 e 70 % proporcionaram um melhor desenvolvimento do diâmetro do caule das mudas. Segundo Almeida et al. (2005) esse resultado reflete diretamente na taxa de sobrevivência das mudas após o plantio

Entretanto, esse resultado difere dos encontrados por Souza et al. (2012) e Martins et al. (2008) onde plantas crescidas a pleno sol apresentaram maior diâmetro do colo que as plantas crescidas sob as malhas azul e vermelha.

Figura 2. Diâmetro do Caule (cm) de Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), sob diferentes comprimentos de ondas.

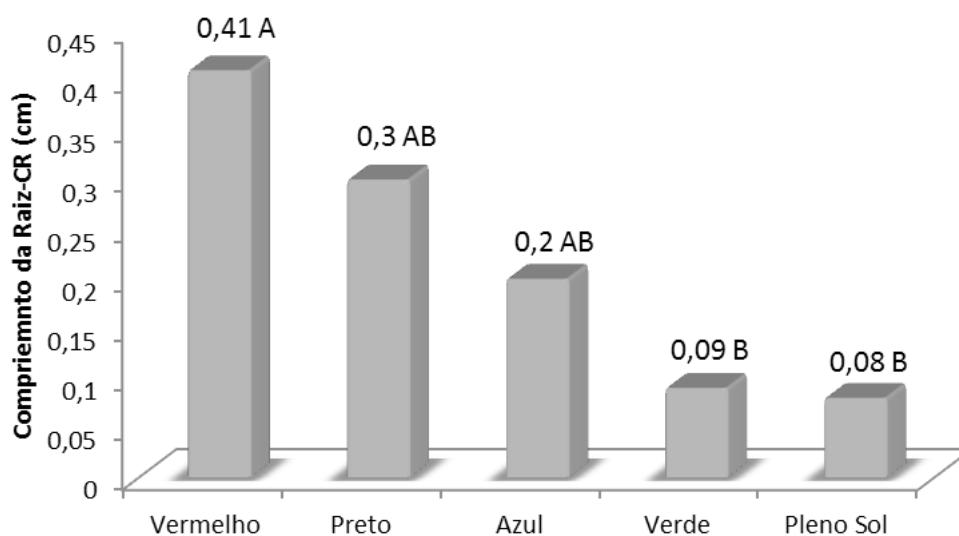


Médias não antecedidas de mesma letra maiúscula diferem entre si pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$).

Para a variável comprimento da raiz (CR), figura 3 verifica-se que o tratamento pleno sol e a malha verde não diferiram entre si, da mesma forma que não diferiram da malha azul e da malha preta, porém deferiu estatisticamente da malha vermelha. Entretanto a malha vermelha não deferiu das malhas preta e azul. As menores médias de CR, sendo 0,08 e 0,09cm, foram obtidas nas plantas em condição de pleno sol e sobre a malha verde, e a maior média (0,41 cm) com plantas cultivadas sob malhas vermelhas.

Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

Figura 3. Comprimento da maior raiz (cm) de Açõita-cavalo (*Luehea divaricata*), sob diferentes comprimentos de ondas.



Médias não antecedidas de mesma letra maiúscula diferem entre si pelo teste de Tukey ($p < 0,05$).

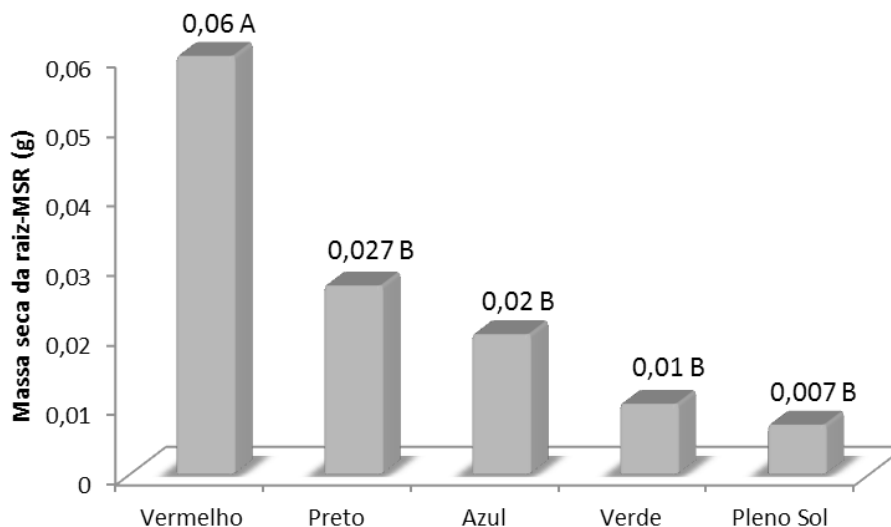
A análise de Variância também revelou efeito significativo ($p \leq 0,05$) dos tratamentos em relação às variáveis, massa seca da raiz e massa seca da parte aérea, como pode ser observado pelas Figuras 4 e 5. Para a variável massa seca da raiz a malha vermelha deferiu estatisticamente de todos os outros tratamentos.

Estes resultados estão de acordo com os encontrados por Souza et al. (2011) onde plantas de guaco, tiveram maiores resultados quando cultivadas sob malha vermelha, porém essa não diferiu das plantas cultivadas com malha azul.

Entretanto Silva et al. (2006) constatou que plantas de maracujazeiros apresentaram maiores valores de massa seca da raiz em plantas sob pleno sol, o que difere dos resultados encontrados neste trabalho. Da mesma forma, Carvalho et al. (2006) avaliando plantas de *Syagrus coronata* (MART.) em diferentes níveis de luminosidade, constatou que a proporção de massa seca direcionada para as raízes aumentou nas plantas crescidas a 100% de luz, ou seja, em plantas cultivadas a pleno sol. No entanto, de acordo com este mesmo autor a parte aérea, diferentemente do sistema radicular, teve diminuição da massa seca no tratamento que recebeu maior luminosidade, estando de acordo com o presente trabalho.

Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

Figura 4. Massa seca da Raiz (g) de Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), sob diferentes comprimentos de ondas.



Médias não antecedidas de mesma letra maiúscula diferem entre si pelo teste de Tukey ($p < 0,05$).

As plantas cultivadas sob malha vermelha acumularam maior quantidade de matéria seca da parte aérea, quando comparado com os demais tratamentos, apesar de não ter apresentado diferença significativa entre as malhas preta e azul. Esse resultado está de acordo com os encontrados por Henrique et al. (2011) onde as plantas sombreadas com telas de cor vermelha e de cor preta apresentaram maior acúmulo de matéria seca de folhas. Segundo esse mesmo autor a tela vermelha foi a mais eficiente na promoção do crescimento e desenvolvimento das mudas de café.

Para Almeida et al. (2004) este maior acúmulo de matéria seca da parte aérea pode ser devido a uma compensação à menor quantidade de radiação disponível. Melo e Alvarenga (2009) trabalhando com plantas de *Catharanthus roseus* (L.) observaram que plantas cultivadas sob malha vermelha apresentaram maior teor de matéria seca total, em relação aos demais tratamentos.

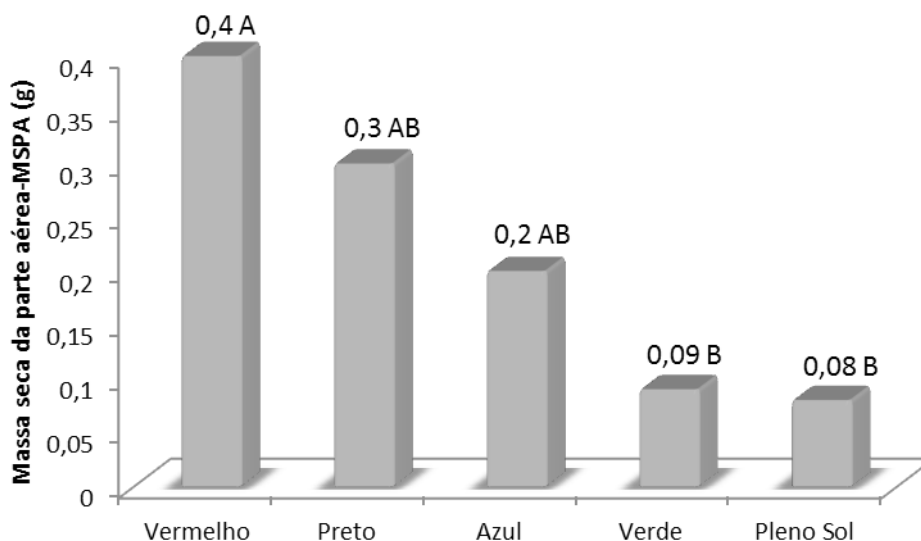
Em trabalho realizado por Lima Júnior et al. (2005), observaram que ocorreu maior acúmulo de matéria seca em plantas de *Cupania vernalis* Camb., cultivadas sob 50% de sombreamento em relação as cultivadas a plenos sol. Da mesma forma Felfili et al. (1999), estudando *Sclerolobium paniculatum* constatou que a maior produção de matéria seca da parte aérea foi obtida quando as mudas estavam em condições de 50% de sombreamento.

Porém esse resultado difere dos encontrado por Scalon et al. (2003) onde as mudas crescidas em pleno sol apresentaram maior massa seca da parte aérea do que os demais tratamentos.

Dessa forma, segundo Taiz e Zeiger (2009) com o sombreamento, ocorre maior proporção de luz vermelho-distante, convertida em vermelho, o que induz as plantas a alocar maior parte de seus recursos para o crescimento em altura, e conseqüentemente maior acúmulo de matéria seca.

Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

Figura 5. Massa seca da parte aérea (g) de Açoitá-cavalo (*Luehea divaricata*), sob diferentes comprimentos de ondas.



Médias não antecedidas de mesma letra maiúscula diferem entre si pelo teste de Tukey ($p < 0,05$).

4 CONCLUSÃO

O crescimento inicial da espécie de Açoitá-cavalo é influenciado positivamente pelos comprimentos de onda: vermelho, preto e azul durante a fase de aclimatação.

5 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.S. de. et al. Crescimento de mudas de *Jacaranda puberula* Cham. em viveiro submetidas a diferentes níveis de luminosidade. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 15, n.3, p. 323-329, 2005. Disponível em: <http://www.bioline.org.br/pdf?cf05032>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- ALMEIDA, P. L. et al. Crescimento inicial de plantas de *Cryptocaria aschersoniana* Mez. submetidas a níveis de radiação solar. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.34, n.1, p. 83-88, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v34n1/a13v34n1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- CARVALHO, N. O. S. et al. Crescimento inicial de plantas de licuri (*Syagrus coronata* (Mart.) Becc.) em diferentes níveis de luminosidade. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 30, n.3, p. 351-357, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v30n3/a05v30n3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- CARVALHO, P. E. R. **Açoitá-Cavalo (*Luehea divaricata*)**. Colombo: Embrapa Florestas, 2008. (Circular técnica, 147). Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=circular+tecnica+A%C3%A7oitá-Cavalo+\(Luehea+divaricata\)1&hl=pt-BR](https://www.google.com.br/search?q=circular+tecnica+A%C3%A7oitá-Cavalo+(Luehea+divaricata)1&hl=pt-BR). Acesso em: 25 maio 2013.
- FARIAS, A.J. Contribuição para a silvicultura de *Luehea divaricata* Martius et Zuccarini (açoitá-cavalo).2006. 69p. Dissertação (Mestre em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Disponível em: <http://www.ipef.br/servicos/teses/arquivos/farias,ja.pdf>. Acesso em: 25 maio 2013.

Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

FELFILI, J. M. et al. Comportamento de plântulas de *Sclerolobium paniculatum* Vog. var. *rubiginosum* (Tul.) Benth. sob diferentes níveis de sombreamento, em viveiro. **Revista Brasileira de Botânica**, v.22, n.2, p.297-301, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rbb/v22s2/\(2_s\)a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbb/v22s2/(2_s)a10.pdf). Acesso em: 13 jul. 2013.

HENRIQUE, P. de. C. et al. Aspectos fisiológicos so desenvolvimento de mudas de café cultivadas sob telas de diferentes colorações. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 46, n. 5, p. 459-465, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pab/v46n5/02.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

LARCHER, W. **Ecofisiologia vegetal**. São Carlos: Rima, 2006. 531 p.

LIMA JÚNIOR E.C. et al. Trocas gasosas, características das folhas e crescimento de plantas jovens de *Cupania vernalis* Camb. submetidas a diferentes níveis de sombreamento. **Ciência Rural**, v. 35, n.5, 1092-1097, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/331/33135516.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2013.

MARTINS, J. R. et al. Avaliação do crescimento e do teor de óleo essencial em plantas de *Ocimum gratissimum* L. cultivadas sob malhas coloridas. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Butucatu, v.10, n.4, p. 102-107, 2008. Disponível em: http://www.sbpmed.org.br/download/issn_08_4/artigo15_p102-106.pdf. Acesso: 10 jul. 2013.

MELO, A. A. M.; ALVARENGA, A. A. de. Sombreamento de plantas de *Catharanthus roseus* (L.) G. Don 'Pacifica White' por malhas coloridas: desenvolvimento vegetativo. **Ciência agrotecnologia**, v.33, n.2, p. 514-520, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cagro/v33n2/v33n2a24.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MORAIS, H. et al. Características fisiológicas e de crescimento de cafeeiro sombreado com guandu e cultivado a pleno sol. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 38, n. 10, p. 1131-1137, 2003. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/6682/3739>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MORAIS NETO, S.P. et al. Crescimento de mudas de algumas espécies arbóreas que ocorrem na mata atlântica em função do nível de luminosidade. **Revista Árvore**, Viçosa, v.24, n.1, p.35-45, 2000. <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbf/v23n3/8045.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MUROYA, K.; VARELA, V. P.; CAMPOS, M. A. A. Análise de crescimento de mudas de jacareúba (*Calophyllum angulare* A.C. Smith - Guttiferae) cultivadas em condições de viveiro. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 27, n. 3, p. 197-212, 1997. Disponível em: <http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/27-3/PDF/v27n3a06.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

REITZ, R.; KLEIN, R. M.; REIS A. **Projeto Madeira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 1988. 525 p.

SCALON, S. de. P. Q. et al. Crescimento inicial de mudas de *Bombacopsis glabra* (Pasq.) A. Robns sob condição de sombreamento. **Revista Árvore**, Viçosa, v.27, n.6, p. 753-758, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rarv/v27n6/a01v27n6.pdf>. Acesso em: em: 10 jul. 2013.

Taiza Laiana Dellazzari, Rosângela Corrêa de Lima, Cristiano Reschke Lajús, Alencar Belott

SOUZA, G. S. et al. Crescimento, teor de óleo essencial e conteúdo de cumarina de plantas jovens de guaco (*Mikania glomerata* Sprengel) cultivadas sob malhas coloridas. **Revista Biotemas**, v. 24, n. 3, p. 1-11, 2011. Disponível em: <http://www.biotemas.ufsc.br/volumes/pdf/volume243/1a11.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SOUZA, G. S. de. et al. Rendimento de biomassa de plantas de erva-cidreira (*Melissa officinalis* L.) cultivada sob diferentes ambientes de luz e doses de fósforo. **Enciclopédia Biosfera**, v.8, n. 15, p. 1516- 1526, 2012. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2012b/ciencias%20agrarias/rendimento.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 819 p.

ONTOGENIA ALELOPÁTICA DOS EXTRATOS DA PARTE AÉREA DO GIRASSOL (*Helianthus annus* L.) SOBRE O CRESCIMENTO INICIAL DA SOJA (*Glycine max* (L.) Merrill), EM CASA DE VEGETAÇÃO

Diana Piovesan¹, Cristiano Reschke Lajús², Raquel Chiarello³, Rosângela Corrêa de Lima⁴

¹Acadêmica do Curso de Agronomia
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: dianap@unochapeco.edu.br
Fonte de Financiamento: PIBIC/CNPq

RESUMO

Com a introdução do sistema de semeadura direta no Brasil foram observadas várias vantagens, relacionadas ao manejo das lavouras, dentre elas a redução da germinação e o crescimento e desenvolvimento das plantas daninhas devido à cobertura morta depositada sobre o solo. Porém, esta cobertura morta pode também ter algumas desvantagens, que necessitam ser avaliadas, como por exemplo, influenciar negativamente a germinação das sementes da cultura que será implantada devido à existência de efeitos alelopáticos entre elas. A definição de alelopatia é a interferência de uma planta no desenvolvimento de outra, geralmente pela exsudação de substâncias químicas da raiz. Os compostos alelopáticos liberados por uma planta poderão afetar o crescimento, prejudicar o desenvolvimento normal e até mesmo inibir a germinação das sementes de outras espécies vegetais. O objetivo do trabalho foi avaliar a ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.) sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill), em casa de vegetação. Os tratamentos foram distribuídos em delineamento Inteiramente Casualizado (DIC), com três estádios ontogênicos do extrato foliar de girassol: na fase vegetativa, reprodutiva e maturação fisiológica. Consistindo de 100 ml de extrato para cada tratamento sendo que para a testemunha utilizou-se água destilada. Ao final do experimento (15 dias) foram avaliados: estatura de plântulas; diâmetro do colmo; comprimento da maior raiz e massa seca total. Os resultados obtidos foram submetidos à análise de variância pelo teste F e as diferenças entre as médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$). A ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.) influencia no crescimento inicial da cultura da soja (*Glycine max* (L.) Merrill), em casa de vegetação. No estágio ontogênico de maturação fisiológica o girassol (*Helianthus annus* L.) apresenta maior efeito alelopático, interferindo diretamente no crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill).

Palavras-chave: Resteva. Cobertura Morta. Alelopatia.

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosângela Corrêa de Lima

1 INTRODUÇÃO

A rotação de cultura é uma prática agrícola recomendada há vários anos, e constitui-se na alternância ordenada de diferentes culturas em uma mesma área de terra em um período não inferior a dois anos. Conduzida de forma adequada por um período longo, melhora as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, auxilia no controle de plantas daninhas, moléstias e pragas, mobiliza e transporta nutrientes das camadas profundas para as superficiais (SANTOS; REIS, 2001).

Associada a técnica do sistema de semeadura direta (SSD), a alternância anual de espécies vegetais com diferentes sistemas radiciais, exigências nutricionais e volumes de fitomassa torna o sistema mais eficiente e facilita o controle de plantas daninhas, pragas e moléstias (HOFFMANN et al., 2004).

De acordo com Fontanelli et al. (2000) a partir de 1970 com a introdução do SSD no Brasil foram observadas várias vantagens, relacionadas ao manejo das lavouras, dentre elas a redução da germinação e o crescimento e desenvolvimento de plantas daninhas devido à cobertura morta depositada sobre o solo. Esta por sua vez, é uma prática que tem recebido reconhecimento acentuado, do ponto de vista técnico, como sendo um dos meios indispensáveis ao bom desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável. Porém, esta cobertura morta pode também ter algumas desvantagens, que necessitam ser avaliadas, como por exemplo, influenciar negativamente a germinação das sementes da cultura que será implantada devido à existência de efeitos alelopáticos entre elas.

Em consequência disto a alelopatia tem sido objeto de estudo de vários trabalhos que tentam identificar quais os componentes responsáveis pela inibição ou estímulo da germinação de várias plantas.

De acordo com Souza filho e Alves (2002) a alelopatia pode ser definida como processo que envolve a capacidade das plantas, superiores ou inferiores, produzirem substâncias químicas que, liberadas no ambiente de outras, influenciam de forma favorável ou desfavorável o seu desenvolvimento. Para Durigan e Almeida (1993) a alelopatia ocorre normalmente por liberação de substâncias químicas pela parte subterrânea das plantas, ou pela matéria seca em decomposição no solo.

Para Borém (2005) a definição de alelopatia é a interferência de uma planta no desenvolvimento de outra, geralmente pela exsudação de substâncias químicas da raiz.

Os compostos alelopáticos liberados por uma planta poderão afetar o crescimento, prejudicar o desenvolvimento normal e até mesmo inibir a germinação das sementes de outras espécies vegetais (DURIGAN; ALMEIDA, 1993).

Segundo Almeida (1988), as substâncias alelopáticas desempenham diversas funções sendo elas dormência, latência das gemas e ainda proteção contra microrganismos e pragas, exercem influencia na relação entre plantas, insetos e animais superiores, incluindo o homem.

Estes compostos liberados no ambiente são denominados de aleloquímicos ou metabólitos secundários. Cada espécie vegetal pode sintetizar mais de um tipo de metabólito secundário. Dentre os metabólitos secundários mais conhecidos, estão as substâncias pertencentes ao grupo dos ácidos fenólicos, cumarinas, terpenóides, flavonóides, alcalóides, glicosídeos cianogênicos, derivados do ácido benzóico, taninos e quinonas complexas (MONTEIRO; VIEIRA, 2002).

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosângela Corrêa de Lima

Quanto ao modo de ação, as substâncias alelopáticas podem agir sobre o crescimento, desenvolvimento e na germinação de sementes de muitas espécies. A germinação é um dos processos menos sensíveis à ação dos aleloquímicos, enquanto o desenvolvimento inicial da raiz primária, normalmente em testes laboratoriais é a variável mais sensível, podendo ser beneficiada ou prejudicada (FERREIRA; AQUILA, 2000).

O girassol (*Helianthus annuus* L.) é exemplo de espécie vegetal que pode ser empregada em técnicas de manejo que visem à formação de cobertura vegetal para a realização do plantio direto (PELEGRINI, 1985). Esta espécie é bem adaptada a diversos ambientes, resistindo a baixas temperaturas e estresse hídrico, diferentemente da maioria das espécies vegetais cultivadas no país (CASTRO et al., 1997).

De acordo com Pasqualetto et al. (2007) em estudos desenvolvidos no campo, notou que espécies vegetais infestantes à cultura de soja, podem ser reduzidas quando o girassol for cultivado antes da soja e concluiu que esta redução pode ter ocorrido pela interferência física ou alelopática desenvolvida pela palhada do girassol deixada sobre o solo.

Assim, torna-se possível o uso do girassol como vegetal de cobertura, sendo uma estratégia alternativa para o manejo de espécies vegetais invasoras, principalmente na agricultura orgânica.

De acordo com Ferreira e Borghetti (2004) muitas vezes o efeito alelopático não se dá pela porcentagem de germinação, mas sobre a velocidade de germinação ou sobre outro parâmetro do processo. O efeito alelopático pode provocar alterações na curva de distribuição da germinação ou no padrão polimodal de distribuição de germinação das sementes devido ao ruído informacional (interferências ambientais que bloqueiam ou retardam o andamento de processos metabólicos).

Assim sendo, o objetivo do trabalho foi avaliar a ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annuus* L.) sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill), em casa de vegetação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido no Viveiro Florestal Universitário da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) localizada no município de Chapecó, região Oeste do Estado de Santa Catarina.

O girassol foi coletado na propriedade do Srº Daniel Bassani no interior do município de Coronel Freitas – SC, entre os meses de novembro e dezembro de 2012.

Para obtenção dos extratos do girassol foram coletados 500g da parte aérea, nos estádios: vegetativo, reprodutivo e maturação fisiológica.

O material foi colocado em um recipiente de vidro, envolto com papel laminado, sendo acrescentado um litro de álcool (95%). Após esse procedimento a solução foi deixada em repouso durante quarenta e oito horas, na sequência se retirou as folhas permanecendo apenas os extratos.

Para a implantação do experimento foram utilizadas bandejas de polietileno com 10 cm de largura por 6,5 cm de comprimento e 5 cm de altura. Para enchimento destas utilizou-se areia

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosângela Corrêa de Lima

esterilizada em estufa a 105 C° por 4 horas, sendo posteriormente peneirada. A quantidade aproximada por bandeja foi de 6 kg (seis quilos).

O delineamento experimental utilizado foi o Inteiramente Casualizado (DIC), com três estádios ontogênicos do extrato foliar de girassol: na fase vegetativa, reprodutiva e maturação fisiológica. Cada tratamento teve sete repetições.

Para a semeadura foi utilizado 15 sementes por bandejas, distribuídas em três fileiras de cinco sementes com espaçamentos iguais e com profundidade de 1,5 centímetros (um centímetro e meio). Após a semeadura aplicou-se a quantidade de 100 ml de extrato de cada tratamento a cada bandeja, sendo que na testemunha utilizou-se água destilada.

Antes da aplicação do extrato foi deixado o vidro destampado por um período de 12 horas para a evaporação do álcool, e conseqüentemente, o mesmo não interferi sobre as sementes, e sim somente os componentes alelopáticos da planta.

Ao final do experimento (15 dias) foram avaliados: estatura de plântulas; diâmetro do colmo; comprimento da maior raiz e massa seca total.

Para determinar a estatura das plântulas foi utilizada uma régua milimetrada, medindo desde a inserção da plântula no substrato até o nó cotiledonar. Para a determinação do diâmetro do colmo, utilizou-se um paquímetro digital. Para medir o comprimento do sistema radicial foram estendidas sobre uma mesa as plântulas e com uma régua obteve-se a medida da maior raiz de todo sistema radicial das plântulas. Para determinar a massa verde da parte aérea e da raiz, foram coletadas todas as plântulas de cada repetição, separadas em sacos de papel individualmente (parte aérea e raiz) e na sequência foi feita a pesagem em balança de precisão. Para determinar a massa seca da parte aérea e da raiz, foram coletadas todas as plântulas de cada repetição, separadas em sacos de papel individual (parte aérea e raiz) e levadas para estufa de circulação de ar forçada a 65 °C até adquirir peso constante. Em seguida foram pesadas em balança de precisão.

Os resultados obtidos foram submetidos à análise de variância pelo teste F e as diferenças entre as médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de variância revelou efeito significativo ($P \leq 0,05$) dos tratamentos em relação à variável estatura de plântulas (figura 01). O extrato da parte aérea do girassol na fase de maturação fisiológica afetou diretamente a germinação da semente de soja, conseqüentemente influenciando na estatura das plantas. Pode-se observar que o extrato na fase reprodutiva não sofreu influência alelopática do girassol, apresentando uma estatura de 3,48 centímetros, mas não diferiu do tratamento na fase vegetativa 1,78 centímetros, diferindo estatisticamente do tratamento maturação fisiológica com 0,85 centímetros.

Segundo Ferreira e Borghetti (2004) o crescimento da plântula é mais sensível aos aleloquímicos do que a germinação, pois o modo de ação direto dos aleloquímicos atua a partir da ligação nas membranas da planta receptora ou penetra nas células, provocando interferência no metabolismo.

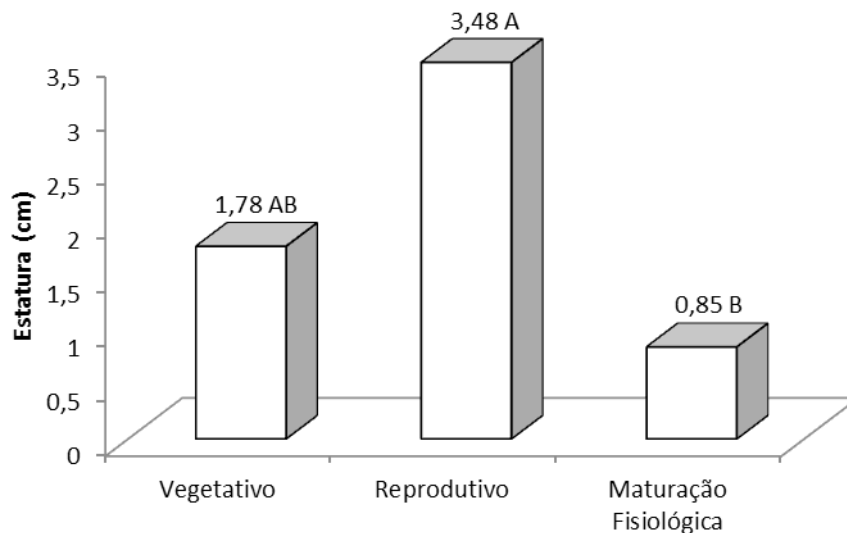
Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosangela Corrêa de Lima

Para Taiz e Zeiger (2009) dentre as substâncias presentes nas folhas de girassol, com efeito, alelopático comprovado estão os terpenos, maior grupo de metabólitos secundários existente, os quais são os possíveis causadores deste efeito.

Corsato et al. (2010) verificou que o extrato aquoso das folhas de girassol influenciou as variáveis analisadas para a soja cultivares principalmente nas concentrações de 60%, 80% e 100%.

Roncatto e Vicelli (2009) avaliando a adubação verde de girassol sobre o desenvolvimento do milho constatou que a cobertura de girassol possui efeito alelopático sobre o desenvolvimento do milho, sendo que a parte aérea apresentou-se mais sensível aos compostos aleloquímicos.

Figura 01. Estatura de plântulas (cm) do experimento da ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.), sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em casa de vegetação.



Médias não seguidas da mesma letra maiúscula diferem significativamente pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$).

A análise de variância não revelou efeito significativo ($P \leq 0,05$) dos tratamentos em relação à variável diâmetro do colmo e comprimento da raiz, como pode ser observado nas figuras 02 e 03.

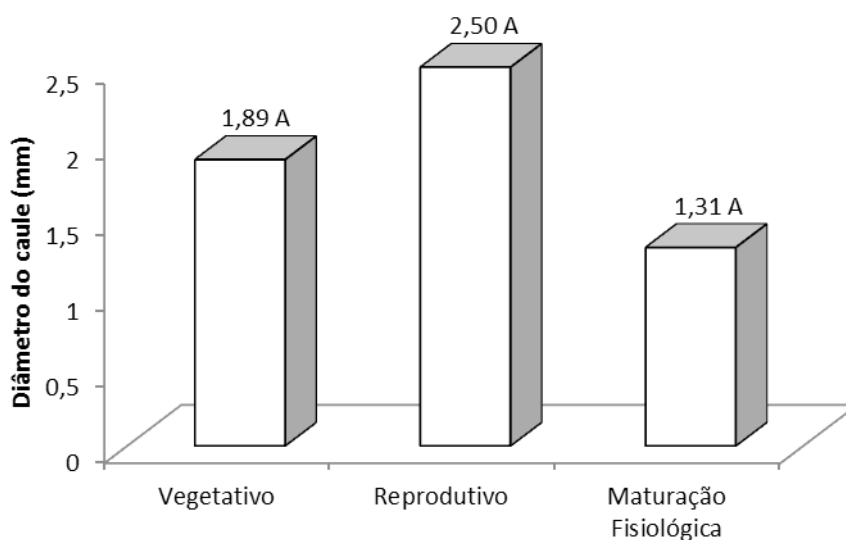
Observa-se que as variáveis diâmetro do colmo e comprimento da raiz, os extratos de girassol na fase vegetativa, reprodutiva e maturação fisiológica não apresentaram resultados significativos.

Para Almeida (1988) o potencial alelopático de resíduos vegetais de aveia, centeio, nabo forrageiro e treçoço também verificou redução no comprimento do caulículo de soja.

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosângela Corrêa de Lima

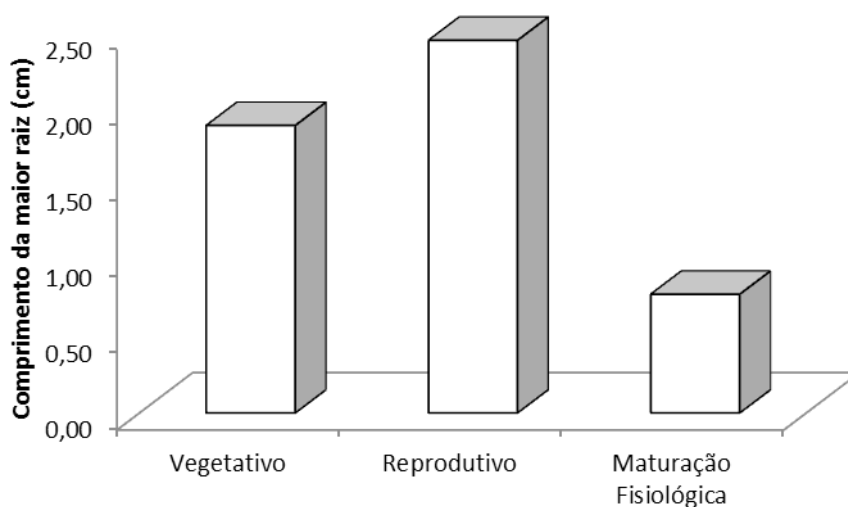
Segundo Silva (2009) as plantas de girassol são capazes de estimular o crescimento radicular das plântulas de tomate em 147 % e inibir o crescimento radicular das do trigo em 22%. São capazes de inibir o crescimento epígeo das plântulas de picão-preto, trigo e corda-de-viola.

Figura 02. Diâmetro do colmo (mm) de plântulas do experimento da ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.), sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em casa de vegetação.



Médias não seguidas da mesma letra maiúscula diferem significativamente pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$).

Figura 03: Comprimento da maior raiz (cm) de plântulas do experimento da ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.), sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em casa de vegetação.

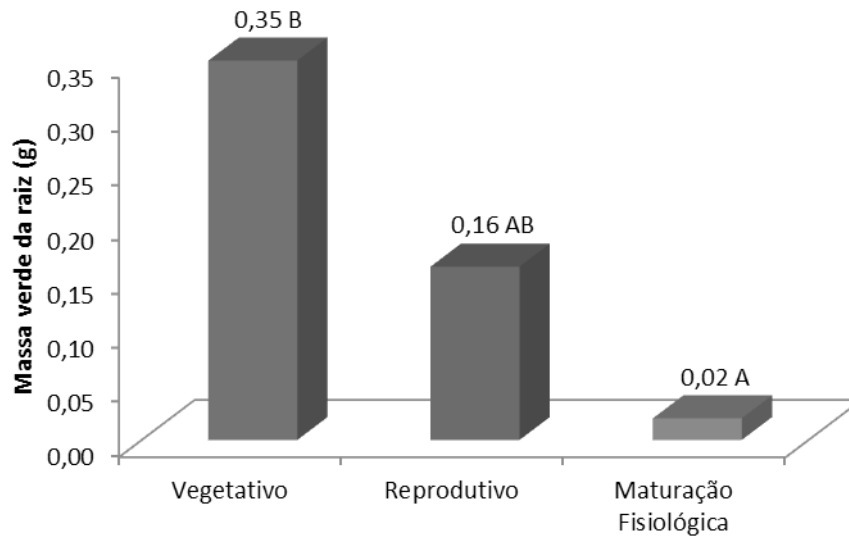


Médias não seguidas da mesma letra maiúscula diferem significativamente pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$).

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosangela Corrêa de Lima

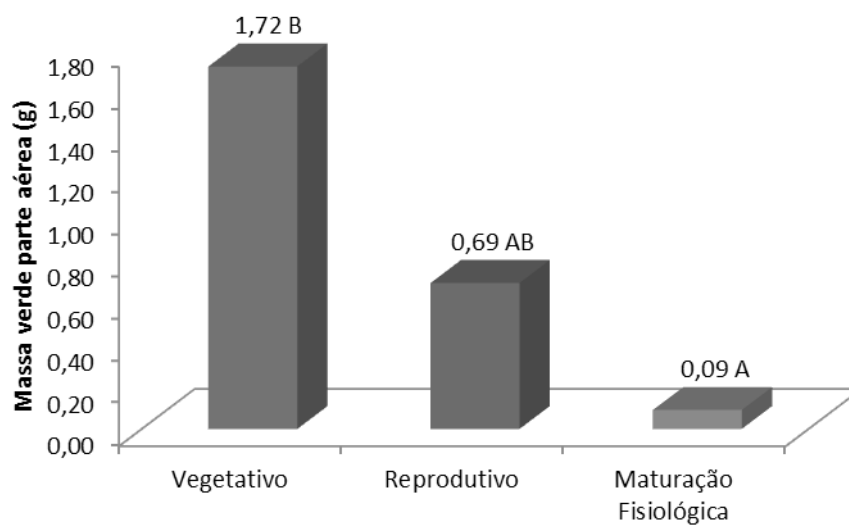
A análise de variância revelou efeito significativo ($P \leq 0,05$) dos tratamentos em relação a variável da massa verde da raiz, e massa verde da parte aérea. De acordo com as figuras 04 e 05, observa-se que nas variáveis massa verde da raiz e massa verde da parte aérea, os extratos de girassol na fase vegetativa, reprodutiva e maturação fisiológica apresentaram resultados significativos.

Figura 04. Massa verde da raiz (g) de plântulas do experimento da ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.), sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em casa de vegetação.



Médias não seguidas da mesma letra maiúscula diferem significativamente pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$).

Figura 05. Massa verde da parte aérea (g) de plântulas do experimento da ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.), sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em casa de vegetação.

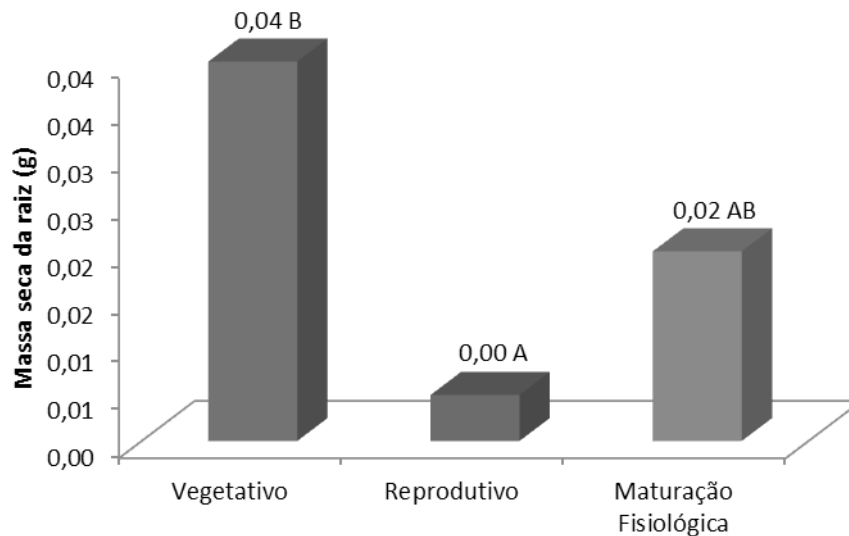


Médias não seguidas da mesma letra maiúscula diferem significativamente pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$).

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosangela Corrêa de Lima

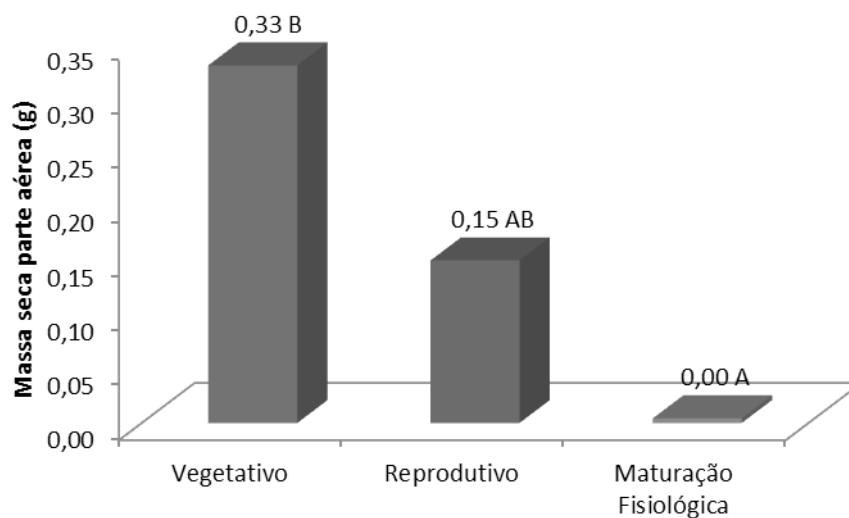
A análise de variância revelou efeito significativo ($P < 0,05$) dos tratamentos em relação a variável da massa seca da raiz e massa seca da parte aérea. De acordo com as figuras 06 e 07, observa-se que, nas variáveis massa seca da raiz e massa seca da parte aérea, os extratos de girassol na fase vegetativa, reprodutiva e maturação fisiológica apresentaram resultados significativos.

Figura 06: Massa seca da parte raiz (g) de plântulas do experimento da ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.), sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em casa de vegetação.



Médias não seguidas da mesma letra maiúscula diferem significativamente pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$).

Figura 07: Massa seca da parte aérea (g) de plântulas do experimento da ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annus* L.), sobre o crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em casa de vegetação.



Médias não seguidas da mesma letra maiúscula diferem significativamente pelo teste de Tukey ($P \leq 0,05$).

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosângela Corrêa de Lima

Experimentos semelhantes realizados por Tokura e Nóbrega (2002), testaram a influência de coberturas vegetais sobre a germinação e desenvolvimento inicial da soja e verificaram que o nabo-forrageiro e a colza afetam negativamente o comprimento radicular das plântulas de soja, bem como as médias de massa seca.

De acordo com Lima e Moraes (2008) nos ensaios de crescimento realizados em casa-de-vegetação, houve redução significativa da altura das plantas, do número de folhas, da massa seca da parte aérea e da raiz das plântulas de alface e tomate quando submetidas ao resíduo de folhas de *Ipomoea fistulosa*.

Sodré Filho et al. (2008) avaliando o efeito de diferentes culturas de sucessão a cultura do milho, constatou que o girassol, assim como outras culturas reduziram a matéria seca das plantas daninhas, o que evidencia o potencial alelopático dessa cultura.

4 CONCLUSÃO

A ontogenia alelopática dos extratos da parte aérea do girassol (*Helianthus annuus* L.) influencia no crescimento inicial da cultura da soja (*Glycine max* (L.) Merrill), em casa de vegetação.

No estágio ontogênico de maturação fisiológica o girassol (*Helianthus annuus* L.) apresenta maior efeito alelopático, interferindo diretamente no crescimento inicial da soja (*Glycine max* (L.) Merrill).

5 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F.S. **A alelopatia e as plantas**. Londrina: IAPAR, 1988. 60 p. (Circular, 53). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000070&pid=S1807-8621200900030001400001&lng=en. Acesso em: 10 nov. 2012.
- BORÉM, A. **Glossário Agrônomo**. 3. ed. Viçosa: gráfica e editora suprema, 2005. 117 p.
- CASTRO, C. et al. **Cultura do girassol**. Londrina: EMBRAPA, 1997. 36 p. (Circular técnica, n. 13). Disponível em: http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=54. Acesso em: 10 nov. 2012.
- CORSATO, J.M. et al. Efeito alelopático do extrato aquoso de folhas de girassol sobre a germinação de soja e picão-preto. **Ciências Agrárias**, Londrina, V. 31, n. 2, p. 353-360, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uell/index.php/semagrarias/article/view/5306/4828>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- COSTELLI, M. C. **Estudo químico e alelopático do extrato das folhas de aveia preta (*Avena strigosa* Scherb) sobre a germinação de sementes de soja (*Glycine max* L.)**. Relatório de pesquisa - Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Chapecó, 2002.
- DURIGAN, J. C.; ALMEIDA, F. S. **Noções sobre a alelopatia**. Jaboticabal: UNESP/FUNEP, 1993. 28 p. Boletim
- FERREIRA, G. A.; AQUILA, M. E. A. **Alelopatia**: uma área emergente na ecofisiologia. Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal, Campinas, v. 12, p.175-204, 2000. Edição Especial.

Diana Piovesan, Cristiano Reschke Lajús, Raquel Chiarello, Rosângela Corrêa de Lima

FERREIRA, A.; BORGHETTI, F. **Germinação**: Do básico ao aplicado. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

FONTANELI, R.S. et al. Rendimento e nodulação de soja em diferentes rotações de espécies anuais de inverno sob plantio direto. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v.35, n.2, p.349-355, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pab/v35n2/6881.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

HOFFMANN, L. L. et al. Efeitos da rotação de cultura, de cultivares e da aplicação de fungicida sobre o rendimento de grãos e doenças foliares em soja. **Fitopatologia Brasileira**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 245-251, 2004. Disponível em: http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/efeitos-da-rota%C3%A7%C3%A3o-cultura-cultivares-da-aplica%C3%A7%C3%A3o-fungicida-rendimento-gr%C3%A3os/id/428246.html. Acesso em: abr. 2013.

LIMA, J. D.; MORAES, W. S.; Potencial alelopático de *Ipomoea fistulosa* sobre a germinação de alface e tomate. **Acta Scientiarum. Agronomy**, v. 30, n. 3, p. 409-413, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciAgron/article/view/3553>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MONTEIRO, C. A.; VIEIRA, R. A. Substâncias alelopáticas. In: CASTRO, P. R. C.; SENA, J. O. A.; KLUGE, R. A. **Introdução à fisiologia do desenvolvimento vegetal**. Maringá: EDUEM, 2002.

PASQUALETO, A. et al. **Ocorrência de plantas daninhas na cultura da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) em sucessão à culturas de safrinha no sistema plantio direto**. 2007. Disponível em: http://agata.ucg.br/formularios/ucg/docentes/eng/pasqualetto/artigos/pdf/artigo_48. Acesso em: 10 jul. 2013.

PELEGRINI, B. **Girassol**: uma planta solar que das Américas conquistou o mundo. São Paulo: Ícone, 1985.

RONCATTO, F.; VIECELLI, C.A. Adubação verde de girassol sobre o desenvolvimento do milho. **Cultivando o Saber**, Cascavel, v.2, n.3, p. 1-6, 2009. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/graduacao/agronomia/csvolume23/01.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SANTOS, H.P.; REIS, E. M. **Rotação de culturas em plantio direto**. Passo Fundo: Embrapa trigo, 2001. 212p.

SILVA, H.L. da. Potencial alelopático da cultura do girassol (*Helianthus annuus* L.). 2009. 104p. Dissertação (Mestre em Agronomia) – Universidade Tecnológica federal do Paraná, Pato Branco, 2009. Disponível em: <http://www.pb.utfpr.edu.br/bibliotecadigital/index.php/dt-ppga-pb/article/view/728/572>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SOBRÉ FILHO, J. et al. Culturas de sucessão ao milho na dinâmica populacional de plantas daninhas. *Scientia Agraria*, Curitiba, v.9, n.1, p.7-14, 2008. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2901023>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SOUZA FILHO, A.P. da S.; ALVES, S. de M. **Alelopatia: princípios básicos e aspectos gerais**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 260p.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 819 p.

TOKURA, L. K.; NÓBREGA, L. H. P. Potencial alelopático de coberturas de inverno no desenvolvimento de plântulas de soja. **Revista Varia Scientia**, Cascavel, v. 02, n. 2, p. 19-26, 2002. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/764>. Acesso em: 10 jul. 2013.

AVALIAÇÃO SENSORIAL DE IOGURTE ELABORADO COM LEITE UHT (Ultra High Temperature)

Jéssica Dall Agnol¹, Gabriela Simes, Indianara Cristina Dias, Juliana Savio, Murilo Cesar Costelli

¹Acadêmica do Curso de Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: jessicadallagnol@unochapeco.edu.br

RESUMO

O leite é uma matéria-prima muito nutritiva, onde contém em sua composição vários nutrientes que permite esse produto ser processado e elaborado muitos derivados lácteos. Esses são produtos muito consumidos e dentre eles, se destaca o iogurte. Este geralmente é elaborado com leite pasteurizado, onde sua vida de prateleira é pequena, quando comparado com outros leites (como o UHT) e disponibilidade é reduzida em alguns meses do ano, pela diminuição da produção primária. O leite UHT é um ótimo substrato para elaboração de produtos lácteos fermentados, pois como é esterilizado comercialmente, não ocorre competição de substrato entre os micro-organismos. A análise sensorial é uma técnica importante para verificar a reação do público consumidor em relação ao produto elaborado. O objetivo desse trabalho foi elaborar um iogurte com leite UHT e avaliar a aceitação sensorial e a intenção de compra do mesmo. Foi elaborado duas formulações de iogurte (F1 com leite pasteurizado e F2 com leite UHT), contendo além do leite, açúcar e o fermento específico para iogurte. Através de uma metodologia tradicional e avaliado, através do teste sensorial de escala hedônica de 9 pontos, por 33 provadores, de ambos os sexos, tanto a aceitação global quanto a intenção de compra do mesmo. As amostras apresentaram índice de aceitação sensorial adequada nas duas formulações, onde a amostra elaborada com leite pasteurizado apresentou maior aceitação sensorial 83,84% e a elaborada com UHT apresentou 77,44%. Quanto a intenção de compra, as duas formulações apresentaram razoável intenção, sendo que o leite pasteurizado apresentou maior valor nesse quesito. Percebe-se que o UHT é uma oportunidade de matéria-prima interessante para ser utilizada na elaboração de iogurte.

Palavras-chave: Iogurte. Leite pasteurizado. Leite UHT.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de vacas saudas, bem alimentadas e descansadas (BRASIL, 2011).

No ano de 2008, o Brasil ocupou a sexta posição no cenário mundial entre os maiores produtores de leite com 27,6 bilhões de litros/ano (EMBRAPA, 2010 *apud* GARCIA et al, 2010). O crescimento da produção foi de 2,8 a 5,5% ao ano entre 1999 e 2009 (EMBRAPA, 2009; FAO, 2008 *apud* GARCIA et al, 2010).

O leite é um produto muito diversificado em sua composição, estando presentes neste grande quantidade de água, carboidrato, proteína, gordura e minerais, portanto um substrato rico para desenvolvimento de muitos derivados, servindo de subsídio muito importante para alimentação.

Este produto pode ser industrializado, sendo apenas preparado através de tecnologias, para servir de produto de consumo como o leite pasteurizado e o UHT, ou então transformado através de processos de coagulação, fermentação, entre outros, expondo ao consumidor, produtos mais elaborados e de características sensoriais diversificadas.

O leite UHT é um ótimo produto para servir de substrato também para a elaboração dos derivados de leite, pois é um produto que não apresenta contaminação. O leite pode ser ainda submetido ao tratamento UHT (temperatura ultra alta), que é o popularmente chamado leite longa vida. Nesse tratamento o produto é homogeneizado e submetido a uma temperatura de 130 a 150 °C, por cerca de 2 a 4 segundos, em processo térmico de fluxo contínuo. O leite é então rapidamente resfriado, a temperatura inferior a 32 °C e evasado em condições limpas, em embalagens estéreis e hermeticamente fechadas (SILVA, 1997).

Através desse tratamento, o produto tem uma vida de prateleira relativamente longa (aproximadamente 4 meses) quando comparado com o leite pasteurizado tradicional (5 a 7 dias).

O sistema agroindustrial do leite no Brasil passou por mudanças estruturais profundas desde o início dos anos noventa, com o desenvolvimento de um ambiente competitivo completamente novo que resultou da desregulamentação do mercado, da abertura comercial ao exterior e ao Mercosul e do processo de estabilização da economia (JANK e GALAN, 2013).

Liberalização e diferenciação de preços da matéria-prima, guerras de ofertas nas gôndolas dos supermercados, entrada de produtos importados, aquisições e alianças estratégicas no meio empresarial, ampliação do poder dos laticínios multinacionais e dos supermercados, ampliação da coleta a granel, redução global do número de produtores, reestruturação geográfica da produção, problemas de padronização do produto e a amplitude de um pujante mercado informal são itens que formam o cotidiano do setor. Neste momento, seguramente ainda estamos no meio do turbilhão das mudanças institucionais, organizacionais e tecnológicas deflagradas no início da década (JANK e GALAN, 2013).

Dentre os derivados elaborados a partir do leite, encontra-se o iogurte, produto fermentado, com alto valor nutricional, pois além de apresentar os componentes do leite disponíveis para o ser humano, agrega uma quantidade de bactérias benéficas a saúde do mesmo, auxiliando principal o bom funcionamento do trato intestinal.

Iogurte é um produto fermentado elaborado com leite enriquecido com alto teor de sólidos, usando uma cultura mista de *Lactobacillus delbrueckii ssp. Bulgaricus* e *Streptococcus salivarius ssp. Thermophiles* (PENA et al, 1997).

Mesmo a produção de iogurte sendo razoável no Brasil, o consumo é de 3 kg por ano (*per capita*), apresentando-se pequeno quando comparado a países como a França, Uruguai e Argentina, onde o consumo *per capita* do produto é de 7 kg a 19 kg ao ano (BOLINI e MORAES, 2004). Esse consumo pode ser incentivado pela maior quantidade disponibilizada para o consumidor, entre outras melhorias que o leite UHT pode apresentar a esse segmento.

A análise sensorial é uma ciência interdisciplinar na qual se convidam avaliadores, que se utilizam da complexa interação dos órgãos dos sentidos (visão, gosto, tato e audição) para medir as características sensoriais e a aceitabilidade dos produtos alimentícios e muitos outros materiais (Watts et al., 1992).

As características sensoriais do produto é um fator de extrema importância para indústria. O mercado atualmente possibilita ao consumidor, escolher entre uma extensa variação de marcas, preços e qualidade dos produtos, levando-o a ser mais exigente quanto ao produto que chega a sua mesa, sendo assim uma indústria que consiga unir todos esses aspectos, garante liderança no mercado (SILVA et.al. 2010).

Os métodos sensoriais são baseados nas respostas aos estímulos, que produzem sensações cujas dimensões são: intensidade, extensão, duração, qualidade e prazer ou desprazer. Enquanto os estímulos podem ser medidos por métodos físicos e químicos, as sensações são medidas por processos psicológicos (LANZILLOTTI, 1999).

Portanto, o objetivo desse trabalho é elaborar um iogurte a partir do leite UHT, podendo assim beneficiar pequenos produtores de iogurte, onde tem problemas na aquisição de leite *in natura* durante o período de estiagem de leite (período de menor produção primária do mesmo), podendo adquirir o leite UHT e estocando o mesmo para a sua produção mensal, garantindo um preço adequado e tendo uma competitividade de mercado maior.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foram formuladas, elaboradas e avaliadas duas formulações de iogurte, uma padrão (F1) contendo leite pasteurizado e outra (F2) elaborada com leite UHT. As matérias-primas foram adquiridas no comércio local e realizou-se uma análise sensorial para verificar a aceitação dos produtos pelos consumidores.

2.1 Elaboração do iogurte

O iogurte foi elaborado no laboratório de Tecnologia de Alimentos da Unochapecó.

Foram elaboradas duas formulações de iogurte, contendo leite, açúcar e fermento próprio para elaboração de iogurte. As quantidades de cada matéria-prima para essa formulação base está

apresentada na Tabela 1. As formulações são idênticas quanto a quantidade, apenas diferenciando cada experimento no tipo de leite utilizado, sendo a F1 elaborada com leite pasteurizado e a F2 com leite UHT.

Tabela 1: Formulação base para elaboração do iogurte.

Matéria-prima	Quantidade
Leite (litros)	3,00
Açúcar (gramas)	154,30
Fermento para iogurte liofilizado (pacote)	1,00

Para a elaboração das formulações, inicialmente foram medidas as quantidades de leite e açúcar, misturados em uma panela, aquecidos até a temperatura de 85°C por aproximadamente 5 minutos, mexendo ocasionalmente. Após, essa mistura foi resfriada a temperatura de 40°C, para então adicionar o fermento próprio para produção de iogurte, onde contém as bactérias específicas para a elaboração desse produto.

Homogeneizou-se a mistura e armazenou a mesma em um pote plástico.

O pote plástico foi acondicionado em um outro recipiente de material isolante, com o objetivo de manter a temperatura do produto de 35 a 40°C. Essa mistura foi acondicionada a essa situação num período total de 12 horas.

2.2 Análise sensorial

Preparo das amostras

A análise sensorial foi realizada no Laboratório de Análise Sensorial de Alimentos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

As amostras foram manipuladas com todo cuidado necessário, adotando os procedimentos de boas práticas de fabricação, como por exemplo, utilização de luvas, máscara, jaleco e touca,

As amostras de cada formulação de iogurte foram colocadas em copos plásticos de 110 ml, contendo aproximadamente 60 mL cada e codificadas com os dígitos 587 e 975, onde estes códigos eram referentes às formulações F1 e F2, respectivamente. Cada copo foi entregue ao provador com uma colher plástica para que pudesse fazer a degustação da amostra. Juntamente com as amostras, foram entregues ao provador a ficha sensorial, onde continha informações sobre a análise e também um copo contendo aproximadamente 150 mL de água potável, para a limpeza do palato.

Escala hedônica

Como metodologia para a análise, foi utilizado o teste de escala hedônica de 9 pontos, onde quanto maior a pontuação, maior a aceitabilidade do produto pelo consumidor, onde a orientação do teste para os provadores foi apontar uma nota para a aceitação global do produto, conforme a escala: “1 - desgostei extremamente”, “2 - desgostei muito”, “3 - desgostei moderadamente”, “4 -

desgostei ligeiramente”, “5 - indiferente”, “6 – gostei ligeiramente”, “7 - gostei moderadamente”, “8 - gostei muito” e “9 - gostei extremamente”. Também foi solicitado ao provador sobre a intenção de compra do produto.

Análise estatística

Para tratamento dos resultados sensoriais utilizou-se a ANOVA e o teste de Tukey ao nível de 5% de significância.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das médias sensoriais estão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Médias obtidas no teste sensorial referente as duas formulações de iogurte.

Formulação	Média
F1	7,55 ^a
F2	6,97 ^b
DMS	0,58

*Médias seguidas de letras iguais na mesma coluna indicam que não há diferença significativa a um nível de 5% de significância e médias seguidas de letras diferentes indicam que há diferença significativa a um nível de 5% de significância. Valores de critérios sensoriais: “1 - desgostei extremamente”, “2 - desgostei muito”, “3 - desgostei moderadamente”, “4 - desgostei ligeiramente”, “5 - indiferente”, “6 – gostei ligeiramente”, “7 - gostei moderadamente”, “8 - gostei muito” e “9 - gostei extremamente”. DMS - Diferença mínima significativa do teste de Tukey a 5%.

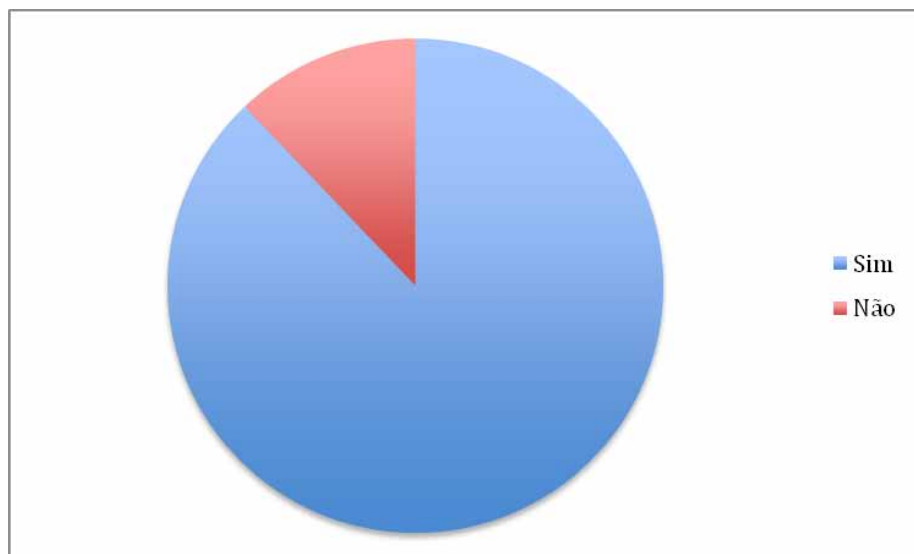
Avaliando os resultados apresentados na Tabela 2, pode-se afirmar que as amostras apresentam diferença significativa na aceitação das formulações ao nível de 5% de significância, onde a formulação F1, elaborado com leite pasteurizado obteve uma maior aceitação (7,55), ficando entre o critério sensorial “gostei moderadamente” e “gostei muito”.

A formulação F2 apresentou media sensorial de 6,97, ficando com o critério sensorial entre “gostei ligeiramente” e “gostei moderadamente”.

Avaliando o índice de aceitação sensorial, a F1 apresentou 83,84% de aceitação, enquanto que a formulação F2 apresentou um índice de 77,44%, ficando muito próximos da aceitação. Usualmente é utilizado um índice mínimo de aceitação de 70% para o produto ser lançado para o mercado consumidor, portanto comparando esse dado, percebe-se que as duas formulações, tanto a F1 quanto a F2 podem ser inserido no mesmo.

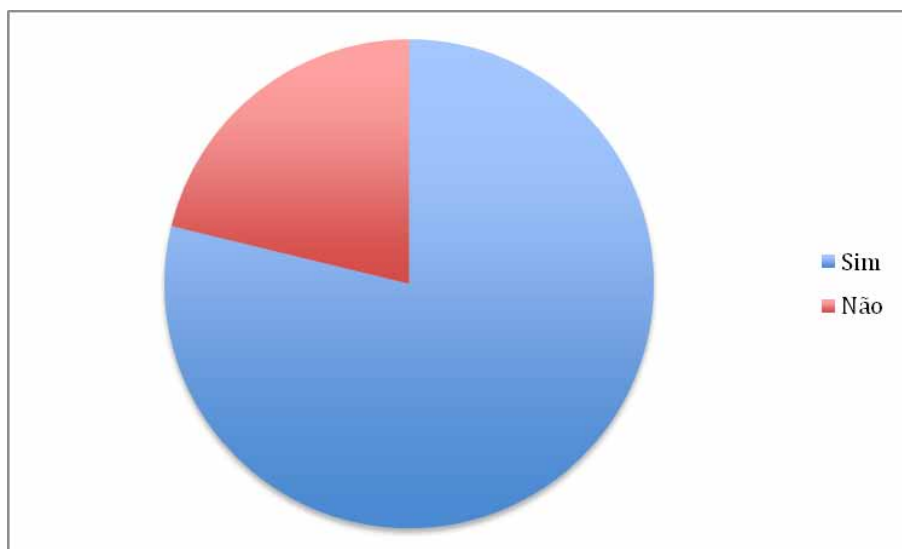
Quando verifica-se a intenção de compra dos produtos, percebe-se o quanto os produtos tiveram uma aceitação pelo provador. Os dados de intenção de compra das formulações F1 e F2, estão apresentados na Figura 1 e Figura 2, respectivamente.

Figura 1: Dados de intenção de compra apresentados por provadores que avaliaram a Formulação F1, elaborada com leite pasteurizado.



Observando a Figura 1, verifica-se que a 87,88% dos provadores (29) apresentaram intenção de adquirir o iogurte elaborado com leite pasteurizado, e apenas 12,22% não apresentaram essa intenção (4).

Figura 2: Dados de intenção de compra apresentados por provadores que avaliaram a Formulação F2, elaborada com leite UHT.



Observando a Figura 2, verifica-se que a 78,79% dos provadores (26) apresentaram intenção de adquirir o iogurte elaborado com leite UHT, e apenas 21,21% não apresentaram essa intenção (7).

4. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de iogurte utilizando leite UHT como matéria-prima apresentou aceitabilidade sensorial perante os provadores e também apresentou intenção de compra dos mesmos, demonstrando que essa pode ser uma aumentar a demanda desse produto no mercado e diversificação desse processo.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Instrução Normativa número 62 de 29 de dezembro de 2011.

BOLINI, H. M. A.; MORAES, P. Tese mostra que análise sensorial incrementaria produção de iogurte. *Jornal da Unicamp*, ed. 253, de 24-30 de maio, p. 11, 2004.

GARCIA, A. de O.; AUGUSTO, P. P. C.; FERREIRA, K. S. M.; YOTSUYANAGI, K.;

JANK, M. S.; GALAN, V. B. Competitividade do Sistema Agroindustrial. Disponível em: http://www.fundace.org.br/leite/arquivos/projetos_priorizados/elaboracao_competitividade_industrial/bibliot/vol_ii_Leite%20Competitividade_jank.pdf, acesso em: 20/07/2013.

LANZILLOTTI, R. S.; LANZILLOTTI, H. S. ANÁLISE SENSORIAL SOB O ENFOQUE DA DECISÃO FUZZY. ANÁLISE SENSORIAL SOB O ENFOQUE DA DECISÃO

FUZZY. *Rev. Nutr.*, Campinas, 12(2): 145-157, maio/ago., 1999

PENNA, A. L. B.; OLIVEIRA, M.; BARUFFALDI, R. Análise de consistência de iogurte: correlação entre medida sensorial e instrumental. *Ciência e tecnologia de alimentos*, v. 17, n. 2, p. 98-101, 1997.

ROIG, S. M. Estudo do grau de importância e da aceitabilidade de amostras de leite com defeitos de sabor. *Braz. J. Food Technol.*, 6º SENSIBER, P. 91-97, 19-21 de agosto de 2010.

SILVA, P. H. F. da. Físico-química do leite e derivados: métodos analíticos. Juiz de Fora, 1997.

SILVA, M. B. L.; SOUSA, J. R.; SILVA, A. C. B. B.; QUEIROZ, J. O. ; SILVEIRA, J. K. Influência da Marca na Aceitação Sensorial de Doce de Leite Pastoso. *Revista Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, Vol.6, N.10, 2010.

WATTS, B.M., YLIMAKI, G.L., JEFFERY, L.E., ELIAS, L.G. Métodos sensoriais básicos para la evaluación de alimentos. Tradución: Oficina de Traducciones, Secretaria de Estado. Ottawa : Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1992. 170p.



CIÊNCIAS HUMANAS

PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS HUMANAS - PÔSTER |

AS RELAÇÕES CAPITALISTAS NA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL E NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Patricia Vedana

A TRAJETÓRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE XANXERÊ (SC) E O USO DE INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE GESTÃO

Kênia Munaretti Frozza, Dunia Comerlatto

GRUPO DE ADOLESCENTES: RESSIGNIFICANDO O AFASTAMENTO FAMILIAR

Any Franciny Schmitt, Carla Gelati, Celso Francisco Tondin, Luiza Bernardi Buhl, Wladinéia Campos Danielski

INFANCIA E LINGUAGEM ESCRITA: UMA APROXIMAÇÃO AOS MODOS COMO A LINGUAGEM ESCRITA É PROPOSTA ÀS CRIANÇAS PEQUENAS E APROPRIADA POR ELAS, EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Aline Borin, Andréa Rivero

A PEDAGOGIA NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA CONEXÃO COM OS DIFERENTES SABERES

Fabíula Christina Dill, Gianna Marin, Maria Lucia Marocco Maraschin

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A DOCÊNCIA SUPERIOR

Iselda Pereira, Cleudete Maria Amorim

MERCADO ENERGÉTICO, HIDRONEGÓCIO E PCHS DA BACIA DO RIO URUGUAI

Victor Vaz, Arlene Renk, Silvana Winckler

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)

Ana Paula Rohrbek Chiarello, Luci dos Santos Bernardi, Nadir Castilho Delizoicov

PERFIL DO INGRESSANTE DA UNOCHAPECÓ: ESTUDO COMPARATIVO DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS

Roberta Forchesatto, Claudete Marlene Fries Bressan

SENTIDOS DO TRABALHO PARA INDÍGENAS QUE ATUAM EM FRIGORÍFICOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Karin Bruxel, Regiane de Moura, Scheila Girelli

CONTRIBUIÇÕES DAS TUTELAS COLETIVAS PARA O ACESSO À JUSTIÇA

Felipe Migosky

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PERSPECTIVA DA DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

Roberto Vasconcellos Maffei Junior, Ana Karina Brocco

A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL?

Maria Lucia Marocco Maraschin, Rafaela Luiza Klitzke de Oliveira

AS RELAÇÕES CAPITALISTAS NA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL E NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Patricia Vedana¹

¹Acadêmica do Curso de Serviço Social
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: pvedana@unochapecó.edu.br

RESUMO

Introdução: A violência e a criminalidade representam temas motivadores de grandes debates na sociedade atual, bem como de subsequentes polêmicas que dividem a opinião da população brasileira. O ato infracional é visto como fator preocupante e que necessita de respostas rápidas, como, por exemplo, a redução da maioridade penal e a ampliação do aspecto punitivo das medidas socioeducativas. Porém, é necessário pensar a forma como estes adolescentes se relacionam com a sociedade em que estão inseridos. **Objetivo:** Analisar a influência das relações impostas pelo sistema capitalista na prática do ato infracional e na implementação da política de atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa. **Metodologia:** Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizado o método qualitativo, ao identificar de que forma as relações impostas pelo sistema capitalista influenciam na prática dos atos infracionais, bem como na forma como a política de atendimento à adolescência é pensada no município. Para a realização da pesquisa, foi utilizada coleta de informações empíricas envolvendo os sujeitos pesquisados, com vistas a verificar seus entendimentos e percepções acerca do problema de estudo. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a pesquisa com atores representantes dos serviços da rede de atendimento à infância e adolescência no município de Chapecó, bem como grupo focal com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação no CASEP de Chapecó no sentido de levantar as informações desejadas e explicitadas nos objetivos específicos. **Resultados:** Identificou-se que as relações vivenciadas pelos adolescentes constituem-se determinantes para sua inserção na prática do ato infracional e que essas relações são diretamente influenciadas pelo modo de produção capitalista. Constatou-se ainda que no município de Chapecó, as políticas públicas ainda se organizam de forma distante da prevenção e da implementação de programas e projetos que atendam às necessidades e expectativas dos jovens. E por fim, verificou-se que o trabalho em rede representa grande potencialidade no município, fato evidenciado pela atuação da RAIA. **Considerações Finais:** É possível considerar, por meio dos elementos levantados nesta pesquisa, que o adolescente que se envolve com a prática de atos infracionais, busca afirmação perante uma sociedade que cotidianamente o exclui, o humilha e viola seus direitos. Que as políticas públicas necessitam se aproximar desses adolescentes no sentido de ouvir suas necessidades e efetivar programas que propiciem novos caminhos e possibilidades. É urgente o investimento em ações de prevenção e que ofereçam alternativas viáveis que interessem nossos jovens.

Palavras-chave: Relações Sociais; Adolescência; Medidas Socioeducativas.

A TRAJETÓRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE XANXERÊ (SC) E O USO DE INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE GESTÃO

Kênia Munaretti Frozza, Dunia Comerlatto

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: keniafrozza@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Instrumentos e mecanismos de gestão são partes constitutivas da dinâmica organizacional de todas e quaisquer instituições públicas ou privadas. Em instituições públicas (como é o caso dos conselhos municipais), valorizar a utilização de instrumentos e mecanismos no desempenho das competências regimentalmente estabelecidas, permite desencadear processos participativos e decisórios mais dinâmicos e qualificados de gestão. Este estudo trata da trajetória do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Xanxerê (SC) e o uso de instrumentos e mecanismos de gestão. **OBJETIVO.** Reconhecer a utilização de instrumentos e mecanismos utilizados nas ações mobilizatórias, deliberativas e fiscalizatórias, desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Xanxerê (SC) desde a sua criação até a atualidade. **METODOLOGIA.** Como estudo qualitativo, ocupou-se da pesquisa teórica por meio da literatura e da pesquisa empírica, apoiadas em fontes primárias e secundárias (falas dos sujeitos, leis, atas, relatórios). A pesquisa empírica ocorreu entre novembro de 2012 a maio de 2013. Pela leitura das atas de número 01 a 17, registradas entre 1995 a 1996 foi possível identificar quatro informantes-chave como participantes da trajetória inicial do CMAS de Xanxerê. Em entrevista individual com esses, rememorou-se sobre o uso de instrumentos e mecanismos na primeira fase de existência do Conselho. Por meio de entrevista coletiva com cinco conselheiros titulares ativos e da leitura das outras 159 atas, registradas entre 1997 ao primeiro trimestre de 2013, levantou-se informações sobre entendimento e uso de instrumentos e mecanismos nas ações até então desenvolvidas. **RESULTADOS.** Como resultados finais, destacam-se: certo desconhecimento por parte dos conselheiros entrevistados sobre instrumentos e mecanismos para apoiar a gestão das ações conselhistas; reconhece-se um conjunto de instrumentos utilizados pelo CMAS de Xanxerê, entendidos como base legal e de ordenamento de suas ações: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Plano Municipal de Assistência Social; Plano de ações e metas; Plano PluriAnual (PPA); Relatórios de gestão e de prestação de contas. E, de mecanismos, entendidos como o modo de operar e movimentar as ações: fórum; capacitação de conselheiros; comissões internas; conferências municipais; exposição de entidades representadas no CMAS e de programas/ação governamental. **CONCLUSÃO.** O tema estudado requer difusão e capacitação entre conselhos/conselheiros, entidades/órgãos representados e setores/segmentos sociais organizados. As instituições universitárias, de abrangência regional e os profissionais trabalhadores nas diferentes políticas públicas, desempenham papel fundamental para esse fim.

Palavras-chave: Conselhos Gestores. Política de Assistência Social. Instrumentos e mecanismos de gestão.

Fonte de Financiamento: Artigo 170

GRUPO DE ADOLESCENTES: RESSIGNIFICANDO O AFASTAMENTO FAMILIAR

Any Franciny Schmitt¹, Carla Gelati, Celso Francisco Tondin,
Luiza Bernardi Buhl, Wladinéia Campos Danielski

¹Bolsista de extensão no Centro de Atendimento à Comunidade
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: any_franciny@unochapecó.edu.br

RESUMO

Introdução. O Centro de Atendimento à Comunidade - CAC é um programa de defesa e garantia de direitos, prestado pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. O Serviço de Atendimento Psicológico compõe o programa e tem como proposta o atendimento a diferentes faixas etárias, na modalidade de grupo. Através de parceria com o Fórum Municipal de Chapecó (SC) e Secretaria Municipal de Assistência Social, constatou-se a necessidade de ampliar a rede de apoio psicossocial aos adolescentes que, devido a encaminhamentos judiciais, são afastados de suas famílias passando a residir em Famílias Acolhedoras e Casas Lares. Partindo disto, pensou-se a formação de um grupo de acolhida a estes jovens, intitulado “Ressignificando o afastamento familiar”. **Objetivos:** Estimular a expressão e o compartilhamento de vivências comuns entre os adolescentes, possibilitando, através de intervenções grupais, a ressignificação de vivências; e estimular a vinculação simétrica entre os jovens, que estenda-se a outras relações. **Metodologia:** Inicialmente, foram realizadas reuniões com representantes do Fórum, da Secretaria de Assistência Social e as Famílias Acolhedoras e Casas Lares que os adolescentes fazem parte, a fim de esclarecer os objetivos do grupo e estabelecer um contrato de trabalho entre os diferentes órgãos. Antes do ingresso no grupo, foi efetuado um acolhimento individual a cada adolescente, com o intuito de conhecê-los, realizar anamnese e lhes apresentar a proposta de trabalho. Nas sessões realizadas semanalmente, são utilizadas técnicas, dinâmicas grupais e jogos dramáticos, como forma de aquecimento. As técnicas são escolhidas de acordo com a emergência de temáticas no processo grupal. Os atendimentos iniciaram-se em junho de 2013 e foram realizados quatro encontros em que o foco principal trabalhado foi o estabelecimento da identidade de grupo. Os atendimentos grupais são fundamentados na perspectiva de Osório (1986). **Perspectivas para continuidade das ações:** Considerando que os participantes do grupo residem sob a guarda de famílias acolhedoras, associa-se esta condição a um estado de vulnerabilidade dos adolescentes. Diante disto, mantemos como expectativa ao grupo desenvolver o processo de resiliência, possibilitando a ressignificação do processo de afastamento de suas famílias. **Considerações finais:** A opção de fazer um grupo facilita a adesão ao processo terapêutico, permitindo que sejam trabalhadas questões relativas às histórias dos adolescentes e a construção de expectativas para suas vidas. Até o momento houve expressões de violência sofridas e rompimento de laços afetivos, que resulta na dificuldade de estabelecer novas vinculações.

Palavras-chaves: Atendimento psicológico. Adolescentes. Afastamento familiar.

INFÂNCIA E LINGUAGEM ESCRITA: UMA APROXIMAÇÃO AOS MODOS COMO A LINGUAGEM ESCRITA É PROPOSTA ÀS CRIANÇAS PEQUENAS E APROPRIADA POR ELAS, EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Aline Borin, Andréa Rivero

Curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
E-mail: alineborinn@gmail.com

RESUMO

Introdução: Objetivo(s)/Metodologia. Nesta pesquisa pretende-se analisar a presença da linguagem escrita no planejamento e nas ações que constituem a prática pedagógica de professores de educação infantil da rede de ensino municipal de Chapecó, assim como as interações das crianças, envolvendo essa linguagem. Buscar-se-á, através de questionários com professores e observações no cotidiano de instituições de educação infantil, uma aproximação aos modos como a linguagem escrita é proposta às crianças pequenas e apropriada por elas. Pretende-se analisar também, a organização dos espaços em que as crianças estão inseridas, com a intenção de observar a presença física de elementos relacionados à escrita e se os ambientes favorecem o lúdico e a brincadeira nas propostas relacionadas a essa linguagem. A recente produção teórica sobre a linguagem escrita na educação infantil será alvo deste estudo, visando uma aproximação às perspectivas existentes na área. **Resultados.** O caráter inicial desta pesquisa possibilitou, até o momento, a realização de leituras introdutórias para a elaboração do projeto, visando uma ampliação do entendimento do objeto de estudo. **Considerações Finais.** Espera-se que, ao analisar as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas entre as crianças em contextos de educação infantil, possamos analisar os modos como a linguagem escrita está presente em contextos de educação de crianças de 0 a 6 anos e colaborar com a reflexão sobre a linguagem escrita na educação infantil.

Palavras-chave: Infância. Linguagem escrita. Educação Infantil

Fonte de Financiamento: Programa Educacional Tutorial – PET Assessoria Linguística e Literária da UFFS.

A PEDAGOGIA NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA CONEXÃO COM OS DIFERENTES SABERES

Fabíula Christina Dill¹, Gianna Marin, Maria Lucia Marocco Maraschin

¹Graduação de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
e-mail: fabiulac.dill@gmail.com

RESUMO

Introdução: O programa de Educação Tutorial Conexão de Saberes, PET/UFFS, agrega em suas propostas interdisciplinares uma inserção da pedagogia nos espaços não formais de ensino, junto ao Abrigo Municipal de Chapecó (SC). **Objetivo:** Trata-se de um projeto de extensão constituído e referenciado como necessidade social, inerente a um espaço de educação informal, o qual objetiva contribuir no processo de formação pessoal e acadêmica dos estudantes, em atenção a construção/ativação de indicadores de desenvolvimento e aprendizagem junto a crianças em situação de risco e vulnerabilidade social. **Metodologia:** São realizados encontros semanais de estudo, observação, intervenção e avaliação, com acompanhamento sistemático garantindo-se, a flexibilidade dos temas e de atividades em função das necessidades que emergem do grupo, dada as particularidades deste. A materialização desta proposta dá-se junto a um público com faixa etária de 0 a 12 anos, inseridos provisoriamente no abrigo municipal em decorrência de processos de adoção, em aguardo de decisões judiciais, em situações de guarda e proteção judicial, dentre outras. **Resultados:** Dentre os resultados esperados na realização deste projeto, destaca-se a possibilidade de contribuir no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, de modo que este espaço transitório se torne o mais efetivo possível, além de contribuir no fortalecimento da atitude investigativa dos estudantes, tendo em vista a consolidação dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, a dinâmica das atividades planejadas e executadas vem oportunizando identificar uma multiplicidade de saberes e fazeres, os quais vão muito além das discussões específicas do processo formativo. Considerações **Finais:** Constata-se, pois, que os espaços não formais ancoram-se em necessidades, que demandam novos e diferenciados saberes dos profissionais envolvidos dadas as particularidades e necessidades que marcam a dinâmica, as pessoas e os processos de formação na contemporaneidade.

Palavras chave: Formação de Professores. Diferentes linguagens. Conexão de saberes.

Fonte de Financiamento: Programa de Educação Tutorial – PET Assessoria Linguística e Literária da UFFS.

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A DOCÊNCIA SUPERIOR

Iselda Pereira¹, Cleudete Maria Amorim

¹ Docente do curso de Enfermagem
Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc)
E-mail: iselda.p@gmail.com

RESUMO

Introdução. Colocar-se diante do exercício da docência requer muita humildade, sapiência e coragem. O exercício de compartilhar conhecimentos através da prática docente se traduz em um dos exercícios mais significativos de desenvolvimento humano, em seus aspectos afetivos e cognitivos, para muito além de “dar” aula, mas para a essência da construção coletiva e apropriação do conhecimento científico e historicamente elaborado. **Objetivo.** Compartilhar a experiência de ser Professor Universitário e os sentimentos envolvidos nesta relação. **Metodologia.** Descrição a partir da percepção de duas professoras do ofício docente e sua relação com os sentimentos envolvidos no exercício da sala de aula, do curso de Enfermagem, durante o período de fevereiro a abril/2013, na Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em Chapecó. **Discussão.** Ao refletir sobre a práxis pedagógica no exercício da academia com o desenvolvimento de uma disciplina optativa, e a tríade exposta, a tradução dos termos como humildade traz o significado em admitir que temos acesso a uma parcela de um vasto campo que é o conhecimento, que não somos detentores do saber cientificamente elaborado, e a parte que nos cabe é uma parcela que nos propomos a compartilhar, e por isso mesmo não cabe ao professor “dar” aula, mas sim mediar o processo de ensino-aprendizagem. O termo sapiência traduz a condição de colocar a disposição nosso saber, de observar o contexto, interagir com o outro, compreendendo que este outro está contigo todos os sujeitos do processo: meus pares, meus superiores, os discentes, a comunidade acadêmica, e também a comunidade em que estamos inseridos. E com a coragem de expor-se no compartilhar de conhecimentos e reconhecer-se em sua limitação dada a vastidão que é a abrangência da educação. Reconhecer também a beleza de possibilitar o despertar das relações envolvidas no processo de aprendizagem, o rompimento com um paradigma dado e o ressurgir de um novo conceito à luz da cientificidade. Coragem perpassa a emoção que nos mobiliza a ação. O ser professor requer paixão pelo ofício, requer amorosidade para o outro, requer acolhimento para com nossas próprias limitações e também as alheias, estabelecendo uma relação empática, e a partir desta, conscientemente superá-las. **Conclusão.** O ofício de professor requer algumas exigências significativas de entrega pessoal e profissional. Requer muito além de competência técnica, requisito primordial, requer competências específicas comportamentais. A formação do ser perpassa pela humildade do aprendiz, pela sapiência do mestre e pela coragem do apaixonado.

Palavras-chave: Docente. Ensino. Observação.

MERCADO ENERGÉTICO, HIDRONEGÓCIO E PCHS DA BACIA DO RIO URUGUAI

Victor Vaz¹, Arlene Renk², Silvana Winckler³

¹Graduando em Direito, Unochapecó, victor.vaz@unochapeco.edu.br

²Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Unochapecó, arlene@unochapeco.edu.br

³Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Unochapecó, silvanaw@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A temática deste projeto versa o estudo do panorama em que se encontram as ações do mercado energético de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de nossa região e seus afluentes, assim como se relacionam as estratégias antiambientalistas presentes neste panorama através dos agentes do hidronegócio, os efeitos do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) na construção das PCHs e como são vivenciadas as culturas material e imaterial na bacia do Rio Uruguai, a qual contempla as regiões dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Uruguai e Argentina. **Objetivos.** Identificar os agentes que ingressaram no hidronegócio; mapeando os mercados; levantamento junto as comunidades atingidas como foi a recepção do empreendimento e reações ante as tentativas de legitimação da empresa construtora; arrolar a teia de instituições governamentais dos diversos âmbitos que tem sob seu amparo o estudo ambiental. **Metodologia.** A pesquisa insere-se de forma qualitativa e documental, com abordagem exploratória, através de dados obtidos de fontes oficiais públicas, registros de PCHs construídas e em operação e aquelas em construção ou cujos projetos não foram iniciados. Recorremos aos órgãos oficiais para obter o RAS e demais documentos indispensáveis, para base de análise dos documentos. **Resultados.** O presente Projeto transcorre em andamento, ensejando os seguintes resultados parciais: levantamento de documentos; judicialização dos atos e fatos dos envolvidos nas PCHs; realização de entrevistas; mapeamento das situações a serem investigadas; mapeamento de novos agentes que passaram para a agenda da pesquisa. **Conclusões.** A construção das hidrelétricas estaria fundada numa premissa que não corresponde ao panorama prometido: geração de empregos qualificados e renda, o aumento do rendimento municipal, o reestabelecimento de ambientes originais para a fauna e flora, propiciando nichos para preservação e recriação da biota. A omissão empresarial, em não disponibilizar os documentos que dão o aval à construção da obra, está lesando os direitos civis. Os estudos envolvendo as PCHs dos afluentes da Bacia do Rio Uruguai são relativamente recentes, carecendo ampliação de acumulação crítica dessa temática. Se a lógica governamental é gerar energia limpa, sempre se poderá questionar o quão limpa será e quais os efeitos sobre a população atingida.

Palavras-chave: Impactos Ambientais. Hidronegócio. PCHs.

Fonte de Financiamento: Fape – Unochapecó

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)

Ana Paula Rohrbek Chiarello ¹, Luci dos Santos Bernardi
Nadir Castilho Delizoicov

¹Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: anapaula.rc@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A formação continuada do professor é importante campo de reflexão para educadores e pesquisadores, dos anos iniciais do ensino fundamental. Essa formação representa um enfrentamento a desafios cotidianamente colocados à comunidade educacional em busca de melhor qualificação e profissionalização do professor, por exemplo, com a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC's no ambiente escolar. **Objetivo(s).** Investigar como a formação continuada, realizada com um grupo de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental das Redes Municipal e Estadual de Ensino de Planalto Alegre – SC pode contribuir para a inserção das TIC's no ambiente escolar. **Metodologia.** A investigação ocorreu em duas etapas: a primeira, um curso para vinte professoras no período de dezesseis de junho a seis de agosto de 2012, que possibilitou identificar situações de uso das TIC's no processo ensino-aprendizagem e elaborar um plano de aula envolvendo as TIC's a ser desenvolvido com os alunos. Na segunda etapa, após o desenvolvimento das aulas com os alunos, as professoras responderam a um questionário sobre o curso e as atividades desenvolvidas na escola. **Resultados.** Os resultados indicaram a necessidade de propor processos contínuos de formação, pois a primeira fase do curso não favoreceu, para a maioria das docentes, ações que envolvessem as TIC's nas atividades com os estudantes, justificadas pela falta de apoio, de tempo, dentre outras. **Considerações Finais.** Apontamos a necessidade de processos contínuos de formação, nos quais as docentes possam permanecer em constante interação e discussão com os novos conhecimentos acerca das tecnologias, além de apoio permanente nas atividades escolares. Consideramos fundamental proporcionar às professoras experiências que lhes oportunizem trocas de saberes e construção de projetos articulados e de reflexão coletiva, que permitam acreditar em seus potenciais, nas possibilidades do fazer pedagógico usando as TIC's, não apenas como um apêndice em seu trabalho, mas como uma forma de ver e conceber os novos caminhos da educação, de construir novas possibilidades com seus estudantes.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Anos iniciais do ensino fundamental. TIC's

PERFIL DO INGRESSANTE DA UNOCHAPECÓ: ESTUDO COMPARATIVO DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS

Roberta Forchesatto¹, Claudete Marlene Fries Bressan

¹Especialização em Docência no Ensino Superior
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: robertaf@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A partir dos anos 90 ocorreu a expansão do ensino superior no Brasil, contribuindo para a democratização do acesso à universidade. Porém, além da ampliação das vagas são necessárias medidas e investimentos para a permanência, sucesso e conclusão do ensino superior. Acreditamos que conhecer o perfil do estudante ingressante contribui para a universidade traçar estratégias políticas para esse fim. Nesse estudo, elegemos duas áreas para análise e comparação do perfil do ingressante: Área de Ciências da Saúde (ACS) e Área de Ciências Humanas e Jurídicas (ACHJ). **Objetivo(s).** Analisar o perfil do ingressante no que diz respeito ao aspecto socioeconômico, etário, de gênero e cultural, a fim de oferecer subsídios para formulação de políticas internas da Unochapecó, além de oferecer elementos para a reflexão sobre o papel da Universidade no país. **Métodos.** O presente estudo é uma pesquisa exploratória. Os participantes são os estudantes dos cursos de graduação da ACS e da ACHJ da Unochapecó, respondentes da enquete do ingressante, realizada pela CPA – Comissão Permanente de Avaliação, no primeiro semestre de 2012. Os dados foram analisados a partir de um viés quantitativo. As questões foram analisadas em termos percentuais através do programa excel e apresentadas na forma de gráficos. Realizamos discussões teóricas a partir dos dados levantados. **Resultados.** A pesquisa aponta que na sua maioria os ingressantes são jovens, do sexo feminino e solteiras. Em ambas as áreas, acima de 80% são mulheres, com predominância de ingressantes solteiras, com idade entre 15 a 20 anos. Em relação à situação de trabalho do estudante, percebemos uma diferença significativa entre as áreas. O estudante de tempo integral é maioria na ACS, enquanto que na ACHJ observamos uma maior incidência do estudante trabalhador. **Considerações Finais.** O estudo aponta as características dos ingressantes, indicando semelhanças e diferenças entre as duas áreas pesquisadas. É possível perceber a existência de diferentes perfis de estudantes. Cabe à Universidade estar atenta para não homogeneizar, pois indicamos a existência de estudantes (no plural), com diferenças e semelhanças sociais e culturais.

Palavras-chave: Perfil do ingressante. Ensino superior. Estudante-trabalhador. Jovens.

SENTIDOS DO TRABALHO PARA INDÍGENAS QUE ATUAM EM FRIGORÍFICOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Karin Bruxel, Regiane de Moura, Scheila Girelli

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
karinbru@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A concentração de frigoríficos contribuiu para o rápido desenvolvimento econômico e intenso processo de urbanização de Chapecó e região. A alta rotatividade no setor tem levado as agroindústrias a contratarem mão de obra indígena para realização desse trabalho, fundamentalmente diferente daquele de sua cultura, marcada pelo ritmo do corpo e da natureza. Dados do Ministério Público do Município de Chapecó (2002), apontam que atualmente existem cerca de dois mil indígenas atuando em frigoríficos de diferentes cidades da Região Oeste de Santa Catarina. **Objetivos.** Buscamos compreender os sentidos do trabalho para indígenas que atuam em frigoríficos no município de Chapecó (SC); conhecer os significados do trabalho na cultura indígena; identificar os efeitos do trabalho em frigoríficos na família dos indígenas e como o indígena (re)significa seu trabalho. **Metodologia.** A pesquisa é qualitativa, tendo o método da Cartografia como estratégia de produção de dados. Para a organização dos elementos cartografados, tomaremos como base a Hermenêutica Dialética descrita por Minayo (2008). Assim, as categorias de análise elencadas até o momento são: Indígenas do Oeste Catarinense, Sentidos do trabalho, Condições de trabalho, Trabalho em frigoríficos, Identidade indígena. **Resultados parciais.** Os indígenas participantes da pesquisa pertencem à etnia Kaingang. O Cacique aponta as transformações ambientais, a poluição dos rios, a precariedade dos equipamentos para o manejo das terras, a dificuldade no acesso ao crédito agrícola, como motivos para os indígenas passarem a trabalhar fora da Aldeia, como assalariados ou informalmente. Inicialmente essa população era empregada para a colheita de erva-mate e só posteriormente (2009) passa a trabalhar nos frigoríficos. O trabalho nos frigoríficos é uma das poucas oportunidades que restam aos indígenas, tendo em vista a baixa escolarização e falta de qualificação para o mercado de trabalho formal. Muitos indígenas ingressam nos frigoríficos pela indicação de amigos, conhecidos e familiares que já atuam nesses espaços. Isso representa também acesso ao consumo, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida, com casas equipadas como as dos não-índios. Segundo o Cacique, o ingresso em postos de trabalho fora da aldeia tem elevado consideravelmente os índices de separação entre os casais indígenas, principalmente por iniciativa das mulheres. Estas, com base no que conhecem da cultura do homem civilizado, não submetem-se mais ao jugo de seu marido e à dupla jornada de trabalho, procurando defender seus direitos saindo da Aldeia e casando-se novamente.

Palavras-chave: Sentidos do Trabalho. Indígenas. Frigoríficos.

Fonte de Financiamento: Artigo 170 da Constituição Estadual.

CONTRIBUIÇÕES DAS TUTELAS COLETIVAS PARA O ACESSO À JUSTIÇA

Felipe Migosky¹

¹Curso de Especialização em Direito Processual Civil
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: felipe_mig@hotmail.com

RESUMO

Introdução. Na processualística brasileira atual, deixa-se de confundir a inafastabilidade de jurisdição com o princípio do acesso à justiça. Este, muito mais amplo, compreende o direito de alcançar a tutela efetiva dos direitos violados ou ameaçados, o acesso à ordem jurídica justa. A promoção do acesso à justiça é um dos inúmeros objetivos atribuídos às ações coletivas, como são exemplos adicionais a economicidade e a eliminação do risco de decisões contraditórias, formando uma das ondas renovatórias do direito processual que permite a participação de pessoas hipossuficientes ou temerosas e de minorias oprimidas da sociedade.

Objetivo. Analisar a correspondência entre acesso à justiça e ações coletivas. **Metodologia.** Pesquisa bibliográfica e documental, especialmente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Resultados.** O STJ, mormente em face de sua atribuição de julgar os Recursos Especiais, possui uma coletânea de julgados que carregam verdadeiras lições nessa temática. A sua terceira turma, considerando o fator de que a sentença coletiva faz coisa julgada *erga omnes* nos limites da competência territorial do órgão julgador que a prolatou (art. 16 da Lei da Ação Civil Pública - LACP), bem como o amplo acesso à justiça, consolidou o entendimento de que não existe obrigatoriedade de as execuções individuais serem propostas no mesmo Juízo ao qual tenha sido distribuída a demanda coletiva, podendo o consumidor fazer uso do foro de seu domicílio. Também sobre competência, a segunda turma declarou que, no caso de dano de âmbito nacional, pode-se ingressar no juízo estadual da Capital ou no Juízo Federal do Distrito Federal, competências territoriais concorrentes, colocadas em planos iguais. Em matéria de legitimidade, essa mesma turma já interpretou que o Juiz, na dúvida, decidirá em favor do acesso à Justiça, pois a negação da legitimação para agir demanda vocalização inequívoca do legislador, argumento que auxiliou em deliberações pela legitimidade de certos órgãos e entidades que tiveram-na contestada. Colhe-se ainda da terceira seção do STJ que a restrição territorial prevista no art. 16 da LACP não subsiste nas demandas coletivas que objetivam proteger interesses difusos ou coletivos *stricto sensu*, que se caracterizam como indivisíveis, do que decorre que, em tais hipóteses, a extensão dos efeitos à toda categoria decorre naturalmente do efeito da sentença prolatada. **Conclusões.** O princípio do acesso à justiça, entendido na sua acepção hodierna de “acesso à ordem jurídica justa”, efetivamente orienta a aplicação das tutelas coletivas.

Palavras-chave: Tutelas coletivas. Acesso à justiça; Superior Tribunal de Justiça.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PERSPECTIVA DA DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

Roberto Vasconcellos Maffei Junior, Ana Karina Brocco

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: robertovm@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. A Psicologia tem atuado nas políticas públicas, buscando a construção de práticas que visem a transformação social, a partir do fortalecimento de populações em situação de vulnerabilidade e risco social.

Objetivos(s). Este trabalho visa apresentar as principais contribuições que a Psicologia tem propiciado ao trabalho efetuado na Assistência Social, mais especificamente no Centro de Atendimento à Comunidade (CAC), da Unochapecó, localizado no município de Chapecó/SC. **Metodologia:** O CAC não é um projeto de extensão ou de ensino, todavia, é um Programa de Assistência Social que atua no âmbito da defesa e garantia de direitos, sendo que é composto de diversos serviços, tais como: Socioassistencial, Mediação Familiar, Serviço de Informações sobre Direitos e Cidadania e o Atendimento Psicológico. Os atendimentos ocorrem semanalmente, de acordo com métodos e técnicas da Psicologia, entrevistas, dinâmicas de grupo, jogos, entre outros, e podem ser individuais, familiares ou coletivos. O atendimento também ocorre de forma interdisciplinar entre profissionais da área da Psicologia, Serviço Social e Direito, proporcionando dessa forma um olhar humanizado englobando o ser humano em sua totalidade, por meio da interrelação entre as diferentes áreas do conhecimento. O trabalho descrito nessas linhas é embasado principalmente, nas orientações contidas nas Referências Técnicas para a Atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS; Lei Orgânica de Assistência Social; Política Nacional de Assistência Social; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS; Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social, Interfaces entre a Psicologia e a Assistência Social, dentre outros. **Resultados.** Através dessas intervenções, a Psicologia atua nas situações de vulnerabilidade através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais por parte dos usuários. **Considerações finais.** O profissional de Psicologia também promove o favorecimento do desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, proporcionando o empoderamento e o fortalecimento das pessoas envolvidas, tornando-as dessa forma, protagonistas de suas próprias histórias.

Palavras-chave: Psicologia. Protagonista. Direitos.

Fonte de financiamento: Fundeste/Unochapecó

A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL?

Maria Lucia Marocco Maraschin¹, Rafaela Luiza Klitzke de Oliveira²

¹ Pedagoga, Especialista em Alfabetização, Mestre e Doutora em Educação, Professor Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Titular da Disciplina de Alfabetização: Teoria e Prática I e II

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bolsista do PET da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) E-mail: klitzke_rafa@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução. Trata-se de um estudo, tipo estado do conhecimento sobre e a partir das produções de alfabetização e letramento, com o qual se busca situar a relação existente entre a produção acadêmica e os anúncios que nutrem a prática pedagógica dos professores alfabetizadores. **Objetivos:** Com o propósito de analisar e produzir um quadro analítico sobre a produção acadêmica nacional relativo a alfabetização e o letramento, esta pesquisa intenta contribuir no sentido de subsidiar propostas/projetos de alfabetização e os processos de formação inicial e continuada de professores para este segmento da educação básica. **Metodologia:** O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica que será realizada com o apoio da epistemologia de Fleck (1986; 2010), de modo particular ancorada nas categorias: estilo de pensamento, coletivo de pensamento e circulação intra e intercoletivos de ideias. **Resultados:** Ao focar a produção nacional sobre alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental, busca-se explicitar suas principais características e contribuições, quer às propostas de alfabetização e letramento, quer aos processos de formação de professores para esta área de conhecimento. **Conclusões:** Vale destacar que a produção científica relativa a alfabetização e o letramento marcou as últimas décadas, revelando aprofundamento do debate sobre as perspectivas, concepções, finalidades, conteúdos e metodologias. Considerando o levantamento de dados e o mapeamento do tema em curso, via análise de periódicos, banco de teses e dissertações da Capes e as atas de eventos da ANPED, Anpedsul e ENDIPE, da grande área da Educação, delimitados pelos descritores: Alfabetização e Letramento, práticas alfabetizadoras” e “ambiente alfabetizador”, evidencia-se que a temática em estudo vem merecendo destaques, revelando inquietudes institucionais, profissionais, epistemológicas entre outras, em atenção as especificidades buscadas.

Palavras chave: Alfabetização e letramento. Estado do conhecimento. Formação de professores.

Fonte de Financiamento: CAPES/ Programa de Educação Tutorial – PET. Assessoria Linguística e Literária da UFFS.



CIÊNCIAS HUMANAS

COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS HUMANAS - COMUNICAÇÃO ORAL |

“INTERATIVIDADE EM SALA DE AULA COM JOGOS DIGITAIS”

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO CENTRO DE ATENDIMENTO À
COMUNIDADE (CAC) – CHAPECÓ

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naina Ariana Souza Tumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM NO SENAC DE CHAPECÓ E O CURRÍCULO POR
COMPETÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE
TRABALHO

Cleudete Maria Amarin, Rosana Maria Badalotti

APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER NO CURSO DE
PEDAGOGIA

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA ECOLÓGICA A PARTIR
DE EDITH STEIN

Gabriela Mesa Casa, Michael Medeiros, Giani Burtet, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

O BRINCAR DAS CRIANÇAS CEGAS DE ZERO A SEIS ANOS

Abegair Farias de Lima, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: DIREITOS HUMANOS E
EMANCIPAÇÃO

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA GRADUAÇÃO DA UNOCHAPECÓ:
QUALIDADE E PERFIL DO EGRESSO EM DISCUSSÃO

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

GESTÃO PEDAGÓGICA E PERSPECTIVA DE USO DOS LABORATÓRIOS DA UNOCHAPECÓ:
UM ESTUDO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE ENGENHARIA DE
ALIMENTOS

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA

Felipe Migosk

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA: ESTRATÉGIAS E CONCEITUAÇÃO

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS E SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NO TERRITÓRIO OESTE

Rosana Maria Badalotti

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS: CARACTERIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E PROJETOS NO TERRITÓRIO OESTE

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajús, Mariellen Mendes

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SOBRE A INFÂNCIA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Rosana Maria Badalotti

AS NARRATIVAS DE PROFESSORES SOBRE A ESCOLA BÁSICA MARECHAL BORMANN: MEMÓRIAS E PRÁTICAS ESCOLARES DOS PROTAGONISTAS DA INSTITUIÇÃO

Lenoir Luis dos Santos

“INTERATIVIDADE EM SALA DE AULA COM JOGOS DIGITAIS”

Marcos Antonio Moretto¹, Odilon Luiz Poli²

¹ Acadêmico do curso de Pós Graduação Docência no Ensino Superior da Unochapecó
E-mail: marcos.moretto@gmail.com

² Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina
Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Doutorado em
Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: odilon@unochapeco.edu.br

RESUMO

As relações de ensino em sala de aula perpassam por mudanças ao longo do tempo, de acordo com a sociedade e o momento histórico em que se vive. Atualmente as universidades tem recebido um público cada vez mais novo e com cada vez mais acesso aos meios de comunicação e também as tecnologias de comunicação de modo geral. Bem como o ensino também se transformou e esta se transformando para atender a essas novas demandas, a fim de atender ao novo estudante e ao seu modo de aprender. Com esta percepção de mudança tanto do ensino quanto do estudante, este cada vez mais tecnológico, tem-se como objetivos deste estudo **a)** analisar como os jogos digitais podem contribuir para o processo de ensino, inserindo novas tecnologias e contribuindo com a mediação pedagógica por parte do professor; **b)** verificar qual o papel do professor para a aplicação de jogos digitais em sala de aula. Para tanto autores como Anastasiou e Bandura, dentre outros, servirão de base para os estudos para compreender como o ensino realmente ocorre, identificando os papéis que estão envolvidos no processo. Saber qual o claro papel do professor, detentor do conhecimento, mas principalmente mediador, é tão importante quanto saber o papel o estudante, elemento ativo no processo de ensino, sem o envolvimento do estudante não há apreensão. Com essa compreensão clara sabe-se que os jogos digitais servem apenas como mais um elemento, assim como o quadro, para tornar a aula do professor mais interessante e atrativa, mantendo o estudante com entusiasmo, entregando-se ao processo de ensino, mas de fato o papel do professor coloca-se como extremamente necessário para que possa-se atingir o objetivo que é o ensino.

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

Palavras chave: Ensino. Jogos digitais. Professor. Mediador.

INTRODUÇÃO

As relações de ensino em sala de aula perpassam por mudanças, pois recebe-se cada vez mais estudantes que possuem contato praticamente ininterrupto com tecnologias variadas, deste modo, em muitos momentos a atividade desenvolvida em sala pelo professor é deixada de lado em detrimento do uso destas tecnologias. Com este cenário, emergiu o desejo de estudar a *temática* **“Interatividade em sala de aula com jogos digitais”**.

Em sala de aula, o objetivo do professor é ensinar ao estudante conceitos relacionados a disciplina ministrada. Para tanto é necessário que haja “cumplicidade” entre o estudante e o professor para que de fato isso ocorra.

Com a tecnologia cada vez mais onipresente, a interação do estudante com professor pode ficar comprometida, pois o mundo de opções oriundo da tecnologia, conectada ou não a *internet*, muitas vezes é tentadora ao estudante e este pode abandonar a aula, mesmo que permaneça presente fisicamente.

Por outro lado, é inegável a contribuição das novas tecnologias na promoção de acesso a informações e ao conhecimento, podendo se constituir numa excelente aliada para atividades educacionais.

A escolha de realizar um estudo em torno do problema: **“Como os jogos digitais podem contribuir com a atividade docente, de modo a favorecer o envolvimento do estudante?”** se justifica pela queixa frequente dos professores em sala ao uso exacerbado de mecanismos tecnológicos durante suas aulas por parte dos estudantes. Percebe-se que o mesmo mecanismo tecnológico que atrapalha o ensino pode tornar-se um aliado, desde que utilizado e tratado de maneira adequada.

O ensino é um verbo de ação e, para Anastasiou (2006), possui duas dimensões: a intenção de ensinar e a efetivação da meta pretendida. Assim, compreende-se que se o professor explicou e o estudante não se apropriou não houve ensino. Com tantos mecanismos a disposição dos estudantes, capazes de dispersar a sua atenção, por mais que o professor se esforce, a sua meta poderá não ser atingida durante sua aula. Dessa forma, torna-se necessário a busca de alternativas que façam com que o estudante mantenha o foco na atividade pedagógica, mesmo que conviva com os recursos tecnológicos, possibilitando que o estudante realmente compreenda o que o professor ensinou.

É um estudo desafiador, pois trata do uso de jogos digitais para fins educativos, que são cercados de mitos e problemáticas relacionadas ao ensino. Deste modo busca-se aqui entender como um vilão poderia tornar-se um forte aliado do professor e também do estudante no processo de ensino-aprendizagem.

Percebe-se que o papel do professor, neste cenário do uso de jogos digitais, é de extrema importância para que o ensino não seja banalizado e para que se introduza, cada vez mais, jogos

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

digitais no processo de ensino-aprendizagem, sem desviar ou dispersar atenção dos estudantes. O professor certamente deverá ser um mediador que regerá o uso do ou dos jogos digitais, os quais, por sua vez, devem ser escolhidos não ao acaso, mas por afinidade com o que se deseja ensinar.

Os títulos de jogos digitais são os mais variados e atendem a muitas demandas que vão desde a pura e simples diversão até o uso para atividades de ensino. Assim os *objetivos* da pesquisa estão direcionados a: **a)** analisar como os jogos digitais podem contribuir para o processo de ensino, inserindo novas tecnologias e contribuindo com a mediação pedagógica por parte do professor; **b)** verificar qual o papel do professor para a aplicação de jogos digitais em sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo apresentará abordagens científicas referentes ao processo de ensino, aprender, aspectos cognitivos e jogos digitais.

ENSINO

Para Anastasiou (2006) existem três elementos básicos que sempre estão em discussão na área da educação são eles: ensinar, aprender e apreender. De acordo com a história da educação do Brasil, o modelo de ensino utilizado no passado era o jesuítico, que surgiu no início da colonização do Brasil pelos portugueses, esse modelo contava com um manual chamado, *Ratio Studiorum* – datado de 1599 – esse manual descreve os três passos básicos de uma aula: preleção do conteúdo pelo professor, levantamento de dúvidas dos estudantes e exercícios para fixação, cabendo o estudante a memorização para a avaliação.

Nessa visão de ensino, a aula é o espaço em que o professor explica o conteúdo, cabendo ao estudante anotá-lo para depois memorizá-lo. A simples transmissão da informação é considerada ensino, e não existe a preocupação do estudante compreender o que foi explicado pelo professor, existe apenas uma memorização temporária. Como afirma Reboul (1982, p.27):

“O estudante registra palavras ou formulas sem compreendê-las. Repete simplesmente para conseguir boas classificações ou para agradar o professor (...); habitua-se a crer que existe uma “língua do professor”, que tem de aceitar sem a compreender (...); aprendeu-se, mas não se compreende; Contenta-se em saber aplicar uma formula mágica...”

Para Anastasiou (2006) embora esse tenha sido o modelo que muitos vivenciaram como estudantes e se conseguiu concretizar sínteses que possibilitaram prosseguir. No entanto, têm-se hoje dados de pesquisas que mostram um caminho científico relacionado ao quadro atual que a Pedagogia coloca à disposição.

Um elemento fundamental no processo de ensino é primeiramente compreender o que significa ensinar. “O verbo ensinar significa marcar com um sinal, buscar e despertar para o conhecimento”. Portanto ensinar é um verbo de ação e possui duas dimensões: uma que é a intenção de ensinar e a

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

outra é a efetivação dessa meta. Pode-se dizer que se o professor explicou, mas o estudante não se apropriou do conteúdo, assim o professor cumpriu apenas uma parte do processo (ANASTASIOU, 2006).

Percebe-se com isso o cuidado com a apropriação por parte do estudante sendo um ponto importante no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, a apropriação é o ponto fundamental do ensino, ou seja, de nada adianta repassar o conteúdo e nenhum estudante aprender, ou apropriar-se do objeto.

APRENDER

Parte do processo de ensino recai sobre aprender que é um verbo derivado de apreender, significando tomar conhecimento, reter na memória e apreender significa apropriar-se ou ainda assimilar mentalmente ANASTASIOU (2006).

Craik apud Russel (2004) descreve de forma sucinta como o agente poderia aprender, em três passos, o primeiro passo é o estímulo que deve ser traduzido em uma representação interna, segundo, a representação é manipulada por processos cognitivos para derivar novas representações internas, e por último, essas representações são de novo traduzidas em ações.

Percebe-se pela descrição de Craik apud Russel (2004) que o agente (estudante) precisa ter a ação e a intenção de aprender o que lhe está sendo ofertado, não sendo uma vontade única do professor.

Sendo a aula um processo onde o estudante apreende, deve-se mudar o conceito de "assistir aula", já que apreender não é passivo, para que o estudante possa apropriar-se e compreender o objeto estudado (ANASTASIOU, 2006).

O ato de ensinar e aprender compreende-se em um processo contratual entre professor e estudante, decorrente das ações de sala de aula e fora dela. Apreender compreende muito além de assistir aulas, mas internalizar no estudante o saber a ele apresentado, neste momento o estudante não é passivo, mas faz parte integral do processo de ensino, internalizando o conhecimento de forma significativa transcendendo a simples observação (ANASTASIOU, 2006).

O professor certamente precisará utilizar mecanismos que vão além de uma simples aula tradicional. Precisarão envolver os sujeitos na sua totalidade, colocando seus saberes de tal forma que o estudante se prenda na aula. Em uma aula que tenha significância para o estudante, os papéis devem ser efetivados, o do professor como condutor e o estudante com a auto atividade, provocando a aprendizagem por meio de tarefas contínuas dos sujeitos, de tal forma que interligue o estudante ao objeto de estudo e os coloque frente a frente (ANASTASIOU, 2006).

É fundamental a mediação do docente, que prepara e dirige as atividades, além das ações necessárias e buscadas nas estratégias selecionadas, levando os estudantes a mobilização, construção e elaboração da síntese do conhecimento (VASCONCELLOS *apud* ANASTASIOU, 2006).

PROCESSO DE ENSINAGEM

Como afirma ANASTASIOU (2006, p.15):

“Foi diante dessas reflexões que surgiu o termo ensinagem, usado para indicar uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e estudante, englobando tanto a ação de ensinar quanto a de apreender (...), decorrente de ações efetivadas na sala de aula e fora dela.”

O processo de ensinagem é uma ação de ensino, a resultante é a obtenção do conhecimento por parte do estudante. Esse processo supera o simples dizer do conteúdo por parte do professor. Na ensinagem o processo de ensinar e apreender exige um clima de trabalho que se possa saborear o conhecimento em questão. Assim, propõe-se que o papel condutor do professor e a auto atividade do estudante se efetivem num ensino que provoque a aprendizagem por meio das tarefas contínuas dos sujeitos, de tal forma que o processo interligue o estudante ao objeto de estudo, colocando-os frente a frente (ANASTASIOU, 2006).

Torna-se fundamental a mediação docente, que prepara e dirige as atividades, levando os estudantes ao desenvolvimento de processos de mobilização, construção e elaboração da síntese do conhecimento (VASCONCELLOS, 1994).

Deve-se dessa forma considerar o processo de ensino como uma ação conjunta do professor e estudantes, na qual o professor estimula e dirige as atividades em função do aprendizado dos estudantes. Em que cada aula é uma situação didática específica, na qual objetivos e conteúdos devem se combinar com métodos e ferramentas, visando fundamentalmente propiciar a assimilação ativa dos conhecimentos e habilidades pelos estudantes (LIBÂNEO, 1994).

O verdadeiro desafio consiste na construção mental ou na abstração que se efetiva quando se é capaz de reconstruir o objeto apreendido pela compreensão de noções e princípios, independente do modelo estudado (ANASTASIOU, 2006).

Segundo ANASTASIOU (2006, p.18):

“Para se entender o movimento do pensamento, é importante retomar os elementos da metodologia tradicional. Como a inteligência era associada à memorização, o trabalho docente se dirigia à explanação do conteúdo e à manutenção da atenção do estudante...”

Como a proposta atual de ensinagem, é que ensinar está diretamente ligada à ação de apreender, tendo como objetivo a apropriação do conteúdo e do processo por parte do estudante, as orientações pedagógicas não se referem mais a *passos* a serem seguidos, mas sim a *momentos* a serem construídos (ANASTASIOU, 2006).

No entanto, a ação do estudante se efetivará a partir do direcionamento dado pelo professor, com a escolha de diferentes estratégias, métodos, ferramentas, etc. para auxiliar no processo de ensino. Daí a importância da competência docente numa escolha de ações e ferramentas a serem efetivadas sob sua supervisão, visando aos objetivos pretendidos, ou seja, estabelecendo um processo de apreensão e construção do conhecimento (ANASTASIOU, 2006).

Vasconcelos (1994) apresenta importantes métodos de ensino e cita que três momentos são fundamentais: *a mobilização para o conhecimento, a construção do conhecimento e a elaboração da síntese do conhecimento.*

Para Anastasiou (2006) na *mobilização para o conhecimento*, a meta é de possibilitar ao estudante direcionamento para o processo pessoal de aprendizagem, cabe ao professor despertar um interesse maior em relação ao conteúdo estudado. Construção do conhecimento é um momento de desenvolvimento operacional da atividade do estudante. Isso será feito por meio de ações: exercícios, ferramentas para auxiliar o entendimento sobre o objeto estudado. *Elaboração da síntese do conhecimento* nele ocorre à sistematização, a expressão empírica do estudante acerca do objeto apreendido e a consolidação de conceitos.

Para Bandura (1977) existem três elementos principais para a aprendizagem social, primeiro as pessoas podem aprender através da observação; segundo, os estados mentais são importantes para a aprendizagem, onde o ambiente influenciaria o aprendizado, mas também o reforço interno, como orgulho, satisfação e sentimento de realização; o terceiro elemento percebido é que a aprendizagem não conduz necessariamente a uma mudança de comportamento.

Para Craik apud Russel (2004) diferentemente dos animais os seres humanos não necessariamente mudam seu comportamento por estímulos, como os ratos usados pelos behavioristas, influenciados por estímulos positivos ou negativos.

Bandura (1977) realizou um experimento com 72 crianças, separando-as em conjuntos de 24 crianças, ou seja, três grupos. Cada grupo foi submetido à observação de cenas, com violência e sem violência separadamente.

Nesse experimento foram identificados três modelos de aprendizagem por observação: o modelo vivo, onde uma pessoa apresenta uma forma de agir, não necessariamente nova, com o intuito de que quem esta assistindo compreenda e tenha condições de repetir essa forma de agir; o modelo verbal, onde se explicita um comportamento, ou seja, relata-se uma forma de agir de tal modo que o ouvinte possa repeti-la, mesmo sem vê-la ocorrendo; e o modelo simbólico onde se apresentam personagens exibindo determinado comportamento, ao invés de se utilizar uma encenação, ou mesmo um relato apenas (BANDURA, 1977).

Para Bandura (1977) os aspectos de atenção, retenção, reprodução e motivação são importantes por parte de quem ouve para que realmente aprenda.

A atenção é um elemento fundamental na aprendizagem, pois se alguma coisa diminuir a atenção à aprendizagem será afetada. Reter os conteúdos e informações é muito importante para poder, no futuro, resgatar as informações aprendidas, visto que para que haja a reprodução do comportamento é necessário ter todas as informações de execução dele, além disso, a reprodução leva a melhoria do comportamento. A motivação é muito importante, pois o estudante deve estar motivado a reproduzir o comportamento apresentado, fala inclusive que reforço e punição são fatores importantes para aumentar a motivação (BANDURA, 1977).

Para Anastasiou (2006) o processo de ensinagem remete a fuga da aula padrão, na qual o estudante assume uma postura passiva, para uma aula onde este se torna participativo passando

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

a ser o protagonista principal do processo de modo a, efetivamente, apreender o conhecimento tornando-o parte de sua própria cultura.

Para Bandura (1977) o uso dos estados mentais como a motivação e a ação, por exemplo, além dos outros aspectos, são fundamentais para o envolvimento efetivo do estudante no processo de aprendizagem, levando-o a concentrar mais energia no ato de estudar e de aprender, assumindo a condição de protagonista.

O professor influencia tanto nos estados mentais descritos por Bandura quanto a criação do espaço para a ensinagem acontecer, pois é ele quem propõe mecanismos ou técnicas para ensino e dependendo destas técnicas o resultado será melhor ou não e o resultado será a ativação dos processos cognitivos.

PROCESSOS COGNITIVOS

Conforme Piaget apud Godoi (2009) cognição é o motor ou a estrutura da máquina humana e a afetividade é o combustível, dois aspectos psicológicos do ser humano à cognição como conhecimento e a motivação. Conhecimento é o objeto central do processo e a motivação é a força propulsora para atingir o conhecimento.

Para Godoi (2009) os processos complexos de aprendizagem encontram no fenômeno motivacional um elemento fundamental para que ocorram de fato. Pode-se dizer que o ensino realmente necessita trabalhar estes elementos para que seus conceitos possam realmente criar o conhecimento novo no estudante.

Ainda por Vollmeyer e Rheinberg apud Godoi (2009) a motivação é modificada pela cognição, sofrendo com e por ação dos processos cognitivos. Deste modo Godoi (2009) trata do afeto e a cognição como conjuntos e afirma que se estudados isoladamente não podem ser compreendidos. No âmbito psicológico a cognição é a aquisição de conhecimento, ou a percepção do conhecimento.

De acordo com Pinto (2001):

“Numa perspectiva cognitiva, a aprendizagem é concebida em termos de aquisição de novas informações e a sua integração no conjunto de conhecimentos existentes, prender, porém, não se limita apenas à aquisição de novas informações, mas tem ainda por objetivo corrigir, aprofundar, alargar e reorganizar a nossa base de conhecimentos existentes. Neste contexto, a aprendizagem não é independente dos outros processos mentais de atenção, percepção, memória e raciocínio, sendo o conhecimento de que somos portadores o resultado da mediação mais ou menos coordenada dos vários processos cognitivos. Para melhor se compreender cientificamente à memória humana têm sido adoptadas diferentes perspectivas. As perspectivas mais frequentes podem designar-se por perspectiva estrutural e a perspectiva processual. Segundo a perspectiva estrutural, a memória seria constituída por vários sistemas responsáveis pelo armazenamento e retenção da informação quer a curto prazo quer a longo prazo. Segundo a perspectiva processual, a informação daria entrada na memória (aquisição), permanecia lá durante um certo tempo (retenção) e por fim seria usada ou recordada (recordação).” (PINTO, 2001).

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

JOGOS DIGITAIS

Devido ao fato de que as gerações estão cada vez mais ligadas às tecnologias de modo geral, percebe-se que, cada vez mais, as pessoas dedicam muita parte de seu tempo para jogar virtualmente.

Percebe-se que este exemplar de tecnologia tira muito tempo das pessoas. Isso é mostrado na pesquisa Internacional da Newzoo (2011), segundo a qual o Brasil conta com 35 milhões de usuários de jogos digitais, o que equivale a 75% da população ativa na internet brasileira, tendo como número total aproximado 46 milhões de internautas.

O tempo gasto segundo a empresa Newzoo (2011) é de 64.000.000 de horas por dia distribuídas entre os 35 milhões de usuários, em uma divisão simples cada internauta gasta 1 hora e 48 minutos por dia conectado a algum tipo de mídia.

O jogo digital é um produto pensado para o entretenimento, baseado em uma história bem construída, cenários bem delineados, personagens criados com características que os colam na história do jogo, tornando o jogo atraente, criando uma atmosfera favorável e motivadora. A narrativa ou história do jogo é o elemento mais importante, pois é baseado nessa história que o jogo transcorre, ela delinea as ações do jogo. O cenário nada mais é do que o ambiente onde se joga. Os personagens podem ser os jogadores ou personagens do jogo controlados pelo próprio jogo com os quais normalmente o jogador tem interações (NOVAK, 2010).

Com todo esse aparato utilizado para criar um jogo, o usuário fica horas e horas jogando, sem ao menos se dar conta de que realmente está a tanto tempo jogando. Porém nem sempre existiram os jogos digitais e quando surgiu o primeiro Jogo Digital o seu propósito era atrair turistas para visitação em um laboratório.

A maioria dos jogos atuais estão relacionados a algum tipo de violência. Porém, ainda em 1980, foi lançado o *Pac-Man* pela empresa *Namco*, trazendo o primeiro jogo sem tiros, criando um mercado diversificado, tornando-se o jogo digital mais popular de todos os tempos, além de apresentar o conceito de níveis, onde o usuário passava de fases e o nível de dificuldade aumentava. Este jogo também introduziu os atos nos jogos digitais, uma forma inicial dos efeitos cinematográficos dos jogos digitais atuais na sua segunda versão (NOVAK, 2010).

JOGOS DIGITAIS E ENSINO

Normalmente, os jogos são aplicados para ensinar crianças, pois são utilizados como ferramentas lúdicas e simples. Muito embora o jogo digital tenha um caráter prazeroso e o usuário deste jogo possa se ater a diversão de realizar esta atividade, ele empregará aten o e memória durante o jogo, sendo estes dois os principais componentes que irão comandar o ato de jogar.

A linguagem utilizada para explicar as regras ou mesmo o modo de jogar pode ser mais complexa que o próprio jogo. Porém, para que se possa ter uma experiência boa com o jogo deve-se, entender como jogá-lo e entendê-lo pode demorar. Você pode iniciar o jogo sem saber nada e vai aprendendo intuitivamente, mas chegar  a um ponto que vai precisar ler algum manual (JOHNSON, 2006).

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

Quanto mais complexo o jogo certamente mais demorado será o aprendizado sobre ele, mas dada a repetição e atenção disposta para entender o jogo, isso será facilmente superado, até que a frustração não seja entender o jogo, mas sim perder o jogo. Uma criança pode jogar um jogo de estratégia baseado em complexas tabelas estatísticas sem se perder, pois procura o prazer do jogo e não da tabela, ou seja, aprende a manipular dados complexos sem sequer notar (JOHNSON, 2006).

O papel do professor vai além de ensinar qualquer coisa, este media o processo de ensino, o professor sabe o que deve ser aprendido pelo estudante e sabe também os caminhos a serem percorridos respeitando as fases de aprendizado.

É o professor quem saberá adicionar determinado assunto em determinado momento para que a aprendizagem ocorra, ou seja, sabe qual o conhecimento que realmente será útil ao estudante em seu futuro profissional. Sozinho o estudante pode jogar milhares de horas no lixo, jogando sem um critério que realmente lhe agregue conhecimento, ou seja, escolhendo jogos sem observar se ensinam alguma coisa ou não e mesmo que ensinem não irá contextualizar o que aprendeu.

Os jogos digitais podem ser terrivelmente difíceis, gastando-se muito tempo sem se divertir. O jogador pode permanecer longo tempo confuso, desorientado ou paralisado tentando desvendar um mistério, ou mesmo aprendendo como fazer determinada ação com os controles. Essa complexidade pode fazer com que o jogador deixe de jogar por alguns momentos para ficar confabulando sobre como resolver determinado problema, incluindo ler até mesmo livros de história.

Este efeito de fazer o jogador pensar e repensar o jogo ou parte dele, por horas e horas, em busca da satisfação que é o reforço, a recompensa, é obtido naturalmente, leva também a repetição do ambiente vivido no jogo, a atenção completa e a retenção. Isso certamente vem de encontro com o que foi visto até aqui sobre ensino-aprendizagem, tanto nas teorias de Bandura quanto de Anastasiou.

Isso está diretamente ligado à capacidade de estimular circuitos cerebrais de recompensa e não aos apelos existentes nos jogos como interatividade, controle da narrativa pelo jogador, apelo visual, a violência ou presença de apelos sexuais. Assim aprende-se sem perceber, absorve-se uma infinidade de informações que serão gravadas, em virtude da repetição e atenção desprendida para poder completar a tarefa apenas pela estimulação cerebral (JOHNSON, 2006).

O fato de o jogo digital criar um ambiente virtual com personagem, história, narrativa e recompensa, com certo grau de dificuldade, instiga o jogador a se posicionar de forma atenta aos detalhes, buscar entender por completo o que se deve fazer para passar de fase ou mesmo ganhar um recurso novo.

É este conjunto que torna o jogo digital um ótimo elemento para aprendizagem, pois ele transcende as definições de Bandura, citadas no tópico sobre aprendizagem deste artigo, com a sua proposta de aprendizagem social. Coloca o jogador para reproduzir a história de jogo, alimentando-o com reforços e estimulação cerebral.

Os jogos digitais oferecem a observação prevista na proposta de Bandura, mas neste caso o jogador controla um personagem do jogo e observa os outros elementos do jogo, como cenário, outros personagens, observa a história do jogo percebendo qual o objetivo do jogo e a partir disso

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

toma decisões, decisões estas que podem revelar reforços e estímulos ao jogador continuar jogando ou retornar e repetir seus passos.

Dentre os modelos para aprendizagem por observação elencados por Bandura pode-se dizer que o jogo digital é o modelo simbólico, onde existem personagens com determinados comportamentos e ações. O jogo digital ainda necessita que o jogador tenha atenção, retenção, reprodução e motivação para que o jogador consiga progredir no jogo.

Como também mencionada neste artigo Anastasiou acredita que o verbo ensinar é de ação e requer a intenção de ensinar e a efetivação da aprendizagem, existindo três elementos básicos, ensinar, aprender e apreender, sendo assim se o estudante não apreender não houve ensino.

Bem como Craik *apud* Russel, citado nesse artigo, descreve a forma de um agente aprender, com três passos básicos transcrito com representação interna, posteriormente esta representação interna passa por processos cognitivos e cria novas representações internas e então essas novas representações são transformadas em ações, no jogo isso é muito presente, o jogador precisa passar por estes três passos até chegar à ação que realmente o leve a atingir o objetivo, sendo recompensado por isso. Primeiro o jogador percebe como o jogo acontece representando-o internamente, posteriormente percebe como resolver o problema e depois externaliza essa resolução para o jogo.

A mediação do docente que prepara e dirige as atividades, além das ações necessárias e buscadas nas estratégias selecionadas leva os estudantes a mobilização, construção e elaboração da síntese do conhecimento. Portanto, esta mediação é crucial para a utilização salutar de jogos digitais em sala de aula, caso contrário pode ser banalizado tanto pelos estudantes quanto pelo professor (VASCONCELLOS, 1994 *apud* ANASTASIOU, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel fundamental do ensino é transmitir o conhecimento acumulado por gerações aos estudantes, porém quanto mais significativo for este momento ao estudante maior será a absorção do conhecimento e a busca por novos conhecimentos será motivada.

Para Anastasiou o objetivo da aula e do ensino em geral é fazer com que o estudante apreenda o conhecimento e crie mecanismos para aprender sozinho fazendo deste um momento prazeroso e motivando-se a busca de conhecimentos.

A tarefa do professor nem sempre é tão simples e fácil, ele precisa instigar o estudante, motivar-lhe, tornar o ensino atrativo, prender-lhe a atenção e utiliza-se de mecanismos que façam o estudante repetir as ações aprendidas.

Deste modo o jogo digital pode se tornar um aliado ao professor no processo de ensinagem, pois é uma ferramenta que esta presente no cotidiano dos estudantes e precisa, necessariamente, do mediador do professor para tomar sentido. Sem um elemento como o professor o jogo digital pode ser pura diversão sem ímpeto de ensinar qualquer coisa.

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

Portanto o jogo digital pode ser uma excelente ferramenta que, se utilizada adequadamente, poderá dar bons frutos, porém é totalmente dependente da orientação dada pelo professor, ou seja, é mais uma ferramenta disponível para que o professor possa dar significância ao processo de ensino.

Como a tecnologia é algo cada vez mais onipresente, pensar no seu uso aliado ao ensino é pertinente, visto que, se é algo que pode tirar a atenção do estudante, poderá se transformar em algo que pode trazê-lo a aula sem muito esforço, pois este é um universo já conhecido pela maioria dos estudantes.

Além de ser algo conhecido pelos estudantes, ainda é capaz de trazer os elementos relacionados ao ensino e aprendizagem abordados pelos autores mencionados criando um ambiente de ensino cada vez mais interessante e objetivo.

Percebe-se, por outro lado, que o papel do professor é intensificado nessa ótica, pois sem o professor e seu conhecimento, bem como o conhecimento sobre o jogo levado a sala de aula, o uso de jogos digitais pode se tornar catastrófico ao ensino, pois pode além de não ensinar nada sobre os conteúdos esperados, ainda tomar tempo demasiado com algo improdutivo no sentido de ensino relacionado ao conteúdo a ser trabalhado.

Ainda se o professor tiver conhecimento acerca do jogo digital a ser utilizado, souber utilizar-se dos recursos do jogo para benefício da disciplina, o resultado certamente será positivo.

Tendo visto que o jogo traz diversos elementos de aprendizagem, isso o qualifica para o ensino e o ensino significativo, aquele que o estudante irá lembrar com entusiasmo sempre que necessário. Será, assim, uma marca positiva que lhe ensinou de fato.

E se o jogo digital é capaz de ensinar e se seu uso realmente traz benefícios aos estudantes, se o professor realmente estiver envolvido e escolher de fato um jogo digital que seja condizente com sua aula, ele certamente é um forte aliado do ensino. Porém se o jogo for escolhido apenas por conveniência, sem estudos prévios, provavelmente não contribuirá adequadamente no processo de ensino.

Este estudo não se encerra neste artigo, pretende-se seguir com pelo menos duas linhas de estudo. Um buscando dentre os professores universitários se utilizam ou não algum jogo digital, verificando dentre os que utilizam o que entendem como positivo no uso e os que não usam qual a opinião sobre o uso.

Outro é no sentido de realizar experimentos em sala sobre a efetividade do uso de jogos digitais para o ensino e qual sua significância para os estudantes, tanto no uso quanto no resultado do uso de jogos digitais para ensinar.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonit Pessate (Org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 6. ed. Joinville: UNIVILLE, 2006.

AURÉLIO. Dicionário Eletrônico. Versão 3.0. São Paulo: Lexicon Informática Ltda, 1999.

Marcos Antonio Moretto, Odilon Luiz Poli

AZEVEDO, Eduardo. Desenvolvimento de jogos 3D: E aplicações em realidade virtual. 1 ed. São Paulo: Editora Campus, 2005.

BANDURA, Albert, Social Learning Theory, 1977.

BANDURA, Albert, A evolução da Teoria Social Cognitiva, São Paulo, editora Artmed, 2008.

JOHNSON, 2006

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

NEWZOO. Infograph Brasil in Portuguese Language. Disponível em http://www.newzoo.com/ENG/1607-Infograph_BR_Portugese.html. Acessado em 04/11/2011.

NOVAK, Jeannie. Desenvolvimento de games; tradução Pedro Cesar de Conti; revisão técnica Paulo Marcos Figueiredo de Andrade. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PINTO, A. C. Memória, cognição e educação: Implicações mútuas. In B. Detry e F. Simas (Eds.). Educação, cognição e desenvolvimento: Textos de psicologia educacional para a formação de professores. Lisboa: Edinova, 2001.

RIBEIRO, Célia. Metacognição: Um apoio ao processo de aprendizagem. Universidade Católica Portuguesa, 2002.

RUSSEL, Stuart, NORVIG, Peter, Inteligência artificial. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2004.

SAVIANI, Dermeval, Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações, São Paulo, editora Autores Associados LTDA, 2008.

ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO CENTRO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE (CAC) - CHAPECÓ

Lediane Charla Tretto¹, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Náina Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

¹ Centro de Atendimento à Comunidade (CAC) - Mediação Familiar
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: ltretto@unochapeco.edu.br

RESUMO

O presente artigo visa analisar e refletir as contribuições dos serviços desenvolvidos pela mediação familiar do Centro de Atendimento à Comunidade - CAC da Unochapecó no atendimento a população com renda mínima, (até três salários mínimos), trabalhando com o uso de práticas e saberes interdisciplinares, sendo mediados por bolsistas e voluntários dos serviços de Psicologia, Serviços Sociais e Direito sobre supervisão de professores das respectivas áreas, integrando e facilitando nas decisões judiciais. A metodologia utilizada pela Mediação Familiar no CAC é didática e participativa incentiva a autonomia individual; a interação entre os envolvidos por meio da escuta qualificada e da comunicação aos usuários reduzindo as tensões, na transformação do impasse e ressignificação de conflitos, operando na transformação das interações familiares e sociais. Os atendimentos às pessoas em conflito familiar ocorrem com a exposição da dinâmica da Mediação pelo mediador, destacando seu compromisso ético e a postura de equilíbrio das forças em disputa. O processo da mediação familiar proporciona que as pessoas maximizem as alternativas que julgarem necessárias e adequadas para o movimento conflituoso que vivenciam e encontrem respostas adequadas aos seus interesses. Atualmente a mediação é aplicada em diversos domínios, seja pessoal, familiar, comunitário, nacional ou internacional; o atendimento em mediação pressupõe os princípios de comunicação que exige a participação de ambos os cônjuges ou mediados, esses acolhimentos em conjunto servem para fortalecer a imparcialidade do mediador e também para que as partes tenham confiança no profissional, pois os conflitos não são vistos como algo negativo. Ao contrario, são geradores de soluções criativas que ajudarão os cônjuges a administrarem suas diferenças de forma que satisfaça a ambos.

Palavras-chave: Mediação Familiar, ressignificação e conflitos

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

1 INTRODUÇÃO

O referente artigo discorre sobre o que é e como funciona a Mediação Familiar, estando ligado ao CAC. Visa o atendimento a comunidade que se encontra em situações de conflito familiar.

Atuando com três áreas de conhecimento, psicologia, serviço social e direito os atendimentos são mediados por bolsistas sobre supervisão de professores das respectivas áreas. Esta prática interdisciplinar oportuniza o usuário a discutir seus problemas revendo conceitos, onde os mediadores não defendem nenhuma posição, os mediadores apenas orientam para identificar os pontos específicos da discussão, sendo os mediados os próprios agentes de suas decisões.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAC – CHAPECÓ

Para melhor compreensão da atuação do Serviço de Mediação Familiar faz-se necessário contextualizar a Política de Assistência Social – PNAS/2004, a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, juntamente com sua mantenedora a Fundeste e o próprio Centro de Atendimento a Comunidade – CAC de Chapecó.

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – Fundeste foi constituída com o objetivo de criar, estimular e difundir valores culturais e conhecimentos científicos voltados à formação cidadã e à integração comunitária.

Trata-se de instituição de utilidade pública municipal, estadual e federal e, possui certificado de entidade beneficente de assistencial social, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essa certificação lhe permite realizar ações de cunho social. Para efetivação desses objetivos, desenvolve atividades de prestação de serviços e igualdade no ensino, por meio da gestão democrática como garantia de qualidade e valorização humana.

Dessa forma, a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, mantida pela Fundeste, desenvolve ações comunitárias, voltadas a atender o interesse público, ao firmar parcerias, elaborar projetos para trabalhar com questões de ordem social, cultural, ambiental, entre outras. Busca contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população atendida pelas ações assistenciais no que se refere à proteção a família, infância e adolescência, a igualdade de direitos, a garantia dos mínimos sociais, a difusão da cultura, a preservação do meio ambiente e a difusão do conhecimento.

A possibilidade de realização dessas ações se dá pelo fato da utilização dos recursos oriundos da condição de entidade beneficente de assistência social da entidade mantenedora, a Fundeste, que aplica no mínimo 20% (vinte por cento) de sua receita em bolsas de estudos e projetos de assistência social.

Porém, para que tais ações de Assistência Social fossem caracterizadas como tais foi necessário reorganizar e redimensionar algumas atividades que já estavam sendo desenvolvidas, para atender as exigências da Resolução nº 005/2010 do Conselho Municipal de Assistência Social de Chapecó, que assim dispõe em seu Art. 5º: “As entidades e organizações sem fins lucrativos que

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios sócioassistenciais”.

Ainda, no Art. 6º § 1º, do referido diploma legal, ressalta que: “os serviços de atendimento deverão estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais.” No § 2º do mesmo artigo destaca que os serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos deverão estar de acordo com o Decreto nº 6.308, de 2007 que orienta sobre a regulamentação do Art. 3º da Lei 8.742/93.

Diante disso, a Unochapecó, propôs a criação do Centro de Atendimento à Comunidade - CAC, que surgiu da necessidade de redimensionar e adequar os projetos já existentes em ações de Assistência Social, tendo sua reorganização implementada na data de 30 de maio de 2012.

O CAC é desenvolvido pela Unochapecó e tem como meta a defesa e garantia de direitos. De forma gratuita, realiza atendimentos individuais e grupais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; públicos vulneráveis e com dificuldade no acesso a direitos.

Tais demandas são atendidas por meio das seguintes atividades: (a) Serviço Socioassistencial¹; (b) Mediação Familiar²; (c) Atendimento Psicológico³; (d) PECJur⁴. Como o foco do estudo consiste na Mediação Familiar, a seguir se apresentam os objetivos e metodologias utilizadas na prestação do atendimento à comunidade.

1.2 A mediação enquanto meio de defesa e garantia de direitos no âmbito familiar

É no âmbito familiar que a mediação se expandiu, justamente pela possibilidade de gestão dos conflitos pelos seus membros e desta maneira efetivando-se como meio de tratamento dos desajustes interpessoais.

Neste intento, todas as questões que envolvem o direito das famílias podem ser contempladas pela mediação. E por meio desta muitos conflitos podem ser evitados e, solucionados se forem discutidos, dialogados no âmbito familiar. De acordo com Fuga (2003, p. 64):

Foram as mudanças na constituição dos grupos familiares - a dissolubilidade do casamento, o aumento de uniões estáveis, as famílias monoparentais, a circulação de afetos e interesses entre a família nuclear e a pluralidade de modelos familiares- que facilitaram a emergência da mediação familiar, principalmente a tomada de

1. Busca resolver os casos de forma consensual, mediando as situações, ou de forma litigiosa, através de ações extrajudiciais e judiciais.
2. Será apresentada na pesquisa.
3. Visa discutir as práticas de atendimento à infância e juventude em situações de risco e vulnerabilidade
4. Propõe a transformação social através da ação. Desenvolve atividades em escolas, associações de bairros, organizações populares, entidades e instituições públicas e privadas da sociedade e eventos.

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

consciência sobre os efeitos da dissociação familiar que agravam o próprio conflito, efeitos tanto emocionais como psicológicos, financeiros e sociais que, após a ruptura, serão ressoantes na idade adulta dos filhos menores à época da separação.

A mediação é usada como mecanismo de solução de conflitos desde a antiguidade, surgiu nos países que necessitavam de técnicas que ajudassem no que diz respeito à ruptura do convívio conjugal, para que assim se pudesse estreitar a relação entre pais e filhos, após o término do relacionamento entre os cônjuges, necessitando assim, da participação de uma terceira pessoa para estimular o diálogo entre as partes envolvidas (o mediador) (FUGA, 2003).

No Brasil a mediação familiar aparece por influência de ordem portenha e francesa “a primeira sofreu a influência do modelo americano, que conceitua a mediação como um modo de resolução de conflitos. No entanto, é o modelo francês que guarda maior afinidade com o direito brasileiro” (FUGA, 2003, p. 67).

Com isso, a mediação pretende fornecer meios para que a ruptura familiar seja a menos prejudicial possível. Visando que as partes envolvidas no “conflito” reconheçam que é necessário estar presente na vida familiar, considerando a responsabilidade e o compromisso de cada parte no cuidado e educação dos filhos, possibilitando que estes entendam e reconheçam o espaço familiar em que estão inseridos, mesmo com as mudanças de espaço físico (resultantes da ruptura familiar), (FUGA, 2003). Nessa perspectiva:

[...] os procedimentos da mediação familiar reverenciam o papel da família, dando-lhe a atenção merecida. E partem de um princípio simples: quem melhor que as próprias partes envolvidas no conflito para solucionar seus próprios problemas? (FUGA, 2003, p. 69)

Sendo assim, a mediação familiar permite que os interessados/mediandos reflitam e tenham autonomia para resolver e ressignificar o conflito existente, tornando-se capazes de decidir qual é a melhor alternativa para que ambos os interessados estejam satisfeitos com as decisões tomadas e os resultados obtidos.

Nesta perspectiva os procedimentos são refletidos através da forma como é conduzida a sessão, tendo embasamento em uma sequência lógica, levando em consideração a igualdade entre as pessoas, por meio da comunicação entre mediados e mediadores. É um processo dinâmico e flexível, sendo difícil a identificação dos estágios da sessão, pois eles variam conforme a demanda, a cultura e o modo de abordagem do mediador (RODRIGUES JÚNIOR, 2006, p. 121).

Destaca-se também que a mediação familiar atua no âmbito do serviço interdisciplinar envolvendo outros conhecimentos e áreas de atuação além do Direito, como o Serviço Social e a Psicologia.

Ressalta-se que, a Mediação Familiar não substitui o Judiciário, pois é por meio da decisão judicial que ocorre a homologação dos resultados obtidos nas sessões (OLIVEIRA, et al. 2008).

Mozzaquatro (2011, p. 171) afirma que:

É possível inferir que a Mediação Familiar tem-se mostrado uma prática eficaz na dissolução de conflitos principalmente quando pensamos na homologação da totalidade dos acordos realizados em mediação. Mesmo constituindo-se como

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

uma prática re-atualizada com o objetivo de desafogar o judiciário, mostra-se como uma intervenção capaz de resolver conflitos de forma diferenciada, permitindo-nos afirmar que a Mediação Familiar consistiu-se, para além da resolução da demanda judicial, um espaço de diálogo em que a solução para o conflito foi construída conjuntamente, contribuindo desta forma para o protagonismo das partes.

É o protagonismo que faz com que os usuários percebam as reais problemáticas, levando em consideração seus interesses e necessidades com a ajuda do mediador, que auxilia através do diálogo e da escuta ativa, dando autonomia ao usuário que leva em consideração os componentes emocionais do litígio (MOZZAQUATRO, 2011).

Deste modo, a resolução dos conflitos, não se detém apenas aos envolvidos na sessão de mediação, mas se reflete ao grupo social que os mediando estão inseridos (VERONESE, 2011). Neste sentido,

[...] o mediador é um verdadeiro agente transformador, que deve transmitir aos mediados um conjunto de valores de grande importância para o bom andamento do processo, entre os quais confiança, lealdade, serenidade, cooperação, respeito e não violência, com o objetivo de facilitar o diálogo em situações que envolvem conflitos (VERONESE, 2011, p. 348).

Os atendimentos às pessoas em conflito familiar ocorrem com a exposição da dinâmica da Mediação pelo mediador, destacando seu compromisso ético e a postura de equilíbrio das forças em disputa. Os mediados usam da palavra para expressar o que os aflige, sob a escuta qualificada do mediador, numa “relação de espelho”, “[...] passam a ter a oportunidade de compreender como cada um vê o mesmo conflito” (BARBOSA, 2006).

Ressalta Barbosa (2006) que “Nesse momento há a transformação do conflito, desbloqueando a comunicação, gerando efeitos terapêuticos e preventivos, pois a consciência não permitirá que repitam a inadequada dinâmica da polarização, que causou desconforto e sofrimento.”

Para as pessoas conflitantes, traduz-se em uma oportunidade de acessar a justiça e exercer a cidadania, resultado do processo de crescimento que a mediação permite aos mediados através do exercício de valores mais colaborativos, morais e humanitários.

Conclui Braga Neto (2009, p. 62) que:

A mediação é uma das mais eficientes e inteligentes respostas às questões familiares como um todo, pela via da pacificação de seus membros, que aprenderão a gerir, transformar ou resolver seus próprios conflitos pela via da voluntariedade, confidencialidade e, sobretudo, reflexão.

Este posicionamento é perceptível na prática cotidiana da mediação familiar, quando se observa nos atendimentos que as pessoas vão se desarmando e enxergando a si próprio e ao outro, mudando a perspectiva do conflito e transformando as relações humanas e sociais por consequência.

Ferreira (2008, p. 827), ressalta que na atual conjuntura da sociedade contemporânea, espera-se que o sistema judiciário tenha condições físicas e humanas e atenda as demandas da população de acordo com os preceitos constitucionais e sociais. A mediação deve estar presente

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

neste contexto como uma opção, para o cidadão consciente, livre, responsável pelos problemas próprios, a fim de buscar voluntariamente e com autonomia a solução pacífica dos seus conflitos.

2 METODOLOGIA

A Mediação Familiar no Centro de atendimento à Comunidade CAC-Chapecó está localizada na Avenida Porto Alegre, 331-D, no centro da cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Dispõe de uma sala de atendimento especialmente preparada na sua estrutura para a dinâmica da metodologia empregada; o recinto onde ocorrem as sessões de mediação é composto por mesa redonda; outro local determinado é compartilhado por todos os estudantes envolvidos na mediação é o espaço em que se evidencia a aproximação e a troca de saberes e experiências, faz-se a reflexão e análise dos atendimentos – um verdadeiro laboratório de conhecimento.

Rodrigues Júnior (2006, p. 128) observa que o ambiente da mediação é um espaço privilegiado para analisar a dinâmica existente na comunicação entre os usuários.

Os agendamentos ocorrem na triagem⁵ que acontece nas segundas-feiras, das 8h às 12h, sendo que as sessões da Mediação Familiar à comunidade são realizadas todas as segundas-feiras das 14h00min às 17h30min.

Os atendimentos são realizados com indivíduos e/ou famílias com renda de até três salários mínimos, anteriormente referenciadas nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Chapecó e dos municípios de abrangência da comarca de Chapecó⁶, sendo famílias que se encontram em situações ligadas à fragilidade de vínculos de afetividade familiar, do pertencimento e da sociabilidade.

A equipe da Mediação Familiar é formada por estudantes bolsistas e voluntários das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social, sendo um bolsista de cada área e professores orientadores das respectivas áreas de conhecimento.

O Serviço de Mediação Familiar no CAC-Chapecó atende pessoas que necessitam solucionar questões que envolvem o direito das famílias, com o objetivo de mediar às relações familiares, promovendo o acesso à justiça, estimulando a autonomia e o protagonismo dos sujeitos na transformação dos conflitos.

Conforme Dias (2009, p. 62), “o Direito das Famílias está umbilicalmente ligado aos Direitos Humanos, que têm por base o princípio da dignidade da pessoa humana (...) significa, em última análise, igual dignidade para todas as entidades familiares.”

A metodologia utilizada pela Mediação Familiar no CAC é didática e participativa, ou seja, os bolsistas têm o conhecimento básico das disciplinas específicas envolvidas de cada área (Direito, Serviço Social e Psicologia) e aplicam nos atendimentos, sendo este de forma interdisciplinar.

Conforme Lévesque (apud ÁVILA, 2004, p. 31):

5. Processo de encaminhamento dos usuários para o programa que suprem as necessidades de cada demanda.

6. Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Chapecó, Guatambu, Nova Itaberaba e Planalto Alegre.

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

A mediação familiar é um processo de gestão de conflitos no qual um casal solicita ou aceita a intervenção confidencial de uma terceira pessoa, objetiva e qualificada, para que encontre por si mesmo as bases de um acordo duradouro e mutuamente aceitável, que contribuirá para a reorganização da vida pessoal e familiar.

Esta prática interdisciplinar constitui um ambiente onde os usuários têm segurança em discutir seus problemas, uma vez que o diálogo acontece de forma mais equitativa possível, com o estabelecimento da comunicação entre os envolvidos, com a co-participação e co-responsabilidade que se constitui o protagonismo na transformação e/ou ressignificação dos conflitos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados da mediação familiar do CAC, foram levantados dados referentes aos tipos de demandas atendidas, à quantidade de sessões de mediação dos casos, bem como os resultados obtidos das demandas conflituosas.

No período de maio de 2012 a junho de 2013 foram atendidos aproximadamente 43 casos de conflitos familiares na Mediação Familiar.

3.1 Diversidade de Conflitos Familiares

Desde que as atividades da Mediação Familiar se iniciaram⁷ no CAC, foram realizados 81 (oitenta e uma) sessões, em aproximadamente 43 (quarenta e três situações). Entre os casos atendidos citar-se como problemáticas: divórcio, dissolução de união estável, guarda e/ou modificação de guarda, questões relacionadas à pensão alimentícia, regulamentação de visitas, partilha de bens, conflitos familiares, alcoolismo, e doenças mentais.

Os conflitos no âmbito do direito das famílias apresentam características *sui generis* dos demais conflitos, em face do objeto, da capacidade de entendimento das partes, de fatores sociais, culturais, econômicos e requer tratamentos diversificados.

A mediação, utilizada na condução destes conflitos, incentiva a autonomia individual; a interação entre os envolvidos por meio da escuta qualificada e da comunicação; harmonizando e reduzindo as tensões, operando a transformação do impasse, com possibilidades do restabelecimento da relação familiar.

3.2 Quantidade de sessões de Mediação Familiar

As sessões de mediação variam de acordo com o grau de entendimento e compreensão da mediação e dos encaminhamentos tomados pelos mediados e refletidos por meio do auxílio dos mediadores.

7. Os atendimentos da Mediação Familiar no CAC-CHAPECÓ iniciaram em maio de 2012.

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

Observa-se que em média, se realizam de duas a três sessões de mediações.

Durante as sessões de mediação, a atuação do mediador se pauta na perspectiva de manter a continuidade das relações das pessoas envolvidas no conflito familiar, significa dizer que a percepção do objeto do conflito e suas adjacências, bem como a identificação de alternativas de interesse comum é facilitada pelo mediador por meio da comunicação.

No que se refere aos sentimentos dos sujeitos conflitantes, quer dizer o real motivo, não aparente, que ocasionam os conflitos nas relações humanas, busca-se estimular a fim de que as pessoas expressem, para que se estabeleça a comunicação necessária para a vivência de valores colaborativos e humanitários.

3.3 Respostas dos usuários das sessões da mediação

O processo da mediação familiar proporciona que as pessoas maximizem as alternativas que julgarem necessárias e adequadas para o movimento conflituoso que vivenciam e encontrem respostas que se adéquem à suas necessidades e interesses.

Dentre os casos atendidos na Mediação Familiar, 27 (vinte sete) situações que compõem respostas dos usuários foram por meio de petição inicial encaminhada ao Juízo da Vara da Família da Comarca de Chapecó para homologação judicial. Acordos informais são a quantia de 2 casos; encaminhamentos para o Serviço Socioassistencial⁸⁶ foram 3; casos de desistência foram 8 e, casos em andamento são 15.

Observam-se pelo exposto no gráfico que, várias são as posturas que podem ser adotadas pelos usuários como respostas ao conflito familiar em si, desde a reconciliação, o acordo informal ou o acordo formal (homologação judicial).

Estes resultados indicam que as pessoas estão interessadas em responsabilizar-se e comprometer-se por suas obrigações, tomando decisões que digam respeito à sua individualidade e não atribuindo a terceiro o que deve ser feito ou não a nível individual.

O acordo produzido na mediação, em geral, mantém-se, pois resultou de reflexões e concessões das partes, no processo de amplas conversações sobre o conflito e suas adjacências e resultou de alternativas buscadas de comum acordo.

A aplicação da mediação nos conflitos familiares possibilita uma maior celeridade e eficácia nas decisões judiciais, ante a homologação dos acordos pactuados consciente e voluntariamente pelas pessoas envolvidas no conflito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Mediação Familiar do CAC-Chapecó, a metodologia utilizada para o desenvolvimento da atividade consiste na ligação dos preceitos e contribuições dos saberes jurídico, psicológico e

8. Serviço Socioassistencial é um serviço oferecido no CAC-Chapecó.

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

social, a fim de gerir e tratar o conflito, com o uso do processo dialógico; a forma interdisciplinar consiste neste método característico utilizado na atuação da mediação.

A mediação familiar é muito mais que um acordo consensuado de cláusulas e condições a ser cumprido pelos envolvidos: ela preconiza o potencial transformativo onde os envolvidos possam assimilar suas conseqüências de maneira harmoniosa e pacífica amparada na consideração e respeito às diferenças de cada um”.

Este posicionamento é perceptível no cotidiano da Mediação Familiar quando se observa durante as sessões de mediação que as pessoas vão se desarmando e enxergando a si próprias e ao outro, mudando os pontos de vista do conflito e transformando as relações humanas e sociais por consequência.

O uso da mediação como acesso ao Direito das Famílias constitui um instrumento capaz de promover o protagonismo dos sujeitos, pois é capaz de ampliar a capacidade humana para que ocorra a percepção e a possibilidade de encontro entre pontos de vista – porque provenientes de diferentes formas de agir e refletir, permitindo a mudança das relações familiares e sociais.

5 REFERÊNCIAS

ÁVILA, Eliedite Mattos. **Mediação familiar**: formação de base. Maio/2004. Disponível em: < <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/mediacaofamiliar/apostila.pdf> >. Acesso em 17 Jun. 2013.

BARBOSA, Águida Arruda. **Princípios deontológicos da mediação familiar**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <aguida.barbosa@uol.com.br > em 21 nov. 2006.

BRAGA NETO, Adolfo. Mediação de conflitos no contexto familiar. In: **Revista IOB de direito de família**. v. 9, n. 51, dez./jan. 2009. São Paulo: IOB, 2009. p. 49-63.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FERREIRA, João Bosco Dutra. A constitucionalidade da mediação familiar e o Estado Democrático de Direito: uma crítica à realidade brasileira. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (Coord.). **Manual de direito das famílias e das sucessões**. Belo Horizonte: Del Rey: Mandamentos, 2008. p. 797-827.

FUGA, Marlova Stawinski. **Mediação familiar**: quando chega ao fim a conjugalidade. Passo Fundo: UPF, 2003.

MENDONÇA, Rafael. **(Trans) modernidade e mediação de conflitos** – pensando paradigmas, devires e seus laços com um método de resolução de conflitos. Florianópolis: Habitus, 2006.

MOZZAQUATRO, Caroline de Oliveira [et al.]. **Mediação familiar**: Promovendo o Protagonismo das Partes através de uma prática interdisciplinar. IV jornada de pesquisa em psicologia, desafios atuais nas práticas da Psicologia. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2011.

OLIVEIRA, Maria Coleta [et al.]. **Mediação familiar transdisciplinar**: Uma metodologia de Trabalho em Situações de Conflito de Gênero. São Paulo: Summus, 2008.

Lediane Charla Tretto, Deisemara Turatti Langoski, Adriana de Toni, Carmen Lucia Carvalho de Souza, Mirian Alves da Silva Zeppe, Naína Ariana SouzaTumelero, Rosiclei Kati Cortina, Pedro Giaretton

Plano de trabalho dos Programas de Assistência Social da Fundeste/Unochapecó. Chapecó, 2012

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. **A prática da mediação e o acesso à justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. Institucional. A FUNDESTE. Disponível em: < <http://www.unochapeco.edu.br/info/a-fundeste> >. Acesso em 13 Jun. 2013.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. **Institucional**. A UNOCHAPECÓ . Disponível em: < <http://www.unochapeco.edu.br/info/a-unochapeco> >. Acesso em 13 Jun. 2013.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito na pós-modernidade: a fraternidade em questão**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011.

O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM NO SENAC DE CHAPECÓ E O CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Cleudete Maria Amorin¹, Rosana Maria Badalotti

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó
bolsista CAPES/Prosup
E-mail: cleumaria@unochapeco.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa em andamento tem sua origem na inserção da pesquisadora junto ao Programa Jovem Aprendiz, desenvolvido na Faculdade Senac de Chapecó (SC), bem como o vínculo da mesma ao Mestrado em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) através da linha de pesquisa *Desigualdades sociais, diversidades socioculturais e práticas educativas*. A problemática possui como pano de fundo a análise da relação Trabalho, Juventude, Educação Profissional e Currículo por Competência. Propomos-nos a analisar em que medida o Programa de Aprendizagem, com base no Currículo por Competência, possibilita a inserção e permanência do Jovem Aprendiz no mercado de trabalho. O objeto de investigação está centrado nos egressos do referido Programa que participaram de turmas entre 2010 e 2012, nos empresários que contrataram tais jovens e nos professores envolvidos com a formação dos mesmos. Para tanto, nos valeremos como recursos de grupos focais com os egressos e entrevistas semi-estruturadas com empresários e professores.

Palavras-chave: Trabalho. Juventude. Educação Profissional. Currículo por Competência.

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema de investigação surgiu da estreita ligação deste com a linha de pesquisa do Mestrado em Educação da Unochapecó, *Desigualdades sociais, diversidades socioculturais e práticas educativas*, além do amor intransferível pela educação e ao compromisso ético e num sonho existente há vinte e três anos de atuação da pesquisadora no Magistério. Nesta trajetória, os últimos dez anos foram voltados à atuação com a Educação Profissional.

No contexto da Educação Profissional, reside o nosso “*esperançar*” e no Programa Jovem Aprendiz o nosso objeto de estudo. A partir dessa realidade constatamos que a exploração da mão de obra constitui-se numa variável significativa para compreender o cenário que envolve a situação dos jovens no mercado de trabalho nacional e internacional. Outro aspecto que justifica a escolha do objeto, é que a problemática em questão se inscreve na área temática *trabalho e educação*, onde estudos buscam demonstrar que as relações entre os processos de trabalho e os processos educativos são fundamentais para a agenda que envolve o debate da juventude na contemporaneidade.

Esta pesquisa tem o foco norteador de sua problemática nas seguintes temáticas: *o trabalho, a educação profissional, a juventude e o currículo por competência*. Para tanto, definimos algumas categorias provisórias de análise, que perpassam concepções como geração (juventude), trabalho (cultura) e classe (classe trabalhadora empobrecida e/ou de classe média).

O problema da pesquisa em questão está centrado na “pergunta de partida” ou “pergunta – síntese” (GAMBOA, 2012) a qual se situa nossa proposta de estudo: *Quais os limites e possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho de Jovens formados pelo Currículo por Competência egressos do Programa de Aprendizagem na Faculdade Senac Chapecó?*

A pergunta norteadora traz em seu enunciado algumas “questões de pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987) que, didaticamente, podem ser consideradas desdobramentos dessa pergunta, que delineiam o objetivo geral e os objetivos específicos a serem investigados: Analisar em que medida o Programa de Aprendizagem, com base no Currículo por Competência, possibilita a inserção e permanência do Jovem Aprendiz no mercado de trabalho; Resgatar o histórico do Programa de Aprendizagem na Faculdade Senac Chapecó; Mapear o perfil do jovem aprendiz egresso do Programa de Aprendizagem, visando à identificação de sua permanência do mercado de trabalho; Caracterizar os sentidos e significados da formação e os significados do trabalho, atribuídos pelo jovem aprendiz egresso do Programa de Aprendizagem; Compreender de que forma o Programa de Aprendizagem, baseado no Currículo por Competência possibilita a inserção e permanência dos jovens no mercado de trabalho; Identificar junto aos professores/orientadores os elementos presentes na formação, baseado no Currículo por Competência que possibilitam a inserção e permanência do jovem aprendiz no mercado de trabalho.

2 JUVENTUDE E TRABALHO NA ATUAL CONJUNTURA

Entre as mudanças ocorridas no século XX, com a mundialização do capital e reestruturação produtiva, surge um novo e precário mercado de trabalho, além de um inovador contexto sócio-

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

histórico para todos os trabalhadores (ALVES, 2005). Conforme Antunes (2010), a classe-que-vive-do-trabalho defronta-se com a dialética de lutar por conseguir uma inclusão profissional e social ou enfrentar e exclusão e a marginalização, sendo os jovens também integrantes deste cenário.

Conforme Fontes (2010), a partir da década de 1990, a pobreza no Brasil adquire *status* de uma grande urgência genérica essencializada e retificada, já que os pobres são quantificados por meio da construção de indicadores sociais mais amplos e afastados da identificação de expropriados, como força de trabalho disponível para o exercício de qualquer atividade mercantilmente remunerada.

Há que se considerar que o círculo de exclusão/inclusão subordinado ao mercado de trabalho assume uma dimensão ainda mais trágica face ao novo padrão de acumulação capitalista. Vários estudos (MÉSZÁROS 2002; FONTES 2010; ALVES 2011) têm evidenciado as condições precárias de trabalho nas últimas décadas, especialmente para os jovens. Fontes (2010), ao descrever o conceito capital-imperialismo como o mais apropriado para dar conta das questões atuais do capitalismo, principalmente no que diz respeito às importantes transformações ocorridas no processo de acumulação capitalista iniciadas após a Segunda Guerra Mundial. Segundo a autora,

Novas determinações resultam da própria disseminação do imperialismo, quando, para além de dominar o planeta, intensificam-se tanto as lutas sociais quanto a penetração difusa e desigual – porém estreitamente conectada – das relações sociais próprias do capitalismo, a ponto do capitalismo tornar-se a forma da vida social, de maneira generalizada e profundamente assimétrica. Essa é uma diferença expressiva com relação ao início do século XX, quando a grande maioria da população do planeta vivia num mundo rural e controlava em grande parte seus recursos diretos da existência. (FONTES, 2010, p. 13).

Essas transformações naturalizam a necessidade da produção social de trabalhadores livres, porém expropriados de dignidade, justiça e cidadania, resultado das raízes do capitalismo. Embora tenha ocorrido à ampliação de vagas de emprego no País nas últimas décadas os problemas referentes às condições salariais, de jornada de trabalho, de exploração da mão de obra, precarização do trabalho e ausência de garantias de proteção social se intensificam de uma maneira geral para toda a classe trabalhadora, atingindo também o universo de trabalho dos jovens.

A questão da juventude tem emergido de modo expressivo nas últimas décadas, seja com o propósito de discutir políticas públicas em diversas esferas sociais, seja para problematizar diferentes temáticas associadas a esse grupo, entre as quais aquelas relativas ao trabalho/emprego juvenil.

Em que pese o cenário descrito, temos assistido nos últimos tempos, não apenas a continuidade das políticas neoliberais, mas, sobretudo, seu recrudescimento, com destaque para os programas de ajustes econômicos, destinados a avaliar os efeitos da crise do capital à custa do esfacelamento das políticas sociais de caráter universalizante. Em seu lugar proliferam políticas fragmentadas, focais, cujo propósito tem sido o de remediar os efeitos do agravamento da desigualdade social naquilo que pode se constituir em ameaça à ordem social.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório recente sobre o emprego mundial, as projeções para 2012 foram extremamente desfavoráveis. Houve o desafio de se criar 600 milhões de emprego, mesmo assim, permaneceram 900 milhões de trabalhadores vivendo

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

abaixo da linha da pobreza (OIT, 2007). Para os jovens, segundo a mesma fonte, a expectativa é ainda mais crítica. A taxa de desemprego é de 12,7%. Em 2011, 74 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados e, em nível mundial, as chances de esse número aumentar são em torno de três vezes mais que entre os adultos. Nos países em desenvolvimento, dentre os trabalhadores pobres de todas as faixas etárias, a proporção dos desempregados é a mais alta no segmento juvenil. Com relação às condições de trabalho, o relatório informa que os contratos temporários e em tempo parcial tem aumentado (OIT, 2007).

Pochmann (2007, p. 90) destaca sobre a importância da parcela juvenil no século XXI, que atingiu quase 20% da população mundial. Esse cenário revela que os jovens “tomam a cena atual”. O autor destaca o grande número de crianças e adolescentes já em atividade laboral e considera necessário frear este processo. Para cada dez jovens brasileiros, sete já iniciaram uma atividade profissional. Em contrapartida nos países desenvolvidos, esse número é muito menor, com apenas um ativo para nove inativos.

Diante deste contexto descrito, muitos jovens fazem um ingresso antecipado no mercado de trabalho. Embora tenhamos uma Lei (nº 10.097 de 19/12/2000) que regulamenta a idade de acesso ao mercado de trabalho, muitas vezes os jovens optam por trabalhar ao invés de dar continuidade aos estudos.

Por outro lado, podemos destacar que parte dos jovens atualmente contratados pelas empresas do comércio da cidade de Chapecó/SC, vislumbra no primeiro emprego uma alternativa a melhoria nas condições de vida e permanência na escola. A relação entre trabalho e educação, justifica os critérios para que os jovens se mantenham matriculados no Programa Jovem Aprendiz e possam ser contratados pelas empresas, tendo como base o desenvolvimento de habilidades contidas no Currículo por Competência.

3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional vem se constituindo em importante objeto de estudos, pesquisas e análises no meio acadêmico e técnico. Outro argumento para justificar a relevância acadêmica desta pesquisa, é que constatamos em bancos de dados de teses e dissertações produzidas na Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação de Instituições Brasileiras que a Educação Profissional é debatida amplamente, porém não se trata de tema esgotado.

Várias aproximações também são identificadas a partir da analogia do Grupo de Trabalho 09 da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), na área de Educação e Trabalho, quando versam sobre os desafios postos para Educação Profissional, tais como urgência de definição de políticas de Estado na área, regulamentação do exercício da docência na Educação Profissional, estratégias de profissionalização, definição de carreiras, salários e avaliação.

Durante o processo de “garimpo” nos bancos de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa em Nível Superior), identificamos elaborações relacionadas ao Ensino por Competência, Educação Profissional e Trabalho, entretanto, na Faculdade Senac Chapecó identificamos uma lacuna no que diz respeito a produção científica sobre o Programa de

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

Aprendizagem e a inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como reflexões a respeito do Currículo por Competência.

Tendo em vista as reformas sofridas pela educação brasileira, vamos privilegiar neste estudo, as que procuram definir as novas regulamentações, diretrizes operacionais e os parâmetros curriculares para a Educação Profissional no Brasil, como o Parecer n. 16/99 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005) da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), e outros documentos oficiais que materializam uma reforma geral da Educação Profissional e sua regulamentação através da resolução 04/99 do CNE.

O Parecer 16/99 define as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional como um nível que requer: “[...] além do domínio operacional de um determinado fazer, compreensão global do processo produtivo, compreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 52). O mesmo foi elaborado objetivando materializar as diretrizes contidas na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96) e no Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, considerando ainda duas premissas emanadas do Aviso Ministerial: n. 382/98 sobre a definição das metodologias de elaboração de currículos pautados na ideia de competências profissionais por área e, ainda, a garantia, para as entidades formadoras, de autonomia e flexibilidade para a construção de currículos tendo em vista o atendimento às demandas do cidadão, da cidadã, do mercado de trabalho e da sociedade como um todo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Tais ideias e princípios adquiriram um *status* oficial ao serem compartilhadas pela totalidade das instâncias internacionais que tem competências no campo da educação, como ONU (Organização das Nações Unidas), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), as quais consideram que a função da escola deve consistir na formação integral da pessoa para que esta seja capaz de responder aos problemas que a vida propõe.

Nesse sentido, Delors em informe elaborado para a UNESCO pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, no ano de 1996: *La educación encierra un tesoro*, identificou os quatro pilares fundamentais para este fim: saber conhecer, saber fazer, saber ser e saber conviver.

4 O UNIVERSO, A AMOSTRA E OS RECURSOS METODOLÓGICOS

O Programa Jovem Aprendiz, é um programa de formação profissional inicial, que consiste na ação educativa de formação e inserção sócio profissional, através de vínculo empregatício especial, por meio de Contrato de Aprendizagem com uma empresa, para a realização de curso de profissionalização em uma das instituições autorizadas pela (Lei nº 10.097 de 19/12/2000 que alterou artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, o Decreto 5.598 no que se referem à formação profissional e ao trabalho do adolescente).

Nesse sentido, o Programa Jovem Aprendiz da Faculdade Senac/Chapecó, associa a educação oferecida aos aprendizes de forma vivenciada em sentido amplo, ou seja, além de oferecer uma matriz curricular específica em cada curso, com seus conhecimentos teóricos e práticos, os jovens

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

têm à disposição atividades extras e são estimulados a desenvolver auto estima, criatividade, cidadania, responsabilidade e ética (BRASIL, 2012).

O processo de aprendizagem no contexto a ser investigado, destina-se ao desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional de jovens entre 14 e 24 anos, empregados no setor de bens e serviços do comércio. Os mesmos são encaminhados para a Faculdade Senac/Chapecó pelas empresas, após realização de seleção de currículos, prova escrita, conversa com pais ou responsáveis pelo jovem e entrevista individual. Somente após esse processo são encaminhados na condição de aprendizes para a Faculdade Senac, onde realizam a matrícula, com carga horária de 880 horas. Desta carga horária, três períodos semanais os jovens desenvolvem atividades laborais nas empresas e dois no Senac, nunca ultrapassando vinte horas semanais. Os jovens devem permanecer nas atividades laborais e no Programa de Aprendizagem enquanto perdurar a carga horária do curso.

Partindo desta analogia e por se tratar de uma obrigatoriedade legal, os alunos, no caso, aprendizes contratados por prazo determinado pelas empresas do Comércio de Chapecó, devem estar na faixa etária entre 14 e 24 anos, estar cursando o Ensino Médio, ou já ter concluído. É requisito também que o setor de recursos humanos de cada empresa do comércio, solicite vaga onde é desenvolvido o Programa.

A Faculdade Senac/Chapecó, possui (16) dezesseis turmas de Aprendizagem, sendo (3) três de Aprendizagem em Gestão de Supermercados, (4) quatro de Aprendizagem em Processos Administrativos e (09) nove de Aprendizagem em Vendas. O programa atende hoje, uma parcela considerável de jovens que buscam o seu primeiro emprego na cidade de Chapecó, logo cabe destacar os meandros desta pesquisa, configurada nos limites e possibilidades desta inserção profissional.

Em termos epistemológicos, este projeto de pesquisa em andamento, está baseado na perspectiva do materialismo histórico-dialético, particularmente no que Thompson (1981; 1987; 1989), tem caracterizado como materialismo histórico e cultural. A opção deve-se pelo fato de estarmos abordando a categoria “trabalho”, central nas análises marxistas e nos processos de formação humana; no curso de um processo de transformação social, onde os sujeitos em formação são também atores centrais do próprio processo.

Tomamos como elemento teórico-metodológico a abordagem qualitativa da pesquisa, por responder a questões muito particulares, preocupando-se em especial com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Contudo, leva também em consideração, a síntese dialética entre qualidade e quantidade, principalmente, no que diz respeito à análise de dados quantitativos sobre a problemática em questão.

A fim de delimitar a amostra dos egressos do Programa, recortamos o período temporal entre 2010 e 2012, para realização de um grupo focal com dois alunos representando cada turma. Consideraremos as variáveis, faixa etária, gênero, escolaridade e tempo que atuam na empresa ou estão inseridos no mercado de trabalho. Importante considerar nesta amostra aleatória simples, descrita por Trivinõs (1987, p. 79) o contexto onde vivem estes sujeitos empregados nas empresas, atuando em diferentes setores e oriundos de diferentes classes sociais. Ainda, serão realizadas

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

entrevistas semi-estruturadas com os professores/orientadores envolvidos com a formação dos jovens aprendizes e com os empresários gestores das empresas contratantes dos mesmos.

Na análise e interpretação, confrontaremos os dados primários e secundários obtidos durante a investigação, ou seja, escuta atenta, diário de campo, observação participante, grupo focal, entrevistas e informações documentais coletadas. Estes dados serão relacionados às diferentes fontes bibliográficas que segue progressivamente a consonância com os objetivos propostos.

No processo de reflexão desta pesquisa em andamento, cabe apresentar análises mesmo que parciais dos dados a serem pesquisados, pois a realidade observada dos jovens no mundo do trabalho é que aproximadamente 15% destes permanecem empregados nas empresas do Comércio de Chapecó, sendo possível concluir que nos meandros desta investigação o Programa de Aprendizagem se configura numa possibilidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, G. **O Novo e (Precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo L.C. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo L.C. **Formação profissional Senac**: uma proposta para o setor comércio e serviços. Rio de Janeiro: SENAC/DFP, 1996.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.621 de 10 de janeiro de 1946. Rio de Janeiro, 10 jan. 1946. Disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/arquivos_materias/decreto-lei_8621de10-01-1946.pdf>. Acesso em 30 out. 2012.

BRASIL. Decreto n. 2208/1997 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 04 jan. 2013.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.481, de 12 de julho de 2008, que regulamenta a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho.

BRASIL. Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, *Lex*. Brasília: Congresso Nacional, 20 dez. 1971. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128508/lei-5766-71>>. Acesso em: 30 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>. Acesso em: 04 Jan. 2013.

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/lbd_5ed.pdf>. Acesso em: 04 Jan. 2013.

BRASIL Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria MTE n. 723, de 23 de abril de 2012**. Brasília, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação n 9.394/96 de 20/12/1996**. Rio de Janeiro: DPEA, 2002.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: Fiocruz/UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e Tecnológica com a universalização da Educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 13 jan. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Modelos ou modos de produção: dos conflitos às soluções. **Tecnologias educacionais**. São Paulo, v. 29, n.147, out/nov./dez., 1999.

GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa em educação**: método e epistemologias. Chapecó: Argos, 2012.

KEUNZER, A, Z. **EM e EP na produção flexível**: a dualidade invertida. Retratos da Escola. Brasília CNTE, vol. 5, n. 8, jan/jun, pp. 43-56, 2011.

KEUNZER, A, Z. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.29.n.1, jan./abr. 2003.

MANFREDI, Silvia Maria. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, Lúcia. **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1873-1987. v. 1. Livro 1.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer CNE/CEB n. 16/99**: legislação básica. 6. Ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, RAMON DE. A divisão de tarefas na educação profissional brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 185-203, 1 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16108.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2012.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente e juventude**: América Latina: resumo executivo. Brasília: OIT, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>

Cleudete Maria Amorin, Rosana Maria Badalotti

sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_253.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2013.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo: [s.n.], 2000.

SAINT-GEORGES, Pierre. Pesquisa e crítica das fontes documentais nos domínios econômico, social e político. In. ALBARELLO, Luc. **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

SILVA, Mariléia Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Jovens, trabalho e educação**: a conexão subalterna da formação para o Capital. São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

THOMPSON, E. P. **Tradição, revolta e consciência de classe**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A Pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER NO CURSO DE PEDAGOGIA

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
suzilc@unochapeco.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa surge a partir de discussões do grupo de professores e com os próprios estudantes do curso de Pedagogia, nas quais um tema recorrente era os processos de ensino aprendizagem na educação superior, principalmente no que se refere à compreensão de como os estudantes aprendem e por que em certas situações eles têm mais facilidade de apropriação que em outras. Assim, o foco do presente estudo é a percepção e caracterização das situações de aprendizagem significativa, ou aprendizagem com sentido, na ótica dos estudantes do curso de Pedagogia. Para sua elaboração, além dos estudos teóricos a respeito desta temática, foi realizado um estudo de campo que envolveu duas turmas de 8º período do curso de Pedagogia da Unochapecó, mediante a aplicação de questionário, voltado à percepção e caracterização das situações mais significativas de aprendizagem ocorridas ao longo do curso, segundo o olhar das estudantes. Os resultados indicam que os momentos mais significativos de aprendizagem, na situação estudada, foram aqueles em que ocorreu o envolvimento direto e ativo das estudantes na apropriação/elaboração do conhecimento, bem como as situações que possibilitaram a aproximação com a prática e a teorização sobre a mesma. Nessa perspectiva, ganharam destaque as atividades extra-classe e de um modo especial, as atividades de estágio, mencionadas por praticamente dois terços das estudantes. Mesmo se tratando de um estudo de caráter ainda bastante introdutório, permite importantes reflexões sobre a dinâmica da aula universitária no curso de Pedagogia.

Palavras-chave: docência, aprendizagem significativa, Pedagogia.

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como propósito pesquisar as alunas do curso de Pedagogia, elencando quais foram as situações significativas de aprendizagem vivenciadas no período em que cursaram Pedagogia na Unochapecó. Foram entrevistas 02 turmas de 8º período do curso com as seguintes questões: O que são situações significativas de aprendizagem? No que estas atividades significativas se diferenciam de outras vivenciadas em sala? Quais as situações mais significativas vivenciadas por alunos que frequentaram o curso de Pedagogia no período de 2005 à 2010, do ponto de vista da inserção no mundo do trabalho.

Atualmente um dos grandes desafios em processos de ensinar e aprender são as metodologias, os caminhos percorridos para alcançar a aprendizagem. Partindo do princípio de que os objetivos e fins do ensino são definidos pela sociedade, a partir das suas necessidades (Anastasiou e Alves, 2004; Libâneo, 1985; Saviani, 2002) o desafio, neste cenário, é como garantir a percepção do significado daquilo que é trabalhado em sala de aula, e principalmente como possibilitar ao acadêmico estabelecer relação entre as questões da teoria com suas práticas cotidianas e suas preocupações profissionais.

A fragmentação das disciplinas torna-se um agravante quando idealizamos um sujeito pensante que faça as relações com o seu cotidiano. O trabalho a partir de uma visão disciplinar, geralmente, torna o conhecimento estanque, ou seja, em boa parte deste processo, não há conexão e diálogo entre as disciplinas trabalhadas.

É possível perceber, na trajetória histórica do processo de ensino escolar no Brasil, que este guia-se muito mais por uma concepção de ensinar tradicional, em que o aluno é visto como um ser imaturo, que precisa ser preparado, em que o processo é centrado no professor que detém o saber e é autoridade. Desta forma se estabelece uma relação de hierarquia vertical na qual o aluno é visto como ser passivo e simples receptor do conhecimento.

Para Libâneo (1985) a concepção tradicional de ensino consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O caminho em direção ao saber é o “mesmo” para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos capazes.

Saviani (2001) afirma que a Pedagogia Tradicional é classificada como intelectualista e enciclopédica, pois os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, sendo que o que vale é uma educação formalíssima e acrítica. A aprendizagem é mecânica e receptiva, sendo a memorização indispensável para que o aluno responda a situações novas.

Uma concepção que se contrapõe à forma tradicional de ensinar, e a qual será a norteadora deste artigo, é o processo de aprendizagem com sentido, ou seja, o que alguns autores denominam de aprendizagem significativa, que segundo David Ausubel (1968) é o processo pelo qual uma nova informação se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva à estrutura cognitiva do aprendiz. É no percurso da aprendizagem significativa que o significado lógico do material de aprendizagem se transforma em significado psicológico para o sujeito.

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

2 - CONCEITUADO A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

O conceito de aprendizagem significativa advém historicamente do ensino centrado na criança, dos movimentos pedagógicos renovadores do século XIX com raízes no pensamento de Rousseau e outros autores como Claparède; Decroly; Dewey; Freinet; Montessori; e outros que fundamentam seus estudos na concepção do aluno como responsável pelo seu próprio processo de aprendizagem e que concebe a aprendizagem como um processo de descoberta.

Para Moreira e Masini (1982), esta teoria é também chamada de teoria de Ausubel, que tem o seu enfoque na aprendizagem cognitiva, em que o sujeito aprende e está aberto a aprender quando integra a nova informação nos conhecimentos previamente adquiridos. Segundo Ausubel (1968) citado por Moreira e Mansini (1982), a aprendizagem significativa é um mecanismo humano para adquirir e armazenar a grande quantidade de ideias e informações de qualquer campo do conhecimento.

A aprendizagem significativa aparece também na concepção vigotskiana em que a aquisição de significados e a interação social são inseparáveis, já que os significados são construídos socialmente. Para Vigostsky, as palavras são signos linguísticos. Mesmo que os significados cheguem ao sujeito que aprende através de livros ou máquinas, ainda assim, é através da interação social que ele poderá convencer-se que os significados que captou são os significados socialmente compartilhados em determinado contexto.

Para Vigotsky é através da aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental. Essa interação deve se concretizar em sala de aula, ou seja, a aprendizagem significativa depende da interação social e de troca de significados via interação social.

Num contexto em que ainda predomina a concepção tradicional, segundo a qual, a aprendizagem do aluno depende diretamente da influência do professor e da forma como ele trabalha o seu conteúdo e na qual, muitas vezes, o conhecimento prévio dos alunos é ignorado, o conceito de aprendizagem significativa se coloca como uma mudança de perspectiva de compreensão do processo de ensino/aprendizagem.

Difícilmente o aluno vai construir significados se o conteúdo de aprendizagem é vago, não está estruturado, isto é, se não é de fato significativo do ponto de vista lógico. A percepção que o aluno tem de uma atividade concreta de aprendizagem não é, necessariamente, a mesma que o professor tem. Os objetivos do professor e do aluno, em geral, são diferentes.

A questão principal no processo da aprendizagem significativa está, segundo Ausubel (1968) citado por Moreira e Mansini (1982), no relacionamento de ideias simbolicamente expressas a algum aspecto relevante da estrutura de conhecimento do sujeito. É desta interação que emergem, para o aprendiz, os significados e o conhecimento prévio se modifica pela aquisição de novos significados. Desta forma, a diferença básica entre aprendizagem significativa e aprendizagem mecânica, está na relacionabilidade do conteúdo trabalhado com o conhecimento prévio dos alunos.

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

3 - O CONCEITO DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA AS ALUNAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Partindo da discussão colocada sobre a aprendizagem significativa, é possível afirmar que ela dependerá da maior ou menor riqueza e complexidade das relações que formos capazes de estabelecer. Para Piaget, construímos significados integrando ou assimilando o novo material de aprendizagem aos que já possuímos, ou seja, elaboramos significados cada vez que somos capazes de estabelecer relações. A experiência do dia-a-dia nos coloca em contato com uma variedade de fatos, de situações que são desconhecidas até que se tornem significativas,

[...] a construção de significados implica igualmente numa acomodação, numa diversificação, num enriquecimento, numa maior interconexão dos esquemas prévios. Ao relacionar o que já sabemos com o que estamos aprendendo, os esquemas de ação e de conhecimento - o que já sabemos - modificam-se e, ao modificarem-se, adquirem novas potencialidades como fonte futura de atribuição de significados. (PIAGET, 1974, p.132)

Nesta concepção de ensino, a motivação para aprender e compreender pode estar presente em maior ou menor grau em todas as pessoas, ou seja, a busca pelo conhecimento torna-se um instrumento valioso na aquisição de novos conhecimentos. Neste sentido, esta metodologia requer a apresentação ao estudante de situações com características diversas, complexas, ambíguas, antagônicas que o leve a estabelecer conexões entre os novos temas em estudo e os seus próprios saberes e experiências e mover suas próprias energias cognoscitivas, as quais são caracterizadas como situações significativas de aprendizagem.

Falar de aprendizagem significativa equivale, antes de tudo, a pôr em relevo o processo de construção de significados como elemento central do processo de ensino/aprendizagem. O aluno aprende um conteúdo qualquer - um conceito, uma explicação de um fenômeno físico ou social, um procedimento para resolver determinado tipo de problemas, uma norma de comportamento, um valor a respeitar, etc. - quando é capaz de atribuir-lhe um significado. (COLL, 2001, p.32)

Na pesquisa realizada envolvendo estudantes de duas turmas de 8º período do curso de Pedagogia, quando perguntado sobre quais as situações teriam sido mais significativas ao longo do curso, é possível perceber que um grande percentual das respondentes (quase 90%) indica situações que vão além da sala de aula como os estágios, as aulas práticas, as viagens de estudo e diversos tipos de atividades extra-classe que ocorreram durante o curso e são apontadas como situações significativas no decorrer do curso de Pedagogia. Os depoimentos a seguir ilustram essas manifestações.

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

Viagens de estudos, entrar em contato com a realidade do Pronera¹. Visitar o Ceom², entramos em contato com objetos concretos de nossa história (depoimento 1).

Os estágios marcaram muito. Outros aspectos que me fizeram crescer na caminhada acadêmica são os momentos de aprendizado fora de sala de aula, tais como: grupos de estudo, seminários, semanas acadêmicas, palestras, visitas à APAE³ apresentação do projeto de pesquisa (banca e seminário, pesquisa e extensão) teatro ... as aulas diferenciadas com visitas em espaços diferentes, aulas nos laboratórios, literatário, brinquedoteca, entre outros. (depoimento 23)

Muitas fora as situações significativas, mas em especial as que realmente marcaram foram as que aconteceram fora da sala de aula, posso incluir nesta o estágio obrigatório e não obrigatórios, seminários, semanas acadêmicas, grupos de estudos, visitas a espaços diferentes e viagens. As aulas em sala também foram positivas, porém, algumas não foram tão marcantes. (depoimento 31)

Esse fato, por si só, já nos parece bastante significativo, uma vez que indica ao corpo docente do curso de pedagogia, que a organização de atividades extra-classe são, do ponto de vista dos estudantes, as situações mais significativas de aprendizagem e as que, efetivamente permanecem em sua memória como os momentos mais importantes em sua trajetória de formação.

Cabe considerar, inclusive que, se organizadas de forma a oportunizar reflexões a cerca da realidade, poderão favorecer a elaboração de sínteses integradoras dos conhecimentos trabalhados nos diferentes componentes curriculares, o que pode ser fundamental para o crescimento intelectual e o amadurecimento teórico dos estudantes. Isto porque, sendo essas experiências vivenciadas em sua totalidade, exigem uma abordagem integradora em sua interpretação, o que favorece a articulação de diferentes saberes. A esse respeito, merece atenção a observação feita por Anastasiou e Alves (2004):

Reforça-se que o ponto de partida é a prática social do aluno, a qual, uma vez considerada, torna-se o elemento de mobilização para a construção do conhecimento. Tendo o pensamento mobilizado, o processo de construção do conhecimento já se iniciou. É preciso estar atento para que a elaboração da síntese do conhecimento, momento destacado na metodologia dialética, não fique desconsiderada. Ela possibilita à volta à prática social já elaborada, uma vez que o aluno construiu, no pensamento e pelo pensamento, evolução do objeto de estudo pretendido (Anastasiou e Alves, 2004, p 74).

As respostas indicam ainda que das 31 alunas entrevistadas, 18 apontaram o estágio como o momento de aprendizagem significativa no decorrer do curso, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

1. Pronera é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que desenvolve ações de educação nos acampamentos e assentamentos do Movimento Sem Teraa – MST
2. Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. Trata-se de um programa de pesquisa e de extensão, voltado a resgatar a história e a memória socio-cultural da região Oeste de Santa Catarina, bem como cultivar e desenvolver a educação patrimonial nas novas gerações, por meio de divulgação dos registros históricos da região.
3. APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que presta serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

Os estágios tanto da educação infantil como nas séries iniciais, acredito que foi o mais significativo, pois na graduação é mais teoria e a prática mesmo fomos aprender quando fomos para a escola. (depoimento 2).

Essas situações ocorreram durante estágio, pois é nessa etapa que trabalhamos como ocorre o desenvolvimento na criança. (depoimento 6).

Essa parece ser outra pista muito importante para o curso de pedagogia. É nos estágios que os estudantes estão sendo realmente desafiados a realizar uma articulação teoria-prática, confrontando a bagagem conceitual construída ao longo do curso com a realidade das experiências educativas concretas presentes nos espaços educativos em que os estágios se realizam. Além do próprio desafio de responder aos eventos presentes na prática cotidiana das ações educativas escolares, os estudantes podem vivenciar a experiência da articulação dos diferentes saberes na compreensão da realidade encontrada, para além da clássica divisão disciplinar dos conhecimentos, que geralmente marcam as atividades de estudo na graduação.

A percepção dessa importância fundamental dos estágios no processo de formação dos novos pedagogos nos remete à necessidade das instituições dedicarem o melhor dos esforços na organização das experiências de estágio, para que se concretizem efetivamente como encontros entre teoria e prática e como exercício de reflexão interdisciplinar. Para tanto, a disponibilidade de uma estrutura de supervisão e acompanhamento que possibilite, além do planejamento e da ação concreta a campo, momentos de reflexão e análise coletiva supervisionada, que estimule a análise teórico-prática efetiva. Isto porque a análise interdisciplinar não ocorre espontaneamente, pelo simples contato com a realidade da prática, nem é uma habilidade que se desenvolva sem exercício deliberado e persistente. Ou seja, é fundamental que a organização e acompanhamento dos estágios seja objeto de planejamento, acompanhamento e avaliação permanente por parte do curso, de modo que se desenvolva de modo adequado à reflexão e análise teórico-prática⁴.

Há que se observar também, por outro lado, que é nesse momento que os estudantes passam a manter um contato efetivo com a realidade da profissão docente, oportunizando a sua aproximação com a identidade docente, o que também parece ser fundamental à sua formação e ao seu amadurecimento profissional.

Outro aspecto a ser observado é que um terço das estudantes que participaram da pesquisa indicaram que as atividades que envolveram a sua participação direta na busca e construção do conhecimento, mediante estratégias de ensino ativo, foram indicadas como situações de aprendizagem significativa.

4. Nesse sentido, vale a pena registrar uma experiência presente na Unochapecó há pelo menos 07 anos e que propõe as bases de uma parceria entre a Unochapecó e os estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e redes na formação dos novos licenciados. Trata-se do Programa Universidade-Escola para Formação Docente, que tem como ponto de partida uma nova metodologia para a realização dos estágios nos cursos de licenciatura, particularmente no que se refere a parceria entre a universidade e os estabelecimentos de ensino na formação docente. Tem como objetivos promover uma aproximação efetiva e um processo de mútuo conhecimento entre a Unochapecó e os estabelecimentos de ensino envolvidos, além de favorecer a articulação teoria/prática na formação de professores nos cursos de licenciatura. O trabalho é realizado por um grupo de professores envolvidos na supervisão dos estágios e que são também articuladores pedagógicos do programa, responsáveis pela aproximação/articulação da Universidade com os espaços escolares conveniados.

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

As situações em que houve a troca de saberes como seminários, nas disciplinas, aulas práticas, a busca teórica e conhecimento de obras que nos trazem reflexões voltadas para o curso. (16)

Escrever trabalhos, entender autores para apresentar aos colegas, pois através da nossa explicação eles entenderiam. (21)

Estágios, leituras, apresentações, trocas de ideias, diálogos projetos(pedagogia na rua) trabalhos em grupos (28)

Anastasiou e Alves (2004, p71) nos apresenta a necessidade de substituirmos a lógica de dar e assistir aulas, pela perspectiva de construir aulas, em parceria com os estudantes. “*Assistir a aulas*, como se assiste a um programa de TV e *dar aulas* com se faz numa palestra não é mais suficiente: estamos buscando modos de – em parceria – *fazer aulas*”. E o importante, segundo as autoras, como já observamos acima, é que o ponto de partida e o ponto de chegada das aulas, seja a prática social, sobre a qual deve ser construída toda a reflexão teórica. Da mesma forma, Libâneo (2001) nos chama a atenção que a aprendizagem só ocorre, efetivamente, quando o estudante move as suas próprias energias cognitivas. E isso só ocorre quando desafiado a participar ativamente na construção do conhecimento.

Na verdade já há uma vasta literatura chamando a atenção para a importância do protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento, em vista da construção de um sujeito com maior autonomia intelectual e capacidade de produzir soluções originais, ante a situações inesperadas do cotidiano. O que é novo e chamou a atenção no trabalho de pesquisa, foi essa mesma perspectiva ter sido indicada pelas próprias estudantes, a partir do seu próprio envolvimento em atividades de estudo.

Assim, essa constatação feita a partir do olhar das estudantes que participaram do presente estudo, pode ser uma importante pista para reflexão do fazer pedagógico no processo de formação de professores.

A partir de leituras sobre a temática e da nossa experiência como docentes, levantamos uma reflexão, que emerge a partir destas respostas: é possível afirmar que as atividades práticas só terão sentido se necessariamente o sujeito tiver uma bagagem teórica elementar, a indicação de atividades extraclasse como mais significativas, só será possível se houver uma boa preparação teórica, ou seja, as aulas devem possibilitar a compreensão da experiência que esta sendo vivenciada, do contrário poderá até ser proveitosa, mas pouco ou nada ajudará no conhecimento, uma das alunas aponta:

“*Só a prática em sala de aula até pode dar certo um tempo, porém é necessário a teoria para dar autenticidade em seu trabalho.*” (depoimento 12)

Gamboa (2003) esclarece não ser possível conceber a teoria separada da prática. É a relação com a prática que inaugura a existência de uma teoria; não pode existir uma teoria solta. Ela existe como teoria de uma prática. A prática existe, necessariamente, como a prática de uma dada teoria. É a relação teoria e prática que possibilita a existência da prática.

Neste sentido, Gamboa (2003) sugere que o termo “práxis” pode esclarecer essa relação de tensão e nos remete a compreender melhor o conceito de práxis, a partir da reflexão de Marx (apud

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

Pimenta, 2002, p. 86), que afirma que “práxis é a atitude (teórico-prática) humana de transformação da natureza e da sociedade. Não basta conhecer e interpretar o mundo (teórico), é preciso transformá-lo (práxis)”.

Pimenta (2005, p.26) destaca que,

[...] o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Mediante esta afirmação fica claro que, a teoria tem importância fundamental, pois ao nos apropriarmos de fundamentação teórica nos beneficiamos de variados pontos de vista para uma tomada de decisão dentro de uma ação contextualizada, adquirindo perspectivas de julgamento para compreender os diversos contextos do cotidiano. A interação dialógica entre saberes gera o desenvolvimento de uma prática pedagógica autônoma e emancipatória.

Ainda segundo Pimenta (2005), os professores precisam refletir sobre a constituição e interação dos saberes, que ratificam a prática do fazer docente e desafiar-se a compreender as teorias existentes na sua própria prática, criando, assim, condições para que, com o subsídio da teoria, possa modificar seus pontos de vista e posturas na atuação como profissional da educação.

A práxis na concepção de Freire (2001), é a compreensão de que há uma necessidade de o homem sempre pensar sobre seus atos, implica, assim, o exame de suas práticas e ideias, a fim de perceber a relação entre os elementos que constituem a realidade social, cultural e política nas práticas pedagógicas cotidianas. A partir desta reflexão, Freire destaca que a constituição do ser social, na perspectiva da emancipação, acontece mediante o processo de ação reflexão sobre a ação numa busca permanente de compreensão do processo histórico.

Paulo Freire chama a atenção, de nós professores, da relevância em tratar a questão da práxis na educação para que as discussões nesse âmbito não permaneçam na periferia, no senso comum. Em sua obra “Educação como prática da liberdade” (2001) chama a atenção dos educadores quanto à ênfase em posições ingênuas, de forma que pouco ou quase nada do que é discutido leva o sujeito a posições mais indagadoras, inquietas e criadoras. “[...] A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria /prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo.” (FREIRE, 2003, p. 22).

Seguindo as reflexões de Freire, quanto mais o homem for capaz de refletir sobre sua realidade, maiores serão as condições de compreender, para então, sentir-se inserido e realizar mudanças. A compreensão da relação teoria prática, se dará, segundo Paulo Freire, a partir de um educador politicamente claro e tecnicamente competente.

Outra questão da pesquisa, indagou sobre o que foi fundamental para propiciar as aprendizagens significativas e em que aspectos elas se diferenciam das demais situações vivenciadas em sala de aula.

Percebe-se que 57% das alunas indicam a relação do conteúdo trabalhado com a prática docente como um dos aspectos importantes para a aprendizagem, e o fato do professor já ter vivenciado situações semelhantes, afirmando que os professores que conseguem estabelecer essa relação são os que mais ensinam. Acompanhe os depoimentos:

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

A diferença esta na pratica, pois na maioria das disciplinas não estabelecemos essa relação (depoimento 19).

Quando você esta em sala de aula, mesmo que os textos nos orientem, é diferente do que você colocar em prática e aprender sobre os métodos teóricos. (depoimento 27)

Poder relacionar com a teoria e ver o quanto é importante planejar. (depoimento 09)

Vivenciar momentos de professor, nós atuando no lugar do professor de sala de aula foi muito bom. (depoimento 24)

O fundamental foi a relação dos textos trabalhados com o nosso dia-a-dia.” (depoimento 13)

Nas demais disciplinas ocorreu de certa forma uma aprendizagem, porém em muitos momentos não houve um significado que marcasse a vida acadêmica.” (depoimento 18)

Moacir Gadotti em seu livro “Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido”, lançado em 2002, afirma que o processo da educação é necessário para a sobrevivência do ser humano que precisa apropriar-se daquilo que a humanidade já produziu. Se no passado isso era importante hoje tornou-se decisivo numa sociedade baseada no conhecimento.

O professor precisa saber, contudo, que é difícil para o aluno perceber essa relação entre o que ele está aprendendo e o legado da humanidade. O aluno que não perceber essa relação não verá sentido naquilo que está aprendendo e não aprenderá, resistirá à aprendizagem, será indiferente ao que o professor estiver ensinando. Ele só aprende quando quer aprender e só quer aprender quando vê na aprendizagem algum sentido. Ele não aprende porque é ‘burrinho’. Ao contrário, às vezes, a maior prova de inteligência encontra-se na recusa em aprender. (GADOTTI, 2002, p.28)

Para Gadotti (2002), se o que aprendemos não tem sentido, ou seja, não responder a alguma necessidade, não “aprendemos”. Alguma coisa ou pessoa é significativa quando ela deixa de ser indiferente. O que aprendemos sem sentido, é muito mais fácil de ser esquecido, justamente porque não pode ser usado no nosso cotidiano. Guardar coisa inútil é burrice. “O corpo aprende para viver”. É isso que dá sentido ao conhecimento.

Para 39% das entrevistadas as situações de aprendizagem significativa são proporcionadas a partir da motivação dos professores e de aulas com metodologias diferenciadas, veja:

As aulas diferenciadas, momentos que os alunos tem que buscar o conhecimento (depoimento 14)

A disciplina que me despertava curiosidade, ela se diferencia na forma com que o professor abordava (depoimento 15)

São aqueles que nos proporcionaram um retorno positivo, diferente da maioria dos momentos, eles nos possibilitam criar, errar, acertar e aí sim ter um resultado. (depoimento 11)

Assim como Paulo Freire, Gadotti também afirma que o ser vivo aprende na interação com o seu contexto: a aprendizagem é relação com o contexto que dá significado aquilo que aprendemos. Desta forma, para o educador ensinar com qualidade é necessário conhecer o contexto, o que significa ir além do conteúdo. Nós, educadores, precisamos ter clareza do que é aprender, do que é “aprender a aprender”, para entendermos melhor o ato de ensinar.

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

Compartilhamos com a visão de Paulo Freire de que é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento. Para o professor é essencial que ele conheça o conteúdo daquilo que ensina, pois, para ensinar é preciso, antes de mais nada, conhecer aquilo que se ensina (FREIRE, 2003, p. 79). O desafio está, portanto, em atribuir sentido ao programa curricular, organizando, criticando, relacionando o objeto de conhecimento e a realidade. Acreditamos que, enquanto educador, não basta saber como se constrói o conhecimento, mas sim dominar outros saberes da difícil tarefa de ensinar que pressupõe saber o que é ensinar, o que é aprender e, sobretudo, como aprender.

4 - CONCLUSÕES

As respostas levantadas pela pesquisa, indicam, a necessidade de rever e reavaliar o processo de ensino e aprendizagem do curso de Pedagogia. Se está claro que as atividades práticas e outras experiências extraclasse só têm sentido se tiveram o suporte de uma base teórica que lhe garanta a construção de significado e a superação do senso comum; de outro lado se as estudantes estão indicando que consideram pouco significativas as experiências na sala de aula é preciso repensar a dinâmica de trabalho em sala.

A partir desses apontamentos, indicamos algumas possibilidades para repensar os processos de ensino aprendizagem no curso de Pedagogia.

1 – Trazer o cotidiano para a sala de aula por meio da vivência dos próprios estudantes - A partir da nossa experiência como docentes no curso de Pedagogia, identificamos que atualmente os estudantes que cursam Pedagogia tem pouco ou nenhuma experiência em sala de aula, isso significa que é necessário aproximar as práticas escolares dos nossos alunos. Para isso julgamos importante a presença de profissionais com experiência na docência para socializar suas práticas e também a visita em espaços escolares e não-escolares para contribuir naquilo que as estudantes reclamam a ausência, que é a falta de sentido para aquilo que aprendem. Oportunizar aos estudantes o contato com a realidade das escolas (sala de aula) antes e durante o desenvolvimento das aulas dedicadas à formação de uma base teórica.

2 – Alterar os processos metodológicos de trabalhos com os alunos - Uma alternativa metodológica que, ao que tudo indica, pode ser bastante pertinente e significativa para essa necessária conexão teoria-prática, possibilitando uma aproximação dos estudos realizados nas salas de aula do curso de pedagogia à realidade da prática profissional dos pedagogos é a investigação, caracterização e sistematização dos principais desafios que os pedagogos enfrentam no cotidiano do seu trabalho e a sua apresentação/discussão em sala de aula, à luz das contribuições teóricas de cada componente curricular do curso de pedagogia (sociologia da educação, psicologia da educação, história da educação, didática, etc).

A idéia é de que para perceber os desafios da prática profissional, bem como para o exercício de articulação teoria/prática, isto é, de compreensão da prática a partir das contribuições das ciências, não é necessário, obrigatoriamente, que o estudante se desloque fisicamente até os espaços de atuação profissional. Uma forma prática e simples de fazê-lo pode ser a investigação, descrição e

Suzi Laura da Cunha, Odilon Luiz Poli

caracterização de tal realidade e seus desafios e sua apresentação, na forma de textos, vídeos e outras linguagens aos estudantes, desafiando-os à compreendê-los e a eles responder a partir das contribuições teórico-metodológicas de cada componente curricular presente e sua formação.

3 – Continuar a investir esforços no aprimoramento dos estágios, em direção a uma articulação cada vez maior entre universidade e as escolas que recebem estagiários, bem como entre a teoria e a prática, mediante a intensificação dos processos voltados ao exercício da análise da realidade à luz da contribuição teórica das ciências que fundamentam a prática educativa. Os avanços já realizados devem ser valorizados, mas é preciso seguir em frente nessa direção.

Esperamos que esses apontamentos possam servir de inspiração para novas reflexões em torno da prática pedagógica, motivando, inclusive, novas pesquisas a respeito e que as indagações aqui suscitadas possam ser um ponto de partida para a implementação de discussões e avanços nos processos de ensinar e aprender no curso de Pedagogia.

5 - REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processo de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: Universille, 2004

COLL, C. **O construtivismo na Sala de Aula**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: Ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo; Cortez, 2002.

GAMBOA, S. S. **A contribuição da pesquisa na formação docente**. In: REALY, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. Formação de professores: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCAR, 2003.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da Escola Pública a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos**. 15 ed. São Paulo: Loiola, 1985.

MOREIRA, M.A.; MANSINI, E.A.F.S.; **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo, Editora Moraes, 1982.

PIAGET, Jean. **Aprendizagem e Conhecimento**. In.: Aprendizagem e conhecimento. Tradução Equipe da Livraria Freitas Bastos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léia. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 35. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA ECOLÓGICA A PARTIR DE EDITH STEIN

Gabriela Mesa Casa¹, Michael Medeiros, Giani Burtet, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

¹Curso de Graduação em Direito
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Email: gabibege@unochapeco.edu.br
Fonte de Financiamento: Unochapecó

RESUMO

Há uma noção generalizada de que a educação ambiental seria o principal instrumento condutor para a formação de cidadãos aptos aos enfrentamentos dos grandes problemas e desafios atuais. Educação ambiental seria, nessa visão, não só contributiva mas essencial para a cidadania ecológica. No presente artigo, pretende-se introduzir um novo elemento a ligar educação e cidadania ecológica, qual seja o conceito de formação, conforme teorizado pela brilhante filósofa Edith Stein. O artigo está estruturado em três grandes partes. A primeira é dedicada ao estudo da cidadania ecológica. Nela busca-se demonstrar o quão distante encontra-se o atual conceito de cidadania daquele formulado pelos teóricos da modernidade. O cidadão, na atualidade é marcado pela incessante necessidade de garantir acesso aos direitos, ou seja, ter direito aos direitos. Além disso, a cidadania ecológica impõe posições no mínimo diatópicas e diacrônicas, as quais estão ligadas com o relativismo cultural, o multi e interculturalismo e a responsabilidade para com o futuro. A educação ambiental, por sua vez, é objeto de análise da parte final do artigo. Esta não se encerra mais aos bancos escolares, se dá de forma processual em ambientes formais e informais de educação. Nesta perspectiva a categoria formação de Edith Stehin, que ocupa a segunda parte do artigo, adquire centralidade para a problematização dos alcances da educação ambiental e permite formular o seguinte problema de pesquisa: a educação ambiental forma para a cidadania ecológica. Esta é a grande pergunta que não poderá ser esgotada neste artigo, que tem natureza introdutória. A pesquisa realizada para a elaboração do mesmo foi bibliográfica e utiliza-se o método indutivo. Conclui-se que a formação de cidadãos ecológicos passa pela educação ambiental mas nela não se esgota, dado depender de uma série de fatores internos e externos ao processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Cidadania Ecológica. Educação Ambiental. Formação.

1 INTRODUÇÃO

O homem é formado por três partes: corpo, alma e espírito que se realizam em relação harmônica. O entendimento desse homem depende da compreensão de sua complexidade. Edith Stein parte de tal postulado para explicar o papel da educação na formação do ser humano. A via escolhida pela autora, de caráter fenomenológico, supera os pressupostos ditados pela racionalidade científica que, desde o advento da modernidade, impera no ocidente e impõe o império da razão sobre os demais sentidos.

O ser humano, desde o advento da escola do direito natural passou a ter proeminência no ordenamento jurídico. Com a exacerbação do antropocentrismo, o homem foi alçado ao centro do sistema jurídico. Contudo perdeu a sua característica humana, já que passou a ser tido como um sujeito de direitos, espécie de figura abstrata que as constituições passaram a resguardar diante do poderio dos estados.

Dessa forma, o ser humano, de homem, passou a ser sujeito, na mais das vezes denominado de cidadão.

O cidadão, ou sujeito de direitos, é aquele ser humano a quem, por compartilhar características comuns com outros seres humanos e pertencer à mesma estrutura social e política dos demais, se conferem direitos, de diversas gerações ou dimensões.

Essa visão reducionista acaba tirando do cidadão o protagonismo na elaboração do direito, pois tais prerrogativas cabem ao Estado que, em sua transcendência, faz emanar os direitos aos cidadãos. Cidadania e garantia de direitos, restam assim, confinadas aos limites e à vontade do Estado.

Com os diversos sinais que prenunciam, senão a falência, mas, certamente, a perda de poder normativo do Estado, dentre os quais a grave crise ambiental global, um novo protagonista ou conjunto destes deve emergir. Os tempos atuais reclamam uma nova cidadania, não mais centrada na figura abstrata do sujeito passivo de direitos que os exerce isoladamente ou em conjunto contra o Estado.

O novo cidadão – ecologizado – é ao mesmo tempo detentor de direitos, prerrogativas e deveres para com a sua qualidade de vida, a dos demais, agora presentes, e a dos que nascerão.

Ocorre que este cidadão não está preparado para tamanho desafio. Uma série de motivos justificam esta afirmação. O pouco conhecimento acerca da cidadania ecológica, o pouco tempo de vida da educação ambiental e a quase que completa imperceptibilidade acerca do papel da formação na constituição destes novos cidadãos serão os pontos aqui aprofundados.

Inicia-se com alguns questionamentos sobre cidadania e ecologia, adentra-se na análise da educação ambiental e problematiza-se acerca das possibilidades e limites desta para aquela, a partir das perspectivas de Edith Stein.

2 CIDADANIA ECOLÓGICA

A Ecologia surgiu na segunda metade do século XIX, onde foi utilizada para designar uma ciência que estudasse a economia da natureza ou as relações com o meio ambiente. No entendimento de Odum:

A Ecologia tem se tornado, cada vez mais, uma disciplina integrada que une as ciências naturais e sociais. Deixou de ser uma matéria apenas biológica (...) mas também uma ciência aplicada, pois o comportamento humano tem muito a ver com a estrutura e função dos ecossistemas (2012, p. 07).

Estamos caminhando para uma exclusão do futuro, a situação está cada vez mais crítica e é preciso refletir seus comportamentos aqui na Terra. Morin (2005, p. 104) orienta que o desenvolvimento humano precisa de mais “ego e menos egoísmo [...] mais liberdade e mais comunidade”. Todos precisam ter autonomia e participação em todos os níveis até o nível planetário, caracterizando assim a cidadania ecológica. Na mesma linha de pensamento Guattari (1990, p. 9) defende que a crise deve ser respondida no nível planetário, mas para que o plano ecológico venha a ser aplicado depende de uma “autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais”.

Birnfeld (2005, p. 105) mostra os passos do discurso ecológico, que pode ser traduzido em atitudes baseadas em críticas que complementam e atualizam a própria civilização. O autor propõe que seja aderida à cidadania a ecologia, utilizando as três dimensões trazidas por Marshall (1967), mas com algumas ressalvas, especialmente a ausência de uma dimensão global uniformizada.

No entendimento de Guattari (1990, p. 37-38), existem três registros ecológicos que podem explicar a questão do desequilíbrio ecológico da deterioração do modo de vida humano. Estes registros estão divididos em meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. O autor alerta que o sistema capitalista imperativo pode conduzir ao desaparecimento da humanidade, devido à sua incapacidade de enfrentar as questões ecológicas.

Podemos perceber no posicionamento de Birnfeld (2005, p. 103) que é possível que de 07 (sete) pessoas apenas uma esteja consciente em utilizar razoavelmente as inúmeras possibilidades que atentam contra a cidadania, e são menos prejudiciais para o meio ambiente, a sociedade e o planeta. A grande maioria não se interessa em mudar o presente e, sucessivamente, o futuro. Conforme o autor, isso acontece porque as pessoas estão engaioladas de incompetência, marginalização, debilidade de alimentos, aprisionados na mídia, espírito vazio, em que não se tem mais limites de horas trabalhadas, sem conhecimento do aumento de precariedade dos ecossistemas e das espécies que o rodeiam no dia-dia. Portanto, para que esse plano ecológico venha a ser aplicado, deverá haver uma modificação no processo de educação. Conforme alerta Boff (2012) “somente um processo generalizado de educação pode criar novas mentes e novos corações, [...] capazes de fazer a revolução paradigmática exigida pelo risco global sob o qual vivemos”.

Dutra (2012, p. 10) explica que o próprio existir do homem é ação, produção, constituição e auto-constituição. Por isso deve-se resgatar a potência da realização do ser humano, que é a potência da vida, por meio do conhecimento criativo. É por meio dela que surge o sujeito da cidadania

ecológica. Para conseguir implementar a cidadania ecológica ou até mesmo a cidadania temos que aderir a algumas normas para que o ser humano possa desfrutar de uma melhor convivência no planeta.

Há pouco tempo, no ano de 1999, surgiu no Brasil a proposta de educação ambiental devido a um grande aumento nas relações com o ambiente, pois cada vez mais vem se discutindo sobre o futuro da vida, frente às catástrofes naturais que vêm abalando o mundo nas últimas décadas.

Todavia, a educação ambiental por si só não será capaz de fazer com que a humanidade estabeleça uma relação simbiótica com a natureza. Questões de cunho socioculturais têm um peso relevante na forma como o ser humano se põe diante do meio no qual está inserido.

Dessa forma, cabe, com base no conceito de formação de Edith Stein, problematizar acerca da eficácia da educação ambiental na formação de uma cidadania ecológica.

3 CONCEITO DE FORMAÇÃO EM EDITH STEIN

O conceito de formação para grande maioria dos pedagogos é utilizado referindo-se a totalidade da construção do homem, sendo a formação para esfera intelectual e a educação para a esfera moral, deste modo, o conceito de formação é mais amplo que educação, e conseqüentemente a formação se difere da educação.

Nas obras pedagógicas de Edith Stein, “formação” é o conceito mais citado e mais relevante para a filósofa, “[...] ela apresenta a formação como um processo com que as potencialidades da alma são plasmadas numa estrutura prevista, num contínuo crescimento” (GARCIA, 1987, p.66).

Podemos através do pensamento de Stein, falar do processo de formação do homem comparado com o da planta, ou seja, assim como as plantas o ser humano tem em si energias básicas que o fazem desenvolver-se. Não se trata de matéria inerente, sem vida, como argila na mão do artista ou pedra sujeita aos influxos do clima.

Nas palavras de Edith Stein podemos compreender melhor essa comparação:

Trata-se de uma raiz vital que tem em si as energias (forma interior) para desenvolver-se em determinada direção, justamente aquela direção na qual crescerá e maturará a figura perfeita, o quadro completo que brota a semente. (STEIN *apud* GARCIA, 1987, p. 66)

Os seres humanos não podem ser tratados como uma simples coisa (igual a barro e pedra), pois os humanos têm alma e são estipulados através da formação a crescer.

Para que o homem tenha seu desenvolvimento como deveria ser, ele necessita de instrumentos como o terreno fértil o clima próprio para ajudá-lo em seu crescimento pessoal. O papel do educador é oferecer em tempo e lugar certo, os meios para que o formando se desenvolva sem ferir sua liberdade, e para isso precisa utilizar de métodos e técnicas, entre outros recursos para despertar ao outro a vontade de aperfeiçoar-se.

Para Stein, os valores são essenciais na formação:

Para uma teoria pedagógica filosoficamente fundada, seria um pressuposto imprescindível a doutrina dos valores, desenvolvidas até os últimos princípios, e a correspondente exposição do conhecimento dos valores que pusesse em luz a parte que neles têm o intelecto e os sentimentos e as suas relações recíprocas (STEIN *apud* GARCIA, 1987, p. 76).

Não existe formação sem meta, portanto, a necessidade de compreendermos a pedagogia dos valores, para que assim, o formador tenha uma base axiológica para poder formar.

Com base em Edith Stein a formação não depende somente da educação, na forma como esta hoje é vislumbrada. A formação requer outros fatores, inclusive internos ao formando, e é processual. Ela não se encerra em etapas estanques e tampouco independe de um contínuo aprendizado, não somente formal.

Contudo, há que se reconhecer que sem a educação a formação estaria comprometida, já que dependeria apenas de outros elementos para se concretizar, daí a importância verificar como se encontra estruturada a educação ambiental.

Tal recorte se justifica ainda mais em virtude da perda das tradições decorrente dos processos de modernização, os quais, segundo Giddens (1997), puseram por terra as crenças existentes em instituições milenares como a igreja e a escola, o que de certa forma causou um deslocamento do ser humano daquilo que significava a sua vida, o esquecimento do ser heideggeriano.

Este espaço acabou sendo dominado pela crença na tecnociência, no progresso e pela necessidade de continuamente aumentar os padrões de consumo e de crescimento econômico, fatores quem, condicionam a efetividade da educação ambiental.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Falar de educação é falar de aprendizagem e aperfeiçoamento. É através dela que o desenvolvimento individual é formado. Dessa forma, “cada ser humano pode receber conhecimentos obtidos por outros seres humanos e trabalhar para obtenção de novos conhecimentos” (DALLARI, 2004, p. 66-80). Com essa nova mentalidade cresceu rapidamente o número de pessoas que começaram a entender sobre a proteção do meio ambiente.

Sirvinskas divide a proteção do meio ambiente no Brasil em três períodos:

a) primeiro começa com o descobrimento (1500) e vai até a vinda da Família Real portuguesa (1808), nesse tempo várias normas já eram implantadas mesmo que de forma isolada. [...] b) O segundo inicia com a vinda da Familiar Real (1808) e vai até a criação da Lei da Política Nacional do Meio ambiente (1981), marcado pela grande exploração do meio ambiente e de conflitos que eram solucionados pelo código civil. [...] c) O terceiro período começa com a criação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente sendo caracterizado pela maneira integral de preservar o meio ambiente através de um sistema ecológico integrado, obtendo uma aproximação do homem com a natureza, sem desobrigá-lo das suas responsabilidades (2012, p. 88-89).

Ao longo da história a humanidade sempre se identificou com o meio ambiente, podendo dizer que o disciplinamento faz parte da história jurídica, em que desde o velho testamento já haviam sido esculpidas normas para serem cumpridas. Mesmo antes de nós abrirmos os olhos da emergência do ambientalismo, já havia regras que disciplinavam as relações entre o homem e o meio ambiente, que hoje ainda utilizamos (BIRNFELD, 2005, p. 149). O autor entende que, com o passar do tempo, a sociedade foi se moldando e avançando. Consequentemente, os avanços trouxeram resultados inesperados, tendo de ser reavaliado o emergente campo do Direito Ambiental, requerendo interpretações sistemáticas e harmônicas, tanto no âmbito nacional como transnacional.

Birnfeld (2005, p. 154) chama a atenção para o fato das normas internacionais estarem cada vez mais se expandindo. Tem-se percebido que os impactos ecológicos transcendem fronteiras e, apesar de enxurradas de normas, o contexto normativo é tímido no espaço transnacional.

O entendimento de Sirvinskas (2012, p. 95) é que as pessoas têm que ter em primeiro lugar a consciência que somente se dará pela educação. O autor traz cinco tipos de analfabetismo: o tradicional, em que o cidadão não sabe sequer ler e escrever; o analfabetismo funcional, em que o cidadão até sabe ler e escrever, mas tem dificuldade para interpretar textos; o virtual, que apesar da tecnologia da computação estar avançada, muitos nem sequer sabem o que é um computador; o analfabetismo numérico, em que o cidadão não tem noção dos números básicos que somos cercados no dia-a-dia; e um dos mais importantes, que atinge todos os níveis de educação, do fundamental até o pós-doutorado, apesar de grande compreensão e bagagem de conhecimento não se conhece o ciclo da vida e dos recursos ambientais. Nessa senda, Sirvinskas (2012, p. 96) explica que se não combatermos essa desinformação, especialmente nos níveis de ensino, não será possível resolver o problema ambiental. Ainda defende que deve haver uma matéria interdisciplinar sobre meio ambiente.

Hoje, pode-se constatar grandes ameaças de catástrofes para os seres humanos, resultando numa preocupação nacional e mundial para com o meio ambiente, surgindo então as primeiras leis de proteção ao meio ambiente pelos Estados, estando expresso em nossa Constituição como meio ambiente ecologicamente equilibrado, resultado de uma sociedade consciente e democrática (OLIVEIRA, 2006, p. 60). Complementa o autor ao mencionar que foi dado o primeiro passo na Política Nacional de Educação Ambiental com regulamentação do art. 225, §1º, VI, da Constituição Federal pela Lei nº. 9.795/99, que regulamentou a educação ambiental incumbindo ao Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Nesse contexto, o artigo 1º da Lei nº 9.795 define educação ambiental como um conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida sadia e sua sustentabilidade. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012).

Ainda, o artigo 2º da mesma Lei afirma que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. A educação ambiental

tenta mostrar que o ser humano faz parte do meio ambiente e não aquele homem que se sente o centro de tudo e esquece-se da importância da natureza, da qual é parte integrante (METRÓPOLE DIGITAL, 2012).

No mesmo sentido, em São Paulo foi promulgada a Lei n°. 12.780/07, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Em 2010 surgiu o Decreto n°. 55.385, que atendeu aos objetivos propostos pela Lei citada, “[...] que instituiu Programa Estadual de Educação Ambiental e o Projeto Ambiental Estratégico Criança Ecológica, os quais autorizam o Secretário do Meio Ambiente a representar o Estado na celebração do convênio com municípios paulistas com fins não econômicos, instituições de ensino e/ou pesquisas, fundações e empresas localizadas no Estado de São Paulo [...]” (SIRVINSKAS, 2012, p. 97-99). Também na esfera internacional encontramos muitas tentativas de proteger o meio ambiente. Birnfeld (2005, p. 154-155) defende que foram dados alguns passos muito importantes com a Conferência de Estocolmo, em que foi proclamado o direito humano ao meio ambiente, assim como a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o qual serviu como grande estímulo para posteriormente celebrarem tratados internacionais no sentido de proteção ambiental.

A Conferência Rio-92 foi outro marco que impressionou pela participação de países que sentaram para discutir a questão ambiental e que causou reflexos no desenvolvimento de uma consciência na população e na esfera governamental.

Passado algum tempo, pode-se concluir que os resultados não foram positivos até por que, “pouco ou nada saiu do papel e os problemas ambientais e sociais globais continuam aumentando, o que conduz uma crítica ainda mais acirrada, no sentido de que a maioria das conferências da ONU segue a mesma regra, ‘boas definições de problemas e boas declarações de intenção de cooperação internacional, mas sem comprometer a ninguém, nem econômica, nem financeiramente’” (BIRNFELD, 2005, p. 156). Complementa Birnfeld (2005, p. 161) que o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado é entendido e devidamente insculpido no art. 225 da Constituição Federal como “um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Sirvinkas (2012, p. 96) chama a atenção para o fato que a Constituição Federal utiliza o termo “preservação do meio ambiente” (art.225, §1ª, VI), enquanto a legislação infraconstitucional fala em “conservação do meio ambiente” (art. 1º da lei n° 9.795/99). A orientação de Sirvinkas (2012, p. 96) é de que “Etimologicamente, preservar e conservar tem o mesmo sentido. No entanto, para o nosso campo de estudo “conservar” é permitir a exploração econômica dos recursos naturais de maneira racional e sem causar desperdício. “Preservar”, por seu turno, é a proibição da exploração econômica dos recursos naturais”.

Alerta Birnfeld (2005, p. 162) que os operadores jurídicos em geral deixam de aplicar a legislação ambiental nacional, o que pode ser explicado em parte pelos confusos dispositivos ou existência de lacunas. Os operadores de direito dão certo descaso à legislação ambiental por desconhecerem as próprias normas. Desta maneira não há como o operador jurídico proporcionar a concretização da cidadania, em especial os conteúdos ecológicos.

Partindo da ideia de Mata-Machado, Birnfeld diz que nenhum autor contribuiu tanto para à Ciência do Direito positivo como Hans Kelsen, em que teve de ser criado o Direito devido às condutas sociais e irracionalidade do conteúdo das normas, passando a aplicar e interpretar os mandamentos proposto pelo Estado. Assim, a cidadania passa a ser concedida como uma forma do Estado aplicada ao súdito, e o cidadão passa a ser aquela pessoa em que o Estado diz quem, quando e como é.

Ainda, o autor baseia-se no contexto de Capella devido ao novo princípio de configuração social, não econômica, é onde se estrutura a nascente da cidadania ecológica. Não se pode excluir ou ignorar as leis do mercado, mas colocar limites no livre mercado mundial. Outro exemplo que poderia ser citado é a tecnologia. Não se deve abandoná-la, mas impedir que se descontrole. Conseguindo obter esses objetivos, a missão do Estado Ambiental consistiria em levar a vida econômica apenas ao necessário.

No mesmo direcionamento, Sirvinskas (2012, p. 96) argumenta que a educação ambiental está relacionada ao consumo consciente (consumo sustentável). O autor chama atenção que devemos adquirir produtos realmente necessários e de empresas que realmente estão comprometidas com o meio ambiente, além de termos consciência de que os recursos ambientais são finitos e por esse motivo “[...] todos nós precisamos praticar condutas diárias de racionalização desses recursos, tais como energia, água, etc.”. Neste entendimento Capella (1998, p. 127) diz que os Direitos Humanos, no sentido aos recursos, não devem ser vistos como unitários e sim como direitos de uso e gozo, unido ao dever de zelar pela conservação para as próximas gerações.

4.1 Educação Ambiental e acesso a informação

Dialogar sobre a participação da sociedade no tocante da cidadania ecológica é falar de um comprometimento nos planos locais, regionais e internacionais. Assim, para que se tenha uma evolução no cenário da equidade e justiça social, deverá haver um processo de socialização da informação e conhecimento. É nessa esfera de análise que a educação ambiental, a qual está voltada para a formação da cidadania, passa a exercer uma importância fundamental. E é aí que entra a informação de qualidade, acessível e compreensível.

Os meios de comunicação de massa são, atualmente, as formas de acesso mais rápidas à informação. “As liberdades humanas, os modelos democráticos e os progressos tecnológicos são os responsáveis pela comunicação, tal qual se apresenta na sociedade contemporânea” (WOLTON, 2010, p. 197). O ser humano somente será cidadão se buscar informação e, assim, poderá cobrar o cumprimento dos direitos humanos. O Estado Democrático somente será contemplado se, de forma transparente para com todos os cidadãos, informar a verdade. “Todo e qualquer cidadão tem direito de ser informado ainda que pelo Estado e pelos meios de comunicação de qualquer questão relativa ao interesse público” (RADDATZ, 2012, p. 300). Mas devido a grandes mudanças que as sociedades vêm sofrendo, os Estados sequer têm conseguindo regulá-las. As leis, muitas vezes ao serem publicadas, já se encontram desatualizadas, resultando no problema de não conseguirem

estender os direitos básicos a todos e vivenciando uma desordem mundial (MADERS, 2012, p. 200).

Em outro direcionamento, Raddatz (2012, p. 301-302) sugere que deve haver uma distinção entre o público e o privado, pois um está cada vez mais próximo do outro, sendo difíceis de identificá-los. O autor sugere um mínimo de ética e bom senso nessa relação e ressalta que o público deve prevalecer sobre o privado. Em alguns momentos históricos, como o Regime Militar, os meios de comunicação enfrentaram represálias ao tentar exercer o direito de informar as ações de esfera pública e os cidadãos foram privados de seu direito de informação. A autora argumenta que esses fundamentos tendem para o sentido de construir uma sociedade melhor para todos, em que prevaleçam os sentimentos de liberdade, justiça, igualdade e solidariedade, o respeito ao outro, a busca contínua pela defesa da paz e dos direitos humanos.

Usufruir o direito à informação é uma maneira de exercitar a cidadania e reconhecer os demais direitos, posicionando-se em relação a eles e rediscutindo-os para evolução da sociedade. [...] Isso não depende de boa vontade, mas de um conjunto de interesses políticos e sociais compartilhados no coletivo (RADDATZ, 2012, p.307-312).

Incorporar as informações e o conhecimento é tarefa de muitos, como as escolas e instituições. “Uma sociedade sustentável pressupõe uma sociedade informada, na qual os vários segmentos produzem e têm acesso à informação qualificada, utilizando-a nos processos de formulação e decisões políticas” (CANHOS; CANHOS; SOUZA, 2004, p. 91).

Como se percebe, a educação ambiental não garante, por si mesma, atuações mais pró-ativas em favor da qualidade do meio ambiente.

Da mesma forma que depende de acesso à informação adequada, de espaços qualificados de participação, a cidadania ecológica requer sujeitos ambientalmente educados e com atitudes que beneficiem não somente a si, mas, principalmente, ao que lhe cerca.

Tais atitudes dependem da formação destes cidadãos. As relações entre formação, educação e cidadania encerrarão o presente artigo.

5 CONCLUSÕES

Em se tratando de Educação ambiental e a formação para a cidadania ecológica, algumas questões se impõem.

Até que ponto a educação ambiental forma para a cidadania ecológica?

Partindo do pressuposto que a educação ambiental visa formar sujeitos mais preocupados com as questões relativas ao esgotamento dos recursos naturais, ao desequilíbrio dos ecossistemas e do sistema ecológico global, qual o papel da formação em tal desiderato? Essa questão remete a uma outra que lhe é prejudicial: Quais as correlações entre formação e educação?

Segundo Stein, somente uma pessoa realmente formada é que pode formar. Para a filósofa, a pessoa está sempre em constante formação, está num contínuo crescimento, onde há necessidade de uma contribuição de fatores internos e externos para essa formação.

Desta forma, a educação ambiental e consequentemente a cidadania ecológica dependem, ao aplicar-se à questão o entendimento de Edith Stein, de uma contínua formação dos sujeitos.

A formação, por sua vez, não se restringe a fatores externos. Os sujeitos são instados a se adequarem às novas necessidades, esse é o sentido da formação. Ocorre que, a forma como se forma depende também do sujeito. A formação não ocorre de fora para dentro, ela, na maioria das vezes, advém desta pressão. A formação é fruto, antes de tudo, do sujeito. É ele que se forma.

Neste ponto, as análises de Stein podem ser complementadas com a teoria da autopoiese, dado apregoar a transformação interna dos sistemas.

Cabe aos protagonistas que atuam no novo cenário mundial, e é claro que o Estado é um deles, propiciar, assim, espaços formais e informais de educação ambiental.

A educação escolar é imprescindível mas não substitui aquelas que ocorrem em outros locais, não necessariamente vinculados às atividades fins de ensino e aprendizagem.

Os novos conselhos de democracia participativa e deliberativa são bons exemplos da formação fora dos muros da escolas.

Cabe ao Estado respeitar e garantir por meio de mecanismos adequados que todos sejam ouvidos em decisões respeitantes à vida de todos e, com isso, possibilitar a contínua formação para a cidadania ecológica.

Por fim, formação e educação são assim lados de uma mesma moeda. Eles se complementam e contribuem para a construção de uma cidadania mais ecologizada.

6 REFERÊNCIAS

BIRNFELD, Carlos André. **Cidadania Ecológica**. Pelotas: Delfos, 2005.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade e educação**. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/05/06/sustentabilidade-e-educacao/> Acesso em: 05 nov. de 2012.

CANHOS, Vanderlei. CANHOS, Dora Ann. SOUZA, Sidnei de. Informação ambiental e práticas de cidadania. In BEDIN, PINSKY, Jaime (Orgs). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

CAPELLA, Juan Ramón. **Os Cidadãos Servos**. Tradução de Lédio Rosa de Andrade e Têmis Correia Soares. Porto Alegre: Formato Artes Gráficas, 1998

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Primeiros Passos; 104).

DANIEL, Carlos. **O conceito de pessoa segundo Edith Stein**. Disponível em: <http://construtor.uolhost.com.br/websites/sector1/jovensador/o_conceito_de_pessoa_193.html > Acessado no dia 28/11/11.

DUTRA, Tônia Andrea Horbatiuk. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DEMOCRACIA COGNITIVA: reflexões sobre ética e cidadania ecológica**. Disponível em: <<http://www.gpda.ufsc.br/wp-content/uploads/2012/05/4.%20EDUCA%C3%87AO%20AMBIENTAL%20E%20DEMOCRACIA%20COGNITIVA.pdf>>. Acesso em: 03 out 2012.

Gabriela Mesa Casa, Michael Medeiros, Giani Burtet, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

GARCIA, Jacinta Turolo. **Edith Stein e a formação da pessoa humana**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 10ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GIDDENS, Antony. **A vida em uma sociedade pós-tradicional**. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 73-133.

MADERS, Angelita Maria. O ACESSO À JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. In BEDIN, Gilmar Antonio (Orgs). **CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE**. Ijuí: Unijui, 2012.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

METRÓPOLE DIGITAL. **Cidadania**. Disponível em: <http://www.metroledigital.ufrn.br/aulas/disciplinas/cidadania/aula_03.html>. Acesso em: 02 out 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Programa de Gestão Ambiental**. Disponível em: <<http://pga.pgr.mpf.gov.br/boletins/arquivos-de-boletins-2009/politica-nacional-de-educacao-ambiental/?searchterm=cfm>>. Acesso em: 02 out 2012.

MORIN, Edgar. **O método 4: As idéias: habitat, vida, costumes, organização**. Tradução Juremir Machado da Silva. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 2012.

OLIVEIRA, Beatriz Lopes de. Proporcionalidade no Direito Ambiental. In: LIVIANU, Roberto (Orgs). **Justiça, Cidadania e Democracia**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ministério Público Democrático, 2006.

ROSA, Gabriel Mauro da Silva. **A pessoa humana no pensamento de Edith Stein**. Disponível em: <<http://gtedithstein.blogspot.com/2010/09/pessoa-humana-no-pensamento-de-edith.html>>

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. DIREITO À INFORMAÇÃO: um Requisito Para a Cidadania na Sociedade Contemporânea. In BEDIN, Gilmar Antonio (Orgs). **CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE**. Ijuí: Unijui, 2012.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

O BRINCAR DAS CRIANÇAS CEGAS DE ZERO A SEIS ANOS

Abegair Farias de Lima¹, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

¹Licenciatura em Educação Especial
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: abegairfarias@yahoo.com.br

Fonte financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Unochapecó (PIBIC/FAPE)

RESUMO

Frequentemente, o tema “crianças cegas” e formas de atuação com este público tem causado ansiedade, mas, despertado a consciência do despreparo familiar e profissional para lidar com a temática. O objetivo do estudo foi compreender do que e de que forma as crianças cegas e com baixa visão de zero a dez anos brincam no contexto familiar e educacional. A pesquisa partiu de bases teóricas que subsidiaram a compreensão do papel do brinquedo no desenvolvimento de crianças cegas e com baixa visão. Tomou-se por base a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano como opção teórica. Foram considerados, especialmente, os estudos de Vygotsky, que buscam entender a construção do sujeito no contexto das suas relações sociais. Isso implica a compreensão da história de crianças marcadas com o estigma da deficiência, da falta, ficando, frequentemente ofuscadas as suas possibilidades. Com base nestas considerações optou-se por desenvolver uma pesquisa de campo, por entender que fornece subsídios necessários ao entendimento da investigação proposta. A coleta de dados aconteceu nas famílias de crianças cegas e em instituições especializadas. Foram adotadas entrevistas semiestruturadas com pais e educadores, e observações em contextos familiares e institucional. Os dados coletados foram organizados em categorias e teorizados por meio do método de análise de conteúdo, com base de Laurence Bardin. O estudo resultou na aprendizagem das famílias e dos profissionais atuantes com as crianças cegas e baixa visão, no que tange à forma de conduzir o brincar e as brincadeiras, bem como ao desenvolvimento e aprendizagem destas crianças. Conclui-se que as mediações do adulto nas diversas interações da criança com o meio ou com o objeto favorecem para que ela conheça o espaço possibilitando-a adquirir confiança em si, em suas possibilidades de movimentos e exploração tanto do objeto quanto do meio.

Palavras-chave: Crianças cegas. Brincar. Desenvolvimento. Relações sociais.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em crianças, sabemos que nem todas são iguais e ao mencionarmos a diversidade, nos reportamos à criança cega e com baixa visão, muitas vezes visualizada como passiva e dependente. Falar em crianças cegas ou com baixa visão nos remete a entender algumas das concepções que explicam como esta se constitui e como ocorre sua interação com o meio, desde os primeiros meses de vida. É preciso entender a educação da criança no contexto familiar, os elementos que possibilitam o seu contato com o meio e o seu desenvolvimento de forma integral.

A notícia de que uma criança é cega ou que a criança possui baixa visão impõe desafios às famílias, especialmente no sentido de oferta de experiências favorecedoras ao desenvolvimento.

Sabemos que o brincar é essencial na constituição da criança. As crianças cegas ou com baixa visão, sem acesso a um campo visual, dependem de um campo físico, mais restrito, definido espacialmente. Diante disto, nos deparamos com a importância da família e da instituição de educação ter conhecimento das peculiaridades de desenvolvimento dessas crianças, para favorecer o contato com os recursos lúdicos.

Beyer (2205) ampara-se em Vygotsky para afirmar que a deficiência pode ser primária (a deficiência em si, biológica, inquestionável), ou secundária (agravada pela privação social). Dessa forma, o acesso ao brinquedo pela criança cega e a interação social propiciada pelo brincar podem prevenir deficiências secundárias.

A cegueira é considerada uma deficiência sensorial cuja característica principal é a aquisição de informações visuais. Segundo Ochaíta e Rosa (1995, p. 83). “Isto, obviamente, tem consequências sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, tornando-se necessário elaborar sistemas de ensino que transmitam, por vias alternativas, a informação que não pode ser obtida através dos olhos”.

Ochaíta e Rosa (1995, p. 191) afirmam que o conhecimento do espaço distante, ou seja, do ambiente que não pode ser alcançado, portanto acessível somente mediante vias auditivas ou pelo movimento e a propriocepção são os aspectos mais sensíveis no desenvolvimento de crianças cegas. Afirmam, também, que apesar de a visão ser o principal sentido que permite a movimentação e orientação nos espaços amplos, pessoas cegas, mesmo de nascença, são capazes de conhecer e perceber de forma adequada, certos ambientes.

Frequentemente, o tema “crianças cegas” e formas de atuação com este público tem causado ansiedade, mas, despertado também a consciência do despreparo familiar e profissional para lidar com a temática. Em tempos de vivência mundial das políticas inclusivas, compreender a especificidade no desenvolvimento infantil dos diferentes grupos torna-se necessário.

Vygotsky (1999), além de chamar a atenção para a ação recíproca que existe entre o organismo e o meio, atribui especial importância ao fator humano presente no ambiente. É a partir do contato que a criança tem com outras crianças e com adultos que ela passará a organizar seus pensamentos e desenvolver-se.

Nesse sentido, não há como falar do desenvolvimento das crianças sem fazer menção ao brinquedo e as brincadeiras, pois estes exercem um papel importante e fundamental nos primeiros

anos de vida, uma vez que auxiliam no desenvolvimento das habilidades perceptivas, motoras, na criatividade e no raciocínio, contribuindo também para a sociabilidade do sujeito.

Considerando que a criança cega está desprovida de vivenciar algumas interações sem que exista a participação do outro, o objetivo deste estudo foi compreender a presença do ato de brincar no contexto familiar e educacional. Para isso, buscaram-se elementos que permitiram averiguar se as crianças cegas brincam, do que e de que forma acontecem essas brincadeiras e quem são os mediadores desse brincar.

Este artigo está embasado em uma pesquisa desenvolvida entre agosto de 2012 a julho de 2013. O estudo teve como motivação a necessidade de construir conhecimento nesta área e na convicção de que poderá contribuir para a reflexão e o redimensionamento dos recursos utilizados na estimulação das crianças cegas desde os primeiros meses de vida, partindo do pressuposto de que estas ações são essenciais para o pleno desenvolvimento da criança.

Primeiramente o foco do estudo era somente as crianças cegas de zero a seis anos. No entanto, após ir a campo para identificar o público alvo constatou-se a inexistência de crianças diagnosticada como cegas dentro desta faixa etária nas instituições no município de Chapecó. A pesquisa passou então a contemplar as crianças com baixa visão e a faixa etária foi ampliada para até dez anos, pois desta forma duas crianças com mais de seis anos de idade poderiam integrar a pesquisa.

Nesse sentido, o objetivo do estudo foi compreender do que e de que forma as crianças cegas brincam no contexto familiar e educacional. Para isso, fez-se necessário averiguar se as crianças cegas e baixa visão brincam no contexto familiar e educacional; compreender do que e com o que brincam nos referidos contextos; investigar com quem brincam; e entender de que forma acontecem as brincadeiras na família e na instituição educacional que a criança frequenta.

A pesquisa partiu de bases teóricas que deram subsídios para compreender o papel do brincar no desenvolvimento de crianças cegas, tomando por base a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano como opção teórica, o que subentende implicações metodológicas. Foram considerados, especialmente, os estudos de Vygotsky, que buscam entender a construção do sujeito no contexto das suas relações sociais, exigência do método dialético. O referido autor destaca em suas obras referentes à educação especial, a importância de visualizar o aspecto da eficiência, da especificidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças com necessidades especiais.

1 PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA CEGA E BAIXA VISÃO

As ações com o meio favorecem o desenvolvimento do sujeito e um dos mecanismos que possibilita essa interação é a capacidade de visualizar o meio e através das informações recebidas pela visão explorá-lo construindo relações a partir dos contatos estabelecidos com o outro, com os objetos e com o mundo externo. A visão é o sentido que permite registrar o meio visualizando as características de todos os elementos existentes no ambiente. Ela desencadeia a ação integradora que coordena os outros sentidos.

De acordo com Sá, Campos e Silva (2007) a cegueira pode ser congênita ou adquirida. Denomina-se cegueira congênita a que ocorre desde o nascimento e cegueira adquirida aquela decorrente de fatores orgânicos ou acidentais que pode acontecer após o nascimento, em qualquer idade da vida da pessoa.

No Decreto 5296/04 deficiência visual é definida como:

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

É indispensável, ao se pensar a respeito do desenvolvimento da criança cega, primeiramente conhecer como ocorre o desenvolvimento de uma criança considerada normal. Muitos são os estímulos que propiciam à criança um bom desenvolvimento permitindo-a dominar e controlar seu próprio corpo. Por esse motivo é importante que as crianças diagnosticadas como cegas recebam um atendimento que favoreça seu desenvolvimento na sua totalidade logo após o nascimento. Mesmo ao realizar atividades que são designadas para desenvolver habilidades numa determinada área (psicomotora/cognitivo/expressão e comunicação/sensório-perceptiva/pessoal-social) algumas experiências ou atividades estimulam todas as áreas.

Nesse sentido, de acordo com Fuente (2010)

O objetivo fundamental do atendimento precoce é favorecer um desenvolvimento evolutivo o mais normal possível, conhecendo a fundo as dificuldades que cada deficiência implica. Não se trata de ignorar que o bebê tem algum problema, e agir como se não estivesse acontecendo nada, mas de tratá-lo como um bebê normal, proporcionando-lhe a estimulação (a informação do ambiente) à qual não pode ter acesso por si mesmo (FUENTE, 2010, p.162).

Não proporcionar nenhuma estimulação intencional ao bebê cego contribui para o atraso de seu desenvolvimento, pois a falta de visão torna-o passivo por não receber os estímulos visuais que lhe permitem conhecer o ambiente e, desta forma, o impossibilitam de explorar o meio e alcançar os objetos que o rodeiam. Mesmo as crianças com baixa visão necessitam destes estímulos, pois ainda não tem a oralidade desenvolvida para manifestar o que enxergam ou de que forma percebem o que existe à sua volta.

Fuente (2010) ressalta que o bebê cego não é menos capaz que o bebê vidente e que ele também não tem nenhuma incapacidade de reagir. O que acontece é que devido à ausência de outros instrumentos que lhe permitem conhecer o ambiente ele fica desprovido das capacidades auditivas, olfativas e táteis que serão desenvolvidas através dos estímulos.

Os pais primeiramente precisam aceitar a deficiência do bebê e paralelo a isso aprender a confiar nas possibilidades do filho cego ou deficiente visual para levar uma vida normal. Por isso o profissional precisa possibilitar que os pais tenham acesso a informações que vão construir neles o

conhecimento das capacidades do filho e, desta forma, compreender a importância do atendimento precoce, pois estes facilitam seu desenvolvimento ao longo de toda infância.

A linguagem, de acordo com Fuente (2010) também é considerada um instrumento de informação fundamental para a criança cega, desde os primeiros meses de vida. Ela é um mecanismo que possibilita o contato com o meio que a rodeia, principalmente ao não ser possível manter um contato tátil devido aos objetos e as pessoas estarem distantes e por não conhecerem o ambiente.

Para a criança cega apenas as palavras voltadas à sua experiência direta são significativas. Em função disso muitas das palavras que não estão relacionadas ao seu dia a dia carecem de um sentido. A falta do enriquecimento de um vocabulário com significado para a criança cega produz uma defasagem entre o aspecto cognitivo e social da linguagem. Por isso, é importante salientar que para com a criança cega é preciso fazer uso de uma linguagem explicativa, evitando o verbalismo. A linguagem explicativa conforme cita Fuente (2010) possibilita que a criança cega compreenda melhor as novas situações, objetos e pessoas construindo assim um significado para estes.

Nesse sentido, ressalta ainda Fuente que a mãe, ao tocar seu bebê, seja ele cego ou vidente, costuma sempre falar com ele. Esta atitude da mãe é muito importante porque está lhe proporcionando estimulação linguística, independente da criança não conhecer o significado das palavras.

Assim, faz-se importante também que neste momento a mãe brinque com o bebê ou a criança cega de imitar as vocalizações quando estas aparecerem, provocando a repetição dos seus próprios sons.

As caricias e palavras da mãe, juntamente com estímulos físico (tocá-la, movimentar diferentes partes de seu corpo, ninar, fazer cócegas, etc.) constituem uma linguagem tátil auditiva que substitui a do contato visual no vidente. Não importa que a criança chore no começo, quando a pegamos no colo ou a tocamos. Pouco a pouco relacionará o contato com sua mãe e sua voz a uma situação prazerosa (FUENTE, 2010, p. 164).

A falta de visão pode acarretar estranheza por parte da criança e isso ocasionar a resistência a qualquer estímulo tátil. Com a ajuda da mãe ou do adulto que conversa com ela, repetindo através das falas as ações que serão realizadas e o nome das coisas que o rodeiam, tocando tudo o que estiver ao seu alcance, será possibilitado à criança a assimilação dos conceitos. Dessa forma, à medida que vai construindo um vocabulário significativo e vai interagindo com o meio, a criança cega aprenderá a perguntar sobre aquilo que desconhece.

2 DO QUE E COM O QUE AS CRIANÇAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO BRINCAM

O ato de brincar para toda criança é muito importante, pois favorece a aquisição de habilidades motoras e de diferentes aprendizagens. Nesse sentido, ao considerar esta afirmação convém afirmar que para a criança com deficiência visual ele é fundamental. Durante o brincar e nas brincadeiras estabelecem-se situações que possibilitam à criança construir conhecimentos acerca do ambiente e dos objetos à sua volta.

As crianças, no momento do nascimento, sejam videntes ou cegas, têm todas as determinadas capacidades reais para receber os estímulos do ambiente; o que significa que vão ter os mesmos desejos, reações e necessidades de maneira global, embora também seja verdade que não existem duas crianças iguais no desenvolvimento, influenciando nisso as características pessoais, os estímulos ambientais e as experiências prévias (COBO, RODRIGUEZ, BUENO, 2010, p. 97 e 98).

O ato de brincar se constitui de diferente forma em cada criança. Nesse sentido, isso não seria diferente nas crianças cegas e baixa visão. Primeiramente porque o contato e a exploração do brinquedo acontecem de forma diferente, considerando o interesse despertado pelo brinquedo na criança cega e baixa visão. Vai depender também dos estímulos externos, da maneira como o adulto interage com a criança, do significado que ele dá ao brinquedo, das situações desencadeadas durante o brincar. Quando questionadas as famílias sobre os brinquedos que as crianças gostam de brincar, constata-se que o interesse da criança pelos brinquedos vai depender do que os pais disponibilizam aos filhos e a intensidade com que exploram cada momento de brincadeira.

Segundo Bruno (1993) na medida em que ela se relaciona com os objetos e pessoas sua atenção não está centrada apenas em suas próprias ações e movimentos.

Ao observar a relação que as crianças estabelecem com os objetos ao brincar percebeu-se que o valor que o adulto designa ao brinquedo e a forma como explora durante os momentos de brincadeiras repercute no interesse da criança em manuseá-lo.

Nesse sentido, convém ressaltar que a relação afetiva desempenha papel fundamental para o desenvolvimento integral da criança, seja ela cega ou vidente. As pessoas que fazem parte do dia a dia da criança são as que promovem a construção do processo de organização a partir das relações estabelecidas e sua interação com o meio.

Durante as observações no contexto familiar constatou-se que as famílias, de acordo com suas condições, disponibilizam uma diversidade de objetos e brinquedos para as crianças, mas que de acordo com a intencionalidade de cada uma é que vai variar a diversidade do que é oferecido. Se a intenção da família é que a criança explore o ambiente, sem o objetivo de estimular o resíduo visual que a criança tem, presenciou-se que são oferecidos à criança brinquedos sonoros. Tais brinquedos emitem sons de animais, ordens simples e algumas falas de fácil compreensão como o nome dos animais; pianos que precisam utilizar baqueta para reproduzir o som, carrinhos, bolas, utensílios do lar como tampas de panelas, pratos, brinquedos de pelúcia com som musical, lanterna, chocalhos, objetos com guizos, entre outros.

Ao questionar as famílias sobre os brinquedos ou brincadeiras que as crianças demonstram preferência, responderam que vai depender do objetivo e do que é disponibilizado. Se o foco é na estimulação do resíduo visual da criança, tanto no ato de brincar quanto na fala da mãe, constata-se essa intencionalidade. Ao questionar a mãe de Heitor sobre quais os brinquedos que a criança mais gosta, ela relatou que os brinquedos que ele mais gosta “[...] são lanterna, com cores. O maior interesse que ele demonstra são os brinquedos com luminosidade que no caso seria a lanterna devido à baixa visão, onde ele está indo atrás”.

Para Fuente (2010, p. 167) “[...] os brinquedos e objetos que forem oferecidos à criança devem combinar textura, forma, som, temperatura, odor e sabor, quando for possível, para favorecer a associação multissensorial (auditiva, tátil, olfativa e/ou gustativa)”. Nesse sentido, levando em consideração os estudos de Vygotsky, devemos ter a compreensão de que cada ser humano tem sua singularidade e constituir-se-á através das experiências significativas que lhe forem proporcionadas, sejam elas sociais, afetivas, cognitivas e adaptativas. Por isso é necessário explorar todas as possibilidades, pois através das relações estabelecidas com o outro e com o meio ao qual está inserido é que acontecerá sua aprendizagem e desenvolvimento. Assim, percebe-se como importante o relato das mães ao questioná-las sobre a preferência das crianças pelos brinquedos: “procuro oferecer o brinquedo e ir ensinando como faz, ele ainda não tem um desenvolvimento de saber escolher o que quer brincar” (mãe do Heitor) ou ainda “depende muito do seu estado emocional. Tem dias que se interessa por muitas e dias por nada. O Vinicius ainda resiste muito ao toque o que dificulta um pouco” (mãe do Vinicius).

Durante a observação constatou-se também que favorecer à criança conhecer o espaço para poder se deslocar nele contribui de forma significativa para o desenvolvimento motor da criança, pois permite a exploração do meio e o contato com as coisas à sua volta. Na fala da mãe do Louis foi possível constatar quando ela relata que seu filho “é um menino que explora tudo. Ele gosta de tocar tudo o que tem à sua volta para descobrir coisas novas. É assim com tudo. Como ele já conhece todos os espaços da casa não fica difícil para ele ir por tudo brincando”.

Para Fuente (2010) o deslocar-se no ambiente, devido à ausência da visão é uma das limitações que mais influi no desenvolvimento geral da criança. A ação do adulto nas intervenções que favoreçam à criança conhecer o espaço possibilita-a a adquirir confiança em si mesma. Essas intervenções acontecem a partir das informações verbais e dos sinais antecipados sobre o que existe no ambiente, ao seu redor. Essas orientações devem ser dadas às crianças mesmo quando elas não puderem tocar o que tem à sua volta.

3 EXPLORAÇÃO DOS BRINQUEDOS PELAS CRIANÇAS

A maneira como as crianças cegas e baixa visão são estimuladas na exploração do ambiente à sua volta contribui de forma significativa para o desenvolvimento das mesmas. As orientações que a mãe dá à criança enquanto está possibilitando a ela deslocar-se no espaço é uma forma de incentivo para alcançar o objeto que está sendo usado como instrumento mediador.

A assimilação dos conceitos, a organização do pensamento, a percepção dos acontecimentos à sua volta acontecerão na criança cega e baixa visão na medida em que, com a mediação do adulto, sejam nomeados os objetos presentes no espaço que a rodeia. Nesse processo de construção da aquisição da linguagem e organização do pensamento Fuente (2010), ressalta que é necessário que a criança explore o ambiente através do toque. Para isso, enquanto o adulto conversa com a criança, nomeando os objetos, ele deve possibilitar que ela vá tocando nas coisas que estiver à sua volta, ao seu alcance. “Uma boa forma de ajudar a criança a manipular os objetos é interagir ativamente com ela” (FUENTE, 2010, p. 168).

Nesse sentido, destaca-se a importância da mediação da família nas diversas situações do cotidiano da criança cega e baixa visão para que ela construa diariamente habilidades que favoreceram o seu desenvolvimento. A mãe da Vitória relata que “como você pode ver a Vitória cria situações em suas brincadeiras. Ela brinca de faz de conta onde os brinquedos assumem papéis diversos. As bonecas são pessoas. Ela cria histórias e vai usando os brinquedos, os espaços onde ela está”. A narrativa da mãe de aponta que a criança cria situações em suas brincadeiras a partir dos diferentes contextos que vivenciou.

4 COMO SÃO ORGANIZADOS OS MOMENTOS DE BRINCAR DAS CRIANÇAS

É importante conhecer as peculiaridades acerca do desenvolvimento das crianças cegas e baixa visão para então organizar o planejamento de como trabalhar no contexto educacional. Esse conhecimento será orientador também para as famílias, pois estas carecem de informações de como propiciar também em casa estímulos para o desenvolvimento das crianças cegas ou baixa visão. “Se a intenção é que os diferentes contextos educativos em que crescem as crianças cegas satisfaçam suas necessidades especiais, é preciso analisar cuidadosamente as vias alternativas de que tais crianças dispõem para construir seu desenvolvimento” (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2010, p. 153).

Ao observar como é a organização dos momentos de brincar com as crianças cegas e baixa visão constatou-se que a professora apresenta as opções e as crianças escolhem. Em seguida, ela deixa que os mesmos brinquem espontaneamente.

Segundo Fuente (2010), a maneira como esta organização acontece e a forma como a mãe age com a criança incide sobre seu desenvolvimento. Isso porque a organização do brincar envolve não somente a ação propriamente dita. Esse momento requer carícias, falas afetivas da mãe juntamente com estímulos físico (tocar na criança, movimentar diferentes partes de seu corpo, ninar, fazer cócegas, etc.). Essas intervenções constituem uma linguagem tátil auditiva e é este desencadear de ações que substitui o contato visual no vidente e que permite à criança cega interagir sentido segurança nas situações novas que vivencia.

Bruno (1993) ressalta que a mediação do adulto incidirá sobre a aprendizagem da criança e durante as observações nas residências constatou-se que as famílias percebem a importância da mediar os diversos momentos em que acontecem as brincadeiras com as crianças e de diferentes formas elas se organizam na tentativa de despertar o interesse e a interação com os brinquedos. As famílias criam diversas estratégias que envolvam as crianças. Na medida em que vão oferecendo os brinquedos os pais vão nomeando-os para que a criança perceba que os brinquedos além dos sons diferentes que emitem e das formas diferentes que tem, também tem nomes diferentes.

Da mesma forma como o brincar é importante para que as crianças cegas e baixa visão construam as diversas percepções acerca do ambiente, a maneira como as famílias e as professoras anunciam o que será realizado com as crianças também é relevante. Isso porque as orientações dadas possibilitam às crianças terem noção do que vai acontecer.

Nas observações na instituição constatou-se que as professoras descrevem os objetos ou brinquedos que serão utilizados para o desenvolvimento da atividade. Num primeiro momento

professora e criança brincam. Em seguida a professora faz uso do objeto como instrumento que possibilita o desenvolvimento de outras atividades e assim favorece a aquisição de novas habilidades e a estruturação do pensamento e da linguagem nas crianças.

Nas diversas experiências sociais a que são expostas, estarão sendo construídas as estruturas fundamentais do pensamento e da linguagem, pois é “através dos variados contornos individuais de cada criança que as trocas psicossociais se tornariam enriquecedoras e contribuiriam para o crescimento de cada um no grupo” (BEYER, 2005, p. 75).

Observou-se que com as crianças maiores de seis anos uma das professoras utiliza materiais concretos, sendo muitos deles utilizados no cotidiano da criança, a exemplo dos que são necessários às atividades da vida diária.

5 REAÇÕES QUE AS CRIANÇAS DEMONSTRAM AO BRINCAR

Muitas podem ser as reações demonstradas pelas crianças cegas ao brincar. Não diferentes das crianças videntes, as crianças cegas ou baixa visão possuem suas especificidades, as quais devem ser levadas em consideração nas diferentes situações propostas. Nas observações e relatos das famílias durante as entrevistas constatou-se que as crianças manifestam-se de diferentes formas durante o brincar.

De acordo com Ochaíta e Espinosa (2010) faz-se necessário que a família ou as pessoas que interagem com a criança conheçam as dificuldades que a criança cega tem para identificar os objetos que manuseia. Por isso, nesse processo de construção mental da imagem, é importante conhecer as estruturas que vão possibilitar o desenvolvimento da coordenação audiomaneira.

Ao observar as crianças brincando percebeu-se que quando se trata de brinquedos que emitem alguma vibração, elas reagem com maior interesse, atentas ao movimento do brinquedo. Como exemplo, crianças reagiram positivamente a bolas borracha, pegando-as na mão, apertando-as, fazendo-as deslizar. Quando sentadas com os brinquedos em volta, observou-se as crianças tateando o espaço para sentirem o que está à sua volta, pegando, batendo um brinquedo contra o outro para ouvir o som que emite.

Constatou-se que o balanceio rítmico está presente nas crianças cegas que fizeram parte deste estudo. Nas observações realizadas tanto no contexto educacional quanto no familiar percebemos que ao realizarem algumas ações aonde não se faziam necessários movimentos constantes, as crianças cegas, nos momentos que brincavam com algum brinquedo ou que dialogavam com professores ou familiares, apresentavam o balanceio rítmico continuamente.

6 RESULTADOS

O ato de brincar e a interação com o brinquedo não se apresentam da mesma forma em todas as crianças. Percebeu-se, através das repostas das famílias, que a relação que elas estabelecem com as crianças e o significado atribuído ao brinquedo contribuem para que ocorra o envolvimento e interesse pelo brincar.

A partir da relação afetiva existente entre adulto e criança cega e baixa visão possibilita-se que novos níveis de desenvolvimento sejam alcançados. Algumas orientações sobre como interagir com a criança desprovida da visão são necessárias. Isso porque na ausência da visão a criança precisa ir aos poucos se familiarizando com o ambiente e com as pessoas de seu convívio.

Na medida em que são oferecidas à criança estratégias que lhes favoreçam conhecer o ambiente e perceber a existência de objetos neste espaço, ocorre a sua exploração.

A mediação com a criança por meio do brinquedo possibilita aprendizagem e de diferentes formas elas vão manifestar seus interesses e preferências, assim como o significado que o brincar e ou a brincadeira tem. Durante o brincar e nas brincadeiras são estabelecidas situações que possibilitam à criança construir conhecimentos acerca do ambiente e dos objetos à sua volta e a ação desenvolvida pela mesma dependerá da maneira como o adulto provoca a interação, o significado que ele dá às situações desencadeadas durante essa interação.

7 CONSIDERAÇÕES

A partir deste estudo são vários os apontamentos que podem ser feitos envolvendo a criança cega na sua totalidade, tanto no aspecto físico quanto no cognitivo, afetivo, social e motor. Primeiramente, ao considerar que a visão é o sentido que permite registrar o meio visualizando as características de todos os elementos existentes no ambiente, não se pode considerar a criança cega ou baixa visão desfavorecida no sentido de exploração do espaço. Se lhes forem possibilitados estímulos adequadamente, o seu desenvolvimento pode acontecer próximo ao estimado para a faixa etária.

A partir das leituras realizadas para desenvolver este estudo compreendeu-se que o desenvolvimento motor, em si mesmo, não é mais lento nas crianças cegas. O que se percebe na criança cega é que o desenvolvimento sensorio-motor, em função da deficiência, tende a apresentar alguns aspectos que necessitam de um olhar mais atento.

Um meio de favorecer na criança cega o desenvolvimento da capacidade de organizar seu espaço é através da realização de um programa de atividades motoras, no qual há a necessidade de serem elencadas atividades e exercícios que contribuam para o desenvolvimento de conceitos espaciais. No entanto, se faz necessário favorecer na criança a percepção de seus movimentos, para que ocorra a realização das ações intencionais. Portanto, é essencial a intervenção do adulto na efetivação destas, para que a criança consiga executá-las com maior habilidade e destreza para que ela não se torne passiva por não receber os estímulos visuais que lhe permitem conhecer o ambiente.

A fala, mediando as diversas situações, exerce grande importância, pois ao passo que a criança cega ou baixa visão constrói o significado das palavras, ocorre o processamento dos acontecimentos à sua volta e, com isso, a compreensão de novas situações, objetos e pessoas.

Mesmo que ocorra a resistência por parte da criança cega ou baixa visão aos estímulos e ela possa estranhar e reagir com choro ou outras manifestações de rejeição, tanto os autores que embasaram este estudo quanto as mães, mencionaram que deve haver a insistência para

criar a interação. Dessa forma, aos poucos, a criança aceita os estímulos que favorecerão o desenvolvimento.

Toda a relação estabelecida com a criança cega ou baixa visão favorecem-na a organizar suas experiências e a partir destas estabelecer relações com o meio. Nesse sentido, compreendeu-se que todas as pessoas que estabelecem contato com a criança cega ou baixa visão, seja através do toque ou da fala, precisam ter cuidado com a maneira de falar, com o jeito de abordá-la, de tocá-la e segurá-la. É preciso conhecer as preferências da criança, de que forma é possível lhe transmitir segurança e prazer e buscar compreender seu jeito de ser.

No que diz respeito à manipulação dos brinquedos, os pesquisados descrevem que inicialmente este ocorre pela boca, depois pelas mãos, pés e outras partes do corpo a fim de descobrir suas características. Sendo assim, o ato de brincar para toda criança é muito importante, pois favorece a aquisição de habilidades motoras e de diferentes aprendizagens.

Ao observar a relação que as crianças estabelecem com os objetos ao brincar, percebeu-se que o valor que o adulto designa ao brinquedo e a forma como explora durante os momentos de brincadeiras, vai repercutir no interesse da criança em manuseá-lo. Porém, outro aspecto importante e que deve ser levado em consideração é que as famílias, de acordo com suas possibilidades, irão disponibilizar a variedade de brinquedos e ou objetos para a criança. Por isso o interesse ou preferência que a criança vai demonstrar ao brincar dependerá da importância que o objeto lhe desperta.

As mediações do adulto entre a criança e o meio favorecem para que ela conheça o espaço, possibilitando-a adquirir confiança de si, de suas possibilidades de movimentos e exploração, tanto do objeto quanto do meio.

Nesse sentido, as maneiras como a organização dos momentos de brincar acontecem e a forma como a mãe age com a criança, incide sobre seu desenvolvimento, isso porque a organização do brincar envolve não somente a ação propriamente dita. Constatou-se, pela pesquisa, que as famílias percebem a importância de mediar os diversos momentos em que acontecem as brincadeiras com as crianças e de diferentes formas elas se organizam na tentativa de despertar o interesse pelos brinquedos.

As relações estabelecidas com a criança cega e baixa visão favorecem-na, pois na medida em que elas se relacionam com os objetos e pessoas, sua atenção não está centrada apenas em suas próprias ações e movimentos, elas aprendem a brincar, a interagir com as pessoas e com o meio.

O estudo resultou na aprendizagem das famílias e dos profissionais atuantes com as crianças cegas e baixa visão, no que tange à forma de conduzir o brincar e as brincadeiras. Resultou, também, na aprendizagem dos pesquisadores, por meio do contato direto com as crianças, instituições e famílias, além dos estudos e discussões realizados.

Não consideramos este estudo encerrado, mas sinalizamos para a importância de continuar investigando acerca das especificidades no processo de ensinar e aprender, que envolve crianças cegas/com baixa visão. Como essas crianças constroem conceitos? Que outros referenciais que não os visuais propiciam seu desenvolvimento e aprendizagem? São questões para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BEYER, Hugo Otto. Por que Lev Vygotsky quando se propõe uma educação inclusiva? In: **Revista Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Educação/Departamento de Educação Especial. n. 26, Santa Maria: 2005. p. 75-81 Disponível em: www.ufsm.br/ce/revista

BRASIL. Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Acesso em 10/09/2012.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. SÁ, Elizabete Dias de; CAMPOS, Izilda Maria; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Deficiência Visual**. Brasília: SEESP, SEED, MEC, 2007.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual: da intervenção precoce a integração escolar**. São Paulo: NEWSWORRK, 1993.

COBO, Ana Delgado; RODRÍGUEZ, Manuel Gutiérrez; BUENO Salvador Toro. Desenvolvimento cognitivo e deficiência Visual. In: MARTÍN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro (Coord.). **Deficiência visual: aspectos psiconeuroevolutivos e educativos**. [Tradução: Magali de Lourdes Pedro]. 1ª ed. São Paulo: Santos, 2010.

FUENTE, Begonã Espejo de La. Atendimento precoce. In: MARTÍN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro (Coord.). **Deficiência visual: aspectos psiconeuroevolutivos e educativos**. [Tradução: Magali de Lourdes Pedro]. 1ª ed. São Paulo: Santos, 2010.

OCHAITA, Esperanza; ROSA, Alberto. Percepção, ação e conhecimento nas crianças cegas. In: COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Trad. Marcos S. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, Vol. 3, 1995.

OCHAITA, Esperanza; ESPINOSA, Mª Ángeles. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas. In: COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Trad. Marcos S. G. Domingues. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, Vol. 3, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. 6ª ed. São Paulo: Fontes Martins, 1999.

NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: DIREITOS HUMANOS E EMANCIPAÇÃO

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
andicco@unochapeco.edu.br

Fonte de financiamento: bolsa de Iniciação Científica com recursos do artigo 170
da Constituição Estadual de Santa Catarina

RESUMO

A experiência de alguns países da América Latina que passaram por processos constituintes nos últimos anos merece atenção e estudo por parte dos atores do direito, já que o novo constitucionalismo latino-americano caracteriza-se como fruto de reivindicações sociais. Trata-se não somente de processo normativo, mas também sociológico social com vistas às identidades culturais suprimidas pelo poder econômico e político na maioria, se não em todos, os países latino-americanos. O objetivo geral deste artigo é analisar o movimento denominado de novo constitucionalismo latino-americano, suas características preponderantes, com destaque ao Pluralismo Jurídico e seu aspecto dinâmico que reconhece a importância da diversidade e da emancipação, ancorado nas experiências multiculturais e interétnicas como forma de emancipação e renovação dos textos constitucionais. Os objetivos específicos são: explicar as características deste novo modelo constitucional, com ênfase no pluralismo jurídico; e abordar as experiências constitucionais da Colômbia, do Equador, da Bolívia e do Brasil, a fim de verificar as mudanças ocorridas nesse processo de constitucionalização. A metodologia utilizada no processo de conhecimento foi a pesquisa bibliográfica e a documental, e está organizada em duas partes: estudo das principais diferenças dos modelos constitucionais e os momentos históricos que os originam; e os processos constituintes da Constituição colombiana, equatoriana, boliviana e brasileira. Esse modelo inovador surge “de baixo para cima”, ou seja, parte das mobilizações sociais, considerando a identidade cultural de cada nação histórica. O novo constitucionalismo tem como finalidade materializar direitos específicos para cada povo, levando em consideração sua cultura e o bem viver dos povos, dentro de um Estado Democrático de Direito como forma de acesso à justiça.

Palavras-chaves: Direitos humanos. Novo Constitucionalismo andino. Acesso à Justiça. Constituições latinas.

1. INTRODUÇÃO

É corrente nos países latino-americanos que as suas Constituições consagrem apenas a igualdade formal perante a lei, independência dos poderes e outros aspectos, sendo que, na realidade, as instituições jurídicas são fortemente delineadas por controle centralizado e burocrático do poder oficial, isto é, predomina a exclusão, sistema representativo clientelista e elitista, com total desconsideração dos movimentos populares e camponeses.

Nesse contexto histórico poucas vezes as Constituições liberais e a doutrina clássica do constitucionalismo político refletiram as necessidades das esferas sociais majoritárias, a exemplo das nações indígenas, as populações afro-americanas, as populações camponesas agrárias e os diferentes movimentos urbanos. O que se verifica é que raramente essas camadas sociais foram ouvidas e tiveram voz na elaboração de uma Constituição.

O constitucionalismo moderno tradicional de modelo liberal-estatista não satisfaz os anseios das populações. Ganha espaço a proposta do constitucionalismo insurgente ou constitucionalismo andino, que começa a surgir nos países latino-americanos, em razão das mudanças políticas e dos novos processos constituintes com suas caracterizações. A primeira marca dessa época é a Constituição Brasileira de 1988 e Constituição Colombiana de 1991. A segunda etapa, chamada de constitucionalismo participativo popular e pluralista, tem como referência e modelo a Constituição Venezuelana de 1999 e a terceira etapa, são expressas por meio das Constituições inovadoras do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Esses textos representam um constitucionalismo plurinacional comunitário, com base nas experiências de sociedades interculturais (indígenas, comunais, urbanas e camponesas), práticas de pluralismo igualitário jurisdicional- convivência de instâncias legais diversas em igual hierarquia, jurisdição ordinária estatal e jurisdição indígena/camponesa.

A experiência de alguns países da América Latina que passaram por processos constituintes nos últimos anos merece atenção e estudo por parte dos atores do direito, já que o novo constitucionalismo latino-americano caracteriza-se como fruto de reivindicações sociais.

Este artigo destina-se a analisar o movimento denominado de novo constitucionalismo latino-americano, suas características preponderantes, com destaque ao Pluralismo Jurídico e seu aspecto dinâmico que reconhece a importância da diversidade e da emancipação, ancorado nas experiências multiculturais e interétnicas como forma de emancipação e renovação dos textos constitucionais.

2. PANORAMA HISTÓRICO E CONCEITUAL DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO

Historicamente o processo de constitucionalização dos Estados latino-americanos teve forte influência europeia, com aporte nas Declarações dos Direitos anglo-franceses, pelas constituições liberais burguesas dos Estados Unidos (1887) e da França (1791 e 1793) e pela Constituição Espanhola de Cádiz (1812). Na América Latina, a cultura jurídica e suas instituições jurídicas (tribunais, códigos e constituições), também adveem da cultura europeia.

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

O interesse pelo constitucionalismo e o papel das Constituições para o avanço das sociedades aumentou em muitos países da América Latina, em paralelo ao incremento da consciência de exploração dos seus cidadãos e diante da evidência da falta de identidade entre interesses dos representantes políticos e os representados.

Para Clavero (1997, p. 250) o constitucionalismo é um sistema que possui como cerne o reconhecimento de direitos. Nessa direção também aponta Martínez Dalmau:

É em América Latina onde esta tendo lugar un ultimo momento constituinte que movimenta o constitucionalismo na rexión, rompe cos principios incorporados no vello constiucionalismo latinoamericano e supón unha achega mais que significa ao constitucionalismo entendido como globalidade. (2008, p. 08).¹

Para esses autores o constitucionalismo apresenta-se em três modelos concebidos a partir da sequência afirmativa democrática e política, voltada aos interesses sociais, mas teoricamente, com quebras de perspectivas que os diferenciam entre si, resultam em autenticidade e particularidade dado ao contexto político e social no qual se inserem, são os momentos chamados de Neoconstitucionalismo – Novo Constitucionalismo – Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

O Neoconstitucionalismo explica este conjunto de textos constitucionais que começam a surgir a partir da década de setenta. São Constituições que não se limitam a estabelecer competências e a separar os poderes públicos, porém contém altos níveis de normas materiais substantivas que condicionam a atuação do Estado por meio da ordenação de certos fins e objetivos, a exemplo a Constituição brasileira de 1988 e a Constituição espanhola de 1978. O Neoconstitucionalismo deste ponto de vista é uma teoria do Direito e não propriamente, uma teoria da Constituição. Há que observar que a rigidez constitucional e as garantias frente ao Estado estão ligadas aos fatos políticos que antecederam estas Constituições, com o objetivo de recuperar a centralidade da constituição em seu ordenamento jurídico e fortalecer sua presença determinante no seu desenvolvimento e interpretação da mesma.

O novo constitucionalismo tem como preocupação primeira a legitimidade popular, a construção democrática e participativa, o envolvimento e comprometimento com as demandas sociais que impulsionaram os novos textos constitucionais e a redimensão jurídica em favor das populações historicamente relegadas nas necessidades fundamentais, fatores que fizeram surgir o movimento chamado de “novo constitucionalismo latino-americano”.

Neste século XXI, os países da América Latina, em especial, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela são expoentes na era denominada de constitucionalismo, emergentes da nova visão do direito constitucional.² Aspectos marcantes do novo constitucionalismo latino-americano é o protagonismo popular antes e depois do processo constituinte, com base na mobilização popular para a formação do poder constituinte permanente, o que o diferencia do constitucionalismo tradicional em que o poder constituído se distancia da participação do povo. Nesse constitucionalismo é fundamental o papel dos referendos populares (aprobatórios) e aos novos mecanismos de participação popular e democracia qualitativa, igualitária, inclusiva para as comunidades indígenas com respeito as suas formas decisórias.

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

O atual quadro social de exigibilidade da concretização de políticas eficazes em torno das necessidades fundamentais é a linha mestra que movimenta essas novas Constituições. (MARTÍNEZ DALMAU, 2009)

Esse novo modelo parte do pressuposto que a Constituição deve ter como pilar a participação popular, a qual fundamenta a sua legitimidade, isto é, a proposta de Constituição deve ser elaborada por uma Assembleia Constituinte eleita com a tarefa de receber propostas e inseri-las no texto constitucional. A função da Assembleia Constituinte é fundamental, pois deve se manifestar e regular as principais funções do Estado: “a melhor distribuição da riqueza, a busca por igualdade de oportunidades, a integração das classes marginalizadas. Em suma, uma Constituição que busque o ‘Sumak Kamaña’ ou o ‘Sumak Kawsay’, como dizem as Constituições boliviana e equatoriana: o ‘viver bem’ (em quéchua) da população.” (MARTÍNEZ, 2009).

O novo constitucionalismo, fruto das assembleias constituintes comprometidas com processos de reconfiguração social e política, aponta para um novo paradigma de constituição, com força, original e vinculante, com participação direta do povo. Esse movimento surge da combinação de movimentos cívicos com propostas políticas adotadas pelos povos, em um quadro de conflitos sociais e políticos. Neste aspecto:

no marco do constitucionalismo, poder constituinte e poder constituído cobram significado o um no outro. O poder constituído obtén a súa lexitimidade do constituinte, e este é consciente de que súa ebulición é unha facultade extraordinária que acabará separando os seus compoñentes e destilando o produto lexitimado e lexitimador denominado Constitución. É xustamente esta conciencia respecto ao potencial revolucionário do poder constituinte, que afunde as súas raíces na orixe do concepto pero que, á vez, foi conscientemente esquecido pól as constituintes de elites, a que diferencia o vello e o novo constitucionalismo em América Latina. (MARTÍNEZ DALMAU, 2008, p. 6)

Devido a essa nova visão, o novo constitucionalismo latino-americano é chamado de constitucionalismo ‘sem país’. Pois somente o povo pode ser considerado o criador de uma Constituição, por meio dos mecanismos participativos e que legitima os processos constituintes.

Constata-se que esse novo paradigma latino-americano apresenta questões novas que rompem com os velhos modelos políticos do direito e também do direito constitucional, ou seja, o Estado Plurinacional e Pluralismo Jurídico, são bases para a compreensão desse movimento político-jurídico nos países latino-americanos e sobre estes elementos, a seguir, far-se-á algumas considerações.

2.1 ESTADO PLURINACIONAL

O Estado plurinacional, entendido como alguns tipos de Estado que expressam a ideia plurinacional, isto é, posições do Estado enquanto conceito histórico para o contexto deste continente, com a finalidade de iniciar o processo de transformação e superação das crises dos

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

modelos estatais modernos, uma leitura crítica da sua formação e operacionalização em “Nuestra América”.³

Historicamente o Estado latino-americano se formou a partir da concepção de Estado Nacional que correspondia aos interesses de um segmento da sociedade denominado de Crioulos ou Criollos, que possuía grandes propriedades e herdeiros das famílias de colonizadores europeus. Esse processo de formação teve grande influência europeia de unificação política e jurídica (no continente europeu refere-se à burguesia e na região às elites proprietárias de terras).

Atualmente o ponto comum é a convergência e a articulação de inúmeras culturas e o respeito às diferenças em vez de igualdade em homogeneidades abstratas e redução de complexidades. Constrói-se a partir de baixo o respeito à condição cultural diferente, fundar um Estado com base no reconhecimento e que se firma na diversidade de culturas por meio do diálogo, como enfatizam Wolkmer e Fagundes (2011, p. 393):

No processo de refundação plurinacional do Estado, vale ter presente a condição de pluriculturalidade existente, negada e encoberta pelo processo de colonização, forjada no seio dos interesses patrimoniais das elites dirigentes, em que a fundamentação violenta reformulava-se no tempo para seguir hegemônica.

A complexidade das relações sociais deve conduzir para a racionalidade emancipatória ou de libertação, com base na crítica e no movimento de construção de uma nova realidade edificada por aqueles que sempre tiveram os espaços do poder e decisão negados.

Mas a questão que se coloca, neste aspecto, é de como realizar a emancipação? Os movimentos pela refundação do Estado latino-americano aparecem a partir da exigência histórica por espaço democrático, deixam de lado a posição de sujeitos passivos na relação social com os poderes instituídos. Converter-se o modelo colonial de nação em instância emancipatória, romper os laços e as práticas exclusivistas das concepções liberal-individualista que mantinham as mesmas nações no ‘cabresto’ político-jurídico monista, esse é o caminho.

Nesse contexto é de vital importância o papel do diálogo e da interculturalidade como os principais instrumentos desse processo. Não pode haver a sobreposição de culturas, mas sim o diálogo humanitário, em que esteja presente o empoderamento popular e o reconhecimento das diversidades culturais que compõem o espaço político-jurídico do Estado.

2.2 Pluralismo jurídico

Outro referencial importante é o pluralismo jurídico. O pluralismo jurídico tem origem na Idade Média, caracterizava-se como a pré-centralização dos poderes político e jurídico nas mãos do Estado moderno que estava surgindo na época. Nos últimos tempos essa temática reacende em razão das crises epistemológicas do direito e da justiça que não respondem mais as expectativas da população, “fazendo emergir o velho pluralismo jurídico adormecido no encobrimento das culturas autóctones ameríndias latino americanas.” (FAGUNDES; WOLKMER, 2011, p. 397).⁴

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

O pluralismo jurídico possui como princípios valorativos a autonomia, que designa o poder intrínseco aos vários grupos, criado independente do poder central; a descentralização, há o deslocamento do poder central decisório para esferas locais e fragmentárias; participação dos grupos, no processo de decisão, principalmente dos grupos minoritários; o localismo, o poder local assume relevância diante do poder central; diversidade, privilégio que se dá à diferença e não à homogeneidade; a tolerância, o estabelecimento de uma estrutura de convivência entre vários grupos com base em regras advindas do espírito de indulgência e pela prática da moderação, bem como a diversidade de instituições sociais, isto é, igrejas, sindicatos, associações civis e empresas.

Desta forma, o pluralismo no direito visa compreender que o poder estatal não é a fonte exclusiva de produção do direito, abrindo espaço para a produção e aplicação normativa com foco na força e na legitimidade de um complexo e difuso sistema de poder, advindos da sociedade, que é composta de vários sujeitos, grupos sociais e coletividade. Com base nisso, o pluralismo jurídico também se propõe a ser um constitucionalismo pluralista e emancipador, pois no momento em que uma constituição consagra e reafirma o pluralismo como um dos seus princípios fundamentais, está criando um projeto para uma sociedade intercultural. (WOLKMER, 2011)

É nesse sentido que se constata que no novo paradigma latino-americano há a presença de novos elementos para a construção do direito constitucional e políticas participativas: o Estado Plurinacional e o Pluralismo Jurídico, como forma de emancipação e participação popular qualitativa.

3. AS CONSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS INOVADORAS

As Constituições da Bolívia, da Colômbia e do Equador já incorporaram o pluralismo jurídico e o direito de aplicação da justiça indígena paralela à juridicidade estatal, reconhecendo a manifestação periférica de outro modelo de justiça e de legalidade diferente daquele implantado e aplicação pelo Estado moderno.

As Constituições desses países se caracterizam pela sua originalidade, já que tratam de problemas específicos de cada sociedade, participativa na questão da economia e que busca a efetividade dos direitos de todos os cidadãos. Nelas também estão previstas instituições paralelas de controle com suporte na participação popular, no Equador conhecido como “Quinto Poder”, com o objetivo de recompor a distribuição do poder público e fortalecer a organização popular.

A Constituição Equatoriana de 2008 estabelece um Estado plurinacional e intercultural. O desafio se origina de dois problemas teóricos e práticos, advindo da coexistência entre grupos humanos com diversas culturas no território de um mesmo Estado. Essa coexistência critica conceitos importantes como nação, cidadania, igualdade, sempre formados a partir de projetos de Estados nacionais, os quais desconsideravam os povos indígenas, não reconhecendo-os ou querendo inseri-los a uma cultura nacional homogênea. Para Grijalva “a diversidade cultural não é apenas um questionamento externo ao sistema de direitos que uma Constituição estabelece, mas sim que se assenta fortemente sobre vários desses mesmos direitos. (2009, p. 115).

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

O constitucionalismo moderno, isto é, liberal clássico com base na igualdade formal perante a lei, no Estado nacional centralizado e na cidadania culturalmente homogênea, é fortemente questionado pelo próprio constitucionalismo sob o ponto de vista histórico e conceitual.

O primeiro questionamento do constitucionalismo moderno aparece com o Estado social e suas consequências, os direitos sociais e a concepção material do princípio da igualdade. O Estado social faz surgir o reconhecimento explícito das diferenças com o objetivo de atingir uma igualdade mais próxima da realidade, o que faz surgir também o olhar de sujeitos de direitos diferente dos individuais e de direitos distintos dos individuais.

Com o Estado social, os grupos e indivíduos concretos passam a requerer do Estado ações positivas para atingir essa igualdade real. O segundo ponto de discussão aparece na questão sobre federalismo, formas de descentralização do Estado e integração entre Estados. Em razão dessas questões que se apresentam, há a necessidade de ocorrer a discussão sobre esse novo constitucionalismo a partir do debate dialógico, concretizante e garantista.

Nessa direção os direitos constitucionais só podem ser compreendidos como complementares e de hierárquica idêntica. Direitos constitucionais como os de identidade individual e livre desenvolvimento da personalidade, religião, consciência ou expressão possuem uma nova dimensão, uma vez que os indivíduos incluídos só podem exercer tais direitos em relação ao próprio direito e à própria cultura, que operam como suas condições prévias. No entanto, esse direito à própria cultura não pode ser absoluto e desconhecer os mínimos ou núcleos essenciais interculturalmente definidos dos demais direitos constitucionais. Ou seja, o direito à identidade e à diferença cultural deve estar incluso no marco dos direitos humanos à medida que estes vão sendo delineados pelo Estado plurinacional.

No que se refere a plurinacionalidade e interculturalidade no Equador a Constituição do Equador de 1998 definia o Estado como pluricultural e multiétnico e estabelecia um rol extenso de direito coletivos e diversas referências às culturas indígenas nas questões como idiomas, saúde ou educação, que foram ampliadas e enriquecidas na Constituição de 2008.

Conforme destaca Grijalva (2009, p. 122):

a resposta à falta de desenvolvimento dos direitos coletivos indígenas é complexa e inclui variáveis políticas, sociais e culturais. [...] A Constituição de 1998, não antecedeu nem sucedeu o desenvolvimento de um constitucionalismo plurinacional e intercultural, tampouco um processo de constitucionalização geral e efetivo. Nem os legisladores, nem o executivo, nem o Tribunal Constitucional e outras instituições públicas de defesa de direitos humanos assumiu efetivamente, em sua atividade, os princípios constitucionais de diversidade cultural e étnica.

Exemplo clássico dessa questão é a Justiça Indígena, pois não foi criada uma lei de coordenação de justiça estatal e indígena, ou seja, a lei não se criou e não foi concretizada nenhuma jurisprudência ou instituição para fins de coordenação entre as jurisdições indígenas e a estatal. Em face dessas limitações, fica evidente o risco para o Estado plurinacional e intercultural, a sua redução à dimensão nominal, a uma forma de retórica constitucional inoperante ou simplesmente legitimadora frente às instituições e à sociedade.

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

Nesse processo, a Constituição deve envolver atores sociais, políticos, institucionais e técnico-jurídicos.

Verifica-se, neste aspecto, que o movimento indígena equatoriano está em busca, desde os anos 80, de uma definição dos povos indígenas como nacionalidade, e por consequência a necessidade de um Estado plurinacional, o que está relacionado com o reconhecimento da diversidade cultural que ganha espaço nas esferas institucional e política da estrutura do Estado.⁵

A Constituição Equatoriana de 2008 avança no que se refere aos direitos coletivos indígenas, alguns aspectos se destacam quanto à titularidade dos direitos coletivos, diz que são titulares as comunidades e nacionalidades indígenas, bem como o povo afroequatoriano e os povos costeiros. Denota-se a ampliação desses direitos, já que a Constituição Equatoriana de 1998 estabelecia que a titularidade desses direitos eram dos povos indígenas e dos povos negros e afroequatorianos, naquilo que lhes for aplicável. Verifica-se que a classificação tradicional de direitos se elimina, dando maior visibilidade ao caráter complementar e a igualdade hierárquica de todos os direitos constitucionais. Os direitos coletivos são denominados como “direitos das comunidades, povos e nacionalidades”, sendo titulares desses direitos pessoas, comunidades, povos, nacionalidades e coletividade e que podem ser exigidos individualmente ou coletivamente. Essa universalização de capacidade de reivindicar direitos está em consonância com a regulamentação de garantias constitucionais da Constituição de 2008.

A Constituição da Bolívia também passa por um processo de mudanças, vivendo um tempo político emancipatório, no sentido de criar um direito a partir da realidade do povo. O artigo primeiro da Nova Constituição Política do Estado da Bolívia, define a nova organização territorial, estrutura as formas de economia, no aspecto político elege o ser humano como prioridade, na sua dimensão individual e coletiva.⁶

Portanto, a constitucionalização da realidade, a redistribuição da riqueza social entre os indivíduos que fazem parte da sociedade, a descolonização do Estado e da Sociedade, com base em uma democracia igualitária são eixos elementares que formam a Constituição da Bolívia.

Na Colômbia, o primeiro processo constituinte que surgiu da força e mobilização social ocorreu na década de noventa. Quanto a esse momento Dalmau e Pastor salientam que

El proceso colombiano ya conto con lãs principales características Del nuevo constitucionalismo: respondió a uma propuesta social y política, precedida de movilizaciones que demostraban El factor necesidad, y confio em uma asamblea constituyente plenamente democrática la reconstrucción Del Estado a través de uma nueva constitución. (2008, p. 9)

Diferente das previsões constitucionais do texto anterior, no qual se destaca que não havia previsão da ativação direta de Assembleia Constituinte, a nova Constituição colombiana se tornou forte para definir a proteção e efetivação de direitos materiais.

Quanto a Constituição Brasileira de 1988, esta é reconhecida como uma Constituição cidadã, pois incorporou um rol significativo (e não exaustivo) de direitos humanos e introduziu novas formas de participação da sociedade na formulação e gestão de políticas sociais.

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

O Brasil, ao promulgar a Constituição Federal de 1988, fez a opção pelo Estado Democrático de Direito, estabelecendo a inclusão social, por meio da ampliação do rol de direitos e deveres dos cidadãos, uma de suas principais conquistas, que se traduzem em desafios a serem superados face à complexidade à sua efetivação.

Percebe-se que as Constituições latino-americanas da Colômbia, Bolívia, Equador, e do Brasil introduziram em seus textos constitucionais alterações no que se refere aos aspectos do reconhecimento do caráter pluricultural da Nação e do Estado, o reconhecimento dos povos indígenas e ampliação dos seus direitos, tais como a oficialização de idiomas indígenas, a educação bilíngue, a proteção do meio ambiente, enfim, o reconhecimento do direito indígena.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, percebe-se que os movimentos do constitucionalismo que ocorrem nos países sul-americanos objetivam quebrar com a lógica liberal individualista das Constituições tradicionais. Esse movimento insere uma nova concepção de espaço público a partir das necessidades das minorias, costumeiramente desconsideradas historicamente dos processos decisórios.

A problemática relacionada aos modelos constitucionais gira em torno da proteção de direitos fundamentais e o Poder Estatal. Discute-se a ampliação, normatização e efetivação dos textos constitucionais no que tange esses direitos e a refundação do Estado como instituição política voltada à observância dos Direitos Humanos.

O Novo Constitucionalismo funda-se no pluralismo, na emancipação, na interculturalidade e no bem viver com dignidade, porém, sofre repressão das massas colonizadoras e dos setores conservadores que prezam pelo modelo europeu, dificultando sua plena discussão.

O novo papel do Estado frente à situação precária da população deve ser efetivo. Todavia, é visível que os novos textos constitucionais, mesmo trazendo inovações acerca da participação popular e de novo rol de direitos, não superarão tão logo todos os problemas sociais existentes na sociedade contemporânea.

Percebe-se uma forte mobilização contrária ao novo modelo, incluindo as incertezas acerca da implicação prática dos textos constitucionais, pois mesmo com base em normatização, é essencial que seja colocado em prática e novamente formulado para atender exatamente aquilo que está destinado a regular.

É assim que o momento histórico vivenciado pela humanidade, com destaque para América-Latina, desafia a construção de uma nova ordem jurídico-política não necessariamente estatal, quiçá inter ou transconstitucional, dada a perspectiva de intensificação dos movimentos de integração regional, que reconheça a interculturalidade como elemento constitutivo da cena pública onde se explicitam, debatem e instituem direitos, mediante regras de um jogo de democracia real (e não meramente formal) no qual liberdade e justiça possam ser valores conciliáveis.

Os países da América Latina, em especial, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela são expoentes na era denominada de constitucionalismo, emergentes da nova visão de direito

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

constitucional, tendo em vista o forte poder participativo e das mobilizações político-sociais para a democracia e envolvimento decisório.

A Constituição, presente internamente em cada Estado, é uma construção política, econômica e social advinda do poder constituinte, considerada hierarquicamente superior às demais leis estatais. Não é possível traduzir a Constituição, e assim todo o restante do sistema jurídico interno, à simples formalização do processo político econômico contemporâneo, nem trazer somente a relação política institucional, mas também estar aberta aos fatos e às conquistas sociais advindas da pluralidade e diversidade de seus cidadãos. Assim, é constantemente emendada, considerando momentos históricos, para atender às demandas sociais urgentes.

Não se trata apenas de mudanças sociais, mas também de ações práticas com base nos textos formais. Assim, propõe-se um novo modelo de constitucionalismo com vistas à importância da interculturalidade entre os povos, com destaque à materialidade de direitos e efetividade destes sob o aspecto prático.

5. REFERÊNCIAS

CHIVI VARGAS, Idón Moisés. **Constitucionalismo emancipatorio y desarrollo normativo** (desafíos de La Asamblea Legislativa Plurinacional), Bolívia, 2011

CHIVI VARGAS, Idón Moises. Os caminhos da descolonização na América Latina: os povos indígenas e o igualitarismo jurisdicional na Bolívia. In: **Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina**. VERDUM, Ricardo. (Org.) Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesp, 2009.

CLAVERO, Bartolomé. **Happy Constitution**. Cultura y lengua constitucionales. Trotta: Madrid, 1997

COLAÇO, Thais Luzia. O despertar da antropologia jurídica. In: **Elementos de antropologia jurídica** (Org.). São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORTE CONSTITUCIONAL DE ECUADOR PARA EL PERÍODO DE TRANSICIÓN. El nuevo constitucionalismo em América Latina. 1. ed. Quito: Corte Constitucional del Ecuador, 2010.

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. Aos 20 anos da Convenção 169 da OIT: balanço e desafios da implementação dos direitos dos povos indígenas na América Latina. In: **Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina**. VERDUM, Ricardo. (Org.) Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesp, 2009.

FAGUNDES, Lucas Machado; WOLKMER, Antonio Carlos. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2011

LUCAS, Douglas Cesar. **Direitos humanos e interculturalidade**: um diálogo entre a igualdade e a diferença. Santo Ângelo, v.6, n.11, p.183-194, jul./dez. 2011

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

MARTÍNEZ DALMAU, Rubén. Asembleas constituintes e novo constitucionalismo em América Latina. **Tempo Exterior**. nº 17 (segunda época) – xullo/decembro, 2008. (a) MARTÍNEZ DALMAU, Rubén. El proyecto de Constitución de Ecuador como último ejemplo del constitucionalismo latinoamericano. **Revista Del Grupo Democracia Y Desarrollo Local Quito-Ecuador**. n. 15. Agosto/Setembro, 2008. p. 67-71.

RAMÍREZ, Silvina. Sete problemas do novo constitucionalismo indigenista. In: **Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina**. VERDUM, Ricardo. (Org.) Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesp, 2009.

VERDUM, Ricardo. Organizador. **Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesp, 2009.

VICIANO PASTOR, Roberto; MARTÍNEZ DALMAU, Rubén. El proceso constituyente venezolano em el marco del nuevo constitucionalismo latinoamericano. **Àgora – Revista de Ciencias Sociales** n. 13, 2005, p. 55-68.

VICIANO PASTOR, Roberto; MARTÍNEZ DALMAU, Rubén. ? **Se puede hablar de un nuevo constitucionalismo latinoamericano como corriente doctrinal sistematizada?**. Universidad de Valencia (España). Disponível em: <http://www.juridicas.unam.mx/wccl/ponencias/13/245.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

WOLKMER Antonio Carlos. **Humanismo e cultura jurídica no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade. **Revista Sequência**, n. 53, p. 113-128, dez 2006.

NOTAS

1. Rubén Martínez Dalmau é professor de direito constitucional da Universidade de Valência na Espanha e membro do Centro de Estudos Políticos e Sociais-Ceps, participou da construção das Cartas Constitucionais da Venezuela, Bolívia e Equador, elaboradas e aprovadas na vigência de governos de esquerda, denominadas de democráticas e participativas. Essas Constituições são reconhecidas como marco do novo constitucionalismo na América Latina, já que avançam nos aspectos da democracia participativa, da vigência dos direitos sociais e de outros direitos, na busca de um novo papel da sociedade no Estado e a integração das minorias historicamente marginalizadas.
2. “A construção política do Estado e de seus aparatos jurídicos, antes um privilégio de setor social abastado e imposto ao povo, no atual momento inverte o percurso e brota do seio popular; a constituição deixa de nascer no âmbito exclusivista das minorias hegemônicas para atender ao chamado de outra forma de poder, multifacetado, diversificado, plural.” (WOLKMER; FAGUNDES, 2011, p. 385)
3. “O Estado plurinacional e intercultural marca um passo a mais nesse processo. Como o Estado social e o Estado federal, descentralizado ou integrado, o Estado plurinacional e intercultural não implica necessariamente na secessão, mas sim em sua transformação estrutural. O constitucionalismo plurinacional só pode ser profundamente intercultural, uma vez que a ele corresponde constituir-se no âmbito de relação igual e respeitosa de distintos povos e culturas, a fim de manter as diferenças legítimas, e eliminar-ou, ao menos, diminuir- as ilegítimas, mantendo a unidade como garantia da diversidade.” (GRIJALVA, 2009, p.118)
4. O modelo que se propõe, conforme Wolkmer (2011, p. 399) é o pluralismo jurídico do tipo comunitário participativo, direcionado às necessidades emancipatórias dos povos. Elenca como características do pluralismo jurídico: a) legitimação de novos sujeitos sociais; b) fundamentação na justa satisfação das necessidades humanas; c)

Anderson T. Pinheiro, Helenice da Ap. D. Braun, Tiarajú L. R. Lazzari

democratização e descentralização de um espaço público participativo; d) defesa pedagógica em favor da ética da alteridade; e) consolidação de processos conducentes a uma racionalidade emancipatória. Essas características explicam-se a partir da legitimação dos novos sujeitos sociais em face da noção do sujeito coisificado, abstrato, privado e metafísico do liberalismo moderno, da exigência de políticas que atendam as necessidades fundamentais do ser humano, bens materiais e imateriais que auxiliem à sobrevivência, bem como a ética antropológica da solidariedade comprometida com a dignidade do outro.

5. Vale destacar o que estabelece a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, no seu artigo 9º “Os povos e as pessoas indígenas têm direito a pertencer a uma comunidade ou nação indígena, em conformidade com as tradições e os costumes da comunidade ou nação de que se trate.” Nenhuma discriminação pode resultar de qualquer tipo de exercício deste direito. Percebe-se que com a Constituição de 1998 várias leis deveriam ser criadas no que se refere a regulamentação do uso oficial dos idiomas indígenas, a coordenação das jurisdições indígenas com a estatal, a educação e a saúde intercultural e a regulamentação das jurisdições territoriais indígenas, mas o que se constata é que não houve muito avanço nessas áreas.
6. De acordo com Chivi Vargas (2009, p. 160) a constitucionalização da realidade ocorre nos cenários políticos da seguinte forma: no cenário plurinacional, com a constitucionalização de formas de governo próprias, suas economias, sistema jurídicos, medicina, educação e cultura originária dos povos indígenas; no cenário comunitário, com a redistribuição da riqueza social do país, visando a construção de uma sociedade igualitária e com justiça social, traduzida no Bem Viver; a descolonização como fim fundamental do Estado em economia, política e sociedade; por fim a democracia igualitária, com vista à democracia participativa.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA GRADUAÇÃO DA UNOCHAPECÓ: QUALIDADE E PERFIL DO EGRESSO EM DISCUSSÃO

Marcos Antonio Nunes¹, Dunia Comerlatto

¹ Pós-Graduação em Docência na Educação Superior
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: mnunes@unochapeco.edu.br

RESUMO

O presente artigo aborda inicialmente sobre a formação profissional em Serviço Social nos marcos das diretrizes curriculares como “núcleo catalisador” do projeto pedagógico dos cursos de graduação. Na seqüência, apresenta aspectos relacionados à pesquisa e sua organização metodológica e a discussão dos resultados obtidos na realidade pesquisada. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a qualidade do processo de formação dos assistentes sociais, em consonância com o perfil do egresso, visando avaliar e propor melhorias ao processo formativo. Trata-se de uma pesquisa avaliativa, orientada pela concepção materialista dialética, de natureza qualitativa e descritiva. Foi realizada junto aos estudantes e professoras do Curso de Serviço Social da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Em síntese, os resultados obtidos indicam que o Curso de Serviço Social tem desenvolvido um processo de formação profissional pautado pelas diretrizes curriculares e pelo projeto ético-político numa perspectiva crítica. Ainda tem possibilitado aos estudantes a inserção na realidade profissional com visão e procedimentos éticos e de cidadania, ao primar pela defesa dos direitos sociais e pela busca permanente de construção de uma sociedade democrática, equitativa e solidária.

Palavras-Chave: Serviço Social; formação profissional; diretrizes curriculares; ensino-aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Datada da década de 1930, a institucionalização do Serviço Social no Brasil passa por várias fases, tanto em seu processo de formação – que tem como marco a implantação da primeira escola de Serviço Social¹, vinculada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, quanto ao desenvolvimento do exercício profissional.

Segundo Neto (2001, p.136-137)), a própria autocracia burguesa que cria as condições para o desenvolvimento do Serviço Social tradicional, precipita “um rol de vetores que, desenvolvendo-se a partir da segunda metade da década de cinquenta, desenhavam um processo de crise que “[...] acabaria por derruir as bases das formas tradicionais do exercício profissional”.

O processo de questionamentos sobre o Serviço Social tradicional - iniciado no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 - acabou gerando o denominado movimento de reconceituação. Contudo, sofre um “duro golpe” em 1964, junto ao movimento geral da sociedade, período no qual há a “neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado” (NETO, 2001, p. 141).

Ressalta-se que o movimento de reconceituação não ocorreu de forma hegemônica junto à categoria profissional. Pelo contrário, foi um momento no qual o Serviço Social teve contato com diferentes vertentes teóricas: positivismo, em suas abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas; fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica e a vertente marxista, remetendo para a profissão “[...] a consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx” (YASBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 17).

Na perspectiva da construção de um projeto profissional crítico nas décadas de 1980 e 1990 ocorrem significativos avanços, alicerçados em debates iniciados ainda na década de 1960. A (re)elaboração dos pressupostos para formação profissional, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 08 de novembro de 1996, tem como cenário as transformações societárias num momento de implementação da ofensiva neoliberal no país.

Implantado em 1989, o Curso de Serviço Social² da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó³) tem seu projeto pedagógico alicerçado pela legislação específica (Lei que dispõe sobre a profissão de assistente social, Código de Ética profissional, Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social, Resoluções afins) e pela legislação social envolvendo diferentes áreas de políticas públicas. Nessa lógica, busca-se um perfil de egresso,

[...] com formação cultural humanitária, autonomia intelectual, com capacidade de construir argumentos e críticas, de criar e propor ações em sua área de atuação, com domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, com compromisso e posicionamento ético-político na defesa de direitos. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 42).

Ao considerar esses pressupostos para pautar a formação e o exercício profissional em Serviço Social e por compreender a avaliação como processo que integra a gestão do referido Curso, na

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlato

perspectiva da sua qualificação político-pedagógica, o presente artigo aborda inicialmente sobre a formação profissional em Serviço Social nos marcos das diretrizes curriculares aprovadas pela categoria profissional.

Aborda também sobre as diretrizes curriculares como “núcleo catalisador” do projeto pedagógico dos cursos de graduação. E, apresenta uma descrição sobre a pesquisa em pauta e sua organização metodológica, bem como a realidade pesquisada, tecendo uma discussão analítica em torno dos resultados obtidos. Desse modo, o processo de formação do assistente social, na particularidade do curso de Graduação vinculado à Unochapecó, revela-se com potencialidades e fragilidades pelos registros avaliativos dos estudantes e professoras em seu envolvimento com a matriz curricular de número 362⁴.

A formação profissional em Serviço Social à luz das diretrizes curriculares aprovadas pelo conjunto da categoria profissional no ano de 1996 requer estreita relação com o conjunto das transformações societárias, relativas às formas de produção e reprodução das relações e da vida em sociedade nela contidas, aonde diferentes projetos de sociedade buscam sua afirmação. Nessa direção e, em tempos atuais, exige-se,

[...] que a formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela “modernização” da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial. (IAMAMOTO, 2001, p. 180).

Silva (1998, p. 21-22), problematiza questões que devem ser levadas em consideração no processo de construção dos projetos pedagógicos, iniciando pela reflexão sobre o que significa a formação universitária e qual sua finalidade aos universitários, reafirmando que deve preparar o profissional para compreensão das contradições sociais, para pensar sobre a realidade e transformá-la.

2. A PESQUISA E SUA ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

Avaliar a formação profissional do assistente social junto aos cursos de graduação em Serviço Social, em especial, junto ao Curso de Serviço Social da Unochapecó, justifica-se pela necessidade de monitoramento do processo de ensino/aprendizagem, considerando os desafios e as novas demandas profissionais emergentes da realidade social e pelo compromisso assumido junto ao Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Superior, ofertado pela Unochapecó para ser frequentado por seus docentes, no período de outubro de 2010 a novembro de 2011.

Sem dúvida, a avaliação do processo de ensino/aprendizagem possibilita um retorno no que se refere ao processo de formação profissional de forma ampla, com uma participação significativa dos sujeitos envolvidos no processo de formação profissional. E, sua devolutiva possibilita reorganizar

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

a dinâmica de ensino bem como a própria gestão de cada curso que a realiza, na perspectiva de superação dos desafios e manutenção dos processos que se colocam afirmativos.

A pesquisa em pauta teve sua orientação na concepção materialista dialética⁵, de natureza qualitativa e descritiva⁶. O universo de sujeitos nela envolvidos se constituiu dos 110 estudantes que cursavam créditos na matriz curricular 362 (matriz ainda vigente) do curso de Serviço Social da Unochapecó, durante o ano de 2012. Além desses estudantes, foram envolvidas as professoras assistentes sociais⁷. Os dados dos estudantes foram obtidos por meio da aplicação de questionário em sala de aula, tendo sido 62 respondentes, o que representou 56% desse universo. O universo das professoras alcança o número de oito, sendo: cinco com carga horária integral e três com carga horária parcial⁸. A essas professoras foram enviados questionários via eletrônica, sendo que três delas (33,3%) responderam. A coleta de dados foi realizada durante o mês de agosto de 2012.

O problema de pesquisa foi delimitado com a seguinte formulação: em que medida a matriz curricular (362) do curso de Serviço Social da Unochapecó qualifica técnica e politicamente para uma formação profissional em consonância com o perfil do egresso? Como objetivo geral, a pretensão se voltou para analisar a qualidade do processo de formação profissional dos assistentes sociais da Unochapecó, a partir da aplicação da referida matriz, em consonância com o perfil do egresso, visando avaliar e propor melhorias ao processo formativo. Para a coleta dos dados foi elaborado questionário com perguntas abertas, na direção de obter respostas descritivas.

3. A REALIDADE PESQUISADA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da pesquisa mostram que dos 62 estudantes participantes, 95,2% (59) desses são do sexo feminino e apenas 4,8% (3) do sexo masculino, o que revela ser um curso prioritariamente freqüentado por mulheres, inclinando para uma “identidade” que se constituiu desde a implantação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, há quase oito décadas.

Quanto à faixa etária, a grande maioria, ou seja, 87,1% dos estudantes do curso têm menos de 30 anos, sendo que destes, 40,3% (25) tem entre 21 e 25 anos de idade. Esses dados revelam um perfil bastante jovem dos estudantes, o qual deve ser considerado no planejamento de dinâmicas pedagógicas.

Sobre o vínculo de trabalho envolvendo os estudantes, constatou-se que 74,2%, (46) possuem vínculo de trabalho e apenas 25,8%, (16) afirmaram não possuir vínculo trabalhista. Esses dados revelam que, na grande maioria, o estudante do curso de Serviço Social da Unochapecó é um estudante que trabalha no período em que não estuda. Trata-se de fator de extrema relevância e que impacta na implementação do projeto político pedagógico, uma vez que nessa condição, apresentam limitações de tempo para estudar e organizar suas atividades acadêmicas, bem como para se dedicarem em atividades extra-classe.

Sobre os fundamentos que orientam a formação profissional do assistente social, para 35,5% (22) dos estudantes, os fundamentos são as dimensões constitutivas da profissão: dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; 30,6% (19) compreendem que o Projeto Ético-Político e o Código de Ética perfazem os fundamentos da profissão; 14,5% (09) apontam que

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

a profissão está fundamentada nas teorias do Clássico pensador Marx e da autora Lamamoto; 8% (05) indicam pela pesquisa e pela extensão e 6,4% (04) apontam ser pelo estágio e intervenção na perspectiva da garantia e defesa de direitos, em favor da construção da cidadania.

Os dados indicam que no processo de formação profissional, o curso de Serviço Social da Unochapecó tem desenvolvido em seus estudantes uma compreensão crítica da profissão, fundamentada em teorias críticas, com base nas produções marxistas e de Lamamoto. Existe a compreensão de que o processo de formação profissional não se direciona tão somente pela base teórica ou “técnica”, mas por um conjunto de fundamentos que perfazem uma formação profissional agregada à formação cidadã. Compreende-se que a formação profissional dos egressos do Curso de Serviço Social, a partir da matriz curricular 362, está pautada nos núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Ao analisar a aproximação desses fundamentos no conjunto das disciplinas que integram a matriz curricular 362, há um destaque para o Estágio Supervisionado em Serviço Social enquanto *locus* privilegiado para vivência e entendimento dos fundamentos orientadores da formação profissional, bem como da visão e leitura crítica da realidade como meio de aproximação aos fundamentos que pautam a formação e o exercício profissional do assistente social. Isso porque, o Serviço Social como profissão tem nas expressões da questão social⁹ seu objeto de trabalho, sob orientação ético-política em favor da equidade e da justiça social.

Na compreensão dos estudantes, as disciplinas são espaços privilegiados para provocar a aproximação e, por conseguinte, a apreensão da dinâmica societária, visto que “[...] trabalham-se esses fundamentos, ou seja, discute-se o projeto ético-político bem como o código de ética” (ESTUDANTE 8º P.). Indica-se sobre a necessidade de maior apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos, bem como em relação às questões atuais envolvendo a profissão.

Ao apresentar o conhecimento como primordial no processo de formação e entendê-la como processo que extrapola a sala de aula, explicita-se um entendimento de formação profissional que vai para além da aprendizagem de habilidades meramente instrumentais e pragmáticas, desvinculando teoria e prática e/ou sobrepondo uma à outra, o que inclina favoravelmente para um entendimento da importância dessa unicidade para garantir qualidade analítica e de intervenção na e sobre a realidade socio-ocupacional de trabalho do assistente social.

Sobre essa aproximação, uma das professoras respondente destaca sobre “[...] os esforços do Curso de Serviço Social da Unochapecó em [...] continuar garantindo uma formação humana, ética e crítica”. No conjunto das professoras participantes da pesquisa, há o reconhecimento de que o Curso tem tido um cuidado especial, não medindo esforços para que essa aproximação ocorra, possibilitando, dessa forma, uma boa base aos estudantes, especialmente por meio das disciplinas de fundamentos do Serviço Social.

Na direção das estratégias metodológicas, os estudantes consideram que a diversificação das metodologias de ensino contribui para aprendizagem, “através de leituras, filmes, debates, trabalhos e seminários nos permite uma ampla abertura e envolvimento com a sociedade, nos

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

lapidando aos poucos” (ESTUDANTE 3º P.). Já para o estudante do 8º período, “facilitam quando desenvolvidas atividades em sala de aula que promovem a discussão dos temas abordados, bem como das vivências nos espaços de estágio”.

Aponta-se ainda a importância de organizar a matriz curricular de forma que possibilite maior conhecimento da profissão desde o primeiro período do curso, o que pode ser verificado na seguinte afirmação: “no primeiro período é fundamental que possamos conhecer a profissão “[...], pois muitas vezes entramos no curso sem saber exatamente qual é o papel desempenhado pelo assistente social e suas áreas de trabalho [...]” (ESTUDANTE 3º P.).

Nas estratégias metodológicas, o uso excessivo de *slides* em meio às aulas expositivas é tido como uma dificuldade, destacando a falta de interação com os estudantes e o acúmulo de trabalhos, como outros aspectos que dificultam o processo ensino-aprendizagem. A falta de acesso ao conhecimento e cultura por parte dos estudantes, dado o nível de relações informacionais e relacionais estabelecidas em seu cotidiano, é apontada também como uma dificuldade enfrentada nesse processo. Destaca-se sobre a necessidade de ampliar a organização de aulas dinâmicas, que estimulem os estudantes para uma maior participação e engajamento.

A superação dessas dificuldades é um processo a ser assumido de forma coletiva, enquanto os estudantes necessitam se dedicar efetivamente à sua formação, os professores devem organizar o processo de ensino-aprendizagem considerando os “estudantes reais”, com suas potencialidades e dificuldades. Além da atuação cidadã na defesa de uma educação de qualidade, cabe à universidade e seus professores, oportunizarem programas e serviços para o aperfeiçoamento das capacidades de leitura, escrita e interpretação como forma de superar dificuldades dessa ordem e, que hoje em dia, afetam negativamente o processo de ensino-aprendizagem, na relação estudantes e professores.

Para as professoras respondentes, os conteúdos ementários e as dinâmicas pedagógicas estão organizados de modo a manter os princípios que sustentam a formação profissional, ou seja, voltados para “[...] capacitação teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa [...]” (PROFA. CURSO). Relacionadas às dinâmicas pedagógicas, respondem destacando a seriedade dos professores e a busca permanente por “[...] estratégias pedagógicas e metodologias ativas que contribuem para aproximação dos estudantes à realidade social, dando maior consistência ao processo de formação profissional” (PROFA. CURSO). Há também uma ressalva que é a da existência de disciplinas temáticas “soltas” e/ou com conteúdos duplicados, o que tem dificultado a articulação de conteúdos, bem como indicam uma lacuna quando se trata da produção científica em relação ao fazer profissional.

Entende-se também a necessidade de maior articulação dos conteúdos, como forma de superação a uma das principais dificuldades identificadas no processo de ensino-aprendizagem: o novo perfil do estudante, bastante heterogêneo e com dificuldade de leitura, escrita e interpretação de textos.

Com relação à disposição das disciplinas na estrutura da matriz curricular, quando questionados se está adequada para uma melhor compreensão sobre a profissão de Serviço Social, os estudantes respondem em sua grande maioria, que estão adequadas, acusando diferentes razões. Uma delas,

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

por acreditar que as disciplinas da matriz “[...] trazem temas relevantes para o Serviço Social [...] relacionando com realidades locais e campos de intervenção profissional” (ESTUDANTE 8º P.). Outra, por “[...] fazer a articulação dos conteúdos e [...] principalmente na reta final, a aproximação com as ações que compete ao assistente social” (ESTUDANTE 8º P.)

Sobre a necessidade de mudanças na disposição das disciplinas na matriz curricular, apontam que desde o primeiro período do curso, devam ser ministradas disciplinas com enfoque na atuação profissional, na produção de textos e metodologia científica.

Ainda em relação às proposições de alterações na estrutura da matriz curricular, há indicativo por parte dos estudantes, das disciplinas do Núcleo de Fundamentos da Sociedade – filosofia, sociologia e ciência política serem mais abrangentes, sendo ministradas até o fim do curso, pois, dessa forma “[...] podemos ter uma melhor compreensão da sociedade” (ESTUDANTE 3º P.).

Destaca-se também o indicativo de mais disciplinas que trabalhem sobre direitos, visto ser a defesa de direitos, estratégia e princípio norteador da ação profissional do assistente social. As respostas das professoras em relação a essa questão foram unânimes no sentido de indicar que a forma como as disciplinas estão dispostas na estrutura da matriz curricular contribui (parcialmente) para uma melhor compreensão da profissão pelos estudantes. Aponta-se ainda dificuldade acerca dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, sentida quando da inserção do estudante no estágio supervisionado. Outra preocupação se refere à efetivação da interdisciplinaridade, pois “[...] esta não se efetiva como deveria, o que não potencializa os conteúdos das disciplinas” (PROFA. CURSO).

Ao abordar sobre o Estágio Supervisionado (obrigatório) em Serviço Social, buscou-se identificar sua importância no processo de formação profissional do estudante. A grande maioria considera o estágio como momento significativo na formação profissional, conforme afirma o estudante do 5º período: “[...] não vejo a possibilidade do profissional de Serviço Social atuar sem a vivência prévia do estágio, pois dá elementos únicos para o fazer profissional”. Entende-se, que o estágio supervisionado “é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional [...]” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71). Muito embora a importância do estágio no processo de formação profissional do assistente social seja reiteradamente afirmada, no caso do universo dos estudantes respondentes, 25% desses atribuem como um espaço para “pôr em prática” os conhecimentos aprendidos em sala de aula, o que é um equívoco.

Essa compreensão revela dificuldade no entendimento da relação teoria/prática, visto não ser o estágio supervisionado um espaço no qual “se aplica o que se aprende”. Essa relação, fundamentalmente, é mediada pela troca de saberes, de aprendizagem, ou seja, um espaço privilegiado no qual se ensina e se aprende, e ao aprender, transforma o conhecimento e a prática profissional, consequentemente.

O estágio é apontado ainda como possibilidade de aproximação do estudante com o curso e a realidade, instigando-o na busca do conhecimento. Compreende-se que é também, espaço de vivência de novas experiências, de vivenciar as dimensões constitutivas da profissão por meio do

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

exercício profissional supervisionado, de adquirir habilidades e competências profissionais e de articulação da teoria com a prática.

O estágio é extremamente importante. É nele que nos deparamos com o exercício profissional e vivenciamos as dimensões da profissão. Contudo, o acadêmico articula a teoria ao exercício e atua na consolidação de uma sociedade justa, democrática, participativa, na garantia dos direitos que todos os sujeitos sociais possuem (ESTUDANTE 8º P.).

Ao avaliar o eixo pesquisa no processo de formação profissional, a totalidade dos estudantes reconhece sua importância, pois se constitui: como possibilidade de ampliação, de produção de conhecimentos acerca da realidade social com a qual o profissional de Serviço Social atua; como possibilidade de organização de informações, reais e atuais, fonte de dados, de desvendamento, de “conhecer o desconhecido”, de orientação, fundamentação, investigação. Reconhece-se também a pesquisa como a possibilidade para acompanhar a dinâmica da realidade social; como uma das “portas para o conhecimento”, de crescimento profissional e de interação com a prática, “processo essencial na formação profissional, pois possibilita ao acadêmico ter um leque de conhecimento que muitas vezes não adquire somente em sala de aula” (ESTUDANTE 8º P.).

A relevância expressa pelos estudantes sobre a pesquisa na formação profissional corrobora com a argumentação de Mendes, ao apontar a postura investigativa permanente com sendo uma

[...] exigência fundamental, devendo perpassar todo processo da formação profissional. A pesquisa é um dos elementos imprescindíveis neste processo, para a concretização da direção social que o projeto de formação profissional do Assistente Social brasileiro quer alcançar. Este conteúdo está vinculado á realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional, que exigem postura investigativa e vínculo com os modos de agir e pensar dos profissionais. (MENDES, s/d, p.10).

Ao abordar sobre as avaliações realizadas pelos professores como forma de acompanhar/ medir o desempenho acadêmico, os estudantes consideram que estão sendo bem aplicadas.

As avaliações feitas são éticas e coerentes; os professores conseguem avaliar as potencialidades dos alunos e trabalhar com as dificuldades. As avaliações feitas em formas de trabalhos na minha concepção são coerentes, pois fazem com que o aluno exercite a capacidade de escrita e formação crítica (ESTUDANTE 8º P.).

A esse respeito, as professoras do Curso informam que os trabalhos, seminários, provas, resenhas, pesquisas, relatórios e outros, colocam-se adequados. Destacam o “estímulo à pesquisa; à descoberta; capacidade de relacionar aspectos conjunturais e estruturais; exercício da reflexão e da argumentação” (PROFA. CURSO).

Ao conceber a sala de aula como espaço privilegiado para construção do conhecimento, na qual o papel do professor é de mediador entre o sujeito (aluno) que aprende e o objeto do conhecimento, compreende-se que a avaliação da aprendizagem deve ser concebida como uma das estratégias metodológicas utilizadas pelo professor no processo de mediação pedagógica. Essa deve possibilitar ao professor conhecer de que forma os estudantes aprendem, bem como

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

para que o estudante tome consciência do seu próprio processo cognitivo, questão anteriormente apontada pelos estudantes.

Com relação às habilidades e competências profissionais desenvolvidas, as principais mudanças referem-se a questões subjetivas, apontando para uma formação cidadã, identificada com a sociedade e os problemas sociais. Aproximadamente, 33% dos estudantes apontam a forma de ver, pensar e compreender a sociedade e os problemas sociais, mais criticamente e, em certa medida, “transformados”, como pode ser observado pelas seguintes afirmações: “este curso mudou muito a forma de pensar e ver a sociedade e até mesmo o mundo, mas ainda tenho muito a aprender, nesse processo de formação (ESTUDANTE 2º P.). Já o estudante do 8º período, considera que o Curso possibilitou o desenvolvimento de “um olhar mais crítico perante a sociedade, uma nova visão de mundo”. Explicitam ainda sobre o respeito ao ser humano a partir da aceitação às diferenças, da quebra de tabus e preconceitos, destacando a “[...] capacidade de se colocar no lugar do outro; respeito às diversidades, dentre outros” (ESTUDANTE 8º P.).

A compreensão apresentada pelos estudantes se aproxima da descrição de Núñez e Ramalho, 2004 apud Ramos (2007, p.151):

[...] elucidam que a formação de competências não deve significar um retorno ao tecnicismo, pois ser competente não se limita a executar programas na atividade profissional, mas exige reflexão crítica, pesquisa, avaliação dos conhecimentos produzidos em seu campo profissional, para que os mesmos sejam incorporados, de forma consciente, ao repertório de seus saberes, sempre construídos e reconstruídos.

Ainda com relação às habilidades e competências profissionais, destaca-se a capacidade de utilização do instrumental técnico-operativo da profissão - observação, metodologias de trabalho com famílias e grupos, pesquisa; elaboração de laudos e perícias, bem como habilidades para elaboração de projetos e programas - ou seja, uma atuação profissional propositiva, o que demanda um sujeito ativo, crítico e reflexivo, que se coloca próximo ao que se busca com o perfil do egresso pretendido no curso de Serviço Social da Unochapecó e ao princípio do “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61).

Outra dimensão identificada é a postura profissional - traduzida pela escuta qualificada e habilidade do diálogo, como de fundamental importância na atuação profissional do assistente social. Outra ainda está em se comprometer com a liberdade e a democracia. E outra, mais pela oratória, hábito de leitura e habilidade de escrita, conhecimento de metodologia científica e pela autonomia e ética profissional.

Ao se manifestarem acerca dos aspectos afirmativos e frágeis presentes na relação didática de ensino e na postura acadêmica, envolvendo professores e estudantes, o compromisso e a seriedade do corpo docente, a partir de uma relação bastante próxima e de respeito para com o estudante, aliada à existência de parcela de estudantes interessados e comprometidos, são apontadas como potencialidade nessa relação. Ao se referir aos aspectos frágeis, indicam o baixo nível de conhecimentos básico e cultural, que atinge de modo geral grande parcela dos estudantes

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

e o pouco tempo dedicado para estudar. Além disso, apontam como frágil, a sobrecarga de trabalho dos professores como fato que demanda maior atenção da universidade.

Com relação à formação profissional e preparação para o mercado de trabalho, aponta-se como potencialidade, a constante interlocução com a categoria e a realidade profissional, possibilitando acompanhar a dinâmica social e preparando o estudante “[...] para dar respostas às exigências postas ao assistente social [...]”. A esse respeito ainda, indica-se a necessidade de criar/aprofundar a “cultura do estudo”, bem como firmar maior comprometimento e seriedade por parte dos estudantes com a sua formação profissional.

Ainda em relação às estratégias pedagógicas a serem implementadas, aliada ao indicativo da criação de uma “cultura de estudo” por parte dos estudantes, sugere-se, aprofundar “[...] o uso de metodologias ativas e uma maior aproximação com a realidade social, desafiando os estudantes a compreenderem a complexidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais [...]” (PROFA. CURSO).

Sugere-se ainda, considerando as fragilidades presentes, “criar ações de apoio ao estudante para a manutenção deste na universidade [...], para desenvolver habilidades de leitura, redação e interpretação de textos [...]” (PROFA. CURSO). A manutenção da qualidade acadêmica, o aprofundamento de ações interdisciplinares e a criação de indicadores de avaliação, são indicativos de estratégias pedagógicas a serem implementadas para aprimorar o processo de formação profissional do estudante do Curso de Serviço Social da Unochapecó.

Destaca-se por fim, a satisfação dos estudantes ao cursar Serviço Social, conforme se observa no registro a seguir: “o Curso de Serviço Social mais que uma profissão é [...] uma vivência [...] sobre a realidade [...] é crítico e ousado e permite [...] ir ao encontro dos impasses sociais e intervir [...] de maneira ética e coerente (ESTUDANTE 8º P.).

5. Considerações Finais

A realização deste estudo, por meio do qual se apresentam alguns elementos que constituem a historicidade do Serviço Social brasileiro, identifica a estreita ligação dessa profissão com as respostas organizadas pelo Estado capitalista às diferentes expressões da questão social e com o movimento geral dos trabalhadores, o que reflete um processo de formação profissional alicerçado na realidade social.

A prática na formação profissional se coloca como categoria analítica, ao problematizar a realidade em que se vivencia a formação. Daí a importância do estágio supervisionado em Serviço Social. Sobre isso, os dados da pesquisa, remetem para o entendimento de ser um momento privilegiado para aproximação dos estudantes à profissão e para vivência dos princípios e fundamentos profissionais.

Na perspectiva de uma formação profissional ainda mais qualificada, aponta-se a articulação dos conteúdos, o incentivo a atividades de leitura, criando uma cultura do estudo, maior aproximação dos estudantes com a profissão, bem como com o cotidiano da prática profissional. Indica-se ainda, a utilização de metodologias ativas como estratégias a serem implementadas, com maior incentivo às atividades de pesquisa.

Marcos Antonio Nunes, Dunia Comerlatto

Considera-se que as pesquisas avaliativas se constituem práticas permanentes de gestão pedagógica, ao possibilitar, nesse caso, ao Curso de Serviço Social da Unochapecó, apreender como está sendo avaliado por estudantes e professores, o processo de formação profissional vigente - que projeta seu alicerce nos pressupostos críticos do projeto ético-político da profissão, conectado com a dinâmica da realidade social e, ao mesmo tempo, apoiado pelos direitos de cidadania.

6. REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS** nº 7. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ABESS. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. **Cadernos ABESS** nº 8. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 2009. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/PNE_ABEPSS_FINAL.pdf. Acesso em: 20/03/2013.

CARDOSO, Izabel Cristina et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS** nº 7. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

YASBEK; Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social Brasileiro em Movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade** nº 95. São Paulo: Cortez, 2008, p.5.

MENDES, Jussara Maria Rosa. **Tendências teóricas, epistemológicas e metodológicas para a formação profissional do assistente social no Brasil**. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-005.pdf>. Acesso em 26/01/2012.

NETO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: elementos para reflexão**. Brasília: ABEPSS, 2009.

Projeto de Renovação de Reconhecimento do Curso de Graduação em Serviço Social. UNOCHAPECÓ, 2009.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A Prática na Formação Profissional em Serviço Social: tendências e dificuldades. **Temporális** nº 14. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 147.

SILVA, Ana Celia Bahia. Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição. **Cadernos ABESS** nº 8. São Paulo: Cortez, 1998, p. 19.

NOTAS

- 1 Em 1936 o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) cria, em São Paulo, a primeira Escola de Serviço Social. Em 1937 surgem o Instituto Social e a Escola Ana Néri, ambas no Rio de Janeiro. Em 1940, é fundado o Instituto de Serviço Social de São Paulo (escola masculina) e a Escola de Serviço Social em Pernambuco. Três anos mais tarde, em 1943, surge a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro (atual PUC-RJ). Em 1944 é criada a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, também no Rio de Janeiro assim como as escolas de Serviço Social do Paraná e da Bahia. Em 1945 iniciam atividades as escolas de Porto Alegre, Natal e Niterói; em 1946 a escola de Minas Gerais; em 1950 a escola de Campinas; em 1951 a escola de João Pessoa e, em 1954, a Escola Maranhense de Serviço Social e a escola de Sergipe. Ainda no dia 13 de junho de 1953 é aprovada a Lei nº 1.889, regulamentando o ensino do Serviço Social, em nível superior, com a duração mínima de três anos. (SCHMICKLER; RIBEIRO, S/D, p. 4).
2. O Curso de Graduação em Serviço Social foi implantado em 08 de agosto de 1989, a partir de demanda social e necessidade da Região, levantadas através de uma pesquisa realizada pela FUNDESTE em 1980. Foi autorizado por meio do Decreto Estadual nº 97704 de 04 de maio de 1989 e seu reconhecimento ocorreu através da Portaria Ministerial 1787 de 20/12/1993 (Projeto de Renovação de Reconhecimento do Curso de Graduação em Serviço Social, 2009, p. 34).
3. A Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, é uma Instituição de Ensino Superior, com sede na cidade de Chapecó, e com cursos fora da sede nas cidades de São Lourenço do Oeste e Xaxim, com prazo de duração indeterminado, criada pela Resolução nº AS/002/2002 de 11 de março de 2002. É mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, criada por Lei Municipal n.º 141/71, de direito privado, declarada de utilidade pública municipal, estadual e federal, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.unochapeco.edu.br/info/caracterizacao-juridica>. Acesso em 24/03/2013.
4. A presente matriz curricular (362) foi aprovada pela Resolução 034/CONSUN/UNOCHAPECÓ/2006 e contempla as seguintes disciplinas: 1º período: Introdução ao Serviço Social; Serviço Social e Realidade Regional; Metodologia Científica; Filosofia I; Formação Socio-histórica do Brasil; Oficina de Inserção Universitária e Oficina de Produção de Texto I. 2º período: Fundamentos de Serviço Social I; Questão Social e Serviço Social; Sociologia I; Filosofia II; Economia e Desenvolvimento Social e Ciência Política. 3º período: Fundamentos do Serviço Social II; Política Social e Serviço Social I; Sociologia II; Psicologia Social; Antropologia I e Oficina de Instrumental Técnico Operativo do Serviço Social I. 4º período: Fundamentos de Serviço Social III; Política Social e Serviço Social II; Trabalho e Serviço Social; Antropologia II; Gestão Social I e Oficina de Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social II. 5º período: Fundamentos de Serviço Social IV; Seguridade Social I; Estágio em Serviço Social I; Fundamentos Éticos e Ética Profissional; Gestão Social II e Oficina de Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social III. 6º período: Serviço Social e Organizações I; Seguridade Social II; Estágio em Serviço Social II; Legislação e Direitos Sociais; Pesquisa em Serviço Social I e Oficina de Projetos Sociais. 7º período: Serviço Social e Organizações II; Seguridade Social III; Estágio em Serviço Social III; Tópicos em Serviço Social I; Pesquisa em Serviço Social II e Oficina de Produção de Textos II. 8º período: Movimentos Sociais e Processos Participativos; Tópicos em Serviço Social II; Estágio em Serviço Social IV; Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I e Oficina de Educação Popular. 9º período: Tópicos em Serviço Social III; Seminário Ética e Organização Profissional e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II. Integraliza 202 créditos, com uma carga horária de 3030 horas.
5. O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Triviños (1987, p.51).
6. A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).
7. O tratamento feminino tem razão de ser, considerando que a totalidade do corpo docente do Curso de Serviço Social da Unochapecó é formado por mulheres
8. Uma das professoras com carga integral, não participou como sujeito dessa pesquisa pelo fato de se colocar como orientadora.
9. Questão Social - apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...]. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais [...]. (IAMAMOTO, 2001, p. 27-28).

GESTÃO PEDAGÓGICA E PERSPECTIVA DE USO DOS LABORATÓRIOS DA UNOCHAPECÓ: UM ESTUDO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS

Raquel Zeni Ternus¹, Rose Maria de Oliveira Mendes²

¹Estudante do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Superior da Unochapecó

²Docente da Unochapecó

E-mail: razet@unochapeco.edu.br

Fonte de Financiamento: Unochapecó

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar criticamente o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Alimentos, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, mediante a observação de uso dos laboratórios didáticos, pela organização da matriz curricular. O PPC avaliado foi aprovado em 16 de Outubro de 2006, elaborado com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Política e Diretrizes da Graduação da Unochapecó. A metodologia proposta para desenvolvimento desta pesquisa foi a análise de conteúdo. Os resultados apontam para algumas limitações como: inexistência de espaços específicos para a realização de atividades práticas dos componentes curriculares das tecnologias de alimentos e carga horária semanal adicional aos docentes que ministram disciplinas práticas. Como ponto negativo destacado em várias reuniões de colegiado, o número reduzido de professores com formação específica do curso e de projetos de pesquisa. Também, a falta de equipamentos específicos para a realização de aulas práticas das tecnologias de alimentos. No entanto, percebe-se que os professores estão de fato repensando sua prática pedagógica e o uso dos laboratórios não representa apenas uma atividade a mais, mas a continuidade de um processo de ressignificação da prática pedagógica, a qual faz sentido para professores e alunos. Porém, pensando na gestão dos espaços, e considerando que a Unochapecó possui um grande número de laboratórios didáticos, uma alternativa bastante viável é o uso compartilhado ou a locação de espaços em outras instituições de ensino, que atenderiam a demanda do curso de Engenharia de Alimentos e demais cursos da Unochapecó.

Palavras-chaves: Gestão pedagógica. Laboratório. Aulas práticas.

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

1 INTRODUÇÃO

O ensino nas diversas áreas do conhecimento, principalmente nos anos mais recentes, tem sido objeto de discussões. No foco das atenções tem estado os aspectos metodológicos, os processos de avaliação, as matrizes curriculares, entre outros. No entanto, muitas vezes, o que é discutido e proposto não atinge o dia a dia da sala de aula. No ensino de engenharia isso não é diferente. Estudos apontam o predomínio do método tradicional, com aulas expositivas e o conhecimento centrado na figura do professor. Neste trabalho, buscou-se avaliar a importância do uso do laboratório no processo ensino/aprendizagem, no ensino de engenharia, particularmente no curso de Engenharia de Alimentos.

A princípio, o laboratório é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, está integrado no currículo, na forma de ensino prático ou como teórico-prático.

O laboratório é um espaço de aprendizagem e de possíveis descobertas. É uma forma de socialização dos saberes e dos conhecimentos construídos pelas pessoas que integram a “teia” de conhecimento, a qual é composta por todos os envolvidos, estudantes e docentes, que direcionam esforços para a construção conjunta do conhecimento (SOUZA, 2004).

As atividades experimentais, em sala de aula ou em laboratórios, têm sido consideradas como essenciais para a aprendizagem científica. É durante a atividade prática que o estudante consegue interagir muito mais com seu docente. Utilizando-se desse tipo de atividade o estudante pode elaborar hipóteses, discutir com os colegas e com o docente e testar para comprovar ou não a ideia que teve. Esse procedimento, sem dúvida, resulta numa melhor compreensão das Ciências (ZIMMERMANN, 2005).

No entanto, o tema “gestão pedagógica nos laboratórios” sempre foi tratado com precaução na área de Educação, pois a estrutura física é organizada para reprodução de conhecimentos práticos, um espaço desvinculado do processo de ensino-aprendizagem previsto na grade curricular. Porém, há um momento para teorizar e outro para praticar (SENAC, 2009).

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado teve como objetivo, averiguar estas questões, avaliando, através da leitura crítica do PPC, a gestão pedagógica e perspectivas de uso dos laboratórios da Unochapecó, utilizados pelo curso de Engenharia de Alimentos.

2 METODOLOGIA

2.1 Coleta e análise dos dados

Foi estudado e analisado o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Engenharia de Alimentos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. A coleta de dados foi realizada no período de Janeiro a Março de 2013.

O PPC avaliado foi aprovado em 16 de Outubro de 2006, elaborado com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Política e Diretrizes da Graduação da Unochapecó.

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

A metodologia proposta para desenvolvimento desta pesquisa foi a análise de conteúdo onde Lakatos; Marconi (1995) descreve: “A análise de conteúdos visa desvelar o não aparente, latente, o escondido, o potencial inédito (do não dito) retido por qualquer mensagem (comunicação)”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar em experimentação na formação acadêmica é pensar na natureza do conhecimento científico. Embora se apresente como um sistema teórico, o conhecimento científico apresenta uma dimensão teórica e uma dimensão empírica. Oportunizar aos estudantes, durante seu processo de formação, o ensino teórico associado ao ensino prático é considerar as dimensões do conhecimento científico. Desta forma, no desenvolvimento das ciências, o experimento é parte integral do processo de tomada de decisões (BORGES, 2002).

É uma metodologia que deve fazer parte do planejamento do componente curricular e ser apresentado aos estudantes através do plano de ensino, para despertar, tanto no estudante como no docente, a necessidade de investigar, prevendo uma articulação entre a teoria e a prática.

Então, é importante que a Universidade propicie condições de trabalho e processo permanente de formação do docente, com vistas a dar subsídios necessários para a ação da prática pedagógica.

Outro desafio a ser vencido é a falta de espaços apropriados ou de laboratórios específicos para a realização das aulas práticas. Também, faltam docentes designados para tal fim, e o número de aulas semestrais bastante reduzidas. Ainda, o custo de manutenção destes espaços, que se não gerenciados adequadamente, podem não ter verba suficiente para a manutenção.

Assim, os reflexos dessa práxis são expressos nos questionamentos dos discentes sobre a distância entre os conhecimentos apreendidos em sala de aula com aqueles aplicados na prática de laboratório, geralmente, organizadas de forma rígida para reprodução das etapas da técnica (SENAC, 2009). Esta integração possibilitaria maior interdisciplinaridade no ensino de engenharia e o ganho final seria de alunos melhor preparados, já que poderiam visualizar os conhecimentos de forma integral e não compartimentada como ocorre atualmente no ensino tradicional, a partir de dinâmicas meramente expositivas.

Porém, pensando na gestão dos espaços, e considerando que a Unochapecó possui mais de 80 laboratórios destinados a práticas de ensino, poder-se-ia pensar na otimização dos locais (com a formação de um comitê gestor), em parcerias com outras instituições de ensino ou com indústrias, na locação de espaços, que, a maior parte do tempo passam ociosos, gerando uma fonte de renda extra para a instituição e benefícios compartilhados com a geração de propriedade intelectual de diversos produtos e processos, diminuindo custos e trazendo benefícios para ambas as partes.

Relata-se, no objeto de estudo em questão, como ponto negativo destacado em várias reuniões de colegiado, o número reduzido de professores com formação específica do curso e de projetos de pesquisa. Também, a falta de equipamentos específicos para a realização de aulas práticas das tecnologias de alimentos.

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

Pressupõe-se que um seja a consequência do outro. É importante que o docente conheça o ciclo da aprendizagem, pois é através dele que o planejamento do ensino e de todas as atividades será facilitado (Carvalho, 2001).

De acordo com Charle et al. (2004), a especificidade da universidade, desde sua fundação medieval, sempre foi a de constituir um espaço único, singular, onde o saber é ao mesmo tempo produzido e transmitido. Onde, portanto, o ensino não pode ser separado da pesquisa. Além do mais, não se pode esquecer que as funções de pesquisa tendem a se desenvolver nos setores mais altos das instituições de ensino, com alto número de doutores entre seus docentes, da importância de seus laboratórios de pesquisa etc., o que atesta claramente a necessidade (pelo menos simbólica) da aliança entre ensino e pesquisa.

Pensar nos ambientes pedagógicos das instituições de ensino, tem como objetivo, preparar um ambiente ideal capaz de simular a organização real dos ambientes laborais. Isto porque o processo de formação de profissionais hábeis tecnicamente e, ao mesmo tempo, responsáveis e cidadãos, é favorecido pela possibilidade de vivenciar práticas significativas, pela disponibilidade de ambientes adequados e de articulação do conhecimento e da educação com a realidade profissional, política, econômica e social (SORDI; BAGNATO, 1998).

E a engenharia é uma área do conhecimento que necessita passar por mudanças no processo de ensino-aprendizagem (BELHOT, 1997). É necessário associar as ferramentas já conhecidas, como por exemplo, as atividades práticas, para facilitar a construção do conhecimento, tornando a aprendizagem um ato que tenha significado para os estudantes, que o aproxime da sua realidade regional, qualificando estes para resolver problemas regionais ou atuar em projetos de pesquisa, como citado entre os objetivos específicos do curso de Engenharia de Alimentos da Unochapecó.

Um ponto importante a ser abordado e bastante relevante dentro da matriz curricular do curso de Engenharia de Alimentos, é que a realização de aulas práticas durante a formação acadêmica são importantes para a realização do estágio supervisionado, sendo este uma vivência da realidade do exercício profissional do Engenheiro de Alimentos. Por isso, o estudante precisa perceber, desde o início do seu curso, que todos os conceitos que estão sendo adquiridos fazem parte de um conteúdo maior.

Isto acontece, com bastante frequência na realização de atividades práticas, onde os conteúdos teóricos são aproximados da vivência de um cotidiano da vida profissional. E o conjunto desses conceitos será necessário para sua formação, não só profissional, mas humanista.

Mas para haver resultados satisfatórios, tanto para estudantes quanto para docentes, o docente deve levar em conta os conhecimentos prévios de cada discente, pois cada um passou por experiências diferentes e suas dificuldades e facilidades também não são as mesmas. Sabe-se que os estudantes como sujeitos, apresentam trajetórias sócio histórica e cultural particulares. Nessas, incluem a formação escolar, os ritmos e as dificuldades com a aprendizagem, os saberes e os conhecimentos dos estudantes (SOUZA, 2009).

Sternberg (1946), em seus estudos publicados, já apontava a importância do uso dos laboratórios no ensino superior:

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

Mesmo diante da paisagem real, observando as múltiplas formas do relevo ou assistindo ao que poderíamos chamar a “fisiologia” telúrica, não podemos dispensar o aparelhamento demonstrativo e experimental, se é nosso propósito orientar a aprendizagem (STERNBERG, 1946, p.68).

Nesse sentido os laboratórios se tornam essenciais para fazer com que o estudante tenha uma visualização de realidades distantes e/ou desconhecidas e também de fenômenos que não sejam diretamente observáveis por eles, se tornando então um meio didático necessário para uma maior aprendizagem.

Portanto, esse espaço deve ser utilizado como uma estratégia de ensino e deve contemplar e complementar a formação profissional, a produção do conhecimento e a prestação de serviços.

Pereira e Baggio (2005) apontam que professores e pesquisadores têm buscado conciliar, os princípios fundamentais da Engenharia, indispensáveis para a formação do Engenheiro, com o uso de estratégias apropriadas de ensino, que possibilitem tornar mais adequado o perfil dos futuros engenheiros.

Porém, nas IES (Instituições de Ensino Superior) brasileiras, constata-se que alguns educadores ainda dedicam-se mais às teorias, contudo o laboratório já possui seu espaço dentro das ciências básicas, que tem dado ênfase significativa a este tipo de metodologia de ensino.

O professor tem o papel fundamental de instigar o acadêmico a formular e resolver o problema, possibilitando, desta forma, o desenvolvimento da capacidade de pesquisa. Por outro lado, o objeto da aprendizagem não pode ser ditado de maneira absoluta pelo mercado. Inserida numa realidade social diversificada, cabe à universidade compreender as condições e os condicionantes desta realidade, de modo a definir o que deve ser objeto de estudo em seus currículos, tanto quanto o modo e profundidade como tais conhecimentos serão abordados. Portanto, há necessidade em demarcar a área do conhecimento que o curso irá enfatizar, os conteúdos envolvidos, a metodologia aplicada e a forma de validação e de avaliação deste conhecimento (CUNHA; BURNIER, 2005).

Com o intuito de preparar o profissional para o mercado de trabalho, promovendo um melhor entendimento dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, o PPC do curso de Engenharia de Alimentos da Unochapecó traz os componentes curriculares de Desenho Técnico, Introdução à Computação I e II, Física Experimental I e II, Química Geral e Inorgânica Experimental, Microbiologia de Alimentos I e II, Química Analítica I e II, Química dos Compostos de Alimentos e dos Processos I e II, Cálculo Numérico, Química Orgânica Experimental, Introdução à Pesquisa e Planejamento Experimental, Bioquímica dos Processos de Alimentos I e II, Físico-Química Experimental, Análise Instrumental de Alimentos, Análise Sensorial de Alimentos, Engenharia Bioquímica, Laboratório de Fenômenos e Desenvolvimento de Pesquisa e Processos na Indústria de Alimentos I e II, com aulas práticas, ministradas em uma única turma ou em turmas divididas, de acordo com a capacidade do laboratório.

Percebe-se também que, quando ocorre a divisão de turma, ou quando a componente curricular ocorre com aulas teóricas e práticas, o docente têm, contemplado na sua carga horária semanal, de 1 a 3 créditos além dos créditos do componente curricular.

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

Além de promover um maior entendimento do conteúdo teórico, as aulas práticas proporcionam um momento de maior aproximação entre docente e estudante, trazendo contribuições para o crescimento emocional e moral. A troca de experiências valorizará o estudante e incentivará o docente a tornar-se educador, pois ele saberá que suas experiências estarão sendo passadas e aplicadas de forma mais eficiente.

Porém, a complexidade que pode envolver uma atividade experimental em laboratório requer a competência do docente em saber lidar com as adversidades que por ventura poderão ocorrer durante aula. Questões relativas à segurança serão tratadas em outro momento.

A experimentação pode ter um caráter indutivo e nesse caso, o estudante pode controlar variáveis e descobrir ou redescobrir relações funcionais entre elas, e pode também ter um caráter dedutivo quando eles têm a oportunidade de testar o que é dito na teoria, porém a utilização dessas atividades bem planejadas facilita muito a compreensão da produção do conhecimento, podendo incluir demonstrações feitas pelo docente, experimentos para confirmação de informações já dadas, cuja interpretação leve a elaboração de conceitos entre outros. Essas atividades tornam-se importantes na formação de elos entre as concepções espontâneas e os conceitos científicos, propiciando aos estudantes oportunidades de confirmar suas ideias ou então reestruturá-las (GIORDAN, 1999).

Também, que o estudante terá maior facilidade de apreender o conhecimento e relacioná-lo com a teoria se, durante a aula, puder discutir com o docente e com os colegas sobre os fundamentos básicos do experimento. Nesse sentido, a aprendizagem pode partir do aluno que deve ser instigado a lidar com os desafios e situações reais (DEMO, 2000). O desenvolvimento de atividades práticas em grupos são mencionadas como indicativos no PPC do curso de Engenharia de Alimentos da Unochapecó.

Diante dos novos desafios para a qualificação profissional, de um mercado cada vez mais exigente, a Universidade deve reassumir seu compromisso de formação de indivíduos motivados para o desenvolvimento de novas tecnologias através da pesquisa, com domínio de métodos analíticos e capazes de enfrentar situações imprevisíveis (PPC ENGENHARIA DE ALIMENTOS, 2006).

No entanto, a organização e gestão desse processo requer uma prática pedagógica capaz de articular a dinâmica da realidade social vivida no campo profissional, com a reflexão e o domínio de conteúdo, ou seja, a teorização da prática. Portanto, torna-se fundamental a definição do perfil do egresso e a clareza dos objetivos do curso para delinear o caminho a ser percorrido e para possibilitar uma avaliação deste processo que viabilize instrumentos e estratégias de apoio aos sujeitos concretos que participam desse processo (CUNHA e BURNIER, 2005).

Busca-se, portanto, viabilizar a autonomia acadêmica, com formação de indivíduos pensantes, críticos e criativos, que tenham competência científica e técnica capazes de propor alternativas para a solução de problemas, que possam, através do conhecimento que possuem propor intervenções adequadas sobre a realidade.

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os resultados apontem a necessidade de releitura do PCC, com o objetivo da inclusão e disponibilização de novos laboratórios, com espaços apropriados para a realização das aulas práticas, aumento da carga horária de docentes que ministram componente curricular de laboratório, de modo que estes tenham tempo disponível para testar novos experimentos e da disponibilização de laboratórios de tecnologias, esta pesquisa justifica-se por apontar questões de discussão em uma nova revisão do PPC, do curso de Engenharia de Alimentos, da Unochapecó, proporcionando uma formação mais adequada ao perfil profissional que o mercado exige.

Um fato importante também é de que os docentes envolvidos com as aulas práticas precisam saber se adequar a estrutura, de modo a desenvolver atividades com a estrutura disponível na instituição, com a finalidade de promover a aprendizagem dos estudantes.

Vale ressaltar que estas questões já foram levantadas em reuniões de colegiado de curso e tanto a coordenação como a direção de área já buscam alternativas para viabilizar a implantação dos laboratórios de mini usinas, que são ferramentas importantes para os componentes curriculares das tecnologias de alimentos, através da locação de outros espaços ou da locação destes espaços em outras instituições de ensino que ofereçam os espaços para uso compartilhado.

Atualmente, percebe-se que os professores estão de fato repensando sua prática pedagógica e o uso dos laboratórios não representa apenas uma atividade a mais, mas a continuidade de um processo de ressignificação da prática pedagógica, a qual faz sentido para professores e alunos.

5. REFERÊNCIAS

- BELHOT, R. V. **Reflexões e propostas sobre o “Ensinar engenharia” para o século XXI**. Tese (Livre Docência), EESC, USP, São Carlos, 1997;
- BORGES, T. B. Novos Rumos para o laboratório escolar de Ciências. In: **Caderno Brasileiro de Ensino da Física**, v. 19, n.3, dez. 2002.
- CARVALHO, A. C. B. D.; PORTO, A. J. V.; BELHOT, R. V. Aprendizagem significativa no ensino de Engenharia. **Revista Produção**, v. 11, n. 1, p. 81-90, 2001.
- CHARLE, Christophe et al. Ensino superior: o momento crítico. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, Oct. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300015&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 01 Abr. 2013.
- GIORDAN, M. “O Papel da Experimentação no Ensino de Ciências”, in: **Química Nova na Escola**, n.º 10, 1999. pp. 43-49.
- CUNHA, F. M.; BURNIER, S.. Estrutura Curricular por Eixos de Conteúdos e Atividades. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia – COBENGE 2005**. Anais – CD Room, 2005.
- DEMO, P.. **Conhecer e Aprender: Sabedoria dos Limites e Desafios**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Raquel Zeni Ternus, Rose Maria de Oliveira Mendes

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PEREIRA, M. A., BAGGIO, L. Reconhecendo os estilos de aprendizagem dos alunos da engenharia a fim de aprimorar os métodos de ensino. **Anais: I Encontro Estadual de Engenharia da Produção e I Simpósio de Gestão Industrial – Ponta Grossa, PR, 2005.**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS. Unochapecó, 2006.

SENAC. DN. **Laboratórios** : função pedagógica e perspectivas atuais. Rio de Janeiro : SENAC/DIPLAN/GAB, 2009. 42 p.

SORDI, M. R. L. de; BAGNATO, M. H. S. Subsídios para uma formação profissional crítico reflexiva na área da saúde : o desafio da virada do século. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 83-88, abr. 1998.

SOUZA, Carla J. O. Ensino de geomorfologia e a formação profissional em licenciatura. **Caderno de geografia**. PUC-MG, v. 14; n. 22; jun. 2004. P.117-122.

SOUZA, Carla J.O. **Geomorfologia no Ensino Superior: difícil, mas interessante! Por quê? Uma discussão a partir dos conhecimentos e das dificuldades entre estudantes de geografia do IGC-UFMG**. Belo Horizonte, 2009 (Tese de doutorado).

STERNBERG, Hilgard O'reilly. **Contribuição ao estudo da geografia**. Belo

Horizonte: UFMG, 1946.135 p.

ZIMMERMANN, L. **A importância dos laboratórios de Ciências para estudantes da terceira série do Ensino Fundamental**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS. 2005.

MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA

Felipe Migosky¹

¹Curso de Especialização em Direito Processual Civil
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: felipe_mig@hotmail.com

RESUMO

Este artigo pontua alguns temas já pesquisados para elaboração de monografia de conclusão de curso de especialização em direito processual civil, na qual se pretende aprofundar o estudo da medida liminar em mandado de segurança e da teoria do fato consumado, tendo como palco as ações referentes a concursos públicos. Para o seu estágio inicial, representado em parte neste trabalho, objetiva-se estudar as características da medida liminar do mandado de segurança. O aprofundamento teórico ocorre por meio da pesquisa bibliográfica e documental, especificamente leitura de livros, legislação e jurisprudência. O mandado de segurança surgiu, no Brasil, na primeira constituição republicana, persistindo inclusive durante os períodos autoritários e sendo aperfeiçoado até a configuração dada pela Constituição Federal de 1988 e pelas leis de menor hierarquia. A medida liminar do mandado de segurança deve ser deferida, de maneira fundamentada, sempre que se constatarem presentes, logo na petição inicial ou mesmo após a oitiva do impetrado, os requisitos do fundamento relevante e da possibilidade de ineficácia da sentença favorável ao impetrante. Para alguns autores, pode a liminar ser concedida inclusive sem pedido do interessado, não sendo esta, contudo, a orientação prevalecente. A exigência de caução para concessão da liminar, bem como as restrições legais para determinadas matérias, precisam ser interpretadas com cuidado, em avaliação casuística, a fim de harmonizar a plenitude da tutela jurisdicional e a preservação do interesse público. Conclui-se que o mandado de segurança consiste num remédio constitucional enérgico contra a arbitrariedade, e que a sua liminar representa uma medida ágil disponibilizada ao manuseio dos cidadãos contra os atos insólitos emanados dos agentes estatais. A doutrina e a jurisprudência oferecem um arcabouço teórico que desafia o intérprete a ampliar o entendimento sobre as circunstâncias em que cabe a proteção do bem da vida lesado ou ameaçado pelo Estado.

Palavras-chave: Mandado de segurança. Medida liminar. Características.

Felipe Migosky

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pontua alguns temas já pesquisados para a elaboração de monografia de conclusão de curso de especialização em direito processual civil, na qual se pretende aprofundar o estudo da medida liminar em mandado de segurança e da chamada teoria do fato consumado, tendo como palco as ações referentes a concursos públicos.

Para o seu estágio inicial, representado em parte neste trabalho, entendeu-se necessária a compreensão de conceitos básicos, nomeadamente as origens e o cabimento do mandado de segurança, bem como os requisitos e a atuação do magistrado no tocante à concessão da medida liminar específica dessa ação.

2 METODOLOGIA

Para essa etapa exploratória, o aprofundamento teórico do estudo é efetuado por meio da pesquisa bibliográfica e documental, especificamente a leitura de livros, legislação e jurisprudência.

3 O MANDADO DE SEGURANÇA

É usual, entre os de alguma forma conhecedores do assunto e transeuntes pela Administração Pública, o brocardo “entrar com mandado de segurança contra” alguém ou algo que não pareça correto. Na sociedade atual, regulada pela busca e produção acentuadas do conhecimento e pela ampla e rápida propagação de informações, a ignorância da lei é cada vez menor e assim tem-se um campo fecundo para o mandado de segurança, que

[...] está intimamente ligado à ideia de Estado de Direito. No Estado de Direito, a atividade do Poder Público deve pautar-se, estritamente, pelas balizas da legalidade. Se é possível conceber-se o Estado de Direito sem a garantia do mandado de segurança, a recíproca não é verdadeira. Isto é, apenas em um legítimo Estado de Direito é possível conceber-se a garantia como o do mandado de segurança (ALVIM, E. A., 2010, p. 27)

Esse remédio constitucional representa a vitória da perseverança do povo em face da indiferença estatal, conquista que é cotidiana e incansável, conforme demonstram a evolução legislativa e as interpretações sobre o seu cabimento.

As origens do mandado de segurança remontam ao Estado moderno, em que a conquista das liberdades civis e políticas dos cidadãos fez surgir a necessidade de protegê-las do arbítrio do Estado. Os seus ancestrais, no direito anglo-saxão, são o *writ of injunction*, aplicado para obstar a prática tanto de atos do poder público quanto de particulares, e o *writ of mandamus*, utilizado para exigir o cumprimento de um dever legalmente previsto. No direito comparado, o instituto que mais se aproxima do mandado de segurança brasileiro é o juízo de amparo mexicano, destinado a proteger qualquer governado de atos inconstitucionais perpetrados por autoridades em geral (CARDOSO, 2010, p. 25-28).

Felipe Migosky

Cardoso (2010, p. 28-29) registra que “após o Brasil se libertar do domínio português, começou a se formar a ideia de reparação dos direitos individuais violados por atos ilegais do Estado”. Os conflitos entre o Estado e os administrados eram solucionados judicialmente por meio do processo comum, que, incapacitado de resolver os casos em que o direito violado não pudesse ser substituído pela reparação pecuniária, deu oportunidade à utilização de procedimentos possessórios para tal fim, os quais, por sua vez, cederam lugar à visão ampliada do *habeas corpus*.

Essa extensão do objeto do *habeas corpus* para além da sua tutela originária, da liberdade de ir e vir, teve como um de seus expoentes Rui Barbosa, e foi de grande aceitação na época, sendo inclusive denominada de “teoria brasileira do *habeas corpus*” (CARDOSO, 2010, p. 30).

Pela dicção do art. 72, § 22, da Constituição de 1891¹, o *habeas corpus* pôde ser utilizado para o controle judicial dos atos administrativos, passando, pela reforma da Emenda Constitucional nº 03, de 1926, a ter fins estritamente penais, o que pressionou a efetiva criação do mandado de segurança na Constituição de 1934²(ALVIM, E. A., 2010, p. 19-23).

Em 1937, a garantia do mandado de segurança foi retirada da Constituição outorgada naquele ano. De outro lado, se manteve disciplinado pela Lei nº 191, de 1936, com as restrições impostas pelos Decretos-Leis nº 6 e 96, ambos de 1937, que excluíram da legitimação passiva o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Governadores, os Interventores e o Prefeito do Distrito Federal (ALVIM, E. A., 2010, p. 24).

A reinclusão do mandado de segurança no texto constitucional de 1946, com nova redação³, substituindo “direito certo e incontestável” por “direito líquido e certo” e eliminando a exigência de que se tratasse de inconstitucionalidade ou ilegalidade “manifesta”, foi de fundamental importância para o entendimento de que essa garantia possa ser deferida independentemente da dificuldade da matéria discutida (ALVIM, E. A., 2010, p. 24-25).

Buscando conciliar a legislação ordinária com o texto constitucional então vigente, em 1951 foi elaborada a Lei nº 1.533, que, em meio às críticas surgidas desde a sua edição, e a algumas poucas modificações, especialmente destinadas a adequá-la ao Código de Processo Civil superveniente, serviu quase cinco décadas à proteção de ilegalidades e abusos cometidos por agentes públicos (MEIRELLES; WALD; MENDES, 2012, p. 146-148).

Isso porque, mesmo durante período autoritário, o mandado de segurança foi mantido na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, entre os direitos e garantias individuais, e não poderia ser diferente na Constituição cidadã de 1988, em que ainda teve sua abrangência ampliada, com a previsão do mandado de segurança coletivo (DECOMAIN, 2009, p. 13-14).

A Lei nº 12.016/2009, que hoje regulamenta a matéria, é fruto de um longo processo de maturação, iniciado com a formação da Comissão de Juristas em 1996. Ela reproduziu boa parte da Lei nº 1.533/1951 e de suas alterações, agregou inovações impactantes e também positivou alguns entendimentos sedimentados no âmbito doutrinário e jurisprudencial (LIMA, 2010, p. 38).

Com o cuidado de não se distanciar do texto constitucional de 1988⁴, o art. 1º da Lei nº 12.016/2009 estabeleceu que conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e

Felipe Migosky

certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

4 AS LIMINARES EM MANDADO DE SEGURANÇA

Para início de reflexão, é interessante observar que a medida liminar em mandado de segurança não tem seu fundamento apenas na lei especial que rege a ação. Antes disso, está prevista implicitamente no art. 5º, XXXV, da Constituição, que dispõe sobre a inafastabilidade de jurisdição sobre ameaça a direito, e explicitamente no inciso LXIX do mesmo dispositivo, pois ali se acentua a finalidade do mandado de segurança proteger direito líquido e certo, e não de reparar a sua violação. A par disso, é também defendido em doutrina que a função jurisdicional acautelatória nasce do sistema constitucional organicamente considerado, do qual surge uma solução harmonizadora entre os direitos fundamentais da segurança jurídica e da efetividade da jurisdição (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 56-58).

A regulamentação da liminar na ação de segurança consta do art. 7º da Lei nº 12.016/2009, que estabelece as providências a serem tomadas pelo magistrado quando despachar a petição inicial, sendo uma delas, conforme parte inicial inciso III, ordenar que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida. Aí estão, segundo amplamente divulgado pela literatura, descritos os dois requisitos para concessão da liminar, conhecidos pelos brocardos latinos *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

O fundamento relevante, *fumus boni iuris*, é aquele capaz de evidenciar ao magistrado que a falta da medida liminar ocasionará a efetiva lesão ao direito líquido e certo, se ameaçado, ou o agravamento da lesão, se já houver ocorrido ou estiver ocorrendo (ALVIM, J. E. C., 2011, p. 172).

A relevância dos fundamentos pressupõe um exame mais profundo do que nas medidas cautelares, eis que representa a suscetibilidade de que a pretensão seja acolhida definitivamente pela sentença (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 73-74).

Arruda Alvim (2010, p. 166-168) acrescenta que a relevância do fundamento do pedido exigida para a concessão da liminar representa mais do que a aparência do bom direito (*fumus boni iuris*), pois, não obstante analisada em cognição sumária, se verifica perante todo o acervo documental que deve ser apresentado como condição da ação do mandado de segurança e que constitui única espécie probatória nessa via processual. Ao contrário do que interpretações restritivas indicam, a relevância não diz respeito à natureza da matéria em discussão.

Doutrina minoritária afirma que a relevância do fundamento do pedido constitui-se em um terceiro e autônomo requisito para o deferimento da medida liminar. Sendo o fundamento jurídico do pedido uma relação de adequação lógica entre os fatos descritos e as consequências pedidas, a relevância de tais fundamentos consiste na viabilidade aparente de que os fatos descritos possam redundar na consequência pedida (FRIEDE, 1993, p. 106).

Felipe Migosky

O *periculum in mora* é o fundado receio da existência de um dano jurídico, de difícil ou impossível reparação, sendo esse temor condicionado à superveniência relativamente ao nascimento do eventual direito. Deve ser aferido pelo juízo de probabilidade, ou seja, que caminhe na direção da certeza, com base na experiência comum ou técnica, e não pelo simples e genérico - até mesmo arbitrário - juízo de possibilidade (FRIEDE, 1993, p. 96-99). Já para Bueno (2010, p. 65),

A circunstância de o dano a ser evitado com a medida liminar ser *irreparável* ou de *difícil reparação* é indiferente. O direito brasileiro, diante do que dispõe o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, não pode aceitar essa distinção que, em outros ordenamentos, enseja desdobramentos diversos, interessantes, mas, frise-se, estranhos ao nosso sistema jurídico (grifos do autor).

A possibilidade de ineficácia da medida concessiva de segurança, como requisito do deferimento de liminar, refere-se à inviabilidade do específico direito que está sendo postulado, e não ao mero descabimento de reparação patrimonial, já que sempre que se viola qualquer direito nasce a pretensão de reparação (ALVIM, E. A., 2010, p. 169-172).

O *periculum in mora* autoriza a inobservância de dois princípios fundamentais, um de ordem geral, que é o do contraditório, e outro peculiar do Direito Administrativo, o da presunção de legitimidade dos atos administrativos (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 56-58).

Carreira Alvim (2011, p. 173) critica duramente a utilização das expressões *fumus boni iuris* e *periculum in mora* para a liminar da ação mandamental. Para ele, o fundamento relevante exigido pela norma é mais intenso do que o *fumus boni iuris*, que autoriza a concessão de liminar em ação cautelar, e do que a prova inequívoca da verossimilhança da alegação necessária à antecipação de tutela, já que, ao passo que nas ações em que se passam essas duas últimas é possível a dilação probatória, no mandado de segurança é necessária prova documental e preconstituída do direito, para que se configure como líquido e certo.

Todas essas expressões, a par da peculiaridade procedimental do mandado de segurança, devem ser entendidas como significativas de que, para a concessão da liminar, o impetrante deverá convencer o magistrado de que é portador de melhores razões que a parte contrária; que o ato coator é, ao que tudo indica, realmente abusivo ou ilegal. Isto é tanto mais importante em mandado de segurança porque a petição inicial, com os seus respectivos documentos de instrução, é a oportunidade única que o impetrante tem para convencer o magistrado, ressalvadas situações excepcionais como a que vem expressa no § 1º do art. 6º da nova Lei [...], de que é merecedor da tutela jurisdicional, isto é, de que é efetivamente titular do direito que afirma ser seu (BUENO, 2010, p. 64-65).

Além dos requisitos já abordados, deve-se somar a análise sobre a eventual produção, com a concessão da liminar, do *periculum in mora* inverso, que representa o grave risco de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação contra o impetrado. O exame cabível, nesse tocante, é da proporcionalidade entre o dano invocado pelo impetrante e o dano que poderá sofrer o impetrado (FRIEDE, 1993, p. 106-107).

Felipe Migosky

A segunda parte do dispositivo analisado ainda possibilita ao magistrado, após efetuar o exame dos requisitos legais, exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

O entendimento doutrinário prevalecente acerca da faculdade de exigir caução era no sentido da sua ilegalidade, justamente pela ausência de previsão normativa. A Lei nº 12.016/2009 tratou de incorporá-la, sem, no entanto, elidir questionamentos sobre a sua constitucionalidade, pautados no princípio da isonomia (ALVIM, J. E. C., 2011, p. 180-181). Por outro lado, Bueno (2010, p. 68) afirma que o oferecimento de caução, fiança ou depósito em sede de mandado de segurança não pode mais ser indeferido pelo magistrado.

Arruda Alvim (2010, p. 226-227) leciona ser incompatível com a natureza constitucional do mandado de segurança o condicionamento puro e simples da concessão da liminar à prestação de garantia, mas alerta que “[...] se, de um lado, a liminar deve ser concedida quando haja risco de eficácia da sentença concessiva da segurança; de outro, a concessão da liminar também não deve levar à completa ineficácia de possível sentença denegatória da segurança [...]”.

Lima (2010, p. 136-137) recorda que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra o dispositivo, protocolada sob o número 4.296-DF, a qual ainda não teria sequer tido o pedido liminar avaliado.

Acentuando o debate, o § 2º do art. 7º da Lei nº 12.016/2009 - que, nesse ponto, apenas reproduziu comandos legais já existentes - discrimina uma série de objetos que não podem ser alcançados pela medida liminar.

Para Dantas (2010, p. 139-141), as restrições são inconstitucionais por ferirem o princípio da tutela constitucional efetiva. Informa o autor que a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Conselho Federal da OAB também as ataca, mas que a tendência é de permanecerem, já que existem desde a década de 50. E a razão é que podem representar uma harmonização entre a plenitude da tutela jurisdicional e a preservação do interesse público, o que não ocorre, porém, nos casos em que as liminares são genericamente vedadas, a exemplo das Medidas Provisórias 181 e 198, de 1990, que sustaram o uso das medidas liminares contra um conjunto inteiro de medidas econômicas do Governo, consistente no Plano Collor.

Segundo Carreira Alvim (2011, p. 198-199), os argumentos sobre a constitucionalidade das restrições impostas à concessão de liminares contra a Fazenda Pública se fundamentam na intangibilidade do direito de ação, exercido pela via ordinária ou mesmo cautelar, eis que vedada apenas a concessão de liminar. Porém, a liminar em mandado de segurança é um “elemento conatural”, ou componente essencial, do sistema de tutela jurídica, tal como a água potável para matar a sede. Assim, o poder de suspender a execução do ato administrativo deve ser exercido com a avaliação, caso por caso, dos graves e irreparáveis danos que possam resultar da efetivação do ato.

Arruda Alvim (2010, p. 234) argumenta que a tutela liminar está respaldada no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, cuja interpretação atual é ampla e representativa de um efetivo acesso à justiça, já que de nada adiantaria reconhecer o direito de acesso ao Judiciário se o interessado não pudesse ter pleno alcance ao bem da vida pleiteado.

Felipe Migosky

Segundo Lima e Sampaio Júnior (2005, p. 39-40), as restrições legais à concessão de liminares não afrontam a garantia constitucional de acesso ao Judiciário, mas devem ser analisadas à luz de cada caso concreto, pois a ocupação de um dos polos da lide pelo Poder Público não significa necessariamente a prevalência do interesse público.

A cognição do magistrado diante da liminar é plena em relação à extensão, já que pode analisar toda a matéria deduzida, e sumária no que tange à profundidade, por ainda lhe faltarem a totalidade das provas nesse momento (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 25). Discute-se sobre qual o grau de inteligência necessário para a concessão da medida liminar, se a mera possibilidade ou a probabilidade de existência do direito invocado, o que Carreira Alvim (2011, p. 169) aborda com maestria:

Portanto, para fins de concessão ou denegação de liminar, o que o juiz deve verificar é se, em face das alegações do impetrante, delas se infere, mediante um *juízo de probabilidade*, a existência da pretensão (e direito) material invocada. Como a probabilidade, enquanto um *termômetro* do juízo, pode ser *máxima*, *média* ou *mínima*, apenas a probabilidade *máxima* ou *próxima da máxima* autoriza a concessão de liminar *satisfatória*, como a tutela antecipada, podendo a probabilidade *média* ou *próxima da média* autorizar, quando muito, uma tutela cautelar, enquanto a probabilidade *mínima*, em princípio, não autoriza nada, devendo a pretensão material ser decidida na sentença.

A probabilidade existe quando houver predomínio dos motivos afirmativos sobre os negativos de uma proposição. Para Carreira Alvim (2011, p. 184), é também necessário orientar-se pelo princípio da proporcionalidade, de modo que o prejuízo causado a uma das partes não seja maior do que o benefício proporcionado à outra.

A liminar é dotada de provisoriedade, tendo em vista o momento em que é efetivada e a superficialidade do conhecimento desenvolvido pelo magistrado. Assim, os seus efeitos poderão ou não ser confirmados pela sentença, que é o evento sucessivo que vem a substituí-la. Antes disso, também pode a liminar ser revogada ou modificada, dependendo da avaliação do julgador sobre a permanência ou não do *periculum in mora*, de ofício mesmo, desde que de modo fundamentado e escorado em elementos objetivos (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 27-29).

Existia grande embate doutrinário sobre os efeitos da liminar quando da ocasião da sentença, com entendimentos no sentido da permanência daquela quando não expressamente revogada pela sentença - ou pelo acórdão, no caso da competência originária dos tribunais. De acordo com Bueno (2010, p. 81-83), o teor do art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.016/09 não deixa dúvidas de que, independentemente do seu conteúdo, a sentença substituirá, de imediato, anterior liminar concedida, de modo que o efeito suspensivo de eventual recurso de apelação não mantém eficaz, por si só, a anterior medida liminar⁵.

Isso se dá, segundo Arruda Alvim (2010, p. 247), porque a sentença de improcedência do mandado de segurança tem natureza declaratória negativa, fazendo com que os atos cujos efeitos estavam suspensos por força da liminar voltem a produzir os efeitos que lhe são próprios. Mas pode

Felipe Migosky

o tribunal restabelecer a liminar, a fim de preservar a utilidade de ulterior provimento do recurso de apelação interposto.

Para Lima e Sampaio Júnior (2005, p. 32-33), a liminar só pode ser assim considerada se for concedida no início do feito, sem a prévia formação do contraditório, isto é, sem qualquer manifestação formal do demandado, o que não impede a sua justificação prévia. Quando o magistrado reserva a decisão para depois da oitiva da parte contrária, essa decisão será considerada meramente interlocutória, que resolve uma questão incidente. Mas concordam os autores que essa diferenciação não deve atrapalhar a efetividade da prestação jurisdicional, sendo mesmo relevante o aspecto da urgência em garantir o resultado prático da sentença.

A decisão sobre a liminar após a notificação da autoridade impetrada só se mostra viável, por óbvio, se isso não tornar a ação sem objeto, diante da proximidade da consumação do ato impugnado (ALVIM, J. E. C., 2011, p. 176). Cretella Júnior *apud* Friede (1993, p. 218) aborda essa questão com excelentes metáforas:

Se o Mandado de Segurança é o remédio heróico que se contrapõe à auto-executoriedade, para cortar-lhe os efeitos, a *medida liminar* é o “pronto-socorro”, que prepara o terreno para a segunda intervenção, enérgica (como é evidente), porém mais cuidadosa do que a primeira. A auto-executoriedade jorra do ato espontaneamente, com intensidade ímpar; a *liminar* susta-lhe a ação, antes que se manifeste. O ato ilegal é veneno de ação rápida, que não pode ser tratado com paliativo. Seu antídoto imediato é o remédio heróico que paralisa a ação deletéria da medida ilegal. Em inúmeros casos, entretanto, o ato impugnado tem de ser atacado logo, porque do contrário a lesão produziria danos irreparáveis. Se o doente está sufocando, se o coração está paralisado, é necessário que seja atendido imediatamente. A observação e o tratamento cuidadoso ficam para depois. A intervenção ultra-enérgica, sobrestando o processo em desenvolvimento, é a *ação liminar*.

Assim, é preciso harmonizar os princípios da efetividade da tutela jurisdicional e da segurança jurídica, mediante uma simples inversão da sequência cronológica, lançando mão do chamado “contraditório diferido” (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 23).

Carreira Alvim (2011, p. 167-168) observa que o texto legal vigente repetiu a falha daquele editado há mais de cinquenta anos no tocante à suspensão do ato coator, visto que este pode também ter conteúdo negativo, mas a sua suspensão não tem nenhuma eficácia, o mesmo ocorrendo relativamente à omissão da Administração Pública. A jurisprudência tratou de resolver essa questão, com a utilização de provimentos de cunho positivo para tais casos.

Sobre essa questão, Decomain (2009, p. 277) esclarece que:

“[...] a expressão ‘suspender o ato impugnado’ pode perfeitamente ter três significados: (a) no mandado de segurança repressivo, suspensão dos efeitos ou do cumprimento do ato, até decisão final; (b) no preventivo, suspensão da prática do próprio ato; e (c) no mandado de segurança contra omissão, determinação de que o ato indevidamente omitido seja praticado”.

Felipe Migosky

Sendo a liminar uma decisão interlocutória, deve o juiz fundamentá-la, expondo as razões fáticas e jurídicas em que se baseou, sem o que a Constituição determina a sua nulidade, em respeito ao estado democrático de direito e à finalidade de permitir a adequada impugnação através do recurso. A lei processual permite que as decisões interlocutórias tenham fundamentação concisa, o que não se confunde com expressões indeterminadas ou meras remissões ao dispositivo legal. No caso da liminar, a fundamentação adquire especial relevo quando há concessão sem a oitiva da parte contrária, sendo também certo que não poderá representar prejulgamento da causa (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 34-36).

Nesse sentido, a presença dos requisitos é suficiente à concessão da liminar, pois a liberalidade do magistrado não se adequaria ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 75-76).

A decisão acerca do pedido liminar não é discricionária, pois o magistrado não tem, nesta atividade, dois ou mais caminhos a serem seguidos. Aliás, na jurisdição não há que falar em discricionariedade, mas sim em mera e obrigatória aplicação do direito ao caso concreto. Assim, mesmo diante de conceitos vagos estabelecidos pela norma, o juiz ou tribunal deverão conceder a liminar, quando verificarem presentes a relevância dos fundamentos e a possibilidade de ineficácia da medida, e negarem a sua concessão, quando interpretarem que eles são inexistentes no caso submetido a sua cognição (ALVIM, E. A., p. 173-188).

Se é certo que a liminar não deve ser prodigalizada pelo Judiciário, para não entravar a atividade normal da Administração, também não deve ser negada quando se verificarem seus pressupostos legais, para não se tornar inútil o pronunciamento final a favor do impetrante. Casos há - e são frequentes - em que o tardio reconhecimento do direito do postulante enseja seu total aniquilamento. Em tais hipóteses a medida liminar impõe-se como providência de política judiciária, deixada à prudente discricção do juiz (MEIRELLES; WALD; MENDES, 2012, p. 96).

Existem diversos e até mesmo substanciosos argumentos que sustentam a possibilidade da concessão de liminar de ofício. Um deles é o de que a Lei nº 191/36, primeiro diploma legislativo que regulamentou o mandado de segurança, mencionava expressamente a necessidade do pedido do impetrante, o que não foi repetido pelo art. 7º, II, da Lei nº 1.533/51. Outro é o da obrigação ao juiz da prestação eficiente da garantia constitucional do mandado de segurança. Também se vincula o entendimento da liminar *ex officio* ao art. 125 do Código de Processo Civil, ao afirmar-se contrário à dignidade da justiça o perecimento da possibilidade de fruição de um direito *in natura* (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 76-77).

Segundo Arruda Alvim (2010, p. 189-191), a redação do dispositivo que trata da liminar na lei do mandado de segurança provoca interpretação de que o magistrado, de ofício, pode concedê-la. A doutrina, entretanto, tem se inclinado a pacificar que esta é uma interpretação equivocada, que configuraria julgamento *extra petita*.

Pondo-se contra a medida liminar de ofício, outra parte da doutrina aponta os artigos 797 e 273 do CPC, bem como o princípio dispositivo, positivado no art. 2º do mesmo diploma, e a responsabilidade do impetrante pelo ressarcimento de eventuais danos que a medida, caso

Felipe Migosky

revogada futuramente, tiver causado, por analogia ao art. 811 do referido código. Um modo de flexibilização entre os posicionamentos, coerente com o princípio da instrumentalidade, é o de que o juiz possibilite a emenda da inicial quando verifique ser o caso de concessão da medida (LIMA; SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 78-79).

Para Decomain (2009, p. 292-294), “a concessão da liminar independe de pedido do autor, pois, além de assim não exigir a lei, esta é a interpretação que resulta da ponderação do princípio da eficiência, entendido como efetividade da prestação jurisdicional, e o da inércia da jurisdição”.

Carreira Alvim (2011, p. 187-192) defende que a liminar possa ser concedida de ofício em se tratando de liminar cautelar, mas não no caso da liminar satisfativa. Além daquela ser menos capaz de causar danos à pessoa jurídica, na prática, a concessão da liminar *ex officio* pode não atender aos interesses do impetrante, especialmente em virtude de sua eventual obrigação de ressarcimento no caso de posterior denegação da segurança. Esse entendimento, inclusive, faz o autor compreender que, quando possível a concessão da liminar de ofício, é também possível a sua cassação de ofício.

5 CONCLUSÕES

Até aqui, pode-se concluir que o mandado de segurança consiste em um remédio constitucional enérgico contra a arbitrariedade, e que a sua liminar representa uma medida ágil disponibilizada ao manuseio dos cidadãos contra os atos insólitos emanados dos agentes estatais.

Embora o próprio direito positivo pátrio pareça dificultar o uso desses instrumentos processuais, seja por algumas imprecisões redacionais, seja pelas restrições explicitamente impostas, a doutrina e a jurisprudência oferecem um arcabouço teórico que desafia o intérprete a ampliar o entendimento sobre as circunstâncias em que cabe a proteção do bem da vida lesado ou ameaçado pelo Estado.

6 REFERÊNCIAS

ALVIM, Eduardo Arruda. Mandado de segurança. 2. ed., reform. e atual. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

ALVIM, J. E. Carreira. Comentários à nova lei do mandado de segurança - Lei 12.016/09. Curitiba: Juruá, 2011.

BUENO, Cassio Scarpinella. A nova Lei do mandado de segurança. 2. ed. rev., atual, e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARDOSO, Gustavo Brígido Bezerra. Considerações históricas sobre o mandado de segurança. In: MAIA FILHO, Napoleão Nunes; ROCHA, Caio Cesar Vieira; LIMA, Tiago Asfor Rocha (Org.). Comentários à nova lei do mandado de segurança. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 25-36.

DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. Artigo 7º. In: MAIA FILHO, Napoleão Nunes; ROCHA, Caio Cesar Vieira; LIMA, Tiago Asfor Rocha (Org.). Comentários à nova lei do mandado de segurança. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 117-145.

Felipe Migosky

DECOMAIN, Pedro Roberto. Mandado de segurança: o tradicional, o novo e o polêmico na Lei 12.016/09. São Paulo: Dialética, 2009.

FRIEDE, R. Reis. Aspectos fundamentais das medidas liminares: em mandado de segurança, ação cautelar, ação civil pública, ação popular. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LIMA, José Luiz Carlos de; SAMPAIO JÚNIOR, José Herval. Medidas liminares no processo civil: um novo enfoque. São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA, Tiago Asfor Rocha. Artigo 1º. In: MAIA FILHO, Napoleão Nunes; ROCHA, Caio Cesar Vieira; LIMA, Tiago Asfor Rocha (Org.). Comentários à nova lei do mandado de segurança. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 37-58.

MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. Mandado de segurança e ações constitucionais. 34. ed. atual. de acordo com a Lei n. 12.016/2009. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

NOTAS

1. Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...] § 22 - Dar-se-á o *habeas corpus*, sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.
2. Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...] 33) Dar-se-á mandado de segurança para defesa do direito, certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. O processo será o mesmo do *habeas corpus*, devendo ser sempre ouvida a pessoa de direito público interessada. O mandado não prejudica as ações petições competentes.
3. Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...] 24 - Para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*, conceder-se-á mandado de segurança, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.
4. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por “*habeas-corpus*” ou “*habeas-data*”, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
5. Nesse sentido, a Súmula nº 405 do Supremo Tribunal Federal reforça que “denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária”.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA: ESTRATÉGIAS E CONCEITUAÇÃO

Luciana Lunelli¹, Dunia Comerlatto

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail:lucianalunelli@gmail.com

RESUMO

A forma pela qual a pobreza passa a ser concebida e trabalhada traz implicações diretas à formulação e implementação de estratégias a serem desenvolvidas para seu enfrentamento. Investir em ações para enfrentar a pobreza exige interferir sobre um conjunto de questões que se colocam nas estruturas e nas circunstâncias que a configuram. Ao propor este estudo, que versa sobre a política de assistência social e o enfrentamento da pobreza, em municípios do Oeste Catarinense, instalou-se o desafio de desenvolver análises e um percurso investigativo na realidade dos municípios delimitados. Este estudo, caracterizado como de cunho quali-quantitativo, foi guiado por procedimentos de trabalho de campo e de análises dos dados respeitando esse caráter conjugado. Os sujeitos pesquisados foram selecionados como àqueles que direta e indiretamente se encontravam envolvidos na gestão da política de assistência social. A política de assistência social, está limitada pelo “desconhecimento e incompreensão” em meio à administração pública e à sociedade, do que vem a ser, real e efetivamente, uma política pública de direitos – dever do estado e direitos do cidadão, capaz de enfrentar a pobreza, desde que integrada intersetorialmente. A pobreza como fenômeno multidimensional necessita, para seu enfrentamento, da implementação de ações articuladas e mobilizadas no campo das políticas públicas.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Pobreza. Intersetorialidade.

1 INTRODUÇÃO

É a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que a assistência social se firma como política pública – dever do Estado e direito do cidadão. O *status* público adquirido representa um avanço estratégico para o enfrentamento da pobreza, dada a capacidade articulatória de promover a proteção e a inclusão social da população usuária e de seus territórios. Ao conceber a assistência social como uma política capaz de enfrentar a pobreza, exige-se que as instituições e seus trabalhadores operacionalizem ações para além de mera aplicação financeira, quase sempre reduzida.

Nesse sentido, a política de assistência social se posiciona como estratégia para instituir uma rede protetiva de combate à pobreza, além de procurar corrigir injustiças e prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais, contribuindo para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre mediante três procedimentos: (a) provimento público de benefícios e serviços básicos como direito de todos; (b) inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem do desenvolvimento; e (c) manutenção da inclusão e estímulo ao acesso a patamares mais elevados de vida e de cidadania, mediante ações integradas no âmbito das políticas públicas (MAURIEL, 2010).

A discussão que pauta este artigo, direcionada à Política de Assistência Social no enfrentamento da pobreza, suas estratégias e conceituação, apresenta-se a partir dos seguintes tópicos: metodologia, em que se explicitam características e procedimentos em torno do estudo; resultados e discussão, em que são descritos aspectos teórico-conceituais relacionados ao tema em questão e registrados os depoimentos colhidos dos profissionais assistentes sociais, gestores e conselheiros municipais da Assistência Social, que, como trabalhadores nessa Política nos municípios estudados, foram indagados sobre questões que nortearam este estudo. Essas questões se referem: à articulação entre as políticas setoriais; à Política de assistência Social no enfrentamento da pobreza; às perspectivas de práticas inovadoras nesse campo interventivo; à transferência de renda como alternativa; e ao conceito de pobreza com suas múltiplas dimensões.

2 METODOLOGIA

O artigo ora apresentado, origina-se da dissertação de Mestrado “A Política de Assistência Social e o enfrentamento da pobreza em municípios do Oeste Catarinense” apresentada ao Programa Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. A referida temática, ao mesmo tempo em que despertou interesse, estimulou para o aprofundamento de questões no sentido de problematizar sobre o enfrentamento da pobreza pela política de assistência social (e demais políticas públicas), na abrangência de dois municípios do oeste catarinense.

O estudo em questão foi desenvolvido a partir de momentos investigativos que incluíram pesquisas bibliográficas, documental e de campo, como complementares entre si. A pesquisa bibliográfica, com base em autores referenciais, sustentou a discussão teórica e a pesquisa documental foi realizada com base em fontes secundárias acessadas *on-line* e em documentos

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

inerentes à própria política pública, disponíveis pelos setores de sua vinculação nos municípios estudados. Os sujeitos pesquisados foram selecionados como àqueles que direta e indiretamente se encontravam envolvidos na gestão da política de assistência social, quais sejam: Prefeitos e vice-prefeitos, gestores, trabalhadores sociais, conselheiros municipais que compartilhavam ações nessa área de política pública.

Este estudo se caracteriza de cunho quali-quantitativo, considerando que essa metodologia permitiu a aplicação de entrevista semiestruturada, com perguntas previamente formuladas. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a dezembro de 2012, orientadas no sentido de captar concepções com base nos eixos analíticos da pobreza, da política de assistência social e da participação. Os registros dos sujeitos pesquisados estão descritos pelas inserções e posições assumidas na gestão da referida política, tendo sido permitido por eles. Os devidos registros estão distribuídos pelo vínculo com seus municípios, os quais estão identificados em A e B.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez estabelecida como estratégia de combate à pobreza, a política pública de assistência social reclama – em função do direito garantido em marcos jurídicos – ações integradas de políticas setoriais para o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, tanto para prover condições que atendam contingências, quanto para promover à universalização dos direitos sociais. Assim, cabe a essa Política oferecer as proteções básicas para a “seguridade humano-social” por meio de serviços continuados, benefícios, programas e projetos assistenciais, que compõem a “cesta de ações” voltadas ao atendimento de indivíduos e grupos que têm em comum a marca da vulnerabilidade e do risco social e que, ao mesmo tempo, apresentam demandas e necessidades diferenciadas (recortes etários, de gênero, tipos de dependência, entre outras) (MDS/SUAS, 2006).

Desse modo, “a cesta de ações protetivas”, voltada ao atendimento das necessidades e demandas sociais a indivíduos e grupos, deve favorecer processos emancipatórios em seu *modus operandi* e ser viabilizada por meio da intersectorialidade das políticas públicas, “já que as políticas setoriais por si só não solucionam tudo e necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e os benefícios que pode ou não oferecer” (NASCIMENTO, 2010, p. 99). Nessa lógica, a intersectorialidade passa a ser um dos requisitos na

[...] implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil. [...] Nesta perspectiva, a intersectorialidade pode trazer ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios. Ao mesmo tempo, abrem-se novos problemas e desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas, sobretudo se considerarmos a cultura clientelista e localista que ainda vigora na administração pública. (NASCIMENTO, 2010, p. 96).

Associada à “organização logística das ações” referida por Nascimento (2010), Inojosa (2001, p. 105) concebe a intersectorialidade, como àquela que articula saberes e experiências “[...] para a

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas. Trata-se, portanto, de buscar alcançar resultados integrados [...]”.

Ao serem indagados a respeito de como percebem a articulação da Política de Assistência Social com as demais políticas públicas municipais, com vistas ao enfrentamento da pobreza local, os sujeitos pesquisados expõem de modo comum: sobre o desconhecimento em torno dessa articulação; o não entendimento dos serviços ofertados, em especial, sobre a referida Política; e sobre a necessidade do trabalho em equipe envolvendo as diferentes (e, complementares) políticas setoriais.

Não tenho conhecimento dessa articulação. Na minha opinião, acho que realmente não tem, porém acredito que essa articulação é fundamental tanto para manutenção e continuidade dos serviços que a política expressa, bem como para ações futuras sempre priorizando a população mais necessitada. (SECRETÁRIO MUNICIPAL B).

As principais situações identificadas pelos depoimentos desses sujeitos pesquisados revelam que a articulação efetiva entre as políticas setoriais ainda está por acontecer nos municípios estudados. Mesmo ressaltando que “há participação quando solicitado”, os saberes e experiências não se “conectam” no sentido de pautar uma programática municipal de execução e avaliação das ações e seus resultados.

Não existe articulação efetiva entre as secretarias e ou, a secretaria municipal de educação e saúde acompanham a questão das condicionalidades do programa bolsa família, mas desconheço uma articulação efetiva entre ambas assim como com outras secretarias. Pois assim o trabalho é fragmentado, cada um por si só e não articula ações de enfrentamento da pobreza. No CMAS temos representantes de algumas secretarias as quais se discute e faz-se troca de informações, já se pensou em fazer reuniões bimestrais com secretarias afins para discussão de assuntos relevantes ao desenvolvimento do usuário e sua família, mas não acontece (CONSELHEIRA B).

Nascimento (2010) chama a atenção sobre a existência de dificuldades em meio às políticas setoriais no processo intersetorial, “isto por conta da própria cultura de dificuldades político-partidárias e outras questões que vão incidir sobre a execução das políticas [...]” (NASCIMENTO, 2010, p.102).

Os sujeitos entrevistados pontuam em seus registros que essa capacidade de articulação entre as políticas não tem ocorrido e, portanto, é desconhecida, ao justificarem que, da parte das demais políticas públicas, não há entendimento do atual significado (concepção e práticas) da assistência social como política pública de direitos na atualidade.

Temos muita dificuldade na articulação, em virtude das outras políticas desconhecerem hoje o foco da assistência social. Diversas ações já foram propostas, mas temos essa dificuldade de participação, de envolvimento das mesmas com a área social. Então ficamos correndo atrás e quase sempre entrando em disputas, brigas desnecessárias se houvesse entendimento do PNAS. (ASSISTENTE SOCIAL B2).

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

Em termos a política de assistência tem pequena articulação com outras políticas (saúde/habitação) que atuam para enfrentar os problemas locais. Essa relação pode ser considerada como boa, porém acredito que poderia ser bem melhor, pois o que dificulta essa relação é a falta de pessoal nos departamentos relacionados a essas políticas e a falta de entendimento do que é articulação e os seus benefícios para o município. (CONSELHEIRO B).

A importância da articulação intersetorial entre as políticas por meio do envolvimento de outras áreas e diferentes atores sociais potencializa o desenvolvimento local dos municípios e cria oportunidades para uma melhor resolutividade no atendimento das necessidades afetas aos cidadãos – portadores de direitos civis, sociais e políticos. Há que se entender que para buscar respostas às problemáticas sociais em realidades locais, torna-se imprescindível intensificar a participação social entre o poder público e a sociedade civil.

A política de assistência social tem se afirmado como um “espaço privilegiado para operar benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza” (BRASIL, 2004, p. 59). A respeito, perguntou-se aos entrevistados como é percebida no enfrentamento da pobreza. A resposta da assistente social B1 mesmo registrando a possibilidade de alternativas de mudança, aponta uma questão contraditória se relacionada à perspectiva de emancipação das famílias usuárias - pretendida nas ações a serem desenvolvidas pela política de assistência social - indicando, em certa medida, preconceito no “trato” dessas famílias, ao referir que “muitas são as famílias que preferem viver somente com o benefício da bolsa família [...] tornam-se acomodadas”. Já a resposta do secretário municipal A é carregada de valorização ao se reportar ao “atendimento e acesso às necessidades básicas para desencadear processos protetivos ampliados”.

Acredito que a política tem evoluído muito nos últimos anos, porém, muito tem a se fazer, primeiramente trabalhar o empoderamento com as famílias, o qual realmente é desafiador. Muitas são as famílias que preferem viver somente com o benefício do bolsa família, o qual auxilia essas famílias, porém não tira da sua condição vulnerável. As famílias tornam-se acomodadas e muitas vezes com receio de participar de atividades proposta com medo de perder o benefício. Portanto, essa é a condição do muito a se fazer, buscar alternativas para mudança de atitude das pessoas, para que a política seja realmente entendida. (ASSISTENTE SOCIAL B1). Vejo como uma política de alta importância no enfrentamento da pobreza, pois caracteriza-se como uma peça fundamental para amenizar ou buscar soluções para a situação da pobreza, pois é uma política que trabalha visando a seguridade social, como forma abrangente de proteção, recuperação e redefinição de valores, para garantir sobretudo o atendimento e o acesso às necessidades básicas. (SECRETARIO MUNICIPAL A).

Essas respostas evidenciam o papel que a política de assistência social assume e os desafios impostos para a concretização do sistema de proteção social em atendimento às demandas das famílias pobres. Apesar dos avanços significativos até aqui alcançados, ainda não se reconhece sua concretização como ação política local.

Por outro lado, o reconhecimento da ação, envolvendo o atendimento de crianças em situação de rua, é destacado como um modo de se lidar com uma expressão da pobreza.

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

A política de assistência social no enfrentamento da pobreza está muito presente para também mudar a mentalidade da população promovendo a formação e visitas educativas. [...] Percebe-se a política de assistência nas questões do enfrentamento da pobreza, um exemplo da sua força, pode ser visualizado num curto prazo de tempo em que se percebiam crianças que pediam ajuda e que estavam nas ruas e hoje, com o auxílio prestado, o município pode lidar com essa questão, através da mudança de mentalidade e comportamento. (CONSELHEIRO B).

Os Artigos 25 e 26 da LOAS, reforçam a assistência social como uma política pública estratégica de enfrentamento da pobreza, em sentido amplo.

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. (BRASIL, 1993, p. 7-8).

Por meio dos projetos de enfrentamento da pobreza, busca-se a superação da pobreza com o propósito de garantir à população o atendimento às necessidades básicas que, quando não atendidas e/ou superadas, incidem negativamente no futuro de vida individual e coletiva. Já o Art. 26 dessa mesma Lei, contempla que o “incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentarse-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais, não governamentais e da sociedade civil”.

Como escopo para minimizar as condições de desigualdades, a política de assistência social deve ser incorporada no imaginário coletivo da população em geral e, em especial de seus gestores, como aquela com capacidade efetiva para romper vícios de alienação e desvalorização, ainda evidenciados.

Existem falhas de comunicação na política de assistência nas questões de enfrentamento da pobreza. Em primeiro plano falta entendimento entre o poder público e o departamento de assistência. Em alguns casos, gestores preferem trabalhar outros setores, setores estes que dão retorno e outros que estão sempre na pauta não são efetivamente trabalhados pois não oferecem reforço imediato. (VICE-PREFEITO B).

Apesar da legitimação político-jurídica da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, o registro da assistente social B2 aponta para um limite no modo de operar com ações na referida política, ao denunciar o “cunho repassador” de recursos. Contudo, o “cunho repassador” da transferência de renda – mesmo que mínima e, sem incidir estruturalmente nas contingências de dificuldades que afetam a vida dos usuários – assegura o atendimento de necessidades pontuais e imediatas.

A política de assistência social como enfrentamento a pobreza hoje tem um cunho repassador, longe do meu entendimento de como ela deveria agir frente a tal problemática. Acredito que o simples repasse de recursos como hoje é feito as

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

famílias não possibilita por si só o enfrentamento a pobreza. A política de Assistência Social ela tem um cunho literal de trabalho em várias áreas, como a capacitação, a integração dos usuários a comunidade a outras políticas públicas, a inserção junto ao mercado de trabalho, entre tantas outras ações que são preconizadas pela PNAS. Cabe aqui ressaltar que o repasse de recursos às famílias vem aumentando consideravelmente, sendo que a aplicação em ações efetivas não recebem a mesma injeção financeira, o que acaba por ações serem totalmente desconsideradas ao longo da implantação da política nacional. (ASSISTENTE SOCIAL B2).

Os sujeitos entrevistados também registram ações vinculadas à assistência social e desenvolvidas nos municípios, consideradas como inovadoras – àquelas práticas que visam inovação e são capazes de processar a ruptura de questões tradicionais e corriqueiras no enfrentamento da pobreza.

Acredito que os atendimentos às crianças e seus pais, nos programas socioeducativos são ações pontuais, por que são resgatados os valores, como a família, o trabalho, a vida; valores esses fundamentais para termos uma sociedade justa e igualitária. E torna-se importante por que desde cedo as crianças aprendem e os pais têm condições de se conscientizar da necessidade das mudanças acontecerem, primeiramente dentro de casa. (VICE-PREFEITO B)

Hoje com o CRAS e o novo redimensionamento dos serviços socioassistenciais e com os profissionais de serviço social e psicologia, contratados nesse ano de 2012, as ações iniciadas [...] com serviços preventivo e protetivo tendo como centralidade a família, núcleo fundamental para as ações e serviços de assistência social, são ações inovadoras que estão rompendo com visões assistencialistas tradicionais [...]. A família é a centralidade, vista como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e também ‘espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias’ dos indivíduos são ações que rompem sim com questões tradicionais e com um trabalho efetivo, possibilita as famílias superarem a condição de pobreza a qual muitas são submetidas. (CONSELHEIRA B)

Ambos os registros focalizam a família como unidade importante e central de atenção pública, sob a qual e para a qual as ações protetivas devam ser direcionadas. No entanto, há que ressaltar que, a lógica de argumento no primeiro registro traz resquícios conservadores de responsabilização e culpabilização da família, ao atribuir – quase que exclusivamente – a ela as mudanças que precisam ser processadas em “termos comportamentais”, desconsiderando, o papel efetivo, como implementador e apoiador que as políticas públicas setoriais têm nesse sentido.

A inovação referida conduz a uma nova maneira de perceber a problemática da pobreza e, conseqüentemente, novas formas de agir sobre ela. É condição entender que essas práticas, articuladas com sociedade e o poder local, tornam-se agentes de desenvolvimento, capaz de enfrentar os problemas da sociedade, por meio de ações representativas, reivindicando direitos e influenciando diretamente na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Torna-se imprescindível nesse contexto vivenciado, analisar o que de fato pode ser desenvolvido e, em que condições, com o fito de provocar mudanças em defesa da inclusão sócio-produtiva, a partir de novos programas e projetos a serem efetivados.

3.1 A transferência de renda como alternativa no enfrentamento da pobreza

As estratégias com vistas à redução da pobreza demonstram que muitos esforços precisam ser realizados, entre o local e o global, mapeando tensões, propondo novas articulações e fomentando possibilidades para encontrar caminhos de ressignificação dos espaços, das limitações, do desempenho das políticas públicas (em especial de geração de emprego, trabalho e renda), do desempenho dos governos (considerando os atores e segmentos sociais no contexto onde estão inseridos), para que as ações sejam legitimadas através da transparência e representatividade.

Nesse contexto, os programas de transferência de renda vêm ocupando destaque para o enfrentamento e combate da pobreza, combinando ações que visam promover a justiça social e contemplar oportunidades às famílias pobres de assegurar patamares de vida digna e autônoma.

O processo de criação de programas focalizados de transferência de renda direta e condicionada no território brasileiro possui uma característica distinta em relação aos outros países da América Latina e Caribe. Enquanto nos países de língua espanhola os programas foram criados pela esfera de governo federal, no Brasil, em um primeiro momento, foram os governos municipais que estabeleceram as primeiras experiências. Somente num segundo momento é que as esferas de governo federal iniciaram as suas experiências. (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p. 52).

Não obstante, o debate sobre a pobreza e seu enfrentamento remete a reflexões do papel dos cidadãos nesse processo. Sabe-se que a participação social em diferentes espaços de discussão e decisão, tornou-se ao longo da história, um importante mecanismo para que os indivíduos pertencentes aos seus espaços, possam problematizar sobre suas dificuldades e potencialidades na concretização de projetos coletivos de mudança. Para tanto, é preciso – para além da compreensão dos fatores sociais, econômicos e políticos, que sejam criados mecanismos para o enfrentamento da pobreza e das “mazelas” a ela associadas.

3.2 Pobreza: um conceito com dimensões múltiplas

O debate sobre pobreza é tão amplo quanto antigo, abordando diferentes estudos, conceitos, elementos, fundamentos, abordagens que produzem e reproduzem seus significados, manifestações e definições. Desse modo, não cabe buscar um consenso sobre a definição da pobreza; o que se propõe, é considerar a pobreza sob diversas dimensões, indo além de um conceito único e universal, o que confirma ser uma problemática abrangente, como fenômeno social em diferentes cenários populacionais e territórios no mundo afora. Para Rocha (2006, p. 9-10), “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”

Conforme Monteiro (2003, p. 7-8), a pobreza pode ser entendida de um modo bastante simples: “[...] pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação das necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras.” Sen (2000), entende a pobreza como privação relativa. Segundo ele, “existem boas

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas e não apenas como “baixa renda” (p. 35). Diante desse entendimento, a pobreza pode ser entendida como situação de complexidade que envolve as mais diversas privações, sofridas pelas pessoas em contingências ou ao longo de suas vidas, podendo não ser tão somente as de privação material. Ou seja, uma problemática para além de questões ligadas ao “corte de renda”:

Pastorini (2007, p. 3) refere que, na lógica capitalista, “[...] a pobreza é apresentada como um obstáculo ao desenvolvimento, como uma marca da inferioridade ou do atraso, seja ela entendida como uma deficiência individual ou de um grupo de indivíduos.” A autora refere também, que a pobreza pode ser entendida como resultado de um processo histórico e não como um dado natural (da natureza), não podendo ser compreendida desvinculada das relações e processos sócio-históricos.

De acordo com Yazbek (2012, p. 289), pode-se abordar a pobreza como uma das facetas “[...] da questão social e como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria.

Para Telles (1993, p. 13) “a pobreza não é simplesmente fruto de circunstâncias que afetam determinados indivíduos (ou famílias), desprovidos de recursos que o qualifiquem para o mercado de trabalho”, uma vez que

O pauperismo está inscrito nas regras que organizam a vida social. É isso que permite dizer que a pobreza não é apenas uma condição de carência, passível de ser medida por indicadores sociais. É antes de mais nada uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade [...]. (TELLES, 1993, p. 13).

Compreende-se, que a pobreza se expressa de diferentes maneiras, reflete dilemas e conflitos quando reconhecida sua existência, em cada realidade, culturas e épocas históricas. Percebe-se, porém, que compreender a pobreza por meio de comparativos de renda, crescimento e critérios econômicos não é suficiente para reduzir as desigualdades. Conforme Schwartzman (2007, p. 35) “[...] altos níveis de pobreza e exclusão são causados por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural”. É ingênuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples “vontade política” ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres.”

Os sujeitos participantes da pesquisa deixam registradas como vêm a pobreza.

Quando ouvimos a palavra pobreza, nosso pensamento logo nos remete à carência material como a falta de renda, emprego, moradia, alimentação. No entanto a meu ver, a pobreza vai, além disso. É preciso compreender que ser pobre não significa apenas não ter o que se necessita. É acima de tudo ser destituído de ter, é ser parte de uma forma de exclusão proveniente dos processos de concentração de bens e poder nas mãos de uma minoria. Ao contrário do que muitos dizem pobre não é pobre por que quer. É preciso avaliar o contexto como um todo, sua história e vida. (ASSISTENTE SOCIAL A).

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

Na minha visão a pobreza pode ser vista de várias formas, seja ela nas necessidades, nesse caso a carência no suprimento das necessidades básicas e mínimas (alimentação, saúde, vestuário, moradia), como a carência de recursos financeiros, ou a carência na oferta de serviços pelo poder público a população e também a carência emocional, onde a pessoa torna-se vulnerável no sentido pessoal, quando pela falta das coisas mínimas para sobrevivência ela se vê sem alternativas para colocar um prato de comida na mesa, ter uma cama para seus filhos, ou o remédio para tratar de sua saúde, isto acarreta o fator da perda da auto-estima, levando a depressão e consequentemente deixando ainda mais essas pessoas vulneráveis e suscetíveis as mazelas que são encontradas na sociedade.(ASSISTENTE SOCIAL B2).

A complexidade do fenômeno da pobreza é destacada nos relatos, demonstrando que vai além da satisfação de necessidades humanas básicas, o que expressa claramente que o ser humano não deve ser privado do acesso aos meios e recursos necessários para a sua sobrevivência e nem ser destituído do seu lugar na sociedade.

Para os entrevistados a pobreza deve ser tratada como uma categoria multidimensional, em virtude de que não pode ser vista apenas sob um ângulo. Nessa direção, ressalta-se que a pobreza envolve múltiplas situações e implica uma série de fatores (políticos, econômicos, culturais, morais, sociais) que empobrecem populações e discriminam e destituem a vida em sociedade.

A pobreza é uma condição que deixa o sujeito em situação de vulnerabilidade, a qual não engloba somente o fator econômico, mas que também dificulta muitas vezes o acesso a outros serviços e políticas, como saúde, educação, habitação entre outros. (ASSISTENTE SOCIAL B1).

Observa-se nesse registro a necessidade de articulação das políticas setoriais para enfrentar as dimensões da pobreza e as situações por ela geradas. Outro registro ainda, denuncia aspectos macroeconômicos, produzindo e reproduzindo situações de dificuldades e, ao mesmo tempo de vitimização, atreladas ao sistema dominante.

Pra mim pobreza é pouca ou nenhuma condição financeira como consequência e não cumprimento das necessidades de atenção básica, devido a alta de impostos, monopólio/controlado financeiro por parte de poucos, mas principalmente falta de autoestima por parte da própria pessoa. Dessa condição fica mais fácil essa pessoa ser vítima do sistema do que tentar lutar para sair dele. (SECRETÁRIO MUNICIPAL B).

O relato demonstra que a pobreza tem vários desdobramentos e está também associada às questões da sociedade capitalista, que priva a população de oportunidades, agrava os problemas financeiros e traz consequências morais para a vivência em sociedade. Pimentel (2007, p.176) destaca que “a essência do pauperismo e suas consequências, encontra-se na base material do sistema do capital; sua raiz é fundamentalmente econômica, está no processo de expansão e acumulação de capital.”

Ao perguntar sobre a pobreza nos municípios estudados, os entrevistados demonstram que a pobreza se manifesta de diferentes formas, desde as condições socioeconômicas da população como também a privação das capacidades e carência de oportunidades, as quais acabam fragilizando os

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

vínculos sociais e destituindo as famílias de se perceberem como cidadãos com possibilidades de acessar seus direitos que lhes são garantidos nos termos da lei.

A pobreza na minha visão é quando a pessoa é carente, porém não apenas de recursos mas sim de assistência de parte dos governos sendo municipal, estadual ou federal, ficando desassistidas, sendo que as mesmas não tem conhecimento das políticas públicas e de assistência social, automaticamente se excluindo da maioria da sociedade que está mais desenvolvida no conhecimento das políticas públicas e da assistência, se introduzindo no mercado de trabalho para gerar renda e sair do nível de pobreza. Em nosso município, são poucos os casos de pobreza que são notáveis, porém estes já são mapeados pela assistência do município com auxílio de vários departamentos públicos e os mesmos estão sendo orientados a participar de eventos, cursos e palestras para formar uma opinião diferente com aquela que estão vivendo e buscando o incremento no mercado de trabalho para sair do nível de vida que estão vivendo. (CONSELHEIRO B)

Outros elementos registrados pelos entrevistados fazem uma associação da pobreza existente nos municípios com o poder público, levando-se em consideração que parte desse trabalho cabe aos governos locais, com esforços para gerar oportunidades concretas e efetivas nesse enfrentamento. Nessa direção, Lavinias (2002, p. 25) destaca a “relevância crescente das esferas locais de governo no enfrentamento da questão social [...]”.

No município, a pobreza não está visível, portanto acredito que hoje a assistência esteja realizando trabalhos para amenizar essas questões. Penso que é preciso agregar algumas questões junto com o poder público questões abrangentes e não seletivas para proporcionar qualidade de vida como um todo. Minha preocupação sempre foi com situações que me deparo frequentemente com pessoas que se encontram em situações vulneráveis e que demonstram falta de interesse de trabalhar e melhorar sua condição. (SECRETÁRIO MUNICIPAL B)

A importância de compreender a pobreza que se manifesta nos municípios se traduz na vontade de que o social prevaleça sobre o econômico e desencadeie o comprometimento técnico-político das esferas de governo, no atendimento à coletividade. Trata-se de um trabalho que torna imperativo a (re)afirmação de valores humanistas, como a ampliação da cidadania, da equidade, da justiça social e do acesso a bens e serviços e riquezas públicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerada como política pública estratégica no enfrentamento da pobreza, a assistência social precisa se consolidar e se efetivar de modo a romper com as velhas e tradicionais práticas que sempre a colocaram subalterna na hierarquização com as demais políticas. Esse processo de afirmação da assistência social conclama, na lógica dos direitos, por novas relações e modos operacionais inclusivos e participativos ao desenvolver os serviços socioassistenciais que lhe são de competência em compartilhamento entre governos, setores de políticas, usuários e sociedade em geral, nos territórios de abrangência.

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

O estudo demonstrou que a pobreza nos municípios se manifesta de diferentes formas, desde as condições socioeconômicas da população como também a privação das capacidades e carência de oportunidades que acabam fragilizando os vínculos sociais e destituindo as famílias de se perceberem como cidadãos com possibilidades de acessar seus direitos que lhes são assegurados.

Considera-se, portanto, que para enfrentar a pobreza é preciso compreender as suas causas, sua dimensão e buscar por soluções diferenciadas, potencializando novas atitudes, despegadas de “critérios politiqueros” na alocação dos recursos para investimentos sócio-econômicos e para cobertura diante das necessidades urgentes e emergenciais. Isso remete ao entendimento de que o enfrentamento da pobreza nos municípios passa pela construção de novas práticas que considerem as múltiplas manifestações da pobreza e que assegurem, ampla e universalmente à população, o acesso aos direitos e riquezas sociais, na articulação assistência social e demais políticas públicas em âmbito local e regional.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília: MDS, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto constitucional promulgado** em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. Lein. 8742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** anotada. 2009. Disponível em: http://www.semas.riopreto.sp.gov.br/Admin/Upload/28022011160950Lei_Organica_de_Assistencia_Social_-_LOAS_Anotada_2009.pdf. Acesso em 04 ago. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, p. 119-160, jul./dez. 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/200/194>. Acesso em: 01 mar. 2013.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos FUNDAP**, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad22/dados/Inojosa.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2013.

LAVINAS, Lena. Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias de práticas. **Revista Econômica**, v. 4, n. 1 p. 25-59, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0534.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2013.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálysis** [online], v. 13, n. 2, p. 173-180, 2010. Disponível em: <http://www.>

Luciana Lunelli, Dunia Comerlatto

periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/16526. Acesso em: 2 mai. 2012.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferências de renda no Brasil: contribuições para o debate. **Texto para Discussão**, n. 1283, Brasília: IPEA, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Revista de Estudos Avançados**, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a02.pdf>. Acesso em: 18 set. 2011.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**. [online], n. 101, p. 95-120, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/06.pdf> Acesso em: 16 fev. 2013.

PASTORINI, A. O espetáculo da pobreza: máscara dos antagonismos das sociedades capitalistas. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís (MA), 3, p. 01-08, ago. 2007.

PIMENTEL, Edlene. **Uma nova questão social?**: Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007. 184p.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 208p.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**. Salvador: Centro de Recursos Humanos, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 23, p. 55-62, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2012, n.110, p. 288-322.

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS E SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NO TERRITÓRIO OESTE

Rosana Maria Badalotti¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: rosana@unochapeco.edu.br

RESUMO

Esse artigo analisou o processo de implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), seus rebatimentos e ações executadas no território Oeste. Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) o mesmo foi formulado e encontra-se em execução desde 2003. Para tanto, buscamos situar o território Oeste e caracterizar o processo de implementação do programa, os atores envolvidos, os eixos prioritários e ações definidas para o território em questão, que possui como principal agente mediador a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco). Metodologicamente nos baseamos em discursos produzidos pelos agentes institucionais envolvidos ao programa em suas diferentes instâncias, através de análise documental e realização de entrevistas. Dos projetos apoiados para o território no período de 2004 a 2008 foram identificadas ações relacionadas principalmente à reestruturação da cadeia produtiva do leite, apoio à comercialização, apoio a entidades da agricultura familiar, apoio à produção orgânica e à pesca artesanal, apoio à agroindustrialização, apoio à educação no campo, apoio para infraestrutura em diferentes setores. Identificou-se discursivamente avanços e estrangulamentos em relação à adoção de diretrizes e estratégias para a implementação do programa no território Oeste. Em relação aos avanços se destacam: democratização na aplicação dos recursos; agilidade na execução dos empreendimentos; diminuição na pressão e no controle exercido pelas administrações municipais sobre os recursos; incorporação da política de DST pelos diferentes atores sociais; criação de leis municipais que normatizam o uso dos equipamentos coletivos entre os empreendimentos. Em relação aos estrangulamentos, se constatou: falta de vontade política de alguns municípios para dar encaminhamentos aos projetos, criando burocracia e empecilhos; pressão política no sentido de beneficiar determinados grupos em detrimento de outros; proposta que busca beneficiar grupos de famílias de forma isolada, sem articulação territorial.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Territórios Rurais. Desenvolvimento Rural. Território Oeste.

Rosana Maria Badalotti

INTRODUÇÃO

A intervenção das e nas políticas públicas ocorre necessariamente em um território; porém, cabe ressaltar que tal território é construído para além da dimensão administrativa, sem desprezo a esta. Nesse sentido, o território, ou a territorialidade, deve ser compreendido como produto de movimentos sociais e políticos (HARVEY, 1992) ou, ainda, como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, caracterizando-se pela intenção do homem com o solo, consistindo num campo de forças, numa teia de relações sociais que, juntamente com a sua complexidade interna, define um limite e uma alteridade; portanto, territórios são relações sociais projetadas no espaço (SOUZA, 1995).

A problemática desse estudo trata sobre o processo de implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), seus rebatimentos e ações executadas no território Oeste. Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) o mesmo foi formulado e encontra-se em execução desde 2003. Para responder a problemática em questão, optamos inicialmente pela caracterização e compreensão dos princípios orientadores do programa. Num segundo momento, buscamos situar brevemente o território Oeste e caracterizar o processo de implementação do programa, os atores envolvidos, os eixos prioritários e ações definidas para o território em questão, que possui como principal agente mediador a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco)¹.

Como fundamento metodológico tomamos os discursos dos agentes institucionais envolvidos com o programa em suas diferentes instâncias. Os discursos e as representações construídas sobre determinadas realidades pelos atores sociais não são destituídos de interesses e objetivos determinados. Neste sentido é preciso considerar que os resultados correspondem a um determinado contexto e tempo específicos, respondendo a processos sempre em movimento.

Para isso, nos baseamos em Bourdieu (1996a, 1996b) que enfatiza as relações entre objetivismo e subjetivismo, pensamento e realidade, ideologia e vida material, como dualidades que têm marcado a análise das *representações sociais*. Por outro lado, a perspectiva interpretativista de Geertz (1989), nos permitiu identificar os significados dos discursos contidos tanto nas falas dos entrevistados quanto nos documentos institucionais interpretados, ou seja, tomamos como significados tanto o programa nacional investigado, quanto as ações desenvolvidas no território Oeste na medida em que constituem representações do(s) contexto(s) aos quais os atores sociais fazem parte. Realizamos “interpretações a partir de interpretações” já realizadas pelos atores locais que tiveram como base as diretrizes e orientações do programa nacional, bem como o contexto que norteou a construção dos eixos, estratégias e ações para o território. Nesse sentido, as percepções dos mediadores envolvidos com a implementação do programa significam determinados pontos de vista, interpretações e interesses que se manifestam individualmente e coletivamente.

1. A Apaco possui sede na cidade de Chapecó, se caracteriza como uma organização regional não-governamental constituída em 1989 e tem atuado desde então com programas e projetos voltados para a viabilização da agricultura familiar, mais particularmente para aqueles agricultores organizados em grupos de cooperação agrícola. Os programas e projetos da associação foram se constituindo historicamente de acordo com as parcerias estabelecidas com uma rede de ONGs (em âmbitos regional, nacional e internacional), entidades financiadoras internacionais, prefeituras, sindicatos, cooperativas familiares, fóruns, universidades e parcerias governamentais (BADALOTTI, 2003, 2005).

Rosana Maria Badalotti

Através de análise documental apreendemos, por um lado, a percepção do MDA/SDT enquanto o principal ator formulador do programa analisado sobre um determinado modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento rural sustentável. Por outro, através de entrevista ao ator local, implementador do programa, bem como análise dos documentos de diferentes naturezas produzidos pela Apaco, identificou-se discursivamente a adoção das diretrizes e estratégias para a implementação do programa no território Oeste, seus limites e possibilidades.

A GESTÃO PARTICIPATIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL COMO PRESSUPOSTO E PROCESSO

As origens do debate acerca de uma política de desenvolvimento com contornos diferenciados às políticas desenvolvimentistas iniciaram a partir dos anos 90, pós-constituição de 1988, como decorrência do processo de reforma do Estado e de reestruturação do território (RUCKERT, 2005, p. 33). Tal debate vai culminar em ações governamentais e discussões nos anos 2000 que pretendiam construir as bases para uma política nacional que possibilitasse uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo no território nacional.

Para situar o papel do programa foco dessa pesquisa, compartilhamos do pressuposto de Andion (2007, p. 97-8) de que o Desenvolvimento Territorial (DT) deve ser compreendido como integrador de duas dimensões analíticas interdependentes: a dimensão empírica e a dimensão normativa. A dimensão empírica pressupõe a análise do desenvolvimento territorial na condição de processo e a maneira pela qual ele é colocado em prática por meio de ações territoriais. A dimensão normativa percebe o DT como uma finalidade a ser alcançada.

De acordo com a mesma autora (2007, p. 52), o cenário teórico e empírico das ciências sociais do desenvolvimento tem buscado relacionar três noções chaves para compreender a concepção do Desenvolvimento Territorial: o meio ambiente, o território e a ação coletiva. Para nossa investigação, destacamos a dimensão que “busca compreender e descrever como os processos de desenvolvimento são colocados em prática na atualidade, a partir da institucionalização da ação coletiva e do ‘retorno do ator’ na gestão de estratégias de desenvolvimento” (ANDION, 2007, p. 52).

A perspectiva da institucionalização da ação coletiva e do retorno do ator na gestão de estratégias de desenvolvimento constitui o *pano de fundo* da maioria das políticas de desenvolvimento a partir dos anos 2000 que passaram a adotar a abordagem territorial, à medida que se pretende um novo modo de pensar o desenvolvimento relacionado a práticas mais “alternativas”, caracterizadas “pela confrontação entre poderes heterogêneos, pouco previsíveis e dificilmente hierarquizáveis” (ANDION, 2007, p. 74).

Nesse sentido, o programa proposto enfatiza que o alcance dos processos de desenvolvimento sustentável depende de fatores externos e de um conjunto de ações que incidem sobre eixos centrais de intervenção “que se constituem em ‘áreas de resultados do programa’”. Considerando a heterogeneidade dos territórios, cada local deverá estabelecer um Plano Territorial, que não fique restrito a objetivos genéricos, mas sim às áreas de resultados: a gestão social dos territórios, o

Rosana Maria Badalotti

fortalecimento do capital social, a dinamização econômica dos territórios rurais e a integração de políticas públicas (<www.mda.gov.br/sdt/institucional>).

À luz da reflexão de Avritzer e Pereira (2005) podemos afirmar que esses processos pretendem se constituir em inovações institucionais híbridas democráticas. Os autores denominam “instituições híbridas” “as formas institucionais que envolvem a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e de organizações da sociedade civil” (CUNHA, 2007, p. 26).

Os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), por exemplo, constituem espaço de participação de agentes governamentais (municipalidades, secretarias municipais, regionais e estaduais etc.) e não governamentais (movimentos sociais, sindicatos, ONGs, conselhos, fóruns etc.) que tenham vínculo com a agricultura familiar e reforma agrária, configurando pelo menos do ponto de vista ideal em instituições híbridas.

No caso investigado observamos que os espaços de atuação de processos sociais e políticas públicas não se restringem somente ao Estado, estendendo-se para outras esferas sociais não governamentais, como é o caso dos movimentos sociais, ONGs, conselhos, fóruns, etc. Teorias mais recentes associadas à Ciência Política e Sociologia Política, têm buscado definir as novas formas de atuação da Sociedade Civil e os novos espaços públicos de participação e deliberação de diversas problemáticas e temas. Segundo Dagnino e Tatagiba (2007, p. 11) se trata de “reconhecer a complexidade do processo de construção democrática, na diversidade de dimensões, sujeitos e espaços que ele envolve”.

O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT)

O PRONAT foi constituído como parte do Plano Plurianual (2004/2007) do governo Luiz Ignácio Lula da Silva, e possui como missão “[...] apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (SDT/MDA, 2005b, p. 5).

O recorte territorial do programa abrange 164 territórios da Federação, correspondendo a 5564 municípios. A região sul do País (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) abrange 22 territórios rurais. Em Santa Catarina, são considerados oito (8) territórios, correspondendo a 160 municípios. A região oeste de Santa Catarina está ordenada por três (3) territórios (Alto Uruguai, Chapecozinho e Oeste), que correspondem a 70 municípios. (<www.sit.mda.gov.br>).

Um dos principais objetivos deste programa sugere uma nova maneira de “conceber e de implementar políticas públicas que enfatizem o ‘desenvolvimento rural sustentável’ ”(SDT/MDA, 2005a, p. 6). Neste sentido, a implementação do programa corresponde a um processo a ser construído e constituído nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis (PTDRS), entendidos como “[...] um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações que serão realizadas no futuro visando ao desenvolvimento sustentável nos territórios [...]” (SDT/MDA, 2005a, p. 10).

Rosana Maria Badalotti

O PRONAT, na condição de estratégia de apoio da SDT/MDA ao desenvolvimento territorial, tem, portanto, como objetivo principal o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Porém, essa perspectiva territorial do desenvolvimento sustentável considera que “os territórios rurais são heterogêneos”, significando que cada território encerra uma diversidade de atores e interesses, alguns deles conflitantes, outros não, além de outras características próprias, que o distinguem dos demais. Portanto, não é possível se conhecerem todos ao se conhecer alguns, nem se aplicarem processos idênticos em todos os territórios (SDT/MDA, 2005a, p. 21).

Neste sentido, o plano a ser construído em cada território é resultado de processos desenvolvidos de forma contínua e constante a partir de um “ciclo de gestão” (SDT/MDA, 2005c, p. 6) que pressupõe planejamento, organização e controle social por parte dos agentes sociais envolvidos. Somente após esse processo será possível implementar as ações, verificar os resultados e impactos e finalmente avaliar o alcance do programa nacional. Para isso há que se considerar para a construção e gestão do desenvolvimento sustentável, a heterogeneidade, potencialidades e fragilidades de cada território, conceito compreendido como um espaço físico, geograficamente delimitado e contínuo, que envolve a cidade e o campo, “caracterizado por critérios multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (SDT/MDA, 2005a, p. 28).

A articulação de políticas públicas é a ação mais desafiadora no processo de desenvolvimento territorial, à medida que busca romper com a atuação setorial das políticas públicas e sociais. Nesse sentido, a concepção multidimensional de desenvolvimento contida na proposta de desenvolvimento territorial exige uma ação multissetorial, articulada e integrada das organizações e estruturas governamentais.

OPAPEL DAAPACO EDEMAISATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRONAT NO TERRITÓRIO OESTE

O território Oeste está constituído pela totalidade dos municípios integrantes da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc), por três municípios (Novo Horizonte, São Bernardino e São Lourenço do Oeste) da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (Amnoroste) e por dois municípios (Campo Erê e Saudades) da Associação dos Municípios do Entre Rios (Amerios). A configuração territorial do Território Oeste ainda está perpassada pelo cruzamento das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, onde se identifica a presença de municípios da Secretaria Regional de Chapecó (9 municípios), da Secretaria de Maravilha (4 municípios), da Secretaria de São Lourenço do Oeste (4 municípios), assim organizadas pelo governo do Estado de Santa Catarina.

O referido território atualmente está constituído por 25 municípios, com população total de 325.476 habitantes, população urbana de 252.616 habitantes (51%) e rural de 72.800 (49%),

Rosana Maria Badalotti

destacando-se Chapecó com 183.530 habitantes, sendo 15.417 habitantes (8%) na área rural e 168.113 habitantes (56%) na área urbana (IBGE, 2010).

De acordo com a Apaco (2005a), na maioria dos municípios do território existe organização de cooperativas de leite, formadas por agricultores familiares descapitalizados que produzem até 50 litros de leite por dia. Essas cooperativas estão organizadas por uma Rede de Cooperativas de Leite – a Ascooper –, que surgiu em 2002 objetivando agregar os pequenos produtores de leite dos municípios da região.

Diferentes estudos sobre a cadeia produtiva do leite e os processos de constituição de redes cooperativas no Oeste Catarinense tem demonstrado que tais alternativas constituem importantes estratégias de viabilização econômica e social, de inclusão social e fator de competitividade no mercado local e regional, principalmente pela via da cooperação. A atividade produtiva leiteira em todo o seu ciclo – desde a produção até a certificação – têm envolvido diferentes atores sociais vinculados a projetos de desenvolvimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural da região (TESTA ET AL, 2003; SCHUBERT; NIEDERLE, 2009; ANSCHAU; ROVER, 2010; WINCKLER, 2010; ANSCHAU, 2011).

Na região oeste de Santa Catarina, as experiências de desenvolvimento que envolve diferentes agentes sociais e territorialidades demonstram que muitas delas nasceram de iniciativas de organizações locais, outras nasceram das relações de parcerias com atores externos, o Estado por exemplo. Muitas delas produziram redes de organizações e movimentos sociais fundados em vínculos de parceria (FAVERO; GRAMACHO, 2004, p. 4).

A atuação de movimentos sociais rurais a partir de 1980 e das ONGs na década de 1990 caracterizam os espaços de institucionalidade e ações coletivas voltadas para a busca de alternativas na agricultura familiar da região. Desde 2004 a Apaco atua como articuladora das ações do PRONAT no território Oeste. Essa atuação tem se efetivado a partir de um processo de planejamento e execução de projetos que pretende, – de acordo com os princípios do programa nacional – envolver diferentes agentes sociais da região.

Segundo o articulador territorial representante da Apaco, as negociações a respeito da escolha da entidade articuladora responsável pela implementação do programa nacional no território Oeste iniciou logo após a definição dos territórios pelo MDA/SDT em 2003.

Essas negociações perpassam interesses e um jogo de forças já constituído na região entre entidades e agentes sociais envolvidos historicamente com projetos e redes de viabilização da agricultura familiar. A argumentação do representante da associação sobre os critérios que influenciaram na escolha da entidade pode ser interpretada a partir do que alguns autores têm definido como *capital social*. Segundo o entrevistado, a mesma possui um acúmulo de experiências na área da assessoria, elaboração de projetos e capacitações voltadas para a agricultura familiar, acúmulo este que definiu a escolha da Apaco como articuladora das ações para o território Oeste.

Na literatura sociológica, quem primeiro se referiu a capital social foi Pierre Bourdieu. O autor em *Le capital social: notes provisoires* (1980 *apud* HIGGINS, 2005, p. 30), entende por capital social o “agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas”. Desta definição

Rosana Maria Badalotti

cabe destacar que o papel da Apaco como articuladora juntamente com os demais agentes sociais envolvidos com o planejamento e gestão das ações do território constituem uma rede de relações institucionalizadas que justificam o capital social acumulado na medida em que correspondem aos “proveitos” que indivíduos ou instituições obtêm ao participarem de determinadas estruturas sociais.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O TERRITÓRIO OESTE

As ações e estratégias para o território Oeste são planejadas a partir de espaços denominados de *oficinas*, dos quais participam os representantes do Núcleo Dirigente e Técnico. A composição desses núcleos tem como representantes entidades governamentais e não governamentais da região.² A composição dos núcleos constitui uma forma de colegiado comum a todos os territórios chamados de Colegiados de Desenvolvimento Territorial, espaços de participação de agentes governamentais e não governamentais para as decisões e deliberações das ações dos territórios. As oficinas constituem também espaços de discussões temáticas e conceituais relacionadas aos eixos estratégicos de desenvolvimento, orientadores das ações, projetos e programas territoriais.

Entre as temáticas discutidas nas oficinas, podemos destacar gestão e planejamento do território oeste catarinense; estudo propositivo de dinamização das economias do território Oeste; planificação e gestão do território Oeste; gestão e elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território Oeste; gestão social dos territórios rurais – análise e definição dos instrumentos de gestão social.

Conforme enfatizado anteriormente, as oficinas constituem espaços de planejamento, proposição e avaliação de projetos e ações para o território. Estes espaços de discussão seguem critérios temáticos e conceituais definidos *a priori* chamados de *eixos estratégicos*.

Os eixos estratégicos para as ações a serem realizadas no território foram assim definidos: Eixo 1 – trata do desenvolvimento das cadeias produtivas, com ênfase na cadeia do leite (cadeias do mel, artesanato regional, agroflorestal, piscicultura, frango caipira, plantas medicinais, fruticultura e horticultura, agroindústrias familiares e suinocultura alternativa); Eixo 2 – comercialização; Eixo 3 – educação no campo (inclusão social, formação e capacitação para os agricultores familiares); Eixo 4 – meio ambiente (produção agroecológica, plantas medicinais, saneamento ambiental, alimentação de subsistência, proteção e preservação de nascentes).

Em relação aos critérios para a escolha e definição dos projetos foram identificados os seguintes: - devem beneficiar um maior número de agricultores familiares; - devem ser intermunicipais; devem contemplar os eixos estratégicos; - devem estar articulados com organizações e associações; -

2. No período de realização da pesquisa o núcleo dirigente estava constituído por prefeituras municipais, AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste Catarinense), sindicatos regionais ligados à FETRAF – Sul, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), Cooperativas – ASCOOPER (Rede de Cooperação do Leite) e CRESOL (Rede de Crédito Solidário), Ministério do Desenvolvimento Agrário, Casas Familiares Rurais por intermédio da ARCAFAR (Associação Regional das Casas Familiares Rurais), UNOCHAPECÓ (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) e CEPAF/EPAGRI (Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar) e APACO e o núcleo técnico por representantes das prefeituras, casas familiares, cooperativas, APACO, Cepaf e UNOCHAPECÓ.

Rosana Maria Badalotti

devem realizar articulação com o poder público; - devem contemplar experiências já existentes; - devem incluir as questões de gênero e da juventude; - devem ser estratégicos para o desenvolvimento territorial; - devem preferencialmente ter foco na região; - devem ter embasamento social (APACO, 2005a).

Para a definição das prioridades, elaboração, escolha e trâmite legal dos projetos, os territórios se guiam pelas orientações institucionais do MDA. Em relação aos critérios sugeridos, podemos destacar aqueles que gerem impacto na agregação de valor à produção, na geração de renda e ocupação produtiva, com sustentabilidade ambiental; que favoreçam a infraestrutura de apoio ao associativismo e cooperativismo em suas diferentes formas; que permitam a participação e o controle social dos colegiados e beneficiários; que tenham assegurado o assessoramento técnico necessário para viabilizar as atividades planejadas; que melhorem a estrutura de apoio aos Colegiados Territoriais; que tenham complementaridade e integração com outras políticas e programas públicos de apoio à agricultura familiar; projetos que sejam complementados com outras fontes de recursos; etc (MDA/SDT, 2007, p. 1-2)

Dos projetos apoiados durante o período da pesquisa identificamos ações relacionadas à reestruturação da cadeia do leite e outras cadeias produtivas (leite, mel e beneficiamento de grãos), apoio à comercialização, apoio a entidades como Unidade Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense (UCAF) e Casa Familiar, apoio à produção orgânica, à pesca artesanal, apoio à agroindustrialização (abate de animais), apoio à educação no campo, apoio para infraestrutura em diferentes setores (informática, produção, comercialização e educação).

A definição de projetos segundo os eixos e linhas de ação representa uma estratégia técnica e política para a possibilidade de alcance do desenvolvimento sustentável. O diagnóstico das necessidades de cada território constitui o ponto de partida dos agentes sociais para a definição dos projetos. A forma como os recursos serão aplicados também constitui um critério importante para a aprovação ou não dos projetos, à medida que existem condições pré-determinadas pelas fontes de financiamento.

Neste sentido, o que orienta essa lógica é uma *metodologia do planejamento*. O planejamento é resultado de uma planificação prévia “em que se aprofunda a discussão do futuro desejado, advindo das reflexões sobre a realidade, em que se estabeleceram os rumos do processo de desenvolvimento” (APACO, 2006c).

A partir da definição dos eixos estratégicos, diretrizes e linhas de ação, são elaborados os projetos específicos e as metas a serem atingidas. As potencialidades e limitações (pontos fortes e fracos) são indicadores que permitem diagnosticar as particularidades de cada território. Outra etapa do processo de desenvolvimento territorial rural é o *monitoramento e avaliação dos projetos territoriais*. De acordo com documento da Apaco (2006d), o monitoramento é um procedimento sistemático empregado para comprovar o processo de execução de um programa ou projeto, identificar debilidades e avanços e recomendar medidas corretivas.

O monitoramento dos empreendimentos e dos projetos no território Oeste acontece de acordo com recomendação do MDA/SDT e é realizado pelo articulador responsável pelo território. As

Rosana Maria Badalotti

informações obtidas no monitoramento apontam para pontos de avanços e estrangulamentos na implementação do programa de desenvolvimento territorial rural sustentável no referido território.

Em relação aos avanços, podemos destacar: democratização na aplicação dos recursos; agilidade na execução dos empreendimentos; diminuição na pressão e no controle exercido pelas administrações municipais sobre os recursos; incorporação da política de DST pelos diferentes atores sociais; criação de leis municipais que normatizam o uso dos equipamentos coletivos entre os empreendimentos. Em relação aos estrangulamentos: falta de vontade política de alguns municípios para dar encaminhamentos aos projetos, criando burocracia e empecilhos; pressão política no sentido de beneficiar determinados grupos em detrimento de outros; proposta que busca beneficiar grupos de famílias de forma isolada, sem articulação territorial; prefeituras e o poder público distanciados da discussão territorial; desvio de finalidades em alguns municípios que não seguem as determinações do MDA/SDT e as deliberações do território Oeste. (APACO, 2006d).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo se identificou que as ações e projetos desenvolvidos no território investigado demonstram que o contexto histórico de organização política de determinados atores sociais na região constitui um fator relevante para a aprovação por parte do MDA dos projetos propostos, segundo discurso produzido duplamente, seja pelas diretrizes que orientam o programa, seja pelas ações e estratégias implementadas pelos mediadores locais.

As particularidades socioeconômicas da região oeste catarinense em torno da agricultura familiar demonstram as potencialidades desejadas pelos formuladores de projetos e políticas dessa natureza em relação ao desenvolvimento sustentável, estão reforçadas nos documentos institucionais e estratégias de ações dos atores locais.

Por outro lado, observamos que a implementação do programa no território Oeste agrega articulações políticas e ideológicas que se evidenciam na representação dos núcleos dirigentes e técnicos, e que são justificadas discursivamente como fundamentais nos processos participativos e democráticos que envolvem diferentes agentes sociais para a implementação de programas alternativos de desenvolvimento. A gestão desses processos deve estar pautada, portanto, na participação da sociedade civil e dos diferentes níveis de governo, visando à discussão, formulação, articulação, pactuação e ao controle social das políticas públicas.

A partir de verificações realizadas em pesquisas anteriores, foi possível constatar que esses agentes, em algumas situações, formam uma rede social, denominada *Rede de Viabilização da Agricultura Familiar*³, aspecto que vêm caracterizando novas institucionalidades na região, mas que não significam a representatividade total de interesses e atores do território, na medida em que se trata de um território construído historicamente e politicamente por diferentes relações de poder, como nos lembra Haesbaert (2004).

3. Termo utilizado por Badalotti (2003, 2005) a partir de estudo desenvolvido por Scherer-Warren (1999).

Rosana Maria Badalotti

O papel ocupado pela Apaco como articuladora do território Oeste, conforme afirmou o articulador da entidade, está relacionado à “história e representatividade dessa entidade na região”, o que significa a construção de uma legitimidade em torno de um discurso, de ações e correlações de forças sociais.

Aspectos identificados em nossa análise remetem aos limites para a gestão do Plano do território, no que diz respeito à articulação entre os municípios e diferentes atores da sociedade na definição e execução dos projetos, na medida em que há uma alta concentração de investimentos em poucos municípios e em equipamentos e infra-estrutura voltados para a cadeia produtiva do leite, em detrimento dos demais eixos, o que evidencia a dificuldade de articulação e consensos para projetos e políticas integradas. A concentração em investimentos em equipamentos e infraestrutura revela não somente uma lógica “tecnocrática e profissional” por parte dos proponentes, mas também um problema de operacionalização do “financiamento dos projetos, os mesmos dependem de verbas anuais, o que leva a fragmentação dos projetos que passam por diferentes estágios (elaboração, aprovação e execução), dificultando a implementação de projetos mais amplos e intersetoriais” (SABOURIN, 2007, p. 731).

REFERÊNCIAS

- ANDION, C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da Apaco, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO.** (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). UFSC, 2007 (Tese de Doutorado).
- ANSCHAU, C.T. **Redes cooperativas da bovinocultura de leite e o desenvolvimento do Oeste Catarinense.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2011.
- ANSCHAU, C.T.; ROVER, O.J. **Impactos das redes cooperativas de produção de leite na reconfiguração de um território predominantemente rural.** In: Congresso LatinoAmericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT17-Cleusa-Teresinha-Anschau.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2012.
- APACO. **Diagnóstico do Território Oeste de Santa Catarina.** Chapecó, jun. 2005a.
- APACO. **Gestão e elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Oeste.** Chapecó, maio 2006c.
- APACO. **Gestão social dos territórios rurais: análise e definição dos instrumentos de gestão social.** Chapecó, nov. 2006d.
- AVRITZER, L; PEREIRA, M.L.D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, Número Especial, 2005.
- BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da Apaco** (Associação dos Pequenos

Rosana Maria Badalotti

Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). UFSC, 2003 (Tese de Doutorado).

BADALOTTI, R.M; REIS, M.J. Representações dos Agricultores Familiares sobre Programas de Cooperação Agrícola e Agroecologia. In: GUIVANT, J. S; SCHEIBE, L. F; ASSMANN, S. J. **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 123-160

BOURDIEU, P. A força da representação. In: **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996a.

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996b.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. Disponível em: <www.mda.gov.br/sdt>.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2005a.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 02-2005. Brasília: SDT/MDA, maio 2005b.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Documento de Apoio n. 2. Brasília: SDT/MDA, nov. 2005c.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural do Oeste Santa Catarina – SC, Versão Preliminar. Brasília: SDT/MDA, abr. 2006.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Orientações para a indicação, elaboração e trâmite de projetos territoriais em 2007 e 2008**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2007.

CUNHA, E. S. M. O potencial de conselhos de políticas e orçamentos participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

FAVERO, C. A; GRAMACHO, Z. da S. O Desenvolvimento Territorial Rural e a Universidade. **Revista Informe Gepec**, v. 8, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

Rosana Maria Badalotti

RUCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento territorial. In: **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005. 78 p.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1999.

SCHUBERT, M. N.; NIEDERLE, P. A. **Estratégias competitivas de cooperativismo na cadeia produtiva do leite**: o caso da Ascooper, SC. In: Congresso da Sober, 47., 2009, Porto Alegre. Anais.. Porto Alegre, 2009.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. MDA/SDT. Disponível em: <[www. sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s](http://www.sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s)>. Acesso em: 29 abr. 2012.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. *et al.* (Org.). **Geografia**: conceitos e termos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TESTA *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste** Catarinense (Proposta para discussão). Florianópolis: CPPP/EPAGRI, 1996.

WINCKLER, N. C. **A competição entre propriedades rurais da cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS: CARACTERIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E PROJETOS NO TERRITÓRIO OESTE

Rosana Maria Badalotti¹, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: rosana@unochapeco.edu.br

Fonte de Financiamento: Art. 170

Este artigo é resultado de pesquisa vinculada ao Núcleo de Iniciação Científica Trabalho, Organizações e Inclusão Social, de acordo com Edital n.045/REITORIA/2012.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo caracterizar experiências e projetos para o desenvolvimento rural no Território Oeste, tendo em vista a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) formulada e em execução desde 2003. A fim de identificar as ações implementadas através do PRONAT, realizamos um diagnóstico dos municípios beneficiados e montante de recursos dos projetos aprovados e executados no Território Oeste no período de 2004 a 2011, tomando como base os eixos estratégicos que orientam o Plano de Desenvolvimento no referido território. Do ponto de vista metodológico nos baseamos em dados bibliográficos e documentais. Na análise dos dados constatamos que existe ainda uma distância grande entre os pressupostos do PRONAT e a efetivação de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável que consiga apoiar com equidade projetos em todos os eixos, bem como propor alternativas articuladas entre os mesmos. Constatamos ainda que a dinamização integral do território Oeste, constituído por 25 municípios, se trata de um plano em construção que apresenta potencialidades e limites. Porém, considerando as especificidades do referido território constata-se que na atualidade o apoio às cadeias alternativas produtivas se constitui em estratégia contra-hegemônica importante para o desenvolvimento local desse território, tendo em vista que as atividades agroindustriais estão concentradas nas mãos de poucas empresas voltadas principalmente para o mercado internacional e globalizado.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Territórios Rurais. Desenvolvimento Rural. Território Oeste.

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo caracterizar experiências e projetos para o desenvolvimento rural no Território Oeste, tendo em vista a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) formulada e em execução desde 2003.¹

A fim de identificar as ações implementadas através do PRONAT, realizamos um diagnóstico dos municípios beneficiados e montante de recursos dos projetos aprovados e executados no Território Oeste no período de 2004 a 2011, tomando como base os eixos estratégicos que orientam o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do referido território. Do ponto de vista metodológico nos baseamos em dados bibliográficos e documentais. Os dados primários foram obtidos através de pesquisa documental em fontes produzidas pelo MDA/SDT e Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), agente mediador das ações desenvolvidas no Território Oeste.

Nesse sentido, o estudo caracteriza-se como de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, que em sua análise buscou apresentar os dados primários de forma quantitativa e qualitativa. Enquanto a abordagem quantitativa apreende dos fenômenos a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas. (MINAYO, 2008, p. 22)

Do ponto de vista teórico, consideramos tais experiências e projetos como perspectivas contra-hegemônicas aos processos de globalização e produção em grande escala, identificados nas dinâmicas de mercado vivenciadas pelas grandes empresas agroindustriais da região Oeste Catarinense.

Ianni (2002, p. 11) informa que a globalização do mundo indica para um novo momento de expansão do capitalismo de alcance mundial. “Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações.”

Como afirma Santos (2010), o mundo vive num contexto de movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos em que a globalização social, cultural, política, econômica, social, entre outras globalizações geram tensões e contradições que permeiam a vida de todos, em todos os instantes. É sobre este eixo tensivo que se buscou problematizar as experiências e projetos para o desenvolvimento rural e regional no Território Oeste enquanto perspectivas contra-hegemônicas em tempos de globalização.

Do ponto de vista da dimensão da globalização econômica, por exemplo, a agroindústria familiar não gera interesse aos países centrais na medida em que sua produção não está direcionada à exportação em grande escala, nem à geração de lucros a grandes empresas. Em via paralela, a agroindústria familiar, na perspectiva contra-hegemônica, gera efeitos contrários à

1. A respeito dessa problemática, ver estudo sobre a implementação da política no Território Oeste. BADALOTTI, R. M.; CUNHA, J. A Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural e sua implementação no Oeste Catarinense (2008, 2009)

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

lógica neoliberal, pois geralmente fortalece as comunidades dos pequenos agricultores – homens e mulheres –materializa-se, de uma forma geral, na pequena propriedade, com “baixo consumo de insumos, conectada ao ecossistema local”(PLOEG, 2000 *apud* MIOR, 2005, p.30) e com forte apelo à manutenção da família em torno de sua operacionalização.

Considerando essas reflexões iniciais é possível afirmar que as experiências e projetos de desenvolvimento rural pretendem, de acordo com os pressupostos e princípios de políticas públicas constituírem-se em perspectivas contra-hegemônicas frente à globalização econômica e social, na medida em que estimulam a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social local, o protagonismo dos atores sociais e a sustentabilidade ambiental em uma perspectiva territorial.

Do ponto de vista metodológico, a categoria de território é fundamental para compreender os pressupostos do PRONAT. Embora essa questão não seja nova nas Ciências Sociais, cabe perguntar por que a abordagem territorial vem despertando tanto interesse entre os planejadores e formuladores de políticas públicas, bem como entre os estudiosos?

Neste sentido, a categoria de território emergente é diferente na noção geopolítica de Estado-Nação. O Estado-Nação não é o território *per se*, mas sim o local das diversas relações sociais e também de atuação do Estado, em que “(...) o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas” (SCHNEIDER, 2004, p. 102)

É a partir desse contexto de reflexões que as políticas públicas de desenvolvimento rural têm sido formuladas principalmente a partir dos anos 2000, entre as quais, insere-se o PRONAT o qual concebe o desenvolvimento como um Plano, um programa a ser construído através do protagonismo dos diferentes atores sociais, e não apenas um resultado, um fim “em si mesmo”, em que a noção de sustentabilidade busca associar diferentes dimensões.

De uma maneira geral as políticas de desenvolvimento formuladas a partir dos anos 2000, estão preocupadas em estimular e apoiar alternativas de produção e inclusão social diferenciada e menos dependentes à lógica do mercado capitalista, da globalização econômica e das consequências advindas da economia neoliberal.

O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT)

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais foi constituído como parte do Plano Plurianual (2004/2007) do governo Luiz Ignácio Lula da Silva, e possui como missão “[...] apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (SDT/MDA, 2005b, p. 5).

O recorte territorial do programa abrange 164 territórios da Federação, correspondendo a 5564 municípios. A região sul do País (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) abrange 22 territórios rurais. Em Santa Catarina, são considerados oito (8) territórios, correspondendo a 160 municípios. A região oeste de Santa Catarina está ordenada por três (3) territórios (Alto Uruguai, Chapecozinho e Oeste), que correspondem a 70 municípios. (<www.sit.mda.gov.br>).

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

Um dos principais objetivos deste programa é sugerir uma nova maneira de “conceber e de implementar políticas públicas que enfatizem o ‘desenvolvimento rural sustentável’ ”(SDT/MDA, 2005a, p. 6). Neste sentido, a implementação do programa corresponde a um processo a ser construído e constituído nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis (PTDRS), entendidos como “[...] um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações que serão realizadas no futuro visando ao desenvolvimento sustentável nos territórios [...]” (SDT/MDA, 2005a, p. 10).

O TERRITÓRIO OESTE²

O referido território atualmente está constituído por 25 municípios, com população total de 325.476 habitantes, população urbana de 252.616 habitantes (51%) e rural de 72.800 (49%), destacando-se Chapecó com 183.530 habitantes, sendo 15.417 habitantes (8%) na área rural e 168.113 habitantes (56%) na área urbana (IBGE, 2010).

De acordo com a Apaco (2005a), na maioria dos municípios do território existe organização de cooperativas de leite, formadas por agricultores familiares descapitalizados que produzem até 50 litros de leite por dia. Essas cooperativas estão organizadas por uma Rede de Cooperativas de Leite – a Ascooper –, que surgiu em 2002 objetivando agregar os pequenos produtores de leite dos municípios da região.

Diferentes estudos sobre a cadeia produtiva do leite e os processos de constituição de redes cooperativas no Oeste Catarinense tem demonstrado que tais alternativas constituem importantes estratégias de viabilização econômica e social, de inclusão social e fator de competitividade no mercado local e regional, principalmente pela via da cooperação. A atividade produtiva leiteira em todo o seu ciclo – desde a produção até a certificação – têm envolvido diferentes atores sociais vinculados a projetos de desenvolvimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural da região (TESTA ET AL, 2003; SCHUBERT; NIEDERLE, 2009; ANSCHAU; ROVER, 2010; WINCKLER, 2010; ANSCHAU, 2011).

Desde 2004 a Apaco atua como articuladora das ações do PRONAT no território Oeste. Essa atuação tem se efetivado a partir de um processo de planejamento e execução de projetos que pretende, – de acordo com os princípios do programa nacional – envolver diferentes agentes sociais da região.

EIXOS ESTRATÉGICOS PARA AÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO E ESCOLHA DOS PROJETOS NO TERRITÓRIO OESTE

De acordo com análise documental realizada em materiais disponibilizados pela Apaco, foi possível identificar diferentes momentos de planejamento e elaboração que constituem etapas ou ciclos de gestão do território Oeste a partir do ano de 2004, realizados em *oficinas*, que constituem espaços de planejamento, proposição e avaliação de projetos e ações para o território. Estes

2. Parte das informações para a caracterização do território Oeste foi sistematizada de documento intitulado Diagnóstico do Território Oeste de Santa Catarina (APACO, 2005a).

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

espaços de discussão seguem critérios temáticos e conceituais definidos *a priori* chamados de *eixos estratégicos*. (APACO, 2005a)

Os eixos estratégicos para as ações a serem realizadas no território foram os seguintes: - Eixo 1: trata do desenvolvimento das cadeias produtivas, com ênfase na cadeia do leite (cadeias do mel, artesanato regional, agroflorestal, piscicultura, frango caipira, plantas medicinais, fruticultura e horticultura, agroindústrias familiares e suinocultura alternativa); - Eixo 2: comercialização; - Eixo 3: educação no campo (inclusão social, formação e capacitação para os agricultores familiares); -Eixo 4: meio ambiente (produção agroecológica, plantas medicinais, saneamento ambiental, alimentação de subsistência, proteção e preservação de nascentes). (APACO, 2005 a e b)

O planejamento das ações orientadoras do eixo *Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Alternativas* definiu como potenciais para o desenvolvimento do território, além da cadeia do leite, às cadeias do mel, a florestal, a do frango caipira, a da fruticultura e horticultura e a da agroindustrialização. (idem)

A definição de projetos segundo os eixos e linhas de ação representa uma estratégia técnica e política para a possibilidade de alcance do desenvolvimento sustentável. O diagnóstico das necessidades de cada território constitui o ponto de partida dos agentes sociais para a definição dos projetos. A forma como os recursos serão aplicados também constitui um critério importante para a aprovação ou não dos projetos. (APACO, 2006c),

A partir da definição dos eixos estratégicos, diretrizes e linhas de ação, são elaborados os projetos específicos e as metas a serem atingidas. As potencialidades e limitações (pontos fortes e fracos) são indicadores que permitem diagnosticar as particularidades de cada território.

Municípios beneficiados e eixos contemplados

A análise a seguir apresenta um diagnóstico dos municípios beneficiados e montante de recursos destinados a projetos de acordo com os eixos estratégicos no período histórico delimitado.

Observou-se que no ano de 2004 apenas 12% dos municípios se beneficiaram com projetos, sendo que Formosa do Sul foi contemplada com a maior quantia, correspondendo a R\$ 289.000,00, sendo 78% do valor total aplicados para o Eixo 1 na ampliação da indústria do leite para a agroindústria familiar, seguido da cidade de Chapecó, através da Apaco, a qual recebeu R\$ 49.000,00 (13%) para o Eixo 3 e por último, o município de Quilombo com a quantia de R\$ 33.000,00 (9%), também para o Eixo 3. O total geral em projetos apresentados foi de R\$ 371.000,00. Os demais eixos não foram contemplados com projetos. Para a mobilização dos investimentos, foram orçados os valores de R\$ 32.700,00 para a contrapartida e R\$ 338.300,00 para o MDA.

No ano de 2005, 44% dos municípios foram beneficiados com projetos, sendo que Chapecó se destacou com a maior parcela das arrecadações, correspondentes a R\$ 69. 577, 78 para os Eixos 3 e 4 sendo destinados à construção de cisternas para captação de água da chuva e para cursos de formação e capacitação destinados à Apaco. Em segundo plano seguem os municípios de Coronel Freitas e Cordilheira Alta, com R\$ 55.000,00 e 46.200,00 respectivamente, contemplando ambos o Eixo 1, sendo destinados à cadeia de produção do leite com a aquisição de tanques

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

exotérmicos para armazenamento do leite, *notebooks*, veículos e aparelhos de fax. Para mobilização dos investimentos, fizeram parte das arrecadações R\$ 45.785,78 vindos da contrapartida dos municípios e R\$ 353.192,00 pelo MDA. Constatou-se a mobilização de R\$ 228.200,00 para as cadeias produtivas, R\$ 81.200,00 para a comercialização, R\$ 78.577,78 para a educação no campo e R\$ 11.000,00 para o meio ambiente, totalizando R\$ 398.977,78.

Em 2006 apenas 12% dos municípios receberam benefícios dos projetos, sendo que Formosa do Sul se destaca com a arrecadação de R\$ 272.000,00, correspondendo a 76% do valor total, sendo direcionado para o Eixo 1 no segmento produtivo do leite com a aquisição de equipamentos, seguido dos municípios de Chapecó (19%) através da Apaco, com o valor de R\$ 66.000,00 voltados para o Eixo 3, Educação no Campo sendo destinados para realização de cursos de formação, e R\$ 18.000,00 para o município de Quilombo (5%) para o Eixo 3 com a aquisição de veículos. Os valores mobilizados pela contrapartida e pelo MDA são equivalentes a R\$ 31.200,00 e R\$ 324.800,00, respectivamente. Os valores correspondentes aos Eixos são de R\$ 272.000,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 84.000,00 para o Eixo de Educação no Campo, totalizando R\$ 356.000,00.

Em 2007 a situação dos benefícios fora bem mais distribuída, abrangendo 52% dos municípios amostrados. Destes, 22% do valor total (R\$ 85.000,00) foram destinados ao município de União do Oeste, os quais foram redirecionados para o segmento das agroindústrias na aquisição de equipamentos para adequação de abatedouro municipal. Por segundo, vem o município de Chapecó, com R\$ 56.100,00 (15%) voltados ao segmento das cadeias produtivas do leite, peixe e horti-fruticultura com a aquisição de conjuntos de pasteurizadores, embaladeiras de leite, cestas de vime, caixas para entrega de produtos e equipamentos para conservação de pescado. O município de Formosa do Sul segue logo atrás com 10% dos beneficiamentos, correspondendo a R\$ 38.500,00 redirecionados ao segmento da cadeia produtiva do leite. Os valores mobilizados pela contrapartida e pelo MDA são equivalentes a R\$ 71.120,00 e R\$ 313.000,00, totalizando R\$ 384.120,00. Os valores correspondentes aos Eixos são de R\$ 322.320,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 43.600,00 para o Eixo de Educação no Campo, seguidos dos Eixos de Meio Ambiente e Comercialização.

No ano de 2008, 20% dos municípios foram contemplados com projetos, sendo um destes Planalto Alegre, para adequação do sistema de inspeção municipal visando credenciamento junto ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com R\$ 115.000,00, correspondendo 26% do valor total em benefícios, direcionados ao Eixo 2 na construção de estrutura física para comercialização, na compra de equipamentos, veículos e software. Por seguinte, temos o município de Santiago do Sul, com a quantia de R\$ 110.200,00, correspondendo a 25% do valor total, direcionados ao Eixo 1 para as cadeias produtivas do leite e das agroindústrias, com a aquisição de tanques isotérmicos e padronizadora de leite. Destacam-se ainda os municípios de Águas Frias com R\$ 105.000,00 (24%), Chapecó para se adequar ao credenciamento ao SUASA com R\$ 60.000,00 (14%) e Saudades com o beneficiamento de R\$ 46.000,00 (11%).

Os valores dos benefícios foram mobilizados pelo MDA juntamente com a contrapartida, os quais corresponderam a R\$ 339.400,00 e R\$ 36.800,00 respectivamente totalizando R\$ 436.200,00. Os valores correspondentes aos Eixos são de 179.000,00 para a Educação no Campo, R\$ 115.000,00 para a Comercialização, R\$ 110.200,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 32.000,00 para o Meio Ambiente.

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

Em 2009, 20% dos municípios receberam benefícios, sendo que o município de Chapecó, através da Unidade Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense (UCAF), receberam a quantia de R\$ 140.000,00, correspondendo a 22% do valor total, direcionados ao Eixo 2 na realização de projetos de gestão ligados às cadeias produtivas, seguido dos municípios de Coronel Freitas e Saudades, ambos sendo beneficiados com R\$ 132.000,00 (21%) para se adequar ao credenciamento ao SUASA, redirecionando o valor dos projetos para o segmento da comercialização (Eixo 2). Os municípios de Irati e Formosa do Sul, ambos com as quantias de R\$ 114.000,00 e 110.000,00 respectivamente, tiveram seus benefícios voltados aos segmentos das cadeias produtivas de leite e agroindústrias, como também o eixo da comercialização. Os valores mobilizados para os projetos são de R\$ 574.100,00 vindos do MDA e R\$ 53.900,00 da contrapartida, totalizando R\$ 628.000,00.

No ano de 2010, dos 25 municípios do território apenas 12% foram contemplados com benefícios, sendo Novo Horizonte com a quantia de R\$ 215.000,00 destinados ao Eixo das cadeias produtivas das agroindústrias, voltados à equipamentos para o beneficiamento de sementes, armazenamento e banco de germoplasma; a Campo Erê fora destinada a quantia de R\$ 180.000,00 redirecionada ao Eixo referente à comercialização para a reforma da feira do produtor e para compra de equipamentos para um laboratório de solos; e Saudades com a quantia de R\$ 115.000,00, destinada também ao segmento da comercialização, sendo esse valor direcionado para compra de câmara fria e laboratório para análises. Para a mobilização do investimento foram destinados R\$ 457.000,00 pelo MDA e R\$ 53.000,00 pela contrapartida, totalizando R\$ 510.000,00.

Em 2011, apenas dois municípios foram contemplados com benefícios, sendo que São Carlos recebeu a quantia de R\$ 65.000,00 para o segmento das cadeias produtivas do leite com a aquisição de tanques para coleta e armazenamento do produto; e Campo Erê com a quantia de R\$ 46.036,00 para o Eixo 2, referentes à comercialização para a reforma da feira do produtor. No que diz respeito à mobilização do valor total (R\$ 111.036,00), R\$ 105.000,68 vieram por parte do MDA e R\$ 6.035,32 por parte da contrapartida.

Comparando-se eixos beneficiados e o montante de recursos destinados aos mesmos no período de 2004 a 2011, é possível observar na Figura 01 o destaque para o Eixo 1, referente às cadeias produtivas, com o montante de R\$ 1.648.720,00, seguidos dos Eixo 2, Eixo 3 e Eixo 4, com R\$ 1.027.036,00, R\$ 467.177,78 e R\$ 52.400,00 respectivamente.

Figura 01. Eixos beneficiados e montante de recursos no período de 2004 a 2011.



Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

Em relação ao Eixo das Cadeias produtivas, no período de 2004 a 2011 (Figura 02), observa-se uma grande mobilização de recursos para as agroindústrias familiares, com R\$ 825.820,00, seguido da cadeia produtiva do Leite, com a quantia de R\$ 792.650,00. Os demais segmentos estão descritos abaixo, conforme visualização.

Figura 02. Montante de recursos destinados por segmento para o Eixo das Cadeias Produtivas no período de 2004 a 2011.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise bibliográfica e documental realizada em relação ao cruzamento dos dados primários, podemos afirmar em um primeiro momento que as premissas do PRONAT, no que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento do Território Oeste vêm se consolidando, principalmente no que diz respeito ao apoio as cadeias produtivas alternativas – com especial foco para a cadeia produtiva do leite, considerando parte desse segmento a agroindustrialização.

A constatação de que a cadeia produtiva do leite se constitui em importante estratégia de desenvolvimento rural e regional, foi observada nos estudos já citados, o que nos leva a re-afirmar que o fortalecimento e transformação da agricultura familiar no referido território tem dependido da atividade leiteira, que a partir dos anos 2000 vem se constituído em uma importante estratégia de enfrentamento ao predomínio das grandes agroindústrias convencionais de industrialização de alimentos, das quais a maioria dos agricultores familiares da região até meados dos anos 90 estiveram vinculados, principalmente às atividades de integração na suinocultura e avicultura.

Nesse sentido, podemos afirmar que às atividades vinculadas às cadeias alternativas e agroindústrias familiares, o que inclui desde a produção, transformação e comercialização, têm se constituído em uma perspectiva contra-hegemônica à globalização econômica representada pelos grandes conglomerados agroindustriais privados ligados “à lógica da produtividade com dominância cada vez maior de capitais industriais e transnacionais”, bem como a “especialização, escala e qualidade associadas à produção de alimentos padronizáveis, de baixo custo e alcance global”. (MIOR, 2005, p. 262).

Os dados demonstram de uma maneira geral que no período analisado (2004-2011) foram aprovados e executados 45 projetos objetivando diferentes ações. O número de projetos de acordo

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

com cada eixo ficou assim caracterizado: eixo 1 (24); eixo 2 (08), eixo 3 (09) e eixo 4 (04). Nesses projetos estiveram envolvidos 16 municípios dos 25. É importante ressaltar que na constituição do território em 2004, 24 municípios compunham o território, sendo que mais um foi incorporado no ano de 2010. Em relação às propostas aprovadas se destacam os municípios de Chapecó (06), Formosa do Sul (05), Quilombo (04), Campo Erê e Saudades (03). Cinco municípios executaram dois projetos e seis executaram um projeto.

Em relação aos benefícios recebidos por eixos (recursos do MDA e contrapartidas) constatou-se que os eixos cadeias produtivas e comercialização aprovaram os maiores montantes em recursos. No eixo das cadeias produtivas os maiores investimentos foram realizados com projetos para a cadeia do leite e agroindústrias familiares.

No que diz respeito aos recursos em cada eixo, constatou-se no eixo das cadeias produtivas um grande montante está concentrado em apenas 4 municípios dos 14 beneficiados. No eixo da comercialização os recursos estão melhor distribuídos entre 5 municípios, dos 9 beneficiados. No eixo educação no campo, houve um investimento significativo por parte do município de Chapecó, seguido de Quilombo e Águas Frias. Os demais 3 municípios investiram um montante menor de recursos. Em relação ao eixo meio ambiente apenas 3 municípios investiram recursos. Em relação aos recursos investidos, cabe uma análise futura sobre as ações específicas que foram desenvolvidas em cada eixo, a fim de verificar a natureza de cada projeto e compreender as prioridades de cada município.

Em relação às ações e finalidades de cada projeto, identificamos que a maior parte dos investimentos foram realizados em equipamentos e infra-estrutura para o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, incluindo a agroindustrialização e comercialização. Observamos também que as ações se cruzam e se complementam entre os eixos dependendo de cada projeto, onde os recursos são investidos em equipamentos e infra-estrutura os mais diversos (para produção, industrialização, comercialização, divulgação, formação e capacitação) como software, computadores, livros didáticos, seminários, oficinas, cursos profissionalizantes, projetos de gestão, etc. No que diz respeito à cadeia produtiva do leite e comercialização se observou investimentos significativos em equipamentos para armazenamento, resfriamento e conservação do leite, construções de estruturas físicas para indústria do leite e unidades de comercialização (feiras por exemplo), aquisição de veículos, investimentos em laboratórios, etc. Em relação a esse aspecto cabe também uma investigação mais aprofundada.

Analisando os dados de acordo com a série histórica delimitada, constatamos que no primeiro ano de gestão do território apenas 3 municípios (12%) se envolveram com as atividades do território e obtiveram recursos do MDA e contrapartidas dos municípios para o desenvolvimento das cadeias produtivas (78%). É importante ressaltar que juridicamente as prefeituras municipais são os agentes responsáveis pelos projetos de acordo com as normas de contratação dos recursos do Ministério. Como o Plano de Desenvolvimento se trata de um processo de construção e articulação entre os diferentes municípios e atores sociais, depreendemos que o primeiro ano se constituiu em uma fase de implantação da Política, definição das prioridades de acordo com as especificidades do território

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

e de familiarização com os trâmites burocráticos para obter os recursos. Entretanto, essa afirmação se trata de uma hipótese que precisa ser mais bem aprofundada a partir de análises qualitativas.

Aspectos identificados em nossa análise remetem aos limites para a gestão do Plano dos territórios, quando verificamos a participação de um número significativo ou reduzido de municípios ou mesmo a não-concretização dos princípios da política que sugere a articulação entre os municípios e diferentes atores da sociedade, o que significa que os consensos e acordos em territórios rurais não são tão simples, na medida em que exige “mudanças na gestão dos municípios e impedindo muitas vezes o apoio a dinâmicas produtivas locais”. (SABOURIN, 2007, p.731).

A concentração em investimentos em equipamentos e infra-estrutura revela não somente uma lógica “tecnocrática e profissional” por parte dos proponentes, mas também um problema de operacionalização do “financiamento dos projetos, os mesmos dependem de verbas anuais, o que leva a fragmentação dos projetos que passam por diferentes estágios (elaboração, aprovação e execução), dificultando a implementação de projetos mais amplos e intersetoriais”. (idem)

É possível afirmar também de acordo com análise realizada em pesquisa sobre o território Oeste (BADALOTTI, 2008, 2009) que a construção de um Plano de desenvolvimento rural e regional, requer um planejamento a médio e longo prazo, a construção de uma cultura e capital social voltado para a lógica da proposta do MDA, o que na maioria das vezes escapa ao “real”. As prioridades são definidas levando-se em consideração “as possibilidades e limitações das ações” (APACO, 2006c), medidas através de uma reflexão que busca confrontar o “ideal” e o “real”, ou, como afirmam os planejadores, através do “confronto do futuro desejado *versus* futuro possível” (idem, ibidem).

Pode-se afirmar que as experiências e projetos propostos pelo Território Oeste com base nos eixos estratégicos orientadores em seu PTDRS, considerando as especificidades do referido território constata-se que na atualidade o apoio principalmente às cadeias alternativas produtivas se constitui em estratégia contra-hegemônica importante para o desenvolvimento rural desse território, tendo em vista que as atividades agroindustriais estão concentradas nas mãos de poucas empresas voltadas principalmente para o mercado internacional e globalizado.

As particularidades socioeconômicas do território rural oeste em torno da pequena produção familiar demonstram as potencialidades desejadas pelos formuladores de projetos e políticas dessa natureza em relação ao desenvolvimento sustentável, entretanto, essas potencialidades não confluem ainda em projetos intersetoriais e de alcance regional.

REFERÊNCIAS

ANSCHAU, C.T. **Redes Cooperativas da Bovinocultura de leite e o desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Comunitária da Região de Chapecó,, Chapecó, 2010.

ANSCHAU, C.T; ROVER, O.J. **Impactos das Redes Cooperativas de produção de leite na reconfiguração de um território predominantemente rural**. In: Congresso LatinoAmericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT17-Cleusa-Teresinha-Anschau.pdf> Acesso em: 21 de jul. de 2012.

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

APACO. **Diagnóstico do Território Oeste de Santa Catarina**. Chapecó, jun. 2005a.

APACO. **Gestão e Planejamento do Território Oeste Catarinense**. Chapecó, jul. 2005b.

APACO. **Gestão e Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Oeste**. Chapecó, maio 2006c.

APACO. **Gestão Social dos Territórios Rurais – Análise e Definição dos Instrumentos de Gestão Social**. Chapecó, nov. 2006d.

BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais**. (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). UFSC, 2003 (Tese de Doutorado).

BADALOTTI, R.M.; REIS, M.J. Representações dos Agricultores Familiares sobre Programas de Cooperação Agrícola e Agroecologia. In: GUIVANT, J. S; SCHEIBE, L. F; ASSMANN, S. J. **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 123-160

BADALOTTI, R.M., CUNHA, J. **A política nacional de desenvolvimento territorial e sua implementação no território rural oeste**. Anais do Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional – UNISC, Santa Cruz do Sul, de 22 a 24 de outubro de 2008. CD-ROM

BADALOTTI, Rosana M; CUNHA, Joarina da. **A Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e sua implementação no Território Rural Oeste**. Anais do Seminário Integrado Ciência no Brasil - VIII Seminário de Iniciação Científica, VI Seminário de Pesquisa, IV Seminário de Extensão, II Seminário de Ensino, UNOCHAPECÓ, 2009. (Eixo Temático: Gestão e Políticas Públicas). http://www.unochapeco.edu.br/?cod_orgao=88

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**/Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA – Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condrap, Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2005a.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 02-2005. Brasília: SDT/MDA, maio 2005b.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Documento de Apoio n. 2. Brasília: SDT/MDA, nov. 2005c.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Orientações para a indicação, elaboração e trâmite de projetos territoriais em 2007 e 2008**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2007.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 21 de jul. 2010.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. 6 ed. rev e amp. Chapecó: Argus, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Argus: Chapecó, 2005.

MIOR, L.C.; **Agricultura familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial**. In: Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. Disponível em http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20_Mior.pdf Acesso em: 22 de jul. de 2012.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. Revista de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. n.31, 2002. Disponível em <[http:// 150.162.1.115/index.php/revistacfh/article/view/25195](http://150.162.1.115/index.php/revistacfh/article/view/25195)> Acesso em: 22 de jul. de 2012

ROVER, Oscar J.; BERTO, James L.; GIROTTO, Camila. **Cenários e desafios para a produção leiteira do Oeste de Santa Catarina face às estratégias das principais redes de agroindústrias**. Relatório de pesquisa. UNOCHAPECÓ: Edital 38/2008, 2009.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** In: Sociedade e Estado, Brasília, v.22, n.3, p.715-751. set;dez. 2007

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n.11, jan/jun. 2004, p. 88-125

SCHUBERT, M. N.; NIEDERLE, P.A. **Estratégias competitivas de cooperativismo na cadeia produtiva do leite: o caso da Ascooper, SC**. In: Congresso da Sober, 47., 2009, Porto Alegre. Anais.. Porto Alegre, 2009.

SIEBERT, Claudia. Panorama do planejamento regional em Santa Catarina: da centralização à construção da solidariedade regional. In: _____ (org.) **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, 2001. pg. 139-166.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. MDA/SDT. Disponível em: [www. sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s](http://www.sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s)). Acesso em 29 de abril de 2012.

Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Mariellen Mendes

TESTA et alli. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão)**, Florianópolis: CPPP/EPAGRI, 1996.

WINCKLER, Natália Carrão. **A competição entre propriedades rurais da cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SOBRE A INFÂNCIA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Rosana Maria Badalotti

Programa de Pós-Graduação Estudos da Infância com ênfase em Educação Infantil e Anos Iniciais
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: daniane_ca@unochapeco.edu.br

Este artigo é parte de pesquisa realizada como requisito para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) concluído em 2012 na Graduação em Pedagogia/ Habilitação em Educação Infantil na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) pela primeira autora e orientado pela segunda autora.

RESUMO

Esta pesquisa parte do pressuposto de que existem diferentes visões construídas socialmente sobre a infância, o que torna necessário compreender teoricamente as mudanças ocorridas ao longo da história, quais os novos sentidos atribuídos a esta, enfim, de que forma as transformações societárias, culturais e educacionais, têm interferido na forma como professores da Educação Infantil concebem essa categoria na atualidade em suas práticas pedagógicas. O objetivo geral buscou analisar as concepções e práticas pedagógicas sobre a infância existentes em instituições de Educação Infantil no município de Chapecó (SC). A fim de responder a problemática em questão tomamos como referencial teórico perspectivas que buscam compreender a infância e a criança em sua condição de ser histórico, político, social e cultural. Nesse aspecto, a Sociologia da Infância defende que a infância precisa ser vista de um modo particular, considerando suas subjetividades, necessidades e especificidades. Utilizou-se como instrumentos para a construção dos dados, observação das práticas pedagógicas, entrevistas semi-estruturadas com professores (as) e coordenadores (as) pedagógicos (as) e pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as concepções e práticas pedagógicas dos docentes estão pautadas quase que exclusivamente na Psicologia do Desenvolvimento. Percebeu-se também que aspectos relacionados a outras perspectivas teóricas como a sociologia e a antropologia da infância e da criança estão ausentes nas concepções e práticas identificadas. Neste aspecto, levanta-se a questão dos limites das teorias baseadas em pressupostos biológicos ou psicológicos, e em que medida estas abordagens estão dando conta de acompanhar e responder às reflexões contemporâneas sobre a infância.

Palavras-chave: Concepções sobre a Infância. Sociologia da Infância. Práticas Pedagógicas na Infância. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Partindo de reflexões e questionamentos sobre o que é a infância e como esta categoria se constitui historicamente e socialmente, chegamos à constatação de que existem lacunas relacionadas à investigação científica na Unochapecó e na região que envolva principalmente as concepções de infância por parte das instituições e dos educadores em Educação Infantil. O que nos motivou a realizar esta pesquisa foi à reflexão de que existem diferentes visões construídas socialmente para esta categoria social, o que torna necessário compreender teoricamente as mudanças ocorridas ao longo da história, quais os novos sentidos atribuídos a esta e de que maneira as transformações societárias, culturais e educacionais, têm interferido na forma como os professores da Educação Infantil concebem a infância na atualidade em suas práticas pedagógicas.

Esta pesquisa, mais do que um trabalho acadêmico-científico, consiste em ser uma pesquisa que envolve também interesses e objetivos pessoais, na medida em que consideramos que na Área de Ciências Humanas e Sociais, os objetos de nossas investigações não estão descolados de nossas práticas e questionamentos subjetivos. Enquanto pesquisadores/formadores nos deparamos com questionamentos, principalmente em relação às diferentes concepções de infância construídas não somente no espaço social, mas também no universo de atuação dos professores de Educação Infantil. Estas reflexões nos levaram a pressupor que os espaços de formação acadêmica e profissional, em suas interfaces com as transformações societárias são *locus* importantes de construção do conhecimento no que diz respeito às concepções e práticas pedagógicas sobre a infância.

Na atualidade há uma crescente preocupação do papel das instituições escolares e do professor em relação à infância. Os professores enquanto mediadores da criança em sua relação com o mundo social têm importantes funções em seu desenvolvimento, pois, a Educação Infantil se constitui como um importante espaço de socialização da infância.

Neste sentido, o professor entra em cena através de pelo menos duas linhas de ações: proporcionar as crianças momentos extremamente proveitosos onde às mesmas terão a oportunidade de experimentar e vivenciar novas situações e relações, participando de trocas e das interações como um ser ativo; ou, trabalhar o desenvolvimento da criança como se ela fosse passiva, neutra, como se não estivesse em constante movimento e transformação.

A partir da década de 1990 do século passado, a perspectiva teórico-metodológica conhecida como sociologia da infância vem realizando estudos que nos mostram faces a respeito da infância até então desconhecidas. Esta subárea da sociologia busca compreender as crianças como atores sociais com pensamento crítico e reflexivo e neste sentido, as instituições escolares assumem um papel de destaque sendo as principais promotoras de interações sociais. Com base nessas reflexões iniciais este artigo buscará analisar as concepções e práticas pedagógicas sobre a infância existentes em instituições de Educação Infantil no município de Chapecó (SC).

A partir desse objetivo buscou-se responder o seguinte problema de pesquisa: *Quais concepções e práticas pedagógicas sobre a infância podem ser identificadas em instituições de Educação Infantil no município de Chapecó (SC)?*

2 METODOLOGIA, UNIVERSO E SUJEITOS INVESTIGADOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa (MINAYO, 1994), na medida em que busca compreender concepções e práticas pedagógicas envolvendo a infância em instituições de Educação Infantil, e neste sentido, visa responder a questões muito particulares que não podem ser quantificadas, tendo em vista universos de significados, crenças, valores e atitudes.

O universo de pesquisa foi constituído por Instituições de Educação Infantil no município de Chapecó (SC) que trabalham com crianças de três a seis anos. Das instituições investigadas uma se caracteriza enquanto pública municipal e uma particular. A amostra foi constituída por uma turma de cada instituição totalizando duas turmas investigadas. Além da observação das práticas cotidianas, a pesquisa consistiu também em aplicar entrevistas que foram realizadas com quatro professores e dois coordenadores pedagógicos das instituições escolhidas com o objetivo de coleta de informações a respeito do tema. Para tanto nos utilizamos dos seguintes instrumentos de pesquisa: - Pesquisa bibliográfica e documental; - Observação; Entrevistas semi-estruturadas.

Em relação à observação realizou-se acompanhamento das rotinas de duas turmas da instituição pública durante cinco manhãs. Incluem-se nessa rotina as atividades em sala de aula, lanche, recreação, musicalização e educação física. A observação enquanto instrumento nesse caso, caracteriza-se enquanto simples (DMITRUK, 2004). Este tipo de observação diferencia-se da observação participante que de acordo com a conceituação clássica antropológica, requer longos períodos de incursão no universo investigado, bem como descrição densa de todas as práticas que envolvem os grupos pesquisados.

2.1. Caracterização dos sujeitos entrevistados

Na instituição pública foram entrevistados quatro profissionais, três professores e uma coordenadora pedagógica. Entre os professores, duas são do sexo feminino com formação em Pedagogia e um professor que possui formação em Educação Física. A coordenadora pedagógica possui formação em Pedagogia. Os professores entrevistados apresentaram idade média entre 25 a 35 anos e a coordenadora pedagógica idade média entre 45 a 50 anos. Na instituição privada o instrumento de pesquisa foi aplicado via meio eletrônico e dos formulários enviados obteve-se apenas o retorno de duas delas. Das entrevistas que retornaram, uma foi respondida pela coordenadora pedagógica e outra por uma professora. As duas profissionais possuem formação em Pedagogia e apresentam idade média entre 22 e 44 anos de idade.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Concepções de professores (as) e coordenadores (as) pedagógicos (as) sobre a infância nas instituições investigadas

Ao questionar os entrevistados sobre os conteúdos que estudaram a respeito da infância durante a graduação, uma professora afirmou que durante sua graduação havia algumas disciplinas que abordavam sobre a história da infância, por exemplo. Relatou ainda que em alguns momentos não concorda muito com a teoria, “por que às vezes você pode ter uma teoria maravilhosa, saber nomes renomados, saber citações de livros e dentro da sala de aula isso não serve pra nada.”

Considerando essa fala, se observa que mesmo na atualidade é muito comum professores referirem-se à prática considerando-a mais importante que a teoria, o que não significa que a mesma não seja importante, porém, na profissão docente é extremamente necessário que haja equilíbrio entre ambas. Paulo Meksenas (2002), ao escrever sobre a importância da teoria e também da pesquisa afirma que: “Aos profissionais do ensino já não basta transmitir conteúdos por meio das relações de ensino e aprendizagem. Mais e mais é importante que professores, pedagogos e administradores da educação assumam o papel de construtores do conhecimento.” (MEKSENAS, 2002, p. 16). Para a “profissão professor” não há uma fórmula pronta e acabada de como exercer a profissão, o que há de fato, são diferentes possibilidades de incorporar o conhecimento como subsídio indispensável para o trabalho docente. A prática não se encontra descolada da teoria, ambas estão em uma relação dialética.

Nesse sentido, a coordenadora pedagógica da instituição pública ao relatar o que se lembra de ter estudado sobre a infância afirma:

Tinha Psicologia do desenvolvimento Infantil, que trata sobre o desenvolvimento infantil, que todo o professor deveria saber, acredito que todos tiveram só que alguns a gente vê que tão reclamando pois não conseguem parar e pensar “não esta criança está nesta idade então ela precisa aprender isso ela esta passando por esta fase mas é normal, natural vou ajudar para que ela consiga atingir outro nível.

O relato da entrevistada reforça a ideia de que durante a graduação o que predominam são os conceitos psicológicos e as fases do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, é possível constatar que, outras áreas como a sociologia e a filosofia voltadas à infância não estão presentes na formação dos professores. Abramowicz (2011), ao escrever sobre infâncias, relata que a sociologia da infância opõe-se a psicologia do desenvolvimento e do comportamento, pois a infância não está unicamente vinculada às etapas e fases do desenvolvimento. A autora também não concorda com a ideia de que é a idade que determina essas fases, mas sim de que o meio social interfere na formação desse sujeito, contrariando mais um dos pressupostos deterministas da psicologia do comportamento e do desenvolvimento.

Kramer (1996), pesquisadora sobre a infância, percebe e defende a criança como um “(...) sujeito histórico que verte e subverte a ordem e a vida social.” Neste sentido, a autora adere a uma

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Rosana Maria Badalotti

perspectiva que efetua uma ruptura conceitual em relação à infância e a toma em sua "(...) dimensão não-infantilizada, desnaturalizando-a e destacando a centralidade da linguagem no interior de uma concepção que encara as crianças como produzidas na e produtoras de cultura." (p. 14).

Deste modo, as concepções que os professores demonstram ter a respeito da infância desconsideram aspectos como o citado por Kramer (1996), sobre a questão de a criança ser produto e produtora de cultura. Nesse sentido, nas palavras de Abramowicz (2011), a escola orienta-se para a conformação política da criança tornando-se incapaz de escutá-la.

Em relação à definição sobre infância, uma professora da instituição pública a compreende como um período da vida da criança até uns seis ou sete anos aproximadamente. Em relação à definição de criança afirmou que considera "o indivíduo até doze anos". Ao questioná-la se criança e infância significam a mesma coisa, a mesma respondeu alegando que criança e infância não são a mesma coisa, no entanto, estão interligadas.

Mesmo em documentos legais, percebe-se que ainda não há um consenso em relação à idade que define o que é ser criança. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade." (BRASIL, 1990, lei 8.069, art. 2º). Neste sentido, a definição de criança apresentada pelo entrevistado acima vem ao encontro da definição do ECA.

Outra professora entrevistada ao ser questionada sobre sua definição de criança, afirmou:

Eu definiria que a criança assim com uma palavra que falta muito nos adultos, humildade, que a criança na verdade, ela aprende tudo que você ensina, sem reclama, sem brigar, então, o adulto já não né! Então o que falta no adulto é humildade. Então a criança eu defino com a palavra humildade, assim, a criança é muito humilde, mesmo nos momentos em que você chama a atenção, dali um pouquinho ela já esqueceu.

Em relação ao questionamento se existem diferenças entre criança e infância, a mesma entrevistada relatou que:

Entre criança sim, entre as crianças sim, e nós enquanto educador entre nós não teria, mas entre família, entre a criança, a gente pode perceber muito bem a diferença entre a criança que tá tendo uma infância em casa e na escola e a criança que tá em casa ficando sozinha, ela vai comer sozinha, vai fazer tudo sozinha, não contando com a atenção do pai e da mãe, por que tem pai e mãe que tem os filhos e de a infância da criança, que cada um se vire sozinho!

As concepções sobre infância e criança apresentadas pelos entrevistados nos permitem afirmar que alguns aspectos remetem a conhecimentos de senso comum, pois ambas confundem-se e aparentam não estar claras. Por exemplo, esta falta de clareza conceitual pode ser observada na percepção de uma entrevistada quando afirma que "os professores podem perceber a criança que está tendo infância e a que não está". Esta afirmação confirma a falta de clareza conceitual, pois, segundo Abramowicz (2011), se considerarmos o olhar da Sociologia da infância e da Antropologia

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Rosana Maria Badalotti

da criança, a infância é uma estrutura geracional presente em todas as sociedades pela qual, todos passam, só é possível chegar à idade adulta após passar pela infância. O que diferencia as concepções pautadas na Sociologia da infância das demais é que está em particular defende a idéia das múltiplas infâncias.

Observou-se também nas falas destes profissionais que ainda há um predomínio das visões romantizadas sobre a infância e a criança. Esse aspecto pode ser percebido na fala de uma professora que relata que “a criança pode ser definida com a palavra humildade, que ela aprende tudo que o professor ensina, que ela não reclama, não briga e que esquece rapidamente quando é repreendida”.

Esta concepção encaixa-se perfeitamente na perspectiva do *adultocentrismo*, conforme Abramowicz (2011) descreve, os adultos constroem percepções a respeito da criança a partir de sua visão de mundo, diferentemente da Sociologia da infância que propõe uma escuta atenta às falas e percepções das crianças.

No que diz respeito aos entrevistados da instituição privada, quando questionados sobre qual a diferença em trabalhar com a Educação Infantil e outros níveis de ensino, a coordenadora pedagógica respondeu que cada nível possui suas peculiaridades e, esta faixa etária exige muito comprometimento. A única professora respondente simplesmente descreveu que “são muitas as diferenças”, no entanto, não justificou sua resposta.

Em relação aos aspectos abordados sobre a infância no processo de formação na graduação, a coordenadora citou como exemplos: desenvolvimento infantil, arte e desenvolvimento infantil, educação lúdica e conteúdos de aprofundamento profissional para a Educação Infantil. Já a professora descreveu não se lembrar das disciplinas em específico, mas, afirma ter estudado toda a história social da infância.

Em relação à definição sobre o que é criança e infância, a coordenadora descreveu infância como “consciência da particularidade infantil” e criança como “sujeito de direitos e deveres que se constitui nas relações sociais”. A professora definiu infância como “(...) uma fase da vida de grande importância para o desenvolvimento das crianças, onde deve ser muito valorizada.”, e criança como “É alegria, é brincar, aprender, conhecer e experimentar coisas novas”.

Em relação à definição de infância, percebemos na concepção da coordenadora pedagógica aspectos que remetem ao que Corsaro (2011), Qvortrup (2011), Sarmiento (2000), Quinteiro (2002) e outros autores ligados à Sociologia da infância vêm discutindo sobre a infância como um fenômeno não universal, mas sim com suas subjetividades e particularidades, dependendo do meio social e cultural onde a criança está inserida.

Ao questionar as entrevistadas da instituição privada sobre como compreendem a infância na atualidade, a coordenadora pedagógica descreveu que “O conceito de infância está marcado pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança”. Por outro lado, a professora descreveu que “falta um pouco das brincadeiras de antigamente, de brincar ao ar livre, se sujar e acreditar em fantasias como “Papai-noel”, fadas entre outros”.

As concepções da coordenadora nos remetem as ideias de autores, como Àries (1981), por exemplo, que afirmou que o conceito de infância constituído na modernidade é fruto de toda uma construção histórica e social. Neste sentido, Kramer (1996), por exemplo, afirma sobre a necessidade de se ter um novo olhar sobre a infância na atualidade, na perspectiva que estes são sujeitos de direitos, sociais, históricos, políticos e culturais.

3.2. Práticas pedagógicas observadas no CEIM Público

Em relação às práticas pedagógicas observadas, foram constatadas, por exemplo, situações em que meninos e meninas não se misturam nas brincadeiras. A reflexão que fazemos diante deste fato está relacionada à questão de gênero, pois se observa que desde a Educação Infantil determinados padrões construídos socialmente são reproduzidos nas instituições escolares. Antes de reproduzir esses padrões os professores deveriam questionar sobre os mesmos e indagar em que medida meninos e meninas participarem juntos das mesmas brincadeiras se constituem em um problema. Se existem brincadeiras de meninos e de meninas é porque são convenções criadas pela sociedade. Ao observar essas relações de gênero que vão se constituindo entre os sexos desde a infância é importante minimizar as diferenças ao máximo, pois,

(...) não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir efetivamente o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. (LOURO, 2001, p.21).

As diferenças são salutares quando não se transformam em desigualdade, entretanto, o que se observa nas relações de gênero é que grande parte delas são tomadas socialmente como justificativas para constituir desigualdades entre homens e mulheres, seja nos espaços de trabalho, na questão salarial e na posição social. É importante refletir que esses perfis de meninos e meninas são “moldados” desde a educação da primeira infância, ou seja, desde a Educação Infantil e que são as professoras e professores que participam e influenciam efetivamente neste perfil inicial que as crianças criam em relação às suas concepções sobre gênero e sexualidade.

Foram observadas também algumas práticas pedagógicas que não contribuem ou incentivam as crianças a se tornarem autônomas. Uma prática comum observada foi o modo como a professora organiza as crianças para a realização das atividades. As carteiras e os lugares onde as crianças irão sentar são escolhidos e organizados pela professora da turma, não existindo a opção de cada criança sentar onde preferir até mesmo porque, estas práticas segundo determinadas concepções pedagógicas geram “tumulto” e “desorganização” entre as crianças, além do que, ao sentarem próximo a um colega pelo qual possuem mais afinidade, isso de acordo com a visão das professoras “com certeza acarretará em conversas”. A observação da prática da “organização” e do “bom comportamento” das crianças nos remete a ideia de normatização e disciplinarização desenvolvida por Foucault (1992), ao se referir ao papel que as instituições sociais possuem em relação às condutas individuais e coletivas.

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Rosana Maria Badalotti

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme citado anteriormente correntes teóricas como a Sociologia da infância, a Antropologia da criança, novas teorias de Socialização na infância vêm discutindo a infância na perspectiva de que esta se constitui como um sujeito histórico e social, de direitos, com subjetividades e particularidades que precisam ser respeitadas. Estas novas perspectivas não defendem a existência de uma única e universal infância que passa por “fases do desenvolvimento”, mas sim, compreendem que existem várias infâncias constituídas por diferentes sujeitos de acordo com o meio cultural onde estão inseridos. Estas novas correntes estão ligadas a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia, a História e novas perspectivas na área da Educação, que através de um diálogo interdisciplinar buscam pensar as infâncias em sua complexidade.

Constatou-se nos dados analisados que tais correntes e perspectivas ainda não fazem parte do repertório de conhecimento dos professores que estão atuando na Educação Infantil nos universos investigados, embora os estudos da Sociologia da infância e outras áreas afins, já tenham despontado com maior ênfase no Brasil na década de 90. Percebeu-se também, a partir das entrevistas realizadas que a Psicologia do desenvolvimento ainda está fortemente presente nas concepções e práticas dos professores e nas rotinas presentes nos CEIMs¹ investigados. Em alguns momentos as falas dos professores pesquisados demonstram que os mesmos não possuem clareza sobre alguns conceitos característicos do trabalho docente com crianças pequenas, pois conceitos como infância e criança, ainda são considerados sinônimos e suas particularidades não são reconhecidas por tais profissionais.

Essas constatações revelam um aspecto importante para reflexão, que remete ao processo de formação nos Cursos de Pedagogia e áreas afins e em que medida a infância vêm sendo abordada a partir de outras áreas e perspectivas teóricas.

Para finalizar estas considerações cabe perguntar sobre o papel da Pedagogia no que diz respeito à problemática da infância? Qual tem sido sua contribuição para os novos estudos sobre essa temática? Com certeza, se trata de um tema que necessita ser aprofundado na medida em que observamos que ainda na atualidade a Pedagogia está muito pautada nos estudos realizados por determinadas correntes da Psicologia, e em algumas perspectivas que universalizam a criança e a infância baseadas nas “fases do desenvolvimento”.

É importante ressaltar que tais constatações são introdutórias e exploratórias e nos possibilitaram uma aproximação ao problema e universo de pesquisa proposto, sendo que muitas questões merecem futuramente aprofundamentos.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de. FINCO, Daniela (orgs). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

1. Os Centros de Educação Infantil Municipais constituem uma denominação utilizada no município de Chapecó para instituições que atendem crianças de 0 à 6 anos.

Daniane Fatima Quadrado Caminero, Rosana Maria Badalotti

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1981.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, v.9 Porto Alegre, jan/jul 1994.

DMITRUK, H. B (Org.) **Cadernos Metodológicos: Diretrizes do Trabalho Científico**. 6 ed. Chapecó: Argos, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

KRAMER, Sonia. Pesquisando infância e educação: Um encontro com Walter Benjamin In: **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papius, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação no Brasil. Um campo de estudos em construção In: FARIA, Ana Lucia Goulart de. DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. PRADO, Patricia Dias (orgs). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2002.

QVORTRUP, Jens. A volta do papel das crianças no contrato geracional. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a04.pdf>>. Acesso em: 08 Jun. 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **A infância: paradigmas, correntes e perspectivas**. Florianópolis: Mimeo, 2000.

SILVA, Cleber Fabiano Da. RAITZ, Tânia Regina et all. Desafios da Sociologia da Infância: Uma área Emergente. **Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, Psicologia e Sociedade**, 21 (1): 75-80, 2009.

AS NARRATIVAS DE PROFESSORES SOBRE A ESCOLA BÁSICA MARECHAL BORMANN: MEMÓRIAS E PRÁTICAS ESCOLARES DOS PROTAGONISTAS DA INSTITUIÇÃO

Lenoir Luis dos Santos

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

Então a gente estudo lá, uma escolinha de madeira bem simples, tínhamos um pátio enorme para a gente brincar [...]

(Ana Paula Farias)

RESUMO

A pesquisa, memórias, experiências, práticas e sujeitos educacionais da Escola Básica Marechal Bormann, é composta a partir da reflexão acerca de registros da escola que foi criada na década de 1940 e esteve presente nos diferentes momentos da organização escolar regional. No período da colonização do Oeste catarinense, as atividades educacionais eram realizadas em comunidades, formadas por descendentes de italianos e alemães, nestas comunidades o ensino era vinculado à igreja e sem apoio governamental. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil entrara em desacordos com a Itália e Alemanha, assim, o governo brasileiro com o projeto de Nacionalização da Educação proíbe o funcionamento das escolas de imigrantes, estas se concentravam principalmente nos três estados do sul do país, com isso, o governo cria as escolas públicas estaduais, o ensino passa a ser bastante rigoroso e voltado à exaltação da pátria. A pesquisa busca registrar as memórias dos professores com depoimentos orais de antigos professores, adotamos os procedimentos desenvolvidos por Alessandro Portelli e na perspectiva de Walter Benjamin, registramos as memórias e rememorações como construções do passado a partir do olhar do presente. Estamos trabalhando com depoimentos de antigos professores, protagonistas da instituição. Dentre outras questões buscaremos como os professores trabalharam suas ações educativas. A pesquisa está em desenvolvimento desde o primeiro semestre de 2011. Diante das fontes e registros dos mais variados tipos, constatamos as divergências do que já se tinha escrito sobre a história da escola bem como as lembranças que os professores narraram e que nos fizeram compreender melhor as histórias da sua passagem na instituição escolar. Neste texto iremos trabalhar com um recorte temporal da década de 1940, período este, que a escola atuava como Grupo Escolar Fernando Machado e posteriormente Grupo Escolar Marechal Bormann.

Palavras-chave: Memórias, experiências, Escola Marechal Bormann, protagonistas.

Lenoir Luis dos Santos

Historicamente, o oeste catarinense foi palco de muitas disputas por sua ocupação, primeiramente tivemos Portugal e Espanha; depois disso disputado entre Brasil e Argentina e foi por esse motivo que, em 1859, através de Decreto Imperial, foi criada a Colônia Militar de Chapecó, a fim de assegurar a soberania brasileira sobre a região do *Antigo Chapecó*. A Colônia Militar entrou em funcionamento em 1882 e localizava-se onde atualmente concentra-se o município de Xanxerê. A Colônia Militar tinha sob seu comando, José Bernardino Bormann, sua função era organizar a Colônia e conceder títulos de propriedade aos colonos que viriam a se estabelecer em torno da região.

Com o direito do Estado sobre a região, a disputa passa a ser interna, ou seja, Paraná e Santa Catarina entram em atrito com a chamada questão do Contestado e somente ao final do embate que as terras tornam-se definitivamente ao estado catarinense. Contudo, para manter a posse e assegurar seu território era preciso povoá-lo e para isso é investido fortemente num processo de colonização.

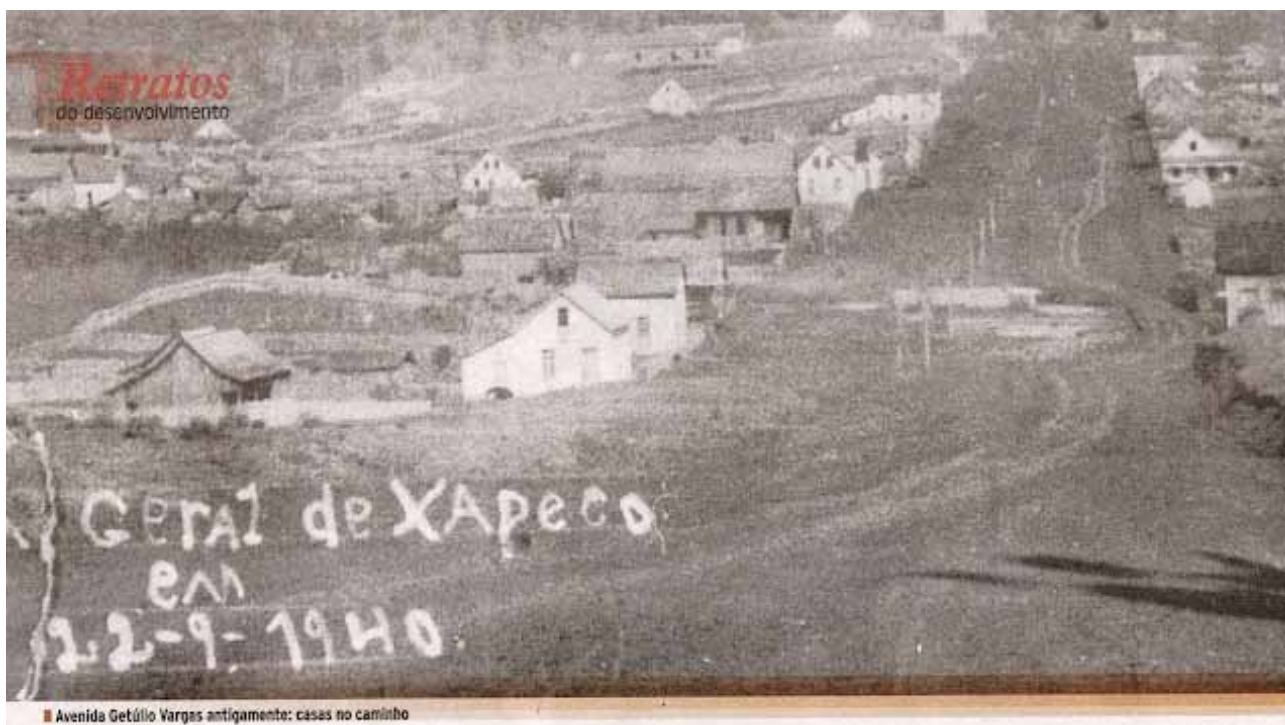
Mesmo a região ter sido habitada por populações indígenas e mais tarde por caboclos, os governantes não davam muita atenção, pois viam apenas como uma área abandonada, com pouca população. Os interesses dos governantes em colonizar iam além, por isso, a preferência por imigrantes europeus e seus descendentes.

Segundo Paim (2006), para a garantia de posse das terras era necessário à ocupação da região. Os indígenas e caboclos eram desconsiderados pelo governo, pois os índios tinham um modo de vida diferente das populações migrantes e os caboclos não possuíam títulos de propriedade. Sendo assim, o governo do estado distribuiu glebas de terras aos que dominavam política e economicamente a região, assim, os beneficiados com as concessões montaram empresas colonizadoras para comercializar as terras. As companhias colonizadoras foram às principais responsáveis pelo povoamento da região, trouxeram do Rio Grande do Sul os descendentes de imigrantes italianos e alemães com promessas de terras férteis.

Contudo, para a vinda desses migrantes era necessário à retirada dos caboclos e dos indígenas que habitavam a região, pois aos mesmos não era reconhecido o direito de posse sobre as terras, “os caboclos não tinham condições financeiras de adquirir lotes nos planos de colonização, ficando, portanto, à margem do sistema.” (VIEIRA, 1998. p. 73). Esses povos foram sendo expulsos de suas terras, instalaram-se então nas cidades ou quando foram literalmente eliminados, observamos na imagem abaixo a sociedade que estava se constituindo.

Lenoir Luis dos Santos

Imagem 1: Vista da Avenida Getúlio Vargas da cidade de Chapecó no ano de 1940.



Fonte: Chapecó: “Retratos do desenvolvimento” - 24/11/2011

O oeste catarinense era um local onde tudo estava para ser feito. Isolados do resto do estado e abandonados pelo governo estadual, os imigrantes viam a necessidade de construir novas comunidades, para isso a educação seria uma forte aliada aos planos dos novos habitantes. Diante da necessidade de atendimento às crianças em idade escolar e a própria municipalidade, o 1º prefeito Santos Marinho, veio a instalar provisoriamente uma escola na sede do município (Passo Bormann).

A cidade de Chapecó no ano de 1938 era o quinto município na arrecadação estadual, porém o descaso do governo era evidenciado. Em Chapecó muitos dos prédios escolares que estavam em ruínas eram reformados pela prefeitura municipal com o apoio da comunidade local, além disso, os filhos dos caboclos tiveram muitas dificuldades para frequentar a escola, devido a sua posição social na sociedade hierarquizada da época, na escola isso se traduzia em hierarquia escolar, “na maioria dos casos e na opinião geral dos colonos, o elemento caboclo não deveria fazer parte da nova sociedade.” (VIEIRA, 1998. p. 75). Por este motivo, muitos dos filhos das classes com maior poder aquisitivo completavam seus estudos fora da região, às crianças saíam da cidade para estudar no Rio Grande do Sul ou na capital do estado, Florianópolis.

Outro grande motivo de preocupação neste período, era quanto aos prédios escolares e a falta de professores. Diversas vezes o estado impediu o início do ano letivo em algumas escolas do município, pois além da escassez de professores, muitas vezes as escolas funcionavam na casa dos poucos que estavam atuando na função docente. Não haveria exagero em se afirmar que, a falta de professores estava ligada a fatores como: habilitação necessária para lecionar, bem como,

Lenoir Luis dos Santos

a remuneração que estava abaixo do esperado pelos que optavam em educar as gerações que estavam se constituindo. Por esse motivo, a maioria dos professores geralmente possuía outra atividade para ajudar no complemento de sua renda, por isso, alguns dos professores trabalhavam apenas um turno na escola, sendo que no outro momento, estavam junto com suas famílias trabalhando na colheita ou no plantio em sua terra. Pelo fato das comunidades serem distantes, os alunos percorriam longos trechos, muitas vezes a pé, ou vinham na garupa de um cavalo, além disso, ao chegarem à escola, se deparavam com uma sala como alunos de todas as séries, idades diferentes e apenas um professor.

Parecia que o quadro não iria ser alterado, até que o Governo Federal com a política de nacionalização do ensino, a educação regional passa a ser subordinada a nacional. Nos estados do sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o ensino passou a ser ministrado em língua nacional, qualquer outro dialeto era vetado pelo decreto de 1938 que deu início a Comissão Nacional do Ensino Primário, para isso fazia-se necessário que os professores tivessem a nacionalidade brasileira, as escolas não poderiam receber subvenções estrangeiras e as escolas particulares deveriam estar cadastradas nos órgãos oficiais competentes.

No oeste catarinense, especificamente nas localidades de Itapiranga, Mondaí, São Carlos, Xaxim e Xanxerê existiam escolas nas quais o ensino era ministrado na língua de origem estrangeira. Essas escolas eram construídas pelas próprias empresas colonizadoras, para tal, essas escolas recebiam subsídios estrangeiros e das igrejas. Com a nacionalização do ensino, muitos professores foram exonerados, escolas fechadas.

A nacionalização do ensino em Chapecó não passou do discurso, ou seja, devido o abandono do estado com a região e a falta de fiscalização. “O ensino formal era de extrema importância para os habitantes do Oeste. Sua função não parava na instrução.” (VIEIRA, 1998, p. 77). O autor nos informa que, a educação formal teve um grande papel na construção do oeste do estado de Santa Catarina, a instituição escolar possuía um papel importante para os descendentes de imigrantes, a escola era um centro de referência da comunidade, nela os imigrantes constituíam um espaço de armazenamento de sua cultura, ainda segundo ele “É dentro da sala de aula que a tradição é mantida. Sentados em seus bancos estavam os filhos daqueles que sonhavam em construir uma sociedade. Junto com números e letras, essas crianças aprendiam a serem moradores do Oeste. Tudo leva a crer que esta era a representação da educação nesse momento e para a comunidade”. (VIEIRA, 1998, p. 74).

Desde a criação do município de Chapecó no ano de 1917, havia a preocupação quanto à educação dos habitantes e outras questões em torno da municipalidade. Eli Bellani em artigo ao jornal Diário da Manhã aponta que:

Ante a necessidade de atendimento às crianças em idade escolar, a própria municipalidade, veio instalar provisoriamente uma escola que era atendida pelo professor Pedro Espiridião Haffener e Felicidade Campos Rodrigues, na sede do município (Passo Bormann). De próprio punho anotou o 1º prefeito Santos Marinho: às escolas que irão funcionar até o provimento da cadeira feminina e masculina pelo estado. (BELLANI, 1992, p.15).

Lenoir Luis dos Santos

A liderança municipal, “alegando que já havia numero de alunos suficiente, era necessário à união das duas escolas a feminina e masculina, em um prédio moderno.” (BELLANI, 1992, p. 16). A educação doméstica, na qual o professor era a principal referência e, que, muitas vezes, a sua casa era transformada em espaço escolar, deixava de existir e passa a dar lugar as Escolas Mistas, que ensinavam tanto meninas quanto meninos, posteriormente essas escolas deram lugar aos chamados Grupos Escolares, estes eram definidos pela união de várias escolas isoladas, que conformava um único estabelecimento.

Nos Grupos Escolares geralmente existiam quatro salas de aula, um museu, uma biblioteca, um pátio, sanitários, o gabinete da direção numa arquitetura simétrica que dividia em alas, uma para meninos e outra para meninas. Pelo decreto nº 998, de 23 de junho de 1941, foi criado em Chapecó o Grupo Escolar Fernando Machado, no município de Chapecó, este entrou em funcionamento no ano de 1942.

A atual Escola de Educação Básica Marechal Bormann, pertencente o Quadro do Poder Executivo de Santa Catarina, participou desse processo. Sua história está intimamente ligada ao desenvolvimento da cidade de Chapecó.

Neste momento, trabalharemos o período de 1942 a 1953, enfocando o Grupo Escolar Fernando Machado e o Grupo Escolar Marechal Bormann, detalharemos aspectos da história da escola pelas memórias de professores e alunos que estiveram presentes durante o período que a escola era um grupo escolar.

Os grupos escolares faziam parte de uma nova cultura escolar, ou seja, as escolas passaram a ter funções organizadas e facilitadas pelo desenho de sua arquitetura. Para isso, instalaram-se edificações em locais de evidência e centralizados na cidade, pois os grupos escolares deveriam ser facilmente percebidos e identificados como produto da ação governamental. Assim, o Grupo Escolar Fernando Machado estava localizado numa esquina da região central, naquele local demonstrava sua importância à população.

Além desses aspectos, os grupos escolares tinham outras funções como: maior economia, condições higiênicas e pedagógicas condizentes, salas grandes e retangulares para receber bastante luz solar e ventilação. Além disso, deveria ter um amplo jardim arborizado. Quanto o motivo principal de o espaço escolar ser dessa forma, Denise de Paulo Prochonow (2009, p. 174). Explica que, “era previsto, assim, um desenho arquitetônico de escola que voltava todas as salas para o pátio central, de onde pudesse o/a diretor/a circular e observar o movimento no interior de cada sala.”

Na década de 1940, quando Chapecó era um pequeno município, os descendentes de imigrantes se deslocavam com suas famílias para residirem no local que possuía a promessa de grande evolução. Com base nisso, recorda-se Dona Ana Paula Farias, ex-aluna do Grupo Escolar Fernando Machado e posteriormente atuou como professora no Grupo Escolar Marechal Bormann: “[...] Daí veio a nossa mudança, eu tinha oito para nove anos, então eu conheci o Chapecó desse tamanho, pra deslumbrar hoje o que é Chapecó.” (FARIAS, entrevista 20 de agosto, 2010). Na sequência, a ex-aluna comenta brevemente que no referido grupo escolar ela estudou do 2º ao 5º ano, após isso a unidade escolar mudou o nome para Grupo Escolar Marechal Bormann, este se

Lenoir Luis dos Santos

localizava no mesmo local, na Rua José Bernardino Bormann esquina com a Avenida Fernando Machado, onde hoje está localizado o Ginásio de Esportes do Clube Recreativo Chapecoense (CRC).

O Grupo Escolar Marechal Bormann, atendia a comunidade escolar com os cursos Primário e Complementar. Era uma construção de madeira no formato de “U” e possuía quatro salas de aula e quatro dependências. Neste momento, Ana Paula Farias atuava como professora na instituição, ela rememora aquele espaço:

Então eu estudei no Marechal no Marechal hoje a gente chama de Marechal depois eu trabalhei no Marechal Bormann que dali já tinha o nome no Marechal Bormann ainda lá na Rua Marechal Bormann aonde hoje tem o chapecoense [...]. Então a gente estudo lá, uma escolinha de madeira bem simples, tínhamos um pátio enorme para a gente brincar. E lá a gente passou a infância, a escolaridade na infância. (FARIAS, entrevista 20 de agosto, 2010).

As narrativas dos antigos professores e alunos do então Grupo Escolar Fernando Machado, nos lembram de que a modalidade de ensino era o básico, ou seja, era ministrado o ensino de primeira a quinta série e posteriormente o ensino complementar até o oitavo ano. Após a conclusão destes, o aluno formado, poderia atuar na função docente, no caso das professoras entrevistadas, puderam trabalhar na escola que as formou.

O ensino ministrado no Grupo Escolar Fernando Machado era bastante rigoroso, os alunos eram limitados de muitas coisas, não era permitido nem ao menos conversar com o colega da classe ao lado, muito menos fazer alguma brincadeira durante a fala da professora. O respeito à autoridade da professora era um dos requisitos para os alunos frequentarem as aulas. Lembramos aos leitores que estamos narrando uma história que se desenrolava durante o período do Estado Novo, quando os alunos deveriam preparar atividades e/ou participar das comemorações em exaltação à pátria, um aluno do grupo escolar, ora em estudo, na década de 1940, relembra com detalhes como eram essas comemorações:

[...] Tinha uma parte aberta aonde se hasteava a bandeira que todo o sábado nós tinha que hastear a bandeira, sábado e feriado não escapava um, que nós ia na escola sábado de manhã até as dez e meia, onze horas e tinha que hastear a bandeira e cantar o hino nacional, o hino à bandeira aí vinha à época de fazer a, a, a... Apresentação na semana da pátria os dias feriados, então tinha que estudar e fazer as declamação. Então, um ia declamar uma coisa, outro ia declamar outra, um falava sobre a semana Farroupilha, outro sobre dom Pedro I, declamar sobre alguma personalidade que tinha. Sempre que tinha algum feriado, algum evento, ou que vinha alguma autoridade que nós tinha que ir lá na praça dai tinha que fazer essa... (ROTAVA, entrevista 17 de Maio, 2012).

As matérias ministradas no grupo escolar como finalidade à prática, os alunos aprendiam várias matérias, que vão desde as obrigatórias aos afazeres domésticos, a professora Ana Paula Farias nos lembra que, “tinha que aprender, tinha que aprender arrumar uma cama, lavar uma louça. Hoje onde é que se aprende? Hoje, ainda aprende... Se ensina isso?” (FARIAS, entrevista 20 de agosto,

Lenoir Luis dos Santos

2010). Esse era o ensino e a educação realizada no Grupo Escolar Fernando Machado, contudo, os antigos professores rememoram essas lembranças com certa saudade, pois os momentos que viveram no espaço escolar foram únicos e que não serão esquecidos.

Outro aspecto relevante que destacamos nos grupos escolares é a presença do Inspetor Educacional, este, geralmente, vinha da capital do estado e tinha como função principal a inspeção e o cuidado com as instituições de ensino, ele fazia visitas às escolas para avisar sobre alguma mudança no regimento escolar, ou trazer da parte do governo estadual alguma verba para a manutenção do grupo escolar. Na década de 1940, existiam na cidade de Chapecó dois grupos escolares o Grupo Escolar Fernando Machado e o Grupo Escolar Bom Pastor, o primeiro recebia alunos das diferentes classes e locais da cidade, quando o segundo era destinado à elite chapecoense.

Não podemos deixar de falar que nem tudo era tão rígido, pois durante os intervalos das aulas, os alunos aproveitavam para descarregar as energias e brincar bastante. Dentre as brincadeiras desenvolvidas pelas meninas, destacamos as cantigas e brincadeiras de roda e os meninos preferencialmente o uso da bola, jogavam futebol, vôlei e a brincadeira de caçador com as meninas.

Em 1953, à escola transferiu-se para o prédio atual, localizado na Travessa Brasil, 31 D, no centro da cidade de Chapecó, sendo que, neste período já não ministrava o curso complementar, pois o mesmo foi extinto no ano de 1957. Dona Vilma Augusta Lara, que foi secretária e professora do novo espaço, lembra-se como eram, suas salas, direção e seu funcionamento.

Ó, tinha ... Quando eu iniciei era assim ó: tinha a diretora né? E sempre tinha duas auxiliar de direção que trabalhavam junto nas escolas. Tinha... Deixa eu ver... Tinha... Não era bem, era o formato bem certinho dos, as salas eram do ladinho. A escola era em formato de “L” e depois claro, tinha o pavilhão onde as crianças faziam o recreio, a recreação. Ah, tinha poucas salas... Poucas salas... É dava mais ou menos... Deixa eu ver... Dava uma média de dez salas, talvez. Tinha uma biblioteca. A gente tinha uma biblioteca também. Era pequena a escola não era muito grande não tinha tantos alunos, depois é que foi ampliado bastantinho até. (LARA, entrevista 14 de junho, 2012).

O Grupo Escolar Marechal Bormann atendia nos turnos matutino e vespertino, mas com o aumento do número de alunos, o educandário passou a realizar suas atividades em três turnos, manhã, intermediário e tarde.

No que diz respeito aos professores, recorda-se a professora Leci Marafon, que na década de cinquenta a mesma recebeu por telegrama sua nomeação e logo em seguida começou a lecionar no Grupo Escolar Marechal Bormann.

A falta de professores fazia com que profissionais não habilitados exercessem a função docente, mesmo assim, o rigor na escola era de grande relevância, pois para ter acesso ao quinto ano era preciso passar por um processo chamado, Exame de Admissão.

Outro fato que marcou a vida dos antigos professores e está presente em suas narrativas é a exigência por parte da direção, que todos os professores estivessem munidos de um caderno de atividades, ou seja, uma espécie de um diário, nele deveriam estar anotadas as atividades que o professor iria trabalhar com cada turma. Toda semana a direção escolar recolhia esses diários,

Lenoir Luis dos Santos

inclusive faziam uma avaliação do mesmo, escreviam se estava mal feito ou se era para continuar fazendo daquela maneira. Conforme narrou à professora Alice do Nascimento, “eu tive sempre dificuldade, porque os meus cadernos não era nada enfeitado, nunca usei enfeite, então a gente às vezes era criticada, porque não fazia um desenho, porque não fazia uma atividade diferente”. (NASCIMENTO, entrevista 17 de maio, 2012).

A direção fazia a conferência do conteúdo ministrado durante as aulas de cada professor, se durante uma aula, por exemplo, o professor estivesse trabalhando com um conteúdo que não estivesse no seu diário, o diretor queria saber por que não constava. Por esse motivo, quando os professores não concluíam o conteúdo no dia anterior, colocava-se uma nota referente ao acontecido, para que no dia seguinte continuasse ministrar o que ficou por fazer. Todavia, a professora lembra, “então era essa cobrança, eu acho que era demais, mas hoje eu penso que era bom, ao menos o professor chegava e sabia o que tinha que fazer, hoje tem professor que chega na aula e não sabe o que fazer.” (NASCIMENTO, entrevista 17 de maio, 2012).

No tocante à disciplina e comportamento do professorado no Grupo Escolar Marechal Bormann, o mesmo continuava rígido e severo. A professora Leci narra um acontecimento que a marcou quando trabalhava naquele espaço, quando foi falar com suas colegas no intervalo das aulas foi chamada ao gabinete da diretora, vejamos:

Quando, no recreio fui conversar com elas, pois foram minhas professoras. A diretora me mandou me chamar no gabinete. Ai eu fui meio assustada, por que, a diretora me chamar, daí a Dona Lurdes Selefino (?): ___No recreio vocês não podem ficar conversando entre vocês, vocês tem que cuidar da turma, tu tem que cuidar da tua turma. Tu não pode ficar conversando. Então, tinha que fazer volta com as crianças, brincar, não podia ficar parada só, com a minha turma ali, cada uma com a sua. (MARAFON, entrevista 20 de agosto, 2010).

Temos assim aspectos da realidade escolar daquela época, o ensino era rigoroso para os alunos, bem como, para os professores que nela atuavam. Cabia a cada um, o papel de acompanhar e até mesmo cuidar os alunos nos diferentes locais da escola, ressaltando sempre a educação moral que era rigorosa na época.

O que marca nas narrativas dos antigos professores, são suas lembranças da escola, as recordações e suas experiências é o que nos chama mais a atenção. Poderíamos imaginar que no espaço escolar rígido e mandonista não pudesse ser rememorado como motivo de orgulho, pois bem, nas diferentes falas os professores, aparecem às expressões; honra e orgulho dos feitos enquanto educador do grupo escolar. Relembra dos olhos brilhantes daqueles que aprendiam a escrever o seu nome ou quando liam algum enunciado qualquer, como também, as paixões dos alunos pelas professoras.

Podemos afirmar que outro motivo das lembranças serem tão boas, é o fato do apego e o carinho recebido pelos menores, neste sentido a professora Vilma Augusta Lara lembra-se de quando lecionou para as crianças menores. “[...] e daí depois eu lecionei até 1970 e um eu lecionei para crianças pequenas de segunda série e era uma época muito boa”. (LARA, entrevista 14 de junho de 2012).

Lenoir Luis dos Santos

Questionada quanto a essa época “boa”, a professora nos remete a ideia de que, as crianças comparadas pelo que ouve nos noticiários que acompanha diariamente, eram mais dóceis, eram melhores de tratar, ou seja, obedeciam mais. Olhando para o passado com olhar no presente, a professora fala, por diversas vezes, que, diante ao mau comportamento e as agressões dos alunos com os professores e a falta de companheirismo entre os colegas de trabalho, nos diz que, “hoje a gente escuta tanta agressão, tanta coisa, né? Eu fico pensando, a gente era feliz e não sabia ... Mas, era bom de lecionar, era muito bom, bastante assim, coleguismo nós tínhamos, né? Era muito bom, muito bom mesmo”. (LARA, entrevista 14 de junho, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui, as considerações finais da pesquisa e suas contribuições e sugestões para trabalhos futuros. Ressalto a ideia de que, este texto contém algumas reflexões acerca do tema da pesquisa em andamento, sem, no entanto, pretender esgotá-lo, uma vez que a mesma é ampla, complexa e com um estudo pouco explorado.

O problema de pesquisa que impulsionou o estudo foi: **“Registrar a imagem, a função e a importância da Escola de Educação Básica Marechal Bormann é o desafio lançado para aqueles que hoje protagonizam essa história e mostre a imagem do espaço escolar através dos diferentes olhares sobre o mesmo ao longo das oito décadas”**.

O presente trabalho partiu da hipótese de que, como os aspectos históricos como: data de fundação, local físico da escola, data de inauguração, tipos de ensino e cronologia dos fatos ainda não estavam estruturados em forma de critérios objetivos para concepção e validação de uma história coerente e fundada em argumentos precisos.

A instituição contava apenas com um texto escrito por alguém não qualificado e sem muito conhecimento na área de História, além disso, os documentos antigos que estavam na escola, foram queimados por uma direção anterior a atual. Por causa disso, foi e está sendo necessário um estudo mais atendo e não apenas fundado em documentos escritos sem finalidade científica.

Dentro das limitações e do recorte imposto por este trabalho de pesquisa, as evidências fornecidas através da história oral e a observação dos diferentes documentos históricos, levam a referendar as seguintes hipóteses. Ficou claro, que a criação do denominado Grupo Escolar Fernando Machado foi criado no ano de 1941 e entrou em funcionamento no ano seguinte, porém, não podemos negar a existência de uma escola isolada no mesmo local anteriormente a sua criação.

Acredita-se que essa situação se dá pelo fato de que os grupos escolares em Santa Catarina começaram a ser criados na década de 1940 e não anteriormente a isso.

Resta afirmar que, no regimento do Grupo Escolar Fernando Machado e do Grupo Escolar Marechal Bormann, a educação constituía uma série de valores e fatores, os alunos eram disciplinados conforme os regimentos local e federal. O controle era feito pela direção escolar, bem como, pela ação dos inspetores de educação que, no decorrer do ano letivo visitavam a escola a fim

Lenoir Luis dos Santos

de sanar suas necessidades, fiscalizar e organizar o ensino prestado, através das novas normas e regras do governos de cada época.

As memórias dos professores não deixam escapar sua emoção em rememorar o passado, em lembrar os fatos corriqueiros da escola e da comunidade. Contam-nos sua trajetória como professor, relembram dos alunos que atualmente ocupam cargos elevados na cidade e que tem um apreço especial por cada docente.

REFERÊNCIAS

BELLANI, E. M. **Escolas e professores no Velho Chapecó**. Diário da Manhã, Chapecó, dia de mês 1992. p. 15.

Decreto nº 1.078, de 25 de dezembro de 1917. Decreta que ficam criando [sic] diversas escolas no município de Chapecó. Secretaria do Estado: Chapecó 1917.

DEPOIMENTO ORAL DE: Alice do Nascimento. Chapecó, 17 de maio 2012.

DEPOIMENTO ORAL DE: Ana Paula Farias. Chapecó, 20 de agosto 2010.

DEPOIMENTO Oral de: Leci Marafon. Chapecó, 20 de agosto 2010.

DEPOIMENTO Oral de: Olívio Rotava. Chapecó, 17 de maio 2012.

DEPOIMENTO Oral de: Vilma Augusta Lara. Chapecó, 14 de junho 2012.

IMAGEM 1. Chapecó: "**Retratos do desenvolvimento**" Disponível em: <http://wielandlickfeld.blogspot.com.br/2012/03/chapeco-retratos-do-desenvolvimento.html>> Acesso em 13 de mar. 2012.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MODESTI, Tatiane. **As escolas isoladas no oeste catarinense: uma questão de nacionalização (1935-1945)**. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, s/d. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/482.pdf>>. Acesso em 13 de mar. 2012.

PROCHNOW, Denise de Paulo. **Cultura Escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a Reforma Orestes Guimarães (1911 – 1935)**. Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 169 – 180, jul. Dez/2009.

VIEIRA, Alexandre Sardá. **O Processo Educacional no Município de Chapecó: 1930 – 1945**. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

ZOLET, Victorino. **50 anos fotografando Chapecó: uma coletânea de mais de 500 fotos**. Chapecó: Ed. Do autor, 2006.



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE
**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - PÔSTER |

A FORMAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICA NA UNOCHAPECÓ: OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NO NOVO CONTEXTO TECNOLÓGICO BRASILEIRO

Hilario Junior dos Santos, Odilon Luiz Poli

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CHAPECÓ E SUAS RELAÇÕES COM O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Elaine Xavier de Oliveira, Silvana Winckler, Marilysa Pretto Favaretto

UMA ANÁLISE GRÁFICA ENTRE CONTEÚDO VISUAL E TEXTUAL DE PERIÓDICOS ESPECIAIS SOBRE O NOVO PAPA

Tainá Apoena Bueno de Oliveira

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS COTIDIANAS EM UM BAIRRO PERIFÉRICO DE CHAPECÓ

Alexandre Maurício Matiello, Camila Sissa Antunes e Izabel A. Guzzon

RÁDIO COMUNITÁRIA E CIDADÃ: A COMUNICAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Henrique Zorzi, Valéria Marcondes

A FORMAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICA NA UNOCHAPECÓ: OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NO NOVO CONTEXTO TECNOLÓGICO BRASILEIRO

¹Hilario Junior dos Santos, ²Odilon Luiz Poli

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: ¹hjs@unochapeco.edu.br, ²odilon@unochapeco.edu.br
(Pesquisa em andamento)

RESUMO

Introdução: Este artigo se dedica a apresentar e discutir o papel da formação superior tecnológica no contexto da Unochapecó – Universidade Comunitária da Região de Chapecó à luz da história da formação profissionalizante no Brasil marcada por preceitos que reforçavam mais as diferenças segregadoras do que as potencialidades da modalidade tecnológica. **(Objetivo)** O objetivo geral desta pesquisa consiste em dar apontamentos sobre como a Universidade Comunitária da Região de Chapecó deve tratar e gerir a Educação Profissional de Nível Tecnológico, considerando seu posicionamento institucional enquanto Universidade Comunitária. **(Metodologia)** É, portanto, do ponto de vista de sua natureza, uma pesquisa aplicada, pois visa gerar conhecimentos para aplicação na solução de problemas específicos, com verdades e interesses locais. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, consiste em um Estudo de Caso a partir de uma Pesquisa Documental que se utilizou de publicações oficiais acerca da educação profissionalizante do Brasil e da própria experiência institucional na proposição do Curso Superior de Tecnologia em Produção Leiteira. **(Resultados)** Apresentando em linhas gerais as diretrizes nacionais para a oferta e manutenção de cursos de tecnologias e verificando uma experiência bem sucedida da Unochapecó com a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Produção Leiteira, o artigo propõe uma retomada das discussões acerca da formação tecnológica na IES, implicando na revisão de suas políticas e diretrizes internas para cursos de Graduação e Sequencial. **(Conclusões)** A velocidade dos avanços tecnológicos tem obrigado o ensino superior brasileiro a dar saltos rumo à apreensão de novas tecnologias no mercado de trabalho. A formação tecnológica é uma destas estratégias e as Universidades Comunitárias têm um papel importante em viabilizar junto à sociedade os cursos que atendam as demandas regionais. Esta pesquisa não conta com fonte de financiamento.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Comunitária. Gestão Universitária. Formação Profissionalizante no Brasil.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CHAPECÓ E SUAS RELAÇÕES COM O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Elaine Xavier de Oliveira, Silvana Winckler, Marilysa Pretto Favaretto

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: ynanzinha@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de Iniciação Científica Tecnociência e Meio Ambiente (NITEMA), ao projeto de longa duração Tecnociência e Meio Ambiente: Gestão Integrativa de Riscos da Inovação Tecnológica e ao Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania. Visa oferecer subsídios para interpretar o papel da sociedade como guardiã dos bens comuns e o agenciamento deste novo ator social na defesa da qualidade ambiental. **Objetivos.** Tem como objetivo geral analisar a forma como vem sendo elaborado o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGRS), com mediação do Fórum de Resíduos Sólidos de Chapecó (FRSC), e que relações são estabelecidas com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental (PMSA, Lei nº 11.445/07). Os objetivos específicos estão voltados a verificar quais procedimentos a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) preconiza para participação da sociedade na elaboração dos PMGRS; identificar as ações que foram desenvolvidas no município para dar efetividade à PNRS; enumerar e qualificar os atores envolvidos nas ações relacionadas à implementação do PMGRS e, por fim, analisar a forma como o PMGRS se relaciona e/ou integra o Plano Municipal de Saneamento Ambiental. **Metodologia.** A pesquisa tem caráter eminentemente indutivo. O levantamento bibliográfico e documental é realizado em fontes impressas e digitalizadas, bem como em sites especializados e de instituições públicas. A análise/apropriação teórica dos dados é mediada pela perspectiva dialética, estabelecendo-se leituras transversais. O trabalho de campo consiste em acompanhar as reuniões do FRSC com a finalidade de averiguar como vem sendo concebida essa política municipal e, ainda, se há preocupação dos atores em relação à compatibilização do PMGRS com Plano de Saneamento para os Setores de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Chapecó-SC (CHAPECÓ, 2013). **Resultados parciais.** A PNRS (Lei nº 12.305/10) eleva em importância e detalha os princípios, diretrizes e instrumentos que deverão nortear a elaboração dos PMGRS. A PNRS traz inovações importantes no campo do Direito Ambiental, como os princípios da responsabilidade compartilhada e da logística reversa, que poderão ser utilizados em outras áreas do Direito e na gestão de políticas públicas. Chapecó já conta com Plano de Saneamento para os Setores de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, elaborado em 2013. **Considerações finais.** A PNRS não desobriga os municípios da elaboração e implementação dos PMSA, conforme preconiza a Lei nº 11.445/07. O FRSC, com ampla representação social, tem papel central na elaboração e implementação do PMGRS.

Palavras-chave: Resíduos sólidos urbanos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Fórum de Resíduos Sólidos de Chapecó-SC.

Fonte de financiamento: Bolsa de Iniciação Científica Unochapecó/Art. 170 da Constituição de Santa Catarina.

UMA ANÁLISE GRÁFICA ENTRE CONTEÚDO VISUAL E TEXTUAL DE PERIÓDICOS ESPECIAIS SOBRE O NOVO PAPA

Tainá Apoena Bueno de Oliveira¹

¹Programa de Pós-Graduação em Design e gestão de marcas: Branding
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: tainabueno@gmail.com

RESUMO

Introdução. As mídias impressas são veículos de informação que desempenham o papel de mediação entre o leitor e a realidade. Essa abrangência, cada vez mais, toma uma forma dinâmica e veloz na sociedade contemporânea, mantendo, assim, um vínculo de dependência constante de novas informações e conhecimentos. A necessidade de um conteúdo mais abrangente se impõe à notícia. Os periódicos semanais e mensais impressos precisam tomar uma posição entre o imediatismo dos jornais impressos e das notícias *online* e a durabilidade da informação de um livro. **Objetivo(s).** Na revista impressa, além da notícia, o design gráfico é indispensável. Sua função principal é apresentar as informações através do projeto visual e de elementos gráficos que levarão ao entendimento da mensagem veiculada de forma clara e concisa. **Materiais e Métodos ou Metodologia.** Com foco na análise visual, este trabalho apresenta, então, inicialmente, a relação entre conteúdo jornalístico informativo e o design editorial de periódicos semanais – revistas de circulação nacional. Inicia-se com um histórico sobre a história das revistas impressas e sobre as revistas analisadas, passando para uma abordagem sobre os tipos de mídia e os parâmetros do design editorial. **Resultados.** Foram criados quadros comparativos que analisaram as revistas acerca da unidade textual e visual e todas apresentam hierarquização da informação utilizando elementos gráficos, fazendo uso de elementos diagramáticos, espaços em branco e infográficos para o melhor entendimento da informação. Além dos elementos visuais, utiliza-se fotos como o maior recurso visual. **Considerações Finais ou Conclusões.** Todas as revistas exploram a foto como síntese da reportagem, assim como procuram explorar a emoção do leitor através de imagens marcantes. Hierarquizam e priorizam as informações mais e importantes em box, olhos ou frases destaques. Informações importantes não são padronizadas no mesmo número de colunas utilizados pelo projeto. Todas procuram dinamizar a leitura e melhorar a aparência visual da matéria.

Palavras-chave: Design de revista. Design editorial. Mídia. Informação. Impresso. Hierarquia. Periódico.

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS COTIDIANAS EM UM BAIRRO PERIFÉRICO DE CHAPECÓ

Alexandre Maurício Matiello, Camila Sissa Antunes,
Izabel A. Guzzon

Curso de Comunicação Social – Jornalismo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: unobel@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: o bairro Bom Pastor está localizado na região leste, na cidade de Chapecó. Esse espaço é caracterizado pela ocupação de áreas irregulares e apresenta um contexto histórico identificado pelo grande índice de criminalidade e violência. Essa situação decorre pela localização do bairro e pelos arredores, onde também está localizado o bairro São Pedro. Esse bairro recebe o mesmo perfil e apresenta-se como um local de compra e venda de drogas e pelos altos índices de criminalidade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam a cidade de Chapecó como a terceira colocação no ranking da pobreza (com relação ao número de domicílios com rendimento mensal inferior a R\$ 70 mensais). Em Chapecó, a maior concentração de pessoas na linha da extrema pobreza está na zona urbana. As famílias mais pobres sobrevivem com um rendimento mensal de R\$ 45,31 urbano e R\$ 41,83 rural. **Metodologia:** foi realizado um estudo etnográfico no bairro Bom Pastor que analisou as perspectivas dos seus moradores, bem como suas experiências, costumes, usos e percepções com relação ao espaço em que vivem e à cidade. **Resultados:** observou-se que o planejamento urbano é excludente nesse território, pois não atende as necessidades da população quanto a condições de moradia e suas necessidades básicas como água, luz e saneamento básico. Em termos visuais, a impressão geral das casas da área estudada é de um aspecto inacabado que reflete a dinâmica das constantes extensões, o chamado puxadinho, que servem para aumentar o espaço. **Conclusão:** A pesquisa revelou carência na infraestrutura das moradias em conjunto com a irregularidade de algumas áreas. Uma das soluções para o problema é o processo de realocação das famílias para conjuntos habitacionais que está em andamento. Entretanto as famílias são resistentes a essa mudança.

Palavras chave: Pobreza. Periferia. Chapecó.

Modalidade da bolsa: Programas de Pós-Graduação *Strictu Sensu*

RÁDIO COMUNITÁRIA E CIDADÃ: A COMUNICAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Henrique Zorzi¹, Valéria Marcondes²

¹ Acadêmico de Produção Audiovisual
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Email: henriquezorzi@unochapeco.edu.br

² Professora responsável pela orientação das atividades

RESUMO

Introdução: Entende-se que a extensão universitária pode ser compreendida como um elo entre a universidade e a comunidade. Através dela, podem ser aplicados conhecimentos adquiridos ao longo das aulas em prol da comunidade, por meio de oficinas, palestras, debates e encontros. O presente texto visa relatar as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão universitária “Rádio Comunitária e Cidadã”, projeto vinculado à Assistência Social da Unochapecó, especificamente ao Programa de Atendimento a Crianças e Adolescente de 15 a 17 anos. **Objetivo(s).** O projeto tem por objetivo promover a construção da cidadania, através das ferramentas e técnicas da comunicação, especialmente o rádio, contribuir para a construção de conhecimentos e mostrar possibilidades de emancipação dos jovens e adolescentes participantes do programa. A longo prazo espera-se gerar subsídios para que os participantes realizem futuras gestões de rádios comunitárias na região de Chapecó. **Materiais e Métodos ou Metodologia.** A proposta é o desenvolvimento de atividades focadas na comunicação, cultura, educação e cidadania, a fim de promover o acesso à informação e cidadania. Desde o segundo semestre de 2012 são desenvolvidas oficinas semanais nas escolas da rede pública, capacitando alunos e professores sobre as técnicas e linguagens do veículo rádio. **Resultados.** No decorrer das atividades evidencio-se que os meios de comunicação podem ser utilizados para o exercício da cidadania, para a reivindicação de direitos, conscientização sobre problemas sociais e para a expressão de vozes isoladas. Os alunos participaram de visitas a rádios da cidade, encontros com profissionais da área para troca de conhecimentos, criação de vinhetas que caracterizam os programas pensados e desenvolvidos pelos alunos na programação da rádio escola. O trabalho é realizado em grupos que comandam diariamente programas radiofônicos nos intervalos da escola. **Considerações Finais ou Conclusões.** O projeto está apenas no início. Os participantes ainda não possuem uma definição concreta de cidadania e do poder que têm em suas mãos. As oficinas continuarão atuando na promoção da cidadania e possibilitando que os participantes entendam o funcionamento das mídias, tornando-se cidadãos críticos, capazes de “filtrar” e questionar o que lhes é apresentado.

Palavras-chave: Extensão; Mídia cidadã; Rádio escola.

Fonte de Financiamento: PAA - Programa de atendimento a adolescentes de 15 a 17.



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - COMUNICAÇÃO ORAL |

A IMPLANTAÇÃO DE UMA RÁDIO EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE CHAPECÓ:
CONTRIBUIÇÕES E LIMITES PARA O PROCESSO PEDAGÓGICO E CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA

Mariângela Torrescasana, Danilo Balen, Aline Dilkin

O ESCRITÓRIO SÓCIO-JURÍDICO DA UNOCHAPECÓ ENQUANTO INSTRUMENTO DE
ACESSO À JUSTIÇA POPULAR NA COMARCA DE XAXIM - SANTA CATARINA

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, geslene Agostini, Giovan Brunetto

MARCOS REGULATÓRIOS PARA A NANOTECNOLOGIA: DIREITO E REGULAÇÃO NO
ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

Clemir José Kades Junior, giani Burtet, Michael Medeiros, Gabriela Mesa Casa, Reginaldo
Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

MARCOS REGULATÓRIOS PARA A NANOTECNOLOGIA: DIREITO E REGULAÇÃO NOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

MARCOS REGULATÓRIOS PARA A NANOTECNOLOGIA: DIREITO E REGULAÇÃO NO BRASIL

Gabriela Mesa Casa, Michael Medeiros, Giani Burtet, Clemir José Kades Junior, Reginaldo
Pereira, Rodrigo Vasconcellos

ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO JURÍDICA EFETIVA E QUALITATIVA: UM
OLHAR PELA SOCIEDADE

Andréa de Almeida Leite Marocco

NOVAS TERRITORIALIDADES NO OESTE CATARINENSE: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
E URBANA DAS CIDADES DE MAIOR INFLUÊNCIA DA REGIÃO

Cláudio Machado Maia, Rosa Salete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

“MÍDIA EDUCAÇÃO” E CIDADANIA: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE FOTÓGRAFOS
POPULARES

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

CONSUMO DE MÍDIA: O JORNALISMO ECONÔMICO INSERIDO NA REALIDADE SOCIAL DO JOVEM NO OESTE CATARINENSE

Ana Paulo Tomasi, Lírian Sifuentes

PERCEPÇÕES SOBRE A ABORDAGEM DO NOTICIÁRIO POLÍTICO NOS JORNAIS DIÁRIOS DE CHAPECO

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

A POLÍTICA NO DIÁRIO DO IGUAÇU: O PERÍODO ELEITORAL 2012

Alessandro Leão, Valéria Marcondes

ANÁLISE DO DISCURSO NOTICIOSO: A COBERTURA DAS MANIFESTAÇÕES CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS

Ana Carolina de Assis Marinho da Silva, Valéria Marcondes

DISCURSOS E MEMÓRIAS DA PUBLICIDADE EM CHAPECÓ - SC

Valéria Marcondes, Juceli Morello Lovatto, Dirceu Hermes, Daniel Moreira, Bruna Sbardelotto, Henrique Zorzi

O PLURALISMO JURÍDICO E O ACESSO À JUSTIÇA DIANTE DO FENÔMENO DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

A IMPLANTAÇÃO DE UMA RÁDIO EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE CHAPECÓ: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES PARA O PROCESSO PEDAGÓGICO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Mariângela Torrescasana ¹, Danilo Balen, Aline Dilkin

Núcleo de Pesquisa Mídia Cidadã
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: mariangela@unochapeco.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca verificar as possibilidades de implantação de uma rádio em escolas da rede pública, revelando suas contribuições e limites para o processo pedagógico e construção da cidadania. Elegeu-se como corpus, quatro escolas da rede pública de Chapecó, que já viveram a experiência de uma rádio em seu espaço educativo. Os resultados finais serão conhecidos no final de junho, mas já é possível perceber limitações como a resistência dos professores e a falta de infraestrutura; e aspectos positivos como melhoria do desempenho dos alunos, redução da evasão escolar e seu papel na construção da cidadania.

Palavras-chave: Rádio escolar. Escola pública. Educomunicação. Cidadania

1 INTRODUÇÃO

O rádio consolidou-se como um rápido instrumento de comunicação, com destaque no meio informativo, mas vai além. Segundo Almeida (2001) o rádio constitui-se em instrumento importante no processo educacional, utiliza uma linguagem coloquial, simples, com frases curtas e diretas, garantindo assim a compreensão das mensagens transmitidas. Sua função, no processo educativo, também é de despertar nos alunos diferentes percepções (auditiva e visual), relacionando-as com as vivências de cada um em seu contexto social.

A pesquisa traz como proposta analisar quais os impactos que a implantação uma rádio escolar pode ter. Além disso, o estudo se apresenta como uma forma de complemento ao projeto de extensão Rádio Comunitária e Cidadã, que envolve acadêmicos do curso de jornalismo da Unochapecó, e tem como objetivo ensinar a alunos de escolas públicas, noções sobre comunicação em rádio, para então, realizar essa reflexão e trazer benefícios à comunidade específica e também à comunidade em geral.

Quatro escolas da rede pública de Chapecó foram selecionadas por terem sido participantes do projeto de extensão. Neste artigo trazemos informações e contribuições de apenas aquelas que já tiveram contato com os pesquisadores. A primeira é a Escola Municipal Sereno Soprana. Ela está localizada no Loteamento Colina do Sol, na cidade de Chapecó- SC. Com 20 anos de existência, ela atende somente alunos do Ensino Fundamental – do primeiro à nona série. A escola possui cerca de 450 alunos e funciona nos turnos, matutino, vespertino e noturno. Possui uma boa estrutura física que inclui, além de salas de aula, refeitório, laboratório de informática e ginásio de esportes. Possui um blogspot, mas com pouca atualização – <http://www.amigosdossereno.blogspot.com>. A capacitação na Sereno Soprana desenvolveu-se através de encontros semanais, todas às terças-feiras, das 14h às 16h30min. Ao final dos encontros, os 13 alunos participantes do projeto fizeram uma rádio ao vivo, no pátio da escola. Eles batizaram a rádio de “Rádio Escola da Galera”. A capacitação durou três meses.

Localizada no Bairro Jardim Itália, região de pequenas fábricas e nível econômico superior ao dos demais bairros da cidade, a Escola Municipal Rui Barbosa participou do projeto de extensão “Rádio Comunitária e Cidadã” com 16 alunos e dois professores e foi a segunda a ser alvo desta pesquisa. Ela foi fundada no ano de 1982. Conta com uma estrutura física que inclui oito salas, um laboratório de informática e uma biblioteca. Seu corpo docente é formado por 45 professores que dão aula para cerca de 500 alunos, em três turnos. No período noturno, os alunos são do programa EJA- Educação de Jovens e Adultos. A escola destaca-se por projetos pedagógicos que contribuem para o desenvolvimento da população do bairro. Utiliza, como ferramenta de divulgação de seus projetos, um blogspot, atualizado constantemente e que pode ser acessado pelo endereço <http://eb-barbosa.blogspot.com>. Na escola Rui Barbosa, a capacitação durou três meses, sempre às quintas feiras, no período da manhã, das 8h às 9h30min e obedeceu a seguinte metodologia:

- a) Primeiro momento: apresentação do que é o rádio e qual a importância do mesmo.
- b) Segundo momento: quando foram repassadas as técnicas radiofônicas, como por exemplo, como construir pauta e lauda, a escolha do tema a partir de sugestões dos próprios alunos; pesquisa no laboratório de informática da escola sobre a temática

escolhida para cada programa ou programete.

c) Elaboração e correção dos scripts dos programas;

d) Visita e gravação dos programas no laboratório de rádio da Unochapecó.

A partir da visita dos alunos da Escola Rui Barbosa ao laboratório de rádio do Curso de Jornalismo da Unochapecó, com as laudas prontas, corrigidas e com o nome do programa - “Rádio Nova Estação a Rádio da Nova Geração” -, definido por consenso, os alunos estavam prontos para colocar a rádio deles no ar. Como data de A inauguração da rádio foi escolhido o dia 11 de agosto, uma homenagem especial ao dia do estudante. Destaca-se aqui a participação da professora Darliana Dalesmosque, designada pela direção da escola, do processo de capacitação. Ela ficou responsável pela continuidade do projeto após o término da capacitação. Essa atividade está descrita no blogspot da escola, no endereço <http://eb-barbosa.blogspot.com.br/2011/08/radio-escola-nova-estacao-no-ar.html>.

Partindo da lógica que a universidade tem como tripé o ensino, pesquisa e extensão, esta pesquisa vem contribuir com as outras duas bases desse tripé, uma vez que o ensino já possui um componente curricular voltado para teorias radiofônicas e a extensão abre caminhos para a troca de conhecimentos adquiridos na universidade, numa proposta interativa com a comunidade tem possibilitado a interação dos acadêmicos com a prática.

Azevedo (2000) coloca que ao longo dos tempos a escola distanciou-se do cotidiano, e é na busca da inserção do sistema educacional no mundo atual, com tecnologias, que a proposta da rádio escolar contribui, pois desenvolve competências como a capacidade de síntese, verbalização de ideias, além de também desenvolver habilidades.

Mariângela Torrescasana, coordenadora do projeto de extensão da Unochapecó “Rádio Comunitária e Cidadã”, sustenta que a criação de uma rádio escolar pode ser extremamente eficaz, com impacto direto na formação e fortalecimento da cidadania. Ela destaca que a rádio escolar pode ser um importante instrumento pedagógico, auxiliando no processo da aprendizagem de alunos, independente da idade ou escolaridade dos sujeitos, além de contribuir para a formação de receptores mais críticos, que buscam uma interação com as mídias.

A inserção da comunicação, por meio da mídia e de seus instrumentos tecnológicos, no espaço escolar, pode vir a acrescentar uma nova forma crítica de pensar à sociedade e entender a influência dos meios sobre ela e, ao mesmo tempo, perceber os impactos que pode provocar nos mesmos, principalmente quando estabelecem um vínculo maior com sua comunidade. É preciso romper definitivamente as resistências que ainda persistem na área educacional ao conhecimento, apropriação e usabilidades de ferramentas midiáticas como práticas pedagógicas.

Conforme Ongaro, as escolas devem ajustar-se a nova realidade que nos é apresentada dia-a-dia, ligando esses “aparelhos” no processo de trabalho, estabelecendo um processo de reconhecimento da universalização da comunicação que tem o poder de influenciar os indivíduos de maneira sociocultural.

Diariamente milhões de pessoas recebem mensagens televisivas, radiofônicas e jornalísticas. Essas mensagens provocam alterações de comportamento,

proporcionam debates públicos, influenciam na tomada de decisões revelando, muitas vezes, os limites do discurso pedagógico. (ONGARO, 2011, p.34)

2 A PERSPECTIVA DA EDUCOMUNICAÇÃO

Assumpção defende que os meios de comunicação não podem ser tratados de maneira separada de outro contexto. A inserção das mídias com os educandos possibilita uma nova linguagem, a qual os professores também precisam incorporar e dominar. Além disso, agrega aos alunos o conhecimento de linguagens específicas, seja para rádio, televisão, etc.

Os meios de comunicação social constituem uma segunda escola, uma escola paralela à convencional. Com sua linguagem subliminar e encanto, atraem e prendem a atenção, produzem e reproduzem linguagem e cultura. (...) A interconexão com as mídias pode conduzir o educando à aquisição do conhecimento, à reflexão e às intervenções no seu meio ambiente, conjugando a reflexão das linguagens e a produção midiática em sala de aula. Os meios de comunicação podem possibilitar ao aluno compartilhar democraticamente com outros colegas o saber elaborado e novos conhecimentos. (ASSUMPÇÃO, 1999, p.03)

Monteiro (2010) afirma que a educação não pode voltar-se apenas para a literatura que prioriza livros didáticos como um recurso exclusivo, esquecendo das produções midiáticas e também da inclusão das mídias em sua metodologia de ensino, mas não só das mídias, também considerar o “conhecimento de mundo” de cada aluno, ou seja, aquilo que ele aprende em seu contexto. Para Monteiro, a escola não pode ser considerada o único espaço de aprendizagem.

Assumpção (1999) trata que, com a abertura das portas que antes faziam com que o conhecimento fosse apenas adquirido em espaço de ensino, atualmente o autoritarismo de professores (entenda-se aqui, professores enquanto aqueles que estão na escola para ensinar para os alunos) se tonifica. O fortalecimento desse autoritarismo, segundo a autora, ocorre principalmente para que não haja uma perda da autoridade do educador. É um modo encontrado para “unir a classe” e evitar o seu enfraquecimento.

Dessa forma, a escola se torna um meio de padronização dos indivíduos, de suas visões e saberes, através do conteúdo, das didáticas, não constituindo uma horizontalidade, que pode admitir uma forma menos “dura” de ensino, passando a ser uma transmissão de conhecimento, com subsídios para a criação de um pensamento próprio, que reflete na personalidade de cada um.

Esse educador que deve atuar na interface entre mídia e Educação e ser capaz de compreender o valor da Comunicação para o processo educacional entendendo toda a importância dos meios de comunicação de massa como instâncias socializadoras é aquele que pauta sua atuação pedagógica pelos preceitos do Paradigma Educacional Emergente que, ao contrário da educação tradicional ora centrada no professor, ora nos métodos, transfere esse protagonismo para o aluno, construtor do seu conhecimento, privilegiando a totalidade, a visão holística, valorizando a corporeidade, mostrando a necessidade de considerar o ser humano

também nessa visão integrada que junta corpo, mente e emoção ou, em outras palavras, cognição, afetividade e motricidade. (SOUZA; SILVA, 2012, p.102)

Assumpção (1999) destaca que a escola encontra desafios na hora de inovar e, de forma criativa, introduzir ferramentas comunicacionais na transmissão de conhecimento, mantendo a verticalização do ensino, “deixar de ser somente conteudista e trabalhar outras linguagens”.

Assim como Assumpção, Ongaro também identifica que um dos maiores desafios da escola, nos dias atuais, é exatamente a inserção dos meios de comunicação de massa em sua metodologia. A comunicação que pode servir como instrumento para uma formação crítica em um contexto de sala de aula. “A escola não pode se furtar a discutir a mídia no seu exercício de fundamentar uma sociedade mais justa. Já não é mais possível se isolar da Sociedade da Informação.” (ONGARO, 2011, p. 33)

A inserção da comunicação, por meio da mídia no espaço escolar, pode vir a acrescentar uma nova forma crítica de pensar à sociedade e entender como essa pode receber influências e influenciar nos meios de comunicação, principalmente os que estabelecem um maior vínculo com sua comunidade. Também agrega conhecimento cultural e ajuda a compreender a realidade de forma crítica, a partir daquilo que é transmitido pela mídia.

Freire assegura que o educador também passa por um processo de aprendizagem ao dialogar com o educando, e ambos são educados em suas relações e contato com o mundo e com a mediatização do mundo. “Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem”. (FREIRE, 1987, p.39)

Considerando essas premissas, pode-se afirmar que nos dias atuais, a mídia e a educação podem aliar-se na busca por uma formação de conhecimento mais humanizada e contemporânea. A mídia – enquanto meios de comunicação – representa essa nova era comunicacional e dinâmica, e deve ser considerada com muita importância, principalmente para as gerações que estão chegando, pois estas já nascem em um mundo tecnológico, e devem ser preparadas para ele.

O redesenho desses modelos educacionais deve ser entendido como decorrência das novas formas de perceber e sentir o mundo. Tanto professores quanto alunos vivem num espaço social mediatizado. A sociedade de hoje é um emaranhado de teias de comunicação. (ONGARO, 2011, p.34)

Para Soares (2011) existe uma valorização da informação e do mundo da comunicação, pois estas representam as novas condições da sociedade pensar e organizar-se. O autor ainda destaca que, desta maneira, existe uma negação à educação tradicional e ela estaria em crise por conta do período chamado de pós-modernidade, que se caracteriza por um mundo veloz e mutável, enquanto a educação ainda mostra-se com um discurso enquadrador e autoritário, assim como também denomina Assumpção. “A comunicação de massa faz as pessoas sentirem-se, de alguma forma, cidadãos de um mundo em mutação”. (SOARES, 2011, p.17)

A conexão da educação e da comunicação trouxe hoje uma nova perspectiva e um novo espaço de pesquisa, a chamada educomunicação. O que incentivou essa inter-relação da educação com a comunicação foi o grande impacto que ambas tem na construção do conhecimento dos

indivíduos – a educação por ser vista como a base da constituição de uma sociedade estruturada e a comunicação como uma das principais ferramentas que se expandiu ainda mais com o processo de globalização e hoje é a importante transmissora de mensagens.

Soares (2011) associa processos educacionais à processos comunicacionais, ou seja, não desmembrando um do outro, ambos em sintonia, mas não um para o outro e sim um pelo outro.

Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas de que a própria comunicação se converta em vértebra dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação. Dentro desta perspectiva, da comunicação educativa como relação e não como objeto, os meios são ressitoados a partir de um projeto pedagógico mais amplo. (SOARES, 2011, p.23)

O autor também integra esse novo campo – a educomunicação – a novos atores sociais, através de áreas concretas de intervenção social, na qual se cria, segundo Soares, uma interdiscursividade, um diálogo com outros discursos, que será a garantia de sobrevivência da educomunicação e suas áreas de intervenção. As áreas citadas por Soares são: área da educação para a comunicação, área da mediação tecnológica na educação, área da gestão da comunicação no espaço educativo e a área da reflexão epistemológica sobre a inter-relação comunicação/educação como fenômeno cultural emergente.

Andrade defende que a inclusão da educomunicação na escola poderá contribuir na formação intelectual dos educandos, ainda auxiliando na democratização do ambiente escolar. Para a autora, essa inclusão poderá significar mudanças no modo pedagógico, usando de estratégias da comunicação para uma formação que ofereça bons subsídios aos educandos quando deparados aos processos da globalização.

As escolas que optarem por ignorar que as mudanças da sociedade, bem como os novos anseios e expectativas em relação aos processos de ensino, correm o risco de ficar à margem e provavelmente terão dificuldades em cumprir o papel de formar indivíduos críticos para atuar no mundo que muda constantemente. (ANDRADE, 2009, p.60)

Metzker argumenta que por meio da educomunicação é possível promover uma educação emancipatória, “aquela que prepara o sujeito para pensar, desenvolver sua consciência, seu senso crítico”. (METZKER, 2008, p. 8) Baccega assemelha-se a essa ideia, porém, traz alguns desafios para a atuação exitosa no campo da comunicação/educação. Para a autora, enfrentar a complexidade da construção da educomunicação como um novo espaço teórico é o primeiro desafio. “Para isso há que reconhecer os meios de comunicação como outro lugar do saber, atuando juntamente com a escola e outras agências de socialização”. (BACCEGA, 2011, p. 33)

3 A MÍDIA E OS JOVENS

Assim como Ongaro escreve que a nova maneira de sentir e perceber o mundo começa a readequar formas de viver, Silva afirma que a educação não tem acompanhado as tecnologias e que essa deficiência pode ser tratada como uma forma de desmotivação às pessoas pela busca da instrução escolar, ou seja, o atraso do ensino em estabelecer ligações com os meios de comunicação o deixa cada vez mais deslocado, pois, para Silva, letras e números não são mais suficientes para as crianças deste novo século. “Vivemos numa idade em que a maior parte da informação recebida pelas pessoas vem cada vez menos de fontes impressas que vão sendo substituídas por imagens visuais altamente desenvolvidas, por complexos arranjos sonoros e múltiplos formatos media” (SILVA, 2009, p.16).

De acordo com publicação do site da revista Exame, da editora Abril, o Brasil atingiu 94,2 milhões de usuários de internet em dezembro de 2012¹. O relatório do Ibope Media² considerou pessoas maiores de 16 anos com acesso à internet em qualquer ambiente. Partindo desses dados, pode-se ter ideia da grande dimensão e influência que essa mídia tem hoje, sobretudo, em adolescentes e jovens. Ao considerar a ideia de que a web é uma mídia que pode utilizar de várias ferramentas, como por exemplo oferecer imagem, audio e texto em um só espaço, ela ganha preferência por sua versatilidade e por conta disso vem sendo denominada de web 2.0, que, segundo Ferreira e Bastos (2006) representaria uma suposta segunda geração de serviços da internet, um paradigma da colaboração que, por ser tão forte, pode concorrer com meios tradicionais.

(...) a Web 2.0 caracteriza-se pela simplicidade e pela troca rápida de informações; pela facilidade de publicação e de disponibilização rápida; pela atuação do usuário, agora autor, produtor de conteúdo na Web 2.0, que participa, socializa, interage; pela utilização da inteligência coletiva para organizar de modo mais eficaz a rede. (VANDRESEN, 2011, p.12660)

Ao servir como forma de democratização da informação, a mídia internet dá a possibilidade a jovens de serem os próprios produtores de conteúdo, implantando na web, rádios e tv's online, além de muito espaço para escrever e postar imagens, tudo com a facilidade de serem encontrados por outros usuários, em localidades distantes, disseminando seu contexto.

Conforme Silva (2009), espaços como universidades e empresas, principalmente aquelas do setor de comunicação, devem estar atentas e acompanhar as mudanças ocasionadas pelas tecnologias digitais, pois é um processo crescente e irreversível de acordo com o autor. As autoras Parnaíba e Gobbi trazem o termo “Geração Net”, ou “N-Gen” para denominar aqueles que já nascem rodeados pelas tecnologias, “verdadeiros nativos digitais” (PARNAIBA;GOBBI, 2010, p.05)

1. <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/brasil-atinge-94-2-milhoes-de-pessoas-conectadas-14122012-32.shl>> Acesso em 14/04/13.

2. <<http://www.ibope.com.br/pt-br/relacionamento/imprensa/releases/Paginas/Internet-no-Brasil-cresceu-16-em-um-ano.aspx>> Acesso em 14/04/13.

Cercados por computadores, videogames, câmeras digitais, celulares 3G, iPods, tocadores de MP3, Internet e todas as tecnologias digitais, os jovens N-Gen são completamente diferentes das gerações anteriores. Isso se reflete em seu modo de se comunicar, de ver e interpretar o mundo, de aprender, de se divertir, de formar sua personalidade. (...) A Geração Net não se conforma em ser apenas espectadora dos acontecimentos. Ela cria, modifica, personaliza, expressa sua opinião, critica, analisa, simula, constrói, desconstrói o mundo ao seu redor e em tempo real. (PARNAIBA;GOBBI, 2010, p.06)

Ainda segundo Parnaíba e Gobbi, os jovens da N-Gen acreditam que o aprendizado se dá fazendo, na prática, diferente dos métodos que ainda são usadas em sala de aula. Conforme as autoras, o professor continua sendo uma figura importante na educação mesmo na era digital, contudo, ele não é o único transmissor do conhecimento “e passa a ser o facilitador de descobertas, tudo isso em um novo processo de ensino e aprendizagem”. Desta maneira, o professor precisa tornar o jovem sujeito dos processos, ou seja, não apenas ser ouvinte, espectador, ele deve sentir-se parte, interagir. “Ele constrói seu próprio conhecimento” (PARNAIBA;GOBBI, 2010, p.08).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “A implantação de uma rádio em escolas da rede pública de Chapecó: contribuições e limites para o processo pedagógico e construção da cidadania” ainda está em andamento. Os dados finais serão apresentados em dezembro de 2013, prazo de entrega do artigo final. Porém, por este trabalho ter uma ligação com o projeto de extensão Rádio Comunitária e Cidadã, desenvolvido por bolsistas do curso de Jornalismo da Unochapecó, no período de 2010 a 2013 na região Oeste de Santa Catarina é possível trazer alguns resultados obtidos com esse projeto, descritos em seu relatório anual. A avaliação do público envolvido, contida nesse documento, revela pontos positivos e negativos sobre a existência de uma rádio dentro do ambiente escolar.

A falta de espaço para a realização dos encontros, das tarefas e discussões dificultou muito, principalmente porque na maioria das escolas não haviam equipamentos para os alunos praticarem. As turmas eram grandes, e nem todos conseguiram fazer a parte prática no laboratório de rádio. As laudas dos programas dos alunos foram eles mesmo que produziram em casa, pois não haviam computadores suficientes nas escolas. Também tivemos que lidar com o fato de alguns alunos usarem a rádio somente para matar aula, não comparecendo aos encontros realizados nos turnos diferentes. (Depoimento de bolsistas do Projeto de Extensão Rádio Comunitária e Cidadã, dez/2012)

Outras questões identificadas como limitadoras e responsáveis pela interrupção do funcionamento da rádio escolar, por parte dos dirigentes da maioria das escolas, foram a falta de um professor para acompanhar os alunos capacitados para o desenvolvimento da mesma e a inexistência de infraestrutura, embora reconheçam os benefícios que ela traz para o ambiente de ensino, usando como exemplo o fato dos alunos participantes passarem a demonstrar mais responsabilidade, realizando trabalhos extraclasse depois do projeto da rádio.

Como aspectos positivos, alunos e professores entendem que uma rádio escolar contribui para o futuro, gerando conhecimento que eles levarão para a vida inteira; traz mais animação nos intervalos, deixando o ambiente escolar mais descontraído; são um aprendizado a mais na vida dos adolescentes; ajuda na escolha profissional; muitos alunos aprendem a trabalhar e a vencer a timidez; propicia maior integração entre os professores e alunos, resultando em maior interesse e permanência na escolas; ajuda na redução da evasão escolar e é um instrumento valioso para disseminar campanhas educativas de combate à droga e à violência.

Na escola Rui Barbosa, onde a infraestrutura e envolvimento do corpo docente era a recomendada, a professora Darliana Dalesmosque, que acompanhou todos os momentos da capacitação, afirma que a implantação de uma rádio em sua escola contribuiu muito para a melhoria do desempenho dos alunos, tanto em sala de aula quanto em horários alternativos. Ela informou que a rádio continua funcionando com oito alunos, que montam a programação da rádio diariamente no turno inverso ao que eles estudam. A professora ainda afirma que a continuação da rádio está no projeto para o ano que vem, visando ampliar o número de alunos participantes. Ela fez questão de dizer que não só recomenda, como sugeriu que a capacitação em rádio escolar fosse estendida para professores de outras escolas municipais, especialmente as da zona rural, por ver o projeto como uma importante ferramenta pedagógica e socioeducativa.

A partir das leituras já realizadas e dos depoimentos contidos no relatório anual do projeto de extensão “Rádio Comunitária e Cidadã” é possível perceber por que a escola precisa abrir espaço aos meios midiáticos e utilizá-los como ferramenta pedagógica. Para Assumpção, a inserção das tecnologias ao ensino possibilita uma nova linguagem, além de agregar conhecimento de linguagens específicas para rádio, televisão, veículos impressos, etc. “Os meios de comunicação social constituem uma segunda escola, uma escola paralela à convencional.” (ASSUMPÇÃO, 2001, p.02)

A comunicação possui um importante papel na atualidade. É um instrumento de produção de conhecimento e, principalmente, pensamento crítico, seja em relação aos fatos cotidianos, seja em relação a seu próprio conteúdo, àquilo que os grandes conglomerados estabelecem como interesse do público. Conforme Soares, existe uma valorização da informação e do mundo da comunicação, pois ele torna possível a aproximação das pessoas no sentido de fazerem parte daquele mundo, estarem participando das mutações que acontecem.

Soares ainda complementa que educação e comunicação não podem andar por caminhos distintos, pois são associadas. “Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas de que a própria comunicação se converta em vértebra dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação”. (SOARES, 2011, p.23)

A associação da educação e comunicação torna possível um novo campo de estudo e conhecimento: a educomunicação. Esse novo campo tem diversos desafios para tornar-se presente no espaço educacional e escolar. Apesar dos meios de comunicação fazerem parte da vida de grande parte da população, eles ainda têm sua entrada limitada no ambiente escolar.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ademar Torres. **Rádio: Uma ferramenta no processo ensino-aprendizagem**. 2001. Disponível em <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt18/ComunicacaoOral/ADEMAR%20TORRES%20DE%20ALMEIDA.pdf>> Acessado em 16/04/13

ANDRADE, Lílian Bhruna Pinho de. **Educomunicação e pedagogia de projetos**. Monografia de especialização em Gestão da Comunicação, São Paulo: ECA/USP, 2009.

ASSUMPÇÃO, Zeneida Alves de. **Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau**. São Paulo, Annablume. 1999.

_____. **A Rádio Na Escola: Uma Prática Educativa Eficaz**. Revista de Ciências Humanas (Taubaté), Taubaté, v.7, n.7, 2001.

_____. de. **Radioescola: locus de cidadania, oralidade e escrita**. São Leopoldo: Unisinos, Unirevista - Vol. 1, n° 3: 2006.

AZEVEDO, Adriana. **Escola e Comunicação: o rádio como instrumento de cidadania**. Artigo, 2000. Disponível em <<http://www.bemtv.org.br/portal/educominicar/pdf/radiocidadania.pdf>> Acessado em 16/04/13

BACCEGA, M. A. Comunicação/educação: Lugar de Formação Crítica, de disputa pela Hegemonia os Significados e da Práxis da Comunicação. In: BARBOSA, Marialva; FERNANDES, Márcio; MORAIS, Osvando (Orgs). **Comunicação, educação e cultura na era digital**. São Paulo: Intercom, 2009.

FERREIRA, Susana; BASTOS, Raquel. **Web 2.0 Recursos Tecnológicos e Formação**. 2006. Disponível em <<http://www.slideshare.net/susana12345/web-20-recursos-tecnologicos-e-formao-susana-ferreira-20061566-raquel-bastos-20062189>> Acessado em 18/04/13

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

METZKER, Gabriela Felipe Rodrigues. **Educomunicação: o novo campo e suas áreas de intervenção social**. 2008. Disponível em <<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/artigos-academicos/Educomunicacao.pdf>> Acessado em 16/04/13

MONTEIRO, Gasparina Cavalcante Tavares. **Rádio escola: ferramenta pedagógica e exercício de cidadania**. 2010. Disponível em <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/RADIO-ESCOLA-FERRAMENTA-PEDAGOGICA-E-EXERCICIO-DE-CIDADANIA.pdf>> Acessado em 16/04/13

ONGARO, Viviane. **Rádio- escola como prática de uma educação libertadora: estudo de caso no Centro de Socioeducação Curitiba**. 2011. Disponível em <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11_Viviane%20Ongaro.PDF> Acessado em 16/04/13

PARNAIBA, Cristiane dos Santos; GOBBI, Maria Cristina. **Os jovens e as tecnologias da informação e da comunicação: aprendido na prática**. Revista Anagrama (USP), v.4, p. 40-55, 2010.

SILVA, Sônia Belchior. **A relação dos jovens com os media. 2009**. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2067/1/21645_ulfp034619_tm.pdf> Acessado em 16/04/13

MARIÂNGELA TORRESCASANA, DANILO BALEN, ALINE DILKIN

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOUZA, Elisabeth Gonçalves de; SILVA, Josemir Medeiros da. **A educação formando consumidores críticos da mídia, no ensino fundamental**. 2012. Disponível em <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo9vol12-1.pdf>> Acessado em 16/04/13

VANDRESEN, Ana Sueli Ribeiro. **Web 2.0 e educação – uso e possibilidades**. 2011. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5752_3325.pdf> Acessado em 16/04/13.

O ESCRITÓRIO SÓCIO-JURÍDICO DA UNOCHAPECÓ ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA POPULAR NA COMARCA DE XAXIM - SANTA CATARINA

Idir Canzi¹, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

Núcleo de Iniciação Científica Acesso à Justiça, Fraternidade e Conflitos Sociais não Judicializáveis
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: canzi@unochapeco.edu.br

Fonte de financiamento: o projeto é financiado pelo PIBIC, edital n. 77 de 2011, conforme art. 170 da Constituição Estadual de Santa Catarina

RESUMO

O presente artigo relata os resultados do Projeto de Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa da Unochapecó - Campus Xaxim, denominado Acesso à Justiça, Fraternidade e Conflitos Sociais não Judicializáveis, que tem por intuito analisar as contribuições da atuação do Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó, notadamente no que diz respeito ao acesso à justiça para a população usuária, a partir da competência 2003 até a competência 2011. O estudo centra o desenvolvimento de seu conteúdo na temática do acesso à justiça popular. Contextualiza primeiramente o acesso à Justiça Popular e o seu alcance no Brasil. Descreve as importantes contribuições da atuação do ESJ - Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - SC, enquanto instrumento de acesso à Justiça popular na Comarca de Xaxim - SC. Apresenta e analisa o rol de atendimentos e ações ajuizadas pelo ESJ em favor da população usuária dos serviços da Assistência jurídica integral e gratuita (artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal de 1988 e Lei 1060/50), a partir da execução de estruturada pesquisa documental, nas competências 2003 a 2011. Ainda, insere a análise dos resultados das decisões judiciais dos processos ajuizados pelo Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó nas competências anunciadas. Finaliza atestando que o Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó na Comarca de Xaxim, SC, contribui de forma efetiva para que a população usuária tenha respeitado o acesso à justiça e ao sistema judiciário, por meio do oferecimento qualificado de serviços sócio-jurídicos, com atuação de profissionais e estudantes em estágio curricular que acompanham administrativa e judicialmente a integralidade das demandas. A metodologia utilizada trata-se de pesquisa teórica e de campo, com análise de registro em fichas, livros, relatórios do próprio Escritório Sócio-Jurídico e acesso aos dados eletrônicos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Comarca de Xaxim.

Palavras-chave: Acesso à Justiça popular. Assistência jurídica integral e gratuita. Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó.

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

1 INTRODUÇÃO

O exercício da cidadania e dos direitos constitui-se na possibilidade de acesso à justiça, considerados os mais elementares dos direitos humanos. O acesso à justiça não é apenas um direito social reconhecido e assegurado constitucionalmente, deve ser efetivo e propiciar a acessibilidade da ordem jurídica justa para toda a população. Na sociedade que se pretende justa e igual, as pessoas devem exercer plenamente seus direitos e deveres: ser sujeitos de direito.

A UnoChapecó, enquanto universidade comunitária oferece espaços para as práticas jurídico-sociais, dentre estas, destaca-se o Escritório Sócio-Jurídico, que atua como estágio, promovendo o acesso a direitos e à justiça para a população hipossuficiente.

Este artigo tem por intuito analisar as contribuições da atuação do Escritório Sócio-Jurídico da UnoChapecó, notadamente no que diz respeito ao acesso à justiça para a população usuária, a partir da competência 2003.

1.1 Contextualizando o acesso à justiça popular

A Constituição Federal de 1988¹, em seu artigo 5º, XXXV, estabelece: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Referido dispositivo constitucional formaliza o princípio do acesso aos tribunais e do direito de ação, consistindo, por consequência no princípio do acesso à justiça.

O acesso à justiça na contemporaneidade é encarado como um requisito fundamental à cidadania, o mais básico dos direitos humanos, de um sistema jurídico atual e igualitário, que garanta e não apenas proclamar os direitos de todos.

Os cidadãos necessitam de regras públicas para exercerem sua autonomia, pois além de serem os sujeitos dos direitos previstos na Constituição, são os protagonistas dos direitos que dignifiquem, valorizem a pessoa humana nos espaços públicos e na sociedade. Ser cidadão pressupõe estar informado, desperto e consciente sobre o valor da pessoa humana, a necessidade de conviver e respeitar a dignidade de todos os seres humanos, independentemente das diferenças sociais, econômicas, pessoais (DALLARI, 2004)².

O conceito de acesso à justiça tem sofrido transformações, correspondente a uma mudança processual, com o aparecimento de novos mecanismos de acessar a justiça. A teoria era de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um “direito natural”, os direitos naturais não necessitavam de uma ação do Estado para sua proteção. De fato, o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação (CAPELETTI, 1988)³.

De longa data, a sociedade tem demonstrado o seu descontentamento com a atividade jurisdicional, caracterizada pela morosidade, inadequação da organização judiciária, deficiência da assistência judiciária gratuita (a exemplo de Santa Catarina que somente em 18 de julho de 2012 aprovou a criação da Defensoria Pública). Por estes motivos, constata-se a necessidade de

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

acessibilidade efetiva dos cidadãos à Justiça, entre estes, destaca-se as pessoas hipossuficientes economicamente, pelo fato de não vislumbrarem formas de superar as barreiras existentes para alcançar o acesso à Justiça, esta “desigualdade sócio-financeira tem como resultado uma desigualdade processual” (BRANDÃO, 2012)⁴.

Neste sentido, o acesso à justiça deve propiciar não apenas a submissão dos conflitos e problemas das pessoas à estrutura do poder judiciário, mas garantir e assegurar que todos os cidadãos conheçam seus direitos, que sejam assegurados pelo ente estatal e ainda por estes informados no caso de desconhecimento, especialmente àquela parcela da população que vive na miserabilidade financeira, como forma de garantir a igualdade de condições no âmbito do processo.

1.2 Caracterização do Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó

O Escritório Sócio Jurídico - ESJ, projeto permanente de extensão universitária foi criado em 1992, substituindo o Escritório Modelo de Advocacia, constituído em 1988, e, tem como objetivo oferecer estágio curricular aos estudantes dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social da Unochapecó, na busca de aproximar o estudante da realidade profissional, possibilitando formação crítica, ética e comprometida com as demandas sociais, por meio da prática, a articulação do ensino, pesquisa e extensão. A universidade firmou parceria com o Município de Xaxim para a implementação do ESJ, a partir do 2º semestre de 1999.

O atendimento se estende às pessoas que se enquadram nos critérios da Assistência Jurídica Integral e Gratuita, nos termos do artigo 5º, LXXIV¹ da CF/88 e Lei Federal nº 1.060/50, delimitado à população com renda familiar até três salários mínimos. As demandas são oriundas de grupos familiares ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, psicológica e jurídica.

O Escritório Sócio-Jurídico, desde sua implantação, devido a inércia do poder estatal catarinense em implantar a Defensoria Pública, passou a ser o local onde a população economicamente carente encontra espaço para resolver seus problemas na área jurídica, instrumentalizando os meios de acesso à justiça.

1.3 Do alcance do acesso à justiça

Na Constituição Federal de 1988, em seu Preâmbulo², os representantes do povo, apresentaram os desígnios do seu ofício: instituir um Estado Democrático, assegurando o exercício dos direitos sociais, individuais, além da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento,

1. Art. 5º. [...] LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

2. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...].

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

da igualdade e da justiça como valores máximos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

A cidadania se estabelece na forma de preceito fundamental e norteador da própria República, pois além de estatuir-se no seio dos direitos ditos fundamentais, vincula as diretrizes sociais e os objetivos trazidos pela CF/1988, visando construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional e erradicando a pobreza, a marginalização, enfim, de modo a reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Andrigui (1998, p. 2)⁵ assevera que o termo Acesso à Justiça, apresenta dois sentidos, a saber:

[...] o primeiro, atribuindo às palavras Justiça e Judiciário o mesmo significado, tornando sinônimas as expressões acesso à justiça e acesso ao judiciário; o segundo atribui à expressão justiça uma visão axiológica que abarca uma determinada ordem de valores e direitos fundamentais para o ser humano.

Nesta pesquisa, toma-se por parâmetro a expressão do acesso à justiça como o ingresso da população ao sistema judiciário para a resolução dos conflitos, notadamente pela população alvo dos atendimentos do Escritório Sócio-Jurídico, que se caracteriza em pessoas consideradas carentes economicamente e também de informações sobre seus direitos e deveres.

A população de baixa renda tem dificuldades de concretizar, na prática o acesso à justiça, especialmente quanto ao conhecimento de seus direitos e deveres para a ação cotidiana. A desinformação e a falta de conhecimento privam o cidadão do exercício de seus direitos básicos, como a igualdade, a liberdade, a segurança, a moradia, a educação, direitos estes ligados à dignidade do ser humano.

Assevera Watanabe (1988, p. 128)⁶ que:

A problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa.

Por conseguinte, o acesso à justiça é mais amplo do que simplesmente o acesso ao Poder Judiciário.

2 METODOLOGIA

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar quais as contribuições da atuação do Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó enquanto mecanismo de acesso à justiça na Comarca de Xaxim, SC, a partir da competência 2003.

Trata-se de pesquisa teórica (levantamento da literatura disponível no Brasil sobre o tema) e de campo, com análise de registro em fichas, livros, relatórios e dados de acesso eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Comarca de Xaxim. Ainda, a pesquisa objetiva aferir a

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

efetividade, enquanto resultado(s) de decisões favoráveis, em processos ajuizados pelo ESJ da Unochapecó na Comarca de Xaxim, SC, tomando por base a totalidade das demandas ajuizadas, a partir da competência 2003.

2.1 O Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó – Campus Xaxim

O Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó – Campus Xaxim (ESJ-Xaxim), desde sua criação no ano de 1999, funcionou em espaço cedido pelo Município na Rodoviária. No ano de 2007, em razão do significativo aumento da demanda e da implantação do curso de Direito no Campus, a Unochapecó inaugurou, recentemente (30 de maio de 2012) a nova estrutura física, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 449, ao lado do Fórum e, atende a população da Comarca de Xaxim³.

Oferecendo à comunidade a prestação de serviços jurídico-sociais, o ESJ-Xaxim está diretamente ligado aos cursos de Direito e Serviço Social da Unochapecó. O atendimento à população é realizado por estudantes em estágio curricular obrigatório, supervisionados pelos professores e atende situações que envolvem as áreas jurídicas de Direito Civil e Processual Civil, Penal e Processual Penal, Trabalho e Previdenciário, além da atuação do curso de Serviço Social junto às Famílias e em situações que envolvam a Seguridade Social.

2.2 A experiência da atuação do Escritório Sócio-Jurídico de Xaxim na competência 2003 – 2011

O ESJ-Xaxim foi estruturado e iniciou suas atividades no ano de 1999, mantém-se em funcionamento até a presente data.

Para o estudo em apreço foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, cujo objeto de estudo levou em conta a totalidade das demandas ajuizadas, a partir da competência 2003⁴ na Comarca de Xaxim, SC. A pesquisa buscou verificar a efetividade, enquanto resultado(s) de decisões favoráveis, em processos ajuizados pelo Escritório Sócio-Jurídico da Unochapecó.

Os relatórios anuais das atividades de extensão da Unochapecó, relativos à atuação do ESJ - Xaxim consigna os dados a seguir expressos.

3. Fazem parte da Comarca de Xaxim os municípios de Entre Rios, Lageado Grande, Marema e Xaxim.

4. Nos anos de 1999 a 2002, o ESJ – Xaxim esteve em funcionamento, entretanto para efeito desta pesquisa foram considerados os dados a partir de 2003. Para registro, no ano de 1999, foram efetuados 69 atendimentos; Nos anos de 2000 e 2001 não foram encontrados dados na instituição sobre o número de atendimentos e/ou demandas ajuizadas e, no ano de 2002 foram computados 114 atendimentos, porém, este dado foi buscado junto aos arquivos do curso de Serviço Social, pela falta de informações junto aos documentos no ESJ - Xaxim. No período citado não havia a discriminação nos relatórios institucionais das demandas judiciais, apenas constam os números dos atendimentos realizados, motivo pelo qual houve prejuízo no levantamento destes dados.

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

Tabela 1- Desempenho do Escritório Sócio-Jurídico – Xaxim na competência 2003 – 2011

Ano	Atendimentos	Petições iniciais protocoladas	Petições intermediárias protocoladas	Áreas de atuação
2003	175	-	-	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2004	90	35	-	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2005	425	134	-	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2006	503	53	96	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2007	383	55	99	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2008	285	25	111	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2009	378	50	114	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2010	586	70	160	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
2011	432	31	142	Civil, penal, trabalhista, previdenciária
Total	3.257	453	722	Civil, penal, trabalhista, previdenciária

Fonte: dados obtidos em relatórios institucionais e fichas de atendimento do Escritório Sócio- Jurídico (2012)

Registra-se que os dados da tabela acima são fidedignos no que tange ao número de atendimentos realizados nas diferentes competências anuais, envolvendo demandas de natureza cível, criminal, trabalhista e previdenciária. Entretanto, a pesquisa efetivada revelou contradição entre o critério referente aos lançamentos dos dados das ações iniciais e intermediárias dos referidos relatórios de extensão da Unochapecó e o critério do Tribunal de Justiça de Santa Catarina respectivamente às ações protocoladas em Juízo.

Especifica-se que o sistema de registro do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é formalizado em sequência de numeração, da qual constam os três primeiros dígitos referentes à Comarca (Xaxim – 081), seguido do ano em que houve ajuizamento da ação e, ao final, o número dos autos.

Constata-se que, no período de 2003 até 2011, o ESJ-Xaxim efetuou 3.257⁵ atendimentos à população da Comarca de Xaxim, sendo que destes, foram ajuizadas 453 ações iniciais e, realizadas ainda 722 peças intermediárias, que podem representar desde o acompanhamento da demanda ajuizada, até a defesa ou recurso de ação judicial.

Portanto, o serviço prestado pela equipe de prática jurídica no ESJ-Xaxim no período de 2003 a 2011 propiciou à população o efetivo acesso ao sistema judiciário de cerca de 40% dos atendimentos efetuados⁶. Consigna-se aqui que o percentual ora apontado se restringe apenas ao acesso ao poder judiciário, ressalvados o significativo número de atendimentos e encaminhamentos extrajudiciais caracterizadores também do acesso mais amplo à justiça.

5. Registra-se que os dados foram coletados nas fichas de atendimento, sendo levado em consideração apenas o nome da pessoa que inicialmente procurou o serviço, sendo que este dado poderá ser ampliado se a atuação do serviço atingir demais membros da família.

6. Explicita-se que a metodologia utilizada considerou os 3.257 atendimentos efetivados pelo ESJ-Xaxim, que implicaram no ajuizamento de 722 petições intermediárias e 453 peças iniciais. As ações ajuizadas e as petições intermediárias perfazem cerca de 40% dos 3.257 atendimentos/demandas.

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O intuito do projeto foi respaldar e subsidiar a atuação do ESJ da Unochapecó no município de Xaxim – SC a partir do estudo desenvolvido com o presente projeto de pesquisa.

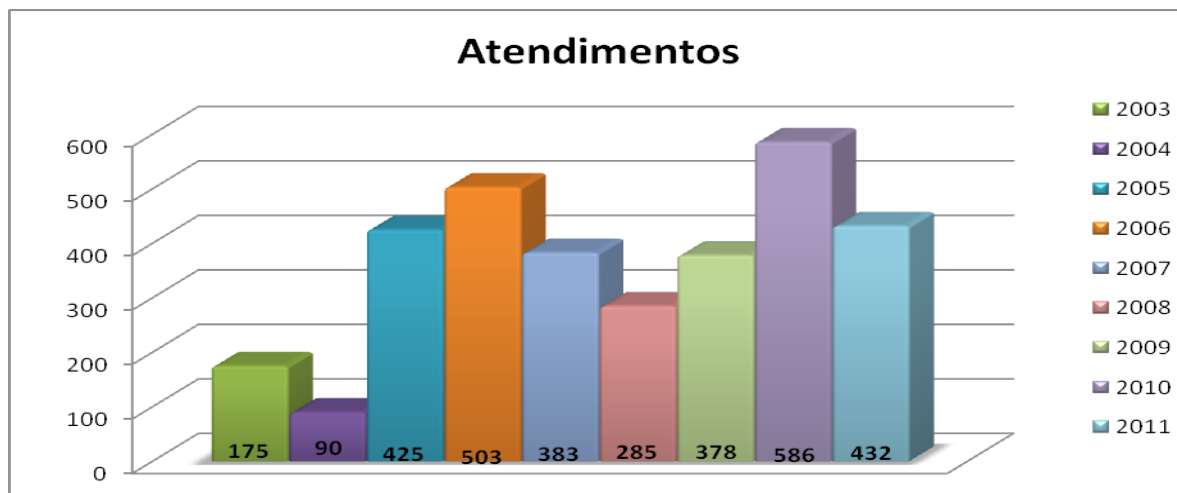
A seguir, ilustram-se por meio de gráficos e descrevem-se os dados compilados a partir da presente pesquisa, como forma de demonstrar o acesso ao sistema judiciário através do desempenho do Escritório Sócio-Jurídico de Xaxim no período compreendido dos anos 2003 a 2011.

3.1 Atendimentos

Os atendimentos no ESJ-Xaxim são efetuados por estudantes do Curso de Direito em fase de estágio curricular obrigatório, sob a supervisão de professores das áreas de atuação do serviço. Quando necessário e a depender da demanda contam com a participação de estudantes do curso de Serviço Social.

A seguir apresenta-se graficamente os atendimentos efetuados pelo ESJ-Xaxim no período de 2003 -2011.

Gráfico 1- Atendimentos efetuados no período de 2003 a 2011



Fonte: Elaboração dos autores (2012)

A prática jurídica é materializada por meio do atendimento ao usuário/cliente do serviço, tanto a prestação de informações jurídico-sociais, quanto o encaminhamento a instituições e, também, o ajuizamento de ações junto ao Fórum de Justiça, como forma de defesa e garantia de direitos e o acesso à justiça.

3.2 Petições iniciais ajuizadas

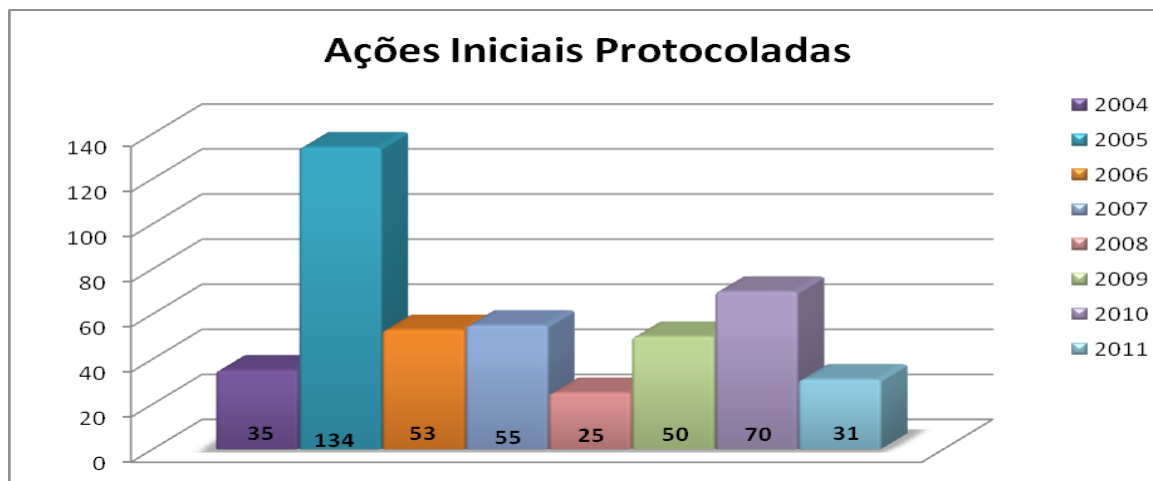
No caso do atendimento efetuado pelo ESJ-Xaxim implicar na intervenção do Poder Judiciário, os estudantes formulam a peça processual que será submetida ao Juiz de Direito da Comarca para

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

que, dentro das competências legais, resolva o conflito ou submeta a decisão das partes para homologação judicial.

O quadro subsequente apresenta graficamente o rol de ações ajuizadas nas respectivas competências anuais, na Justiça Estadual da Comarca de Xaxim – SC.

Gráfico 2- Ações iniciais protocoladas no período de 2004 a 2011⁷



Fonte: Elaboração dos autores (2012)

Do resultado das demandas judiciais, consigna-se que o alcance dos benefícios obtidos pelo cidadão atendido por meio do serviço prestado pelo ESJ-Xaxim, poderá atingir todo o grupo familiar, dependendo da controvérsia jurídica ou da ação ajuizada, a exemplo dos conflitos familiares (direito civil).

3.3 Áreas de atuação jurídica e resultados das demandas ajuizadas

No âmbito jurídico, o ESJ-Xaxim oferece para a população residente na Comarca de Xaxim serviços nas áreas de Direito Civil, Penal, Previdenciário e Trabalhista, proporcionando ao cidadão o acesso ao Poder Judiciário em vários campos de atuação, sob a forma de Assistência Jurídica Integral e Gratuita, de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, a tabela a seguir, demonstra as Áreas de atuação e resultados das ações ajuizadas pelo Escritório Sócio-Jurídico de Xaxim no período 2003 a 2011.

7. Não foram encontrados dados referentes a ações ajuizadas no ano de 2003.

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

Tabela 2 - Áreas de atuação e resultados das ações ajuizadas pelo Escritório Sócio-Jurídico

Ano	Cível	Penal	Trabalhista	Previdenciária	Sentenças Procedentes	Sentenças Improcedentes	Em tramitação	Parcialmente procedente	
2003 ¹	18	02	-	01	17	04	-	-	-
2004	19	-	-	-	15	04	-	-	-
2005	34	02	-	-	27	05	02	-	02
2006	16	02	-	-	10	04	04	-	-
2007	17	02	-	-	11	06	01	01	-
2008	11	01	-	-	07	03	01	01	-
2009	11	03	-	-	07	04	03	-	-
2010	15	01	-	-	06	-	09	01	-
2011	19	01	-	-	11	01	08	-	-
Total	160	14	0	01	111	31	28	03	02

Fonte: Dados obtidos junto ao site do TJ/SC (2012)

Como resultado das demandas ajuizadas pelo ESJ-Xaxim, assinala-se como decisões as sentenças proferidas pelo Judiciário que foram procedentes ao pedido formulado na inicial, improcedentes ou parcialmente procedentes ao pleiteado através do Escritório Sócio-Jurídico. Consideraram-se também como resultados importantes para a pesquisa os processos que ainda estão em tramitação, portanto sem um resultado definitivo da ação protocolada no Fórum e os que foram arquivados administrativamente.

Analisando os dados computados na tabela acima se constata que das 175 ações ajuizadas, cerca de 92% correspondem a situações que envolvem o direito civil, seguida do direito penal e ainda praticamente inexistente procura da população pelos serviços jurídicos do ESJ para a atuação na defesa e garantia de direitos nas áreas trabalhista e previdenciária.

Das ações iniciais protocoladas por intermédio do Escritório Sócio-Jurídico, representando interesses e defesa de direitos da população hipossuficiente residente na Comarca de Xaxim, junto ao Poder Judiciário no período de 2003-2011, registra-se que houve 111 sentenças judiciais procedentes e 03 sentenças parcialmente procedentes, obtendo-se como resultado favorável para os pleitos de aproximadamente 65%, resultado este que poderá ser aumentado levando em consideração que existem 28 processos ainda em tramitação, ou seja, sem decisão judicial. E, cerca de 18% dos processos ajuizados foram julgados improcedentes.

Como decorrência das informações da pesquisa verifica-se que o Escritório Sócio-Jurídico da UnoChapecó na Comarca de Xaxim, contribui de forma efetiva para que a população usuária

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

tenha respeitado o acesso à justiça e ao sistema judiciário, por meio do oferecimento qualificado de serviços jurídicos, pelos estudantes em estágio curricular, desde o atendimento até a proposição, acompanhamento processual e decisão judicial da demanda ajuizada.

4 CONCLUSÕES

O Escritório Sócio-Jurídico de Xaxim, mantido pela Unochapecó constitui-se em um dos principais mecanismos de acesso à justiça, a partir do trabalho desenvolvido por estudantes dos cursos de Direito e Serviço Social, em estágio de prática-jurídico-social, orientados por professores regularmente credenciados, com atendimento extensivo à população carente aos municípios pertencentes à abrangência territorial e jurisdicional da Comarca de Xaxim, SC.

Pelos resultados levantados com a pesquisa observa-se que a maioria dos conflitos em que as pessoas buscam o atendimento envolve questões da área do Direito Civil e Processo Civil, sendo que, como resultado das demandas ajuizadas obteve-se um percentual de aproximadamente 65% de decisões favoráveis.

Percebe-se pelo exposto na pesquisa, que a atuação do Escritório Sócio-Jurídico na Comarca de Xaxim, com o atendimento às pessoas hipossuficientes, possibilita a esta parcela da população, que encontra-se desprovida de direitos básicos, inclusive de informações jurídico-sociais, o ingresso ao sistema do judiciário, como contribuição efetiva de acessar a justiça social.

Os desafios que se colocam para o Escritório Sócio-Jurídico e para a Unochapecó a partir das informações e resultados da presente pesquisa consistem na ampliação dos serviços para a população da Comarca de Xaxim, propiciando o reconhecimento e acessibilidade dos direitos dos cidadãos, com o intuito de aumentar os atendimentos e as demandas judiciais, notadamente nas áreas do Direito Penal, Trabalhista e Previdenciária. Além disto, a utilização de recursos de registros administrativos compatíveis com o sistema utilizado pelo Poder Judiciário facilitaria a constatação e precisão dos dados das demandas ajuizadas e dos respectivos resultados.

Pela comprovação dos dados consignados nesta pesquisa, afirma-se que o serviço prestado pelo Escritório Sócio-Jurídico de Xaxim, espaço mantido pela Unochapecó e que objetiva proporcionar ao estudante o exercício da prática-jurídica junto à comunidade, serve não apenas para cumprir um critério pedagógico e curricular de formação profissional do estudante no curso de Direito, mas também e o mais importante, é um instrumento que oferece à população de baixa renda, a informação jurídica e o ingresso no Poder Judiciário com as garantias processuais, o que representa a concretização do direito de cidadania, do legítimo acesso aos direitos e da efetiva justiça social.

NOTAS

1. Em apuração dos dados relativos às demandas ajuizadas pelo Escritório Sócio-jurídico na competência 2003 na Comarca de Xaxim, restou confirmado junto ao site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJ/SC que das ações ajuizadas no ano de 2003 encontrou-se 21 decisões referentes a demandas do ESJ – Xaxim.

Idir Canzi, Deisemara Turatti Langoski, Geslene Agostini, Giovan Brunetto

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 22 jun. 2012.
2. DALLARI, Dalmo de Abreu. Breve história dos direitos humanos. In: **Educação, cidadania e direitos humanos**. José Sérgio Carvalho (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
3. CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: 1988.
4. BRANDÃO, Raimundo dos Reis. **O acesso à justiça como um direito fundamental**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/campos/raimundo_dos_reis_brandao.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2012.
5. ANDRIGUI, Fátima Nancy. **As formas de acesso à justiça no Brasil**. In: Curso de direito brasileiro para advogados argentinos, 1998, Buenos Aires. **Anais....** Buenos Aires: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade San Martín, 1998. 13 p. Disponível em: < http://www.researchgate.net/publication/28766610_As_Formas_de_Acesso__Justia_no_Brasil> Acesso em: 19 jun. 2012.
6. WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: **Participação e processo**. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1988.

MARCOS REGULATÓRIOS PARA A NANOTECNOLOGIA: DIREITO E REGULAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

Cleimir José Kades Junior¹, Giani Burtet, Michael Medeiros, Gabriela Mesa Casa, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

¹Curso de Graduação em Direito
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: clemirjunior@unochapeco.edu.br
Fonte de Financiamento: Unochapecó

RESUMO

De forma breve e específica, este artigo apresenta um estudo acerca dos aspectos normativos que permeiam a nanotecnologia, buscando elucidar o processo de inserção da mesma nos diversos ordenamentos jurídicos vigentes. O objetivo deste artigo é analisar a regulamentação da União Europeia relacionada direta ou indiretamente com a nanotecnologia. Para tanto, em um primeiro momento, faz-se um breve histórico acerca da evolução da nanotecnologia e indicam-se os seus principais riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Em um segundo momento, levantam-se os aspectos jurídicos e político-organizacionais da União Europeia, e analisa-se como este bloco vem regulamentando a nanotecnologia. É possível notar que a nanotecnologia é objeto de interesse de parte de grandes empresas, países e universidades, que de forma geral, se interessam principalmente pelo potencial tecnológico que a mesma apresenta, visando o lucro e a industrialização. O que é pouco notado, mas não menos importante, é que ainda não há evidências claras sobre os riscos que a nanotecnologia pode oferecer à saúde e ao meio ambiente, e ainda não existem pesquisas em número suficiente que estudem os possíveis riscos resultantes do contato de nanomateriais engenheirados com o ser humano e o meio ambiente. Por estes motivos é que se levanta a hipótese da criação de marcos regulatórios específicos, que regrem o uso e a produção de nanomateriais, como por exemplo, a regulamentação proposta pela União Europeia, que usa de atos unilaterais, como regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres, para estabelecer uma padronização na utilização de nanomateriais em todos os seus Estados-Membros, garantindo os pressupostos de segurança possíveis e necessários a toda a comunidade europeia.

Palavras-Chave: Nanotecnologia. Riscos. Nanomateriais. Marcos Regulatórios. União Europeia.

1. INTRODUÇÃO

Grandes empresas dos mais variados ramos têm investido grandes somas de dinheiro em pesquisas relacionadas à manipulação e aperfeiçoamento de nanomateriais.

Diversos países com grandes índices de industrialização, como os Estados Unidos da América e o Japão, vem investindo maciçamente em pesquisas nano específicas.

Universidades e centros de pesquisa, da mesma forma, destinam considerável parte de suas verbas em técnicas de manipulação da matéria em escala nanométrica, descobrindo novos usos e aplicações para a nanotecnologia em nível global.

A união de esforços de tais agentes não acontece sem razão. A nanotecnologia é uma das tecnologias que mais evolui na atualidade, pois, além do fato de permitir a manipulação de materiais em escala atômica, altera a forma como tais materiais são usados nas mais distintas áreas existentes, desde a eletrônica até o setor de alimentos.

Contudo, o tempo e o valor gastos com pesquisas relacionadas à manipulação dos nanomateriais não corresponde aos utilizados com pesquisas relacionadas à aplicação de métodos de precaução e combate a danos provenientes da nanotecnologia.

É bem verdade que a nanotecnologia apresenta grandes benefícios às áreas humanas e científicas, todavia, pouco se conhece sobre os possíveis danos causados pela exposição a nano-objetos engenheirados.

A ausência de legislação e normas específicas que regem a produção e a utilização da nanotecnologia é patente. Por tal motivo a presente pesquisa visa identificar os principais regulamentos adotados na União Europeia para reger o uso da nanotecnologia.

2. NOÇÕES BÁSICAS EM NANOTECNOLOGIA

A nanotecnologia é uma forma de trabalhar partículas e átomos em escala atômica. Calcula-se que um nanômetro pode ser enquadrado dentro da escala científica de “ 10^{-9} ”, o que o torna praticamente invisível aos olhos humanos. Como afirma Elvira Fortunato (2005), o prefixo nano indica extrema pequenez. Tão pequeno de fato, que uma estrutura nanodimensionada tem de ser ampliada mais de 10 milhões de vezes para podermos facilmente apreciar a olho nu.

Portanto, como cita Barth (BARTH, 2006), “enquanto descobrimos um universo cada vez mais expandido, a nanotecnologia toma o rumo contrario, todavia, sem deixar de causar admiração e espanto aos mais curiosos olhos e mentes existentes”.

Mas como tudo começou? Ao contrário do que muitos pensam, a nanotecnologia não é antiga, a ideia surgiu do físico norte-americano Richard Phillips Feynman, que em dezembro de 1959, “profetizou” a criação da nanotecnologia em uma de suas palestras. Esta palestra se chamava “*There’s Plenty of Room at the Bottom*”, que em uma tradução livre, ficaria “Há Muito Espaço Lá Embaixo” (BARTH, 2006).

Feynman previu a manipulação da matéria em nível atômico. Ele propunha o estudo de partículas extremamente pequenas, que, como ele disse, seriam retiradas da matéria sem ao menos afetar sua natureza. Ele provocou a todos os presentes, e ainda afirmou que os 24 volumes da enciclopédia britânica poderiam ser escritos na cabeça de uma agulha (FEYNMAN, 1960).

Em 1974, o então professor da “*Tokyo University of Science*”, Norio Taniguchi, propôs o nome de “*nano-tecnologia*” para a nova tecnologia que então surgira.

A união de tais acontecimentos despertou o interesse de vários cientistas que acompanhavam as novas descobertas, dentre os quais Gerd Binnig e Heinrich Rohrer, pesquisadores da IBM, que se propuseram a pesquisar mais acerca das propriedades da nanotecnologia. Graças a isso, em 1981, os mesmos deram um dos maiores passos da história da nanotecnologia, que foi a criação do Microscópio de Varredura por Tunelamento (*STM*). Este Equipamento permitia visualizar, modificar e moldar os átomos livremente (CHAVES, 2002).

Em 1989, Don Eigler, com a ajuda de Erhard Schweizer, utilizando de um Microscópio de Varredura por Tunelamento, manipulou uma quantia de 35 átomos de xenônio, formando com sucesso a palavra IBM. Tal acontecimento foi marcado na história da nanotecnologia, como sendo a primeira vez em que se pode manipular os átomos com precisão, de forma a colocá-los livremente onde bem se quisesse (IBM, 2013).

A difusão da nanotecnologia ocorreu na década de 80, com Eric Drexler, que usava de ideias e conceitos básicos para poder espalhar e explicar a nanotecnologia (FERNANDES, 2013), todavia, o que elevou as pesquisas de nanomateriais a níveis mais altos foi à descoberta feita por Sumio Iijima em 1991, que desenvolveu os hoje chamados “nanotubos de carbono” (LIMA; BONADIMAN; ELTZ, 2013).

A partir de então, a nanotecnologia evoluiu, o campo de utilização da nanotecnologia mostrou-se extremamente grande, com resultados que surpreendem e causam diferentes e curiosas visões a todos aqueles que a denotam e a enxergam de maneira atual e precisa. Desta forma, sua produtividade e sua industrialização crescem, na medida em que também crescem as preocupações quanto a sua origem e quanto ao seu destino final.

Dentre todas as suas aplicações e pesquisas, a nanotecnologia vem sendo empregada principalmente nas áreas de: eletrônica, com investimentos equivalentes a centenas de milhões de Euros, mostrando força subjacente ao desenvolvimento atual (UNIÃO EUROPEIA, 2013); medicina, com a produção de fármacos (DURAN; MORAIS; MATTOSO, 2006) e a utilização de nano-partículas engenheiradas capazes de detectar e remover tumores e doenças (OLHAR NANO, 2013); ambiental, com o aproveitamento mais eficiente de matérias primas através do uso de nanomateriais catalíticos que aumentam a eficiência e a seletividade de processos industriais, resultando em um menor consumo de energia e uma menor produção de resíduos indesejáveis (QUINA, 2004); e agricultura, com a transgenia, ou seja, a manipulação de sementes (BENTHIEN, 2008) e até mesmo na produção de agrotóxicos (SARGENTELLI, 2012).

Assim, é possível notar que apesar do crescente desenvolvimento, pouco se sabe sobre os riscos da nanotecnologia. Os estudos mais avançados encontram-se relacionados aos riscos

da nanotecnologia, aplicada às áreas médica e ambiental, estudos estes que tornam evidente a necessidade de se agir com maior prevenção e precaução contra estas ameaças.

2.1 – Riscos da nanotecnologia

Um nano, equivale a 1 metro dividido por 1 bilhão, o que nos leva a fórmula (10^{-9}). Não obstante ao avanço, tal efeito se torna de fato preocupante, pois tais partículas, se liberadas livremente na natureza, podem causar riscos tanto à saúde quanto ao meio ambiente.

Os estudos e aplicações acerca da nanociência são muito abrangentes. Nota-se a presença da nanotecnologia em áreas como física, química, informática, eletrônica, ambiental, e, até mesmo na área da saúde, como a manipulação de fármacos (FERNANDES, 2013) ou atuações intracorporais, como a aniquilação de vírus presentes no organismo, por exemplo.

Justamente pelo fato de que a nanotecnologia é utilizada nas áreas da saúde e ambiental é que advém uma grande preocupação por parte de críticos e cientistas acerca das consequências de sua aplicação, pois, afinal, os nanomateriais são átomos ou partículas em escala atômica, que após serem divididos, podem ser agrupados de forma diversa e manipulados de forma a causar efeitos diferentes do normal. Para Quina (2004, p. 1028):

[...] Há, também, uma área ainda incipiente da nanotecnologia, denominada nanotecnologia molecular ou nano-fabricação (“nanomanufacturing”), que almeja o desenvolvimento de sistemas nanométricos auto-replicantes (nano-robôs ou “nanobots”) capazes de fabricar, sob medida, materiais ou objetos através da manipulação da matéria a nível molecular.

Ou seja, são “robôs construindo robôs”, um das ideias iniciais da nanotecnologia, e que, de avanço necessário, passa a avanço preocupante, e por isso tem a necessidade de ser estudado com cautela e precisão.

Além do já citado, o fato de a nanotecnologia trabalhar com materiais de tamanhos ínfimos, faz surgir questionamentos sobre quais os possíveis danos ambientais que possam vir a ocorrer do contato direto dos nanomateriais com o ser humano e o meio ambiente.

Segundo pesquisas recentes, cita Airton Berger Filho (2010), baseado em estudos da ECCHCP, que “a nanobiotecnologia pode criar fusão entre a matéria viva e a não viva, resultando em organismos híbridos e produtos que não são fáceis de controlar e se comportam de maneiras não previsíveis”.

Através dos processos químicos resultantes da manipulação dos nanomateriais podem surgir diversos processos de toxicidade que podem se tornar mortais em contato com os seres vivos. Segundo o Dr. Christopher M. Kelty, em pesquisa realizada juntamente com a UNESCO (UNESCO, 2006), “As questões mais urgentes de curto prazo relacionadas com a nanotecnologia são a toxicidade e a exposição para os seres humanos e o meio ambiente”.

Desde nano-partículas livres até nano-partículas engenheiradas, quando as mesmas entram em contato com o meio, podem facilmente adentrar em organismos ativos, onde dependendo de

sua toxicidade podem acabar com qualquer tipo de vida existente, como o processo que citam Jardim, Paschoalino e Marccone (2010, p. 422):

Alguns estudos sugerem que os nanomateriais, por sua pequena dimensão, podem ter uma permeabilidade maior através da pele, mucosas e membranas celulares, podendo ter seu efeito tóxico magnificado, já que possuem uma reatividade superior, principalmente devido ao aumento da área superficial. Um exemplo clássico é o ouro, que é um metal praticamente inerte, mas que na forma de nanopartículas se torna altamente reativo.

Em suma, os possíveis riscos que a nanotecnologia pode causar ao meio ambiente são de grandes proporções e devem ser cuidadosamente analisados.

O termo “sociedade de risco”, formulado por Ulrich Beck, pela primeira vez em 1986 (BECK, 2010), se adequa muito bem à sociedade atual. Os riscos provenientes da nanotecnologia ainda não são claramente conhecidos e as pesquisas quanto aos mesmos são baixas.

A possível solução ao problema se daria por uma regulação nano específica e a fixação de marcos regulatórios básicos que se adequassem a toda a sociedade mundial.

No momento não presenciamos a fixação de tais marcos regulatórios, o que notamos é demarcação de algumas regulamentações de alguns países ou blocos, como é o caso da União Europeia, que apesar de não estarem tratando diretamente da nanotecnologia acabam impondo regramentos à nanotecnologia de forma indireta.

3. HISTÓRICO DA REGULAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA

A recentidade da nanotecnologia não permite que se tenham marcos regulatórios específicos que consigam estabelecer regras aplicáveis às atividades de pesquisa e fabricação de nanomateriais ou que estabeleçam parâmetros claros quanto à exposição das pessoas e do meio ambiente a esta nova tecnologia.

Mesmo em países que se destacam na manipulação da matéria a nível atômico, como é o caso dos Estados Unidos, de alguns países que compõem a União Europeia, da Coreia do Sul, da China, do Japão e da Rússia, por exemplo, não há uma regulação consolidada, o que se tem são algumas diretrizes, recomendações e normas de padronização.

Na grande parte dos casos, a regulação da nanotecnologia acaba acontecendo de forma indireta, conforme os padrões fixados para as áreas em que vem sendo aplicada. Não obstante, a Nanotechnology Industries Association (2013) enumera uma série de eventos como significativos na construção de políticas e regulações nano-específicas, dentre os quais, destacam-se:

- i) A Comunicação 2008/0366 da Comissão das Comunidades Europeias ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comitê Econômico e Social Europeu, de 17 de junho de 2008 intitulada Aspectos Regulamentares dos Nanomateriais.
- ii) O Regulamento 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, 16 de dezembro de 2008, que estabelece normas relativas aos aditivos utilizados nos gêneros alimentícios;

Clemir José Kades Junior, Giani Burtet, Michael Medeiros, Gabriela Mesa Casa, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

- iii) O Regulamento 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, que indica as normas aplicáveis para cosméticos.
- iv) A Resolução do Parlamento Europeu sobre aspectos regulamentares dos nanomateriais, de 24 de abril de 2009.
- v) A Diretiva 2008/39/CE, de março de 2008, que altera Diretiva 2002/72/CE relativa aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com gêneros alimentícios.
- vi) A orientação sobre novos requisitos químicos para avaliação e notificação de nanomateriais industriais pelo Sistema Nacional de Avaliação e Notificação de Produtos Químicos Industriais - NICNAS (National Industrial and Chemicals Notification) do Departamento de Saúde e Envelhecimento do Governo Australiano, de dezembro de 2008.
- vii) A proibição de utilização de nanopartículas engenheiradas, pelo Programa Orgânico Nacional dos Estados Unidos, em dezembro de 2010.
- viii) O Regulamento 10/2011 da Comissão Europeia que, de 14 de Janeiro de 2011, relativo aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com os alimentos.
- ix) O guia para a indústria acerca da utilização de nanomateriais em produtos regulamentados pela Food and Drug Administration (FDA), em 09 de junho de 2011.
- x) O Manual de Políticas e Procedimentos do Center for Drug Evaluation and Reserch (CDER), órgão vinculado ao FDA, em 06 de março de 2010.
- xi) A divulgação, em junho de 2011, de informe da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) declarando a intenção de obter informações sobre materiais em nanoescala em produtos agrotóxicos.
- xii) A adoção, em 07 de junho de 2011, pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), de regras de testes para determinar a toxicidade de nanomateriais.
- xiii) A orientação para a avaliação dos riscos dos nanomateriais em embalagens e alimentos da European Food Safety Authority (EFSA) - Autoridade Europeia para a Segurança de Alimentos, em maio de 2011;
- xiv) A Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, reformulando a Diretiva 2002/95/UE, conhecida como Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), em 01 de julho de 2011.
- xv) O Regulamento n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho Adoção, de 25 de outubro de 2011, relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os gêneros alimentícios.
- xvi) A Recomendação 2011/696 da Comissão da União Europeia, de 18 de outubro de 2011, sobre a definição de nanomaterial.
- xvii) O Regulamento 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas.

Clemir José Kades Junior, Giani Burtet, Michael Medeiros, Gabriela Mesa Casa, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

- xviii) O Decreto n.º 2012/232, de 17 de fevereiro de 2012, do Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Transporte e Habitação relativo à declaração anual de substâncias feitas com nanomateriais.
- xix) A Comunicação, de setembro de 2012, da Comissão da União Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê de Regiões sobre dispositivos médicos e dispositivos médicos seguros para diagnóstico *in vitro* inovadores e eficazes aos interesses dos doentes, consumidores e profissionais da saúde.
- xx) A Comunicação 2012/572 da Comissão Europeia, de 03 de outubro de 2012, que trata da segunda revisão regulamentar relativa a nanomateriais.

Feito este apanhado geral, ater-se-á a análise as iniciativas regulamentares da União Europeia.

4. A REGULAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA NA UNIÃO EUROPEIA

Pouco se tem falado sobre uma ampla regulamentação quanto à matéria nanotecnológica. O maior investimento em pesquisas relativas à nanotecnologia provém da iniciativa privada, à qual pouco interesse apresenta em uma regulamentação nanoespecífica, haja vista que haveria uma grande limitação quanto às pesquisas e quanto aos resultados pela mesma propostos.

Por outro lado, alguns países e organizações internacionais vêm propondo iniciativas regulamentares em função dos riscos desta nova tecnologia.

A União Europeia apresenta considerável avanço com a elaboração de diretivas e demais regulamentações que, de forma direta ou indireta, visam controlar os aspectos científicos, comerciais, e ainda os ligados à saúde humana e à qualidade do meio ambiente. O que pode ser considerado como o embrião de um marco regulatório específico.

Para isso, a União Europeia conta com uma estrutura política e técnica, especializada na regulamentação e controle de possíveis danos provenientes da nanotecnologia, ao mesmo tempo em que busca regulamentar e padronizar técnicas para a utilização da nanotecnologia, facilitando a utilização da mesma de forma legal e benéfica.

4.1. Estrutura político-organizacional da União Europeia

A União Europeia teve início no rescaldo da Segunda Guerra mundial, com o intuito de incentivar a cooperação econômica na Europa, partindo-se do pressuposto de que os países com relações comerciais se tornam economicamente dependentes, o que reduz o risco de conflitos. Atualmente a União Europeia conta com o total de 28 países, que juntos abarcam grande parte do continente europeu. (EUROPA, 2013).

A União Europeia é composta por várias instituições, sendo elas: o Parlamento Europeu, que é o ramo legislativo da União Europeia, formado por eleição direta; o Conselho Europeu, que define a direção política e as prioridades políticas; o Conselho, que decide políticas e adota legislação; a Comissão Europeia, que propõe legislação, acordos políticos e promove a União; o Tribunal de

Justiça, responsável por proferir acórdãos nos processos submetidos à sua apreciação; o Banco Central Europeu, que assegura a estabilidade dos preços, gerindo o Euro e a política monetária da Zona do Euro; o Tribunal de Contas Europeu, que tem a função de verificar se os fundos da União Europeia são cobrados e utilizados corretamente e ajudar a melhorar a gestão financeira da União Europeia; o Comitê Econômico e Social Europeu, que representa a sociedade civil organizada; o Comitê das Regiões, que representa as cidades e as regiões da Europa; o Provedor de Justiça Europeu, que investiga queixas dos cidadãos, relacionadas a casos de má administração; a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, que tem a função de proteger os dados pessoais dos cidadãos tratados pelas Instituições e Organismos da União Europeia; e o Banco Europeu de Investimento, que disponibiliza financiamentos a longo prazo para investimentos em projetos relacionados com a União Europeia. (UNIÃO EUROPEIA, 2013).

A União Europeia ainda conta com a presença dos Parlamentos Nacionais, e das Agências. Os Parlamentos Nacionais são pertencentes a cada Estado-Membro, e atuam lado a lado com as Instituições Europeias no Trabalho da União. As Agências são entidades especializadas da União Europeia que oferecem informações ou pareceres as outras instituições da União Europeia, aos Estados-Membros e aos cidadãos.

Segundo o Artigo 288.º do Tratado de Lisboa (UNIÃO EUROPEIA, 2010), os atos jurídicos unilaterais da União Europeia são oficialmente os “regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres”.

O regulamento tem caráter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros (UNIÃO EUROPEIA, 2010).

A diretiva vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios (UNIÃO EUROPEIA, 2010).

A decisão é obrigatória em todos os seus elementos. Quando designa destinatários, só é obrigatória para estes (UNIÃO EUROPEIA, 2010).

As recomendações e os pareceres não são vinculativos (UNIÃO EUROPEIA, 2010).

As disposições legais não são limitadas ao que somente diz o Artigo 288.º do Tratado, podendo ainda existir atos atípicos daqueles enumerados no referido artigo, provenientes de outras disposições dos tratados ou simplesmente criados pelas próprias práticas institucionais. Tais atos são frequentemente utilizados por instituições, podendo ser, por exemplo, resoluções, conclusões, comunicações, etc.. Todos têm eficácia política, todavia, normalmente não possuem efeito jurídico vinculativo (EUROPA, 2013).

4.2. REGRAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA RELACIONADOS À NANOTECNOLOGIA

Via de regra, a União Europeia vem tratando da nanotecnologia de forma indireta por uma série de atos unilaterais aplicáveis às áreas em que se utiliza a nanotecnologia. Além disso, alguns dispositivos legais procuram tratar diretamente de aspectos relacionados à nanotecnologia. A seguir

passa-se a uma breve análise dos principais Regulamentos, Diretivas, Decisões, Recomendações, Pareceres, Comunicações, Resoluções e Orientações em vigor que tratam de alguma forma da nanotecnologia ou de seus riscos.

Regulamentos:

- i) Regulamento (CE) n° 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, relativo ao registro, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia de Substâncias Químicas (UNIÃO EUROPEIA, 2006);
- ii) Regulamento (CE) n° 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo aos aditivos alimentares. Obriga a avaliação ou reavaliação de aditivos alimentares que utilizem da nanotecnologia em sua produção e a inserção do aditivo em uma lista comunitária após sua aprovação (UNIÃO EUROPEIA, 2008);
- iii) Regulamento (CE) n° 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativo aos produtos cosméticos. Fixa uma definição de nanomateriais, determina como deve ser feita a divulgação de informações relativas à presença de nanomateriais em cosméticos, e métodos de avaliação, controle e permissão quanto ao uso de nanomateriais em cosméticos (UNIÃO EUROPEIA, 2009);
- iv) Regulamento (UE) n° 10/2011 da Comissão, de 14 de janeiro de 2011, relativo aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com os alimentos. Fixa que os materiais que apresentarem nanopartículas devem ser avaliados caso a caso pelas autoridades no que respeita aos riscos, ou seja, eles deverão ter uma avaliação especial (UNIÃO EUROPEIA, 2011);
- v) Regulamento (UE) n° 1169/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os gêneros alimentícios. Obriga a informação da presença de nanomateriais artificiais em alimentos, fixa a definição de nanomateriais artificiais e as propriedades características da nanoescala e define a metodologia que deve ser aplicada à informação (UNIÃO EUROPEIA, 2011);
- vi) Regulamento (UE) n° 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e a utilização de produtos biocidas. Fixa a definição de nano material, define a competência de decisão sobre a definição de nano material, define a competência de decisão sobre se um objeto é ou não nano material e fixa termos em que um nano material é aprovado (UNIÃO EUROPEIA, 2012).

Diretivas:

- i) Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, relativa a restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrônicos. Fica obrigada a análise de restrição a nanomateriais que ofereçam perigo e a restrição ou substituição dos mesmos por materiais alternativos quando comprovado o perigo (UNIÃO EUROPEIA, 2011);

Clemir José Kades Junior, Giani Burtet, Michael Medeiros, Gabriela Mesa Casa, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

- ii) Diretiva 2012/19/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (REEE). Define a competência da Comissão para avaliar se poderá ser necessário um tratamento específico aos riscos dos produtos de nanotecnologia (UNIÃO EUROPEIA, 2012).

Recomendações:

- i) Recomendação da Comissão, de 18 de Outubro de 2011, sobre a definição de nanomaterial. Define o que são nanomateriais (UNIÃO EUROPEIA, 2011).

Comunicações:

- i) Comunicação 2008/0366 da Comissão das Comunidades Europeias ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comitê Econômico e Social Europeu, de 17 de junho de 2008, intitulada Aspectos Regulamentares dos Nanomateriais (UNIÃO EUROPEIA, 2008);
- ii) Comunicação da Comissão da União Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê de Regiões, de setembro de 2012, sobre dispositivos médicos e dispositivos médicos seguros para diagnóstico in vitro inovadores e eficazes aos interesses dos doentes, consumidores e profissionais da saúde (UNIÃO EUROPEIA, 2012);
- iii) Comunicação 2012/572 da Comissão Europeia, de 03 de outubro de 2012, que trata da segunda revisão regulamentar relativa à nanomateriais (UNIÃO EUROPEIA, 2012).

Resoluções:

- i) Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de abril de 2009, sobre aspectos regulamentares dos nanomateriais (UNIÃO EUROPEIA, 2009).

Orientações:

- i) A orientação, de maio de 2011, para a avaliação dos riscos dos nanomateriais em embalagens e alimentos da European Food Safety Authority (EFSA) - Autoridade Europeia para a Segurança de Alimentos (UNIÃO EUROPEIA, 2011).

Dentre os atos unilaterais, a União Europeia reconhece o Regulamento REACH como o mais adequado para o tratamento das questões técnicas relacionadas à nanotecnologia e aos seus riscos.

5. CONCLUSÕES

O presente artigo materializa um estudo inicial, que procurou tratar de forma sucinta e específica dos aspectos relevantes à nanotecnologia e sua regulamentação, principalmente no âmbito da União Europeia.

Clemir José Kades Junior, Giani Burtet, Michael Medeiros, Gabriela Mesa Casa, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcellos

A fixação de marcos regulatórios que regrem de forma específica a nanotecnologia é de vital importância para o avanço da ciência, da tecnologia e do combate a possíveis riscos nanotecnológicos, e este é um dos principais alvos de pesquisa do Núcleo de Iniciação Científica Tecnocência e Meio Ambiente (NITEMA), do qual fazem parte pesquisadores pertencentes ao Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania, que desde 2010 estudam os aspectos jurídicos decorrentes do avanço das tecnologias sobre os direitos humanos, em especial aqueles relacionados à saúde humana e à qualidade do meio ambiente.

A iniciativa da União Europeia em criar uma linha de regramentos diretos e indiretos, que de alguma forma regrasssem o uso da nanotecnologia, foi um importante passo para o avanço de uma normatização mais clara e específica, porém, nota-se que é baixo o número de normas aplicáveis.

O provável impasse para a regulamentação da nanotecnologia é quase que certamente o setor privado. A maior parte dos investimentos em nanotecnologia são atualmente originados da iniciativa privada, a qual pouco interesse apresenta em limitações à suas pesquisas.

A possível solução ao apresentado impasse, seria uma pesquisa mais ampla em regulamentos e iniciativas governamentais de países e de blocos econômicos, como os da União Europeia, haja vista que uma maior descoberta abriria mais caminhos e soluções, que poderiam facilmente ser aplicados na prática ao campo regulamentar da nanotecnologia.

6. REFERÊNCIAS

BARTH, Wilmar Luiz. **Nanotecnologia “Há muito espaço lá embaixo!”**. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 36, Nº 153, p. 669-695, 2006.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENTHIEN, Patrícia Faraco. **Transgenia e nanotecnologia: Uma reflexão acerca da relação entre Modernidade, Novas Tecnologias e Informação**. Revista THEOMAI, Buenos Aires, nº18, p. 111-122, 2008. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO18/Faraco.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

DURAN, Nelson; MORAIS, Paulo Cezar de; MATTOSO, Luiz Henrique Capparelli. **Nanotecnologia: introdução, preparação e caracterização de nanomateriais e exemplos de aplicação**. São Paulo: Artliber, 2006.

EUROPA. **Os actos unilaterais**. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/decisionmaking_process/l14528_pt.htm>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FERNANDES, Maria Fernanda Marques. **História da Ciência do Tempo Presente: O Caso da Nanotecnologia**. Disponível em: <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Maria%20Fernanda%20HIST%C3%93RIA.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FEYNMAN, Richard Phillips. **There's Plenty Of Room at the Bottom**. Engineering and Science, Pasadena, v. 23, n. 5, p. 22-36, 1960.

Clemir José Kades Junior, Giani Burtet, Michael Medeiros, Gabriela Mesa Casa, Reginaldo Pereira, Rodrigo da Costa Vasconcelos

FILHO, Airton Guilherme Berger. **Nanotecnologia e o princípio da precaução na sociedade de risco**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7084>. Acesso em: 11 jul. 2013.

FORTUNATO, Elvira. **As metas da nanotecnologia: Aplicações e Implicações**. 2005. 10p. Dissertação – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: FCT, 2005.

IBM. **IBM Research nanophysics breakthrough captures first-ever image of charge distribution in a single molecule**. Disponível em: <<http://www.zurich.ibm.com/news/12/charge.html>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

JARDIM, Wilson F.; PASCHOALINO, Matheus P.; MARCONE, Glauciene P. S.. **Os Nanomateriais e a Questão Ambiental**. Química Nova. São Paulo, v.33, n.2, p. 421-430, 2010.

LIMA, Macio Dias; BONADIMAN, Renato; ELTZ, Bernardo. **Nanotubos de Carbono Obtidos no Lacer por Deposição Química de vapor Catalisada**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/lacer/gmn/nanotubosbr.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

NANOTECHNOLOGY INDUSTRIES ASSOCIATION (NIA). **The Regulatory Framework from the Industries**: perspective. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Steffi.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

OLHAR NANO. **Como as Nanopartículas Magnéticas Podem Ser Aplicadas na Medicina?**. Disponível em: <<http://www.olharnano.com/artigos/4001/32002/Como-as-nanoparticulas-magneticas-podem-ser-aplicadas-na-medicina>>. Acesso em: 11. jul. 2013.

QUINA, Frank H.. **Nanotecnologia e o Meio Ambiente: Perspectivas e Riscos**. Química Nova. São Paulo, v.27, n.6, p. 1028-1029, 2004.

SARGENTELLI, Vagner. **Nanociência: Aplicações Tecnológicas em Química, Saúde, Agricultura e Meio Ambiente: Uma Sinopse**. Revista Ambiente: gestão e desenvolvimento, Roraima, v. 4, n.1, p. 139-147, 2012. Disponível em: <<http://www.uerr.edu.br/remgads/index.php/ambiente/article/view/12>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

UNESCO. **The Ethics and Politics Of Nanotechnology**. Paris: UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145951e.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

UNIÃO EUROPEIA. **Nanotecnologia: Pequena Ciência com grande potencial**. Disponível em: <bookshop.europa.eu/.../K14402949PTD_001.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2013.

_____. **Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, 2010, C 83/1**. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:FULL:PT:PDF>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Como Funciona a União Europeia: Guia das Instituições da União Europeia**. Bélgica: Comissão Europeia, 2013. Disponível em: <<http://bookshop.europa.eu/pt/como-funciona-a-uni-o-europeia-pbNA3212336/?CatalogCategoryID=luYKABst3lwAAAEjxJEY4e5L>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MARCOS REGULATÓRIOS PARA A NANOTECNOLOGIA: DIREITO E REGULAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Giani Burtet¹, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

¹Curso de Graduação em Direito
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: giani@unochapeco.edu.br
Fonte de Financiamento: Unochapecó

RESUMO

A nanotecnologia vem sendo muito discutida no cenário mundial. Os países mais desenvolvidos e as principais universidades e centros de pesquisa estão investindo fortemente na nanotecnologia, buscando analisar tudo o que ela tem a oferecer para o mundo. Todavia, pouco se sabe acerca dos riscos que dela decorrem à saúde humana e ao meio ambiente. O presente trabalho procura analisar a situação atual da regulação da nanotecnologia nos Estados Unidos da América. Para tanto, apresenta um breve estudo sobre noções básicas de nanotecnologia. Logo após, é realizada uma análise referente ao histórico das regulações da nanotecnologia no mundo, onde se verifica que em nível global há uma ausência de parâmetros jurídicos e normativos que orientem o uso, manuseio e pesquisa sobre a nanotecnologia. E por fim, apresenta-se um estudo sobre a nanotecnologia nos Estados Unidos da América, um dos países que mais investe nesta área da ciência. Nos Estados Unidos da América também não existe uma legislação específica para a nanotecnologia, esta é supervisionada pelas agências reguladoras federais, principalmente pela FDA (Food and Drug Administration), a OSHA (Occupational Safety and Health Administration) e a EPA (Environmental Protection Agency). Há neste país duas diretrizes emitidas pelo Poder Executivo, que dita princípios básicos que devem ser seguidos para o uso, manuseio e pesquisa da nanotecnologia. Na nanotecnologia é imprescindível que sejam criados marcos regulatórios que tenham um controle eficaz para o uso e manuseio dos nanomateriais, que possibilitem melhores níveis de segurança para o ser humano e o meio ambiente, sem colocar em risco as cadeias produtivas.

Palavras-chave: Nanotecnologia. Nanomateriais. Regulação. Estados Unidos da América.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços da nanotecnologia necessitam de iniciativas que regulamentem seu uso e manuseio, os benefícios e riscos que essa tecnologia nos apresenta precisam de estudos aprofundados, para trazer segurança aos seres humanos e ao meio ambiente.

Países que apresentam os melhores índices de industrialização do mundo, como os Estados Unidos da América, a Alemanha, o Reino Unido, o Canadá, o Japão, a França e outros, que estão entre os que, atualmente, experimentam níveis surpreendentes de crescimento, como é o caso da China, ou de elevado índice de aprimoramento tecnológico, tais como a Coréia do Sul, investem maciçamente em pesquisas na área da nanotecnologia.

As universidades e os centros de pesquisa de ponta, da mesma forma, têm destinado boa parte da verba gasta em pesquisas na área tecnológica em pesquisas que visam aprimorar técnicas de manipulação da matéria em nível nanométrico e descobrir novas aplicações para os nanomateriais.

A grande dificuldade será a criação de marcos regulatórios que sejam eficazes e que acompanhem o seu avanço, pois como a nanotecnologia está em desenvolvimento, as regulações terão que se adequar aos novos desafios impostos.

Este trabalho tem como objetivo precípua verificar os marcos regulatórios para a nanotecnologia no Estados Unidos da América, analisando as diretrizes emitidas pelo Poder Executivo deste país.

2 NOÇÕES BÁSICAS EM NANOTECNOLOGIA

A Nanotecnologia é tecnologia aplicada à nanoescala. Contudo, confundindo-se muitas vezes com esta, mas com significado diferente temos a nanociência que estuda a compreensão e o controle da matéria em dimensões variadas entre 1 a 100 nanômetros, onde fenômenos únicos potencializam novas aplicações. A nanotecnologia engloba engenharias e tecnologias.

Trata-se de engenharia molecular, manipulação atômica e molecular de modo a se criarem aparelhos com precisão atômica.

Um nanômetro (nm) significa uma divisão pequena do comprimento de um metro. Para obter um nanômetro, dividimos o metro por 1.000.000.000 (um bilhão) de vezes.

Um nm é mil vezes menor que um micrômetro. E um nanômetro é o tamanho da distância entre os átomos de um sólido ou de uma molécula. A título de comparação, os átomos são cerca de 1/10.000 do tamanho de uma bactéria, e bactérias são 1/10.000 do tamanho dos mosquitos. (BARTH, 2006, p. 673).

A nanotecnologia pode ser considerada uma tecnologia multidisciplinar, pois opera a partir de postulados de várias ciências, tais como: a física, química, matemática, sociologia, filosofia, entre outras. Os cientistas estudam como alterar a propriedade molecular de um material em nanoescala, mas outro desafio é como produzir em grande quantidade estas moléculas já devidamente alteradas.

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

As principais áreas de utilização da nanotecnologia são as de engenharia de novos materiais, a produção de energia, a biotecnologia, a eletrônica e a computação. Para fins didáticos, podemos dividir as áreas de aplicação em três grandes grupos (CAMPOS, 2013):

Nanoeletrônica: esta desenvolve uma ultra-alta compactação e miniaturização, permitindo assim o a manipulação de quantidades de informação extremamente grandes associadas a rápidas velocidades de processamento (CAMPOS, 2013).

Nanobiotecnologia: neste setor combinam-se a engenharia em nanoescala com a biologia para manipular sistemas vivos ou construir materiais

biologicamente inspirados a nível molecular, ou implementar novas técnicas de diagnóstico.

Nanomateriais: a nanotecnologia é aqui utilizada na para controlar a morfologia e a dimensão das substâncias ou partículas e, com isto, produzir materiais nanoestruturados.

A nanotecnologia possibilita desenvolver novos métodos e técnicas para a indústria, diferenciando a produção de cosméticos, alimentos, tecidos, drogaria, entre outros.

Entretanto, por ter sido descoberta e explorada recentemente, não se sabe ao certo quais benefícios e riscos que trará para o ser humano e o meio ambiente.

As mesmas características que tornam as nanopartículas interessantes do ponto de vista de aplicação tecnológica, podem ser indesejáveis quando essas são liberadas no meio ambiente.

O pequeno tamanho das nanopartículas facilita sua difusão e transporte na atmosfera, em águas e em solos, ao passo que dificulta sua remoção por técnicas usuais de filtração (QUINA, 2004, p.2).

De modo geral, sabe-se muito pouco ou nada sobre a biodisponibilidade, biodegradabilidade e toxicidade de novos nanomateriais. A contaminação do meio ambiente por nanomateriais com grande área superficial, boa resistência mecânica e atividade catalítica pode resultar na concentração de compostos tóxicos na superfície das nanopartículas, com posterior transporte no meio ambiente ou acúmulo ao longo da cadeia alimentar, na absorção de biomoléculas, com consequente interferência em processos biológicos in vivo, numa maior resistência à degradação (portanto, maior persistência no meio ambiente) e em catálise de reações químicas indesejáveis no meio ambiente (QUINA, 2004, p.2).

Verifica-se que a nanotecnologia pode trazer muitos benefícios e também riscos para a saúde humana e o meio ambiente.

3 HISTÓRICO DA REGULAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA

A recentidade da nanotecnologia não permite que se tenham marcos regulatórios específicos que consigam estabelecer regras aplicáveis às atividades de pesquisa e fabricação de nanomateriais ou que estabeleçam parâmetros claros quanto à exposição das pessoas e do meio ambiente a esta nova tecnologia.

Mesmo em países que se destacam na manipulação da matéria a nível atômico, como é o caso dos Estados Unidos, de alguns países que compõem a União Europeia, da Coreia do Sul, da

China, do Japão e da Rússia, por exemplo, não há uma regulação consolidada, o que se tem são algumas diretrizes, recomendações e normas de padronização.

Na grande parte dos casos, a regulação da nanotecnologia acaba acontecendo de forma indireta, conforme os padrões fixados para as áreas em que vem sendo aplicada. Não obstante, a Nanotechnology Industries Association (2013) enumera uma série de eventos como significativos na construção de políticas e regulações nano-específicas, dentre os quais, destacam-se:

- i) A Comunicação 2008/0366 da Comissão das Comunidades Europeias ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comitê Econômico e Social Europeu, de 17 de junho de 2008 intitulada Aspectos Regulamentares dos Nanomateriais.
- ii) O Regulamento 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, 16 de dezembro de 2008, que estabelece normas relativas aos aditivos utilizados nos gêneros alimentícios;
- iii) O Regulamento 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, que indica as normas aplicáveis para cosméticos.
- iv) A Resolução do Parlamento Europeu sobre aspectos regulamentares dos nanomateriais, de 24 de abril de 2009.
- v) A Diretiva 2008/39/CE, de março de 2008, que altera Diretiva 2002/72/CE relativa aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com gêneros alimentícios.
- vi) A orientação sobre novos requisitos químicos para avaliação e notificação de nanomateriais industriais pelo Sistema Nacional de Avaliação e Notificação de Produtos Químicos Industriais - NICNAS (National Industrial and Chemicals Notification) do Departamento de Saúde e Envelhecimento do Governo Australiano, de dezembro de 2008.
- vii) A proibição de utilização de nanopartículas engenheiradas, pelo Programa Orgânico Nacional dos Estados Unidos, em dezembro de 2010.
- viii) O Regulamento 10/2011 da Comissão Europeia que, de 14 de Janeiro de 2011, relativo aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com os alimentos.
- ix) O guia para a indústria acerca da utilização de nanomateriais em produtos regulamentados pela Food and Drug Administration (FDA), em 09 de junho de 2011.
- x) O Manual de Políticas e Procedimentos do Center for Drug Evaluation and Reserch (CDER), órgão vinculado ao FDA, em 06 de março de 2010.
- xi) A divulgação, em junho de 2011, de informe da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) declarando a intenção de obter informações sobre materiais em nanoescala em produtos agrotóxicos.
- xii) A adoção, em 07 de junho de 2011, pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), de regras de testes para determinar a toxicidade de nanomateriais.
- xiii) A orientação para a avaliação dos riscos dos nanomateriais em embalagens e alimentos da European Food Safety Authority (EFSA) - Autoridade Europeia para a Segurança de Alimentos, em maio de 2011;

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

- xiv) A Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, reformulando a Diretiva 2002/95/UE, conhecida como Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), em 01 de julho de 2011.
- xv) O Regulamento n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho Adoção, de 25 de outubro de 2011, relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os gêneros alimentícios.
- xvi) A Recomendação 2011/696 da Comissão da União Europeia, de 18 de outubro de 2011, sobre a definição de nanomaterial.
- xvii) O Regulamento 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas.
- xviii) O Decreto n.º 2012/232, de 17 de fevereiro de 2012, do Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Transporte e Habitação relativo à declaração anual de substâncias feitas com nanomateriais.
- xix) A Comunicação, de setembro de 2012, da Comissão da União Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê de Regiões sobre dispositivos médicos e dispositivos médicos seguros para diagnóstico *in vitro* inovadores e eficazes aos interesses dos doentes, consumidores e profissionais da saúde.
- xx) A Comunicação 2012/572 da Comissão Europeia, de 03 de outubro de 2012, que trata da segunda revisão regulamentar relativa a nanomateriais.

Feito este apanhado geral, ater-se-á a análise das iniciativas regulamentares dos Estados Unidos da América.

4 A REGULAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA NOS ESTADOS UNIDOS

A regulamentação é a forma de controle social, através de meios legais (decretos, resoluções, etc.) pelos quais poderiam ser prevenidos os danos da nanotecnologia e fiscalizados sua comercialização e produção, além de realizar uma gestão dos riscos que envolvem essa tecnologia. Bem como ser utilizada como acoplamento estrutural entre a tecnologia e a sociedade (FERRONATTO, 2010, p.73).

É necessária uma regulamentação que previna dos riscos dos nanomateriais. Todavia, em todos os países, falta uma legislação que regulamente o uso e manuseios dos produtos nanotecnológicos.

Os Estados Unidos é um dos países que tem destaque no cenário mundial na pesquisa e fabricação de produtos feitos a partir da nanotecnologia. Contudo, não há neste país uma legislação específica para o desenvolvimento destas pesquisas. Há somente algumas diretrizes da Casa Branca nesse sentido.

É necessário que os marcos regulatórios que sejam criados para a nanotecnologia tenham um controle eficaz para o uso e manuseio, para assim poder garantir a segurança ao ser humano e

ao meio ambiente. Assim, será possível o desenvolvimento desta tecnologia sem colocar em risco as cadeias produtivas.

Nos EUA, a nanotecnologia é normatizada atualmente pelo Poder Executivo, e também por três agências reguladoras: a FDA (Food and Drug Administration), a OSHA (Occupational Safety and Health Administration) e a EPA (Environmental Protection Agency).

A FDA é um órgão do governo, responsável por controlar novos alimentos, cosméticos, equipamentos médicos, materiais biológicos e produtos derivados do sangue humano que são criados para o consumo interno do país.

Em um relatório de força tarefa (2007), a FDA recomenda que a pré-comercialização de produtos deverá apresentar informações sobre os efeitos, a segurança e a eficácia desses materiais em nanoescala. Assim, os produtos deverão ser rotulados com informações sobre os nanomateriais utilizados na fabricação dos produtos.

A EPA, em 2004, criou o “White Paper”, que é o relatório americano de proteção ambiental, neste relatório está exposto o conhecimento científico existente e suas lacunas relacionado com os riscos de exposição ao ambiente dos nanomateriais e os possíveis benefícios ambientais da nanotecnologia.

A OSHA, é a agência reguladora responsável pelo controle e fiscalização da segurança e saúde ocupacional.

4.1 As diretrizes da Casa Branca

O Poder Executivo dos EUA, publicou 2 diretrizes para a regulamentação da nanotecnologia.

Em 11 de março de 2011, o Escritório de Política Científica e Tecnológica da Casa Branca, emitiu um memorando para os Chefes de Departamentos e Agências Executivas tratando sobre os Princípios para a regulamentação e a supervisão de Tecnologias Emergentes.

Este memorando, logo no início preceitua que as tecnologias emergentes, necessitam de uma supervisão adequada e equilibrada. E que o governo, deseja que haja a regulação e supervisão que assegure a proteção e a segurança da saúde e do meio ambiente.

Para isso, o Comitê de Coordenação de Política Interagencial de Tecnologias Emergentes da Casa Branca (ETIPC) desenvolveu princípios gerais, em conformidade com a Ordem Executiva 13563, para orientar o desenvolvimento e a implementação de políticas para a supervisão de tecnologias emergentes, a nível do organismo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

Este documento (2011) prevê que devem ser seguidos os seguintes princípios para promover a regulação e fiscalização das tecnologias emergentes pelas agências:

- 1) Integridade Científica: A regulação e a supervisão de tecnologias emergentes devem ser baseadas na melhor evidência científica disponível. Informação adequada e os novos conhecimentos devem ser tidos em conta quando se torna disponível. Na medida do possível, as decisões puramente científicas devem ser separadas de juízos de política.

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

- II) **Participação do Público:** Na medida do possível e sujeito a restrições válidas (envolvendo, por exemplo, a segurança nacional e informações confidenciais sobre a empresa), informações relevantes devem ser produzidas com amplas possibilidades de envolvimento das partes interessadas e a participação do público. A participação do Público é importante para promover a responsabilização, para melhorar as decisões, para aumentar a confiança, e para garantir que os funcionários tenham acesso a informações dispersas.
- III) **Comunicação:** O Governo Federal deve comunicar ativamente ao público sobre os benefícios e os riscos potenciais associados com as novas tecnologias.
 - IV) **Os benefícios e os custos:** A regulação e a supervisão de tecnologias emergentes devem ser baseadas na consciência dos potenciais benefícios e custos da regulação, incluindo o reconhecimento do papel das informações limitadas e os riscos na tomada de decisão.
- V) **Flexibilidade:** Na medida do possível, a regulação e a supervisão devem ser flexíveis para acomodar novos elementos de prova e de aprendizagem e para ter em conta o caráter evolutivo das informações relacionadas às tecnologias emergentes e suas aplicações.
 - VI) **Avaliação de Risco e Gerenciamento de Risco:** A avaliação de riscos deve ser distinguida da gestão de risco. O Governo deve se esforçar para atingir um nível adequado de consistência na avaliação de risco e gerenciamento de risco através de várias agências e escritórios e em várias tecnologias. Ações de gerenciamento de riscos devem ser adequadas e proporcionais com o grau de risco identificado na avaliação.
- VII) **Coordenação:** Agências federais devem procurar a coordenação entre si, com as autoridades do estado, e com as partes interessadas para atender à amplitude de questões, incluindo saúde, segurança, economia, ambiente e questões éticas (quando aplicável) associadas com a comercialização de uma tecnologia emergente, em um esforço para elaborar uma abordagem coerente. Deve haver um claro reconhecimento das atribuições de cada Estado e de cada agência federal e um esforço em incluir as entidades competentes ao tentar abordar a amplitude de questões.
- VIII) **Cooperação Internacional:** O Governo Federal deve incentivar a investigação coordenada e colaborativa em toda a comunidade internacional. Deve comunicar claramente as abordagens regulatórias e o posicionamento dos Estados Unidos para outros países. Deve promover escolhas informadas de compartilhamento e desenvolvimento de dados relevantes, especialmente em relação aos benefícios e custos da regulação e supervisão. O Governo Federal deve participar no desenvolvimento de padrões internacionais, de acordo com a legislação e a orientação dos EUA.
- IX) **Regulação:** O Governo Federal deve aderir a Ordem Executiva 13563, e ser coerente com os seguintes princípios, na medida permitida por lei, ao regulamentar tecnologias emergentes:
 - IX.I) As decisões devem ser baseadas na melhor informação razoavelmente obtida, dentro dos limites das autoridades e dos mandatos de cada órgão;
 - IX.II) Os regulamentos devem ser desenvolvidos com um firme compromisso com a participação pública;
 - IX.III) Os benefícios da regulamentação devem justificar os custos (na medida do permitido por lei e reconhecendo a relevância da incerteza e os limites de quantificação e equivalentes monetários);
 - IX.IV)

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

Sempre que possível, as abordagens reguladoras devem promover a inovação e, ao mesmo tempo, alcançar os objetivos de regulação, tais como a proteção da saúde, meio ambiente e segurança; IX.V) Quando nenhum problema significativo justifique a supervisão com base em um atributo suficientemente distintivo da tecnologia ou de sua aplicação, as agências devem considerar a opção de não regular; IX.VI) Sempre que possível, abordagens regulatórias devem ser baseadas no desempenho e garantir previsibilidade e flexibilidade diante de novas provas e evolução das informações.

Em 09 de junho de 2011, novamente o Escritório de Política Científica e Tecnológica da Casa Branca, emitiu outro memorando para os Chefes de Departamentos e Agências Executivas.

Neste memorando, é enfatizado o que o Presidente Barack Obama determina na Ordem Executiva 13563 de 18 de janeiro de 2011, Segundo Obama, o sistema regulatório dos Estados Unidos para a nanotecnologia deve proteger a saúde pública, bem-estar, segurança e meio ambiente, promovendo o crescimento econômico, inovação, competitividade e criação de empregos. Deve basear-se na melhor técnica disponível (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

No início, o documento trata sobre a abrangência dos nanomateriais em todos os setores da economia, e também da vida das pessoas bem como do meio ambiente. Todos os avanços da nanotecnologia estão impulsionando o crescimento econômico, a inovação e a competitividade.

A Iniciativa Nacional de Nanotecnologia (NNI), uma das prioridades tecnocientíficas da Administração Obama, investiu quase US \$ 14 bilhões em pesquisa e desenvolvimento desde a sua criação no ano fiscal de 2001. Um objetivo essencial da NNI é o desenvolvimento responsável da nanotecnologia, que exige a maximização dos seus benefícios e a compreensão e gestão dos riscos relevantes (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

Este documento destina-se a resumir os princípios relevantes para a promoção de uma abordagem equilibrada, baseada no estado da arte da ciência e da tecnologia e a regulação dos nanomateriais e outras aplicações da nanotecnologia de uma forma que seja promovida a proteção saúde humana, a segurança e do meio ambiente, sem prejuízo a novas tecnologias e sem a criação de obstáculos desnecessários ao comércio ou os entraves à inovação (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

Os princípios adotados pelos memorandos originados na Casa Branca não são vinculantes, eles fornecem as bases sobre as quais deverão as agências reguladoras atuar. Eles não substituem as autoridades legais existentes ou procuram dificultar a ação das agências federais na concretização de sua autoridade legal e regulamentar, que deverá seguir os ditames da lei. As agências devem continuar a implementar políticas sólidas para proteger a saúde pública, segurança e meio ambiente (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

O memorando ainda define alguns parâmetros para serem utilizados para fins de regulamentação.

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

Assim, o conceito usado para nanotecnologia, deverá ser o mesmo estabelecido pela NNI, qual seja: a compreensão e controle da matéria em dimensões entre cerca de 1 e 100 nanômetros, em que os fenômenos únicos permitem novas aplicações (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

Propriedades e fenômenos emergentes nas aplicações da matéria em nanoescala alteram as propriedades dos materiais, podendo gerar novos benefícios e/ou novos riscos. Estas propriedades e fenômenos podem decorrer de alterações físico-químicas e podem afetar positiva ou negativamente não só a segurança, a eficácia, o desempenho ou a qualidade dos produtos, mas também o seu impacto sobre a saúde pública e o meio ambiente (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

O memorando também apresenta um quadro para a revisão e supervisão de nanomateriais. Este quadro deverá evoluir de acordo com as respostas alcançadas com as experiências das agências e outras partes interessadas.

Para fins de regulação e supervisão, as agências federais devem se concentrar nas propriedades ou fenômenos observados em nanomateriais, em suas aplicações e em questões atuais relacionadas ao risco, segurança, benefícios, ou outros critérios regulamentares. As agências federais devem evitar fazer generalizações cientificamente infundadas que categoricamente julguem todas as aplicações da nanotecnologia como intrinsecamente benignas ou prejudiciais. Neste sentido, a identificação dos riscos específicos no contexto em que ocorrem – com base em evidências científicas para apoiar esse julgamento – vai ajudar a garantir que as percepções dos nanomateriais se dêem em bases específicas, baseadas em evidências científicas, em vez de se fundarem em generalizações sem suporte (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

Quando se tratar de nanomateriais, as agências deverão seguir os princípios de regulamentação e supervisão de tecnologias emergentes.

As agências deverão: I) Para garantir a integridade científica, basear suas decisões na melhor evidência científica disponível, separando juízos puramente científicos de julgamentos da política na medida do possível; II) Buscar e desenvolver a informação adequada em relação aos potenciais efeitos dos nanomateriais sobre a saúde humana e o meio ambiente e ter em conta os novos conhecimentos quando se torna disponível; III) Na medida do possível e sujeito a restrições válidas (envolvendo, por exemplo, a segurança nacional e informações confidenciais), desenvolver a informação relevante de forma aberta e transparente, com amplas oportunidades para a participação dos interessados e participação pública; IV) Ativamente comunicar a informação ao público sobre os benefícios e riscos potenciais associados às utilizações específicas dos nanomateriais; V) Basear suas decisões sobre a consciência dos potenciais benefícios e os custos potenciais de tal regulação e supervisão, incluindo o reconhecimento do papel da informação limitada e risco na tomada de decisão; VI) Na medida do possível, proporcionar flexibilidade suficiente em sua supervisão e regulação para acomodar novas evidências e aprendizagem sobre os nanomateriais; VII) De acordo com os estatutos e regulamentos em vigor, se esforçar para atingir um nível adequado de consistência na avaliação de risco e gestão de risco em todo o Governo Federal, através de abordagens de supervisão padrão para avaliar os riscos e benefícios e gerir os riscos, tendo em conta a segurança, saúde e impactos ambientais e mitigação da exposição; VIII) As agências

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

devem adotar ações de gerenciamento de riscos apropriados, e proporcionais ao grau de risco identificado em uma avaliação; IX) Procurar agir de forma coordenada entre si, com as autoridades estaduais e com as partes interessadas para tratar a amplitude de questões relacionadas à saúde, segurança, economia e meio ambiente e, ainda, a questões éticas (quando aplicáveis) associadas aos nanomateriais; X) Incentivar a investigação coordenada e colaborativa em toda a comunidade internacional e comunicar claramente as abordagens regulatórias e compreensão dos Estados Unidos para outros países (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011).

Enfim, este memorando normatiza que as agências continuarão suas abordagens baseadas na ciência e que a nanotecnologia não deve, sem comprovação científica, ser considerada maligna ou benigna.

5 CONCLUSÕES

O estudo proporcionou a ampliação do conhecimento dessa nova tecnologia, a nanotecnologia, e também a certeza de que há muito a ser estudado desta. Encontra-se dificuldade para analisar a nanotecnologia, pois esta exige a compreensão e conhecimento de outras ciências.

Quanto à regulação de uso, manuseio e pesquisa dessa tecnologia, há muito que ser discutido e estudado, em todo mundo já existe algumas normas sobre, contudo esta ainda é uma área que está em expansão, por isso levará algum tempo para que se crie uma legislação eficaz a nanotecnologia.

Com relação à regulamentação da nanotecnologia nos EUA, ainda existem poucos regulamentos, e a nanotecnologia é regulamentada pelas três agências citadas anteriormente.

As duas diretrizes emitidas pelo Poder Executivo dos EUA, que acima foram estudadas, leva nos a analisar que este Poder, pouco irá interferir no uso, manuseio e pesquisa da nanotecnologia. Entretanto, o atual presidente do país, enfatiza na ordem executiva 13563, que o “sistema regulatório deve proteger a saúde pública, bem-estar, segurança e meio ambiente, promovendo o crescimento econômico, inovação, competitividade, e criação de empregos. Deve basear-se na melhor ciência disponível.”

Desse modo, a nanotecnologia deverá sempre estar baseada nos princípios que estão previstos nas diretrizes, sempre visando ao bem estar do ser humano e do meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS

BARTH, Wilmar Luiz. **Nanotecnologia “Há muito espaço lá embaixo”**. In: Rev. Trim. Porto Alegre. v. 36 n. 153 Set. 2006 p. 669-695.

CAMPOS, Vinicius Campos. **Nanobiotecnologia: presente, passado e futuro**. Disponível em: < <http://www.ufpel.edu.br/biotecnologia/gbiotec/site/content/paginadoprofessor/uploadsprofessor/9f4ccb7bd7a91206fd440bcbdd59e6ee.pdf?PHPSESSID=faaa31248d8149ee235c5eb0cb54830e> > Acesso em 18 de julho de 2013.

Giani Burtet, Michael Medeiros, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA), 2007. **Nanotechnology White Paper**. Disponível em: <<http://www.epa.gov/osainter/pdfs/nanotech/epa-nanotechnology-whitepaper-0207.pdf>>. Acesso em: 9 jul 2013.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011. **Memorandum for the heads of executive departments and agencies: principles for regulation and oversight of emerging technologies**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/inforeg/for-agencies/Principles-for-Regulation-and-Oversight-of-Emerging-Technologies-new.pdf>>. Acesso em 08 mai 2013b.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011. **Memorandum for the heads of executive departments and agencies: policy principles for the U.S. decision-making concerning regulation and oversight of applications of nanotechnology and nanomaterials**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/inforeg/for-agencies/nanotechnology-regulation-and-oversight-principles.pdf>>. Acesso em 08 mai 2013d.

FOOD AND DRUG ADMINISTRATION (FDA), 2007. **Nanotechnology: a report for the U.S food and drug administration nanotechnology task force**. Disponível em: <<http://www.fda.gov/nanotechnology/taskforce/report2007.html>>. Acesso em 12 de jul. 2013.

NANOTECHNOLOGY INDUSTRIES ASSOCIATION (NIA). **The Regulatory Framework from the Industries: perspective**. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Steffi.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2013.

QUINA, Frank. **Nanotecnologia e o meio ambiente: perspectivas e riscos**. In: Quim. Nova, vol. 27, n.6, 1028-1029, 2004.

MARCOS REGULATÓRIOS PARA A NANOTECNOLOGIA: DIREITO E REGULAÇÃO NO BRASIL

Gabriela Mesa Casa ¹, Michael Medeiros, Giani Burtet,
Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira, Rodrigo Vasconcellos

¹Curso de Graduação em Direito
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: michaelmed@unochapeco.edu.br

Fonte de Financiamento: Unochapecó

RESUMO

A nanotecnologia apresenta-se na atualidade como uma nova tecnologia capaz de alterar os padrões tecnológicos em vigor, em função, principalmente, das alterações que opera nas características dos materiais construídos a partir dela. Por outro lado, o pouco tempo de vida desta nova tecnologia atrelado à ausência de financiamentos para as pesquisas sobre seus impactos, desafia os operadores do direito a construir marcos regulatório que permitam o seu desenvolvimento em bases seguras, quer sob o aspecto ambiental ou mesmo sob a ótica da saúde das pessoas. O artigo procura articular algumas considerações sobre a construção do marco regulatório da nanotecnologia no Brasil. Ele parte de um breve estudo sobre noções básicas de nanotecnologia, em seguida apresenta os fatos que marcaram e vem marcando a construção de normas sobre nanotecnologia nos Estados Unidos e na Europa e, por fim, adentra sobre a situação da regulação nano específica no Estado brasileiro. De caráter eminentemente indutivo, a pesquisa que deu origem ao presente artigo, integra, juntamente com duas outras, que tratam dos marcos normativos estadunidense e da União Europeia, tem como principal objetivo verificar o estado da regulação nano específica nos países estudados e, com base nestes estudos comparativos de legislações, guardadas as peculiaridades de cada sistema, auxiliar na construção de um marco regulatório adequado para o Brasil, que propicie a participação pública e o controle social sobre os futuros da nanotecnologia e que garanta níveis elevados de proteção. Utilizaram-se fontes primárias, obtidas em sites oficiais, e pesquisa bibliográfica para a elaboração do artigo. Conclui-se que, tal como a tecnologia que pretende regulamentar, a construção do marco regulatório brasileiro é incipiente e está concentrada em torno do Poder executivo Federal. Além disso, é elitista e tecnocrata, o que inviabiliza o debate público sobre esta nova tecnologia.

Palavras-chave: Nanotecnologia. Riscos da nanotecnologia. Marco regulatório brasileiro de nanotecnologia.

1 INTRODUÇÃO

A nanotecnologia é uma daquelas tecnologias disruptivas. Ela quebra os paradigmas tecnológicos vigentes até o seu surgimento e insere novas perspectivas, na medida em que possibilita pensar o que, até pouco tempo, era objeto do mais puro exercício de ficção científica.

Ao trabalhar a matéria a nível atômico, a nanotecnologia possibilita que se utilizem determinados materiais para finalidades impensáveis quando se manipula os mesmos em escalas macroscópicas.

Dessa forma, a nanotecnologia não se resume apenas a questão do tamanho, não é somente uma nova forma de produzir, mas sim uma maneira inusitada de modificar as características físico-químicas de materiais já existentes na natureza, dotando-os de atributos que jamais teriam se fossem manipulados convencionalmente.

Assim é que do grafite, por exemplo, se engenheira um nanotubo de carbono mais resistente que o aço, sendo que o grafite, produzido em escala normal, nunca apresentará resistência como a do aço.

Tais características permitem e levam os entusiastas a proclamar que se está vivenciando uma nova e grande revolução nos sistemas de produção e de materiais.

Contudo, a nanotecnologia possui interrogações não respondidas. Todas estão ligadas, principalmente, a evidências que atestem a sua não maleficência para a saúde humana e para a qualidade do meio ambiente. Nada ou muito pouco se sabe sobre os efeitos da introdução de nanomateriais engenheirados no meio ambiente. Não existe dados sobre os riscos a que se submetem os trabalhadores e os consumidores que se expõem a esta nova tecnologia.

Cabe ao Estado encontrar maneiras de garantir a vida saudável diante do avanço da nanotecnologia, por meio da adoção de legislação que dê conta das complexidades ligadas ao avanço da nanotecnologia.

Neste artigo pretende-se analisar a forma como o Estado brasileiro vem se articulando para a construção de um marco regulatório nano específico.

Para tanto, abordam-se noções básicas ligadas à nanotecnologia e seus riscos e elaborar-se um resgate da regulação da nanotecnologia no ocidente.

2 NOÇÕES BÁSICAS EM NANOTECNOLOGIA

A palavra nanotecnologia – nano significa anão, em grego – é utilizada para definir as técnicas de manipulação da matéria até os limites do átomo. Nanotecnologia não se confunde com a nanociência, pois enquanto esta pode ser definida como o estudo da matéria em dimensões que variam de 1 a 100 nanômetros - escala na qual aparece fenômenos singulares que permitem novas aplicações da matéria, que visam compreender e orientar a natureza e as atividades humana, a nanotecnologia é a ciência e a engenharia aplicadas à nanoescala. Implica, sobretudo, na medição e manipulação de fenômenos a nível nanométrico e a sua aplicação em diversos campos (SWART, 2008, p. 49).

Na antiguidade os romanos já se utilizavam, sem saber, de nanotécnicas. Vários processos artesanais se assemelhavam com as nanofabricações de hoje, quando misturavam cloreto de ouro com vidro derretido para fazer os vitrais, por exemplo.

Todavia, até 1959, tinha-se a noção de que era impossível ao homem manipular átomos e moléculas em uma escala inferior à microscópica. O físico Richard Feynman, em uma palestra tendo como título “Existe muito mais espaços lá embaixo”, sugeriu a manipulação de átomos para construir novas formas de matérias. Essa palestra foi considerada o ponto inicial da nanociência e da nanotecnologia. Na ocasião, Feynman expressou a possibilidade de, em algum dia, armazenar os 24 volumes da Enciclopédia Britânica na cabeça de um alfinete (FLORES; ELY, 2011, p. 34).

A palavra nanotecnologia foi usada pela primeira vez em 1974 pelo professor Norio Taniguchi, que a descreveu como a tecnologia que permite a construção das matérias em uma escala de 1 (um) nanômetro. Um nanômetro é uma medida como qualquer outra, como um centímetro, um metro, um quilômetro. Pode-se dizer que um nanômetro é o equivalente a um bilionésimo (10^{-9}) de metro.

Na década de 1980, a nanotecnologia passou a ser estudada com mais profundidade por Kim Eric Drexler. Suas descobertas criaram um clima todo especial, colocando a nanotecnologia como uma nova revolução científica. Essa mudança radical proporcionou grandes investimentos nesse campo da pesquisa, como “o lançamento pelo Governo Clinton, em 2000, no Califórnia Institute of Technology, da National Nanotechnology Initiative, que contou com investimentos de US\$ 495 milhões” (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2010, p. 20).

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2010, p. 20), estima que mais de 60 países possuem iniciativas nacionais ligadas ao estudo das nanociências e nanotecnologia, sendo que o total de investimento global ultrapassa US\$ 5 bilhões, e, para 2015, os investimentos devem chegar a cerca de três trilhões

Crê-se que a nanotecnologia conduzirá a avanços significativos no melhoramento da qualidade de vida, no acesso aos alimentos e à água, no tratamento e cura de muitas enfermidades e no acesso a novas e abundantes fontes de energia, que livre a humanidade da dependência em relação aos combustíveis sólidos. Dentre outras aplicações, a nanotecnologia possibilita a fabricação dos nanomateriais ou nanopartículas, que apresentam comportamentos distintos dos mesmos materiais em escala macroscópica, em função de uma maior área superficial relativa e do predomínio dos efeitos quânticos (FUNDACENTRO, 2013).

Diversos materiais são produzidos em escala nanométrica. Os mais relevantes são as nanopartículas. Estas podem ser classificadas em naturais, acidentais e engenheiradas.

As nanopartículas naturais são as que se encontram na natureza, tais como a poeira provinda de rochas vulcânicas, fumaça e muitas outras. A existência de nanomateriais na natureza não ocasiona danos à saúde humana ou ao meio ambiente por existirem em concentrações para as quais a vida já se adaptou.

As nanopartículas incidentais ou antropogênicos são nanopartículas criadas pelo homem de maneira não proposital. A exaustão de veículos a diesel, a combustão de carvão e os fumos metálicos possuem nanopartículas incidentais (FUNDACENTRO, 2013).

As nanopartículas engenheiradas ou manufaturadas são feitas pelo homem para fins específicos. As nanopartículas engenheiradas já integram diversas cadeias produtivas, tendo por maior destaque na atualidade os fulerenos, os nanotubos de carbono, as nanopartículas de ouro, os pontos quânticos e os dendrímeros (FUNDACENTRO, 2011).

Os fulerenos são estruturas oriundas da ligação das bordas de uma ou mais camadas (folhas) de grafite, dobradas sobre si mesmas, apresentando a forma de uma bola de futebol formada por hexágonos interligados por pentágonos (FUNDACENTRO, 2011). A constituição dos fulerenos permite que estes recuperem suas formas após passar por alta pressão e que não interajam entre si (FUNDACENTRO, 2011).

Os nanotubos de carbono são estruturas cilíndricas ocas, com paredes formadas por um átomo com a espessura da folha de carbono, de diâmetro de 1 nanômetro, a qual define a propriedade do nanotubo dependendo da forma como é enrolada. Em virtude da forma como são construídos, os nanotubos de carbono possuem alto grau de elasticidade, alta resistência à ruptura quando submetido à alta pressão (100 vezes maior que o aço), alta condutividade térmica e elétrica (FUNDACENTRO, 2011).

As nanopartículas de ouro são partículas menores que 100 nanômetros, produzidas a partir do ouro e que apresentam propriedades variadas. São utilizadas no transporte de medicamentos para o interior das células sem perfurar as membranas celulares, no tratamento do câncer através da liberação de medicamentos em partes específicas do corpo humano em intervalos controlados. As nanopartículas de ouro também têm propriedades de ligação com diversos outros elementos, o que garante sua utilização na obtenção de materiais híbridos. Podem, ainda, serem utilizadas na fabricação de componentes eletrônicos, no tratamento de doenças genéticas e no desenvolvimento de catalisadores para automóveis (FUNDACENTRO, 2011).

Os pontos quânticos (do inglês *quantum dots*) são nanopartículas de semicondutores que medem de 2 a 100 nanômetros e absorvem e emitem radiação em comprimentos de onda bem definidos como o tamanho de partícula, com alto rendimento quântico. São aplicados em painéis solares, biosensores e sondas moleculares (FUNDACENTRO, 2011).

Os dendrímeros são polímeros com estrutura em forma de árvore, nos quais o núcleo central vai se ramificando. A ramificação do núcleo proporciona um incremento de síntese interativa, em função do tamanho da geração. Tal propriedade faz com que apresentem características como a monodispersividade, a versatilidade, a multivalência, a biocompatibilidade (FUNDACENTRO, 2011).

3 PRINCIPAIS UTILIZAÇÕES

Atualmente, os setores que mais têm se destacado no lançamento de produtos obtidos por via nanotecnológica, ou contendo nanotecnologia embarcada, são os da produção de energia,

iluminação, automobilístico, embalagens, cosméticos, tecidos, fármacos e produtos esportivos (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2010, p. 26).

No setor de energia a nanotecnologia está presente em: sistemas fotovoltaicos, células solares, grids de energia, baterias e pás para geradores eólicos. No da iluminação, em LEDs, baseados em quantum dots para iluminação pública, domiciliar e automobilística. No ramo automobilístico: em pinturas especiais que não riscam e/ou são autolimpantes, em catalisadores para conversores catalíticos para gases de escapamento, na eletrônica embarcada e em tecidos antibacterianos. No ramo esportivo, em: raquetes de tênis, roupas esportivas antitranspirantes e antibactericidas, calçados para esportes, quadros para bicicletas, tacos de golf e luvas para esportes. No setor têxtil a nanotecnologia está presente em tecidos resistentes à sujidades (efeito lótus), em tecidos antibactericidas, em tecidos técnicos e não tecidos. Na área de embalagens: em embalagens com propriedades de barreira (umidade, gases), à base de nanocompósitos; em embalagens inteligentes, sensíveis a gases de decomposição de alimentos; em recipientes bactericidas (prata) para guardar alimentos perecíveis. Há tecnologia nano em protetores solares, produtos para recuperação da pele e produtos para maquiagem. No ramo dos fármacos, a nanotecnologia vem sendo utilizada em novas formas de administração de medicamentos por nanoemulsões e drug-delivery e na terapia de cânceres (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2010, p. 27).

4 RISCOS DA NANOTECNOLOGIA

O termo risco ingressou no vocabulário ocidental somente a partir da modernidade. Risco tem a ver com o futuro e com a incerteza acerca dos resultados das ações humanas na atualidade.

Leite e Ayala (2004, p. 11-12) acreditam que a nova gestão do capitalismo fez com que moldasse um novo rumo para a sociedade, resultando em novos conflitos e, aos poucos, essas modificações passaram a ser visualizadas somente após causarem prejuízos. Com o surgimento das ameaças, a sociedade acabou não tendo meios de prevenir ou simplesmente solucionar os resultados decorrentes dos riscos aos quais passou a ser exposta. Tal fato caracteriza a sociedade de risco.

Apesar das vantagens que a nanotecnologia oferece nada se sabe praticamente sobre as consequências que estes novos materiais trarão para a saúde humana e para o meio ambiente. Mesmo assim, novas matérias estão sendo produzidas e comercializadas sem que se tenha noção dos riscos potenciais decorrentes das características das nanopartículas, como tamanho, área superficial e aglomeração (PASCHOALINO; MARCONE; JARDIM, 2010, p. 421).

Nanomaterias estão sendo usados sem serem destacados nos produtos que chegam ao consumidor. Ramos (2008, p. 267) explica que “se o produto for colocado com líquidos reativos, com gases, por exemplo, precisam ser feitos testes de vários tipos para ver quais reações podem acontecer com esses produtos e [reforça no sentido que] [...] 90% dos artigos publicados afirmam que em escala nano as partículas têm propriedades diferentes”.

Segundo Nodari (2008, p. 286), as nanopartículas, quando liberadas no ambiente, mesmo com a finalidade de retirar contaminantes, “[...] podem tornar-se um novo tipo de poluidor não-

biodegradável e esta talvez seja uma das questões mais importantes do ponto de vista específico ambiental”.

A falta de uma regulamentação específica para o setor possibilita as aplicações no mercado e a liberação de nanopartículas engenheiradas sem os devidos controles quanto aos seus riscos (RAMOS, 2008, p. 266). O que se tem em mente é que os resultados de toxicidade aumentam conforme a dimensão das partículas diminui. Dessa forma, não se pode comparar os estudos de risco da nanotecnologia com as toxicidade que estão presentes em macro escala, pois uma mesma matéria em escala macro pode reagir de forma diferente em escala nano (PALMA, 2009, p. 17-18).

Para Santos et al. (2010, p. 79) “[...] os estudos sobre nanotoxicologia são recentes no mundo (ocorrem aproximadamente de cinco anos para cá), ou seja, ainda há muito a ser pesquisado e estudado. O erro é que a nanotecnologia já está nas fabricas [...]”.

Pesquisas realizadas pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, a EPA (2013) demonstram grandes preocupações com os riscos que os nanomateriais podem causar, devido à sua diversidade, propriedades únicas, e os usos aparentemente ilimitados. Por exemplo, os nanomateriais são tão pequenos que podem ter várias formas de entrar em contato com pessoas ou ecossistema. Outro desafio que vem sendo estudado é tentar saber qual a quantidade de exposição ou dose configura uma contaminação. A pesquisa em curso visa a identificar se a métrica de dose relevante de um nanomaterial depende da massa, o tamanho, o número de partículas, forma, área de superfície, carga elétrica, ou uma combinação de características.

Para os nanomateriais serem produzidos deve-se levar em conta algumas análises de risco, passando por um processo de identificação e caracterização destes e um balanço de seus benefícios e riscos em longo prazo. Com essas aprovações os produtos para uso, comercialização, disposição e aplicação poderiam ser utilizados normalmente (PALMA, 2009, p. 21). Na primeira análise, a autora orienta que os riscos devem ser observados através do tempo de exposição a estes materiais, “desde a produção, até a limpeza, o estoque e o transporte, devem ser estudados e numerados” (PALMA, 2009, p. 21). No caso de ser caracterizado risco devem ter medidas de segurança para proteger essas partículas. Deverão existir diferentes tipos de segurança, dependendo do nível de perigo que cada risco possa oferecer. A autora enfatiza a necessidade de tomarem-se medidas preventivas e precaucionais de longo prazo, por meio de testes, para examinar o risco dos nanomateriais, que devem ser conduzidos para a “observação de sobrevivência, crescimento e reprodução” dos organismos terrestres. Com o pensamento a longo prazo estaríamos cultivando a manutenção da qualidade de vida e um ambiente ecologicamente equilibrado (PALMA, 2009, p. 21).

Como se percebe, o principal problema que atualmente se conhece acerca da nanotecnologia reside na falta de conhecimento sobre os efeitos da liberação de nanomateriais à saúde humana e ao meio ambiente.

Além disso, as características da matéria em escala nanométrica são ainda pouco conhecidas, o que, atrelado à quase imperceptibilidade das nanoestruturas, dificulta a elaboração de prognósticos e de cenários futuros que possam conceder um mínimo de fiabilidade sobre aspectos extremamente importantes para a vida humana e a sanidade ambiental.

Não existem respostas claras sobre os efeitos da exposição de trabalhadores e consumidores a nanomateriais e acerca do combate à nanopoluição, por exemplo.

Dessa forma, é imperioso que o campo jurídico ofereça respostas para o tratamento de tamanhas incertezas.

De certo modo, isto já vem sendo feito, mesmo que de forma tímida, inclusive no Brasil, como se verá a seguir.

5 HISTÓRICO DA REGULAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA

A recentidade da nanotecnologia não permite que se tenham marcos regulatórios específicos que consigam estabelecer regras aplicáveis às atividades de pesquisa e fabricação de nanomateriais ou que estabeleçam parâmetros claros quanto à exposição das pessoas e do meio ambiente a esta nova tecnologia.

Mesmo em países que se destacam na manipulação da matéria a nível atômico, como é o caso dos Estados Unidos, de alguns países que compõem a União Europeia, da Coreia do Sul, da China, do Japão e da Rússia, por exemplo, não há uma regulação consolidada, o que se tem são algumas diretrizes, recomendações e normas de padronização.

Na grande parte dos casos, a regulação da nanotecnologia acaba acontecendo de forma indireta, conforme os padrões fixados para as áreas em que vem sendo aplicada. Não obstante, a Nanotechnology Industries Association (2013) enumera uma série de eventos como significativos na construção de políticas e regulações nano-específicas, dentre os quais, destacam-se:

- i) A Comunicação 2008/0366 da Comissão das Comunidades Europeias ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comitê Econômico e Social Europeu, de 17 de junho de 2008 intitulada Aspectos Regulamentares dos Nanomateriais.
- ii) O Regulamento 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, 16 de dezembro de 2008, que estabelece normas relativas aos aditivos utilizados nos gêneros alimentícios;
- iii) O Regulamento 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, que indica as normas aplicáveis para cosméticos.
- iv) A Resolução do Parlamento Europeu sobre aspectos regulamentares dos nanomateriais, de 24 de abril de 2009.
- v) A Diretiva 2008/39/CE, de março de 2008, que altera Diretiva 2002/72/CE relativa aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com gêneros alimentícios.
- vi) A orientação sobre novos requisitos químicos para avaliação e notificação de nanomateriais industriais pelo Sistema Nacional de Avaliação e Notificação de Produtos Químicos Industriais – NICNAS (National Industrial and Chemicals Notification) do Departamento de Saúde e Envelhecimento do Governo Australiano, de dezembro de 2008.
- vii) A proibição de utilização de nanopartículas engenheiradas, pelo Programa Orgânico Nacional dos Estados Unidos, em dezembro de 2010.

- viii) O Regulamento 10/2011 da Comissão Europeia que, de 14 de Janeiro de 2011, relativo aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com os alimentos.
- ix) O guia para a indústria acerca da utilização de nanomateriais em produtos regulamentados pela Food and Drug Administration (FDA), em 09 de junho de 2011.
- x) O Manual de Políticas e Procedimentos do Center for Drug Evaluation and Reserch (CDER), órgão vinculado ao FDA, em 06 de março de 2010.
- xi) A divulgação, em junho de 2011, de informe da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) declarando a intenção de obter informações sobre materiais em nanoescala em produtos agrotóxicos.
- xii) A adoção, em 07 de junho de 2011, pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), de regras de testes para determinar a toxicidade de nanomateriais.
 - xiii) A orientação para a avaliação dos riscos dos nanomateriais em embalagens e alimentos da European Food Safety Authority (EFSA) – Autoridade Europeia para a Segurança de Alimentos, em maio de 2011;
- xiv) A Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, reformulando a Diretiva 2002/95/UE, conhecida como Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), em 01 de julho de 2011.
- xv) O Regulamento n.º 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho Adoção, de 25 de outubro de 2011, relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os gêneros alimentícios.
- xvi) A Recomendação 2011/696 da Comissão da União Europeia, de 18 de outubro de 2011, sobre a definição de nanomaterial.
- xvii) O Regulamento 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas.
- xviii) O Decreto n.º 2012/232, de 17 de fevereiro de 2012, do Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Transporte e Habitação relativo à declaração anual de substâncias feitas com nanomateriais.
- xix) A Comunicação, de setembro de 2012, da Comissão da União Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê de Regiões sobre dispositivos médicos e dispositivos médicos seguros para diagnóstico *in vitro* inovadores e eficazes aos interesses dos doentes, consumidores e profissionais da saúde.
- xx) A Comunicação 2012/572 da Comissão Europeia, de 03 de outubro de 2012, que trata da segunda revisão regulamentar relativa a nanomateriais.

Feito este apanhado geral, ater-se-á a análise às iniciativas regulamentares do Brasil.

6 A REGULAÇÃO DA NANOTECNOLOGIA NO BRASIL

O Brasil começou a desenvolver interesses no campo da nanotecnologia no final do ano 2000. Foi nesse ano que o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) convocou a presença de alguns pesquisadores que já haviam despertado algum tipo de interesse em realizar estudos na área nanotecnológica (FERNANDES; FILGUEIRAS, 2008, p. 2207). No ano 2001 surgiu o primeiro edital de financiamento para pesquisas com nanotecnologia. Hoje, pertence ao grupo dos países-competitivos, os quais são formados por Brasil, Índia, China, Austrália, Coreia, Cingapura, Israel, México e Taiwan. O segundo grupo é o dos países-chaves, formado pelos Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Canadá, Reino Unido, Espanha, Suécia e Suíça (FERNANDES; FILGUEIRAS, 2008, p. 2209). Os países dos grupos estão classificados por desempenho nas produções de artigos:

A grande diferença dos países-chaves para os países-competitivos é a forma de organização. Na Alemanha, por exemplo, os Centros de pesquisas possuem vários institutos de pesquisa, os quais são utilizados em conjunto por todos os pesquisadores universitários e não universitários. No Brasil isso ainda não ocorre, pois não se tem uma união ou um imenso sistema organizado de tecnologia como nos países-chaves (TOMA, 2005, p. 50).

A regulação da nanotecnologia no Brasil está concentrada em torno da atuação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que vem atuando via Fórum de Competitividade de Nanotecnologia.

6.1 O Fórum de Competitividade de nanotecnologia e o GT marco regulatório

O Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, que foi lançado no dia 29 de novembro de 2009, marcou a entrada da nanotecnologia na agenda do governo (ENGELMANN, 2013, p. s/n). Na formação do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia participam representantes do setor privado, da academia e do governo organizados em grupos temáticos (GTs): GT de Mercado, GT de Marco Regulatório, GT de Cooperação Internacional e GT de Formação de Recursos Humanos.

Em 2010 foram realizadas várias reuniões do GT de Marco Regulatório. Nas reuniões foram debatidos alguns temas, como definições e questionamentos relativos à nanotecnologia (POHLMANN; GUTERRES, 2013, p. s/n). O grupo adotou o conceito de nanotecnologia da ISO TC 229. A norma padroniza a nanotecnologia em razão da compreensão e controle da matéria e dos processos na nanoescala, tipicamente, mas não exclusivamente, abaixo de 10 nanômetros em uma ou mais dimensões, em que o surgimento de um fenômeno dependente do tamanho geralmente permite novas aplicações.

Já em 2011, na reunião realizada pelo Fórum, a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) propôs para a mesma a elaboração de um Termo de Referência “[...] buscando a elaboração de estudos sobre o marco legal e normas técnicas com impacto no desenvolvimento de inovações de base nanotecnológica pela indústria brasileira”. No ano de 2012 a ABDI optou por não fazer o estudo, mesmo após vários reajustes de investimentos e identificação de quais países seriam investigados (ENGELMANN, 2013, p. s/n). Engelman (2013, p. s/n) aponta que o Fórum de Competitividade em Nanotecnologia, realizado em 2011, foi esquecido e, ao mesmo tempo, foi formado o Núcleo Empresarial, em que direcionou para objetivos totalmente contrários

ao GT do Marco Regulatório. Esse novo Núcleo passou a ter grandes influências e a participar “[...] principalmente com trocas de experiência e uma plataforma de negócios”.

Em 2012 foi feito um diagnóstico dos GTs. Infelizmente os resultados não foram os esperados, devido a alguns descaminhos no desenvolver do projeto. Foram encontradas principalmente falhas no objetivo de melhorar o Marco Regulatório, tornando inadequado ao desenvolvimento da pesquisa e do mercado; grandes ameaças com a regulação nacional e internacional, devido às barreiras técnicas (ENGELMANN, 2013, p. s/n).

A partir desse fato, Engelmann (2013, p. s/n) revela que grandes dificuldades surgem no percurso de uma regulamentação, como a falta de pesquisas científicas, para saber os efeitos positivos e negativos das nanotecnologias; o descontrole da produção de nanopartículas criadas pela ação humana; a falta de discussões públicas e o acesso à informação da Revolução Nanotecnológica; a necessidade de se revisar as bases tradicionais dos marcos normativos, pois o direito sempre espera que o fato ocorra e depois cria a regulamentação.

Devido às grandes mudanças que essa nova tecnologia está propiciando, é muito importante a participação pública no decorrer do seu desenvolvimento. Apesar de ser uma tecnologia que interessa principalmente à ciência e ao mercado, esta deve ter contato com a opinião da sociedade. Neste contexto, tem de haver um comprometimento “[...] com as políticas públicas, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da educação, com os meios de comunicação, com o sistema jurídico e as diversas formas de promoção da cidadania e controle da vida em sociedade” (ENGELMANN; BERGER FILHO, 2010, p. 86).

O Brasil poderá correr sérios riscos se não regulamentar a nanotecnologia, pois outros países estão formulando normas e chegará um determinado momento que teremos de acatar a proposta estrangeira de regulação, a qual talvez não atenda aos objetivos brasileiros (ENGELMANN, 2013, p. s/n).

Essa nova tecnologia está trazendo muitos benefícios, mas também riscos para todo o planeta, não apenas na esfera ambiental como para os seres humanos. A grande preocupação é que pouco se sabe a respeito dos efeitos do uso da nanotecnologia e, ao mesmo tempo, o Estado não tem tomado iniciativas para limitá-la.

7 CONCLUSÕES

A nanotecnologia parece ser capaz de trazer diversos benefícios para a humanidade. Todavia, como toda tecnologia, ela é direcionada para fins utilitaristas, dentre os quais garantir maior rentabilidade às empresas que investem em pesquisas e transferência tecnológicas.

Há que se considerar, quando se fala em nanotecnologia, o grau de incerteza que a reveste. A ausência de estudos sobre os impactos de suas aplicações para o meio ambiente e à saúde humana, remetem à um cenário de profunda incerteza e a graus de riscos que não deveriam ser tolerados, já que estes são distribuídos por toda a população.

Os embates entre benefícios e riscos deveriam levar a esforços por parte dos governos para garantir que os avanços da nanotecnologia se dêem em um ambiente de segurança e de elevado nível de proteção para a saúde das pessoas e a estabilidade dos sistemas ecológicos.

Diversos países vêm procurando criar marcos regulatórios para a gestão da nanotecnologia e de seus riscos. Todavia, não há um padrão entre o que produzem em termos de legislação.

No caso do Brasil percebe-se que as iniciativas partem do Poder Executivo e estão concentradas somente no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Este dado já é preocupante. Dado o caráter multi e transdisciplinar da nanotecnologia, era de se esperar que houvesse um esforço conjunto consertado de outros setores do governo, especialmente, os ligados à saúde, ao trabalho e ao meio ambiente.

Não obstante, as iniciativas produzidas no âmbito do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, especialmente no Grupo de Trabalho Marco Regulatório, indicam que seus integrantes procuram veicular preocupações de diversas ordens como as ligadas à economia, à ética e à necessidade de serem garantidos padrões de gestão de riscos adequados às características da nanotecnologia.

Lamenta-se, contudo, o esvaziamento que este GT sofreu no último ano. Tal fato deveria, aliás, ser objeto de grandes preocupações por parte de quem se dedica ao estudo da nanotecnologia e seus riscos.

8 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Cartilha sobre nanotecnologia**. Brasília: ABDI, 2010.

AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (United States Environmental Protection Agency). **Nanomateriais**: Investigação para apoiar avaliações ambientais globais de Nanomateriais. Disponível em:

<<http://cfpub.epa.gov/ncea/CFM/nceaQFind.cfm?keyword=Nanomaterials>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

ENGELMANN, Wilson. **Atual situação da nanotecnologia no Brasil. Comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável** 54^a Legislatura - 2^a Sessão Legislativa Ordinária. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/audiencias-publicas/audiencias-publicas/13-12-12-debate-sobre-a-atual-situacao-da-nanotecnologia-no-brasil>>. Acesso em: 20 abr 2013.

_____; BERGER FILHO, Airton Guilherme. **As nanotecnologias e o direito ambiental: a mediação entre custos e benefícios na construção de marcos regulatórios**. Revista de direito ambiental, São Paulo : R. dos Tribunais , v. 15, n. 59, jul. /set. 2010.

FERNANDES, Maria Fernanda Marques; FILGUEIRAS, Carlos A. L. **Um panorama da nanotecnologia no Brasil** (e seus macro-desafios). Quím. Nova [online]. 2008, vol.31, n.8, pp. 2205-2213. ISSN 0100-4042.

Gabriela Mesa Casa, Michael Medeiros, Giani Burtet, Clemir José Kades Junior, Reginaldo Pereira, Rodrigo Vasconcellos

FLORES, André Stringhi; ELY, Bruna. **Dialógo entre nanotecnologias, marcos regulatórios e fundamentos do cuidado**. In BENJAMIN, Antonio Herman. Et all (Orgs). PNMA: 30 anos de Política Nacional de Meio Ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

FUNDACENTRO. **Nanotecnologia**: impactos na saúde dos trabalhadores e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/index.asp?D=Nano>>. Acesso em: 10 mai 2011.

_____. **Nanotecnologia**: impactos na saúde dos trabalhadores e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=Nano&C=1565&menuAberto=1556>>. Acesso em: 17 fev 2013.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NANOTECHNOLOGY INDUSTRIES ASSOCIATION (NIA). **The Regulatory Framework from the Industries: perspective**. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Steffi.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2013.

NODARI, Rubens. **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente**. In MARTINS, Paulo Roberto. DULLEY, Richard (orgs). São Paulo: Xamã, 2008.

PALMA, Carlos Manzoli. **Perspectivas para a regulamentação de nanotecnologia no Brasil**: uma abordagem jurídico-ambiental sobre o conteúdo da análise de risco. Revista de Direito Ambiental, Revista dos Tribunais, n. 55, jul-set/2009.

PASCHOALINO, Matheus P; MARCONE, Glauciene P. S; JARDIM, Wilson F. **Os nanomateriais e a questão ambiental**. Quim. Nova, Vol. 33, No. 2, 2010.

RAMOS, Gian Carlo D. **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente**. In MARTINS, Paulo Roberto. DULLEY, Richard (orgs) São Paulo: Xamã, 2008.

SANTOS, Carlos Lopes dos. et al. **Novos desafios para a proteção ambiental: nanotecnologia, nanotoxicologia e meio ambiente**. Revista de Direito Ambiental, Revista dos Tribunais, n. 57, jan.-mar./2010.

SWART, Jacobus. **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente**. In MARTINS, Paulo Roberto. DULLEY, Richard (orgs) São Paulo: Xamã, 2008.

TOMA, Henrique E. **Interfaces e organização da pesquisa no Brasil**: da Química à Nanotecnologia. Quím. Nova [online]. 2005, vol.28, suppl., pp. S48-S51. ISSN 0100-4042.

ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO JURÍDICA EFETIVA E QUALITATIVA: UM OLHAR PELA SOCIEDADE

Andréa de Almeida Leite Marocco¹

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

RESUMO

Este artigo tem por objeto o ensino jurídico e os enfrentamentos necessários à formação qualitativa do jurista, neste século XXI. Nesse sentido, promoveu-se uma investigação histórica acerca das origens do ensino do Direito no Brasil, contrapondo-o à realidade social, econômica e política de cada período e seus enlaces para com a contemporaneidade. O artigo instiga o olhar crítico, voltado para o interesse social e necessidade de, em tempos modernos, refletir-se acerca da educação forense pretendida e a crise pela qual tem sido envolta ao longo dos anos. Nesse sentido, promoveu-se uma abordagem histórica, demonstrando, resumidamente, as máculas que se formaram desde o surgimento do ensino no Brasil, perpassando Colônia, Império e República. Subseqüentemente, promoveram-se reflexões acerca dos enfrentamentos necessários à formação efetiva e qualitativa do jurista neste século, imergindo no que está em pauta neste cenário. Por fim, fez-se indispensável, instigar nova análise acerca da necessidade de se (re) pensar o fenômeno jurídico e desenvolver novos saberes.

Palavras-chave: Ensino Jurídico; Desafios; Formação qualitativa; Enfrentamentos; Saberes; Contemporaneidade; Interesse Social.

1. Doutoranda em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Direito Público e em Metodologia do Ensino de Línguas (Inglês, Portuguesa e Espanhola). Pós-graduanda (*lato sensu*) em Docência no Ensino Superior na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO). Graduada em Direito e em Letras Português/Inglês, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Professora Titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Advogada. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1921959878876556>

Andréa de Almeida Leite Marocco

1. INTRODUÇÃO

Em tempos de grandes discussões, de avassaladoras transformações, necessário se faz salientar um século que se inicia, permeado por debates acirrados acerca do ensino jurídico no Brasil.

Hodiernamente, a crise jurídica, pauta no meio acadêmico, apresenta abordagens que ultrapassam a constatação de um problema, indicando novas expectativas a solucioná-lo. Nesse sentido, o objeto deste artigo perpassa pelo ensino jurídico e os enfrentamentos necessários à formação qualitativa do jurista, efetivamente preparado ao enfrentamento de desafios decorrentes de um século que se inicia. Entretanto, para tal, fez-se necessária uma investigação histórica acerca das origens do ensino do Direito no Brasil, contrapondo-o à realidade social, econômica e política de cada período e seus enlaces para com a contemporaneidade.

Promoveu-se, num primeiro momento, uma abordagem histórica do ensino jurídico, a fim de demonstrar, ainda que resumidamente, as máculas que se formaram desde o seu surgimento, perpassando Colônia, Império e República. Subsequentemente, promoveram-se reflexões acerca dos enfrentamentos necessários à formação efetiva e qualitativa do jurista neste século, imergindo no que está em pauta no atual cenário.

Derradeiramente, fez-se indispensável, instigar nova análise acerca da necessidade de se (re) pensar o fenômeno jurídico e desenvolver novos saberes, tendo em vista os tempos modernos, a situação social da qual surgem novos direitos e deveres e o universo educativo pautado por inúmeras transformações.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

O Ensino do Direito, tal qual o próprio Direito e a sociedade como um todo, per fez uma longa trajetória até chegar ao momento atual¹. Vale dizer que, nesse ínterim, muitas mudanças ocorreram. A importância desse aparato histórico é absoluta, eis que, conforme acentua Wolkmer:

Para promover nova concepção histórica das fontes, das ideias e das instituições impõem-se rever criticamente as ações, os acontecimentos e as produções do passado no que tange às práticas de regulamentação e de controle social. [...] antes do exame histórico-crítico da cultura jurídica brasileira, cabe problematizar o **tipo de direito** que foi transposto e incorporado com a colonização e indagar a natureza do moderno Direito liberal-burguês, a especificidade ideológica de suas instituições (pública e privada) e o núcleo caracterizador da historicidade de seu pensamento. (WOLKMER, 2000, p. 24)

1. Um relato histórico detalhado acerca do ensino jurídico brasileiro pode ser obtido na obra 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil /Organizadores: Daniel Torres de Cerqueira, Angélica Carlini e José Carlos de Araújo Almeida Filho. Campinas, SP: Millennium Editora, 2007

Andréa de Almeida Leite Marocco

Na atualidade, são comuns os debates sobre o ensino jurídico como se ele não possuísse história. Tal situação leva à observação do direito de um modo isolado, de um direito presente que, por ser só é um problema em si mesmo.

Nesse sentido, averiguar, ainda que resumidamente, a história do ensino jurídico é perfazer um caminho necessário à compreensão do contexto atual.

2.1 Ensino no Brasil Colônia: primeiros tempos

De acordo com Ricardo Rossato (2005, p.133) “na colônia, apesar da presença de outras ordens, como os franciscanos, os carmelitas, os beneditinos, coube aos jesuítas implantar praticamente todo o incipiente sistema de ensino da colônia”.

Tal afirmação leva-nos a perceber que, inicialmente, o ensino no Brasil colônia tinha intuito religioso. Já em 1798, os objetivos modificaram-se, não sendo apenas a formação religiosa, mas também a “defesa dos interesses da oligarquia rural” (Rossato (2005, p.134)

Dessa feita, pode-se dizer que as primeiras manifestações de pensamentos jurídicos no Brasil advieram de formações europeias. Nos primeiros tempos, grande parte dos brasileiros formados em Direito, estudaram na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na qual vigiam as Ordenações Afonsinas, de 1446 a 1521, as Ordenações Manuelinas de 1521 a 1603 e as Ordenações Filipinas de 1603 e 1824(COUTINHO, 2005).²

Em que pese os primórdios, de 1760 a 1808, a colônia passou ao comando do Marquês de Pombal, o qual promoveu diversas reformas políticas e econômicas, e, dentre elas ou em decorrência delas, expulsou os jesuítas do Brasil.

Somente com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, fora criado um ensino de nível superior para atender aos anseios de Corte, no qual participava uma pequena elite (latifundiária, nobiliária ou burguesa), sendo que os acadêmicos, desde o início, eram direcionados a um aprendizado pouco pensativo e distante de críticas (OLIVO, 2000, p. 59)

Muito pelo contrário, os estudantes deviam possuir pleno conhecimento de sua função em representar e proteger a ordem estatal, qual fosse. A ideia colonizadora restou bem incorporada, conforme menciona Wolkmer:

No plano das ideias, dos valores e das formas de pensamento do colonizador, que eram condicionados pelo mercantilismo econômico e pela administração centralizadora burocrática, emergiu uma mentalidade calcada na racionalidade escolástico-tomista e nas reses do absolutismo elitista portugueses. (WOLKMER, 2000, p. 42)

2. Entretanto, deve-se esclarecer que apesar disso, nesse período, datado de 1577 e 1822, a Universidade de Coimbra, Portugal, formou 2.464 estudantes oriundos do Brasil, os quais, como se denota da História das Universidades, foram formados por professores originados da Universidade Italiana de Bolonha, primeira Instituição de Ensino Jurídico de que se tem notícia. (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1989, p. 391).

Andréa de Almeida Leite Marocco

Infelizmente, este é um reflexo nítido do Direito naquela época, muito ligado à economia e totalmente vinculado à política. (BASTOS, 2000, p. 59)

2.2 Ensino Jurídico no Brasil Império: o início de uma nova era

Nos primeiros tempos, Portugal entendia que a necessidade de jovens brasileiros estudarem em Portugal, era um dos fatores preponderantes de dependência da colônia e, por isso, não se permitiu a expansão das instituições de ensino no Brasil. (ROSSATO, 2005, p.135)

De acordo com Ricardo Rossato ainda:

Um fator determinante para a mudança dessa política de Portugal foi a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, com o que se criaram as novas necessidades. Impunha-se a formação de quadros e burocratas para atender os interesses do rei, bem como, a obrigatoriedade de expedição de títulos honoríficos. (2005, p.135)

Assim, em 1827 foram criadas as primeiras “Academias de Direito” do Brasil, época em que se denomina o Direito como “Letras Jurídicas”. Somente em 1854 foram denominadas de “Faculdades de Direito”, quais sejam: A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ou Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e a atual Faculdade de Direito do Recife ou Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pernambuco(OLIVO 2000, p. 58-59)

Nota-se o intento político-econômico que perpez o cenário de criação do ensino jurídico no Brasil. Os cursos vinculavam-se fortemente às bases político ideológicas do Império, os acadêmicos quase sempre tinham pretensões de ocupação de cargos políticos no governo, absolutamente voltados à burocracia e ao tecnicismo. Esse problema, de muita técnica e pouca reflexão, reflete no ensino ao longo dos anos até a atualidade. Aliás, conforme mencionam Mendes e Moraes:

Dessa forma, observa-se, desde o berço da cultura jurídica nacional, uma tendência à preocupação com questões pragmáticas, de cunho eminentemente tecnicista, afastadas de uma reflexão mais profunda sobre os fenômenos jurídicos, quer fossem os fenômenos do Estado e da política, quer fossem aqueles concernentes à esfera de relações privadas dos seres humanos, o que prosseguiu através dos tempos, prolongando-se ainda até hoje a reprodução deste padrão. (MENDES e MORAES, 2006, p.2)

Para Wolkmer (2000, p. 99) “na prática, o sucesso do bacharelismo legalista devia-se não tanto ao fato de ser uma profissão, porém muito mais uma carreira política, com amplas alternativas no exercício público liberal.” Essa acepção apenas modificou-se após a Proclamação da República, quando o ensino jurídico alterou-se junto à transformação da própria sociedade civil.

Andréa de Almeida Leite Marocco

2.3 Ensino Jurídico no Brasil República

Ricardo Rossato expõe o que se pode compreender como o ensino na época da implantação da República:

Com a proclamação da República, registra-se certo entusiasmo com a educação, manifestado, por exemplo, na Criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, entregues a Benjamin Constant. Ainda estavam muito vivas as idéias que haviam levado à proclamação da República; a redenção nacional far-se-ia pela abolição da escravatura, pela implantação da República e erradicação do analfabetismo, expandindo a educação. Nessa fase inicial assistiu-se a um significativo impulso ao ensino superior apesar das resistências dos positivistas que viam na universidade uma instituição medieval e ligada estreitamente à Igreja Católica. (ROSSATO, 2005, p. 139)

Essa transformação parte de uma leitura inovadora do historicismo jurídico, pautada na compreensão de que o Direito, muito mais que ciência meramente teórica, expressa a ideologia e a cultura de um povo em determinado momento histórico. Assim, Wolkmer acentua:

A obtenção de nova leitura histórica do fenômeno jurídico enquanto expressão cultural de ideias, pensamento e instituições implica a reinterpretação das fontes do passado sob o viés da interdisciplinaridade (social, econômico e político) e da reordenação metodológica, em que o Direito seja descrito sob uma perspectiva desmistificadora. (WOLKMER, 2000, p. 01)

Por tal mudança de paradigma, os cursos passaram, paulatinamente, a formar não apenas bacharéis em direito voltados a funções administrativas como anteriormente, mas também voltados à formação de profissionais ligados à atividade forense de uma maneira geral. Os juristas, a partir de então, não se formam apenas para exercer atividades burocráticas diretamente vinculadas a cargos políticos, mas também passam a atuar autonomamente. (MACHADO, 2009)

De 1827 a 1961 não houve mudanças significativas no ensino jurídico no Brasil, especialmente de cunho curricular, posto que o currículo do curso fora estabelecido pelo Estado - fixo e imutável. Surge a visão do ensino como força propulsora da sociedade. Por isso que, especialmente a partir dos anos 60 até hoje, foram inúmeras as modificações nos currículos dos cursos Jurídicos, normalmente resultado de transformações na esfera social. A partir de 1962, fora implantada a ideia de estabelecimento de currículos mínimos, possibilitando às faculdades criar outras disciplinas e diferenciar suas matrizes curriculares autonomamente.

Outro fator de grande relevância fora o aumento acentuado das faculdades de Direito, ampliando o acesso por parte da classe média, enfatizando o caráter profissionalizante. Assim, a formação dos cursos jurídicos deixou de ser reflexo fiel da ideologia política da época e as universidades passaram a tomar posturas mais humanistas, menos burocráticas e positivistas. Muitos passos importantes nessa construção puderam ser dados a partir das modificações curriculares dos cursos, com a inclusão de algumas disciplinas em especial, como a Filosofia, a Sociologia, entre outras. (RODRIGUES, 1995)

Andréa de Almeida Leite Marocco

Assim, nessa década ocorreu uma corrida crescente de instalação de novas instituições e de novos cursos superiores em todo o país. Aumentava o número de cursos jurídicos com grande agilidade, porém, a qualidade do ensino já não era preocupação estatal e, enquanto o aumento de números passou por uma corrida desenfreada, a qualidade decaiu, sendo que já não se garantia aplicabilidade aos ensinamentos fornecidos. (MACHADO, 2009)

Com o assíduo aumento de profissionais, isto é, de bacharéis em Direito, apenas a partir de 1930, a advocacia passou a ser tratada como profissão autônoma, época na qual fora criada a Ordem dos Advogados do Brasil³.

A década de 80 foi marcada por transformações no ensino jurídico, especialmente pelo fato de que os profissionais da área, paulatinamente, eram substituídos por administradores, economistas, contadores, entre outros e os bacharéis em Direito acabavam assumindo funções estritamente técnicas. Enquanto isso, dentro das salas de aula, permanecia uma ótica formalista e distante de análises críticas e reflexivas. (OLIVO, 2000)

Já na década de 90, destaca-se a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, que passou a assumir um papel mais efetivo na fiscalização e no controle sobre o conhecimento jurídico dos egressos, especialmente na avaliação externa dos cursos.

Em compensação a este período de incertezas, no ano de 1987, por exemplo, o curso de Direito era um dos mais procurados no país, que emergia em ideias e inovações no encaixo da criação de uma Constituição democrática e cidadã. A partir desse ano, de maneira mais enfatizada, a ideologia que perpassa os cursos jurídicos passa pela maior transformação, acompanhando o próprio aparato social desde a colonização. Segundo Mendes e Moraes:

Com isso, tem-se em vista a defesa de uma cultura jurídica axiologicamente bem fundamentada, compatível com a ordem democrática vigente no país e coerente com o desempenho dos profissionais do Direito, em suas diversas funções, sem restringi-la ao domínio restrito dos pesquisadores, que, pouco a pouco, já vêm se conscientizando sobre a importância de discutir e de resolver a crise no ensino jurídico brasileira, a partir de uma abordagem consentânea com a visão dos novos educadores de nosso tempo, que apresentam a desafiante proposta de uma ética transdisciplinar, descrita por Roberto Crema, como “uma convocação ao exercício dialógico entre os grandes fragmentos epistemológicos da ciência, arte, filosofia e mística, buscando resgatar a unidade do conhecimento e uma forma mais integral de agir na realidade.” (MENDES e MORAES, 2006, p. 28)

Assim, a partir da promulgação da Constituição de 1988, as universidades e o ensino jurídico de uma forma geral assumem um papel realmente transformador na sociedade. Ao invés de ser marcado pelo idealismo individual, fechado e positivista, passa a ter sua racionalidade fiel efetivamente questionada e a ser substituída por um modelo de pensamento crítico, interdisciplinar e emancipatório.

3. A criação da Ordem dos Advogados do Brasil se deu por meio do Decreto n.º 19.408, de 18 de novembro de 1930.

Andréa de Almeida Leite Marocco

Em 1997, havia duzentos e sessenta cursos de Direito no Brasil. Um levantamento realizado em 2006 pela Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB apontou que naquele ano havia novecentos e cinquenta e nove cursos em funcionamento⁴. Nota-se, assim, que há uma corrente busca pelo aprimoramento das disposições de uma constituição social democrática, com a formação de profissionais qualificados na interpretação e reflexão jurídica.

Ocorre que, concomitante a esse crescimento numérico de cursos oferecidos, há uma diminuição na qualidade do ensino e, cada vez mais, profissionais recebem seus diplomas absolutamente despreparados, quer do ponto de vista acadêmico, quer do ponto de vista profissional. Para Wolkmer, o problema do conservadorismo observado atualmente no Direito Brasileiro é resquício da forma como os cursos jurídicos foram implantados. Segundo ele:

A transposição e a adequação do Direito escrito europeu para a estrutura colonial brasileira acabou obstruindo o reconhecimento e a incorporação de prática legais nativas consuetudinárias, resultando na imposição de um certo tipo de cultura jurídica que reproduziria a estranha e contraditória convivência de procedimentos burocráticos-patrimonialistas com a retórica do formalismo liberal e individualista. (WOLKMER, 2000, p. 07)

É chegada a hora da busca pela efetiva reconstrução e formatação do ensino superior jurídico, a fim de que os cursos passem a dar efetividade aos primados constitucionais genuínos do estado democrático, que vão muito além da formação de bacharéis que voltaram a estar totalmente distantes da realidade vivenciada pela sociedade civil. As mudanças no ensino jurídico não ocorreram apenas no Brasil. São frutos de inovadoras correntes filosóficas que se aprimoraram em todo o mundo no decorrer dos tempos e refletiram também no cenário brasileiro.

Nos últimos anos, o mundo como um todo vem passando por modificações notórias. Algumas positivas, outras negativas. Diante dessas evoluções, o Direito não deve permanecer estagnado, mas sim em constante evolução, em um constante entrosamento com outras ciências, em especial, as humanas.

3. ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO EFETIVA E QUALITATIVA DO JURISTA DO SÉCULO XXI

Esse novo século, surge marcado pelas grandes transformações na sociedade em todo o mundo. Os egressos do curso de Direito no Brasil, por sua vez, não tem alcançado êxito em acompanhar tais inovações de modo satisfatório, ou seja, nota-se um profundo distanciamento entre os objetivos conquistados durante a formação acadêmica e os que são exigidos pela sociedade. Tal fator tem efetivamente contribuído para a crise no ensino jurídico ao longo dos anos.

Em um primeiro momento, Bastos acentua que:

O ensino das disciplinas jurídicas no Brasil está, basicamente, dominado por duas tendências: de um lado, o ensino excessivamente dogmático, desvinculado das

4. Fonte: <http://www.oab.org.br/noticia.asp?id=7307>

outras dimensões do conhecimento que fazer referência ao homem e à sociedade e, do outro, o ensino abstrato do Direito, que está cada vez mais desvinculado da dinâmica realidade social. O ensino jurídico precisa absorver os novos parâmetros do conhecimento científico e incentivar a pesquisa jurídica como instrumento de percepção da realidade social e da experiência jurisprudencial dos tribunais. Neste contexto, os modelos retóricos de ensino e do desprezo pelas novas dimensões do conhecimento técnico e científico favorecem a alienação do saber jurídico e as preocupações didáticas determinadas pelo saber dogmático. (BASTOS, 2000, p. 345)

No mesmo sentido, Rodrigues descreve o ensino jurídico em termos que, embora passados mais de dez anos, parece-nos a descrição da atualidade. Não fossem os tempos fluidos que ora vivemos, uma década poderia significar pouco, mas sabemos que isso indica de fato, que o ensino jurídico é que restou estagnado nos últimos anos:

Como se apresenta o ensino do Direito hoje:

Existe uma base comum, nas várias análises existentes sobre a situação do ensino jurídico brasileiro contemporâneo. Pensa-se poder apresentá-la da seguinte forma:

- a) O ensino jurídico existente hoje no país, pelo que se depreende das análises e pesquisas existentes, caracteriza-se por seu tradicionalismo e conservadorismo. É ele, regra geral, um ensino dogmático, marcado pelo ensino codificado e formalizado, fruto do legalismo e do exegetismo.
- b) Isso se deve, principalmente, segundo a grande maioria dos autores, à influência do positivismo no pensamento e na cultura jurídica brasileiros. Ele levou à adoção do método lógico-formal como o adequado para a apreensão da realidade, reduzindo a ciência do Direito à ciência do direito positivo -a dogmática jurídica -e, conseqüentemente, o ensino do Direito, ao ensino deste.
- c) Esse ensino conservador e tradicional desconhece as reais necessidades sociais, pois, segundo a maioria, se restringe à análise da legalidade e da validade das normas, esquecendo totalmente a questão de sua eficácia e legitimidade.
- d) Esse tipo de postura levou, segundo alguns, a uma supervalorização da prática, através do judicialismo e do praxismo, esquecendo-se de que a atividade prática é o exercício prático de uma teoria. Enfatizou-se o saber-fazer em detrimento do por que – fazer de tal forma.
- e) O tipo de aula preponderantemente adotada continua sendo a aula-conferência. Os currículos são, regra geral, pouco flexíveis e unidisciplinares - no sentido de que se voltam apenas para as disciplinas eminentemente jurídicas (dogmáticas) -e os programas, estanques. (RODRIGUES 2000, p. 09)

Não é possível prostrar-se diante de um universo acadêmico que se resume a leitura de dispositivos legais, sem nenhuma associação com a realidade, em que se formam muitos alienados, despreparados para o mundo, inertes na sociedade onde vivem.

Andréa de Almeida Leite Marocco

4. UM OLHAR PARA O FUTURO: A NECESSIDADE DE SE (RE) PENSAR O FENÔMENO JURÍDICO E DESENVOLVER SABERES

Apesar de muito se falar a respeito das crises⁵ do ensino jurídico e dos grandes desafios que perduraram ao longo dos anos, pouco se tem feito a verdadeiramente romper com as visões engessadas, que evitam a mudança, bitolam as visões e empobrecem o conhecimento e o que de bom se pretende extrair dele.

Para o professor RODRIGUES (2000, p. 06-28), a solução para tudo isso está em uma reforma profunda na própria ciência do direito. Porém, é necessário ter em mente que não é apenas o Direito que pode solucionar um problema que é eminentemente de toda a sociedade.

Segundo Bittar, muito da crise do ensino se deve à própria sociedade capitalista e extremamente consumista em voga atualmente. Expõe o autor:

O ensino jurídico, mercadurizado, tornado objeto de fetiche consumista, ou como forma de ascensão social rápida se converteu em um ensino forjado a partir das exigências de heteronímia de mercado. Por isso sua função preparatória formativa se minimiza em uma função instrutória deformativa, e faculdades de direito se tornam, não raro fábricas de adestramento no lugar da preparação para a emancipação, pratica-se adestramento (que se faz como com ratos de laboratório, por condicionamento) aos imperativos do mercado, as exigências imediatistas. (BITTAR, 2006, p. 28)

Em que pesem as surpreendentes palavras e ao estonteante comparativo acima mencionado, é notório que a crise vislumbrada no ensino jurídico decorre muito dessa visão que resume o estudante em mero reprodutor, objeto de treino, de moldagem, de infinitos erros e acertos. As marcas de tais despautérios estão sendo vislumbradas no despreparo do egresso para universo multicultural, multifuncional que se apresenta.

Sob essa perspectiva, cabe frisar interessante contribuição mencionada por Bittar, a fim de sintetizar algumas “tendências e conceitos vanguardistas que possuem forte potencial revolucionário, [...] trazendo contribuições para a pós-modernidade do ensino jurídico”, entre as quais, menciona:

- a) no lugar do ensino centrado no professor - leitor, o ensino voltado para a interação aluno-professor;
- b) no lugar do ensino calcado nas verdades da “lei”, clara demonstração da influencia positivista sobre o saber jurídico, o estudo crítico e ético-social do fenômeno;
- c) no lugar do ensino monolítico, condensado no cristalizado conjunto dos valores das carreiras jurídicas, a formação educacional mais ampla, que, inclusive, prepara para a cidadania;

5. De acordo com Fábio Konder Comparato, em a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, 2010, p. 545, VII edição, editora Saraiva “ radical do étimo grego – kreí ou kri, o qual corresponde do latim a cerno, é o mesmo do verbo krinô, que possui duas séries de significados: 1 separar, discernir, selecionar e escolher; 2 decidir, solucionar, julgar. Krisis significa, assim:1 ação ou faculdade de distinguir ou discernir; 2) ação de escolher, eleição;3 ação de separar e, figurativamente, dissentir ou contestar; 4 decisão ou julgamento. O vocábulo assumiu desde Hipócrates, na língua grega, a conotação de mudança súbita, desequilíbrio ou ruptura. No tratado dos ares, das Águas e dos Lugares, o pai da Medicina denominou Krisis o momento preciso em que é possível discernir a doença e desvendar a sorte do doente.”

- d) no lugar de projetos pedagógicos de forte concentração profissional, propostas de intensificação de formação humanista do operador do Direito;
- e) no lugar da pedagogia vertical, centrada e verbal do docente (elocuições magistrais dos lentes catedráticos), o interesse pelas propostas lúcidas interativas, dinâmicas e alternativas de ensino/aprendizagem do Direito;
- f) no lugar de grades curriculares centradas no exclusivismo da ciência do direito, a incorporação de novas disciplinas capazes de despertar habilidades diversas no operador do Direito (Criatividade, Informática Jurídica, Psicologia da Negociação, Estudos da Realidade Brasileira etc.);
- g) no lugar de conteúdo programático enfocados na especialização temática, e no exclusivo metodológico, a interdisciplinaridade dos saberes jurídicos, inclusive entre teoria e prática;
- h) no lugar das metodologias de ensino formais (exposição, leitura de código etc.), abertura de campos para a invasão de novas metodologias que priorizam a ação e a interação (Internet, *Power Point*, cursos a distancia, laboratório de prática jurídica interativo, atendimento à população, prestação de serviços jurídicos à sociedade, ações de cidadania, projetos de discussão grupal, pesquisas institucionais, convênios de cidadania com órgãos públicos, monografias etc.);
- i) no lugar de cursos-padrão, centrado no positivismo jurídico, maior aderência do curso às peculiaridades regionais, locais (urbanas ou rurais), bem como às necessidades profissionais, ao mercado de trabalho e às condições socioeconômicas específicas;
- j) etc. (BITTAR, 2006, p. 10-11)

Deve ser resgatado o sentido axiológico existente na criação do Direito. A partir de tal encontro, devem ser escamoteados os abusos que atualmente se tornaram ‘comuns’ na sociedade capitalista. Segundo WARAT:

Ignora-se o abuso estatal dos direitos, a castração estatal de nossa personalidade, de nossos interesses e necessidades. Existe uma denegação generalizada dos excessos a normatividade estatal. Escamoteia-se, por um lado, a existência de uma sociedade que vai sendo dia a dia tomada pelas leis. Dissimula-se, por outro lado, o uso absoluto que o Estado faz da lei positiva em nome dos interesses da sociedade, dos interesses do povo. [...] O Direito aparece, então como um lugar tópico e utópico inabalável que justifica a normatização total de tecido social. Um discurso “uterino” de socialização, um feitiço que instala, na sociedade, a ilusão de um lugar simultaneamente protetor dos interesses da sociedade e as liberdades pessoais. Em ambos os casos, é sempre o indivíduo visto como um selvagem potencialmente perigoso, como um culpado potencial que deve ser vigiado pelo Estado e pelo Direito. (WARAT, 2004, p. 207)

Ademais, muito antes do ensino superior, essa transformação intelectual também é importantíssima. Nas palavras de Freire:

[...] O que coloca à educadora ou ao educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar, saber que motiva e sustenta a sua luta: se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é

Andréa de Almeida Leite Marocco

a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queria, nem tampouco é a perpetuação do “status quo” porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam, ou do seminário que lideram podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. (FREIRE, 2000, p. 126-127)

Um novo olhar, para um mundo universal, projeta-se e requer espaço. A reflexão perpassa os muros da universidade e chega até a sociedade com ares de exigência. O acesso à justiça, a solidariedade, os ideais liberdade, igualdade e fraternidade passam a ser pautas nas discussões neste início de século e, o ensino jurídico não pode ficar em silêncio, devendo ser repensado, novos moldes, novos objetivos.

Frisa-se, aqui, o enunciado de Morin:

A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. [...] Conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não separá-lo dele. Todo conhecimento deve contextualizar seu objeto, para ser pertinente. “*Quem somos?*” é inseparável de “*Onde estamos?*”, “*De onde viemos?*”, “*Para onde vamos?*” [...] Interrogar nossa condição humana implica questionar primeiro nossa posição no mundo. (MORIN, 2003, p. 47)

E este reconhecimento da sociedade é imprescindível para a ciência jurídica. BORDIEU e PASSERO descrevem essa necessidade no seguinte trecho:

Um sistema de ensino deve, para preencher sua função social de legitimação da cultura dominante, obter o reconhecimento da legitimidade de sua ação, ao menos sob a forma do reconhecimento da autoridade dos mestres encarregados de inculcar essa cultura. (BORDIEU e PASSERO, 1992, p. 135)

Diante de todo o exposto, o que se observa como solução para que o ensino jurídico brasileiro assuma novas práticas, e cumpra sua função eminentemente social e emancipadora dos direitos fundamentais, é a reformulação de todo o sistema, um devir integral como regra⁶. Para Lyra Filho:

O direito se faz no processo histórico de libertação enquanto desvenda precisamente os impedimentos da liberdade não-lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos e sua filtragem nas normas costumeiras e legais tanto pode gerar produtos autênticos (isto é, atendendo ao ponto atual mais avançado de conscientização dos melhores padrões de liberdade em convivência) quanto

6. Segundo Lênio Luiz Streck, *Jurisdição Constitucional e hermenêutica: Uma nova Crítica do Direito*. 2.ed. Rio de Janeiro, Forense, 2004, p. 274, “[...]Para essa (difícil e urgente) tarefa de des-ocultação é preciso buscar o acontecimento em que estamos sempre apropriados (Ereignis), conduzindo o discurso jurídico ao próprio Direito, tornando-o visível, denunciando a “baixa constitucionalidade” e deixando aparecer o sentido transformador do novo modelo de Estado Democrático de Direito, naquilo que se entende por força normativa e constitucional dirigente.”

Andréa de Almeida Leite Marocco

produtos falsificados (isto é, a negação do direito do próprio veículo de sua efetivação, que assim se torna um organismo canceroso, como as leis que ainda por aí representam a chancela da iniquidade, a pretexto da consagração do direito). (LYRA FILHO, 1982, p. 312)

O ensino individual, sem perspectivas para o mundo, não é efetivo, tampouco qualitativo. Saber o direito positivado, sem suas implicações para com a sociedade é desacreditar nossos jovens de suas potencialidades, desmerecendo-os a meros propagadores de teorias, como se não possuíssem a capacidade de contrariá-las, de melhorá-las.

Morin (2000), refere-se aos sete saberes necessários à educação do futuro e dentre eles, refere-se à cegueira. Nesse saber tem ele completa razão em suas reflexões, eis que, a história lhe dá os fundamentos para tais afirmativas. Se não, como explicar que com o passar dos anos, muitas verdades não são mais verdades? A terra deixa de ser quadrada, voar já não é coisa apenas para os pássaros, chegar à lua é algo possível, enfim, tantas situações que nos fazem pensar o que é o real conhecimento.

Ainda, para Morin, há a necessidade de dar ao ser humano uma consciência de que faz parte do universo, e que, nesse mundo, as pessoas são frutos de uma história que se espelha com a de todos: de lutas, de perdas, de vitórias, de sonhos, de tristezas. Por isso, não se pode olvidar a relação que ser humano possui com o resto do universo, ninguém está alheio a crise planetária oriunda do século XX, do que reforça-se a ideia de objetivos comuns entre todos os seres do planeta. (MORIN, 2000)

No que tange ao enfrentamento das incertezas, Morin interpõe o entendimento de que se deve estar preparado para aquilo que pode vir a ocorrer, sem duvidar de que acontecerá. Vale citar o seguinte trecho:

Seria preciso ensinar princípios de estratégia que permitiriam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em virtude das informações adquiridas ao longo do tempo. É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza. (MORIN, 2000, p. 17)

Nesse sentido, além de preparar os acadêmicos do curso de Direito para o esperado, deve-se prepará-los para lidar com a aquilo que sequer se poderia esperar, ou seja, uma formação que vai além do previsível, e por assim ser, é completa, exige organização crítica de ideias, impõe um ser pensante, capaz de interagir com as adversidades e superá-las, pois possui preparação para tal. Como expressa Drummond, é perceber que muitas são as pedras do caminho, embora as retinas estejam fatigadas.⁷

Não se sabe muitas vezes qual a pedra, ou qual o caminho, mas que existe, isso não se pode negar, sendo que devemos estar preparados para que não ocorram tropeços, causados pela certeza, que traz a falsa ideia de segurança e credibilidade por vezes inexistentes.

Morin convoca seus leitores à cidadania, à *antropo-ética*:

7. Referência à poesia, No meio do caminho, a qual pode se encontrada em www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond04.htm

Andréa de Almeida Leite Marocco

A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana. (MORIN, 2000, p. 17)

A partir do exposto, percebemos que o caminho é longo, eis que requer revisão de conceitos; estudos que demonstrem as origens da crise, que identifiquem os meios se vencer os desafios ora expostos e muitos outros que estão por aí e não de surgir. E assim, surge a seguinte reflexão de Fernando Pessoa:

Que a arte nos apronte uma resposta, mesmo que ela não saiba, e que ninguém a tente complicar porque é preciso simplicidade para fazê-la florescer. Porque metade de mim é platéia e a outra metade, a canção. E que a minha loucura seja perdoada. Porque metade de mim é amor e a outra metade também! (PESSOA, 2005⁸)

Assim, é preciso perceber que o ensino do Direito também não pode permanecer estagnado, dogmático, pautado por motivos e argumentos que há muito perderam o sentido. É preciso refletir, falar, aplicar, um novo ensino, um ensino apaixonante, que vença a cegueira e admita sermos seres em constante mudança, que o sim é a resposta do hoje, o talvez do amanhã e o nunca de tempo algum.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou investigar o ensino jurídico brasileiro e os enfrentamentos necessários à formação qualitativa do profissional da área jurídica, neste século XXI, com base nas evoluções sociais ocorridas desde o Brasil Colônia até a atualidade. Por meio de uma abordagem epistemológica, problematizou-se dedutivamente, a necessidade de se incorporar na educação forense um olhar crítico, voltado para o interesse social, refletindo-se acerca dos ideais a serem traçados para tal e a crise pela qual tem sido envolta ao longo dos anos.

Diante disso, promoveu-se uma investigação sobre as origens do ensino do Direito no Brasil, contrapondo-o à realidade social, econômica e política de cada período e seus enlaces para com a contemporaneidade. Compreender o caminho percorrido, as evoluções sociais, permite evoluir significativamente a um ensino jurídico que, ao contrário do que se vê nas Universidades atualmente, paute-se em práticas dialéticas, de transformação.

Em tempos onde é difícil compreender o presente, ante tantas inovações, os desafios antigos e hodiernos precisam ser entendidos e enfrentados, a fim de dispor à sociedade, um profissional jurídico de fato preparado aos desafios nela existentes, sendo agentes de transformação, de mudança, de liberdade por meio da educação forense.

8. Poesia Metade de Mim. Fernando Pessoa. Podendo ser encontrada na íntegra em pensador.uol.com.br/metade/

Andréa de Almeida Leite Marocco

REFERÊNCIAS

- BORDIEU, Pierre e Passeron, Jean-Claude, “**A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**”, Lisboa, 1970
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LYRA FILHO, Roberto. **O Direito que se ensina errado**. Brasília: Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília – UnB, 1980.
- MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MENDES, Ana Stela Vieira e MORAIS, Germana de Oliveira. **Da Crise do Ensino Jurídico à Crisálida Da Ética Transdisciplinar: A Metamorfose em Direito do Amor e da Solidariedade através da formação jurídica**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/02_457.pdf>. Acessado em julho de 2013.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2006.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Acesso à justiça no direito processual brasileiro**. São Paulo: Acadêmica, 1994.
- _____. **Ensino jurídico para que (m)?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.
- _____. **Ensino jurídico e direito alternativo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.
- _____. **Ensino Jurídico: saber e poder**. São Paulo: Acadêmica, 1998.
- _____. **Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- _____. **Pensando o ensino no século XXI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.
- ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: EDIUPF, 2005.
- WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino jurídico: o sonho acabou**. Florianópolis. Fundação Boiteux, 2004. WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

NOVAS TERRITORIALIDADES NO OESTE CATARINENSE: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E URBANA DAS CIDADES DE MAIOR INFLUÊNCIA DA REGIÃO

Cláudio Machado Maia¹, Rosa Salete Alba², Camila Fujita³,
Dione Paula Ludwig⁴, Aparicio Rolim⁵

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

²Docente da ACHJ e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cidade:
Cultura, Urbanização e Desenvolvimento da Unochapecó

³Docente da PUC/RS e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cidade:
Cultura Urbanização e Desenvolvimento da Unochapecó

⁴Bolsista e estudante do curso de Arquitetura e Urbanista da Unochapecó

⁵Bolsista e estudante do curso de História da Unochapecó

Fonte de Financiamento: PIBIC/FAPE

RESUMO

Em torno do debate do planejamento regional no oeste catarinense, busca-se interpretar a dinâmica da (re) estruturação urbana de Chapecó e região, compreendendo-se processos de produção e consumo dos diferentes setores econômicos frente às imposições globais/nacionais/locais. Estuda-se as cidades de Concórdia, São Miguel do Oeste, Maravilha, Pinhalzinho e Xanxerê, como micropólos regionais inseridos numa discussão sobre globalização, cidade do agronegócio e reestruturação urbana, como perspectivas de interpretar problemáticas urbanas e regionais de território. Metodologicamente, desenvolve-se uma revisão bibliográfica, reunindo material teórico e técnico, coletando dados relativos a economia, população e emprego. Como fontes dos dados, sítios eletrônicos de institutos de pesquisa, órgãos setoriais, prefeituras e secretarias. Através do levantamento fotográfico em visitas in loco, gerou-se produção de cartogramas temáticos e análises, o que possibilitou melhor compreensão das dinâmicas locais e regionais. Os resultados sinalizam que, destaca pelas agroindústrias, a região oeste está criando novas relações entre o espaço campo-cidade, onde as cidades de maior influência tem assumido papel de centros industriais, mudando o caráter local e regional, já que são aumentadas as informações e vinculações dessas cidades. Estas cidades de maior influência, que já passaram por situações econômicas difíceis, procuram por novas atividades bem como diversificação de setores. Mudanças que alteram o contexto da cidade e da região, gerando expansão urbana, novas configurações territoriais, impactos sociais e ambientais. Compreendendo essas variáveis e adotando como eixo principal a influência regional pela dinâmica de crescimento, lançaram-se propostas de planejamento urbano regional, alinhadas a estratégias de planejamento municipal, apontando possibilidades de qualificação urbana, fortalecimento e desenvolvimento em diferentes escalas. Conclui-se que o planejamento regional tem fundamental importância na avaliação das relações econômicas e socioespaciais entre as cidades, refletindo na criação de propostas que amenizem ou eliminem as necessidades locais e regionais, que proporcione uma dinâmica regional de caráter produtivo economicamente eficiente e socialmente justo.

Palavras-chave: Território; Planejamento Regional; Oeste Catarinense.

Cláudio Machado Maia, Rosa Saete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

1 INTRODUÇÃO

Este estudo parte da concepção da realidade socioespacial, principalmente pelo crescimento significativo das cidades de médio porte, onde os avanços e as relações econômicas e de serviço transformam o território urbano e rural, construindo novos espaços e novas articulações nas cidades e entre cidades. Processos impulsionados pela industrialização e economia globalizada. Insere-se nos debates em torno do planejamento regional no oeste catarinense, que buscam compreender e caracterizar a dinâmica dos centros regionais sob a influência da cidade de Chapecó – SC e as relações que estes estabelecem no contexto regional. Objetiva-se a interpretação das relações produtivas e transformações dos cinco micropólos regionais – as cidades de Maravilha, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Concórdia e Xanxerê.

2 METODOLOGIA

Partiu-se de breve revisão teórica sobre o tema região e planejamento regional, numa dinâmica de novas territorialidades e produção contemporânea, ao que se seguiram os estudos sobre as cidades em questão. Coletados os dados de bases teóricas e técnicas, desenvolveram-se visitas *in loco* para levantamentos fotográficos, entrevistas, e aquisição de mais dados. Após, sucedeu-se a elaboração dos cartogramas temáticos, envolvendo as questões em estudo com o diagnóstico da situação identificada. Com isso, lançou-se estratégias de planejamento urbano e regional ao oeste catarinense, enfocando os cinco micropólos analisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO – DINÂMICA REGIONAL E PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA

Desde o Império Romano (27 a.C-1453 d.C.) as problemáticas regionais apresentavam contradições, com um Estado organizador e articulador das funções de planejamento regional, porém, sem compreender as demandas dessa sociedade. Formação territorial por divisão espacial e física, seguindo critérios, como aspectos físicos, populacionais e clima local (FUJITA; MATIELLO; VILLELA, 2006), políticas de desenvolvimento que elaboravam programas independentes sem a integração destes com a dinâmica do estado ou país. Hoje, essa divisão é mais complexa e subjetiva, avaliando critérios e finalidades específicas, podendo haver diferentes regiões, sobrepostas, mas ao mesmo tempo articuladas (GLASSON, 1992 apud FUJITA; MATIELLO; VILLELA, 2006); (FUJITA; MATIELLO; ALBA, 2009).

Nas últimas décadas, a urbanização transforma cenários urbanos e rurais intensamente, refletindo diferentes relações econômicas e de serviço. Novas articulações impulsionadas pela industrialização e economia globalizada, com a sociedade se adequando às novas transformações e possibilidades existentes.

Neste contexto sistêmico, as cidades e regiões são vistas como sistemas complexos, ou seja, estruturas sociais e ambientais onde a relação entre as partes resulta em

Cláudio Machado Maia, Rosa Salete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

conflitos e instabilidade, e são verdadeiros desafios para quem os analisa, planeja, governa e toma parte deste processo. São conjuntos desorganizados, sujeitos a mudanças rápidas e imprevistas, sendo caóticos e descontínuos, por conta de movimentos e estímulos advindos dos mais variados contextos e escalas. (FUJITA, MATIELLO, VILLELA, 2006, p.5).

Nesse sentido, o planejamento regional é importante na organização e ordenação do espaço, partindo-se para uma análise do supra ao intra-urbano, aspectos culturais e sociais do local, atendendo e prevendo as alterações ou refuncionalizações nos núcleos urbanos e as redes econômicas.

Como cita Corrêa (2006, p.256), “a globalização impacta vigorosamente as esferas econômica, social, política e cultural, mas também; a organização espacial.” Portanto, o processo de globalização econômica descentraliza o desenvolvimento, também podendo ocasionar grandes disparidades econômicas e sociais entre localidades próximas e dentro de seus domínios.

Pela reestruturação produtiva dos anos 90, o modelo de desenvolvimento catarinense pode ser compreendido sob perspectiva histórica, cultural e natural do seu território, dinamizado pelas influências socioeconômicas diferenciadas que desencadearam sua inserção na economia mundial. A produção familiar, enriquecimento científico local e o dinamismo empresarial, apoiados nas particularidades de cada região e estruturados a partir de cidades-pólo fez surgir setores produtivos, respondendo às mudanças e transformações no cenário mundial (VIEIRA; CUNHA, 2002). Entretanto, quando o Brasil entra no mercado internacional, a trajetória *sui generis* do estado catarinense ganha outro contexto social e econômico, colocando o modelo em análise. Frente à progressiva perda da competitividade; enfraquecimento da pequena produção; aumento do êxodo rural; e desgastes socioambientais severos, surgem as agroindústrias com modelos de associativismo e cooperativismo.

Conforme Fujita, Matiello e Alba (2009), quanto mais complexificação de atividades a cidade oferece, maior será o comando exercido por ela, configurando uma rede urbana. E, retomando as cidades-pólo de Vieira e Cunha (2002), Chapecó como pólo regional do oeste catarinense influencia os micropólos regionais, Xânxerê, Concórdia, Pinhalzinho, Maravilha e São Miguel do Oeste.

Antes de caracterizar o oeste catarinense, se discute os ciclos econômicos regionais, responsáveis pela formação e pelas transformações do território em estudo, compreendendo os agentes econômicos hoje atuantes. Bavaresco (2005) define os ciclos do desenvolvimento em ciclo da pecuária, ciclo da erva mate, ciclo da madeira e ciclo da agroindustrialização.

O ciclo da pecuária ocorreu na primeira metade do século XVIII, sendo responsável pela integração da região sul ao cenário econômico brasileiro. Havia mares para transporte de mercadorias, gado, charque e couro. Como ciclo regionalizado, abriam-se caminhos para passagem de mercadorias e surgiam vilas, sendo que o atual município de Chapecó era local de passagem e parada de tropeiros. O ciclo do extrativismo compreende o da erva-mate e o da madeira. O ciclo da erva mate ocorreu no final do século XIX e início do XX, tendo a exploração do oeste ligado ao Paraná e Rio Grande do Sul, e também a Argentina – destino de comercialização. Comercializavam-se gêneros de primeira necessidade e de subsistência, como sal, banha e munição para vida no

Cláudio Machado Maia, Rosa Salette Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

campo (BAVARESCO, 2005). A economia da erva mate cresceu, fornecendo matéria prima para as indústrias que se instalaram nos estados vizinhos e no país. Já o ciclo da madeira esteve ligado com o processo de colonização, iniciado no começo do século XX. Tinham-se as companhias responsáveis pela ocupação, extração das madeiras e posterior venda de terras às famílias imigrantes (BAVARESCO, 2005), processo que pode ser relacionado a aberturas das primeiras estradas, à colonização, cultivo das lavouras e comercialização dos excedentes, a inserção da região oeste ao cenário nacional e posterior global, o alicerce do capital regional que dará origem ao próximo ciclo, a agroindustrialização.

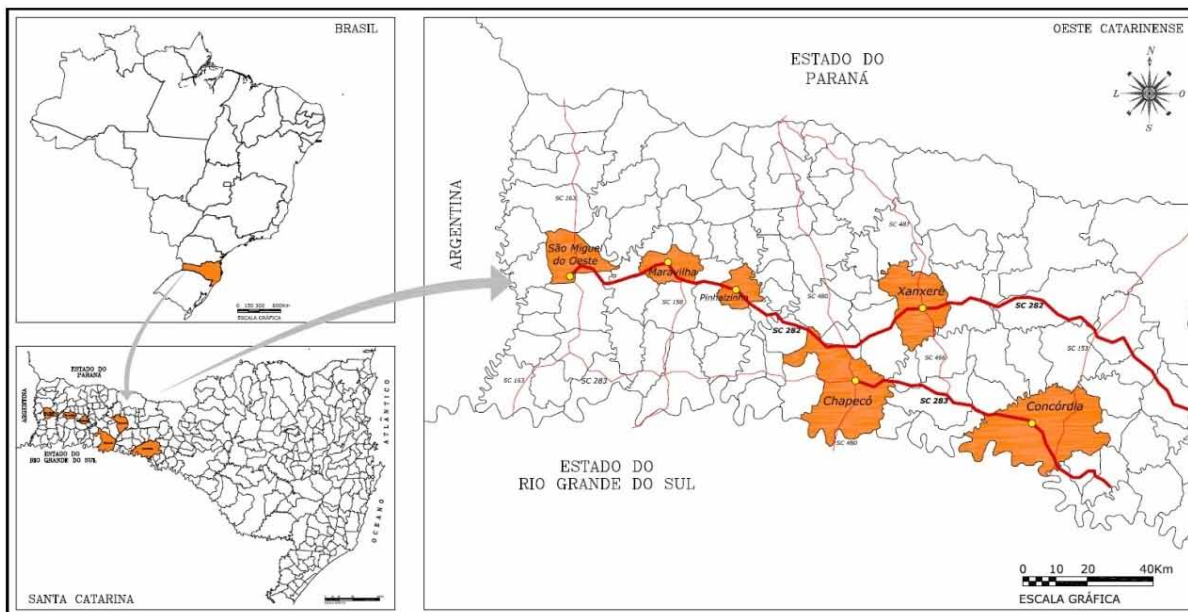
Explorada nas primeiras décadas do século XX, a base agrícola de subsistência, a vinda de imigrantes dos centros de comercialização e produtos foram se alterando, por produtos mais elaborados e com mais durabilidade. Tal diversidade de produção, segundo Bavaresco (2005), seja a explicação para o crescimento da produção suína daquela época. Havia contato entre produtor e consumidor, onde o comerciante comprava o excedente das colônias e lhes fornecia o que necessitavam. Assim, começa-se a compreender as relações de interdependência entre o rural e o urbano e o surgimento do sistema de integração das agroindústrias do Oeste Catarinense. A base agroindustrial trouxe condições favoráveis ao crescimento e desenvolvimento de todo território oeste. Reforçando o papel de pólo regional, Chapecó auxiliou constantemente esse progresso econômico, e ao mesmo tempo em que se havia redução demográfica nos municípios vizinhos da cidade pólo, ela propicia maiores chances de investimentos e desenvolvimento, inserindo todo oeste catarinense no cenário global (PELUSO, 1982; FUJITA; MATIELLO; ALBA, 2009). E, com a expansão do agronegócio, as pequenas cidades e as de médio porte foram ganhando força, exercendo novas funções e tendo um grande papel nas redes agroindustriais. O espaço agrícola é mais aberto a investimentos de novos capitais. As cidades que possuem um sistema agrário mais avançado necessitam ter uma gestão e normatização mais intensa em escala regional e local. Já, entre os principais pontos da reorganização do território estão destacados a guerra fiscal; a descentralização industrial; as especializações produtivas e a reestruturação produtiva da agropecuária (ELIAS, 2007). Essa base econômica agroindustrial promove o aumento de desigualdades socioespaciais (FUJITA; MATIELLO; ALBA, 2009), o que caracteriza problemáticas a serem amenizadas ou eliminadas por propostas de planejamento regional, a fim de proporcionar uma dinâmica regional de caráter produtivo economicamente eficiente e socialmente justo.

Numa análise de espacialização e desenvolvimento, as cinco cidades em estudo estão interligadas por vias de relevância, sendo essas as rodovias SC 282 e SC 283 (Imagem 01), com ligações secundárias aos municípios vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul. Essa configuração da malha urbana gera dinamismo em relação a espaços fixos e transitórios, para a realização de eventos, negócios, comércio, turismo, entre outros, haja visto maior crescimento populacional nos últimos anos nessa região.

Cláudio Machado Maia, Rosa Salette Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

Imagem 01 – Localização de Chapecó e os Micropólos regionais.

Caracterização territorial do Oeste Catarinense, Chapecó e os Micropólos regionais



Fonte: Base de dados disciplina de Planejamento Regional – UNOCHAPECÓ, 2012.

Edição: Dione Paula Ludwig, 2013.

Pela análise dos ciclos econômicos, colonização e ocupação, a formação espacial do oeste catarinense se deu em função de vários fatores que hoje ainda respondem pelo processo de desenvolvimento. Hoje, atuam os sistemas de cooperativismo e associativismo, empresas com modelos de produção globalizadas que podem por um lado modernizar o comércio e serviços, mas por outro enfrentam as crises financeiras globais com significativos saldos negativos e impactos sobre o setor terciário, principalmente. Já, a rede urbana resulta pelo processo de reestruturação produtiva da agropecuária, incorporados em padrões de produção e consumo globalizados. O êxodo rural gerou maior concentração populacional na área urbana, se criaram novas atividades e setores, que respondem pelo crescimento de Chapecó e demais cidades de menor porte da região. Nesse sentido, se faz necessária a criação de eixos que supram as deficiências e favoreçam a inserção no mercado nacional e global, aliados com estratégias que melhorem a funcionalidade da cidade e o bem-estar da população.

4. O PERFIL DE CHAPECÓ – COMO PÓLO REGIONAL

Chapecó pertence à Mesorregião Oeste Catarinense, a aproximadamente 555 Km da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis. Desde sua criação em 1917, a população cresce continuamente, atualmente estimada em 189.052 habitantes, dos quais mais de 90% na área urbana (IBGE, 2012). Com uma área de 624.308 km², é a maior cidade da região Oeste Catarinense e a sexta mais populosa no estado, sediando a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC). Se inserindo na dinâmica regional do agronegócio, dando suporte à atividade agroindustrial voltada ao mercado internacional, principalmente a suinocultura, avicultura

Cláudio Machado Maia, Rosa Salette Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

e bovinocultura de leite. Também no setor terciário, tem atrelado à capitais nacionais e internacionais na rede de negócios e serviços, ligados à lojas, supermercados, serviços de saúde e de educação. Em resposta a isso, tem-se a relação que a cidade exerce com a região, atrelada a uma configuração urbana de pólo do terceiro setor, porém, sem desarticulação com a produção rural. Desta forma, as agroindústrias foram o principal fator que impulsionou o crescimento econômico de Chapecó e da região oeste catarinense. O campo se configura em propriedades que trabalham a agricultura familiar, o associativismo e o cooperativismo, fornecedor da matéria prima, enquanto a cidade fornece produtos industrializados como equipamentos e insumos (agrícolas e pecuários).

Nessa perspectiva de Chapecó na condição de cidade média e seus centros regionais mais influentes como dinamizadores da economia, se faz uma breve análise sobre a configuração do espaço de cada um dos cinco micropólos em estudo, para ao fim, perspectivar estratégias de planejamento regional.

5. O PERFIL DOS MUNICÍPIOS – MICROPÓLOS REGIONAIS

O município de Concórdia, localizado na mesorregião Oeste Catarinense, microrregião do Alto Uruguai, foi emancipada em 1934. A cidade possui área de 797,269 km², sendo suas principais ligações as rodovias SC 283, SC 463 e BR 153. Em 1991, o município possuía 64.338 habitantes. Hoje, a população é de 68.627 habitantes, dos quais 79,95% residem da área urbana (IBGE, 2010). Quanto aos aspectos econômicos, os setores que se destacam são a agroindústria e o comércio, sendo a base a agropecuária, na criação de suínos e aves e no plantio de cereais (milho e soja). O segmento de prestação de serviços é o mais representativo em número de pessoas, por outro lado, o setor que mais emprega é o secundário, se destacando a construção civil (SEBRAE/SC, 2010).

Com um relevo bastante acidentado, riqueza hídrica e de vegetação, criam-se áreas de maior e menor expansão, sendo o núcleo urbano construído em cima do maior e principal rio, tendo-se nessa linearidade de menor altitude áreas alagáveis, formação de ruas de mão única, fluxo complicado, e a negação à acessibilidade. Há uma alta especulação imobiliária em função das poucas regiões favoráveis para implantação de loteamentos para a classe de maior poder aquisitivo. E, além da malha irregular na área urbana, se tem as formações íngremes das propriedades rurais, fazendo com que desde sua colonização a visão do mercado foi o sistema agropecuário. A implantação da empresa Sadia, hoje integrada a Perdigão passando a ser BRF (Brasil Foods SA), em meio ao núcleo central atualmente agredido, favoreceu essa consolidação, sendo a economia da cidade alienada ao setor agropecuário. Tal configuração traz agentes internos e externos que atuam como fomentadores ao desenvolvimento, nos quais se destacam: as novas áreas de expansão zoneadas, os incentivos ao agronegócio, os equipamentos culturais, o Contorno Viário Norte, as empresas de médio e grande porte, os vínculos de exportação e as escolas de nível superior e técnico. Por outro lado, tem-se os desestimuladores ao desenvolvimento, como as ocupações irregulares, áreas industriais sem infraestrutura de apoio, topografia de difícil acesso, deficiência no sistema de transporte urbano, e a monopolização do agronegócio.

Cláudio Machado Maia, Rosa Saete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

Quanto ao município de São Miguel do Oeste, situado na mesorregião Oeste catarinense, microrregião de São Miguel do Oeste. Emancipação em 1954, possui área de 234,396 km², e seus principais acessos são as rodovias SC 282 e SC 163. Na década de 90, possuía 42.242 habitantes, tendo um decréscimo populacional pela criação dos municípios de Paraíso, Flor do Sertão, Barra Bonita e Bandeirante, chegando em 2000 a 32.324 habitantes. Hoje possui 36.295 habitantes, sendo 88,3% na área urbana e 11,7% na área rural (IBGE, 2010). Na economia, tem-se o setor de serviços, destacando o comércio e a construção civil; a agropecuária com enfoque para agricultura (milho, fumo, soja e feijão) e a pecuária (gado leiteiro, de corte, suínos e aves); e a indústria, destacados o metal-mecânico, transportes, móveis e softwares. No recorte setorial, o segmento de prestação de serviços é o mais representativo em número de empresas. No entanto, a indústria é o setor que mais gera empregos, com 38,2% dos postos de trabalho (SEBRAE/SC, 2010).

São Miguel do Oeste possui uma formação topográfica de plano à ondulado, sendo sua porção leste a mais acidentada, dificultando a expansão para tal região. Apresenta uma rede hidrográfica densa e vegetação bastante devastada, o que mostra uma falta de postura em relação ao poder público sobre os benefícios que aqueles trazem ao meio físico e à população, visto que o município possui Plano Diretor desde 2004. Quanto ao zoneamento e índices urbanísticos, se destaca a possibilidade de até 14 pavimentos, sendo que apenas na última década foram executadas algumas edificações chegando a esses índices, o que mostra um aumento de demanda por esses empreendimentos, tendo o abuso de preços e especulação imobiliária em toda cidade. Dentre os equipamentos e serviços de abrangência regional, que podem responder juntamente com as oportunidades de fortalecimento, estão: o aeroporto, o Hospital Regional, escolas de nível superior e técnico, Unidade de Pronto Atendimento, transporte urbano coletivo, parque industrial diversificado, Exército, Contorno Viário, agroindústrias, potencial turístico, praças, vazios urbanos, áreas de expansão. Nos aspectos que desfavorecem o desenvolvimento se destacam: falta de investimentos tanto do poder público quanto do privado, ocupação em Áreas de Preservação Permanente (APPs), fragmentação territorial, elevado valor do solo urbano, legislação restritiva, falta e qualificação de mão de obra, deficiência de espaços verdes/ públicos.

A “cidade das crianças”, município de Maravilha, se localiza na mesorregião Oeste Catarinense, microrregião de Chapecó. Emancipado em 1958, possui área de 169,447 km², sendo os principais eixos de ligação as rodovias SC 282 e SC 158. Em 1991, possuía 24.107 habitantes. Hoje, possui 22.104 habitantes, sendo 81,84% na área urbana e 18,16% na rural (IBGE, 2010). Na análise econômica, o setor de serviços é o mais representativo, seguindo a indústria e por último o agropecuário. Referente a distribuição de empregos, o setor secundário é líder, seguindo o terciário. As atividades que se destacam são na base moveleira, confecções, agroindústrias e metal-mecânico (SEBRAE/SC, 2010). O município tem um traçado regular de quadras e ruas, formadas a partir da conformação do principal rio, Rio Iracema, que corta a cidade no sentido norte-sul, se configurando como ordenador do desenho urbano. Apresenta limites em relação a topografia, onde a região de menor possibilidade para uso é a leste e sul, devido ao relevo mais íngreme. A vegetação sofreu uma extração desenfreada, tendo-se poucas manchas verdes distribuídas pelo perímetro urbano. Sua ocupação foi fortemente influenciada pela passagem da rodovia SC 282, onde situam-se as

Cláudio Machado Maia, Rosa Salete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

indústrias, permitindo o fácil acesso e escoamento da produção. A rede viária, que se apresenta superdimensionada para a demanda atual, pode servir como ponto de apoio para o desenvolvimento. Não possui Plano Diretor, apenas um zoneamento que rege aspectos em relação ao ordenamento do território, como a tipologia a ser empregada em determinado local, atuando como ordenador da paisagem. Pela análise, esse plano não possui uma eficiência considerável, isso devido à falta de fiscalização e implantação de um Plano Diretor. E, com relação aos índices, a cidade já apresenta edificações com até 10 pavimentos, mostrando o interesse de investimento no setor e no município. Já, na análise territorial, definem-se como potencialidades de desenvolvimento as rodovias de acesso, locais de expansão zoneadas, recursos naturais (rios, vegetação, topografia), escolas de nível superior e técnico, incentivos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), setor moveleiro, setor de confecções e setor metal-mecânico. Como desestimuladores aos investimentos e ao crescimento têm-se as ocupações irregulares, limitantes topográficas, falta de mão de obra especializada, grande número de vazios urbanos, agressão e poluição ao Rio Iracema, falta de planejamento pelo poder público, pouca demanda por serviços de saúde, falta de transporte urbano.

A “capital da amizade”, Pinhalzinho, se situa na mesorregião Oeste Catarinense, microrregião de Chapecó. Emancipada em 1961, possui 128,298 km², e principal acesso pela rodovia SC 282 e SC 469. Na década de 90, possuía 10.673 habitantes e, atualmente 16.335 habitantes, sendo 83,36% residentes na área urbana e 16,64% na área rural (IBGE, 2010). No aporte econômico, tem-se um parque industrial diversificado, se destacando o setor agroindustrial, madeireiro, têxtil e mecânico. Pela distribuição do emprego formal, o setor secundário é o mais representativo em número de empresas, por outro lado, o setor que mais emprega é o secundário, com 52,7% dos postos de trabalho (SEBRAE/SC, 2010). O setor educacional é um dos pontos fortes da cidade, com cinco instituições de nível superior, trazendo pessoas de várias regiões para o município, mas a mobilidade e a infraestrutura para esse segmento deixam a desejar. Seu desenvolvimento se deu a partir da SC 282, com a colocação de áreas industriais e indústrias, gerando um grande fluxo de pessoas, porém, sem estrutura necessária. A topografia classificada como plana a elevada, com a área urbana se concentrando na região plana, permitindo a configuração de malha quadriculada e favorecendo as áreas de expansão. Em relação à hidrografia, não existem muitos rios na área urbana, mas há presença de nascentes e pequenos córregos. A vegetação se encontra em praças e parques, porém em estado debilitado não atendendo a demanda. O município está em crescente desenvolvimento, nesse sentido, existe uma grande quantidade de vazios urbanos ocasionados pelos novos loteamentos e áreas industriais, situados mais distantes do núcleo urbano. A área industrial foi realocada para as margens da rodovia, facilitando o escoamento e acesso, além de não gerar conflito de usos. Quanto aos aspectos de moradia e valor de mercado, as mais valorizadas se encontram na área central e as menos valorizadas em regiões periféricas, longe dos equipamentos e serviços. Sendo que, nessa interface têm-se elementos estruturadores ao desenvolvimento, destacando-se o fácil acesso, topografia favorável, ligação pela SC 282 e SC 469, crescimento populacional ativo, agroindústrias, agronegócio, universidades, desenvolvimento cultural, equipamentos públicos conforme a demanda, área industrial, feira de caráter regional (Itaipu Rural Show), feira municipal EFACIP. Quanto aos aspectos de desvalorização e retardamento ao

Cláudio Machado Maia, Rosa Salete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

desenvolvimento há a falta de infraestrutura - setor industrial e educacional, tráfego intenso de veículos, falta de espaços públicos/verdes, agressão ao meio físico por ocupação irregular.

A cidade de Xanxerê se localiza na mesorregião Oeste Catarinense, microrregião do Alto Irani (AMAI). Emancipada em 1954, possui área de 378 km², e acessos pelas rodovias SC 480, SC 467, SC 466 e SC 282. Na década de 1990, possuía população de 37.638 habitantes, hoje 44.128 habitantes, 88,65% na área urbana (IBGE, 2010). Considerada a “capital estadual do milho”, tendo como base da economia a agropecuária que responde por 70% do total. Ênfase na produção de cereais como milho, também soja, trigo e feijão, seguido pela pecuária com a produção de leite, gado de corte, suínos e aves. Destacam-se também o metal-mecânico, comércio e serviços, com alto índice de competitividade no mercado. Pela distribuição do emprego a prestação de serviços é o mais representativo em número de empresas, mas, o setor industrial é o que mais emprega com 35,7% dos empregos (SEBRAE, 2010). A formação do núcleo urbano em função das agroindústrias, conformando-se em relação ao rio Xanxerê que corta a cidade no sentido norte-sul, e o relevo sinuoso à íngreme, valorizando e desvalorizando algumas áreas. O eixo estruturador, a rodovia SC 282, segrega a parte sul e norte do município, e junto com a topografia mais íngreme deixa “esquecida” a região sul. Na rede hidrográfica se destaca o Rio Xanxerê chegando à sul ao encontro da bacia do Rio Ditinho, esta degradada devido à ocupação irregular em sua orla, habitações irregulares. Seus usos residenciais e mistos estão predominantes na área central e nas mais periféricas, sendo que as áreas residenciais condizem com a legislação, o mesmo não se aplicando para as industriais e comerciais. As indústrias, localizadas no decorrer da SC 282, pela facilidade de operação, transporte e escoamento, configuram-se como “porta de entrada” para o município, que a partir dali se desenvolveu. Os valores do solo são diferenciados por região, sendo os mais elevados na área central e nobre, e os de menor valor nas áreas periféricas ou condicionadas pela topografia. No que se refere a infraestrutura urbana, tem-se uma diversificação de atividades e condizentes com a demanda, sendo o município referência em cardiologia. Na atividade de turismo, o município poderia fomentar o desenvolvimento sociocultural e econômico pela exploração dessa atividade. Possuem-se inúmeras atrações turísticas que, somadas as da região, muitas encontradas nas cidades descritas acima, se constituiria um pólo turístico do oeste catarinense. Pela análise e compreensão dos agentes de desenvolvimento, o município apresenta como pontos positivos as escolas de nível superior e técnico, SC 282, indústrias, aeroporto, Contorno Viário, complexo de eventos Rovilho Bortoluzzi, agronegócio, áreas periféricas para novos loteamentos, áreas industriais zoneadas, elementos naturais (rios, vegetação, topografia), vazios urbanos, espaços públicos. Como desarticuladores do desenvolvimento, tem-se a segregação norte-sul pela SC 282, a Faixa domínio área transmissão energia Eletrosul, precariedade de acessos, ocupação irregular, área alagável, vazios urbanos, transporte público deficiente e monopolizado, área de chácaras, mobiliário urbano precário.

6. PERSPECTIVAS E/OU ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO (DESENVOLVIMENTO) REGIONAL

A partir das constatações sobre cada cidade em estudo, aspectos que irão potencializar ou condicionar o crescimento das cidades e região, se parte para o lançamento das diretrizes para seu desenvolvimento. Objetiva-se formas de dar visibilidade regional às cidades micrópolos, além do planejamento urbano em escala local, fator essencial para que tal desenvolvimento ocorra de forma sustentável e equilibrada. Então, elencaram-se alguns eixos centrais, que se ramificam com projetos específicos, esses sujeitos à análise de sua efetividade para implantação em determinado centro regional. Nessas condições, as estratégias de planejamento serviriam como articuladores no processo de planejamento urbano das cidades.

No eixo econômico, abordar-se-iam ações referentes a escolas de nível superior e técnico, turismos de eventos, de aventura/ecológico, rural, religioso e gastronômico, parques tecnológico industrial, tecnológico de pesquisa e exposições. A ação, promovendo o crescimento econômico, se justifica na medida em que contribui para a valorização da cultura e identidade local, permitindo pelos diferenciais a maior inserção no cenário regional.

No âmbito da educação, propõe-se a ampliação da estrutura das instituições de educação superior e escolas técnicas visando sua projeção e expansão futura. No turismo, ações que se concentram em explorar o potencial turístico do oeste catarinense. Enfim, inserção de equipamentos que gerem dinamismo econômico, na busca do desenvolvimento com qualidade urbana.

No eixo infraestrutura, trabalhar-se-iam ações referentes a recuperação de áreas degradadas, aeroporto, gestão de resíduos, modais integrados, e rodovias/eixos de acesso e ligação. Ações com vistas a planejar a expansão urbana e o seu papel como elementos estruturadores da rede urbana, prevendo os usos associados. Destaca-se um planejamento da urbanização sobre as áreas nas proximidades de contornos viários, espaços que geram um dinamismo as cidade e região, porém, geralmente apresentam-se como as áreas mais debilitadas. Planejamento dos sistemas de transporte público municipal, de modo a dinamizar o funcionalismo das cidades, além de não ater-se ao uso do veículo próprio como meio de locomoção.

No eixo social/cultural, se promoverá ações referentes a habitação, lazer e recreação, mercados públicos, esporte e saúde. De caráter regional, envolve a manutenção da qualidade de vida através de ações no âmbito habitacional, planejamento em termos de infraestrutura urbana e usos, controlando a segregação socioespacial existente. A preservação dos rios e espaços públicos de convívio em áreas ainda não consolidadas, bem como requalificação das existentes. Planejamento na esfera esportiva e de saúde, trazendo os dois benefícios um para o outro, além de compor um crescimento urbano no que diz respeito à inserção de equipamentos de saúde de caráter regional. Enquanto que, no eixo verdes, desenvolver-se-á ações referentes a parques culturais, parques ambientais (educação/conscientização), parques ambientais (pesquisa/preservação), praças de centros urbanos e praças de bairros. Estruturação de ações de planejamento local com interface regional, tratando de questões relacionadas à busca da qualidade de vida. Envolve a revitalização e qualificação dos espaços públicos existentes e projeção de novos, vinculada à valorização

Cláudio Machado Maia, Rosa Salete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

paisagística dos elementos naturais, cidade equilibrada, redução das desigualdades e contrastes evidentes hoje.

Com esses eixos e propostas, com toda sua sorte de vantagens e ônus, que estão claramente enraizados na realidade regional, faz-se a compreensão das peculiaridades e potencialidades de cada cidade. Articuladas regionalmente buscam-se soluções conjuntas, que respondam a manutenção da identidade cultural e o crescimento econômico com qualidade de vida da cidade e seus habitantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela avaliação histórica, econômica e social, tinha-se em primeiro momento um processo de colonização, respondendo por três importantes ciclos econômicos. Em segundo momento, destaca-se o surgimento das agroindústrias, acelerando as transformações das cidades e da região. O agronegócio contribuiu para a formação de um complexo agroindustrial, presente na região, fortalecendo a economia e impulsionando o desenvolvimento regional. Aos poucos, a estrutura econômica primária foi passando para ramos mais dinâmicos, alcançando hoje uma estrutura de vida urbana bastante complexa, destacando-se dentro do contexto oeste catarinense, nacional e global, respondendo a um terceiro momento.

Atualmente, o cenário regional está em constante mudança, seja pela implantação de empresas de médio à grande porte ou por equipamentos que exercem um cunho significativo de expansão, seja no setor de comércio, educação, saúde ou estrutura urbana. A importância está no levantamento das peculiaridades, possibilidades e não possibilidades de cada centro regional, a fim de propor um planejamento adequado baseado em projetos que conduzam o crescimento para todas as direções, ramificando a economia. Tem-se a criação de diretrizes de planejamento que se especializam em diferentes áreas de abrangência, considerando todas as questões analisadas em cada município, no âmbito de equipamentação da cidade, qualificação e implementação de infraestruturas, visando o crescimento e desenvolvimento do oeste catarinense, inserido na realidade e perspectiva de desenvolvimento do cenário global.

Portanto, salienta-se que os problemas locais e regionais são uma preocupação social, as reflexões da caracterização social, econômica e ambiental dos micropólos em estudo são de fundamental importância, devendo ser pensados em escalas específicas para sua efetividade, buscando soluções integradas que objetivam melhorar a qualidade de vida da população em todos os seus aspectos.

8. REFERÊNCIAS

BAVARESCO, P. R. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2005.

CORRÊA, R. L. Estudos sobre a Rede Urbana. In: CORRÊA, R. L. **Globalização e reestruturação da rede Urbana** – Uma nota sobre as pequenas cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 336.

Cláudio Machado Maia, Rosa Saete Alba, Camila Fujita, Dione Paula Ludwig, Aparicio Rolim

ELIAS, D. Fronteiras em mutação no Brasil agrícola. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (orgs). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007.

FUJITA, C.; MATIELLO, A.; ALBA, R. Rede de polo e micropólos regionais no oeste catarinense. **Redes**: Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 02, p. 53-59, mai/ago. 2009.

FUJITA, C.; MATIELLO, A. M.; VILLELA, A.L. **Planejamento Regional**. Chapecó, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O **Brasil município por município**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 20 set. 2012.

SEBRAE – SC. Santa Catarina em números. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/>. Acesso em 30 set. 2012.

VIEIRA, P.; CUNHA, I. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, P. A **pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

“MÍDIA EDUCAÇÃO” E CIDADANIA: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE FOTÓGRAFOS POPULARES

Kaehryan Alyssa Fauth¹, Angélica Lüersen

¹Estudante de Graduação do 8º. semestre do Curso de Jornalismo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

Email: kaehryan@unochapeco.edu.br.

Fonte de Financiamento: Bolsa de auxílio à pesquisa – Artigo 170

RESUMO

A Escola de Fotógrafos Populares nasceu do Programa Imagens do Povo, inserido no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. A fim de capacitar os alunos em fotografia, a Escola transcendeu a prática para dar lugar a um conceito de reafirmação e defensoria da imagem que se tem da favela. Dessa forma, contribui para a democratização do acesso à educação e à uma visibilidade mais próxima da qual representa a realidade e o dia a dia da favela, sem apologia a violência escrachada em muitos veículos de comunicação de massa. Por fim, o presente trabalho objetiva compreender e analisar se a Escola de Fotógrafos pode ser entendida como Mídia-Cidadã, e de que forma ela contribui para a valorização da cidadania.

Palavras-chave: Mídia Cidadã. Escola de Fotógrafos Populares. Democratização. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

A democratização da comunicação é uma discussão pautada sobretudo na inserção popular e cidadã, na perspectiva da participação nos processos de produção e difusão das informações. Por outro lado, o acesso à informação quase sempre se dá somente na recepção de conteúdos – e estes, muitas vezes não significam a realidade de determinados grupos sociais. Numa sociedade marcada por seu processo de midiatização, é necessário que a “interface entre Comunicação e Educação” seja considerada tanto nas pesquisas e discussões acadêmicas na área de comunicação quanto na construção de um aparato que avalie a “(...) leitura de mundo representada pelos meios de comunicação e à qual os jovens se baseiam para construir a sua realidade” (DELIBERADOR, LOPES, 2011, p.86).

O *Programa Imagens do Povo* está ajustado em todas as suas facetas à esta temática. Primeiro porque “(...) alia a técnica fotográfica às questões sociais, registrando o cotidiano das favelas através de uma percepção crítica, que leve em conta o respeito aos direitos humanos e à cultura local”¹. Segundo, porque suas ações estão alocadas nos eixos: Agência Escola, Banco de Imagens, Galeria 535, Curso de Formação de Educadores em Fotografia, Escola de Fotógrafos Populares e Oficinas de Fotografia Artesanal (*Pinholé*). E terceiro, porque se trata de um programa, sem fins lucrativos, criado pelo Observatório de Favelas que investe “na formação, capacitação e inserção no mercado de trabalho dos fotógrafos, [sendo que] os colaboradores da Agência Escola e do Banco de Imagens são em sua grande maioria formados pela Escola de Fotógrafos Populares”.

Especificamente por estar inserida no *Programa Imagens do Povo*, a *Escola de Fotógrafos Populares* (doravante, *EFPP*)² pode ser entendida como uma resposta social aos meios de comunicação hegemônicos, uma vez que suas produções objetivam abordar aspectos inerentes ao seu cotidiano de forma a representá-lo de maneira crítica, em processos democrático-participativos de alimentação e manutenção do *Banco de Imagens*³.

2 METODOLOGIA

O primeiro passo para a realização desta pesquisa será a reflexão teórica, momento em que serão tomados como base autores que discutem as aproximações entre os conceitos de comunicação, cidadania e educação como Peruzzo (2002, 2004 e 2005), e Fantin (2006). Um dos pontos centrais do trabalho está justamente na hipótese de que a *EFPP* está inserida numa proposta de ‘mídia educação’, conceito entendido aqui como aquele que propicia a

1. Informações disponíveis em <www.imagensdopovo.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2013.

2. A *EFPP* foi criada em 2004 pelo fotógrafo João Roberto Ripper. Os cursos regulares oferecidos à comunidade tem a duração de dez meses e são desenvolvidos em parceria com a Universidade Federal Fluminense. O objetivo da *EFPP* é a inclusão visual mediante o aprendizado fotográfico.

3. O Banco de Imagens é um acervo virtual que reúne fotografias de mais de 35 integrantes formados pela *EFPP*. São imagens de diferentes aspectos do território brasileiro, principalmente caracterizadas pela cobertura fotográfica de “temas sociais e do cotidiano em regiões de periferia, favelas e espaços populares em geral”. Entre os principais clientes do Banco de Imagens estão instituições sem fins lucrativos, editoras e agências de comunicação.

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

adoção de uma postura ‘crítica e criadora’ de capacidades comunicativas, expressivas e relacionais para avaliar ética e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias, para interagir significativamente com suas produções e para produzir mídias também.” (FANTIN, 2006, p.31)

Ainda, numa perspectiva educativa serão chamados ao diálogo autores como Freire (1979 e 2007) e Cortina (2005). Além disso, para fomentar o referencial sobre cidadania e comunicação outros autores serão mapeados.

Esta pesquisa sobre a Escola de Fotógrafos Populares⁴ será desenvolvida mediante o uso do método de estudo de caso. Este consiste na

inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. (Yin *apud* Duarte e Barros, 2009, p. 216).

Não se trata de uma técnica específica, mas de um método de olhar para determinada realidade (Duarte e Barros, 2009, p.216) e capturar dados e informações que permitam a compreensão de determinada situação. Como o método de estudo de caso prevê necessariamente o uso de técnicas para coleta e análise das informações, tais definições serão categorizadas após a observação exploratória do objeto, a fim de garantir que os parâmetros sejam os mais adequados ao problema proposto. Assim, como propõe Yin (*apud* Duarte e Barros, 2009, p. 223), a realização do projeto dever dar conta de responder à quatro problemas fundamentais: “(1) quais questões devem ser estudadas, (2) que dados são relevantes, (3) quais dados devem ser coletados e (4) como analisar os resultados”.

2.1 O processo de construção da pesquisa

O objetivo geral deste trabalho é analisar se a EFP se aproxima do conceito de “mídia cidadã” e de que forma contribui para a valorização da cidadania. Desta forma, também reflete na avaliação de como o objeto atua na perspectiva de “mídia educação”, se seu trabalho reflete inovação e a democratização da comunicação.

A primeira etapa da pesquisa consistiu, sobretudo, em um levantamento bibliográfico e reflexão teórica das leituras “Mídia Educação e a Formação cidadã” e “Comunidade e Contra-hegemonia”. Isso despertou consigo necessidades a serem supridas na segunda fase do projeto, como o aprofundamento em análise e leitura de imagens. Também foi feita a observação exploratória e o levantamento de dados para análise e, com isso, uma construção inicial a ser retratada no final da pesquisa sobre os dados colhidos.

4. Este estudo está, de certa maneira, interligado ao proposto pela acadêmica do oitavo período de Jornalismo, Suellen Santin, visto que seu Trabalho de Conclusão de Curso tem como proposição um estudo de caso sobre a Agência Escola.

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

O processo de pesquisa e construção deste trabalho oportunizou discussões e estudos relacionados ao eixo temático “Mídia Cidadã” com diversos acadêmicos que realizaram estudos acerca dele durante o tema de apuração das informações, o que resultou na contraposição e complementação de ideologias durante os debates.

A pesquisa também buscou contemplar obras que, não só se complementassem, mas que se contrapunham umas as outras, de modo que o conflito ideológico e de termos gere, sobretudo uma miscelânea abrangente do tema abordado.

Os temas mais recorrentes foram mídia-educação, educomunicação, comunicação popular, comunicação alternativa e a *folkcomunicação*. Além destes foram ressaltados aspectos dos movimentos sociais, meios de comunicação popular, movimentos sociais e culturais, relação entre educador e educando e cultura popular, temas contidos nas leituras. Para embasar estes temas foram lidas obras como “Comunicação em Movimentos Populares”, “Desafios da educação na sociedade de consumo” e “Mídia-cidadã”.

3 RESULTADOS

3.1 Programa Imagens do Povo: o objeto em seu contexto

O Complexo da Maré fica na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010)⁵, possui 129.770 moradores, mantendo um equilíbrio entre mulheres (66027) e homens (63743) que residem na região.

O ensino oferecido na favela é constituído por uma escola de desenvolvimento infantil, oito escolas públicas municipais, sete creches, um espaço de desenvolvimento infantil e seis centros integrados de educação pública.

Percebe-se que os moradores do Complexo não têm próximo à eles, um acesso mais amplo ao ensino e educação em outros contextos. É neste meio que crescem muitos dos ingressantes da EFP, reafirmando seu ideal de inserção a partir dos princípios que possui, de democratizar o acesso à educação fotográfica, formação com visão humanizada e olhar diferente sobre a foto.

3.2 A Escola de Fotógrafos Populares

A EFP, fundada em 2004, pelo fotógrafo João Roberto Ripper, tem como um de seus princípios a humanização e vislumbramento de uma cidadania escondida atrás de estereótipos impostos na mídia de massa sobre seu lugar de origem: a favela. O Imagens do Povo, projeto que nasceu junto à EFP, integra o programa sócio-pedagógico Observatório de Favelas⁶, que busca transformar a

5. Bairros Cariocas. Site da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros-cariocas/index_bairro.htm Acesso em: 19 mar. 2013.

6. O Observatório de Favelas cede o espaço no qual o Imagens do Povo atua com a formação pela Escola de Fotógrafos Populares, a Agência Escola e a Galeria 535

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

visão sobre as favelas através de ações de desenvolvimento comunicacional e cultural, territorial e humanizado.

Desenvolvido no Morro da Maré, em uma das favelas da capital do Rio de Janeiro, a Escola de Fotógrafos capacita com consciência solidária ao sentimento popular dos habitantes do morro e, além disso, proporciona uma inserção no mercado de trabalho externo, dando visibilidade aos alunos formados por meio da Agência Escola, projeto que também está ligado ao Imagens do Povo na perspectiva de oferecer um trabalho de agência com uma percepção diferente à que é percebida pelas pessoas que não moram ou convivem em uma favela.

É a partir desta oportunidade que os jovens encontram muitas vezes uma fonte de subsistência e de valorização cultural, auxiliando na desmistificação do conceito “favela”. As ciências sociais, a partir da interação dos estudos da semiótica, da ideologia e da análise de consumo, a mídia educação pode contribuir para a formação de um sujeito ativo (FANTIN, 2006, p. 93).

O estudo que a Escola proporciona instiga o senso crítico e possibilita o estudo dos meios, para que haja uma formação preocupada não só em atender as demandas do mercado, mas em reestruturar um pré-julgamento negativo que existe, muitas vezes, em torno das favelas, por exemplo, mas não só dela, como de qualquer outro lugar que possa render um ângulo diferente ao fotógrafo. À medida que os sujeitos participam do fazer midiático, inicia-se um processo de educação através da mídia, ou seja, por meio da “linguagem, forma de expressão e produção, pois assim como não se aprende a ler sem aprender a escrever, não se faz mídia educação só com leitura crítica e uso instrumental das mídias, sendo necessário aprender a escrever com as mídias (...) objetivando a interação dos sujeitos com as mídias e promovendo o conhecimento criativo e também crítico de suas linguagens” (FANTIN, 2006, p. 86).

Com conteúdo previsto sobre linguagem e técnica fotográfica, noções de informática aplicada, história, fotografia documental e direitos humanos, a Escola segue primando o ensino reflexivo e exploratório de qualidade, o que, conseqüentemente, influenciará no resultado dos trabalhos. A mídia educação toma para si uma formação cidadã arraigada na reflexão crítica da realidade (DELIBERADOR; LOPES, 2011, p. 43), que deve, portanto, refletir em uma visão oposta às visões massivas.

A Escola oferece dois cursos gratuitos⁷. O curso de fotografia básico e avançado, para alunos de 17 a 24 anos que morem em favelas ou na periferia do Rio de Janeiro. As vagas são divididas igualmente (ou aproximadamente isso) entre homens e mulheres. Ele inclui em sua matriz os seguintes temas linguagem fotográfica, informática aplicada à fotografia, técnica fotográfica, história da fotografia, direitos humanos e fotografia documental. Já o curso de fotografia pinholê tem como público crianças e adolescentes de 7 a 16 anos que moram em favelas ou na periferia do Rio de Janeiro.

A dinamização das atividades realizadas no curso da EFP visa contemplar sempre um olhar positivo no contexto o qual se insere, ou seja, a preocupação mora no anseio de dar uma visibilidade

7. Chamada de inscrição disponibilizada no site do Observatório de Favelas. Disponível em <<http://www.observatoriode-favelas.org.br/userfiles/file/Edital%20de%20Inscricoes%20Escola%20de%20Fotografos%20Populares.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

positiva da Favela da Maré através de fotos, para que se construa uma conscientização a respeito dela. A partir disso, são tematizadas fotografias que contemplem o cotidiano dos moradores da favela, a arquitetura caracteristicamente marcada que ela possui as paisagens (num conceito de janela da favela para o mundo), os retratos de quem vive lá, e outras fotografias que abranjam a favela por si só, mesclando os demais pontos de referência fotográfica citados acima, porém, que surtam efeito geral, num contexto que os mescle e componha, em seu conjunto, relatos fotográficos que se aproximem o mais próximo possível da realidade.

A última turma formada pela EFP concluiu o curso no final de 2012, sendo que ainda não há previsão para retomada com novas turmas. Sobre a matriz curricular, cada edição do curso conta com professores específicos, não havendo uma grade curricular fixa. Ao longo dos anos foram criados alguns módulos a fim de suprir as demandas básicas às quais um curso se propõe, apresentando conteúdos como que transcendem a técnica fotográfica e abordando um estudo conceitual e contextual no ensino.

Após a formação pela EFP, os egressos tem a chance de atuar de forma independente no mercado de trabalho, ou mesmo em outros setores que disponham de vagas para fotógrafos. Fora as oportunidades externas, há a possibilidade de o fotógrafo se inserir no mercado de trabalho fotográfico por meio da Agência Escola.

A Agência presta serviços de cobertura fotográfica nas áreas de eventos (institucionais, sociais, esportivos e outros) e editorial, além de desenvolver projetos de registros documentais sob encomenda⁸.

Ela oferece toda estrutura e equipamentos necessários para que o fotógrafo realize seu trabalho, incluindo câmeras profissionais, acessórios (tripé, flash, entre outros acessórios), estrutura com computadores para seleção e/ou edição fotográfica e acesso à internet.

3.3 EPF e a Mídia Cidadã

A partir dos estudos já concretizados foi possível perceber que a Escola de Fotógrafos Populares tem intrínseca em si uma característica muito forte da mídia cidadã, diante do seu processo de instalação e desenvolvimento. Para Mario Kaplún

“Educación y comunicación son dos terminus que pueden ser entendidos de muy diversa forma; y según se los entendia, abordará com muy diferente critério El uso de los médios em La enseñanza. Com todo El riesgo de uns simplificación esquemática, se puede distinguir entre dos modos de entenderlos; y La opción por uno de ellos atravesará y permeará toda La práctica educativa” (KAPLÚN, 1997, p. 4).

Sobre esta relação comunicação x educação, Kaplún refere-se às duas possibilidades de definições para elas como sendo a primeira às práticas de transmissão de conhecimento e a segunda às práticas dialógicas e libertadoras, ou seja, a visão da mídia educação advinda da

8. Agência Escola. Conteúdo disponível no site da organização Imagens do Povo. Disponível em <<http://www.imagens-dopovo.org.br/agencia-escola/>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

primeira conceituação adquire um viés tecnicista reforçando a ideia dos meios de informação, enquanto a segunda apresenta por fim a geração de interlocutores e uma formação crítica através da mídia, tornando-a meios de comunicação (DELIBERADOR; LOPES, 2011, p. 88).

Na proposta de incentivo à educação fotográfica e inserção da comunidade na EFP, há uma preocupação não apenas com a parte técnica da produção, mas sim, com a concepção dos fotógrafos que a escola irá formar. À medida que os sujeitos participam do “fazer” midiático, inicia-se um processo de educação através da mídia, ou seja, por meio da

(...) linguagem, forma de expressão e produção, pois assim como não se aprende a ler sem aprender a escrever, não se faz mídia educação só com leitura crítica e uso instrumental das mídias, sendo necessário aprender a escrever com as mídias (...) objetivando a interação dos sujeitos com as mídias e promovendo o conhecimento criativo e também crítico de suas linguagens (DELIBERADOR; LOPES, 2011, p. 94)

Sobre a idealização e valorização da cidadania, Fantin destaca que a concepção das ciências sociais, a partir da interação dos estudos da semiótica, da ideologia e da análise de consumo, a mídia educação pode contribuir para a formação de um sujeito ativo (DELIBERADOR; LOPES, 2011, p. 93), logo, contribuindo com sua formação cidadã. “a mídia educação toma para si uma formação cidadã arraigada na reflexão crítica da realidade” (DELIBERADOR; LOPES, 2011, p. 43).

A construção ideológica da sociedade está, sobretudo, ligada à educação e à comunicação, essencial às práticas de convivência e de formação humana. Comunicar-se, aprender a comunicar-se, exercer relações de comunicação é, em suma, o fim e, ao mesmo tempo, o meio da educação, porque os sujeitos humanos, na relação de comunicação, não apenas se compreendem e se fazem nela, mas também mostram um ao outro que se compreendem e se afirmam nela. Tanto a comunicação quando a educação (em seu processo) são encontros, encontros para o exercício de ser – mais e sempre melhor (PERUZZOLO, 2007, p. 201).

Visto seu contexto de inserção, além de servir como vetor de ensino na favela, também está fortemente alicerçado na iniciativa popular dos moradores, que buscam no Imagens do Povo e na EFP uma forma de aprendizado e também de reafirmação da identidade distorcida daquele meio.

A EFP caracteriza-se não só pela sua inserção comunitária, mas também pelo caráter popular, instigado e sustentado pela essência dela mesma, que busca formar fotógrafos com um olhar diferenciado sobre o mundo. O contexto de produção define a escola como um meio de disseminação de conteúdo alternativo e fundamentados nos traços da comunidade, “O conteúdo alternativo estaria no processo de criação conjunta, diálogo, construção de uma realidade distinta na qual a pessoa seja sujeito pleno. O que torna a comunicação popular é sua inserção num contexto alternativo” (GOMES apud. PERUZZO, 1998, p. 123).

Assim, pode-se dizer que a EFP insere-se como uma forma de comunicação popular que

(...) redefiniu os marcos da problemática da comunicação. Durante muito tempo falar de comunicação significou falar dos meios, canais, mensagens. Agora, falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação. E necessita, para tanto, da interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo. (...) Ou seja, o estudo da

comunicação popular redefiniu o próprio conceito de popular, superando a versão populista e idealista, para quem o povo é consciência de classe em oposição à massa despolitizada. Esta redefinição permitiu pensar a diversidade e a pluralidade e revalorizar a relação entre comunicação de massa e comunicação popular, redimensionando este espaço ambíguo e conflitivo em que se produz o popular, fora do qual é elevado a uma categoria abstrata (BERGER apud. PERUZZO, 1998, p. 113-114)

A EFP caracteriza-se como uma corrente de estudo “Popular-alternativo” porque situa-se no universo dos movimentos sociais, de modo que

(...) esta vertente atua “ligando comunicação e cultura. Ela ocupa-se da comunicação no contexto de organizações e movimentos sociais vinculados às classes subalternas ou, como dizem enfaticamente, da comunicação “ligada à luta do povo” (...) Essa corrente subdivide-se em duas linhas de pensamento: a) a primeira como libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicativos capazes de conduzir à transformação social (...) b) a segunda, (...) considera que a comunicação popular pode inferir modificações em nível de cultura e contribuir para a democratização dos meios comunicacionais e da sociedade. (CANCLINI apud. PERUZZO, 1998, p. 119)

Isso aponta que há um caráter de mídia cidadã na fundamentação e atuação da EFP, tanto como um caráter de comunicação popular e *folkcomunicação*. Contudo, também é possível afirmar que a existência deste meio como formador de novos fotógrafos contribui para a formação cidadã e democratização da comunicação, alicerçada na inovação de proposta de trabalho, que pensa não só na formação dos fotógrafos, mas também na sua concepção sobre o mundo.

3.4 EPF e a democratização da informação

Os meios e veículos de comunicação são capazes de atuar como disseminadores de determinada causa ou ação, dessa forma se tornam símbolos de visibilidade também para campos sociais e instituições. Neste sentido, o Imagens do Povo estabelece canais alternativos como estratégias de visibilidade midiática.

Para divulgar ações e propostas, as entidades e organizações buscam, atualmente, canais alternativos para isto. Visto que a mídia de massa não é capaz de contemplar em sua programação toda a massa de ações e projetos sociais, estas organizações precisam – além de manter canais alternativos como redes sociais – promover atividades que tenham diferenciais e atraiam as mídias de massa.

Ao manter um canal alternativo, porém, a organização não precisa ficar a mercê de um serviço prestado por mídias externas, mas sim, produzir conteúdo de sua própria autoria com a finalidade de disseminar o trabalho desenvolvido, como é no caso do Programa Imagens do Povo. Além da vantagem de desvinculação e independência, a geração própria do conteúdo e sua divulgação em mídias e redes sociais permite um maior alcance das informações dispostas nos canais. Com isso,

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

não apenas o público local terá acesso ao trabalho desenvolvido pela organização, mas sim, um público universal visto a magnitude de alcance dos conteúdos no mundo virtual.

A organização mantém, atualmente, cinco canais oficiais de divulgação: o site⁹ da entidade, no qual também se encontra o blog¹⁰ da organização, um canal no Youtube¹¹, uma página no Facebook¹² e uma conta no Twitter¹³. Com a ampliação da exposição do Imagens do Povo nas mídias sociais, o Programa foi, aos poucos, tomando um alcance muito maior do que teria se estivesse limitado à estrutura física na Maré. Fatores como este acabam por refletir também no sentimento da comunidade em relação ao Programa, adotando a entidade como parte da favela pelo reconhecimento que dá a ela e inclusive pela proposta transparente e verídica dos fatos que ali ocorrem.

A noção da universalidade é vislumbrada pela comunidade que se sente parte de um processo (...) através de suas atividades cotidianas e a visibilidade dessas atividades nos meios de comunicação ajuda a dar legitimidade à instituição, tanto para as pessoas que estão fora dela quanto para os próprios membros, que percebem a abrangência de sua atuação. (SUZINA, 2004, p. 236)

Assim se derruba uma ditadura simbólica na qual as minorias não têm um espaço justo para se manifestar, visto que existem meios alternativos que também funcionam como vias de disseminação do conteúdo produzido ou proposto pelas organizações como o Programa Imagens do Povo. Essa forma de divulgação se dá, principalmente pela premissa de que nestes meios se encontram o público envolvido ou mesmo àquele o qual possa se interessar pelo Programa. Baseado nisso, pode-se afirmar que

As migrações contemporâneas expressam, em diferentes contextos, a materialidade da dinâmica simbólica em torno das quais se definem as agendas de cidadania e o deslocamento de sua publicização, de modo cada vez mais pluralizado, para a esfera das mídias. (COGO, 2004, p.45)

Inserido no Complexo de Favelas da Maré, o Imagens do Povo tem a responsabilidade de difusão da informação e educação à quem participa do Programa. Sua atuação, porém, não se restringe aos participantes do Programa, visto que a formação dada às pessoas que frequentam e EFP, por exemplo, se estende a todos que interagem com elas. A concretização das ações da EFP, então, ganham estabilidade e visibilidade devido ao vínculo popular mantido entre os participantes e a comunidade na qual estão inseridos, de modo que sejam reconhecidos como alunos da Escola.

Sendo alunos, aprendem a identificar e ressaltar aspectos essencialmente próprios do contexto que fotografam, de modo que mostrem o lado da favela a partir do olhar cidadão reafirmado pelo

9. Site Imagens do Povo. Disponível em <<http://www.imagensdopovo.org.br/>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

10. Blog IP. Disponível em <<http://www.imagensdopovo.org.br/blogip/>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

11. Canal Imagens do Povo. Disponível em <<http://www.youtube.com/imagensdopovo>>. Acesso em 8 abr. 2013.

12. Página do Programa Imagens do Povo. Disponível em <<http://www.facebook.com/programaimagensdopovo>>. Acesso em 8 abr. 2013.

13. Twitter do Programa. Disponível em <<https://twitter.com/imagensdopovo>>. Acesso em 8 abr. 2013.

fato de pertencer àquele contexto social. Com isso, a EFP forma com uma visão mais humanitária e, com isso, auxilia inclusive na desmistificação do pré-conceito violento que pode existir quando se fala em favela. Estes fatores estreitam a relação entre a comunidade, como um todo, e o Programa Imagens do Povo, pois ele acaba por ser parte da favela, não uma ação alheia à ela.

Além de proporcionar uma formação cidadã, o Imagens do Povo proporciona acesso a materiais de produção fotográfica (câmera, tripés, lentes, entre outros), o que facilita o processo ensino-aprendizagem, que é feito de forma integrada e alicerçada na prática fotográfica no próprio lugar onde vivem. A Escola funciona como uma atividade extraclasse para os alunos que ainda frequentam outra instituição de estudo (seja no Ensino Fundamental, Médio ou Superior). Denise Cogo (2004, p. 48-49) explica que Sociedade da Informação na qual vivemos, há gerações excluídas ou desigualmente incluídas nos sistemas educativos, comunicacionais e midiáticos, programas comunitários tendem a gerir de forma criativa e solidariamente estratégica a forma com a qual darão andamento ao processo educativo. Com isso, propõe-se “redes de inclusão que comportam desde dispositivos mais artesanais e domésticos, como os alto-falantes e o videocassete, até os mais sofisticados, como os digitais” (COGO, 2004, p. 49).

O processo de ensino envolve os alunos para que, com eles, ressurgira uma democracia da informação mais ligada à participação popular, que intensifique seu valor como unidade de assimilação popular – através da autenticidade do viés no qual produzem e pensam as fotos e vídeos. Por isso, há um compromisso em defender e exercer a cidadania para que haja uma nova concepção do que a favela representa, do que ela de fato é, e não do que a mídia massiva veicula.

Sabe-se que a violência é de fato um caso solidificado no Brasil, e criou-se, com isso, um entendimento de que as favelas são um lugar perigoso, de forma generalista e que agrava e distorce a visão de quem não mora e/ou conhece de fato uma favela. Por isso, é de suma importância que a Escola atue na perspectiva de formar pessoas capazes de transmitir, de forma simples e não sensacionalista, as verdadeiras imagens e sentimentos que permeiam aquele lugar.

A comunicação social, segundo Suzina (2004, p. 235), é uma das maneiras pelas quais o ser humano exerce o direito e o dever de participação na construção da sociedade. Visto isso, é possível afirmar que a EFP representa um vetor de mudança social e reconhecimento real do que é a favela vista pelo ângulo dos próprios moradores dela. Sustentada por três pilares (Desenvolvimento territorial, Direitos Humanos e Comunicação e Cultura), o Imagens do Povo consegue agir em uma proporção comunitária devido ao envolvimento dos alunos, que passam por um processo de seleção até que possam integrar o curso de fotógrafos populares, levando em conta o perfil de cada candidato a fotógrafo.

O contexto no qual está inserida a Escola faz com que a mídia massiva não dê espaço recorrente à ação quanto poderia. Cicilia Peruzzo aponta que há uma urgência de que os meios de massa reorientem sua postura filosófica em benefício do bem comum e em detrimento de interesses econômicos e políticos de determinados segmentos sociais (PERUZZO apud. SUZINA, 1998, p.277). Deste modo, a EPF contribui para o reconhecimento dos moradores da favela como sujeitos e não objetos de uma história, a fim de que a democratização da informação repassada por

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

ela se concretize na valorização destes sujeitos pela essência do que são e não por um contexto generalista feito em grande parte nas mídias massivas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise foi possível concluir que a dinâmica proposta pelo Programa Imagens do Povo à ação da EFP funciona e contribui, sobretudo, para o esclarecimento do contexto social popular no qual está inserido: a Favela da Maré. A formação na Escola atua como vetor decisivo na percepção do aluno não apenas sobre a teoria e prática fotográfica, mas também para deixá-lo ciente da responsabilidade das imagens no processo de informação. Isso faz com que eles explorem as fotografias com um ângulo diversificado e, principalmente, [buscando estar] de acordo com o contexto o qual estarão fotografando.

O caráter popular da organização auxilia no processo de produção fotográfica e de ensino devido ao conhecimento e envolvimento dos alunos no meio de ensino. Por isso, o fotógrafo formado pela EFP tem o papel de agente-transformador a partir do momento em que assume, por meio da ação de fotografar, o encargo de, através das imagens, ser capaz de retratar um conjunto de aspectos sociais, econômicos e emocionais do objeto ou paisagem fotografada.

A EFP atua também na perspectiva de cidadania, fortalecendo a visão humanizada e sensível da condição humana, independente de onde estiver inserida, dando aos fotógrafos a chance de seguir uma carreira profissional, seja na Agência Escola ou em qualquer outro espaço onde haja a necessidade de um profissional deste ramo, portanto, a Escola é propulsora de um ensino essencialmente profissionalizante e cidadão.

Através da facilitação do acesso ao ensino nas favelas e mesmo o objetivo com o qual foi criado assegura que a EFP fortalece a democratização da notícia, preparando os alunos sobre diversos aspectos que, junto ao meio onde o Imagens do Povo nasceu, fazem do Programa um intensificador de ações e prospecções futuras para a favela. Ou seja, ela não só facilita o acesso à informação e formação, como também se preocupa com uma profissionalização voltada à quem estiver disposto a compreender e se comprometer a retratar a favela tal como ela é, não tal qual a mídia massiva insiste em divulgá-la.

5. REFERÊNCIAS

BERGER, Christa. **A comunicação emergente**: popular e/ou alternativa no Brasil, 1989.

CARNICEL, Amarildo; FANTINATTI, Márcia. (Orgs.) **Comunicação e cidadania**: Possibilidades e interpretações. Campinas, SP: CMU Publicações, 2008.

DELIBERADOR, Luiza Yamashita; LOPES, Mariana Ferreira. Mídia Educação e a Formação cidadã: análise das oficinas de rádio da Escola Municipal Olavo Soares Barros de Cambe – PR. In **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo: v.34, n.1, p.85-103, Jan./Jun.2011.

JOLY, Martine. **Introdução à análise de imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Kaehryan Alyssa Fauth, Angélica Lüersen

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MELO, José Marques de. **Mídia-cidadã**: Utopia Brasileira. São Bernardo do Campo: Ed UESP, 2006.

MORAES, Dênis de. (Org.) **Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea**. Campo Grande: Letra livre, 1997.

PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. (Orgs.) **Comunidade e Contra-hegemonia**: Rotas da Comunicação Alternativa. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação em Movimentos Populares**: a participação na comunicação da cidadania. Petrópolis: Ed Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. (Org.) **Vozes Cidadãs**: Aspectos Teóricos e Análises de Experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Internet e democracia comunicacional**: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. (Org.) **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

PERUZZOLO, Adair Caetano. **Comunicação, Educação e Devir**. In: **Desafios da educação na sociedade de consumo**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano: p.183-203, 2007.

NEUMANN, Laurício. **Educação e Comunicação Alternativa**. Petrópolis: Ed Vozes, 1991.

CONSUMO DE MÍDIA: O JORNALISMO ECONÔMICO INSERIDO NA REALIDADE SOCIAL DO JOVEM NO OESTE CATARINENSE

Ana Paulo Tomasi¹, Lírian Sifuentes

¹Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Jornalismo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Bolsista de pesquisa (Estado de Santa Catarina)
Email: tomasi@unochapeco.edu.br
Fonte de Financiamento: Bolsa de auxílio à pesquisa – Artigo 170

RESUMO

Este artigo tem como enfoque o estudo do consumo de jornalismo econômico por jovens do oeste catarinense. Queremos compreender qual a apropriação dessa área do jornalismo por jovens, público considerado desinteressado por assuntos ditos “sérios”, como a economia. Como metodologia, fizemos uso de questionários e de entrevistas semi-estruturadas. Foram 111 questionários respondidos por jovens entre 18 e 24 anos de cidades da região oeste de Santa Catarina, sete desses participando, posteriormente, de entrevistas. A análise dos dados nos mostrou que nossa hipótese inicial foi superada, pois os jovens demonstraram interesse pelo assunto economia e costumam acompanhar superficialmente a economia do país, mesmo considerando o assunto como de difícil compreensão.

Palavras-chave: Consumo midiático. Jovens. Jornalismo econômico.

Ana Paulo Tomasi, Lirian Sifuentes

1 INTRODUÇÃO

Todo o produto jornalístico é criado com vistas ao público, e compreender os receptores e o consumo desse produto é parte fundamental da compreensão do processo de comunicação. Neste trabalho, trazemos um panorama quantitativo e um retrato qualitativo do consumo de jornalismo econômico por jovens¹ do oeste catarinense. O objetivo aqui é conhecer o consumo midiático juvenil, mais precisamente, compreender quais são os interesses jornalísticos desse público, especialmente no que se refere ao jornalismo econômico.

Falamos aqui em “consumo midiático”, e não em “recepção midiática” porque, em nosso entendimento, bem como de Jacks e Escosteguy (2005), Ronsini (2010), Escosteguy e Sifuentes (2011) e Sifuentes (2012), há uma diferença de enfoque entre as duas abordagens. A distinção pode ser assim resumida: “a recepção, surgida primeiro, tem como propósito a compreensão de um momento específico na interação com a mídia, a partir de um texto motivador da investigação. Em seu desenvolvimento, posteriormente, essa relação passou a ser menos direta, sendo suficiente o interesse por um contexto, constituindo os estudos de consumo” (SIFUENTES, 2012, p. 5). O aporte teórico e metodológico, no entanto, são bastante semelhantes, visto que estudam a audiência e partem dos estudos culturais. Assim, e pensando que os estudos de recepção possuem mais bagagem teórica, faremos uso das referências sobre os mesmos.

Desse modo, pretendemos realizar um mapeamento do consumo de jornalismo econômico por jovens estudantes² do oeste de Santa Catarina. Para tanto, aplicamos 111 questionários para obter dados sobre esse consumo, que serviram para um conhecimento geral do público em questão. Já a amostra qualitativa desta pesquisa é composta por sete jovens estudantes com idade entre 18 e 24 anos, sendo três meninos e quatro, meninas. Eles residem em diferentes cidades do oeste catarinense.

Após o primeiro contato e a seleção dos entrevistados, foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturada. As entrevistas com os adolescentes tiveram como objetivo um conhecimento aprofundado acerca do interesse dos jovens pela temática da economia, bem como a vontade de manterem-se informados sobre os temas da atualidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa define-se como um estudo de caso. Por meio da análise qualitativa de uma situação particular, visa investigar o consumo de jornalismo econômico por jovens estudantes. Para Orozco (1997), o estudo de caso é realizado com fins comparativos e é um estudo em profundidade. Deve servir como um objeto exemplar: através do exemplo deve ser possível captar outros elementos do contexto maior. São características centrais do estudo de caso: retratar a realidade de forma

1. Seguimos a definição de juventude do IBGE, que considera jovens aqueles inseridos na faixa etária entre 15 e 24 anos. Nossa amostra será formada apenas por jovens maiores de idade, excluindo, portanto, aqueles com menos de 18 anos.
2. Alunos da Educação dos Jovens e Adultos (EJA) ou acadêmicos do Ensino Superior, de instituições públicas e privadas

Ana Paulo Tomasi, Lirian Sifuentes

complexa e profunda, enfatizar a interpretação em contexto e representar os diferentes e por vezes contraditórios pontos de vista em uma situação social (LÜDKE apud BRANDALISE, 2002).

Ao mesmo tempo, pretende-se compor um quadro mais amplo do consumo de jornalismo econômico por jovens dos ensinos médio e superior do oeste de Santa Catarina. Para tanto, aplicaremos questionários com uma amostra numericamente significativa para obter dados sobre esse consumo. Esses dados servirão para um conhecimento geral do público em questão, porém o foco desta pesquisa localiza-se nas questões qualitativas colocadas, uma vez que nosso interesse central é de fato compreender o consumo de jornalismo econômico por jovens.

Gaskell (2002) destaca que um dos primeiros questionamentos a que o pesquisador deve responder antes de iniciar uma pesquisa empírica é “a quem perguntar?”. Propomos compor uma amostra com 15 jovens, entre 15 e 24 anos³, estudantes dos ensinos médio e superior do oeste catarinense, de diferentes classes sociais e de ambos os gêneros.

A justificativa para a delimitação da amostra tem relação com a ponderação de Gaskell (2002, p. 71): “A fim de analisar um *corpus* de textos extraídos das entrevistas e ir além da seleção superficial de um número de citações ilustrativas, é essencial quase que viver e sonhar as entrevistas – ser capaz de relembrar cada ambiente”, o que não permite que o número de entrevistas se estenda muito.

Para a pesquisa de campo, optamos pela entrevista em profundidade do tipo semi-estruturada, que concede liberdade ao entrevistado para contar histórias ou tecer comentários de qualquer espécie. Nesse tipo de entrevista, as perguntas são previamente elaboradas seguindo uma sequência lógica planejada.

Sobre a relevância da entrevista neste estudo, concluindo esses apontamentos sobre nossas escolhas metodológicas, é oportuno destacar as palavras de Morley:

[...] desde mi punto de vista, hay que defender el método de la entrevista no sólo porque permite que la investigación tenga acceso a las opiniones y declaraciones conscientes de las personas encuestadas, sino también porque nos da acceso a términos y a las categorías lingüísticas [...] en virtud de los cuales las personas entrevistadas construyen sus mundos y la propia comprensión de sus actividades (MORLEY, 1996, p. 261).

2.1 O processo de construção da pesquisa

O projeto se propõe a investigar o consumo de jornalismo econômico por jovens dos ensinos médio e superior do oeste catarinense. Queremos compreender qual a apropriação dessa área do jornalismo por jovens, público conhecido por um desinteresse acerca de assuntos considerados “sérios”, como a economia. Ao mesmo tempo, reside nessa editoria do jornalismo um importante território de conhecimento, seja sobre a região, o estado ou o país, sendo, portanto, aspecto fundamental para a formação juvenil.

3. Delimitação etária do IBGE para a juventude brasileira.

Ana Paulo Tomasi, Lírían Sifuentes

Entre os objetivos específicos desta proposta, está a) identificar o papel do jornalismo na formação acerca da área econômica; b) verificar a importância destinada pelo público pesquisado à economia; c) compor um quadro do consumo midiático por tais jovens. Interessa saber, desse modo, se os jovens estudantes da região se interessam por economia; qual o papel do jornalismo na (in)formação acerca do tema; e quais os meios de comunicação usados por esses receptores, seja para se manterem informados sobre economia ou outra área.

Falamos aqui em “consumo midiático”, e não em “recepção midiática”. A diferença reside no fato de que um estudo de recepção requer a investigação de um produto de comunicação específico, como um jornal da cidade de Chapecó, como poderíamos fazer. No entanto, uma pesquisa dessa espécie requer que o público conheça profundamente tal produto. Diferentemente, acreditamos que não haverá um produto em especial pelo qual os jovens se informam sobre economia, e, por esse motivo, visamos investigar o consumo do jornalismo econômico de acordo com a plataforma utilizada pelos próprios consumidores, que podem variar profundamente entre um entrevistado e outro.

Buscando organizar essa diferenciação, Ronsini (2010, p. 3) coloca que nos estudos de consumo

- a) existe aí uma pluralidade de textos e não um texto específico para ser decifrado;
- b) não há preocupação em considerar teoricamente as mediações que constituem o processo de dar sentido à mídia e tampouco os detalhes empíricos que envolvem o conhecimento do papel delas;
- c) o consumo é a interpretação que o investigador faz das práticas do investigado, isto é, do uso dos bens na rotina de quem usufrui deles e, em menor medida, se caracteriza pela dupla hermenêutica da recepção.

Gomes (2004, p. 191) avalia que “os estudos mais caracteristicamente situados nessa tendência [de consumo midiático] tentam relacionar o consumo cultural com a experiência social dos membros do público”.

De qualquer modo, tanto os estudos de recepção quanto os de consumo estão inseridos no bojo dos estudos de audiência e, por isso, compartilham os aportes teórico e metodológico. Ademais, com frequência, a pesquisa de consumo midiático é enquadrada como estudos de recepção, pois muitos autores não fazem diferenciação entre ambos, em especial no campo teórico. Como destaca Ronsini (2010, p. 2), “os termos recepção e consumo são utilizados frequentemente como sinônimos para indicar o conjunto dos processos sociais de apropriação dos produtos da mídia”. De tal modo, faremos uso do embasamento oferecido pelos estudos de recepção, área já com largo desenvolvimento na Comunicação.

Nos anos 1980, estudos de recepção sob enfoques variados modificaram a ênfase da pesquisa sobre a cultura de massa. O deslocamento da pesquisa do âmbito da produção para o estudo de contextos de recepção buscou revelar a possibilidade de interpretações diversas para textos iguais. Os estudos de recepção muitas vezes recorrem a abordagens identificadas com a antropologia para compreender a mídia, que está entre as múltiplas atividades que constituem a vida cotidiana dos receptores.

Ana Paulo Tomasi, Lirian Sifuentes

A origem de tais estudos encontra-se no desenvolvimento dos estudos culturais anglo-americanos, constituídos nos anos 1950 por estudiosos como Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall. Nos estudos culturais, a comunicação de massa é vista como integrada às demais práticas da vida diária, e o interesse maior está nas relações entre textos, grupos sociais e contextos (JACKS; ESCOSTEGUY, 2005).

Por sua vez, os estudos culturais latino-americanos iniciaram sua consolidação na década de 1970. As pesquisas nessa direção surgiram na América Latina pela insuficiência dos modelos importados, criados em outro e para outro contexto sócio-cultural. Entre os principais pesquisadores da área estão Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e Guillermo Orozco Gómez.

No contexto dos estudos latino-americanos será privilegiado o Modelo das Mediações Múltiplas, desenvolvida por Orozco. Nessa linha, os trabalhos são dirigidos a possibilitar responder como se realiza a interação entre mídia e audiência. A recepção é considerada um processo, no qual interagem receptor/ mídia/ mediações. As mediações constituem-se como o contexto social no qual os jovens consumidores se situam. Para que se compreenda o consumo midiático, entendemos que é preciso conhecer também esse contexto em que tais apropriações se dão, pois elas têm papel central na (re)significação que os receptores fazem dos produtos midiáticos que a eles chegam. Por isso julgamos necessário investigar o papel da família, da escola e dos amigos no processo de recepção, visto que essas são instituições que afetam profundamente a socialização e a formação dos sujeitos. Para Jacks,

Pertencer simultaneamente a várias instituições resulta em um referencial múltiplo e inter-relacionado, uma vez que cada instituição luta para impor sua produção de significados como a mais legítima. Nessa luta, algumas vezes, as instituições se reforçam e, em outras, se anulam ou entram em choque, ou ainda não competem entre si por terem objetivos diferentes (JACKS, 1999, p. 55).

Em qualquer trabalho que verse sobre juventude depara-se com a dificuldade de delimitá-la. Para órgãos internacionais como as Nações Unidas, a faixa etária que engloba os jovens vai dos 15 aos 24 anos. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*) define dos 10 aos 25 anos como a idade prioritária para programas de desenvolvimento da juventude rural.

Conforme dados apontados por Vela (apud SPANEVELLO, 2003), no ano de 1975, os jovens eram 738 milhões no mundo inteiro. No ano de 2000, atingiam um contingente populacional de 1 bilhão e 180 milhões de pessoas, ou seja, em 25 anos a população jovem cresceu 59% no mundo.

Apesar da significância do fundamento biológico, a juventude é, acima de tudo, “uma construção histórica e cultural que estabelece limites e funções a uma categoria de idade, que varia em diferentes tipos de sociedades” (JARAMILLO apud DIAS, 2004, p. 21). Ao raciocínio de Jaramillo soma-se o de Carneiro (2005, p. 245), que avalia a juventude como “categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital”.

2.2 Principais contribuições científicas da proposta

O jornalismo econômico possui um relevante papel na formação da sociedade, pois, para além de números e conjunturas econômicas, trata de acontecimentos políticos, sociais e outros eventos que influenciam a realidade do país, do estado ou do local em que se vive. E tudo que se torna notícia, além de retratar essa realidade, pode afetá-la.

A relevância desta pesquisa está em conhecer o consumo dessa área do jornalismo por jovens, buscando compreender o papel do jornalismo econômico na formação desse público, bem como saber da penetração dos assuntos econômicos na sociedade, do ponto de vista juvenil. A juventude é priorizada por sabermos ser ela o “futuro da nação”. Além disso, queremos poder responder se ela está interessada em assuntos, em um primeiro olhar, considerados não-“juvenis”.

Até o momento do desenvolvimento desta pesquisa, o Núcleo de Iniciação Científica em Jornalismo e Desenvolvimento Regional se dedicou a estudar as notícias da área nos jornais da região, do ponto de vista da mensagem e da produção. Sentimos, então, a necessidade de conhecer essa outra esfera da comunicação, a da audiência. Afinal, todo o produto jornalístico é realizado com vistas ao público, e compreender os receptores e o consumo desse produto é parte fundamental da compreensão do processo de comunicação.

Nesse sentido, a pesquisa que ora apresentamos procura trazer um panorama quantitativo do consumo de jornalismo econômico por jovens do oeste catarinense estudantes dos ensinos médio e superior; e um quadro qualitativo do modo como esse consumo se dá e quais as implicações desse. Essa compreensão pode colaborar para que a forma de fazer jornalismo na região oeste de Santa Catarina, especialmente na área econômica, tenha subsídios para pensar os jovens e buscar agregá-los como audiência de modo mais adequado à realidade dos mesmos.

3 RESULTADOS

3.1 O consumo de jornalismo econômico por jovens

Os dados coletados em campo e aqui apresentados serviram para compor um quadro do consumo de jornalismo econômico por jovens do oeste de Santa Catarina. Por meio do preenchimento de questionários, obtivemos uma amostra numérica significativa composta pelo público de nosso interesse, que respondeu a questões pensadas para alcançarmos os objetivos da pesquisa.

Foram, no total, 111 jovens que responderam o questionário, sendo 66% mulheres e 34% são homens. Desses, 8% têm filhos e 90%5 não têm. Dos jovens pesquisados, 69% trabalham e 27% dedicam seu tempo somente aos estudos.

No que se refere à posse de mídias, entre os jovens participantes da pesquisa, 96% têm acesso à televisão em casa. O segundo meio de comunicação com maior incidência de respostas foi a internet, com 93%, enquanto o rádio atinge 84% dos estudantes, o jornal impresso chega à casa de 33%, e 27% têm acesso a revistas.

Ana Paulo Tomasi, Lírían Sifuentes

Observou-se que 13% dos consumidores em questão assistem até 30 minutos diários de televisão; 23% têm o hábito de assistir televisão de uma a duas horas diárias; outros 19% assistem de duas a três horas; e 9% desses estudantes assistem entre três e quatro horas diárias. De outro lado, 10% dos pesquisados afirmaram não assistir televisão.

A internet tem ganhado espaço entre os meios de comunicação. O meio é apontado por 79% dos jovens como sendo o mais utilizado para mantê-los informados. Os jovens consumidores também apontam a televisão como sendo um dos veículos preferidos para se informarem, sendo consumido para esse fim por 50% dos estudantes. Em seguida, aparecem, empatados, o rádio e o jornal impresso, com 19%, e, em último lugar, está a revista, meio pelo qual apenas 5% dos jovens se informam.

Contudo, nem todos os consumidores que se informam através da internet a tem como o mais confiável e preferido em busca de informações, mesmo assim, é o que se destaca nesse quesito, sendo a escolha de 53% dos jovens. Ainda, quando questionados sobre a confiança nos meios de comunicação, 22% apontam a televisão, em seguida, com 4%, aparecem as revistas e, empatados com 3%, estão o rádio e o jornal impresso.

Para se manterem informados, 35% dos jovens costumam consumir notícias diariamente, outros 24% o fazem quase diariamente, 26% fazem isso entre uma e duas vezes por semana, enquanto 13% raramente e 2% nunca consomem notícias.

Quando falamos em notícias, alguns tipos se destacam. Para 27% dos jovens consumidores, o maior interesse está no tema cultura e variedades, 12% têm preferência por esporte. O tema economia fica em terceiro lugar, sendo o favorito de 9% dos estudantes. Em seguida, está o tema educação, com 4,5% de preferência, e as notícias sobre política e celebridades são temas que despertam pouco interesse nesses consumidores, com 2% ambos. E, com 0,9% de preferência, aparece o assunto horóscopo⁴.

Quando falamos sobre o tema economia, entre os jovens da pesquisa, 17% dos estudantes afirmam que gostam muito do assunto, 70% gostam um pouco, enquanto 9% não gostam e outros 4% detestam o tema.

3.2 Percepções sobre a mídia e o jornalismo econômico

A mídia é um importante meio de difusão de informação e através dela o mundo se interliga em questão de segundos. As notícias chegam rapidamente a lugares distantes, propagando conhecimentos. Ao questionarmos⁵ os jovens sobre o papel da mídia em sua vida e na sociedade, as declarações demonstram poucas variações.

A mídia na minha vida tem muita importância... com ela sem dúvida, enriquecemos nosso conhecimento e desenvolvemos também a nossa cultura (Camila).

4. Todos esses temas foram elencados na produção do questionário, que apresentou essa, como todas as outras perguntas, como questão fechada de múltipla escolha.

5. Essa seção se refere aos sete jovens que participaram da entrevista.

Ana Paulo Tomasi, Lirian Sifuentes

Domina a cabeça das pessoas, acredito que sim. Na sociedade eu acredito que ela ta como poderia explicar... ta dominando realmente a cabeça das pessoas, muitas pessoas se deixam levar através da mídia, principalmente os jovens e adolescentes. Eu tô comparando, relacionando mais as novelas, programas assim... Aos jornais, acho que informar, incentivar e conscientizar (Cristian).

Trazer informações que sejam úteis e relevantes pra mim, que não sejam... bom isso a gente seleciona, mas... é que trazam informações úteis, informar (Eluan).

Entre os sete jovens entrevistados, todos possuem televisão e computador com internet em casa, apenas um dos jovens entrevistados não possui notebook. Cinco jovens têm antena parabólica e dois possuem canal aberto. Todos possuem rádio em casa e celular. Dois jovens não possuem DVD e apenas um jovem não possui telefone fixo em casa. Nenhum desses jovens tem acesso a jornais ou revistas em casa.

Consumir mídia é um dos programas que os jovens fazem geralmente na companhia de suas famílias. Os entrevistados afirmam que dialogam sobre as notícias que consomem com seus familiares, amigos e colegas de trabalho e de faculdade, ou seja, as conversas sobre as notícias são constantes trocas de informações.

Entre os entrevistados, concluiu-se que o telejornal é o mais consumido quando há a companhia de alguém, bem como o jornalismo econômico *on-line* cresceu aceleradamente quando as notícias consumidas são relacionadas ao assunto economia, que para Caldas (2003, p. 44) “é o setor do jornalismo com maior potencial de expansão, porque vive ainda sua infância e, assim, tem um longo caminho a percorrer”.

As matérias jornalísticas podem tratar dos mesmos assuntos, porém, cada meio de comunicação tem características próprias e seguem critérios diferenciados. Ainda segundo Caldas (2003, pg. 26), as notícias de interesse do público são mantidas pelos jornais, mas os temas mudaram e adaptaram-se aos “novos tempos de estabilidade econômica”. Assim, podemos perceber que entre os jovens estudantes entrevistados, o jornalismo tem relevante importância para se saber sobre o assunto de economia.

Geralmente eu troco informações com os colegas da faculdade (Jaine)

Pra ficar por dentro dos assuntos econômicos como a inflação, taxa enfim... (Cristian).

Ele explica tudo que ta acontecendo, então assim, tudo do dia a dia... eu acho muito importante pra se manter informado. Eu não sei, mas dá pra se dizer que é o único ramo que te informa de tudo mesmo que tá acontecendo no país e no município (Eluan).

É o jornalismo que traz pras pessoas o conhecimento, o que tem que esclarecer da economia... as vezes, as pessoas não sabem de nada como eu assim, aí divulga né na televisão, no rádio, informando as pessoas (Simone).

Por sua vez, o jornalismo econômico sempre fez parte do jornalismo, pois não há registros de um jornal sem notícias de fatos econômicos. Hoje, dentro das redações os cadernos de economia, ganham uma editoria própria, além de prestígio, forma, organização e mesmo com dificuldades em tratar dos diversos dados, possuem função de informar sobre os principais acontecimentos

Ana Paulo Tomasi, Lirian Sifuentes

econômicos e explicar o tema detalhadamente para que seja entendido e discutido pela sociedade, conforme relatam os jovens entrevistados, o assunto é de difícil compreensão pela maioria da população.

Algumas declarações demonstram poucas exceções.

Quem mais acompanha é quem mais se interessa, o que está envolvido em alguma área específica, enfim. O interesse de aprender sobre o assunto (Cristian).

Eu até tento acompanhar, mas eu não entendo muito sobre o assunto, não é... é uma coisa que talvez pudesse me despertar mais interesse se eu conseguisse entender melhor (Jaine).

Nós aplicamos na poupança, a gente sempre tá informado o valor que tá, onde é melhor aplicar, nesse ramo mais ou menos (Eluan).

Muitas vezes, ela tem poder de influenciar a opinião da sociedade, é... tanto pro bem como pro mal, digo assim.. ela influencia pra comprar mais né (Francieli).

Nas entrevistas, os estudantes relatam que os professores que ministram aulas relaciona a economia, discutem em sala de aula algumas notícias que viram na televisão ou leram em jornais impressos ou on-line. No entanto, os jovens admitem que fora do local de estudo pouco se envolvem em discussões sobre o assunto. Os jovens entrevistados ainda relatam sobre a importância que essas discussões acerca do assunto economia tem para a formação pessoal e profissional dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo econômico possui um relevante papel na formação da sociedade, pois, para além de números e conjunturas econômicas, trata de acontecimentos políticos, sociais e outros eventos que influenciam a realidade do país, do estado ou da localidade em que se vive. E tudo que se torna notícia, além de retratar essa realidade, pode afetá-la.

Considerando as informações coletadas, a pesquisa indica alguns resultados diferentes dos esperados no início da pesquisa. Se, por um lado, encontramos a TV e a internet como os principais meios de comunicação consumidos pelos jovens, havendo uma dedicação diária de várias horas do dia à audiência da televisão, conforme esperávamos, por outro, nossa hipótese inicial de que os receptores juvenis possuem precário interesse nos assuntos relacionados ao jornalismo econômico não se confirmou.

Ao tabularmos os dados da pesquisa quantitativa, notamos que 17% dos jovens que responderam os questionários disseram gostar muito de economia e 70% afirmam gostar um pouco. Assim, somam-se 87% dos jovens da pesquisa simpáticos ao tema economia, contrariando nossas expectativas.

Através das entrevistas, percebemos que a economia é encarada como um assunto importante, o qual revelam acompanhar, mesmo que superficialmente. No entanto, admitem ser um tema de difícil entendimento. Ou seja, os jovens entrevistados reconhecem a importância de se saber sobre o assunto economia, mesmo encontrando dificuldade na compreensão do assunto.

Ana Paulo Tomasi, Lírían Sifuentes

5 REFERÊNCIAS

- BASILE, Sidnei. **Elementos do jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CALDAS, Suelly. **Jornalismo Econômico**. São Paulo. Editora Contexto, 2003.
- CHARLES, Mercedes. Los médios de comunicacion en la construccion de la cultura de los jovenes. **Diálogos de la Comunicación** (FELAFACS), Lima, n. 25, 1989.
- CORREIA, Cynthia Mariah Barreto. As vozes no Jornalismo Econômico: um estudo preliminar das fontes em portais de notícias. In: **I Encontro de História da Mídia da Região Norte**, Palmas, 2010.
- ESCOSTEGUY, Ana C.; SIFUENTES, Lírían. As relações de classe e gênero no contexto de práticas orientadas pela mídia: apontamentos teóricos. **Revista e-compós**, v. 14, n. 2, p. 1-13, 2011.
- GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e Recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. O jornalismo econômico e a concepção de mercado: Uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo. In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo**, São Paulo, 2008.
- _____. Economia além do Jornalismo Econômico: Uma discussão sobre o tema do desenvolvimento socioeconômico nas revistas Carta Capital e Veja. In: **II Seminário Lecotec de Comunicação e Ciências - Lecomciencia**, Bauru–SP, 2009.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. 2º ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Martín-Barbero, Clancin, Orozco. Os impasses de uma teoria da comunicação latino-americana. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 35, p. 69-85, abril de 2008.
- MARTINS, Sílvia Koch. **Adolescência e recepção**: a mídia em ritmo de vídeo-clip. Dissertação. (Mestrado) - FAMECOS, PUCRS. Porto Alegre, 1997.
- RONSINI, Veneza Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). In: **XIX Encontro da Compós**, 2010. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COMPÓS, 2010.
- SIFUENTES, Lírían. Perspectivas de estudo da audiência midiática: aproximações e distanciamentos. In: **XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**. Montevideú: Alaic, 2012.
- SPANEVELLO, R. M. **Jovens Rurais do município de Nova Palma – RS**: Situação atual e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

PERCEPÇÕES SOBRE A ABORDAGEM DO NOTICIÁRIO POLÍTICO NOS JORNAIS DIÁRIOS DE CHAPECÓ

Camila Dourani de Arruda¹, Vagner Dalbosco

¹Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Email: camiarruda@unochapeco.edu.br

Fonte de Financiamento: Artigo 170

RESUMO

O presente artigo reflete o resultado parcial de uma pesquisa de iniciação científica. Objetiva compreender o tratamento dado ao conteúdo da editoria de política pelos três jornais diários do município de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, durante os meses de março e abril de 2012, antecedendo o período eleitoral. Foram analisadas 144 edições dos jornais Diário do Iguazu, Sul Brasil e Voz do Oeste. Trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo comparado entre os três jornais. A análise geral dos três jornais indica que políticos com maior visibilidade editorial no período pré-eleitoral foram eleitos ou tiveram votação expressiva nas Eleições de 2012. Percebe-se, ainda, que não apenas a mídia agenda a sociedade, mas também é contra-agendada. A análise comparada entre os jornais indica que os três tem semelhanças no tratamento da informação política, temas publicado, número e tipo de fontes ouvidas. O que mais os diferem é o espaço dado para a editoria de política. Em ambos os jornais, os temas ficam restritos a questões oficiais, restringindo-se ao poder público e a política partidária, além da possibilidade de promoção das personalidades políticas através do elevado número de matérias ligadas ao tema agenda e eventos. Os dados da análise demonstram que os três jornais fazem uso de poucas fontes na construção das notícias. A maioria das matérias utiliza apenas uma fonte, nos três jornais. A utilização de poucas fontes, além de comprometer a diversidade discursiva, também diminui a possibilidade de aprofundamento de um determinado tema e a consequente reflexão social em torno dele. O jornalismo político neste sentido pode contribuir para uma compreensão simplista da política e do campo político.

Palavras-chave: Jornalismo político. Chapecó. Análise comparada. Jornais diários.

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o resultado parcial de uma pesquisa de iniciação científica que objetiva compreender qual o tratamento dado ao conteúdo da editoria de política pelos três jornais diários do município de Chapecó, no oeste de Santa Catarina. Trata-se de uma análise comparada das editorias de política dos três jornais diários de Chapecó analisados pela pesquisa. Buscou-se compreender quais as características das editorias de política dos jornais analisados individualmente e de forma comparativa. O conteúdo analisado compreende os meses de março e abril de 2012 – parte do período que antecedeu o calendário eleitoral daquele ano.

É importante ressaltar que Chapecó é considerado o segundo maior polo de comunicação do estado de Santa Catarina. Isto se deve ao número de veículos de comunicação, agências de publicidade, assessorias e demais prestadores de serviço que integram esta área. No caso dos jornais impressos, além dos três diários existentes nos meses que compõem o corpus desta pesquisa, em julho daquele mesmo ano surgiria um quarto jornal diário. Ou seja, há uma percepção empírica de que a mídia influencia a configuração política da cidade, e que a política da cidade influencia a configuração da própria mídia local.

Resultados já apresentados por esta pesquisa no Intercom¹ sinalizam que de forma geral as editorias de política dos três jornais diários de Chapecó utilizam excessivamente as fontes consideradas oficiais, o que pode ocasionar a visibilidade de poucos discursos. O jornalismo acaba por certificar autoridades dando voz e relevância a determinadas fontes em detrimento de outras. Além disso, ao analisar os temas que ganharam espaço nos jornais, percebe-se que em sua maioria ficam restritos a questões oficiais, limitando-se ao poder público e a política partidária. Há ainda a possibilidade de promoção das personalidades políticas através do elevado número de matérias ligadas ao tema agenda e eventos. Neste sentido, evidencia-se um pequeno espaço para a discussão de temas de interesse da sociedade.

A partir dos resultados já apresentados em artigo anterior, este artigo parte do entendimento de que, no caso do presente estudo, há um processo de contra-agendamento, quando a mídia é pautada pelo campo político. A mídia neste caso, antes de colocar em pauta os assuntos que viraram pautas sociais, é utilizada como meio de propagação de ideias e discursos provenientes do campo político. Isto denuncia que nem sempre as pautas que recebem mais destaque são de interesse público, muitas vezes podem ser apenas de interesse de um partido ou político que tem uma boa assessoria de imprensa. A pesquisa percebeu também o reduzido número de fontes mencionadas em cada matéria, neste sentido a mídia é pautada por algumas vozes políticas que tem maior poder de propagação das suas ideias acerca de determinados temas.

2 METODOLOGIA

Foram coletadas as páginas destinadas à editoria de política nos jornais Diário do Iguaçu, Sul Brasil e Voz do Oeste nos meses de março e abril de 2012. Considerando que os três jornais

1. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – S. Cruz do Sul - RS – 30/05 a 01/06/2013

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

veiculam seis edições semanais, o universo da pesquisa é composto por 48 edições de cada jornal, totalizando assim 144 edições, 774 matérias. Quanto à análise, trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo, tendo como técnica a análise categorial (Bardin, 2008, p. 39). Ou seja, foram criadas categorias para classificar os dados e posterior discussão dos dados tendo como base o referencial bibliográfico. Neste artigo, especificamente, utiliza-se a análise comparada entre os três jornais diários analisados por esta pesquisa, o Jornal Diário do Iguape, Sul Brasil e Voz do Oeste.

A partir de uma análise quantitativa e qualitativa, buscou-se estabelecer os temas, fontes e espaços destinados ao conteúdo político pelos veículos, analisando-os a partir do referencial teórico considerando o contexto pré-eleitoral. O período pré-eleitoral foi escolhido porque nos meses que antecedem a campanha eleitoral os candidatos e organizações partidárias intensificam suas articulações junto à mídia. A pesquisa teve como objetivos: investigar os temas que predominam nas editorias de política; identificar as fontes com maior visibilidade; perceber o espaço destinado pelos jornais às fontes e temas; discutir se há campanha eleitoral antes do período oficial; e refletir sobre a relevância da editoria de política para a construção de uma cultura política além do partidarismo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste espaço serão apresentados e discutidos os resultados das principais situações verificadas. Inicialmente serão apresentados os resultados da análise do conjunto dos jornais pesquisados e que foram objeto de artigo anterior (ARRUDA; DALBOSCO, 2013). Posteriormente, será realizada uma análise comparativa entre os três jornais. O corpus dessa pesquisa compreende um total de 774 matérias tabuladas e analisadas. As matérias foram publicadas entre os dias sete de março e sete de maio de 2012. O conteúdo foi categorizado e analisado com base em um roteiro de questões elaboradas de acordo com a proposta de análise de pesquisa, utilizando-se de um software que permitiu o cruzamento das informações.

3.1 Panorama geral

Um dos aspectos analisados nos três jornais foi o tema central da matéria. Observa-se que a maioria das matérias trata do tema “Poder Público”, que aparece em 305 matérias, representando 39,4% do total. O tema “Política Partidária” ocupa a segunda posição, com 179 matérias (23,1%). As temáticas “Agenda/Evento” (11,6%) e “Infraestrutura” (5,8%) ocupam a terceira e a quarta posições, respectivamente. Entende-se que até certo ponto é natural que a editoria de política apresente temas voltados ao poder público. Porém, sente-se falta de um espaço com temas além de “poder público” e de “agenda e eventos”. Sobretudo esta última temática, geralmente, aborda assuntos com um caráter promocional do político ou do partido. Além disso, percebe-se que as matérias de maneira geral “poder público” têm um caráter muito mais informativo do que interpretativo, fragilizando assim a contextualização e aprofundamento enquanto características essenciais do jornalismo.

As matérias analisadas apresentam entre o mínimo de zero e o máximo de sete fontes. Neste caso, chama atenção o baixo número de fontes citadas no sentido de dar sustentação e

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

credibilidade às informações: 30,1% das matérias, ou seja, 233, não apresentaram nenhuma fonte. Em 53,50% das matérias (414) há apenas uma fonte. Ou seja, pelo menos oito em cada dez matérias apresentam nenhuma ou no máximo uma fonte. Já as matérias que apresentam pelo menos duas fontes correspondem a 11,4% do total (88); e 5% contam com três fontes ou mais. Considerando o compromisso do jornalista em ouvir vários lados, posições e instâncias da sociedade, o baixo número de fontes implica em uma redução da pluralidade de discursos na matéria jornalística, como consequência pode reduzir a matéria a uma só versão de um determinado fato.

Quanto à classificação dessas fontes, observa-se que na maioria das vezes foram ouvidas as fontes oficiais. De 774 fontes citadas nas matérias analisadas, 732 são oficiais, ou seja, 94,57%. Apenas 4,26% são fontes independentes, e nove fontes são oficiosas (1,16%). É importante reconhecer que, até certo ponto, é natural a predominância de fontes oficiais na editoria de política. Por outro lado, tais dados indicam uma editoria pouco aberta à diversidade de fontes e até mesmo de enfoques, uma vez que a política não acontece somente em espaços institucionais. E, mesmo nos espaços institucionais, inúmeras fontes oficiosas ou independentes que circulam nestes espaços poderiam ser mais ouvidas.

Segundo Schimitz (2011), “os políticos são “definidores primários” por excelência, pelo poder e privilégio que desfrutam, sendo capazes de emitir opiniões importantes a respeito de assuntos controversos” (p. 52). Hall (1978) conceitua definidores primários como as fontes institucionalizadas: governador do estado, prefeito, secretários, vereadores, etc. Este relacionamento dos jornalistas com os definidores primários, embora essencial, não deveria ser limitador, pois, reflete de alguma forma o pensamento dominante. Dar voz a fontes oficiosas e independentes, sem ligação direta com o partido, órgão público contribui para a pluralidade de discursos. Hall (1978) defende que é importante também saber a opinião de fontes que não tenham uma ligação direta com o alto escalão, como, por exemplo, um filiado comum, um funcionário de um determinado departamento, um cidadão que tenha envolvimento com a questão discutida na matéria.

Importante observar que, das dez fontes mais ouvidas, seis participaram do processo eleitoral de 2012 no município de Chapecó. Todos seriam candidatos a algum cargo eletivo, e somente um deles, o deputado federal Pedro Uczai (PT), não foi eleito. Mesmo assim, somou 42,32% dos votos válidos. José Caramori (PSD) foi eleito prefeito de Chapecó, com 57,68% dos votos válidos; Américo do Nascimento (PSD) foi o segundo vereador mais votado, com 3.365 votos, atrás apenas de César Valduga (PC do B), com 3.502 votos. Valduga é a nona fonte mais ouvida nos dados tabulados para a análise, sendo que foi fonte em nove matérias (1,2% do total). Esta análise é importante, já que a cobertura midiática tem influência na posição que os personagens ocupam na memória dos eleitores (McCOMBS e KIOUSIS, 2004) e, portanto, pode influenciar no próprio resultado do processo eleitoral.

Não se pode afirmar que houve uma efetiva estratégia eleitoral antes do período oficial de campanha para as eleições municipais de 2012. O fato é que, à medida que alguns políticos têm maior inserção nas editorias pesquisadas, seus nomes certamente serão mais conhecidos e lembrados pelo eleitor no período eleitoral, influenciando de alguma forma no ato do voto. Prova é

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

que as fontes que tiveram mais visibilidade foram eleitas ou tiveram uma votação expressiva nas eleições de 2012.

Com relação aos partidos políticos, o PSD é o que aparece com maior frequência no enfoque das matérias. São 57 vezes, representando 21,6% das matérias. Já o PT aparece em segundo lugar, com 52 matérias (19,7%). De certa forma, esta exposição maior do PSD (formado por ex-integrantes do PFL/DEM) e do PT na mídia chapecoense condiz com a conjuntura política do momento, uma vez que são estes dois partidos que há vários anos polarizam a política local e que em 2012 teriam candidato ao governo municipal. O PMDB aparece em terceiro lugar, sendo citado em 44 enfoques (16,7%). PP e PSDB aparecem empatados em quarto lugar, com 26 citações nos enfoques (9,8%). PC do B aparece em 13 enfoques (4,9%), e o DEM é citado em dez enfoques (3,8%). Os demais partidos não são citados mais do que oito vezes nos enfoques. As fontes mais ouvidas são do PSD. No total são 195 fontes do partido utilizadas nas matérias, 25% do total de 774. O PT é o segundo partido com mais fontes, sendo que 19,9% (155 matérias) contam com fontes do Partido dos Trabalhadores.

A mídia, como já citado, é cada vez mais considerada na hora de analisar ou planejar a política e a imagem de um político. Neste sentido, a visibilidade midiática pode ser um instrumento fácil e barato para o sistema político propagar discursos simbólicos, comunicar ao seu público-alvo, os cidadãos. O jornalismo político está em uma linha ainda mais tênue diante da gama de personalidades, interesses e poderes que permeiam este cenário. No entanto, este contexto não o exime da responsabilidade de trabalhar para a sociedade e pautar suas publicações no interesse público.

3.2 Análise comparada entre os três jornais

Foi analisada a quantidade de matérias publicadas por cada jornal, ou seja, o espaço dado para a editoria de política. Em todo o período analisado percebeu-se que o Jornal Diário do Iguaçu tem o maior número de publicações. O jornal publicou 473 matérias na editoria de política em todo o período analisado de um somatório de 774 matérias, enquanto os outros dois juntos não somam este total. O Jornal Sul Brasil publicou 182 matérias e no Jornal Voz do Oeste foram publicadas 119 matérias. Ou seja, 61,11% das matérias tabuladas em todo o período de análise foram publicadas pelo Jornal Diário do Iguaçu (gráfico 01). A grande diferença do número de matérias publicadas ocasionará também, no decorrer da apresentação dos dados, uma discrepância significativa entre os jornais e isso será levando em consideração nas análises. Em média o jornal Diário do Iguaçu publicou 10 matérias por dia na editoria de política, enquanto o jornal Sul Brasil, quatro matérias e o jornal Voz do Oeste, três matérias. O mês de abril no qual todas as matérias publicadas foram analisadas, o Jornal Diário do Iguaçu foi responsável por 62,98% das matérias publicadas. As matérias publicadas pelo Sul Brasil correspondem a 20,82%, já o Voz do Oeste foi o que menos publicou, 16,19%.

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

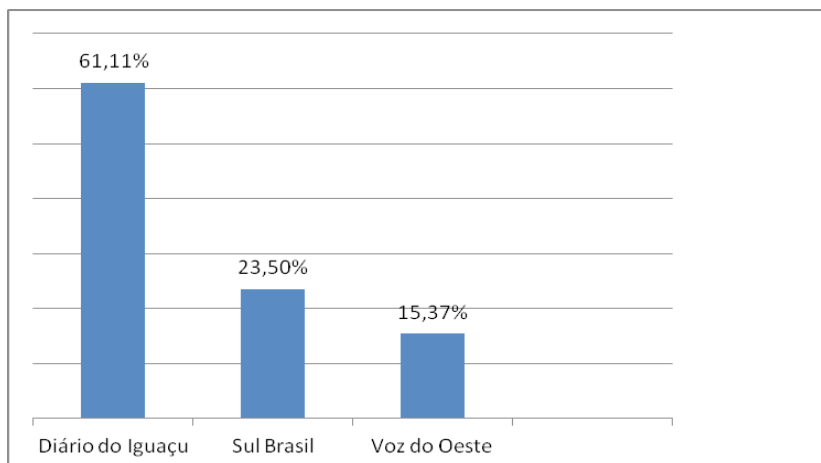


Gráfico 01: Número de matérias publicadas por cada jornal em todo o período analisado pela pesquisa.

A construção do conhecimento público que interfere na tomada de decisões diárias em diferentes esferas da atividade humana não ocorre sem o envolvimento direto ou indireto dos meios de comunicação. Seja na formação das opiniões, na propagação de discursos ou na veiculação de assuntos que se tornam pauta da sociedade. As sociedades hoje vivem em uma realidade midiática, chamado por Lima (2009, p.85) de “centrada na mídia” (media centric). Segundo ele, “a comunicação ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular, a esfera política” (LIMA, 2009, p. 85). Considerando a realidade dos três jornais no que se refere ao número de publicações percebe-se uma maior expressividade do Jornal Diário do Iguaçu na influência de pautas da sociedade.

A mídia tem um papel importante a longo prazo, destacado por Lima (2009) como: a construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana. A política adquire significado simbolicamente através dessas representações. Lima destaca que “é a comunicação que hoje tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo. E a política em um estado democrático tem o dever de ser pública e visível” (2009, p. 87).

Neste sentido, foram analisados os temas mais recorrentes nas editoriais dos três jornais. Ambos tiveram em primeiro lugar o tema “Poder Público”. No período analisado, o jornal Diário do Iguaçu publicou 210 matérias com esta temática, ou seja quase metade das matérias do jornal trataram de questões relacionadas e restritas ao poder público, uma porcentagem de 44,39% em relação ao total das matérias publicadas por este jornal. O tema “Política Partidária” aparece como central em 138 matérias publicadas pelo jornal, ou seja 29,17% do total de matérias publicadas por este jornal. Em terceiro lugar aparece o tema Agenda/Eventos, com 12,68%.

O jornal Sul Brasil tem o mesmo ranking de temas publicados, porém, com números diferentes, esta diferença evidencia-se primeiramente considerando o número total de matérias publicadas por cada jornal. O tema “Poder Público” foi central em 66 matérias, 36,26% do total de matérias publicadas por este jornal. A temática que envolve a política partidária foi destaque em 23 matérias, 12,63%, o tema Agenda/Eventos apresenta os mesmos dados. O jornal Voz do Oeste mantém a primeira posição para o tema “Poder público”, com 29 matérias publicadas, 24% do total de 119

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

matérias. O tema “Política Partidária” corresponde a 15% das matérias. Diferentemente dos outros dois jornais, o terceiro tema mais abordado pelas matérias do Voz do Oeste é a “Infraestrutura”, com 11% do total.

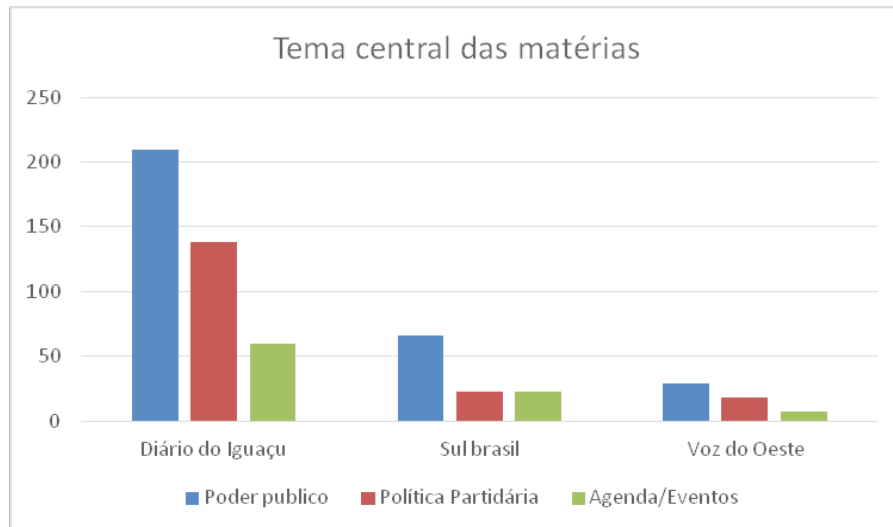


Gráfico 02: Tema central das matérias em cada jornal.

O conhecimento acerca do poder dos meios de comunicação de tornar algo público provoca alterações no comportamento dos próprios atores políticos que planejam discursos e usam estratégias para que o espaço da visibilidade midiática e seu conteúdo sejam favoráveis à sua imagem. Neste sentido percebe-se quem em ambos os jornais os temas que mais ganharam visibilidade tem relação direta com o poder público e a política como uma ação partidária e não como um espaço para um debate social. O tema agenda/eventos, terceiro colocado nos Jornais Diário do Iguaçu e Sul Brasil, é mais um espaço para a promoção de personagens políticos em detrimento das ações políticas.

Segundo Martins (2005), o jornalismo político de hoje tem a notícia como parte mais importante do que a opinião. Martins destaca que a mudança mais importante “é que, hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não convencê-lo a adotar determinadas ideias” (2005, p. 13). Entretanto, essas notícias mesmo ganhando mais espaço do que a opinião tratam de temas diretamente ligados a personalidades políticas como se a política acontecesse somente em repartições públicas, câmaras de vereadores ou comites de partidos políticos.

O fazer jornalístico não é um exercício totalmente independente. As fontes são essenciais e participantes do processo de construção da notícia. No jornalismo político a relação entre jornalista e fonte torna-se ainda mais delicado, trata-se de figuras públicas que se tornam interlocutores e reproduzem discursos que geralmente carregam interesses não necessariamente públicos. O perigo é que as fontes podem fazer do jornalismo instrumento de publicidade através de discursos particulares travestidos de interesse público.

Diante disso, o número de fontes é um fator que contribui para a diversidade de discursos no fazer jornalístico. A credibilidade de uma matéria que ouviu mais fontes tem mais evidência. No

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

jornal Diário do Iguaçu, metade das matérias (50,31%) tem apenas uma fonte, 238 em um total de 473 matérias publicadas por este jornal. 35,51% das matérias não apresentara fonte; 9,30% duas fontes e apenas 4,86% tiveram três fontes ou mais.

O jornal Sul Brasil também apresentou a maioria das matérias com poucas fontes ouvidas e identificadas. Quase a metade, 49,45%, das matérias publicadas pelo jornal trouxeram apenas uma fonte. 26% das matérias do jornal Sul Brasil não apresentaram fontes de informação. 15,38% das matérias trouxe duas fontes e 8,41 apresentou três fontes ou mais.

No jornal com menos matérias publicadas, o Voz do Oeste, 68,06% das matérias utiliza uma fonte, 81 de um total de 119 publicadas. Em 13,44% das matérias não foi utilizada nenhuma fonte. A mesma porcentagem de 13,44% equivale as matérias que tiveram duas fontes. Não houve nenhuma matéria com mais de duas fontes.

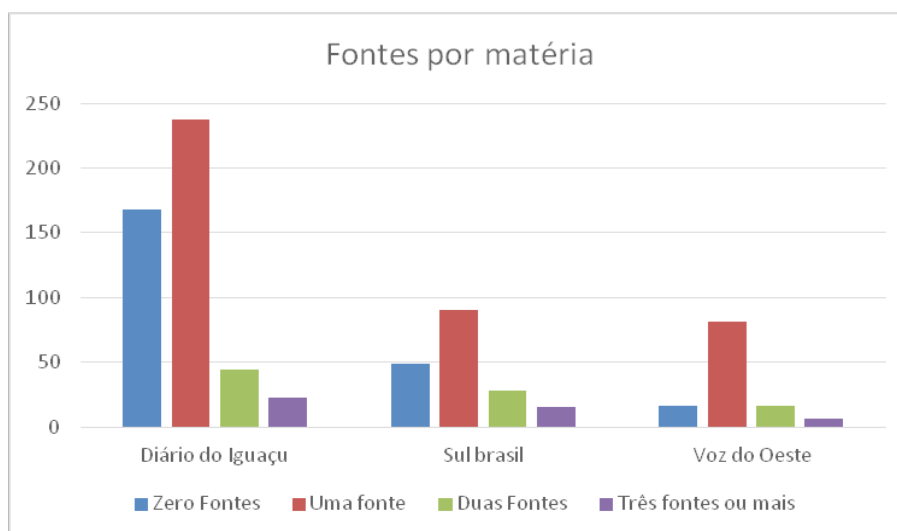


Gráfico 3: Número de fontes por matéria em cada jornal.

Uma das situações complicadas no jornalismo e que ganham mais intensidade no jornalismo político é a possibilidade das fontes fazerem do jornalismo instrumento de publicidade através de discursos particulares travestidos de interesse público. Conforme Pena (2006), a “perspectiva de análise não está centrada na possibilidade de manipulação das notícias por parte dos jornalistas, mas sim no poder que fontes privilegiadas têm na construção dessas mesmas notícias” Analisou-se nas matérias quais os políticos tiveram mais visibilidade em cada um dos jornais. Uma forma de perceber quais discursos tiveram mais influência na construção das notícias. Evidenciou-se uma pluralidade de fontes, sendo que as fontes mais ouvidas tiveram um número baixo de aparições, considerando o total de matérias veiculadas no período de análise. Verificou-se a presença de 732 fontes nas matérias analisadas no período de oito semanas, ou seja, uma diversidade significativa de fontes, porém, é possível perceber que algumas delas aparecem com maior frequência.

No jornal Diário do Iguaçu, a fonte mais recorrente foi o deputado estadual do PSDB Marcos Vieira, sendo ouvido em nove matérias. Em segundo lugar empataram o então vereador do PSD Chapecó, Américo do Nascimento, o vereador do PR, Marcio Sander e o deputado estadual do PSD,

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

Maurício Eskudlark, ambos com oito aparições como fontes principais das matérias do Diário do Iguazu. Percebe-se que, as quatro fontes mais ouvidas pelo jornal são da base aliada do governo municipal e estadual, enquadrando-se nos partidos chamados de direita.

O deputado federal do PT, e candidato a prefeito de Chapecó nas eleições de 2012 foi a fonte mais ouvida pelo jornal Sul Brasil, com 10 aparições. Em segundo lugar aparecem empatados o na época vereador e candidato a reeleição pelo PSD, Américo do Nascimento, e o prefeito de Chapecó eleito pelo PSD, José Caramori, em oito matérias eles foram fonte. Em terceiro lugar aparecem com seis matérias, o vereador reeleito pelo PSDB Itamar Agnoletto e o deputado estadual pelo PSDB Maurício Eskudlark. No jornal Sul Brasil, embora a fonte mais ouvida tenha sido do PT, as demais que ocupam as primeiras colocações também integram partidos de direita e da base aliada do governo estadual e municipal.

O jornal Voz do Oeste apresenta os seguintes dados, a fonte mais ouvida é a deputada estadual do PT, Luciane Carminatti, com oito matérias. O vereador reeleito do PSD, Américo do Nascimento, foi a segunda fonte mais ouvida, em sete matérias. O terceiro lugar apresenta quatro fontes, com seis matérias: o vereador reeleito do PSDB, Itamar Agnoletto PSDB; o vereador reeleito do PR, Márcio Sander; o deputado federal do PMBD, Valdir Colatto e o vereador do PSD, Valmor Scolari. O Voz do Oeste apresenta características parecidas com os dois outros jornais. Exceto a deputada federal do PT, Luciane Carminatti, as fontes mais ouvidas são de partidos que integrantes da direita e da base aliada do governo do estado e do município.

Proporcionalmente, o jornal que mais apresenta imagens é o jornal Voz do Oeste, ao mesmo tempo em que é o que menos publicou matérias no período analisado, 68% das matérias publicadas pelo Voz do Oeste tinham imagens. No jornal Sul Brasil este número cai para 52%. Já o jornal com o maior número de matérias publicadas tem imagens em 41% das matérias. Ao contrário do Voz do Oeste os jornais Diário do Iguazu e Sul Brasil tem um espaço para as notas, pequenos textos que via de regra não são acompanhados por foto.

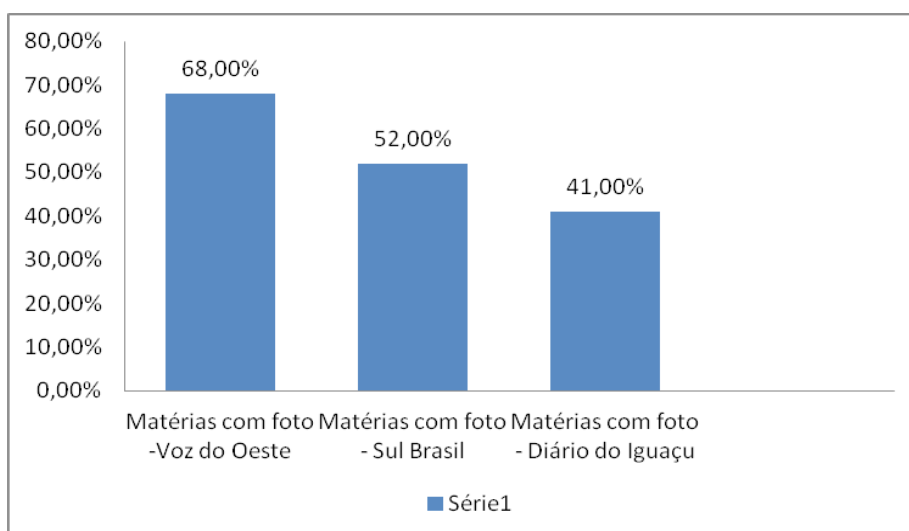


Gráfico 4: Porcentagem de matérias com foto por jornal.

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

Foi analisado também o destaque dado a cada matéria em relação ao espaço destinado à pauta, chamada de capa e tipo de chamada na capa. Com relação ao espaço destinado às matérias, elas foram classificadas em: matéria principal da página; matéria secundária da página; e nota. No jornal Diário do Iguazu, 42,70% das publicações ocuparam um espaço de matéria secundária na página, 28,75% um espaço de matéria principal e 28,54% foram notas. Percebe-se que o número de matérias principais quase equivale ao número de notas publicadas. O Diário do Iguazu é o que teve o maior número de matérias publicadas o que não garante uma maior profundidade dos temas, devido a quantidade de temas tratados como notas.

No jornal Sul Brasil, em relação ao espaço destinado às notícias, 23% das pautas ocuparam o espaço de matéria secundária, 48,90% ocuparam o espaço de matéria principal da página, e 28,02% foram notas. O jornal Voz do Oeste, publicou 58,82% das notícias no espaço de matéria secundária e 41,17% foram publicadas como matérias principais. Como matéria principal compreende-se um espaço maior da página, geralmente acompanhada de foto.

Em geral os três jornais utilizaram pouco as chamadas de capa acerca da páginas da editoria de política. No jornal Diário do Iguazu, apenas 45 de um total de 473 matérias ganharam destaque na capa, 84% delas citaram o nome de fontes, políticos ou partidos. 21 matérias publicadas pelo Sul Brasil tiveram uma chamada de capa, de um total de 182 matérias. 52,38% citaram o nome de fontes, políticos ou partidos. De 119 matérias publicadas pelo Voz do Oeste, apenas 19 tiveram destaque na capa do jornal, 68,42% citaram o nome de fontes, políticos ou partidos.

4. Considerações Finais

A editoria de política é relevante nos temas que pautam a sociedade. Ela traz consigo a possibilidade poderosa de tornar pública uma discussão social ou uma personalidade. O tratamento dado ao espaço da editoria política nos três jornais diários de Chapecó tem uma relevância para a configuração política do município, em suma este tratamento a partir dos dados analisados demonstra ser semelhante. Pelos números apresentados, a análise comparativa entre os jornais demonstra que, embora haja diferença no montante da produção jornalística (Diário do Iguazu produz mais), os temas, a quantidade de fontes, o espaço e as fontes mais ouvidas são semelhantes em percentuais. Os três jornais tem entre a maioria das fontes mais ouvidas políticos de partidos de direita. O jornalismo acaba por certificar autoridades dando voz e relevância a determinadas fontes em detrimento de outras.

Em ambos os jornais, os temas ficam restritos a questões oficiais, restringindo-se ao poder público e a política partidária, além da possibilidade de promoção das personalidades políticas através do elevado número de matérias ligadas ao tema agenda e eventos. Aqui, difere-se o Voz do Oeste que além dos temas “poder público” e “política partidária” também dá mais destaque ao tema “infraestrutura”. Isto demonstra que o processo de contra-agendamento, em que a mídia é pautada pelo campo político dando visibilidade ao discurso oficial, está presente de forma significativa nos três jornais, mesmo com a grande diferença no número de publicações.

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

Isso se deve também a forma de organização da editoria de política do Diário do Iguazu, em que há um significativo espaço para notas. Nesse caso não há um aprofundamento do assunto, há inexistência de fonte e ausência de recurso imagético. As notas são recursos utilizados também pelo jornal Sul Brasil, o que de certa forma justifica o número de matérias sem fonte. Entretanto, ambos os jornais caracterizam-se por um alto índice de matérias com apenas uma fonte. O jornalismo tem como preceito a pluralidade de vozes, ideias, discursos. Na construção de uma notícia o processo de apuração deveria passar pelo processo de audição de várias fontes acerca de um determinado tema. A utilização de poucas fontes, além de comprometer a diversidade discursiva, também diminui a possibilidade de aprofundamento de um determinado tema e a consequente reflexão social em torno dele. O jornalismo político neste sentido pode contribuir para uma compreensão simplista da política e do campo político.

5. REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Camila Dourani. DALBOSCO, Vagner. **O agendamento nas editorias de política de jornais diários de Chapecó**. Trabalho apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – S. Cruz do Sul - RS – 30/05 a 01/06/2013
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BRANDÃO, Elizabeth. **Conceito de Comunicação Pública**. In: Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. Jorge Duarte, organizador. São Paulo: Atlas, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COHEN, B. **The Press and Foreign Policy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.
- GOMES, Wilson. **Negociação política e comunicação de massa**. In: Transformações políticas na era da comunicação de massas. São Paulo: Paulus, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. **O papel da sociedade civil e da esfera pública política**. In: Direito e democracia. Entre factilidade e validade. Trad. Flávio B. Siebeneichler. 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro: 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- NOVELLI, Ana Lucia Romero. **Comunicação e opinião pública**. In: Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. Jorge Duarte, organizador. São Paulo: Atlas, 2009.
- HALL, Stuart et al. **Policing the crisis**. London: MacMillan, 1978.
- HALLI, Stuart et al. **A produção social das notícias: o “mugging” nos media**. In: TRAQUINA, Nelson (org. e trad.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1999. p. 224-248.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Record: Rio de Janeiro, 2008.

Camila Dourani de Arruda, Vagner Dalbosco

SILVA, Luiz Martins. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LIMA, Venícios. **Revistando as sete teses de mídia no Brasil**. 2005. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/853/1106>>

LIMA, Venício. **Comunicação e Política**. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e Prefácio: Jacques A. Wainberg. Editora Vozes: Petrópolis, 2008.

MAIA, Rousiley Celi M. **Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública**. In: LEMOS, André (org.). **Mídia.br. Livro da XII Compós – 2004**. Porto Alegre, Sulina: 2004.

McCOMBS Max; KIOUSIS, Spiro. **Agenda-setting Effects and Attitude Strength**. *Communication Research*, v.31, n.1, 2004.

McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERUZZO, Cicilia. M Krohling. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências**. In: **Comunicação e Sociedade**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social-Universidade Metodista de São Paulo. – n. 43. São Bernardo do Campo, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícia: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Coombook, 2011.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo das teorias do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. Florianópolis: insular, 2004. v. 1.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos_externos/Artigo_MariaHelenaWeber.pdf>

A POLÍTICA NO DIÁRIO DO IGUAÇU: O PERÍODO ELEITORAL 2012

Alessandro Leão¹, Valéria Marcondes²

¹Acadêmico do 3º período do curso de Jornalismo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: alessandroleao@unochapeco.edu.br

²Professora (orientadora) da Unochapecó. Doutora em Comunicação Social pela PUCRS

Fonte de Financiamento: Artigo 170

RESUMO

Este artigo é resultado parcial de pesquisa do Núcleo de Iniciação Científica em Jornalismo e Desenvolvimento Regional da Unochapecó, intitulada “Análise da cobertura política local nos jornais Diário do Iguaçu, Voz do Oeste e Sul Brasil”. Neste recorte, serão apresentadas análises referentes à editoria de política do Jornal Diário do Iguaçu sobre as eleições à Prefeitura de Chapecó. A pesquisa consiste em identificar as principais temáticas e enfoques das notícias sobre política local, veiculadas durante o período de propaganda eleitoral em 2012. A metodologia utilizada foi Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Jornalismo impresso. Política. Propaganda eleitoral.

1 A COBERTURA ELEITORAL 2012 NOS JORNAIS DIÁRIOS DE CHAPECÓ

Este artigo é resultado parcial das pesquisas realizada no Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica em Jornalismo e Desenvolvimento Regional. Objetiva-se analisar o conteúdo da editoria de política do Jornal Diário do Iguaçu, no que se refere às eleições para a Prefeitura de Chapecó, em 2012. Partindo de pesquisas bibliográficas focadas nos campos do jornalismo e da política, esta pesquisa visa compreender parte dos processos políticos e identificar a influência dos meios de comunicação no processo eleitoral e na formação da chamada “opinião pública”.

O jornalismo tem como função básica informar a sociedade sobre os principais acontecimentos e interpretá-los à luz das possíveis consequências e reflexos, gerando subsídios para a formação da opinião. A informação é matéria prima de todo os processos sociais, da política ao entretenimento. O código de ética dos Jornalistas afirma: “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação” (FENAJ, cap. II, 4), então, cabe ao mesmo informar a sociedade de forma clara e verdadeira. Para Medina (2006, p. 25) o repórter é o “mediador social por excelência, sem sua presença escavadora e relacionadora, o jornalista não se mostra capaz de ombrear com as demais instituições democráticas”.

A prática jornalística exige conhecimentos específicos e competência comunicacional para interpretar os significados dos fatos sociais de forma responsável e gerar condições para que o leitor forme sua opinião sobre assuntos relevantes.

Segundo Traquina (2005), para entender como as notícias são construídas e como estas serão recebidas pela “opinião pública”, temos o processo de produção, definido com a percepção, seleção e transformação da matéria-prima (acontecimento) no produto (notícia). As escolha e seleção da matéria-prima levam em conta o tempo e o espaço geográfico.

O conceito de opinião pública ajuda a explicar as intervenções da mídia no período eleitoral. Para Lamounier (2010), a opinião pública promove a renovação permanente do sistema político como um todo.

O conceito de Opinião Pública diz respeito à existência de um debate, do confronto ou referendo de uma multiplicidade de argumentos sobre uma questão de interesse restrito ou ampliado no espaço público.” (LAMOUNIER, 2010, p. 892).

É no período da propaganda eleitoral gratuita que se intensifica a cobertura jornalística sobre as eleições e isso faz com que gere na população a necessidade de informação, segundo estudos realizados por Maxwell McCombs focados nas eleições presidenciais e campanhas eleitorais no EUA em 1968 e 1972. Por isso cabe aos jornais, enquanto veículos informativos e de comunicação intensificar a cobertura no período eleitoral (HOHLFELDT, 2001).

Segundo a hipótese do agendamento (McCOMBS, 2009), e seu refinamento em 1972 com as contribuições de Donald Shaw, os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor como pensar em relação a determinado assunto (pressuposto defendido pela Teoria Hipodérmica, nas primeiras décadas do século XX), são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o quê pensar e falar.

Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social (HOHLFELDT, 2001, p. 191).

É evidente que a influência do conteúdo jornalístico veiculado dependerá das características pessoais do receptor e do nível de entendimento que o mesmo tem sobre o acontecimento (HOHLFELDT, 2001).

Martins (2008) explica que com a pluralização do leitor, ocorrido em meados dos anos 1950, os jornais não podem ser partidários, ou seja, “dar manchetes” à favor de um partido político, ou um candidato, pois o público é diversificado.

O leitor segmentado precisa ser instigado pelo veículo de diversas maneiras, “em vez de cativar o leitor partidarizado, como no passado, a estratégia passou a ser atrair um público plural, composto por leitores com as mais variadas simpatias políticas e as mais diferentes visões do mundo” (MARTINS, 2008, p. 19). Devido a estes fatores o modo de produção de notícias teve que ser modificado: foram criados cadernos e editoriais específicas para um público de leitores igualmente específico.

2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Após realizada a coleta do material a ser observado, foram aplicados os métodos e técnicas da análise de conteúdo, segundo Laurence de Bardin (2010). A Análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, fortalecendo a propensão para a descoberta (função heurística). A análise de conteúdo é um método empírico: dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo (BARDIN, 2010, p. 32). Pode ser caracterizada pela análise dos “significados” (análise temática), e pela análise dos “significantes” (análise dos procedimentos) (BARDIN, 2010, p. 37). A análise se faz seguindo várias etapas, como a pré-análise, baseada na leitura flutuante, escolha dos documentos, preparação do material e referencial dos índices e a elaboração dos indicadores. A segunda etapa é formada pela exploração do material. A terceira fase constitui o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, as categorias analisadas serão: a quantidade de matérias sobre política publicadas durante o período eleitoral, no Diário do Iguazu, os enfoques dados a estas matérias e as temáticas mais abordadas, número de matérias, identificação das matérias em relação a cada uma das coligações e candidatos à prefeitura da Chapecó, assinatura ou não das matérias e gênero jornalístico das mesmas. Quanto aos enfoques, classificamos em enfoque voltado à fonte e enfoque na temática.

Segundo Fonseca Junior (2002), a análise de conteúdo é usada desde o século XVIII. Os primeiros estudados deram conta de analisar uma coleção de 90 hinos religiosos anônimos denominados *Os cantos de São*, para identificar se haviam mensagens de cunho maldoso nas letras, mas nenhuma heresia foi encontrada (FONSECA JUNIOR, 2002, apud KRIPPENDORFF,

Alessandro Leão, Valéria Marcondes

1990, p. 15, 16). Na comunicação de massa, Fonseca Junior (2002), baseia-se em Kientz (1973) para relatar que este método é usado para comparar diferentes jornais em período eleitoral. Para Berelson (1952) a análise de conteúdo é “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação”. Esta percepção de caráter quantitativo, enquanto associado à comunicação como objeto de estudo, dá-se pela consolidação da técnica ocorrido na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos, foi tida como “reação contra a antiga análise de texto, excessivamente subjetiva e de uma necessidade de sistematização imposta pelo prodigioso desenvolvimento da comunicação” (FONSECA JUNIOR, 2002, apud KIENTZ, 1973, p. 10).

Na análise de conteúdo, a dedução é considerada uma operação lógica que se destina a extrair os conhecimentos segundos os aspectos “escondidos” nas mensagens analisadas.

Assim como o arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação (FONSECA JUNIOR, 2002, apud BARDIN, 1988, p. 39, 40).

Por meio destas análises é possível entender as intenções de um discurso, pôr em evidência as avaliações, opiniões e tomada de decisões a partir dos enunciados de cada indivíduo. “Ao focar atenção nos mecanismos subjacentes da mensagem que não podem ser observados, a inferência também contribui para amenizar o impacto da herança positivista na análise de conteúdo” (FONSECA JUNIOR, 2002, apud BARDIN, 1988, p. 40).

Já para Krippendorff (1990, p. 29) “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto”.

3 JORNALISMO E POLÍTICA

Soares (2009) relata que a primeira forma contemporânea de informação, expressão e debates surgiram no século XIX pela imprensa diária, a partir disso, instaurou-se um espaço público ampliado. Já no século XX, a radiodifusão aprimorou a forma de comunicar. A partir destas tecnologias foram realizados análises para entender como se dava a participação dos meios no processo político.

Setti (2005) diz que os próprios jornalistas, nos diversos segmentos do jornalismo diário, não estão satisfeitos com o nível das matérias publicadas. Ele comenta que a linguagem utilizada, embora, almejada por alguns, não abrange a maioria da população e por fim, é usado o chamada “politiques” para relatar os fatos do mundo político.

O “politiques”, como Setti (2005) relata, deriva do ‘economês’, outro termo usado para falar de economia, mas de maneira truncada. Isso acontece, desde o regime militar, nos anos 1960 e até os dias atuais, agora, com um pouco mais de cuidado no uso de expressões, mas geralmente com

Alessandro Leão, Valéria Marcondes

declarações de economistas com termos mais técnicos dificultando a compreensão do leitor. Setti (2005) diz que os termos podem ser qualificados como um dialeto misturado,

Oriundos dos mecanismos da Constituição, da legislação eleitoral e sobre partidos políticos, dos regimentos internos das casas legislativas, da atividade partidária, das campanhas eleitorais e do folclore pessoal de governantes, parlamentares e dirigentes de partidos (SETTI, 2005, p. 1).

Os jornalistas que escrevem sobre política, são classificados por Setti (2005) como “escritores para suas fontes”, ou seja, tentam adequar-se a uma gama de perfis de leitores, ouvintes e espectadores. Apenas quando se trata de entrevistas com políticos, é que o “politiques” volta a ser a “fala” de muitos políticos, pois eles se esquecem de que estão falando para uma grande massa da população, que muitas vezes, não entendem algumas expressões, que os que vivem no âmbito da política têm por hábito usar. O autor diz que o desconhecimento das instituições que formam o sistema político e democrático no Brasil faz com que o leitor perca no quesito cidadania e direitos assegurados. A educação básica não explica tais expressões, tampouco os cursos superiores de áreas distintas da jurídica.

Para Vizeu (2007), o campo jornalístico é um lugar relevante na construção da realidade social.

Neste sentido entendemos a notícia como uma representação da social da realidade cotidiana, um bem público, produzido institucionalmente, que submetida às práticas jornalísticas possibilita o acesso das pessoas ao *mundo dos fatos* (dia a dia) ao qual não pode aceder de maneira imediata (VIZEU, 2007, p. 223)

Os fatos devem interessar a um grande número de indivíduos e atender aos “critérios de noticiabilidade como novidade, imprevisibilidade, excepcionalidade, relevância, notoriedade dos enunciados envolvidos, raridade e conflito” (VIZEU, 2007, p. 223,234).

Quanto à influência da mídia na opinião pública os estudos de Rubim e Azevedo (1998) esclarecem como eram feitas as pesquisas e quais eram os objetos de estudos, desde a época dos golpes militares de 1964 e 1968 até os dias atuais. A eleição de 1989 para presidente em votação direta após 29 anos de regime militar foi um acontecimento imediato que impulsionou reflexões sobre as ligações entre mídia e a política. Com essa eleição, nasce “um verdadeiro campo de estudos sobre comunicação e política no país, perpassando por olhares sintonizados com esta nova circunstância de sociabilidade acentuadamente midiaticizada” (RUBIM; AZEVEDO, 1998, p. 3).

Visando entender o campo da esfera política e como a mídia “agenda” a sociedade, Soares (2009) fundamenta-se em Miguel (2003) para explicar que devido ao poder de definir a agenda pública, os meios de comunicação são identificados como forma de representação política. Explica também que no debate político das campanhas eleitorais, é o jornalismo que pauta as discussões dos políticos e os assuntos que a população quer que os candidatos comentem, reflitam e com base nisso, o eleitor decide seu voto. “A informação relevante para a decisão do voto encontra-se num quadro restrito que é a agenda mediática” (SOARES, 2009, p. 49). Soares (2009) diz que a mesma situação ocorre quando os eleitores julgam a conduta de seus representantes apenas pela mídia.

Agendamento constitui, portanto, uma faculdade ou atributo de representação jornalística, implicando o poder de estabelecimento de uma hierarquia coletiva de importância, prioridades para a sociedade (e estabelecer prioridades é a própria definição da política) (SOARES, 2009, p. 49).

Fuks (2002, apud SOARES, 2009) identifica a formação da agenda como uma questão politicamente importante, pois desloca o foco de estudos dos assuntos da esfera pública das condições objetivas para estudar os processos sociais relacionados às disputas pela sua natureza em arenas argumentativas. Na medida em que a comunicação de massa atua como ponte de articulação entre as demais representações da sociedade e como canal de difusão do que ocorre dentro delas torna-se “uma arena estratégica para a formação da agenda pública” (FUKS, 2002 apud SOARES, 2009, p. 50).

4. ANÁLISES PRELIMINARES

O jornal Diário do Iguaçu pertence à RedeComSC, formada por 5 (cinco) jornais regionais (Folha de Chapecó, Alto Uruguai, Extremo Oeste, Divisa Oeste e Diário do Iguaçu). O DI, como é chamado, foi fundado em 27 de março de 1997 em Chapecó e circula em 97 municípios do estado de Santa Catarina, onde concentram-se mais de 1 milhão de pessoas.

Atualmente, a editora chefe é Keli Magri e o editor de política é Bruno Pace Dori, ambos jornalistas por formação. O jornal apresenta um total de oito editorias: Mural, Política, Opinião, País e Mundo, Geral, Economia, Polícia e Esporte. O número de páginas da editoria de política, foco desta pesquisa, varia de quatro a oito páginas.

O município de Chapecó é conhecido por ser a “Capital do Oeste Catarinense” pois é o principal centro econômico do oeste de Santa Catarina. Possui uma população de 183.530 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2010.

Em 2012, duas coligações concorreram à prefeitura de Chapecó: a coligação “O Povo de novo”, composta por 16 partidos (PSD, PMDB, PSDC, PR, PMN, PSDB, PRB, PPS, PTB, PP, PSC, PRP, DEM, PSB, PT do B e PSL) e o candidato à prefeito foi José Caramori (PSD). A coligação “Aliança pela vida”, teve 9 partidos apoiadores (PT, PTC, PTN, PRTB, PHS, PV, PPL, PC do B e PDT) e o candidato à prefeito foi Pedro Uczai (PT). Para a Câmara de Vereadores concorreram 192 candidatos.

Para esta pesquisa, foram analisadas as 47 edições da editoria de política do jornal Diário do Iguaçu. No período analisado, de 21/08/2012 à 06/10/2012, o Diário do Iguaçu veiculou o Caderno Eleições, além de duas colunas políticas. A primeira chama-se “Ronda Política” e é assinada pelo editor de política, jornalista Bruno Pace Dori. A segunda “Da Redação”, escrita pela editora-chefe Keli Magri.

No mês de agosto, o Jornal Diário do Iguaçu publicou 75 matérias na editoria de Política, 49 matérias são assinadas e 26 matérias não são assinadas. Destas 75 matérias, 13 possuem fotos da coligação “Aliança pela vida” (PT) e 11 delas contém fotos da Coligação “O povo de novo” (PSD),

Alessandro Leão, Valéria Marcondes

4 são de candidatos a vereadores, 6 delas não diferem as coligações e 41 matérias não possuem fotos. Das 75 matérias, 25 são informativas, sendo 24 notícias e uma nota, e 50 são opinativas.

Quanto aos enfoques dados às matérias, dividimos em enfoque na fonte, enfoque na temática: quanto à fonte, 14 matérias enfocaram na figura de Pedro Uczai (PT), e 11 na figura do candidato José Caramori (PSD). Em 32 matérias o enfoque deu-se sobre as temáticas (educação, saúde, políticas públicas). Identificamos 3 matérias com foco em vereadores. Em 15 matérias, encontramos equilíbrio entre fonte e temática.

Entre as matérias publicadas, os temas lazer, políticas públicas e agroindústria tiveram uma abordagem cada. Segurança, mobilidade urbana/trânsito, saúde e história tiveram duas abordagens cada. Educação, obras e infraestruturas, tiveram 3 abordagens cada. Já urbanização, economia, planejamento, economia 4 vezes cada um.

A temática política partidária foi a mais abordada, sendo 10 vezes focada no candidato Pedro Uczai (PT), 9 vezes do candidato José Caramori (PSD) e 32 vezes independiam das chapas a abordagem, ou seja, não tratava diretamente das coligações. No dia 25 e 26 de agosto há uma propaganda da coligação “O Povo de novo” (PSD) na capa do jornal, medindo 18 x 12,7 cm².

No mês de setembro foram publicadas 241 matérias na editoria. Dessas, 141 são assinadas, de caráter opinativo e 100 não recebem assinatura, sendo 77 notícias, 14 entrevistas, 14 notas, 1 reportagem e 1 carta. Contém 139 fotos, sendo 29 fotos trazendo a coligação “Aliança pela vida” (PT), 26 com ênfase na coligação “O Povo de novo” (PSD), 67 com vereadores e 17 indiferem são gráficos e ilustrações. Quanto a abordagem, 27 matérias tiveram como fontes a coligação “O povo de novo” (PSD), 18 na coligação “Aliança pela vida” (PT), 23 trouxeram as duas coligações como fontes, mas não falaram especificadamente de uma.

As temáticas trabalhadas nas matérias foram: saúde, educação, infraestrutura, mobilidade urbana, história, políticas públicas, vista em 65 matérias. Já 59 matérias tiveram como fontes vereadores e 49 matérias tiveram equilíbrio quanto ao enfoque. Do total de matérias publicadas no mês de setembro, 137 tiveram caráter de compromisso público.

Na primeira semana de outubro entre os dias 1^a e 7 de outubro, o jornal publicou 79 matérias na editoria de política, dentre as quais: 41 são assinadas, 35 são notícias, 2 reportagens e uma nota. Nelas continuam 40 fotos, sendo 3 da Coligação “O povo de novo” (PSD), 2 da coligação “Aliança pela vida” (PT), 30 sobre vereadores e 5 independiam das coligações. Do enfoque na fonte, 2 matérias falaram sobre a coligação “O povo de novo” (PSD) diretamente e 1 da coligação “Aliança pela vida”. Em 38 matérias encontramos equilíbrio do enfoque quanto à temática e fonte; 33 matérias focaram-se nos vereadores. O compromisso público esteve presente em 40 matérias. Em 39 matérias não encontramos características de interesse público.

Neste período das 79 matérias escritas, 71 falaram sobre política partidária, sendo 3 sobre a coligação “O povo de novo” (PSD), 1 sobre a coligação “Aliança pela vida” (PT), 30 sobre vereadores. Em 37 houve equilíbrio em relação ao espaço destinado às coligações. Em 8 matérias encontramos de outros temas: 1 sobre o governo do estado, 3 sobre trânsito, 2 sobre economia, 1 sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello e 1 sobre políticas públicas. Todas as capas de outubro contém um anúncio do candidato José Caramori, medindo 18 x 12,7 cm².

Alessandro Leão, Valéria Marcondes

Durante o período de análise, a coligação “O povo de novo” obteve mais espaço nas edições. Foi justamente a coligação vencedora do pleito eleitoral, com 57,68% dos votos. Com a vitória, a corrente política com tendência à direita, garante 12 anos de mandato consecutivos na administração municipal.

A análise cobertura jornalística, no período eleitoral 2012, no jornal Diário do Iguaçu, permitiu compreender parte dos processos políticos e identificar a influência dos meios de comunicação no processo eleitoral e na formação da chamada “opinião pública”.

Cabe ressaltar que o jornalismo voltado ao interesse público difere da prática de promoção da imagem pública de empresas, instituições ou pessoas (a assessoria de imprensa e assessoria de marketing). A bandeira de muitos veículos é a imparcialidade e o compromisso com a verdade. Nesta pesquisa, foram observadas matérias ditas jornalísticas que, no entanto eram totalmente tendenciosas, veiculadas com claros posicionamentos políticos e/ou econômicos. Alguns textos ouviram apenas uma fonte, ou abordam somente um lado do tema.

O cenário regional midiático mostra uma evolução positiva das práticas jornalísticas. Porém, são observadas algumas questões quanto à prática e ao conteúdo jornalístico que merecem análise detalhada, que será elaborada no seguimento desta pesquisa.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de conteúdo**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. 2. Ed

HOHLFELDT, Antonio; MARTINHO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.) **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAMOUNIER, Lucia. **Opinião Pública**. In. Enciclopédia INTERCOM de Comunicação. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

MEDINA, Cremilda. Lugar do jornalista: no centro das tensões. In. SEABRA, Roberto; SOUZA, Vivaldo (orgs.) **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SETTI, Ricardo A. **O jornalismo político exclui o grande público**. In: Observatório da Imprensa

SOARES, Murilo César. Formas de representação política. In: **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005, 2ªed. V.1.

VIZEU, Alfredo. O *newsmaking* e o trabalho de campo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Sites:

Código de Ética dos Jornalistas, cap. II, 4. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>. Acesso em 18/07/2013.

ANÁLISE DO DISCURSO NOTICIOSO: A COBERTURA DAS MANIFESTAÇÕES CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS

Ana Carolina de Assis Marinho da Silva¹, Valéria Marcondes²

Aluna do 5º período de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: anacarolinaams@hotmail.com.

² Professora Orientadora - Unochapecó

RESUMO

O discurso utilizado para noticiar um fato ou um acontecimento está carregado de contextos aos quais é pretendido dar forma a uma determinada situação. Neste artigo, foram analisadas matérias jornalísticas sobre as manifestações ocorridas em todo país contra o aumento das passagens do transporte público, exibidas durante a programação do Jornal Nacional, nos dias 06, 10 e 20 de junho de 2013. Os dias foram escolhidos sob o critério de caracterizar a conjuntura dos protestos. O discurso narrado pelos repórteres e âncoras foi analisado com base nas teorias do jornalismo em busca de identificar a forma dada pela emissora aos movimentos. A imagem também foi observada como integrante essencial para estruturação da notícia midiática durante o trabalho, considerando o poder midiático ao unir discurso e imagem na construção de um estereótipo.

Palavra-chave: Manifestações. Passagens. Discurso. Televisão. Jornalismo.

1. INTRODUÇÃO

O Movimento Passe Livre é o núcleo responsável pela organização das manifestações contra o aumento das passagens ocorridas em todo país. Surgiu há mais de 10 anos, e foi em 2013 que o grupo conseguiu, através dos protestos ocorridos nacionalmente, um resultado positivo aos últimos anos de luta nas ruas das principais cidades do Brasil. Por meio da mídia, a sociedade foi e ainda é abastecida de informações sobre os acontecimentos que marcaram e marcam cada passo ou ação do Movimento Passe Livre.

A função deste estudo é analisar o discurso utilizado na cobertura jornalística do programa Jornal Nacional, da Rede Globo, no intuito de identificar a figura, ou estereótipo, aos quais as manifestações criaram forma através das narrativas e das imagens escolhidas pelo telejornal. Por meio do processo de seleção de ângulos, material, texto, enquadramentos e tantos outros objetos de conteúdo que são escolhidos pelo repórter, sob olhar da linha editorial da emissora, estipulado pelo núcleo organizacional da rede de comunicação, o estudo tende a verificar os critérios de noticiabilidade adotados pela emissora Globo diante das manifestações.

A compreensão de uma notícia vai além do simples momento de ler, ouvir ou assistir a um conteúdo jornalístico de um veículo de comunicação. A essência da notícia e seu entendimento estão também na compreensão dos aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais e tantos outros que circundam não só o transmissor como também o receptor da informação. No entanto, estas características citadas ao redor do emissor, no caso o jornalista, tem total influência sobre o processo de seleção da notícia, denominado *gatekeeper*. Este estudo, entretanto, restringe a analisar o conteúdo textual e figurativo, por meio de imagens, e o processo de escolha para criação de um estereótipo durante a transmissão da notícia pelo telejornal.

Desde os primórdios do seu advento, o jornalismo é caracterizado como o porta voz do mundo. Entretanto, teorias como a construtivista ou *newsmaking* e os conceitos debatidos por Lippman em “Opinião Pública”, comprovam que a realidade nem sempre é integral, sendo uma adaptação do fato ou acontecimento, em uma segunda realidade, pois é através do olhar do profissional formado um novo ângulo de visão sobre o assunto debatido, sendo estas comprovações contrárias à teoria do espelho, a qual defende que a notícia é um reflexo fidedigno da realidade.

Com a chegada da modernidade e a capacidade de profissionalização da categoria, o jornalista tornou-se intermediário entre público e os acontecimentos do mundo. Além disto, esta ampliação do campo de conhecimento do profissional trouxe o refinamento nas técnicas de produção da notícia, desde o processo de seleção, ao modo de introdução do produto final ao cotidiano da população.

Outro item considerado neste estudo e bastante representativo no universo jornalístico, e primordial para televisão, é o uso das imagens como meio de transmitir o acontecimento. Esta outra linguagem também se configura como objeto presente no processo seletivo para a transformação

Ana Carolina de Assis Marinho da Silva, Valéria Marcondes

da realidade ou produção da notícia, e participa da avaliação de todos os critérios de noticiabilidade, assim como o conteúdo textual. Assim como diz Joly, as pessoas são “consumidoras de imagens”, demonstrando desta forma a importância de se entender o processo de comunicação e transmissão das mensagens feita através delas. A imagem é um das linguagens ou formas discursivas que são mais dominantes na comunicação contemporânea.

A linguagem é vista neste estudo não como língua, mas enquanto discurso, através da retórica: que lhe cabe “mostrar o modo de construir as palavras visando convencer o receptor sobre determinada verdade” (CITELLI, 2005).

2. METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo dos discursos elaborados e emitidos pelo Jornal Nacional. O material analisado foi um recorte das reportagens exibidas durante a programação do telejornal, nos dias 06, 10 e 20 de junho de 2013, levando em consideração somente as que se referiam às manifestações.

Com base na linguística, sendo a ciência que estuda os fatos da linguagem, em todos os seus parâmetros, seja ele um diálogo, um texto ou uma imagem, através da cognição dos signos que os meios utilizam para elaboração de uma língua, foram realizadas percepções do formato da narrativa utilizada durante a transmissão, embasadas também pelos conceitos existentes nas teorias da comunicação e do jornalismo.

Foi também através da percepção empírica, como uma observadora da linguagem comunicacional, que surgiu a idealização do estudo em questão.

Tendo como método a análise do discurso, prática linguística, dentro do campo da comunicação, analisadora das estruturas textuais para, a partir disto, compreender as construções ideológicas existentes no discurso. Orlandi (2002) afirma que existe “uma passagem inicial fundamental que é a que se faz entre a superfície linguística (material bruto) e o objeto discursivo”, este último sendo identificado como “um corpus que já recebeu um primeiro tratamento de análise superficial, feito em primeira instância pelo analista”. (ORLANDI, 2002, p. 66).

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de ‘realidade’ do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (ORLANDI, 2002, p. 66).

A essência jornalística é o interesse público. É a partir deste pressuposto que foram estabelecidos critérios para identificação do que pode ou não ser noticiado. O inusitado, o diferente, a proximidade e o quantitativo relacionado ao fato, são alguns dos itens seletivos usados para caracterizar uma notícia. Segundo Kunczik (2002), a seleção de notícias restringe o volume de informações; as escolhidas são utilizadas pelos ‘porteiros’ para referenciar o mundo ao leitor. A

preferência por uma, supera a existência da outra, moldando “a imagem que o receptor tem de sua sociedade e de seu mundo”. (KUNCZIK, 2002).

Assim como os jornalistas criam meios para caracterizar e identificar um fato no instante de transformá-lo em notícia, também são usados pelos profissionais, os estereótipos que, segundo Lippmann ([1922], 2010), são imagens construídas pelo indivíduo advindas das influências ao qual o envolve, fortalecidas pela mídia no intuito de auxiliar no reconhecimento imediato do receptor ao ler ou ouvir uma palavra na matéria jornalística. Exemplos disto são palavras e termos como: corrupto; manifestantes; bandido, entre outros. Os estereótipos são artifícios de linguagem que ajudam na compreensão do conteúdo, não sendo necessário contextualizá-lo todas as vezes que for preciso relacioná-lo. A problemática está no papel da mídia no processo de utilização destes estereótipos. A generalização e interligação em um mesmo conteúdo de palavras como “baderna” e “manifestantes” elaboram uma contextualização negativa sobre o assunto retratado.

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. (...) pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura (...) mas também por nossos códigos morais e filosofias sociais, assim como de nossas agitações políticas (LIPPMANN, 2010, p. 85, 86).

Devido a opinião pública ser formada por fragmentos destes estereótipos, uma manipulação midiática, no sentido de elaboração de um material, assim como os cientistas manipulam os elementos químicos para atingir um resultado, poderá levar a uma conclusão precipitada e por vezes negativa do acontecimento pelo receptor, já que a opinião midiática pauta também a opinião pública. De acordo com Lippmann (2010), a chegada da modernidade e conseqüentemente da contemporaneidade fizeram com que isto se concretizasse a partir das rotinas de convivência social do indivíduo que foram moldadas aos novos tempos, impedindo uma atuação mais ativa deste mesmo indivíduo no universo político e social ao qual estava inserido, deixando a papel da mídia a principal fonte de abastecimento informativo. O “pseudoambiente” como o autor denomina a esfera gerada pelo campo midiático são “as imagens criadas indiretamente pela ação da mídia e do noticiário em nossos mapas mentais” (LIPPMANN, 2010). Lippmann ainda complementa afirmando que as imagens estereotipadas da realidade controlam e determinam o sentimento da população “e elas resultam menos da capacidade cognitiva do indivíduo e mais da manipulação e administração do consenso social pelas partes interessadas”, no caso, o meio de comunicação. (LIPPMANN, 2010).

3 RESULTADOS

Partindo dos pressupostos citados anteriormente como: o modo de escolha do fato e o planejamento de um pseudoambiente por parte da mídia, que é tratada como ponte interlocutora entre transmissor e receptor, onde neste percurso estão incorporadas todas as influências pelas quais a matéria bruta passeia até se tornar produto final. E ainda levando em consideração que a imagem também faz parte do mesmo processo de construção pelo qual o conteúdo textual passa,

analisamos o primeiro dia de manifestações contra o aumento das passagens que por obedecer aos critérios de noticiabilidade recebeu destaque nacional, e também importância no telejornal da Rede Globo, Jornal Nacional, no dia 06 de junho de 2013, com a seguinte manchete: “Manifestantes entram em confronto com polícia de São Paulo contra aumento das passagens de ônibus”. A partir da manchete já é possível identificar alguns objetos de linguagem que indicam o posicionamento da emissora, como o uso da palavra confronto, atribuindo ao sujeito, manifestantes, o peso de atuar como provocador do combate. Caso o sujeito polícia fosse posto em lugar de manifestantes, a cognição primária incorporada pelo receptor seria de que agentes da segurança pública atacaram pessoas que protestavam pacificamente, e não o contrário.

De acordo com Citelli (2005), Aristóteles, pai da retórica, aplica ao discurso persuasivo quatro momentos fomentados em sequência. A primeira seria o exórdio, processo introdutório com o objetivo de fidelizar o ouvinte, a exemplo temos: “manifestantes entram em confronto com a polícia”, um título atrativo para o receptor. Em segundo momento sugere a narração, caracterizada pelo andamento argumentativo, no qual os fatos são esmiuçados: “Agora manifestantes são acompanhados pela polícia, o protesto que dura há duas horas reuniu dois mil manifestantes que ocuparam a avenida paulista, em São Paulo (...)”. A terceira instância são as provas, no qual “a credibilidade do argumento fica dependente da capacidade de comprovar as afirmativas” (CITELLI, 2005), são onde entram o utensílio das imagens, como base de apoio para justificação do que é afirmado verbalmente. No exemplo, temos imagens que priorizam a atitude de rebelião dos manifestantes, ao invés dos ataques policiais contra manifestantes e transeuntes presentes no instante do protesto. O quarto e último pressuposto do discurso persuasivo é a peroração, ou seja, conclusão, segundo o autor está neste ponto a última oportunidade para se assegurar a fidelidade do destinatário “A polícia lançou agora pouco, bombas de gás contra os manifestantes para tentar liberar o trânsito, a situação portanto na avenida Paulista ainda é tensa por causa do protesto em relação ao aumento dos preços das passagens”. (CITELLI, 2005, p. 14)

Persuadir é, sobretudo, a busca de adesão a uma tese, perspectiva, entendimento, conceito, etc. evidenciando a partir de um ponto de vista que deseja convencer alguém ou um auditório sobre a validade do que se enuncia (...) Persuadir não é apenas sinônimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o destinatário” (CITELLI, 2005, p. 14, 15).

O estudo da retórica nesta análise é totalmente compatível com o anteriormente afirmado processo de seleção no qual a “organização do discurso”, ou seja, emissora, repórter ou núcleo comunicacional responsável pelo processo de produção do discurso, “o constitui como verdadeiro”, ou seja, cria o pseudoambiente para o receptor da informação. Para Melo, “interpretar significa: identificar ‘causas e motivos’, compreender a ‘significação’, efetuar ‘análises’ e ‘comparações’ e realizar ‘previsões’” (MELO, 2003). Entende-se, portanto, que a interpretação ou entendimento de assunto deve ir além do primeiro olhar apontado pelo produtor da notícia e incumbir ao espectador uma visão mais refinada e estudada ao discurso apresentado pelo transmissor.

3.1 Mediação do Discurso

No segundo conteúdo analisado é iniciado um processo de apaziguamento do discurso, entre o intervalo do dia 06 de junho, início das manifestações, para o dia 10 de junho, outras cidades aderiram ao movimento, além do apoio dado pela população em geral, que aumentava em número a cada ato de manifestação, mesmo os que não participavam das passeatas, em favor das pautas apontadas pelo Movimento.

Na segunda-feira, 10 de junho, foi noticiada a manifestação no Rio de Janeiro e a manchete já mudava o cenário, afirmando: “Manifestantes protestam contra aumento na passagem de ônibus no Rio de Janeiro”, uma substituição é gerida entre os verbos “confrontar” por “protestar”, que remetem ao destinatário visualizações mentais totalmente distintas. No entanto, o texto decorrente ainda apresenta sinais de objetivação de um único ponto de vista, além de generalização ao preferir a utilidade da palavra chave “tumulto” no decorrer da transmissão, quando a âncora, Patrícia Poeta afirma que a passeata está causando “tumulto no centro do Rio de Janeiro”.

No momento em que o repórter, André Trigueiro, posicionado no helicóptero da emissora, sobrevoando a Avenida Presidente Vargas, assume a transmissão, a imagem não compete ao que a âncora havia dito, um trânsito tranquilo é apresentando, apenas com a presença de policiais nos principais cruzamentos do local, em função de patrulhamento. Para ilustrar a narrativa foi necessário recorrer a imagens feitas anteriormente em outros pontos do Rio de Janeiro. Estas imagens de “tumulto” tiveram auxílio de um “off” do repórter, no qual é também inserida a palavra “bloqueio” da avenida por parte dos manifestantes. Novamente a transmissão utiliza da escolha de trechos de imagens, no qual um pequeno grupo de pessoas atiram pedras contra órgãos públicos da cidade, entretanto este enquadramento não é explorado, o reconhecimento do vandalismo foi generalizado atingindo a todos que participaram da mobilização, criando assim um estereótipo através da união de conteúdo textual e visual de que todos os participantes eram vandalismo do sistema.

As imagens fabricadas imitam mais ou menos correctamente um modelo, ou propõem-no. A sua principal característica é então a de imitar com tanta perfeição que elas podem dar a ilusão da própria realidade, sem todavia o serem. Elas são então análogos perfeitos do real(...)A confusão muitas vezes foi feita entre percepção e interpretação. Com efeito, reconhecer este ou aquele motivo não significa que se compreenda a mensagem da imagem no seio da qual o motivo pode ter uma significação particular, ligada tanto ao seu contexto interno como ao do seu aparecimento. (JOLY, 1994, p. 39, 42).

As intenções do transmissor ao agrupar imagem e texto entram no mesmo critério de seleção do que é válido ou adequado à produção da informação pretendida. De acordo com Aumont (2011), nunca foi gratuita a construção de uma imagem, ao contrário, elas sempre foram produzidas, por vezes em larga escala, para um uso determinado, seja ele individual ou coletivo. “Uma das razões essenciais da produção das imagens, provém da vinculação da imagem em geral com o domínio do simbólico, o que faz com ela esteja em situação de mediação entre espectador e a realidade” (AUMONT, 2011).

3.2 Contexto

No terceiro episódio analisado, ocorrido no dia 20 de junho, devido a atual conjuntura das manifestações em todo país inteiro, foi realizado um conjunto de materiais dando foco as principais cidades brasileiras, onde aconteceram protestos. Ao longo de todo o programa foram exibidos 24 materiais sobre as mobilizações e três materiais esportivos sobre a Copa das Confederações. Neste dia, o Jornal Nacional se resumiu a convocações esportivas e de mobilização social.

Para Fairclough (2001) “a exploração de tendências de mudança nas ordens de discurso pode trazer uma contribuição significativa aos debates atuais sobre mudança social” (FAIRCLOUGH, 2001). Por conta da aceitação e maior incorporação da população às passeatas, além do apoio às pautas apontadas pelo Movimento, que transpuseram a barreira das melhorias no transporte público, foi necessário, como um dos motivos, por parte da emissora, tomar para si um discurso aparentemente a favor dos acontecimentos. Assim como explica Barros Filho (1995) em seu estudo sobre Ética na Comunicação:

Elementos formais e de conteúdo do produto mediático informativo fazem crer na ausência (aparente) do autorcodificador, que faz crer na objetividade (aparente), que por sua vez, faz crer na mídia como ‘espelho’ da realidade, e assim sucessivamente. Quando falamos em objetividade aparente, automaticamente falamos em crença, em adesão àquilo que não é, ou pelo menos que pode não ser, e, portanto estamos diante de um dos muitos momentos em que se opera um ‘ilusionismo social’ (FILHO, 1995, p. 76).

Palavras como “pacífico” e “lindo” referindo-se aos protestos e “pequenos grupos” referindo-se aos baderneiros infiltrados no movimento, começaram a se tornar mais frequentes durante a transmissão, além de ter destaque durante a cobertura, em lugar de objetos textuais como “tumulto”; “baderna” e “vandalismo”. Chegando até a usar manchetes enfáticas como: “Belo Horizonte faz manifestação sem nenhum tumulto”. Entretanto imagens de baderneiros degradando patrimônios públicos e privados nas ruas, não deixaram de ser exibidas, apesar da narrativa exaltar que são “pequenos grupos infiltrados” os atores do vandalismo. Quem explica esta estratégia é o autor Fairclough, quando diz:

Os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo de relações de força; pode haver discursos diferentes e mesmo contraditórios na mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposto (1981, p. 101). (FAIRCLOUGH, 2001, p. 130).

Percebe-se, então, a possibilidade de divergências entre discursos iniciais e finais, para um único contexto: as manifestações. No entanto, eles podem pertencer a mesma estratégia midiática de transmissão para se chegar a um objetivo de elaboração de um estereótipo, como por exemplo: as passeatas causam transtornos à população; os manifestantes degradam o patrimônio público, entre outros.

Para Citelli (2005), o discurso televisivo pratica a modalização, que “são textos construídos através de traços estilísticos muito próprios (...) os adjetivos e advérbios se alinham numa sucessão

espantosa”, considerando esta linguagem como uma forma de auxílio para a elaboração destas tipificações aos atos de manifestação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conteúdo analisado e que, como um *gatakeeper*, também foi feito para o estudo, um recorte de elementos utilizados em coberturas específicas, pode-se afirmar que o estereótipo ligado à palavra “manifestantes” continuou sendo interligado à outra estrutura textual: o “vandalismo”, generalizando todo o movimento. Mesmo após uma mudança de discurso, no qual não era afirmado diretamente e nem genericamente esta afinidade entre os contextos, pois como vimos, foram modificadas algumas palavras para amenização da narrativa, mesmo assim, foi perceptível através do auxílio de imagens que a estratégia comunicacional não foi alterada.

De acordo com os estudos de Fairclough (2005), ficou entendido que a narrativa pode transmutar-se de um sentido para outro, no entanto sem perder a estratégia principal. O que podemos considerar características de um jornalismo opinativo e persuasivo, como embasado pelos autores Citelli (2005) e Melo (2003). Sendo assim fora dos padrões divulgados pela emissora, através do endereço eletrônico, no qual afirma que umas das características tão discutidas no jornalismo, a isenção, é algo inatingível, mas que o órgão comunicacional deve se aproximar ao máximo, para não perder a essência jornalística.

Assim como existe o subjetivismo envolvendo o transmissor, há também, as influências que estão ao redor do receptor, recodificado a mensagem transmitida. O estudo dos signos e das mensagens, caracterizado como semiótica, afirma que a “resposta a um texto sempre é outro texto, um outro sistema de signos” (HOHLFELDT, 2007). A semiótica ou análise das mensagens, linguagens e comunicação estão totalmente intrínsecas à cultura, tanto internas, quanto externas dos indivíduos envolvidos no processo comunicacional, relacionados aos atos de quem produz, reproduz e recebe a informação transmitida. A análise desta recodificação identificaria se a linguagem ou o formato do discurso noticioso, produzido durante a cobertura das manifestações, atingiu o objetivo pretendido, de igualar ou estereotipar vandalismo aos atos de democracia presenciados pelo país e pelo mundo. Por tanto, só podemos comprovar com este estudo, que a manipulação, no mesmo sentido citado anteriormente de junção de fórmulas para a criação de um produto, no caso a notícia, foi usado pelo telejornal para fixação de um estereótipo a ser encaminhado pela mensagem midiática.

É perceptível que a cognição dos elementos apresentados pelo veículo de comunicação e seus produtores ao formular ou elaborar um contexto estereotipado deve ser estritamente analisado e compreendido pela sociedade, para que os danos de persuasão sejam menos adquiridos pelo público receptor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ana Carolina de Assis Marinho da Silva, Valéria Marcondes

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. 16ª edi. Campinas, SP. Papirus, 2011.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 16ª edi, 3ª impr. São Paulo, SP. Editora Ática, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 2001.

FILHO, Clóvis de Barros. **Ética na Comunicação: Da Informação ao Receptor**. São Paulo, SP. Editora Moderna, 1995.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; VEIGA, Vera F. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. Lisboa, Portugal. Edições 70, 1994.

MELO, José Marques. **Jornalismo Opinativo: Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro**. 3ª edi. Campos do Jordão, SP. Editora Mantiqueira, 2003.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2ª edi. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2010.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação**. 1ª reimpr. São Paulo, SP. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 4ª edi. Campinas, SP. Pontes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Vol. II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2ª edi. Florianópolis, SC. Editora Insular Ltda, 2008.

DISCURSOS E MEMÓRIAS DA PUBLICIDADE EM CHAPECÓ - SC

Valéria Marcondes¹, Juceli Morello Lovatto², Dirceu Hermes³,
Daniel Moreira⁴, Bruna Sbardelotto⁵, Henrique Zorzi⁶

¹ Doutora em Comunicação, professora e orientadora das pesquisas do NIC
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Email: leriamarcondes@hotmail.com

² Mestre em Comunicação. Professora da Unochapecó, coordenadora das pesquisas do NIC

³ Mestre em Comunicação. Professor da Unochapecó, orientador das pesquisas do NIC

⁴ Acadêmico de 3º período de Jornalismo da Unochapecó

⁵ Acadêmica do 8º período de Publicidade e Propaganda da Unochapecó

⁶ Acadêmico do 4º período de Produção Audiovisual da Unochapecó

Fonte de financiamento: Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina

RESUMO

O estudo da história da publicidade e propaganda ajuda a compreender o processo pelo qual a sociedade, em determinados períodos e contextos, define os instrumentos e as formas de publicização de produtos, bens de consumo e valores socioculturais específicos. O presente artigo relata alguns resultados das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Iniciação Científica em Memória da Publicidade e Propaganda em Chapecó – SC, coordenado por professores pesquisadores da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. A história da Publicidade e Propaganda em Chapecó conta com registros ainda incipientes. É objetivo do Núcleo o levantamento e registro das memórias individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos na construção do campo publicitário em Chapecó. O registro de memórias destes sujeitos contribui para conhecer o passado, construir o presente e planejar o futuro.

Palavras-chave: Publicidade e Propaganda. Memória. História

1. INTRODUÇÃO

Fruto da necessidade de conhecer e compreender a história regional e resgatar as memórias individuais e coletivas no que tange à Publicidade, o Núcleo de Iniciação Científica em Memória da Publicidade em Chapecó – SC, investiga a trajetória da publicidade e propaganda naquela cidade, localizada no Oeste de Santa Catarina, desde a década de 1980, época do surgimento das primeiras agências, aos dias atuais. A pesquisa visa o levantamento histórico do cenário de criação da publicidade e propaganda em Chapecó para criação de uma base de dados.

As pesquisas do Núcleo são desenvolvidas por meio de entrevistas semi-estruturadas com os proprietários de agências de publicidade e propaganda da década de 1980 e atuais, a fim de registrar a memória individual e coletiva daquele e deste grupo de profissionais. As entrevistas visam levantar aspectos históricos sobre o desenvolvimento da publicidade local. A entrevista semi-estruturada oferece liberdade para que sejam explorados pontos de interesse durante a entrevista oral (GIL, 1994).

Durante o ano de 2012 e 2013 o Núcleo de Iniciação Científica da Unochapecó Memória da Publicidade e Propaganda em Chapecó-SC realizou entrevistas com profissionais pioneiros da publicidade na cidade de Chapecó, com o intuito de resgatar e registrar a memória destes personagens. Conforme descreve Halbwachs (2006), entendemos a relevância da memória coletiva para a compreensão de fatos e cenários sociais. As entrevistas feitas pelo Núcleo visaram à contextualização dos aspectos sociais em que a publicidade da região esteve inserida.

2. METODOLOGIA E TÉCNICA

As entrevistas são base para esta pesquisa. A coleta de dados se dá por meio dos testemunhos orais dos sujeitos envolvidos com a publicidade em Chapecó, na década de 1980. Enfatizamos que o levantamento da história de maneira oral é realizado de forma a preservar e oferecer total liberdade para que o entrevistado exponha a opinião acerca da temática abordada, uma vez que estes testemunhos são representações do passado, conforme o entendimento de Meihy e Holanda (1996).

De acordo com estes autores, “a história oral implica a percepção do passado com algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral.” (MEIHY; HOLANDA, 1996, p. 13). Seguindo suas concepções metodológicas, dentre as modalidades de história oral (história oral de vida, a tradição oral e a história oral temática), optamos pela história oral temática, já que se relaciona com um período ou com um tema dentro da vida do depoente, no caso o contexto e lugar de participação dos sujeitos na criação das primeiras agências de publicidade de Chapecó. Conforme Meihy e Holanda (2007, p. 33), a história oral temática busca a compreensão social através das narrativas legítimas do sujeito que vivenciou determinado fato ou acontecimento, ainda que os elementos externos possam ser contestados pelo entrevistador.

Para realização das entrevistas, utilizamos roteiro elaborado com base nos critérios constantes no projeto para captação das narrativas para a abordagem do tema, quais sejam: foco no contexto profissional e nos cenários econômico, social e cultural da época.

As entrevistas são gravadas em vídeo, nos estúdios da Unochapecó. A gravação em vídeo facilita a condução das entrevistas e permite focar-se nos detalhes das narrativas, sem perder informações. A pretensão é que os dados coletados sirvam de base para criação e alimentação de um banco de dados que permitirá cruzamento de informações e facilitará a preservação da memória regional, além de servir de base para futuras pesquisas científicas.

Além do procedimento qualitativo da história oral, tomamos como base a obra *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs, de 1968, por compartilhamos da noção de que mesmo a memória particular remete a um grupo. Neste sentido, as lembranças individuais dos sujeitos envolvidos em agências de publicidade e propaganda de Chapecó, bem como os demais profissionais que atuam na área, contribuem para a construção da memória coletiva referente ao contexto de nascimento das primeiras agências de publicidade de Chapecó.

Em prefácio, a obra de Halbwachs (2006), escrito em 1990, Jean Duvignaud afirma que a recordação e a localização (em última instância, a memória) estão ligadas aos contextos sociais. Estes servem de baliza à reconstrução da chamada memória. O depoimento da testemunha só tem sentido em relação a um grupo do qual esta faz parte, porque pressupõe um evento real vivido outrora em comum e depende do contexto de referência no qual atualmente transitam o grupo e o indivíduo que atesta aquele depoimento.

Memórias individual e coletiva são complementares e negociadas entre diferentes grupos sociais. A memória histórica é perpassada por aquelas memórias. Em Halbwachs (2006) há uma distinção entre memória histórica e memória coletiva. Aquela pressupõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado. A memória coletiva recompõe o passado. Entre ambas, as direções da consciência coletiva e individual se desenvolvem as diversas formas de memória, que se alteram conforme as intenções por elas visadas.

Segundo Halbwachs, história não é memória já que existe uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores de acontecimentos que nela são relatados. Não há como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam seu impulso no passado, pois só temos influência sobre o presente.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos: a) ela é uma corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. A história divide a sequência dos séculos em períodos e introduz divisões simples na corrente dos fatos. Ela encara cada período como um todo, independente do que o precede e do período seguinte. Na memória coletiva, estas separações e limites são tênues. O presente ano se opõe ao passado na memória coletiva, como quando dois períodos históricos vizinhos se distinguem; e b) existem muitas memórias coletivas. (HALBWACHS, 2006, p. 105).

As múltiplas memórias coletivas têm como suporte (cada uma delas) um grupo (ou grupos) limitado no tempo e no espaço. Justamente porque a memória de um indivíduo ou de um país

está na base da formulação de uma identidade, é que a continuidade é vista como característica marcante. A História, por outro lado, encontra-se pautada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação, o que para Halbwachs faz das memórias coletivas apenas detalhes. O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Esse gênero de avaliação acontece quando não se leva em conta o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou que existiram, para os quais, ao contrário, todos os acontecimentos, lugares e períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetados da mesma maneira (HALBWACHS, 2006, p. 106).

A memória histórica é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país. O próprio termo “memória histórica” seria uma tentativa de aglutinar questões opostas, mas para entender em que sentido a História se opõe à Memória é preciso que se atenha à concepção de História por ele empregada.

A história de uma nação pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo, daí a diferenciação estabelecida por Halbwachs entre Memória e História.

A história se interessa pelas diferenças e oposições. Apesar das diferenças importantes, na memória coletiva, as semelhanças passam ao primeiro plano. No momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história deixa passar esses intervalos em que aparentemente nada acontece, em que a vida se limita a se repetir, de formas um tanto diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura nem perturbação. (HALBWACHS, 2006, p. 108).

A história examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que de modo geral, é bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um painel de semelhanças, é natural que se convença de que o grupo permaneça, ou tenha permanecido o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos dos grupos com os outros. (HALBWACHS, 2006, p. 109).

O estudo da história da propaganda em Chapecó ajuda a compreender o processo pelo qual a sociedade, em determinados períodos e contextos, define os instrumentos e as formas de publicização de produtos, bens de consumo e valores visando.

3. OLHARES SOBRE A PUBLICIDADE EM CHAPECÓ NA DÉCADA DE 1980

Em Santa Catarina a história da publicidade ainda é muito recente, especialmente na Região Oeste, onde a colonização se desenvolveu tardiamente em relação à ocupação de áreas de regiões

do Sul da Brasil, como Serra Gaúcha, por exemplo. Se nas regiões centrais do Brasil, a publicidade começa a ser registrada por volta de 1913, em Chapecó o surgimento das primeiras agências de publicidade ocorre ainda mais tarde, por volta de 1980.

As primeiras agências de publicidade de Chapecó se estabelecem em meados dos anos 1979-1980, não por acaso, nessa época, a região passa por um momento de rápida expansão econômica. Segundo Wagner (2005), entre 1970 e 1980 Chapecó dá um salto extraordinário de desenvolvimento, tornando-se uma das maiores potências econômicas do estado de Santa Catarina. Fato que demonstra a expansão é que a área urbana passou de 18.668 habitantes para 55.269 sendo que o município passou a ter 83.768 habitantes, no período.

Para Hartmann (2007, p. 52-53) a década de 1980 é decisiva para a história da propaganda em Chapecó – SC: o setor era lançado ao mercado de maneira positiva, era uma cidade que estava em pleno desenvolvimento, sendo reconhecida como uma localidade promissora, pois estava em fase de crescimento. Segundo a autora, essa é uma fase de extrema criatividade e aprendizado, tanto na publicidade nacional quanto regional. O varejo vivia a época da alta inflação, um produto que se comprava por um preço num dia no outro já tinha outro valor, trabalhar com varejo naquela época era um grande desafio. O Brasil possuía 113 emissoras de TV, assistidas por mais de 20 milhões de pessoas em aparelhos de televisão e uma audiência nacional potencial de 100 milhões de compradores: era o auge da televisão no Brasil.

Em Chapecó a expansão econômica da cidade foi fator fundamental para o desenvolvimento da propaganda local, que hoje não atende apenas as demandas regionais, mas, que pela qualidade de produção, exporta trabalho para as outras regiões do país.

Traçando um paralelo entre o desenvolvimento de Chapecó e da publicidade, percebe-se que o crescimento econômico da cidade possibilitou o nascimento efetivo da publicidade local. Apesar das dificuldades, o caminho da publicidade chapecoense foi aberto a partir da década de 1980. A exploração deu-se em decorrência de diversos fatores que contribuíram para o desenvolvimento, fatores que funcionavam muito mais como incentivos. Era a certeza de que a publicidade poderia evoluir muito devido às condições favoráveis propiciadas por um mercado emergente agroindustrial que pautava a instalação e crescimento de outros ramos empresariais.

3.1 O surgimento das primeiras agências

A história da publicidade em Chapecó começa a ser construída em 1970 com o surgimento do que se pode considerar a primeira Agência de Publicidade da cidade, a Oeste Propaganda (HARTMANN, 2007). Antes disso, comum era a venda direta de espaços publicitários de veículos de comunicação aos anunciantes. Conforme Hartmann, as agências de publicidade que surgiram na sequência eram geralmente formadas por profissionais registrados como autônomos que se intitulavam de agência. É aí que surge um termo utilizado para designar esses profissionais a “eugência” que consistia num profissional que prospectava, atendia, planejava estratégias, definia as mídias, criava e produzia a comunicação.

Não havia naquele momento grande preocupação com a qualidade, nem com a estética. Havia uma carência enorme de profissionais qualificados. Na verdade não existiam profissionais formados especificamente na área de publicidade, o que havia eram pessoas que traziam os conhecimentos obtidos nos próprios veículos de comunicação, o que contava era a experiência de mercado.

A estrutura das primeiras agências de publicidade de Chapecó contradizia o contexto nacional onde as agências possuíam vários funcionários, um para cada função, ou seja, atendimento, criação, planejamento, mídia; havia um acúmulo de funções por parte dos profissionais de Chapecó, as empresas possuíam, no máximo, três ou quatro colaboradores, pois o custo para manter a estrutura na área de comunicação era muito alto para o padrão de mercado.

Na década de 1980 não existiam produtoras na cidade, então todo o trabalho era realizado dentro da agência, e com o uso limitado de tecnologias, a criatividade se desenvolvia basicamente no desafio de criar efeitos ousados manualmente, uma vez que não eram utilizados computadores, não existiam programas e aplicativos que permitissem a infinidade de possibilidades que existem atualmente. A tecnologia era escassa devido ao alto custo de ferramentas como computadores, impressoras e câmeras.

É nesse contexto que surgem, depois da Oeste Propaganda de Plínio Ritter, as agências TVC Propaganda sob responsabilidade de Telmo Camargo, a RS Propaganda, agência que tinha Renato Oliveira como responsável, a Estúdio Três dos sócios Gilmar Paloschi, Ernani Rigon e Nilton Flores, agência que não obteve muito sucesso, pois tinha ideais que iam além do tamanho do mercado. Posteriormente, vieram a Birô Publicitário, uma agência que também encontrou dificuldades na manutenção da estrutura. Em 1985 surge a Art e Manha, agência que foi renomeada e é conhecida hoje como T12. O principal responsável pelo desenvolvimento dessa agência é Auro Pinto, no início com o apoio de dois sócios, Ferrari e Grandó e, posteriormente, apenas mantida por Auro Pinto. Ainda houve no final da década de 1980 a instalação da Demanda Propaganda, que migrou de Porto Alegre (RS) para Chapecó e que trouxe junto a produtora Objetiva Filmes.

4. LINGUAGENS (IN)FORMAIS E TRANSLINGUAGEM NA FALA DOS ENTREVISTADOS

A história, ao ser relatada, traz os mais diversos tipos de sentimentos por parte de quem conta compartilhando com quem ouve. Mas é esse sujeito emissor, sujeito ativo que ao trazer os aspectos que foram marcando a trajetória profissional vão desvelando sonhos, realizações e frustrações de um passado que ainda vive na lembrança e em alguns registros.

Os textos verbais trazem a marca de quem enuncia, os não-verbais dão lugar a reminiscências que traduzem realidades do cotidiano ou da história, sem artifícios de embelezamento padronizados, uma vez que são frutos de entrevista presencial. O traço emotivo e saudosista, muitas vezes, compõe registros que ultrapassam a mera formalidade do discurso verbal. Entra um aspecto até então não comentado: a translanguagem.

Se Bakhtin (1992, p.30) considera a translinguística como a teoria do papel dos signos na vida e no pensamento humanos, e da natureza do enunciado na linguagem a translanguagem dá conta de um vazio que se instala no estudo das linguagens, uma vez que os estudos linguísticos e semióticos

evoluem, mas não têm dado conta de alguns processos instaurados com o advento de propostas mais humanizadas de educação e de leituras de mundo. Nessa perspectiva, a translíngua é a aura que envolve as línguas verbal e não-verbal. É uma espécie de invólucro luminoso que possibilita fazer leituras mais completas e mais complexas, a partir dos elementos verbais, não-verbais, contextuais e conjunturais. Não fosse assim, onde colocar a diagramação, a priori, caótica.

A área de comunicação é demasiadamente rica em detalhes dessa natureza. A publicidade, filha ainda adolescente da categoria da comunicação, pela natureza versátil, ágil, surpreendente, inovadora, move-se por conceitos ainda reducionistas e limitados, o que força-nos a enquadramentos generalistas. Toda a análise pauta-se em abordagens linguísticas, não menos importantes, mas ainda vagas nos conceitos analíticos específicos da linguagem publicitária. Até mesmo a Semiótica, ancoradouro para a análise de imagens, decorre da teoria linguística.

Max Ceschi, já anuncia o novo tempo mercadológico, sem a preocupação com a teoria, mas com a prática. “Com a inserção da Vox Brasil no mercado de áudio, como produtora de áudio, a possibilidade então de se poder produzir um jingle aqui era muito legal. O processo criativo é sempre o mesmo, o processo não muda, o que muda são as fontes de informação. Na época, obviamente, nós não tínhamos esse acesso que temos hoje, o “São Google” que você bate e tudo aparece ali, que deve servir como referência, eu pondero, ser uma ferramenta importantíssima, fundamental de pesquisa, e não podemos fugir dela, mas, ao mesmo tempo, na época nós não tínhamos isso, e quais eram as referências? Era o que agente assistia na televisão.”

Nos textos registrados, uma marca presente é o rosto com olhares marcantes que transcendem ao momento presencial, é como se o olhar reunisse anos de vida, de luta, de esperança, de sonhos... O olhar não se dirige a um ponto determinado, o passado é o ponto. Homens de coragem que sobreviveram ou sobrevivem às mudanças tecnológicas e que vão relatando a experiência sempre apontando para essas mudanças. Mas o sonho não morre... É uma força semiótica que consiste em “jogar com os signos ao invés de destruí-los, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma, instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas.” (BARTHES). Essa representação aparece na fala de Jorge Furtado: “Ousar é sempre interessante e fundamental. A propaganda precisa surpreender, um comercial com um pouco de sentimento, um sorriso, um detalhe e só, é isso que ficará marcado”.

A sutileza presente no conjunto que compõe cada entrevista contracena com o efeito oriundo do das lembranças. Há, por trás de uma produção aparentemente simples, um universo de múltiplas facetas, como na fala de Luzi Léa Sturmer: “Esse comercial do Posto Iguaçu, acho que foi um marco para a época. Imagina, tinha trilha sonora, coisa que na época ninguém sabia o que era. Tinha uma musiquinha, tinha a guria que falava ‘uau’. Então assim, era, sabe,... aquela minha piscada, ou sei lá, que eu faço, aquele movimento de cabeça que eu faço para os dois...”

A entrevista que foi concedida e depois transcrita tem uma narrativa solta, com relatos que na mídia atual, entraria, talvez, em choque, cômico-trágico ou de relance, com omissões de nomes, fatos, depoimentos. Há uma expressão forte no olhar e nos gestos das mãos da entrevistada, que ao contrário do que se faz, hoje em dia, editando-se as fotos, as marcas corporais reafirmam o teor

das colocações, colocando-se como sujeito onipresente e ativo e estendendo, a outros, a história de um tempo recente, mas já passado! Isso porque o vídeo foi recuperado.

No mundo da leitura, as possibilidades se apresentam de diversas maneiras para incursionar na análise: entrevistas analisadas na íntegra, pequenas ou longas, verbais, não-verbais, segmentadas, em partes, no contexto, no conjunto, na ordem de interesse, da necessidade ou por prazer. Em princípio, a análise restringiu-se a focos temáticos e registro dessa história oral, doravante a pesquisa transgride o pretexto inicial para adentrar no *discurso* analítico, uma vez que todo o objeto de pesquisa se desenha a partir de proposições iniciais, mas, raramente, pousa nesse limite, visto que ele mesmo, o objeto, é transgressor de si mesmo. Os sujeitos envolvidos dinamizam a proposta e alteram dinâmicas pré-definidas. Que temas são abordados e de que forma? Partindo de um objeto referente, o convencional não tem espaço. Uma estética própria define o layout imagético que se concretiza em dizeres como de Plínio Ritter, fundador da primeira agência de publicidade de Chapecó “Não, não tinha o que copiar das grandes cidades. É aquilo que eu sempre falo. Você tem que adequar o comercial, pelo perfil do consumidor. O mercado era que ditava.”

Ao analisar as relações de vínculo entre os textos verbais e não-verbais que propiciam a efetivação da comunicação, as entrevistas mantêm fortemente a relação entre as duas formas de linguagem, a fala e as emoções que fluem. Na fala de Wilson Tonin, uma busca da memória: “Eu acho que a publicidade esta muito bem mais evoluída, hoje você tem mais gente para trabalhar, cabeças para pensar, equipamentos para produzir. Antigamente era muito mais difícil isso, não existia essa facilidade que tem hoje, tudo tinha que sair da sua cabeça.... Antigamente um diretor de fotografia profissional, tínhamos que ir buscar em Florianópolis, um editor de imagem também tínhamos que buscar em Florianópolis, então você gastava para trazer ele, e ainda tinha que pagar o cachê, alguns equipamentos também tínhamos que buscar fora.”

A citação traz um apontamento importante, tinha de “estar em sua cabeça”. No paradoxo tecnológico, estamos cada dia mais informados e menos ligados! Cada vez mais conectados e mais sós! Cada um produz um aspecto que tenta depois “encaixar” as peças. Essa dicotomia, distancia o conceito de todo, inclusive na publicidade. A divisão em setores, divide tarefas, distancia conceito.

Os textos trazem a marca da historicidade, de dados informativos consistentes, garantindo um aporte conteudístico significativo e de caráter mais perene, de forma que, parodiando, Bakhtin “a lingüística faz parte do estudo das ideologias, pois ‘o domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos’, e para além do tempo presente. Na menção de Régis Rocha, chama a atenção o fato da segmentação publicitária: “[...] Hoje ainda é pesado, mais naquela época, nossa, dava para contar nos dedos assim os clientes que anunciavam em televisão, então tinha que ser uma coisa bem legal, e chamava atenção, hoje poluiu muito os veículos de comunicação, hoje tem diversas formas de chegar até o cliente, internet, rádio, jornal, televisão. Hoje tenho clientes na minha agência que só fazem um canal de televisão, não faz outro, faz só jornal ou só faz rádio, eu tenho cliente que só faz outdoor e ele tem resultado, então segmentou, o mercado segmentou muito.”

E vai além, mostrando a credibilidade da publicidade há alguns anos: “Naquela época, nossa, era um case, vinha aquele monte de mercadoria, o Plínio largava as campanhas dois ou três dias

na televisão, era uma fila nas Casas Neri. Eu não conseguia entender, o pessoal gostava de preço, hoje já não. Hoje o pessoal quer preço, qualidade e atendimento.”

O discurso utilizado pelos entrevistados, pelos dizeres e pela natureza de sua constituição caracterizam um tempo em que planta a história da Publicidade e Propaganda em Chapecó ao mesmo tempo em que analisa o tempo presente, como na fala de Auro Pinto “Eu acho que a publicidade esta muito mais evoluída. Hoje você tem mais gente para trabalhar, cabeças para pensar, equipamentos para produzir. Antigamente era muito mais difícil, não existia essa facilidade que tem hoje, tudo tinha que sair da sua cabeça...”.

Essa fala, também é respaldada por Wilson Tonin: “Antigamente um diretor de fotografia profissional, tínhamos que ir buscar em Florianópolis, um editor de imagem também tínhamos que buscar em Florianópolis, então você gastava pra trazer ele, e ainda tinham que pagar o cachê, alguns equipamentos também tínhamos que buscar fora.”

Mesmo assim é necessário “catalizar y participar en la producción de cambios, además de vivir satisfactoriamente ese proceso, exige una educación permanente. En los tiempos que vienen no se tratará ya de aprender y cambiar para vivir o sobrevivir, sino, principalmente de viver e aprender para cambiar y ser capaz de participar en los procesos de transformación de la realidad.” (PRENAFETA, p. 109)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicidade, como outros campos profissionais, adapta-se às configurações estabelecidas pelo mercado e pela sociedade. Assim como a publicidade é um meio utilizado para mudar comportamentos ou ideias, ela também é mutável: modifica o mundo a sua volta e também se modifica com ele.

O que caracteriza o início da publicidade chapecoense é o fato de ter sido de muito aprendizado e muito esforço para os profissionais de propaganda que estabeleciam pioneiramente um segmento até então inexplorado regionalmente, mostrando capacidade de superar obstáculos e de evolução constante.

A profissionalização do mercado publicitário por meio da formação acadêmica é muito recente e gradativamente se sobrepõe à amadora. Mas, foi um momento decisivo, muito importante para o segmento em Chapecó e região, o fato de ser pioneiro já é algo complicado, quanto mais numa área na qual não se tinha muito conhecimento. Cabe destacar o grande valor que esses pioneiros tiveram e têm para a publicidade regional, a visão dessas pessoas foi o que impulsionou a publicidade e, atentos às novas demandas evoluem nos processos tecnológicos e de inovação.

Embora não tivessem muita preocupação com pesquisa e estudo de mercado, as empresas locais já mostravam a preocupação em buscar a diferenciação no mercado, surgindo a necessidade de criar logotipos, embalagens e estreitar a relação cliente/empresa por meio de uma comunicação direta e eficaz com o público-alvo. Para muitos anunciantes essa estratégia deu certo, tanto que, com investimento contínuo em comunicação, anunciantes que ajudaram a impulsionar a publicidade chapecoense, continuam vivos no mercado. Isso não significa que a publicidade resolva todos os

problemas de uma empresa, mas uma organização e uma marca forte dependem, sim, de uma comunicação eficaz, e a publicidade participa desse processo.

Há ainda muitos outros aspectos e informações da publicidade em Chapecó que merecem o cuidado na busca de informações e de novas pesquisas, mas, a imagem principal que fica do estudo realizado até o momento é que Chapecó não é só um polo econômico e agroindustrial, mas é um centro de pioneirismo, com empreendedores visionários como os que deram início ao segmento publicitário na região, talhados pela criatividade, pelo empenho e pela perseverança.

REFERÊNCIAS:

- ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó, Argos, 2002.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo, Cultrix, s.d.
- Bakhtin, Robert. **Da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo, Ática, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006 [1968].
- HARTMANN, Marciane Maria. **Memória da Publicidade em Chapecó - SC**. 2007. Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2007.
- HERMES, Dirceu (Org.). **Mídia educação e cultura: múltiplos olhares sobre a comunicação regional**. Chapecó: Argos, 2006.
- LOVATTO, Juceli Morello. **A estreita (e difícil) relação entre a linguagem e os comunicadores em saúde**. Grifos. p. 127- 141 n. 8, jun. 2000, p. 127-141.
- MALANGA, Eugênio. **Publicidade: uma introdução**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1979.
- MARCONDES, Pyr. **Uma história da propaganda brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral. Como fazer, como pensar**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. v. 1.
- PRENAFETA, S. J. **Situación del Periodismo Científico y Educativo en Chile**. *Comunicação & Sociedade*, 14, pp.109.
- SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria técnica e prática**. 7 ed. São Paulo: Pioneira Tomhson Learning, 2002.
- STUMPF, Alexandro. **TV Cultura: o marco da publicidade na televisão em Chapecó (SC)**. 2006. 119 f. Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2006.
- WAGNER, Altair. **E...Chapecó levantou vôo**. Florianópolis – SC: De letra 2005.

O PLURALISMO JURÍDICO E O ACESSO À JUSTIÇA DIANTE DO FENÔMENO DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla¹

Núcleo de Iniciação Científica Cidadania e Justiça na América Latina,
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: caovilla@unochapeco.edu.br

Fonte de Financiamento: Bolsa de Pesquisa Iniciação Científica com recursos do artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina

RESUMO

A proposta de estudo nasce de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Iniciação Científica: Cidadania e Justiça na América Latina, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Utilizou-se de pesquisa bibliográfica. O pluralismo jurídico é um tema de relevância inquestionável, especialmente na América Latina, vez que se trata de uma sociedade dominadora e excludente. Assim, é imperioso pensar novas formas de emancipação e autonomia, a fim de legitimar os direitos dos cidadãos, sejam individuais ou coletivos. O artigo propõe a compreensão acerca do pluralismo jurídico e do acesso à Justiça na América Latina, frente à necessidade de uma nova postura dos sujeitos na efetivação dos direitos na sociedade contemporânea. O objetivo do estudo é analisar o pluralismo jurídico como vertente do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, a partir da crise do direito na atualidade, bem como contextualizar o direito de acesso à Justiça numa concepção ampla, garantidora da inclusão e da efetivação da cidadania. O modelo hegemônico de bases elitistas oriundas do modelo colonizado da América Latina, não atende a realidade contemporânea, portanto, é preciso criar uma nova cultura no direito e especialmente no sistema de Justiça brasileiro. O Pluralismo Jurídico e o acesso à Justiça traduzem-se em dois mecanismos importantes de efetivação de direitos aos menos favorecidos, no resgate dos direitos individuais coletivos e difusos que vem sendo suprimidos pelo monopólio do Estado.

Palavras-chave: Pluralismo Jurídico. Acesso à Justiça. Novo Constitucionalismo Latino Americano.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o pluralismo jurídico vem ocorrendo ao longo dos anos e pode ser compreendido de diversas formas. Trata-se de um tema de relevância jurídica incontestável e uma importante linha de pesquisa nas diversas escolas de Direito do país e do mundo, especialmente diante da dificuldade de efetivação de direitos na América Latina. Assim, é necessária uma nova compreensão do direito, novas formas de emancipação social numa sociedade que ao longo dos anos teve seus direitos suprimidos, esquecidos e sonegados. A proposta do pluralismo jurídico e do acesso à Justiça é diferente, preocupa-se com a realidade e a necessidade de transformação dessa sociedade.

Fundamenta-se na perspectiva de entender como o Pluralismo Jurídico e o Acesso à Justiça podem contribuir para uma nova postura do cidadão no âmbito da efetivação dos direitos e deveres na sociedade contemporânea, em uma perspectiva de baixo para cima⁴, resgatando o verdadeiro significado da Justiça, qual seja: a emancipação do sujeito na sociedade.

Sem a intenção de esgotar o tema, o trabalho está dividido em três partes: realizar-se-á em um primeiro momento um breve resgate histórico do Pluralismo Jurídico, em contraponto ao Monismo Jurídico, diante do esgotamento do modelo de Estado hegemônico e comprometido com os interesses das classes dominantes, indiferentes à realidade e as mudanças sociais.

No segundo momento, analisa-se o pluralismo jurídico na perspectiva dos estudos do professor Antonio Carlos Wolkmer, em sua obra: Pluralismo Jurídico – fundamentos de uma nova cultura no Direito, que propõe como novo paradigma, um pluralismo jurídico-político do tipo emancipatório, democrático e participativo, rompendo com a matriz hegemônica das elites.

Por fim, no terceiro momento, analisa-se o pluralismo jurídico e o acesso à Justiça na América Latina, como uma possibilidade de rompimento do paradigma dominante e excludente, por meio dos novos movimentos sociais politicamente organizados e, as grandes transformações na sociedade protagonizadas por esses novos atores sociais.

2 PLURALISMO JURÍDICO

2.1 Aportes teóricos acerca do pluralismo jurídico

A discussão acerca do Pluralismo Jurídico não é nova, no entanto, nas últimas décadas aparece renovada, a partir do protagonismo popular que vem ocorrendo nos países latino-americanos, por meio do fenômeno sócio-político e jurídico chamado Novo Constitucionalismo Latino-Americano⁵, que desencadeou uma proposta contra-hegemônica a partir das novas Constituições Latino-Americanas da Colômbia (1991), Venezuela (1999), Bolívia (2009) e do Equador (2008). Essas novas constituições rompem com o Constitucionalismo tradicional, conservador, dominante, de matriz hegemônica e elitista.

O Pluralismo Jurídico surge, portanto, a partir do momento em que o homem deixa de ser nômade e passa a viver em grupos, tornando-se imprescindível normas reguladoras desses novos sujeitos, pois o direito não consegue ter validade frente ao grande espaço territorial para atender a

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

grupos estritamente locais, tendo em vista a grande multiplicidade de direitos existentes. Ressalta-se nesse contexto a influência da igreja⁶ e a importante contribuição do Direito Romano para o desenvolvimento das instituições jurídicas (MALISKA, 2009).

Nos últimos anos o Pluralismo Jurídico⁷ na América Latina aparece com força renovada, devido às lacunas promovidas pelo Estado, cuja desigualdade social propicia a criação de normas paralelas ao direito oficial, vez que o Direito é reduzido a meras formalidades e a população vive nesse descompasso, a mercê das elites que colonizaram e introduziram seus costumes nos países latino-americanos, em que os direitos das pessoas foram suprimidos, ou apenas parcialmente reconhecidos. Nesta linha Boaventura de Souza Santos esclarece:

Contrariamente, la voluntad constituyente de las clases populares, en las últimas décadas, se manifiesta en el continente a través de una vasta movilización social y política que configura un constitucionalismo desde abajo, protagonizado por los excluidos y sus aliados, con el objetivo de expandir el campo de lo político más allá del horizonte liberal, a través de una institucionalidad nueva (plurinacionalidad), una territorialidad nueva (autonomías asimétricas), una legalidad nueva (pluralismo jurídico), un régimen político nuevo (democracia intercultural) y nuevas subjetividades individuales y colectivas (individuos, comunidades, naciones, pueblos, nacionalidades). Estos cambios, en su conjunto, podrán garantizar la realización de políticas anticapitalistas y anticoloniales. (SANTOS, 2010, p. 72).

Assim, o Pluralismo Jurídico surge das necessidades da população, que cria alternativas para amenizar suas mazelas por meio de movimentos e reivindicações sociais, propondo a inversão do modelo dominante a um modelo comunitário-participativo, proposto pelo professor Antonio Carlos Wolkmer.

2.2 O embate pluralismo jurídico x monismo jurídico

O modelo atual do direito⁸ de matriz hegemônica e elitista não se mostra suficiente nos dias de hoje, quiçá algum dia o foi. Esse modelo único e soberano mostra-se ineficiente à realidade social, pelo descompasso do Estado de Direito com a realidade social. A crise do direito e sua estagnação são explicados por Santos (2010, p. 88): “La simetria liberal moderna – todo el Estado es de derecho y todo derecho es del Estado – es una de las grandes innovaciones de la modernidad occidental”.

E o autor observa ainda sobre a dificuldade de adoção de um conceito mais amplo do direito frente a pluralidade cultural da população:

Después de dos siglos de supuesta uniformidad jurídica no será fácil para los ciudadanos, organizaciones sociales, actores políticos, servicios públicos, abogados y jueces adoptar un concepto más amplio de derecho que, al reconocer la pluralidad de ordens jurídicos, permita desconectar parcialmente el derecho del Estado y reconectarlo con la vida y la cultura de los pueblos. (SANTOS, 2010, p. 89).

Para o Wolkmer (2001, p. 219), “o pluralismo jurídico deve ser entendido como a multiplicidade de práticas jurídicas existentes num mesmo espaço sócio-político, interagida por conflitos ou

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais”.

Nesse sentido, é de suma importância o debate acerca das pluralidades de fontes materiais do direito, pois não se pode mais reduzir a fonte jurídica única e exclusivamente na lei, que por sua vez, é criada pelo Estado, teoria adotada por Kelsen (1998, p. 231), positivista e defensor do monismo, o qual defende que “somente uma pluralidade de comunidades ou ordens jurídicas colocadas umas ao lado das outras, sem uma ordem global que as abranja a todas, as delimite umas em face das outras e constitua uma comunidade global é impensável”.

O Pluralismo Jurídico é diametralmente oposto ao monismo jurídico⁹, considerando que a concepção monista é baseada no poder único e exclusivo do Estado, nos padrões historicamente enraizados na cultura do direito moderno, pelo modelo tipicamente europeu, ou seja, um modelo centralizador, elitista e liberal-individualista. Para Gregorio Robles Morchón o monismo é:

La tesis monista, según la cual solo existiría un <<derecho>>, lo que quiere decir que solo habría un ordenamiento jurídico en el mundo, tiene su origen en la Teoría del derecho natural. Esta concepción responde en su origen a una idea armoniosa y unitaria del mundo, a una metafísica del orden cósmico. Así como la naturaleza constituye un orden organizado de acuerdo a leyes constantes, un cosmos unitario, así sucede con el mundo humano y con el derecho. Sólo existiría un derecho auténticamente tal, el derecho natural, el cual se manifestaría de distintas maneras por la necesidad de adaptarse a los cambios culturales característica de toda teoría iusnaturalista, pero donde quizás alcanza su expresión más elaborada es en la filosofía jurídica de la Escolástica, con su doctrina sobre la triología de leyes que Le es propia: *lex aeterna*, *lex naturalis*, *lex positiva*. Para el pensamiento escolástico del derecho es esencialmente uno, puesto que uno es el derecho natural, pero se manifiesta diversamente en las distintas comunidades humanas. Se compagina de ese modo la unidad del concepto y la pluralidad fenoménica o histórica. (MORCHÓN, 2007, p. 36-37).

O pluralismo jurídico, por sua vez, acompanha as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, é aquele modelo inovador, insurgente, transformador e nas palavras de Wolkmer (2001, p. 171):

[...] ao contrário da concepção unitária, homogênea e centralizadora denominada de ‘monismo’, a formulação teórica e doutrinária do ‘pluralismo’ designa a *existência de mais de uma realidade, de múltiplas formas de ação prática e da diversidade de campos sociais com particularidade própria, ou seja, envolve o conjunto de fenômenos autônomos e elementos heterogêneos que não se reduzem em si.*

O debate sobre o pluralismo jurídico é instigante e motivador na medida em que sobre ele pairam as mais variadas análises daqueles que pelo senso comum insistem em sustentar a permanência do modelo atual do sistema de justiça pragmático e elitista.

O Pluralismo Jurídico revela-se como uma nova proposta, de característica singular, embora não seja um tema novo, nos últimos anos surge com força renovada, haja vista que as sociedades ao longo dos anos, em especial os povos ameríndios e autóctones, foram submetidas a diversas

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

formas de alijamento social principalmente devido ao modelo hegemônico e excludente que imperou e ainda impera na sociedade latino-americana. Essa passagem histórica é evidenciada no seguinte trecho de Raquel Z. Yrigoyen Fajardo, na obra organizada por César Rodríguez Garavito:

[...] El pluralismo jurídico, como forma de coexistencia de varios sistemas normativos dentro de un mismo espacio geopolítico, aun en su forma colonial subordinada, no era admisible para la ideologia del Estado-nación. El Estado-nación monocultural, el monismo jurídico y un modelo de ciudadanía censitaria (para hombres blancos, propietarios e ilustrados) fueron la columna vertebral del horizonte del constitucionalismo liberal del siglo XIX em Latinoamérica. Um constitucionalismo importado por las elites criollas para configurar estados a su imagen y semejanza, con exclusión de los pueblos originarios, los afrodescendientes, las mujeres y las mayorías subordinadas, y con el objetivo de manter la sujeción indígena. (FAJARDO, 2011, p. 139-140).

Notadamente, as sociedades foram submetidas à incorporação desse direito chamado de oficial, de modelo tipicamente europeu (hegemônico e elitista), que foi submetido aos costumes dos que aqui viviam, suprimindo o seu modo de viver, de pensar e agir em favor de uma classe dominante (WOLKMER; FAGUNDES, 2011). Nesse contexto, esses e outros fatores merecem destaque: “[...] la demanda indígena de reconocimiento del derecho próprio, el desarrollo del derecho internacional sobre los derechos indígenas, la expansión del multiculturalismo y las reformas estructurales del Estado y la justicia” (FAJARDO, 2011, p. 140).

O fato é que a sociedade está a cada dia mais complexa e da diversidade de grupos sociais surgem multiplicidade de direitos a serem atendidos, ou seja, novas formas de organização social, baseados nos princípios do Estado Social, Plural, Multiétnico e Democrático, das mais diversas formas e interesses. A participação da sociedade nas demandas que a envolvem é fundamental a fim de buscar a pacificação e o bem comum, rompendo assim o paradigma dominante e centralizador do poder.

Uma das principais características do Novo Constitucionalismo é o Estado Plurinacional e o Pluralismo Jurídico, capaz de definir as seguintes bases:

Bajo el concepto del ‘Estado plurinacional’ se reconocen nuevos principios de organización del poder baseados en la diversidad, la igual dignidad de los pueblos, la interculturalidad y un modelo de pluralismo legal igualitário, con un expreso reconocimiento de las funciones jurisdiccionales indígenas que las Constituciones precedentes de Bolivia y Ecuador no contemplan con tanta claridade. Se pluraliza la definición de derechos, la democracia y la composición de los órganos públicos y las formas de ejercicio del poder [...]. (FAJARDO, 2011, p. 150).

A proposta do pluralismo jurídico emancipatório nasce para superar os modelos tradicionais e construir um modelo diferenciado, motivado pelas necessidades das pessoas em condições de vulnerabilidade social, abandonadas e desprovidas de igualdade¹⁰ e dignidade humana¹¹.

Portanto, o Pluralismo Jurídico se constitui em uma nova forma de manifestação, para além da jurisdicionalidade estatal, que em virtude da colonização hegemônica, tipicamente do homem

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

ocidentalizado promove a exclusão e as desigualdades de todas as ordens. O movimento divide-se em conservador, modelo das classes dominantes e hegemônicas e o conservador que une os indivíduos, sujeitos, grupos organizados em prol do bem comum. Caracteriza-se ainda, pelas formas alternativas de aplicação do direito, em que o Estado não é fonte exclusiva da jurisdição (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

2.3 O pluralismo jurídico no Brasil e na América Latina

As histórias do Brasil e da América latina se confundem, pela dominação e escravização dos povos pelos colonizadores europeus, as culturas indígenas e dos primeiros povos que aqui viviam foram totalmente suprimidas, assim como os quilombolas, verdadeiras organizações sociais que detinham um direito próprio, plural e que confrontava com o direito oficial, em detrimento das classes dominantes, em especial a coroa portuguesa no Brasil. Nesse contexto, Robert Weaver Shirley disserta acerca da situação colonial vivida no Brasil:

[...] Portugal não tencionava trazer justiça ao povo ou mesmo prestar serviços mais elementares a sua colônia. Essa desvinculação entre o Estado e a população é um tema constante na história brasileira. Direito que aqui existia era o dos coronéis, as leis da elite agrária, que embora basicamente uma forma do direito consuetudinário português do século XVI. [...] A estrutura do Estado era fundamentalmente neofeudal e patrimonial, com o poder de fato nas mãos das grandes famílias de fazendeiros. A maior parte da população não tinha voz no governo nem direitos pessoais. [...] Entretanto o que realmente ocorreu foi uma constante fuga de escravos das fazendas para o interior, onde criaram pequenas comunidades africanas – os quilombos, ou se misturaram aos indígenas, ou mesmo aos mulatos, descendentes de portugueses e escravos africanos. Ao longo dos séculos, grandes áreas do Brasil central foram povoadas com estas pequenas comunidades rurais, em grande parte excluída das leis das cidades e da economia nacional e internacional [...] Esta camada social, denominada caipira ou cabocla nas várias regiões do Brasil, também possuía uma elaborada cultura legal, baseada no direito consuetudinário português [...]. (SHIRLEY, 1987, p. 80-81).

É evidente a tradição e herança patrimonial deixada pelos colonizadores, os quais introduziram seu modo de viver, em desfavor das camadas sociais mais abastadas, não houve oportunidade e nem vontade para emancipar os povos que aqui viviam, pelo contrário, suas culturas e vontades foram ao longo dos anos objetivo de “coisificação”, suprimindo seus direitos e promovendo toda a forma de alijamento social. Verifica que o Estado nasce das elites e não dos anseios da população e deixa um lastro até os dias atuais.

A propósito, a colonização tanto no Brasil, quanto na América latina como um todo, passa pela ausência de reconhecimento do ser humano como protagonista de mudanças, contrapondo o modelo colonizador que excluiu e importou um aparato burocrático e formalista na cultura brasileira e latino-americana, em favor das classes dominantes, um constitucionalismo de matriz hegemônica e exclusivista e apontado por Raquel Z. Yrigoyen Fajardo:

Bruno Ferreira, Carmelice Faltão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

El hecho colonial colocó a los pueblos originarios en una posición subordinada. Sus territorios y recursos fueron objeto de expolio y expropiación por terceros; su mano de obra fue explotada, y hasta su destino como pueblos fue alienado de sus manos. La ideología de la “inferioridad natural de los indios” y la figura jurídica de la tutela indígena permitieron estabilizar a lo largo del tiempo el modo de subordinación indígena. La independencia política de las colonias americanas respecto de las metrópolis no significó el fin de esa subordinación. Los nuevos estados latinoamericanos se organizaron bajo flamantes Constituciones liberales, pero con proyectos neocoloniales de sujeción indígena. (FAJARDO, 2011, p. 139).

A autora continua descrevendo o surgimento do pluralismo jurídico em meio a colonização, pouco ou quase nada preocupada com o povo, surge primeiro o Estado e as demandas sociais sequer são debatidas:

[...] El pluralismo jurídico, como forma de coexistencia de varios sistemas normativos dentro de un mismo espacio geopolítico, aun en su forma colonial subordinada, no era admisible para la ideología del Estado-nación. El Estado-nación monocultural, el monismo jurídico y un modelo de ciudadanía censitaria (para hombres blancos, propietarios e ilustrados) fueron la columna vertebral del horizonte del constitucionalismo liberal del siglo XIX en Latinoamérica. Un constitucionalismo importado por las elites criollas para configurar estados a su imagen y semejanza, con exclusión de los pueblos originarios, los afrodescendientes, las mujeres y las mayorías subordinadas, y con el objetivo de mantener la sujeción indígena. (FAJARDO, 2011, p. 140).

O pluralismo jurídico, portanto, vem para reverter a situação hegemônica, a partir do reconhecimento da pluralidade de direitos e num mesmo espaço, reconhecendo os novos atores sociais que ao longo da história foram excluídos, frente ao poder absoluto das classes dominantes, assim:

Ante o poder monopolista do Direito, surge, então, pela Constituição Brasileira, o dever do Estado respeitar e admitir coexistência de outros sistemas organizacionais ou ordens jurídicas fundadas em normas, usos, costumes e tradições que regulam a vida social de um povo indígena. A essa coexistência é dado o nome de pluralismo jurídico. [...] A ideia de pluralismo no tocante à aceitação de um sistema ou ordem jurídica de povos indígenas não retira características primordiais do ordenamento jurídico brasileiro, quais sejam, a unidade estatal, e a aplicação de lei todos. Ao contrário, a aceitação das normas jurídicas não-estatais (pela previsão do Pluralismo na própria Constituição Federal de 1988 e em legislação promulgada como nacional – Convenção 169/OIT) que afastam a aplicação da norma jurídica estatal tem o simples objetivo de fortalecer e legitimar os mecanismos de administração da justiça. (VILLARES, 2012, p. 292).

Nessa esteira, para Maliska “o pluralismo jurídico surge para preencher a lacuna promovida pela ausência do Estado em determinadas localidades” (MALISKA, 2009, p. 31), esclarecendo que não se trata de um sistema, mas de múltiplos ordenamentos que viabilizam as necessidades de

grupos de pessoas, contrapondo o modelo positivista para o qual o único detentor do poder de devolver a tutela de um direito é o Estado.

3 A PROPOSTA DE PLURALISMO JURÍDICO COMUNITÁRIO-PARTICIPATIVO DE ANTONIO CARLOS WOLKMER

O teórico e estudioso do Direito, professor Antonio Carlos Wolkmer, elaborou um profundo estudo sobre o pluralismo jurídico, estabelecendo uma nova perspectiva para o enfrentamento das necessidades sociais no âmbito dos direitos e garantias das pessoas, numa perspectiva pluralista democrática.

Wolkmer propõe como novo paradigma, um pluralismo jurídico-político, do tipo emancipatório, democrático e participativo. Pois as sociedades foram submetidas ao modelo hegemônico, totalmente estranho ao seu modo cotidiano de pensar e agir juridicamente. Tal modelo, centrado na ideia monista, ou seja, a fonte do direito é a lei e esta vem do estado, algo totalmente incontestável, como modelo jurídico ideal (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

Assim, o Pluralismo tipo comunitário participativo, tem como escopo: (a) legitimação de novos sujeitos sociais; (b) fundamentação na justa satisfação das necessidades humanas; (c) democratização e descentralização de um espaço público participativo; (d) defesa pedagógica em favor da ética da alteridade; (e) consolidação de processos conducentes a uma racionalidade emancipatória (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

Nesse contexto, os povos do Sul são os países que tem sofrido com o capitalismo global, pois se mantiveram como países subdesenvolvidos, em desenvolvimento permanente, sem chegar nunca ao marco dos países desenvolvidos e aprender com o sul significa que a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo (SANTOS, 2010).

Ademais, os próprios tribunais se organizam para uma aproximação com as camadas populares, a exemplo dos países andinos, onde existe a produção de uma Justiça paralela ao Estado, algo histórico que precisa ser resgatado (comunidades originárias), porém, não é uma tarefa nada fácil, haja vista a corporalização da cultura hegemônica a que estes países foram submetidos ao longo da história (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

Nesse passo, destaca-se as Constituições da Colômbia, Bolívia e Equador, que já incorporaram o Pluralismo Jurídico e o direito de aplicação da justiça indígena, paralela a juridicidade estatal, reconhecem outro modelo de justiça, diferente daquele aplicado pelo Estado moderno. No entanto, esses países vêm enfrentando um problema no que tange a aplicação da jurisdição, em momentos que: (a) a jurisdição aplica-se exclusivamente aos indígenas, logo, o conflito pode ser entre indígenas e não indígenas; ou (b) jurisdição é aplicada em territórios indígenas, logo, pode haver conflitos entre indígenas fora de seu território, ou ainda a delimitação de território, que em muitas vezes não é clara (SANTOS, 2010 *apud* WOLKMER; FAGUNDES, 2011, p. 401).

Tem-se configurado um problema no que tange a aplicação do direito, nas diversas culturas, ou seja, um conflito de culturas jurídicas, assim, algumas propostas estão sendo apresentadas, no

intuito de suprir essas lacunas. Um exemplo inovador consiste na criação de um órgão específico pela Constituição Boliviana para a resolução destas controvérsias (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

4 DIREITO, ACESSO À JUSTIÇA E O PLURALISMO JURÍDICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

4.1 Acesso à justiça: expressões de juridicidade e garantia de direitos

O jurista italiano Mauro Cappelletti propõe uma justiça participativa “O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar o direito de todos” (CAPPELLETTI, 1988, p. 12).

Porém, só haverá mudança no sistema de justiça atual se houver consciência de cidadania, por meio do conhecimento de direitos (não esquecendo que temos deveres) e que essa condição pode gerar equilíbrio social. Dessa forma poderemos falar em Justiça num plano mais global, bem como de um acesso à Justiça como meio de participação efetiva, de inclusão, respeito aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

O direito de acesso à Justiça é de fundamental importância num país como o Brasil, marcado por grandes desigualdades e conseqüente exclusão social. Para Mauro Capelletti, que nos anos 70 faz uma ampla análise da evolução do conceito de acesso à Justiça, o efetivo acesso se faz com a transposição das barreiras que impedem a população de exercerem sua cidadania, ou seja, participarem ativamente e em igualdade de condições do sistema de Justiça.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil deu um passo a frente ao prever a assistência jurídica integral e gratuita, estabelecendo no art. 5º o princípio da igualdade entre todos os brasileiros e brasileiras.

Ao tratar da assistência jurídica integral e gratuita e ao interpretá-la no âmbito do ordenamento brasileiro, deu-lhe não somente a condição de acessibilidade formal ao sistema de Justiça, mas também a possibilidade de informação e educação para os direitos e deveres para assim participar ativamente enquanto cidadão dos destinos da sociedade.

Outro avanço foi a Defensoria Pública que nasce com a proposta de informar e educar para o exercício de direitos e deveres na sociedade, mas ainda é considerada como a “prima pobre” do sistema de Justiça, não alcançando a maioria da população.

É preciso criar uma nova cultura do Direito e especialmente no sistema de Justiça brasileiro. O monopólio do Estado, no âmbito do Judiciário decididamente não resolve as principais mazelas da população quanto aos seus direitos. O pluralismo jurídico propõe essa mudança de cultura em que o ator é o povo e o povo é o protagonista do resgate de seus direitos individuais e coletivos de forma mediada e participativa.

4.2 Contribuições do pluralismo jurídico: em uma condição emancipatória dos novos sujeitos coletivos e dos movimentos sociais

O poder da coletividade, dos movimentos sociais, são os grandes protagonistas das mudanças da realidade social. Os movimentos do constitucionalismo latino-americano buscam quebrar o paradigma do Estado hegemônico-liberal de visão eurocêntrica que pensam o Direito e o Estado numa lógica individualista.

O pluralismo jurídico pretende mover a ideia do individualismo quando propõe a construção coletiva em processos de descolonização do poder e da justiça. A interculturalidade provocou importantes transformações na América Latina, a partir do reconhecimento do pluralismo jurídico pela Constituição da Bolívia, que marca um novo ciclo emancipatório. Aqui começa a aparecer o “novo”, a autonomia, a emancipação do sujeito que começa a ser rascunhado a partir das necessidades da população e da situação política de uma nova sociedade, que é plural, intercultural e inclusiva.

O pluralismo jurídico defende a organização de comunidades e culturas diferentes, reconhecendo os princípios da participação social e da defesa da alteridade. Nesse sentido Marina Corrêa Almeida esclarece:

Um exemplo claro que restou dado pelos movimento sociais na Bolívia desde início de século, e, pode-se dizer que nesse país está se vivendo um tempo político emancipatório. Emancipatório em relação à tutela doutrinal eurocêntrica e norte-americana, emancipatório pelo desafio de criar direito a partir da realidade e não, ao contrário e, ainda complementar por compreender que os saberes alheios tem seus próprios âmbitos de validade. E a intenção da libertação não vem de processos alheios à vida dos bolivianos, mas sim da consciência política e da capacidade organizativa dos próprios, os mais humilhados de toda história da Bolívia: os indígenas originários-camponeses. (ALMEIDA, 2013, p.188).

Os processos transformadores que vem ocorrendo são um sinal de que o pluralismo jurídico comunitário-participativo, constitucionalmente garantido, traduz-se numa opção de descolonização de um direito latino-americano que começa a ganhar força política, eis que anteriormente sobrevivia a margem de um sistema, submetido a exploração e marginalização, e agora passa a desbravar um caminho que pretende consolidar o Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pluralismo jurídico e o acesso à Justiça traduzem-se em dois mecanismos importantíssimos de efetivação de direitos, no entanto, ressalta-se que o pluralismo jurídico nasce como uma possibilidade de solução de conflitos sem a presença do Estado, o que resulta num novo olhar sobre a Justiça, que tira das mãos do Estado o monopólio deste.

O acesso à Justiça, traduz-se num direito humano fundamental, que deve ser perseguido e efetivado por todas as pessoas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 avançou muito, porém

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

ainda pouco percebido diante da compreensão de que o acesso ao Judiciário é, ainda, a única via de solução dos conflitos.

A informação e educação para o exercício de direitos e deveres na sociedade é fundamental à criação de uma nova cultura do Direito e especialmente do sistema de justiça latino-americano. O monopólio do Estado, no âmbito do Judiciário decididamente não resolve as principais mazelas da população quanto aos seus direitos. O pluralismo jurídico propõe essa mudança de cultura em que o ator é o povo e o povo é o protagonista no resgate de seus direitos individuais e coletivos de forma mediada e participativa.

A proposta do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, a partir das novas constituições andinas é a base para efetivação de uma nova cultura do direito, que nasce a partir da reivindicação dos novos sujeitos sociais, organizados por um novo perfil de cidadãos, que se movimentam para a conquista de uma nova sociedade, a do século XXI, que é plural, intercultural e protagonista de mudanças em favor de uma sociedade inclusiva, participativa e especialmente coletiva, que surge “de baixo para cima” e que reivindica o respeito aos direitos de todas as pessoas que nascem e se multiplicam para a consolidação de um pluralismo jurídico comunitário participativo que valoriza a existência humana.

Vivencia-se uma nova sociedade, um novo tempo e um novo constitucionalismo latino-americano, a partir das Constituições da Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia que estabelecem uma nova realidade, uma nova visão e consciência social e cidadã que desafiam os estudiosos do direito a avançar para a organização social em observância aos princípios da construção coletiva e participativa da sociedade com base no pluralismo jurídico comunitário participativo.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marina Corrêa. **Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas**. Curitiba: Juruá, 2013.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Norhfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- DALMAU, Rubén Martínez. **Assembleas constituintes e novo constitucionalismo en América Latina**. Tempo Exterior, n. 17, jul./dez. 2008c.
- EHRlich, Eugen. **Fundamentos da Sociologia do direito**. Tradução de René Ernani Gertz. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. In: GARAVITO, César Rodríguez (Org.). **El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução João Baptista Machado. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

LEAL, Jackson da Silva; FAGUNDES, Lucas Machado. **Pluralismo e justiça comunitária**: contribuindo para juridicidade alternativa. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/1367/787>. Acesso em: 21 Jun. 2013.

MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**: notas para pensar a racionalidade jurídica na modernidade. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

MORCHÓN, Gregorio Robles. **Pluralismo jurídico y relaciones intersistémicas**: ensayo de teoría comunicacional del derecho. España: Aranzadi AS, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**: perspectiva desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

_____. **O discurso e o poder**: ensaios sobre a sociologia retórica jurídica. Porto Alegre: SAFE, 1988.

SCHIRLEY, Robert Weaver. **Antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1987.

VILLARES, Luis Fernando (Org.). **Direito penal e povos indígenas**. 1. ed. 2ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

_____; FAGUNDES, Lucas Machado. **Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano**: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. Disponível em: <<http://ojs.unifor.br/index.php/rpen/article/view/2158>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

NOTAS

1. Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Bolsista do Núcleo de Iniciação Científica “Cidadania e Justiça na América Latina”, desde março de 2012.
2. Carmelice Faitão Balbinot Pavi, docente e pesquisadora da Área de Ciências Humanas e Jurídicas da Unochapecó. especialista em Direito Processual Civil. Pesquisadora voluntária do Núcleo de Iniciação Científica Cidadania e Justiça na América Latina.
3. Maria Aparecida Lucca Caovilla, docente e pesquisadora da Área de Ciências Humanas e Jurídicas – Curso de Direito da Unochapecó. mestre e doutoranda em Direito pela UFSC. Coordenadora do Núcleo de Iniciação Científica “Cidadania e Justiça na América Latina”.
4. [...] Desde este ponto de vista, o novo constitucionalismo latinoamericano é un *constitucionalismo sen país*. Ninguém, tirando o pobo, pode sentirse proxenitor da Constitución, póla xenuína dinámica participativa e lexitimadora que acompaña os procesos constituintes (DALMAU, 2008, p. 6).
5. O novo constitucionalismo latinoamericano xorde de movementos cívicos combinados con propostas políticas adoptadas polos pobos, en escenarios de alta conflictividade social e política. A activación do poder constituinte, neste sentido, garda relación directa co carácter revolucionário da súa orixe. Em efecto, a reivindicación do poder constituinte que está expondo o novo constitucionalismo latinoamericano volve a formas primeiras de exercicio deste poder. Fronte ás transicións pactadas, o poder constituinte – que entra plenamente em vixencia cando xá non é necesaria só unha transición política, senón tamén xurídica – expón a fórmula orixinal de democracia e dá forma ao constitucionalismo (MARTÍNEZ DALMAU, 2008, p. 5-6).
6. A idade Média era marcada pelo teocentrismo, teoria na qual Deus é o centro de tudo. Desta Maneira, sob forte influência da igreja, no mundo medieval as pessoas preparavam-se para a vida eterna, ou seja, as pessoas não deveriam apegar-se aos bens materiais, pois a vida na terra era passageira. No âmbito jurídico, todo o sistema de instituições correspondia às concepções dos senhores feudais, com o poder que exerciam sobre os camponeses subjugados. Em consonância com o Direito feudal, exercido pelos nobres proprietários, existia o Direito canônico, ligado à Igreja Católica. A doutrina da Igreja Católica era dominante na Europa Ocidental Medieval. As teorias políticas desse período eram construídas sob os dogmas da Igreja. (MALISKA, 2009, p. 23).

Bruno Ferreira, Carmelice Faitão Balbinot Pavi, Maria Aparecida Lucca Caovilla

7. A experiência de milênios nos mostrou que a formação de um direito localmente disperso só pode servir a necessidades estritamente locais (EHRLICH, 1986, p. 145).
8. A modernidade é um processo gestado no continente europeu ao início da afirmação dos Estados unitários e que culmina com a invasão, conquista e colonização da América Indiana (LEAL; FAGUNDES, 2011, p. 120).
9. Los estados liberales del siglo XIX se configuraron bajo el principio del monismo jurídico, esto es, la existencia de un único sistema jurídico dentro de un Estado y una ley general para todos los ciudadanos (FAJARDO, 2011, p. 139).
10. Assim como a liberdade, a igualdade é reconhecida e proclamada como direito de todos os seres humanos. Para que esse direito seja efetivado não basta afirmar que todos são iguais perante a lei; é indispensável que sejam assegurados a todos, na prática, um mínimo de dignidade e a igualdade de oportunidades (DALLARI, 2004, p. 46).
11. Para os seres humanos não pode haver coisa mais valiosa do que a pessoa humana. Essa pessoa, por suas características naturais, por ser dotada de inteligência, consciência e vontade, por ser mais do que uma simples porção de matéria, tem uma dignidade que a coloca acima de todas as coisas da natureza. Mesmo as teorias chamadas de materialistas, que não querem aceitar a espiritualidade da pessoa humana, sempre foram forçadas a reconhecer que existem em todos os seres humanos uma parte não-material. Existe uma dignidade inerente à condição humana, e a preservação dessa dignidade faz parte dos direitos humanos (DALLARI, 2004, p. 15).



ENGENHARIAS

PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| ENGENHARIAS - PÔSTER |

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE ADSORTIVA DE CARVÃO ATIVADO QUIMICAMENTE A PARTIR DE CASCA DE BANANA

Alexandra Monego Bugiereck, Stephani Porto Malinverni, Gustavo Lopes Colpani, Jacir Dal Magro

AVALIAÇÃO SENSORIAL DA BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA PRODUZIDA COM DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE ESPESSANTE

Alexandra Monego Bugiereck, Josiane Gabiati, Mariana Ferron, Juliana Sávio

EXTRAÇÃO DO ÓLEO ESSENCIAL E EXTRATO DO CAFÉ COM A UTILIZAÇÃO DO CO₂ SUPERCRÍTICO

Stefane Vieira Besegatto, Ana Paula Capelezzo, Luciano Luiz Silva, Murilo Cesar Costelli, Juliana Savio, Suellen Cadorin Fernandes

AVALIAÇÃO SENSORIAL DE SORVETE FRITO

Sara Ogliari, Juliana Savio

OBTENÇÃO DE ADSORVENTE ALTERNATIVO PARA A ADSORÇÃO DO AZUL DE METILENO, UTILIZANDO LODO ATIVADO DE UMA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE

Gessica Orlandi, Jéssica Cavasotto, Gustavo Loppes Colpani, Josiane Maria Muneron de Mello

AVALIAÇÃO DO PONTO DE DERRETIMENTO DE SORVETE ELABORADO COM BAIXO TEOR DE GORDURA

Alan Benedetti, Jean Carlos Ascoli, Marcone Henrique Winter, Murilo Cesar Costelli, Juliana Savio, Luciano Luis Silva, Suellen Cadorin Fernandes

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE ADSORTIVA DE CARVÃO ATIVADO QUIMICAMENTE A PARTIR DE CASCA DE BANANA

Alexandra Monego Bugiereck¹, Stephani Porto Malinverni,
Gustavo Lopes Colpani, Jacir Dal Magro

¹Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica em Tratamento e Reaproveitamento de Resíduos Industriais,
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail:alexandrambugiereck@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: A presença de corantes em corpos hídricos possuem efeitos indesejáveis à saúde, pois pesquisas têm demonstrado possíveis efeitos mutagênicos, carcinogênicos e teratogênicos, e ao meio ambiente, pois são visualmente indesejáveis, sendo muito importante a remoção dos mesmos. Uma forma de remover estes corantes é empregando a tecnologia de adsorção por carvão ativado. A adsorção envolve a transferência de massa de uma fase fluida (efluente) para uma superfície sólida (carvão), apresentando alta eficiência para remoção de corantes em efluentes e sendo economicamente viável devido ao emprego de resíduos agroindustriais como precursores. **Objetivo.** Analisar a eficiência da casca de banana como precursor de um adsorvente no processo de remoção de pigmentos de efluentes. **Materiais e Métodos.** As cascas de banana foram lavadas, secas (24 h à 60 °C) e trituradas, sendo a primeira amostra (C1) submetida a ativação química com uma solução aquosa de ácido fosfórico 1:1, durante 1 hora e carbonizada por 2 horas a 600 °C, posteriormente lavada com solução de bicarbonato de sódio até pH neutro. A segunda amostra (C2) foi submetida somente a carbonização por 2 horas a 400 °C. As amostras foram submetidas a testes de cinéticas, utilizando 1 g de amostra em 500 ml de solução que continha 15 mg.L⁻¹ do corante azul de metileno em temperatura de 20°C. Para a análise do corante, foi utilizado o espectrofotômetro no comprimento de onda de 665 nm. **Resultados.** O estudo de cinética foi avaliado através dos modelos de pseudoprimeira ordem, pseudosegunda ordem e difusão intrapartícula, e o melhor ajuste entre os dados experimentais foi o de pseudosegunda ordem por apresentar menor desvio entre a quantidade adsorvida calculada e a experimental no equilíbrio e os maiores coeficientes de determinação, pois para a amostra C1 $R^2 = 0,9971$ e para a amostra C2 $R^2 = 0,9997$. Os dados obtidos conduzem a uma adsorção química com possível formação de complexos ou grupos superficiais. Os resultados mostraram que na amostra C2 obteve-se maior capacidade de adsorção no equilíbrio, sendo o valor igual a 8,361 mg.g⁻¹ quando comparada ao da amostra C1 que apresentou valor igual a 6,897 mg.g⁻¹. **Conclusões.** Os resultados indicam que somente a etapa de carbonização já torna a casca de banana um adsorvente alternativo de baixo custo, com grande potencial para remoção de corantes catiônicos presentes em efluentes, sendo a produção de carvão ativado um método alternativo para emprego desse resíduo agroindustrial.

Palavras-chave: Casca de Banana. Carvão Ativado. Adsorção. Corante Catiônico.

Fonte de Financiamento: Art. 170.

AVALIAÇÃO SENSORIAL DA BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA PRODUZIDA COM DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE ESPESANTE

Alexandra Monego Bugiereck, Josiane Gabiati, Mariana Ferron¹, Juliana Sávio

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: marianaferron@live.com

RESUMO

Introdução. Em 2009 os produtos lácteos somaram cerca de 1757,8 milhões de quilos produzidos. A produção de bebidas lácteas fermentadas é o principal destino para o reaproveitamento do soro do leite. No Brasil o soro não é uma matéria prima muito aproveitada, sendo que grande parte do volume produzido não recebe o tratamento adequado, sendo desperdiçado sobre forma líquida em efluentes, gerando prejuízos sociais, econômicos e ambientais. O soro do leite é um subproduto resultante da fabricação de queijos, por coagulação da caseína, obtido por adição de ácido ou de enzima (soro doce), possuindo alto valor nutricional, conferido pela presença de proteínas com elevado teor de aminoácidos essenciais. Espessante é a substância capaz de aumentar, nos alimentos, a viscosidade de soluções, de emulsões e de suspensões e a gelatina é um espessante muito utilizado na indústria. **Objetivo(s).** No presente estudo objetivou-se verificar a aceitação sensorial de uma bebida láctea fermentada com diferentes concentrações de espessante. **Materiais e Métodos.** Para a fabricação da bebida láctea utilizou-se leite pasteurizado, soro derivado do processamento de queijo, açúcar, espessante (gelatina) e um preparado para bebida láctea sabor morango. Elaborou-se duas formulações variando o teor de espessante (concentrações de 0,05% e 3%). Armazenou-se a bebida Láctea em frascos plásticos a 5°C, devidamente sanitizados, lacrados e identificados. Os testes de análise sensorial foram realizados no Laboratório de Análise Sensorial, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Realizou-se um teste de escala hedônica para verificar a aceitação do produto. Realizaram-se os testes com 50 provadores, não treinados, de ambos os sexos. Juntamente com a amostra serviu-se água mineral em temperatura ambiente para que os provadores pudessem lavar o palato entre uma amostra e outra. Pediu-se para que o provador indicasse na ficha de avaliação a sua preferência em relação aos requisitos avaliados através de uma escala estruturada de cinco pontos que variava: de gostei muito (5) até desgostei muito (1). Aos avaliadores ainda foi dada a opção de acrescentar comentários livres nas fichas de avaliação. Os resultados obtidos foram analisados através da Análise de Variância (ANOVA) e teste de Tuckey a 5% de probabilidade. **Resultados.** Segundo análise estatística as amostras não apresentaram diferença significativa entre si. **Conclusões.** A quantidade de espessante utilizada não apresentou interferência na aceitação sensorial desta formulação de bebida láctea perante os provadores.

Palavras-chave: Soro de leite. Bebida láctea fermentada. Análise Sensorial.

Fonte de Financiamento: Carlitos Alimentos por ceder a mistura para a bebida láctea e o soro de leite.

EXTRAÇÃO DO ÓLEO ESSENCIAL E EXTRATO DO CAFÉ COM A UTILIZAÇÃO DO CO₂ SUPERCRÍTICO

Stefane Vieira Besegatto¹, Ana Paula Capelezzo¹, Luciano Luiz Silva²,
Murilo Cesar Costelli², Juliana Savio², Suellen Cadorin Fernandes²

¹Estudantes Engenharia Química- Universidade Comunitária da Região de Chapecó

²Professores Engenharia Química- Universidade Comunitária da Região de Chapecó
email:bxste@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. O café pertence à família das *Rubiáceas* é caracterizado por frutos ovóides com cores vermelhas ou amarelas, contendo sementes cartilaginosas, polpa adocicada e comestível, sendo que o alto valor desta planta reside quase que exclusivamente na sua semente. Sabe-se que alguns compostos químicos encontrados em plantas possuem ação sobre o organismo humano, logo, o extrato obtido dessas plantas está fortemente relacionado com a escolha da técnica de extração empregada. A tecnologia supercrítica surge como um método moderno de extração sem necessidade de purificação. **Objetivo(s).** O presente trabalho tem como objetivo levantar informações teóricas e experimentais que permitam compreender e avaliar a extração dos óleos essenciais e extratos dos grãos de café torrado, com a utilização do Dióxido de carbono (CO₂) como fluido supercrítico. **Materiais e Métodos.** A câmara de extração possui formato cilíndrico, em aço inox, com volume de 518mL, é mantida encamisada a partir de um banho termostático. O extrator possui um sistema de pressurização para elevar a pressão do CO₂ a valores acima do crítico e um sistema coletor de extrato. O solvente CO₂ foi fornecido pela Air Liquide® com grau de pureza de 99,9%. Os grãos de café foram adquiridos da empresa Clube do Café e inicialmente foi utilizado uma amostra de 20g de café (em grãos), que foram secos em estufa por 12 horas a 40°C, com posterior moagem em um moedor tradicional, e verificada sua granulometria de 1mm. Sendo que, foi avaliada a melhor condição de extração através do estudo de variáveis como: temperatura, pressão, diâmetro da partícula e tempo de extração. **Resultados.** Determinou-se que mantendo os parâmetros temperatura e pressão constantes (50°C e 220 bar) e variando apenas o tempo de extração em relação a massa acumulada de extrato, foi possível obter a taxa máxima extração. O tempo de extração de 3,5 horas foi o que apresentou ser suficiente para extrair o óleo contido nas partículas de café de 1mm e alcançar um rendimento de 6,86% em massa. Sendo este o tempo fixo para análises futuras de isoterms de extração. **Considerações Finais.** A tecnologia de extração supercrítica demonstrou-se favorável à obtenção de extratos de café torrado, visto que resulta em um produto de qualidade em condições brandas de operação e proporciona um rendimento considerável de 6,86% de óleo isento de resíduos de solventes.

Palavras-chave: Café. Extração supercrítica. Óleo essencial. Extrato.

Fonte de Financiamento: Bolsa Artigo 170.

AVALIAÇÃO SENSORIAL DE SORVETE FRITO

Sara Ogliari¹, Juliana Savio

¹Programa de Graduação em Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
E-mail: saraogliar@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O sorvete é um produto muito consumido no Brasil. Em algumas estações do ano (exemplo: verão), o consumo desse produto é propício. Porém em outras estações (exemplo: inverno), esse produto geralmente é menos apreciado. Nessa estação para manter a temperatura corporal, o ser humano demanda mais energia, obtida da sua alimentação e com isso, ocorre à procura por alimentos mais calóricos, ricos em gordura e carboidratos. Sendo assim, com a elaboração do sorvete frito, a ideia é repassar um produto ao consumidor, com um aspecto mais aconchegante, para ser consumido em estações do ano que geralmente não são, podendo também aumentar as vendas de sorvete em épocas que a mesma não é favorável, aumentando o mercado atual desse produto e a competitividade das indústrias desse segmento. **Objetivo(s).** O presente trabalho visa verificar a aceitação sensorial e a intenção de compra de um sorvete frito. **Metodologia.** A partir da aquisição do sorvete industrial, envolveu pequenas bolas desse produto com uma emulsão de farinha de biscoito, farelo de aveia, farinha de cereal, água com gás e coco ralado, formando uma película envolta do sorvete. A seguir armazenou-se no freezer por 02 horas. Repetiu-se esse processo por três vezes, deixando no freezer. Após fritou-se em óleo de soja em uma temperatura de 700C, por aproximadamente de dez segundos, até dourar. Depois da elaboração do produto, realizou-se uma análise sensorial em escala hedônica (5 pontos) verificando a aceitação do produto e a intenção de compra do mesmo. **Resultados Parciais.** Verificando os resultados obtidos, percebeu-se que o produto obteve 67,50% de aceitação sensorial, e a média dos resultados sensoriais foi de 3,36, resultando na escala sensorial entre a nota 3 (“nem gostei nem desgostei”) e 4 (“gostei regularmente”). A aceitação desse produto pode ser melhorado, alterando a sua formulação atendendo algumas sugestões dos próprios degustadores, onde o ponto mais comentado a ser modificado seria realizar uma camada mais fina de cobertura e elaborar o produto assado. Quando analisado a intenção de compra, verificou-se que 72% dos consumidores comprariam o produto e apenas 28% não o comprariam. **Considerações Finais.** Com base nos dados obtidos até o momento percebe-se que o produto apresentou uma aceitação razoável, porém sua formulação tem que ser aprimorada para conseguir atender as expectativas do consumidor final, com isso realizara mais estudos para atender as exigências.

Palavras-chave: Sorvete frito. Fibras. Análise Sensorial.

OBTENÇÃO DE ADSORVENTE ALTERNATIVO PARA A ADSORÇÃO DO AZUL DE METILENO, UTILIZANDO LODO ATIVADO DE UMA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE

Gessica Orlandi¹, Jéssica Cavasotto, Gustavo Loppes Colpani, Josiane Maria Muneron de Mello

¹Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica em Tratamento e reaproveitamento de Resíduos Industriais
Programa de Graduação em Engenharia Química e Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: gessicauno@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Um dos principais problemas nas estações de tratamento de efluentes é a grande quantidade de lodo gerado. Estes, normalmente são compactados e dispostos em aterros específicos, representando um risco ao meio ambiente e um elevado custo. Em função disto, tem-se estudado a utilização destes lodos como material adsorvente no processo de adsorção, pois é uma alternativa economicamente viável e ambientalmente vantajosa para a disposição final de lodos. A adsorção é uma técnica que tem sido empregada com sucesso para purificação de matérias-primas e remoção de poluentes em diversos processos industriais. Devido ao alto custo de alguns adsorventes convencionais, pesquisas vêm sendo direcionadas para o uso de adsorventes alternativos. Estes devem apresentar boa capacidade de adsorção, facilidade e baixo custo de obtenção e abundância do referido material. **Objetivo(s).** O objetivo deste trabalho é desenvolver um adsorvente alternativo, usado no processo de adsorção, utilizando lodo ativado de uma Indústria de Papel e Celulose. Para testar sua eficiência será utilizado como adsorbato o corante azul de metileno. **Metodologia.** O lodo ativado foi cedido pela empresa Celulose Irani S.A. Este foi seco, moído e peneirado para posterior ativação física e química. A ativação química foi realizada com uma solução de ácido fosfórico 42,5% (v/v), a 85 °C por 1 hora. Em seguida o lodo foi carbonizado nas temperaturas de 600, 700 e 800 °C por 2 horas. Os parâmetros cinéticos de pseudo primeira ordem, pseudo segunda ordem e difusão intrapartícula foram avaliados utilizando o azul de metileno. Também foram realizadas cinéticas com um adsorvente comercial, carvão ativado produzido a partir da casca de coco. **Resultados parciais.** O modelo que melhor representou os dados experimentais foi o de pseudo segunda ordem, apresentando um desvio padrão médio para a capacidade de adsorção (q) de 2,05%. O maior valor de q foi obtido na temperatura de ativação de 700°C, q = 4,234 mg.g⁻¹, seguido da temperatura de 600°C, q = 3,945 mg.g⁻¹, e 800°C, q = 2,843 mg.g⁻¹. Já o carvão comercial apresentou um valor de q inferior, q = 3,087 mg.g⁻¹, quando comparado ao adsorvente alternativo ativado a 700oC e 600oC. **Considerações Finais.** Com base nos resultados obtidos até o momento, verifica-se que o adsorvente alternativo obtido neste trabalho apresentou melhor eficiência na adsorção do que o carvão utilizado comercialmente. Além de adsorver uma maior quantidade de adsorbato, ele minimiza o impacto ambiental, visto que é obtido a partir de um resíduo industrial.

Palavras-chave: Adsorção. Lodo Ativado. Adsorvente Alternativo.

Fonte de Financiamento: Bolsas de Iniciação Científica do Artigo 170 da Constituição Estadual do Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica.

AVALIAÇÃO DO PONTO DE DERRETIMENTO DE SORVETE ELABORADO COM BAIXO TEOR DE GORDURA

Alan Benedetti¹, Jean Carlos Ascoli, Marcone Henrique Winter, Murilo Cesar Costelli, Juliana Savio, Luciano Luis Silva, Suellen Cadorin Fernandes

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Engenharia de Alimentos
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

RESUMO

Introdução: Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), resolução RDC n° 266 de 22 de setembro de 2005, os sorvetes são classificados como gelados comestíveis, que são os produtos congelados obtidos a partir de uma emulsão de gorduras e proteínas, ou de uma mistura de água e açúcares. Podem ser adicionados de outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto (BRASIL, 2005). Segundo Souza, et al. (2010), o tipo de gordura, sua composição e ponto de derretimento têm influência decisiva sobre as características organolépticas e estabilidade do sorvete durante sua conservação. A principal gordura utilizada na fabricação do sorvete em adição ou substituição da gordura láctea é a gordura vegetal hidrogenada, devido aos baixos teores de colesterol, plasticidade e bom preço. **Objetivo(s):** O objetivo deste trabalho é verificar se o teor de gordura contido na formulação de sorvete apresenta interferência no seu ponto de derretimento. **Metodologia:** Elaborou-se duas formulações de sorvete, variando o teor de gordura (2% e 7%). Destas realizou-se a verificação do ponto de derretimento. Utilizou-se uma peneira, uma balança analítica e um termômetro. A análise foi realizada em uma temperatura média de 19° C. Colocou-se a mesma quantidade de cada formulação de sorvete em uma peneira e a cada cinco minutos verificou-se a quantidade (em gramas) de produto derretido. **Resultados:** O sorvete elaborado com 7% de gordura demorou 240 minutos e o sorvete elaborado com 2% demorou 105 minutos para ocorrer o derretimento da mesma massa de sorvete, ou seja, a formulação que continha mais gordura demorou 2,28 vezes a mais do que o elaborado com maior quantidade de gordura. **Conclusão:** Percebeu-se, desde os primeiros instantes da análise, que a amostra quanto maior a quantidade de gordura, maior a resistência do sorvete ao derretimento, portanto a quantidade de gordura contida no sorvete altera seu ponto derretimento.

Palavras-Chave: Sorvete, Ponto de Derretimento, Gordura.



ENGENHARIAS

COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| ENGENHARIAS - COMUNICAÇÃO ORAL |

VIABILIDADE DE EXTRAÇÃO DE ÓLEO DO CAROÇO DE ABACATE (Persea Americana Mill.)

Ana Paula Capelezzo, Flávia Faccin de Conto, Laura Cassol Mohr, Stefane Vieira Besegatto,
Francieli Dalcanton

A ATRAÇÃO EM PARQUES TECNOLÓGICOS A PARTIR DE FATORES LOCACIONAIS – UM
ESTUDO COM O PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO CHAPECÓ

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

AValiação DO CUMPRIMENTO DA NR-18 EM CANTEIROS DE OBRA NA CIDADE DE
CHAPECÓ/SC

Marcelo Costella, Franciele Junges

VIABILIDADE DE EXTRAÇÃO DE ÓLEO DO CAROÇO DE ABACATE (*Persea Americana Mill.*)

Ana Paula Capelezzo¹, Flávia Faccin de Conto¹,
Laura Cassol Mohr¹, Stefane Vieira Besegatto¹, Francieli Dalcanton².

¹Acadêmicos do curso de Engenharia Química

²Professor de Engenharia Química da Unochapecó

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: ana_cap@unochapeco.edu.br

RESUMO

O abacate é um alimento bastante energético, calórico e com alto valor nutricional quando comparado com outros frutos, é rico em proteínas, possuindo quantidade variável de óleo na polpa, sendo utilizado na indústria farmacêutica, de cosméticos, alimentos, perfumaria, além de ser também recomendado para a nutrição humana. É comum a extração do óleo do abacate utilizando-se a polpa do fruto como fonte, sendo o caroço geralmente desperdiçado. Desta forma, uma alternativa para minimizar as perdas de matéria prima foi analisar a viabilidade de extração de o óleo essencial a partir do caroço do abacate (*Persea Americana Mill.*). Com o intuito de eliminar as frações de água no caroço do abacate, realizou-se a secagem prévia do mesmo através do emprego de dois equipamentos diferentes, sendo estes, a estufa e o liofilizador. Este tratamento térmico prévio garantiu um aumento de rendimento, sobretudo quando o caroço do abacate foi exposto à secagem durante 24 horas no liofilizador. Destinou-se este material previamente seco para o processo de extração, e, avaliando-se o efeito tempo em relação ao estado físico, concluiu-se que apenas o estado do caroço demonstrou-se significativo. Deste modo, pode-se ratificar que o processo de secagem que antecede a extração do óleo do caroço proporciona um maior rendimento de óleo do que o caroço *in natura*. O rendimento máximo do óleo de abacate extraído do caroço ficou em torno de 2,9%. O tratamento de dados foi efetuado no software Statistica 7. O modelo matemático codificado para a secagem mostrou-se preditivo, enquanto que o da extração de óleo não apresentou-se satisfatório para as condições mencionadas.

Palavras-chave: Caroço de abacate. Secagem. Extração de óleo.

1. INTRODUÇÃO

As indústrias alimentícias produzem resíduos que poderiam ser reaproveitados de forma benéfica ao homem e ao meio ambiente. Muitos frutos comestíveis são processados utilizando apenas sua polpa, sendo que as demais partes constituintes do fruto designados como resíduos podem, porém, ter outros destinos, que não o descarte (KOBORI e JORGE, 2005).

O mercado de óleos, corantes, produtos alimentícios e derivados naturais vem crescendo exponencialmente. A obtenção desses produtos e compostos, a partir de matérias primas de origem vegetal – inclusive resíduos – é de grande interesse para o mercado, como uma alternativa aos produtos sintéticos. Visto que, os compostos presentes nos óleos voláteis apresentam diversas propriedades que os tornam altamente valiosos, para diversos fins (MARTÍNEZ, 2005).

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de abacate, com cerca de 500 milhões de unidades produzidas por ano. Cultivado em quase todos os estados, mesmo em terrenos acidentados. A produção ocorre o ano todo, com 24 espécies que frutificam a cada três meses (MANGINI, 2009). As características genótípicas da *Persea Americana Mill.* são de uma árvore de 6m à 20 m de altura, cujas folhas são alternas e as inflorescências são axilares surgindo na base dos brotos foliares jovens, agrupadas na região terminal dos ramos. As flores são pequenas, bissexuais, verde-amareladas. O fruto, piriforme, ovalado ou arredondado (FALCÃO, 2000).

O óleo extraído da polpa do abacate é utilizado na indústria farmacêutica e de cosméticos, e pode ser um substituto do óleo de oliva, pelo fato de se assemelharem muito na composição de seus ácidos graxos. Como é sabido utiliza-se somente a polpa do abacate para extração de óleo, sendo que o caroço é desperdiçado (CANTO et al., 1980; TANGO, TURATTI, 1992).

Oliveira et al., (2008) relatam que a importância econômica do abacate está ligada com seu alto teor lipídico, sendo considerado os lipídeos um dos principais componentes de seus frutos, razão pela qual o aproveitamento do óleo é a principal finalidade de sua industrialização.

O pequeno volume de óleo de abacate produzido atualmente por alguns países é utilizado na sua forma bruta, pelas indústrias farmacêuticas e de cosméticos, notadamente pelas suas características físicas e químicas, uma vez que faz parte de sua composição, em elevadas quantidades, a fração insaponificável responsável por propriedades regenerativas da epiderme. Além dessa propriedade, o óleo de abacate apresenta: fácil absorção pela pele, sendo usado como veículo de substâncias medicinais; poder de absorção de perfumes, de grande valia para a indústria de cosméticos; fácil formação de emulsão, tornando-o ideal para fabricação de sabões finos e, se refinado, pode ser usado para fins alimentícios (CANTO et al., 1980; TANGO e TURATTI, 1992).

Aproximadamente 80% do peso do abacate se refere á polpa do fruto úmido, o que prejudica o rendimento da extração do óleo. Assim, ressalta-se a importância de realizar o processo de secagem antes de qualquer procedimento industrial para a obtenção de produtos mais nobres como, por exemplo, o óleo. No processo de secagem, é de fundamental importância o estudo de variáveis como a temperatura e tempo, pois estes são fatores determinantes da eficiência do mesmo (RODRIGUES, 2007).

Corroborando com o exposto, optou-se pela escolha do caroço do abacate *Persea Americana Mill.*, partindo do fato de que o abacate é uma potencial fonte de óleo essencial, deseja-se verificar se o caroço também possui essa característica. Tendo em vista que este não é utilizado na alimentação e é comumente destinado ao descarte, busca-se também com o presente estudo, uma alternativa para este rejeito.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O abacate (*Persea Americana Mill.*) cujo caroço foi retirado para a extração de óleo, foi obtido na Linha Navegantes – Nova Erechim (SC), no mês de agosto, ano de 2012 em estado de maturação médio. Após a colheita, os abacates foram levados para o laboratório de Produtos Naturais da UNOCHAPECÓ, onde se retirou os caroços e estes foram cortados e triturados com o auxílio de um liquidificador. O caroço triturado foi armazenado em um recipiente plástico e congelado, para que posteriormente fossem feitas as análises. Os ensaios de secagem e de extração foram realizados em duplicata, nos laboratórios de Química, Operações Unitárias II e Produtos Naturais da UNOCHAPECÓ – Chapecó (SC).

Para encontrar um modelo matemático que ilustrasse o experimento, utilizou-se o software Statistica 7, fazendo-se uma avaliação de 95% ($p \leq 0,05$) dos fatores que foram significantes no experimento – incluindo a interação entre eles.

2.1 Secagem

O estudo da secagem do caroço do abacate foi realizada através de um planejamento fatorial completo na ordem de 2^2 , cuja matriz codificada/real está representada na Tabela 1:

Tabela 1. Matriz real e codificada dos fatores e níveis utilizados no procedimento de secagem

Ensaio	Tempo(h)	Equipamento
1	12 (-)	Estufa (-)
2	24 (+)	Estufa (-)
3	12 (-)	Liofilizador (+)
4	24 (+)	Liofilizador (+)

Valores reais (valores codificados)

Conforme observado na Tabela 1, utilizou-se como parâmetro quantitativo o tempo de secagem, sendo os níveis previamente selecionados de 12 e 24 horas. Para parâmetro qualitativo, foram avaliados o liofilizador e estufa que são equipamentos destinados à este propósito.

2.2 EXTRAÇÃO DE ÓLEO

Posteriormente à secagem realizou-se a extração de óleo do caroço em um extrator do tipo Soxhlet, segundo metodologia proposta pelo Instituto ADOLFO LUTZ (1985), utilizando-se hexano como solvente. O planejamento é na ordem de 2², cuja matriz codificada/real segue na Tabela 2:

Tabela 2. Matriz real e codificada dos fatores e níveis utilizados no procedimento de extração

Ensaio	Tempo(h)	Caroço
1	3 (-)	<i>In natura</i> (-)
2	6 (+)	<i>In natura</i> (-)
3	3 (-)	Desidratado (+)
4	6 (+)	Desidratado (+)

Valores reais (valores codificados)

A condição que apresentou melhor resultado para a secagem foi conduzido para a etapa de extração, constituindo este no caroço desidratado, que será comparado com o *in natura* (úmido) sendo estes os níveis de variação para o caroço (parâmetro qualitativo). O tempo de extração foi o parâmetro quantitativo, sendo este variado nos níveis de 3 e 6 horas.

O solvente foi retirado do óleo através de uma evaporação em estufa, na temperatura de 60 °C. Os ensaios foram realizados em duplicata no laboratório de Química da UNOCHAPECÓ.

O rendimento do óleo foi dado em % massa, conforme Equação 1.

$$\text{Rendimento de óleo (\%)} = \frac{\text{massa de óleo essencial obtida (g)}}{\text{massa de material vegetal verde (caroço) (g)}} \quad (1)$$

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Secagem

Buscando um maior rendimento de extração do óleo do caroço de abacate, primeiramente secou-se o material, obtendo-se os resultados conforme discriminados na Tabela 3.

Tabela 3. Matriz real e codificada com os respectivos rendimentos de cada ensaio de secagem

Ensaio	Tempo(h)	Equipamento	Porcentagem de água eliminada (%)	
1	12 (-)	Estufa (-)	36,85	38,06
2	24 (+)	Estufa (-)	53,28	51,13
3	12 (-)	Liofilizador(+)	49,90	49,87
4	24 (+)	Liofilizador(+)	53,38	53,20

Com o auxílio do software Statistica 7, obteve-se os dados descritos na Tabela 4.

Tabela 4. Tratamento de dados

Fatores	Coefficiente de Regressão	Erro Padrão	t(4)	p – valor
Média	48,20875	0,309230	155,8991	0,000000
1 Tempo (T)	4,53875	0,309230	14,6776	0,000125
2 Equipamento (E)	3,37875	0,309230	10,9263	0,000398
1 by 2	-2,83625	0,309230	-9,1720	0,000785

Sendo, portanto, o modelo matemático codificado construído com os fatores significativos descrito pela Equação 2:

$$\text{Água eliminada (\%)} = 48,20875 + 4,53875 T + 3,37875 E - 2,83625 TE \quad (2)$$

onde:

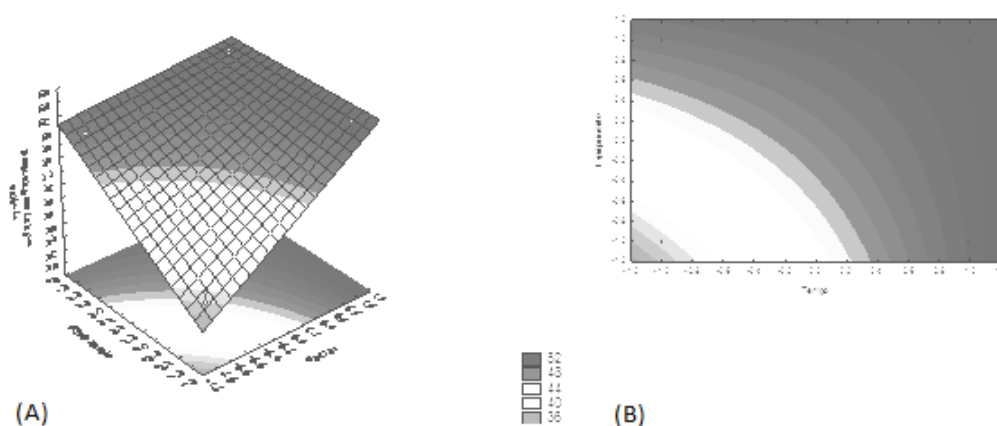
T = tempo

E = equipamento

Analisando-se a Tabela 4, verifica-se que tanto o tempo de secagem quanto o equipamento utilizado são significantes para o processo de secagem, assim como a interação entre estes dois fatores, o que é corroborado pelo modelo matemático expresso pela Equação 2. O fator com maior efeito foi o tempo de secagem, porém, nenhum dos fatores se mostrou com importância majoritária muito expressiva perante os outros.

Os gráficos da superfície de resposta é ilustrado na Figura 1A, sendo a Figura 1B a curva de contorno para a secagem do caroço do abacate.

Figura 1. Superfície de resposta (A) e curva de contorno (B) para a porcentagem de água eliminada como função do tempo (h) e equipamento



Ana Paula Capelezzo Flávia Faccin de Conto, Laura Cassol Mohr, Stefane Vieira Besegatto, Francieli Dalcanton

Analisando-se a Figura 1, verificou-se que a melhor resposta é fornecida realizando-se a secagem no liofilizador durante o período de 24 horas. Quando se utiliza no processo o tempo de 24 horas, tem-se um ganho de 9,07750% no rendimento; quando se opta pelo uso do liofilizador em detrimento da estufa, aumenta-se o rendimento em 6,7575%. Logo, com esses parâmetros determinou-se a melhor condição de secagem, sendo esta realizada no liofilizador durante um período de 24 horas.

Os resultados dos procedimentos experimentais foram submetidos à Análise de Variância (ANOVA) para avaliar a significância do modelo obtido. A Tabela 5 mostra os valores obtidos desta análise:

Tabela 5. ANOVA para o modelo matemático que descreve o processo de secagem do caroço do abacate

Fonte de Variação	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	F _{calc}
Regressão	320,4841	3	106,8280	139,644
Resíduo	3,0600	4	0,765	
Total	323,5441	7		

Coefficiente de determinação (R^2) = 99,05%

$F_{3,4,0,05} = 6,59$

Comparando-se o valor de F_{calc} (139,644) com F_{tab} (6,59) é possível verificar que F_{calc} é aproximadamente 21 vezes maior, garantindo a significância do modelo desenvolvido, sendo possível inferir que o modelo é preditivo. Ainda, isto é reafirmado pelo valor de R^2 , que ficou na ordem de 99,05%, ou seja, o modelo explica 99,05% das respostas preditas.

3.2 Extração

Sabendo-se que a melhor condição de secagem foi obtida utilizando-se o liofilizador durante o tempo de 24 horas, reproduziu-se essa condição de modo a avaliar o efeito da secagem do caroço no rendimento de óleo extraído.

Para a extração de óleo, obteve-se os rendimentos expostos na Tabela 6.

Tabela 6. Matriz real e codificada com os respectivos rendimentos de cada ensaio de extração

Ensaio	Tempo(h)	Caroço	Rendimento (%)	
1	3 (-)	<i>In natura</i> (-)	2,2783	2,7560
2	6 (+)	<i>In natura</i> (-)	2,5510	2,5557
3	3 (-)	Desidratado (+)	2,9480	2,6570
4	6 (+)	Desidratado (+)	3,1267	3,1543

Com o auxílio do software Statistica 7, obteve-se os dados descritos na Tabela 7.

Tabela 7. Tratamento de dados

Fatores	Coefficiente de Regressão	Erro Padrão	t(4)	p – valor
Média	2,715875	0,158280	34,31730	0,000004
1 Tempo (T)	0,112100	0,158280	0,70824	0,517887
2 Caroço (C)	0,511250	0,158280	3,23003	0,031975
1 by 2	0,225900	0,158280	1,42722	0,226688

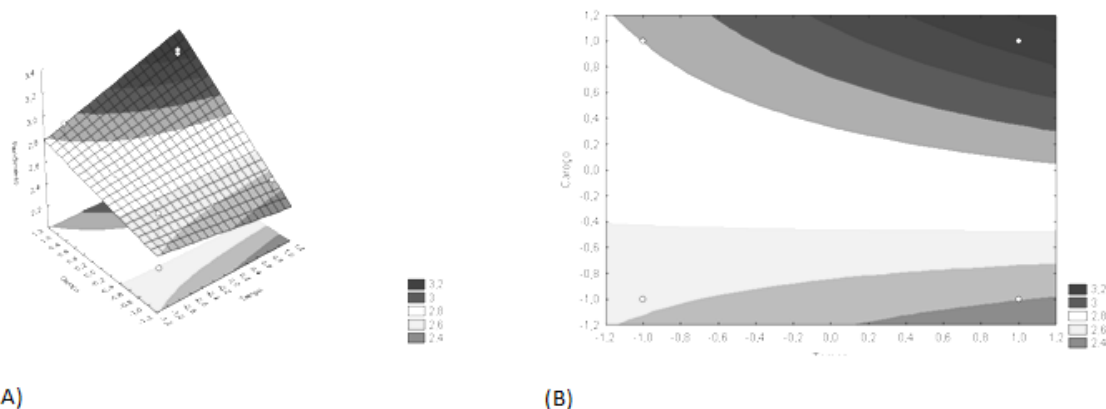
Conforme verificou-se na Tabela 7, apenas o efeito do estado físico do caroço (umidade) foi significativo, sendo que o tempo de extração e a interação entre os dois fatores é irrelevante e não influencia no rendimento da extração. Tal fato também é verificado no modelo matemático codificado construído com os fatores significativos, descrito pela Equação 3.

$$\text{Rendimento da extração (\%)} = 2,715875 + 0,255625 C \quad (3)$$

onde: C = caroço.

Os gráficos da superfície de resposta e curva de contorno para o experimento estão ilustrados nas Figuras 2A e 2B, respectivamente.

Figura 2. Superfície de resposta (A) e curva de contorno (B) para a porcentagem de extração de óleo em função do tempo



Avaliando-se a Figura 2, observa-se que o melhor resultado é obtido com o caroço seco. Quando se utiliza o caroço seco em detrimento ao *in natura*, tem-se um ganho de 0,511250% no rendimento.

Os resultados dos procedimentos experimentais foram submetidos à Análise de Variância (ANOVA) para avaliar a significância do modelo obtido. A Tabela 8 mostra os valores obtidos desta análise:

Ana Paula Capelezzo Flávia Faccin de Conto, Laura Cassol Mohr, Stefane Vieira Besegatto, Francieli Dalcanton

Tabela 8. ANOVA para o modelo matemático que descreve o experimento.

Fonte de Variação	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	F _{calc}
Regressão	0,522753	1	0,522753	9,573880
Resíduo	0,327616	6	0,054602	
Total	0,850369	7		

Coeficiente de determinação (R^2) = 61,47% $F_{1,6,0,05} = 5,99$

Comparando-se o valor de F_{calc} (9,573880) com F_{tab} (5,99) é possível verificar que F_{calc} é aproximadamente 1,60 vezes maior, podendo-se a partir deste afirmar a insignificância do modelo desenvolvido, sendo possível inferir que o modelo não é preditivo. É válido mencionar que para o modelo ser considerado preditivo o F_{calc} deve ser 4 ou 5 vezes maior que o F_{tab} . Ainda, o valor de R^2 mostrou-se baixo, explicando apenas 61,47% das respostas preditas pelo modelo.

4. CONCLUSÃO

Para o planejamento experimental da secagem, obteve-se melhor eficiência na retirada de água do caroço de abacate (*Persea Americana Mill.*) quando utilizado como equipamento o Liofilizador durante o período de 24 horas. A eficiência de secagem, com estes níveis ficou em torno de 53%. Como o F calculado ficou superior ao F tabelado (na ordem de 21 vezes), inferiu-se que o modelo possui significância e é preditivo.

O modelo matemático obtido descreve 99,05% dos resultados, e conseqüentemente o planejamento experimental foi executado com êxito, e os resultados alcançados possuem credibilidade.

Para o planejamento experimental da extração do óleo do caroço do abacate, os resultados obtidos mostraram que apenas é significativo o efeito do estado físico do caroço. Sendo assim, o rendimento de óleo é afetado principalmente pela umidade do caroço – sendo o tempo, de acordo com os experimentos, um efeito não significativo no processo. O rendimento de óleo nesta situação ficou em torno de 2,9%. Na extração o F calculado proporcionou um valor de 1,60 vezes maior que o F tabelado, inferindo que o modelo não é preditivo.

Com estes dois planejamentos, percebe-se que o rendimento do óleo essencial do caroço de abacate (*Persea Americana Mill.*) é afetado pela umidade, haja visto que o caroço úmido apresentou menores rendimentos do que o previamente seco. Portanto, é viável secar o caroço antes de iniciar uma extração. Para um futuro estudo, será realizada a identificação química do óleo obtido, avaliando as propriedades do mesmo.

5. REFERÊNCIAS

CANTO, W. L.; SANTOS, L. C.; TRAVAGLINI, M. M. E. **Óleo de abacate: extração, usos e seus mercados atuais no Brasil e na Europa.** Estudos Econômicos. Campinas: ITAL, 1980.

Ana Paula Capelezzo Flávia Faccin de Conto, Laura Cassol Mohr, Stefane Vieira Besegatto, Francieli Dalcanton

FALCÃO, Marth de Aguiar., et al. **Fenologia e produtividade do abacate (*Persea americana Mill.*) na Amazônia Central**. 2000. Acesso em 30 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/31-1/PDF/v31n1a01.pdf>>

INSTITUDO ADOLFO LUTZ. Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz. v.1: **Métodos químicos e físicos para análise de alimentos**. São Paulo: IMESP, 1985.

KOBORI, Cintia Nanci; JORGE, Neusa. **Caracterização dos óleos de algumas sementes de frutas como aproveitamento de resíduos industriais**. Ciênc. Agrotec. Lavras, v. 29, n. 5, set./out., 2005. Acesso em 3 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cagro/v29n5/a14v29n5.pdf>>

MANGINI, Jussara. **Biodiesel de abacate**. FAPESP, 2009. Acesso em 28 de outubro de 2012. Disponível em <<http://agencia.fapesp.br/10601>>

MARTÍNEZ, J. **Extração de óleos voláteis e outros compostos com CO₂ supercrítico: desenvolvimento de uma metodologia de aumento de escala a partir da modelagem matemática do processo e avaliação dos extratos obtidos**. 2005. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Alimentos) – Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Isadora et al. **Comparação do teor lipídico de abacates da variedade quintal obtidos no comércio de pelotas**. UFPel, Pelotas –Rio Grande do Sul, 2008. Acesso em 3 de novembro de 2012. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CA/CA_00822.pdf>

RODRIGUES, Jaqueline., et al. **Concentração lipídica e características físico-químicas de Abacates da variedade fortuna**. Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas – Rio Grande do Sul, 2007. Acesso em 27 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CA/CA_01022.pdf>

TANGO, J. S.; TURATTI, J. M. Óleo de abacate. In: ABACATE – cultura, matéria-prima, processamento e aspectos econômicos. Campinas: ITAL, 1992.

A ATRAÇÃO EM PARQUES TECNOLÓGICOS A PARTIR DE FATORES LOCACIONAIS – UM ESTUDO COM O PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO CHAPECÓ@

Marcelo Fabiano Costella¹, Patrícia Romanelli

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó, costella@unochapeco.edu.br

Fonte de financiamento: PIBIC/FAPE

RESUMO

Essa pesquisa se propôs a investigar e analisar como os parques tecnológicos são estruturados, enfatizando o estudo dos fatores locacionais que atraem os mesmos para determinadas regiões e as empresas a se instalarem nesses empreendimentos, focando os parques em operação na região sul do Brasil. Por fim, realizou-se uma comparação com o atual cenário onde será implantado o Parque Científico e Tecnológico Chapecó@. O resultado da análise indica que os fatores de sucesso identificados estão intimamente ligados entre si, relacionados à localização e foco do parque tecnológico, à presença de incubadoras e os benefícios financeiros públicos utilizados. Nota-se que aproximadamente 80% dos fatores locacionais avaliados foram classificados como importantes ou com importância vital para atrair empresas para o empreendimento. Lembrando que a relevância dos fatores pode ser o divisor entre um empreendimento bem sucedido e uma gestão tecnológica desastrosa, a qual não corresponde aos interesses da população que nesse espaço opera.

Palavras-Chave: Parques tecnológicos; empresas inovadoras; geração de conhecimento.

1. INTRODUÇÃO

O mercado globalizado e de competição intensiva nos quais países e empresas estão inseridos, demanda uma busca constante por inovação. Entre os habitats de estímulo à inovação com diversas iniciativas pelo mundo e também no Brasil, estão os chamados Parques Tecnológicos.

Com o crescimento do movimento dos parques tecnológicos no Brasil, estudar os fatores que tornam um parque mais atraente que outro e que fazem com que as empresas se instalem em determinadas regiões, serve como objeto de estudo para outras instituições que pretendem implantar parques ou melhorá-los para atrair mais empresas em suas áreas (ARRUDA; BARCELLOS, 2012).

A IASP (Internacional Association of Science Park) (2012, p.1) define parque tecnológico como “organização administrada por profissionais especializados, cujo principal objetivo é aumentar a riqueza de sua comunidade por meio da promoção da cultura de inovação e da competitividade de suas empresas associadas e instituições baseadas em conhecimento”.

Neste sentido, a entidade indica que os parques são ambientes criados de forma organizada, com serviços de valor agregado, espaços de infraestrutura física de alta qualidade, com o objetivo de gerar riqueza para a região em que estão inseridos. Desse modo, o papel do parque é gerenciar o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento, empresas e mercados, atuando como ponte (IASP, 2012).

No Brasil, essa busca pela inovação tecnológica tardou, porém foi iniciada. Percebe-se que “nos últimos anos, vários instrumentos têm sido criados e implementados neste sentido. Fundos Setoriais, Lei da Inovação, Incentivos Fiscais etc. foram iniciativas do governo federal para ampliar o leque de opções e dar concretude a essa política” (STEINER; CASSIM; ROBAZZI, 2008, p. 8).

Em 15 de janeiro de 2008, foi sancionada em Santa Catarina, a Lei de Inovação Tecnológica, LEI Nº 14.328, aprovada pela Assembleia Legislativa estadual em dezembro de 2007. A nova legislação busca reduzir a distância entre as iniciativas públicas e privadas, “visando à capacitação em ciência, tecnologia e inovação, o equilíbrio regional e o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado”. (LEI, 2008).

De acordo com Brito Cruz (2010), a maioria das empresas privadas no Brasil não fomenta pesquisa em inovação e preferem importar a tecnologia de outros países, com receio de “perder dinheiro”, caso invistam em P&D e não obtenham resultados. Nos países desenvolvidos, o investimento em P&D pelo setor industrial é superior ao do setor governamental, porém no Brasil, o investimento é praticamente a mesma quantia entre os setores.

Em Santa Catarina são três parques tecnológicos em operação e outros três estão em fase de desenvolvimento. Os parques em operação são o Sapiens Parque e o Parque Tecnológico Alfa (Parqtec Alfa), localizados em Florianópolis e o Parque Tecnológico de Blumenau. Já os parques que estão em fase de projeto são o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e o Parque de Inovação da Região de Joinville (Tecville), os dois na cidade de Joinville. O Orion Parque Tecnológico, localizado em Lages, está em fase final de desenvolvimento, com algumas empresas já instaladas em sua estrutura.

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

O Rio Grande do Sul conta com três grandes parques tecnológicos em operação, são eles: Parque Científico e Tecnológico da PUCRS – Tecnopuc (PUCRS) instaurado em Porto Alegre, Parque Tecnológico São Leopoldo – Tecnosinos (UNISINOS) instaurado em São Leopoldo e Parque Tecnológico do Vale dos Sinos – Valetec (FEEVALE) instaurado em Campo Bom. Em implantação, estão quatro parques, dois em Canoas, Passo Fundo e o da UFRGS em Porto Alegre. O estado do Paraná conta com quatro parques em operação, sendo eles em Curitiba, em Pato Branco, em Foz do Iguaçu e em Cascavel (ANPROTEC, 2008).

Cada parque necessita desenvolver um projeto de Ciência e Tecnologia (C&T) específico, que detalhe seu perfil e as áreas onde pretende se especializar. Este projeto deve detalhar ainda a infraestrutura e os serviços necessários que possam atrair empresas de base tecnológica para o parque (APEX, 2011).

A fase de estruturação é determinante para a captação de investimentos. Durante essa fase, as premissas devem ser consolidadas, a demanda das empresas mapeadas e as soluções para questões como infraestrutura, serviços tecnológicos, incentivos e necessidade de recursos humanos, entre outras, devem ser buscadas (STEINER; CASSIM; ROBAZZI, 2008).

O objetivo dos parques tecnológicos, não é somente abrigar empresas que já estão tecnologicamente desenvolvidas, mas buscar empresas que possuem potencial de crescimento e geração de lucros, tanto a curto, quanto em longo prazo (FIGLIOLI, 2007; ZOUJIAN; PLONSKI, 2006).

Um dos fatores fundamentais para a colocação e construção de um parque tecnológico é em relação a sua localização, pois o mesmo interfere diretamente no crescimento e competitividade das empresas que irão se instalar (BUCKLEY, 1998).

Algumas empresas procuram por mercados consumidores aos quais se familiarizam, observando também a cultura, sociedade, língua e história. Algumas empresas ressaltam que, quanto maior a necessidade da existência de atividades tecnológicas, maior será a busca por localidades onde já haja uma tendência a geração do conhecimento e desenvolvimento tecnológico, (GONÇALVES, 2002).

Buckley (1998) cita os fatores locacionais relacionados à pesquisa e desenvolvimento, sendo eles: os custos de investimento (profissionais técnicos, equipamentos e instalações), custos de transferência (transferências de informações, tanto internas quanto externas), custos organizacionais (construção ou ampliação) e qualidade dos recursos de entrada (nível de habilidade dos profissionais e tipo/formato do laboratório).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se uma pesquisa qualitativa que descreve os fatores de atratividade de empresas inovadoras para a implantação de parques tecnológicos no sul do país, identificar os fatores que contribuam e determinem a escolha das empresas em determinadas regiões. O método utilizado para atender os objetivos foi o estudo de caso, sendo coletados dados quantitativos e qualitativos,

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

visando à realização de pesquisas e comparações entre os parques tecnológicos em operação na região sul do Brasil (GIL, 2002).

2.1 Amostra e seleção dos critérios comparativos

Para compor a amostra foram selecionados todos os parques tecnológicos em operação no sul do Brasil há pelo menos dois anos, assim não foram considerados parques em projeto e em implantação, apresentado na tabela 01.

Tabela 01 - Parques Tecnológicos em operação no sul do Brasil

PARQUES TECNOLÓGICOS EM OPERAÇÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL	
Estado	Parques Tecnológicos
Rio Grande do Sul	Parque Científico e Tecnológico da PUCRS – Tecnopuc
	Parque Tecnológico São Leopoldo – Tecnosinos
	Parque Tecnológico do Vale dos Sinos – Valetec
Santa Catarina	Sapiens Parque – Florianópolis
	Parque Tecnológico Alfa (PARQTEC ALFA)
	Parque Tecnológico de Blumenau (ParqueBlu)
Paraná	Programa Curitiba Tecnoparque
	Parque Tecnológico Itaipu (PTI)
	Parque Tecnológico de Pato Branco (PTPB)
	Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste (PTAO)

Fonte: Adaptado de ANPROTEC, 2008.

A partir da análise e de um estudo bibliográfico aprofundado referente aos parques tecnológicos, foram selecionados alguns critérios, adaptados dos estudos de Barquete (2002, p.112) e Manella (2009, p.144-145). A partir de uma tabela comparativa pré-estabelecida com 47 critérios, 35 foram selecionados para estudo. Os constructos selecionados para o comparativo foram:

- Acesso a incentivos fiscais e financeiros;
- Qualidade de vida (o que se encontra perto dos mesmos);
- Infraestrutura tecnológica e de conhecimento;
- Infraestrutura de comunicação e telecomunicação;
- Infraestrutura urbana;
- Perfil industrial da região;
- Serviços oferecidos pelo parque.

2.2 Tabulação dos resultados e avaliação do projeto do Parque Científico e Tecnológico Chapecó@

A partir da tabela comparativa, da qual os critérios foram analisados por constructos, uma escala de importância foi desenvolvida, a fim de ressaltar quais são os fatores de atratividade que os parques tecnológicos ofertam com maior frequência as empresas, para sua instalação nos mesmos. As barras representam a porcentagem de parques tecnológicos que ofertam determinado critério para que as empresas se instalem. Criou-se uma escala para as porcentagens, na qual os fatores de atratividade foram separados por grau de importância:

- De 0 a 20%: Grau 1 – Importância desconhecida ou sem importância;
- De 21 a 40%: Grau 2 – Pouco Importante;
- De 41 a 60%: Grau 3 – Importância relativa;
- De 61 a 80%: Grau 4 – Importante;
- De 81 a 100%: Grau 5 – Importância vital ou muito importante.

Seguindo uma linha de pensamento, pergunta-se de que forma os PqTs em estudo contribuem para o desenvolvimento do Parque Científico e Tecnológico Chapecó@. Especificamente, procurou-se identificar as vantagens para o desenvolvimento local da região na qual ele está inserido, levando em conta fatores como volume e o segmento das empresas hospedadas, e inovações geradas, acompanhando a relação universidade/empresa/governo nesse habitat de inovação.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Parques Tecnológicos em operação

Neste capítulo apresenta-se a análise dos dados coletados e informações obtidas. Buscou-se selecionar os critérios relevantes de uma tabela comparativa pré-estabelecida com 47 critérios, os quais 35 foram selecionados para estudo, adaptados dos estudos de Barquete (2002, p.112) e Manella (2009, p.144-145), apresentado na tabela 02.

Tabela 02 - Critérios comparativos entre os parques tecnológicos

ITEM / PARQUES TECNOLÓGICOS	Sapiens Parque	Parqtec Alfa	Parque Blu	Tec-nopuc	Tecnosinos	Valetec	Curitiba Tecno-parq	Parq. Tec. Itai-pu	Parque Tec. de Pato Branco	Parq. Tec. Agro industrial do Oeste
Acesso a incentivos fiscais e financeiros	Incentivos Públicos (Federal ou Estadual)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Benefícios públicos para aquisição de terrenos	X	X	X			X	X		X
	Fundos Governamentais de apoio às empresas	X	X		X	X	X	X		X

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

	Hotéis, bares e restaurantes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Sistema de transporte	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Áreas verdes e de convívio	X	X	X	X	X		X	X		X
	Centros esportivos e culturais	X	X	X	X		X		X		
Qualidade de vida (proximidade de à)	Áreas comerciais, shoppings, empresas de serviços	X	X	X	X	X					
	Instituições de educação (creches, escolas)	X	X		X					X	
	Áreas residenciais	X	X	X						X	
	Proximidade e relação com universidades	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Bibliotecas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Infraestrutura Tecnológica e de conhecimento	Incubadoras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Laboratórios de P&D	X	X		X	X	X	X	X	X	X
	Centros tecnológicos e Institutos de P&D	X	X		X	X		X	X		X
	Escritórios/serviços de transferência de tecnologia	X			X	X			X		X
	Eletrônica e multimídia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Infraestrutura de comunicação e telecomunicação	Internet	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Telefonia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Salas de reuniões e eventos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Centros de conferência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Videoconferência	X	X		X				X		X
	Água e esgoto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Ruas Pavimentadas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Coleta de lixo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Proximidade a estradas e rodovias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Infraestrutura urbana	Proximidade a bancos	X	X	X	X	X			X	X	X
	Proximidade a portos e aeroportos (raio de 45 Km)	X	X	X	X	X			X	X	
	Empresas inovadoras com produtos e serviços de valor agregado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Perfil industrial da região	Mão-de-obra qualificada	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Proximidades a centros urbanos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Comercialização do produto (marketing, divulgação)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Serviços oferecidos pelo parque	Serviços jurídicos		X	X	X	X			X		X
	Informação sobre consultoria/fomento a P&D	X			X	X			X		X

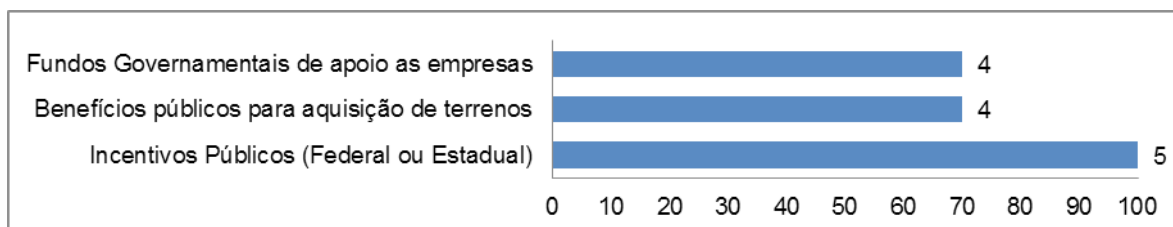
Fonte: Adaptado de Barquete (2002, p.112) e Manella (2009, p.144-145).

Para o constructo Acesso a incentivos fiscais e financeiros (figura 01), os critérios avaliados foram considerados com grau 4 e grau 5. Para o item relacionado a incentivos públicos (federais ou estaduais), as empresas consideraram muito importante na escala (grau 5). Já os critérios Fundos

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

governamentais de apoio às empresas e Benefícios públicos para aquisição de terrenos foram avaliados como importantes para as empresas e ofertados por 70% dos parques.

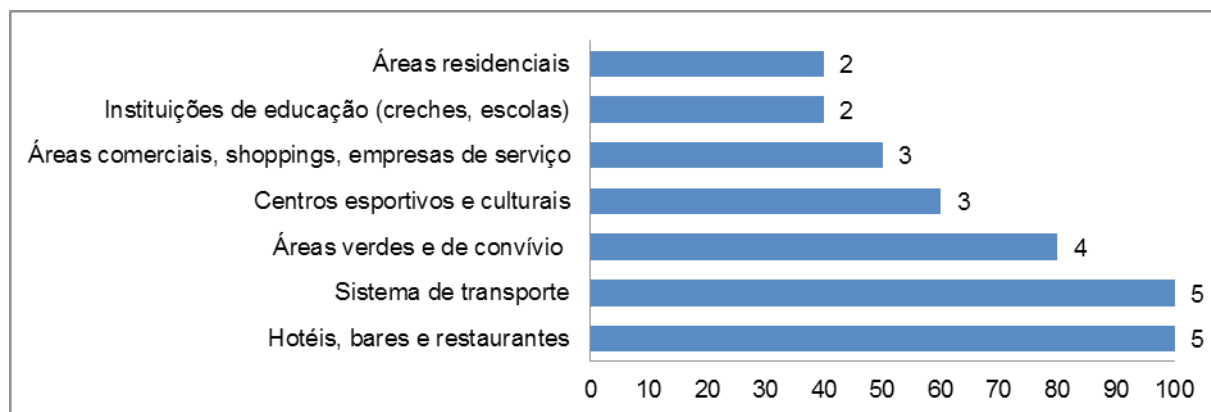
Figura 01 – Gráfico do constructo Acesso a incentivos fiscais e financeiros



Fonte: Autor, 2013.

Em relação ao constructo Qualidade de vida, apresentado na figura 02, os mesmos variaram entre o grau 2 até o grau 5 na escala de importância. Considerados muito importante na escala foram classificados os critérios de Sistema de transporte, e Hotéis, bares e restaurantes. Avaliado com grau 4 na escala, considerado importante está o item Áreas verdes e de convívio, ofertado por 80% dos PqTs. Os critérios Áreas comerciais, shoppings e empresas de serviço (ofertados por 50% dos PqTs), e Centros esportivos e culturais (ofertados por 60% dos PqTs) foram avaliados com grau 3 (relativamente importante). E por fim, os critérios de atratividade considerados pouco importantes foram Áreas residenciais e Instituições de educação (creches e escolas).

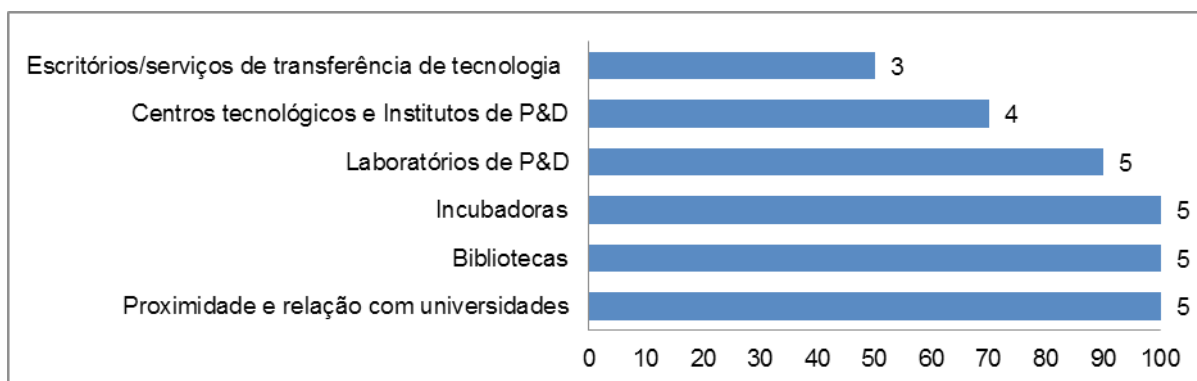
Figura 02 – Gráfico do constructo Qualidade de vida



Fonte: Autor, 2013.

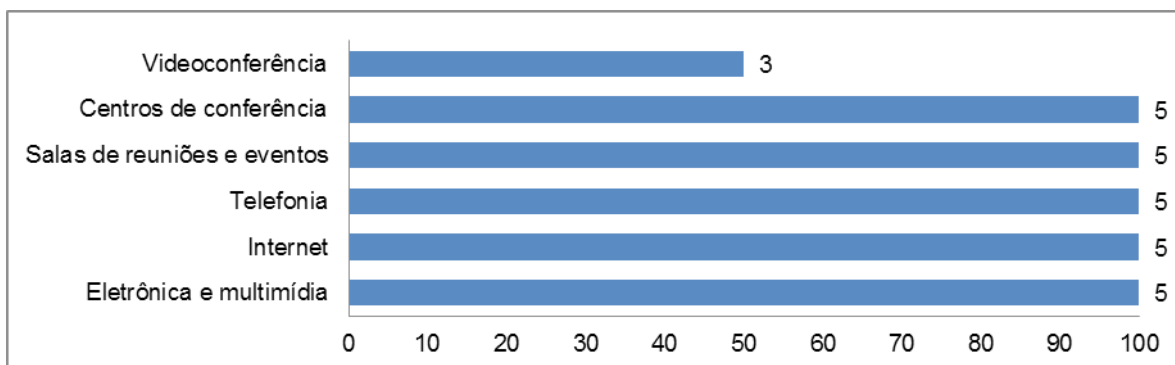
Para o constructo Infraestrutura tecnológica e de conhecimento (figura 03), dos seis critérios avaliados, quatro foram considerados muito importantes como fatores de atratividade das empresas para os parques tecnológicos, sendo eles: Incubadoras, Bibliotecas, Proximidade e relação com universidades; Laboratórios de P&D ofertados por 90% dos PqTs em estudo. O item Centros Tecnológicos e Institutos de P&D foi classificado como grau 4, sendo ofertado por 70% dos PqTs às empresas. Já o item Escritórios/Serviços de transferência de tecnologia foi classificado com importância relativa, com grau 3, e ofertado por 50% dos PqTs. Nenhum item foi considerado pouco importante ou sem importância.

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

Figura 03 – Gráfico do constructo Infraestrutura tecnológica e de conhecimento

Fonte: Autor, 2013.

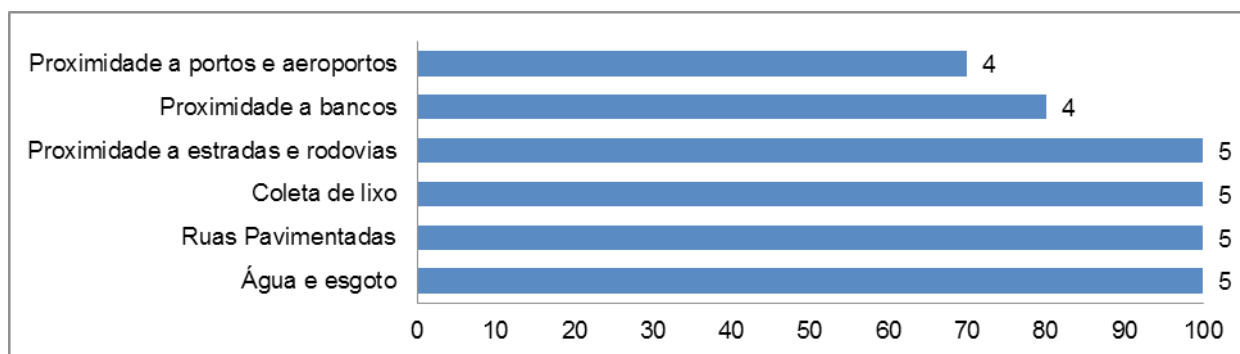
Para o constructo Infraestrutura de comunicação e telecomunicação, apresentado na figura 04, analisou-se que dos seis critérios avaliados, apenas o item Videoconferência foi ofertado por 50% dos parques tecnológicos em operação, classificado no grau 3. Os cinco itens restantes foram classificados com grau 5, concedido por todos os parques em estudo, sendo eles: Sala de reuniões e eventos, Centros de conferência, Telefonia, Internet e Eletrônica e Multimídia.

Figura 04 – Gráfico do constructo Infraestrutura de comunicação e telecomunicação

Fonte: Autor, 2013.

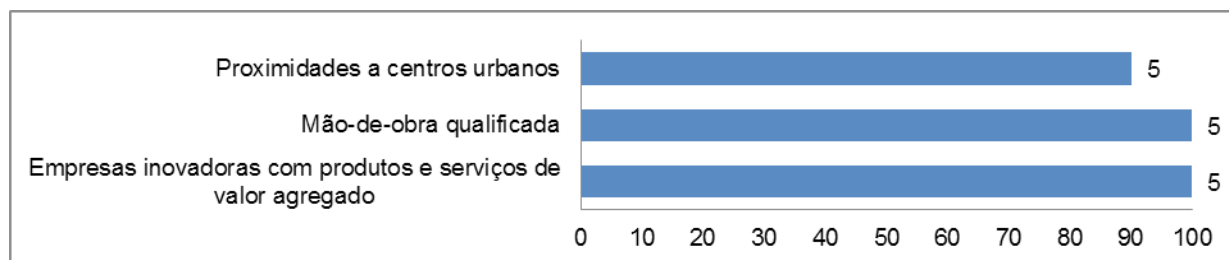
Para o constructo Infraestrutura urbana, entre os seis itens avaliados, quatro são classificados como muito importantes, com grau 5, e ofertados por 100% dos PqTs às empresas, sendo eles: Proximidades a estradas e rodovias, coleta de lixo, ruas pavimentadas e água e esgoto. Os itens Proximidade a bancos e Proximidade a portos e aeroportos foram classificados como importante (grau 4) na escala, ofertado por apenas 80% e 70% dos PqTs em estudo, respectivamente.

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

Figura 05 – Gráfico do constructo Infraestrutura urbana

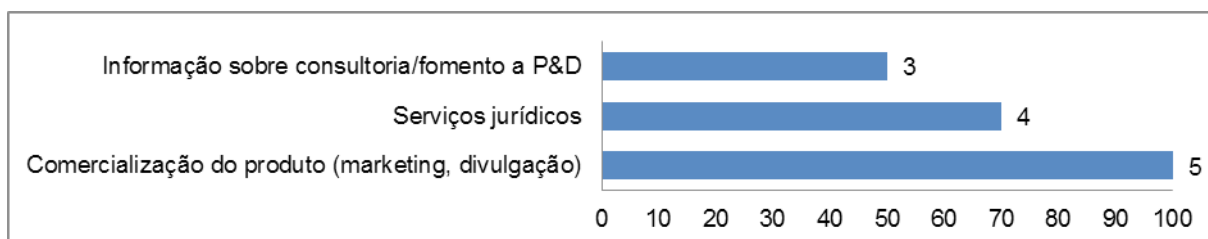
Fonte: Autor, 2013.

Para o constructo Perfil industrial da região, dois itens avaliados são ofertados por todos os PqTs: Mão-de-obra qualificada e Empresas inovadoras com produtos e serviços de valor agregado. O item Proximidade a centros urbanos foi ofertado a 90% dos PqTs. Todos os itens apresentados nesse constructo, de acordo com a figura 06, foram classificados com grau 5, avaliados com importância vitalícia para as empresas.

Figura 06 – Gráfico do constructo Perfil industrial da região

Fonte: Autor, 2013.

Por fim, os Serviços oferecidos pelo Parque (figura 07), último constructo a ser analisado, apresenta um item classificado com grau 5 e ofertado por todos os PqTs às empresas: Comercialização do produto (marketing, divulgação). O item Serviços jurídicos classifica-se como importante na escala (grau 4), sendo oferecido por 70% dos PqTs e o item Informação sobre consultoria/fomento à P&D classificado como grau 3 (indiferente), ofertado por 50% dos PqTs as empresas.

Figura 07 – Gráfico do constructo Serviços oferecidos pelo Parque

Fonte: Autor, 2013.

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

Submetendo os critérios a uma análise geral, estimou-se que:

- 58,82% dos critérios apresentados estão classificados como grau 5 (muito importante) na escala;
- 20,59% classificam-se como grau 4 (importante);
- 11,77% classificam-se como grau 3 (importância relativa);
- 8,82% classificam-se como grau 2 (pouco importante).

Analisando o gráfico, observou-se que nenhum dos fatores de atratividade, para a instalação de empresas inovadoras nos parques tecnológicos, encaixou-se no grau 1 da escala. Assim, concluiu-se que nenhum dos critérios estabelecidos para estudo é considerado sem importância.

Note que itens que aparecem com mais frequência, classificados como importante e muito importante na escala, atribuídos a aproximadamente 79,41% das empresas, as mesmas utilizam sempre, como serviços básicos de infraestrutura. Nota-se também que as empresas buscam proximidade a estes serviços básicos, pois caso contrário, essa distância resultaria em um maior custo.

Apesar de alguns dos fatores serem considerados de grau 4 e 5 na escala, informações disponibilizadas pelas administrações dos parques tecnológicos salientam que algumas empresas utilizam-nos pouco, tais como os centros de conferência. Assim, atribuindo baixa importância, diz-se que os recursos estão sendo desperdiçados.

Em relação à confiabilidade dos dados, obtiveram-se informações das administrações dos parques tecnológicos e juntaram-se as bibliografias encontradas. Os dados foram confrontados para que o grau de confiabilidade seja o maior possível, e os dados considerados não confiáveis foram descartados.

3.2 Fatores de sucesso dos parques

Buscou-se a comparação dos parques científicos e tecnológicos em operação no sul do país para identificar também os fatores de sucesso dos mesmos. Os principais fatores de sucesso são:

- Localização do parque tecnológico;
- Benefícios financeiros públicos;
- Foco do parque tecnológico;
- Presença de incubadora.

Em relação ao critério 'localização do parque tecnológico', os que obtiveram maior sucesso foram aqueles que escolheram uma área propícia a investimentos em inovação tecnológica. Observou-se que quanto maior a proximidade dos centros urbanos, maior o desenvolvimento do mesmo. Lembrando que o terreno escolhido para implantação do parque deve ser planejado para que as instalações possam ser ampliadas, pressupondo seu desenvolvimento.

Analisando a literatura, observou-se que a maioria dos parques científicos e tecnológicos utilizou 'benefícios públicos', sejam eles federais, estaduais ou municipais para sua instalação.

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

Iniciativas públicas sejam elas de forma direta, ou através de fundações e agências de fomentos com ações de prefeituras são fatores decisivos para fazer com que o projeto de implantação saia do papel.

Outro fator de sucesso é em relação ao ‘foco do parque’. É importante definir o tipo de pesquisa a ser realizada e selecionar alguns setores, pois um parque focado possibilita mais oportunidades de sucesso na troca de experiências e no constante aprimoramento das empresas instaladas.

As ‘incubadoras’ tem papel fundamental para o sucesso do parque tecnológico. Nelas, micro e pequenas empresas com potencial tem a oportunidade de crescimento, fornecer um ambiente propício ao desenvolvimento das mesmas e recebendo assessoria empresarial, contábil, financeira e jurídica, diminuindo assim os custos. À medida que o mercado fica cada vez mais competitivo, as empresas incubadas se fortalecem e se preparam para sobreviver no mesmo.

3.3 Parque Científico e Tecnológico Chapecó@

De acordo com os critérios avaliados anteriormente e comparando com a região na qual o Parque Científico e Tecnológico Chapecó@ estará inserido, observou-se que a maioria dos itens listados, se enquadram no que se pode definir como requisitos básicos para atrair empresas para os mesmos. Sendo analisados em pontos positivos, os quais poderão ser ofertados para as empresas e os que ainda necessitam de melhorias, respectivamente.

Tabela 03 – Comparativo dos critérios avaliados com a região que será implementado o Parque Científico e Tecnológico Chapecó@

Avaliação	Critérios
Positivos	Proximidade e relação com universidades
	Proximidades a portos e aeroportos
	Água e esgoto
	Coleta de lixo
	Ruas pavimentadas
	Proximidade a estradas e rodovias
	Internet e Telefonia
Necessitam de melhoria	Parcerias com instituições de ensino e pesquisa, grandes empresas e governo
	Incubadoras
	Hotéis, bares e restaurantes
	Sistema de transporte
	Mão-de-obra qualificada
	Transferência de tecnologia

Fonte: Autor, 2013.

Os critérios Proximidade e relação com universidades e Proximidade a aeroportos atendem como pontos positivos, pois o parque científico e tecnológico será construído nas imediações da universidade (UNOCHAPECO) e como dispõe-se de aeroporto na cidade, o mesmo pode ser utilizado a favor na mobilidade. Em comparação aos critérios água e esgoto, coleta de lixo e ruas

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

pavimentadas, a região em que o parque será estruturado já está loteada, com grande ascensão residencial e nas imediações também está estabelecida a universidade. Proximidade a estradas e rodovias seria um fator de atratividade para o parque a ser implantado, sendo que estaria no sentido da Rodovia BR-283 e não muito distante de estradas que dão acesso a outras rodovias, como a Avenida Leopoldo Sander.

Outros fatores de atratividade que o parque ofertaria as empresas seriam Internet e Telefonia, considerados como infraestrutura básica de comunicação e telecomunicação para a instalação das mesmas. Em relação às Incubadoras, Unochapecó já conta com duas das mesmas implantadas e mais três em implantação, nos municípios de Saudades/SDR Maravilha, Palmitos e Seara. Na região, as parcerias com instituições de ensino e pesquisa têm sido firmadas, um exemplo destacado é a própria Unochapecó, que capitaneia o projeto do parque.

O critério Hotéis, bares e restaurantes, comparado com a região na qual será implementado o parque Chapecó@, não atende ao critério, pois será estruturado longe do centro urbano, em uma região que abrange o bairro Efapi. O critério Sistema de transporte, como um fator de infraestrutura básica, é disponibilizado e tende a ser satisfatório para a população local, devido ao grande número de pessoas que dependem desse sistema para mobilidade. Como a implantação do parque tecnológico será longe do centro urbano da cidade, é fundamental que haja um bom sistema de transportes. Ressaltou-se a importância do critério mão-de-obra qualificada, sendo que, na região, muitos profissionais precisam ser importados e capacitados receber um projeto dessa amplitude.

Em relação à transferência de tecnologia, a região onde será implantado o parque não difere muito da realidade do país, sendo que essa área ainda tem dificuldades para desenvolver e melhorar seu sistema. As sinergias entre universidade e empresas devem ser incentivadas, a fim de que impulsionar essa etapa do processo.

Ressalta-se que os elementos acima discutidos, assim como o estabelecimento do parque na região, não garantem o desenvolvimento da economia local. A vantagem é que o esforço concentrado pode desenvolver sinergias, as quais são essenciais para um meio inovador. Dai a importância do incentivo aos serviços de transferência de tecnologia, o qual se cita como exemplo. O desenvolvimento da cidade e região nos mais diversos setores devido a inserção do parque tecnológico poderá ser constatado visivelmente. Um projeto em longo prazo, que trará benefícios tanto para a viabilização de outros parques com o mesmo propósito, quanto para alunos e docentes, fomentando o espírito empreendedor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, motivado pela busca de respostas relacionadas ao problema de pesquisa exposto, em uma análise geral, observou-se que outros dados são compatíveis com a literatura, sendo que as empresas que se instalaram nos parques tecnológicos em operação estudados o fazem em busca de serviços de informação, consultoria, fomento à P&D, e consideram importante a disponibilidade de mão de obra qualificada de nível superior e de empresas inovadoras que produzem serviços tecnológicos de alto valor agregado. Observou-se que as empresas demonstram pouco

interesse pela infraestrutura tecnológica oferecida as mesmas, refletindo os baixos investimentos realizados ao longo dos anos no país.

A partir da análise realizada observou-se que reconhecer a importância da inovação, trouxe e ainda trará grandes mudanças no modo de atuar de empresas, entidades representativas, instituições de ensino e de pesquisa e organizações do setor público. De mesmo modo, os parques devem reunir em seu espaço físico um suporte à interação e integração entre empresas, universidades e governo, de modo que empresas de base tecnológica optem pela sua instalação nesses ambientes de inovação, aumentando assim, o bem estar da comunidade onde estão inseridos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPROTEC, *Portfólio de Parques Tecnológicos no Brasil*. Versão de Trabalho. 2008. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/portfolio_completo_resol_media_pdf_28.pdf>. Acesso em: 07 de Outubro de 2012.

APEX. *Parques Tecnológicos*. Disponível em Portal Apex Brasil: <<http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=673>>. Acesso em: 24 de Abril de 2012. São Paulo, 2011.

ARRUDA, C.; BARCELLOS, E. *Criando empresas inovadoras*. 2012. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/inovacao/Documents/200906_arruda_barcelos_criando_empresas_inovadoras.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

BARQUETE, S.; Fatores de localização de incubadoras de empreendimentos de alta tecnologia. *ERA – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 101-113, jul./set 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n3/v42n3a09.pdf>>. Acesso em 21 out. 2012.

BRITO CRUZ, Carlos Henrique de; *Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: desafios para o período 2011 a 2015*. Junho – 2010. Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/CTI-desafios-InteresseNacional-07082010-FINAL.pdf>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2013.

BUCKLEY, P. J. *Contemporary Theories of International Direct Investment*. 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3502140?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21101305133841>>. Acesso em: 13 de Outubro de 2012.

DRUMMOND, P. H. F. *O planejamento tecnológico de uma empresa de base tecnológica de origem acadêmica por intermédio dos métodos Technology Roadmapping (TRM), Technology Stage-Gate (TSG) e Processo de desenvolvimento de Produtos (PDP) tradicional*. 2005. Disponível em: <www.inf.furb.br/.../CHENGetAL-anprotec2005-planej-tecnol.pdf>. Acesso em: 08 de Outubro de 2012.

FERGUSON, R.; OLOFSSON, C.; Science Parks and the development of NTBFs – Location, survival and growth. *Journal of Technology Transfer*, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-17752008000300001&script=sci_arttext> Acesso em: 06 de Outubro de 2012.

FIGLIOLI, A. *Perspectivas de financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo*. 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde.../AlineFiglioli.pdf>. Acesso em: 05 de Outubro de 2012.

Marcelo Fabiano Costella, Patrícia Romanelli

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIZENDI, Eduardo. *Manual de orientações gerais sobre inovação*. 2011 Disponível em: <<http://download.finep.gov.br/dcom/manualinovacao.pdf>>. Acesso em: 2 de Outubro de 2012.

GONÇALVES, A. Parques tecnológicos: A experiência brasileira. *ANPROTEC*. Disponível em: <[HTTP://www.anprotec.org.br/publicação.php?idpublicacao=169](http://www.anprotec.org.br/publicação.php?idpublicacao=169)>. Acesso em: 11 de Outubro de 2012.

INTERNACIONAL ASSOCIATION OF SCIENCE PARKS (IASP). Definitions and Statistics. Disponível em: <<http://www.iasp.ws/publico/index.jsp?enl=2>>. Acesso em: 25 de Setembro de 2012.

LAHORGUE, M. A.; HANEFELD, A. O.; CABRAL, R. I. *Parques, polos e incubadoras: instrumentos de desenvolvimento do século XXI*. Brasília: ANPROTEC/SEBRAE, 2004.

LEI DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA, LEI Nº 14.328. Florianópolis, 15 de janeiro de 2008.

MANELLA, B. F. P.; *Fatores de atratividade de empresas inovadoras para Parques Tecnológicos*. 2009. 194 p. *Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações)* – Ribeirão Preto, 2009.

PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL. *Estudo, Análise e Proposições*. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Parques%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Estudo%20an%C3%A1lises%20e%20Proposi%C3%A7%C3%B5es.pdf>> Acesso em: 20 de Setembro de 2012.

ROCHA, M. C.; *A eficiência dos incentivos fiscais à inovação tecnológica*. Junho – 2010. Disponível em <<http://inventta.net/wp-content/uploads/2011/06/A-eficiencia-dos-incentivos-fiscais-a-inovacao.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2013.

SOLY, B. et al. *Os desafios de obter recursos financeiros para o planejamento, implantação e operacionalização de parques tecnológicos*. Disponível em <http://inventta.net/wp-content/uploads/2012/04/recursos-financeiros-parques-tecnologicos.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

STEINER, J.; CASSIM, M.; ROBAZZI, A. *Parques Tecnológicos: ambientes de inovação*. São Paulo, 76 p, 2008.

ZAMMAR, G.; KOVALESKI, J. L.; ZANETTI, S. G. *Infraestrutura para Implantação de Empresas de Base Tecnológica – Parques Tecnológicos*, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a11v32n01/113201191.html>>. Acesso em: 26 de Outubro de 2012.

ZOUIAN, D. M.; PLONSKI, G. A. *Parques Tecnológicos: Planejamento e Gestão*. Brasília: ANPROTEC: SEBRAE, 2006. 140p.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA NR-18 EM CANTEIROS DE OBRA NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC

Marcelo Costella¹, Franciele Junges

¹Universidade Comunitária da Região de Chapecó

E-mail: costella@unochapeco.edu.br

Fonte de Financiamento: Convênio PIBIC/FAPE pelo Núcleo de Pesquisa *Stricto Sensu* em Tecnologia e Inovação da Unochapecó

RESUMO

Tendo em vista os problemas relacionados à segurança do trabalho e o fato de acreditar haver discrepância no grau de cumprimento da NR-18 nas obras de diferentes portes (pequena, média e grande) é que se procurou conhecer as reais condições dos ambientes de trabalho da indústria da construção. Baseando-se no check list proposto por Costella e Galina (2010), foram avaliados mais de 100 canteiros de obra na cidade de Chapecó – SC em diferentes períodos dos anos de 2010, 2011 e 2012. A amostra de dados coletados foi separada em três grupos, de acordo com o tamanho da obra, sendo que as de pequeno porte abrangiam as residências unifamiliares, as de médio porte edifícios de até quatro pavimentos e as de grande porte edificações com número superior a quatro pavimentos. Para cada item da lista de verificação fora atribuída uma nota e, após compilar as informações em planilhas eletrônicas, estas foram avaliadas conforme os objetivos da pesquisa. Trabalhou-se com uma seleção dos 5 piores e dos 5 melhores itens observados para as obras pequenas, médias e grandes, sendo feita uma análise crítica a este respeito. Analisando-se de maneira geral, dentre todos os itens, as obras de grande porte obtiveram a melhor média final. Desta forma, é possível confirmar a hipótese inicialmente sugerida e atribuir este resultado a diversos fatores, entre os quais se destaca a fiscalização nos diferentes tamanhos de obras. Apesar das obras grandes terem apresentado cumprimento da norma superior às demais, ainda assim os resultados são baixos, revelando a pouca importância dada à segurança nos ambientes de trabalho.

Palavras-chave: Segurança no trabalho. Grau de cumprimento da NR-18. Check list.

Marcelo Costella, Franciele Junges

1 INTRODUÇÃO

Os elevados números de acidentes de trabalho ocorridos no setor de construção civil trazem à tona a questão do cumprimento das normas de segurança, como por exemplo, da Norma Regulamentadora nº18, específica para a indústria da construção. A falta de controle do meio ambiente do trabalho, do processo produtivo e da orientação dos operários resulta em exagerados números de acidentes, sendo que muitos destes poderiam ter sido evitados se as empresas tivessem desenvolvido e implementado programas de segurança e saúde no trabalho, além de dar uma atenção maior à educação e treinamento de seus trabalhadores.

Em busca de maiores lucros com o mínimo de investimento as empresas negligenciam requisitos primordiais para construção de ambientes de trabalho seguros. Contudo, não é levado em consideração o fato de que as atividades de segurança demandam poucos recursos se comparado aos gastos pela falta destas. O desenvolvimento de programas preventivos é vantajoso e se trata de investimento, onde há minimização de riscos, agregação de autoestima, melhoria da produtividade e da competitividade das empresas, sendo esta capaz de criar uma imagem de responsabilidade para com seus funcionários.

No entanto, a diversidade das obras, a falta de técnicos especializados dentro das empresas, o caráter temporário das instalações de produção, a rotatividade da mão de obra e o emprego de equipes terceirizadas, são fatores que dificultam a criação e manutenção da segurança nos canteiros. E, aliado a isto, se buscou saber: qual é o grau de cumprimento da NR-18 em canteiros de obra de diferentes tamanhos?

Segurança no trabalho

Segundo Rocha (1999) o objetivo geral da segurança do trabalho é garantir que as atividades se desenvolvam da forma como estavam previstas e sem perigo aos trabalhadores, havendo prevenção de acidentes e/ou riscos ocupacionais. Ela afeta o bem-estar de funcionários, trabalhadores temporários, pessoal contratado, visitantes e qualquer outra pessoa que esteja no local de trabalho (ROUSSELET e FALCÃO, 1999).

Para Araujo (2006) as organizações devem garantir que as atividades e operações sejam seguras para os seus empregados e estas precisam seguir de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Normas Regulamentadoras que tratam de Segurança e Saúde ocupacional.

Norma regulamentadora - 18

Em função do considerável número de acidentes, houve uma grande evolução qualitativa da legislação brasileira em segurança do trabalho. Existem hoje 36 (trinta e seis) NR's (normas regulamentadoras). As NR's envolvem questões sobre a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), sobre o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), algumas tratam de questões voltadas à instalação de serviços

Marcelo Costella, Franciele Junges

perigosos (eletricidade, mineração, etc) outras instruem sobre como lidar com materiais de alto risco (líquidos inflamáveis, resíduos, etc) e até assuntos de atividades profissionais, como é o caso de insalubridade e periculosidade.

Dentre todas as NR's existe uma específica para a construção civil, a Norma Regulamentadora nº 18 - NR 18 (BRASIL, 2013), denominada de Condição e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil. Conforme afirma Rocha (1999), a NR-18 ainda não foi perfeitamente assimilada pelo setor da construção civil e permite identificar dúvidas, discussões e polêmicas a respeito de determinados itens contidos nela, principalmente em relação a alguns pontos considerados vagos e questionamentos quanto a outros apontados como exagerados.

Para Gonçalves (2008), a atual norma regulamentadora de segurança e saúde na indústria da construção civil possui uma sistematização mais feliz que a anterior, sendo bastante detalhada nos aspectos técnicos e dotada de mecanismos próprios tendentes a uma adequação mais rápida dos dispositivos normativos. Mas ainda apresenta conceitos incompatíveis com normas regulamentadoras recentes e demais instrumentos normativos.

Canteiro de obras

Todo canteiro de obra deve ser devidamente planejado, levando-se em consideração todas as fases da execução da obra. Conforme disposições da NR-18 (BRASIL, 2013) ainda na fase preliminar do canteiro é preciso considerar ligações de água, energia, esgoto; localizar e dimensionar em função do volume da obra as áreas para armazenamento de materiais a granel (areia, brita, etc.); localizar e dimensionar as áreas de vivência observando o número máximo de trabalhadores na obra; localizar e dimensionar as áreas específicas de trabalho (serra circular, armação de ferro, betoneira, etc.); considerar local propício para o transporte de equipamentos, materiais e pessoas; providenciar barreira impedindo o acesso de pessoas estranhas ao canteiro da obra; e fazer análise cronológica das etapas da obra e das consequentes modificações necessárias. Por fim, contudo não menos importante, é essencial sinalizar o canteiro, planejar e providenciar proteção contra incêndio e cobrar dos trabalhadores o uso dos equipamentos de proteção, tanto os individuais quanto os coletivos.

A organização e higienização das instalações do canteiro são de suma importância para o andamento das atividades, visto que ambientes limpos e organizados propiciam maiores rendimentos em virtude do bem estar de seus trabalhadores.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com a legislação brasileira se buscou verificar a situação de segurança ofertada nos canteiros de obras e, através das visitas realizadas foi procedido um levantamento de informações pré-determinadas por meio de check list, o qual contemplava 19 itens com 38 tópicos no geral. Os dados levantados foram compilados, analisados e depois selecionados conforme o interesse da pesquisa, sempre levando em consideração o cumprimento da NR-18. Além disso, foi

Marcelo Costella, Franciele Junges

feito acompanhamento em diferentes portes de obra na cidade de Chapecó, a fim de analisar as condições oferecidas aos trabalhadores do setor.

A partir das visitas realizadas em mais de 100 canteiros de obra por alunos da graduação em Engenharia Civil nos últimos 2 anos, foram coletados dados da lista de verificação da NR-18 (COSTELLA e GALINA, 2010) nas obras selecionadas para o estudo. A lista de verificação utilizada possui três alternativas para cada item, SIM, NÃO e NÃO SE APLICA. Os itens assinalados SIM representam o cumprimento da norma, os itens assinalados NÃO, representam o descumprimento da norma e os itens assinalados NÃO SE APLICA representam que o item não era necessário naquele estágio da obra ou então naquela obra. Durante as visitas aos canteiros também foram documentados, através de registro fotográfico, exemplos de boas e más práticas de segurança do trabalho.

Ao todo foram avaliadas 29 obras de pequeno porte, 33 de médio porte e 53 canteiros de grande porte, totalizando 115 obras. Sendo que as obras de pequeno porte abrangiam as residências unifamiliares, as obras de médio porte edifícios de até quatro pavimentos e as obras de grande porte edificações com número superior a quatro pavimentos.

2.1 Compilação dos dados

A partir de planilhas criadas no Microsoft Excel foi feita a compilação geral dos dados, os quais foram agrupados de acordo com o porte da obra e na sequência do ano de observação, no caso, obras de 2010, 2011 e 2012. Em seguida as informações coletadas foram separadas por grupos (áreas de vivência, armações de aço, elevadores, etc.), contendo itens da lista de verificação.

2.2 Análise dos dados

Feita a compilação dos dados se iniciou a análise dos mesmos, onde foi avaliada a nota referente a cada item da norma. Tal nota é gerada por fórmula fixada no Microsoft Excel, em que a fórmula é dada pelo somatório de “SIM”, dividido pelo somatório de “SIM” e “NÃO”, multiplicando depois por dez. Os resultados da pesquisa indicam o número de obras que foram consideradas para a análise das avaliações, a quantidade de dados que foram utilizados e a média geral das notas.

De acordo com o porte de obra foram analisados e avaliados, individualmente, os 36 tópicos que compõem a lista de verificação da NR-18, visto que os itens “redes de segurança” e “ancoragem” não foram analisados nos canteiros de obras pesquisados. Em seguida os resultados foram apresentados no seguinte formato: os cinco tópicos mais bem pontuados e os cinco piores. Como forma de refinar a amostra dos itens avaliados da NR-18 se optou por desconsiderar aqueles que tivessem o índice de obras analisadas menor ou igual a 25% do total de canteiros pesquisados para cada porte de obra, ou seja, não foram considerados os resultados dos itens em que havia muitas respostas “não se aplica”.

Embasado nas médias obtidas em cada porte de obra para todos os itens analisados foi feita uma comparação entre o grau de cumprimento nos diferentes tamanhos de obras.

Marcelo Costella, Franciele Junges

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Apresentação da tabela com os itens do check list nos portes de obra

A fim de avaliar os dados coletados em todas as obras referentes a cada item do check list se formulou uma tabela (tabela 1), a qual descreve o número de obras consideradas e a respectiva média geral dos portes de obra (pequena, média e grande).

Tabela 1: Médias de todas as atividades executadas por porte de obra

DESCRIÇÃO DO TÓPICO	Pequeno Porte		Médio Porte		Grande Porte	
	Número de Obras consideradas	Média	Número de Obras consideradas	Média	Número de Obras consideradas	Média
A - Tapumes e galerias	29	0,69	33	3,16	53	6,02
B - Ordem e Limpeza	29	1,72	33	4,65	53	7,42
C.1 - Instalações Sanitárias	29	1,74	33	5,99	53	7,73
C.2 - Instalações Móveis	2	5,00	6	5,67	9	6,85
C.3 - Vestiário	29	0,49	33	4,14	53	6,55
C.4 - Alojamento	3	7,49	5	7,62	9	8,47
C.5 - Local para Refeições	29	0,76	33	5,73	53	7,73
C.6 - Área de Lazer	3	3,33	13	10,00	27	10,00
C.7 - Fornecimento de Água Potável	29	2,07	33	6,11	53	6,76
D - Demolição	1	0,00	3	2,78	1	6,67
E - Escavações, Fundações, Desmonte de Rochas	3	1,11	1	10,00	8	4,20
F - Serra circular e central de carpintaria	12	2,05	18	5,82	34	6,56
G - Armação de aço	10	1,22	17	3,83	39	5,08
H.1 - Corrimãos das escadas permanentes	9	0,00	29	3,42	46	7,36
H.2 - Escadas de mão e provisórias	22	4,95	31	4,13	43	5,55
H.3 - Poço do elevador	-	-	-	-	47	6,21
H.4 - Proteção contra queda no perímetro dos pavimentos	7	0,00	14	1,24	38	4,17
H.5 - Aberturas no piso	6	0,00	15	2,00	38	5,00
H.6 - Plataforma de proteção	-	-	-	-	37	5,82
H.7- Redes de segurança	-	-	-	-	-	-
H.8 - Andaimos suspensos	1	0,00	4	5,16	11	7,62
H.9 - Andaimos fachadeiros	1	2,00	4	4,50	-	-
H.10 - Andaime simplesmente apoiado	15	4,44	18	6,25	26	6,15
H.11 - Cadeira suspensa	-	-	-	-	2	8,75
H.12 - Ancoragem	-	-	-	-	-	-
I.1 - Torre do Elevador	-	-	-	-	15	8,53

Marcelo Costella, Franciele Junges

I.2 - Plataforma do elevador	-	-	-	-	15	9,36
I.3 - Posto do guincheiro	-	-	-	-	15	6,93
J - Elevador de passageiros	-	-	-	-	8	6,06
K - Grua	-	-	-	-	7	6,20
L - Elevador de Cremalheira	-	-	-	-	5	10,00
M - Serviços em telhados e cobertura	5	0,00	5	0,67	3	4,44
N - Instalações elétricas	27	2,52	33	4,20	39	8,36
O - Máquinas, equipamentos e ferramentas diversas	27	4,70	32	5,55	51	7,30
P - Equipamento de Proteção individual	29	1,35	33	5,33	53	8,06
Q - Armazenamento e estocagem de materiais	29	5,25	32	5,96	53	7,16
R - Proteção contra incêndio	29	0,19	33	1,69	53	3,18
S- Sinalização de Segurança	29	0,09	33	2,91	53	4,17
Média Geral de todas as atividades executadas	1,97		4,56		6,47	

Fonte: autores

Os diferentes portes de obras apresentaram características distintas entre os itens analisados. Para quase todas as seções avaliadas do check list a média geral para cada tamanho de obra aumentou no sentido das residências unifamiliares para os edifícios com número de pavimentos superior a 4, com exceção somente das “escadas de mão e provisórias”, onde a média para as obras de médio porte (4,13) foi inferior a das obras pequenas (4,95). Em virtude a estes resultados, firma-se a questão de maior comprometimento das grandes empresas em cumprir os requisitos estabelecidos na norma referente às condições no trabalho na construção civil.

Das obras de pequeno porte, dos 29 canteiros considerados, foi possível analisar 27 dos 38 itens do check list utilizado, somente não se pôde observar tópicos específicos de canteiros com edificações de maior tamanho, como é o caso das plataformas de proteção e dos elevadores de carga e de passageiros. No entanto, avaliando os itens pertinentes a este porte de obra, se obteve média geral final igual a 1,97 que, com base neste valor, é possível afirmar que as obras unifamiliares pouco cumprem com as diretrizes da NR-18.

A média final das obras de médio porte quase alcançou 50% de cumprimento da norma, ficando com 4,56 de nota pelo desempenho. Neste tamanho de obra foi possível verificar os mesmos 27 itens do check list base das obras pequenas, mas se conseguiu trabalhar com uma amostra maior de obras, no caso 33 canteiros.

Para as obras de grande porte os 35 itens analisados resultaram numa média geral final igual a 6,47. Tal nota, superior perante as demais obras, é resultado das melhores condições destes canteiros de trabalho, tanto é que apenas cinco itens (“escavações, fundações e desmonte de rochas”, “proteção contra queda no perímetro dos pavimentos”, “serviços em telhados e cobertura”, “proteção contra incêndio” e “sinalização de segurança”) obtiveram nota geral inferior a 5.

Sendo feita análise de alguns itens que apresentaram maior discrepância entre o grau de cumprimento das obras de pequeno, médio e grande porte, se pode dizer que os diferentes valores, que representam o comprometimento quanto à NR-18, têm relação direta com a frequência

Marcelo Costella, Franciele Junges

de fiscalização das obras de maior relevância frente à comunidade e também ao interesse dos proprietários e/ou responsáveis pelos canteiros de obra.

Os “tapumes e galerias” possuíam porcentagem de cumprimento igual a 6,9% para obras pequenas, 31,6% para obras médias e 60,2% para obras de grande porte. Com estes valores se percebe que a obrigatoriedade em construir barreiras visando impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços é desconsiderada em alguns casos ou então os isolamentos existentes não possuem altura mínima pré-determinada (dois metros e vinte centímetros).

A “ordem e limpeza” dos canteiros nos diferentes portes de obra também é um item do check list a ser discutido, uma vez que novamente as obras pequenas pouca importância deram a este quesito, sendo percebido que estas não possuíam local adequado para a coleta de entulho e de quaisquer outras sobras. Quanto ao “armazenamento e estocagem de materiais” as diferenças entre os valores das médias diminuíram, 52,5% para obras pequenas, 59,6% obras médias e 71,6% obras grandes, mas as obras com número de pavimentos superior a 4 ainda assim são mais conscientes e destinam melhores locais para conservá-los.

As “máquinas, equipamentos e ferramentas diversas” apresentaram algumas inconformidades, sobretudo, porque as partes móveis dos motores, transmissões e as partes perigosas das máquinas não estavam devidamente protegidas e o ambiente de trabalho destes equipamentos não era adequado.

Alguns dos itens das “áreas de vivência”, como as “instalações sanitárias”, “vestiário” e “local para as refeições”, merecem destaque pelas divergências encontradas frente ao cumprimento da norma. Nos três tipos de obras analisadas tais itens possuem piores situações nos canteiros das residências unifamiliares e na sequência nas edificações de até quatro pavimentos. Os principais motivos do descumprimento da norma estão atrelados à inexistência de alguns deles, a precariedade dos utensílios utilizados e a higiene e conservação destes ambientes. O “fornecimento de água potável” geralmente não era feito de forma correta, houve obras em que não existiam refrigeradores, em outras os funcionários bebiam água através de um copo comum a todos os trabalhadores da obra e também houve relatos em que o próprio trabalhador era quem levava o refresco para se manter hidratado.

As “instalações elétricas”, pelo fato de serem provisórias, em muitos casos eram feitas de forma precária, em muitos canteiros se deparou com fios desencapados e/ou dispostos em locais úmidos e onde havia constante passagem de pessoas e materiais.

Pode-se dizer que a atenção dada ao uso dos “equipamentos de proteção individual” (EPI) varia exorbitantemente das obras de maior porte para as de pequeno porte. Talvez em consequência da fiscalização aos grandes canteiros os trabalhadores usem os equipamentos. Já nas obras menores, segundo a NR-6 (BRASIL, 2012), o dever dos empregadores em colocar a disposição de seus empregados os EPI’s não é cumprido ou então, os empregados não cumprem com a sua obrigação em usar os EPI’s e não há cobrança para com estes em usá-los.

Levando-se em consideração a “proteção contra incêndio”, os números da pesquisa indicam que nas obras pequenas 98,1% dos itens não estavam de acordo com o estabelecido na NR-18, nas obras médias este número diminuiu (83,1%) e nas obras grandes 68,2% iam de encontro às

Marcelo Costella, Franciele Junges

exigências. Basicamente a existência de extintores de incêndio nos diferentes locais de trabalho (central de carpintaria, almoxarifado, etc.) foi ignorada e em nenhum caso as equipes de operários foram treinadas para o primeiro combate ao fogo.

Quanto à “sinalização de segurança”, somente 0,9% dos 29 canteiros de residências unifamiliares abordados possuíam locais identificados, nas obras de até quatro pavimentos 29,1% cumpriam com a sinalização, tendo em algumas obras poucas placas indicando acessos restritos, locais de apoio (banheiros, escritórios, almoxarifado entre outros), alertas indicando a obrigatoriedade do uso de EPI’s básicos, etc. As obras de grande porte também não ultrapassaram metade do cumprimento da norma, obtendo 41,7% de concordância com as exigências prescritas.

Importância deve ser dada a média obtida no “elevador de cremalheira” onde, dos 5 deles analisados nas obras grandes, todos cumpriam com os requisitos da norma, obtendo média final igual a nota máxima 10. O que explica esta considerável média é o fato do uso deste tipo de equipamento ser recente para a região e que por isso ainda apresenta todas as suas partes em perfeita instalação e ótima conservação.

3.2 Apresentação e discussão dos dados por porte de obra

Depois de compilados os dados e feita a análise da média por porte de obra separou-se as informações em tabelas (tabela 2, 3 e 4), cujos critérios de apresentação foram os 5 tópicos melhores pontuados e os 5 piores. Nestas tabelas se apresenta também o grau de cumprimento dos itens selecionados.

Para as obras de pequeno porte (tabela 2) considerou-se o grau de cumprimento dos corrimãos das escadas permanentes (0,0%), sinalização de segurança (0,9%), proteção contra incêndio (1,9%), tapumes e galerias (6,9%) e armação de aço (12,2%) como tendo as piores médias deste porte de obra. Muitas das obras unifamiliares não possuíam tapumes ao redor do canteiro, não havia sinalizações com indicações dos ambientes e nem placas indicando as saídas de emergência, raramente constatou-se um extintor de incêndio, os locais para armação de aço eram precários e nas obras que tinham escadas permanentes, estas dificilmente possuíam proteção em suas extremidades.

Tabela 2 – Dados das obras de pequeno porte

DESCRIÇÃO DO TÓPICO	Obra de Pequeno Porte		
	Número de Obras consideradas	% do cumprimento da NR-18	Média
Corrimãos das escadas permanentes	9	0,0%	0,00
Sinalização de Segurança	29	0,9%	0,09
Proteção contra incêndio	29	1,9%	0,19
Tapumes e galerias	29	6,9%	0,69
Armação de aço	10	12,2%	1,22
Instalações elétricas	27	25,2%	2,52
Andaime simplesmente apoiado	15	44,4%	4,44

Marcelo Costella, Franciele Junges

Máquinas, equipamentos e ferramentas diversas	27	47,0%	4,70
Escadas de mão e provisórias	22	49,5%	4,95
Armazenamento e estocagem de materiais	29	52,5%	5,25

Fonte: autores

Com os melhores índices de avaliação das obras de pequeno porte estão as instalações elétricas (25,2%), andaime simplesmente apoiado (44,4%), máquinas, equipamentos e ferramentas diversas (47,0%), escadas de mão e provisórias (49,5%) e armazenamento e estocagem de materiais (52,5%). Quanto aos itens com melhores porcentagens de cumprimento da NR-18 se pôde observar que as instalações elétricas, os andaimes simplesmente apoiados e as escadas de mão e provisórias eram feitos com caráter provisório, ou seja, incrementados, as máquinas, equipamentos e ferramentas diversas eram mal conservados e o armazenamento e estocagem de materiais geralmente era feito em locais precários e pequenos.

Percebe-se que o grau de cumprimento dos itens analisados para as obras pequenas é baixo, mesmo os melhores itens selecionados praticamente não chegam a atender 50% da norma. Itens obrigatórios, como sinalização de segurança, proteção contra incêndio, tapumes e galerias e armazenamento e estocagem de materiais negligenciam as normas de segurança ditadas.

As obras de médio porte apresentam um percentual maior de cumprimento da NR-18 quando comparado às de pequeno porte. Os itens proteção contra queda no perímetro dos pavimentos (12,4%), proteção contra incêndio (16,9%), aberturas no piso (20,0%), sinalização de segurança (29,1%) e tapumes e galerias (31,6%), dentre todos os requisitos analisados, foram os que menor média obtiveram. As aberturas no piso são um fator de risco em que na maior parte dos casos o fechamento do vão é feito precariamente e, caso venha a ocorrer algum acidente neste local, dificilmente a estrutura resista. Os itens selecionados para as obras de tamanho médio estão apresentados na tabela 3.

Tabela 3 - Dados das obras de médio porte

DESCRIÇÃO DO TÓPICO	Obra de Médio Porte		
	Número de Obras consideradas	% do cumprimento da NR-18	Média
Proteção contra queda no perímetro dos pavimentos	14	12,4%	1,24
Proteção contra incêndio	33	16,9%	1,69
Aberturas no piso	15	20,0%	2,00
Sinalização de Segurança	33	29,1%	2,91
Tapumes e galerias	33	31,6%	3,16
Armazenamento e estocagem de materiais	32	59,6%	5,96
Instalações Sanitárias	33	59,9%	5,99
Fornecimento de Água Potável	33	61,1%	6,11
Andaime simplesmente apoiado	18	62,5%	6,25
Local para Refeições	29	65,2%	6,52

Fonte: autores

Marcelo Costella, Franciele Junges

O armazenamento e estocagem dos materiais (59,6%), as instalações sanitárias (59,9%), o fornecimento de água potável (61,1%), andaime simplesmente apoiado (62,5%) e o local para as refeições (65,2%) das obras de até 4 pavimentos obtiveram as melhores médias, sendo que todos estes itens possuem porcentagem de cumprimento da NR-18 superior a 50%.

Os pontos positivos encontrados no armazenamento e estocagem dos materiais remetem-se ao espaço destinado a esta função e a melhor disposição destes. Já quanto ao fornecimento de água aos trabalhadores se pode dizer que apesar de muitas empresas não possuírem bebedouros espalhados pela obra, eram deixados à disposição litros de garrafas pet na geladeira do refeitório. Os andaimes simplesmente apoiados possuíam melhores condições de estabilidade, uma vez que se estava trabalhando em alturas superiores ao nível do térreo, contudo, era preciso ter maior cautela quando próximos aos peitoris das janelas, por exemplo. Referente às áreas de vivência, nas instalações sanitárias grande parte das obras visitadas possuíam lavatórios, vasos sanitários e mictórios na proporção adequada, bem como o número de chuveiros e, o local para as refeições dos canteiros eram, em sua maioria, bem conservados e dotados de equipamentos necessários para aquecer aos alimentos.

As piores e as melhores médias dos dados compilados das obras de grande porte e o grau de cumprimento destes itens selecionados encontram-se apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Dados das obras de grande porte

DESCRIÇÃO DO TÓPICO	Obra de Grande Porte		
	Número de Obras consideradas	% do cumprimento da NR-18	Média
Proteção contra incêndio	53	31,8%	3,18
Proteção contra queda no perímetro dos pavimentos	38	41,7%	4,17
Sinalização de Segurança	53	41,7%	4,17
Aberturas no piso	38	50,0%	5,00
Armação de aço	39	50,8%	5,08
Equipamento de Proteção Individual	53	80,6%	8,06
Instalações elétricas	39	83,6%	8,36
Torre do Elevador	15	85,3%	8,53
Plataforma do elevador	15	93,6%	9,36
Área de Lazer	27	100,0%	10,00

Fonte: autores

As menores porcentagens de cumprimento da NR-18 verificadas nas obras de grande porte referem-se à proteção contra incêndio (31,8%), proteção contra queda no perímetro dos pavimentos (41,7%), sinalização de segurança (41,7%), aberturas no piso (50,0%) e armação de aço (50,8%). Sendo que se pode atribuir tais médias ao fato de que em locais, como por exemplo, a central de carpintaria e almoxarifado não havia extintores de incêndio; alguns contornos dos edifícios encontravam-se desprotegidos com guarda-corpo; nem todos os ambientes possuíam identificação e algumas obras não tinham placas sinalizando as saídas de emergência; algumas aberturas

Marcelo Costella, Franciele Junges

existentes no piso estavam sem fechamento provisório resistente ou sistema de guarda-corpo e rodapé; e as principais infrações cometidas na área de armação de aço dizem respeito à falta de proteção contra impactos nas lâmpadas de iluminação desta área de trabalho e também que nem todas as pontas dos vergalhões existentes na obra estavam protegidas.

Os principais itens positivos avaliados nas obras de edifícios com número de pavimentos superior a 4 foram: equipamentos de proteção individual – EPI (80,6%), instalações elétricas (83,6%), torre do elevador (83,5%), plataforma do elevador (93,6%) e área de lazer (100%). O comprometimento das empresas maiores em relação ao uso dos EPI's é significativo, uma vez que conforme estabelecido na NR-6 (BRASIL, 2012) “a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento [...]”. Pode-se dizer que as instalações elétricas apresentavam boas condições para uso, os fios condutores na maior parte dos casos estavam protegidos, havia identificação dos circuitos nos quadros gerais de distribuição e as máquinas e equipamentos elétricos estavam ligados por conjunto plugue e tomada. A torre e a plataforma dos elevadores avaliados estavam instaladas e construídas de forma correta e segura na maioria das construções.

Em se tratando da área de lazer houve grande contentamento, uma vez que apesar de ter havido apenas 9 canteiros de obras com alojamento, onde a área de recreação dos trabalhadores se faz obrigatória, este item de entretenimento foi verificado em 27 obras e obteve nota média máxima de adequação ao estabelecido em norma, visto que se considera como divertimento dos trabalhadores um simples rádio de música, por exemplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido dos elevados riscos presentes nos ambientes de trabalho do setor da construção civil e se tem conhecimento também que, na maioria dos canteiros de obra, as condições de trabalho ofertadas não são exemplares. A segurança na construção civil ainda está aquém do esperado e a importância a ela dada fica em segundo plano, sendo prioridade os lucros e o prazo de entrega das obras. Mas, como opina Rocha (1999), cumprir com a NR-18 é o primeiro passo para se atingir metas maiores.

Devido ao caráter temporário das instalações de produção e, em decorrência disto, das dificuldades em fiscalizar e adotar medidas preventivas instáveis, das peculiaridades de cada obra, da alta rotatividade da mão-de-obra, do emprego de mão-de-obra terceirizada e da falta de técnicos especializados dentro das empresas é difícil projetar e manter ambientes seguros e estáveis. Na maioria dos casos os principais envolvidos nas obras (engenheiro, mestre de obra, etc.) não possuem conhecimento das exigências da norma, sendo assim, é preciso instruí-los e conscientizá-los da importância em ter ambientes de trabalho seguros.

A comparação do cumprimento da NR-18 em relação ao porte de obra é inédita, apesar de inúmeras pesquisas terem sido feitas avaliando as condições dos canteiros de obras nunca antes fora feita uma análise disto em relação aos tamanhos de obra.

Marcelo Costella, Franciele Junges

Os resultados analisados em função dos riscos de segurança relacionado ao porte de cada obra permitiram observar as melhores condições de trabalho dos canteiros de grande porte, ficando este com média geral final igual 6,47, enquanto que as obras médias obtiveram nota 4,56 e as de pequeno porte 1,97. Este panorama demonstra, de forma geral, as condições e o meio ambiente de trabalho encontrados. Quanto a estas notas, uma série de fatores são capazes de explicar tamanha diferença, desde o trabalho do engenheiro e do mestre de obras até a atuação dos órgãos governamentais e fiscalizadores.

Muitas vezes há carência de fiscalização e esta não possui um padrão de atuação rígido, ou seja, o canteiro é vistoriado conforme a visão do avaliador. Nos dias de hoje o número de obras é significativo e as equipes de trabalho destinadas a função de fiscalizar são insuficientes, sendo, portanto, dado prioridade às grandes obras, com maior impacto social.

Apesar dos resultados da pesquisa terem demonstrado baixas médias de cumprimento da NR-18 acredita-se que iniciativas de segurança sejam eficazes para minimizar os impactos negativos do setor.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. P. **Sistemas de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho: Uma Ferramenta Organizacional**. Joinville: Monografia Apresentada à Universidade de Santa Catarina para obtenção de título de especialista em Segurança do Trabalho, UDESC 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-6 – Equipamento de Proteção Individual**. Brasília: MTE, 2011. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A2800001388130953C1EFB/NR-06%20\(atualizada\)%202011.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A2800001388130953C1EFB/NR-06%20(atualizada)%202011.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção**. Brasília: MTE, 2013. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013F7C5680504D06/NR-18%20\(atualizada%202013\)%20-%20sem%2024%20meses.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013F7C5680504D06/NR-18%20(atualizada%202013)%20-%20sem%2024%20meses.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2013.

COSTELLA, M. F.; GALINA, M.. **Proposta de revisão e atualização de lista de verificação da NR18**. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2010, Canela. Anais do XIII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Porto Alegre: Antac, 2010.

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Ltr, 2008. 1399 p.

ROCHA, C. A. G. S. C. **Diagnóstico do cumprimento da NR-18 no subsector edificações da construção civil e sugestões para melhorias**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

ROUSSELET, Edison da Silva; FALCÃO, Cesar. **A segurança na obra: manual técnico de segurança do trabalho em edificações prediais**. Rio de Janeiro: Inter ciência, 1999.



LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

PÔSTER

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES - PÔSTER |

MOVUCA – MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTE

Bruna Cittadella, Laura Fontana Soares

2ª FORMAÇÃO CONTINUADA: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM DISCUSSÃO

Fabiana Zuliani, Julia Pacheco, Mary Stela Surdi

RITMOS E LETRAS: APRENDENDO ESPANHOL COM MÚSICA

Caroline Trevisan, Tatiana Alves, Solange Labbonia

IMAGINÁRIOS LINGUÍSTICOS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Isabel Frantz

POLÍTICA(S) DE LÍNGUA(S) EM EVENTOS INTERNACIONAIS E MUNDIAIS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

Alana Capitano

EFEITOS DE SENTIDO DOS VERBETES RECICLAR E RECICLAGEM: UMA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, SUJEITO E DICIONÁRIO

Alana Capitano

MEMÓRIA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES DE LÍNGUA NA E.E.B VALESCA PARIZOTTO

Elizama de Souza Tavares, Solinara Favero, Angela Derlise Stübe

UM CASO DE OPACIDADE FONOLÓGICA EM FLAPPING DO INGLÊS À LUZ DO MODELO CONEXIONISTA NÃO LINEAR

Felipe Flores Kupske

MOVUCA – MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTE

Bruna Cittadella¹, Laura Fontana Soares

¹Graduanda de Licenciatura em Letras
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
E-mail: bruna.cittadella@hotmail.com

RESUMO

Introdução: O Movuca – Movimento Universitário de Cultura e Arte - é um projeto vinculado ao PET - Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes - Assessoria Linguística e Literária da UFFS, Campus Chapecó, que promove semanalmente a movimentação cultural e artística nos diferentes espaços da universidade, com ações durante os intervalos e em outros momentos do cotidiano universitário. Esse projeto está previsto no planejamento de 2013 do PET e é resultado do processo de avaliação do programa, envolvendo bolsistas, orientadores e tutor, no qual se constatou a necessidade de uma ação que contemplasse questões relacionadas à cultura e à arte, já que os cursos envolvidos são Letras e Pedagogia. Com base nisso, desde março deste ano, uma bolsista do programa, sob orientação de uma professora do Curso de Letras, trabalha na organização e divulgação do projeto. **Objetivos:** A proposição deste projeto está vinculada diretamente à constatação de que a universidade, por estar em processo de implantação, tem ainda muito a fazer em termos de cotidiano universitário e cultura acadêmica, principalmente visando à construção de um ambiente de vivência acadêmica que extrapole os limites da sala de aula e que proporcione momentos que contribuam tanto para a formação complementar dos universitários, como possam ser momentos de distração e fruição. **Métodos:** Ao defender isso, partimos do pressuposto de que a promoção de momentos e de espaços de atividades artísticas e culturais também fazem parte dos compromissos assumidos pela Universidade na formação de seus estudantes e projetos, como o MOVUCA, se constituem em ações que contribuem para essa formação. **Resultados:** Espera-se, com o projeto, alcançar os objetivos propostos de mobilizar os acadêmicos e proporcionar aos mesmos ambientes e atividades culturais de lazer e aprendizado. **Considerações Finais:** O Movuca promove ambientes onde todos os discursos e gêneros sejam aceitos, onde exista uma democracia de saberes e uma atuação coletiva, por parte de toda a instituição, fazendo valer também os objetivos dessa Universidade, pelo “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.

Palavras-chave: MOVUCA. Cultura. Ambientes de socialização.

Fonte de Financiamento: Programa de Educação Tutorial – PET – Assessoria Linguística e Literária da UFFS.

2ª FORMAÇÃO CONTINUADA: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM DISCUSSÃO

Fabiana Zuliani¹, Julia Pacheco, Mary Stela Surdi

¹ Graduação em Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal da Fronteira Sul
E-mail: faby_zu@hotmail.com

RESUMO

Introdução. O projeto de extensão “**Formação continuada: ensino de língua portuguesa em discussão**” iniciou-se no ano de 2012 com financiamento da PROEC/UFFS e é uma ação proposta pelo Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes “Assessoria Linguística e Literária da UFFS”. Devido ao bom resultado do projeto no ano anterior, o projeto, em 2013 reiniciou como “**2ª Formação continuada: ensino de língua portuguesa em discussão**”. Este projeto é vinculado às ações do PET (Programa de Educação Tutorial) que almeja contemplar um tema que nos últimos anos vem sendo objeto de investigação de muitos profissionais na área, inquietos com o perfil dos egressos do ensino fundamental e médio, que é o processo de ensino/aprendizagem de línguas e literaturas. **Objetivo(s).** Ofertar aos professores da educação básica atividades de formação continuada sobre questões relacionadas ao ensino de língua portuguesa, totalizando oitenta horas com atividades presenciais e a distância, nas quais são discutidos temas pertinentes aos aspectos teóricos e metodológicos do ensino de língua materna. Proporcionar aos participantes a socialização das práticas educativas significativas em língua portuguesa por meio de relatos de experiências e do registro em meio digital para publicação, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos aos docentes, que contribuam para a qualificação da aula de língua portuguesa. **Materiais e Métodos.** Para integralizar a carga horária proposta são realizados encontros quinzenais desde maio de 2013 com a construção concomitante de um diário de bordo, no qual os professores participantes são incentivados a produzir diferentes gêneros textuais, totalizando oitenta horas com atividades presenciais e a distância, nas quais são discutidos temas pertinentes aos aspectos teóricos e metodológicos do ensino de língua materna. Por meio de debates instalados, pretende-se instituir um espaço permanente de discussão e análise sobre o ensino da língua portuguesa na educação básica e com isso aproximar a universidade das escolas da rede pública de ensino. **Resultados esperados.** Organização e divulgação de publicação digital (CD), reunindo relatos de experiências significativas de aprendizagem em língua portuguesa.

Palavras-chave: Concepções de ensino. Língua portuguesa. Metodologias.

Fonte de Financiamento: Financiamento da PROEC/UFFS e do Edital Ação 20 RJ do MEC

RITMOS E LETRAS: APRENDENDO ESPANHOL COM MÚSICA

Caroline Trevisan¹, Tatiana Alves, Solange Labbonia

¹ Graduação Licenciatura em Letras Português/ Espanhol
UFFS- Universidade Federal da Fronteira Sul
E-mail: carolineetrevisan@gmail.com

RESUMO

Introdução. O gênero discursivo “música” tem sido abordado nas aulas de língua estrangeira a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, devido aos seus diversos benefícios na aprendizagem, dentre eles a motivação, a diminuição do filtro afetivo, a ativação da memória sensitiva, a memorização, a melhoria da pronúncia, a aquisição de léxico, a possibilidade de trabalho com as estruturas morfossintáticas e com temas culturais, além de ser um texto autêntico, que propicia o conhecimento de algumas variedades sociolinguísticas. **Objetivos.** Por todos esses benefícios, o presente projeto objetiva analisar e propor atividades e tarefas de usos da música nas aulas de língua espanhola como língua estrangeira. **Materiais e Métodos.** O público-alvo do projeto é constituído por cerca de 50 alunos, com idades entre 10 e 17 anos, atendidos pelo Verde Vida Programa Oficina Educativa, uma entidade sem fins lucrativos (ONG) que desenvolve atividades socioeducativas e ambientais com adolescentes em situação de vulnerabilidade social no município de Chapecó, SC. Duas bolsistas do PET (Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes “Assessoria Linguística e Literária da UFFS, *campus* de Chapecó, SC) ministram uma oficina semanal, com duração de 1h na ONG. Semanalmente, as bolsistas e a coordenadora se reúnem para discutir a oficina anterior e elaborar o relatório, preparar as próximas oficinas e discutir os textos teóricos sobre Linguística Aplicada, Análise do Discurso, Sociolinguística, Interculturalidade, Intertextualidade e uso da música nas aulas de língua estrangeira, que servem de base para a prática docente do projeto. **Resultados.** Os resultados ainda são parciais, mas já se percebe maior motivação e interesse pela língua e cultura espanholas por parte dos alunos, diminuição de alguns preconceitos, aquisição de léxico, conhecimento de algumas estruturas morfossintáticas e melhoria da pronúncia na língua estrangeira. **Considerações Finais ou Conclusões.** Como tarefa final do projeto propõe-se a elaboração de um CD de áudio, com músicas cantadas e escritas parafraseadas e parodiadas pelos alunos.

Palavras-chave: música, língua estrangeira, espanhol.

Fonte de Financiamento: PET- Programa de Educação Tutorial – Assessoria Linguística e Literária da UFFS.

IMAGINÁRIOS LINGUÍSTICOS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Isabel Frantz

Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Estudos Linguísticos
Universidade Federal da Fronteira Sul
E-mail: isafrantz@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades, em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e utiliza dispositivos teórico-analíticos desenvolvidos pela Análise de Discurso fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, sobretudo, associados à História das Ideias Linguísticas. Analisaremos um tema ainda pouco explorado pelos trabalhos em AD e HIL, produzindo contribuições para esses campos científicos. As reflexões teórico-analíticas deste trabalho contribuirão para os estudos referentes à constituição de imaginários linguísticos e processos de subjetivação em redes sociais. **Objetivo geral.** Compreender o(s) imaginário(s) linguístico(s) e os processos de subjetivação por ele(s) conformados na discursividade da comunidade *Língua Portuguesa* na rede social virtual Facebook. Objetivos específicos: (i) Analisar a significação de “comunidade” no ciberespaço; (ii) analisar o conceito de “imaginário linguístico” na obra de Michel Pêcheux; (iii) Identificar o(s) imaginário(s) linguístico(s) (re)produzido(s) na comunidade *Língua Portuguesa*; (iv) Compreender os processos de subjetivação conformados pelo(s) imaginário(s) linguístico(s) identificado(s) no material de análise. **Metodologia.** Para a constituição do nosso “corpus empírico” construímos um arquivo de postagens da comunidade *Língua Portuguesa*, no Facebook. Os recortes são constituídos por postagens e comentários, nos quais é possível depreender modos de significação da diversidade da Língua Portuguesa e de seus falantes. A comunidade *Língua Portuguesa* foi fundada em 11 de agosto de 2011, num momento histórico caracterizado pela produção de políticas linguísticas de Estado voltadas para a valorização e promoção nacional e internacional da Língua Portuguesa. **Resultados parciais.** Essas políticas linguísticas de Estado corroboram com discursos da colonização, que aparecem em postagens da comunidade como “Dois países, duas histórias, a mesma língua”, em que figuram bandeiras do Brasil e de Portugal, apagando as diferentes histórias dos países africanos em que a Língua Portuguesa é, também, língua oficial. Em nosso material de análise já percebemos inscrições de postagens e comentários aos discursos da colonização e da descolonização. **Considerações finais.** Da posição sujeito relativa ao discurso da colonização, produz-se o imaginário de unidade linguística dos países que foram colonizados por Portugal. Da posição sujeito relativa ao discurso da descolonização, a diversidade linguística é significada como diferença, produzindo a necessidade de uma nomeação para a língua que desfaça os laços com o ex-colonizador.

Palavras-chave: Imaginário linguístico. Processos de subjetivação. Língua Portuguesa.

POLÍTICA(S) DE LÍNGUA(S) EM EVENTOS INTERNACIONAIS E MUNDIAIS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

Alana Capitanio

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
E-mail: alana@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução: O presente trabalho, vinculado à linha de pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades, do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), propõe compreender o funcionamento discursivo de eventos internacionais e mundiais sobre a Língua Portuguesa, definidos como espaços discursivos de institucionalização do saber linguístico. A Língua Portuguesa é língua oficial em oito países (Brasil, Portugal, Guiné – Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor – Leste e Angola), sendo que, no Brasil, foi transferida com os portugueses na colonização, e tornou-se outra, com especificidades brasileiras. Atualmente, há um movimento, inclusive por parte do governo brasileiro, em busca da internacionalização e difusão da Língua Portuguesa, o que nos faz indagar os efeitos de sentidos que essa internacionalização produz. **Objetivos:** Objetivamos, mais especificamente, compreender: i. que sentidos de “internacionalização” e “mundialização” da língua funcionam nesses eventos; e ii. a relação unidade/diversidade da língua conformada nos/pelos eventos internacionais e mundiais sobre a Língua Portuguesa. **Materiais e Métodos:** A partir da perspectiva teórico-analítica da História das Ideias Linguísticas (HIL), associada à Análise de Discurso (AD), fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, buscamos compreender nosso objeto, o processo discursivo dos eventos internacionais e mundiais sobre a Língua Portuguesa. Na AD, objetivamos compreender o discurso, “efeitos de sentido entre locutores”, efeitos que resultam da relação da língua na história, em determinadas condições de produção. Por meio do arquivo, constituído pelos eventos internacionais e mundiais sobre a Língua Portuguesa que ocorreram entre os anos de 1996 e 2013, construiremos nosso *corpus* discursivo. Para isso, faremos recortes de sequências discursivas, nas quais é possível compreender a(s) política(s) de língua(s) conformada(s) nos eventos internacionais e mundiais sobre a Língua Portuguesa. **Considerações finais:** O trabalho encontra-se em fase de constituição do arquivo, entendido, na perspectiva discursiva, como já um gesto de interpretação do analista. **Palavras-chave:** Política(s) de Língua(s). Língua Portuguesa. Eventos Internacionais e Mundiais.

EFEITOS DE SENTIDO DOS VERBETES RECICLAR E RECICLAGEM: UMA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, SUJEITO E DICIONÁRIO

Alana Capitanio

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

E-mail: alana@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Compreender e interpretar os sentidos que uma palavra pode produzir em determinadas conjunturas, revela-nos o que vai além de uma simples palavra, mostra-nos nuances de sua história e de suas transformações. É sobre esse olhar diante de dois verbetes, à primeira vista, simples: **reciclagem** e **reciclar** que nosso gesto de interpretação inicia-se, levando em consideração como problemática o momento em que o verbebo **reciclagem** é utilizado para definir capacitação de professores. **Objetivos:** A presente pesquisa teve como objetivos analisar como são apresentados os verbetes **reciclagem** e **reciclar** em dicionários de Língua Portuguesa, publicados no Brasil, no século XX, refletir acerca do funcionamento discursivo dos verbetes a partir da análise de diferentes dicionários monolíngues observando a produção de efeitos de sentido nas relações entre língua, sujeitos e dicionários, compreender os diferentes sentidos que os verbetes **reciclagem** e **reciclar** carregam em diferentes condições de produção, e comparar as definições aos usos em recortes de textos de circulação social. **Materiais e Método:** Para desenvolver nossa análise, utilizamos como aparato teórico a Análise de Discurso (AD), tal como foi concebida por Michel Pêcheux e desenvolvida, no Brasil, por Eni Orlandi, dentre outros, em diálogo com a História das Ideias Linguísticas (HIL). O *corpus* constitui-se do recorte dos verbetes **reciclar** e **reciclagem** que constam no dicionário **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em sua 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª edições, e de recortes de sequências discursivas de textos de circulação social que contêm as designações **reciclar** e **reciclagem**. **Resultados:** Arriscamo-nos a inferir que na formação discursiva (FD) em que se encontra a palavra **reciclagem**, a mesma é atribuída a materiais e não a sujeitos. A palavra significará conforme a FD em que está inserida, no caso da palavra **reciclagem**, a mesma encontra-se inserida em uma FD que determina que a mesma seja atribuída a materiais. **Conclusão:** Como a palavra **reciclagem** encontra-se atribuída à **reciclagem** de materiais, outros sentidos são silenciados, fazendo com que **reciclagem** de sujeitos seja silenciada, produzindo efeito de estranhamento no imaginário de cada sujeito quando ouve a expressão **reciclagem de professores/funcionários**.

Palavras-chave: Reciclagem e Reciclar. Formação Discursiva. Análise de Discurso.

MEMÓRIA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES DE LÍNGUA NA E.E.B VALESKA PARIZOTTO

Elizama de Souza Tavares, Solinara Favero, Angela Derlise Stübe

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

E-mail: zamy_jl@hotmail.com

RESUMO

Introdução. Esta pesquisa parte do pressuposto de que trabalhar com a linguagem é agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta. **Objetivo.** Com tal perspectiva em mente, visamos analisar representações de língua(s) que emergem em narrativas de alunos da rede pública de ensino na região de abrangência da UFFS – Chapecó/SC, para, então, discutir consequências à formação dos professores. Possibilita, ainda, a interlocução entre pesquisadores da Instituição de Ensino Superior (IES), a Escola de Educação Básica Valesca Parizotto, uma professora de língua portuguesa e alunos do programa “correção de fluxo”. **Metodologia.** Trabalhamos com questionários semiestruturados aos alunos, que lhes possibilitam narrar suas experiências com língua(s), a fim de, a partir dessa discursividade, podermos depreender possíveis representações de língua(s) calcadas no imaginário sócio-histórico. O recorte, para a composição do *corpus*, centrou-se em uma turma de correção de fluxo, a fim de refletir sobre este novo projeto nas escolas de Estado. Buscando atender aos objetivos da pesquisa, aplicamos um questionário na escola com doze questões relativas à inscrição do aluno na língua. **Resultados.** Possibilita a interlocução entre pesquisadores da Instituição de Ensino Superior (IES), a Escola de Educação Básica Valesca Carmem Reschke Parizotto, uma professora de língua portuguesa, alunos do programa “correção de fluxo”. Além disso, possibilitou a análise documental. Pelas análises percebemos que está em jogo, na narrativa dos alunos e nos documentos oficiais, um funcionamento que se situa entre a normatização, a busca ilusória de uma língua ideal e uma narrativa de si/sobre si e sobre sua língua. **Considerações Finais.** Nas análises, os alunos apontam para o ser-estar-entre-línguas, mencionando sua relação com a Língua Portuguesa - tomada como materna -, com “as línguas da escola” (inglês e espanhol) e com as línguas do convívio familiar (italiano, alemão, guarani, kaingang). Do ponto de vista teórico, situamo-nos na interface da análise do discurso com teorias que abordam o sujeito em sua constituição linguística, histórica e social.

Palavras-chave: Sujeito. Língua. Identidade.

Fonte de Financiamento: CNPq MCT/CNPq - Processo número: 470175/2010-9; Edital 168/UFFS/2011.

UM CASO DE OPACIDADE FONOLÓGICA EM *FLAPPING* DO INGLÊS À LUZ DO MODELO CONEXIONISTA NÃO LINEAR

Felipe Flores Kupske

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
E-mail: kupske@unochapeco.edu.br

RESUMO

Introdução. Poucas noções em fonologia receberam tanta atenção na literatura como a opacidade fonológica. Contudo, toda essa atenção vem à tona, aproximadamente, apenas nos últimos 20 anos. Como a Teoria da Otimidade *standard* tem suas origens em 1991~1993, nada mais coerente com esses 20 anos de opacidade em voga, já que esse fenômeno linguístico é um problema manifesto para tal teoria. **Objetivo(s).** Neste trabalho, propomos uma formalização para o caso de opacidade não aparente na superfície (uma superaplicação de regra fonológica) oriunda da interação entre o levantamento vocálico e o *flapping* em inglês canadense (IC) via Teoria da Otimidade Conexionista (COT), com a qual acreditamos poder acomodar o fenômeno opaco analisado. **Metodologia.** Tratando-se de um trabalho estritamente teórico, inicialmente, analisamos os dados presentes na literatura acerca do levantamento vocálico aplicado aos núcleos de ditongos em IC. Esse levantamento apontou que há uma superaplicação opaca de uma das regras envolvidas no processo. Como esta superaplicação está alojada no ínterim entre subjacência e superfície fonético-fonológica, tentamos acomodá-la nos modelos gerativos não lineares via restrições propostos para tratamento específico da opacidade fonológica. Após uma análise dos resultados da superaplicação nestes modelos, tentamos acomodar o fenômeno analisado no modelo não linear conexionista via restrições aqui defendido. **Resultados.** Ao incluirmos a complexidade ao *input* linguístico, como proposto pela COT, a interação entre o levantamento vocálico e o *flapping* em IC é facilmente acomodada via restrições pelo seguinte ranqueamento: *FfMed{t,d} >> IDENT (low) >> IDENT (low) >> LVCond. Desta forma, ao pensarmos em complexidade de representação, casos opacos como o mencionado acima são trazidos à transparência via restrições de fidelidade. **Considerações Finais.** Demonstramos, aqui, que a COT é eficaz para a formalização/ tratamento do caso encontrado no IC. Por meio de uma análise contrastiva com outras propostas de tratamento para a opacidade, conseguimos, de forma transparente, acomodar esse fato da linguagem que era problemático para o cartesianismo. Nosso resultado, então, leva-nos a repensar, inclusive, o status da opacidade fonológica.

Palavras-chave: Opacidade fonológica. Conexionismo. Teoria da Otimidade. Flapping.



LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

COMUNICAÇÃO ORAL

IV SEMINÁRIO INTEGRADO DE

**ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DA UNOCHAPECÓ**

SUMÁRIO

| LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES - COMUNICAÇÃO ORAL |

CIRCUITO ARTÍSTICO EM CHAPECÓ, SILÊNCIOS DE UMA CIDADE DESBRAVADORA

Janaina Schvambach

TRADUÇÃO E ASPECTOS CULTURAIS: FERRAMENTAS PARA ABORDAR EM SALA DE AULA
DE E/LE

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

CIRCUITO ARTÍSTICO EM CHAPECÓ, SILÊNCIOS DE UMA CIDADE DESBRAVADORA

Janaina Schwambach

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
artejanaina@unochapecó.edu.br

RESUMO

O presente projeto almeja investigar manifestações artísticas na cidade de Chapecó, realizando uma pesquisa inédita sobre o circuito artístico na região oeste catarinense e propondo uma recuperação de dados referências das ações e dos artistas que atuaram na cidade a partir da década de 70 aos dias atuais. Pretende-se fazer uso de fontes primárias do acervo documental da Prefeitura Municipal de Chapecó e dos jornais locais. Através da organização sistemática de tais fontes (pesquisa quantitativa), juntamente com referenciais teóricos e conceituais (pesquisa qualitativa), revelar uma memória das artes até então esquecida dos registros acadêmicos. Entende-se que os percursos artísticos de uma cidade podem mostrar objetos carregados de significados histórico-sócio-cultuais, além de serem mediados por ações intrínsecas ao seu uso, gerando uma demanda representativa sobre uma cidade considerada desbravadora em sua gênese e em constante busca de um progresso inegável.

Palavras-chave: Circuito artístico. Representação. História da arte em Chapecó.

Janaina Schwambach

1 INTRODUÇÃO

“A cidade não conta o seu passado, ela o contém na linha da sua mão, escrito nos ângulos da rua, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas” (CALVINO, 1990).

Ítalo Calvino (1990) faz referência à história de uma cidade, à memória compartilhada pelos elementos intrínsecos a ela, ao seu corpo viário, ao perfil de seu cidadão, ao que não é dito, apenas sentido, e também, aos seus bens materiais carregados de significados latentes. Mas e a cidade que não possui seu passado meramente delineado, pode ser entendida como uma cidade vazia ou invisível na sua identidade como construtora de discursos inefáveis e inegáveis?

A cidade permeada de estímulos e produções, além de seus fatos históricos, é um campo de manifestações culturais, que passam muitas vezes, de mero fazer, para um sentido representativo e simbólico. A história de uma cidade como uma união de diversos fatores sociais, pode provocar inúmeras leituras interpretativas, necessitando constantemente de um debate reflexivo, um olhar para o passado para entender o presente e conseguir visualizar um futuro que emerge a todo o momento. Em um sentido ampliado, Ferreira Gullar afirma:

(...) não há civilização sem arte e que a arte é uma das expressões mais genuínas de cada povo e de cada cultura. Mas não apenas isto: a arte constitui a nossa memória e nossa herança, pois através dela as civilizações nos ensinam e nos constituem como seres humanos. (p. 43, 2006).

Assim, entre as produções de uma sociedade, a arte pode refletir o seu tempo histórico, como também a sua própria ontologia. A perspectiva de uma abordagem cultural da obra de arte segue como mediadora de nossas próprias condições históricas, sociais e econômicas, destarte “as obras de arte não são puros símbolos, mas verdadeiros objetos necessários à vida dos grupos sociais” (Makowiecky, p. 31, 2012), conseqüentemente:

A arte não é um meio para chegar a um fim, não é pretexto para chamar a atenção dos políticos e da imprensa, para chamar a atenção dos problemas sociais e urbanísticos. A própria arte é fim em si. Mas pode nos ajudar a divisar a verdade das correlações globais e superar a alienação num mundo cada vez mais confuso. (MAKOWIECKY, p. 35, 2012).

De tal modo, a possibilidade de construir uma historiografia a partir de referências artísticas, propõe um novo olhar para os percursos de constituição e afirmação de uma identidade local. A possibilidade de delinear um possível circuito artístico na cidade de Chapecó visa à revelação de uma memória esquecida ou subjulgada na cultura local. Pois Chapecó é uma cidade que direciona, na maioria das vezes, um olhar pontual para o desenvolvimento industrial e comercial, logo, deixando ‘a margem’ as manifestações artísticas. Afirmação reforçada pelo fato de não existir até o momento presente uma investigação consistente que celebre em sua plenitude a construção de uma história passada sobre a arte na cidade de Chapecó, ou seja, sobre sua produção, circulação e apropriação. Neste sentido, de que maneira a arte realizada em Chapecó é representativa de uma

Janaina Schwambach

classe artística local? Quais foram/são os espaços legitimadores para as produções artísticas no município?

E a partir de uma imensidão de memórias esquecidas, como estabelecer um recorte temporal que dê sustentação básica para outros possíveis desdobramentos investigativos? À vista disso, a escolha foi calcada na possibilidade mais viável de execução e que corresponda a um nível mínimo de ações pontuais em arte, principalmente, quando relacionada à investimentos de ordem pública, e por isso, o recorte temporal irá privilegiar ações artísticas que ocorreram a partir da década de 70, acreditando que as políticas nacionais propagadas através do “milagre econômico” possam ter ecos distanciados até ao oeste catarinense. Esse vazio na constituição da história da arte em Chapecó gera um desconforto não apenas aos apreciadores da área, como também, um vazio cultural e identitário. Ao mesmo tempo, como as manifestações artísticas ressoaram fora dessa região, quais influências externas reverberaram nos artistas locais? E, por conseguinte, é possível que as produções realizadas ao longo do tempo sejam representativas no processo de construção da memória da cidade de Chapecó?

Atualmente a Prefeitura Municipal de Chapecó possui 06 equipamentos artísticos culturais que possuem espaços expositivos: Museu de História e Arte, Museu Antônio Selistre de Campos, Museu do Colonizador, Galeria Municipal Dalme Marie Grando Rauen, Galeria Municipal de Arte do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes e Memorial Paulo de Siqueira. Porém é apenas nas Galerias Municipais e no Museu de História e Arte que possuem uma rotatividade constante de mostras artísticas. Abaixo imagens do Memorial Dalme Rauen (fig 1), mostra permanente na Galeria Municipal de Artes Dalme Marie Grando Rauen e espaço interno do Memorial Paulo de Siqueira (fig 2), localizado embaixo do monumento “O Desbravador”:

Figura 1 – Memorial Dalme Rauen. Galeria Municipal de Artes Dalme Marie GrandoRauen.



Fonte: Setor de Artes Visuais, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de Chapecó.

Janaina Schwambach

Figura 2 – Memorial Paulo de Siqueira

Fonte: Museu de História e Arte de Chapecó. Prefeitura Municipal de Chapecó.

A atual política cultural da Prefeitura Municipal de Chapecó, via Secretaria de Cultura, criada em dezembro de 2012, é fomentar e produzir ações culturais através de diversos editais. Para expor nas Galerias Municipais, é necessário participar dos processos seletivos. A Galeria Municipal de Artes Dalme Marie Grandó Rauen, inaugurada no ano de 2002, possui um espaço dedicado apenas aos artistas locais, já a Galeria Municipal do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, têm abrangência nacional e foi inaugurada em 2012.

Além destes espaços via poder público, a cidade de Chapecó possui mais duas galerias: Galeria de Artes do SESC e Galeria Agostinho Duarte – localizada e administrada pela Unochapecó – Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

2 METODOLOGIA OU MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo desenvolve-se a partir da sistematização e análise dos dados, imagens, catálogos, convites, artigos de jornais e toda a documentação pertencente ao poder público local que tenha como tema ações artísticas ocorridas na cidade, organizados pela Prefeitura Municipal de Chapecó. Consideramos que esta seja uma forma de registrar a História da Arte de Chapecó, possibilitando a realização de uma pesquisa de base referencial inédita e também realizar uma reflexão sobre determinados comportamentos sociais que acabaram por corroborar no ‘esquecimento’ de uma história local em relação à arte e seu circuito. O material será catalogado, reproduzido e sistematizado de forma cronológica, no caso dos textos, e de maneira nominal com ordem alfabética, no caso dos artistas atuantes na cidade durante o período pretendido desta pesquisa.

Os procedimentos metodológicos serão caracterizados por fonte escrita (história e teoria de suporte à pesquisa), fontes formais (imagens) e no levantamento das produções artísticas atuais,

Janaina Schwambach

de seus principais representantes, dos eventos promovidos e de uma possível existência de um circuito artístico. Os dados levantados serão cruzados com o suporte teórico, estabelecendo-se como uma pesquisa histórica bibliográfica exploratória com abordagem qualitativa, de cunho interpretativo, inserida na linha de pesquisa 'Teoria e História das Artes Visuais'.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de Sandra Makoviesky, *A representação da cidade de Florianópolis na visão dos artistas plásticos* (2012), referencia básica na elaboração do presente projeto, aborda questões de representação da cidade de Florianópolis através das obras plásticas e visuais dos artistas que produziram nessa cidade ao longo dos séculos XIX e XX. Logo este projeto propõe-se a investigar como a cidade de Chapecó possibilitou ou acalentou manifestações artísticas, como recebeu e/ou gerou um circuito artístico regional, impulsionando diálogos intermunicipais e promovendo ações significativas no campo artístico. Compreende-se como definição de circuito artístico "espaços em que as obras circulam, desde sua produção, até a disponibilização, exposição, fruição, coleção e preservação. São os agentes e as instituições os responsáveis por inserir artistas e obras no circuito". (GASPARETTO, 2012)¹.

Neste sentido, buscamos a recuperação histórica de uma arte que se fez, que está, e é presente ainda hoje através da própria obra em si. A produção, circulação e apropriação da arte no campo artístico chapecoense, nos leva a tornar visível essa nova possibilidade de consciência histórica, partindo de estudos culturais. Para Makoviesky (2012):

A partir de um estímulo, o artista cria uma imagem, imagem esta que é resultado do imaginário, suas sensações, afetos, percepções, etc que ele construiu. A imagem é a concretude de seu imaginário. E desta imagem produzida pelo artista, tenta-se analisar o imaginário que a originou, ou seja, a representação que essa imagem faz, a representação resultante desta imagem e deste imaginário. A representação como instância mediadora. (p. 32).

Ao falarmos sobre história, história da arte, memória e cidade, necessita-se um cruzamento desses campos, e como fonte bibliográfica básica, serão utilizados os autores: Ernest Henrich Gombrich (1993, 1986), Roger Chartier (1990); ambos para o conceito de representação, e para desdobramentos sobre a história da arte e da cidade, Argan (1986), Nelson Brissac Peixoto (1996) e Sandra Pesavento (1990).

Segundo ARGAN (1986):

É necessário que os historiadores da arte considerem o estudo científico de todos os fenômenos da cidade como inerente à sua disciplina, a conservação do patrimônio artístico como metodologia operativa inseparável da pesquisa científica; a sua intervenção no devir da cidade como o tema fundamental da sua ética disciplina'. (p.6).

Janaina Schwambach

A pesquisa parte da compreensão da memória como uma faculdade de construção e reconstrução a partir das produções, exposições e eventos artísticos realizados a partir de 1969 à contemporaneidade. Desta forma, o trabalho está embasado em alguns conceitos de Halbwachs (1990), em que a memória social é tida como uma construção plural de memórias individuais, grupais e coletivas, sendo representadas muitas vezes através da subjetividade, caracterizando a memória com um fenômeno social.

No que diz respeito às artes, essa não se caracteriza como ciência, mas se dá dentro de um sistema cognitivo de pertencimento a sociedade em que está inserida. Ela é uma manifestação histórica, ela apresenta, mas não pretende explicar o funcionamento de sua existência. Contudo, através das construções de seus significados estabelecemos uma ligação direta com a sociedade. Nesse sentido podemos estabelecer relações com o conceito de Pollak (1989), no qual defende uma memória construída através das preocupações pessoais e políticas do momento. Referindo-se a estratégias no enquadramento dos registros memoráveis, Candau (2002) expõe que:

A transmissão é também produção por parte de quem a recebe, pois como em todos os fenômenos em que é involucrada a memória, as informações adquiridas são transformadas pelo grupo ou pelo sujeito, condição indispensável para a inovação e para a criação (...) toda a espécie humana sem exceção se caracteriza por uma aquisição acumulativa e adaptativa do saber. (p.111, tradução minha).

Através do sistema das artes percebemos uma certa produção em que a inovação e a busca por novas linguagens são algumas das características da arte. O estudo dessas realizações artísticas serve como campo teórico e reflexivo para uma sociedade que constrói a sua memória coletiva também através de acontecimentos artísticos, que instigam, provocam e despertam certas mudanças.

A definição de uma memória artística se constitui como um campo discursivo, tornando-se necessária para estabelecer critérios de análise de uma elaboração imaginária sobre uma consciência coletiva. A construção desta memória pode se fazer muitas vezes de maneira inconsciente ou subjetiva, e segundo a pesquisadora Sandra Makowiecky "(...) as imagens trazidas pelas artes plásticas podem nos remeter a outro tempo e assim, (...), na sua materialidade imagética, torna-se um dos suportes da memória social da cidade". (p.34, 2012).

Portanto, a falta de pesquisas científicas consistentes sobre o campo artístico regional aponta sobre a urgência em se investigar e relatar os procedimentos e produções em artes. Indica também, a necessidade de organizar um pensamento sobre o fazer artístico inserido em um contexto ampliando, para uma possibilidade emergente de entendimento dessas ações através de uma pesquisa básica e referencial.

Chapecó, uma cidade referência para a região oeste catarinense, dona de um parque industrial entre os maiores do estado e abrigando 22 instituições de ensino superior, ainda não possui uma base sólida sobre investigações históricas e sociais em estudos culturais e artísticos. A economia ainda serve como ponto de sociabilidade e de referência, tanto para estudos científicos investigadores de uma história local, como para parâmetros qualitativos de crescimento urbano e social. Em um olhar superficial, percebe-se a falta de comprometimento dos próprios cidadãos

Janaina Schwambach

nessas questões, um certo esquecer proposital, que apenas baseia sua atuação em questões econômicas, visando lucros ou até mesmo, promoção individual. Outro fator importante, é a falta de visibilidade para a cultura local, desprivilegio não só para artistas populares, como também, para os artistas locais inseridos em circuitos artísticos nacionais.

Consideramos que o recorte temporal justifica-se porque foi a partir do ano de 1969 que acontece o chamado “milagre econômico” em nível nacional, desenvolvendo na cidade melhoramentos urbanos, transformações políticas e onde a cidade de Chapecó passa a ser vista como possibilidade de investimento². Há também a criação do Plano de Ação – PCD, o *Projeto Chapecoense de Desenvolvimento* no ano de 1973 a 1977. (RISSI, 2000).

Neste tipo de pesquisa, o perfeito distanciamento histórico é impossível, mas a recuperação histórica necessita desse olhar para o discurso visual, e através de uma metodologia consciente, pretende-se não subjugar fatos e não privilegiar apenas ocorrências oficiais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa em sua fase inicial e estruturante, o projeto visa como cronograma de atividades: a revisão de literatura; pesquisas de fonte primária; pesquisas histórico-bibliográficas, catalogação e reprodução das fontes primárias; e cruzamentos de dados. A posterior análise das fontes e documentos coletados possibilitará a construção de uma pesquisa base sobre a história da arte de e em Chapecó. Neste sentido, os objetivos são: ser uma pesquisa básica de referência sobre a arte desenvolvida na região oeste catarinense, centralizada na cidade de Chapecó; pesquisar quais são os espaços legitimadores e quais os principais eventos artísticos das artes na cidade de Chapecó a partir de 1970 até os dias atuais; reunir uma base de dados sobre os artistas que atuaram/atua na cidade de Chapecó; analisar de que maneira as ações artísticas contribuíram para uma representação da cidade; identificar recorrências sociais e artísticas sobre um possível circuito artístico; e compreender a memória como uma faculdade de construção e reconstrução no sistema das artes.

5 REFERÊNCIAS

- ARGAN, Carlo Giulio. **A história da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BORTOLIN, Nancy Therezinha. **Indicador Catarinense das Artes Plásticas**. 2d. Itajaí Ed. UNIVALI; Florianópolis: Ed. UFSC, FCC, 2001.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANDAU, Joël. **Antropologia de la Memória**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 2002.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Annales, Nov. – Dez., 1989, nº6, p. 1505 – 1520. In: Estudos Avançados 11 (5), 1991.

Janaina Schvambach

CHEREM, Rosangela Miranda. MAKOWIECKY, Sandra. (Orgs.) **Academicismo e modernismo em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2010. [recurso eletrônico].

_____. **Academicismo e modernismo na América Latina**. Florianópolis: UDESC, 2008. [recurso eletrônico].

GASPARETTO, Débora Aita. **Arte Digital: Fricção – Mercado – Ficção**. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2012/pdf/simposio1/debora_aita_gasparetto.pdf, Acesso em: março, 2013.

GOMBRICH, Ernst Henrich. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

_____. **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

GONÇALVES, Luciana Lippert. **As Manifestações Escultóricas de Enio Griebler: um processo educativo em arte**. Relatório de pesquisa (Licenciatura em Artes) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, Xanxerê, SC: 2009.

GUISOLPHI, Anderson José. **Análise de uma estátua antropomorfa em Chapecó, SC: “O Desbravador” e seus significados simbólicos**. 2007. Monografia (Especialização em Processos Interdisciplinares em Arqueologia) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URICER, Erechim, RS:2007.

GULLAR, Ferreira. **Sobre arte Sobre poesia: (uma luz do chão)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

IOP, Elisa. **As artes plásticas em Chapecó: o Grupo CHAP**. Monografia (Especialização em Arte-Educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, Chapecó, SC: 1997.

JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. **Iniciação à História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MAKOWIECKY, Sandra. **A representação da cidade de Florianópolis na visão dos artistas plásticos**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

_____, Sandra; OLIVEIRA, Sandra Ramalho. (Orgs). **Ensaio em torno da arte**. Chapecó: Argos, 2008.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Editora SENAC SP: Editora Marca d'Água, 1996.

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **Representações. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n. 29.

POLLACK, Michael. Memória e identidade Social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://api.ning.com/files/LI8EhWKOjnpBzyw257Y0NHNZ7xcrf09jmLgegffTs>

Janaina Schvambach

krMH*4bgGuha7RjunwpB7V0vtLjHGOMt7nk*godglpjyrxGZxl1DJ8/MemriaeIdentidadeSocial.pdf. Acessado em: março/2008.

_____. “Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acessado em: março/2008.

RISSI, Andressa. **O processo de Urbanização em Chapecó: A Fundação da Escola de Artes**. Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, Chapecó, 2000.

SCHVAMBACH, Janaina. **Memória Visual da Cidade de Pelotas nas Fotografias Impressas no Jornal A Alvorada e Almanaque de Pelotas (1931 – 1935)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

_____, Janaina. VINHA, Roselaine. ACOSTA, Antonio Dante. **Diversidade e Democratização ao Acesso do Espaço Expositivo/ Galeria Municipal de Artes Dalme Marie Grandu Rauen, Chapecó – SC**. III EBECULT, Cachoeira, BA, 2012. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/artigos-completos/>.

NOTAS

1. GASPARETTO, Débora Aita. **Arte Digital: Fricção – Mercado – Ficção**. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2012/pdf/simposio1/debora_aita_gasparetto.pdf, acessado em março de 2013.
2. “A década de 70 no município de Chapecó, foi um período transformador na organização local. A grande maioria da população que morava no campo, começa a conviver com uma novidade: a agroindústria. A densidade demográfica aumentou sensivelmente, saltando de cerca de 50.000 habitantes, no final da década de 60 para 95.000 em 1978”. (RISSI, p. 6, 2000).

TRADUÇÃO E ASPECTOS CULTURAIS: FERRAMENTAS PARA ABORDAR EM SALA DE AULA DE E/LE

Bruna Camila Trombini¹, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

Acadêmica da 4ª fase do curso de Letras – Português/Espanhol
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus de Chapecó
Bolsista voluntária de Iniciação Científica nos projeto *Atividades tradutórias focadas nos elementos culturais no ensino de língua estrangeira* da UFFS
E-mail: brunatrombini126@gmail.com

RESUMO

O uso da tradução em sala de aula de língua estrangeira tem sempre levantado diversas opiniões dos profissionais da educação. Como em qualquer área do conhecimento, há aqueles que são a favor e outros que são contra o uso da língua materna, em forma de tradução, no ambiente escolar. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma atividade tradutória realizada com estudantes de turmas avançadas do Curso de Letras, Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó, no ano de 2012. Esta atividade prática faz parte da terceira e última etapa do projeto de pesquisa intitulado “Atividades tradutórias focadas nos elementos culturais no ensino de língua estrangeira”, coordenado pela professora Maria José Laiño, e tem a participação de duas bolsistas do mesmo curso, Bruna Camila Trombini e Daiana Dall'Igna Nunes. Este artigo está dividido em três partes, sendo a primeira destinada à contextualização histórica da ferramenta tradutória nos diferentes métodos de ensino com o passar dos séculos, a segunda apresenta os principais preceitos da teoria de tradução funcionalista de Christiane Nord (2010), autora na qual nos apoiamos para aplicar o exercício tradutório. Já a terceira etapa está reservada para o relato de nossa experiência. O objeto escolhido para esta última etapa e para o uso da tradução foi uma propaganda da década de 50 de um aspirador de pó e foi retirada de uma revista espanhola. Em uma das turmas foi realizada a tradução apenas com dicionários sem aplicação da teoria de Nord, e com a outra turma foi realizado primeiramente a exposição da teoria funcionalista e depois, a realização da tradução. Com a análise dos dois blocos de produtos tradutórios foi possível verificar que os alunos que tiveram o conhecimento da teoria se preocuparam mais com o leitor alvo e com o efeito comunicativo do texto o que não ocorreu com os alunos que utilizaram apenas dicionários. Esta análise nos faz perceber que a ferramenta tradutória, quando bem orientada, pode auxiliar o estudante a compreender melhor o idioma estrangeiro, auxiliar no ato comunicativo e na compreensão e criação de textos.

Palavras chave: Tradução; Ensino de língua estrangeira; Funcionalismo nordiano.

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

INTRODUÇÃO

O uso da tradução em sala de aula de língua estrangeira (LE) tem sempre levantado diversas opiniões dos profissionais da educação. Professores e alunos divergem em suas concepções sobre o uso ou não dessa ferramenta em classe. Como em qualquer área do conhecimento, há aqueles que são a favor e outros que são contra o uso da língua materna, em forma de tradução, no ambiente escolar. No entanto, percebe-se que os alunos irão fazer uso dessa ferramenta, seja em menor ou maior medida, pois é a forma que encontram para contrastar o conhecimento novo com o já adquirido, neste caso, a língua estrangeira com a língua materna.

Posto isso, a dúvida não deveria nos levar a perguntar se a tradução deve ou não ser utilizada no ambiente escolar, mas sim de que forma ela pode ser explorada, a fim de aproveitar algo que é inerente ao ser humano e, portanto, aos alunos, de forma a ajudar o desenvolvimento das quatro habilidades que fazem parte do ensino e aprendizado de qualquer LE.

Portanto, este artigo tem por objetivo apresentar o resultado de uma atividade tradutória realizada com estudantes de turmas avançadas do Curso de Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul no ano de 2012. Esta atividade prática faz parte da terceira e última etapa do projeto de pesquisa intitulado “Atividades tradutórias focadas nos elementos culturais no ensino de língua estrangeira”, coordenado pela professora Maria José Laiño, e tem a participação de duas bolsistas do mesmo curso, Bruna Camila Trombini e Daiana Dall'Igna Nunes.

Além de apresentar a parte prática, o presente artigo está dividido em duas partes, sendo a primeira destinada à contextualização histórica da ferramenta tradutória nos diferentes métodos e a segunda apresenta os principais preceitos da teoria funcionalista de Christiane Nord (2010), autora na qual nos apoiamos para aplicar a atividade tradutória.

1 BREVE HISTÓRIA DA TRADUÇÃO E SEU CONTEXTO DE USO

Podemos considerar o uso da tradução como um retrato de discussão progressiva e ainda recente no estudo de línguas estrangeiras. Contextualizada ainda no século XVI, a tradução teve como aliado o Método Gramática Tradução (doravante MGT), e entre suas preocupações estavam o foco na produção e compreensão escrita e na utilização da língua materna para ensinar a língua estrangeira (JALIL, PROCAILO, 2009).

O MGT passou a circular com maior frequência nos séculos XVIII e XIX, em que o método tradutório migrou de utilização do ensino de línguas clássicas, como o latim, para a adaptação das línguas modernas. Segundo Rego (2008), o MGT ligava-se também ao

método áudio-lingual, em que a unidade primária de um estado é organizado por categorias linguísticas. Essas abordagens têm ligações com as teorias de linha estruturalista, que faziam da análise e descrição da própria língua materna um estudo sistemático de relações abstratas entre elementos de um único sistema (REGO, 2008, p. 6).

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

Através das ideias de LEFFA (1998), acreditava-se que a abordagem áudio-lingual, primeiramente em sua questão histórica, surgiu durante a Segunda Guerra Mundial quando o exército americano precisou de falantes fluentes em várias línguas estrangeiras para efetuar a tarefa de ensinar LE aos soldados, em um tempo efetivamente curto. Com a tarefa cumprida, a abordagem áudio-lingual teve seu método copiado pelas escolas e universidades americanas, em que não se prezava somente pela rapidez de ensino, mas também pelos padrões que os alunos deveriam ser privados, como por exemplo, os estudantes só poderiam ser expostos à língua escrita quando os padrões da língua oral já estivessem bem automatizados. Acreditava-se que a apresentação precoce da escrita no ensino de LE prejudicava a aprendizagem da pronúncia (LEFFA, 1998).

Partindo do método áudio-lingual, a década de 1960 foi marcada pelos estudos tradutórios baseados nas teorias linguistas condutistas, em que se considerava a aquisição de uma língua estrangeira como um processo mecânico e seus hábitos defendiam a aprendizagem pela repetição, pretendendo formar reflexos verbais (CASADO, GUERREIRO, 1991). Ou seja, através de sentenças prontas a serem repetidas até sua compreensão na língua meta. Em outras palavras, a década de 60 se contextualizou pela crítica ao método da repetição das frases e pouco uso, efetivamente, da língua estrangeira em sala de aula. O estudante não recebia espaço para pensar na tradução da LE de forma significativa, pois a preocupação recaía na compreensão e reprodução de sentenças prontas, ou seja, de forma bastante mecânica.

Já na década de 70, a ferramenta de tradução começou a ser questionada pelos apoiadores do Método Direto. Este Método tinha o intuito de fazer com que o professor entendesse o nível de conhecimento de seus alunos em relação à língua estrangeira a ser estudada e abordada. Característica aliada a esse espaço de tempo é a relação aluno e professor que se alterou para uma relação melhor e mais amigável, contrário dos tempos passados, onde os estudiosos se prendiam a repassar apenas uma resposta correta a seus alunos e o professor era a figura que detinha todo o conhecimento e sabedoria, não dando espaço para novas possibilidades, dúvidas ou divergências entre os estudantes. O Método Direto também surge como resposta aos problemas desenhados pelo MGT, e cumpre uma função positiva durante um tempo, assim como o método funcional.

Na atualidade, a metodologia de ensino que aparece nos livros didáticos e que está em vigor com mais força é a abordagem comunicativa. Esta abordagem prioriza o estudo das habilidades que envolvem o ensino e aprendizado de uma LE: ler, escrever, falar e ouvir, desde o primeiro contato com o idioma. Portanto, neste novo momento da história, a tradução ganha papel de destaque, sendo avaliada como uma atividade adequada para cada caso em particular e não como uma ferramenta única para o ensino como era tratada no passado.

Após esta breve contextualização histórica sobre o ensino de tradução, podemos perceber que a ferramenta tradutória, assim como outras ferramentas de ensino, como os textos literários, o ditado e a leitura em voz alta, foram de certa forma, ocultados de sala de aula, pois sofriam diversas críticas com relação aos resultados negativos que proporcionavam, e também, ao pouco interesse por parte dos estudantes. Na próxima seção a tradução é enfatizada a partir do ângulo da prática na sala de aula, na qual se faz um debate sobre os seus aspectos negativos, contrapondo-os com seus aspectos positivos, a fim de defender o seu uso em sala de aula de LE.

1.1 A tradução e a sala de aula de LE

As mudanças de métodos e abordagens que ocorreram ao longo dos séculos tiveram apenas um objetivo: melhorar o processo de ensino e aprendizagem de línguas, neste caso específico. Através destes objetos de ensino, os estudiosos acabaram tomando partido em relação ao uso da ferramenta tradutória. Os argumentos utilizados contra o uso da tradução em sala de aula giram em torno da afirmação de que é uma ferramenta que remete a poucos resultados, é pouco estimulante e o tempo investido a seu uso é muito grande. Também se defende que a tradução não é uma atividade comunicativa, ou seja, preocupa-se com a forma, com a letra, e nem tanto com relação aos conteúdos e elementos culturais.

No entanto, podemos destacar com clareza as opiniões que focam nas vantagens do uso da tradução,

a tradução é um leque de possibilidades didáticas que ensina a traduzir, ajuda no aperfeiçoamento do idioma estrangeiro e do materno, auxilia na formação intelectual e ajuda na melhora da leitura, já que exige dos alunos uma leitura atenta (LUCINDO, 2006, p. 3).

Podemos então afirmar que, de acordo com as opiniões de estudiosos, professores de língua estrangeira, a tradução tem um espaço positivo dentro de sala de aula. Ela é portadora de características importantes para o ensino em sala de aula, como já apontava Terrán, em 1990:

- a. A tradução é um ato comunicativo, um meio de comunicação insubstituível e sempre motiva a troca de impressões;
- b. A tradução pode ser oral e imediata, ou escrita e elaborada, segundo a necessidade de cada situação;
- c. Pode-se utilizar qualquer tipo de texto para esta atividade, sempre recordando que a tradução é uma atividade natural e irreprimível que não deve ser reprimida e sim canalizada e corrigida para que se torne proveitosa e não prejudicial ao aprendizado. As traduções devem ser niveladas desde o início. Os alunos não se tomam por satisfeitos até não encontrarem o equivalente em sua língua materna a tudo aquilo de novo que aprendem em língua estrangeira;
- d. A tradução não é a causa das interferências entre língua materna e língua estrangeira. Cada língua possui um sistema de signos diferentes, mas as diferenças existem entre as culturas. A tradução pode ajudar a analisar e corrigi-las;
- e. A tradução desenvolve as seguintes habilidades na aprendizagem de línguas: Análises e comentários de textos, ou seja, melhor compreensão oral e escrita; Claridade, economia e variedade de estilos na expressão oral e escrita; Flexibilidade, intuição e criatividade na interpretação e na expressão (pp. 76-77, tradução nossa)¹.

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

Acompanhando as ideias do autor, podemos afirmar que a tradução possui fator de importância para a didática de ensino de língua estrangeira, levando em consideração, é claro, as experiências e visão de cada professor. Destacamos dessa citação, a questão da importância dos elementos culturais (que é o que se propõe neste artigo), bem como a questão da criatividade. Este elemento deixa claro que não existe apenas uma interpretação e tradução corretas. Segundo Albir (2001), há três tipos de traduções que podem aparecer dentro da sala de aula: a interiorizada, a explicativa e a pedagógica. Neste artigo nos focamos no terceiro tipo, que refere aos exercícios tradutórios que podem ser explorados em sala de aula. Tais exercícios podem ser variados e isto dependerá da visão e do conceito de tradução e língua que tem o professor. Qualquer atividade que se proporá, devidamente orientada, será bem aproveitada pelo estudante, pois poderá praticar o idioma que está sendo aprendido através da tradução, a partir do momento em que deve buscar, pesquisar e estudar a melhor maneira de passar a mensagem em outra língua.

Portanto, se o professor compreende que língua e cultura são dois conceitos indissociáveis, a tradução se torna uma ferramenta bastante rica, pois dessa forma será utilizada de forma abrangente pelo professor, focando-se, também, nos elementos culturais que estão impregnados nos gêneros textuais a serem traduzidos. Por isso, a escolha dos gêneros textuais que possibilitam o ensino de tradução deve ser analisada com cautela à didática e objetivo a ser alcançado em sala de aula.

Com relação a essas atividades tradutórias, cabe ao docente fazer um trabalho de desmistificação com seus estudantes relacionado ao processo tradutório, explicando que enquanto em determinada língua se utiliza determinadas expressões, em outra ela pode perder totalmente o sentido, dependendo do público alvo. Esta explicação pode ser ilustrada com os ditados populares, cujos elementos são desafiadores para o exercício tradutório. Se optamos traduzir a expressão em língua espanhola (A) *Cada oveja con su pareja*, de forma literal, ou seja, palavra por palavra, para o português brasileiro, teríamos o seguinte resultado: (B) Cada ovelha com sua dupla.

Porém, conforme a cultura brasileira e de seus falantes, essa sentença (B) não tem o mesmo efeito no leitor de chegada, quanto teve no leitor do texto fonte e perde o sentido primeiro. Conforme analisamos anteriormente no item 2, ao traduzir, o tradutor deve se deter a algumas análises antes e durante o ato tradutório. A proposta de tradução que o tradutor utiliza deve ter como lembrança e destaque, a singularidade de cada idioma e também a interpretação e o contexto sócio cultural dos usuários da língua de chegada. Portanto, retomando ao exemplo, o equivalente de (A) em português brasileiro, o mais ideal e próximo ao contexto dos moradores do Brasil, ficaria contemplado com a sentença: (C) Cada macaco no seu galho.

Podemos concluir então, que a questão cultural deve estar aliada à tradução, podendo esta função ajudar a analisar e corrigir as possíveis interferências, construindo a tradução na língua de chegada com maior interpretabilidade de quem a recebe. Fato que pode ser observado na próxima seção, de acordo com a teoria funcionalista de Nord.

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

2A TRADUÇÃO FUNCIONALISTA DE CHRISTIANE NORD E SEU MODELO DE ANÁLISE TEXTUAL

Um dos fatores principais da teoria de Christiane Nord é a tradução em conjunto com os aspectos culturais. É através da análise do texto base, da cultura em que ele está inserido e para a cultura a qual este texto está sendo traduzido que o tradutor terá as informações necessárias para elaborar uma tradução funcional com o objetivo de comunicar.

A análise pré-tradutória adequada do texto base é, segundo Nord (2010), a primeira e mais importante fase do processo de tradução, é a partir desta análise que o tradutor consegue compreender todos os aspectos do texto a ser traduzido. O modelo de análise textual para tradução criado pela autora alemã é versátil e pode ser aplicado em qualquer tarefa de tradução, por profissionais da área e também por tradutores em formação que trabalham com qualquer idioma. No quadro abaixo apresentamos os elementos chamados de intra e extratextuais apresentados por Nord para serem analisados no momento de pré tradução.

Quadro 1: modelo de análise textual de Christiane Nord traduzido ao português

	TEXTO FONTE	QUESTOES DE TRADUÇÃO	TEXTO META
FATORES EXTERNOS AO TEXTO			
Emissor			
Intenção			
Receptor			
Meio			
Lugar			
Tempo			
Propósito (motivo)			
Função textual			
FATORES INTERNOS AO TEXTO			
Tema			
Conteúdo			
Pressuposições			
Estruturação			
Elementos não-verbais			
Léxico			
Sintaxe			
Elementos suprasegmentais			
Efeito do texto			

Os fatores extratextuais, segundo o modelo de Nord, são os elementos que devem ser analisados antes da leitura e que estão ao redor do texto a ser traduzido, o que permite de imediato obter informações importantes relacionadas ao texto em si. Deve-se ter em conta que um emissor só inicia um processo comunicativo através de um texto, seja oral ou escrito, porque deseja enviar uma mensagem a um receptor, que pode ser um grupo de pessoas também. O emissor após a escolha do tema do texto fará um balanço das informações que este deve conter, levando em consideração as que ele pressupõe conhecidas de seu receptor e as que julgam novas para seu destinatário.

Os fatores intratextuais referem-se ao texto em si, ou seja, elementos que estão dentro do próprio texto e estão intimamente ligados aos fatores situacionais, como a origem geográfica do

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

emissor, exigências do meio em que vai circular o texto, o local aonde o texto foi produzido, entre outros. Tais fatores são importantes para o tradutor, pois darão informações importantes para suas posteriores decisões tradutórias.

No momento da tradução é muito importante levar em consideração que o texto base tem informações pressupostas para um público alvo de um determinado lugar (cidade/país), e que o tradutor ao traduzir para outra língua, deve analisar se as pressuposições mudam de acordo com seu público alvo. Estas mudanças ocorrem devido ao fato de mudança linguística, geográfica, cultural e contextual dos destinatários. Ao mudar o destinatário, é necessário verificar as pressuposições deste a fim de criar uma tradução funcionalista e que tenha a função, portanto, de comunicar. Para tanto é extremamente importante que o tradutor tenha conhecimento da cultura a qual pertence o texto base e da cultura para qual o texto será traduzido, para que tal função seja mantida.

3 NOSSA EXPERIÊNCIA

Com o foco nas divergências encontradas a favor ou contra o uso da tradução em sala de aula de LE, e também do conhecimento da teoria de Nord, sentimos a necessidade de perguntar de que forma a tradução pode ser explorada, a fim de aproveitar algo que é inerente ao ser humano e, portanto, aos alunos, de forma a ajudar o desenvolvimento da aprendizagem de qualquer LE.

Através do projeto de pesquisa realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), de março de 2012 a março de 2013, intitulado de “Atividades tradutórias focadas nos elementos culturais no ensino de língua estrangeira”, constatamos que a tradução pode ser utilizada de forma muito eficaz ao utilizar como aliado o quadro de análise textual de Nord. Desta forma, a tradução pode acontecer de forma adequada e abrangente e, também, ajudará o estudante a praticar as quatro habilidades já mencionadas.

O projeto de pesquisa acima mencionado organizou-se em três importantes etapas, que envolveram a leitura e conhecimento da história do uso da tradução, os métodos usados, os prós e contras de sua utilização, e, principalmente, o conhecimento da teoria de Christiane Nord pelas bolsistas. Após os fichamentos feitos desses textos começou-se a pensar e buscar um gênero textual ideal para a aplicação em sala de aula de LE. O gênero textual escolhido para os alunos realizarem a tradução foi o gênero propaganda da década de 50, conforme a imagem 1. A terceira etapa foi a própria aplicação da atividade tradutória, que será relatada na seção seguinte.

O critério da escolha do gênero propaganda foi motivado por seus aspectos culturais e específicos do próprio gênero. Ou seja, as propagandas demonstram muito e traduzem os aspectos culturais e sociais dos sujeitos daquela sociedade, o que pode ser bastante significativo para o estudante. No caso da propaganda antiga, exemplificada abaixo, estes elementos culturais se tornam ainda mais visíveis por conta da mudança temporal de leitor, além da mudança de nacionalidade. Com relação à estrutura, a propaganda apresenta pouca linguagem verbal, o que possibilita o trabalho na própria sala de aula.

Em relação a aplicação dentro de classe de LE, as turmas escolhidas para efetuarem a tradução do gênero textual propaganda antiga, foram as turmas mais avançadas do Curso de Letras

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul do ano de 2012: 6ª fase, turno matutino e 5ª fase, turno noturno.

Imagem 1: gênero textual propaganda antiga espanhola

A-15047

¡A las mil maravillas!

Así hace la diaria limpieza de su hogar...

EL ASPIRADOR DE MAYOR ALCANCE Y MÁXIMO PODER DE ABSORCIÓN

Un aspirador de forma y dimensiones cuidadosamente estudiadas para que usted pueda limpiar...

MEJOR - por su asombroso poder de absorción.

MÁS RÁPIDO - por la movilidad y longitud de su mango, que ahorra desplazamientos.

¡Sólo 4.800 pesetas con todos sus accesorios!

HOOVER
Constellation

...descansa en el suelo, usted descansa limpiando.

Fabricado por: *Manufacturas Metalicas Madrilenas S.A.*

Delegaciones en MADRID, BARCELONA, BILBAO, CDIZ, LAS PALMAS, MURCIA, OVIEDO, PAMPLONA, SEVILLA, VALENCIA y ZARAGOZA

Pub. Russos

www.todocoleccion.net

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Na terceira etapa do projeto, a aplicação da tradução, as duas turmas que participaram da prática serão denominadas, neste artigo, como turma A: 6ª fase, turno matutino, e como turma B: 5ª fase, turno noturno.

O procedimento metodológico tem como finalidade observar e buscar diferenças no processo e no produto tradutório entre as duas turmas pesquisadas e estudadas. Ambos os exercícios tradutórios foram feitos durante o semestre letivo de 2012.2 em aulas cedidas pela professora orientadora do projeto.

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

O procedimento ocorreu da seguinte forma: na turma A apenas distribuimos a propaganda para que os estudantes a traduzissem, eles contaram apenas com a ajuda de um dicionário bilíngue. Já na turma B, além da utilização do dicionário bilíngue, as bolsistas apresentaram os elementos do modelo de análise textual de Christiane Nord, além de orientar e proporcionar um espaço para a discussão do projeto de tradução da propaganda. Neste momento de pré-tradução se pensou no público alvo da tradução, como também na manutenção ou não dos elementos extralinguísticos presentes no folheto da propaganda, refletindo sobre a mudança de público, tanto de nacionalidade, quanto temporal.

Levando em consideração o tipo de propaganda e seu objetivo publicitário, o grupo B optou pelo público jovem que trabalha fora. Portanto, esta escolha já estabelecida antes de começar a tradução, direcionou e facilitou suas escolhas tradutórias. Além de escolher o público, o grupo B refletiu sobre o tempo da propaganda, e que a tradução deveria ser para um público do ano 2012, fazendo com que a tradução tivesse uma mudança temporal considerável (mais de 60 anos), além da mudança de nacionalidade. Levando em consideração esta escolha, os alunos foram orientados a pensar nos elementos extralinguísticos também, isto é, se manteriam a imagem da propaganda original, ou a substituiriam por outra, ou não colocariam nenhuma imagem.

O resultado das traduções serão apresentados a seguir.

3.2 ANÁLISE DAS TRADUÇÕES

Através dos elementos explicados e elencados do projeto tradutório citados no decorrer deste estudo, podemos visualizar o objetivo e foco desta pesquisa: observar as mudanças que ocorreram entre as turmas e seus produtos de tradução através da teoria nordiana.

Começando pelo título da propaganda, pode-se notar que não houve mudanças significativas, tanto na turma A quanto na turma B, a opção tradutória da maioria dos alunos foi traduzir literalmente, deixando: “As mil maravilhas”. Destacamos um estudante do grupo B que optou por traduzir para “Sonho de limpeza”. É possível intuir que esta opção tradutória foi consequência da apresentação da teoria de Nord (2010), ao constar uma preocupação com a função comunicativa da propaganda. Com essa opção tradutória, o título se aproxima mais do seu público alvo, na qual se efetiva a função comunicativa, primordial em qualquer texto, segundo Nord.

Na frase *‘Así hace la diaria limpieza de su hogar...’*, os estudantes dos dois grupos optaram por manter as opções linguísticas do original, traduzindo-a para “Assim faz a limpeza diária de seu lar”. No entanto, alguns alunos do grupo B divergiram na opção tradutória, nas quais apareceram as seguintes traduções: “Torne as tarefas de sua casa rápidas e práticas”, “Sua casa limpa, em apenas um ventinho” e também houve uma supressão da frase em uma das traduções. Estas diferentes escolhas tradutórias podem indicar uma preocupação com o leitor e com a função comunicativa da propaganda. Isto é, os estudantes aproximaram a linguagem ao público atual, para que houvesse uma maior interação no momento do contato com a propaganda.

A tradução do valor do aspirador *‘Hoover’* aparece de várias formas nos produtos tradutórios. Como é possível ver abaixo, há diferenças de escolhas tradutórias que são relevantes para o texto

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

meta, servindo como determinante para o efeito tradutório, isto é, se o provável comprador fará ou não a compra do aspirador. As traduções que mais se destacaram foram as seguintes:

(i) “Somente 4.800 moedas com todos seus acessórios.” (Aluno turma A)

(ii) “Somente R\$4800, com todos seus acessórios!” (Aluno turma B)

(iii) “Apenas 4800 pesos com todos os acessórios!” (Aluno turma B)

(iv) “Somente 500 reais para que você passa cuidar de sua casa e preservar sua beleza aliado a tempo livre!” (Aluno turma B)

(v) “Aspirador de pó completo por somente 100 reais.” (Aluno turma B)

Como a turma A não recebeu a apresentação teórica de Nord, o estudante da primeira tradução (i) preservou bastante a questão linguística – *monedas* – moedas – sem refletir muito sobre as questões culturais e até mesmo sobre questões linguísticas básicas. Neste caso, observa-se uma tradução puramente mecânica, na qual o estudante/tradutor apenas foi traduzindo/transcrevendo de forma rápida e sem pensar para quem o estaria fazendo. As traduções (ii) e (iii) tiveram leves progressões com relação à frase anterior (i). A primeira transformou o preço para reais, porém ainda manteve o número, e a terceira manteve o número e a moeda da Espanha na época da propaganda. Sobre a questão temporal, Nord (2010) afirma que

A categoria temporal compreende a concepção histórica que o mundo possui sobre si mesmo. A primeira questão básica se refere às dimensões espacial e temporal da situação. A situação de um texto sempre forma parte da cultura humana. A segunda questão é perguntar quais são as características culturais da situação do texto. Em seu mundo, o texto tem uma função que justifica sua textualidade. A terceira questão básica aponta para a relação entre situação e função comunicativa do texto² (p.41, tradução nossa).

Portanto, como nas traduções (iv) e (v), a tradução aconteceu com o tradutor pensando diretamente o público brasileiro, como destaca Nord em relação à situação cultural, temporal e a função deste texto. Contudo, podemos averiguar e observar o fato de o tradutor alterar os valores, em reais, para o texto meta. Nesse caso, os valores se alteram para ‘500 reais’ e ‘100 reais’, sinalizando a preocupação do tradutor com o contexto social do seu público de chegada estabelecido previamente.

Com relação ao elemento extratextual emissor, somente em apenas uma das traduções da turma B é mencionado o fabricante do produto ‘*Manufacturas Metalicas Madrileñas S.A*’. Nas outras traduções, este elemento ficou oculto, fato que impossibilita, ou dificulta, obter informações sobre quem produziu o produto, de que país é a empresa, para quem o receptor de texto meta possa entrar em contato, se necessário.

Podemos observar também, a aparição do fator intratextual léxico nas análises das traduções da frase ‘*MAS RAPIDO: por la movilidad de su manga, que ahorra desplazamientos*’:

(i) “Pela mobilidade e comprimento de seu **cabo** que economiza movimentos.”

(ii) “Pela mobilidade e alcance de sua **mangueira**, o que economiza esforços.”

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

Segundo o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, versão online de 2009, a palavra cabo significa 'parte ou extremidade por onde se prende, segura ou maneja algo'. Já mangueira toma entre seus significados 'espécie de filtro em forma de funil para líquidos'.

Em relação à mudança temporal e ao acordo dos estudantes da turma B efetuado antes da tradução da propaganda antiga, os alunos refletiram sobre os elementos extralinguísticos, isto é, se manteriam a foto da propaganda original, ou a substituiriam por outra, ou não colocariam nenhuma imagem. Analisando os fatos postos acima, o grupo B fez observações ao final de suas traduções em relação a esse fator, como por exemplo: "Público alvo: mulheres de mais ou menos 30 anos que trabalham fora e tem que se desdobrar em casa e precisam de praticidade" e "O desenho poderia ser de um aspirador muito moderno, pequeno e portátil. Com o desenho de uma casa MUITO limpa".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar, a partir do estudo e da análise do ensino da tradução e na sua aplicação em sala de aula, sua história, seus usos, opiniões contra ou a favor de sua utilização como ferramenta a fim de utilizar uma técnica que supra os ideais para o uso da tradução.

A partir dos resultados encontrados nas traduções dos dois grupos participantes, nota-se que ao analisar o texto a ser traduzido, elementos que não seriam contemplados no momento da tradução, como o destinatário e suas pressuposições, são colocados em ênfase e fazem a diferença entre uma tradução medíocre, mecânica e uma funcionalista.

Podemos concluir então, que a ferramenta tradutória, quando bem orientada, pode auxiliar o estudante a compreender melhor o idioma estrangeiro, auxiliar no ato comunicativo, na compreensão e criação de textos. A tradução enfatiza as diferenças linguísticas, tanto estruturais como culturais, e de maneira nenhuma afasta o estudante de seu aprendizado, ao contrário, o instiga, o desafia, o faz aprender significativamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA, K. L. de O. *A Integração da língua e da cultura no processo de tradução*, 2007.
- ALBIR, H. A. *Traducción y traductología. Instrucción a La traductología*. Madrid: Cátedra, 2001.
- CASADO, A. B., GUERREIRO, M. D. C.. La traducción como estrategia cognitiva em el aprendizaje de segundas lenguas. En: S. Montesa Peydro y A. Garrido Morgada (Eds): *Actas Tercer Congreso Internacional de ASELE. El Español como lengua extranjera: De La teoría al aula*. Málaga: ASELE, 1993.
- JALIL, S. A., PROCAILO, L.. **Metodologia de ensinos de línguas estrangeiras: perspectivas e reflexões sobre os métodos, abordagens e pós método**. EDUCERE, 2009.
- LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. Tópicos em lingüística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236.

Bruna Camila Trombini, Maria José Laiño, Daiana Dall'Igna Nunes

LUCINDO, Emy Soares. Tradução e ensino de línguas estrangeiras Scientia Traductionis, 2006.

NORD, CHRISTIANE. Texto base – texto meta. Un modelo de análisis pretraslativo. Heidelberg, 2010.

REGO, Gabriela A. L. *O lugar da tradução no ensino de língua estrangeira moderna*. [Monografia final de Curso]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

TERRÁN, P. Z. Aplicaciones de La Traducción a La Enseñanza de lenguas extranjeras. Sintagma: 1990. P.75-86.

NOTAS

1. *a. Es un acto comunicativo, medio de comunicación insustituible; Siempre ha de motivar intercambios de impresiones; b. La traducción puede ser oral o inmediata, o escrita y elaborada, según la necesidad de cada situación. c. Se puede utilizar cualquier tipo de texto para esta actividad. Actividad natural e irreprimible, que debe ser reprimido sino canalizado y corregida para que sea provechoso y no perjudicial. Las traducciones deben ser niveladas de los primeros niveles hasta los últimos. Los alumnos nunca están satisfechos hasta que no encuentran el equivalente en su idioma de todo lo nuevo que aprenden. La traducción no es la causa de las interferencias entre lengua materna y lengua extranjera. Cada lengua es un sistema de signos diferentes, pero las diferencias existen entre las diferentes culturas. d. La traducción puede ayudar a analizar y corregir estas interferencias; e. La traducción desarrolla las siguientes habilidades imprescindibles en la aprendizaje de lenguas: Análisis y comentarios de textos (mejor comprensión oral y escrita); Claridad, economía y variedad de estilo en la expresión oral y escrita; Flexibilidad, intuición y creatividad en la interpretación y en la expresión.*
2. *La categoría temporal comprende también la concepción histórica que el mundo tiene de sí mismo. La primera cuestión básica se refiere, pues, a las dimensiones espacial y temporal de la situación. La situación de un texto siempre forma parte de la cultura humana. En segundo lugar hay que preguntar, por lo tanto, cuáles son las características culturales de la situación del texto. En su mundo, el texto tiene una función que justifica su textualidad. La tercera cuestión básica apunta a la relación entre situación y función comunicativa del texto (2010, p. 41).*